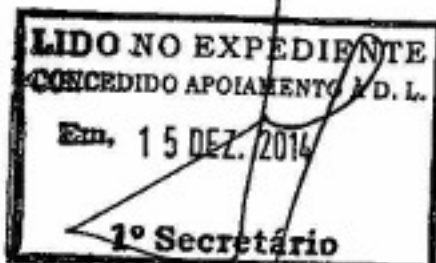




**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24/14**

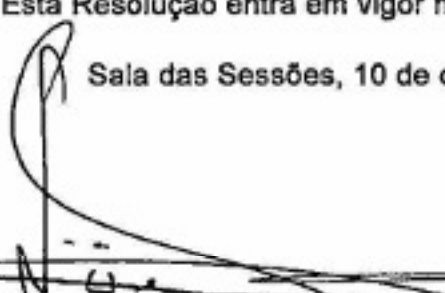



Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no Estado do Paraná.


Art. 1º Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no Estado do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 460, de 9 de julho de 2013, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2014.


  
Deputado NELSON LUERSEN  
Presidente da CPI

  
Deputado ADELINO RIBEIRO  
Vice-Presidente da CPI

  
Deputado DOUGLAS FABRICIO  
Relator da CPI

Deputado WILSON QUINTEIRO  
Relator Adjunto da CPI

  
BERNARDO RIBAS CARLI

  
ARTAGÃO JR.



### JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no Estado do Paraná

A referida CPI foi proposta por Requerimento do Deputado Nelson Luersen, e constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, publicado no Diário da Assembleia nº 460, de 9 de julho de 2013.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**  
**DQ PEDÁGIO 2013/2014**

**RELATÓRIO FINAL**

**Presidente:** Deputado Nelson Luersen  
**Vice-presidente:** Deputado Adelino Ribeiro  
**Relator:** Deputado Douglas Fabrício  
**Relator Adjunto:** Deputado Wilson Quinteiro  
**Membro Efetivo :** Deputado Artagão Junior  
**Membro Efetivo :** Deputado Bernardo Ribas Carli  
**Membro Efetivo :** Deputado Péricles de Mello  
**Membro Efetivo :** Deputado Nereu Moura  
**Membro Efetivo :** Deputado Francisco Buhner



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**CPI DO PEDÁGIO**

Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com o escopo de apurar denúncias de eventuais irregularidades na concessão e execução de contratos de pedágio que integram o Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, inclusive seus aditivos, avaliando o cumprimento de cláusulas, qualidade dos serviços, condições das rodovias e, em especial, a desproporção entre investimentos realizados e valores arrecadados como receita de pedágio.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****RELATÓRIO FINAL****SUMÁRIO****1. Relatório da formação e desenvolvimento das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito**

- 1.1. Introdução
- 1.2. Formação, composição, funcionamento e objetivos da CPI
- 1.3. O Regimento Interno da CPI
- 1.4. A documentação solicitada através de ofícios, as convocações e as respostas recebidas
- 1.5. Os depoentes
- 1.6. Atas das reuniões

**2. As investigações precedentes**

- 2.1. Introdução
- 2.2. A CPI de 2003: objeto e conclusões
- 2.3. A CEI de 2007: objeto e conclusões

**3. A CPI de 2013/2014**

- 3.1. Introdução
- 3.2. A modelagem e os critérios utilizados na criação do Anel de Integração – Programa de Concessões Rodoviárias do Paraná
- 3.3. Histórico dos contratos e dos aditivos e a composição societária das concessionárias (quem são os donos das concessões?)



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

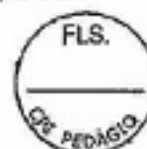
**GPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



3.4. As principais denúncias e irregularidades que ensejaram a abertura da GPI e as denúncias aparecidas no decorrer da GPI a partir dos depoimentos

**4. Análise das denúncias a partir dos depoimentos e documentos obtidos pela GPI**

- 4.1. A questão da legalidade dos contratos e aditivos
- 4.2. A questão da desproporção entre investimentos realizados e valores arrecadados como receita de pedágio
- 4.3. A questão da existência de eventual fraude no sistema de contagem dos eixos, que gera reflexo no equilíbrio econômico-financeiro e na arrecadação de ISS
- 4.4. A questão da existência de eventual fraude/lavagem de dinheiro operacionalizada através de contratação superfaturada de empresas terceirizadas, inclusive consultorias de empresa controladora por controlada
- 4.5. A questão da existência de eventual fraude contábil
- 4.6. A questão da ilegalidade na troca do contorno de Ponta Grossa e da "ligação" Pirai-Jaguariaíva por apenas 11 quilômetros de ligação do contorno de Campo Largo e a vinculada irregularidade na construção e valor da obra do contorno de Campo Largo
- 4.7. A questão do relatório do Tribunal de Contas da União e Acórdãos relacionados ao Programa de Concessões do Paraná
- 4.8. A questão do relatório do TCE sobre a Ecocataratas
- 4.9. Análise dos estudos da FIPE e da FIA em relação à eventual existência de desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de pedágio do Estado do Paraná
- 4.10. A questão da ilegalidade no sistema de contagem, cobrança e pagamento de impostos do Via Fácil/Sem Parar.
- 4.11. A questão do valor do pedágio, indicado como um dos mais elevados do mundo

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- 4.12. A denúncia sobre o elevado número de óbitos nas rodovias
- 4.13. A questão do suposto descumprimento de obrigação contratual de duplicação integral do Anel de Integração
- 4.14. Análise do relatório do Engenheiro Larocca Junior
- 4.15. Os problemas envolvendo o pedágio em Jacarezinho: divisão da cidade, licenciamento ambiental e distribuição de passes
- 4.16. O problema da inexistência de fiscalização adequada da Receita Federal nas praças de pedágio e da não emissão de cupom fiscal
- 4.17. As diferenças entre o modelo de concessão adotado no Paraná e o modelo de concessão federal atual
- 4.18. A questão da Taxa Interna de Retorno dos contratos
- 4.19. A questão da CPMF
- 4.20. A questão do acordo de suspensão da tramitação das medidas judiciais entre o Estado do Paraná e as Concessionárias
- 4.21. Alterações do Programa de Exploração de Rodovias (PER) através de atos administrativos
- 4.22. Projeto de Lei a ser proposto
- 4.23. A questão da efetividade da aplicação do Vale Pedágio

**5. Conclusões da CPI**

- 5.A. Sobre a questão da transparência acerca do modelo de concessão, contrato e papéis
- 5.B. A questão da intrincada legalidade dos contratos
- 5.C. Sobre o modelo de concessão que é de grande complexidade, ocasionando baixo entendimento em relação aos direitos e obrigações contratuais
- 5.D. Sobre os valores das tarifas de pedágio



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- S.E. Sobre a questão dos lucros das concessionárias  
S.F. Sobre o fato de a União, o estado e os municípios serem grandes beneficiados do programa de concessão de rodovias  
S.G. Sobre a ausência de fiscalização da legislação do Vale-Pedágio

**6. Recomendações e encaminhamentos**

- 6.1. Melhor definição acerca do papel, escopo e atuação do DER/PR e AGEPAR  
6.2. Maior fiscalização por parte do DER/PR em relação às obrigações contratuais das concessionárias  
6.3. Adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras e investimentos, considerando a taxa interna de retorno (TIR) vigente no atual ambiente econômico  
6.4. Aumento das obras e diminuição das tarifas com a conclusão das negociações em andamento entre concessionárias e DER/PR  
6.5. Término das negociações ou retomada das ações judiciais entre o Estado do Paraná e as concessionárias  
6.6. Efetivo cumprimento da legislação relativa ao Vale-Pedágio e à nova legislação que regula a jornada de trabalho dos caminhoneiros  
6.7. Desoneração dos tributos e impostos incidentes sobre o Pedágio  
6.8. Oportunidade para redução da tarifa de pedágio pelo aumento da base pedagida e cobrança quilométrica  
6.9. Mobilização da sociedade civil para conhecer e se envolver na questão do Pedágio  
6.10. Novo modelo de concessão de rodovias



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- 6.11. Ampla divulgação dos números do programa de concessão e das informações financeiras das concessionárias
- 6.12. Alternativas aos preços unitários da proposta comercial
- 6.13. Reequilíbrio dos contratos face à extinção da CPMF
- 6.14. Alterações no Programa de Exploração de Rodovias (PER) somente mediante atos administrativos devidamente formalizados
- 6.15. Projeto de Lei a ser proposto
- 6.16. Investigação da existência de eventual fraude/lavagem de dinheiro operacionalizada através de contratação superfaturada de empresas terceirizadas
- 6.17. Cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União e acórdãos relacionados ao programa de concessões do Paraná
- 6.18. Aumento dos programas culturais e sociais desenvolvidos pelas concessionárias
- 6.19. Implantação de equipamentos e sistemas para contagem do fluxo de veículos efetivamente passante nas rodovias, para garantir o controle por parte do Poder Concedente

**1. Relatório da formação e desenvolvimento das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito****1.1. Introdução**

É notório que as Comissões Parlamentares de Inquérito, desde o advento da Constituição Federal de 1988, tornaram-se importante



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Instrumento de afirmação da democracia e de controle do exercício do poder.

Com seus poderes, próprios de investigação das autoridades judiciais, definidos no art. 58, § 3º, da Lei Fundamental, tais investigações têm se prestado ao escopo de auxiliar as finalidades constitucionais de incrementação legislativa, fiscalização e controle de atos públicos e, por vezes, fatos privados de relevância pública. Trata-se, logo, de um mecanismo auxiliar das atividades típicas e atípicas do Parlamento.

É nesta linha que, no Estado do Paraná, esta Casa de Leis decidiu constituir Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a existência de *eventuais irregularidades na concessão e execução de contratos de pedágio que integram o Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, inclusive seus aditivos, avaliando o cumprimento de cláusulas, qualidade dos serviços, condições das rodovias e, em especial, a desproporção entre investimentos realizados e valores arrecadados como receita de pedágio.*

As atividades desenvolveram-se num contexto em que o Poder Público vem sofrendo com a escassez de recursos para financiar as suas missões constitucionais e, ainda, de existência de clamor público no que diz respeito com certa insatisfação com os valores das tarifas e as obras realizadas no âmbito do Programa de Concessão de Rodovias do Paraná.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Tal quadro, de conhecimento de todos, impôs, em alguns setores, dentre outras consequências, (a) a necessidade de se buscar o equilíbrio das contas estatais (daí compreender-se o papel da Lei de Responsabilidade Fiscal) e (b) a demanda por estudos de alternativas para manter os serviços públicos com as características de universalidade, qualidade e eficiência.

Neste segundo campo, uma das saídas encontradas, tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal, foi a implantação de programas controlados de concessão dos serviços públicos.

O programa de implantação do Anel de Integração do Paraná foi, destearte, desenvolvido neste quadro.

Nada obstante tratar-se de uma forma de solução possível (dentre muitas) para enfrentar a crise orçamentária do Poder Público, parece certo que tal opção não se encontra imune a eventuais críticas, mormente porque, em seu processo de implantação no Estado do Paraná, muitas dúvidas e questionamentos surgiram em vista de certa política de "reserva de informações" que os Governos adotaram em relação ao Programa de Concessão de Rodovias.

Deste modo, o grande papel político desta Comissão Parlamentar de Inquérito está ligado a uma ideia de prestação de contas para a população do Paraná sobre aquilo que parte da imprensa chamou de "caixa preta" das concessões de rodovias. Tecnicamente, como já se afirmou, os trabalhos foram orientados para a pesquisa de existência de irregularidades no sistema dos pedágios - de forma geral, e em especial e principalmente no que diz respeito com a legitimidade dos contratos e das cláusulas aditivas e a desproporção entre investimentos realizados pelas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



concessionárias e receitas arrecadadas pelo pedágio. Politicamente, além de buscar elementos para subsidiar a opinião pública em relação ao tema, esclarecer sobre a existência de irregularidades, a CPI também fez seus trabalhos no escopo de tentar contribuir com a melhoria do sistema e negociações no sentido de buscar uma redução de tarifas.

Dentro do prazo regimental de funcionamento da CPI, e contando com uma prorrogação, conseguiu-se, com grande tranquilidade, tomar todos os depoimentos para a formação de juízo deste relatório final. Ademais, quase todos os documentos solicitados foram encaminhados à Presidência ou Relatoria desta Comissão Temporária sem maiores problemas. Frise-se que o DER não encaminhou alguns dos documentos solicitados por esta Comissão.

É preciso salientar, como ficará bastante claro no decorrer do presente relatório, que se trata da 3ª investigação parlamentar desta Assembleia Legislativa sobre o mesmo tema. Referida matéria já havia sido investigada de forma ampla em 2003, mediante CPI; em 2007, através de Comissão Especial de Investigação (CEI), a Assembleia Legislativa se debruçou especificamente sobre a análise da legitimidade das tarifas e, finalmente, agora em 2013/2014, o debate é retomado novamente de forma mais ampla.

Percebe-se, portanto, que o tema é relevante e recorrente no cenário político paranaense. Exatamente por isso esta CPI, além da análise dos documentos coletados e oitivas realizadas, não se limitou a avaliar o tema fora do contexto global, o que impôs a referência, por vezes, às investigações precedentes.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Nesta linha, insta destacar, desde já, breve histórico do processo jurídico e político das concessões de rodovias no Estado do Paraná, assunto, que será, em momento posterior, aprofundado.

É preciso, pois, observar, que em 1991, quatro anos antes do governo Jaime Lerner iniciar o programa de concessão de rodovias, a Secretaria dos Transportes, ainda no primeiro ano do primeiro mandato de Requião no Palácio Iguaçu, formou uma comissão de técnicos para estudar a viabilidade da implantação de um sistema de pedagiamento em estradas paranaenses "na busca de uma fonte alternativa de recursos que financiasse os investimentos no setor rodoviário".

O grupo foi formalizado através da resolução nº 47/91 de 11/07/1991, que instituiu uma "[...] Comissão Especial de Estudos destinada a apresentar proposição sobre a implementação de cobrança de pedágio nas Rodovias Estaduais", publicada no Diário Oficial do Estado. Formada por cinco engenheiros do Departamento de Estradas e Rodagem (DER / PR), a comissão concluiu pela viabilidade do pedágio "em uma rede viária composta por 2.767 Km, sendo 2.148 Km de rodovias federais e 619 Km de rodovias estaduais".

No entanto, apesar dos estudos estabelecidos, a ideia concretizou-se apenas no Governo Jaime Lerner, em 1996.

Diante de novos estudos e tratativas a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, celebrou os instrumentos de convênio 2, 3, 4, 5, 6 e 7, em 1996, com o Estado do Paraná, a quem delegou a administração e a exploração de trechos de rodovias federais, nos termos da Lei 9.277, de 10/ 5/ 1996, e Portaria 368/ GM, de 11/9/ 1996, do Ministério dos Transportes.

11



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Ao todo foram delegados 1.850,70 km de rodovias federais, sendo o prazo dos convênios de 25 anos, a encerrar no ano de 2024. Os contratos de concessão autorizam a alteração dos prazos das concessões, alternativa ou complementarmente, em caso de revisão do valor da tarifa básica de pedágio (Cláusulas XI.2 e XX.4). No âmbito do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, segmentos rodoviários estaduais foram acrescentados aos trechos federais, totalizando 2.492,69 km de vias, aí incluindo simples acessos e eixos principais. (1.850,70 km da UNIÃO e 642,79 km do ESTADO)

Após ser dividida em 6 lotes, essa malha foi concedida à iniciativa privada. Os respectivos contratos de concessão foram subscritos em 14/ 11/ 1997 para vigorarem por 24 anos e abrangem os trechos descritos:

1 - Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S/A - Econorte BR-369 e BR-153  
220,80 km da União  
340,77km trecho total

2 - Rodovias Integradas do Paraná S/A - Viapar BR-369, BR-376 e BR-158  
434,00 km da União 545,00  
km trecho total

3 Rodovia das Cataratas S/A - Eopcataratas BR-277  
387,10 km da União 458,94 km trecho total



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



4 Caminhos do Paraná S/A BR-277, BR-373 e BR-476  
347,90 km da União 405,90 km trecho total

5 Concessionária de Rodovias Integradas S/A - Rodonorte BR-277,  
BR-373 e BR-376  
376,70 km da União 567,78 km trecho total

6 Concessionário Ecovia Caminhos do Mar S/A BR-277  
84,20 km da União 175,10 km trecho total

**TOTAL: 1.850,70 de rodovias federais e 642,79 km de rodovias  
estaduais (2.493,49 total rodovias federais + estaduais)**

O critério utilizado para julgamento das propostas vencedoras às licitações das concessões foi o da oferta de uma maior extensão de rodovias marginais a serem mantidas pelo concessionário. Tais aspectos diferem dos critérios de licitação pelo menor valor da tarifa de pedágio, utilizados no programa federal de concessões rodoviárias.

A seguir, apresenta-se o resumo dos aspectos dos principais acontecimentos do pedágio:

a) As licitações dos seis lotes de concessões rodoviárias estaduais, apesar de licitadas em mesmo período, 1997, apresentam distinções entre si quanto a direitos e obrigações, e renegociações de tarifas e de investimentos;

b) Foram alterados unilateralmente todos os contratos de concessão pelo governo estadual, com redução de 50% das tarifas básicas, em 1998, um mês após o início da cobrança dos pedágios;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



c) As concessionárias, alegando terem sido demasiadamente prejudicadas pela restrição das receitas, conseguiram medida judicial liminar desobrigando-as de investir em serviços de recuperação e em Obras de Melhoria de Ampliação de Capacidade (OMAC) (duplicações e terceiras faixas) das rodovias, enquanto perdurasse o rebate. Tais empresas deveriam manter somente a conservação e a manutenção das vias;

d) Dois termos aditivos amigáveis foram celebrados, em 2000 e 2002, retornando os patamares originais das tarifas e estabelecendo novos cronogramas de investimentos;

e) No ano de 2000, sob o prisma de reequilibrar o contrato, tendo em vista a medida unilateral de redução em 50% da tarifa do pedágio, foi firmado o primeiro aditivo, retirando 344 quilômetros de estradas a serem duplicadas. Retiraram também viadutos, trincheiras, contornos de cidades.

f) Em 2002 outro aditivo foi assinado postergando o residual das obras mais baratas e convencionais e postergando várias obras para os últimos anos da concessão.

h) Dentre as obras orçadas na licitação original de 1997, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, o Poder Concedente em conjunto com as Concessionárias, realizou alterações no cronograma de obras.

i) Ressaltam que não houve efetivamente inclusão de novas obras pelos aditivos, mas somente de reposição dessas ao programa de investimentos. Obras teriam sido inicialmente excluídas por uma negociação e, posteriormente, devolvidas ao PER;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

j) Destaque há de ser dado ao fato de, em 2002, ter sido alterada a forma de medição dos serviços de restauração das vias, com efeito retroativo a 22/ 3/ 2000 (Deliberação DG/ DER 290/ 2002). Assim, a medição e o consequente pagamento dos serviços realizados pelas concessionárias em restaurações passaram a ser pelo quantitativo de insumos totais empregados e respectivos preços. O contrato inicial entre as concessionárias e o Poder Público estabeleceu a medição por área (metro quadrado) de intervenção de restauração.

k) Os cronogramas de investimentos alterados (pelos Aditivos 2000 e 2002) esticaram prazos de execução de serviços de restauração, postergaram ou excluíram obras. Há casos de obras (contornos e duplicações, por exemplo) que foram postergadas e/ou excluídas no primeiro aditivo e realocadas no aditivo seguinte, inclusive antecipadas, e outras tiveram a execução parcelada ao longo da concessão;

l) Essas diversas modificações de prazos e de inclusão/ exclusão de obras não foram razoáveis, não privilegiaram o Interesse público e dos usuários, atendendo unicamente ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos;

m) Foram incluídos Degraus Tarifários em momentos esporádicos dos fluxos de caixa de algumas concessionárias, visando a inserção de novos investimentos não previstos nos contratos e seus aditivos;

n) Quanto ao risco de execução das obras, os editais e os contratos estabelecem que as concessionárias devem assumir integralmente o risco de variação dos preços unitários, sem direito ao reequilíbrio econômico financeiro. Por outro lado cabe ao Poder Concedente assumir os riscos de variação dos quantitativos previstos





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**GPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



à época da licitação. Saliente-se, ainda, que à época da licitação não foram apresentados os projetos executivos detalhados, apenas projetos básicos. Destaca-se, porém que para a execução de um determinado investimento, a Concessionária deverá submeter ao Poder Concedente que analisa e aprova o projeto executivo detalhado. Assim somente após a aprovação pelo Poder Concedente e mediante a Ordem de Serviço respectiva é que a Concessionária executa os serviços.

o) No governo Roberto Requião, foi nomeada uma comissão para negociar com a concessionária e trazer um acordo para redução das tarifas. A comissão, criada ainda em 2004 para analisar um acordo estabelecido pelo então governador Roberto Requião e a concessionária Ecocataratas, formulou a ATA 17. Esse acordo previa a redução de 30% no valor da tarifa de pedágio, extinguiu as verbas de aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e todas as obras de duplicação, até o fim do contrato. Havia ainda um adicional pela obra de duplicação na praça de São Miguel do Iguaçu que já havia sido realizada. A ata mantinha esses aspectos, porém, estabelecia um reajuste de 17,4% na tarifa. Por essa mudança, Requião não assinou a ata, mas a concessionária entrou na Justiça, que validou o documento. Desta forma, todas as obras que a ECOCATARATAS deveria fazer ficaram desobrigadas. Sobre a ATA 17, trataremos no item 5.B. deste relatório, sobre a Questão da Intrincada Legalidade dos Contratos.

## 1.2. Formação, composição, funcionamento e objetivos da CPI

mento e obje



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Por decorrência do quadro acima exposto, um grupo de Parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná, mediante documento encabeçado pelo Deputado Nelson Luersen e acompanhado de assinaturas suficientes, encaminhou requerimento com o seguinte teor:

**\*Súmula:** Requer a constituição de CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito territorial do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Os Deputados Estaduais que o presente subscrevem, no uso das atribuições conferidas pela Constituição do Estado do Paraná por meio do § 3º, do artigo 62, com fundamentos nos artigos 34, 36 e 37 do Regimento Interno (R. I.) da Assembleia Legislativa, com muita honra comparecem perante Vossa Excelência, para REQUERER, depois de colhida a devida aprovação do douto Plenário desta Casa de Leis, a constituição de CPI - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, doravante denominada de "CPI das Concessões dos Pedágios", integrada por 08 membros, com prazo de duração previsto em 120 (cento e vinte) dias, passíveis de suspensão durante recessos e prorrogação nos termos do § 3º, do artigo 35 do R.I., para proceder a inquérito sobre denúncias, inclusive veiculadas pela imprensa, de possíveis irregularidades na concessão e execução dos Contratos de Pedágios do Programa de Concessão de Rodovias do Estado, inclusive alterações e aditamentos, avaliando o cumprimento de suas cláusulas, a qualidade da prestação dos serviços, as condições das rodovias, a ocorrência de omissão ou atraso na execução de obras, focando também as investigações na constatação ou não, de desproporcionalidade entre investimentos realizados pelas concessionárias diretamente nos trechos rodoviários pedagiados, e os valores arrecadados como receita oriunda da cobrança de tarifas de pedágio, procedendo avaliação sob o ponto de vista do interesse público e do Estado, aferindo o benefício e a economicidade das concessões, identificando o impacto produzido pela cobrança de pedágios na ordem econômica dos Municípios, do Estado, das Cooperativas, da Indústria e Comércio do âmbito do Paraná.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Para cumprimento dos propósitos desta pretensa CPI, em atenção ao preceituado no §. 6º, do artigo 36 do R.I., requer-se desde já, a aprovação do Plenário para que a respeitável Comissão Executiva, de forma preferencial e sempre em caráter de urgência, observando o exiguo prazo da vigência da Comissão, destine os recursos necessários em atendimento às solicitações da CPI, em especial no que concerne a deslocamento da Comissão e equipe técnica pelo território do Estado, requisição de servidores e equipamentos, dentre outras fundamentais, a critério da CPI, para exercício das competências impostas pelo artigo 37 do R.I. e demais legislações satélites.

Sala das sessões em 23 de outubro de 2012.

**NELSON LUERSEN**

**DEPUTADO ESTADUAL\***

O Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Valdir Rossoni, através de Ato da Presidência n.º 17/2013, declarou constituída a Comissão, a ser formada por 09 membros e com prazo de funcionamento para 120 dias.

Através dos critérios regimentais da Assembleia Legislativa do Paraná, definiu-se que a Comissão Parlamentar de Inquérito seria Presidida pelo *Deputado Nelson Luersen*, tendo como Relator este subscritor do presente documento - Deputado *Douglas Fabrício* e, na qualidade de membros, os Deputados *Nereu Moura*, *Artagão Junior*, *Alceu Maron Filho*, *Bernardo Ribas Carli*, *Péricles de Mello*, *Wilson Quinteiro* e *Adelino Ribeiro*, com seus respectivos suplentes. É preciso destacar, neste aspecto, que o Deputado Cleiton Kielse, apesar de suplente, teve participação ativa em quase todas as reuniões desta CPI, manifestando-se com questionamentos e encaminhamentos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Definiu-se que as reuniões da CPI deveriam ser realizadas às terças-feiras, pelo período da manhã, sendo que a primeira sessão aconteceu no dia 15 de Julho de 2013, e assim sucessivamente até o último encontro.

No decorrer da CPI foram realizadas 26 sessões ordinárias (na sede desta ALP), além de 8 sessões extraordinárias (todas elas fora de Curitiba).

As sessões extraordinárias ocorreram nos Municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina, Maringá, Jacarezinho, Campo Mourão, Paranaíba, Paranaguá, Guarapuava e Ponta Grossa. Em todas as sessões extraordinárias verificou-se, além dos deputados integrantes desta comissão, grande presença de público local, autoridades, deputados das regiões, vereadores etc., que puderam contribuir com informações e denúncias.

**1.3. O Regimento Interno da CPI**

Para melhor desempenhar as suas atividades, a Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou Regimento Interno específico para orientar os seus trabalhos.

Referido documento possui o seguinte teor:

**"REGIMENTO INTERNO DA CPI DO PEDÁGIO DO PARANÁ**

Os Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, imbuídos do firme propósito de fortalecer a Instituição do Poder Legislativo, reforçando os princípios de suas atividades parlamentares de fiscalização dos atos públicos e privados, preocupados em estabelecer regras, parâmetros, limites e principalmente funções modernas e exequíveis para o desenvolvimento dos trabalhos legislativos no que tange às matérias afetas a inquérito, resolvem aprovar o presente REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS PEDÁGIOS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA.**

**CAPÍTULO I**

**DA SEDE, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA.**

**Art. 1º** – A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pedágios da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, instituída através do Ato do Presidente nº

017/2013, funcionará na sede do Poder Legislativo, Palácio Dezenove de Dezembro, Centro Cívico, Capital do Estado.

**Art. 2º** – A CPI é composta de nove membros efetivos, Deputados Estaduais indicados na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, atendido o princípio de proporcionalidade partidária, para o fim precípuo de cumprimento da função institucional do Poder Legislativo, no âmbito público e privado do Estado do Paraná, com fato determinado a "investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná", na forma da proposição apresentada em Plenário, que agregou ao fato determinado a apurar em procedimento de investigação, poderes para recepcionar denúncias e reclamações, inclusive veiculadas pela imprensa, de possíveis irregularidades na concessão e execução dos Contratos de Pedágios do Programa de Concessão de Rodovias do Estado, inclusão alterações e aditamentos, avaliando o cumprimento de suas cláusulas, a qualidade da prestação dos serviços, as condições das rodovias, a ocorrência de omissão ou atraso na execução de obras, focando também as investigações na constatação ou não, de desproporcionalidade entre investimentos realizados pelas concessionárias diretamente nos trechos rodoviários pedagiados, e os valores arrecadados como receita oriunda da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

cobrança de tarifas de pedágio, procedendo avaliação sob o ponto de vista do interesse público e do Estado, aferindo o benefício e a economicidade das concessões, identificando o impacto produzido pela cobrança de pedágios na ordem econômica dos Municípios, do Estado, das Cooperativas, da indústria e Comércio do âmbito do Paraná, tudo constante do requerimento de constituição, recebendo poderes e atividades disciplinados neste Regimento, no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, na Constituição do Estado do Paraná e demais legislações pertinentes.

**Parágrafo único.** A GPI dos Pedágios é integrada pelos seguintes Deputados:

Deputado Nelson Luersen  
Deputado Adelfino Ribeiro  
Deputado Douglas Fabrício  
Deputado Wilson Quinteiro  
Deputado Péricles de Mello  
Deputado Nereu Moura  
Deputado Artagão Júnior  
Deputado Alceu Maron  
Deputado Bernardo Carli

Art. 3º - A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pedágios tem como Presidente o Deputado Nelson Luersen, Vice-Presidente o Deputado Adelfino Ribeiro, como Relator o Deputado Douglas Fabrício e como Relator Adjunto o Deputado Wilson Quinteiro, eleitos pelos membros efetivos da CPI, na forma disciplinada no Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

**Art. 4º - Compete ao Presidente da Comissão:**

1 - convocar formalmente as reuniões, informando a hora e local, bem como a pauta a ser discutida;

21



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



II - convocar suplentes quando da ausência e ou impedimentos de membros efetivos;

III - presidir a todas as reuniões, dirigindo os trabalhos e suspendendo-os quando julgar necessário, resolvendo as questões na forma deste Regimento e utilizando-se subsidiariamente das normas contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e no Código de Processo Civil e Penal Brasileiro; IV - distribuir as questões para análise, investigação e pronunciamento através de pareceres, designando para tanto, relatores e sub-relatores dentre os membros da Comissão;

V - determinar a publicação das atas das reuniões, audiências públicas e ou eventos; VI - solicitar ao Presidente da Assembleia, substitutos para os membros da Comissão, quando por cassação, abandono, renúncia, ou excesso de ausências às reuniões da Comissão, deixem de cumprir com suas obrigações junto à Comissão;

VII - manifestar o voto de qualidade no caso de empate da votação;

VIII - avocar o direito de emitir pareceres sobre questões relativas ao tema da investigação;

IX - constituir subcomissões, e atribuir-lhes missões a serem cumpridas.

**Art. 5º -** Compete a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pedágios, de forma suplementar ao fato determinado a investigar constante do requerimento que deu origem à Comissão, realizar as seguintes ações:

I - dar pareceres conclusivos sobre todas as questões em investigação, manifestando-se em todas as matérias correlatas a irregularidades nos Pedágios do Estado do Paraná, quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, operacionais, procedendo minuciosas análises, perícias, solicitando o apoio nas investigações à

Polícia Federal, à Secretaria de Segurança Pública, às Polícias Civil e Militar e ao Tribunal de Contas do Estado, assim como também o acompanhamento do Ministério Público estadual ou federal e outros







**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



ser convocados pessoalmente, com ao menos 12 (doze) horas de antecedência.

III- Reuniões Especiais, que são as realizadas fora da sede, em qualquer lugar do território Brasileiro, e poderão ter caráter de reunião ordinária ou extraordinária, sendo públicas ou reservadas de sigilo.

Parágrafo único. A requerimento de qualquer Deputado da Assembleia poder-se-á solicitar ao Presidente da Comissão a convocação de reunião de emergência para tratar de assunto relevante e previamente determinado, vinculado com objetos das investigações.

Art. 7º - Das reuniões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo que houver ocorrido, digitadas em folhas avulsas e digitalizadas, as quais serão publicadas no Diário Oficial e integrarão o respectivo arquivo do Banco de Dados da CPI, sendo as notas taquigráficas, peças integrantes das atas.

Parágrafo único. Peças documentais ou similares, integrantes de atas ou de investigações, notas taquigráficas, com teor sigiloso e reservado, somente poderão ser publicados com a autorização formal do Presidente da CPI.

**DAS VAGAS, FALTAS E IMPEDIMENTOS**

Art. 8º - O membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que deixar de comparecer a duas reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, o suplente pelo Presidente da Comissão, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

Art. 9º - Na impossibilidade de comparecimento de membro efetivo da Comissão Parlamentar às reuniões, o mesmo deverá notificar ao



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Presidente da Comissão com antecedência mínima de quatro horas antes da reunião.

**Parágrafo único.** Na ocorrência da hipótese do *caput* deste artigo, o Presidente da Comissão deverá convocar o suplente do membro efetivo, sendo que na impossibilidade de comparecimento também deste, caberá ao partido ou Bloco do faltoso indicar ao Presidente da Assembleia o substituto para reunião.

**Art. 10** - Na hipótese de ausência às reuniões, mesmo que justificada para fins de convocação do suplente será computada como falta na ata da reunião e em livro próprio da Comissão, para o propósito manifesto no artigo 8º, deste Regimento.

**DOS TRABALHOS**

**Art. 11**- Os trabalhos das reuniões da CPI dos Pedágios obedecerão preferencialmente a seguinte ordem:

- I- leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;
- II- leitura sumária do expediente;
- III- leitura da pauta da reunião;
- IV- chamamento de depoentes, intimados ou convidados a depor, tomando as seguintes providências:
  - a) identificação do depoente, através de documento especificando a qualificação completa;
  - b) Compromisso verbal e escrito de dizer a verdade perante a Comissão;
  - c) Coleta dos depoimentos, permitindo-se a apresentação de documentos, fotos e vídeos, como também o acompanhamento de procurador advogado, legalmente constituído com apresentação antecipada da Procuração à CPI, salientando que o causídico não deverá manifestar-se durante o depoimento, por se tratar de inquirição específica e privativa de membros da Comissão Parlamentar, podendo comunicar-se através de requerimentos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



escritos endereçados a Comissão. V - organização de subcomissões para cumprir missões de fiscalização para cumprimento do inciso IV, do artigo 5º, deste regimento;

VI - leitura, discussão e votação de relatórios de subcomissões;

V - leitura, discussão e votação dos pareceres dos relatores; VI - leitura, discussão e votação de requerimentos.

**Art. 12 -** As convocações dos membros para reuniões da Comissão serão feitas através de Ofício, envio de e-mails aos Deputados, e também mensagem de texto nos aparelhos celulares, além de documento formal constando a hora, local da realização e a pauta dos trabalhos, que será entregue a qualquer servidor integrante do Gabinete do convocado.

**Parágrafo único.** As convocações para reuniões ordinárias deverão ser feitas com antecedência de doze horas.

**Art. 13 -** As deliberações da Comissão serão por maioria de votos com a presença mínima da maioria do número total de membros efetivos, quórum este não exigido para abertura de reuniões e votação de atas, ficando nestes casos estabelecida a exigência da presença mínima e quórum de três Deputados, situação especialíssima em virtude da possibilidade de constituição de subcomissões parlamentares, que poderão estar prestando missões em outros locais concomitantemente, sem prejuízo dos demais trabalhos da Comissão objetivando-se o cumprimento do prazo exigido de 120 dias a partir da instalação, prorrogável na forma regimental, para apresentação de relatório conclusivo.

**Art. 14 -** Quando da análise das questões afetas à Comissão, qualquer Deputado poderá solicitar diligências a órgãos públicos e privados,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

objetivando buscar novos elementos e opiniões técnicas acerca do assunto, para melhor fundamentar pareceres conclusivos e relatórios de subcomissões, desde que aprovados em requerimento pela Comissão;

**Art. 15** - Designado sub-relator para análise de qualquer questão da CPI, o mesmo terá o prazo indicado pelo Presidente da CPI, a contar da designação, para apresentar parecer conclusivo por escrito, parecer este que sofrerá deliberação da Comissão na primeira reunião subsequente.

**Parágrafo único.** O Presidente da Comissão, a requerimento fundamentado do sub-relator, poderá prorrogar por mais cinco dias o prazo para apresentação do parecer, sendo que esgotado os prazos, sem apresentação, o Presidente poderá nomear novo deputado sub-relator ou com a devida autorização da maioria dos membros da CPI, conceder formalmente poderes a servidores integrantes da Secretaria Geral da CPI, para que procedam ações de coordenação em nome da CPI, especificamente na hipótese de missões de investigação sigilosas.

**DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO ASSESSORAMENTO**

**Art. 16** - A Estrutura Organizacional da Secretaria Geral da CPI é dimensionada para de cumprir com as atribuições disciplinadas neste Regimento, tendo também a missão principal de coordenar e garantir a organização administrativa das reuniões, Audiências Públicas e outros eventos promovidos pela Comissão, como fóruns, seminários e Congressos, seja na sede da Assembleia ou fora dela, primando pela manutenção, guarda e segurança do Banco Geral de Dados e pelo integral assessoramento a todos os Deputados membros da CPI.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**Art. 17 -** A Secretaria Geral da CPI será assim composta:

- a. Uma Coordenação Geral da Secretaria da CPI;
- b. Uma Secretaria Executiva da CPI;
- c. Dois Gestores do Banco de Dados da CPI;
- d. Um Coordenador Jurídico da CPI;
- e. Um Coordenador de Manutenção do Site da CPI;

([www.colpedaçooparanha.com.br](http://www.colpedaçooparanha.com.br)).

- f. Um Coordenador de Registros Taquigráficos e de Vídeo;
- g. Uma Secretaria de Comunicação da CPI;
- h. Um Coordenador de uma Unidade Móvel da CPI;
- i. Dois Técnicos indicados pelo Tribunal de Contas do Estado;
- j. Um Engenheiro Civil;
- k. Um indicado pelo sindicato dos engenheiros do Paraná;
- l. Um contador e um economista capacitado pela perícia;
- m. Um advogado contratado pela CPI do pedágio;
- n. Um indicado pela OCEPAR;
- o. Um técnico indicado pela receita federal;
- p. Um indicado pelas centrais sindicais.

**Art. 18 -** A Secretaria Geral da CPI dos Pedágios, além de outras funções designadas pelo Presidente, terão as seguintes atribuições:

- I- secretariar o Presidente da Comissão, prestando consultoria Jurídica;
- Legislativa;
- II- secretariar as reuniões da Comissão;
- III- elaborar o instrumento de convocação dos membros da Comissão para reuniões, a pedido do Presidente;
- IV- proceder a convocação dos membros da Comissão, por meio de e-mails;
- V- elaborar a pauta da reunião da Comissão na forma determinada pelo



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



Presidente;

VI- identificar os membros da Comissão da pauta da reunião no momento da convocação;

VII- manter registro digital de presença das reuniões em ordem, identificando, periodicamente, o Presidente das ausências reiteradas e faltas injustificadas dos membros da Comissão;

VIII- responsabilizar-se pelo controle dos prazos regimentais para os relatores subcomissões cumprirem suas missões, emitindo seus pareceres, informando, periodicamente, ao Presidente a ocorrência de decurso de prazo, afim de que se proceda a indicação de novos relatores;

IX- elaborar as atas das reuniões da Comissão e mantê-las devidamente arquivadas sob sua responsabilidade e guarda;

X- realizar a publicação no Diário Oficial das atas, pareceres, relatórios das missões da Comissão, e demais atos, após autorização do Presidente;

XI- manter-se bem informado de toda a legislação Estadual e Federal existente que verse sobre o tema principal da CPI, constituindo acervo legislativo e arquivando documentos temáticos sob sua guarda e responsabilidade, bem como estabelecer estreito relacionamento com órgãos e instituições governamentais ou não, a fim de atarem intercâmbio de informações;

XII- organizar e designar as atividades dos agentes administrativos da CPI. XIII- Responsabilizar-se pela constituição e manutenção do Banco de Dados da CPI, assim composto:

- a. Arquivo Digital e Físico de Documentos Expedidos;
- b. Arquivo Digital e Físico de Documentos Recebidos;
- c. Arquivo Digital e Físico de Atas das Reuniões e Audiências Públicas e demais

Eventos;

d. Arquivo Digital e Físico de Registros Taquigráficos;

e. Arquivo Digital e Físico de Fotos e Vídeos;

f. Arquivo Digital e Físico de Depoimentos;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



g. Arquivo Digital e Físico Gerado pelo Sistema Disk Denúncias e e-mails da CPI;

h. Arquivo Digital e Físico de Matérias de Imprensa.

**Parágrafo único.** Todos os documentos deverão ser formalmente recebidos pela Secretaria da CPI, registrados e numerados, digitalizados, catalogados no respectivo Arquivo do Banco de Dados da CPI, mantidos sempre em ordem e disponíveis, a qualquer momento, a requerimento de qualquer Deputado membro da CPI, e acessíveis a qualquer membro da CPI.

**DAS MISSÕES E SUBCOMISSÕES**

**Art. 19** – A requerimento de qualquer Deputado e por determinação do Presidente da CPI, poderão ser constituídas Subcomissões, que terão missões pré-determinadas a cumprir, com prazo estipulado e metas a serem atingidas, com a finalidade de proceder investigações, fiscalizações e serviços especiais de levantamento de dados e informações, sob a coordenação de pelo menos um membro da Comissão, que apresentará relatório da missão.

**Parágrafo único.** O requerimento que solicitar a constituição da Subcomissão deverá mencionar os motivos e o caráter da missão, os objetivos a ser alcançados, o prazo para realização e duração, que não poderá ser superior a 15 dias a contar de sua constituição.

**Art. 21** – As missões para cumprimento de suas metas, contarão com o apoio técnico de servidores da Assembleia Legislativa indicados pelo Presidente da CPI, bem como de qualquer servidor públicos de outro Poder do Estado do Paraná, requisitado para prestar serviços temporários para cumprimento de missão.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**Parágrafo único.** Para cumprimento da missão o senhor Presidente da CPI requisitará servidores da ALEP para prestarem assessoramento ao Coordenador Geral da Secretaria e à Secretária Geral da CPI.

**Art. 22 –** Procedida as investigações necessárias, concluída a fase de instrução e inquérito, o Presidente da CPI colocará à disposição do Relator, todo o Banco de Dados gerado pelas investigações que, embasado nos pareceres e relatórios das subcomissões e missões, documentos e dados constantes do acervo da CPI, elaborará o relatório final da Comissão, que sofrerá deliberação interna da CPI, antes de ser enviado ao Presidente da Assembleia para as providências regimentais cabíveis.

**Art. 23 –** Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pela Comissão.

Sala de Reuniões da CPI, em 17 de Julho de 2013".

Apesar de previsão regimental, não foram constituídas subcomissões e, igualmente, apesar de convites encaminhados, a secretaria geral não preencheu todas as funções. A CPI, a despeito disso, recebeu colaboração do trabalho de uma ampla assessoria de servidores da casa, servidores concedidos pelo Tribunal de Contas do Estado e assessores com elevada qualificação técnica que foram nomeados especialmente para auxiliarem esta relatoria.







**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**1.4. A documentação solicitada através de ofícios,  
convocações e respostas recebidas**

Tendo em vista a necessidade de instruir a formação de juízo desta Comissão Parlamentar de Inquérito foram expedidos algumas centenas de Ofícios, assinados pela Presidência ou pela Relatoria, solicitando encaminhamento de documentos, informações, providências, esclarecimentos, convocando cidadãos e autoridades a depor e convocando os edis para as mais diversas reuniões. No total, foram mais de 500 ofícios, requisições e solicitações de documentos.

Para facilitar a visualização das providências demandadas e as respectivas respostas, elaborou-se o quadro abaixo que resume, grosso modo, grande parte das atividades desenvolvidas pela investigação parlamentar,

**RÉSUMO DOS PRINCIPAIS OFÍCIOS E PROVIDÊNCIAS DEMANDADAS  
PELA CPI**

- Dep. Nelson Luersen
- Ofícios iniciais enviados para diversas instituições.
- Dep. Tercilio Turini
- Participação de instituições na CPI, publicar esclarecimentos e informações fornecidas à CPI.
- Dep. Alceu Maron Filho
- Solicitação dos Contratos Sociais das Seis Concessionárias à JUCERAR.
- Dep. Alceu Maron Filho





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- Solicitação de audiências Públicas.
- Dep. Alceu Maron Filho
- Requer requisição de cópias de todos os documentos contratuais (termos originais e aditivos), bem como cópia dos trabalhos de análise, estudos econômicos e financeiros, de fiscalização e auditoria, referentes aos seis lotes de concessão das rodovias principais e aos seis lotes de concessão das rodovias de acesso paranaenses que estejam sob a posse pelas respectivas atribuições do TCE, DER, AGEPAR, TECPAR e CREA - PR.
- Dep. Péricles de Mello
- Indicação de técnico para participar da CPI.
- Dep. Douglas Fabrício
- Requerimento procedimental.
- Dep. Péricles de Mello (RETIRADO E REFEITO PELO AUTOR)
- Altera proposta de plano de trabalho, regime de metas e regimento interno.
- Dep. Douglas Fabrício
- Solicitação ao TJ de certidão de distribuição das empresas que detêm as concessões dos Pedágios.
- Dep. Cleiton Kleise (REJEITADO)
- Quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das concessionárias.
- Dep. Péricles de Mello
- Requer estudos ao Conselho Gestor das PPPs.
- Dep. Péricles de Mello



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- Solicita à ANTT, apresentação dos projetos dos Pedágios Federais.
- Dep. Cleiton Kleise
- Solicita expedição de ofícios para as seis concessionárias de Pedágio do Estado do Paraná, requerendo as seguintes informações:
  - Quais são as empresas subsidiárias que estão prestando serviços para a concessionária?
  - Quais são as empresas contratadas para prestar serviços de consultorias?
  - Quais as empresas que prestam serviços de informação e de sistema de informação? E como são contratadas?
  - Qual é o preço estipulado em metros<sup>2</sup> de recape asfáltico?
  - Qual é o preço estipulado em metros<sup>2</sup> em pavimentação nova?
  - Como são realizados os orçamentos de obras nas rodovias do PR?
  - Qual é a forma que as empresas são contratadas?
  - Como é feito o Sistema de contabilização da passagem de veículos por cancela?
  - Como é estipulado o salário dos funcionários?
  - Qual é o valor dos funcionários por classe?
  - Quais são os recursos repassados para o Estado? E de que forma são repassados?
  - Como foram feitas as alterações dos contratos originais, passando por quatro aditivos?
  - Solicitamos os balanços patrimoniais auditados dos últimos 15 anos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



• **Dep. Cleiton Kliese**

Requer oitiva do Dr. Osvaldo Soweik Júnior, Procurador do Ministério Público Federal, comarca de Ponta Grossa.

• **Camila Palm Silva Pereira**

• Solicita cópia do Regimento Interno da CPI do Pedágio.

• **Dep. Péricles de Mello**

• Requer cópia da gravação em vídeo da Sessão Ordinária do dia 13/08/2013.

• **Dep. Péricles de Mello**

• Cópia de documentos.

• **Dep. Nelson Luersen** (RETIRADO PELO AUTOR)

Solicita divulgação de todos os documentos públicos recebidos pela CPI, por meio do website vinculado a Alep.

• **Dep. Tercílio Turini**

• Requer aferição da quantidade de veículos que trafegam pelas praças de arrecadação – "in loco".

• **Dep. Péricles de Mello**

Solicitação à CUT e Força Sindical de assessoramento técnico para CPI.

• **Dep. Péricles de Mello**

Solicitação ao DER, do estudo sobre a tarifa básica.

• **Dep. Péricles de Mello**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Requer, sejam publicados no site da CPI, todos os atos referentes à investigação.

- Dep. Péricles da Mello

Procedimentos internos.

- Dep. Péricles da Mello

Requer solicitação à Procuradoria Geral do Estado, cópia de todos os processos em que o Estado do Paraná figurava como parte, referente ao Pedágio e cópia de todos os acordos celebrados nos processos já suspensos.

- Dep. Péricles da Mello

Requer, sejam solicitados, ao Tribunal de Contas da União, os estudos realizados sobre o Pedágio no Estado do Paraná.

- Dep. Péricles da Mello

Requer o envio de convite ao Dr. Diogo Castor de Mattos e Dr.ª Maria Cecília Delisi Rosa Pereira para se pronunciarem perante os membros da CPI.

- Dep. Nelson Luersen

Requer oitiva dos diretores do DER: Rógério Walbach Tizzot, Paulo Dalmaz, Nelson Leal Júnior.

- Dep. Douglas Fabrício

- Requer oitiva do senhor Laertes Freitas, Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros – SINDICAM-PR.

- Dep. Douglas Fabrício

Requer oitiva do Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, senhor José Richa Filho.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**• **Dep. Douglas Fabrício**

Requer oitiva do Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Paraná - FETRANSPAR, senhor Sérgio Malucelli.

• **Dep. Douglas Fabrício**

Requer expedição de ofício ao DER para que informe a receita bruta das seis concessionárias de rodovias do PR, durante todos os anos de concessão até o ano de 2012, e ainda, o número de óbitos, ocorridos, inclusive nos hospitais, decorrentes de acidentes nas rodovias:

• **Dep. Douglas Fabrício**

Requerer junto ao DER os protocolos que fazem referência e autorizam a substituição da praça de pedágio da BR-369, no município de Andaraí para o município de Jacarezinho,

• **Dep. Douglas Fabrício**

Seja solicitado à Promotora de Justiça Dr.ª Maria Cecília Dellsi Rosa Ferreira, os estudos referentes à concessão de rodovia, nos termos do depoimento prestado, por ela, à CPI.

• **Dep. Douglas Fabrício**

Requer solicitação, ao DER, para disponibilização de senha de acesso ao site [www.documentador.pr.gov.br](http://www.documentador.pr.gov.br) **HYPERLINK** "<http://www.documentador.pr.gov.br/>".

• **Dep. Douglas Fabrício**

Convocação dos Procuradores, Dr. Júlio Zen Cardozo e Dr.ª Jozélia Nogueira.

**Dep. Nelson Luersen**

Solicita em regime de urgência a expedição de ofício requerendo ao TCE/PR, realização de auditorias no DER e nas empresas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



concessionárias: Econorte, Viapar, Caminhos do Paraná, Rodonorte e Ecovja.

• Dep. Adelfino Ribeiro

Convocação dos senhores: Alexandre Antonio dos Santos, Homero Figueiredo Lima, José Antonio B. Pereira, Nagib Georges Fattouch e Paulo Roberto Incott, servidores do TCE, para prestarem esclarecimentos acerca da auditoria realizada pelo TCE, em relação à concessionária Ecocataratas.

• Dep. Douglas Fabrício

Envio de ofício à Secretaria de Infraestrutura e Logística SEIL/ Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando cópia do estudo de viabilidade do Anel de Integração, efetuados pelo governo e pelo consórcio Cogit-Engefoto.

• Dep. Nelson Luersen

Sessão Extraordinária no município de Jacarezinho.

• Dep. Alceu Maron Filho

Oitiva do engenheiro civil, senhor Joel Laroocca Júnior.

• Dep. Bernardo Ribas Carli

Oitiva do senhor Djalma Rocha M. Pereira (empresa Engefoto).

• Dep. Bernardo Ribas Carli

Oitiva da senhora Vera Bezno (empresa Engefoto).

• Dep. Wilson Quinteiro

Oitiva do senhor João Chiminazzo Neto - ABCR.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- Dep. Wilson Quinteiro

Requerimento procedimental.

- Dep. Aldeu Maçon Filho

Requerimento procedimental.

- Dep. Nelson Luerßen

Retirado em 24/09/2013.

- Dep. Cleiton Kleise

Oliva dos Procuradores: Dr. Luiz Carlos Caldas, Dr. Joel Coimbra, Dr.ª Marcia Carla Pereira Ribeiro.

- Dep. Adelino Ribeiro

Envio de pedido de informações ao IAP, conforme especifica:  
Existe licença ambiental de instalação e operação da praça de pedágio P1-PR369 km 01 mais 500, no município de Jacarezinho? Se existentes, essas licenças estão vigentes?

Dep. Adelino Ribeiro

Envio de pedido de informação ao DER, conforme especifica:

- Quais são as obras as quais as concessionárias Ecocataratas e Viapar estão obrigadas a executar até o final da concessão?
- Qual o cronograma das concessionárias?
- Porque haverá degrau tarifário em favor da Ecocataratas a partir da execução da duplicação do trecho entre Matelândia e Medianeira?
- A obra já não estava prevista em contrato?

- Dep. Péricles de Mello (RETIRADO EM 01/10/2013)

Contratação da empresa Engefoto para fazer análise do trecho de concessão na BR277, que liga Matelândia à Medianeira.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

GPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



- Dep. Péricles de Mello (RETIRADO EM 01/10/2013)  
Contratação da empresa Engefoto para fazer a análise do contorno de Campo Largo.
- Dep. Douglas Fabrício  
Expedição de ofício às seis concessionárias de Pedágio atuantes no Estado do Paraná, para que apresentem planilha simplificada demonstrando a distribuição do ISS entre os municípios e o valor total recebido pelos municípios, desde o início da concessão.
- Dep. Nelson Luersen e Dep. Artagão de Mattos Leão Júnior  
Expedição de ofício ao DER, solicitando cópia do contrato celebrado com o consórcio Cogito/Engfoto e com as demais empresas que prestam serviço de consultoria e fiscalização;
- Dep. Péricles de Mello (RETIRADO EM 01/10/2013)  
Expedição de ofício à Polícia Rodoviária Federal para que apresentem o número de veículos que trafegam pelas rodovias desde a instalação dos pedágios até setembro do corrente ano.
- Dep. Cleiton Kleise  
Oitiva do Dr. Heinz Georg Herwing.
- Dep. Bernardo Ribas Carli  
Oitiva do senhor Raul Veloso.
- Dep. Nereu Moura (RETIRADO EM 08/10/2013)  
Oitiva do delegado Dr. Marcio Bradok.
- Dep. Artagão de Mattos Leão Júnior

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Oitiva do Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados no Estado do Paraná - AGEPAR, senhor Antonio José Correia Ribas.

- Dep. Bernardo Ribas Carli

Oitiva do senhor Ágide Meneghetti

- Dep. Wilson Quinteiro

Oitiva do senhor Maurício de Sá de Ferrante, ex-diretor jurídico do DER e atual diretor jurídico da AGEPAR.

- Dep. Douglas Fabricio

Oficiar o DER para disponibilizar os documentos referentes à prorrogação da concessão da rodovia Rio-Petrópolis.

- Dep. Nelson Luersen

Requer, seja oficiado o CREA-PR, para que realize o levantamento do valor da obra do contorno de Campo Largo.

- Dep. Péricles de Mello

Oficiar a empresa CCR Rodonorte, para prestar informações acerca do quantitativo e do valor unitário dos insumos da obra de contorno de Campo Largo.

- Dep. Nelson Luersen e outros deputados membros da CPI

- Prorrogação de prazo.

- Dep. Péricles de Mello

Oficie-se o Tribunal de Contas da União, para que designe equipe técnica para fazer análise da obra (projeto e orçamento) do contorno de Campo Largo.

- Dep. Péricles de Mello



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Oficia-se o Tribunal de Contas da União, para que designe equipe técnica para fazer uma análise da obra (projeto e orçamento) de duplicação da BR-277 no trecho entre Matelândia e Medianeira.

- Dep. Douglas Fabrício Dep. Wilson Ribeiro  
Dep. Péricles de Mello  
Dep. Artagnão de Mattos Leão Júnior

Requerem audiências junto ao Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, CNJ e BNDES.

Dep. Péricles de Mello (RETIRADO EM 29/10/2013)

Oficiar a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, para que nos encaminhe cópia do relatório de auditoria encomendado pela AGEPAR.

- Dep. Péricles de Mello (RETIRADO EM 29/10/2013)

Requerer informações ao DER e AGEPAR acerca das justificativas jurídicas e técnicas que levaram o Estado do Paraná a propor os aditivos dos anos de 2000 e 2002, dos contratos de concessão de Estradas.

- Dep. Péricles de Mello

Oficiar as empresas: Econorte, Viapar, Ecocátaras, Caminhos do Paraná, Roçonorte e Ecovia, para que apresentem relatório com todas as consultorias contratadas.

- Dep. Wilson Quinteiro

Expedição de ofício às seis Concessionárias de Pedágio, solicitando cópias das devidas Apólices de Seguro.

- Dep. Péricles de Mello





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Oficiar a Associação Brasileira de Concessionárias, para que apresente o fluxo de caixa previsto e realizado pelas concessionárias.

Dep. Alceu Maron Filho (Requerimento sem efeito por deliberação do Presidente, pois já havia sido votado)

Oitiva do senhor Evandro Couto Vianna.

- Dep. Clifton Kleise

Solicita audiência Pública no município da Lapa.

- Dep. Péricles de Melo

Oitiva do senhor Cássio José Ribas Macedo, presidente do Instituto de Engenharia do Paraná – IEP.

- Dep. Bernardo Ribas Carli

Oitiva do sócio-diretor da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

- Dep. Bernardo Ribas Carli

Oitiva do representante legal de Viccieti & Furlan Soluções, representante da GEA no Brasil.

- Deputados da CPI

Procedimentos internos.

- Dep. Bernardo Ribas Carli

Oitiva do senhor Paulo Resende.

- Dep. Alceu Maron Filho

Oitiva do senhor Luiz Afonso dos Santos Senna.

- Dep. Artagão de Mattos Leão Júnior



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Procedimentos internos.

- Dep. Péricles de Mello

Procedimentos internos.

- Dep. Péricles de Mello

Convocação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT para depor na CPI e apresentar o sistema de concessão da Rodovia Federal BR163.

- Dep. Cleiton Kiesel

Oitiva do Ministro dos Transportes senhor César Augusto Rabello Borges.

- Dep. Nelson Luersen

Procedimento interno.

- Dep. Péricles de Mello

Oficiar o Governo do Estado do Paraná para que encaminhe informações sobre a concessão de rodovias no trecho da Jaguariaíva e Piraí.

- Dep. Péricles de Mello

Oficiar a ANTT para que encaminhe todo o processo de concessão das rodovias federais, conforme específica:

Estudos preliminares, metodologia da composição e quais os investimentos iniciais e ao longo da concessão, bem como toda metodologia de fluxo de caixa; Os projetos básicos; Os projetos executivos; Os processos licitatórios contendo as propostas apresentadas, incluindo a proposta vencedora.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****Dep. Péricles de Mello**

Oficiar o Governo do Estado do Paraná e o DER, para que encaminhe os estudos da nova Parceria Pública Privada da rodovia PR 323 que liga Maringá à Guaira, conforme especificações:

Estudos preliminares, metodologia da composição e quais os investimentos iniciais e ao longo da concessão, bem como toda a metodologia de fluxo de caixa; Os projetos básicos; Os projetos executivos.

Insta ressaltar, por fim, que praticamente todos os documentos solicitados pela CPI foram devidamente encaminhados pelas concessionárias, DER, ANTT, Tribunal de Contas do Estado e da União, Tribunal de Justiça, Jucepar, Consórcio Cogito-Engefoto, AGEPAR, FIA, FIPE, dentre tantas entidades e órgãos do Governo, bem como pelos ilustres deputados, depoentes e representantes da sociedade civil. Referidos documentos integram este relatório final em seus anexos.

Neste aspecto é importante deixar registrado que esta CPI, com seus amplos poderes, conseguiu ter acesso ao mais completo acervo de material sobre o sistema de pedagiamento do Estado do Paraná do qual se tem notícia. Finalmente, no que tange às informações, a "caixa preta" foi quebrada. As informações relevantes vieram à tona, e absolutamente todos os dados foram colocados à disposição da sociedade paranaense através do sítio eletrônico <http://www.cpipedagioparana.com.br>

**1.5. Os depoentes**

Além dos documentos solicitados e recebidos, conforme anunciado acima, também visando a instrução e formação de seu juízo, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no decorrer das atividades



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



investigativas, ainda ouviu por ouvir uma série de autoridades e representantes da sociedade civil buscando dados, informações, esclarecimentos sobre o sistema de concessão de rodovias implantado no Estado do Paraná.

No total foram ouvidas oficialmente 39 - trinta e nove - pessoas, entre cidadãos e autoridades, pela CPI. Representantes de diversos Governos, de todas as concessionárias, procuradores da república, procuradores da justiça estadual, Procuradores do Estado, Secretários de Estado, representantes de caminhoneiros, representantes do Poder Público envolvidos com o processo de criação, implantação, execução e fiscalização dos sistemas, economistas, administradores, contadores, engenheiros, deputados estaduais, sindicalistas, empresários, representantes dos Tribunais de Contas da União e dos Estados, professores doutores especialistas em infraestrutura enfim, todos aqueles que pudessem contribuir para a compreensão do tema do pedágio foram ouvidos por esta CPI. Todos os argumentos contrários e favoráveis puderam se manifestar. Neste aspecto, não foi uma CPI ideologicamente dirigida, mas amplamente democrática.

O teor dos depoimentos, na forma de notas taquigráficas, integram este relatório final. Todo o material coletado, por certo, ficará à disposição da imprensa, do governo e dos representantes da sociedade civil que tiverem interesse. Cumpre, no momento, fazer uma breve menção aos principais temas e questões abordadas em cada sessão por cada um dos convidados ou depoentes:

CONVIDADO/DEPOENTE	OBJETO DA EXPLANAÇÃO
--------------------	----------------------





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Cleiton Kleise	O deputado Cleiton Kleise apresentou várias denúncias contra as concessionárias, onde se destacam: índices altos de acidentes, lucros exorbitantes, balanços fraudados, conluio na época da licitação, omissão de receita por parte da Ecovia, excesso de obras retiradas com os aditivos, números de arrecadação não confiáveis, desproporção entre receita e investimentos realizados (R\$ 20,5 bi contra R\$ 3 bi).
Osvaldo Sowek Junior	O procurador do MPF de Ponta Grossa, Sr. Osvaldo Sowek-Júnior, apresentou algumas sugestões para assuntos a serem investigados durante a CPI: fiscalizar a qualidade dos pavimentos, descobrir quem são os donos das concessionárias, solicitar a quebra de sigilo fiscal das concessionárias, investigar os valores das obras e a não prorrogação dos contratos de concessão.
Diogo Castor de Mattos	O Procurador do Ministério Público Federal, Sr. Diogo Castor de Mattos, apresentou um breve histórico sobre as ações judiciais entre concessionárias e Estado do Paraná, até a suspensão das ações em abril de 2011. Cita relatório do TCU que recomenda reequilíbrio dos contratos até FEV.2013, e que apontou possíveis desequilíbrios nos contratos com a celebração dos aditivos de 2000 e 2002.  Apresentou histórico do processo relativo à inclusão de novo trecho da concessão no Lote 1, com inclusão da Praça de Jacarezinho, sem realização de nova licitação, o qual ainda está
	em andamento na justiça.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



*RF*

Sergio Botto de Lacerda	O Sr. Sergio Botto de Lacerda, ex-procurador geral do Estado do Paraná, discorreu brevemente sobre o histórico dos contratos, aditivos e ações judiciais. Abordou a controversa questão acerca de adoção da TIR do Acionista ou da TIR do projeto para os cálculos de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Alegou que muitas vezes a
Júlio César Zem Cardozo	<p>União se omitiu das questões do programa de concessão do Paraná.</p> <p>O ex-procurador geral do estado, Sr. Júlio César Zem Cardozo, discorreu sobre o andamento das inúmeras ações judiciais entre concessionárias e Estado do Paraná, e da suspensão das ações para negociação amigável entre as partes; abordou a contratação da FIA para embasar tecnicamente o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, através da solução amigável entre as partes; abordou a questão do cupom de pedágio e a comprovação fiscal, alegando que se trata de responsabilidade dos municípios e não do Estado.</p> <p>Alegou que o grande problema da questão dos pedágios no Paraná surgiu das alterações que foram feitas no contrato original, sem um estudo técnico adequado.</p>

*[Handwritten signature]*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Jozélia Nogueira	A Sra. Jozélia Nogueira, na época Procuradora Geral do Estado do Paraná discorreu sobre a complexidade que é um contrato de concessão, que algumas decisões equivocadas podem terem sido adotadas na época, talvez por inexperiência, mas que a sociedade aplaudiu o pedágio. Lembrou que as concessionárias sempre insistiram no respeito aos contratos e que o Estado perdeu muitas ações nos últimos anos. Defendeu a revisão periódica dos contratos, à medida que o desenvolvimento das cidades, do estado e da Nação modificam com o passar do tempo. Versa sobre a recomendação da Justiça em que as partes conflitantes busquem acordos que satisfaçam a todos.
Alexandre Antônio dos Santos e Homero Figueiredo Lima	Os Auditores do TCE-PR, Srs. Homero Figueiredo Lima e Alexandre Antonio dos Santos, discorreram acerca das principais
	conclusões do relatório de auditoria em curso sobre o Lote 3 - Concessionária Ecocataratas, apontando supostos desequilíbrios contratuais em favor da concessionária; culpam as 3 gestões do governo do Estado do Paraná pelos problemas dos contratos de concessão. Sobre os balanços das concessionárias, afirmam que são auditados conforme previsão legal e que têm fé pública.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



*RJF*

Joel Larocca Junior	O Ehg. Joel Larocca Junior manifestou sua impressão acerca dos assuntos, pois alegou não estar em condições de fornecer parecer técnico. Comparou alguns preços da proposta vencedora da licitação do Lote 5 com os do DER e encontrou, para os serviços iniciais, variações entre 82% e 317% dos preços das tabelas do DER de 1999.
Djalma Rocha M. Pereira e Vera Bezno	Os Engenheiros Djalma Rocha M. Pereira e Vera Bezno, responsáveis pelo consórcio Cogito/Engefoto que realizou os estudos de viabilidade que embasaram a licitação para o Programa de Concessão do Paraná explicaram tecnicamente todas as etapas dos profundos estudos realizados antes da licitação pública, apresentando com clareza critérios e definições adotados e que culminaram na definição da tarifa básica de pedágio por distância (km).
Sérgio Malucelli	O Sr. Sérgio Malucelli, representante da FETRANSPAR (Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná), acrescentou seus pontos de vista sobre o Programa de Concessões do Paraná: - a pesquisa CNT divulgou que no Paraná, todas as rodovias tidas como ótimas e boas são concedidas; - as estradas ruins aumentam os custos de transportes em 38%; - o valor do pedágio é reduzido quando comparado ao valor total do frete; - o que a Fetranspar defende são estradas
	boas e que a negociação dos contratos ocorra com transparência, com a participação de toda a sociedade paranaense; - não há mais tempo a perder, pois já temos dificuldade em exportar 44 milhões de toneladas de grãos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Jaime Lerner

O ex-governador Jaime Lerner leu discurso que explicou os motivos que o levaram a conduzir o programa de concessões de rodovias no Estado do Paraná: as rodovias estavam muito precárias, não havia recursos do Estado para investir e a única solução viável era conceder a administração das rodovias à iniciativa privada;

- apontou que a solução da concessão é implantada em todos os serviços públicos;

- apesar do desgaste político para se implantar o pedágio, optou por fazer o que precisava ser feito;

- a modelagem econômico-financeira adotada até hoje é uma referência; a tarifa única por quilômetro propiciou que trechos de maior tráfego subsdiassem trechos de menor movimento, sem os quais não participariam do programa;

- o ambiente econômico da época era diferente, com taxas SELIC de até 49,75% e que ninguém investiria sem uma taxa minimamente atrativa;

- a sociedade havia se mostrado favorável ao pedágio na época, a fim de se recuperarem as estradas;

- o governo que o sucedeu tomou o caminho do confronto com as concessionárias, o que gerou importante contencioso judicial, travando a realização de muitas das obras previstas;

- ressaltou os benefícios da concessão: vidas salvas, mais empregos, oportunidades, crescimento da economia e arrecadação de impostos;

- destacou os importantes problemas de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



	Infraestrutura no Brasil, que estão travando o crescimento da economia.
Paulinho Dalmaz	<p>O Sr. Paulinho Dalmaz, ex-diretor do DER-PR, fez considerações sobre histórico do programa de concessão do Paraná: as rodovias estavam em estado deplorável e defendeu o programa, corroborando com a oitiva do exgovernador Jaime Lerner;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- enfatizou que todos os estudos realizados sempre foram bem embasados técnica e juridicamente e também referendados pela Justiça e pelo Governo Federal;</li> <li>- sobre possíveis erros cometidos e lições aprendidas: a realidade era outra, por isso não houve erro, mas foi feito o melhor que poderia ser feito à época;</li> <li>- o programa de concessões do Paraná foi arrojado, trazendo muitos serviços e obras; as atuais concessões federais oferecem menos serviços e obras, e por isso, tarifas mais reduzidas.</li> </ul>





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Nelson Leal Junior.	<p>O atual diretor do DER-PR, Nelson Leal Junior, apresentou detalhes de cada Lote de concessão de rodovias do Paraná, além do histórico completo de aditivos, além do programa de obras vigente;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- apontou que nos oito anos do Governo Requião não houve fiscalização e que muitos problemas de hoje se devem a esta falta de fiscalização;</li><li>- atualmente o DER tem uma equipe de 100 pessoas para fiscalização dos contratos;</li><li>- sobre os aditivos de 2000 e 2002, ao contrário do que alega o TCE-PR, a atual Procuradoria do Estado orienta a levar em conta os efeitos dos aditivos de 2000 e 2002, o que está contemplado em estudo contratado pela FIA;</li><li>- alegou que o governo federal deixa de gastar R\$ 850 milhões por ano com as rodovias</li></ul>
	<p>federais e ainda arrecada R\$ 300 milhões em impostos a cada ano;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- esclarece sobre as obras do Contorno de Campo Largo, sua antecipação e explica que preço por km é mais elevado do que a média por se tratar de obra urbana, com muitos viadutos e trincheiras que atenderão a necessidade da população;</li><li>- alega que hoje temos obras, mas na época do governo Requião não foram realizadas obras; nem sequer as que estavam previstas no contrato.</li></ul>



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



<p>Antônio José Correia Ribas e Maurício de Sá de Ferrante</p>	<p>O Sr. Antônio José Correia Ribas, presidente da AGEPAR (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná) e Maurício Ferrante, discorreram sobre os seguintes assuntos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a dificuldade de investimentos pelo Poder Público e a motivação para a realização das concessões de rodovias;</li> <li>- descreve histórico da concessão de rodovias no Paraná, sobre o contexto econômico e a precariedade das rodovias;</li> <li>- apresenta explicação sobre o valor do dinheiro no tempo, o fluxo de caixa e a TIR (Taxa Interna de Retorno);</li> <li>- o risco de tráfego é um risco da concessão;</li> <li>- abordou os conceitos de Fluxo de Caixa Marginal, como uma metodologia alternativa, com taxas de retorno menores;</li> <li>- explicou não ser possível comparar apenas receitas e investimentos, pois são muito expressivas as obrigações de custo;</li> <li>- não é possível analisar o lucro de um ano isoladamente;</li> <li>- apresenta quadro comparativo das tarifas de pedágio por km, ao redor do Brasil e constata que as tarifas do Paraná estão em um ponto médio;</li> <li>- aponta a injustiça tarifária do Lote 6, que apenas uma pequena parte dos usuários pagam por todos;</li> <li>- decisões puramente políticas podem trazer grande prejuízo aos contratos.</li> </ul>
<p>Ágide Meneghette</p>	<p>O Sr. Ágide Meneghette, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, discorreu sobre os assuntos:</p>



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



	<ul style="list-style-type: none"><li>- a importância do programa de concessões do Paraná: graças a ele, as rodovias são mantidas transitáveis;</li><li>- alegou falta de transparência na divulgação dos dados do contrato;</li><li>- reclamou da falta de obras de duplicação e das altas tarifas de pedágio;</li><li>- aprovou a criação da AGEPAR;</li><li>- é importante não ignorar os contratos: defende o princípio de obediência à constituição, às leis e aos contratos;</li><li>- sugere que a sociedade participe das negociações, dando maior transparência.</li></ul>
Rogério Walbach Tizzot	<p>O Sr. Rogério Walbach Tizzot, ex-diretor do DER-PR, apresentou os seguintes pontos de vista:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- o contrato é vantajoso para as concessionárias;</li><li>- houve várias tentativas do governo na justiça, mas todas infrutíferas, com muitas derrotas para o Estado;</li><li>- sobre a Ata n. 17 de 2005: o governador recuou e não celebrou o aditivo necessário;</li><li>- as concessionárias estão exercendo seus direitos: se houve culpa no processo, é da gestão pública.</li></ul>



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



João Chiminazzo Neto	<p>O Sr. João Chiminazzo Neto, diretor regional da Associação Brasileira de Concessionárias e Rodovias - ABCR no Paraná, esclareceu sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- programa de concessão é a solução frente à incapacidade de investimentos públicos; - os riscos do negócio de concessão (tráfego, custos com operação, manutenção e financiamento e Preços Unitários dos investimentos);</li> <li>- as principais diferenças entre modelos de concessão PR e federais 2007;</li> <li>- a tarifa do PR não é a mais alta do Brasil;</li> <li>- estimativa de 1300 vidas salvas;</li> <li>- lucro das concessionárias é justo e normal, não difere de outros negócios;</li> <li>- benefícios econômicos da concessão: maiores que o custo do pedágio;</li> <li>- maior progresso em infraestrutura no PR nos últimos 15 anos veio do setor rodoviário sob</li> </ul>
	<p>concessão;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- importância do diálogo, respeito às leis e aos contratos: segurança que estimula investimentos;</li> <li>- sistema de pedágio: robusto, auditável, confiável;</li> <li>- dados apresentados são fidedignos, confiáveis;</li> <li>- negociações estão em curso entre governo e concessionárias, visando melhor solução possível.</li> </ul>
Helio Ogama	<p>O Sr. Hélio Ogama, diretor-presidente da Econorte, esclareceu sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- histórico do contrato;</li> <li>- incorporação de novo trecho de 51,6 km, solicitada pela associação dos municípios do Norte Pioneiro;</li> <li>- isenção de pedágio para moradores de Jacarezinho;</li> <li>- forma de participação nas negociações: participação técnica.</li> </ul>



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Evandro Couto Vianna	<p>Q Sr. Evandro Couto Vianna, diretor-presidente da Ecocatarras, esclareceu sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- histórico do contrato;</li><li>- prestação de serviços por meio de Centro de Serviços Compartilhados;</li><li>- pesquisa satisfação dos usuários: 81% caminhoneiros preferem pagar pedágio;</li><li>- demonstra queda no índice de acidentes nos últimos anos, conforme metodologia internacional;</li><li>- assessora jurídica esclareceu sobre processos judiciais, inclusive Ata 17 e forma de participação da União;</li><li>- retirada de obras de duplicação, incorporação de novo trecho de 14 km, com dois reajustes de tarifa de 3,82%;</li><li>- cita que negociações entre concessionária e DER estão em curso, inclusive para incorporação de trecho de duplicação entre Cascavel e S. João do Oeste;</li><li>- os parâmetros de atendimento do contrato estão sendo seguidos;</li><li>- aponta falha na análise do TCE ao desprezar aditivos;</li><li>- prorrogação é um item previsto no contrato e</li></ul>
	pode ser feito, desde que ajustada delegação com União.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Ruy Sérgio Giublin	<p>O Sr. Ruy Sérgio Giublin, diretor-presidente da concessionária Caminhos do Paraná, esclareceu os assuntos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- histórico completo e principais aspectos o números do programa de concessão da Caminhos do Paraná;</li> <li>- a negociação em curso com o DER e a inclusão de obras no programa;</li> <li>- tempo de atendimento de ambulâncias é de 15 minutos para 85% dos casos;</li> <li>- sobre o atendimento pré-hospitalar, no mês que se passou, cada ambulância atendeu uma média de 8 ocorrências apenas;</li> <li>- inclusão da praça de pedágio Lapa: permitiu agregar obras sem onerar a tarifa de pedágio.</li> </ul>
--------------------	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Marcelo Stachow Machado da Silva	<p>O Sr. Marcelo Stachow Machado da Silva, diretor-presidente da Viapar, prestou esclarecimentos sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- o histórico do contrato;</li><li>- as modificações no programa de obras da concessionária;</li><li>- o incremento anual de receitas: é necessário diferenciar aumento de tráfego previsto da correção inflacionária;</li><li>- principais números da concessionária;</li><li>- decréscimo no índice de acidentes; - dados sobre pesquisa de satisfação, apontando que os usuários estão satisfeitos; - a Viapar tem condições financeiras plenas de honrar as obrigações contratuais, além de possuir acionistas de grande porte;</li><li>- criticou as gravíssimas falhas do relatório do TCE, inclusive diferenciando TIR do projeto e TIR do Acionista, que no caso da Viapar, são a mesma taxa;</li><li>- na Viapar, dos veículos que usam a rodovia, apenas 15% pagam pedágio;</li><li>- as negociações com DER, em busca de reequilíbrio do contrato;</li><li>- seguros e garantias previstos em contrato, em torno de R\$ 185 milhões; - consultorias representam menos de 1% do faturamento.</li></ul>
José Alberto Molta	<p>O Sr. José Alberto Molta, diretor-presidente da concessionária Rodonorte, esclareceu os assuntos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- histórico profissional;</li><li>- composição acionária da Rodonorte, principais obras e realizações;</li><li>- a obra do Contorno de Campo Largo, a autorização do DER para executá-la e o porquê de sua antecipação;</li><li>- os preços unitários das obras, em comparação com preços da tabela do DER; - apresentação sobre programas sociais implantados pela Rodonorte.</li></ul>





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Evandro Couto Vianna	<p>O Sr. Evandro Couto Vianna, diretor presidente da Ecovia, prestou os seguintes esclarecimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a concessionária Ecovia, seus acionistas e breve histórico do contrato de concessão;</li> <li>- principais obras e realizações;</li> <li>- contrato de consultoria e prestação de serviços no valor de R\$ 54 milhões durante 3 anos;</li> <li>- dados de faturamento estão publicados oficialmente;</li> <li>- serão realizadas obras de duplicação de 19,5 km até o final do contrato;</li> <li>- todas as informações da concessão são enviados mensalmente ao DER.</li> </ul>
David Ferréira Gomes Barreto	<p>O Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto, Secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transporte do Tribunal de Contas da União, prestou os seguintes esclarecimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- os diferentes modelos de concessão: TCU recomenda aquele que oferece a menor tarifa ao usuário;</li> <li>- o convênio de delegação de rodovias da União para o Estado do Paraná e a atuação e participação da União;</li> <li>- as sucessivas alterações contratuais supostamente desequilibrando os contratos de concessão;</li> <li>- elencou motivos que podem ter provocado desequilíbrios nos contratos;</li> <li>- as recomendações do acórdão do TCU tem prazo de 360 dias para implementação;</li> <li>- o TCU tem acompanhado os desdobramentos por meio de documentos e estudos que estão</li> </ul>
	<p>sendo enviados pelo DER-PR;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- o Poder Judiciário é a última instância de decisão do nosso país;</li> <li>- o TCU está disponível para averiguar qualquer denúncia de irregularidade que a CPI do Pedágio solicitar.</li> </ul>



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



José Roberto Pinto Carneiro	<p>O Sr. José Roberto Pinto Carneiro, sócioconsultor da empresa de auditoria Deloitte, prestou esclarecimentos sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- apresentação da Deloitte, que atua em vários países e que atuou em 3500 clientes no Brasil;</li><li>- histórico da prática da auditoria contábil no Brasil;</li><li>- não encontrou nenhuma ressalva ao analisar os balanços analisados;</li><li>- os balanços das concessionárias analisadas são confiáveis; a sua assinatura nesses balanços atesta isto;</li><li>- a análise técnica sobre execução de obras foge do escopo da auditoria.</li></ul>
Pedro Ricardo Furlan	<p>O Sr. Pedro Ricardo Furlan sócio da empresa Viecelli &amp; Furlan Soluções, explicou sobre o sistema de arrecadação de pedágio:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- são sistemas que permitem assegurar às concessionárias o registro correto das receitas, através de contagem e classificação dos veículos que passam pelas praças de pedágio; - os sistemas de arrecadação são muito confiáveis, compostos por três diferentes níveis (camadas), que permitem várias checagens e auditorias; são praticamente invioláveis;</li><li>- o maior interessado na confiabilidade do sistema é a própria concessionária que não quer correr riscos de fraudes ou perdas de receita, que poderiam trazer enormes impactos negativos para o negócio;</li><li>- 80% da receita de pedágio no Brasil é arrecadada através de pistas automáticas, as quais aumentam a fluidez das rodovias, pela enorme capacidade que têm;</li><li>- toda a arrecadação é monitorada por câmeras, que ajudam na análise de eventuais divergências apontadas entre arrecadador e sistema de pedágio;</li><li>- todos os sistemas de pedágio são auditados em dois níveis pelo menos;</li></ul>



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- os cupons de pedágio têm validade fiscal perante a Receita Federal;</li> <li>- há possibilidade de se implantar um sistema no Paraná, assim como já há em São Paulo, que monitora a passagem de veículos nas praças de pedágio.</li> </ul>
<p>Fernando Albino de Oliveira, Paula Pereda e Natália Polatti</p>	<p>Os consultores Dr. Fernando Albino de Oliveira, Dra. Paula Pereda, e Dra. Natália Polatti - FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), discutiram sobre: O objeto do contrato da FIPE com a AGEPAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- definição de metodologia para avaliação;</li> <li>- a estruturação do modelo de avaliação do equilíbrio econômico-financeiro do empreendimento;</li> <li>- análise e diagnóstico jurídico para subsidiar decisões da agência;</li> <li>- avaliação de proposição de medidas revisionais dos contratos. O histórico do contrato de concessão e seus aditivos.</li> </ul> <p>A metodologia do Fluxo de Caixa Marginal para novos investimentos, que é recomendada pela ANTT.</p> <p>No simulador do equilíbrio contratual desenvolvido pela FIPE, as premissas contratuais foram preservadas, respeitando-se os contratos. Na avaliação de fluxo de caixa, deve-se fazer uma análise global, considerando-se sempre todo o período do contrato e não apenas alguns meses ou anos.</p> <p>A FIPE não chegou a conclusões sobre desequilíbrios dos contratos: apenas montou ferramentas para que a AGEPAR possa incluir premissas e analisar o equilíbrio.</p>



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



José Ribeiro Ferreira Savoia	<p>O Dr. José Ribeiro Pereira Savoia da FIA - Fundação Instituto de Administração, esclareceu:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- o trabalho consistiu em 16 relatórios que foram entregues ao DER, além de 12 modelos de simulação, que vão calcular o equilíbrio para cada um dos seis lotes;</li><li>- a equipe do trabalho contou com mais de 14 técnicos em período permanente e outros seis</li></ul>
------------------------------	--



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



	<p>técnicos em caráter provisório;</p> <p>- constaram do trabalho: matriz de risco do contrato - que é a alocação dos diversos riscos e como eles estão atribuídos no contrato; a análise dos principais eventos de desequilíbrio; - Sobre o equilíbrio econômico-financeiro: "às vezes parece que reequilíbrio é uma coisa simples, mas não é: por uma razão histórica, foram incorporados diversos elementos novos nos contratos ao longo dos últimos anos. E todos estes elementos, eles trouxeram uma complexidade ao contrato e a necessidade de se incorporar novas estimativas." - Sobre a aplicação do reajuste tarifário previsto em DEZ.2013: "eu diria que foi melhor ter feito a atualização do valor da tarifa, porque senão nós estamos gerando mais um desequilíbrio de algum tempo, até que essas decisões sejam todas aprovadas. E eu diria a vocês, nós teríamos um passivo para calcular e para reequilibrar dentro de mais alguns anos."</p> <p>- Sugestão para redução das tarifas: "18,5% da receita de pedágio vão para o governo federal. Ou seja, além do governo federal estar economizando aí os investimentos, que estão sendo realizados aqui pelo governo e que desde o início da concessão chegam a mais de 8,5 bilhões de reais, ou seja, isso não está saindo do orçamento da União".</p> <p>- sobre a necessidade de se investir em infraestrutura: "E nós viamos o seguinte, que o Brasil cresceu quando antes houve o investimento em infraestrutura. O Brasil se desenvolveu porque teve alguém antes que, a despeito de todas essas discussões, foi lá e colocou na infraestrutura.</p>
--	---



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



	O Sr. José Richa Filho, Secretário de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, apresentou os assuntos: - acerca das condições das rodovias
--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



José Richa Filho

paranaenses: "estudo realizado pela Confederação Nacional de Transporte mostra que o Paraná em conservação de rodovias é o segundo Estado, perdemos apenas para o Estado de São Paulo. Agora, o que nos chama atenção no trabalho da CNT também, é que mostra que repasses do Governo Federal, de 2002 a 2013, só recebemos mais do que o Estado do Piauí",

- o excesso de modificações nos contratos trouxe desconfiança da população em relação programa de concessão;

- com a redução das obras devido aos aditivos realizados, a população tem a sensação que não tem investimento e continua pagando o pedágio;

- sobre a importância de se preservar os investimentos: "Os investimentos é que dão esse caráter importante para um programa como esse, que se não tiver investimentos, você paga uma tarifa apenas para manutenção";

- a importância de se respeitar contratos e atrair investimentos;

- a importância das obras que trazem mais segurança para a população;

- citou as obras que estão sendo retomadas, como duplicação Medianeira-Matelandia, Corrimão de Campo Largo, corredor de Maringá, duplicação Guarapuava a Relógio; - a injustiça tarifária: o método atual de cobrança, através de praças de pedágio faz com que apenas uma parte dos usuários pague a conta do pedágio; em outros países, já se empregam tecnologias que permitem a cobrança em função da distância percorrida; - a redução de impostos federais, equivalentes a quase 20% da receita total arrecadada, poderia trazer redução das tarifas; se o governo pode reduzir IPI para os carros, por que não reduzir os impostos sobre a concessão?

- comenta sobre o andamento das negociações com as concessionárias, em que duas já estão mais avançadas;

- há a falta de agilidade na máquina do Estado; é importante realizar parcerias com a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



	<p>Iniciativa privada;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- cita um estudo que "mostrou claramente que onde existe o anel de integração, as cidades cresceram mais do que as que estão fora do anel de integração, mesmo com a tarifa." - citou testes realizados no Estado de São Paulo, em que a população das cidades que são cortadas por praças de pedágio, paga metade da tarifa, através da identificação por chips;</li></ul> <p>O atual diretor do DER-PR, também presente na oitiva do secretário José Richa, esclareceu alguns pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- sobre as diferenças entre a concessão do PR e o programa de concessão federal: 50% das obras de duplicação realizadas pelo Governo Federal, juros subsidiados pelo BNDES;</li><li>- sobre a prestação de contas das concessionárias: há contas que são de risco da concessionária, conforme previsto em contrato, e que não são objeto de prestação de contas ao DER;</li><li>- sobre a exclusão de obras de duplicação: de 887 km permaneceram apenas 407 km após editivos;</li><li>- sobre as ações judiciais: foram 188 ações, e o governo não obteve sucesso em nenhuma; Judiciário não é o caminho.</li></ul>
--	---





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



*AF*

<p>Diomar Cunha Bueno</p>	<p>O Sr. Diomar Cunha Bueno, presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos - CNTA, acrescentou os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- sobre a extinção do FRN em 1988;</li> <li>- após 10 anos sem investimentos, as rodovias ficaram em condições lastimáveis;</li> <li>- ocorrência de protestos em função das condições precárias das rodovias;</li> <li>- a solução foi o pedágio;</li> <li>- citou a grande conquista dos caminhoneiros, o Vale-Pedágio;</li> <li>- a lei do Vale-Pedágio não está sendo cumprida no Paraná;</li> <li>- é preciso adequar o programa de obras, definindo prioridades;</li> <li>- as verbas de fiscalização, da polícia rodoviária e o ISS dos municípios, oneram a tarifa de pedágio;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- não estão sendo construídas novas estradas no Paraná, por parte do Poder Público;</li> <li>- sugeriu criação de mais espaços para descanso dos caminhoneiros;</li> <li>- as rodovias administradas pelo Poder Público não são bem cuidadas;</li> <li>- as rodovias pedagiadas são melhores para o caminhoneiro.</li> </ul>



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

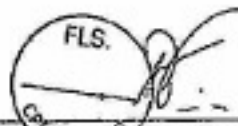


Heinz Herwig	<p>O Sr. Heinz George Herwig, ex-secretário de estado do Paraná, esclareceu sobre os assuntos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- as rodovias paranaenses estavam em péssimas condições na década de 1990;</li><li>- o ex-governador Jaime Lerner, como bom estadista, implantou o programa de concessões no Paraná;</li><li>- o ambiente econômico era outro, com taxa SELIC em torno de 45% ao ano;</li><li>- o programa de concessão implantado foi o melhor que se poderia ter feito à época;</li><li>- deixou a sugestão de se pagar pedágio pela distância percorrida, pois é mais justo;</li><li>- esclareceu breve histórico do TAU e do aditivo 2000;</li><li>- resume que em sua atuação talvez tenha pecado por excesso, mas nunca por omissão; - os contratos precisam ser respeitados e as alterações precisam ser negociadas com as concessionárias;</li><li>- sobre as licitações: não houve contusão, quem ofereceu a melhor oferta, ganhou; muitas empresas participaram, seja do Paraná, do Brasil e do exterior;</li><li>- a concessão era a única solução e hoje as rodovias estão em boas condições e escoam as safras;</li><li>- sugestões: reincluir obras necessárias, aditar prazo;</li><li>- o momento é de conciliação, é preciso construir.</li></ul>
Raul Velloso	<p>O Sr. Raul Velloso, consultor econômico especialista em infraestrutura, contribuiu com as seguintes considerações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- o investimento público em rodovias tem sido muito reduzido nos últimos anos;</li><li>- o Poder Público não tem mais dinheiro para investir em infraestrutura;</li></ul>



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a solução para a infraestrutura é buscar parcerias com a iniciativa privada;</li> <li>- sugestão para modelo de concessão com altos investimentos e tarifas baixas: subsídios do BNDES, prazos mais longos;</li> <li>- as condições que ensejam o equilíbrio econômico-financeiro estão definidas em cada contrato de concessão.</li> </ul>
--	--

Outras autoridades e cidadãos foram ouvidos nas sessões ordinárias independentemente de convocação, considerando que as reuniões, em algumas oportunidades, abriram a possibilidade de manifestação de pessoas presentes no auditório para que pudessem contribuir com os trabalhos. Além disso, também foram ouvidas, em caráter informal e sem prestar compromisso, autoridades e cidadãos no decorrer das sessões extraordinárias (audiências públicas).

#### 1.6. Atas das reuniões

Conforme explicitado anteriormente, foram realizadas um total de 26 (vinte e seis) sessões ordinárias (excetuando-se a de debates e aprovação deste Relatório Final), todas secretariadas por funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

As reuniões extraordinárias, embora tenham trazido contribuições importantes e interessantes, possuíam caráter de informalidade na medida em que em nenhuma delas verificou-se quórum regimental para abertura de trabalhos regulares.

Das reuniões ocorridas lavraram-se as seguintes atas:





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



Nelson Luersen enumerou entidades, associações, sindicatos, cooperativas que contribuíram com os trabalhos da CPI. Os Deputados Nereu Moura, Péricles de Mello, Bernardo Carli e Alceu Maron também fizeram sugestões as quais foram acatadas. O Deputado Wilson Quinteiro sugeriu criar um setor para que todas as entidades do Paraná, constituídas, representativas, apresentem, num prazo determinado, sua proposta de participação para acompanhamento dos trabalhos da CPI. O Deputado Nelson Luersen citou haver um espaço na página da Internet (Site) da CPI para que todos possam dar sugestões, bem como uma equipe móvel percorrendo o Estado para que a sociedade possa contribuir com esta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

#### Ata da 2ª Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, com a finalidade de investigar "possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de

Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná". Fizaram-na presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício,

Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Artagão de

Mattos Leão Júnior; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Deputado Cleiton Kleiss, Suplente e Deputado Tercílio Turini. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, saudou a presença dos componentes e comunicou que foi convidado pela FIEP a participar de uma reunião informal, com assuntos diversos e com várias entidades do setor produtivo do Estado do Paraná. Por se tratar de pessoas com grande conhecimento na economia do Estado, foram unânimes em relatar que o alto preço do pedágio e a falta de qualidade das rodovias impedem o desenvolvimento do interior do Estado, bem como são contrários à renovação e prorrogação dos contratos por parte das concessionárias que administram os pedágios no Estado do Paraná. Na sequência os Deputados Nereu Moura, Wilson Quinteiro, Douglas Fabrício e Péricles de Mello fizeram questionamentos e explicações quanto à reunião citada. O Senhor Presidente informou sobre a reunião com o Presidente da Assembleia e a presença dos Senhores Deputados Douglas Fabrício, Adelino Ribeiro e Alceu Maron, para tratar do assunto referente à



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



estruturação da CPI. O Presidente desta Casa colocou-se à disposição para dar condições necessárias aos trabalhos da Comissão. O Presidente Nelson Luersen comunicou aos membros haver uma reunião pré-agendada para as 13h30min com o Presidente do Tribunal de Contas, Artagnão de Mattos Leão, para solicitar disponibilização de técnicos com conhecimento da matéria para contribuir com a CPI. Esclareceu que todas as ações oficiais da Comissão serão informadas aos membros com antecedência de 12 (doze) horas. Logo após colocou em votação os itens da pauta. 1 - disponibilização do Site. Aprovado. 2 - Primeiro requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron que requer cópias de todos os documentos contratuais (termos originais e aditivos), bem como cópias de trabalhos de análise, de estudos econômicos e financeiros, de fiscalização e auditoria, referentes aos seis lotes de concessão das rodovias principais, aos seis lotes de concessão das rodovias de acesso paranaenses, que estejam sob a posse pelas respectivas atribuições do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná - AGEPAR, do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-

PR. Aprovado. Segundo Requerimento do Deputado Alceu Maron que requer, com base no artigo 37 do Regimento Interno, seja colocado à deliberação dos membros desta CPI a promoção de audiência pública nas cidades-polo ligadas pelas rodovias paranaenses concebidas e que são objetivo de investigação destas comissões, obedecendo um cronograma dinâmico estabelecido por esta Presidência como o fim de ouvir a cidadania das diversas regiões paranaenses sobre a questão do pedágio. Aprovado. Terceiro Requerimento do Deputado Alceu Maron que requer, com base no artigo 37 do Regimento Interno, bem como no artigo 2º da Lei Federal 1.519/52, que seja colocado à deliberação dos membros desta CPI a requisição à Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR das cópias dos Contratos Sociais das seguintes empresas concessionárias das rodovias paranaenses que estão registradas naquela autarquia: Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S/A - ECONORTE; Empresa Concessionária Rodovias Integradas do Paraná S/A - VIAPAR; Empresa Concessionária Rodovia das Cataratas S/A; Empresa Concessionária Caminhos do Paraná S/A; Rodonorte Empresa Concessionária de Rodovias Integradas S/A; Empresa Concessionária ECOVIA Caminho do Mar S/A. Aprovado. 3 - Regimento Interno - Aprovado. 4 - Aprovado o Plano de Trabalho com a inclusão dos Municípios de Cascavel, Guarapuava, Campo Mourão, Paranaguá e Curitiba onde serão realizadas Audiências Públicas além dos Municípios contemplados no Plano de Trabalho. Na sequência, o Senhor Deputado





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



Nelson Luersen colocou em discussão e votação o Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício que requer o envio de ofício ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, requisitando a disponibilização de dois funcionários para auxílio à assessoria técnica da CPI. Aprovado. Requerimento de autoria do Presidente desta Comissão, solicitando apoio, participação, envio de pedido de informações e/ou documentação a todas entidades, autarquias, secretarias envolvidas no assunto Pedágio. Aprovado. O Deputado Nereu Moura sugeriu aos membros que, na próxima sessão, tragam nomes para depor nesta Casa, ou como testemunha ou como depoente. O Deputado Péricles de Mello propôs que fosse colocado em votação o depoimento do Deputado Cleiton Kielse. Aprovado o convite para a quarta sessão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito:

### Ata da 3ª Reunião Ordinária

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, com a finalidade de investigar "possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de

Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná". Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício,

Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura; Péricles de Mello, Titulares e na ausência do Deputado Artagnão de Mattos Leão Júnior, assumiu o suplente Deputado Cleiton Kielse como Titular o Deputado Terclio Turini. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, informando aos membros as atividades realizadas pela CPI no recesso parlamentar, como o encaminhamento de ofícios a diversas entidades e órgãos de governo, solicitando assessoramento técnico à FIEP; FECOMERCIO; FETRANSPAR; FACIAP; OCEPAR; ACP; OAB/PR e CREA, ofícios solicitando cópias de todos os documentos contratuais, tanto dos termos originais e aditivos, referentes aos 6 (seis) lotes de concessão das rodovias principais e aos 6 (seis) lotes de concessão das rodovias de acessos paranaenses. Ofícios solicitando cópias de trabalhos de análise, de estudos econômicos e financeiros, de fiscalização e auditoria, referentes aos mesmos lotes, acima citados à AGEPAR; TECPAR e DER. Foram também encaminhados ofícios solicitando relatórios, estudos, levantamentos e perícias sobre



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



a concessão dos pedágios no Estado do Paraná, além de outras contribuições para a CPI, ao CREA; CAU; SENGE; ANTT; IEP; Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região; Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná; FETAEP; Força Sindical do Paraná; CUT; Movimento União Brasil Caminhoneiro e ABCAM, ofício enviado à Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística - SEIL solicitando cópia integral do Edital e do Processo de Licitação, inclusive Contratos, Aditivos e todos os anexos da Concessão dos Pedágios às Concessionárias, no âmbito territorial do Estado do Paraná, com a respectiva publicação no Diário Oficial. Ofício solicitando os resultados dos estudos contratados junto à FIPE versando sobre o equilíbrio econômico e financeiro dos Contratos de Concessão Rodoviária no Estado do Paraná, quadro comparativo entre as obras inicialmente contratadas ou constantes nos contratos iniciais e as obras vinculadas aos Termos Aditivos aos Contratos Iniciais, com respectivos custos atualizados. Ofício enviado ao DETRAN solicitando a relação de veículos cadastrados no período de julho de 1998 a julho de 2013, especificado ano a ano e quanto à espécie, bem como ofício enviado à JUCEPAR, solicitando fotocópias dos Contratos Sociais e suas alterações da ECONORTE; VIAPAR; ECOGATARATAS; Caminhos do Paraná; RODONORTE e ECOVIA. Informou o recebimento, pela CPI, de expedientes do DER; AGEPAR; FAEP; FIEP; TECPAR e JUCEPAR, determinando à Secretaria da Comissão o envio de cópias dos documentos aos membros da Comissão. O Deputado Nereu Moura indaga sobre o envio de ofício ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas da União e o Deputado Nelson Luersen esclarece que serão encaminhados na sequência, não somente aos Tribunais especificados bem como ao Ministério Público Estadual e Federal e Receita Estadual, para solicitar a disponibilidade de técnicos, para análise dos documentos. O Senhor Presidente enfatizou que qualquer sugestão à CPI seja feita por requerimento. Os Deputados Péricles de Mello e Nereu Moura sugeriram que a CPI se manifestasse por escrito quanto à matéria, do Jornalista da Gazeta do Povo Celso Nascimento, fazendo críticas sobre o site criado pela CPI, devendo ser respondido por nota oficial desta Comissão que o site será linkado ao site da Assembleia, transformando-se em instrumento público. Colocado em votação. Aprovado. O Deputado Nelson Luersen sugeriu realizar uma reunião de trabalho com os membros da CPI onde foi acordado que acontecerá às terças-feiras após a Sessão Plenária e convidou os Parlamentares para conhecer a sede da CPI, sito à Rua Manoel dos Santos Barreto, 181, onde será restrita a entrada apenas da equipe de trabalho. Informou também, que a casa possui alarme e segurança 24 horas e para segurança dos documentos, estes serão também digitalizados. Passou-se à discussão e votação de Requerimentos e Ofícios recebidos na sessão anterior. Ofícios de autoria do Deputado Péricles de Mello nº 780/2013 que foi retirado da pauta pelo Autor e nº





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



781/2013 que indica o técnico da Secretaria de Estado de Planejamento, Senhor Germain Poca – Aprovado. Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício, requerendo a disponibilização de dois advogados da Comissão de Constituição e Justiça para auxílio e assessoria técnica da CPI. Retirado pelo Autor. Na sequência passou-se à leitura dos Requerimentos e Ofícios recebidos nesta Sessão. Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kleise solicitando quitação de sigilo bancário, fiscal e telefônico das 06 (seis) Concessionárias de Pedágio no Estado do Paraná. O Deputado Nereu Moura sugeriu que os documentos protocolados na sessão de dia sejam discutidos na sessão seguinte e o Deputado Nelson Luersen colocou o assunto para ser debatido na reunião de trabalho. Dando continuidade na leitura dos requerimentos recebidos pela Comissão. Dois requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello, o 1º requer pedido de Informação ao Conselho Gestor das PPPs no Estado do Paraná e o 2º requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Agência Nacional dos Transportes – ANTT para que apresente os projetos e dados pertinentes às Concessões de Estradas Federais, já pedagiadas. Ofício nº 526/2013, de autoria do Deputado Tercilio Turini, subscrito pelo Senhor Deputado

Alceu Maron, que apresentou as primeiras sugestões para a CPI do Pedágio: Primeira – A Assembleia Legislativa do Paraná deve convidar, formalmente, representantes das entidades e instituições abaixo relacionadas e garantir a participação em todos os atos, apuração de dados e investigações – Ministério Público do Estado do Paraná, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Subseção Paraná, Federação das Indústrias do Paraná – FIEP, Associação Comercial do Paraná, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR, Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná – FETAEP; - Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens – Londrina e Região; Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná – FETRANSPAR. De imediato, a CPI do Pedágio deve tornar público os seguintes esclarecimentos e informações: quais as obrigações das concessionárias nos contratos iniciais firmados com o Governo do Estado do Paraná; quais alterações contratuais foram feitas com os termos aditivos assinados posteriormente; quem elaborou e quem assinou os aditivos contratuais e quais as datas de assinaturas; quais cronogramas de obras e demais obrigações das concessionárias constam nos contratos de concessão; apresentar cronogramas de obras previstas na ocasião da assinatura dos contratos de concessão; quais obras previstas nos contratos iniciais foram retiradas nas assinaturas dos termos aditivos; quanto era a frota de veículos no Paraná na época da assinatura dos contratos e quanto é hoje; qual o número de veículos que passam diariamente e mensalmente em cada praça de pedágio instalada no Paraná, inclusive nas cancelas do serviço Via Fácil; quais os critérios que



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



nortearam a definição dos preços das tarifas de pedágio em cada praça de arrecadação; qual a atual situação de cada uma das ações judiciais impetradas contra o pedágio nas rodovias; quem autorizou as concessionárias a utilizar o serviço Via Fácil nas praças de arrecadação de pedágio; qual o percentual de usuários que utilizam o serviço Via Fácil; qual a participação do serviço Via Fácil no total arrecadado com pedágio pelas concessionárias; quem é o dono e quem gerencia o serviço Via Fácil no Paraná; por que na assinatura dos contratos o Governo do Estado aceitou que as concessionárias assumissem a conservação e manutenção de pouquíssimos trechos de rodovias secundárias (PRs), sendo que no edital de licitação estava previsto quantidade muito maior de quilometragem. Por que as concessionárias não aceitam cartões de débito e crédito nas praças de arrecadação, já que são formas de pagamentos praticadas na maioria das operações comerciais; qual critério definido para cobrança de eixo suspenso, principalmente de caminhões, nas praças de arrecadação. A primeira pessoa convocada a prestar esclarecimentos à CPI do Pedágio deve ser o ex-governador Jaime Lerner, que decidiu pela implantação do pedágio nas rodovias do Paraná, celebrou os contratos de concessão com as empresas concessionárias, autorizou termos aditivos e também a quebra unilateral dos contratos. Requerimento de autoria do Deputado Clifton Kleise, com apoio dos Senhores Deputados Wilson Quinteiro, Alceu Maron, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello e Adelson Ribeiro, que solicita oitiva do Procurador do Ministério Público Federal, Doutor Osvaldo Soweik Júnior. Na sequência, o Senhor Presidente passou à leitura das atas da 1ª e 2ª Reuniões Ordinárias. O Senhor Deputado Wilson Quinteiro solicitou a dispensa da leitura das Atas, a qual, colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Após, o Deputado Péricles de Mello colocou-se à disposição para prestar esclarecimentos sobre o estudo feito por ele no início do pedágio, do contrato, da licitação e da proposta comercial das concessionárias. Colocou-se em votação a data do pronunciamento para o dia 20 de agosto próximo, na 5ª Reunião Ordinária da CPI. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

**Ata da 4ª Reunião Ordinária**

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



Parlamentar de Inquérito do Pedágio constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, com a finalidade de investigar "possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná". Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adalino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Corrêa; Nereu Moura; Pôrciles de Mello e Artagnão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Deputado Cleiton Kielse, Suplente. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, solicitando ao Relator a leitura da Ata da 3ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinteiro requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente ouviu sugestões quanto ao tempo estipulado para a apresentação do Deputado Cleiton Kielse, onde se definiu que serão trinta minutos prorrogáveis por mais quinze minutos. Foi solicitado ao Deputado Cleiton Kielse objetividade na apresentação e que havendo provas dos indícios de irregularidades, estas fossem repassadas à assessoria da CPI. Com auxílio de slides, o Deputado Cleiton Kielse deu início à apresentação, informando a crescente mortalidade nas rodovias pedagiadas, fazendo com que o Estado do Paraná, segundo dados da Polícia Rodoviária Estadual e Federal, possua o maior número de acidentes com veículos, bem como o maior número de pessoas com deficiências oriundas desses acidentes, totalizando mais de seis mil mortes desde o início da instalação dos pedágios no Estado do Paraná. Demonstrou a evolução da frota de veículos, com a projeção real de 1996 a abril de 2013, partindo de um milhão, oitocentos e setenta e um mil veículos para seis milhões, trezentos e cinquenta e três mil veículos. Em breve histórico, o Deputado Cleiton Kielse informou que em 1996, a União, por meio do Ministério dos Transportes, firmou convênio com o Paraná, a quem delegou a administração e a exploração de trechos de rodovias federais. Ao todo foram delegados 4.380 km de rodovias. Dentro de um acordo entre as concessionárias e empreiteiras foi assumido apenas 2.493 km, sendo que 1.950 km de rodovias principais e 498 oito km de rodovias paralelas, isto significa, quase 50% (cinquenta por cento) a menos de estradas, porém receberam a tarifa cheia, fator de desequilíbrio econômico e financeiro. Esclareceu que se iniciou já em 2006, apresentação comprovada ao Ministério Público Estadual e Procuradoria Geral de Justiça do Estado, da auditoria breve, feita àquela época, sobre as irregularidades existentes desde o princípio da licitação. Após, continuou sua explanação informando que o primeiro Termo Aditivo que foi feito nos contratos originais trouxe prejuízo no valor de três bilhões de reais de investimentos em obras, isto significa que foram retiradas 567 km de obras. Em seguida, no segundo Termo Aditivo, foram postergadas, por mais sete anos as obras que restaram, as quais deveriam ter sido executadas. Em 20 de junho de 1998 o Governo reduziu em 50% (cinquenta por cento) as tarifas; em 27 de março de 2000, as concessionárias aumentaram em 112% (cento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



e doze por cento) as tarifas para carros e 76% (setenta e seis por cento) para caminhões; após nove meses, concedeu-se mais 16,48% (dezesseis vírgula quarenta e seis por cento) para carros e 20,48% (vinte vírgula quarenta e oito por cento) para caminhões e em 1º de dezembro de 2001 mais 9,74% (nove vírgula setenta e quatro por cento) para carros e 9,62% (nove vírgula sessenta e dois por cento) para caminhões. Na licitação original a responsabilidade era de executar 1.263 km em duplicações, viadutos, trincheiras, contornos, terceiras pistas e obras secundárias, porém retiraram 567 km dos trechos mais caros. Restaram então, 696 km a serem feitos, os quais 136 km foram executados. Em resposta ao requerimento da bancada do PT, a respeito da obra de 14,379 km, trecho dentro de Cascavel, as concessionárias conseguiram um aumento de 7,86% (sete vírgula oitenta e seis por cento) estendida para as cinco praças de pedágio, sendo toda a extensão de Guarapuava a Foz do Iguaçu, contabilizando um ganho de quase trezentos milhões de reais até o final do contrato para um investimento de cinquenta e cinco milhões. O resultado dessas negociações causou um prejuízo econômico e financeiro em várias regiões do Estado, como desestímulo à produção, desistência de instalação, falência de milhares de indústrias no interior e perda de competitividade diante de outros estados da Federação. O Deputado Cleiton Kietse continuou sua explanação informando que a OCEPAR auditou e continua auditando o prejuízo que o pedágio traz para o transporte de grãos no Paraná; equivale em médio 25% (vinte e cinco por cento), podendo chegar até 28,0% (vinte e oito vírgula oito por cento) do custo de frete de grãos em algumas regiões, tirando do produtor quase 6% (seis por cento) do valor nominal em commodities. Na sequência, o Deputado Kietse apresentou os valores gastos por um caminhão de nove eixos que faz o destino de ida e volta de Foz do Iguaçu à Paranaguá. Após, foi apresentada os valores da receita operacional bruta das Concessionárias, no ano de 2012 e a receita líquida, ficando claro que o lucro líquido chega a ser mais de 80% (oitenta por cento), embora o contrato de licitação determine índice de lucro de 18 a 22% (dezoito a vinte e dois por cento). Empreiteiras, que foram visitadas, que fazem pavimentação e que não são ligadas às concessionárias de pedágio no Paraná, estipulam que o valor da pavimentação feita pelas concessionárias de pedágio custaria mais do que o triplo do valor que custaria oficialmente no Estado. Logo após, o Deputado Cleiton Kietse mostrou a publicação de um jornal de grande circulação, o valor da arrecadação anunciada pelo DER, no valor de cento e quarenta e sete milhões de reais da empresa ECOVIA, responsável por 110 km, no ano de 2010. Uma semana depois, a mesma empresa anunciou, no mesmo jornal, a arrecadação de cento e setenta milhões de reais. Em um ano dá uma diferença de vinte e três milhões de reais em uma concessionária. Se for aferido a todas as demais concessionárias, a diferença seria de quase quatrocentos milhões de



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



reais, apenas em um ano. Em seguida, demonstrou através do slide, a contabilidade feita pelo DER, da curva de arrecadação e de investimento da ECÔNORTE. Demonstrou que a referida concessionária foi beneficiada em duzentos e quarenta milhões de reais em obras retiradas. A VIAPAR também está demonstrado pelo gráfico (slide), com arrecadação ainda mais acentuada devido ao número de tráfego ser maior. O trecho Maringá/Cascavel e Campo Mourão/Cascavel, trecho de 163 km que deveria ter sido duplicado integralmente, foram reduzidos para 77 km. Nessa avaliação foi retirada em obras, apenas pela VIAPAR, a totalidade de um bilhão, duzentos milhões de reais. A ECOMCATARATAS, responsável pelo trecho de 350 km, de Guarapuava a Foz do Iguaçu, trecho de maior mortalidade no Brasil, foram retiradas inúmeras obras, totalizando o valor de trezentos e oitenta milhões de reais. Em pesquisa aprofundada na ECOMCATARATAS, feita a contabilização com Técnicos do Tribunal de Contas da União e com Auditores Oficiais, ficou demonstrado que, desde o início da obra, apenas para o recapamento do trecho Foz do Iguaçu até Guarapuava, foram financiados trinta e nove milhões de reais, demonstrando, à época, que não houve investimento da Concessionária. Após quatro anos, com dois anos de carência, foi conseguido mais sessenta milhões em financiamento do BNDES. O Deputado Kleise mostrou gráficos a todos os membros da Comissão, deixando-os à disposição de todos para fazer comparativos. A arrecadação em 2012, da ECOMCATARATAS, foi de duzentos e trinta milhões de reais. Se nos governos do Senhor Jaime Lerner ou do Senhor Requião tivessem demonstrado os valores judicialmente, já se teria justificativa contábil, judicial, tributária para anular todos os contratos que foram feitos e tornar nula a licitação desde o seu princípio. Explicou que os cálculos atuariais feitos por grandes empresas de auditoria demonstram que existe um pano de fundo na arrecadação global dessas empresas. Por isso, justifica-se o pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal, pertinente a todas as empresas e com aferição junto à FIEP, FAEP, OCEPAR e demais representantes do G7 do Estado do Paraná. O Deputado Kleise desafiou as concessionárias a demonstrar onde estão os recursos arrecadados e de que forma conseguem justificar o dinheiro arrecadado em todas as praças de pedágio. O Deputado Nelson Luesen interrompeu justificando faltar quinze minutos para o término da explanação. Dando continuidade, o Deputado Kleise informou sobre a Concessionária Caminhos do Paraná que da mesma forma, a arrecadação chega a um bilhão e trezentos milhões e menos de cento e quarenta milhões em investimentos. Os dados são encontrados nos Sites das concessionárias, são dados oficiais, onde há muitas diferenças entre a auditoria, o que é publicado e o que é entregue ao DER. O Site da RODONORTE demonstra o quantitativo e o prejuízo até o ano de 2012. A arrecadação da referida concessionária passa de quatro bilhões de reais, com menos de quatrocentos milhões de reais em investimentos. Em seguida, o Deputado Claiton Kleise, em conversa com um Diretor da Secretaria da Receita





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Estadual, informou que o Estado de Santa Catarina irá absorver quase 15% (quinze por cento) da força Industrial do Paraná, tendo em vista uma diferença de 800% (oitocentos por cento) entre a tarifa da ECOVIA e a tarifa que faz a ligação Joinville e os demais Portos de Santa Catarina e causando também, prejuízo ao turismo do litoral paranaense. Para finalizar, o Deputado Kielse demonstrou o desequilíbrio econômico financeiro, onde as receitas são da ordem de vinte bilhões e quinhentos milhões de reais, contra menos de três bilhões de reais em investimentos, tornando as construções das rodovias uma doação oficial às concessionárias. Após, o Deputado fez um comparativo dos modelos de pedágio no Brasil e no Exterior. Esclarece que esta Comissão Parlamentar, com a participação da população e da sociedade organizada, tem grande importância para conseguir as respostas das diversas indagações lidas pelo Deputado. Dando continuidade, o Deputado Kielse esclareceu que a solução paliativa é o Governo reassumir as estradas; assumir a construção de 1.500 km em duplicações com o valor médio de três milhões de reais o quilômetro, ponderando que as concessionárias estão cobrando um preço médio de oito milhões de reais o quilômetro, totalizando quatro bilhões e quinhentos milhões de reais e com os mesmos parâmetros cedidos às concessionárias da pedágio via BNDES, isto é, a totalidade do afeto de Integração com 6% (seis por cento) ao ano de juros, mais dois anos de carência e quinze anos para pagar, economiza, no mínimo, quarenta e cinco bilhões de reais, dos paranaenses em pedágios por, no mínimo, quinze anos de garantia estável. Imediatamente volta a competitividade do modal de transporte no Paraná, realivando bilhões em investimentos industriais, cooperativos, turísticos e portuários. A garantia dos pagamentos seria com a diferença de arrecadação do DETRAN, que tem hoje, o fluxo financeiro progressivo compatível com mais do que o dobro das garantias necessárias. O Deputado Kielse concluiu que "é preciso fazer algo, acabar com esta covardia contra a vida e contra a economia, quebrar a caixa preta, demonstrar e levantar as pessoas, as empresas, as entidades, os paranaenses como um todo para acabar com esta farra com as estradas que pertencem ao povo paranaense". Agradeceu ao Presidente e aos senhores deputados. O Deputado Nelson Luersen parabenizou o Deputado Kielse pela apresentação e agradeceu a presença de todos. Afirmou que a Comissão irá trabalhar com os dados apresentados, sua veracidade, e que estes dados serão confrontados com o levantamento que a Comissão está realizando, em conjunto com as entidades, membros e equipe técnica. Em seguida, o Senhor Presidente abriu espaço para que os senhores deputados fizessem suas indagações, sendo três minutos para a resposta, dois minutos para a tréplica e mais três minutos para a resposta da tréplica. Com a palavra, o Deputado Alceu Maron que não questionou e sim parabenizou o Deputado Kielse pelo estudo completo que irá subsidiar os trabalhos da Comissão. Na sequência, o Deputado

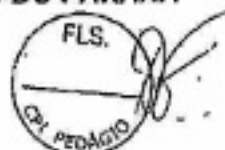


## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



Douglas Fabrício esclareceu a importância do relatório apresentado pelo Deputado, defendendo que se analisa trecho por trecho e que a Comissão confronte os dados apresentados, bem como busque mais informações para complementação e, concluindo, parabeniza o Deputado Kleise. Após, o Deputado Artagnão Júnior inicia parabenizando o Deputado Kleise pela explanação e questionou sobre o índice apresentado ser superior à média anual de reajustes provocados pela indexação inflacionária, onde fica evidente, aparentemente que essa compensação do eventual prejuízo havido automaticamente ocorreu pela correção da indexação promovida nos anos seguintes. Indagou se esta avaliação colocada é afirmativa, ou seja, se a exclusão das obras não deveria ocorrer, uma vez que houve um aumento percentual da inflação bem maior que o normal. Em resposta, o Deputado Kleise esclareceu que foi conseguido, além do retorno do valor aferido e retirado em 1998, retornando no ano de 2000, a retirada de três bilhões em obras escolhidas. Citou a obra de Campo Mourão e Cascavel e afirmou que em um ano foi conseguido mais de 130% (cento e trinta por cento) de aumento no valor da arrecadação. Com a palavra, o Deputado Wilson Quinteiro, que primeiramente parabenizou o Deputado Kleise pelo levantamento das questões técnicas e dos valores, esclarecendo que defende que o debate das questões seja de ordem técnica e não política. Questionou sobre a oscilação de valores e sobre as decisões judiciais que autorizaram os aumentos, sendo assim, a necessidade em ouvir outros que estejam envolvidos, como o Judiciário, porque não teria revisito a questão do pedágio na origem. O Deputado Kleise informou que existem decisões duvidas da parte da Justiça Estadual, do procedimento do rito processual ordinário e sumário. O Deputado Wilson Quinteiro colocou a importância de pedir ao Deputado Kleise para trazer à Comissão, informações das decisões judiciais Estadual e Federal que possui, para poder saber se, desse trabalho já realizado, não haver decisões transitadas em julgado, para avaliação mais profunda. Na ordem, com a palavra o Deputado Adeline Ribeiro que parabenizou o Deputado pelo trabalho realizado e da sua importante participação na CPI. Fez perguntas ao Deputado Kleise, sendo: qual foi o percentual de reajuste da EGO CATARATAS sobre as obras, os 14 km de Matelândia e da onde vieram os números. O Deputado, por meio da apresentação do slide, respondeu ao questionamento. O Deputado Adeline fez a comparação do valor das tarifas e do número de mortes no pedágio do Estado do Paraná com pedágio dos Estados Unidos, salientando a importância da revisão dos números pela CPI. O Deputado Kleise informou que, segundo o cálculo do DNIT e demais órgãos oficiais, se houvesse duplicação nas estradas do Paraná, as mortes por acidente poderiam ser reduzidas a mais de 90% (noventa por cento). Com a palavra, o Deputado Pêrcles da Mello parabenizou o estudo realizado, enfatizando a necessidade de poder contar com o apoio do Poder Judiciário, da Procuradoria da Justiça e da Procuradoria da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



República. Indagou sobre a denúncia assinada, no mandato passado, por ele juntamente com o Deputado Kleise ao Procurador Geral de Justiça, Dr. Olympio de Sá Sotto Major Neto e opinou que a CPI o convide bem como o Procurador atual para explicações. Também questionou sobre as ações que estavam tramitando e o porquê que foram suspensas. O Senhor Deputado Cleiton Kleise justificou que esteve diversas vezes com os Procuradores e que a Senhora Procuradora Dra. Maria Cecília, convocada pelo Ministério Público, seja uma das melhores testemunhas a comparecer a esta CPI, tendo em vista possuir um volume muito grande de documentos em obras e valores. Também informou que os Procuradores Dra. Kelli e os Drs. Diogo e Osvaldo sejam de extrema validade. O Deputado Péricles de Mello propôs fazer um requerimento para convidar os quatro procuradores e requerimento pedindo explicações, por escrito, ao governador do Estado, à Agência Reguladora o DER sobre o dossiê apresentado pelo Deputado Cleiton Kleise. Para complementar, o Deputado Kleise informou que padra o histórico de cada Diretor atual do DER. Na sequência, com a palavra o Deputado Bernardo Carli, cumprimentou o Deputado Kleise pela explanação do seu estudo, e questionou se a comparação entre receitas e investimentos, leva em consideração os custos operacionais, despesas com pessoal e manutenção das vias ou se são só novos investimentos e se os dados apresentados são oficiais. Em resposta, o Deputado Kleise afirmou que 95% (noventa e cinco por cento) são dados de órgãos oficiais e os demais são dados auditados por empresas e pelo próprio deputado, via dados oficiais. Esclareceu os dados, através da internet, do quadro oficial da RODONORTE. Após, com a palavra o Deputado Nereu Moura comentou que a CPI deve impedir a majoração da tarifa e que a população do Paraná aguarda uma proposta de mudança do atual modelo. O Deputado Kleise sugeriu que após a estada dos procuradores, seja convocado o Secretário atual dos Transportes para esclarecimentos. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen parabenizou e agradeceu em nome de todos os deputados as exposições feitas pelo Deputado Kleise, esclareceu a importância de serem chamadas pessoas que realmente possam contribuir com a CPI, e indagou ao Deputado Kleise se há decisões judiciais sobre o tema e porque não foram cumpridas. O Deputado respondeu que são brinla e seis processos, na sua totalidade, sendo que vinte e dois estão em fase final, quatro em fase "finalíssima", que deveriam ser analisados pela

CPI. O Senhor presidente agradeceu mais uma vez e solicitou o repasse de todos os documentos apresentados à assessoria, para análise. O Deputado Kleise agradeceu o espaço destinado e informou que disponibilizará toda a informação. Na sequência, o Deputado Nelson Luersen registrou a presença do Deputado Tercílio Turini e deu continuidade à reunião ordinária, passando para a deliberação e votação dos Requerimentos e Ofícios apresentados na sessão da semana anterior. 1 - Parecer





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



Jurídico do Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kiesel que solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das 08 (oito) concessionárias de pedágio no Estado do Paraná. Colocado em discussão o parecer, o mesmo foi adiado, juntamente com o Requerimento, até a oitiva dos procuradores. 2 - Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello que solicita informação ao Conselho Gestor das Parcerias Público Privadas do Estado do Paraná, foi aprovado. 3 - Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello para que a CPI oficie a Agência Nacional de Transportes - ANTT para apresentar os projetos dados pertinentes a concessões de estradas federais já pedagiadas no Paraná. - Aprovado. 4 - Ofício nº 526/13 de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Deputado Alceu Maron que apresentou as primeiras sugestões para a CPI do Pedágio e que pede a convocação do ex-governador Jaime Lerner, para depor. Colocado em discussão, foi adiado para a próxima reunião. 4 - Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kiesel, com o apoio dos Deputados Wilson Quinteiro, Alceu Maron, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello e Adelfino

Ribeiro, que solicita a oitiva do Procurador do Ministério Público Federal, Dr. Osvaldo Szwed Júnior, que foi aprovado, com voto contrário do Deputado Alceu Maron. Dando continuidade, o senhor Presidente, com a concordância dos demais membros, marcou a próxima reunião para o dia 20 de agosto, na Sala de Reuniões das Comissões, e lembrou que a partir das 17 horas, após a sessão plenária, haverá reunião de trabalho na casa onde a CPI está instalada. O Deputado

Adelfino Ribeiro sugeriu alterar as reuniões de trabalho para todas as segundas-feiras às

13h:00min, na casa da CPI. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Após, o Deputado Nelson Luersen fez a leitura dos ofícios e requerimentos a serem votados na próxima sessão. 1 - Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello. 1.1 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que sejam aceitas alterações do Regimento Interno desta Comissão. 1.2 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie o DER para apresentar estudo sobre a tarifa básica. 1.3 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar os estudos realizados sobre o pedágio no Paraná. 1.4 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Procuradoria Geral do Estado do Paraná para que apresente cópia de processos sobre o pedágio. 1.5 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie à CUT e a Força Sindical para que indiquem membros técnicos, para compor a CPI. 1.6 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que todos os atos referentes à investigação sejam publicados no site oficial da CPI ([www.cpidopedagioparana.com.br](http://www.cpidopedagioparana.com.br)). 2 - Ofício nº 638/13 de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, que solicita a aferição da quantidade de veículos que passam diariamente pelas praças de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



arrecadação de pedágio nos rodovias estaduais administradas por concessionárias no Paraná. Na sequência, o Deputado Kleise entregou oficialmente os documentos à presidência desta CPI e solicitou concomitantemente os aditivos do ano de 2008, 2009 e 2011. O Deputado Nelson Luersen informou que todos os aditivos foram solicitados, e que os documentos apresentados serão digitalizados e repassados a todos os Deputados e entidades que tenham interesse. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

**Ata da 5ª Reunião Ordinária**

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelfino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribes Carli; Nereu Moura; Péricles de Mello e Artagnão de Mattos Leão Júnior, Titulares; Cleiton Kleise e Elton Welter, Suplentes. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, anunciando a presença do Procurador do Ministério Público Federal no Município de Ponta Grossa e Coordenador da fiscalização dos pedágios no Paraná, Dr. Oswaldo Sewek Júnior. Solicitou ao relator a leitura da Ata da 3ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelfino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos e ofícios apresentados na sessão anterior. 1 - Requerimentos do Deputado Péricles de Mello. 1.1 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que sejam aceitas alterações do Regimento Interno desta Comissão, aprovado 1.2 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie o DER para apresentar estudo sobre a tarifa básica, aprovado 1.3 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar os estudos realizados sobre o pedágio no Paraná, aprovado 1.4 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Procuradoria Geral do Estado do Paraná para que apresente cópia de processos sobre o pedágio, aprovado 1.5 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie à CUT e à Força Sindical para que indiquem membros técnicos, para compor a CPI, aprovado 1.6 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
 RELATÓRIO FINAL

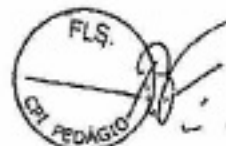


Pedágio que todos os atos referentes à investigação sejam publicados no site oficial da CPI ([www.cpiadopedagiooparana.com.br](http://www.cpiadopedagiooparana.com.br)), aprovado. 2 - Ofício nº 638/13 de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, que solicita a aferição da quantidade de veículos que passam diariamente pelas praças de arrecadação de pedágio nas rodovias estaduais administradas por concessionárias no Paraná, aprovado. 3 - Requerimento de autoria do Deputado Kietse, que solicita a expedição de ofício às concessionárias de pedágio no Estado do Paraná, solicitando informações, aprovado. 4 - Ofício nº 526/13, de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Deputado Alceu Maron, o qual foi aprovado, com alterações. Os Deputados Cleiton Kietse e Péricles de Mello, respectivamente, agradeceram a presença do Senhor Procurador e esclareceram que as informações prestadas serão de grande valia para os trabalhos futuros desta Comissão. Com a palavra o Senhor Procurador Osvaldo Soweck Júnior que agradeceu o convite e a indicação dos Deputados Kietse e Péricles de Mello. Salientou a importância da Assembleia Legislativa e da imprensa para fazer mudanças na história do Pedágio no Paraná, e que o objetivo principal da força-tarefa é descobrir realmente o que aconteceu nos 15 anos em termos de pedágio. O Senhor Procurador fez suas explanações a respeito da extinção de obras nos contratos aditivos e troca de obras no Governo atual, com significativa diferença de valores. Sugeriu à Comissão indagar e investigar o Governo do Estado de como ressarcir a população por esta grande diferença de valores. Informou sobre o Índice de Gravidade Global - IGG, previsto nos contratos de concessão dos pedágios e sugeriu à Comissão que fiscalize, junto ao DER, a modificação do IGG para manter o índice abaixo de 40' em todas as estradas. Após, fez a explanação sobre o parecer do Tribunal de Contas da União sobre os aditivos. Informou ser de extrema importância descobrir quem são os donos, pessoas físicas, das concessionárias, e quebrar o sigilo bancário e fiscal destas empresas, para verificar o ganho nestes anos, pois os números vistos são de que as obras são superfaturadas. Comentou sobre a publicação, em jornal, de uma Ata da Assembleia Geral Extraordinária, onde a ECOVIA faz um aditivo com uma empresa de assessoria e consultoria chamada ECO no valor de dezotto milhões e quinhentos e cinco mil reais. Sugeriu à Comissão escolher trechos para que sejam avaliadas por pessoas especializadas. Com a palavra o Deputado Elton Welter, que sugeriu à CPI fazer um expediente ao CREA-PR. O Deputado Nelson Luersen agradeceu a participação do Deputado solicitando que oficie esta solicitação à Comissão. Na sequência, o Senhor Procurador citou alguns trechos, para que sejam verificados, do Relatório do Tribunal de Contas da União e após, sobre uma ação da Procuradoria do Estado, do ano de 2005, para que fossem anulados os contratos aditivos, sendo esta constantemente suspensa a pedido da parte autora, o Estado do Paraná, sugerindo assim, à Comissão verificar o motivo. Para finalizar, o Senhor Osvaldo Soweck Júnior esclareceu algumas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



questões importantes, sugestões para a Comissão. 1 - Descobrir quem são os donos dos pedágios. 2 - Solicitar a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas.

3 - Investigar o custo das obras. 4 - Solicitar maior transparência por parte dos Governos. 5 - Que a imprensa informe à população do Paraná de como foi o contrato e como está. 6 - E por fim, lutar para que não ocorra a prorrogação dos contratos.

Agradeceu a todos e colocou-se à disposição dos senhores deputados para as questionamentos. Em seguida, o Deputado Nelson Luerßen abriu espaço para as perguntas, que foram feitas por ordem de inscrição. Primeiramente os Deputados Nereu Moura e Alceu Maron fizeram questionamentos que foram, na sequência, respondidos pelo Senhor Procurador. Após, o Deputado Péricles de Mello fez um apelo para que a Comissão concretize uma forma de colaboração entre a CPI e a Procuradoria da República do Paraná para desnudar o pedágio no Paraná, com a concordância do Dr. Sowek. Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse que fez questionamentos ao Senhor Procurador, sendo respondidos na sequência. O Deputado Péricles de Mello interveio com um questionamento, respondido pelo Dr. Sowek. Pela ordem, o Deputado Bernardo Carl esclareceu a importância de se fazer o trabalho em conjunto com o Ministério Público Federal. Após, o Deputado Douglas Fabrício fez questionamentos e também informou ao Senhor Procurador sobre as alterações de sócios da ECOCATARATAS, sendo esclarecidas em seguida. O Deputado Nelson Luerßen determinou que se busque o nome dos sócios jurídicos e depois, dentro destes, os sócios físicos das empresas de pedágio. Dando continuidade o Senhor Presidente fez questionamentos ao Dr. Sowek, respondidos na sequência. Agradeceu a participação do senhor Procurador e que as sugestões apresentadas serão utilizadas pela CPI do Pedágio. Informou a dificuldade de contratação de consultoria externa, devido a burocracia e morosidade do Poder Público, que a CPI conta com a disponibilidade de dois técnicos do Tribunal de Contas, e também das empresas FIEP, OCEPAR e outras que irão disponibilizar apoio técnico. Ressaltou que toda a documentação será divulgada, para que o povo do Paraná tome conhecimento dos contratos e suas alterações. Solicitou à população que colabore com a CPI denunciando o que tiver sobre o Pedágio. Lembrou a todos que na próxima sessão será a oitiva do Deputado Péricles de Mello. Deu continuidade à reunião ordinária, passando à leitura dos Requerimentos recebidos e que serão aprovados na próxima sessão. 1 - Requerimento de autoria dos membros da CPI que solicita a aprovação das oitivas das seguintes pessoas: Diretor Geral do DNIT, Jorge Ernesto Pinto Fraxe; Procurador-Geral do Estado, Julio Cesar Zom Cardoso; Diretores Gerais do DER: Luiz Eduardo Kuster, até 05/06/1997; Paulinho Dalmaz, 1997/2000/2002; Rogério Wallbach Tizzol, 2003/2007 e Nelson Leal Junior, na gestão atual. Diretores Presidentes das



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



Concessionárias: ECONORTE – Helio Ogama; VIAPAR – Marcelo Stachow Machado; Rodovia das Cataratas – Evandro Viana; Caminhos do Paraná – Rui Sergio Giublin; RODONORTE – Silvio Marchiori; EÇOVIA – Evandro Viana e o Ex-Procurador-Geral do Estado, Sergio Botto de Lacerda. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kiese que solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das seis concessionárias de pedágio do Estado do Paraná. O Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença de todos e lembrou aos deputados da reunião marcada para a data de hoje, às 17h:00min com o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Dr. Gilberto Giacóia. Finalizou informando as ações já realizadas por esta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

#### Ata da 6ª Reunião Ordinária

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelfino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura; Péricles de Mello e Artágio de Mattos Leão Júnior, Titulares; Cleiton Kiese, Gilberto Martin, Suplentes, e os convidados Dr. Diogo Castor de Mattos, Procurador da República do Município de Jacarezinho e Dra. Maria Cecília Delli Rosa Pereira, Promotora de Justiça do Estado do Paraná. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, agradecendo a presença do Dr. Alexandre, Diretor de Auditoria do Tribunal de Contas e à pessoa do Presidente Artágio, que colocou a sua equipe à disposição da CPI para ajudar nos trabalhos. Solicitou ao relator a leitura da Ata da 5ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos apresentados na sessão anterior. 1 – Requerimento de autoria dos membros da CPI que solicita a aprovação de nomes de diretores e presidentes para serem ouvidos durante os trabalhos. Aprovado com o aditivo "solicitando aprovação da convocação e convite para as seguintes pessoas". 2 – Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kiese que solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das seis concessionárias de pedágio do Estado do Paraná. Retirado pelo autor por quatro sessões. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra à Dra. Maria Cecília para fazer sua explanação. A Senhora Promotora iniciou a sua apresentação esclarecendo





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



que no ano de 2009, foi designada, pelo Procurador-Geral, para presidir o inquérito a respeito da existência de irregularidades no Programa de Concessão das Rodovias do Estado do Paraná. Em 2012, encaminhou o referido inquérito Civil à Procuradoria da República, tendo em vista a competência da Justiça Federal processar e julgar eventuais ações em relação à matéria. Informou que a maioria dos documentos analisados para o referido inquérito foram obtidos através do acervo de documentos do DER, cujo endereço, de acesso restrito, é [www.documentador.pr.gov.br](http://www.documentador.pr.gov.br). O DER foi o responsável pela realização das três licitações que redundaram nas contratações das Concessionárias para explorar os trechos do Anel de Integração das Rodovias do Estado do Paraná, os quais foram divididos em seis trechos. Deu continuidade com sua explanação, fazendo um histórico dos acontecimentos acerca da concessão, em que teve início em 1984, onde foi feito o diagnóstico das Rodovias com os estudos de viabilidade até a assinatura dos termos aditivos firmados nos anos de 2000 e 2002, onde foram alterados os níveis de investimentos previstos originalmente, bem como, o momento em que deveriam ser efetivados. A Dra. Maria Cecília colocou o relatório, com quase duzentas laudas, à disposição da CPI. Concluiu o seu estudo, que foi expedido ao Governador do Estado, com as seguintes recomendações administrativas: 1 - sejam inventariados todos os bens móveis e imóveis utilizados pelas seis concessionárias que exploram os lotes rodoviários; 2 - sejam realizadas ações planejadas e transparentes; 3 - sejam realizadas ações, para que haja acompanhamento tático e efetivo do tráfego de veículos que utilizam diariamente as rodovias concessionadas; 4 - seja determinado que os municípios, nos quais estão localizadas as praças de pedágio, adotem medidas fiscalizatórias efetivas para garantir o devido pagamento do imposto municipal; 5 - sejam tomadas providências, para que tornem condizentes os valores das tarifas com as obrigações decorrentes das concessões públicas; 6 - sejam adotadas providências para impedir que as concessionárias efetuem a cobrança de mensalidades pelo uso do serviço "Sem Paraná Via Fácil" nas rodovias pedagiadas; 7 - sejam adotadas providências para impedir que as concessionárias, ao invés de adotarem medidas efetivas que melhorem o fluxo do tráfego e tornem segura a travessia dos pedestres, instalem excessivo número de mecanismos de controle de velocidades nas rodovias; 8 - seja determinado que o DER realize as devidas fiscalizações em todos os trechos pedagiados e 9 - seja determinado que as concessionárias mantenham, em cada uma das praças de pedágio, pelo menos uma unidade complexa dotada de sistema de monitorização contínua, apta a admitir pacientes potencialmente graves ou com instabilidade clínica. Na sequência, informou que até o início de 2012, existiam 108 ações envolvendo as concessionárias do Estado, das quais, os seus devidos posicionamentos, solicitados pelo Ministério Público, foram recebidos documentos



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



somente de 84 ações. Destacou algumas ações que possam ser de interesse desta Comissão e observou que o seu julgamento dependerá de uma análise a respeito da arrecadação, das despesas, das receitas e dos contratos que foram firmados. Em seguida foram feitos questionamentos pelos senhores deputados Artagnão Júnior, Wilson Quinteiro, Cleiton Kleise, Nereu Moura, Gilberto Martin, Bernardo Carl Filho e Douglas Fabrício que foram respondidos pela Dra. Maria Cecília. Após, o Deputado Nelson Luerßen agradeceu a presença da Senhora Promotora de Justiça e a participação do Ministério Público Estadual nesta CPI, passando a palavra ao Dr. Diogo Castor de Matos. A senhora Promotora solicitou licença para se retirar da sessão, a qual foi concedida pelo senhor Presidente. O Dr. Diogo deu início à sua explanação falando sobre a atuação do Ministério Público Federal, expondo um breve histórico e apresentando algumas soluções sobre a questão do pedágio. Salientou ser de extrema importância esclarecer que no dia 15 de julho, ou seja, 24 dias após o início da operação do pedágio no Estado, o Governador Jaime Lerner baixou um decreto unilateral, onde reduziu 50% (cinquenta por cento) as tarifas e também reduziu os encargos das concessionárias. A ação judicial questionando esse Decreto foi proposta somente em agosto, dando início ao imbróglio jurídico. O Senhor Procurador continuou esclarecendo sobre a questão dos pedágios nos Governos Requião e Beto Richa e sobre as duas ações do pedágio transitado em julgado. Após, informou sobre o relatório do Tribunal de Contas da União, expedido no ano de 2012, onde foi concluído existir um desequilíbrio econômico e financeiro em detrimento do usuário, recomendando ao DER que promova o reequilíbrio desses contratos. Em julho de 2012, foi expedido o relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em relação à concessionária ECOCATARATAS, e a conclusão é que os aditamentos contratuais trouxeram benefícios exagerados às concessionárias e desequilibraram o contrato em favor do Estado. Em seguida, o Dr. Diogo comentou sobre a Ação Civil Pública do Ministério Público Federal de Jacarezinho, e a sua atual situação, pleiteando a nulidade dos artigos 14 de 2000 e 34 de 2002 onde a concessionária ECONORTE ampliou a concessão da rodovia federal sem licitação, sem anuência da União e com colocação de uma praça de pedágio dividindo o Município de Jacarezinho, entre outras coisas. Expos, com justificativa, a diretriz de trabalho de força-tarefa, que será, a princípio, não mais questionar as demandas judiciais; não focar mais na questão da redução tarifária e a solução que poderia dar uma resposta para a população, seria uma questão administrativa, com métodos efetivos, para que o DER realmente exerça a sua fiscalização e promova a revisão unilateral do contrato em favor do usuário. O Ministério Público Federal, considerando a manifesta conivência do DER em relação às questões jurídicas do pedágio e a questão da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, atuará junto ao Ministério dos Transportes, recomendando a revogação do plano de convênio, previsto no termo de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



convênio firmado entre as partes, passando a fiscalização do contrato de concessão das BRs, do DER para a União, por meio da ANTT e do DNIT. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra para que os senhores deputados Nereu Moura, Cleiton Kielas, Wilson Quinteiro, Douglas Fabrício, Gilberto Martin, Péricles de Mello e Adeline Ribeiro fizessem comentários ou fizessem indagações, que foram esclarecidas na sequência pelo Dr. Diogo. O Senhor Presidente agradeceu a presença e informou ser essencial o apoio do Ministério Público Federal para esta Comissão, fez um questionamento ao Senhor Procurador, sendo respondido em seguida. Para finalizar, o Senhor Procurador agradeceu estar presente nesta reunião, colocando o Ministério Público à disposição. O Deputado Nelson Luersen solicitou ao relator para que proceda a leitura dos requerimentos que serão votados na próxima sessão. 1 - Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício. 1.1 - solicita ao DER que informe a receita bruta das seis concessionárias de rodovias durante todos os anos, até 2012, bem como, o número de óbitos, ano a ano das seis concessionárias de rodovias, durante todos os anos, até 2012, inclusive dos óbitos ocorridos nos hospitais, decorrentes de acidentes automobilísticos nas rodovias objeto de concessão; 1.2 - solicita a oitiva do Secretário de Estado de Infraestrutura do Paraná, Senhor José Richa Filho, visando à explicitação do modelo de parcerias das concessões; 1.3 - solicita a oitiva do Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros - SINDICAM-PR, Senhor Laertes Freitas; 1.4 - solicita ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, a disponibilização de senha para que esta Comissão tenha acesso ao site [www.documentador.pr.gov.br](http://www.documentador.pr.gov.br); 1.5 - com o apoio da maioria dos membros, solicita que se oficie à Promotora Maria Cecília Delal Rosa Pereira, para que disponibilize estudo referente à concessão de rodovia nos termos do depoimento prestado a esta CPI; 1.6 - solicita requerer ao DER os protocolos, no sistema do Protocolo Geral do Estado, que fazem referência e autorizaram a substituição da praça de pedágio da BR369, no Município de Andaraí, (116 km de Londrina), para o Município de Jacarezinho, administradas pela Concessionária de Rodovias ECONDORTE, responsável pelo Lote 1 do Anel de

integração, sem a realização de licitação pública e 1.7 - solicita a oitiva do Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná - FETRANSPAR, Senhor Sérgio Malucelli. Em seguida, o Senhor Presidente informou a participação na próxima sessão do Diretor-Geral do DNIT, Senhor Jorge Ernesto Pinto Fraxe, do Procurador-Geral do Estado do Paraná, Dr. Julio Cesar Zem Cardozo e a oitiva do Deputado Péricles de Mello. O Deputado Péricles de Mello questionou sobre a questão da ausência de parlamentares no momento da deliberação dos requerimentos e o Deputado Nelson Luersen esclareceu que é necessário 30% (trinta por cento) de quorum para deliberação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Geni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

### Ata da 7ª Reunião Ordinária

Aos três dias do mês de setembro do ano da dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Lucersen, Presidente; Adelfino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabricio, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello e Artagnão de Mattos Leão Júnior, Titulares; Cleiton Kleise, Fernando Scansavaca e Jonas Guimarães, Suplentes e os Deputados Tercílio Turini, e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao relator que proceda a leitura da Ata da 6ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Após, fez a leitura do Ofício nº 664 recebido da Procuradoria Geral do Estado, informando o motivo pelo qual o Dr. Júlio Cesar Zem Cardozo não atendeu ao convite para comparecer na Sessão Ordinária do dia 03 de setembro. O Deputado Nereu Moura sugeriu que todo convidado que não vier na data estipulada, seja automaticamente convocado para a sessão seguinte. Na sequência, o Deputado Kleise insistiu na convocação, para a mesma sessão, do Dr. Júlio Zem Cardozo e também da Dra. Josélia Nogueira, o qual foi aprovado para a sessão do dia 10 de setembro. Dando continuidade, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Péricles de Mello, para fazer a explanação a respeito do pedágio no Estado do Paraná. O Deputado Péricles deu início à sua apresentação, esclarecendo ter realizado seu estudo, com o auxílio do engenheiro Joel Larocca Júnior, através do acesso ao documento original chamado "Proposta Comercial das Concessionárias". Explicou que o Pedágio no Paraná não foi uma concorrência por preço, o Governo do Estado definiu o preço da tarifa básica, por lote que iria ser licitado, reajustada por uma equação ao longo da concessão de 24 anos, ao mesmo tempo, o Governo definiu o rol de obras a serem feitas. Na sequência, foi distribuído aos Deputados presentes, o conteúdo da fala apresentada a seguir pelo Deputado Péricles. Com o auxílio de slides e o conteúdo constando nas notas taquigráficas, o Deputado explicou a tabela com o resumo do fluxo de caixa de cada lote, demonstrou que o percentual de investimentos representa de 14 a 29% da receita bruta e destacou algumas considerações em relação à RODONORTE. Teceu comentários a respeito da definição dos custos das concessionárias e em seguida, fez a leitura da Cláusula V do Contrato de Concessão -



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



"Da interpretação". Esclareceu que é sobre o valor da Proposta Comercial das Concessionárias que incide a análise feita. Comprovou a superestimação dos custos, comparando os valores da Proposta Comercial com os valores constantes da tabela de contratação de serviços do DER, para o mesmo período de referência, janeiro de 1997, conforme leitura da tabela apresentada. Continuou sua explanação informando que contratou uma equipe de técnicos que apresentou um relatório demonstrando que existe uma diferença significativa entre o montante das rubricas apresentadas na Proposta Comercial das Concessionárias e as pregadas pelo DER. O objetivo da avaliação destes técnicos foi a determinação do valor total dos investimentos realizados sob a rubrica de: 1 - trabalhos iniciais e 2 - trabalhos ao longo da concessão. Explicou os critérios de como foram efetuados os cálculos, sendo que em todos, procurou-se preservar a lucratividade para a empresa, com a bonificação adotada em seu valor máximo do mercado. A seguir, o Deputado Péricles demonstrou outra forma de classificação dos itens componentes dos "trabalhos iniciais". O item "trabalhos ao longo da concessão" foi dividido em dois subitens: 1) restauração das rodovias principais; 2) obras de melhoria e ampliação da capacidade, mostrando na sequência, a tabela com a comparação dos valores, concluindo que há, no conjunto dos investimentos comparáveis dos "trabalhos ao longo da concessão" sobrepreço de 81%, frisando estar embutido a bonificação normal de 39,25%. O Deputado Péricles continuou sua explanação esclarecendo que foi o Governo que definiu a tarifa básica e os custos das obras, mas não apresentou documentos e as concessionárias justificaram o valor dos custos, apresentando a Proposta Comercial. Informou que o edital de licitação exigia que cada consórcio tivesse capital mínimo para participar da concorrência, e este, não era obtido pela soma, mas pela média ponderada pelo percentual de participação, o que impediu que pequenas e médias empresas se consorciassem de forma independente. A seguir, para finalizar a apresentação com o auxílio de slides, mostrou o último item, constante na Proposta Comercial, que é o demonstrativo de custos de administração e operação de mão de obra, revelando os altos salários do quadro diretor. O Deputado Péricles de Mello enfatizou ser de extrema importância para os trabalhos da CPI, contratar engenheiros qualificados para fazerem o desnudamento da Proposta Comercial das Concessionárias e após verificar, com demais técnicos, o que aconteceu com cada Aditivo, para que se faça o estudo orçamentário. Também sugeriu a convocação dos técnicos das empresas contratadas pelo Governo Jaime Lerner que fizeram os estudos iniciais. O Senhor Presidente parabenizou o Deputado Péricles pela explanação e comentou quanto à preocupação da CPI em relação à assessoria técnica, comentando sobre um requerimento solicitando ao Tribunal de Contas, realização de auditoria em todas as concessionárias de pedágio. Agradeceu aos Deputados Elton Welter e Tercílio Turini



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



pela presença e em seguida concedeu espaço aos senhores deputados para que fizessem comentários ou indagações. Com a palavra o Deputado Kleise que complementou informando que mais de 30 empresas foram desclassificadas por não possuírem o capital necessário à época e indagou ao Deputado sobre o impacto que o pedágio acarretou na região dos Campos Gerais. O Deputado Péricles esclareceu que não dá para medir o impacto totalmente e enfatizou novamente a necessidade da laudo técnico. O Deputado Artagão Júnior concordou em relação à contratação de técnicos especialistas e que, em havendo dificuldade na contratação por limitação de despesas, a CPI solicite auxílio às entidades interessadas na solução. O Senhor Presidente agradeceu a presença do representante da FIEP e esclareceu que as entidades já se colocaram à disposição para auxiliar os trabalhos da CPI. Pela ordem, o Deputado Adelfino Ribeiro esclareceu que, com referência ao lote da Ecodatarritas, os números apresentados pelo Deputado Péricles estão corretos em relação ao Relatório do Tribunal de Contas do Estado. O Deputado Péricles esclareceu que o Tribunal de Contas partiu da análise do balancete das concessionárias e que esses valores devem ser questionados. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Jonas Guimarães e passou a palavra ao Deputado Yercilio Turini, que expôs que o valor da tarifa é estabelecido pelos índices inflacionários e não se leva em consideração o número de veículos no Paraná atualmente, ser três vezes maior que no ano de 1997. O Deputado Péricles informou que a Polícia Rodoviária Federal pode oferecer o fluxo verdadeiro de veículos. O Deputado Nelson Luersen esclareceu que a CPI vai solicitar a instalação de máquinas fiscais aferidas pela Receita Federal e pelas Prefeituras. Com a palavra o Deputado Elton Welter considerou que a deliberação de peritos técnicos deve ser tomada imediatamente e que deve ser checada, junto ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, a contagem de veículos, para poder confrontar com o balanço das Concessionárias. O Deputado Artagão pediu a palavra e sugeriu que a CPI solicite ao DER o levantamento com relação ao custo da obra do contorno de Campo Largo para confrontações, acatada pelo Senhor Presidente. Pela ordem, o Deputado Alceu Maron Filho mostrou a indignação com relação aos dirigentes, proprietários das concessionárias, mas principalmente com os agentes públicos que advogam o interesse dos empresários, traindo a população paranaense. Considera-se normal o empresário buscar o lucro, mas o agente público tem o dever de defender o interesse da população e deve ser responsabilizado criminalmente pelos atos cometidos. Com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro que ressaltou a importância do estudo apresentado pelo Deputado Péricles para avançar com bases em uma CPI técnica. Destacou duas questões importantes que vem a ser a busca da questão técnica especializada e a sequência lógica das avaliações e das olivas, para que a CPI alcance o melhor resultado. O Deputado Douglas Fabrício opinou que os governos, desde o primeiro e todos que vieram, foram omissos em relação à questão



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



do pedágio. O Deputado Kiyse solicitou que a assessoria oficial onde está sendo recolhido o ISS do dispositivo "Sem Parar". O Deputado Luersen acatou a solicitação, passando a palavra ao Deputado Péricles para conclusões finais. O Deputado Péricles enfatizou a necessidade de assessoria técnica especializada, para superar o Tribunal de Contas, que fez auditoria digna e correta, mas nos marcos dos balancetes das concessionárias. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1. Requerimento de autoria dos membros da CPI, que solicita, em Regime de Urgência, a expedição de ofício requerendo ao TCE/PR realização de auditorias nas concessionárias Econorte, Viapar, Caminhos do Paraná, Rodonorte e Ecovia - Aprovado; 2 - Requerimentos de autoria do Deputado Douglas Fabrício. 2.1 - solicita ao DER que informe a receita bruta das seis concessionárias das rodovias durante todos os anos, até 2012, bem como, o número de óbitos, ano a ano das seis concessionárias de rodovia, durante todos os anos, até 2012, inclusive dos óbitos ocorridos nos hospitais, decorrentes de acidentes automobilísticos nas rodovias objetos da concessão - Aprovado; 2.2 - solicita a oitiva do Secretário de Estado de Infraestrutura do Paraná, Senhor José Richa Filho, visando à explicitação do modelo de parcerias das concessões - Aprovado; 2.3 - solicita a oitiva do Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros - SINDICAM-PR, Senhor Laertes Freitas - Aprovado; 2.4 - solicita ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, a disponibilização de senha para que esta Comissão tenha acesso ao site [www.documentador.pr.gov.br](http://www.documentador.pr.gov.br) - Aprovado; 2.5 - com o apolamento da maioria dos membros, solicita que se oficie à Promotora Maria Cecília Delisj Rosa Pereira, para que disponibilize estudo referente à concessão de rodovia nos termos do depoimento prestado a esta CPI - Aprovado; 2.6 - solicita requerer ao DER os protocolos, no sistema do Protocolo Geral do Estado, que fazem referência e autorizaram a substituição da praça de pedágio da BR-369, no Município de Andaraí, (116 km de Londrina), para o Município de Jacarézinho, administradas pela Concessionária de Rodovias ECONORTE, responsável pelo Lote 1 do Anel de Integração, sem a realização de licitação pública - Aprovado e 2.7 - solicita a oitiva do Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná - FETRANSPAR, Senhor Sérgio Malucelli - Aprovado.

O Deputado Nelson Luersen procedeu à leitura do requerimento, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, apoiado pelos Deputados Nelson Luersen, Wilson Quinteiro, Alceu Maron

Filho, Cleiton Kieislê, Adelfino Ribeiro e Artágio Júnior, que requer a convocação dos Procuradores João Cesar Zam Cardozo e Josélia Nogueira, para a próxima sessão - Aprovado. Por sugestão do Senhor Presidente, foi aprovado também, convocar, o Ex-Procurador-Geral do Estado, Sérgio Bolto de Lacerda. O Deputado Nelson Luersen sugeriu serem realizadas as Sessões Extraordinárias nas quintas-feiras, sendo dia 19



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



em Jacarezinho e dia 28, por sugestão do Deputado Aloeu Maron Filho, em Paranaguá. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos Requerimentos que serão colocados em votação na próxima sessão. 1 - Requerimento do Deputado Douglas Fabrício, que requer o envio de ofício à Secretaria de Infraestrutura e Logística e Departamento de Estradas e Rodagem, solicitando cópia do estudo de viabilidade do Anel de Integração, efetuado pelo Governo e pelo Consórcio Cogito/Engeloto. 2 - Requerimento de autoria do Deputado Adelfino Ribeiro, que requer a convocação dos senhores: Alexandre Antônio dos Santos, Homero Figueiredo Lima, José Antônio B. Pereira, Nagib Georges Fattouch e Paulo Roberto Inocente para prestar esclarecimentos à CPI dos Pedágios. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

#### Ata da 8ª Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelfino

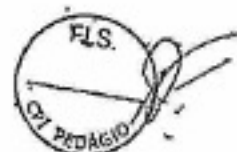
Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Aloeu Maron Filho; Nereu Moura; Pêficles de Mello, Bernardo Ribas Carli e Artagnão de Mattos Leão Júnior, Titulares; Cleiton Kielso, Suplente e os Deputados Tercílio Turini e Gilberto Martin. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao relator que proceda a leitura da Ata da 7ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Após, o Deputado Nelson Luersen sugeriu a criação de uma Subcomissão para tratar do projeto do contorno do Campo Largo, devido ao grande volume de documentos, e em seguida procedeu a leitura do Ofício nº 678 recebido da Procuradoria Geral do Estado, informando o motivo pelo qual a Dra. Jozélia Nogueira não atendeu ao convite para comparecer na Sessão Ordinária do dia 10 de setembro, ficando aprovada por todos os membros, a convocação da senhora Procuradora para a próxima sessão. Convidou o Dr. Julio Zem Cardozo para se fazer presente à Tribuna e dar seu depoimento a esta CPI, agradeceu sua presença e solicitou ao proponente do convite, Deputado Kielso, para iniciar a apresentação. O Deputado Kielso, após breve introdução, questionou o porquê que não houve decisão da proposta, apresentada pelo Governador Beto Richa em fevereiro de 2011, do acordo de resqulíbrio





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**'CPI DO PEDÁGIO'**  
**RELATÓRIO FINAL**



econômico-financeiro entre o Governo do Estado e as concessionárias, e o porquê que as ações não foram devolvidas à Justiça. O Senhor Presidente lembrou ao Dr. Júlio que está sob juramento de falar a verdade. Com a palavra o Senhor Procurador iniciou sua explanação com um breve resumo da vida pessoal e profissional, informou que não houve retirada ou desistência de nenhuma ação por parte da Procuradoria-Geral do Estado; houve suspensão das ações, na tentativa de se encontrar uma solução amigável para a revisão dos contratos. Esclareceu que aproximadamente 30% das ações, que não estão suspensas, foram propostas pelo Ministério Público, a grande maioria das ações são propostas pelas concessionárias contra o Estado e o DER e aproximadamente 10% são ações de autoria do Estado ou do DER, sendo a principal a de nº 7929, ação contra todas as concessionárias, onde se postula a nulidade dos termos aditivos de 2000 e 2002. Informou que foi criada na Procuradoria, o Núcleo de Concessões, que teve por objeto a contratação da FIA (Fundação Instituto de Administração da

USP), assistente técnico do Estado na ação 7929, que se encontra em fase de perícia. O Deputado Nereu Moura indagou sobre a autonomia do Governador Requião em reduzir as tarifas do pedágio por decisão administrativa; quais são os eixos de entendimento do governo atual com as concessionárias e se existe alguma questão relacionada à prorrogação dos contratos. O Dr. Júlio desconhece, neste caso, a possibilidade de revisão administrativa, ela existe desde que haja certeza de que houve desequilíbrio para algum dos lados do contrato. Para isto, está sendo desenvolvido o trabalho da FIA, com conclusão do estudo para o final do ano. Depende do quantitativo dos elementos que geraram o desequilíbrio para chegar à conclusão de que é preciso para recompor o equilíbrio, prorrogação ou não dos contratos, redução da tarifa, inclusão e exclusão de obras. O Deputado Douglas indagou se é o Governo Estadual ou também depende do Governo Federal, a decisão da prorrogação dos contratos, no caso do resultado dos estudos houver informações de que é necessária a prorrogação para o equilíbrio econômico-financeiro; se os aditivos tiveram a anuência do Governo Federal à época; qual o valor jurídico dos aditivos e; no caso de uma renegociação em que se discuta a prorrogação, se teria que ter o aval da Assembleia Legislativa. O Dr. Júlio esclareceu ser necessária a anuência do Governo Federal e este concordou com os aditivos. Está sendo discutida judicialmente a nulidade dos contratos pela quebra do princípio da modicidade da tarifa e depende da prova pericial da FIA para saber se são nulos ou não e a Dra. Ario Elisa, Procuradora-Chefe do Núcleo Jurídico da Administração, respondeu à última questão esclarecendo não ter necessidade da autorização da Assembleia na decisão da prorrogação. O Deputado Douglas solicitou oficial ao DER cópia dos estudos que já foram produzidos. Com a palavra o Deputado Artagnan indagou qual é o prazo legal em



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



relação à suspensão das ações; se todas as ações de autoria do DER ou do Estado contra as concessionárias foram suspensas. O Dr. Júlio Zem informou que o prazo previsto no Código de Processo Civil é de 180 dias, podendo ser prorrogados e que a maior parte das ações foi julgada desfavoravelmente ao Estado, a ação de nº 7929 está suspensa e informou não estar com o levantamento exato. O Deputado Artagão sugeriu obter a informação oficial da situação das ações e indagou se procede que o cupom entregue nas praças de pedágio não teria valor fiscal e qual a forma de controle que o Estado executou em não havendo valor fiscal dos recibos. A Dra. Ana Elisa informou que o DER é o responsável pela fiscalização e o controle é feito pelos técnicos, através dos relatórios encaminhados pelas concessionárias. Com relação à questão da fiscalização tributária o Dr. Júlio informou ser da competência dos Municípios para o controle do ISS. O Deputado Artagão questionou por quem foi contratado, qual o valor e quem pagou o Relatório da Fundação e porque o Relatório do Tribunal de Contas não teve valor para mediar a avaliação que o Estado necessita. O Dr. Júlio esclareceu que a FIA foi contratada pelo DER, pelo valor em torno de R\$ 4 milhões de reais e que o Relatório do Tribunal de Contas do Estado e da União estão sendo considerados nesse estudo. Após, o Deputado Bernardo Carli indagou em qual Vara e qual esfera da Justiça tramita a ação 7929; qual estratégia que a PGE tem trilhado nas tratativas junto às concessionárias; e numa eventual rescisão contratual, caso o resultado do estudo entender que não foram cumpridas todas as metas estabelecidas, qual seria o ônus para o Estado e se existe a previsão contratual. O Dr. Júlio informou que tramita na 2ª Vara Federal de Curitiba; que as negociações com as concessionárias são feitas diretamente no DER, esclarecendo que o trabalho da PGE restringe-se a orientação e atuação jurídica; no caso do não cumprimento de alguma cláusula contratual, será necessário verificar quais as penalidades e sanções aplicáveis e por fim respondeu que existe previsão contratual. Pela ordem o Deputado Douglas Fabricio deixou registrado que a CPI deve solicitar informações detalhadas, junto ao DER, sobre a forma da contratação da FIA. Com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro que questionou sobre a visão da Procuradoria quanto à pretensão ou suposta possibilidade no caso concreto da quebra dos contratos de forma administrativa e previsão de indenização; na ação 7929, a perícia foi contratada dentro do processo judicial ou pelo DER apenas como perícia para avaliação administrativa; solicitou ao procurador o nome do perito judicial ou instituição indicada para o processo; qual a posição das procuradorias dos municípios onde tem praças de pedágio; se houve questionamentos, informações dos municípios sobre o ISS e para finalizar, indagou se existe alguma ação que está na competência da Justiça Estadual na questão do pedágio, solicitando à Procuradoria que forneça à CPI, o número das ações, os temas, e o estudo de cada processo. O Dr. Júlio esclareceu, enquanto procurador, que o grande problema na questão dos pedágios surgiu pelas alterações que foram feitas no



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



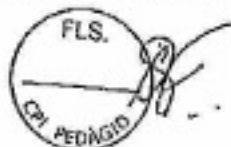
contrato original, sem estudo técnico adequado; que é possível fazer a adequação do eventual desequilíbrio de maneira administrativa; que a FIA é assistente técnica do Estado na ação 7929 para auxiliar o Estado na realização da perícia judicial e também para ajudar na construção de uma solução administrativa para a questão. Foi designado a FIP como instituição da perícia; informou não ter conhecimento sobre as procuradorias municipais e por fim esclareceu ao Senhor Deputado que existem várias ações na Justiça Estadual, dentre elas a ação do contorno de Campo Largo. O Deputado Wilson Quinteiro reforçou a solicitação à Procuradoria e ao Relator desta Comissão sobre as ações civis públicas, para que a CPI tenha conhecimento dos limites de eventuais ações transitadas em julgado para não incorrer ao erro. O Senhor Presidente registrou e agradeceu a presença do Deputado Tarcílio Turini e Elton Weller, passando a palavra ao Deputado Kleise, que indagou o porque que o Governo do Estado não tomou as medidas necessárias para o reequilíbrio econômico-financeiro, dadas as orientações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e ainda autorizou mais dois aumentos, sugeriu a solicitação da presença da FIA para prestar informações preliminares à CPI, antes da conclusão do estudo. O Dr. Júlio respondeu que a determinação do Tribunal de Contas da União foi o reestabelecimento do equilíbrio dos contratos, mas não disse qual, e através do trabalho da FIA será apontado, se for o caso, qual é o desequilíbrio. O Deputado Nereu Moura indagou se existe aditivo para as obras de Campo Largo e Matelândia, e o Dr. Júlio esclareceu que foram feitas autorizações do diretor-geral do DER para realização das obras. Com a palavra o Deputado Alceu Maron que indagou a respeito do conflito de competência e até que ponto o Poder Judiciário já dirimiu essa questão e oportunizou ao Dr. Júlio esclarecer os motivos do desligamento do cargo de Procurador-Geral do Estado. O Dr. Júlio esclareceu que a definição da competência depende da natureza da causa, mas em geral, a competência é da justiça federal e com relação ao seu desligamento, foi por motivo pessoal. A seguir, o Deputado Párcides do Mello fez a leitura do parecer do Tribunal de Contas, página vinte e vinte e dois, fez um breve comentário sobre seu estudo; perguntou à procuradoria a opinião sobre essa leitura; se não houve interesse em estudar a gênese do contrato e se a procuradoria poderia tomar uma medida unilateral e fazer a encampação. O Dr. Júlio esclareceu que para se ter a conclusão adequada, é preciso ter os estudos técnicos e a ação 7929 discute as questões levantadas pelo relatório do Tribunal de Contas e que a Procuradoria poderia tomar medidas unilaterais e em sua opinião, talvez a encampação não fosse a melhor alternativa. Após, o Deputado Adesino Ribeiro solicitou a opinião ao Dr. Júlio sobre a quebra de sigilo fiscal e bancário das empresas e foi respondido que não sabe se a quebra do sigilo vai ter resultado positivo e para que finalidade seja necessária, mas respeita a decisão da CPI. Para finalizar a ótica





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



do Ex-Procurador-Geral do Estado, o Senhor Presidente questionou qual o motivo da suspensão de todas as ações que estão na Justiça; se procede à informação que o Governo determinou que fossem evocados os processos referentes ao pedágio num núcleo específico da Procuradoria-Geral do Estado e como a PGE está tratando o assunto da recusa da suspensão por mais 180 dias das ações do pedágio determinado pelo Supremo Tribunal de Justiça. O Dr. Júlio esclareceu que a suspensão teve por objetivo a tentativa de se chegar a uma solução amigável para equacionamento da questão, que procede a informação de o Governo avocar os processos e que os processos com pedidos de suspensão indeferidos, voltaram a tramitar normalmente. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Ex-Procurador-Geral do Estado e convidou o segundo depoente, o Dr. Sérgio Bóito de Lacerda, Procurador-Geral do Estado no período do segundo mandato do Governador Roberto Requião, para fazer sua explanação. O Dr. Sérgio iniciou sua fala fazendo um breve levantamento sobre a questão do pedágio, sobre o deferimento das medidas liminares na primeira ação ajuizada na 1ª Vara Federal de Curitiba e os aditivos de 2000 e 2002. Explicou sobre a questão da taxa interna de retorno – TIR, as ações ajuizadas sobre a taxa aplicada e sobre a ação 7929 que pede a nulidade dos aditivos. O Senhor Presidente abriu espaço para as indagações e solicitou a opinião a respeito do período de 18 meses de redução da tarifa em 50%, se a redução das obras não deveria ser, no máximo, pelo mesmo período. O Dr. Sérgio esclareceu que esta questão está na petição inicial da ação 7929, faz a leitura da petição. Na sequência, o Deputado Nereu Mouta indagou se o Governo Estadual, em 2005, poderia ter reduzido as tarifas administrativamente e se, em sua opinião, houve crime por parte das concessionárias e das autoridades do Estado. O Dr. Sérgio comentou que o Estado tem um poder de autotutela, mas é um ato de imprudência fazê-lo, tendo diversas ações judiciais e não cabe e ele afirmar se houve crime. Com a palavra o Deputado Douglas Fabricio que solicitou informações sobre as ações ajuizadas e qual a sugestão que o Procurador daria à CPI para concluir os trabalhos. O Dr. Sérgio informou que há várias ações, mas as importantes se resumem na 7929 e a ação da TIR, ações estas que o Estado busca vencer. Esclareceu que a Procuradoria está fazendo a sua parte, ajuizando as ações e, por opinião pessoal, o Estado do Paraná está sendo penalizado com a omissão da União Federal, pois as rodovias são federais. Após, o Deputado Alceu Maron concordou com a opinião do Senhor Procurador, afirmando que não pode passar ao agente delegado toda a responsabilidade do agente originário que é a União Federal. Com a palavra o Deputado Péricles, solicitou sugestões de que providências devem ser tomadas para cobrar da União, indagou sobre as ações e falou sobre a questão da gênese do contrato. O Dr. Sérgio afirmou que a União Federal desenvolveu muito no aspecto da concessão de rodovia e ela deve participar ativamente na Justiça; esclareceu sobre as ações 7929 e a TIR e explicou que a União participou do convênio de delegação e após



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



a assinatura dos contratos o Paraná ficou isolado na Federação. O Deputado Alceu Maron indagou se algo impediu a União Federal de rescindir o convênio e o Dr. Sérgio respondeu negativamente. Após o Deputado Klejse indagou se existe uma forma de ação conjunta da Procuradoria, de orientação técnica ao Governo do Estado, ao DER, para que seja devolvida a concessão ao Governo Federal e o Dr. Sérgio esclareceu que a Procuradoria, à época, orientava o Governo com bastante intensidade. O Deputado Douglas Fabrício questionou porque o Governador não devolveu a concessão à União e, no caso, se teriam que indenizar as concessionárias. Foi esclarecido que, naquele momento, a decisão era política e as ações ainda estavam iniciadas e davam a entender que teriam uma tramitação rápida e não tem indenização. Com a palavra o Deputado Artagão que citou a demora das decisões judiciais e de que forma caberia alguma provocação para tentar promover a celeridade, tendo em vista fazer cumprir as obrigações até o término do contrato em 2022. O Dr. Sérgio informou que seria possível se as ações não tivessem sido suspensas a pedido do Estado e também questionou se a União Federal foi ouvida sobre essas suspensões. Após, o Deputado Bernardo Ribas Carli indagou sobre a troca do fluxo de investimentos de obras sem aditivos e qual seria o posicionamento para encaminhamento por parte da CPI. O Dr. Sérgio explicou que não entendeu, pois é um contrato e os documentos devem ser requisitados por esta Comissão. O Deputado Artagão indagou se a CPI pode provocar o cancelamento da suspensão das ações e o Dr. Sérgio respondeu positivamente. O Deputado sugeriu solicitar informações ao Estado, à SEIL, ao DER, à Procuradoria sobre o objetivo da suspensão das ações. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Procurador e concedeu-lhe a palavra para considerações finais. O Dr. Sérgio Botto de Lacerda agradeceu e colocou-se à disposição desta CPI. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos lidos na sessão anterior: 1 -

Requerimento do Deputado Douglas Fabrício, que requer o envio de ofício à Secretaria de Infraestrutura e Logística e Departamento de Estradas e Rodagem, solicitando cópia do estudo de viabilidade do Anel de Integração, efetuado pelo Governo e pelo Consórcio Cogita/Engefoto - Aprovado. 2 - Requerimento de autoria do Deputado Adelfino Ribeiro, que requer a convocação dos senhores: Alexandre Antônio dos Santos, Homero Figueiredo Lima, José Antônio B. Pereira, Nagib Georges Faltauch e Paulo Roberto Incoff para prestar esclarecimentos à CPI dos Pedágios -

Aprovado. Requerimentos aprovados em regime de urgência. 1 - Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, com o apoio da maioria dos membros, requer que todas as requisições, solicitações de documentos, definições de data de oitivas de depoentes, necessidade de realização de sessões extraordinárias, sessões fora da comarca de Curitiba, e demais procedimentos investigatórios sejam



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



previamente deliberados por esta Comissão, nas sessões públicas ordinárias - Aprovado. 2 - Requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron Filho com apeloamento da maioria dos membros, requer que a Presidência e a Relatoria informem a listagem de todos os documentos que foram recebidos e catalogados pela CPI até o presente momento e, daqui para frente, informem idêntica listagem, atualizada, em cada sessão pública ordinária colegiada. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos Requerimentos que serão colocados em votação na próxima sessão. 1 - Requerimentos de autoria do Deputado Bernardo Ribas Caril 1.1 - Requer a convocação de Vera Bezno e 1.2 - Requer a convocação de Djama Rocha M. Pereira, para oitiva perante a CPI do Pedágio. 2 - Requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron que requer a convocação de Joel Larôcca Júnior para oitiva perante a CPI do Pedágio. Para finalizar, ficou acordado o convite dos senhores Alexandre Antônio dos Santos, Homero Figueiredo Lima, José Antônio B. Pereira, Nagib Georges Fattouch e Paulo Roberto Incott e da Procuradora-Geral do Estado, Dra. Jozélia Nogueira para a próxima sessão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

### Ata da 9ª Reunião Ordinária

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Ribas Caril e Artegão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Cleiton Kleise, Suplente, Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, dispensou a leitura da Ata da 8ª Reunião Ordinária, a pedido do Deputado Nereu Moura. Após, o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença de todos, informando a presença dos auditores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da Procuradora-Geral do Estado, Dra. Jozélia Nogueira. O Deputado Adelino Ribeiro, proponente do convite aos senhores

Auditores, esclareceu ser importante ouvir os servidores que realizaram a investigação feita pelo Tribunal de Contas para contribuir com os trabalhos da CPI. Após, o Senhor Presidente convidou o Dr. Homero Figueiredo Lima, ex-servidor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para se fazer presente à Tribuna e esclarecer o trabalho realizado pelo referido Tribunal. O Senhor Homero iniciou sua



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



explicação mencionando o trabalho realizado pela Auditora do Tribunal de Contas. Em seguida, o Deputado Nelson Luerson concedeu espaço aos senhores deputados para que fizessem comentários ou indagações. Com a palavra o Deputado Péricles de Mello que indaga por qual motivo não tinha como o Governo apresentar uma proposta orçamentária clara para o pedágio e porque achou a suspensão das ações uma medida salutar. O Dr. Homero esclareceu que o grande mal da licitação foi o desequilíbrio posterior e atacar o contrato desde o início inviabiliza a resolução do problema. Com relação à suspensão respondeu que no início foi salutar, pois parecia que o Estado iria pressionar a Concessionária, diante do Relatório do Tribunal de Contas que apontava um grande desequilíbrio. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício que, na condição de Relator, informou ter vários questionamentos e estes serão respondidos na sequência pelo Dr. Homero: 1- se quando realizados os termos aditivos em 2000 e 2002 foram contratados pareceres, estudos pelo DER para esse trabalho; Resposta afirmativa do depoente; 2 - quem realizou os estudos técnicos na época. Resposta: foi um engenheiro e um economista, cujos nomes constam no relatório; 3 - os termos aditivos firmados estão vigentes ou foram anulados pelo Judiciário. Resposta: estão vigentes e foram alterados por uma Ata de reunião nº 17 de 2005; 4 - se foi levado em consideração, pela Comissão de Auditoria do Tribunal de Contas, os termos aditivos para a realização dos cálculos realizados. Resposta: não considerou os aditivos, porque eles desequilibraram a relação entre os encargos da empresa; 5 - na opinião do Dr. Homero, porque os governadores não declararam nulos os aditivos. Resposta: por incompetência e covardia do Poder Público; 6 - na opinião do Dr. Homero, porque a União, em todos esses anos, arrecadou impostos e não investiu nas rodovias. Resposta: a União não tem nada a ver com a concessão, pois delegou as rodovias para o Estado, a pedido do próprio Estado; 7- considerando que existe ação judicial que discute se os termos aditivos seriam nulos ou não, se o TCE pode desconsiderá-los. Resposta: o TCE, a Assembleia e o Estado do Paraná podem desconsiderar, por não haver decisão judicial; 8 - Qual o prejuízo que o Estado, o contribuinte paranaense teria para pagar se os aditivos fossem anulados. Resposta: prejuízo nenhum; 9 - quais os dados utilizados para os cálculos, feitos pelo Tribunal de Contas do Estado, no Relatório Final da empresa Ecocatarras, os demonstrativos financeiros realizados ou os dados da proposta. Resposta: usando os dados da concessionária, para fazer o equilíbrio; 10- se as ações judiciais das concessionárias que discutem o reequilíbrio dos contratos foram levadas em consideração. Resposta: todas as ações foram objetos de análise e mencionadas no relatório; 11 - e se elas ganharem na justiça. Resposta: a situação atual, para o Lote 3, é favorável ao Estado; 12 - E se perder. Resposta: pode acontecer, mas em sua opinião, é improvável; 13 - A Ecocatarras possuía em 2004, um contrato preliminar



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



que reduziu as tarifas de pedágio em 30%, para reequilíbrio foi composta uma comissão paritária, se essa redução foi reequilibrada. Resposta negativa do depoente, informando que a proposta de redução também foi um ato unilateral; 14- se a Ata nº 17 foi levada em consideração para o relatório. Resposta: foi levada em consideração no sentido de existência, desconsiderada na medida em que se desequilibra o contrato e 15 - se existe uma ação judicial que discute a situação, no caso do reequilíbrio dos 30%, que foi composta a Comissão Paritária e teve a Ata. Resposta: a principal ação judicial envolvendo o Estado e a Ecocatarras é o processo que o Estado pede anulação dos aditivos. Com a palavra o Deputado Nereu Nouro fez os questionamentos a seguir, respondidos pelo Dr. Homero. 1 - quais são as empresas terceirizadas que contratam funcionários do DER. Resposta: na época em que esteve no DER o nome da empresa era Progresso; 2- a obra do contorno de Campo Largo deveria estar respaldada por aditivo, ou pode ser simples autorização do DER. Resposta: é necessário fazer um aditivo. A seguir, o Deputado Klese questionou o Dr.

Homero. 1 - qual seria sua decisão dentro do Plenário, se fosse Conselheiro do Tribunal de Contas. Resposta: se existe irregularidade lesiva ao interesse público, o responsável deve ser condenado. 2 - se esta Casa, os Tribunais de Contas do Estado e da União, poderia solicitar a intervenção das concessionárias, visto conseguir demonstrar em números o reequilíbrio do contrato. Resposta: se devidamente demonstrado, em tese, poderia. Com a palavra o Deputado Adelfino indagou ao Dr. Homero. 1 - se a postergação das obras foi acertada na reunião realizada em 2005, ou consta em algum aditivo firmado anteriormente. Resposta: nessa reunião e nos aditivos anteriores. Os três aditivos, 2000; 2002 e a Ata da reunião de 2005 alteraram o contrato; 2 - se a mudança da taxa de retorno trouxe desequilíbrio. Resposta: o Estado teve três opiniões distintas a respeito de qual é o critério para equilibrar o contrato. O relatório deixa claro qual é o critério objetivo, é a TIR sem financiamento; 3 - quando foi acertado o aumento da taxa de retorno. Resposta: no aditivo de 2000, passou a ser a taxa com financiamento. Após, o Deputado Bernardo Ribas Carli fez as seguintes indagações: 1 - em relação aos relatórios do TCE, quais seriam os próximos passos dentro do Tribunal. Resposta: o lote 03 já poderia ir a julgamento; 2 - qual é a ilegalidade da Ata nº 17. Resposta: desequilibra o contrato. Com a palavra o Deputado Elton Welter questionou se, dentro do estudo feito, existem fundamentos jurídicos para decretar a nulidade dos contratos e o Dr. Homero afirmou que é possível declarar a nulidade dos aditivos. O Deputado Péricles de Mello indagou ao Dr. Homero. 1 - pela auditoria do TCE, reduzir-se-ia a tarifa em 30%, no Lote 03, ou investimento de R\$ 300 milhões de reais. Resposta: o Dr. Homero afirmou que esse valor foi calculado em dezembro de 2010, hoje seriam aproximadamente R\$ 350 milhões de reais; 2 - do ponto de vista jurídico, qual seria a diferença para ação do





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

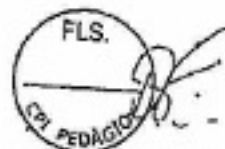


Estado, entre o parecer assinado por técnicos do Tribunal e um parecer consolidado pelos Conselheiros. Resposta: a decisão do Tribunal é dada pelos Conselheiros e estes tem o poder dado pela Constituição do Brasil e do Paraná de determinar que o Estado anule os contratos. 3 - no parecer consta que a lei de licitação, que deve ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas, não foi respeitada no caso dos aditivos. Resposta: o Tribunal falhou na fiscalização e que os três aditivos são nulos, não deveriam produzir os efeitos que produzem. O Dr. Homero fez comentários a respeito da eleição para Conselheiro do Tribunal de Contas e em seguida, o Deputado Artagnan Júnior esclareceu que deve haver respeito com os Poderes constituídos. O Deputado Alceu Maron repeliu as afirmações do depoente, que colocou o Poder Legislativo como covarde e de que este Poder está mancomunado com o Poder Executivo, Judiciário e Tribunal de Contas para a escolha de Conselheiro. Informou que a CPI do Poder Legislativo quer investigar o Pedágio com seriedade e democracia. O Deputado Douglas Fabricio comentou sobre o respeito à democracia e ao crivo do voto. Com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro que, em respeito a esta Casa e em especial à esta Comissão, chamou à ordem os trabalhos desta CPI. Esclareceu que estão sendo evidenciados os convites e não as convocações. Percebeu que os depoimentos estão caminhando para o subjetivismo, comprometendo a riqueza da informação que o depoente traz, portanto, propôs a esta Comissão objetividade nas indagações e, por condução do Presidente, nas respostas. A objetividade se faz necessária para a elaboração do relatório e consequentemente solucionar e beneficiar o equilíbrio na questão do Pedágio. O Senhor Presidente fez breve comentário sobre o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas e convidou o auditor Alexandre Antônio dos Santos para fazer sua explanação. O depoente deu início explicando sobre o que é auditoria e sobre as questões priorizadas para o relatório. O Senhor Presidente abriu espaço aos comentários ou indagações. Deu início o Deputado Alceu Maron com as indagações: 1 - se, mediante os estudos feitos, o contrato original assinado em 1998 foi espelho do edital lançado. Resposta afirmativa; 2 - com a afirmação de que o contrato está desequilibrado, qual outro fator, fora a TIR, teria desequilibrado o contrato. Resposta: a TIR não desequilibra; ela mostra o desequilíbrio, conforme apresentou, com o auxílio de slides. O Deputado Douglas Fabricio indagou ao Dr. Alexandre: 1 - se seria simples acabar com os aditivos, tendo em vista que desde 1998 até hoje ninguém o fez. Resposta: tem que ter ousadia para enfrentar essa situação, por ser uma decisão extremamente pesada; 2 - uma das bandeiras do Governador Requião foi "pedágio baixar ou acabar", não tomou a decisão radical de acabar, talvez, porque os precatórios para o Estado seriam maiores do que a situação enfrentada hoje. Resposta: talvez; 3 - o que afetou o equilíbrio dos contratos foi a redução das tarifas em 50%. Resposta afirmativa; 4 - as concessionárias alegam que a redução em 50%



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL

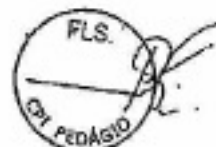


afetou a condição de financiamento do negócio. Resposta: não há registro nesse sentido; 5- se foi considerado no Relatório que, o reajuste dado com desconto, em torno de 30%, para ônibus e caminhões e que, segundo as concessionárias, afetou a receita prevista e desequilibrou o contrato. Resposta: foi considerado. 6 - se o volume de veículos faz diferença no equilíbrio econômico financeiro. Resposta: faz diferença no equilíbrio financeiro real do negócio, mas não faz na relação contratual. 7 - se os custos da concessionária são levados em consideração. Resposta afirmativa. 8 - como são medidas as obras realizadas pelas concessionárias, quais os valores aplicados e se devem estar previstas na proposta do edital de licitação. Se existe uma tabela de preço do DER e se o Tribunal teve acesso aos quantitativos empregados nas obras para a realização do cálculo. Resposta: responder às questões só seria possível se existissem os projetos executivos das obras; o DER tem poucos trechos com laudo de recebimento de obra. Na sequência o Deputado Péricles de Mello indagou ao Dr. Alexandre. 1 - se a razão da diferença apontada na tarifa, pelo Tribunal de Contas, é a comparação entre TIR com financiamento e sem financiamento. Resposta: o desequilíbrio é apontado no TIR. 2 - se o Poder Judiciário não anula os aditivos, se o estudo continua valendo. Resposta afirmativa. O Dr. Alexandre explicou que os contratos estão sendo cumpridos, nos termos da Ala 17, de 2009. 3 - a tarifa só poderá ser reduzida se o Poder Judiciário der ganho de causa para o Estado na anulação dos aditivos. Resposta afirmativa, se a questão for judicializada até o fim. 4 - a auditoria do TCE estabelece que deva haver ou uma redução da tarifa em 30% ou um investimento suplementar de R\$ 300 milhões de reais, a valores de 2010, qual seria o valor aproximado para hoje. Resposta: Aproximadamente 20% a mais. O Dr. Alexandre comentou sobre a situação econômica da Viapar. O Deputado Kleber convidou o senhor auditor para participar da força-tarefa da Procuradoria da República, o qual foi recusado, mas não vê obstáculos em colaborar permanentemente com a CPI. Com a palavra o Deputado Artagão Júnior que indagou ao Dr. Alexandre sobre: 1 - se a decisão judicial foi exclusivamente de retomadas das tarifas ou se ensejou também o primeiro aditivo realizado. Resposta: foi retomada a tarifa e a questão dos investimentos ficou prejudicada. 2 - se o aditivo não foi referendado pelo Poder Judiciário. Resposta negativa. 3 - que tipo de garantia, se existir, o Estado tem sobre o cumprimento dos contratos. Resposta: o contrato não traz garantia. Após, o Deputado Wilson Quinteiro registrou a importância do depoimento do Dr. Alexandre e a objetividade das indagações dos Deputados. Enalteceu que, com respostas precisas e com absoluto equilíbrio, a CPI alcançou um dos pontos mais altos. O Deputado Bernardo Carli cumprimentou o Dr. Alexandre pela explanação técnica e agradeceu ao Presidente Artagão de Mattos Leão pelo auxílio em contribuir com os trabalhos da CPI. O Deputado Nereu Moura sugeriu à CPI que as pessoas que vierem depor sejam convocadas, para que possam fazer o termo de juramento. O Deputado Nelson



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Luerßen convidou a Senhora Procuradora para fazer sua explanação e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. Com a palavra o Deputado Kielse, proponente do convite, esclareceu o motivo da solicitação da presença. A Dra. Jozélia iniciou a fala esclarecendo a questão complexa do pedágio. O Senhor Presidente deu início às indagações, questionando sobre: 1 - em 2008, em entrevista à CBN, a Dra. Jozélia informou que as concessionárias de pedágio desejavam fazer alterações nos contratos e promover acordos, quais seriam as alterações e os acordos. Resposta: algumas concessionárias alegavam desequilíbrio no contrato, açabou em ação judicial, considerando esta, haver necessidade de reequilíbrio. 2 - se pretende tomar alguma medida, como Procuradora-Geral do atual Governo, obedecendo ao acórdão 346 de 2012 do Tribunal de Contas da União. Resposta negativa, a competência é do DER. 3 - se pode afirmar que há desequilíbrio em favor do Estado e dos usuários nas concessões. Resposta negativa, por falta de conhecimento técnico. O Senhor Presidente passou a palavra ao relator e informou que a CPI solicitou cópia do estudo da FIA para anexar à CPI. O Deputado Douglas Fabrício questionou sobre: 1 - se o equilíbrio econômico financeiro deve ser mantido ao longo da vigência do contrato ou durante determinado período. Resposta: Deve ser mantido durante todo o período. 2 - quais as formas de se manter o equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão. Resposta: constante avaliação das necessidades das obras. 3 - se é possível, em um processo judicial, as partes requererem a suspensão da ação. Resposta afirmativa. 4 - se existe ilegalidade de um processo judicial ficar suspenso por mais de 180 dias. Resposta negativa, desde que seja justificado o motivo. 5 - se as ações estão suspensas pelo atual Governo. Resposta afirmativa. 6 - se faltou coragem aos governantes em tomar a atitude de anular o contrato. Resposta negativa. 7 - se a União não tem mais responsabilidade sobre as rodovias pedagiadas. Resposta: a União deveria acompanhar e fiscalizar os acontecimentos, porque as rodovias são federais. 8 - qual é a garantia do Estado, caso não haja o cumprimento das obras. Resposta: não tem conhecimento técnico para a resposta. O Senhor Relator solicitou a resposta por escrito. Com a palavra o Deputado Alois Maron indagou sobre: 1 - quais as medidas que o Estado poderá tomar judicialmente se, eventualmente, houver um colapso. Resposta: todo contrato tem garantia e será executada. 2 - uma vez decidido pelo Poder Judiciário que não seja o caminho chegar ao faturamento da empresa, se o Estado cogita uma ação regressiva contra os agentes públicos que contrataram as empresas de pedágio. Resposta afirmativa e o Procurador tem a obrigação legal de buscar o ressarcimento. Após, o Deputado Artagnon Júnior questionou sobre: 1 - se a decisão unilateral seria uma decisão inteligente no momento. Resposta negativa, a melhor decisão seria a judicial; 2 - se seria temerária uma decisão unilateral, do ponto de vista da Procuradoria,





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



proposta pelo Executivo ou outra entidade com competência. Resposta: a Procuradoria orienta o administrador público a tomar a decisão mais ponderada: ou acordo amigável ou a ação judicial. Com a palavra o Deputado Nereu Moura indagou sobre 1 – se, em sua opinião, o Governador Requião errou em não ter tentado buscar um acordo amigável para diminuir a tarifa. Resposta: O Governador tomou uma decisão coerente, a decisão tomada juridicamente. 2 – se o motivo da saída da Procuradoria, à época, esteve relacionado com o pedágio. Resposta negativa. 3 – porque o Governo não adota o relatório do TCE e do TCU para orientações. Resposta: o Estado está avaliando todos os estudos. Na sequência, o Deputado Péricles de Mello questionou a Dra. Jozélia sobre: 1 – se o Estado do Paraná, em algum momento da história do pedágio, solicitou o apoio da União; 2 – Por que deixou a assessoria do DER a qual o encaminhamento atual como Procuradora-Geral na questão do pedágio. Respostas: 1 até 2007 houve a participação do TCU; 2 – saiu do DER por ter sido convidada a ser Procuradora-Geral em Foz do Iguaçu. 3 – porque, no momento em que a ação chegou à fase pericial, o Governador do Estado fez a suspensão. Resposta: suspendeu para que o resultado do julgamento seja bom para todos e para o interesse público. O Deputado Péricles insistiu na mesma questão e a Senhora Procuradora informou que os Governadores tomaram decisões, orientadas pelos procuradores-gerais com base na constitucionalidade e legalidade, e devem ser respeitadas. O Deputado Douglas Fabricio sugeriu que, no depoimento do Secretário Pepe Richa, também esteja presente o Núcleo Jurídico da Administração da Procuradoria-Geral de Justiça para possíveis questionamentos, a qual foi aceita pelo Deputado Nelson Luersen. Com a palavra o Deputado Kleise indagou à Dra. Jozélia qual seria sua posição se fosse Governadora do Estado e esta se permitiu em não responder à questão. O Deputado Adelino perguntou se o Governador atual mantém diálogo com as empresas e a Senhora Procuradora afirmou que o Governo aguarda o término do estudo da FIA para tomar as decisões, mas não parou de discutir, de ouvir e de discordar. Após o Deputado Bernardi Carli informou acreditar que as negociações estão caminhando, pois foi anunciada uma duplicação no trecho Guarapuava-Relógio. O Senhor Presidente indagou se é possível o Estado ingressar com uma medida cautelar, requerendo depósito em juízo do valor excedente dobrado no pedágio, dados esses que já são apurados pelos Tribunais de Contas do Estado e da União e caso a FIA também confirme. A Dra. Jozélia respondeu que essa questão deve ser estudada juridicamente. Após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos lidos na sessão anterior. 1 – Requerimentos de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli 1.1 – Requer a convocação da Djama Rocha M. Pereira – Aprovado e 1.2 – Requer a convocação de Vera Baznos, para oitiva perante a CPI do Pedágio – Aprovado. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron que requer a convocação de Joel Larocca Júnior para oitiva perante a CPI do Pedágio -



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Aprovado. Requerimento de autoria do Deputado Nelson Lyersen, que requer a criação de subcomissão a ser denominada Contorno de Campo Largo, fixando como missão para a mesma investigação, fiscalização, serviços de dados, informações relativas ao custo das obras do Contorno de Campo Largo - Retirado pelo autor. Passou à leitura dos Requerimentos a serem votados na próxima sessão. 1 - Requerimento de autoria do Deputado

Wilson Quinteiro que requer a convocação de João Chimizazzo Neto para oitiva perante a CPI. 2

- Requerimento de autoria do Deputado Kiesel que solicita a oitiva dos procuradores do Estado do Paraná, Dr. Lutz Carlos Caldas, Dr. Joel Geraldo Coimbra, Dra. Márcia Carla Pereira

Ribeiro. Para finalizar, ficou acordada a convocação dos senhores Djama Rocha M. Pereira, Vera Baznos e Joel Larocca Júnior para a próxima reunião. O Deputado Nereu Moura sugeriu colocar na pauta da próxima reunião a possibilidade de fazer duas sessões por semana. Após, foi aprovado o roteiro das Sessões Extraordinárias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fijz, Secretária da Comissão.

**Ata da 10ª Reunião Ordinária**

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Lyersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello; Bernardo Ribas Carli e Artagão de

Mattos Leão Júnior, Titulares; Cleiton Kiesel e Jonas Guimarães, Suplentes e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença de todos e a receptividade na realização da Sessão Extraordinária no Município de Jacarezinho. Após, passou à leitura da Ata da 9ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada. O Deputado Wilson Quinteiro destacou a importância do deslocamento desta CPI ao Município de Jacarezinho pelo fato de ter sido a primeira praça de pedágio do Paraná, tendo em vista que o diálogo e a busca de informações são necessários para um bom desempenho dos trabalhos. Após, o Senhor Presidente convidou o Senhor Djama Rocha Pereira, para se fazer presente à Tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Deputado Bernardo Ribas Carli, proponente do convite, solicitou os esclarecimentos do depoente, tendo em vista a sua participação nos estudos de viabilidade técnica e econômica para a implantação do Programa de Concessão no Paraná. O Senhor Djalma iniciou sua explicação, com auxílio de slides, esclarecendo sobre a decisão do governo em idealizar um programa de concessões rodoviárias; sobre o processo licitatório em que o Consórcio Copito e Engefoto foram vencedoras e sobre a situação vigente, à época, dos estudos, contratados pela Secretaria dos Transportes junto ao Instituto Bonilha. Após, o Senhor Djalma passou a palavra à Senhora Vera Beznes para comentar sobre os resultados desses estudos. A senhora Vera, também com auxílio de slides, prestou informações sobre uma pesquisa de opinião, contratada pela Secretaria dos Transportes, e seus objetivos. Também esclareceu sobre a estruturação do programa, em que foram realizados estudos de estrutura tarifária e pedagiamento, da avaliação das obras e dos serviços e outros eventuais encargos das concessões. O Senhor Djalma, novamente com a palavra, explicou que a fase que antecedeu a cobrança do pedágio, chamada de "trabalhos iniciais", envolvia as ações para permitir uma condição mínima de circulação segura nas rodovias. Dando continuidade, explicou sobre a fase denominada "trabalhos ao longo da concessão", que aconteceu após o início de arrecadação; e suas etapas, nas quais envolvem as obras de recuperação estrutural. Comentou sobre o contrato dos projetos básicos, em que foram realizados levantamentos que permitiram calcular quantitativos. O Deputado Párcides do Nello solicitou explicações sobre como se chegou ao valor da tarifa e sobre a TIR e a Senhora Vera, através de slides, demonstrou a metodologia usada para o cálculo da tarifa e o estudo realizado para a definição da Taxa Interna de Retorno - TIR. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença dos senhores Djalma Rocha Pereira e Vera Beznes e do Deputado Jonas Guimarães, Suplente desta Comissão. Dando início às indagações, o Senhor Presidente questionou se, como cidadãos, acreditam que as concessionárias estão cumprindo com o que foi proposto pelo estudo realizado. O Senhor Djalma respondeu não poder afirmar. Na sequência o Deputado Artagnan Júnior questionou sobre quais foram os dias da semana que foi realizada a contagem de fluxo e se existiram outras pesquisas de opinião. Foi respondido que usualmente a contagem não se faz no final do semana e que desconhece outras pesquisas. O Deputado Kietse indagou sobre a existência de prestação de serviço da empresa junto ao Estado e, se afirmativo, qual a finalidade. O Senhor Djalma informou que a Engefoto tem um contrato com o DER com a finalidade de apoiar a fiscalização na ECONORTE, conforme o contrato atualmente vigente. O Senhor Presidente solicitou a informação sobre a composição societária da empresa Engefoto e qual o valor do contrato entre a empresa e o DER. O Senhor Djalma esclareceu ser ele um dos sócios, o Senhor Roberto Costa e Renato Asinelli Filho; o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



valor do contrato foi em torno de R\$ um milhão de reais, por um ano de serviço. Pela ordem, o Deputado Douglas Fabricio solicitou informações sobre a experiência profissional e sobre os contratos e participações da empresa Engefoto, as quais foram informadas pelo Senhor Djalmá. Na sequência o Deputado Bernardo Ribas Carli comentou que o estudo feito pela empresa deve ter sido prejudicado a partir da redução da tarifa e indagou qual o motivo do lote 05 ter o valor mais elevado de pedágio. O Senhor depoente informou que a tarifa, originalmente, é isonômica em relação à extensão que cobre. Para finalizar o Senhor Presidente questionou sobre o valor da TIR, sobre a TIR e o aumento do fluxo de veículos, e se o estudo realizado, está previsto um seguro para o caso de não realização das obras. O Senhor Djalmá e a Senhora Vera esclareceram que a definição da TIR foi da Secretaria de Estado dos Transportes, que o risco de tráfego é das concessionárias e que existe a previsão no contrato de multa por inadimplência contratual e garantia de execução do contrato. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o engenheiro civil, Senhor Joel Larocca Júnior, para se fazer presente à Tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Deputado Alceu Maron, proponente do convite, sugeriu a presença do engenheiro, com o objetivo de contribuir com a CPI em relação ao estudo realizado no lote 05. O Senhor Joel fez sua explanação a respeito do estudo realizado sobre a empresa RODONORTE. A seguir, o Deputado Alceu Maron indagou qual é a impressão do depoente a respeito do alto valor dos pedágios, se partiu da gênese ou foi na redução de 50% da tarifa. O engenheiro informou que, como impressão e não como parecer técnico, parte é decorrente das modificações contratuais, e outra parte da gênese. Com a palavra o Deputado Douglas Fabricio questionou o motivo de serem revistas as tabelas do DER e do DNIT, anualmente. O Senhor Joel informou que hoje, por questões burocráticas, podem ser revistas anualmente, mas anos atrás, devido à inflação, poderiam ser revistas trimestralmente. Pela ordem, o Deputado Kleise indagou se o engenheiro teria condições de fazer o cálculo do lucro real das empresas, perante as obras que ainda devem ser feitas e o Senhor Joel afirmou que existe condição técnica para o cálculo. O Deputado Elton Welter usou da palavra para questionamentos, os quais foram esclarecidos pelo senhor depoente. O Deputado Péricles de Mello sugeriu que a CPI contrate a empresa Engefoto para calcular o orçamento do Contorno de Campo Largo e da duplicação do trecho Metelândia-Medianeira. Na sequência, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Fernando Scanavacca, passando à deliberação dos requerimentos: 1 - Requerimento de autoria do Deputado Kleise que requer oitiva dos ex-procuradores do Estado do Paraná; Dr. Luiz Carlos Caldas, Dr. Joel Geraldo Coimbra e Dra. Márcia Carla Pereira Ribeiro. Aprovado. O Deputado

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Kleise sugeriu acrescentar o ex-procurador Carlos Frederico Marés. O Deputado Péricles de Mello sugeriu convocar o Presidente do Tribunal de Contas da União. 2 - Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro que requer a convocação do Senhor João Chimicazzo Neto para prestar informações sobre o modelo de concessão no Paraná e seus aspectos legais, técnicos e sociais. - Aprovado. 3 - Requerimento de autoria do Deputado Nelson Lucrén, que requer a criação da subcomissão a ser denominada Contorno do Campo Largo, fixando como missão para a mesma investigação, fiscalização, serviços de dados, informações relativas ao custo das obras do Contorno do Campo Largo. Solicitaram a palavra para encaminhar a discussão do Requerimento os Deputados a seguir: Deputado Alceu Maron Filho demonstrou preocupação na possibilidade de se tornar uma sequência de subcomissões e prejudicar o foco da CPI; Deputado Péricles de Mello defendeu a possibilidade de criar outras subcomissões para descentralização e fortalecimento da Relatoria; Deputado Wilson Quinteiro citou os objetivos da CPI e a questão regimental, pois o constante do Requerimento se confunde com a natureza da Constituição da CPI; Deputado Bernardo Ribas Carli opinou não achar necessário, no momento, a criação da subcomissão; Deputado Adeline Ribeiro avaliou ser importante a criação de subcomissão para contribuir com os trabalhos da CPI; Deputado Douglas Fabrício informou não achar necessário criar subcomissões por entender que os trabalhos devam continuar como estão; Deputado Artagão Júnior sugeriu que os trabalhos continuem sob a determinação e orientação do Presidente, de forma pública, aberta e com transparência como está sendo realizado. Em votação. Encerrada a votação. Rejeitado. Votaram a favor do Requerimento os Deputados Péricles de Mello e Adeline Ribeiro e contra os Deputados Bernardo Ribas Carli, Wilson Quinteiro, Artagão Júnior, Alceu Maron Filho, Jonas Guimarães, suplente do Deputado Nereu Moura (ausente) e Douglas Fabrício. 4 - Requerimento de autoria do Deputado Kleise que solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, das seis concessionárias de pedágio no Estado do Paraná. Solicitaram a palavra para encaminhar a discussão do Requerimento os Deputados a seguir: Deputado Kleise informou que este Requerimento tem a incumbência de elucidar todas as dúvidas da CPI e reforçar a conclusão do Relator; Deputado Wilson Quinteiro esclareceu sobre a competência da CPI para a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico; citou algumas colocações das circunstâncias fáticas e da visão jurídica. Encaminhou, na condição de profissional do direito, a preocupação, no momento, quanto à questão da tempestividade do pedido, frisando não haver impeditivo do mesmo ser apresentado novamente; Deputado Péricles de Mello opinou que as concessionárias de serviço público, já deveriam ter colocado o seu sigilo fiscal e bancário à disposição da CPI e que não há risco de Poder Judiciário embargar o pedido; Deputado Kleise esclareceu sobre a importância da votação; Deputado Douglas Fabrício concordou com os argumentos do Deputado





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Wilson Quinteiro; Deputado Bernardo Ribas Carli propõe que sejam analisados os documentos encaminhados à Comissão. Em votação. Encerrada a votação. Rejeitado. Votaram a favor do Requerimento os Deputados Péricles de Mello e Adelfino Ribeiro e contra os Deputados Bernardo Ribas Carli, Wilson Quinteiro, Artagnão Júnior, Alceu Maron Filho, Jonas Guimarães, suplente do Deputado Nereu Moura (ausente) e Douglas Fabrício. Em seguida, o Senhor Presidente passou à leitura dos Requerimentos que serão votados na próxima sessão. 1 - Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello. 1.1 - Requer a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficia a Polícia Rodoviária

Federal para informar o número de passagem de veículo; 1.2 - Requer a contratação da empresa Engafoto para fazer análise orçamentária da obra no Contorno de Campo Largo; 1.3 - Requer a contratação da Engafoto para fazer análise orçamentária da obra na Rodovia 177, trecho de

Medianeira à Matelândia; 2 - Requerimentos de autoria do Deputado Adelfino Ribeiro.

2.1 - Requer envio de pedido de informações ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, na forma que especifica; 2.2 - Requer envio de pedido de

informações ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, na forma que especifica; 3 -

Requerimento de autoria do Deputado Kleise que solicita oitiva do Ex-Secretário dos Transportes do Estado do Paraná o Senhor Heinz Georg Herwig; 4 - Requerimento de

autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a intimação do Senhor Raul Veloso; Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício que requer a

expedição de ofício às 06 (seis) concessionárias de pedágio solicitando informações sobre o ISS; e 5 - Requerimento dos Deputados Nelson Luosen e Artagnão de Mattos

Leão Júnior que requer a expedição de ofício ao DER solicitando cópia dos contratos celebrados com empresas de consultoria. Para finalizar, foi aprovada a sugestão para

oitiva da próxima sessão, o Ex-Governador Jaime Lerner e o Senhor Sérgio Malucelli e

conferenciar sobre a Reunião Extraordinária que acontecerá em Paranaguá, na próxima

quinta-feira, às 10h00min, na Câmara Municipal de Vereadores. Nada mais havendo a

tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas

taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata que após aprovada, segue assinada pelos

senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

**Ata da 11ª Reunião Ordinária**

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adeline Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Carli e Artagnão de Mattos Leão Júnior, Titulares; Claiton Klaise, Suplente; Elton Welter, Ademar Tralano e Tercílio Turini. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse a leitura da Ata da 10ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura a qual, colocada em votação, foi aprovada. Após, o Senhor Presidente anunciou a presença do Senhor Jaime Lerner, Ex-Governador e Ex-Prefeito da Curitiba, para prestar esclarecimentos a respeito do Pedágio. O Deputado Alceu Maron, autor do Requerimento de autoria do Deputado Tercílio Turini, informou o motivo do convite, ter sido pelo fato de exercer o cargo de Governador do Estado, à época da implantação do pedágio no Paraná. O Senhor Jaime Lerner pontuou sobre as seguintes questões: essência do "fazer acontecer"; condições que atraem investimentos; estado das rodovias federais; concessão das rodovias à iniciativa privada; pioneirismo do Paraná nas concessões; modelo da tarifa única por quilômetro; acordo da taxa interna de retorno; redução unilateral das tarifas; termos aditivos de 2000 e 2002; atuação do governo sucessor; acordo de 2005; atuação do governo atual; comparação das tarifas de concessões recentes do Governo Federal com as praticadas por São Paulo e pelo Paraná; deveres do poder concedente e; benefícios da concessão passados 15 anos. O Senhor Jaime Lerner agradeceu a oportunidade em poder esclarecer os fatos. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença do Ex-Governador bem como dos Senhores Heinz Herwig e Guaraci da Andrade e Deputados Tercílio Turini, Elton Welter e Ademar Tralano. O Senhor Presidente destinou espaço aos senhores Deputados para questionamentos, respondidos na sequência pelo Senhor Jaime Lerner. Deu início o Deputado Nelson Luersen: Se, na opinião do Ex-Governador, não deveria haver uma revisão nos contratos do Paraná, ou talvez redução de preço nas tarifas, devido ao aumento de fluxo de veículos. Resposta: Há condições para tal com a criação da

Agência Reguladora. Deputado Alceu Maron: 1 - Qual o motivo do seu Governo de baixar em 50% as tarifas, às vésperas da eleição de 1998. Resposta: O motivo não foi a eleição e sim devido à reação da população à cobrança de pedágio. 2- Se entende ter sido a repactuação de 2000 e 2002 que fizeram com que a tarifa alcançasse o valor atual. Resposta: O período da repactuação não influiu tanto quanto oito anos de contencioso jurídico. 3- Se fosse governador nos dias de hoje, o que faria diferente para proteger o usuário dos altos preços. Resposta: Não faria nada diferente do que o Governo Federal está tentando fazer. Deputado Nereu Moura: 1- Pelo fato de ser o pioneiro, algumas questões poderiam ser melhoradas ou alguns erros foram





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



praticados em razão de ser pioneiro. Resposta: Desconhece erro e, se houve os dados apresentados os minimizam. 2- Técnicos dos Tribunais de Contas do Estado e da União apontaram que os aditivos foram os erros do pedágio. Resposta: Desconhece os detalhes do Relatório, a partir dos detalhes das concessionárias e dos órgãos que deram pareceres se terá esclarecimentos da razão. O Senhor Presidente agradece a presença do Deputado Dr. Batista. Deputado Wilson Quinteiro: Se as empresas terão patrimônio suficiente para dar continuidade às obras e qual a visão, enquanto cidadão, das consequências do pedágio. Resposta: São grandes empresas, provavelmente terão condição patrimonial e acredita que, com a agência reguladora qualificada, possa ser revista a condição de execução das obras no seu devido momento. Deputado Kleise: Qual o posicionamento, diante do desequilíbrio econômico-financeiro. Resposta: Seria fundamental preservar ao máximo a execução das obras. Deputado Douglas Fabrício: Pela experiência de hoje, quais foram os erros e as lições aprendidas. Resposta: Se aprendo todo dia, e naquele momento, a visão estava correta. Não se deve ter pretensão de resolver tudo. Deputado Adelfino Ribeiro: Se não houve erro dos Governos Lerner e Requião no quesito da redução das tarifas, onde as empresas questionam na justiça a desobrigação na execução das obras. Resposta: Respondeu ao questionamento no início da explanação. Deputado Péricles de Mello: Se poderia aprofundar a comparação a respeito do estudo da ENGEFOTO com a proposta comercial das concessionárias em relação aos preços. Comentário: É necessário que esta Comissão e a Agência Reguladora firmem novos parâmetros para colocar o que acha justo. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Plauto Miró. Deputado Artagão Júnior: Em sua opinião e pela experiência, qual é o maior legado para o CPI: redução da tarifa; retomada das obras ou cancelamento dos contratos. Resposta: Continuar criando condições de infraestrutura no Estado, garantindo a continuidade das obras que são necessárias. Deputado Bernardo Coril: Se havia a obrigatoriedade da duplicação de todo o Anel de Integração no contrato original. Resposta: A implantação do Anel de Integração exigia a recuperação, a manutenção e a duplicação de alguns trechos, considerados fundamentais. Para finalizar o Deputado Tercílio Turini: Se não faltou a devida amarra no contrato para se estabelecer o fluxo de caixa. Resposta: Todas as precauções foram tomadas. O Deputado Douglas Fabrício sugeriu convidar os gestores da Agência Reguladora para esclarecimentos. O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Jaime Lerner, esclarecendo que a CPI discorda do preço do pedágio e com as obras não realizadas o que deverá cobrar a atuação da AGEPAR. Suspendeu a Sessão por alguns minutos para em seguida, ouvir o Senhor Sérgio Malucelli, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado do Paraná - FETRANSPAR. Lembrou aos Senhores Deputados sobre as Sessões Extraordinárias que acontecerão na quinta-

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

feira (03/10), às nove horas, na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e, às dezessete horas, na Câmara Municipal de Cascavel. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen reabriu a Sessão solicitando ao Deputado Douglas Fabrício, proponente do convite ao Senhor Sérgio Malucelli, para sua presença. O Deputado Douglas agradeceu a presença do Senhor Sérgio justificando o convite por representar uma área bastante afetada pelo pedágio. O Senhor Sérgio deu início à sua explanação esclarecendo sobre: sua atuação na Federação em relação à questão do pedágio; sobre os estudos técnicos contratados e a pesquisa da Confederação Nacional de Transportes; custo frete-pedágio; posicionamento da Federação; justiça social aos usuários; concessão Rio-Petrópolis e; as reuniões do G7 com a Agência Reguladora e a Secretaria de Infraestrutura e Logística. Em seguida, por ordem de inscrição, fizeram uso da palavra os Deputados: Artagão Júnior: 1- qual é o maior legado para a CPI, do ponto de vista da Federação. Resposta: Auxiliar o Governo do Estado utilizando a Agência Reguladora, zerando as pendências judiciais, reduzindo tarifas, duplicando o eixo de integração. 2- se a Federação tem levantamento de acidentes, mortes anteriores e posteriores ao pedágio. Resposta: Os acidentes se mantiveram com média razoável proporcional ao aumento de tráfego, e com redução de 25% no caso de morte. O Senhor Sérgio disponibilizou os estudos, pesquisas e estatísticas a esta Comissão. Deputado Kielse: se é justo, em sua opinião, obras serem reduzidas, retiradas e a arrecadação ser muito maior que os investimentos. Resposta: Não é justo, e é por esse motivo a existência da CPI. Deputado Adelfino Ribeiro: Preocupou-se com o comentário da FETRANPAR, pois diverge do posicionamento dos caminhoneiros do interior. Senhor Sérgio ressaltou ser representante de empresas de transporte e não caminhoneiro. Deputado Rícicles de Mello: 1- Se existe decisão judicial proibindo a cobrança sobre o eixo suspenso. Resposta: Foi conseguida a suspensão, por acordo com as concessionárias, durante longo período até que um Sindicato ou um Transportador entrou com ação contra o benefício e a decisão do STJ foi favorável à cobrança. 2- Qual o motivo do Sindicato dos Engenheiros e o CREA não aceitarem o relatório da Comissão Tripartite. Resposta: O Relatório foi assinado conforme está previsto no Decreto dos Usuários; o Sindicato e o CREA, como profissionais de engenharia, fizeram relatório paralelo. 3- Se há disposição em colaborar com a Comissão no sentido de contratação de assessoria técnica. Resposta: Colocou à disposição da CPI o Dr. Geraldo Viana, Ex-Presidente da Associação de Transportes do Brasil. Deputado Douglas Fabrício: 1- O que é considerado preço justo. Resposta: O Poder Concedente, a concessionária e esta CPI devem chegar ao valor. 2- Se, em sua opinião, as concessionárias aceitarão reduzir os preços e concluir as obras. Resposta afirmativa, por ser o momento pontual. 3- Se, em sua opinião, seria conveniente para o transporte de carga, extinguir as concessões por um ato unilateral. Resposta: Seria mais uma disputa jurídica. O Deputado Douglas solicitou à



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



assessoria providenciar os documentos, junto ao DER, sobre a prorrogação da concessão Rio-Petrópolis concedida pelo Governo Federal. O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Sérgio Malucelli e ressaltou que esta CPI oportuniza a todos os segmentos da sociedade para trazer informações e opiniões. Por questões de tempo, definiu-se que a próxima reunião de segunda-feira, marcada para encontro com os técnicos das entidades, iniciará às 13h00m na Casa da CPI. Em seguida, o Senhor Presidente passou à deliberação dos Requerimentos lidos na sessão anterior: 1- Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício que requer a expedição do ofício às 06 (seis) concessionárias de pedágio solicitando informações sobre o ISS - Aprovado; 2 - Requerimentos de autoria do Deputado Adelfino Ribeiro; 2.1 - Requer envio de pedido de informações ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, na forma que especifica - Aprovado; 2.2 - Requer envio de pedido de informações ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, na forma que especifica - Aprovado; 3- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello; 3.1 - Requer a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Polícia Rodoviária Federal para informar o número de passagem de veículo - Aprovado; 3.2 - Requer a contratação da empresa Engefoto para fazer análise orçamentária da obra no Contorno de Campo Largo - Retirado pelo Autor. O Deputado Nelson Luersen sugeriu solicitar ao CREA o levantamento do custo das obras para o Contorno de Campo Largo; 3.3 - Requer a contratação da Engefoto para fazer análise orçamentária da obra na Rodovia 177, trecho de Medianeira à Matelândia - Retirado pelo Autor; 4 - Requerimento dos Deputados Nelson Luersen e Artagnão de Mattos Leão Júnior que requer a expedição de ofício ao DER solicitando cópia dos contratos celebrados com empresas de consultoria - Aprovado; 5- Requerimento de autoria do Deputado Benfardo Carl que requer a intimação do Senhor Raul Veloso - Aprovado; 6- Requerimento de autoria do Deputado Kleise, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello que solicita oitiva do Ex-Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, o Senhor Heinz Georg Herwig - Aprovado. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura da relação aprovada das pessoas solicitadas para oitivas, ficando determinada a convocação para a próxima sessão, do Presidente do Tribunal de Contas da União; dos Ex-Diretores do DER, Paulinho Dalmaz e Rogério Walbach Tizzot e do atual Diretor-Geral do DER, Nelson Leal Júnior. Para finalizar, o Senhor Presidente pronunciou os Requerimentos a serem votados na próxima sessão. 1- Requerimento de autoria do Deputado Artagnão Júnior, requer a oitiva do Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados no Estado do Paraná- AGEPAR, Senhor Antônio José Correia Ribas; 2- Requerimento de autoria do Deputado Nereu Moura, requer a oitiva do Delegado Mário Sérgio



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



Brasão; 3- Requerimento do Deputado Bernardo Carli, requer convocação do Senhor Agide

Meneguette para oitiva perante a CPI; 4- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, requer a convocação do Senhor Maurício de Sá de Ferrante para oitiva perante a CPI do Pedágio; 5- Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício, requer que seja oficiado ao DER para disponibilizar os documentos referentes à prorrogação da concessão da rodovia Rio-Petrópolis; 6- Requerimento de autoria dos membros da CPI que requer ao CREA que proceda levantamento do valor da obra do Contorno de Campo Largo. O Deputado Péricles de Mello propôs requerer o mesmo levantamento ao Sindicato dos Engenheiros. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas telegráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Geni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

### Ata da 11ª Reunião Ordinária

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de

Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luessen, Presidente; Adelfino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Carli e Artagnão de Mattos Leão Júnior, Titulares; Cleiton Klase, Suplente; Elton Weller, Ademar Tralano e Tercílio Turini. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse a leitura da Ata da 10ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura a qual, colocada em votação, foi aprovada. Após, o Senhor Presidente anunciou a presença do Senhor Jaime Lerner, Ex-Governador e Ex-Prefeito da Curitiba, para prestar esclarecimentos a respeito do Pedágio. O Deputado Alceu Maron, subscritor do Requerimento de autoria do Deputado Tercílio Turini, informou o motivo do convite, ter sido pelo fato de exercer o cargo de Governador do Estado, à época da implantação do pedágio no Paraná. O Senhor Jaime Lerner pontuou sobre as seguintes questões: essência do "fazer acontecer"; condições que atraem investimentos; estado das rodovias federais; concessão das rodovias à iniciativa privada; pioneirismo do Paraná nas concessões; modelo da tarifa única por quilômetro; acordo da taxa interna de retorno; redução unilateral das tarifas; termos aditivos de 2000 e 2002; atuação do governo sucessor; acordo de 2005; atuação do governo atual; comparação das tarifas de concessões recentes do Governo Federal com as praticadas por São Paulo e pelo Paraná; deveres do poder concedente e; benefícios da concessão passados 15 anos. O Senhor Jaime Lerner agradeceu a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



oportunidade em poder esclarecer os fatos. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença do Ex-Governador bem como dos Senhores Heinz Herwig e Guaraci de Andrade e Deputados Tercillo Tyrini, Elton Welter e Ademar Tralano. O Senhor Presidente destinou espaço aos senhores Deputados para questionamentos, respondidos na sequência pelo Senhor Jaime Lerner. Deu início o Deputado Nelson Luersen: Se, na opinião do Ex-Governador, não deveria haver uma revisão nos contratos do Paraná, ou talvez redução de preço nas tarifas, devido ao aumento de fluxo de veículos. Resposta: Há condições para tal com a criação da Agência Reguladora. Deputado Alceu Maron: 1 - Qual o motivo do seu Governo de baixar em 50% as tarifas, às vésperas da eleição de 1998. Resposta: O motivo não foi a eleição e sim devido à reação da população à cobrança de pedágio. 2 - Se entende ter sido a repactuação de 2000 e 2002 que fizeram com que a tarifa alcançasse o valor atual. Resposta: O período da repactuação não influiu tanto quanto oito anos de contencioso jurídico. 3 - Se fosse governador nos dias de hoje, o que faria diferente para proteger o usuário dos altos preços. Resposta: Não faria nada diferente do que o Governo Federal está tentando fazer. Deputado Nereu Moura: 1 - Pelo fato de ser o pioneiro, algumas questões poderiam ser melhoradas ou alguns erros foram praticados em razão de ser pioneiro. Resposta: Desconhece erro e, se houve os dados apresentados os minimizam. 2 - Técnicos dos Tribunais de Contas do Estado e da União apontaram que os aditivos foram os erros do pedágio. Resposta: Desconhece os detalhes do Relatório, a partir dos detalhes das concessionárias e dos órgãos que deram pareceres se terá esclarecimentos da razão. O Senhor Presidente agradece a presença do Deputado Dr. Batista. Deputado Wilson Quinteiro: Se as empresas têm patrimônio suficiente para dar continuidade às obras e qual a visão, enquanto cidadão, das consequências do pedágio. Resposta: São grandes empresas, provavelmente têm condição patrimonial e acredita que, com a agência reguladora qualificada, possa ser revista a condição da execução das obras no seu devido momento. Deputado Kleise: Qual o posicionamento, diante do desequilíbrio econômico-financeiro. Resposta: Seria fundamental preservar ao máximo a execução das obras. Deputado Douglas Fabrício: Pela experiência de hoje, quais foram os erros e as lições aprendidas. Resposta: Se aprende todo dia, e naquele momento, a visão estava correta. Não se deve ter pretensão de resolver tudo. Deputado Adelino Ribeiro: Se não houve erro dos Governos Lerner e Requilão no quesito da redução das tarifas, onde as empresas questionam na justiça a desobrigação na execução das obras. Resposta: Respondeu ao questionamento no início da explanação. Deputado Péricles de Mello: Se poderia aprofundar a comparação a respeito do estudo da ENGEFOTO com a proposta comercial das concessionárias em relação aos preços. Comentário: É necessário que esta





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL

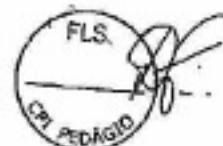


Comissão e a Agência Reguladora firmem novos parâmetros para colocar o que acha justo. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Plauto Miró. Deputado Artagnão Júnior: Em sua opinião e pela experiência, qual é o maior legado para a CPI: redução da tarifa; retomada das obras ou cancelamento dos contratos. Resposta: Continuar criando condições de infraestrutura no Estado, garantindo a continuidade das obras que são necessárias. Deputado Bernardo Caril: Se havia a obrigatoriedade da duplicação de todo o Anel de Integração no contrato original. Resposta: A implantação do Anel de Integração exigia a recuperação, a manutenção e a duplicação de alguns trechos, considerados fundamentais. Para finalizar o Deputado Terclio Turini: Se não faltou a devida amarra no contrato para se estabelecer o fluxo de caixa. Resposta: Todas as precauções foram tomadas. O Deputado Douglas Fabrício sugeriu convidar os gestores da Agência Reguladora para esclarecimentos. O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Jaime Lerner, esclarecendo que a CPI discorda do preço do pedágio e com as obras não realizadas e que deverá cobrar a situação da AGEPAR. Suspendeu a Sessão por alguns minutos para em seguida, ouvir o Senhor Sérgio Malucelli, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado do Paraná - FETRANSPAR. Lembrou aos Senhores Deputados sobre as Sessões Extraordinárias que acontecerão na quinta-feira (03/10), às nove horas, na Câmara Municipal de Foz de Iguaçu e, às dezessete horas, na Câmara Municipal de Cascavel. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen reabriu a Sessão solicitando ao Deputado Douglas Fabrício, proponente do convite ao Senhor Sérgio Malucelli, para sua participação. O Deputado Douglas agradeceu a presença do Senhor Sérgio justificando o convite por representar uma área bastante afetada pelo pedágio. O Senhor Sérgio deu início à sua explanação esclarecendo sobre: sua atuação na Federação em relação à questão do pedágio; sobre os estudos técnicos contratados e a pesquisa da Confederação Nacional de Transportes; custo frete-pedágio; posicionamento da Federação; justiça social aos usuários; concessão Rio-Petrópolis e; as reuniões do G7 com a Agência Reguladora e a Secretaria de Infraestrutura e Logística. Em seguida, por ordem de inscrição, fizeram uso da palavra os Deputados: Artagnão Júnior: 1- qual é o maior legado para a CPI, do ponto de vista da Federação. Resposta: Auxiliar o Governo do Estado utilizando a Agência Reguladora, zerando as pendências judiciais, reduzindo tarifas, duplicando o anel de integração. 2- se a Federação tem levantamento de acidentes, mortes anteriores e posteriores ao pedágio. Resposta: Os acidentes se mantiveram com média razoável proporcional ao aumento do tráfego, e com redução de 25% no caso de morte. O Senhor Sérgio disponibilizou os estudos, pesquisas e estatísticas a esta Comissão. Deputado Klese: se é justo, em sua opinião, obras serem reduzidas, retiradas e a arrecadação ser muito maior que os investimentos. Resposta: Não é justo, e é por esse motivo a existência da CPI. Deputado Adelfino Ribeiro: Preocupou-se com o comentário da FETRANPAR, pois



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



diverge do posicionamento dos caminhoneiros do interior. Senhor Sérgio ressaltou ser representante de empresas de transporte e não caminhoneiro. Deputado Péricles de Mello: 1- Se existe decisão judicial proibindo a cobrança sobre o eixo suspenso. Resposta: Foi conseguida a suspensão, por acordo com as concessionárias, durante longo período até que um Sindicato ou um Transportador entrou com ação contra o benefício e a decisão do STJ foi favorável à cobrança. 2- Qual o motivo do Sindicato dos Engenheiros e o CREA não aceitarem o relatório da Comissão Tripartite. Resposta: O Relatório foi assinado conforme está previsto no Decreto dos Usuários; o Sindicato e o CREA, como profissionais da engenharia, fizeram relatório paralelo. 3- Se há disposição em colaborar com a Comissão no sentido de contratação de assessoria técnica. Resposta: Colocou à disposição da CPI o Dr. Geraldo Viana, Ex-Presidente da Associação de Transportes do Brasil. Deputado Douglas Fabrício: 1- O que é considerado preço justo. Resposta: O Poder Concedente, a concessionária e esta CPI devem chegar ao valor. 2- Se, em sua opinião, as concessionárias aceitariam reduzir os preços e concluir as obras. Resposta afirmativa, por ser o momento pontual. 3- Se, em sua opinião, seria conveniente para o transporte de carga, extinguir as concessões por um ato unilateral. Resposta: Seria mais uma disputa jurídica. O Deputado Douglas solicitou à assessoria providenciar os documentos, junto ao DER, sobre a prorrogação da concessão Rio-Petrópolis concedida pelo Governo Federal. O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Sérgio Malucelli e ressaltou que esta CPI oportuniza a todos os segmentos da sociedade para trazer informações e opiniões. Por questões de tempo, definiu-se que a próxima reunião de segunda-feira, marcada para encontro com os técnicos das entidades, iniciará às 13h00min na Casa da CPI. Em seguida, o Senhor Presidente passou à deliberação dos Requerimentos lidos na sessão anterior: 1- Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício que requer a expedição de ofício às 06 (seis) concessionárias de pedágio solicitando informações sobre o ISS - Aprovado; 2 - Requerimentos de autoria do Deputado Adelfino Ribeiro: 2.1 - Requer envio do pedido de informações ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, na forma que especifica - Aprovado; 2.2 - Requer envio do pedido de informações ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, na forma que especifica - Aprovado; 3- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello: 3.1 - Requer a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Polícia Rodoviária Federal para informar o número de passagem de veículo - Aprovado; 3.2 - Requer a contratação da empresa Engefoto para fazer análise orçamentária da obra no Contorno de Campo Largo - Retirado pelo Autor. O Deputado Nelson Luersen sugeriu solicitar ao CREA o levantamento do custo das obras para o Contorno de Campo Largo; 3.3 - Requer a contratação da Engefoto para fazer análise orçamentária da obra na Rodovia 177, trecho de Medianeira à Matelândia - Retirado pelo Autor; 4 -



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

Requerimento dos Deputados Nelson Luersen e Artagão de Mattos Leão Júnior que requer a expedição de ofício ao DER solicitando cópia dos contratos celebrados com empresas de consultoria - Aprovado; 5- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Carli que requer a intimação do Senhor Raul Veloso - Aprovado; 6- Requerimento de autoria do Deputado Kleise, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello que solicita oitiva do Ex-Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, o Senhor Heinz Georg Herwig - Aprovado. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura da relação aprovada das pessoas solicitadas para oitivas, ficando determinada a convocação para a próxima sessão, do Presidente do Tribunal de Contas da União; dos Ex-Diretores do DER, Paulinho Dalmas e Rogério Walbach Tizzol e do atual Diretor-Geral do DER, Nelson Leal Júnior. Para finalizar, o Senhor Presidente pronunciou os Requerimentos a serem votados na próxima sessão. 1- Requerimento de autoria do Deputado Artagão Júnior, requer a oitiva do Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados no Estado do Paraná- AGEPAR, Senhor Antônio José Correia Ribas; 2- Requerimento de autoria do Deputado Nerou Moura, requer a oitiva do Delegado Mário Sérgio Braddock; 3- Requerimento do Deputado Bernardo Carli, requer convocação do Senhor Agide Meneguette para oitiva perante a CPI; 4- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, requer a convocação do Senhor Maurício de Sá de Ferrante para oitiva perante a CPI do Pedágio; 5- Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício, requer que seja oficiado ao DER para disponibilizar os documentos referentes à prorrogação da concessão da rodovia Rio-Petrópolis; 6- Requerimento de autoria dos membros da CPI que requer ao CREA que proceda levantamento do valor da obra do Contorno de Campo Largo. O Deputado Péricles de Mello propôs requerer o mesmo levantamento ao Sindicato dos Engenheiros. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Geni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

**Ata da 12ª Reunião Ordinária**

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adalino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Nerou Moura; Péricles de Mello, Bernardo Carli e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares e Cleiton Kleise, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 1ª Reunião Ordinária. O Deputado Nerou Moura requereu a dispensa da leitura da



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Ajá, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares no Secretariado da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem ratificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Paulinho Dalmaz e Nelson Leal Júnior, ex-Diretor e Diretor atual do DER, respectivamente. Comentou sobre a sessão ordinária e as extraordinárias realizadas na semana anterior, bem como os objetivos desta CPI. Na sequência, convidou o Senhor Paulinho Dalmaz, para se fazer presente à Tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Senhor Paulinho iniciou a sua explanação pontuando sobre as seguintes questões: formação profissional; carência de recursos do Fundo Rodoviário Nacional; imposto sobre o combustível, nomeado CIDE — Contribuição Sobre Intervenção do Domínio Econômico; estudos da implantação do pedágio no Estado pela Secretaria de Estado dos Transportes; processo licitatório; trabalhos iniciais e cobrança do pedágio; decisão unilateral da redução da tarifa; tutela antecipada obtida pelas concessionárias e; aditivos de 2000 e 2002. O Senhor Presidente abriu espaço aos senhores Deputados para questionamentos, sendo esclarecidos, na sequência, pelo Senhor Paulinho Dalmaz. Deputado Nelson Luersen: 1- Se os aditivos tiveram anuência da União. Resposta afirmativa; 2- Qual o período da tarifa reduzida? Resposta: Em termo de 18 meses; 3- Se não há incoerência na proporção entre o período de 18 meses em que o pedágio ficou reduzido em 50%, representando pouco mais de 6% e as obras terem sido reduzidas em mais de 40%. Resposta: Acredito existir explicações técnicas; 4- Qual a metodologia usada para justificar a retirada das obras do contrato original? Resposta: No momento, não pode responder. Deputado Douglas Fabrício: Qual era a situação, à época, das rodovias? Resposta: Por falta de recurso, estavam se deteriorando; 2- A readequação dos investimentos, nos aditivos de 2000 e 2002, seguiu o critério do DER ou das concessionárias? Resposta: Critério do DER; 3- Se, caso o valor da obra executada fosse maior que o aprovado, o Governo do Estado ressarciria a empresa? Resposta: O valor deveria ser o estipulado no contrato; 4- Se, em sua gestão, o DER fiscalizava as concessionárias? Resposta afirmativa. O Senhor Relator continuou com interpelações, sendo estas respondidas pelo senhor depoente. Deputado Nereu Moura: 1- Se confere que todas as empresas que participaram do processo licitatório foram contempladas? Resposta negativa; 2- Se faria mudanças no modelo implantado no Paraná, caso fosse Diretor do DER nos dias de hoje e se houve erro no modelo anterior? Resposta: Em função das condições econômicas, teria feito diferente e com relação ao modelo, à época, não houve erro; 3- Se não deveria ter tido uma preocupação maior com os interesses da comunidade, quando formalizados os aditivos de 2000 e 2002? Resposta: O modelo foi trazido do Governo Federal. Deputada Kíatse: 1- O que o DER deve fazer para modificar o erro



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



que ocorreu a partir dos aditivos? Resposta: Por estar em outra época, a pergunta deve ser para os atuais diretores; 2 — Como visualiza, pela experiência, se houvesse intervenção federal no contrato do pedágio? Resposta: O Governo Federal não o faria; 3— Se, em sua opinião, não seria justo quebrar o sigilo bancário e fiscal das concessionárias? Resposta: Não tem nada a dizer. Deputado Artagnan Júnior: 1- De que forma foram referendados os aditivos de 2000 e 2002 pela justiça e pelo Governo Federal? Resposta: Houve a anuência da justiça por entendimento entre as partes; 2- Quais eram as fiscalizações realizadas pelo DER e se havia para o fluxo de veículos? Resposta: Havia fiscalização das realizações dos serviços e acredita que o DER possui trabalhos de auditoria na questão do fluxo de veículos e; 3- Se existe cláusula contratual que possibilite o reequilíbrio financeiro a favor do Estado? Resposta: Na questão do reequilíbrio econômico do contrato, deve separar contratos de obras e contrato de concessão. Deputado Péricles de Mello: 1- Como se justifica o aditivo sobre as questões: mudança de medição por resultados e por insumos e superfaturamento de preço? Resposta: Não tem condições, no momento, de fazer análise técnica; 2- Porque o DER não fiscalizava e não fiscaliza as receitas das concessionárias? Resposta: Acredita que o fluxo de veículos era fiscalizado e que deve existir auditoria sobre o assunto; 3- Se lembra de algum momento, à sua época, do DER ter feito auditoria para checagem do fluxo de veículos? Resposta negativa. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Senhor Paulinho Dalmaz, disponibilizando-lhe espaço para as considerações finais. Agradeceu também a presença do Deputado Leonaldo Paranhos, bem como informou a justificativa de ausência do Senhor Rogério Tizot. Em seguida, o Senhor Nelson Leal Júnior se fez presente à Tribuna, procedeu à leitura e assinou o termo de compromisso. Iniciou sua apresentação sobre o histórico do pedágio, com auxílio de slides, destacando as seguintes questões: o que é concessão; anel de integração; rodovias principais e de acessos, o objeto, tipo e prazo do contrato; onde é aplicado o valor da concessão; benefício aos usuários; etapas do contrato: recuperação inicial; restauração das rodovias principais; obras de melhoria e ampliação de capacidade; operação, conservação e manutenção das rodovias principais; alterações contratuais e seus efeitos nos termos aditivos de 2000 e 2002; o contrato inicial e suas alterações nos Lotes 01- ECONORTE, 02- VIAPAR, 03- ECOCATARATAS, 04- CAMINHOS DO PARANÁ, 05- RODONORTE e 06- ECOVIA e; premissas da negociação amigável. O Senhor Nelson Leal Júnior encerrou sua explicação, tendo sido apertado pelos Senhores Deputados Kiesel, Douglas Fabricio e Péricles de Mello. O Deputado Nelson Luersen deu início aos questionamentos, sendo estes esclarecidos pelo Diretor-Geral do DER: 1- Se as concessionárias possuem seguro e, se afirmativo, qual o valor, caso não realizem as obras? Resposta afirmativa e informou o valor de cobertura para cada lote; 2- Se, em sua opinião, a qualidade do asfalto obedece ao constante do contrato?



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Resposta: Atualmente cada concessão tem uma consultoria para dar apoio à fiscalização; 3- Se é permitido à mesma empresa prestar serviço para as concessionárias e para o DER? Resposta afirmativa; 4- Com o aumento da arrecadação acima do índice de inflação, se não seria motivo para rever o preço das tarifas? Resposta afirmativa; 5- Quais as conclusões retiradas da análise do relatório da FIA? Resposta: Com os trabalhos entregues até o momento, é o subsídio para a renegociação com as concessionárias. Deputado Adeline Ribeiro: 1- Se, comprovado em auditoria pelo Tribunal de Contas, haverá degraú tarifário para se concluir 14 quilômetros de duplicação? Resposta: O Tribunal de Contas não levou em consideração os aditivos; 2- Conforme denúncia existe uma ambulância em um trecho de 270 quilômetros, se confere com o contrato? Resposta: O contrato estabelece possuir ambulâncias de acordo com a demanda. Deputado Artagnão Júnior: 1- Como é realizado o controle do fluxo de veículos? Resposta: Atualmente é feito por amostragem; 2- De que forma é feita a amostragem? Resposta: É feita dentro da necessidade de cada contrato, pelo gerente do contrato e sua equipe; 3- Se existia previsão contratual para avaliação do equilíbrio financeiro? Resposta negativa e; 4- Se os cupons entregues pelas concessionárias não deveriam ter valor fiscal? Resposta: Não é prerrogativa do DER e sim da Receita Federal do Brasil. Deputado Douglas Fabrício: 1- Qual é o teor das negociações em andamento com as concessionárias, se está em discussão a duplicação do Anel de Integração e a redução de tarifas? Resposta: O Governo espera chegar à redução de tarifas, antecipação e colocação de obras; 2- Se, caso as concessionárias não cheguem a um acordo com o Governo, não seria mais interessante deixar a justiça julgar os aditivos? Resposta: Será o caminho, se não conseguir negociar; 3- O Governo do Estado pode ressarcir a concessionária, caso o valor das obras executadas, seja maior do que o aprovado pelo poder concedente, após a aprovação do projeto executivo. Resposta: O Governo Estadual e o Federal podem; 4- Se é possível detalhar os projetos executivos das obras em um contrato de 24 anos? Resposta: O que houve no contrato inicial não foram os projetos e sim, uma estimativa de custo das obras. O Senhor Relator continuou as indagações, sendo esclarecidas pelo Senhor Nelson Leal Júnior. Deputado Bernardo Carli: 1- Para quando é a previsão da duplicação no trecho do Trevo de Caelano à Apucarana. Resposta: Prevista para iniciar em 2015; 2- Porque os aditivos estão sendo questionados pelo DER? Resposta: Quem questionou foi o Governo em 2005, o atual governo cumpre os aditivos. Deputado Péricles de Mello: 1- O preço de uma obra é estabelecido pelo valor estimado ou pelo valor real? Resposta: Quando foi feito o contrato inicial os valores foram estimados e hoje é feito pelo custo real; 2- Se, o valor da obra do Contorno da Campo Largo é pelo custo real e se alguém assinou concordando com o valor? Respostas afirmativas; 3- No início do contrato



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



existia uma fiscalização dos serviços reais prestados, sendo o ponto de equilíbrio a TIR? Resposta afirmativa; 4- Em sua opinião, se o valor de 70 milhões de reais para 11 quilômetros de obra no Contorno do Campo Largo não é muito alto? Resposta: Por ser perímetro urbano há várias obras de arte. Foram realizadas demais perguntas pelo Deputado Péricles de Mello, sendo esclarecidas pelo Diretor-Geral do DER. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Deputados Ademir Trelam e Fernando Scanavacca. Pelo ordem, o Deputado Wilson Quinteiro: 1- Qual é a diferença entre os aditivos de 2000 e 2002, com a Emenda 17 de 2005 e o que trouxe de benefício para o Estado ou para as concessionárias? Resposta: O aditivo de 2000 reequilibrava o contrato em relação à redução da tarifa; no aditivo de 2002 houve a colocação de dois trechos e o acordo de 2005 envolveu o Estado do Paraná e a ECOCATARATAS, reduzindo o valor do pedágio em 30% e retirando as obras; 2- Na questão da origem do contrato foi feita uma projeção muito alta, relacionada ao número de veículos e que hoje ainda não alcançaria para fins de se estabelecer como parâmetro do custo do pedágio? Resposta afirmativa; 3- Com um eventual acordo no sentido de redução do pedágio e a readequação para a realização das obras, parte também com a anuidade e participação da União Federal. Resposta afirmativa; 4- Se existe, por parte do Governo, a preocupação de uma readequação dos valores dos seguros; em relação à segurança da execução das obras? Resposta: O seguro é estabelecido no contrato e pode ser negociado; 5- Indagou em nome do Deputado Fernando Scanavacca, qual o custo da obra entre Maringá-Palcoandu? Resposta: Em torno de 33 milhões de reais. Deputado Kielise: 1- Se, em sua opinião, foi conveniente o acordo feito para a construção dos 13,84 quilômetros da ECOCATARATAS? Resposta afirmativa. Deputado Nereu Moura: 1- Se a prorrogação dos contratos do pedágio está em discussão, neste momento, pelo DER com as concessionárias? Resposta: A prorrogação depende do Governo Federal; 2- Se o Governo do Estado pediu prorrogação da concessão ao Governo Federal? Resposta negativa; 3- Qual é o prazo para um possível entendimento com as concessionárias? Resposta: Este ano. Os Deputados Péricles de Mello e Cleiton Kielise fizeram outras interações ao Senhor Diretor, tendo sido atendidas. O Deputado Douglas Fabrício reforçou a solicitação ao Diretor do documento resumido ano a ano, trecho a trecho de cada lote de concessão, para auxiliar nos trabalhos desta Comissão. Após deliberação, o Senhor Presidente determinou a convocação, para a próxima sessão, do representante do Tribunal de Contas da União; do ex-Diretor do DER, Rogério Walbach Tizzot e do Presidente da FAEP, Senhor Ágido Meneguette. Para finalizar, passou-se à votação dos Requerimentos lidos na sessão anterior: 1- Requerimento de autoria do Deputado Artagnan Júnior, requer a oitiva do Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados no Estado do Paraná, AGEPAR, Senhor Antônio José Correia Ribas - Aprovado; 2- Requerimento de autoria do Deputado Nereu Moura,





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



requer a oitiva do Delegado Mário Sérgio Bradock — Retirado pelo autor; 3- Requerimento do Deputado Bernardo Carli, requer convocação do Senhor Ágide Meneguette para oitiva perante a CPI - Aprovado; 4- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, requer a convocação do Senhor Maurício de Sá de Ferrante para oitiva perante a CPI do Pedágio - Aprovado; 5- Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício, requer que seja oficiado ao DER para disponibilizar os documentos referentes à prorrogação da concessão da rodovia Rio-Petrópolis - Aprovado; 6- Requerimento de autoria dos membros da CPI que requerem ao CREA que proceda levantamento do valor da obra do Contorno de Campo Largo - Aprovado. A seguir, o Deputado Nelson Luersen procedeu à leitura do Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello, que requer pedido de informação à CCR RODO NORTE sobre quantitativo e valor de insumos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Coni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

**Ata da 13ª Reunião Ordinária**

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino

Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Nereu

Moura; Péricles de Mello, Alceu Maron Filho, Bernardo Carli e Cleiton Riello, Titulares e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 12ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente fez breve resumo da reunião anterior e lembrou aos Deputados sobre as sessões extraordinárias que acontecerão no dia 17 de outubro nos Municípios de Londrina e Maringá. Após, agradeceu a presença dos Senhores Antonio Correia Ribas, Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Paraná, AGEPAR e Maurício de Sá Ferrante, ex-Diretor Jurídico do DER e atual Diretor Jurídico da AGEPAR. Convidou o Senhor Antonio José Correia Ribas para se dirigir à tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Deputado Douglas Fabrício solicitou



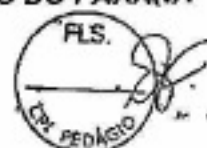


# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



ao Senhor Ribas informações sobre a Agência e a questão do Pedágio e também sobre as atribuições realizadas em benefício do paranaense. O Senhor Ribas iniciou a sua explanação pontuando sobre as seguintes questões: formação profissional; financiamento do setor rodoviário: criação e extinção do Fundo-Rodoviário Nacional, Selo Pedágio, CIDE e Iniciativa privada; missão da AGEPAR; início das concessões; serviços iniciais; início da cobrança da tarifa; empréstimo de curto e longo prazo; termo unilateral de redução da tarifa; ações judiciais das concessionárias e descobrimento dos investimentos; termo aditivo de 2000, Taxa Interna de Retorno, fluxo de caixa de projeto e fluxo de caixa avançado e proposta do DER. Oando continuidade à sua explanação, com auxílio de slides, o Senhor Ribas demonstrou, por meio de gráficos, a TIR Alavancada e a Taxa Selo, no período de 1997 a 2013, bem como o fluxo veicular anual real e projetado, no período de 1998 a 2012, dos seis lotes de concessão. Os Deputados Nelson Luersen, Péricles da Mello e Cleiton Kielas Interpelaram o depoente que respondeu na sequência. O Senhor Ribas continuou sua demonstração com a questão da receita bruta das concessionárias com base em 2012 e as rebaixas acessórias, tendo sido apartado pelos Deputados Douglas Fabrício, Péricles da Mello e Nelson Luersen. Após, o depoente esclareceu sobre: o recolhimento de impostos, Tributos Federais e Impostos Municipais das concessionárias; momentos de lucro e momentos de prejuízo em qualquer concessão; tarifa quilométrica no Paraná e o comparativo das tarifas quilométricas no Brasil. O Senhor Presidente abriu espaço aos senhores Deputados para questionamentos, sendo esclarecidos, na sequência, pelo Senhor Antonio José Correia Ribas.

Deputado Nelson Luersen: 1- Se não poderia, em sua opinião, fazer um reequilíbrio e um novo fluxo de caixa. Resposta: Deve ser mantida a forma como foi estabelecido o contrato original; 2- Se não teria como reverter o preço da tarifa, se a taxa de retorno compostasse, hoje, de no máximo 12%. Resposta: A taxa de retorno não é momentânea, vale para longo prazo; 3- Se não teria como fazer a recomposição da taxa de retorno, tendo em vista o aumento do fluxo de automóveis e da arrecadação. Resposta: Existe o contrato e, o que pode acontecer é uma negociação entre as partes; 4- se, em sua opinião, a qualidade dos asfaltos no Paraná, corresponde com uma qualidade razoável. Resposta: Existem problemas. O Senhor Presidente continuou com interações ao Senhor Ribas, que foram esclarecidas em seguida. Deputado Alceu Maron: 1- se há possibilidade de antecipação de obra, sem prorrogar o prazo de concessão. Resposta: É possível, com acordo entre as partes; 2- Como a Agência pode intervir no sentido de diminuir o prejuízo da população do litoral, redistribuindo as praças de pedágio. Resposta: Deve haver equilíbrio entre receitas e despesas. A AGEPAR trabalha na questão da abertura do mercado às empresas de cobrança eletrônica para pagamento do pedágio quilométrico, sendo ideal o maior número possível de praças de pedágio. O Senhor Presidente agradeceu a presença



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



dos Deputados Elton Welter e Tercílio Turini. Pela ordem, o Deputado Adelino Ribeiro comentou que espera que a Agência, os Governos Estadual e Federal cumpram a sua função para que o cidadão não seja mais uma vez penalizado com o aumento da tarifa no trecho de Cascavel a Foz do Iguaçu. O Senhor Antonio José Correia Ribas concordou com a explanação do Deputado Adelino. Deputado Douglas Fabricio: 1- Se a Agência pode fazer alguma coisa em caso de falta de atendimento da concessionária. Resposta: A Agência necessita de projeto de lei para ter condições de aplicar sanções e informou que a ação inicial da Agência foi a estruturação do Ouvidoria. O Deputado solicitou apoio do depoente para a CPI apresentar tal projeto de lei, o qual foi atendido. 2- Qual é o teor das negociações em andamento com as concessionárias, qual o papel da AGEPAR no processo e qual é a base contratual para as negociações: o contrato original ou o aditivo de 2002? Resposta: A negociação acontece entre o

DER e a concessionária com a mediação da AGEPAR. A Agência contratou a FIPE para apoio; 3- Se tem prazo para a conclusão do relatório da FIPE. Resposta: O prazo contratual é final de outubro; 4- Se existe a possibilidade de chegar a um acordo entre Governo do Estado e concessionárias. Resposta afirmativa. O Senhor Relator faz outras indagações ao depoente, que as esclareceu na sequência. Deputado Péricles da Mello solicitou que sejam encaminhados a esta Comissão os dados das concessionárias lote a lote e os investimentos, custos operacionais e receitas atualizadas desde o primeiro ano até hoje e, em seguida, passou à primeira pergunta: 1- Se existe a possibilidade de fiscalizar o gasto das concessionárias nos trabalhos iniciais. Resposta: O DER deve possuir os documentos; 2- Se a AGEPAR não teria autonomia para cobrar do Estado o cumprimento da determinação do Tribunal de Contas da União. Resposta afirmativa; 3- Se existe garantia dos contratos, caso a concessionária não cumpra com os investimentos. Resposta: Existe o seguro-garantia; 4- Se, pela sua experiência, foi correta a alteração da forma de medição: de resultado para insumo. Resposta: Se pudesse opinar à época, preferiria a medição por metro quadrado. O Deputado Péricles solicitou outros esclarecimentos, tendo sido atendido. Deputado Nereu Moura: 1- Se o depoente era diretor do DER na implementação do pedágio. Resposta: negativa; 2- Se a negociação com as concessões teria fluído em favor do povo paranaense, caso a AGEPAR existisse antes. Resposta afirmativa; 3- De onde provêm os recursos para a manutenção da AGEPAR. Resposta: Foi estabelecida por lei, uma taxa de regulação que corresponde a um percentual da receita bruta de todas as empresas que são reguladas pela Agência; 4- Qual é o entendimento com relação às obras executadas sem amparo legal. O Senhor Ribas solicitou a resposta ao Senhor Maurício de Sá Ferrante, que foi autorizada pelo Senhor Presidente. Resposta: Foi detectado que alguns procedimentos feitos ao longo dos



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



contratos de concessões pós 2002, não cumpriram os ritos processuais legais necessários. Para finalizar, o Deputado recomendou à AGEPAR que, num possível entendimento com as concessionárias, resolva a situação das praças de pedágio que dividem os municípios ao meio. Deputado Cleiton Kleise: 1- Se existem números oficiais para a AGEPAR apresentar, no mês de novembro. Resposta: Por não estar devidamente estruturada, os números são os apresentados pelo DER; 2- Se considera verdadeiros os números apresentados pelas concessionárias. Resposta: não há porque duvidar, pois são considerados números do DER; 3- Como a AGEPAR faz aferição sobre os dados administrativos das concessionárias. Resposta: Não é problema da AGEPAR a forma como a concessionária conduz os seus gastos administrativos. O Deputado Kleise sugeriu à assessoria propor que nenhum acordo seja feito, pela Agência ou pelo Governo do Estado, sem o aval do Plenário desta Casa de Leis e continuou com interações ao deponente, que respondeu na sequência. Deputado Wilson Quinteiro: 1- Se está previsto em lei o poder de arbitragem por parte da Agência. Resposta afirmativa; 2- Se a arbitragem pode alcançar a questão do preço do pedágio, conforme os lotes, e também a questão do cronograma de obras e prazos. Resposta: Resposta afirmativa na questão da redução do valor; 3- Qual o prazo estabelecido na questão do processo de mediação. Resposta: O Governador estabeleceu o prazo de final de novembro; 4- Qual o valor da contratação do Instituto FIPE. Resposta: Valor total de um milhão e oitocentos mil reais, num prazo de sete meses de execução. Deputado Bernardo Carli: 1- Se haverá dograo tarifário para a conclusão da obra no trecho Guarapuava/Rio das Mortes. Resposta: A Agência não possui a informação oficial; 2- Se os aditivos de 2000 e 2002 prejudicaram os investimentos que seriam realizados, pois no trecho de Guarapuava a Cascavel, foram retiradas todas as obras. O Senhor Antonio opinou que o grande prejuízo das concessões foi o ato unilateral; 3- Se, em sua opinião, o convênio de delegação será prorrogado pelo Governo Federal. Resposta: O Governo Federal arrecada milhões anualmente em impostos e é desonerado das obrigações. O Deputado Bernardo Carli sugeriu à AGEPAR que busque o entendimento com relação às praças de pedágio situadas, praticamente, dentro de áreas urbanas. Deputado Elton Wellner comentou sobre os apontamentos evidentes obtidos pela CPI e que estes possam contribuir para a diminuição das tarifas e retorno dos investimentos. Os Deputados Nelson Luersen e Péricles de Mello apartaram o Senhor Ribas, tendo sido atendidos. Para finalizar, o Senhor Presidente agradeceu a toda a equipe da AGEPAR e passou à votação do Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello que requer pedido de informação à CCR RODONORTE sobre quantitativo e valor de insumos das obras do Contorno de Campo Largo. Aprovado. A seguir, o Deputado Nelson Luersen procedeu à leitura dos Requerimentos a serem aprovados na próxima Sessão. 1- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Carli que requer a convocação do representante



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



legal de Vieceli & Furlan Soluções para oliveira perante a CPI. 2- Requerimentos do Deputado Péricles de Mello. 2.1- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar estudo sobre a duplicação entre Matelândia e Medianeira. 2.2- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar estudo sobre a obra do Campo Largo. O Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação, para a próxima sessão, do ex-Diretor do

DER, Rogério Wallbach Tizzol, do Senhor Davi Ferreira Gomes Barreto, servidor do Tribunal de Contas da União e do Senhor Ágide Meneguette, Presidente da FAEP. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

**Ata da 14ª Reunião Ordinária**

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Nereu Moura; Péricles de Mello, Alceu Maron Filho, Bernardo Carli e Artagão Júnior, Titulares, Cleiton Krieger, Suplente e Elton Walter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 13ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Ágide Meneguette, Presidente da Federação da

Agricultura do Estado do Paraná, FAEP; Rogério Wallbach Tizzol, ex-Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, DER, Deputado Elton Walter e Acir Mezzadri, ex-Deputado e Presidente do Fórum Nacional de Transportes. Após, fez breve comentário da sessão anterior e das sessões extraordinárias que aconteceram no dia 17 de outubro nos Municípios de Londrina e Maringá. A seguir, o Senhor Ágide Meneguette dirigiu-se à tribuna e assinou o termo de compromisso. Com a palavra, o Deputado Douglas Fabrício solicitou ao depoente, sua contribuição à CPI, com relação ao tema pedágio no Paraná. O Senhor Ágide fez a leitura do seu pronunciamento,







**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



solicitou ao Senhor Rogério Tizzot para se dirigir à tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. Com a palavra o Deputado Nereu Moura que solicitou a sua contribuição para encaminhar uma solução para o pedágio do Paraná. O Senhor Tizzot deu início à sua explanação, com o auxílio de slides, pontuando sobre as seguintes questões: modelo de contrato adotado; prazo de concessão; trechos de acessos previstos pelo DER. Os Deputados Cleiton Kleise e Péricles de Mello interpelaram o depoente que respondeu na sequência. O Senhor Tizzot continuou sua demonstração sobre: tarifa, investimentos e cronogramas fixados pelo poder concedente; alterações de projeto e quantidades de serviços previstos para obras; riscos das concessionárias com tráfego de veículos; indefinição da quantidade mínima de trechos de acessos; projetos de engenharia utilizados na definição dos investimentos; apresentação da Proposta Comercial, pela proponente, para a área estimada de intervenção de restauração na pista; alteração dos serviços medidos, de área para quilômetros e; cronograma de investimentos. Os Deputados Nereu Moura e Péricles de Mello apartearam o depoente, tendo sido atendidos. Dando continuidade à sua explanação, o Senhor Tizzot informou sobre: os custos da restauração de rodovia; elevação da Taxa Interna de Retorno, por Lote; degraus tarifários; termos aditivos; equipe técnica do Estado e contratação da Fundação Instituto de Administração, FIA e; o estudo comparativo da TIR, realizado pela FIA. Para finalizar, o Senhor Tizzot procedeu à leitura do parecer, elaborado pela FIA, sobre o tema TIR. Em seguida, o Senhor Presidente abriu espaço aos senhores Deputados para questionamentos, sendo esclarecidos, na sequência, pelo Senhor Rogério Wallboch Tizzot. Deputado Nelson Luersen: 1- No seu ponto de vista, porque a disputa foi pequena para a concessão do pedágio no Paraná? Resposta: Talvez por haver poucas empresas com condições de participar, não viveu a época das licitações; 2- Outros depoentes informaram que houve acerto entre os participantes, qual a sua opinião a respeito? Resposta: Não teria como afirmar a respeito; 3- O que tem o Informar sobre a fiscalização realizada pelo DER nas rodovias concessionadas. Resposta: A fiscalização existe e os profissionais são sérios; 4- Se, em sua opinião, as concessionárias cumprem o contrato quanto à qualidade do asfalto. Resposta: Provavelmente, a verba prevista em contrato não seja o suficiente para a recuperação asfáltica. O Senhor Presidente continuou com interações ao Senhor Tizzot, que foram esclarecidas em seguida. Deputado Nereu Moura: 1- Local de trabalho. Resposta: Funcionário de carreira do DER; 2- Porque o Governador Requião não baixou ou não acabou com o pedágio? Resposta: O Governador optou pela via judicial; 3- Porque foi homologada a Ata nº 17, no Governo Requião? Resposta: A Ata foi produzida pela discussão da comissão, gerada por um pré-contrato, com a Concessionária, para diminuir a tarifa em 30% (trinta por cento) e







**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Qual era e quantas pessoas formavam a equipe do DER para fiscalização. Resposta: Não lembrou; 2- O atual Diretor do DER informou que havia um gerente para cada concessão e que não havia equipe, na época, para a fiscalização. Resposta: A equipe do gerente era a equipe do TECPAR; 3- Se existe outro documento, exceto a Ata 17, com o intuito de formalizar uma tratativa com as concessionárias. Resposta: Não lembrou, mas afirmou não ter assinado outro documento; 4- Em sua opinião, o que a CPI poderia fazer para baixar o valor da tarifa ou antecipar as obras. Resposta: Poderia fazer um movimento de conscientização na Justiça, pois considera difícil um acordo. O Deputado fez outros questionamentos, respondidos pelo depoente. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Senhor Tizzo e passou à votação dos Requerimentos. 1- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Carli que requer a convocação do representante legal de Vieceli & Furlan Soluções para oitiva perante a CPI. Aprovado 2- Requerimentos do Deputado Péricles de Mello. 2.1- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar estudo sobre a duplicação entre Matelândia e Medianeira. Aprovado 2.2- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar estudo sobre a obra de Campo Largo. Aprovado. A seguir, o Deputado Nelson Luersen procedeu à leitura dos Requerimentos a serem aprovados na próxima Sessão: 1- Requerimento de autoria dos membros da CPI, que requerem audiências junto ao

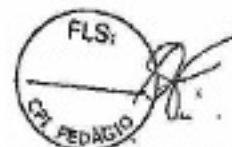
Supremo Tribunal Federal, STF, Tribunal de Contas da União, TCU e Ministério Público Federal.

MPF; 2- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a convocação do Sócio-Diretor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para oitiva perante a CPI do Pedágio; 3- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello: 3.1- Requer que se oficie a FIPE para que encaminhe responsável pelo relatório apresentado à AGEPAR; 3.2- Requer que se oficie à FIPE para que encaminhe o relatório feito à AGEPAR; 3.3- Requer pedido de informação ao Tribunal de Contas da União a respeito do Acórdão 346/2012; 3.4- Requer que se oficiem às seguintes concessionárias para que nos apresentem um relatório com todas as consultorias contratadas: ECONORTE, CAMINHOS DO PARANÁ, VIAPAR, ECOCATARATAS, RODONORTE e ECOVIA; 3.5- Requer pedido de informação ao DER e à AGEPAR sobre as justificativas jurídicas e técnicas que levaram aos aditivos 1 e 2. O Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação, para a próxima sessão dos Senhores Helio Ogama e Evandro Viana, Presidentes da ECONORTE e ECOCATARATAS, respectivamente o João Chiminazzo Neto, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, ABCR. Informou que o representante do Tribunal de Contas da União comparecerá na reunião do dia 05 de



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



novembro do corrente ano. Para finalizar, o Senhor Presidente colocou em discussão o Requerimento de Prorrogação da CPI, já contemplado no Plano de Trabalho desta Comissão, o qual foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente lembrou os Parlamentares das Sessões Extraordinárias que acontecerão na próxima semana, dia trinta e um de outubro, nos Municípios de Paranavai e Campo Mourão e após, encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavatura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Carl do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

#### Ata da 15ª Reunião Ordinária

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelfino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Nereu Moura; Párciles da Mello; Alceu Maron Filho; Bernardo Carli e Artagnão Júnior, Titulares; Cleiton Kielso, Suplente; Elton Welter e Fernando Scanavacca. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 14ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem ratificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente fez breve comentário da sessão anterior, agradeceu a presença do Senhor João Chiminazzo Neto, Diretor Regional da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, ABCR, solicitando-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Senhor Presidente justificou a ausência do Senhor Evandro Couto Viatma, Diretor-Presidente da Ecocataratas. O Senhor João Chiminazzo Neto iniciou sua explanação, com auxílio de slides, pontuando sobre as seguintes questões: a representação da ABCR nos Estados brasileiros e no Paraná; diferença entre concessão e privatização; riscos do negócio de concessão; diferenças nos modelos de concessão entre o Programa do Anel de Integração em 1997 e o Programa Federal em 2007; relação das tarifas médias, por cem quilômetros, no Brasil e; recuperação das rodovias, com apresentação de vídeo. Na sequência, o Senhor João Chiminazzo Neto deu continuidade à sua explanação sobre: redução da tarifa em 50%, aditivos de 2000 e 2002 e acordos para a redução de tarifa em 30%, em 2004; relação das obras retiradas nos aditivos; das obras realizadas no período de 1998 a 2012 e das obras futuras e; com apresentação de vídeos, mostrou as diferenças e o avanço nas rodovias e na economia. A seguir, apresentou o estudo da TecTran, sobre o histórico



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



do índice de mortes desde o início da concessão até 2010 e vídeos sobre a situação, à época, e a qualidade dos trabalhos hoje prestados. Para finalizar sua explanação com apresentação de slides, o depoente mostrou os números financeiros das receitas e despesas das concessionárias no período de 1988 a 2012; a geração de empregos diretos e indiretos; as práticas sustentáveis e os avanços na economia do Paraná. Após, procedeu à leitura do seu pronunciamento final. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Prefeito do Município de Nova Aurora e a seguir, destinou a palavra aos Senhores Parlamentares para questionamentos, sendo esclarecidos, na sequência, pelo depoente. Deputado Adelfino Ribeiro: 1- Se o número de veículos aumentou, aumentou também o número de acidentes, e a estrutura não está sendo suficiente para atendimento a; 2- Se foi assinado o acordo em 2005. Respostas: A estrutura de atendimento nas rodovias foi definida pelo projeto do DER e está sendo cumprido e com relação ao acordo de 2005: houve e o Governo, na época, comprometeu-se em assumir a manutenção e a recuperação das rodovias, não cumpriu o acordo e a tarifa retornou. Deputado Nereu Moura: 1- Se as concessionárias ajuizaram a questão logo após a redução da tarifa em 50%. Resposta: Foi solicitada a tutela no mês de agosto; 2- Se a prorrogação dos contratos está fora da renegociação com o Governo do Estado. Resposta: A questão da prorrogação ainda não entrou em discussão; 3 — Se existem a Ata de 2005 e contrato definitivo. Resposta: A Justiça reconheceu, em decisão liminar, a Ata 17 de 2005 e não foi feito aditivo definitivo. Deputado Bernardo Corí: 1- Se existe previsão, por parte das concessionárias, de emitir cupom com valor fiscal no ato do pagamento. Resposta: Há um grupo de trabalho formado entre a Receita Federal e a ABCR estudando a questão. 2- Porque o aditivo de 2000 suprimiu tantas obras e não apenas 7,8% das obras, referentes aos meses da redução da tarifa. O Senhor João Chiminazzo Neto pediu a permissão para que o Senhor Gilde Rodrigues, assessor econômico da ABCR, respondesse à questão. Resposta: O reequilíbrio do contrato deve ser pela TIR pactuada. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Prefeito e do Presidente da Câmara do Município de Barracão, dos Deputados Elton Welter, Terçillo Turini e Fernando Scanavacca. Com a palavra o Deputado Alceu Maron: 1- Onde é recolhido o ISS do "Via Fácil" e do "Sem Parar"? Resposta: Essas empresas prestam serviço para as concessionárias, portanto o gerador do tributo são as concessionárias; 2- Se essas empresas não recolhem o ISS da prestação de serviço às concessionárias. Resposta: Não tem informações da maneira da tributação que incide sobre a empresa; 3- Se pagando a tarifa em dinheiro ou no "Via Fácil" se recolhe o ISS da mesma maneira para os Municípios do litoral. Resposta afirmativa. As questões 1, 2 e 3 foram respondidas pelo Senhor Gilde Rodrigues; 4- A BR-277, de Curitiba à Paranaguá, ficou interditada por horas, no mês de fevereiro, qual é o



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



padrão dos planos de emergência para desobstruções necessárias das vias pedagiadas? Resposta: Existem regras de atendimento que são fiscalizadas pelo DER, no caso da BR-277, preferiu que se questionasse à Ecovis. O Deputado solicitou o comprometimento do Senhor João Chiminazzo Neto para trazer à CPI, os valores pagos em multa ao DER e após, fez outros questionamentos, respondidos pelo depoente. Pela ordem, o Deputado Péricles de Mello solicitou visualizar novamente o quadro apresentado, referente aos números financeiros no período de 1998 a 2012 e iniciou os questionamentos a respeito do mesmo. As respostas foram dadas pelo depoente e pelo Senhor Glildo Rodrigues. O Senhor Presidente lembrou que o Senhor Glildo também está sob juramento. Para finalizar suas indagações, o Deputado Péricles perguntou sobre o cronograma de investimentos da Viapar. O Senhor João Chiminazzo Neto solicitou que as questões específicas das concessionárias sejam esclarecidas pelas mesmas. Deputado Artagnã Júnior: 1- Qual o controle do Estado em relação ao fluxo de veículos? Resposta: O controle é feito pelos relatórios mensais entregues ao DER; 2- Se existe fiscalização sobre o sistema dos sensores nas praças de pedágio. Resposta: Está sob a tutela e responsabilidade das concessionárias e é auditado regularmente; 3- Se houve alguma multa paga em autuações feitas pelo DER. Resposta: A concessionária tem o direito de recurso, mas multas já foram pagas. O Senhor Presidente informou que já foi solicitado ao DER e às concessionárias se as multas e autuações foram cumpridas. Deputado Cleiton Kielso: 1- Há quantos funcionários diretos nas seis concessionárias? Resposta: São atualmente 2 mil 165 funcionários; 2- Se o depoente pode ajudar em um Termo de Acordo Circunstanciado - TAG. Resposta afirmativa. O Deputado efetuou outras interpelações ao depoente, sendo atendido na sequência. Deputado Douglas Fabricio: 1- Se o programa de obras seguido pelas concessionárias é constante do aditivo de 2002. Resposta: Aditivo de 2000; 2- Se as alterações de contratos foram anuladas pela União. Resposta afirmativa. O Deputado Kielso apartou o Senhor Relator. 3- Se, nos aditivos de 2000 e 2002, a proposta de retirar as obras foi das concessionárias. Resposta: A proposta foi do Governo do Estado; 4- Se não seria necessário rever a TIR para valores mais próximos dos praticados hoje. Resposta: Um contrato de 24 anos possui um fluxo de caixa fechado, e o risco é analisado no momento da licitação. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, os quais foram esclarecidos, na sequência. Deputado Wilson Quintero: 1- Se existe a possibilidade de mediação. Resposta afirmativa e a AGEPAR poderá mediar; 2- Qual é a avaliação da ARCR para resolver a questão do pedágio no Paraná? Resposta: Assegura que as concessionárias têm interesse em ajustar a situação. O Deputado propôs que a CPI estabeleça, junto com o Governo do Estado, um ponto de equilíbrio para solucionar a questão do pedágio no Estado do Paraná. Deputado Elton Welter: 1- Se o pedágio pode baixar e fazer os investimentos. Resposta: Está sendo visto com o Governo do Estado; 2- Se os números apresentados





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



pelo depoente são reais. Resposta afirmativa. O Deputado fez outros questionamentos ao Senhor João Chiminazzo Neto, sendo atendido. Deputado Fernando Scanavacca: 1- Se as negociações estão sendo realizadas em todas as concessionárias ou individualmente. Resposta: As tratativas estão sendo feitas individualmente. Para finalizar, o Senhor Presidente indagou sobre: 1- Se recebe salário como Presidente da ABCR. Resposta afirmativa; 2- Qual o vínculo com a empresa Chiminazzo Associados? Resposta:

É um dos sócios; 3- Se a sua empresa presta serviço às concessionárias. Resposta afirmativa; 4- Se saberia informar o valor do contrato de prestação de serviço anual da sua empresa com as concessionárias. Resposta: Pode informar por via ofício. O Senhor Presidente informou que irá solicitar a informação. O depoente informou que deixará o relatório e o discurso apresentados à disposição desta Comissão. O Deputado Péricles de Mello sugeriu suspender a oitiva do Senhor Hélio Ogama. O Deputado Artagão Junior sugeriu iniciar a oitiva e, se necessário complementação, fazer nova convocação. O Senhor Presidente colocou em votação a sugestão do Deputado Artagão Junior, a qual foi aprovada. Após, solicitou ao depoente que procedesse à leitura do Termo de Compromisso e que iniciasse a sua apresentação. O Senhor Hélio Ogama cumpriu a determinação do Presidente e, com auxílio de slides, destacou sobre as seguintes questões: a empresa Econorte e a abrangência do Lote 1; a evolução do quadro acionário e a empresa TPI; o contrato de concessão e suas obrigações; o histórico contratual: Termo de Alteração Unilateral do Contrato e Termos Aditivos de 2000 e 2002; canais de comunicação com a empresa e o resumo de atendimentos; fluxo de veículos; ações realizadas para conscientização e redução de acidentes; receita e desembolso da empresa; comparativo do quadro de investimento em relação às alterações contratuais; quantitativo de obras realizadas e a realizar; fiscalização do DER/PR; avaliação dos usuários por meio de pesquisa de opinião; programas socioambientais; certificações e geração de empregos. O Senhor Presidente deu início aos questionamentos, respondidos na sequência, pelo depoente. 1- Em que ano foi instalada a praça de Jacarezinho? Resposta: novembro ou dezembro de 2002; 2- Se não seria mais prático ter instalado uma praça de pedágio no trecho da BR-153, ao invés de transferir de onde estava. Resposta: Foi resolvido entre as partes. O Deputado esclareceu que houve uma evolução na arrecadação na praça de Jacarezinho de 383% e de Seritaneja de 524% de 2001 a 2012 e o depoente informou que depende do crescimento do tráfego e da economia; 3- Se, em sua opinião, não seria oportuno fazer um TAC em favor do contribuinte. Resposta: Está em negociação. Deputado Péricles de Mello solicitou ao depoente os valores atualizados das receitas e das despesas da Econorte e passou aos questionamentos: 1- Se poderia esclarecer sobre a prestação de serviços não ser mais por área de restauração, e sim por





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



insumos. Resposta: O trecho da rodovia 503 estava previsto somente a restauração e foram construídas terceiras faixas. O valor foi consumido dentro da restauração; 2- Se essas obras não foram previstas. Resposta afirmativa. Deputado Cleiton Kielar: Se é justo a arrecadação de 1 bilhão 115 milhões até 2001 para 69,8 milhões de investimentos. Resposta: Não se deve fazer simples comparativo, existem outras obrigações contratuais; 2- Se o depoente teria autonomia de negociar um TAC junto com esta Casa. Resposta negativa. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se a mudança da praça de pedágio do Combará/Andaraí para Jacarezinho foi um ato legal. Resposta afirmativa; 2- Se uma praça de pedágio pode dividir dois bairros da mesma cidade. Resposta: Em resposta, procedeu à leitura da ação judicial; 3- Se a praça de pedágio de Jacarezinho é área ambiental. Resposta: A empresa obtém as licenças; 4- Se é distribuído um vale-pedágio. Resposta: Foi distribuída tarifa diferenciada para a comunidade litorânea à praça de pedágio. O Deputado solicitou todos os documentos ao depoente e continuou com outros questionamentos, sendo esclarecidos. Deputado Artagnão Junior: 1- Se é convencional e qual o critério para a contratação de consultorias que possuem vínculo direto com a concessionária. Resposta esclarecida pelo assessor do Senhor Hélio Ogama: a contratação é feita por pesquisa de mercado e a Econorte não possui nenhuma consultoria vinculada ao grupo; 2- Se existe tabela do DER para a contratação de consultorias. Resposta negativa; 3- Se a redução de obras e os gatilhos inseridos no contrato foram necessários, único e exclusivamente, para o equilíbrio do contrato. Resposta afirmativa. Para finalizar, o Senhor Presidente fez outros questionamentos ao Senhor Hélio Ogama e a seguir passou à deliberação dos Requerimentos: 1- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Carli que requer a convocação do Sócio-Diretor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para ouvir perante o CPI do Pedágio - Aprovado; 2- Requerimentos de autoria do Deputado Párcides de Mello: 2.1- Requer que se oficie a FIPE para que encaminhe responsável pelo relatório apresentado à AGEPAR - Aprovado; 2.2- Requer pedido de informação ao Tribunal de Contas da União a respeito do Acórdão 348/2012- Aprovado; 2.3- Requer que se oficiem às seguintes concessionárias para que apresentem um relatório com todas as consultorias contratadas: Econorte, Caminhos do Paraná, Viapar, Ecocataratas, Rodonorte e Ecovia - Aprovado; 2.4- Requer pedido de informação ao DER e à AGEPAR sobre as justificativas jurídicas e técnicas que levaram aos aditivos 1 e 2 (2000 e 2002) - Aprovado; 2.5- Requer que se oficie à FIPE para que encaminhe o relatório feito à Agepar -

Retirado; 3- Requerimento subscrito pelos membros da CPI, que requerem audiências junto ao

Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal. — Aprovado. Não havendo mais Requerimentos a serem lidos, o Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação para a próxima sessão, do representante



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Ecocataratas, Senhor Evandro Viana. Nada mais havendo à tratar, o Senhor Presidente lembrou aos Parlamentares das Sessões Extraordinárias na próxima quinta-feira, nos Municípios de Paranavai e Campo Mourão e após, encerrou os trabalhos, conforme consta em notas laqueográficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Geni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

**Ata da 16ª Reunião Ordinária**

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelfino Ribalro, Vice-Presidente; Douglas Fabricio, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Artagão Junior; Bernardo Carli; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kleise, Suplente; Gilberto Marjin e Terclio Turini. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, tocando breve comentário a respeito da Sessão anterior e das Sessões Extraordinárias que aconteceram no dia 31 de outubro nos Municípios de Paranavai e Campo Mourão. Após, solicitou ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 15ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, agradeceu a presença do Senhor Evandro Couto Viana, Diretor-Presidente da Ecocataratas e da Ecovia, solicitando-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Senhor Presidente esclareceu que a oitiva do Senhor Evandro, nesta Sessão, será sobre a Ecocataratas. O Senhor Evandro Couto Viana iniciou sua explanação, com auxílio de slides, com informações de ordem pessoal e profissional e após, destacou as seguintes questões: participação societária e aquisição da empresa; contrato de concessão e suas observações; aplicação do valor da arrecadação; benefícios para os usuários; principais itens de serviços e histórico do contrato: concorrência pública, assinatura, início da cobrança do pedágio, ato unilateral, proposta da ação judicial pelas concessionárias, termos aditivos de 2000 e 2002. Os Deputados Cleiton Kleise e Nelson Luersen apartaram o depoente. O Senhor Evandro Couto Viana deu continuidade aos esclarecimentos sobre: assinatura e objeto do contrato preliminar, instituição da Comissão Paritária e sua conclusão, através da Ata nº 17 e; as ações e





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Resposta: Eram todos os serviços emergenciais para dar trafegabilidade ao usuário;

2- Qual a justificativa para um novo galinho, tendo em vista já ter existido outros galinhos para o reequilíbrio econômico financeiro? Resposta: Quando acontece o desequilíbrio dentro de algum fato, deve ser automaticamente reequilibrado;

3- Quando houve a redução da tarifa, por um ato unilateral, houve o primeiro aditivo? Resposta afirmativa;

4- Se houveram degraus tarifários para recompor as tarifas nesta oportunidade. Resposta negativa. Os Deputados Cleiton Kielse e Nelson Luersen interpelaram o Senhor Evandro Couto Viana sobre sua resposta, que esclareceu não ter conhecimento dos valores informados pelo Deputado Cleiton Kielse, mas comprometeu-se em levantar os dados. O Deputado Artagnon Junior continuou com indagações, respondidas pelo depoente e após, solicitou à assessoria que requeresse a manifestação da defesa elaborada pelas concessionárias sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado. Deputado Alceu Maron solicitou esclarecimentos a respeito da incidência da CPMF, que deixou de ser cobrada em 2009. O Senhor Evandro Couto Viana informou que o Governo e as concessionárias estão analisando as contas. Deputado Bernardo Carli: Quantos quilômetros foram duplicados no trecho de concessão da Ecocataratas? Resposta: De 156,9 quilômetros no contrato original, passou para 67 quilômetros;

2- Já realizados ou a serem realizados? Resposta: Já realizados;

3- Se haverá alguma duplicação de Guarapuava a Cascavel. Resposta negativa;

4- O que justifica o degrau tarifário previsto para dezembro e por quanto tempo irá vigorar? Resposta: O degrau de 3,82 vigorará até o final do ano de 2021. O Deputado fez outros questionamentos, tendo sido atendido. Pela ordem, o Deputado Péricles de Mello:

1- Onde está localizado o item consultorias? Resposta: Está localizado em despesas operacionais;

2- Como é a questão consultoria? Resposta: O depoente solicitou a permissão para apresentar o serviço de consultoria da Ecorodovias Concessões e Serviços, que possui um serviço compartilhado para todas as concessionárias. O Deputado Nelson Luersen Interpelou o depoente sobre o tema em pauta tendo sido esclarecido na sequência.

3- Como é feita a contratação, pela concessionária, das empreiteiras que realizam a obra? Resposta: A contratação é feita pelo Centro de Serviço Compartilhado;

4- Se é feita licitação. Resposta afirmativa. O Deputado continuou com outros questionamentos que foram respondidos pelo Senhor Evandro Couto Viana. Deputado Douglas Fabriolo:

1- Muitas vezes, existem filas para pagar nas praças de pedágio, o há cabines fechadas. Resposta: A Ecocataratas e a Ecovia cumprem os parâmetros estipulados no contrato;

2- O Tribunal de Contas analisou que existe desequilíbrio, se há condição de fazer um acordo com o Governo, com esta CPI para reduzir o preço do pedágio. Resposta: O Tribunal de Contas não considerou os termos aditivos e nem a Ata 17;

3- Qual é o prazo para negociar com o Governo? Resposta: Final deste ano;

4- Se já



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



houve alguma proposta do Governo. Resposta negativa. O Deputado solicitou outras informações do depoente, no que foi atendido. Com a palavra o Deputado Cleiton Kleise que solicitou a permissão para apresentação de vídeo, tendo sido atendido e após iniciou os questionamentos. 1- Quanto, em contabilidade real, foi a terceirização das consultorias? Resposta: Não possui os números no momento; 2- Quanto foi pago para a Rodovia das Cataratas na compra da concessão? Resposta: Não possui os números no momento; 3- Se o depoente tem autonomia de decisão sobre um TAC, com esta CPI. Resposta: Não tem por que assinar um TAC, sendo que não estão inadimplentes. Deputado Gilberto Martin: 1- De quem é a responsabilidade das mortes que acontecem nas rodovias? Resposta: O que for relativo à segurança, deve ser fiscalizado pela Polícia Rodoviária Federal e Estadual. Os Deputados Nelson Luersen, Arluggo Junior, Cleiton Kleise e Péricles de Mello fizeram outras interações ao Senhor Evandro Couto Viana, que as respondeu na sequência. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos Requerimentos que serão aprovados na próxima Sessão: 1- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro que requer que seja encaminhado ofício para as seis concessionárias de pedágio, solicitando cópias das apólices de seguro quanto às obras a serem realizadas e; 2- Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello, que requer pedido de informações à ABCR, para que apresente o fluxo de caixa das concessionárias. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão o pedido à Justiça de Brasília para que encaminhe, sob Vara, um representante do Tribunal de Contas da União, o qual, colocado em votação foi aprovado. Para finalizar, o Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação para a próxima Sessão, do Senhor Marcelo Stachow Machado, Presidente da Viapar e Rui Sérgio Giublin, Presidente da Caminhos do Paraná. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente lembrou aos Parlamentares das Sessões Extraordinárias no próximo dia seis, no Município de Ponta Grossa e, no dia sete, no Município de Guarapuava e após, encerrou os trabalhos, conforme consta em notas teletipográficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

#### Ata da 17ª Reunião Ordinária

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizoram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adalberto Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabricio, Relator; Wilson Quinteiro, Relator





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Adjunto; Alceu Maron Filho; Artagão Junior; Bernardo Carli; Neréu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Clellan Kielse, Suplente e Elton Walter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 1ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinteiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem rotificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente fez breve comentário a respeito da Sessão anterior e das Sessões Extraordinárias que aconteceram nos dias seis e sete de novembro, nos Municípios de Ponta Grossa e Guarapuava, respectivamente. Após, agradeceu a presença dos Senhores Ruy Sérgio Gluplin, Diretor-Presidente da Caminhos do Paraná e Marcelo Stachow Machado da Silva, Diretor-Presidente da Viapar. Solicitou ao Senhor Ruy para se dirigir à tribuna, fizesse a leitura e assinasse o Termo de Compromisso, o que foi cumprido. O Senhor Ruy deu início à explanação, com auxílio de slides, com informações de ordem profissional e após, destacou as seguintes questões: constituição societária da empresa; contrato de concessão; objeto de concessão; rodovias concedidas, obrigações contratuais; histórico do contrato; comparativo do quadro de investimentos; resumo das alterações contratuais; dados financeiros. O Deputado Péricles de Mello interpeleou o depoente com relação ao quadro apresentado sobre os números financeiros, tendo sido atendido. O Senhor Ruy deu continuidade aos esclarecimentos sobre: repasse de verbas contratuais; fluxo de veículos; seguro garantia; dados de operação; veículos e equipamentos; serviço de atendimento ao usuário; índice de acidentes e óbitos; fiscalização do Poder Concedente; pesquisa de satisfação; qualidade e sustentabilidade; principais obras realizadas e para finalizar, apresentou vídeo sobre a BR-476. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos, esclarecidos, na sequência, pelo depoente. 1- Se existe expectativa de antecipar as obras do Rio das Mortes até o Trevo do Relógio. Resposta: Está em negociação com o Poder Concedente; 2- Se as concessionárias repassam 0,25% da arrecadação para a AGEPAR. Resposta: 0,25% este ano e 0,50% a partir do próximo ano; 3- Se está previsto uma trincheira ou um viaduto no acesso à cidade de Prudentópolis. Resposta: Está iniciando um viaduto no quilômetro 286. Deputado Artagão Junior: 1- Se procede a informação de que os impactos da diminuição das obras foram menores para a Concessionária Caminhos do Paraná. Resposta: Só pode falar pela Caminhos do Paraná, o Termo Unilateral penalizou o contrato; 2- Se existe diferença no número de mortes apresentado pela concessionária e o número de mortes ocorridos no hospital, após as primeiras horas de atendimento. Resposta: As mortes ocorridas no hospital não estão contabilizadas no controle da concessionária; 3- Se existe um levantamento da concessionária em





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL

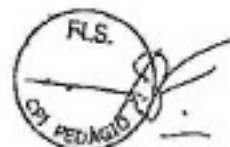


relação ao fluxo de veículos, acidentes e mortes, antes e depois, das obras realizadas. Resposta: Mesmo com a evolução de tráfego, existe uma redução no índice de mortes. Deputado Bernardo Carli: 1- Se haverá degrau tarifário nas obras que estão sendo realizadas. Resposta: Se concluir a negociação, não haverá degrau, se não concluir, está previsto degrau de 4,86; 2- Se há previsão para definição das negociações. Resposta: Está em andamento junto ao Poder Concedente; 3- Qual é o teor da negociação? Resposta: Está sendo analisado o desequilíbrio existente no contrato; 4- Qual o prazo para finalizar a duplicação até o Rio das Mortes? Resposta: Até o final do próximo ano. O Deputado efetuou outras interpelações ao depoente, sendo atendido na sequência. Deputado Nereu Moura: 1- Se as negociações com o Governo estão amparadas na redução da tarifa e na ampliação dos investimentos. Resposta afirmativa; 2- Se existe margem para reduzir a tarifa. Resposta: Está sendo verificado o desequilíbrio existente nos contratos; 3- Se não existe previsão contratual, nem aditivo de antecipação da obra Guarapuava até o Rio das Mortes. Resposta: Existe um Termo de Ajuste; 4- Se o Termo de Ajuste não deveria ter o aval do Governo Federal. Resposta: Não necessariamente, quando for efetuado o Termo Aditivo, será levado ao Governo Federal. O Deputado continuou com indagações, respondidas pelo depoente. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se o trecho de Araucária à Lapa foi objeto da licitação. Resposta negativa; 2- Se a Caminhos do Paraná tem seguros e garantias que suportam os investimentos até o final do contrato. Resposta afirmativa. O Deputado continuou com questionamentos jurídicos, tendo sido respondido pelo depoente e também pelo Senhor Roberto Brzezinski Neto, assessor jurídico da empresa, e questionamentos sobre a negociação da empresa com o Governo, tendo sido esclarecido pelo depoente. Deputado Claiton Kleise: 1- Quais as datas das execuções das obras restantes? Resposta: A duplicação da BR-476 é 2017/2018 e da BR-277 é 2019/2020; 2- Se, neste ano, os cálculos de arrecadação devam chegar à casa dos 200 milhões de reais. Resposta: afirmativa. O Deputado fez outros questionamentos, tendo sido atendido. Deputado Adalino Ribeiro: 1- Se há possibilidade de colocar maior estrutura para atendimento de acidentados. Resposta: Em nenhum momento foram notificados, pelo Poder Concedente, de não estar cumprindo os parâmetros de atendimento; 2- Se existe a possibilidade de não haver degrau tarifário em 2014. Resposta: Tem confiança na negociação com o Poder Concedente para não haver o degrau; Deputado Péricles de Mello: 1- Se os números apresentados, no quadro dos investimentos, são correntes e se foram atualizados. Resposta: São valores nominais, não atualizados; 2- Porque o item "consultoria" não aparece na subdivisão do quadro dos custos operacionais? Resposta: Foram encaminhados à CPI todos os contratos de consultoria; 3- Se está prevista a prorrogação de contrato na negociação com o Governo. Resposta negativa; 4- O que significa equilíbrio de contrato para a Caminhos do Paraná? Resposta: Retornar às



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



condições inicialmente pactuadas. O Deputado solicitou outras informações do depoente, no que foi atendido. Deputado Elton Welter: 1- Se é possível encomendar um relatório nominal do lucro distribuído, de acordo com o percentual do consórcio formado. Resposta: Já foram encaminhadas as demonstrações contábeis auditadas para a CPI; 2- Se o depoente dispõe das informações de quanto foi gasto com consultoria. Resposta: Não possui o valor, no momento, mas foram encaminhadas as notas fiscais e os contratos de consultoria à CPI. O Deputado fez outras interpeleções que foram respondidas pelo Senhor Ruy. Deputado Wilson Quinteiro: Se todas as concessionárias estão com a tese do reequilíbrio contratual? Resposta afirmativa; 2- Se o entendimento para o reequilíbrio, de forma genérica, seria estar investindo mais do que está recebendo. Resposta afirmativa. O Deputado evidenciou a necessidade de buscar o equilíbrio na questão do pedágio, em conjunto com a União Federal, Governo do Estado, Concessionárias e Assembleia Legislativa. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Fernando Scanavacca e solicitou a presença do Senhor Marcelo Stachow Machado da Silva à tribuna, que procedeu à leitura e assinou o termo de compromisso. O Senhor Marcelo iniciou sua apresentação, com auxílio de slides, pontuando sobre as seguintes questões: formação profissional; constituição societária da empresa; ano de integração; dados do contrato; contrato de concessão; termos aditivos de 2000 e 2002; arrecadação e repasses; reequilíbrio do contrato. O Deputado Cleiton Kielse apartou o depoente solicitando esclarecimentos sobre os números apresentados, tendo sido atendido. Continuou sua explanação sobre tarifa quilométrica no Brasil. Os Deputados Cleiton Kielse e Nelson Luersen interpelaram o depoente, que os respondeu na sequência. A seguir, o Senhor Marcelo prosseguiu com sua apresentação sobre: classificação do Estado em gestões concedida e pública; ações judiciais. O Deputado Douglas Fabrício solicitou informações ao depoente, no que foi atendido. Ainda, com o auxílio de slides, o depoente explicou sobre: serviço de atendimento ao usuário. O Deputado Douglas Fabrício solicitou o envio de informações sobre a operação das balanças de pedágio e a receita encaminhada ao DER. Em seguida, o Senhor Marcelo continuou esclarecendo sobre: animais apreendidos, redução no índice de acidentes e atendimento ambulatorial; tráfico; reaparelhamento da Polícia Rodoviária; recursos humanos; itens extracontratuais; repasse do ISSQN; investimentos: obras realizadas, em andamento e a serem realizadas. Os Deputados Douglas Fabrício e Wilson Quinteiro indagaram o depoente, que os respondeu na sequência. Para finalizar, apresentou o total de rodovias administradas, valor em investimentos realizados e fluxo de caixa, do período de 1998 a 2012, e pesquisa de satisfação do usuário. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos esclarecidos, na sequência, pelo depoente. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se a arrecadação prevista

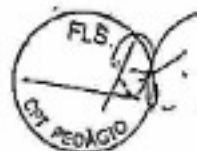
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

para os próximos anos é suficiente para os custos das obras previstas. Resposta afirmativa; 2- Se a Viapar tem condições de cumprir o cronograma. Resposta afirmativa. O Deputado solicitou que seja encaminhada à CPI a contestação da concessionária referente ao Relatório do Tribunal do Contas do Estado; 3- Se existe outro aditivo, além de 2002, envolvendo a Viapar. Resposta negativa; 4- Se é possível baixar tarifa, incluir obras e não prorrogar o contrato. Resposta: Existem "n" possibilidades para equilibrar o contrato. O Deputado continuou com indagações, respondidas pelo depoente. Deputado Alceu Maron Filho: 1- Qual a empresa seguradora contratada pela concessionária? Resposta: A Seguradora que faz parte dos Seguros Corporativos S/A; 2- Quem fixou o limite total de indenização? Resposta: Está previsto pelo contrato; 3- Se a natureza societária da Viapar é uma sociedade de propósito específico, Resposta afirmativa; 4- Se o patrimônio dos sócios garante os investimentos. Resposta negativa. O Deputado fez outros questionamentos, tendo sido atendido. Deputado Adelino Ribeiro: 1- Se, no contrato de 97, foi previsto o índice de aumento de carros, no trecho Cascavel a Corbélia, devido ao grande número de acidentes. Resposta: Existe ociosidade em função da quantidade de acidentes; 2- O Deputado reforçou a necessidade de se investir na área do atendimento emergencial, com suporte de atendimento aéreo, tendo lido o acordo do Senhor Marcelo e; 3- O Deputado colocou a importância de que seja votado o Relatório do Tribunal do Contas do Estado e o depoente insistiu que os desvios observados neste Relatório são significativos. Deputado Artagnan Junior: 1- Porque não cancelar os aditivos e voltar ao contrato original? Resposta: O prejuízo seria para o usuário em função do ônus dos desequilíbrios; 2- Se existem consultorias contratadas pela Viapar. Resposta afirmativa; 3- Qual a necessidade da contratação das consultorias? Resposta: Para serviços especializados. O Deputado fez outras interpelações ao depoente, tendo sido esclarecido e solicitou ao Relator, Deputado Douglas Fabrício, que incluía, no Relatório da CPI, a participação do Legislativo em toda alteração contratual que, eventualmente, possa ser realizada em concessões públicas. Deputado Cleiton Kleiso: 1- Qual o valor de investimentos da Viapar para este ano? Resposta: Deve passar de R\$ 100 milhões de reais; 2- Qual é o valor dos juros do BNDES? Resposta: Deve chegar perto de 10%; 3- Se teria autonomia de antecipar obras, Resposta: Dentro das regras contratuais, sim. O Deputado solicitou outras informações do depoente, no que foi atendido. Deputado Wilson Quinteiro: 1- Se há previsão de viaduto para o acesso à Sarandi. Resposta: O acesso foi melhorado, mas é necessária uma intervenção mais profunda; 2- Se existe a possibilidade de intercessões na rodovia que liga Nova Esperança a Paranavaí. Resposta afirmativa; 3- Qual a previsão de duplicação de Mandaguai a Nova Esperança. Resposta: O Projeto está em desenvolvimento; 4- Se está prevista a duplicação de Floresta a Campo Mourão. Resposta: A obra deve começar em janeiro. O Deputado fez outras indagações ao depoente, enfatizou a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



necessidade de estabelecer um equilíbrio e solicitou que a Viapar assina o contexto da rodovia de Maringá, para ter melhores rodovias. Deputado Péricles de Mello: 1- Qual é o lucro médio da empresa? Resposta: 10%, talvez 11%; 2- Se os grandes investimentos foram deixados para o final da concessão, a tendência é diminuir o lucro.

Resposta afirmativa; 3- Se, na tabela apresentada pela empresa, o investimento é 25% da receita. Resposta afirmativa. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, tendo sido respondido pelo depoente. O Deputado agradeceu a participação do Senhor Marcelo Stachow

Machado da Silva e após, passou à deliberação dos Requerimentos lidos na Sessão anterior: 1- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro que requer que seja encaminhado ofício para as seis concessionárias de pedágio, solicitando cópias das apólices de seguro quanto às obras a serem realizadas — Aprovado e; 2- Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello, que requer pedido de informações à ABCR, para que apresente o fluxo de caixa das concessionárias. Aprovado. Após o Senhor Presidente informou sobre o Ofício da ABCR convidando os Senhores Parlamentares para verificarem, in loco, o sistema de controle de passagem de veículos e arrecadação das concessionárias. Em seguida, procedeu à leitura do Requerimento que será deliberado na próxima Sessão: 1- Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello que requer que se oficie o Senhor Cassio José Ribas Macêdo para depor nesta CPI. Para finalizar, o Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação para a próxima Sessão, do Senhor Evandro Costa Viatina, Diretor-Presidente da Ecovia e José Alberto Moita, Diretor-Presidente da Rodonorte. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

**Ata da 18ª Reunião Ordinária**

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adolino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Artagão Junior; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura e Péricles de



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



Mello, Titulares, Claiton Kiesel, Suplente, Elton Welter, Fernando Scanavacca e Plauto Miró Guimarães. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 17ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Evandro Couto Vieira, Diretor-Presidente da Ecovia Caminho do Mar e José Alberto Molta, Diretor-Presidente da Rodonorte. Após, solicitou ao Senhor José Alberto que fizesse a leitura e assinasse o Termo de Compromisso, o que foi cumprido. O Senhor Presidente, por sugestão do Deputado Nereu Moura, solicitou que os depoentes apresentassem sua equipe de apoio e autorizou que os mesmos participassem da reunião, se necessário fosse. O Senhor José Alberto iniciou a explanação apresentando a equipe de assessores e após, com auxílio de slides, pontuou as seguintes questões: formação profissional; constituição societária da empresa; área de atuação do Grupo CCR, estradas ofertadas; pesquisas de opinião; estrutura operacional; números de atendimento; investimentos; contrato de concessão e suas alterações; investimentos previstos; duplicação da BR-277 e o Contorno de Campo Largo e; projetos de responsabilidade social. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos, esclarecidos, na sequência, pelo depoente. 1- Se a concessionária cumpre com a meta do IGG - Índice de Gravidade Global. Resposta afirmativa; 2- Se a empresa tem autorização do DER para a postergação da duplicação de Pirai do Sul. Resposta afirmativa; 3- Porque não iniciou a obra de duplicação de Ponta Grossa e Apucarana? Resposta: Está em negociação com o DER; 4- Se seria possível antecipar as duplicações com recursos do BNDES. Resposta: É uma solução que pode ser estudada. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, tendo sido atendido e informou que uma das metas desta Comissão, é buscar a antecipação das obras. Deputado Douglas Fabrício: 1- A Rodonorte refere-se à qual aditivo? Resposta: Ao aditivo de 2002; 2- Se o depoente tem conhecimento que, ao final deste mês, encerra o prazo para as negociações. Resposta: A busca para conclusão das negociações é de ambas as partes; 3- Como, em sua opinião, seria sua apresentação se não houvesse o ato unilateral? Resposta: Acredita que o quadro de investimentos apresentado seria outro; 4- Se houve superfaturamento nos trabalhos iniciais da Rodonorte. Não participou da elaboração da proposta; 5- Qual a empresa contratada para realizar o Contorno de Campo Largo? Resposta: JMaluelli. O Deputado efetuou outros questionamentos, tendo sido esclarecido pelo depoente. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Plauto Miró Guimarães e após, passou a palavra ao Deputado Nereu Moura: 1- Se, em sua opinião, a CPI está auxiliando na negociação com o Governo. Resposta afirmativa; 2- Se existe relação dos atuais proprietários da Rodonorte com as demais concessões





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



do Paraná. Resposta negativa; 3- Se existe o projeto da obra Apucarana à Ponta Grossa, Resposta: O projeto ligando Apucarana à Colônia está em fase de execução; 4- E os projetos do restante da rodovia? Resposta: Serão elaborados conforme o cronograma das obras. O Deputado continuou com indagações, respondidas pelo depoente e constatou que o problema existente na questão do Pedágio foi devido à intervenção, em 1998, do Poder Concedente. Deputado Cleiton Kleise: 1- Quanto foi a arrecadação total corrigida? Resposta: Os números contábeis, até dezembro de 2012, são 3 bilhões, 780 milhões e 827 mil reais; 2- Se há condições em reduzir 50% as tarifas para os moradores de Ortigueira. Resposta negativa; 3- Qual é a previsão média de investimento ao ano? Resposta: São 150 milhões ao ano; 4- Qual é a previsão de arrecadação? Resposta: Expectativa de 598 milhões para 2013. O Deputado fez outros questionamentos, tendo sido atendido. Deputado Artáglio Junior: 1- Se o projeto executivo, aprovado pelo DER, está baseado na tabela do DER. Resposta: Na tabela de contrato; 2- Se a tabela de contrato é superior à do DER. Resposta: Hoje, de forma geral, está superior à do DER. O Deputado esclareceu que, no seu entendimento, foi absurdo o modelo de concessão em que a tabela de preços para a execução dos projetos está acima da tabela oficial do Poder Concedente e após, efetuou outras interpelações ao depoente, sendo atendido na sequência. Deputado Párcles de Mello: 1- Se o depoente conhece alguma obra em que a tabela do DER fosse maior do que a praticada pela concessionária. Resposta: Não lembra; 2- Qual o lucro que a empresa JMalucelli teve com a obra do Contorno de Campo Largo? Resposta: O lucro das construtoras é uma questão até de sigilo empresarial. O Deputado considerou ser necessário, para análise da CPI, obter o contrato feito pela Rodonorte e JMalucelli, no caso do Contorno de Campo Largo e os dados atualizados da receita e das despesas da Rodonorte. 3- Se existe solicitação da Rodonorte junto ao DER, para adiamento do início da duplicação de Jaguaratiba e Piraí do Sul. Resposta negativa. Deputado Adelino Ribeiro parabenizou o depoente pelo baixo índice de acidentes na rodovia administrada pela Rodonorte e passou aos questionamentos. 1- Qual é o valor que pode chegar o CBUQ? A senhora Thais Labre, gestora administrativa-financeira da empresa, respondeu que pode chegar a 424; 2- Se é normal pagar o valor do CBUQ de 270 a uma empresa que já tem uma porcentagem de sociedade no Grupo. Resposta: Para a empresa, o importante é uma licitação correta, pagar o menor valor de mercado e garantir a qualidade dos serviços. Deputado Bernardo Ribas Corrêa: 1- Se existe a discussão com o Governo do Estado para a inclusão do contorno de Ponta Grossa até o final do contrato. Resposta negativa; 2- Se a negativa da Presidente Dilma Rousseff, em renovar as concessões, atrapalha as negociações da concessionária com o Governo do Estado. Resposta: Deve-se buscar outras soluções; 3- Se existe a possibilidade de isentar as





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



motocicletas do pagamento do pedágio. Resposta: Deverá ser feita uma análise sobre essa questão. O Deputado informou que oficializará o referido questionamento. O Deputado Elton Walter questionou sobre a expressão: "as obras não são tão superfaturadas assim", usada pelo depoente, em resposta ao Deputado Adelfino Ribeiro. O Senhor José Alberto retificou suas palavras, informando que não reconhece qualquer superfaturamento na proposta. Para encerrar a oitiva do Senhor José Alberto Malta, os Deputados Nelson Luersen, Nereu Moura e Adelfino Ribeiro questionaram o Senhor Elvino Torres, gestor de atendimento, que esclareceu, na sequência. À seguir, o Senhor Presidente solicitou que o Senhor Evandro Couto Vianna se dirigisse à tribuna, procedesse à leitura e assinasse o termo de compromisso, que foi cumprido. Após, agradeceu a presença e convidou o Deputado Fernando Scanavacca para compor a Mesa. Passou a palavra ao Senhor Evandro que iniciou apresentando sua equipe de assessores e após, com auxílio de slides, esclareceu as seguintes questões: formação profissional; Grupo EcoRodovias; contrato de concessão; trecho concedido, objeto da concessão, obrigações contratuais e história do contrato; seguros; investimentos; valores acumulados, de 1998 a 2012; quadro de pessoal; impostos pagos; repasses de verbas contratuais; atendimento ao usuário; tráfego; índice de acidentes. O Deputado Alceu Maron Filho interpelou o depoente, solicitando os dados das vítimas fatais da PR-407. O Senhor Evandro deu continuidade à sua apresentação, esclarecendo sobre: estrutura do atendimento; comunicação com o usuário; fiscalização do Poder Concedente; sustentabilidade; certificações; preservação do meio ambiente; monitoramento de encontros e de fauna; campanhas ambientais; ações para conscientização e redução de acidentes; apoio a projetos sociais; pesquisa de satisfação e; para finalizar apresentou vídeo sobre a catástrofe que aconteceu no litoral na data de 11 de março de 2011. À seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos esclarecidos, na sequência, pelo depoente. 1- Se a empresa tem planejamento para melhorar os congestionamentos nas épocas de feriado e temporada de verão. Resposta afirmativa; 2- Se existe possibilidade de antecipar a obra de duplicação da BR-277 à Ponte do Paraná. Resposta:

Está em negociação junto ao DER; 3- Porque o gasto excessivo em consultoria? Resposta: A consultoria presta serviço para todo o grupo; 4- Se o custo da consultoria é debitado na conta da Ecovia. Resposta afirmativa; 5- Se o custo da consultoria compõe a TIR. Resposta negativa. Deputado Fernando Scanavacca: 1- Se a consultoria tem ações na Bolsa. Resposta negativa. O Deputado solicitou outras informações ao depoente, em relação à questão consultoria, no que foi atendido. Deputado Douglas Fabricio: 1- Qual a opinião do depoente a respeito do desvio de cargas do Porto de Paranaguá para o Porto de Santa Catarina? Resposta: O desvio ocorre devido a dificuldade na infraestrutura do Porto de Paranaguá; 2- Qual é o faturamento da



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



empresa? Resposta: A receita é de 60% comercial e 40% veículos leves; 3- Qual é o Termo Aditivo seguido pela empresa? Resposta: Hoje segue o Termo de Ajuste de 2008. O Deputado efetuou outras indagações, respondidas pelo depoente. Após, sugeriu que esta Comissão contrate um Instituto de Pesquisa de Opinião Técnica e também sugeriu que, qualquer alteração contratual, esta Assembleia Legislativa seja consultada. Deputado Alceu Maron Filho: 1- Como analisa o fato de que, sendo o tráfego comercial a principal receita da Ecovia, esta não estar responsabilizada pela manutenção das vias que levam ao portão do Porto. Resposta: A Ecovia não tem autorização do Poder Concedente para entrar na cidade de Paranaguá; 2- Se a empresa estaria disposta a assumir a manutenção até o portão do Porto. Resposta afirmativa, desde que seja negociado com o Poder Concedente; 3- Quanto custaria para fixar uma passarela na PR-407? Resposta: Um milhão e meio de reais. O Deputado parabenizou o depoente pela agilidade da Ecovia na recuperação da BR-277, após as fortes chuvas em 2011. Efetuou outros questionamentos, tendo sido atendido pelo Senhor Evandro Couto Vianna e, para concluir, o Deputado Alceu Maron Filho fez o apelo, em nome da população do litoral e de Paranaguá, que a empresa torne mais rápida as obras de segurança, para que as mortes sejam evitadas. Deputado Cláudio Kleber:

1- Quantos quilômetros de duplicação a Ecovia têm para fazer? Resposta: 19,5 quilômetros; 2- Quanto de investimento calculado? Resposta: Não possui os números, no momento; 3- Quanto será arrecadado em 2013? Resposta: Em torno de 208 milhões de reais. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, tendo sido respondido pelo depoente. Para finalizar, solicitou não à sensibilidade de números, mas à sensibilidade humana dos proprietários das concessionárias e, que esta CPI, visualize a redução dos valores e as obras de duplicações para a segurança da população. Deputado Péricles de Mello: 1- Qual foi o lucro líquido, em porcentagem, da Ecovia no ano de 2012? Resposta: Não sabe, no momento 2- Se as consultorias não entram na questão do cálculo da tarifa. Resposta afirmativa, o custo é risco da concessionária; 3- Como é a fiscalização do DER em relação às consultorias. Resposta: Todos os números são comunicados para o DER mensalmente e trimestralmente. O Deputado fez outras interpelações ao depoente, tendo sido atendido. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Senhor Evandro Couto Vianna e informou que a CPI solicitou ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Pepe Richa, o nome das pessoas que compõem a comissão que está discutindo a questão do pedágio com as concessionárias, para realizar uma reunião em conjunto com o DER, concessionárias e os Deputados. Após, passou à deliberação do Requerimento lido na Sessão anterior: 1- Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello que requer que se oficie o Senhor Cassio José Ribas Macedo para depor nesta CPI —



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



Aprovado, Em seguida, procedeu à leitura dos Requerimentos que serão deliberados na próxima Sessão: Deputado Alceu Maron, que requer a convocação do Senhor Luiz Afonso dos Santos Senna para oitiva perante a CPI do Pedágio; 2- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Corrêa que requer a convocação do Senhor Paulo Resende para oitiva perante a CPI do Pedágio. Para finalizar, o Senhor Presidente informou a confirmação da presença do representante do Tribunal de Contas da União, para a próxima Sessão e, após deliberação, também determinou a convocação do Senhor Leertes Freitas, Presidente do Sindicato dos Colônizadores, Sindicam. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Geni do Rocio Filiz, Secretária da Comissão.

### Ata da 19ª Reunião Ordinária

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelfino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabricio, Relator; Wilson

Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho, Bernardo Ribas Corrêa, Péricles de Mello e Cleiton Kielse, Titulares. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, informando sobre a oitiva dos Senhores Davi Ferreira Gomes Barreto, Secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes do Tribunal de Contas da União e José Roberto Pinto Carneiro, da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores independentes e em seguida, procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior. Convidou o Senhor José Roberto que se dirigisse à tribuna, e iniciasse sua explanação a respeito das rodovias pedagiadas do Estado do Paraná. O Senhor José Roberto iniciou sua apresentação, com auxílio de slides, sobre as seguintes questões: experiência profissional; serviços prestados pela empresa; estrutura de organização da empresa; trabalho do auditor; normas de auditoria e revisão; órgãos reguladores da profissão; exigências regulatórias e abordagem de auditoria. O Senhor Presidente interpelou o convidado solicitando que a apresentação fosse específica na questão das concessionárias de pedágio. O Senhor José Roberto continuou sua apresentação sobre o tema abordagem de auditoria relacionado ao pedágio. Os Deputados Nelson Luersen e Cleiton Kielse indagaram ao Senhor José Roberto sobre quais seriam as concessionárias auditadas pela Deloitte, tendo sido respondido pelo convidado que, em seguida, finalizou sua explanação. O Senhor Presidente solicitou ao Deputado Bernardo Ribas Corrêa, proponente do requerimento, para que esclarecesse o objetivo



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



do convite ao Senhor José Roberto. O Deputado informou que a empresa Deloitte é uma das maiores empresas de contabilidade do mundo e que atualmente presta serviço para a Rodonorte. Após, procedeu com os seguintes questionamentos: 1- Se, em sua opinião, há como mudar os valores, apresentados nesta CPI, sobre o Contorno de Campo Largo. Resposta: O trabalho de auditoria deste ano está em andamento e, nos anos anteriores, o relatório emitido foi sem nenhuma ressalva; 2- Se todas as concessionárias do Paraná têm os seus balanços auditados. Resposta: No seu conhecimento toda concessionária de rodovia tem o balanço auditado; 3- Se a Deloitte prestou serviço somente para a Rodonorte e EcoRodovias. Resposta: Com certeza à CCR EcoRodovias. A seguir, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício. 1- Por quem são pagas as auditorias? Resposta: Pelas concessionárias; 2- Se já aconteceu, no Paraná, algum erro no balanço das concessionárias. Resposta: Não tem conhecimento; 3- Como a auditoria analisa as despesas de consultoria? Resposta: Objetivamente procura identificar se o serviço foi necessário, se foi realizado e se, eventualmente, a companhia tem procedimentos para definição de preços; 4- Quais são as irregularidades mais comuns encontradas em balanços pela empresa Deloitte? Resposta: A grande parte dos erros identificados está vinculada à operações não usuais, complexas e de grande valor. O Deputado continuou com indagações, respondidas pelo Senhor José Roberto. Deputado Cleiton Klees: 1- Se o convidado possui autonomia para dizer o que é certo ou errado na empresa. Resposta: O trabalho do Auditor não pode ser cerceado. O Deputado solicitou outras informações do Senhor David, tendo sido atendido. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores José Airson Hertz e Germano Toledo Alves, Vereadores do Município de Guarapuava. A seguir, passou a palavra ao Deputado Péricles de Mello: Se uma auditoria averigua quando há valores significativos em uma obra. Resposta: Não é o objetivo do trabalho do auditor. Deputado Adelino Ribeiro lamentou a falta de investimentos em obras nas rodovias do Paraná e o alto valor gasto pelas concessionárias em consultorias e auditorias. Para encerrar a pauta do Senhor José Roberto, o Deputado Nelson Lueraen, questionou sobre os impostos que são pagos pelas consultorias e auditorias, tendo sido atendido pelo Senhor José Roberto. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu e solicitou que o Senhor Davi Ferreira Gomes Barreto se dirigisse à tribuna e após, passou a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro, proponente do Requerimento, para que justificasse o convite do representante da TCU nesta CPI. O Deputado argumentou a necessidade da CPI tomar conhecimento do procedimento da União nas questões das Rodovias Delegadas do Paraná, pelo sistema de concessão. Na sequência, o Senhor Presidente procedeu à leitura da determinação do TCU ao DER no ano de 2012 e após, solicitou ao Senhor Davi que iniciasse sua explanação. Com auxílio de slides, o convidado esclareceu que o tópico



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



principal da apresentação é a auditoria nos contratos de concessão das rodovias delegadas do Estado do Paraná, nos anos de 2011 e 2012 e que resultou no acórdão 348/2012 do Tribunal de Contas da União. Iniciou explicando sobre o acompanhamento e controle externo de regulação pelo TCU; Órgãos Reguladores; Convênios de Delegação; Programa de Concessões Rodoviárias do Paraná e na sequência, passou para o tópico principal da apresentação: histórico das rodovias; análise do TCU; determinações do TCU ao DER; monitoramento do Acórdão 348/2012 e recursos aos acórdãos protocolados pelo Tribunal. Os Deputados Nelson Luersen, Péricles de Mello, Cleiton Kleise e Wilson Quinteiro Interpelaram o Senhor Davi sobre o prazo para o cumprimento do acórdão e sobre os recursos apresentados, no que foram atendidos. O Senhor Davi deu prosseguimento aos esclarecimentos sobre monitoramento diligenciando o DER no cumprimento das determinações, tendo este informado da necessidade de mais seis meses de prazo. Os Deputados Cleiton Kleise e Nelson Luersen apartaram o Senhor Davi, que os respondeu na sequência. O Senhor Davi finalizou sua apresentação, colocando-se à disposição para esclarecimentos. O Senhor Presidente informou que o Acórdão do Tribunal de Contas da União evidenciou que existem irregularidades nas concessões de rodovias do Paraná, fornecendo assim, mais argumentos para que a CPI fosse instalada. Deu início aos questionamentos que foram respondidos, na sequência, pelo Senhor Davi. 1- Qual é a sua opinião particular sobre as concessões das rodovias no Paraná? Resposta: Não consegue dar uma opinião mais qualitativa sobre as rodovias do Estado do Paraná, por não conhecer de fato a realidade de cada rodovia e de cada um dos pedágios; 2- Se é possível reduzir a tarifa de pedágio sem realizar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Resposta: O ente regulador deve fazer o reequilíbrio do contrato ou o Poder Concedente tem a opção de tomar a concessão, decretar, anular o contrato de concessão, mas o contrato deve ser respeitado no que está pactuado. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se, em sua opinião, os aditivos atendem o interesse público. Resposta: O TCU constatou que causaram desequilíbrios em desfavor dos usuários; 2- Se é exigida a anuência da União para alterar o cronograma de obras. Resposta negativa; 3- Se o Governo teria que indenizar as concessionárias, caso retome as rodovias para sua responsabilidade. Resposta: Deve ser analisado o contrato exatamente como foi escrito; 4- Se o Governo do Paraná poderia tomar a decisão de retomar as rodovias sem a anuência da União. Resposta: Deve ser analisado o convênio de delegação. O Deputado fez outras indagações e solicitou ao Senhor Davi o encaminhamento a esta CPI, do relatório enviado ao TCU sobre em que estágio se encontra a negociação com cada uma das concessionárias do Paraná, tendo sido atendido. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Fernando Scanavacca e passou a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro, que fez comentários para que os presentes à Sessão pudessem entender a natureza jurídica





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

do Tribunal de Contas. 1- Quais as consequências do julgamento do TCU? Resposta: O Tribunal pode fazer dois tipos de ações: determinar ou recomendar; 2- Em um paralelo do acordo do Tribunal de Contas da União e a decisão do Poder Judiciário, o que tem maior peso? Resposta: O Poder Judiciário é a última instância de decisão do País; 3- Se o TCU pode se opor a um acordo entre o Governo do Paraná, as Concessionárias e a União Federal. Resposta: Se houver irregularidade ou desrespeito à legislação, o TCU pode determinar que seja corrigido e que não seja feito; 4- Se o TCU pode interferir dentro da conveniência do Poder Discricionário do Gestor. Resposta: A discricionariedade do gestor está sujeita à Legislação, aos contratos vigentes e aos princípios consagrados da razoabilidade e proporcionalidade consagrados na jurisdição. Deputado Adelino Ribeiro parabenizou o trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União e considerou que o prazo dado ao Governo do Estado, foi muito longo. Deputado Cleiton Kleise: 1- Porque o TCU não determinou no seu Relatório, o reequilíbrio de imediato? Resposta: O Tribunal, na decisão do seu Plenário, entendeu razoável o prazo de 360 dias. 2- Se existe alguma fórmula para proibir o aumento de 3,82% e se o Tribunal pode ajudar. Resposta: O Parlamentar ou a CPI tem o poder de representar o Tribunal destacando a irregularidade e o Órgão irá analisar e fazer as determinações possíveis. O Deputado expôs outras considerações ao convidado. O Deputado Párcides de Mello iniciou questionando sobre o prazo solicitado pelo DER para o cumprimento das determinações do TCU, que foram esclarecidas pelo Senhor Davi e após, indagou se: 1- O Tribunal pode analisar o contrato original e os preços das propostas comerciais a pedido da CPI. Resposta afirmativa se houver irregularidade apontada; 2- O gestor não cumprir as determinações, a sanção é puramente multa? Resposta: Há uma série de sanções previstas no Regimento Interno do Tribunal e na Legislação. O Deputado efetuou outras indagações, tendo sido atendido. Para finalizar a oitiva do Senhor Davi Ferreira Gomes Barreto, o Senhor Presidente indagou se: 1- Os atos dos gestores, que não são publicados em Diário Oficial, são punidos pelos Tribunais de Contas. Resposta: A Lei determina publicidade dos atos, exceto os sigilosos e, caso haja irregularidade, o gestor está sujeito a sanções da Lei e; 2- Se os atos administrativos, que alteram um cronograma de obra com um contrato que não é publicado em Diário Oficial, são inválidos. Resposta: Não pode afirmar sem análise. O Senhor Presidente agradeceu a presença ao Senhor Davi e solicitou-lhe que estivesse presente na reunião que será marcada com o Presidente do Tribunal de Contas da União. A seguir, o Deputado Douglas Fabrício colocou-se à disposição para proceder à leitura da Ata da 18ª Reunião Ordinária. O Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim



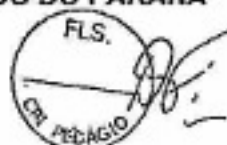


## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



desejassem. Na sequência, o Senhor Presidente, por sugestão do Deputado Wilson Quinteiro e apoiado pelos demais membros presentes na reunião, determinou o convite ao representante da FIA para o dia 03 de dezembro, ao representante da FIPE para o dia 10 de dezembro e ao Secretário Estadual de Infraestrutura e Logística, Pepe Richa para o dia 17 de dezembro do corrente ano. Para finalizar, passou à deliberação dos Requerimentos lidos na Sessão anterior: 1- Requerimento do Deputado Alceu Maron, que requer a convocação do Senhor Luiz Afonso dos Santos Sanna paraitiva perante a CPI do Pedágio; Retirado pelo Autor e 2-Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a convocação do Senhor Paulo Resende paraitiva perante a CPI do Pedágio. Retirado pelo Autor. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

### Ata da 20ª Reunião Ordinária

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às nove horas e trinta minutos, na

Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho, Artáglio Junior, Bernardo Ribas Carli, Neveu Moura, Péricles de Melo, Titulares; Cleiton Kielse, Suplente e Tercilio Turini. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 19ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na

Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e agradeceu a todos os presentes na reunião. No aguardo da presença do Senhor Fernando Albino de Oliveira, representante da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, FIPE, o Senhor Presidente fez comentários sobre o alto preço das tarifas do pedágio no Paraná, e na sequência os Senhores Deputados fizeram uso da palavra. Deputado Douglas Fabrício: informou sobre a apresentação do Requerimento, subscrito pelos membros desta CPI, solicitando ao Governador a suspensão do aumento da tarifa concedida no início do mês de dezembro, para que seja aprovado em Plenário nesta data. Entendeu que, o referido aumento



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



desmoralizou esta CPI e esta Assembleia Legislativa e que foi incoerente neste momento de renegociação entre o Governo do Estado e as Concessionárias. Deputado Adelino Ribeiro: lamentou sobre o gatilho, autorizado pelo Governo do Estado, nas tarifas das cinco praças de pedágio da Ecocataratas, pela duplicação do trecho Matelândia a Medianeira, e sobre o enfrentamento das empresas ao Poder Legislativo. Deputado Wilson Quinteiro: esclareceu que o apelo que está sendo feito na questão do Requerimento é no sentido de restabelecer um cenário de solução e que é necessário abrir o diálogo entre esta CPI, o Governo do Estado e as Concessionárias, restabelecendo a ordem, no Estado do Paraná, na questão do pedágio. O Senhor Presidente anunciou a presença do Senhor Fernando Albinô de Oliveira, Natália Polatti e Paula Pereda. Na sequência, com a palavra o Deputado Terclio Turini: frizou sobre a necessidade desta CPI em dar resposta contundente sobre o reajuste concedido sem justificativa. Deputado Nereu Moura: reforçou a posição de que as Concessionárias estão desmoralizando esta Casa e esta CPI e que fará análise do Regimento Interno da Casa e, havendo fundamento, irá propor o Requerimento para a quebra do sigilo bancário e fiscal das concessionárias, como resposta ao inaceitável aumento das tarifas. Deputado Bernardo Ribas Carli: ressaltou a importância da apresentação do Requerimento e que, o aumento das tarifas foi inoportuno e não vai ao encontro dos trabalhos da CPI e com o que a população espera. Na sequência, o Senhor Presidente procedeu à leitura das informações encaminhadas pela: Ecomorte, Viapar, Ecocataratas, Rodonorte e Ecovia, a respeito da relação de obras a serem realizadas até o final dos contratos com valores atualizados em novembro de 2013. Informou também, que o DER encaminhou a informação à CPI sobre a composição da equipe que trata da negociação do pedágio junto às Concessionárias. A seguir, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse: comentou sobre o atraso na negociação anunciado pelo Governador do Estado e avalizou a proposta do Deputado Nereu Moura. Deputado Alceu Maron: explicou sobre a falta de informação oficial dos termos que estão sendo propostos os acordos entre o DER e as Concessionárias, para que a CPI pudesse acompanhar, no sentido de colaborar para realização do acordo. Deputado Péricles de Mello: justificou, como Propositor do convite, a presença do Senhor Fernando Albinô de Oliveira e solicitou esclarecimentos sobre a auditoria realizada pela FIPE. Com a palavra o Deputado Artagnon Junior: enfatizou o aumento do pedágio ser ofensivo aos trabalhos desta CPI e defendeu toda medida possível para a suspensão e participação imediata desta Comissão nas tratativas que estão sendo realizadas. Na sequência o Senhor Fernando iniciou sua explanação informando sua formação profissional e de sua equipe técnica; a instituição FIPE e os motivos pelos quais foi contratada. Após, passou a palavra à Senhora Paula Pereda que iniciou a apresentação, com o auxílio de slides, pontuando



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



as seguintes questões: objetivo do estudo contratado pela AGEPAR; análise dos contratos vigentes; alterações contratuais; premissas para avaliação do equilíbrio dos contratos e fatores de desequilíbrio contratuais. Finalizada a apresentação, o Senhor Presidente destinou espaço aos Senhores

Parlamentares para que efetuassem questionamentos ou comentários. O primeiro inscrito foi o

Deputado Péricles de Mello e na sequência os Deputados Artagão Junior, Douglas Fabrício, Nereu Mbuira e Cleiton Kiese fizeram uso da palavra. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente agradeceu a presença da equipe técnica da FIPE e em seguida, sugeriu que fosse marcada para o dia 18 de dezembro a reunião com os Deputados que compõem a CPI, os membros da Comissão composta pelo DER, os representantes das concessionárias e a AGEPAR. Para finalizar, o Senhor Presidente passou à leitura do Requerimento, de autoria do Deputado Péricles de Mello, a ser deliberado na próxima Sessão, que requer, a partir da presente data, que todos os Requerimentos a serem apresentados junto a esta CPI, sejam entregues à Secretaria da Comissão, com prazo de 24 horas de antecedência, para serem deliberadas na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, é lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Geni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

#### Ata da 21ª Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kiese, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 20ª Reunião Ordinária. O Deputado Péricles de Mello requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e anunciou a presença do Senhor Pedro Ricardo Furlan, da empresa Viccelli & Furlan Soluções e José Roberto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Ferreira Savola, Coordenador-Geral do Relatório Técnico de Apresentação dos Resultados das Simulações de Valores de Parâmetros do

Desequilíbrio Econômico-Financeiro Atual realizado pela Fundação Instituto de Administração, FIA. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Pedro Ricardo que se dirigisse à tribuna e passou a palavra ao proponente do convite, Deputado Bernardo Ribas Carli, que justificou a necessidade de esclarecimentos a esta CPI, sobre o controle de tráfego nas praças de pedágio. O Senhor Pedro Ricardo agradeceu a oportunidade e em seguida, iniciou sua apresentação, com auxílio de slides, informando sobre as seguintes questões: características e histórico da empresa; áreas de atuação; serviços oferecidos; parceiros comerciais; sistema de arrecadação. Os Deputados Nelson Luersen e Cleiton Kielse apartaram o convidado, no que foram atendidos. O Senhor Pedro Ricardo prosseguiu sua apresentação sobre: modelo de praça genérica, pista manual e pista automática; administração da praça e administração da concessão. O Senhor Pedro Ricardo finalizou sua explanação, colocando-se à disposição dos Senhores Parlamentares para esclarecimentos. O Senhor Presidente agradeceu ao convidado e abriu espaço para questionamentos, tendo sido o primeiro a efetuar as indagações, seguido pelos seguintes Deputados: Bernardo Ribas Carli, Douglas Fabrício, Péricles de Mello e Cleiton Kielse, e que foram atendidos, na sequência, pelo Senhor Pedro Ricardo. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente sugeriu que a empresa Vieceli & Furtan Soluções fizesse um orçamento para esta CPI, do custo para realizar um aferimento paralelo ao das concessionárias, do número de veículos e eixos que transitam pelas rodovias pedagiadas do Paraná e após, convidou para a tribuna, o Senhor José Roberto Ferreira Savola. O Senhor José Roberto iniciou com informações de ordem profissional e após, com o auxílio de slides, destacou as seguintes questões: escopo do contrato da FIA; relatórios produzidos; agentes envolvidos no processo de negociação; premissas do modelo de equilíbrio; cenário econômico à época da celebração dos contratos; matriz de risco; metodologia de equilíbrio; fluxo de caixa total e fluxo de caixa marginal; eventos de perda de receita; tráfego real versus tráfego projetado nos eventos de perda de receita; manutenção, conservação e operação; cláusula de revisão periódica e indexador do contrato. Os Deputados Douglas Fabrício, Péricles de Mello, Nelson Luersen e Cleiton Kielse efetuaram apartes ao convidado durante a apresentação, no que foram atendidos em seguida. Encerrada a explanação do Senhor José Roberto, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos, solicitando ao convidado que procedesse a conclusão do estudo realizado pela FIA. O Senhor José Roberto iniciou a apresentação, com auxílio de slides, do relatório de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de cada lote de concessão. Os Deputados Nelson Luersen, Douglas Fabrício, Péricles de Mello, Cleiton Kielse



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



interpelaram o convidado, que esclareceu na sequência. O Deputado Cleiton Kielse solicitou a presença à tribuna do Senhor Romeu Stencel, engenheiro aposentado do DER. Após, efetuaram indagações ao Senhor Romeu as seguintes Parlamentares: Cleiton Kielse, Nelson Luersen, Douglas Fabrício e Péricles de Mello, no que foram atendidos. O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Romeu Stencel e solicitou que o Senhor José Roberto desse continuidade à sua explicação, o que foi cumprido. Os Deputados Nelson Luersen, Douglas Fabrício, Cleiton Kielse apartaram o convidado, que os respondeu na sequência. O Senhor Presidente sugeriu que os questionamentos fossem efetuados após a conclusão da apresentação de todos os lotes de concessão. Encerrada a apresentação, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Douglas Fabrício que iniciou as indagações, seguida pelos seguintes Senhores Parlamentares: Péricles de Mello, tendo sido atendido pelos Senhores José Roberto e Romeu Stencel, Artagnão Junior e Cleiton Kielse, no que foram atendidos pelo Senhor José Roberto. O Senhor Presidente agradeceu a presença da FIA e após, passou à discussão do Requerimento, de autoria do Deputado Péricles de Mello que requer, a partir da presente data, que todos os Requerimentos a serem apresentados junto a esta CPI, sejam entregues à Secretaria da Comissão, com prazo de 24 horas de antecedência. Aprovado, com a alteração do prazo para 48 horas. Para finalizar, o Senhor Presidente passou à leitura dos Requerimentos, a serem deliberados na próxima Sessão. 1- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello. 1.1- Oficiar o Governo do Estado para que encaminhe informações sobre a concessão da rodovia no trecho de Jaguariúva e Piraj; 1.2- Requer que se oficie a ANTT para ser ouvida a respeito da concessão da Rodovia Federal BR-163 no Mato Grosso; 1.3- Oficiar o Governo do Estado e o DER para que encaminhe os estudos da nova PPP da rodovia PR-323 que liga Maringá e Guaíra; 1.4- Oficiar a ANTT para que encaminhe todo o processo de concessão das rodovias federais; 2- Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse que solicita ativa do Ministro dos Transportes, César Augusto Rebello Borges; 3- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a expedição de ofício às Concessionárias para que se manifestem acerca da possibilidade de criação do benefício de isenção da tarifa de pedágio para as motocicletas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor

Presidente encerrou os trabalhos, informando a presença, para a próxima Sessão, do Senhor Secretário José Riche Filho, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponível no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



***Ata da 22ª Reunião Ordinária***

Às dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião as seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Alceu Maron Filho,

Artagnon Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Gleiton Kleise, Suplente e Elton Weiler. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 21ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente anunciou a presença do Senhor José Richa Filho, Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, convidado a prestar esclarecimentos por Requerimento do Deputado Douglas Fabrício. Após, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Dr. Diogo Castor de Mattos e Dr. Ercias Rodrigues de Souza, Procuradores da República dos Municípios de Jacarezinho e Foz do Iguaçu, respectivamente. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício, que agradeceu a presença do Secretário e de sua equipe, informando que o objetivo desta reunião é conseguir encontrar uma solução em benefício da população. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor José Richa Filho que se dirigisse à tribuna e iniciasse sua explanação. O Senhor Secretário agradeceu o convite e em seguida, com auxílio de slides, pontuou sobre as seguintes questões: finalidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, SEIL; integração dos modos; corredores estaduais; investimento em conservação da malha; premissas do diálogo; investimentos das concessões e a questão tarifária. O Senhor Secretário finalizou sua explanação, enfatizando o empenho da Secretaria na questão do planejamento. O Senhor Presidente agradeceu ao convidado e abriu espaço para questionamentos ou comentários, autorizando o Senhor Secretário a utilizar a participação da equipe de apoio, se julgar necessário. O Deputado Nelson Luersen foi o primeiro a fazer o uso da palavra, seguido pelos seguintes Parlamentares: Douglas Fabrício, Nereu Moura e Bernardo Ribas Carli. Por motivo de manifestações no Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, tendo sido reaberta após alguns instantes, dando continuidade ao uso da palavra o Deputado Bernardo Ribas Carli. Na sequência usaram da palavra os Deputados: Artagnon Junior, Péricles de Mello, Adelino Ribeiro, Alceu Maron Filho, Gleiton Kleise e Elton





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

**CPI DÔ PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Welter, e que foram atendidos pelos Senhores José Riche Filho e Nelson Leal Junior, Diretor-Geral do DER-PR. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Secretário e de sua equipe e informou o cancelamento da reunião marcada para o dia dezoito de dezembro do corrente ano. Após, passou à discussão dos Requerimentos, de autoria do Deputado Péricles de Mello. 1.1- Oficiar o Governo do Estado do Paraná para que encaminhe informações sobre a concessão de rodovia no trecho de Jaguariaíva a Piraí do Sul - Aprovado; 1.2- Requer que se oficie a Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT para ser ouvida a respeito da concessão da Rodovia Federal BR-183 no Mato Grosso - Aprovado; 1.3- Oficiar o Governo do Estado e o DER, para que sejam encaminhados os estudos da nova PPP da rodovia PR-323 que liga Maringá a Guaira - Aprovado; 1.4- Oficiar a ANTT para que encaminhe todo o processo de concessão das rodovias federais - aprovado; 2- Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielas, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, solicitando oitiva do Ministro dos Transportes.

César Augusto Rabello Borges - Aprovado; 3- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a expedição de ofício às Concessionárias para que se manifestem acerca da possibilidade de criação do benefício de isenção da tarifa de pedágio para as motocicletas - Aprovado. Não havendo expediente a ser lido, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, informando que a próxima Sessão acontecerá no dia 04 de fevereiro de 2014, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

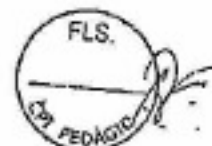
## Ata da 23ª Reunião Ordinária

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, no Picapinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Podágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelfino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabricio, Relator; Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura, Péricles da Mello, Titulares e Cleiton Kleles, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 22ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelfino Ribeiro requereu a dispensa de leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior, anunciou a ausência do Senhor Laertes José de Freitas e a presença do Senhor



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Dilmar Delco Cunha Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, CNTA. Após, solicitou ao Deputado Douglas Fabrício que fizesse a apresentação do depoente, o qual foi cumprido. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Dilmar Delco Cunha

Bueno que ocupasse assento à Mesa, justificando o motivo, e iniciasse sua explanação. O Senhor Dilmar esclareceu sobre a participação e as dificuldades dos transportadores nos anos da concessão das estradas; a representação dos caminhoneiros autônomos no transporte e o vale-pedágio instituído pela Lei Federal nº 10.208/01. O Deputado Douglas Fabrício apertou o depoente, tendo sido atendido. Dando continuidade, o Senhor Dilmar sugeriu a esta Comissão que solucionasse a questão dos transportadores autônomos com o cumprimento da Lei do Vale Pedágio. Em seguida, comentou sobre a adequação nas prioridades das obras e o custo pedágio. Finalizada a explanação, o Senhor Presidente agradeceu ao convidado, ressaltando a importância dos caminhoneiros autônomos para o país e após, abriu espaço para questionamentos ou comentários, que foram efetuados pelos seguintes Parlamentares: Douglas Fabrício, Nereu Moura, Adelfino Ribeiro, Péricles de Mello e Cleiton Kleise. Não havendo mais inscritos, o Senhor Presidente deu por encerrada a oitiva do Senhor Dilmar Delco Cunha Bueno, concedendo-lhe espaço para as considerações finais. Na sequência, foi colocada em discussão e votação a presença do Senhor Heinz Georg Horwig, ex-Secretário de Transportes do Estado para a próxima Sessão e o Senhor Raul Veloso, doutor em Economia, para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

**Ata da 24ª Reunião Ordinária**

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelfino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinleiro, Relator Adjunto; Artáglio Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura, Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kleise, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 23ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinleiro



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



requeriu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem ratificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e do comunicado do Senhor Heinz Georg Herwig, adiantando sua presença para a próxima Sessão. Após, comentou a respeito das conclusões dos trabalhos da CPI, passando a palavra ao Deputado Douglas Fabrício, que explanou sobre o esboço do Relatório Final desta CPI, pontuando os seguintes itens: relatório da formação e desenvolvimento das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito; as investigações precedentes: CPI de 2003 e CEI de 2007; A CPI de 2013/2014: Introdução, a modelagem e os critérios utilizados na criação do Anel de Integração - Programa de Concessões Rodoviárias do Paraná, histórico dos contratos e dos editivos, as principais denúncias e irregularidades que ensejaram a abertura da CPI e as denúncias que surgiram no decorrer da CPI a partir dos depoimentos e documentos obtidos. Na sequência, o Senhor Presidente enfatizou o bom desempenho dos trabalhos desta Comissão e argumentou sobre a taxa de retorno; as ações judiciais; alteração de obras; os editivos e o Ata nº 17; a revisão dos contratos; valores arrecadados; fiscalização do DER e atuação da Agepar; qualidade da pavimentação e contagem de veículos. Após, passou a palavra aos seguintes Parlamentares: Adeline Ribeiro que colocou a importância dos depoimentos para a elaboração do Relatório Final; a incapacidade dos governos e ressaltou que esta Comissão deverá solicitar a quebra de contrato das empresas, por não cumprirem o acordo nos dezessete anos de cobrança no Estado do Paraná. Péricles de Mello informou que vários encaminhamentos solicitados ao DER e órgãos do Estado, ainda não foram recebidos e que, pelo estudo realizado, a CPI contém elementos substanciais para fortalecer as ações judiciais do TIR do acionista e de anulação dos editivos. O Senhor Presidente comunicou que a visita ao Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Contas do Estado e da União, Ministério Público Estadual e Federal, Poder Executivo Estadual e União será realizada após a conclusão do Relatório Final. Com a palavra o Deputado Claiton Kiasa que enfatizou sobre a omissão de alguns representantes do Estado, do Governo Federal e da Justiça e solicitou um comparativo de números das outras concessionárias que atendem o Estado do Paraná. A seguir, o Senhor Presidente comentou sobre as propostas de concessão e cobrança de pedágio no trecho Maringá a Guaíra; as concessões do Governo Federal e o trajeto entre Horizonte, em Palmas e o Município de Realeza. Deputado Artagnan Júnior esclareceu sobre as parcerias público-privadas nas licitações, que estas deveriam ser realizadas no próximo ano, após as eleições e comentou sobre o resumo do Relatório apresentado pelo Deputado Douglas Fabrício. Deputado Bernardo Ribas Carli discorreu sobre os trabalhos e os resultados desta Comissão. Deputado Wilson



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Quinteiro explanou sobre o sistema de pedágio adotado no Paraná; que o melhor modelo não fosse da iniciativa privada e fosse do Estado, cobrando um valor menor, sem a busca do lucro; os atores do contexto pedágio do Paraná são a União, o Estado e o Judiciário; sugeriu à União a isenção de impostos para diminuir as tarifas e que a CPI já possui um relatório robusto e equilibrado. Deputado Nereu Moura comentou sobre os esclarecimentos, obtido pela CPI, da história do pedágio e que ao concluir o Relatório, se resolve o grave problema do Paraná. O Senhor Presidente agradeceu a participação de todos, informou que os trabalhos da CPI se encerram no dia quatro de março e passou a palavra ao Relator para suas colocações. O Deputado Douglas Fabricio informou que necessita dos documentos que ainda não foram entregues à CPI para, dentro do prazo de sessenta dias, finalizar o Relatório Final. O Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Filz, Secretária da Comissão.

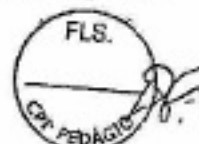
**Ata da 25ª Reunião Ordinária**

Aos deztois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adolino Ribêro, Vice-Presidente; Douglas Fabricio, Relator; Wilson Quinheiro, Relator

Adjunto, Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Caril, Nereu Moura, Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kleise, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 24ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinheiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e anunciou a presença dos Senhores Heinz Georg Herwig, ex-Secretário de Estado de Transportes e Raul Velloso, doutor em Economia. Após, solicitou ao Senhor Heinz que se dirigisse à tribuna e passou a palavra ao Deputado Douglas Fabricio para que fizesse a apresentação do depoente, o qual foi cumprido. Em seguida, o Senhor Heinz agradeceu a oportunidade, justificou a ausência na Sessão anterior e explanou sobre sua participação como Secretário dos Transportes, no período de junho de 1999 a outubro de 2000, pontuando sobre a situação das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

estradas, à época e a consequente necessidade de melhoria para a industrialização do Interior do Estado; o ganho do Governo Federal com as concessões das estradas; o modelo de concessão à época; a politização do pedágio; a redução de 50% das tarifas e a redução de obras; aditivo de 2000 e condições e risco das concessões. O Senhor Heinz finalizou sua explanação, colocando-se à disposição dos Senhores Parlamentares para esclarecimentos. O Senhor Presidente agradeceu ao depoente e abriu espaço para questionamentos, tendo sido o primeiro a efetuar as indagações, seguido pelos seguintes Deputados: Douglas Fabrício, Nereu Moura, Adelfino Ribeiro, Péricles de Mello e Cleilton Kielse e que foram atendidos, na sequência, pelo Senhor Heinz. Após, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Guaraci Andrade, do Deputado Tercillo Turini e de todos os presentes nesta Sessão, passando na sequência, a palavra ao último orador inscrito, Deputado Artagnão Junior. Encerrada a oitiva do Senhor Heinz Georg Herwig, o Senhor Presidente agradeceu e concedeu-lhe a palavra para as considerações finais. Após, solicitou a presença na tribuna do Senhor Raul Velloso e requereu ao Deputado Bernardo Ribas Carli, proponente do convite, para a apresentação do depoente, o qual foi cumprido. O Senhor Raul agradeceu a participação nos trabalhos desta CPI, fez breve relato da vida profissional e, com o auxílio de slides, comentou sobre: as condições, para efeito de equilíbrio, estabelecidas nos contratos de concessão; a relação investimento PIB do Ministério dos Transportes; os gastos do Governo Federal com o modelo de inclusão social. O Deputado Péricles de Mello apartou o depoente e, na sequência, o Senhor Raul encerrou sua participação, enfatizando a importância de investimentos na infraestrutura. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e após, passou a palavra para que efetuassem questionamentos ou comentários aos Deputados: Douglas Fabrício, Bernardo Ribas Carli e Péricles de Mello. Não havendo mais inscritos, o Senhor Presidente deu por encerrada a oitiva do Senhor Raul Velloso, concedendo-lhe espaço para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

A Ata da 26ª Sessão Ordinária, aprovada juntamente com este relatório final, bem como a Ata da 27ª Sessão Ordinária - a presente sessão em que se delibera sobre este relatório final - encontram-se encartadas entre os anexos do presente documento.

169





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



É preciso, mais uma vez, registrar que além das sessões ordinárias, cujas atas foram acima transcritas, como já restou afirmado, também foram realizadas sessões extraordinárias, em forma de audiências públicas, fora da Assembleia Legislativa do Paraná. Em relação a tais sessões, segue abaixo as atas que foram lavradas, esclarecendo que as denúncias eventualmente surgidas em tais sessões foram objeto de investigação e encontram-se contempladas no presente relatório.

***Ata da 1ª Reunião Extraordinária***

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara Municipal de Jacarezinho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adeline Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Péricles de Mello e Cleiton Kielse, Titulares; e os senhores: Diogo Augusto Biato Filho, Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho; Dr. Diogo Castor de Mattos, Procurador da República do Ministério Público Federal; Dr. Antonio Carlos Pereira, representante da Subseção da OAB; Francisco Carlos Moraes, Vereador do Município de Jacarezinho; José Pereira Godói, representando o Presidente da Câmara de Santo Antônio da Platina; Rogério Frutuoso, Vereador do Município de Cambará; Aloisio Guerra, Vereador do Município de Siqueira Campos; Homero Pavan Filho, Secretário Municipal da Indústria e Comércio, representando neste ato, o Prefeito do Município de Jacarezinho; Malara de Souza Guimarães, Chefe da Divisão do Procon; Walter José Conter Júnior, Diretor-Geral do Procon de Jacarezinho; Silvia Flores, Presidente das Coordenações das Associações Comerciais e Empresariais do Norte Pioneiro; Dr. Januário Paludo, Procurador Regional da República e Corregedor Auxiliar do Ministério Público Federal; Allan Marcos de Andrade, representando o Deputado Artagão Junior. O Senhor Presidente agradeceu a todos os presentes na Audiência e esclareceu os objetivos desta Comissão. Após, passou a palavra ao Deputado Cleiton Kielse que fez breve comentário sobre a atuação da CPI e solicitou apoio da sociedade para que esta Comissão mude a realidade dos paranaenses. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho e na





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



seqüência aos senhores Parlamentares. O Senhor Diogo Augusto agradeceu a presença da Comissão Parlamentar de Inquérito e informou acreditar nas intenções da Comissão para solucionar os problemas do pedágio no Paraná. Também informou que o Município de Jacarezinho é uma exceção, por possuir uma praça de pedágio instalada irregularmente. Em seguida, o Deputado Adelfino Ribeiro colocou a importância da participação da população para denunciar e opinar sobre a questão do pedágio. O Deputado Wilson Quinteiro destacou a necessidade de reavaliação de todo o processo do pedágio no Estado do Paraná e a relevância do encontro, neste Município, para debater construtivamente a questão do pedágio, tendo como finalidade, obter mais informações para a elaboração do Relatório Final. O Deputado Péricles de Mello explicou sobre as condições de otimismo para o bom desempenho dos trabalhos da CPI; os pareceres dos Tribunais de Contas do Estado e da União e; a necessidade de assessoria técnica especializada para auxiliar os trabalhos da CPI. O Deputado Douglas Fabricio comentou sobre os trabalhos realizados e o histórico das informações recebidas por esta Comissão. O Senhor Presidente esclareceu que a CPI é o maior instrumento de fiscalização do Poder Legislativo e após passou a palavra ao Dr. Diogo Castor de Mattos. O Dr. Diogo pontuou sobre os seguintes temas: da praça de pedágio de Ourinhos-Jacarezinho; ações do Ministério Público Federal; força-tarefa composta por Procuradores das regiões do Estado e seu plano de trabalho; ação no Supremo Tribunal Federal; trabalhos realizados e poder de resolução da CPI. Os Senhores Deputados Cleiton Kietse; Wilson Quinteiro e Péricles de Mello questionaram o Senhor Procurador, tendo sido esclarecidos na seqüência. O Senhor Presidente agradeceu a contribuição do Dr. Diogo Castor de Mattos e após passou a palavra ao Senhor André Luiz Ferreira de Castro, representante do Movimento "Fim do Pedágio" de Jacarezinho. O Senhor André Luiz enumerou sobre as irregularidades existentes na questão do Pedágio; as reivindicações do Movimento e da população; o desequilíbrio nos processos da Justiça; os contratos firmados; oportunidade da CPI; o Movimento "Fim do Pedágio" em todo o Estado do Paraná; caminhos alternativos e; sobre o benefício de trafegar sem pagar tarifa com cartões. Os Deputados Péricles de Mello; Wilson Quinteiro; Cleiton Kietse; Douglas Fabricio e Nelson Luersen discorreram a respeito da explanação do Senhor André Luiz. O Senhor Presidente agradeceu e solicitou para aitiva o Senhor Carlos Roberto Dellarosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região - Sindicom. O Senhor Carlos discorreu sobre a esperança depositada nesta CPI; a ilegalidade da guarita construída à beira da ponte; desvio de curso de rodovia e; cobrança por eixo suspenso. Os Deputados Péricles de Mello, Douglas Fabricio e Cleiton Kietse sugeriram apresentar Projeto de Lei suspendendo a cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos. Com a palavra o Senhor Auber Silva Pereira, Coordenador do Movimento Popular Contra a Corrupção Por Amor a Londrina, que explicou sobre os



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



seguintes questões: direito de ir e vir; sistema de pedágio no exterior; mortes nas rodovias paranaenses; relação custo-benefício; obrigatoriedade do cupom fiscal; e falta de controle na informação dos dados. Após, os Senhores Francisco Carlos e Aloisio Guerra, Vereadores dos Municípios de Jacarezinho e Siqueira Campos, respectivamente, fizeram uso da palavra e comentaram sobre a dificuldade de lutar contra pedágio. Como último orador, o Senhor José Pereira Godol, representante do Presidente da Câmara de Santo Antônio da Platina, enfatizou a esperança nos trabalhos da CPI, devido ao grande número de acidentes que ocorrem na região, que já é penalizada por falta de investimentos. O Senhor Presidente disponibilizou a palavra aos senhores presentes na Audiência para que fizessem questionamentos ou comentários e agradeceu a presença de outras autoridades que se fizeram presentes. O primeiro inscrito foi o Senhor Alberto Bonardi Junior, sócio de empresa de transporte, que informou sobre a cobrança indevida dos eixos do caminhão e a segurança aos usuários da via. O Senhor Presidente solicitou cópia dos extratos da cobrança indevida. Após, o Senhor Pelegrini, morador da região, comentou sobre as irregularidades da Praça de Jacarezinho e sugeriu que as cancelas tivessem no mínimo cem quilômetros, uma da outra. O Senhor Rafael Benito Pereira comentou sobre a lentidão dos processos que tramitam na justiça; as irregularidades na construção da praça perto da Ponte Velha e o prejuízo do Município de Jacarezinho por conta dos pedágios. O Senhor Luiz Antonio Volpato lamentou a perda de um ente familiar por falta de passarela para fazer a travessia. O Senhor João Carlos comentou sobre o direito de ir e vir e, como último orador inscrito, o Senhor Carlos Zanardo comunicou que famílias deixaram de se visitar, devido ao alto custo das tarifas. A seguir, os Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello, Douglas Fabrício e Adeline Ribello fizeram suas considerações finais. O Deputado Kielse sugeriu verificar in loco a praça de Pedágio do Município, tendo sido acatada pelo Deputado Nelson Lucerson que propôs que o Deputado Kielse seja o Presidente da Subcomissão para tratar da praça de Jacarezinho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

**Ata da 2ª Reunião Extraordinária**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara

Municipal de Paranaguá, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio.

172

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Alceu Maron Filho, Péricles de Mello e Cleiton Kielce, TRULARES e os senhores Marcus Antonio Elias Roque, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá e André Camargo, Vereador do Município de Ponta do Paraná. O Senhor Presidente saudou a todos os presentes na Audiência bem como comentou sobre a implantação e os trabalhos realizados pela CPI.

Passeou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá e na sequência, aos Senhores Parlamentares: O Senhor Marcus Antonio explicou sobre o padecimento do litoral em relação ao alto custo da tarifa e solicitou que a Concessionária Ecovia finalize os serviços até a entrada do Porto de Paranaguá. O Deputado Alceu Maron Filho, primeiro inscrito, esclareceu sobre: a importância da reunião ser realizada na cidade polo da região afetada pela mais alta tarifa do pedágio; a peculiaridade dos problemas do pedágio em cada lote de concessão; a necessidade das obras emergenciais como duplicação e obras de arte na PR-407, viaduto na esquina da PR-407 com a Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, acesso ao Porto de Paranaguá, viaduto de acesso à Morretes e Antonina; construção de viaduto na entrada da cidade e recuperação da Avenida Bento Rocha; os acordos entre as Concessionárias e o Governo e a subsequente retirada de obras. O Senhor Presidente destacou a presença do Senhor Antonio Saad Gebran Sobrinho, Secretário Municipal do Comércio e Indústria, representando o Prefeito de Paranaguá e dos Senhores representantes de transportadoras. O Deputado Péricles de Mello enfatizou as questões da instalação da CPI na Assembleia; citou breve histórico da implantação do pedágio no Paraná; estratégia do Governo atual e; a necessidade de mobilização da população para a vitória da CPI e do povo do Paraná. O Deputado Cleiton Kielce frisou sobre o pedágio ser o mais caro, proporcionalmente, do mundo que dá acesso ao litoral e a consequente desvalorização da região; impacto na economia do Estado; falta de fiscalização fiscal; gastos administrativos dos pedágios e; convocação da sociedade organizada. O Deputado Douglas Fabrício esclareceu sobre: o surgimento do pedágio; benefícios recebidos pelos Governos Estadual e Federal e; defesa por um trabalho técnico da CPI. O Senhor Presidente observou aos presentes que a reunião estava sendo gravada para provar a veracidade da Sessão e concedeu a palavra ao Senhor Antonio Saad Gebran Sobrinho. O Senhor Antonio iniciou sua explanação objetivando sobre: o interesse do Município nos trabalhos da CPI pelo fato de o pedágio afetar diretamente a infraestrutura do Estado; a questão do cupom fiscal que, por não haver fiscalização, prejudica o desenvolvimento do Litoral do Paraná; preocupação com uma possível prorrogação de contrato e; clamor popular em função dos altos preços. Com a palavra o Senhor Paulo Henrique Coelho, sócio da empresa Ágipe Transportes e Logística, esclareceu que muitos importadores e exportadores deixaram o mercado pelo motivo da elevação do custo e que muitas exportações



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



desviavam as cargas para os Portos de Santa Catarina. Os Deputados Cleiton Kiesel, Péricles de Mello e Alceu Maron apartearam o Senhor Paulo Henrique. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e convidou para a oitiva o Senhor José Carlos Borba, Diretor do Grupo Transcap, Transportadora dos Carreiros. O Senhor José Carlos ressaltou os apontamentos discurridos pelo Senhor Paulo Henrique; a necessidade de mobilização da população para que se concretizem as melhorias essenciais para o Município e também, a implantação da lei da parada obrigatória para o caminhoneiro, após seis horas de trabalho. Com a palavra o Senhor José Baka Filho, ex-Prefeito do Município de Paranaguá e representante do Fórum Nacional dos Transportes, que explanou sobre a paralisação da manutenção, pela concessionária, no Parque São João; perda da competitividade com os demais Estados e o custo final dos produtos. Recomendou à CPI que seja reduzido o valor do pedágio e a quebra do sigilo fiscal das concessionárias. Na sequência, fizeram uso da palavra os Vereadores Arnaldo Maranhão, Adalberto Marcos de Araújo e Márcio Costa. O Vereador Arnaldo recomendou à CPI a necessidade do marco zero se estender até o portão principal do Porto de Paranaguá; desdobramento de alguns trechos e tarifa equacionada e; Incluir o trecho de dois quilômetros, da Ponte do Rio Ipananguçu ao Porto de Paranaguá, para a Ecovia. O Vereador Adalberto sugeriu ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Marcos Roque, a constituição de uma Comissão Especial para acompanhar o trabalho referente ao pedágio. O Vereador Márcio comentou sobre os problemas da PR-407: retorno do marco zero ao portão do porto; construção de viadutos; pólo de descanso para os caminhoneiros; quebra do sigilo fiscal, bancário e financeiro da Ecovia. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Alceu Maron Filho e após, por "questão de ordem", usaram da palavra os Deputados Cleiton Kiesel e Douglas Fabrício. Em seguida, o Deputado Péricles de Mello propôs a esta Comissão formalizar relação com as Câmaras Municipais para criar comissões colaboradoras nos questões do pedágio. O Senhor Presidente concedeu a palavra à Vereadora Laryssa Thaiz de Castilho Pereira Polati Moreira e após, ao Vereador Antonio Ricardo dos Santos. A Senhora Vereadora considerou a necessidade de revisão na questão dos repasses do ISS aos Municípios e o Vereador Antonio reforçou os apontamentos discurridos pelo Senhor Paulo Henrique. O Senhor Presidente disponibilizou a palavra aos senhores presentes na audiência para que fizessem questionamentos ou comentários. O primeiro inscrito foi o Senhor Luiz Carlos Gonçalves Souza, Presidente da Associação de Proprietários de Barcos do Estado do Paraná, Barcopar, que comentou sobre a reclamação dos turistas com relação ao pedágio, causando desta forma, prejuízo à cidade de Paranaguá; solicitou à CPI rever a questão do alto valor das tarifas. Após, o Senhor Gilmar Constantino, representando o Presidente da



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



Ampec-Litoral que salientou a importância do trabalho da CPI ser técnico e não político. Senhor Leonardo Mamode solicitou a esta Comissão, a viabilização da segurança na travessia de crianças no Jardim Esperança, Jardim Parapaguá e região. O Senhor Paulo Sérgio de Carvalho, Presidente da União Municipal das Associações de Paranaguá, UMAP, solicitou que a CPI penalizasse criminalmente a Ecovia pelas mortes que acontecem por falta de segurança na travessia, no trecho Jardim Esperança a Jardim Paraná. O Senhor Adalberto Mendes Luthers, Presidente da Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná, Adetur, sugeriu à CPI contratar um auditoria para verificar se as concessionárias realmente fizeram as manutenções e o valor real da arrecadação, bem como sugeriu à CPI a isenção de impostos nas tarifas. O Senhor Marcelo Eládio, Presidente da Associação dos Moradores de Pontal do Paraná, comentou sobre o entrave para o desenvolvimento turístico que é a longa duração da viagem em dias de feriado e final de ano. Também solicitou à CPI que averiguasse a concessão para a construção da ponte de Guaratuba e também a questão da estrada de Guaraqueçaba. O Senhor Mauro Bueno de Paula, morador da margem da rodovia, protestou sobre a forma como são tratados os usuários da Ecovia e a demora na coleta dos resíduos na rodovia. O Senhor Adilson Soares Zela afirmou a necessidade urgente nas obras. Para finalizar o representante do Conselho Municipal da Juventude de Paranaguá colocou o alto custo do pedágio para os jovens que estudam na capital e a falta de iluminação na PR-407 para que os alunos frequentem a escola, com segurança, no período da noite. A seguir, os Deputados Péricles de Mello, Cleiton Kleise, Douglas Fabrício e Alceu Maron fizeram suas considerações finais. O Senhor Presidente agradeceu a todos pela receptividade e colaboração com esta Comissão e concedeu, para concluir, a palavra ao Presidente da Câmara, que considerou a importância da união de esforços para beneficiar o litoral e agradeceu à Comissão pela oportunidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavatura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Cezar do Rocio Filiz, Secretário da Comissão.

### Ata da 3ª Reunião Extraordinária

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara Municipal de Foz de Iguaçu, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelfino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Péricles de Mello e Cleiton Kleise, Titulares; Elton Walter e os Senhores Reni Pereira e José Carlos Neves da Silva, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Foz de





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Iguaçu, respectivamente. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e após, passou a palavra ao Senhor Reni Pereira. O Senhor Prefeito discorreu sobre o prejuízo causado pelo pedágio para o desenvolvimento de Foz do Iguaçu e para todo o Estado do Paraná, esperando que os investimentos na infraestrutura sejam condizentes com o valor cobrado nas tarifas. O Senhor José Carlos comentou que a cidade de Foz do Iguaçu é uma das mais prejudicadas pelo pedágio, por sua questão geográfica e pelo traçado da cidade. Colocou-se à disposição para somar à iniciativa da Assembleia Legislativa para chegar a um resultado e esclarecer o motivo do alto preço das tarifas e a falta de investimentos em Foz do Iguaçu e em outras cidades litorâneas. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e após, passou a palavra aos Senhores Parlamentares. Deputado Adelfino Ribeiro: comentou sobre a implantação da CPI na Assembleia Legislativa; a falta de investimentos no trecho da Cascavel a Foz do Iguaçu; a duplicação do trecho de Matelândia a Medianeira e a função desta Comissão em defesa do cidadão do Estado do Paraná. Deputado Cleiton Kielse: iniciou com apresentação de vídeo e após, solicitou apoio à CPI para que seja revisada a infraestrutura de todas as concessionárias, na questão de socorro às vítimas de acidentes, comentou sobre a dificuldade na instalação e os objetivos desta Comissão. Deputado Elton Welter: mencionou sobre a falta de controle do Estado sobre os dados das concessionárias e a necessidade de aferir os balanços que são feitos na prestação de contas dessas empresas. Deputado Péricles de Mello: citou duas manchetes de jornais: Jornal Diário dos Campos Informando as maiores empresas da região dos Campos Gerais e Jornal Folha de São Paulo noticiando sobre as consultorias; comentou sobre os Relatórios do TCE e TCU, suspensão das ações e necessidade da participação de toda sociedade civil. Deputado Douglas Fabrício: efetuou breve comentário do histórico do pedágio no Paraná e informou os objetivos desta CPI. Com a palavra o Dr. Erclás Rodrigues de Sousa, Procurador da República, que pontuou sobre os órgãos da Justiça que têm sido inéptos na resolução da questão do pedágio e sobre a importância da visão política. O Senhor Presidente agradeceu ao convidado e abriu espaço para questionamentos, tendo sido o primeiro a efetuar as indagações, seguido pelos seguintes Parlamentares: Elton Welter, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício e Péricles de Mello que foram atendidos, na sequência, pelo Dr. Erclás. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Gilberto Ivan dos Santos, Coordenador do Movimento de Vítimas de Trânsito em Foz do Iguaçu. O Senhor Gilberto reivindicou a construção de passarelas na BR-277 e apresentou vídeos sobre o tema. Para finalizar o Senhor Gilberto entregou um dossiê do trabalho realizado à CPI e ao Procurador da República solicitando que a Assembleia Legislativa reconheça o terceiro domingo de novembro como o Dia em Memória às Vítimas de Trânsito. Na



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

sequência, o Senhor Presidente passou a palavra aos seguintes Vereadores: Paulo Rocha: comentou sobre o documento protocolado no Palácio Iguaçu sobre as reivindicações de melhorias para o perímetro urbano da Foz do Iguaçu e indagou sobre a diferença do valor da tarifa com o Estado de Santa Catarina. Anica Nagib Gazzanul: ressaltou a responsabilidade dos políticos. Dito Vitorassi: ressaltou a discriminação do oeste paranaense e a necessidade de formar um projeto de desenvolvimento para o Estado do Paraná. Chico Noroeste: mencionou sobre os altos preços das tarifas e obras não realizadas. O Senhor Presidente encerrou as oitivas das autoridades, destinando espaço aos participantes desta Audiência. Com a palavra o Senhor João Carlos Miranda, morador do Município, que solicitou que a abertura da "caixa preta" do pedágio. Senhora Dálva dos Santos, moradora do Município, proferiu sobre o caos que se encontra a cidade. Senhor Peixoto, Coordenador do Oeste da Central de Movimentos Populares comentou sobre o direito constitucional de ir e vir e que esta CPI se torne uma realidade. Senhor Lin, microempreendedor do Município sugeriu a redução do pedágio e a instalação das praças de pedágio a cada 200 quilômetros. Senhor Valler Negrão, representante da categoria dos ambulantes, comentou sobre a omissão da Justiça, dos Deputados e da população e sobre a redução dos benefícios no Município. A seguir, os Deputados Adelfino Ribeiro, Péricles de Mello, Cleiton Kielke, Douglas Fabrício e Nelson Luersen fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

**Ata da 4ª Reunião Extraordinária**

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, na Câmara Municipal de Cascavel, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa os seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelfino

Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kielke, neste ato, Titular; Elton Welter; Paranhos; Professor Lemosa e o Senhor Marcio José Pacheco Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Cascavel. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, comentando sobre o tema pedágio no Paraná, os trabalhos realizados e os objetivos da CPI e após, passou a palavra ao Vereador Marcio José Pacheco Ramos. Em seguida, o Senhor Presidente convidou outras autoridades municipais a participarem da Mesa e, na sequência, concedeu o palavra aos seguintes Parlamentares: Adelfino Ribeiro; Paranhos; Elton Welter;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Professor Lemos; Cleiton Kleise; Péricles de Mello; Nereu Moura e Douglas Fabrício. Finalizada as considerações iniciais dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente agradeceu a presença de outros vereadores e representantes da sociedade civil organizada e após, abriu espaço para as oitivas, sendo o Senhor Gilmar Trento, representante da Associação de Moradores do Jardim Maria Luiza, o primeiro orador. O Senhor Gilmar reivindicou que a população seja representada pela CPI; que o aumento previsto da tarifa seja combatido e começou sobre o número de mortes nas estradas pedagiadas. O Deputado Adelfino Ribeiro solicitou um aparte ao orador, tendo sido, na sequência, esclarecido pelo Senhor Gilmar. O Senhor Oscar Agostinetto, Diretor do Sindicato das Empresas de Transporte do Oeste do Paraná, explanou sobre o posicionamento do Sintropar em relação ao pedágio do Paraná. A seguir, os Deputados Péricles de Mello, Adelfino Ribeiro, Douglas Fabrício e Cleiton Kleise fizeram comentários a respeito do pronunciamento do Senhor Oscar, tendo esse, espaço para a consideração final. O Senhor Nei Hamilton Haverloth, Vereador, apresentou a indignação contra a situação do pedágio, solicitou ação da CPI para a não prorrogação dos contratos, sugeriu investigação quanto atendimento aos acidentados e a reativação da comissão de fiscalização do pedágio no Paraná. Pela ordem, com a palavra o Senhor João Paulo de Lima, Vereador, que solicitou averiguação no atendimento de emergências na rodovia e construção de trincheiras e viadutos para atender a comunidade da região sul do Município. O Senhor Rômulo Quintino, Vereador, ressaltou a relevância do tema e comunicou sobre o ofício recebido do Departamento de ISSQN da Prefeitura Municipal e entregue à CPI. A seguir, o Deputado Péricles de Mello solicitou a palavra para esclarecimentos do orador, tendo sido atendido. Após, o Senhor Fábio Rocha Quintela, empresário, conclamou que o Relatório Final desta CPI seja condizente com os anseios da população. O Senhor Mauro Luiz Becher, representante comercial, comentou sobre a criação do Movimento "Fora Pedágio"; lamentou a falta de atitude dos brasileiros para reivindicar os direitos e a ausência de entidades representativas na luta contra o pedágio, solicitou à CPI atitudes para conseguir o objetivo final da Comissão e ressaltou que a luta contra os direitos continuará. Os Deputados Elton Welter e Péricles de Mello comentaram a explanação do Senhor

Mauro Luiz, que em seguida, fez sua colocação final. Após, com a palavra o Senhor Yves Conselino Cordeiro, advogado, que ressaltou a existência da minoria combativa, solicitou o empenho da Comissão para defender os direitos da população e repudiou o poder econômico das concessionárias obtido à custa do povo. O Senhor Antonio Cezar Kleinhans, representante do Conselho Regional de Odontologia, comentou sua indignação com relação ao pedágio e indagou a falta de transparência quanto aos nomes dos donos das concessionárias, tendo o Senhor Presidente



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



esclarecido que estes estão disponibilizados no site na Assembleia Legislativa. O Senhor Jeová Pereira, Presidente da Associação de Caminhoneiros Autônomos da Cascavel, explicou sobre a esperança depositada nesta CPI e o prejuízo que o pedágio e os impostos causam aos caminhoneiros e à população do Estado. O Senhor Presidente agradeceu a todos, passando a palavra ao Presidente da Câmara e na sequência aos Deputados Nereu Moura; Adelino Ribeiro; Cleiton Kielse; Péricles de Mello; Elton Walter e Douglas Fabrício para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitt, Secretária da Comissão.

#### Ata da 5ª Reunião Extraordinária

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Associação Comercial e Industrial de Londrina, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Péricles de Mello, Titular e Cleiton Kielse, neste Atto, Titular; Gilberto Martin; Tercílio Turini; Antonio Carlos Belinati, o Senhor Flávio Montenegro Balan, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina e Vereadores: Tio Douglas; Elza Correia e outros vereadores do Município e Região. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, comentando sobre os trabalhos realizados pela CPI e seus objetivos, a importância da participação da sociedade organizada e, na sequência, concedeu a palavra ao Senhor Flávio Montenegro. Após, agradeceu outras autoridades presentes e também a participação dos manifestantes do Movimento "Por Amor a Londrina". Na sequência, fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Douglas Fabrício,

Adelino Ribeiro, Péricles de Mello, Cleiton Kielse, Wilson Quinteiro, Gilberto Martin, Tercílio Turini e Antonio Carlos Belinati e, na sequência, os vereadores: Tio Douglas e Elza Correia. Após, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo o Senhor Carlos Delarrosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região, Sindicam, o primeiro orador. Em seguida, fizeram uso da palavra os Senhores: Osmar Paloco, representando os segmentos da indústria, agricultura e assentados do Município de

Ortigueira; Professor Fabinho, Vereador; Auber Silva Pereira e Jorge Custódio Ferreira, do



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Movimento Popular Contra a Corrupção: Por Amor a Londrina; José do Carmo Garcia, Ex-Prefeito do Município de Cambé; Cláudio Albano Rainieri, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Londrina e André Moreira Aguiar, do Sindicato dos Transportadores de Cargas do Paraná, Setcepar. Encerradas as oitivas, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos seguintes representantes da comunidade local: Luiz Gustavo Pihentz, Engenheiro Civil; Gelson dos Santos, Professor; Marcos Junior Libanio, do Movimento Fora Pedágio do Município de Assaí; Elizeu

Vidotti, Vereador do Município de Cambé e Denildo Dias Alves, do Sintrot. Para finalizar, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Parlamentares para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas tequigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

***Ata da 6ª Reunião Extraordinária***

Aos dezasseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara Municipal de Maringá, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator-Adjunto; Pôrcios de Mello, Cleiton Klese e Jonas Guimarães, Titulares, Dr. Batista, suplente; Enio Verri e os Senhores Ulisses Mala, Presidente da Câmara Municipal de Maringá e Marco Tadeu Barbosa, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Maringá, ACIM. O Senhor Presidente registrou a presença de outras autoridades presentes e comentou sobre a implantação e os trabalhos realizados pela CPI. Após, passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá e na sequência aos Senhores Parlamentares. O Senhor Ulisses saudou aos Deputados e colocou a Câmara de Vereadores à disposição para contribuir com o que for necessário para o sucesso da CPI. Em seguida, o Deputado Dr. Batista mostrou preocupação quanto à grande arrecadação e poucos investimentos em obras. O Deputado Enio Verri parabenizou a iniciativa dos Deputados que compõem a CPI e enfatizou que as mudanças devem ser superiores ao interesse individual. O Deputado Jonas Guimarães comentou sobre a importância dos trabalhos da CPI para que a realidade seja mostrada ao povo do Paraná. Deputado Cleiton Klese enfatizou que foram retirados mais de cento e oitenta quilômetros de obras na região, causando o maior prejuízo perante todos os



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



concessionárias do Paraná. Informou que não existe controle fiscal e para tanto não se sabe exatamente qual é a arrecadação da Concessionária Viapar. Deputado Péricles de Mello enfatizou os objetivos básicos das Audiências Públicas: trazer informações à CPI e à comunidade; ouvir a comunidade e buscar a mobilização, pois somente a força popular pode conduzir a CPI à vitória. Deputado Wilson Quinteiro informou que foi em Maringá que a Justiça Federal concedeu a primeira sentença em favor da comunidade civil pública, suspendendo a cobrança do pedágio no Estado do Paraná e que foi cassada posteriormente. Comentou que deve haver cautela, para que a questão jurídica seja finalizada e, para alcançar uma transformação do pedágio, faz-se necessário defender o povo do Paraná com equilíbrio. Deputado Douglas Fabrício comentou que a população não suporta mais os altos preços dos pedágios e que os objetivos desta Comissão é baixar as tarifas e aumentar as obras. Com a palavra o Deputado Adelino Ribeiro explicou a dificuldade da criação da CPI do Pedágio na Assembleia Legislativa e a falta de investimentos nas rodovias do Estado, ocasionando vários acidentes. Comentou sobre a omissão dos governos anteriores e atual e também do Poder Judiciário. Após, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Marco Tadeu Barbosa que primeiramente, esclareceu que a ACIM não é contra a privatização das estradas. Informou que os Municípios do Interior perdem em vários aspectos em competitividade e entregou aos membros da CPI a revista editada no mês de março que mostra matéria construída com números de todo o Estado sobre o pedágio no Paraná e para finalizar, solicitou resultado da CPI para a referida questão. Após, o Senhor Hélio Costa Curta, membro do Conselho Superior da ACIM, propôs, como medida urgente, a aplicação imediata das terceiras faixas, para desafogar o trânsito e colocou a Associação à disposição para qualquer movimento em prol da melhoria na infraestrutura. Com a palavra o Senhor Arlivaldo Costa Paulo, integrante do Observatório Social de Maringá, informou que o Conselho de Desenvolvimento de Maringá possui uma análise do fluxo de veículos nas praças de pedágio da Viapar e que, a partir de agosto, os diretores da empresa proibiram o repasse dessas informações. Esclareceu que, pela análise efetuada, houve crescimento de 90% de veículos nas praças de pedágios e que seria inaceitável a prorrogação da concessão pelo Governo do Estado do Paraná. Em seguida, o Senhor João Batista Machado Neto, Coordenador do Fórum Nacional dos Transportes, parabenizou e colocou-se à disposição para apoiar e somar à CPI e que o Governo do Paraná delegue ao DER uma fiscalização para se obter o valor real cobrado. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor João Lutz Regiani, Secretário Municipal de Defesa do Consumidor, que enfatizou acreditar nos trabalhos desta CPI e colocou-se à disposição, como Diretor do Proconde Maringá, para produzir uma pesquisa de opinião junto aos consumidores de Maringá e também com os demais 47 Procons do Estado, caso esta Comissão avalie como sugestão positiva. Após, o Senhor Aparecido





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Bianco frisou sobre a ocorrência dos atropelamentos de pessoas que trafegam com bicicletas na cidade de Sarandi. Com a palavra o Senhor Osvaldo Reginatto, do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens - Sindioam, que demonstrou sua indignação, como contribuinte, por não saber onde está sendo aplicado o dinheiro arrecadado e sobre a enganação do vale-pedágio. O Senhor Geacide Souza do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logísticas de Maringá, Setcamar comentou sobre o desocaso que o gestor público teve com o Estado do Paraná, desde a sua implantação do Pedágio e da necessidade de ampliar as discussões para uma renegociação do valor das tarifas. O Senhor Jovân de Oliveira, cidadão maringense, afirmou que o pedágio do Paraná é dos mais caros do mundo e que o contrato não pode ser prorrogado. O Senhor Roberto Peres, representante comercial, mostrou sua indignação quanto ao fato de não se conseguir rever os contratos de pedágio. Em seguida, o Senhor João Batista Lima, cidadão maringense, propôs à CPI a colocação de um painel para se saber quanto é a arrecadação das empresas concessionárias de pedágio. Com a palavra o Senhor Anderson Borri, do Distrito de Iguaçu, que questionou qual é o compromisso que a Viapar tem com a construção da trincheira de acesso ao Distrito de Iguaçu, tendo sido respondido pelo Deputado Nelson Luersen. O Senhor Ronaldo José da Silva, Presidente do Sindicato dos funcionários do Setor Rodoviário, solicitou para que a CPI trabalhe no sentido de que sejam construídas locais de descanso para os trabalhadores de transporte rodoviário. Na sequência, o Senhor Idevaldo, ex-dirigente do Sindicato dos Bancários, comentou que não haverá mais duplicação na concessão da Viapar. O Senhor Antonio Caetano, do Sindicato dos Técnicos Agrícolas argumentou sobre a necessidade de se conseguir com que as propostas atendam a população menos favorecida, razão da existência de ter um poder público constituído. O Senhor Reinaldo Carraca, cidadão maringense, comentou sobre a má distribuição do dinheiro público e sobre o Contorno Norte. O Senhor Marco Antonio Dutra, advogado, enfatizou a necessidade da união e da força da população para baixar o preço do pedágio no Paraná. O Senhor Presidente declarou encerrados os depoimentos e as participações da população, destinando espaço para as considerações finais ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Vereador Ulisses Maize aos Parlamentares presentes na Sessão. O Senhor Ulisses agradeceu à CPI pela oportunidade de acompanhar e apresentar a insatisfação da população com relação à questão do pedágio. Deputado Péricles de Mello agradeceu a receptividade e a dedicação de Maringá na luta para diminuir a tarifa de pedágio. Deputado Clifton Kiesel informou a necessidade da quebra do sigilo bancário e fiscal das concessionárias e solicitou que as Prefeituras e as Câmaras Municipais façam um projeto de aferição das praças de pedágio localizadas em Maringá. Deputado Wilson





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



Quinteiro enfatizou ser necessário estabelecer o equilíbrio para obter a possibilidade das duplicações, e melhora de preço de tarifa. Para concluir, o Senhor Presidente agradeceu a todos pela participação e colaboração com esta Comissão, marcando outra Sessão no Município de Paranavai e no Município de Campo Mourão, no dia 31 de outubro às nove horas e dezessete horas, respectivamente. Nada mais havendo à tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura do presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

### Ata da 7ª Reunião Extraordinária

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Câmara Municipal de Paranavai, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Cleiton Kliese, Titular; Teruo Kato,

Senhores Mohamad Hassan Smali e Claudemir Barini, Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paranavai, respectivamente; Rogério Lorenzetti, Prefeito de Paranavai; Beto Vizzotto, Prefeito de Paraisópolis do Norte e Guto Costa, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Paranavai. O Senhor Presidente anunciou a presença de outras autoridades, e agradeceu a todos. Após, comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e na sequência, passou a palavra aos Senhores Parlamentares: Douglas Fabrício esclareceu sobre os trabalhos realizados e o objetivo da CPI. Deputado Cleiton Kliese comentou sobre o histórico do pedágio; comparativo entre arrecadação e investimento das concessionárias e mortes nas rodovias. Deputado Teruo Kato destacou o prejuízo na região devido ao alto custo das tarifas; valor do pedágio incompatível com os serviços prestados pelas concessionárias e anseio por resultados efetivos desta CPI. A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Mohamad Hassan Smali que evidenciou a necessidade de melhoria na malha rodoviária do Estado; dificuldade de acesso a Paranavai; arrecadação e investimento das concessionárias e valor abusivo das tarifas de pedágio. Após, o Senhor Guto Costa destacou o padecimento da classe empresarial devido ao custo do pedágio e os acidentes nas rodovias. Com a palavra o Prefeito de Paraisópolis do Norte, Beto Vizzotto que explicou sobre: prejuízos ao Estado devido ao pedágio ser dos mais caros do mundo; mortes nas rodovias; trabalhos realizados pela CPI e concedeu sugestões para o relatório final da CPI. O Prefeito de Paranavai, Rogério Lorenzetti comentou sobre a arrecadação do ISSQN; impedimento ao desenvolvimento do Paraná; arrecadação e investimento das



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



concessionárias; projeto de vias paralelas, oferecido à Viapar; acidentes nas rodovias e falta de diálogo com as concessionárias. O Deputado Douglas Fabricio solicitou que seja fornecida cópia do projeto referido pelo Prefeito Lorenzetti. Na sequência, o Senhor Presidente sandou a presença e passou a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro que taceu breve comentário sobre o histórico do pedágio e argumentou sobre a necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio para solucionar a questão do pedágio. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e convidou para a oitiva os Senhores: Ivan Ramos Bernardo, da Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas que defendeu a estatização das rodovias do Paraná e a união dos trabalhadores para acabar com o pedágio no Estado, Alcione Messias de

Jesus que efetuou indagações aos membros da CPI. Auber Silva Pereira, do Movimento Popular Contra a Corrupção por Amor à Londrina comentou sobre a ideia do odôculo para sustação do pedágio no Paraná e a discrepância da margem de lucro das concessionárias. Após, procedeu à leitura do requerimento protocolado na Audiência Pública de Londrina. Senhor Demerval Silvestre, Coordenador da Sociedade Civil de Paranaíba sugeriu a esta Comissão uma reunião com o Governo do Paraná e do Mato Grosso do Sul para discutir a questão da ponte ligando os dois Estados; enfatizou a importância da duplicação da BR-376; a redução do custo do pedágio e a integração com as outras regiões. Professor Fauze Kfoury indagou sobre a questão do pedágio e esclareceu a necessidade de se efetuarem ações concretas de visibilidade. Vereador Claudemir Barini informou que as principais reivindicações dos transportadores é a redução das tarifas de pedágio e a melhoria das condições das rodovias paranaenses e após, solicitou apoio desta CPI para outros recursos necessários para a região. Vereadora Cassilda Marconi registrou a indignação pela ausência dos Prefeitos na audiência, indagou se a concessão e os aditivos concedidos obtiveram a aprovação da Assembleia, tendo sido, na sequência, atendida, pelo Senhor Presidente. Vereador Aldrey Azevedo informou que a modicidade da tarifa pública e a compensação dos serviços ou obras executadas não estão sendo respaldadas no caso específico do pedágio do Paraná e que o contrato pode ser anulado ou revogado pelo Poder Público. O

Senhor Presidente concedeu a palavra a outros representantes da comunidade. Senhor Paulo Roberto Sanita, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais afirmou que deve haver pressão da sociedade e compromisso de quem foi eleito pelo povo: Senhor Antonio Longo, motorista autônomo, comentou sobre a distorção dos valores das tarifas com relação a outros Estados e a falta de estradas alternativas. Senhor Carlinio Mirador, usuário da rodovia, enfatizou a discriminação do Paranaíba e a má localização da Polícia Federal. Senhor Rubens Laureiro, do Movimento Popular Contra a



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



Corrupção Por Amor à Londrina, salientou sobre a disparidade dos valores gastos da Londrina à Maringá e efetuou indagações ao Deputado Wilson Quinteiro, que o atendeu, na sequência. A seguir os Senhores Deputados Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Wilson Quinteiro e o Senhor Claudemir Barini fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Geni do Rocio Pitz, Secretária da Comissão.

#### Ata da 8ª Reunião Extraordinária

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, na Associação Comercial e Industrial do Campo Mourão, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson

Quinteiro, Relator Adjunto; Cleiton Kielse, neste Ato, Titular e os Senhores Ivan Marcelo Chiroli,

Presidente da Associação Comercial e Industrial do Campo Mourão e Rodrigo Salvadori, Vice-Prefeito do Campo Mourão. O Senhor Presidente comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e seus objetivos, a importância da participação da sociedade organizada e na sequência, concedeu a palavra aos Senhores: Deputado Wilson Quinteiro, Ivan Marcelo Chiroli, Cleiton Kielse, Adelino Ribeiro, Rodrigo Salvadori e Douglas Fabrício. Na sequência, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo a Vereadora Nelita Piacentini a primeira oradora, que comentou sobre a concessionária Viapar; a duplicação Campo Mourão a Maringá; a segurança na rodovia e o pronto atendimento e apoio à CPI. Pela ordem, com a palavra o Senhor José Severino Provasi, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Campo Mourão e Região, Sinditac, que explanou sobre o alto valor do pedágio do Paraná; a cobrança indevida do eixo suspenso; a falta da torçora pista e sugeriu o valor ideal a ser cobrado aos caminhoneiros é que a cobrança de pedágio ocorra apenas em pista duplicada. Após, o Senhor Jurandir Ferreira, representante do Rotary Club de Mamborê, esclareceu sobre o prejuízo do Município em relação ao pedágio; o alto índice de acidentes; a falta de duplicação nas rodovias; a concordância do Poder Público e o apoio à CPI. O Senhor José Nelson Botega, Presidente do Observatório Social de Campo Mourão, questionou o Deputado Douglas Fabrício sobre a instalação da CPI, tendo sido atendido e, em seguida, comentou sobre a falta de duplicação das rodovias; o cupom fiscal e a falta de informação



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



quanto à arrecadação das concessionárias e, para finalizar, cobrou resultados desta Comissão. O Senhor Presidente deu por encerradas as oitivas concedendo, na sequência, a palavra ao Senhor Renato Fernandes Silva Junior, Presidente da OAB de Campo Mourão, que enfatizou sobre o prejuízo que a Viapar deu ao povo do Paraná. O Senhor José Carlos Barboni, Coordenador Regional da SANEPAR em Campo Mourão, afirmou acreditar nos trabalhos da CPI, ressaltou o direito constitucional de ir e vir e as dificuldades decorrentes do pedágio. O Senhor Marceles Maschioletto, da Empresa Unimake, lamentou a falta de investimento no Estado devido ao custo pedágio e efetuou questionamentos, no que foi atendido pelos Deputados Nelson Luersen e Cleiton Kleise, tendo este, efetuado suas considerações finais, seguidos pelos Parlamentares: Adelfino Ribeiro, Douglas Fabrício e Nelson Luersen. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que fique assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

***Ata da 9ª Reunião Extraordinária***

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às doze horas, na Câmara Municipal de Ponta Grossa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kleise, neste ato, Titular e o Senhor Allei Machado Bark, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a presença de outras autoridades e após, passou a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse suas considerações. O Senhor Allei agradeceu a presença da Comissão e esclareceu a importância de proporcionar o debate sobre o tema pedágio, colocando a Câmara Municipal à disposição da CPI. O Senhor Presidente comentou sobre os trabalhos realizados por esta Comissão e os seus objetivos, concedendo na sequência, a palavra aos seguintes Parlamentares: Nereu Moura, Cleiton Kleise, Péricles de Mello e Douglas Fabrício. Após, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo o Dr. Osvaldo Sowak, Procurador da República do Município de Ponta Grossa o primeiro orador. O Senhor Procurador explicou sobre: a falta de conhecimento, por parte da população, do contrato do pedágio; a falta de esperança na solução do problema; excesso de poder do atual Diretor do DER, Nelson Leal Junior; proximidade do atual Governo e base governista da Assembleia Legislativa com as concessionárias e falta de respaldo do Poder Judiciário; lucro



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



excessivo das empresas; cancelamento do contrato; falta de duplicação das estradas e preocupação com o Relatório Final da CPI. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Douglas Fabrício, citado pelo Senhor Procurador, tendo sido esclarecido, na sequência. Pela ordem, com a palavra a Senhora Ana Lucia Bacon, Coordenadora do Movimento Popular Fim do Pedágio de Jacarezinho, que ressaltou o direito de o eleitor cobrar o seu representante e a luta pela sociedade justa e democrática, comentou sobre o modelo inverso do pedágio nos países europeus; a legalidade e imoralidade do pedágio do Município de Jacarezinho e a falta de critério na cobrança das tarifas e do controle público. A seguir, o Senhor Edis Luiz Moro Conche, representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Ponta Grossa, Sindiponta, expôs sobre o lucro excessivo das concessionárias de pedágio; a confiança nos trabalhos da CPI; a não prorrogação dos contratos; a necessidade de liderança constituída; a cobrança indevida dos eixos suspensos; a propaganda enganosa do Estado e apoio à Comissão. Após, o Senhor Carlos Roberto Dellarosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região, ressaltou que os eixos suspensos não devem ser cobrados, os contratos devem ser sustados; e que a CPI represente o desejo da população com relação ao tema pedágio. O Senhor Presidente deu por encerrada as oitivas concedendo, na sequência, a palavra ao Senhor Sergio Leopoldo, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa. O Senhor Sergio enfatizou a necessidade da força conjunta da comunidade e sociedade organizada para auxiliar nos trabalhos da CPI e indagou ao Deputado Péricles de Mello sobre o caminho a ser usado por esta Comissão, no que foi atendido. A seguir, com a palavra os representantes da comunidade: Senhor Auber Silva Pereira, do Movimento Popular Contra a Corrupção: Por Amor a Londrina que, esclareceu haver solução para o problema com a sustação do pedágio e procedeu à leitura do aditivo do requerimento realizado na Audiência Pública no Município de Londrina. Senhor Rubens Loureiro, do Movimento Popular Contra a Corrupção: Por Amor a Londrina comentou sobre as vidas perdidas nos acidentes; a intenção de renovação dos contratos, por parte das concessionárias e enfatizou que a presença do Movimento nas Audiências foi com recursos próprios. Senhor Waldir de Mário, empresário do segmento de transportes, sugeriu que a CPI acompanhe a pericia técnica, nos casos de acidente graves, para responsabilizar, se houver falha, a concessionária; alterar o projeto da Avenida Ernesto Vilela e que o poder das Concessionárias seja retirado por quem o concedeu. Senhor Reinaldo Mendes, Presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Ponta Grossa comentou sobre o Projeto de Lei, aprovado, que concedeu o direito aos estudantes a meia entrada do pedágio e que não há fiscalização para que ela seja respeitada. Senhora Gisela Bombieri, moradora local que questionou se a CPI fez o levantamento do gasto do dinheiro público investido





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



antes da concessão e qual o motivo dos carros oficiais serem isentos do pedágio, Senhor Kennedy de Oliveira, militante do Partido Socialista e Liberdade solicitou mais respeito ao direito de voz e o fim do pedágio. Como último participante, o Vereador Antonio Aguiar Ferreira Batista sugeriu a sustação do contrato e a encampação das praças de pedágio pelo Governo do Estado e que a CPI desempenhe um bom trabalho ao povo paranaense. A seguir os Senhores Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello, Douglas Fabrício e Nelson Luersen fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Geni do Rocio Filtz, Secretária da Comissão.

**Ata da 10ª Reunião Extraordinária**

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Câmara Municipal de Guarapuava, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelfino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Péricles de Mello, Artagão Junior, Nereu Moura e Bernardo Ribas Carli, Titulares; Cleiton Kielse, Suplente e o Senhor Edony Antonio Kluber, Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava. O Senhor Presidente anunciou a presença de outras autoridades, e agradeceu a todos. Após, comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e na sequência, passou a palavra ao Senhor Edony Antonio Kluber que comentou sobre: a importância do referido evento para se obter maiores esclarecimentos a respeito das concessões de rodovias; aumento do número de acidentes no trecho Três Pinheiros - Relógio; duplicação da rodovia; prejuízo no setor produtivo e moção de apoio de todos os Vereadores à CPI. O Senhor Presidente agradeceu e passou a palavra aos Senhores Parlamentares: Artagão Junior; explicou sobre o objetivo desta Audiência Pública; modelo de licitação e histórico do pedágio; degrau tarifário; cupom fiscal; fluxo de veículos e acordo do Governo com as Concessionárias. Bernardo Ribas Carli; destacou as obras retratadas, a necessidade da duplicação da Rodovia até o trevo do Relógio e a importância da participação da sociedade. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e após, passou a palavra ao Deputado Nereu Moura, que fez comentários sobre a condução política do pedágio, ações no Poder Judiciário e o papel da CPI. Cleiton Kielse; pontuou sobre a implantação da CPI na Assembleia; acordo com o Governador atual e valores de arrecadação e de investimentos. Adelfino Ribeiro; comentou sobre a função do legislador, guiado pela





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



duplicação do trecho Matilândia a Medianeira, retirada de obras e prejuízo ao cidadão paranaense. Péricles de Mello: enfatizou a importância da mobilização da sociedade; pareceres dos Tribunais de Contas da União e do Estado; comparação do pedágio do Paraná com outras concessões de rodovias realizadas no Brasil e a suspensão da ação de anulação dos editais pelo Governo do Estado. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o Dr. Bernardo Fazolo, Juiz de Direito, para compor a Mesa e após, passou a palavra ao Deputado Douglas Fabricio. O Deputado esclareceu sobre a responsabilidade do representante eleito pelo povo; valor arrecadado pelo Governo Federal; papel da CPI e politização do tema pedágio. O Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Airson Horst, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava. O Vereador reforçou a importância da CPI; o alto custo do pedágio e aprovação do requerimento para formação da Comissão Especial para acompanhar a CPI. Tomou a palavra o Senhor João Cavaliheiro, representante do Sindicato das Transportadoras Autônomas de Carga de Guarapuava e Região, Sindicato, que evidenciou o prejuízo ao usuário devido o alto custo das tarifas, a necessidade de devolver as estradas ao Estado e a esperança nos resultados desta Comissão. Após, o Senhor João Cesar Pacheco Agnez, da Coordenadoria Regional da FIEP, explicou sobre o modelo de concessão, papel da Assembleia Legislativa, perda de competitividade, controle dos custos do pedágio e a importância da CPI. Após o Vereador Cleto Tampanini informou sobre o requerimento encaminhado às concessionárias Ecocatarras e Caminhos do Paraná e a consequente discussão sobre a infraestrutura do Município na Comissão de Assuntos Relevantes, moção de apoio da Comissão e apoio à CPI do Pedágio. Com a palavra o Dr. Jean Ricardo Nicareta, médico, que iniciou a oitiva com auxílio de slides, e enfatizou sobre as seguintes questões: número de óbitos no Hospital São Vicente, em Guarapuava; falha na estatística apresentada pelas concessionárias; necessidade de levantamento, pela CPI, do número de óbitos em outros hospitais e falha no atendimento pré-hospitalar. Para finalizar, o Dr. Jean apresentou sugestões à CPI para que o direito à vida seja preservado. Em seguida, os Deputados Cleiton Kiehl, Nelson Luersen, Adellno Ribeiro e Artagnão Júnior teceram comentários a respeito da explanação do Dr. Jean e após, com a palavra o Vereador Milton de Lacerda. O Vereador comentou sobre o prejuízo causado ao consumidor final, a utilização dos dados apresentados na Comissão de Assuntos Relevantes e otimismo nos resultados desta CPI. A seguir, o Senhor Valdevino Batista Estefangs, caminhoneiro, explicou sobre a esperança depositada nesta Comissão, a suspensão de eixos e o alto custo nas tarifas. Com a palavra o Senhor Anderson Luis Neltke, Secretário Municipal de Finanças, sugerindo que, em conjunto com os Municípios, seja fiscalizado o número de veículos e que os Municípios que contêm as praças de pedágio implementem uma legislação de implantação da emissão do cupom fiscal. Após, o Senhor José Neri Mendes,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



proprietário da terra à beira da rodovia, relatou sobre a pressão recebida pelo fiscal da concessionária Caminhos do Paraná. Com a palavra a Senhora Juclmara, moradora do Município, que efetuou questionamentos, no que foi atendido pelo Deputado Nelson Luersen. A seguir, o Senhor Edony Antonio Kluber e os Deputados Cleiton Klese, Párcios de Mello, Bernardo Ribas Carli, Artagão Junior, Douglas Fabricio e Nelson Luersen fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Importante anotar, ademais, que nem todas as deliberações desta Comissão Parlamentar foram cumpridas. Aprovou-se, por exemplo, em sessão, a oitiva de algumas autoridades e cidadãos que, por falta de prazo hábil, acabaram não sendo ouvidos. O próprio Diretor do DER, Nelson Leal Jr, maior interessado em ver esclarecidas todas as denúncias, olvidou-se de comparecer a última reunião alegando estar em férias.

## **2. As investigações precedentes**

### **2.1. Introdução**

Como foi anunciado anteriormente, trata-se da terceira investigação desta Assembleia Legislativa sobre o tema das concessões de rodovias no Estado do Paraná. Apesar de terem sido constituídas em contextos políticos diferentes, as conclusões e situações jurídicas são basicamente as mesmas e não podem ser desconsideradas e nem superadas por esta CPI, salvo no que tange à descoberta de fatos e denúncias novos. Por tal razão, passa-se a fazer de forma muito



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



resumida menção ao objeto, conclusões e encaminhamentos das investigações precedentes.

#### 2.2. A CPI de 2003: objeto e conclusões

A CPI de 2003 foi proposta conjuntamente pelos Deputados Neivo Beraldin, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Delegado Braddock, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Elza Correia, Mauro Moraes, Augustinho Zucchi, Padre Paulo, Antonio Annibelli, José Maria Ferreira, Carlos Simões, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Natália Stica, Ângelo Vanhoni, Ratinho Junior, Hermes Fonseca, Elton Welter, Francisco Buhrer, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, André Vargas, Nereu Moura, Dobrandino da Silva, Waldir Leite, Alexandre Curi, Artagão Junior, Ademir Bler e Arlete Caramês.

O objeto da investigação recaiu, principalmente, sobre o seguinte

aspecto: *investigação sobre possíveis irregularidades nos procedimentos de Concessão, Privatização, Pedágio e Contratos das rodovias estaduais e federais que cortam o Estado do Paraná.* Assentou-se, ainda, que a atividade de investigação, além, daquelas finalidades diretamente relacionadas com o objeto apontado no requerimento de abertura da CPI, deveria, de forma reflexa, também (a) analisar até que ponto o preço do pedágio causa impacto na economia estadual, (b) estudar se o pagamento do pedágio, e a consequente conservação das rodovias, representam economia na manutenção de frotas e ganhos aos transportadores, (c) verificar se a privatização das rodovias implicou diminuição de mortes nas estradas, (d) inspecionar se os planos de conservação, serviços etc., previstos nos contratos de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



concessão, estão sendo cumpridos e (e) pesquisar se os impactos (positivos e negativos) para o Estado do Paraná na hipótese de um eventual rompimento contratual do Poder Concedente com as concessionárias.

Naquele momento a CPI de 2003 chegou às seguintes conclusões:

A) Nada obstante a existência de debates judiciais no que pertine ao tema da legalidade das concessões de rodovias no Estado do Paraná, os contratos e respectivas execuções encontram-se revestidos de plena legitimidade jurídica. A CPI não identificou irregularidades contratuais que pudessem macular o processo, podendo se afirmar, após esse trabalho profundo de análise do processo de concessões rodoviárias do Paraná, que os contratos que o regem encontram-se isentos de falhas e, deste modo, consoantes com o ordenamento jurídico em sua forma, conteúdo e execução.

B) É criticável a postura política dos Governos anteriores, que promoveram uma restrita discussão do modelo de concessão que se adotou. Referido modelo, por certo, não pode ser revisto de modo vasto pois, além de muito amplo, concentrou no início do programa a maior parte dos investimentos e melhorias, o que deixou, para o contexto atual e governos posteriores, uma margem muito pequena de negociação de obras, serviços e tarifas. Além disso, o modelo implantado no Paraná, devido às suas exigências contratuais, possui um custo operacional elevado. Embora tal não represente ilegalidade, isto decorre do modelo e de sua forma de implantação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

C) Durante os trabalhos desta Comissão foi verificado que os contratos de concessão são detalhados e apresentam, tanto para as Concessionárias quanto para o DER/PR e o Estado do Paraná, uma série de Direitos e Obrigações. Pela análise dos documentos apresentados e em função dos depoimentos prestados a esta CPI podemos concluir que as Concessionárias vêm cumprindo as suas obrigações pactuadas nos respectivos Contratos e Aditivos Contratuais. Apesar disso, foram verificadas falhas de atuação do DER/PR no tocante os aspectos de formalização de solicitações encaminhadas pelas Concessionárias, sejam referentes a questões já previstas nos contratos ou não. Dentre elas, cite-se a questão da (a) falta de repasse das multas por excesso de peso, (b) as solicitações de réequilíbrio econômico financeiro, (c) omissão nas análises dos cálculos dos reajustes anuais e (d) o atendimento ao pedido de autorização de revisão de tarifa em função de conclusão de obras de duplicação.

D) No que tange aos valores da tarifa, constatou-se que apesar de elevado, o valor é juridicamente legítimo. O Governo do Estado do Paraná, no momento da definição das condições do edital, optou pela adoção de uma tarifa básica por quilômetro, tendo em vista a forma de arrecadação definida (por barreiras), sendo que a tarifa de cada praça de pedágio derivaria de cálculo levando-se em conta a cobertura da referida praça. As tarifas, portanto, não se encontram ao arbítrio das Concessionárias, mas foram inicialmente fixadas pelo Poder Concedente. A forma de definição do valor é discutível, visto que seu critério de mensuração, à época, baseou-se nos dados existentes, levantamentos de tráfego do DER e DNER, que não eram numerosos e nem muito consistente, e por isso foram complementados com pesquisas de tráfego efetuadas pelo Governo e pelo Consórcio Cogito-Engafoto, vencedor da licitação para o estudo de viabilidade do Anel de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Integração. A partir desse dado e dos volumes de investimentos e custos operacionais, subordinados à uma TIR (Taxa Interna de Retorno) pré-definida, apurou-se o VPL (Valor Presente Líquido) e, desses cálculos, a tarifa inicial. Portanto, considerando-se tais variáveis, a tarifa praticada espelha o resultado e define a equação que foi apresentada aos licitantes e que é o substrato dos contratos de concessão. Em que pese essas dificuldades de origem, o resultado alcançado é justificável, visto que estudos apresentados não decorrer da presente investigação, demonstraram que o valor então fixado inicialmente resultou inferior às tarifas praticadas nas rodovias sob concessão federal, como também às do programa estadual de São Paulo. Em relação ao programa do Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo considerando as tarifas dos veículos comerciais os valores do Paraná apresentaram-se ligeiramente superiores. Cabe, porém, destacar que os contratos do Rio Grande do Sul estabelecem níveis de investimentos e de prestação de serviços inferiores aos dos demais programas, inclusive do Paraná. Definida a tarifa inicial, o critério de reajuste é bastante claro, tratando-se apenas da aplicação de fórmula constante do contrato de concessão e que visa apurar a influência de diversos índices de reajustamento de insumos e de preços, apurados por instituição idônea, a FGV (Fundação Getúlio Vargas). Em que pese a complexidade, referida fórmula aparentemente cumpre o seu papel de trazer a tarifa à realidade, compensando os aumentos de custos das Concessionárias, sendo de aplicação direta e desprovida de elementos subjetivos ou dúbios possam lhe retirar a objetividade. As tarifas praticadas, conseqüentemente, são o resultado direto de uma definição inicial, que resultou em valor compatível com os demais programas de concessão rodoviárias em curso, e da aplicação de uma fórmula objetiva.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

E) No que tange ao lucro das concessionárias e a definição da TIR (Taxa Interna de Retorno), a CPI de 2003 concluiu não existir qualquer irregularidade, estando ambos compatíveis com os riscos e a atratividade exigidos para projetos de infraestrutura similares.

F) No que tange à possibilidade de redução de tarifas, tal possibilidade passa pela reavaliação total dos contratos de concessão, sendo que a fase atual dos mesmos já ultrapassou grande parte dos investimentos. Como o cronograma de investimentos, por definição do Poder Concedente, concentrou grande volume de obras de início e no final dos contratos, as concessionárias já realizaram volume significativo das mesmas. Com isso, o que se recomenda, para efeito da redução de tarifas, é a negociação entre o Governo do Estado e as Concessionárias, eis que é o único mecanismo em que se pode ponderar os investimentos já realizados e os empréstimos contratados para compatibilizá-los aos interesses primários do Estado do Paraná. Nesse aspecto, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão pode ser preservado mediante alterações nas obrigações dos contratos de concessão ou mediante assunção de obrigações das Concessionárias com terceiros, desde que logicamente aceito por estes.

G) Sobre a possibilidade de encampação, a CPI concluiu que, embora juridicamente autorizada, é preciso ponderar que se trata de ato que deverá ser precedido de autorização legislativa específica. Ademais, em face da delegação das rodovias federais ter condicionado sua validade à exploração mediante concessão, fica fora de dúvida que o Estado do Paraná, após eventual encampação, não poderá, assim, explorar diretamente este serviço. Haverá, portanto, que delegar o serviço ou ao DER (autarquia estadual), o que seria questionável, ou haveria de se criar uma sociedade privada (possivelmente sociedade



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



de economia mista) para este fim (o que também demandaria autorização legislativa específica e consequentes dotação orçamentária e posterior organização material). Não se pode olvidar, de igual forma, que o Estado, antes de proceder à encampação, deverá buscar autorização para inclusão das receitas decorrentes do pedágio na lei orçamentária, o que implica dizer que, na hipótese de concretização da retomada do serviço pelo Estado, a cobrança do pedágio não poderia ocorrer no imediato período financeiro. Ademais a encampação, por decorrência de sua delimitação legal e até mesmo contratual, deve ser precedida da indenização das concessionárias. O montante, que certamente será controverso, determinará, por certo, a deflagração de disputas judiciais que poderão travar os interesses imediatos do Governo do Estado, gerar a paralisação dos serviços e, durante a disputa, determinar prejuízos para a população. Finalmente deve-se levar em conta que, ao que tudo indica, a encampação deverá ser precedida de anuência do Governo Federal, que intervém nos contratos na qualidade de anuente, até porque eventuais reflexos financeiros poderão afetar sua decisão. Note-se, aliás, que a encampação poderá determinar um estado de inadimplemento das concessionárias perante o BNDES, o que deverá gerar prejuízos diretos e indiretos à União,

Após tais conclusões, apresentadas de forma resumida, a CPI de 2003 exarou as seguintes recomendações:

**5.2 Recomendações**

5.2.1. Deve ser agilizada a negociação contratual entre Poder Concedente e Concessionárias, com a necessária participação do Governo Federal, tendo-se em conta a qualidade dos serviços, sua

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

correspondente remuneração e o valor da tarifa. A exigência legal da participação do Governo Federal decorre dos Convênios firmados entre União e Estado, sendo que a maioria das rodovias do anel de Integração do Paraná pertence à União.

5.2.2. Esta CPI recomenda que, de imediato, proceda-se, pelo Poder Concedente em conjunto com o Governo Federal, competente estudo que possa avaliar a adequação da tarifa vigente face os termos contratuais e o modelo de concessão eleito, bem como o seu impacto no preço final dos produtos transportados. Esse estudo poderá ser realizado com a colaboração de organismos científicos e independentes. Haverão de ser considerados, para fim desse estudo, todos os elementos legais e contratuais, os estudos e avaliações já existentes e as hipóteses levantadas pelos Senhores Deputados membros desta CPI e outros que poderão surgir no decorrer das análises. Esse estudo poderá ter o acompanhamento do Legislativo através de Comissão Específica.

5.2.3. Sugere, também, esta CPI, que o Governo do Estado atue conjuntamente com o Governo Federal de forma a implantar e fazer funcionar o Vale-Pedágio, realizando, ademais, a implantação de formas de fiscalização e concessão de incentivos fiscais, como condição necessária para a plena eficácia do Vale-Pedágio. Deverá o Governo do Estado exigir das Concessionárias total empenho para que a medida funcione e garanta a desoneração dos caminhoneiros e transportadores em relação ao pagamento do pedágio.

5.2.4. O Governo do Estado do Paraná deve adaptar sua legislação tributária de modo que o valor gasto pelos transportadores com o pedágio deixe de compor a base de cálculo utilizada para apuração do valor do ICMS. Assim, deverá realizar estudos de viabilidade de concessão de crédito / descontos para determinados produtos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



5.2.5. Deverão ser realizados estudos de viabilidade de concessão de tarifa diferenciada para o transporte de calcário e para caminhões que trafegarem vazios, como forma de minimizar os graves problemas vividos pelos caminhoneiros e transportadores de cargas.

5.2.6. Como forma de minimizar os graves problemas vividos pelos caminhoneiros e transportadores de cargas, deverão ser realizados estudos sobre a viabilidade de concessão de créditos/descontos no pagamento do IPVA, com o intuito de minimizar o impacto tributário neste setor.

5.2.7. Esta CPI recomenda seja iniciado o processo de criação da Agência Reguladora de Concessões Rodoviárias do Estado do Paraná, com a função básica de regulamentação das Concessões no Estado do Paraná. Recomenda-se que as funções de Regulamentação e Fiscalização sejam totalmente dissociadas e realizadas por estruturas diferentes. Assim, ante a necessidade de se cuidar do fiel cumprimento dos contratos, com especial atenção voltada para os interesses dos usuários, recomenda-se que a Agência tenha sua estrutura e funcionamento autônomos, não havendo subordinação direta ao Executivo.

5.2.8. Há que se definir uma política ampla, séria e coerente para a atuação futura do DER, que reconheça e aproveite a larga experiência deste Órgão e de seus técnicos, com um plano de carreira para seus funcionários e a definição, por parte do atual Governo, das atribuições que se esperam deste Órgão, além de uma maior dedicação orçamentária do Estado ou mesmo busca de linhas de crédito como requisito necessário para o regular cumprimento de suas atividades.

5.2.9. A CPI recomenda sejam envidados esforços para a imediata nomeação da Comissão Tripartite, que vinha anteriormente cumprindo regularmente suas funções.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

5.2.10. Que o Governo do Estado e, posteriormente, a Agência Reguladora Estadual do setor, adotem medidas de implantação de sistema de câmeras em todas as rodovias concedidas, conferindo aos usuários do sistema informações e segurança.

5.2.11. Que sejam implantados, o mais breve possível, sistemas eficientes de controle de velocidade dos veículos bem como de pesagem.

5.2.12. Que sejam realizados estudos pelas partes envolvidas no Programa de Concessão para, a curto prazo, mitigar e, a longo, solucionar os problemas relativos às filas no Porto de Paranaguá.

5.2.13. O Governo do Estado deverá analisar todos os aspectos envolvidos e consequências na hipótese de encampação, em especial a motivação desta medida e o respeito aos custos envolvidos com o pagamento prévio das indenizações aos Concessionários, avaliando, ainda, seus impactos socioeconômicos ao Estado e Municípios, em especial os impactos do não recolhimento do ISS e a redução de empregos, e a continuidade da prestação dos serviços aos usuários.

5.2.14. Recomenda-se, também, que em face da maior parte das rodovias pedagiadas no Paraná serem federais, nada obstante delegadas ao nível regional, que o Governo local envie esforços para envolver a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres na solução de eventuais problemas e controvérsias neste setor, mormente tendo em vista os dispositivos legais de criação daquela Agência que lhe atribuíram responsabilidades como órgão regulador da atividade de exploração da infra-estrutura rodoviária no país, inclusive com poderes de avocação das rodovias federais já delegadas a alguns estados, devendo, entre outras atividades, compatibilizar a tarifa do pedágio com as vantagens econômicas e o conforto de viagem, mediante, por exemplo, o estabelecimento de subsídios ou benefícios fiscais federais.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



5.2.15. Sugere-se que o Estado do Paraná proceda a estudos no sentido de viabilizar política de recuperação da malha ferroviária como alternativa de escoamento dos produtos de baixo valor agregado.

**2.3. A CEI de 2007: objeto e conclusões**

A CEI de 2007 foi proposta pelo Deputado Fabio Camargo. O objeto específico era investigar a legitimidade do valor da tarifa do pedágio no Paraná. Neste momento, a ALP pressupunha que os contratos eram legítimos, até mesmo em respeito à CPI de 2003 e às inúmeras decisões judiciais neste sentido. Assim, não caberia mais investigar o contrato, em si, e seus aditivos, mas apenas a justiça do valor das tarifas, tentando criar um ambiente propício para a negociação entre as concessionárias e o poder concedente. Descartou-se, portanto, qualquer possibilidade de ALP propor uma saída que implicasse em manipulação de vias judiciais (nenhuma havia dado certo) ou de encampação.

Neste quadro, a CEI de 2007 concluiu que as tarifas eram legítimas, porém elevadas e injustas. Sugeriu-se, então, que Poder Concedente e concessionárias buscassem um entendimento pela via da negociação e que referida negociação poderia ou deveria comportar debate em relação aos seguintes pontos –

"-Revisão da Taxa Interna de Retorno:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Quando da concepção do modelo das concessões que seriam implantadas no Paraná o contexto econômico do país era muito diverso do atual. De acordo com as informações trazidas à CEI, o Risco Brasil ultrapassava a casa dos 4.000 pontos; hoje está na casa dos 170 pontos. Ademais, inexistiam, na época, marcos regulatórios claros no setor de concessão de rodovias. Diante deste quadro o próprio Ministério dos Transportes recomendava e utilizava uma TIR de 22% aa. Nas concessões em vigor no Estado do Paraná a TIR varia, de acordo com os contratos, entre 17 a 20%. O novo contexto econômico do Brasil pode permitir, ao que tudo indica, uma revisão consensual da taxa interna de retorno.

**- Extensão do prazo da concessão:**

O prazo das concessões das rodovias que participam do Anel de Integração do Paraná é de 24 – vinte e quatro – anos. Como se expôs anteriormente, o prazo da concessão é uma das peças importantes para a composição tarifária. Dentre diversos elementos considerados, a relação entre período de concessão e projeção de tráfego para este período é que permite a fixação de tarifas mais elevadas ou mais baixas. Afinal o prazo dá indicativo de previsão para a amortização dos investimentos realizados.

Nesta seara todos os depoimentos que abordaram esta questão foram convergentes no sentido de reconhecer que a expansão do prazo contratual pode ser uma saída viável para a redução tarifária.

**- Revisão de obras e serviços:**

Os custos com obras e serviços, como já foi apontado, integram a composição tarifária. O programa de concessão de rodovias no Estado do Paraná, também de acordo com a opinião de todos os depoentes, foi bastante ousado, prevendo inúmeros serviços e obras. Esta "ousadia",



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



conquanto capaz de gerar muitos benefícios aos usuários, tem o seu custo. É este custo, reitera-se, projeta-se para as tarifas.

Com tal premissa não é de descartar como possibilidade viável para a redução das tarifas a desoneração da realização de obras e serviços que não sejam considerados essenciais.

- Redução e/ou isenção tributária:

Na mesma linha da solução anterior, sabe-se que os gastos com tributação também integram as planilhas de custos consideradas na formação da base tarifária.

Evidentemente que a redução ou isenção de tributos estaduais e municipais (tais como ICMS, ISS e taxas estaduais) pode determinar a redução das tarifas.

- Criação de novas praças de pedágio:

Em sua explanação perante a CEI, o Diretor Regional da ABCR levantou uma possibilidade de redução do valor das tarifas que não havia sido aventada, até então, por nenhum outro depoente.

Referida solução diz respeito ao aumento da base de pagantes através da criação de novas praças de pedágio. De acordo com João Chiminazzo: *Se nós conseguíssemos negociar com o DER e colocar uma praça de pedágio, por exemplo, entre o Jardim Botânico e o contorno rodoviário, pronto, a tarifa cairia vertiginosamente, pois a base de pagantes aumentaria e o equilíbrio econômico-financeiro poderia ser mantido. Esta hipótese deveria ser pensada individualmente, lote por lote, estudando onde isso seria cabível. Cada lote é diferente, uma situação diferente, mas eu acho que vamos chegar a essa negociação caso a caso.*

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****- Federalização das concessões:**

A federalização das concessões foi aventada por alguns depoentes. Diante das dificuldades de um caminho para negociação no Estado do Paraná, sugeriu-se, em alguns momentos, que o Governo Estadual denunciasse as delegações administrativas para exploração das rodovias e devolvesse o problema e a negociação para o nível federal.

Tal solução, so que parece, não representa uma garantia de diminuição de tarifa mas, apenas, um deslocamento do foro de negociação. Esta solução, no momento, quicã deva ser descartada diante da boa vontade demonstrada pela Administração Pública em estabelecer o diálogo com as concessionárias.

- Considerando tudo o que se relatou esta CEI recomenda que o Governo do Estado do Paraná e as concessionárias, individualmente, de forma direta ou sob a intermediação desta Assembleia Legislativa, iniciem processo aberto de negociação visando a redução das tarifas de pedágio. Esta solução apontou-se, no entendimento da CEI, como o caminho mais viável para a revisão tarifária mormente em se considerando o insucesso das dos meios que vêm sendo utilizados. Tal processo de negociação deverá levar em consideração as sugestões de "pautas negociáveis" apontadas nesta conclusão, além de outros que aparecerem no decorrer dos diálogos.

Sugere-se, ademais, que na hipótese já aventada pelo próprio Governador do Estado das negociações serem intermediadas por esta Assembleia Legislativa, que tal processo seja conduzido pela Mesa Executiva da ALP".



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Percebe-se, como se disse anteriormente, que CEI de 2007 restou focada apenas no aspecto da tarifa.

### 3. A CPI de 2013/2014

#### 3.1. Introdução

Em diversos depoimentos tomados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito afirmou-se que o ponto de partida para a compreensão do estágio atual do sistema de pedágio das rodovias paranaenses consiste na análise do histórico contratual que, em alguns momentos, sofreu interferências políticas perniciosas, ora no Governo Jaime Lerner - com redução de tarifas que deram ensejo ao nascimento de aditivos e diversos debates judiciais - ou ora no Governo Requião - com retirada e remanejamento de obras para diminuir ou manter o valor do pedágio.

Chegamos ao fim dos trabalhos da CPI do Pedágio e é necessário fazer algumas considerações. A CPI trabalhou durante cinco meses, com grandes dificuldades, sem a melhor equipe de profissionais técnicos (advogados, engenheiros, contadores), para analisar na profundidade desejada o emaranhado de documentos e fatos que marcaram os mais de quinze anos de concessão das rodovias paranaenses.

As limitações de tempo e de falta de estrutura da CPI do Pedágio somaram-se à má vontade do governo em colaborar com os trabalhos. Restam, assim, algumas questões ainda não explicadas. É dever do Legislativo exigir que as explicações concernentes sejam fornecidas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

As recomendações do TCU, em seu acórdão de fevereiro de 2012, estipulando um prazo de 360 dias para que o governo estadual revisse os contratos, até hoje não foram cumpridos, mais de 800 dias depois. Na verdade, o governo estadual utilizou o acórdão como alibi para contratar, sem licitação, as auditorias da Fia e da Fipec, a um custo de R\$ 4,5 milhões e que ainda não resultaram em nada de concreto.

O governo Beto Richa, a pretexto de possibilitar negociações com as concessionárias, suspendeu todas as ações do Estado contra elas. Entre as principais ações, a que pedia a anulação dos Termos Aditivos de 2000 e de 2002 é a que denunciava a troca da TIR de projeto pela TIR de financiamento, quando havia grandes possibilidades de vitória judicial do Estado. Três anos depois, as negociações ainda não produziram qualquer resultado.

Por outro lado, o governo estadual dispõe de mais de três anos para negociar com as concessionárias um acordo que beneficiasse os usuários das rodovias, e ainda não se tem uma conclusão acerca dessas negociações. O governo, além de contratar duas auditorias no valor de R\$ 4,5 milhões, dispõe da equipe do Departamento de Estradas de Rodagem-DER e toda uma gama de técnicos qualificados. Quanto às concessionárias, agem profissionalmente para garantir aquilo que consideram seus direitos.

Apesar das dificuldades, a CPI avançou e muito. É importante destacar que a CPI obteve informações que até agora eram desconhecidas, inclusive da CPI anterior de 2003, como a contratação pelo governo Jaime Lerner, de uma empresa para fazer os estudos de implantação do pedágio.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Também é importante ressaltar a nova conjuntura em que foi criada e funcionou a atual CPI. Em fevereiro de 2012, um acordo do Tribunal de Contas da União-TCU estabeleceu o prazo de 360 dias para que o governo estadual promovesse o reequilíbrio do contrato. A abertura do processo de auditoria junto ao TCU decorreu de requerimento formulado pela então Senadora Gleisi Hoffman. Por sua vez, o Tribunal de Contas do Estado-TCE, está realizando auditoria em dois dos lotes sob concessão, tendo apresentado relatório preliminar. Até o presente momento não houve qualquer recomendação do plenário do TCE quanto ao resultado deste trabalho.

Hoje temos as novas concessões federais, baseadas em concepção de novo modelo de negócio, possibilitando, com isso, a cobrança de tarifas menores em relação àquelas cobradas no Paraná.. Houve igualmente uma manifestação do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura-CREA e do Sindicato dos Engenheiros, questionando o relatório apresentado pela comissão tripartite constituída pelo governo estadual (governo, concessionárias e sociedade civil).

Faz parte dos resultados positivos da CPI a formação de uma força-tarefa do Ministério Público Federal para analisar o pedágio paranaense. Os procuradores elaboraram um relatório preliminar que foi apresentado a esta Comissão após o conclusão das sessões ordinárias.

É necessário, porém, avançar mais e prosseguir na evolução das negociações para que se obtenha um resultado favorável ao povo







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



iniciativas consideraram os contratos originais como fato consumado. Limitaram-se a atribuir às alterações sofridas pelo contrato original a fonte de todo o mal, como se essas alterações maculassem os contratos originais, e não que fossem sua continuação lógica. A licitação feita pelo então governador Jaime Lerner e os contratos originais firmados com as concessionárias compreendem a origem dos problemas.

Esta Comissão acolhe as propostas da força tarefa do Ministério Público Federal do Paraná que, na conclusão de seu relatório preliminar sobre o pedágio, propõe que sejam adotadas as seguintes medidas práticas:

- *mobilização da sociedade civil para enfrentar a questão do pedágio;*
- *que se firme em lei a ilegalidade do financiamento das campanhas eleitorais por empresas privadas;*
- *que se promova a revisão imediata dos contratos originais do pedágio paranaense;*
- *que se debata com toda a sociedade um novo modelo de concessão para vigorar a partir de 2021.*
- *que se abram todos os documentos e dados sobre o pedágio à sociedade paranaense.*

Após este breve histórico, passaremos a contemplar a análise do período de estudos preliminares (realizados pelo Consórcio Cogito-Engefoto), a formação e estrutura dos contratos originários e, na

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

sequência, as modificações levadas a efeito pelos diversos aditivos contratuais. É o que se passa a fazer.

**3.2. A modelagem e os critérios utilizados na criação do Anel de Integração – Programa de Concessões Rodoviárias do Paraná**

A criação do chamado Anel de Integração do Paraná, conforme constatou a Investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, foi precedida de estudos técnicos que foram determinantes para a definição da modelagem do sistema de concessão. Foi a partir desses estudos que se definiu, como afirmado, o modelo das concessões, a base da composição tarifária inicial, suas formas de reajuste, as obras e serviços a serem prestados, a definição dos lotes e a estrutura de licitação e contratos para a concessão.

Referidos estudos foram realizados pelo Consórcio de empresas CogitoEngefoto, contratado mediante processo licitatório absolutamente regular.

Este tópico de análise se refere, assim, a partir dos estudos desenvolvidos pelo Consórcio Cogito-Engefoto, à modelagem e critérios utilizados no Programa de Concessões Rodoviárias do Estado do Paraná como um todo.

A partir desse estudo se definiu o modelo da concessão licitada, cravandose seus principais elementos estruturantes: serviços de assistência aos usuários, serviços de conservação das rodovias, investimentos em obras (trabalhos iniciais, restauração das rodovias, obras de melhoria e ampliação de capacidade, manutenção), prazo da



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



concessão, definição dos lotes, localização das praças de pedágio, taxa interna de retorno, tarifa uniforme por quilômetro, critério para definição do vencedor da licitação (trechos de rodovias de acesso), padrões de serviço exigidos, seguros e garantias contratuais, forma de fiscalização da concessão, entre outros.

A licitação do pedágio do Paraná não se deu em função do valor das tarifas, definidas de antemão. O edital definia que seria vencedora a empresa que assumisse a responsabilidade pela manutenção da maior quilometragem das rodovias de acesso ofertadas, segundo o estudo da Cogito-Engefoto. Para esse fim, o governo ofereceu 2.291,62 quilômetros. Mas as empresas vencedoras da licitação assumiram apenas 308,27 quilômetros, ou 13,45% do total.

A opção pelo modelo de concessão escolhido, portanto, foi determinante para o estabelecimento das tarifas e das bases contratuais posteriormente tão criticadas e incompreendidas pelos paranaenses.

Rememore-se, para a elaboração do modelo de pedágio rodoviário que seria implantado no Paraná, o então governador Jaime Lerner contratou os serviços da empresa paranaense Engefoto que, associada à paulista Cogito, realizou estudo minucioso das obras necessárias, com projeção até o final do prazo de concessão (24 anos).

Por determinação do governador e da Secretaria dos Transportes, a Cogito-Engefoto definiu o Plano de Exploração das Rodovias (PER), a tarifa básica e a fórmula para o seu reajuste e o quantitativo dos insumos a serem absorvidos pelas obras.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Para chegar à definição da tarifa básica (TB), foi estabelecida uma equação relacionando o total de custos e de investimentos projetados e o tráfego previsto que, multiplicado pela TB, resultaria na receita estimada. A solução da equação é dada pela definição pelo governo da Taxa Interna de Retorno (TIR de projeto), deixando a TB como única incógnita da equação.

Na definição do valor dos investimentos, o consórcio Cogito-Engefoto utilizou a tabela de preços do Departamento de Estradas de Rodagem-DER e outras tabelas, como a do DER-SP. Foi utilizada a tabela cheia, prevendo uma Bonificação de Despesas Indiretas-BDI de 40%.

Ressalte-se que, quanto aos investimentos iniciais, a Cogito-Engefoto vai além, colocando um adicional de 40% nos preços orçados: "Para efeito do presente estudo de viabilidade, conservadoramente admitiu-se que o custo global da fase de Recuperação de Emergência supere em 40% ao custo orçado com base em tabelas de preços e/ou preços de mercado aplicado a obras convencionais".

O valor dos investimentos é basicamente o produto dos preços unitários pelos quantitativos.

Com relação aos quantitativos, em função de questionamentos apresentados pelos licitantes, a Cogito/Engefoto fez uma grande revisão, que pode ser analisada em profundidade no documento "Relatório Final: Revisão de Quantitativos".

Para prever os custos operacionais e administrativos, o estudo da Cogito/Engefoto simulou o funcionamento de uma concessionária de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



pedágio, com tabelas salariais de todos os cargos, serviços os mais variados, gastos com material de escritório etc.

**A TIR**

Há algumas questões fundamentais para se entender as condições contratuais de implantação do pedágio no Paraná.

Em primeiro lugar, a definição da TIR. A Secretaria dos Transportes definiu inicialmente uma TIR de 18% para que, a partir dela, se chegasse à Tarifa Básica. Quando a Cogito-Engefotó já havia concluído seu estudo, a Secretaria ordenou que se mudasse a TIR para 22%, conforme se pode ler a seguir:

"Por orientação da SETR, buscou-se reformatar o Programa, face a algumas variáveis de fluxo de caixa do empreendimento, a saber: TIR= 22%, tendo em vista a 'financiabilidade do Programa' ('Relatório Final-Estrutura de Pedagiamento', Cógito-Engefoto, página 23).

É importante lembrar que no momento anterior à licitação das concessões de rodovia do Paraná, as condições econômicas e de financiabilidade eram bastante adversas, devido à ocorrência de importantes crises financeiras internacionais. Com isso, o programa de concessões do Paraná correu risco de não ser atrativo para os investidores.

Assim, a alteração que houve na TIR inicialmente estabelecida possibilitou o êxito da licitação internacional. Exemplo recente na mesma direção pôde ser constatado na licitação da 3ª. Etapa do Programa Federal de Concessão de Rodovias em 2013, quando o





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
 17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Governo Federal elevou em 31% a TIR de Projeto dos novos lotes de concessão, justamente para atrair investidores, uma vez que haviam fracassado duas licitações de concessões rodoviárias.

**3.2.1. Estudos de Viabilidade**

Conforme se percebeu no decorrer da investigação parlamentar, os estudos iniciais da Secretaria de Transportes, em 1995, objetivando formatar a concepção e auxiliar os estudos de viabilidade do Programa de Concessões de Rodovias do Estado do Paraná, indicaram a necessidade de apoio de uma consultoria especializada.

Para tanto se realizou uma licitação na modalidade tomada de preços, sob n.º 003/95. Participaram deste procedimento de contratação 10 (dez) empresas, reunidas em 5 (cinco) consórcios, dos quais o consórcio COGITO/ENGEFOTO saiu como vencedor.

**3.2.2. Dados do consórcio vencedor:**

- Composição:
- Cogito (70%) - líder;
- Engefoto (30%);
- Período contratual:
- de 01/12/95 a 15/12/96.
- Equipe Básica:
- Coordenadora: Vera Santamaría Bezos (COGITO);
- Coordenador Adjunto: Djalma R. M. Pereira (ENGEFOTO);
- Equipe de engenheiros, economistas, ambientalistas, etc.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Objeto:

- Estudos e Serviços Especializados de Consultoria, à SETR para apoio à implantação do Programa de Concessão e Pedagiamento de Rodovias.
- Após a adjudicação, visando à fundamentação dos estudos preliminares, o Consórcio Cogito-Engefoto procedeu a alguns levantamentos de dados que subsidiaram a opção pelo modelo de concessão que seria adotado. Tais levantamentos ocorreram em relação à (a) situação da malha viária naquele momento, (b) situação, à época, das obras-de-arte especiais (pontes e viadutos), (c) contagens de tráfego e (d) pesquisas de opinião junto aos usuários.

Para execução deste último item foi contratada uma pesquisa de opinião pela Secretaria de Transportes junto ao Instituto Bonilha para aferir a receptividade dos usuários à implantação de pedágio nas rodovias e para se aferir a visão dos usuários quanto as condições das rodovias na época. As pesquisas ocorreram em Agosto de 1995 e as questões indagadas diziam respeito aos seguintes pontos:

- Frequência de viagem;
- Percurso da viagem;
- Motivo da viagem;
- Avaliação das condições da rodovia;
- Receptividade à cobrança de pedágio;
- Condições para pagamento do pedágio;
- Elasticidade da demanda frente às melhorias e ao pagamento do pedágio.



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

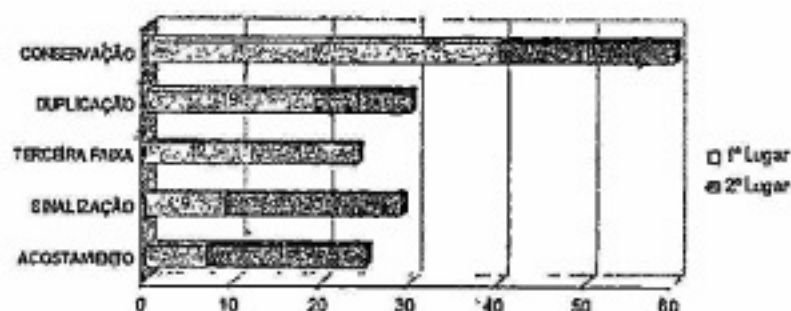
## 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO

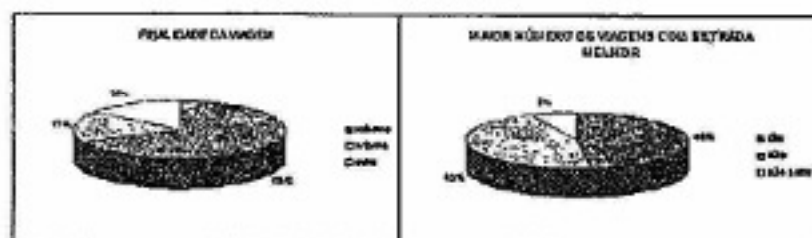
### RELATÓRIO FINAL



#### ITENS IMPORTANTES PARA AS ESTRADAS



Os quadros abaixo mostram os resultados dessas pesquisas:



#### ÍNDICES ACUMULADOS DE ACEITAÇÃO DE VALORES



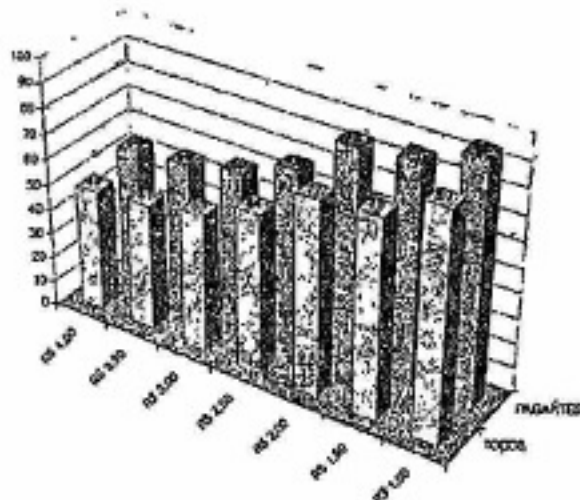
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

FLS.   
CPI PEDAGÓGICA

2194

(RESPOSTAS ESTIMULADAS)



Dentre os estudos iniciais, os dados referentes às condições físicas das rodovias e a análise do volume de tráfego foram os fundamentos para a definição do modelo de concessão.

No que tange às condições físicas das rodovias, foram levantadas, preliminarmente, as condições do pavimento, o conforto de rolamento e a deflectometria, estimando-se, assim, as prováveis intervenções necessárias das empresas que receberiam as concessões.

216



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Além disto, realizou-se o cadastro e avaliação das obras de artes especiais (pontes e viadutos), segundo metodologia do DNER, visando diagnosticar as necessidades de reforço ou alargamento.

Quanto ao volume de tráfego, os estudos tiveram como objetivo caracterizar o padrão de sua evolução ao longo do período de 24 anos de Concessão:

Os dados da evolução do tráfego foram (e são) de crucial importância para a determinação do equilíbrio econômico da concessão, servindo como balizador do potencial de receita e sua variação, por trecho de concessão, não precisando, necessariamente, serem muito detalhados, uma vez que *a responsabilidade sobre a projeção caberia às concessionárias que vieram a assumir contratualmente o "risco de tráfego"*.

A primeira atividade dos estudos de tráfego foi o contato com os dados disponíveis. Foram coletados dados históricos do DNER, DER/PR e do GAPIT - Grupo de Assessoramento para o Planejamento de Investimentos em Infra-estrutura de Transporte da Secretaria de Estado dos Transportes. Apesar dos números obtidos, parece que era exígua a base de dados de tráfego disponíveis na época.

A partir da análise do conjunto de dados disponíveis, foram dimensionadas as pesquisas de campo complementares, que consistiram em contagens volumétricas classificatórias em 22 (vinte e dois) postos e, ainda, entrevistas de origem e destino em 6 (seis) postos distribuídos ao longo da malha do Programa.

217



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÂGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Adicionalmente, antes do início dos estudos de viabilidade, a Secretaria de Transportes havia realizado contagens em 44 (quarenta e quatro) postos.

Analisados os volumes atuais, os dados históricos e os dados pesquisados, foi realizada a projeção básica do tráfego, em função do Produto Interno Bruto (PIB), tanto nacional como estadual, para todo o período de 24 (vinte e quatro) anos de concessão das rodovias do Programa.

A combinação do tráfego básico, projetado com os chamados "efeitos fuga", qualidade, outros modais e impactos do desenvolvimento regional, permitiu a definição do tráfego final projetado ao longo do período de concessão. Segue, abaixo, a tabela do VDM de 1995 que serviu de base para as projeções (para os 24 anos de concessão), conforme demonstrado a seguir:







# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



QUADRO 2.A  
PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS DO PARANÁ  
Postos de Pedágio - Visão Gráfica Médio Anual - VDMA - 1995

Nº Posto	Nº Rodovia	Nº Trecho	Visão de Tráfego - 2 Eixos							Total	Total
			Autos	Triciclos	3 e 4 eixos	5 eixos	6 eixos	7 eixos	8 eixos		
N 01	PR-048	entre Jussara e São Pedro	7.236	491	410	1.408	28	1.482	42	3.283	11.059
N 02	PR-017	entre Marilândia e Jussara	3.050	218	228	93		291	5	3.587	5.213
N 04	PR-008	entre Bissel e Jussara	10.055	428	516	1.148	12	318	27	2.210	12.712
N 05	PR-009	entre a PR-080 (Caramuru) e PR-040	7.180	478	330	883	11	414	28	1.718	9.363
N 12	PR-077	entre São João e Marilândia	2.024	321	12	611	205	239	49	3.241	3.612
N 13	PR-016	entre São João e São João do Paraná	6.175	897	628	2.412	1.118	2.092	205	5.402	13.615
N 15	PR-069	entre Alameda e Caramuru I e II	2.010	268	219	894	212	181	1	3.785	3.913
N 22	PR-072	entre Marilândia e Caramuru I e II	6.881	413	327	894	429	304	18	1.410	9.396
N 23	PR-077	entre Marilândia e Marilândia	4.829	814	241	872	710	304	22	2.202	7.264
N 23	PR-073	entre São João e Curitiba	2.112	73	234	348	2	151	5	773	2.882
N 24	PR-073	entre PR-190 e PR-072	3.030	184	108	571	7	268	11	1.261	4.436
N 49	PR-076	entre Pira, Caramuru I e II e Jussara	11.252	693	1.837	3.374	82	1.037	29	4.329	16.692
N 49	PR-153	entre Jussara e São João do Paraná	3.919	181	673	1.063	7	681	15	2.437	6.492
S 11	PR-072	entre Jussara e Curitiba	6.497	218	472	894	18	342	14	1.474	8.497
S 29	PR-073	entre Marilândia e São João do Paraná	2.312	183	259	823	8	305	18	1.264	4.019
S 48	PR-077	entre Caramuru I e II, Tupy e Curitiba	6.881	811	732	882	230	429	18	2.852	9.007
O 01	PR-077	entre PR-408 (Caramuru) e Jussara	13.181	373	808	1.307	3.274	782	112	4.814	18.495
O 02	PR-077	entre Curitiba e PR-408 (Caramuru)	5.831	303	434	724	1.118	1.089	82	3.278	9.434
O 04	PR-151	entre Curitiba e Ponta Grossa	8.638	383	452	1.681	1.045	592	101	4.553	13.693
O 09	PR-077	entre Curitiba e Jussara Caramuru I e II	14.357	571	808	2.187	5.409	882	74	6.265	21.293
P 11	PR-048	entre Jussara e Curitiba	14.111	408	1.041	1.795	23	828	28	3.704	18.279
O 12	PR-076	entre Curitiba e Marilândia	13.458	641	872	3.304	32	1.032	25	5.015	18.122

### 3.2.3. Definição dos Lotes

A análise dos estudos realizados pelo Consórcio Cogito-Engefoto apontou que o agrupamento das rodovias em lotes de concessão obedeceu a critérios operacionais e econômicos, buscando-se ampliar as oportunidades ao mercado investidor e as possibilidades de competição, garantindo-se, ao mesmo tempo, os investimentos necessários e a rentabilidade de cada lote. Aqui, esta divisão da futura concessão em diversos lotes, ao mesmo passo em que atendeu a exigências jurídicas (eis que potencialmente aumentaria o leque de empresas e consórcios concorrentes), também atentou, como se disse, para aspectos econômicos, de mercado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Dentro de seu campo de descrição, a Administração Pública optou, também, pela aplicação do conceito de concessão onerosa, com o valor da tarifa básica fixada pelo Poder Concedente. *O pagamento pelo direito de exploração das rodovias se faria através da conservação de rodovias secundárias adjacentes ao sistema rodoviário de cada lote de concessão.*

**B. Classificação dos veículos**

Considerando que o desgaste físico que cada tipo de veículo acarreta às rodovias é distinto, implicando custos diferenciados de engenharia rodoviária, adotou-se, no estudo preliminar da Cogito-Engefoto, uma diferenciação de tarifas por classificação de veículos, seguindo o modelo das concessões federais e adotando a classificação de veículos do DNER.

Assim, a tarifa de pedágio a ser cobrada de cada usuário definiu-se pelo resultado do produto da tarifa básica de cada praça pelo fator multiplicador da tarifa correspondente a cada categoria de veículo, conforme estabelecido no quadro apresentado a seguir, que classifica os veículos pelo tipo, número de eixos e rodagem, tudo de acordo com a classificação adotada pelo DNER.

A tarifa básica corresponderia à categoria 1 (um) do referido quadro, atribuída aos veículos com 2 (dois) eixos e rodagem traseira simples (veículos leves de passeio).





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



Item	Tipos de Veículos	Nº de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa
1	automóvel, caminhonete e furgão	2	simples	1,00
2	caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	dupla	2,00
3	automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque	3	simples	3,00
4	caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	dupla	3,00
5	automóvel com reboque e caminhonete com reboque	4	simples	4,00
6	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	dupla	4,00
7	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	dupla	5,00
8	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	dupla	6,00
9	motocicleta, motocicletas e bicicletas a motor	2	simples	0,50

OBS.: (\*) A rodagem traseira com pneus do tipo "single" ou "superangle" é equivalente à "dupla", para os fins da estrutura tarifária.

#### C. Localização das Praças de Pedágio

Dentro do estudo da localização das praças de pedágio buscou-se evitar um efeito grande de "fuga" que poderia trazer fortes reflexos na equação econômico-financeira do empreendimento.

Além desta questão de fuga, a localização das praças de pedágio foi baseada na sistemática de cobrança que adota uma base tarifária quilométrica homogênea para todo o Estado, aplicada ao trecho de cobertura de cada praça (TCP), procurando-se definir o posicionamento (localização) que resultasse a justa cobrança e a modicidade da tarifa, além de buscar que o pagamento recaísse prioritariamente sobre o tráfego rodoviário que efetivamente se utilizará no sistema, evitando-se a implantação de postos de cobrança nas proximidades dos principais núcleos urbanos.

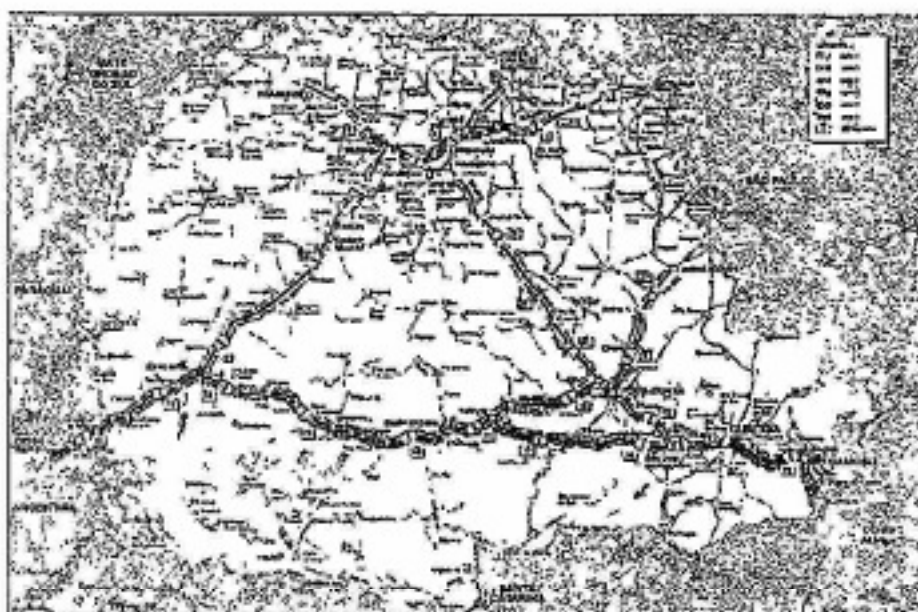


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Para definição do trecho de cobertura de cada praça de pedágio do Programa adotou-se o critério de extensão média, à disposição do usuário, de cada trecho contínuo pedagiado.



Coordenado CÓGITO - ENGEOFOTO

PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS DO PARANÁ  
Composição das Lotes e Localização das Praças de Pedágio

D. Metodologia para definição da tarifa básica de referência

A simulação de alternativas da tarifação para o Programa foi desenvolvida buscando-se, como premissa fundamental do trabalho da CogitoEngefoto, pelo que se percebeu da análise dos documentos trazidos pelos representantes do referido consórcio e seus depoimentos, a *viabilização da equação econômico-financeira do empreendimento, ou seja, que as receitas (em função das projeções de tráfego) cobrissem os investimentos necessários e os custos de*

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

*operação, conservação e gestão, garantindo também a remuneração do capital investido.* Deste modo, o valor da tarifa inicial foi fixado numa equação que considerava (a) o que o Estado do Paraná demandava em termos de obras, conservação etc., (b) o valor/custo das obras e (c) os investimentos a serem feitos.

Assim a tarifa básica quilométrica de referência foi definida a partir de simulações e em função do volume de tráfego e dos investimentos e custos previstos, considerando o atendimento aos critérios de modicidade da tarifa e atratividade do Programa.

A metodologia para definição da base de referência tarifária do Programa foi estabelecida, assim, inicialmente, através das seguintes etapas:

- Identificação do tráfego pedagiado previsto ao longo do período de concessão, tomando-se por base os dados levantados no início dos estudos, conforme se apontou acima;
- Identificação dos investimentos e sua cronologia a partir de parâmetros (opções políticas) definidos pelo Estado do Paraná;
- Identificação dos custos (tomando-se por base tabelas oficiais);
- Identificação dos parâmetros econômico-financeiros (custos com tributos, impostos, etc.);
- Definição da relação entre tarifas para pista simples e pista dupla (considerando a diferença de custo de manutenção de cada tipo de pista);
- Cálculo do TCP (trecho de cobertura por praça) ponderado para pista simples e pista dupla;
- Definição da Taxa Interna de Retorno (TIR).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
 17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Para tanto, considerou-se a extensão da malha viária, as características das pistas (simples ou dupla), os fluxos de tráfego, a continuidade das ligações, as rotas de fuga, as proximidades das áreas atendidas, as necessidades de investimentos, etc.

Com base nestes estudos foram definidos 6 (seis) lotes, totalizando 2.027 km, conforme quadro a seguir:

Lote	Rodovia	Segmento Rodoviário	Extensão (km)
1	PR-323	Porto Carlos Nauffal (Div.PR/SP) - Warta	62
	PR-445	Entr. PR-323 (Warta) - Trevo Entr.BR-369	13,8
	BR-369	Entr. BR-153 Div.PR/SP - Aces.Oeste Cambé	189,8
Total do Lote 1			245,7
2	BR-158	Entr.PR-465 (Peabiru) - Entr.BR-272 (C.Mourão)	15,9
	BR-369	Aces.Oeste Cambé - Entr.BR-376 (Jandaia Sul)	61
	PR-444	Entr.PR-218 (Arapongas) - Entr.BR-376 (Mandag.)	39,1
	BR-376	Entr.Ae.Paranaguá - Entr.BR-369 (Jandaia Sul)	114,6
	PR-317	Entr.BR-376 (Maringá) - Peabiru	71,0
3	BR-369	Entr.BR-158 (C.Mourão) - Entr.BR-272 (Cascavel)	171,8
	BR-272	Front.Brasil/Paraguai - Entr.BR-369/467 (Cascavel)	145,0
Total do Lote 2			474,1
3	BR-277	Front.Brasil/Paraguai - Entr.BR-369/467 (Cascavel)	145,0
	BR-277	Entr.BR-369/467 (Cascavel) - Acesso Guarapuava	241,3
Total do Lote 3			387,1
4	BR-277	Acesso Guarapuava - Entr.BR-376 (S.L.Purunã)	203,6
	BR-277	Entr.BR-277 (Rolócio) - Entr.BR-376 (Castana)	101,5
Total do Lote 4			305
5	BR-376	Entr.BR-369 (Apucar.) - Entr.BR-277 (S.L.Purunã)	320,4
	BR-277	Entr.BR-376 (S.L.Purunã) - Entr.BR-116 (Curitiba)	46,3
	PR-151	Arroio F.Rocha - Entr.PR-092 (Jaguaraiva)	106
	BR-376	Entr. BR-487/PR-151 (P. Grossa) - Entr. BR-376	7,8
Total do Lote 5			480,5
6	PR-407	Acesso Guarapuava - Entr.BR-376 (S.L.Purunã)	19
	PR-508	Alexandra - Matinhos	32
	BR-277	Entr.BR-116 (Curitiba) - Pte.R.Emboc. (Paranag.)	64,2
Total do Lote 6			135,2
Total dos Seis Lotes			2027,6

**3.2.4. Estrutura Tarifária (composição e reajuste das tarifas, política tarifária e sistema de cobrança de pedágio)**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## A. Conositos Básicos

No Programa de Concessão de Rodovias do Paraná prèviu-se um sistema do tipo aberto, com praças de cobrança em formá de barreira, e tarifas definidas por posto de cobrança, em função da base tarifária quilométrica e do trecho de cobertura (geográfica) de cada praça de pedágio. Cumpre ressaltar que a escolha por um determinado modelo tarifário não decorreu de uma imposição do Consórcio Cogito-Engefoto. A escolha é sempre política, mas fundáda em critérios e possibilidades técnicas e jurídicas.

Foram definidas tarifas básicas quilométricas diferenciadas para os segmentos rodoviários em pista simples ou em pista dupla em decorrência dos diferentes custos de operação, conservação e manutenção desses dois tipos de infraestrutura viária.

O tipo de cobrança previsto foi o *bidirecional*, ou seja, o sistema em que os usuários pagam nos dois sentidos. Apesar de acarretar custos operacionais relativamente mais elevados, *justificou-se a opção pela cobrança bidirecional considerando a extensão dos sistemas rodoviários integrantes de cada lote e, principalmente, pelo fato de que a cobrança num único sentido (em dobro, dispensando-se o pagamento no sentido oposto) resultaria um valor de tarifa por praça relativamente alto, impondo custos desiguais aos usuários, já que a maioria das viagens não se caracteriza como pendular e, na modalidade de cobrança unidirecional, todos teriam de pagar pela ida e volta, mesmo que não fossem voltar pelo mesmo trecho.*





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
 RELATÓRIO FINAL



Uma vez definidos todos estes aspectos, *tem-se que as receitas deveriam ser suficientes para cobrir as despesas e a realizar a justa remuneração do capital investido, ou seja, à taxa fixada (TIR desejada), o valor presente líquido (VPL) das receitas deve ser igual ao valor presente líquido (VPL) das despesas.*

Neste contexto chegou-se a uma tarifa básica quilométrica que viabilizaria, segundo os estudos da Cogito-Engefoto, o Programa à TIR definida (22% a.a.). Confrontando-se esta tarifa com outras tarifas vigentes, tanto no âmbito nacional como no âmbito internacional, chegou-se à fixação da tarifa de referência para formatação de cada lote individualmente.

O fluxograma apresentado a seguir ilustra as etapas desta metodologia.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Considerando-se as características físicas e as distintas peculiaridades de cada trecho rodoviário e de cada lote do Programa, optou-se por uma homogeneização da base tarifária quilométrica (padrão para o Estado) resultando distintos valores de tarifa por praça de acordo com sua localização.

Concluiu-se que as tarifas necessárias seriam (valores à data-base de julho de 1996):

- Tarifa pista simples = 0,033 R\$/Veic.Equiv./km.
- Tarifa pista dupla = 0,044 R\$/Veic.Equiv./km.

Comparando-se estes valores com os vigentes em outros sistemas pode-se verificar que a tarifa considerada inicialmente estava compatível com o mercado e a situação econômica do país, mostrando-se, inclusive, inferior à maioria dos sistemas vigentes.

Tendo em vista, ademais, a financiabilidade do Programa, a Secretaria dos Transportes determinou uma TIR média de 22% a.a. para os fluxos de caixa, mantendo as tarifas inicialmente calculadas e alterando o cronograma de investimentos. Percebe-se, aqui, que a definição da TIR parece não ter sido aleatória. Apesar de elevada para os parâmetros atuais, ela refletia a situação econômica daquele contexto histórico. Uma vez, então, previstas nos contratos, passam a ser protegidas juridicamente.

As tarifas básicas (para veículos de passeio) calculadas para cada praça de pedágio, em função de sua localização e dos respectivos trechos de cobertura das praças (TCP) de cada lote integrante do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Programa de Concessão de Rodovias do Paraná, foram os apresentados a seguir:

Tarifas-base (Veículos da Categoria 1) por Praça de Pedágio (a)

Praça de Pedágio	Extensão (km)	Tarifa-base (R\$)		Veículos	Tarifa-base (R\$)	
		Regime de Pedágio	R. Duplo		Regime de Pedágio	R. Duplo
1	243,7	64,90	-	1	2,80	-
		40,90	44,00	2	3,30	3,70
		79,90	-	3	2,50	-
2	474,1	-	41,60	4	1,90	-
		-	41,60	5	1,90	-
		70,00	5,10	6	2,60	3,00
		66,47	-	7	2,90	3,80
		66,47	-	8	2,90	3,80
3	287,1	66,47	-	9	2,90	3,80
		72,90	-	10	2,50	3,30
		72,90	-	11	2,50	3,30
		80,43	-	12	2,70	-
		80,43	-	13	2,70	-
4	305	80,43	-	14	3,70	3,30
		70,00	-	15	2,30	2,80
		78,50	-	16	2,50	-
		66,30	-	17	2,20	-
		66,30	-	18	2,20	-
5	489,5	-	67,00	19	2,90	-
		-	46,30	20	2,00	-
		15,50	41,40	22	2,30	2,40
		56,90	-	23	1,80	2,40
		80,47	3,73	24	2,70	3,60
		80,47	3,73	25	2,70	3,60
6	135,2	4,20	70,40	26	2,70	3,60
				27	3,70	3,70

E. Atualização Tarifária

As tarifas, fixadas para o início do programa de concessões segundo os procedimentos explicitados anteriormente, tiveram previsão de atualização para a data indicada no Edital, com reajuste previsto anualmente, contando-se, a sua periodicidade, a partir da data-base de referência.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

Além desse reajuste, o Edital/Contrato previu condição para revisão do valor das tarifas de pedágio, com a finalidade de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos de cada Concessionária e a retribuição dos usuários dos serviços, visando assegurar, em caráter permanente, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial de cada Contrato de Concessão.

Para reajustamento de tarifas de pedágio a SETR optou pela adoção de fórmula paramétrica ponderada pelos insumos totais do Programa utilizando índices de reajuste da FGV, que embora visivelmente mais complexa, evita critérios diferenciados por lote e reflete índices específicos do setor elaborados por empresa reconhecida internacionalmente. Deste modo, os valores das tarifas básicas de cada praça de pedágio deverão ser (e são) reajustados utilizando-se a fórmula explicitada a seguir:

$$TBR = TB \times 0,10 \frac{ITI - IT_0}{IT_0} + 0,20 \frac{IPI - IP_0}{IP_0} + 0,20 \frac{IOAEI - IOAE_0}{IOAE_0} + 0,10 \frac{INCCI - INCC_0}{INCC_0} + 0,30 \frac{ICI - IC_0}{IC_0} + 0,10 \frac{IGP-M_0 - IGP-M_0}{IGP-M_0} + 1$$

Onde:

TBR - é o valor da Tarifa Básica reajustada;

TB - é o valor da Tarifa Básica de Pedágio referente à data base de referência da Proposta Comercial, ou seja, Janeiro de 1997;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



ITO - é o Índice de Terraplenagem para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de referência, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 38);

ITI - é o Índice de Terraplenagem para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 38);

IPO - é o Índice de Pavimentação para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de referência, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 37);

IPI - é o Índice de Pavimentação para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 37);

IOAEo - é o Índice de Obras-de-Arte Especiais para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de referência, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 36);

IOAEI - é o Índice de Obras-de-Arte Especiais para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 36);

INCCo - é o Índice Nacional do Custo da Construção, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de referência, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 6);

INCCI - é o Índice Nacional do Custo da Construção, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 6);

ICo - é o Índice de Serviços de Consultoria para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de referência, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 39);



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

IOI - é o Índice de Serviços de Consultoria para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 39);

IGP-Mo - é o Índice Geral de Preços de Mercado, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de referência, calculado pela Fundação Getúlio Vargas

- FGV (coluna 7);

IGP-MI - é o Índice Geral de Preços de Mercado, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas -

FGV (coluna 7);

0,10 ; 0,20 ; 0,20 ; 0,10 ; 0,30 e 0,10 - parâmetros cuja soma é igual a 1 (um).

Ou seja, para efeito de reajuste, uma vez fixada a tarifa básica inicial, não exista margem para benefícios ou manipulações, eis que cabe apenas ao Poder Público referendar o resultado dos dados aplicados à fórmula. Destarte, parece não existir margem para arbitrariedades por parte do Poder Público ou das concessionárias.

**F. Estimativa de Investimentos****F.1. Investimentos Iniciais**

Com base nos levantamentos efetuados pela Cogito-Engefoto foram estimados os investimentos iniciais necessários para as obras de recuperação e atualização dos trechos rodoviários integrantes dos seis lotes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Tais tipos de investimentos caracterizam-se como as intervenções imprescindíveis para recuperar o estado original das vias, bem como inserir melhoramentos visando sua atualização em termos de instalações para possibilitar sua operação nos padrões compatíveis com o modelo de operação e conservação proposto, devendo ser implantados nos seis primeiros meses da Concessão antecedendo a cobrança de pedágio.

Os investimentos iniciais compreendem a Recuperação Emergencial e a Implantação de Instalações Operacionais.

As intervenções previstas relacionadas com a recuperação rodoviária de emergência compreendem obras de pavimento (reparos locais, eliminação de buracos e deformações, etc.), de acostamentos (limpeza, obturação de buracos, etc.), de sinalização horizontal e vertical, de geotecnia, de drenagem, de obras de arte, de faixa de domínio (roçada, poda e limpeza) e de recuperação de dispositivos de segurança.

Cabe destacar que a fase de Recuperação de Emergência apresentou algumas características peculiares e inusitadas, que conduziram a uma estrutura de preços diferenciada para os serviços de pista previstos. Isto se deve a fatores como a grande demanda de serviços rodoviários, dificuldade de fornecimento de materiais e principalmente a descontinuidade nos serviços de recuperação de pavimento - característica marcante desta fase, não coberto pelas composições padronizadas das tabelas de preços dos órgãos rodoviários, implicando em custos praticados maiores do que os convencionalmente aplicados em obras isoladas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Outros investimentos previstos nesta fase foram os de instalações operacionais, veículos e equipamentos necessários para o início da operação e conservação de cada lote.

**F.2. Trabalhos ao Longo da Concessão****F.2.1. Investimentos em Restauração**

Compreendem obras que abrangem toda a infraestrutura rodoviária, de modo a colocar as rodovias em plenas condições de tráfego.

Estavam inicialmente previstos serviços em:

- Pavimento - reparos locais, selagem com lama asfáltica; aplicação de concreto asfáltico na pista de rolamento, fresagem e reposição com concreto asfáltico, recuperação definitiva de acostamentos;
- Drenagem - recuperação geral do sistema;
- Sinalização - recuperação geral do sistema;
- Outros itens - contenções, interseções, pontes e viadutos.

**F.2.2. Investimentos em Obras de Ampliação e Melhoria**

Para os seis lotes foram previstas melhorias para propiciar aumento da capacidade viária e melhores condições de segurança, tais como duplicações, contornos, marginais, interseções em níveis diversos, correções geométricas, barreiras, etc., detalhados em "Projeto Básico".



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**F.2.3. Investimentos em Manutenção Periódica**

São serviços executados em ciclos mais longos do que a conservação, próximo ao fim da vida útil, quando o desempenho possa comprometer a segurança e o conforto dos usuários, ou a própria durabilidade dos componentes das rodovias. Estes investimentos referem-se à recuperação do pavimento e da sinalização horizontal.

**F.2.4. Custos de Operação e Conservação**

Os custos de Operação e Conservação foram estimados de acordo com as condições básicas de operação, com dimensionamento adequado para as condições específicas de cada lote do Programa.

Estes serviços dizem respeito a:

- Gerenciamento e Administração;
- Planejamento e Controle;
- Operação do Tráfego (SAU, Pedágio e Pesagem);
- Conservação Rodoviária (Rotineira e Predial/Equipamentos);
- Transporte de Valores;
- Despesas Diversas;
- Seguros e Garantia;
- Tributos;
- Valor da Oferta.

Observa-se, portanto, e este dado apareceu em diversos depoimentos prestados perante a CPI, que o modelo de concessão

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

inicialmente adotado foi bastante ousado e amplo, na medida em que demandava não apenas a restauração e conservação das estradas mas, também, abarcava uma gama ampla de serviços e obras de melhorias. Esta opção, que não cabe a esta CPI julgar pois se trata de mérito de decisão político-governamental tomada à época, embora altamente criticável, e efetivamente foi muito criticada no decorrer dos trabalhos da CPI, ao que parece foi determinante para a composição inicial da tarifa.

Um modelo de concessão mais simples poderia, quiçá, determinar um valor de pedágio mais módico. O que resta, assim, em relação a este tópico, é apenas a crítica política em relação à falta de debate do modelo adotado naquele momento de implantação do sistema de concessão de rodovias no Paraná, modelo que foi imposto e não foi submetido ao debate político e que, apesar de parecer legítimo juridicamente (eis que embora contestado ainda não foi possível anulá-lo, mesmo após tantos anos), jamais se mostrou transparente quanto à sociedade paranaense.

**3.3. Histórico dos contratos e dos aditivos e a composição societária das concessionárias (quem são os donos das concessões?)****3.3.1. Editais de licitação e procedimentos licitatórios.**

Como já relatado anteriormente, o Programa de Concessões de Rodovias do Estado do Paraná foi inicialmente concebido em 1994. Foram realizadas audiências públicas entre 1995 e 1996 em diversas cidades paranaenses (Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Guarapuava e Ponta Grossa).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



O procedimento licitatório, propriamente dito, iniciou-se em 1996, visando a outorga de concessão para a restauração, conservação e expansão de capacidade (duplicação, implantação de terceiras faixas, contornos, dispositivos de entroncamento, etc.) de seis lotes de rodovias federais e estaduais, totalizando pouco mais de 2.000 km – o conjunto denominou-se "Anel de Integração do Paraná". O Programa deu origem também aos necessários Convênios de Delegação das citadas rodovias federais, firmado entre o Estado do Paraná e a União Federal através do Ministério dos Transportes e do DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Considerando que a maioria das rodovias eram federais, o *Governo Federal acompanhou todo o programa, aprovando várias de suas etapas e assinando o contrato de concessão juntamente com o governo do Paraná.*

Os diversos processos licitatórios para a outorga dos 6 lotes do "Anel de Integração do Paraná" iniciaram-se em 1996, com base na legislação federal (Lei 8987/95, Lei 9074/95 e Lei 8666/93, modificada pela Lei 8883/94) e na legislação estadual (Lei Complementar 76/95 e Lei 9277/96). Esta legislação também ampara os contratos posteriormente assinados com as seis concessionárias em novembro de 1997 ao fim dos processos licitatórios.

É importante assinalar que a legislação federal estabelece diretrizes e normas gerais a serem observadas no processo licitatório e na contratação das concessões, e a legislação estadual é específica e se subordina a ela.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

O processo foi conduzido pela Secretaria de Estado dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), que formalmente representou o Governo do Paraná como Poder Concedente. A Secretaria contou com o assessoramento dos consultores técnicos da Engefoto-Cogito e a União Federal, como se anunciou, através do DNER, acompanhou todo o processo, tendo aprovado o Edital e assinado os Contratos de Concessão conjuntamente com o Estado do Paraná.

Nesta linha, aliás, de acordo com os depoimentos prestados à CPI, verificou-se que os editais e contratos seguiram o modelo usado pelo Governo Federal nas concessões rodoviárias federais como, por exemplo, a da Via Dutra.

Anteriormente à pré-qualificação, dentro do processo licitatório, o DER/PR conduziu os estudos de viabilidade, definição dos lotes, projetos de ampliação e melhorias, especificações técnicas e estrutura tarifária, conforme tratado nos itens 2.1.2 a 2.1.4 deste Relatório.

A Secretaria dos Transportes e o DER/PR elaboraram seis Editais de Concorrências Internacionais separados para cada lote, numerados de 001 a 006/96, em duas Etapas - uma de pré-qualificação e outra de metodologia de execução e proposta comercial.

Os Editais tinham até 19 anexos e eram semelhantes em sua estrutura, inclusive nas minutas de contratos, porém eram diferentes nas exigências para pré-qualificação e nos seus anexos técnicos. O DER/PR também designou Comissão de Julgamento através das Portarias n. 295 a 300/96.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

As concorrências em questão foram divulgadas em avisos publicados no Diário Oficial do Estado de 5 de janeiro de 1996, o qual definiu as datas de 5 a 7 de março para entrega e abertura da documentação de pré-qualificação. Posteriormente, ocorreram adiamentos nessas datas, culminando com o recebimento dos envelopes, em sessão pública, nos dias 1 e 2 de agosto de 1996.

Entregaram envelopes 6 empresas isoladas e 17 consórcios. Foram habilitadas as 6 empresas isoladas e mais 11 consórcios.

Em seguida, também em sessões públicas e permitindo-se vistas dos documentos aos demais concorrentes, ocorreram as etapas de análise de metodologia de execução e propostas comerciais.

Apesar das denúncias de conluio entre as concessionárias, cumpre observar que esta comissão Parlamentar de Inquérito não constatou qualquer irregularidade.

As Comissões de Licitação elaboraram atas de todas as reuniões. As esporádicas ações judiciais interpostas por licitantes que não se habilitaram foram todas solucionadas e, atualmente, nada há de pendência judicial a respeito.

O ponto fundamental no processo de julgamento foi o critério de decisão do vencedor. *Os Editais fixavam as tarifas para cada tipo de veículo, sujeitas a reajustamento anual automático mediante a aplicação da fórmula anteriormente explicitada, e as localizações das diversas praças de pedágio. Fixavam também o padrão de atendimento*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

ao usuário, e os investimentos de recuperação e ampliação a serem feitos a cada ano.

A proposta comercial não era, portanto, de uma oferta de tarifa de pedágio pelos licitantes e, sim, de uma "malha de rodovias vicinais" que deveria ser restaurada e conservada pelas concessionárias. Quem oferecesse a maior quilometragem dessas vias vicinais venceria a licitação. Já que o valor do pedágio era determinado no Edital, os licitantes orçavam suas receitas baseados nos seus próprios estudos de tráfego, e orçavam também os custos de operação (assistência médica e mecânica aos usuários), conservação e manutenção, e os investimentos em restauração e ampliações. Quem era mais competitivo nesses custos, quem estimasse menores preços para as obras, teria oportunidade de fazer maior oferta de quilometragem da "malha de rodovias vicinais" a serem operadas e conservadas.

Pode-se notar, portanto, no atual contexto, que depois de mais de 15 anos da assinatura dos contratos, mostrou-se lesivo ao Estado o modelo em que a concessionárias que oferecessem a maior malha viária de rodovias vicinais eram quem venceriam as licitações.

Destarte, havendo novo edital de licitação para concessão de rodovias, recomenda-se que a Proposta Comercial baseie-se na oferta de menor tarifa pelos licitantes, modelo notadamente mais benéfico ao Estado.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**3.3.2. Contratos de Concessão**

Os contratos de concessão foram firmados entre representantes das concessionárias, o Estado do Paraná (por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem – DER), a União (como interveniente-avulsa, através do Ministério dos Transportes) e, à época, o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem.

Tais contratos definiram, entre outros itens:

A) **Prazo da Concessão:** as concessões têm o prazo de 24 (vinte e quatro) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

B) **Concessionária:** é a sociedade anônima constituída pela Licitante vencedora da Concorrência, tendo sido atendidas as exigências para a formalização do contrato.

C) **Seguros:** As concessionárias deverão garantir a existência e manutenção em vigor, durante todo o prazo de duração da concessão, das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades pertinentes à concessão, em condições aceitáveis pelo DER. Além desta obrigação, o DER deverá ser indicado como um dos co-segurados nas apólices de seguros previstas nos contratos de concessão, podendo, inclusive, em caso de descumprimento por parte das concessionárias na obrigação de contratar ou manter as apólices de seguro proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios das referidas apólices, correndo os respectivos custos por conta exclusiva das concessionárias. As concessionárias farão e manterão em vigor os seguintes seguros:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

c.1) Seguro de Danos Materiais: cobertura às perdas, destruição ou danos havidos em todos os bens móveis e/ou imóveis integrantes das obras e/ou da administração objeto do contrato, compreendendo:

**Coberturas Básicas:**

- Incêndio;
- Obras Cíveis em Construção;
- Instalação / Montagem;
- Quebra de Máquinas;
- Equipamentos Eletrônicos;
- Equipamentos Estacionários;
- Equipamentos Móveis;
- Automóveis;
- Queda de Raio;
- Desmoronamentos;
- Alagamentos;
- Valores; - Vidros.

**Coberturas Adicionais:**

- Danos Elétricos;
- Explosão, exceto de gás de uso doméstico;
- Despesas Extraordinárias;
- Tumultos;
- Manutenção - Simples;
- Manutenção - Ampla;
- Manutenção - Garantia;
- Despesas de Desentulho do Local;
- Equipamentos Móveis / Estacionários Utilizados na Obra;
- Extensão para Obras Concluídas;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- Riscos do Fabricante - Aplicável aos Bens em Montagem;
- Danos em Consequência de Erro de Projeto;
- Propriedades Circunvizinhas;
- Afretamento de Aeronaves;
- Furacão, Ciclone, Tornado, Vendaval, Granizo, Queda de Aeronave, Impacto de Veículos Terrestres, Fumaça.

c.2) Seguro de Responsabilidades: cobertura comprovada à responsabilidade civil das concessionárias e/ou do Poder Concedente por danos causados, inclusive custos processuais e outras despesas devidas, que atinjam a integridade física e patrimonial de terceiros, decorrentes da exploração da concessão, compreendendo:

- Responsabilidade Civil Geral;
- Responsabilidade Civil Cruzada - Vinculada à Responsabilidade Civil Geral; - Responsabilidade Civil Facultativa - Veículos.

c.3) Seguro de Lucros Cessantes: cobertura aos prejuízos relativos à perda de receita, decorrentes de eventos cobertos nos seguros de danos materiais, compreendendo:

- Consequências Financeiras do Atraso do Início da Exploração da Concessão; - Consequências Financeiras da Interrupção da Exploração da Concessão.

Os limites de cobertura do seguro de lucros cessantes devem ser compatíveis com a expectativa de receita anual da concessão.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

D) Das Cauções de Cumprimento das Obrigações das Concessionárias: as Concessionárias têm a obrigação de manter vigente, durante todo o prazo da Concessão, garantias contratuais correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor estimado de arrecadação bruta prevista a ser realizada, conforme quadro de receita tarifária, constante da proposta comercial, considerando como regras de atualização as mesmas datas e os mesmos percentuais em que forem alteradas as tarifas de pedágio, sempre calculado sobre o valor da receita de pedágio a realizar, a partir da projeção de tráfego da proposta comercial. Para adequar a caução a um valor compatível, por ocasião do 20º (vigésimo) aniversário da concessão, no cálculo para sua renovação, o valor encontrado da caução deverá se manter inalterado nos períodos subsequentes, apenas atualizado de conformidade com a variação das tarifas de pedágio, até o advento do termo contratual ou extinção da concessão.

E) Do Sistema Tarifário: As Tarifas de pedágio foram fixadas nos contratos, sendo tratadas em um anexo específico do edital. Os contratos também possibilitam que, para manter a adequada fluidez do trânsito e propiciar maior comodidade aos usuários, o DER e as concessionárias poderão arredondar os valores das tarifas. Ficou vedado ao DER estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários do Lote.

F) Os contratos estabeleceram que terão trânsito livre nas rodovias e nos trechos rodoviários de acesso que compõem o lote, ficando, portanto, isentos do pagamento de pedágio, os veículos:

- I - de propriedade da Polícia Militar Rodoviária;
- II - de atendimento público de emergência, tais como do Corpo de Bombeiros e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Ambulâncias, quando em serviço;

III - das forças militares, quando em instrução ou manobra; e, IV - oficiais, desde que credenciados em conjunto, pelo DER e pelas concessionárias.

G) As concessionárias, ao seu único e exclusivo critério e responsabilidade, poderão conceder descontos tarifários, bem como, assim, realizar promoções tarifárias, inclusive procedendo a reduções sazonais em dias e horas de baixa demanda, sem que isto, todavia, possa gerar qualquer direito de a mesma solicitar compensação nos valores das tarifas.

H) As tarifas de pedágio são diferenciadas por categoria de veículos, em decorrência dos desgastes físicos diferenciados que os mesmos acarretam às rodovias e aos trechos rodoviários de acesso que compõem o lote, que implicam em custos diferenciados de engenharia das vias.

I) **Do Início da Cobrança da Tarifa de Pedágio:** A cobrança da tarifa de pedágio teve início somente após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "Trabalhos Iniciais", conforme definido no programa de exploração do lote. As concessionárias, imediatamente após a conclusão dos "Trabalhos Iniciais", encaminharam solicitação ao DER para iniciar a cobrança do pedágio, acompanhada de cópia dos projetos e de outros documentos das obras e serviços realizados. Previamente à autorização para o início da cobrança do pedágio, o DER realizou a vistoria final das obras e serviços de engenharia realizados.

J) **Do Reajuste da Tarifa Básica:** o valor da Tarifa Básica das praças de pedágio será reajustado anualmente, sendo que o cálculo do reajuste

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

será feito pelas concessionárias e previamente submetido à fiscalização do DER para verificação da sua correção. O DER tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para verificar a, se correto, homologar o reajuste, sendo que passado o referido prazo sem que o DER se manifeste, o reajuste considerará-se autorizado para todos os fins contratuais. Quando houver discordância do DER quanto os cálculos apresentados, este deverá apresentar, à respectiva concessionária, os novos cálculos, apontando de forma clara quais as incorreções verificadas. Homologado o reajuste da tarifa pelo DER, as concessionárias ficarão autorizadas a praticar o reajuste.

K) Das Fontes de Receitas: a principal fonte de receita das concessionárias será do recebimento da tarifa de pedágio, sendo que em razão da peculiaridade do serviço a ser prestado, é facultado às concessionárias explorarem outras fontes de receitas, sejam elas complementares, acessórias ou alternativas à fonte de receita principal. A exploração dessas fontes de receita dependerá, em cada caso, da prévia aprovação do DER, que analisará o impacto da receita esperada sobre as demais receitas das concessionárias, mediante demonstrativo a ser apresentado. Constituem receitas alternativas, complementares ou acessórias quaisquer receitas das concessionárias não advindas do recebimento de pedágio ou de aplicações financeiras, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração do lote, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso, neste último caso atendidas as seguintes condições:

- quando detectado o excesso de peso, as concessionárias emitirão o competente auto de infração, por funcionário especialmente credenciado pelo DER; - o veículo será liberado após o cumprimento



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



das exigências do Código Nacional de Trânsito e de seu Regulamento;

- o DER se responsabilizará pela emissão e pela cobrança da multa;
- os repasse dos valores das multas às concessionárias serão feitos na forma estabelecida em ato do Diretor Geral do DER.

L) **Da Assunção de Riscos:** as concessionárias, por ocasião da assinatura do contrato de concessão, assumiram integral responsabilidade por todos os riscos inerentes à concessão, exceto nos casos em que o contrário dele resulte. Assumiram, ainda, integralmente e para todos os efeitos, o risco de trânsito inerente à exploração do lote, neste se incluindo o risco de redução do volume de trânsito, inclusive em decorrência da transferência de trânsito para outras rodovias ou trechos rodoviários de acesso, ressalvados os casos em que a redução de trânsito resulte de ato unilateral do Contratante ou do Poder Concedente com impacto no equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

M) **Meio Ambiente:** a obtenção de todas as licenças e autorizações, dentre outras as da esfera ambiental, necessária para o cumprimento de suas atividades, é de responsabilidade das concessionárias.

N) **Serviços a serem prestados aos usuários:** Trabalhos ao Longo da Concessão, compreendendo as obras de restauração das rodovias principais e respectivos trechos urbanos, e de ampliação/melhoria de sua capacidade, e a prestação de serviços de operação, conservação, e manutenção dessas rodovias, incluindo a monitoração de tais serviços, bem como a recuperação, manutenção e conservação dos trechos rodoviários de acesso ("oferta"). A concessão da exploração do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

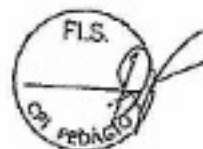
lote pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, fluidez do tráfego, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

- regularidade: a prestação dos serviços nas condições estabelecidas no programa de exploração, no contrato e nas normas técnicas aplicáveis;
- continuidade: a manutenção, em caráter permanente, da oferta dos serviços previstos no programa de exploração;
- eficiência: a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas da concessão;
- conforto: a manutenção nas pistas de rolamento, de sinalização, de informações, de comunicações e de cobrança de pedágio em níveis que assegurem a comodidade dos usuários conforme definido no programa de exploração;
- segurança: a operação, nos níveis exigidos no programa de exploração do lote, dos sistemas referidos na letra anterior, de modo a que sejam mantidos, em níveis satisfatórios, os riscos de acidentes, compreendendo, também, os serviços de atendimento mecânico/resgate, e de atendimento médico de primeiros socorros;
- fluidez do tráfego: as boas condições de fluidez do trânsito, alcançadas pelo correto e eficiente gerenciamento dos sistemas referidos na letra "d" acima, propiciando que os usuários alcancem seus destinos de acordo com as suas programações de tempo, sem



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



congestionamentos decorrentes de gerenciamento incorreto ou ineficiente, inclusive nas praças de pedágio e nos postos de pesagem;

- atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e a expansão do serviço, na medida das necessidades;
- generalidade: universalidade da prestação dos serviços conforme previstos no programa de exploração, isto é, serviços iguais para todos os usuários, sem qualquer discriminação;
- cortesia na prestação dos serviços: tratamento adequado aos usuários;
- modicidade da tarifa: a justa correlação entre os encargos da concessionária e a retribuição dos usuários, expressa no valor das tarifas de pedágio.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## 3.3.3. Os aditivos e suas consequências

O ato unilateral de Lerner de julho de 1998

Conforme já mencionado, em julho de 1998, menos de um mês após o início da cobrança do pedágio, o governador Jaime Lerner, unilateralmente, determinou a redução em 50% das tarifas. A época era de plena campanha eleitoral. E não foi, portanto, sem razão que o relatório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná assim pontuou: "exceto do ponto de vista político eleitoral, o fato foi incompreensível do qualquer posição que se olhe". É importante ressaltar que o ato unilateral do governador também determinou importantes cortes nos investimentos previstos para as rodovias paranaenses.

O Relatório Preliminar de Trabalhos, elaborado pelo Ministério Público Federal, que organizou uma força-tarefa para investigar o pedágio paranaense, faz um resumo muito preciso do que caracteriza como "a tônica anárquica que seria utilizada pelo Estado do Paraná para a condução dos contratos nos anos seguintes":

*"O pedágio começou a vigor no Estado em 20 de junho de 1998. No dia 15 de julho de 1998, 24 dias depois de os pedágios começarem a operar, o Governador Jaime Lerner editou um decreto unilateral, reduzindo todas as tarifas em 50% e também diminuindo as obras de obrigação da concessionária a" (página 11). O MPF afirma que o ato foi adotado "à revelia da União e sem nenhum embasamento técnico".*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



No dia 13 de agosto do mesmo ano, as concessionárias ingressaram com ação judicial pedindo a nulidade do ato unilateral. No dia 21 de agosto, obtiveram liminar que as desobrigou de realizar obras e investimentos em suas concessões até a decisão final do processo e enquanto durasse a redução das tarifas. Em 17 de dezembro de 1999, outra liminar restabeleceu os valores das tarifas fixadas nos contratos de concessão, acrescidos dos reajustes calculados de acordo com a fórmula dos contratos originais. Mas as concessionárias não eram obrigadas a retomar os investimentos.

Essa anarquia, como bem diz o relatório do MPF, levou aos Termos Aditivos de 2000 e 2002. Os Termos Aditivos aos contratos originais, firmados em 2000 e 2002, são a comprovação dessa anarquia havida após a assinatura do contrato.

De acordo com o Relatório Preliminar do Ministério Público Federal, sob o argumento da necessidade de se recompor o equilíbrio econômico e financeiro do contrato alterado pelo decreto unilateral de julho de 1998, os aditivos terminaram por mudar completamente os contratos de concessão originais.

Dentre outras inexplicáveis medidas, o próprio Estado estabeleceu a revogação retroativa do termo unilateral de 1998, transferiu o ônus de desapropriação das concessionárias para o Estado, estabeleceu novos critérios de reajustamento da tarifa, suprimiu e postergou diversos investimentos. A forma de medição e fiscalização da prestação de serviços foi alterada. Onde o critério era a área a ser trabalhada, mudou-se para os insumos a serem utilizados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

De acordo com o relatório, Rogério Tizzot, então diretor-presidente do DER, durante o governo de Roberto Requião, afirmou que a restauração do Lote que cabia à concessionária Econorte havia atingido apenas "25% da extensão total prevista, e consumiu 70% da verba total prevista (Termo Aditivo de 2002)". Os Termos Aditivos estabeleceram igualmente que as novas obras, não previstas nos contratos originais, teriam seus custos calculados com base na tabela do DER.

A modelagem básica dos diversos contratos de concessão, no decorrer da execução dos serviços e obras contratadas, sofreu, em cada um dos lotes, diversas alterações mediante aditivos. De diversos depoimentos tomados por esta CPI, quase todos afirmaram que os aditivos desnaturaram os contratos originários alterando prazos, obras, tarifa, reduzindo dever de alguns investimentos e melhorias etc. Além da própria crítica ao conteúdo dos aditivos, esta CPI pode concluir, com segurança, que o fator determinante para as suas realizações teve origem política, no contexto do Governo Jaime Lerner, na medida em que, buscando reeleição, determinou a diminuição das tarifas em 50% (cinquenta por cento), o que ensejou a necessidade de rediscussão dos termos contratuais. Referidos aditivos nasceram como produto de um acordo judicial e, em momento posterior, foram objeto de impugnação judicial. Os processos em que se debate a legitimidade dos termos adicionais aos contratos originários encontram-se suspensos e o mérito das decisões judiciais não podem ser objeto de CPI. A questão é que inexistiu decisão judicial declarando a inconstitucionalidade ou ilegalidade desses atos.

Pretende-se, neste tópico 2.2.1., descrever, em relação a cada lote, as principais alterações decorrentes desses aditivos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**A. LOTE 01 - ECONORTE**

**1 Aditivo – nº 018/2000 de 22 de março de 2000:**

Objetivo: Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após o período de tarifas reduzidas (de 15/07/98 a 22/03/00) e suspensão dos investimentos.

Principais Alterações:

- Redução e postergação de investimentos.  
Recomposição tarifária com 100% tarifa original para carros/ônibus e de 82% para caminhões.
- Obrigação de promover desapropriações passou para o Poder Concedente.
- Alteração do 2º reajuste contratual para 27/03/00, do 3º para 01/12/00 e a partir daí todo dia 1º de dezembro.
- Futuras alterações unilaterais do contrato somente com prévia autorização da União e prévio restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro confirmado por comissão de peritos.
- Reconhecimento de investimentos realizados e redução e relocação de investimentos futuros.

**2º Aditivo – nº 033/2002 de 15 de maio de 2002**

Objetivo: Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após os seguintes eventos:

- ISSQN – incidindo sobre receitas de pedágio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

- CPMF - alteração da alíquota para 0,38%.
- Lapso temporal do reajuste da tarifa previsto no último reajuste.
- Alteração do ano contratual para o ano civil.
- Receitas Acessórias auferidas pela Concessionária.

## Principais Alterações:

- Mudança de locação da Praça de Pedágio de Cambará para

Jacarezinho, passando a pedaggiar veículos no sistema BR-369 e BR153.

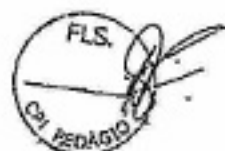
- Incremento de Tráfego e receita devido ao evento acima, que foi considerado no modelo a partir de 1 julho de 2003.
- Incremento de 51,6 km da BR-153 e 14,3 km da Rodovia PR-090 como rodovias principais no Lote 1.
- Alteração do fluxo de caixa da proposta comercial para corrigir os eventos citados.
- Mudança do Programa de Investimento:
- Antecipação do Contorno Norte de Ibiporã, em pista dupla, para término em 2002.
- Antecipação da restauração.
- Antecipação de segmento de 6 km de Duplicação na rodovia BR-369.
- Implantação de passarelas.
- Recuperação Inicial de 51,6 km da BR-153 e 14,3 km da Rodovia PR-090.
- Previsão de Restaurações e Manutenções de 51,6 km da BR-153 e 14,3 km da Rodovia PR-090.
- Supressão dos call-boxes.
- Postergação do AVI.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**B. LOTE 02 - VIAPAR**

**1º Aditivo – nº 015/2000 de 22 de março de 2000**

**Objetivo:** Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após o período de tarifas reduzidas (de 15/07/98 a 22/03/00) e suspensão dos investimentos.

**Principais Alterações:**

- Redução e postergação de investimentos.
- Recomposição tarifária com 100% tarifa original para carros/ônibus e de 82% para caminhões.
- Obrigação de promover desapropriações passou para o Poder Concedente.
- Alteração do 2º reajuste contratual para 27/03/00, do 3º para 01/12/00 e a partir daí todo dia 1º de dezembro.
- Futuras alterações unilaterais do contrato somente com prévia autorização da União e prévio restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro confirmado por comissão de peritos.
- Reconhecimento de investimentos realizados e redução e re-locução de investimentos futuros.

**2º Aditivo – nº 032/2002 de 15 de maio de 2002**

**Objetivo:** Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após os seguintes eventos:

254



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- ISSQN – incidindo sobre receitas de pedágio.
- CPMF - alteração da alíquota para 0,38%.
- Lapsó temporal do reajuste da tarifa previsto no último reajuste.
- Alteração do ano contratual para o ano civil.
- Receitas Acesórias auferidas pela Concessionária.
- Principais Alterações:
- Alteração do fluxo de caixa da proposta comercial para corrigir os eventos citados.
- Mudança do Programa de Investimento com vistas a melhor atender as expectativas do usuário:
- Alteração do programa de obras (antecipação de algumas duplicações e postergação de outras, readequação do cronograma de restaurações).
- Implantação de passarelas.
- Supressão dos call-boxes.
- Alteração do cronograma de implantação dos novos postos de pesagem.

**C. LOTE 03 - RODOVIA DAS CATARATAS S/A**

1º Aditivo – nº 016/2000 de 22 de março de 2000

Objetivo: Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após o período de tarifas reduzidas (de 15/07/98 a 22/03/00) e suspensão dos investimentos.

Principais Alterações:

255



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- Redução e postergação de investimentos.
- Recomposição tarifária com 100% tarifa original para carros/ônibus e de 83% para caminhões.
- Alteração do 2º reajuste contratual para 27/03/00, do 3º para 01/12/00 e a partir daí todo dia 1º de dezembro.
- Futuras alterações unilaterais do contrato somente com prévia autorização da União e prévio restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro confirmado por comissão de peritos.
- Reconhecimento de investimentos realizados e redução e re-locução de investimentos futuros.

**2º Aditivo – nº 087/2002 de 24 de outubro de 2002**

**Objetivo:** Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após os seguintes eventos:

- Considerada a incidência do ISSQN;
- Ajuste da incidência do COFINS;
- Acertada a incidência da CSSL;
- Considerada a perda de receita devido à mudança da data do reajustamento;
- Introduzida a coincidência do ano de concessão com o ano fiscal; Ajustada a incidência dos degressos no mês de dezembro do ano fiscal;
- Acertados os custos anuais abaixo relacionados em função da coincidência do ano de concessão com o ano fiscal:
  - . Administração e Operação – Mão de Obra (Quadro 5);
  - . Administração e Operação – Outros Custos (Quadro 6);
  - . Custo de Conservação (Quadro 7);
  - . Verba de Fiscalização – DER / Polícia Rodoviária;
  - . Custos para execução dos Trechos Rodoviários de Acesso (Oferta).

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- Postergada com o mesmo valor, do Ano 04 para o Ano 06 (1/3) e Ano 07 (2/3), a Verba para Rescisão Contratual;
- A parcela da verba referente ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (84%), inerente aos anos 01, 02, 03 e 04 da Concessão, não paga por falta de convênio, foi eliminada.

- Consideradas as Receitas Alternativas:  
Alterações no Quadro 4 – Cronograma dos Investimentos:

- Restauração:

Considerado investimentos reais até 2001, orçados para 2002 e Proporcionais aos Investimentos previstos pelo DER no Termo Aditivo de 22.03.00 para 2003 em diante.

- Duplicações:

Foram considerados investimentos reais até 2001, orçados em 2002 e Proporcionais aos Investimentos previstos pelo DER no Termo Aditivo de 22.03.00 para 2003 em diante.

Ano 3: Área Urbana Cascavel (600,229 a 602,729) e Santa Terezinha – São Miguel (704,179 a 707,049).

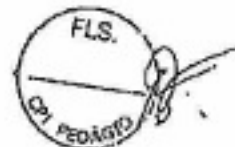
Ano 4: Área Urbana Cascavel (596,729 a 600,229) e Santa Terezinha – São Miguel (692,179 a 704,179).

Ano 5: Área Urbana Cascavel (594,740 a 596,729), São Miguel – Medianeira, incluindo Área Urbana de São Miguel (674,879 a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



692,179), trecho do Corredor da Biodiversidade e Área Urbana de Santa Terezinha de Itaipu (707,049 a 709,500).

No ano 5 foram acrescentadas as seguintes obras:

- uma ponte sobre o Corredor da Biodiversidade -
- uma trincheira no P.U. de São Miguel do Iguaçu -
- duas passagens subterrâneas.

O trecho da Área Urbana de Santa Terezinha de Itaipu não era previsto na Concessão, e foi incluído com valor previsto de R\$ 1.259.684,25, com conclusão até 31.12.02.

Ano 6: Área Urbana Medianeira (673,379 a 674,879).

Anos 10 a 16: Área Urbana de Cascavel (km 584,000 a 594,740) e Cascavel - Matelândia (602,729 a 654,870).

Ano 15: Área Urbana de Medianeira (667,520 a 673,379).

Anos 15 e 16: Matelândia / Medianeira (658,920 a 667,520).

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Ano 16: Área Urbana de Matelândia (654,870 a 658,920).

OBS.: Estão incluídas nas duplicações acima 22 interseções, sendo que se suprimiram as interseções I-3 e In-4, incluiu-se a I-4 no ano 6 e considerou-se a I-1 e I-8 no ano 24.

- Terceiras faixas:

Foram incluídas duas terceiras faixas no Perímetro Urbano de Cascavel no ano 07 e eliminadas as terceiras faixas entre Cascavel e Foz do Iguaçu. As terceiras faixas no trecho Guarapuava - Cascavel foram consideradas entre os anos 20 e 22.

- Restauração de Trechos de Oferta:

Foram consideradas, no ano 6, as restaurações do acesso a Juvinoópolis e do acesso ao Terminal Turístico de Santa Terezinha de Itaipu.

- Passarelas:

Ano 06 = 1 em Santa Terezinha de Itaipu,

Ano 07 = 1 em Medianeira, no valor

Ano 16 = 1 em Medianeira e outra em Matelândia,

- Pagamento de Sanções Administrativas:

O pagamento da multa de valor total de R\$ 1.280.000,00 está sendo efetuado com a execução das seguintes obras:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



- antecipação, para o ano 4, de duas terceiras faixas no Perímetro Urbano de Cascavel
- inclusão da execução, no ano 5, da trincheira TR2 no Perímetro Urbano de São Miguel do Iguaçu

- Posto de Pesagem Fixa:

Eliminado um que estava previsto para o Ano 05. Este posto será suprido pelos postos de pesagem móveis.

- Conjunto de Bases de Conservação:

Eliminado devido a que os serviços de conservação são terceirizados.

Estava previsto para o Ano 05.

- Centro de Operações da Concessionária - COC:

Eliminado. Estava previsto para o Ano 05.

- AVI:

Postergado para o Ano 14: Valor previsto no Ano 05 para aquisição

- Sistema de Pesagem Fixa:

Eliminada a aquisição de um equipamento previsto para o Ano 05;

Eliminadas as reposições de equipamentos previstas p/ os Anos 11, 17 e 23;

Mantidas reposições de equipamentos previstas para os Anos 10, 16 e 22.

- Call Box:

Eliminado: Valor previsto no Ano 16 para aquisição





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****D. LOTE 04 – CAMINHOS DO PARANÁ****1º Aditivo – nº 017/2000 de 22 de março de 2000**

Objetivo: Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após o período de tarifas reduzidas (de 15/07/98 a 22/03/00) e suspensão dos investimentos.

**Principais Alterações:**

- Redução e postergação de investimentos.
- Recomposição tarifária com 100% tarifa original para carros/ônibus e de 82% para caminhões.
- Obrigação de promover desapropriações passou para o Poder Concedente.
- Alteração do 2º reajuste contratual para 27/03/00, do 3º para 01/12/00 e a partir daí todo dia 1º de dezembro.
- Futuras alterações unilaterais do contrato somente com prévia autorização da União e prévio restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro confirmado por comissão de peritos.
- Reconhecimento de investimentos realizados e redução e re-locução de investimentos futuros.

**2º Aditivo – nº 086/2002 de 26 de outubro de 2002**

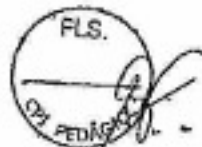
Objetivo: Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após os seguintes eventos:

- Considerada a incidência do ISSQN;
- Acertada a incidência do COFINS em dois meses do ano 03;
- Desconsiderada CPMF;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- Acertada a incidência da CSSL;
- Considerada a perda de receita devido à mudança da data do reajuste;
- Introduzida a coincidência do ano de concessão com o ano fiscal; • Inclusão de novos trechos na malha do Lote 04, atendendo aos padrões de serviços exigidos no PER, sendo:
  - BR 476, do Km 155+200 ao Km 198+200, como Rodovia Principal;
  - PR 427, do Km 32+500 ao Km 73+300, como Rodovia Principal;
  - Inclusão da Praça de Pedágio PP4.5 nas imediações do Km 191+850 da BR 476
  - Readequação das Tarifas Básicas com eliminação do incremento das tarifas básicas em 14,48% no Ano 07, previsto no Termo Aditivo de 22.03.00.
  - Considerada Verba de Rescisão de Contrato – DNIT / BR-476:
  - Inclusão de verba subdividida em três parcelas, nos Anos 06, 07 e 08, totalizando o valor de R\$ 924.284,08 base jan/97, nos Quadros 18 a 21 da Proposta Comercial.
  - Consideradas as seguintes Receitas Alternativas:
    - Ano 03 = R\$ 306.690,00
    - Ano 04 = R\$ 1.360.710,00
    - Ano 05 = R\$ 690.410,00
    - Ano 06 ao Ano 08 = R\$ 1.490.410,00
    - Ano 09 ao Ano 24 = R\$ 1.590.410,00
  - Ressarcimento de Sanções Administrativas: Inclusão do ressarcimento de sanções administrativas no Ano 04, no valor de R\$ 270.000,00 em jan/97, nos Quadros 18 a 21 da Proposta Comercial. A compensação deste ressarcimento foi feita no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

Quadro 4 – Cronograma de Investimentos com antecipação de 5,10 Km em obras de Restauração na BR-277, Km 168+170 ao 171+654 e Km 219+165 ao 220+781.

- Postergada a Recuperação Inicial do Trecho Rodoviário de Acesso para o ano 05:
- Ano 02 = R\$ 58.860,00
- Ano 05 = R\$ 1.302.080,00 + 58.860,00 = 1.360.940,00, conclusão em setembro de 2002.
- Controle por Resultados dos Serviços nas Rodovias BR-476 e PR427, segundo as especificações e parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos no PER.
- Alterações no Quadro 4 – Cronograma dos Investimentos, relativas às rodovias BR-277 e BR-373:
- Restauração: Considerados os investimentos reais até 2001, orçados para 2002 e de 2003 em diante os previstos no Termo Aditivo de 22.03.00.
- Eliminada a iluminação de trevos e acessos.
- Alargamentos de pontes nos Anos 05 a 09.
- Postergado Alargamento da Ponte Sobre o Rio Tibagi para Ano 24.
- Duplicação – BR-277 Guarapuava-Relógio:
- Antecipada para Ano 5 a duplicação da Ponte Sobre o Rio da Areia e de 400m de pista no encaixe das alças do novo Viaduto do Relógio. Do saldo previsto para os Anos 11 a 14, considerou-se 35% no Ano 13 e 65% no Ano 14.
- Remodelação do Trevo de Iratí – Anos 05 e 06: Implantação de Trevo de Acesso ao Distrito Industrial com a Duplicação de 0,8 Km da pista entre os mesmos;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- Remodelação do Trevo de Porto Amazonas – Ano 05;
- Remodelação do Entroncamento BR-277 e BR-376 – Anos 05 e 06: Atendendo solicitação da Comissão Tripartite. Obra compartilhada com o Lote 05. Considerado este novo item com 20% no Ano 05 e 80% no Ano 06.
- Eliminado Centro de Operações da Concessionária – COC: Estava previsto para o Ano 04 com o valor de R\$ 316.621,64.
- Postergado AVI para o Ano 14. Valor previsto no Ano 06 para aquisição = R\$ 1.426.110,00, Valor previsto no Ano 14 para reposição = R\$ 477.140,00 foi eliminado.
- Eliminado Call Box: Valor previsto no Ano 14 para aquisição = R\$ 3.469.260,00. Valor previsto distribuído entre os Anos 14 e 24 para reposição = R\$1.156.420,00 (Adotado como sendo um terço do valor de aquisição, seguindo o mesmo critério da Proposta Comercial para o AVI).
- Investimentos nas Rodovias BR-476 e PR-427:
- Recuperação Inicial - BR 476 - PR 427
- Implantação de Acostamentos na Rodovia BR-476, com revestimento em TSD.
- Mantidas as características geométricas existentes na PR427, largura de pista de 6,60m e largura de acostamentos de 0,75m.
- Restauração das Rodovias:
- 1ª Restauração – Ano 6 ao 14
- 2ª Restauração – Ano 15 ao 22
- 3ª Restauração – Ano 23 ao 24
- Duplicação da BR 476 – Anos 11 e 12
- Implantação de Terceiras Faixas – Anos 6 e 7

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- Interseções:
- Alargamento e Recuperação da Ponte sobre o Rio Iguaçu – Ano 6
- Viaduto na Lapa - Interseção das Rodovias BR 476 – PR 427 – Ano 06
- Trincheira no Trevo de Contenda – Ano 08
- Trincheira no Trevo de Mariental – Ano 12
- Trincheira no Trevo Principal da Lapa – Ano 13
- Implantação de 3 Passarelas na BR 476 – Ano 06
- Edificações de Apoio – P4,5 / SAU – Ano 06
- Posto de Pesagem BR-476 – Ano 08
- Correções Geométricas BR-476 – Concomitantes com a 1ª Restauração
- Implantação de Acostamentos na PR-427: Concomitante com as Restaurações;
- Verbas de Fiscalização e Aparelhamento da Polícia Rodoviária
- A Verba para Aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal não utilizada nos Anos 01 a 05 foi eliminada.

**E. LOTE 05 - RODONORTE****1º Aditivo – nº 018/2000 de 22 de março de 2000**

- Objetivo – Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após o período de tarifas reduzidas (de 15/07/98 a 22/03/00) e suspensão dos investimentos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



- Principais Alterações:
  - Redução e postergação de investimentos.
  - Recomposição tarifária com 100% tarifa original para carros/ônibus e de 82% para caminhões.
  - Obrigação de promover desapropriações passou para o Poder Concedente.
  - Alteração do 2º reajuste contratual para 27/03/00, do 3º para 01/12/00 e a partir daí todo dia 1º de dezembro.
  - Futuras alterações unilaterais do contrato somente com prévia autorização da União e prévio restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro confirmado por comissão de peritos.
  - Reconhecimento de investimentos realizados e redução e realocação de investimentos futuros.

2º Aditivo – nº 033/2002 de 15 de maio de 2002

- Objetivo – Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após os seguintes eventos:
  - ISSQN – incidindo sobre receitas do pedágio.
  - CPMF - alteração da alíquota para 0,38%.
  - Lapso temporal do reajuste da tarifa previsto no último reajuste.
  - Alteração do ano contratual para o ano civil.
  - Receitas Acessórias auferidas pela Concessionária.
- Principais Alterações:
  - Alteração do fluxo de caixa da proposta comercial para corrigir os eventos citados.
  - Mudança do Programa de Investimento.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- Antecipação do cronograma de restauração, garantindo a execução em 390 km até o ano 6 da Concessão.
- Postergação da duplicação da BR 376 para os anos 18 ao 24 e antecipação da duplicação da PR 151 de Pirai do Sul a Jaguaraiava do ano 22 para os anos 14 e 15.
- Supressão das 3ª faixas em pista dupla da BR 277 (75 km) previsto para os anos 14 ao 18 e inclusão de 146 km de 3ª faixas novas e alargadas em pista simples na BR 376 e PR 151 nos anos 4 a 6.
- Implantação de 8 novas passarelas em pontos críticos das rodovias do Lote 5 nos anos 5 e 6.
- Inclusão de 2,5 km de marginal na BR 376, região de Mauá da Serra;
- Supressão dos call-boxes previstos a partir do ano 5.
- Supressão do Centro de Controle Operacional previsto para o ano 3.
- Incremento de 6 novos postos de pesagem.
- Ressarcimento de Sanções Administrativas:
- Inclusão do ressarcimento de sanções administrativas no ano 04, no valor de R\$ 1.220.000 com compensação de R\$ 1.430.000 referente a 4,5 km de restauração na BR 277, no perímetro urbano de Campo Largo.

**F. LOTE 06 - ECOVIA**

1º Aditivo – nº 019/2000 de 22 de março de 2000



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Objetivo: Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após o período de tarifas reduzidas (de 15/07/98 a 22/03/00) e suspensão dos investimentos;

**Principais Alterações:**

- Redução e postergação de investimentos.
- Recomposição tarifária com 100% tarifa original para carros/ônibus e de 84,2% para caminhões.
- Obrigação de promover desapropriações passou para o Poder Concedente.
- Alteração do 2º reajuste contratual para 27/03/00, do 3º para 01/12/00 e a partir daí todo dia 1º de dezembro.
- Futuras alterações unilaterais do contrato somente com prévia autorização da União e prévio restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro confirmado por comissão de peritos.
- Reconhecimento de investimentos realizados e redução e re-locução de investimentos futuros.

**2º Aditivo – nº 104/2002 de 23 de dezembro de 2002**

Objetivo: Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após os seguintes eventos:

- ISSQN – incidindo sobre receitas de pedágio.
- CPMF – não foi considerada.
- Lapso temporal do reajuste da tarifa previsto no último reajuste.
- Alteração do ano contratual para o ano civil.
- Receitas Acessórias auferidas pela Concessionária.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****Principais Alterações:**

- Alteração no ano base do Contrato (dezembro/novembro) para ano civil (janeiro/dezembro);
- CSSL - as variações de alíquota da CSSL e seus respectivos períodos de vigência foram corrigidos no fluxo de caixa.
- Eliminação do degrau de 5,75% que ocorreria no ano 7 de Concessão, para ser acrescentado dois novos degraus iguais de 12,74% a serem aplicados em dezembro de 2003 e dezembro de 2004, respectivamente.
- A verba não utilizada entre os anos 1 a 5 de Concessão referente ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal foi eliminada.
- Adequação de investimentos, conforme programa apresentado no Anexo III - Projeção dos Investimentos em Obras:
- Supressão do sistema de comunicação através de "callboxes".
- Supressão do Centro Operacional de Controle - COC + Serviços de intervenção de restauração do pavimento e acostamento: a medição dos insumos efetivamente realizados no Ano 3 e Ano 4, evidenciou acréscimos em relação aos valores inicialmente estimados no Edital.
- Implementação de novas obras de melhoria e ampliação da capacidade, tais como: acessos, retornos, correções geométricas e paradas de ônibus.
- Equilíbrio econômico e financeiro conforme novos quadros da Proposta Comercial.

**G. ATA 17 COM FORÇA DE ADITIVO**

Transcorridos aproximadamente dois anos da assinatura do termo

269



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



aditivo de 2002, o Poder Concedente e a Concessionária Ecocataratas resolveram celebrar o que se denominou de contrato preliminar onde foi negociado redução de tarifa, redução de encargos e supressão das obras de ampliação da capacidade e foi instituída a Comissão Paritária através da Portaria 451/2004 do DER 02/08/04.

Em maio de 2005, a Comissão Paritária elaborou a Ata da 17ª reunião, encerrando seus trabalhos e enumerando as alterações contratuais para reequilíbrio do contrato, dentre elas redução de 30% das tarifas (válida a partir de agosto de 2004), eliminação das obras de melhoria e ampliação de capacidade e previsão de degraú tarifário de 17,4% previsto para junho de 2005. Porém, o Governo do Estado, se negou a negociar o 3º aditivo, pois a ata elaborada pela Comissão Paritária previa a desobrigação de investimentos por parte da concessionária, não sendo convergente com os interesses da sociedade paranaense. Sendo assim, iniciou-se novamente o embate jurídico entre as partes. O Poder Judiciário, contudo, concedeu tutela antecipada à Concessionária do Lote 3, reconhecendo as bases negociadas na Ata 17, fazendo valer a negociação ocorrida.

A denominada Ata 17 ainda está sendo discutida judicialmente, pois a Concessionária, demandada em uma ação judicial proposta pelo Poder Concedente, durante a realização dos estudos da comissão paritária, acabou reconvinando, e assim, de posse da ata conclusiva nº 17, pleiteou tutela antecipada, deferida, com base em seus alicerces (ação nº 2005.70.00.004071-0).

A tutela antecipada proferida em Agravo de Instrumento nº 2005.04.01.037574-9 confirmou o pedido da concessionária. Assim, percebe-se que o contrato de concessão daquele Lote não está sendo executado com base exclusivamente em ata de reunião, mas também com base em decisões judiciais

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

fundamentadas na mesma e derivadas do descumprimento do acordado pelo Estado à época.

3.3.4. A composição societária das empresas vendedoras das licitações e que vieram a assumir as concessões (afinal, quem são os donos das concessionárias?)

Uma das tarefas demandadas por esta CPI, e que comporta descrição e análise nesta fase do relatório em que se apresenta o histórico dos contratos, foi a de elucidar o quadro das composições societárias das empresas concessionárias e toda a sua evolução.

É o que se passa a apresentar em relação a cada um dos lotes de concessão.

**Histórico Societário das Concessionárias**

Abaixo o histórico societário das concessionárias de rodovias do Paraná, conforme esta CPI divulgou no site eletrônico [www.cpipedagogioparana.com.br](http://www.cpipedagogioparana.com.br) desde o início dos trabalhos no segundo semestre de 2013.

Lote 1 – Concessionária Econorte:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



ECONORTE

Quadro Sociário  
08/08/97

INVE ENGENHARIA DE OBRAS S/A  
CONSTRUTORA TRIUNFO LTDA

Santa Helena Flávia Lúcia  
Arthur Souto Matar Fátima  
Márcia Pinheiro Lima Júnior  
Sérgio de Oliveira Ribas

ECONORTE

Quadro Sociário  
15/12/97

INVE ENGENHARIA DE OBRAS S/A  
CONSTRUTORA TRIUNFO LTDA  
GRUPO ACCION S/A  
NECEO ENTREGANALLES CUBERTAS S/A  
SERGIO DE OLIVEIRA RIBAS  
CARLO ALBERTO NOTTARULLI  
LUIS FERNANDO WOLFF DE CARVALHO  
ANTONIO JOSE M. F. DE QUEIROZ  
ARISTO MARIO CEBOLLA  
HENRIQUE QUINTÃO PEDRUCI  
JOÃO VELLAR GARCIA  
BENEDITO WILSON DO NASCIMENTO JR

Santa Helena Flávia Lúcia  
Arthur Souto Matar Fátima  
Márcia Pinheiro Lima Júnior  
Sérgio de Oliveira Ribas





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



ECONORTE

Ordem Societária  
27/02/98

IVM ENGENHARIA DE OBRAS S/A
CONSTRUTORA TROUJO LTDA
GRUPO ACCION S/A
WEGCO ENTRECALLES CIMENTOS S/A
POLLEDO S/A - Engenharia, Arquitetura e Planejamento
SEBASTIÃO DE OLIVEIRA RIBAS
CARLO ALBERTO SOTTARELLI
LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO
ANTÔNIO JOSÉ M. F. DE QUEIROZ
ARIEDEU MARIO COBOLLA
HENRIQUE GUNTÃO PEDRINI
JOÃO VICAR GARCIA
REYNOLDO WILSON DO NASCIMENTO JR

Serra Negra Pinheiro Ltda  
Arthur Souto Máior Filizola  
Bálsamo Pinheiro Lima Junior  
Sergio de Oliveira Ribas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
 RELATÓRIO FINAL

FLS.  
 CPI PEDÁGIO

ECONORTE

Quadro Societário

INVI ENGENHARIA DE OBRAS S/A	Serra Negra Florestal Ltda
CONSTRUTORA TREMPER LTDA	Adriano Scatena Junior Filizola
GRUPO ACCION S/A	Máximo Pinheiro Lima Junior
NECO ENTREGANILLES CUBERTAS S/A	Sérgio de Oliveira Ribas
POLEDO S/A - REVENIR CONTABILIDADE E FINANCIA	
CONST. SANCHES TRUPOCHI LTDA	
CONEXILLO SERV. E CONST. LTDA	
SERGIO DE OLIVEIRA REBAS	
CARLO ALBERTO BOTTARELLI	
LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO	
JANTONIO JOSÉ M. F. DE QUEIROZ	
ARICU MARIO CEROLLA	
HENRIQUE OLINTÃO FREDERICI	
JOÃO VILAS GARCIA	
RENATO WALSON DO NASCIMENTO JR	

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINALFLS.  
CPI PEDÁGIO

ECONORTE

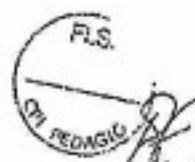
Quadro Secretário  
28/04/2014

MAI ENGENHARIA DE OBRAS S/A	Arthur Sampaio Mota Figueira
CONSTRUTORA TRIUNFO LTDA	Márcio Pignatelli Lima Junior
GRUPO ACCIONA S/A	Sérgio de Oliveira Ribes
RECISO ENTRECARAIRES CUBERTAS S/A	
POLLEDO S/A - SERVIÇOS, CONSTRUÇÃO E FINANÇAS	
CONSTRUTORA TRIPOLINI LTDA	Pedro Francisco Tripolini
CONVEYER SERVIÇOS E CONSLTDA	Antônio Sanchez
SÉRGIO DE OLIVEIRA RIBES	João Sanchez Junqueira
CARLO ALBERTO NOTTARELLI	
LUIZ FERNANDO WOLF DE CARVALHO	
ANTÔNIO JOSÉ M. F. DE QUEIROZ	
ARGEM MARIO CEDOLA	
HENRIQUE CURTÃO FREDERCI	
JOÃO VILLAR GARCIA	
BENEDITO WILSON DO NASCIMENTO JR	
JOAQUIM EDUARDO GOMES DUZ	
LUIZ CLAUDIO DE ANDRADE BRAGA	
SANTIAGO CRESPO	
MANOEL CARLOS DE LIMA ROSSITO	
JOSÉ ANTÔNIO ARAÚJO FERNANDES	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
 RELATÓRIO FINAL



ECONORTE

Quarta Sessão  
 25/04/03

INVESTIMENTOS DE OBRAS S/A	Antônio Sérgio Matar Fossati
TRIUNFO PART. E INVESTIMENTOS S/A	Márcio Pinheiro Lima Junior
ACCIONA DO BRASIL LTDA	Gláucia de Oliveira Rêgo
COLLEDO DO BRASIL SERV. CONSTR. LTDA	
CONSTR. SANCHES TRIPOLI LTDA	Paulo Francisco Tripoli
CONHEVIL E SERVIÇOS E CONSTR. LTDA	Antônio Sanches
SÉRGIO DE OLIVEIRA RUAS	João Sanches Araújo
CARLO ALBERTO BOFFARELLI	
LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO	
ANTÔNIO JOSÉ M. F. DE QUEIROZ	
AYRTON RUY GIBULIN FILHO	
MÁRIO MARINO LIMA JUNIOR	
JOÃO VELLAR GARCIA	
WILSON DE ANDRADE MEISTER	
JOAQUIM EDUARDO GOMES DUZ	
LUIZ CLÁUDIO DE ANDRADE BRAGA	
WENCESLAO MACIEN RODRIGUEZ	
MARCEL CARLOS L. ROSSITO	
ANDRÉ TRIPOLI	
JOSE FERNANDO REIA NUSIAN	
JOSÉ LUIZ RIVET	

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINALFLS  
CPI PEDÁGIO  
[Signature]

EGONORTE

Quando Sessão nº 2010/03

TOA ENGENHARIA DE OBRAS S/A	Arthur Bolfo Maier Filizola
TRIUNFO PART. E INVESTIMENTOS S/A	Márcia Pinheiro Lima Junior
ACCIONADO BRASIL LTDA	Sergio de Oliveira Ribes
POLLEDO DO BRASIL SERV. CONST. LTDA	
CONSE. SANCHES TRIPOLINI LTDA	Paulo Francisco Tripolini
CONVILLE SERVIÇOS E CONST. LTDA	Antônio Sanches
SÉRGIO DE OLIVEIRA RIBES	João Sanches Junqueira
CARLO ALBERTO BOTTARELLI	
LUIZ FERNANDO WOLFE DE CARVALHO	
ANTÔNIO JOSÉ M. F. DE QUEIROZ	
ANTÔNIO RUY GIBELIN FILHO	
MÁXIMO PINHEIRO LIMA JÚNIOR	
JOÃO VELLAR GARCIA	
WILSON DE ANDRADE MEISTER	
JOAQUIM EDUARDO GOMES DAZ	
LUIZ CLÁUDIO DE ANDRADE BRAGA	
MANUEL HERNANDEZ RODRIGUEZ	
MANUEL CARLOS L. ROSSETTO	
ANDRÉ TRIPOLINI	
JOSÉ FERNANDO NELA MURIAM	
JOSÉ LUIZ RIVET	
FABIO LUIS DOS SANTOS	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
 RELATÓRIO FINAL



ECONORTE

Atividade Social Atual  
 01/03/2014

RIA ENGENHARIA DE OBRAS S/A	Arthur Souza Muler Pimenta
TRIUNFO PART. E INVESTIMENTOS S/A	Marcelo Pinheiro Lima Júnior
ACCIONA DO BRASIL LTDA	Sérgio de Oliveira Ribeiro
POLIEDO DO BRASIL SERV. CONST. LTDA	
CONST. SANCHES TRIPOLINI LTDA	Paulo Francisco Tripolini
ENGEPA S/A INFRAESTRUTURA LTDA	Antônio Sanches
	João Sanches Assunção

ECONORTE

Atividade Social Atual  
 21/11/2013

TRIUNFO PART. E INVESTIMENTOS S/A	51,18% - Triunfo Holding Participações Ltda
	32,32% - Free Float
	14,85% - SINDESPAR
	02,05% - Controladores e Administradores

Lote 2 - Concessionária Viapar:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

VIAPAR

Quadro Sociário  
v. 03/10/57

CONSTRUTORA QUEROZ GALVÃO S/A
CONSTRUTORA COWAN LTDA
CARDICA CHRISTIAN-HENSEN ENG. S/A
EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TEC. S/A

VIAPAR

Quadro Sociário  
v. 15/01/70

QUEROZ GALVÃO CONC. PART. S/A
CONSTRUTORA COWAN LTDA
CARDICA CHRISTIAN-HENSEN ENG. S/A
EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TEC. S/A

VIAPAR

Quadro Sociário  
v. 20/01/70

QUEROZ GALVÃO CONC. PART. S/A
CONSTRUTORA COWAN LTDA
CARDICA CHRISTIAN-HENSEN ENG. S/A
EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TEC. S/A
STRATA CONC. INTEGRADAS S/A
SALLO YANDERLEY
CARLOS HENRIQUE DA CRUZ LIMA
MARCELO OLIVEIRA OLIMPIO
EDUARDO MILLO MOURA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



VIAPAR

Comissão Especial	
	QUEIROZ GALVÃO CONC. PART. SA
	CONSTRUTORA COWAN LTDA
	CARDOCA CHRISTIANEISEN ENR. SA
	STRATA CONC. INTEGRADAS SA
	SALLO WANDERLEY
	CARLOS HENRIQUE DA CRUZ LIMA
	MARCELO OLIVEIRA OLIMPIO
	EDUARDO MELLO NOGUEIRA

VIAPAR

Comissão Especial	
	QUEIROZ GALVÃO CONC. PART. SA
	CONSTRUTORA COWAN LTDA
	CARDOCA CHRISTIANEISEN ENR. SA
	STRATA CONC. INTEGRADAS SA
	CAMARGO CAMPOS ENR. ENR. E COM.
	SALLO WANDERLEY
	CARLOS HENRIQUE DA CRUZ LIMA
	MARCELO OLIVEIRA OLIMPIO
	EDUARDO MELLO NOGUEIRA
	MARCOS REYREDO CAMPOS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

VIAPAR

Quadro Sociário  
CPI DO PEDÁGIO

QUEIROZ GALVÃO CONC. PART. S/A
CONSTRUTORA COMAN LTDA
CARUÇA CHRISTIAN-HELSEN ENG. S/A
STRATA CONC. INTEGRADAS S/A
CAMARGO CAMPOS S/A - ENG. E COM.
SARLO WANDERLEY
CARLOS HENRIQUE DA CRUZ LIMA
MARCELO OLIVEIRA OLÍMPIO
ARTHUR RACHE FILHO
MARCOS REVEREDO CAMPOS

VIAPAR

Quadro Sociário  
CPI DO PEDÁGIO

QUEIROZ GALVÃO CONC. PART. S/A
CONSTRUTORA COMAN LTDA
CARUÇA CHRISTIAN-HELSEN ENG. S/A
STRATA CONC. INTEGRADAS S/A
CAMARGO CAMPOS S/A - ENG. E COM.
SARLO WANDERLEY
PAULO CÉSAR ALMEIDA CABRAL
MARCELO OLIVEIRA OLÍMPIO
CRISTIANO GUIMARÃES FONSECA
LUIZ ROBERTO DE CAMPOS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



VIAPAR

Quinto Suplemento  
27/07/08

QUEIROZ GALVÃO CONC. PART. SA
CONSTRUTORA COMAN LTDA
CARDOZ CHRISTIANI RESEN ENQ. SA
STRATA CONC. INTEGRADAS SA
CAMARGO CAMPOS SA - ENG. E COM.
PAULO CÉSAR ALMEIDA CADRAL
MARCELO OLIVEIRA OLIMPIO
CHRISTIANO GUBERNATES FONSECA
JOSÉ PAULO TOLLER MOTTA
LUIZ ROBERTO DE CAMPOS

VIAPAR

Quinto Suplemento  
28/07/08

QUEIROZ GALVÃO CONC. PART. SA
CONHE CARDOZ CONTECÇÕES SA
CONSTRUTORA COMAN LTDA
PRESENYAR PARTICIPAÇÕES SA
STRATA CONC. INTEGRADAS SA
CAMARGO CAMPOS SA - ENG. E COM.
M & O CONSULTORIA E PART. LTDA
PAULO CÉSAR ALMEIDA CADRAL
MARCELO OLIVEIRA OLIMPIO
CHRISTIANO GUBERNATES FONSECA
JOSÉ PAULO TOLLER MOTTA
LUIZ ROBERTO DE CAMPOS

Syval Filgueiras de Moraes Junior  
Marcelo Dorja Filgueiras de Moraes  
Silvano Dorja Filgueiras de Moraes Neto





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



VIAPAR

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

QUINZE GALVÃO CONC. PART. S/A  
CCNE CARIOCA CONCESSÕES S/A  
CREDICOM - COM. INFO. E SERV. LTDA  
CONSTRUTORA COMAN LTDA  
PRESETER PARTICIPAÇÕES S/A  
STRATA CONC. INTEGRADAS S/A  
CAMARGO CAMPOS S/A - ENG. E COM.  
M & G CONSULTORIA E PART. LTDA  
ERG PARTICIPAÇÕES LTDA  
PAULO RENATO M. NOGUEIRA DA MOTA  
JOSÉ MARIA DUENO CARVALHO  
CHRISTIANO GUMARÃES FONSECA  
RICARDO VON GLEHN  
LUZ RODOLFO DE CAMPOS

Sylvio Figueiras de Moraes Junior  
Marcelo Dória Figueiras de Moraes  
Silvane Dória Figueiras de Moraes Neto

VIAPAR

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

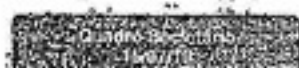
QUINZE GALVÃO CONC. PART. S/A  
CCNE CARIOCA CONCESSÕES S/A  
CREDICOM - COM. INFO. E SERV. LTDA  
CONSTRUTORA COMAN LTDA  
PRESETER PARTICIPAÇÕES S/A  
STRATA CONC. INTEGRADAS S/A  
CAMARGO CAMPOS S/A - ENG. E COM.  
M & G CONSULTORIA E PART. LTDA  
ERG PARTICIPAÇÕES LTDA  
DICK GUADALUPE MORENO  
JOSÉ MARIA DUENO CARVALHO  
CHRISTIANO GUMARÃES FONSECA  
RICARDO VON GLEHN  
LUZ RODOLFO DE CAMPOS

Sylvio Figueiras de Moraes Junior  
Marcelo Dória Figueiras de Moraes  
Silvane Dória Figueiras de Moraes Neto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

VIAPAR



GUERREZ GALVÃO CONC. PART. S/A

CCNE CARIOCA CONCESSÕES S/A

CREDICOM - COM. INFO. E SERV. LTDA

CONSTRUTORA COWAN LTDA

PRESERVAR PARTICIPAÇÕES S/A

STRATA CONC. INTEGRADAS S/A

CAMARGO CAMPOS S/A - ENR. E COM.

M &amp; G CONSULTORIA E PART. LTDA

ERG PARTICIPAÇÕES LTDA

ERICK GUADALUPE MORENO

JOSÉ MARIA BUENO CARVALHO

EDUARDO BACHMEUSER

RICARDO VON GLENN

LUIZ RODOLFO DE CAMPOS

Syrval Figueiras de Moraes Junior  
Marcelo Dorja Figueiras de Moraes  
Syrval Dorja Figueiras de Moraes Neto

VIAPAR



GUERREZ GALVÃO CONC. PART. S/A

CCNE CARIOCA CONCESSÕES S/A

CREDICOM - COM. INFO. E SERV. LTDA

CONSTRUTORA COWAN LTDA

PRESERVAR PARTICIPAÇÕES S/A

STRATA CONC. INTEGRADAS S/A

CAMARGO CAMPOS S/A - ENR. E COM.

M &amp; G CONSULTORIA E PART. LTDA

ERG PARTICIPAÇÕES LTDA

ERICK GUADALUPE MORENO

JOSÉ MARIA BUENO CARVALHO

CHRISTIANO GUMARÃES FONSECA

RICARDO VON GLENN

LUIZ RODOLFO DE CAMPOS

Syrval Figueiras de Moraes Junior  
Marcelo Dorja Figueiras de Moraes  
Syrval Dorja Figueiras de Moraes Neto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

VIAPAR



QUERROZ GALVÃO CONC. PART. S/A
CCNE CARIOCA CONCESSÕES S/A
CREDECIM - COM. INFO. E SERV. LTDA
CN PART. EM CONC. DE RODOVIAS S/A
PRESERVA PARTICIPAÇÕES S/A
STRATA CONC. INTEGRADAS S/A
CAMARGO CAMPOS S/A - ENG. E COM.
M & G CONSULTORIA E PART. LTDA
ERG PARTICIPAÇÕES LTDA
ERICK GUADALUPE MORENO
JOSÉ MARIA BUENO CARVALHO
MARCELO ANTÔNIO CARVALHO MACEDO
FRANCISCO UBRATAN DE SOUZA
LUIZ RODOLPHO DE CAMPOS

Consultoria Cowi SA
Saulo Wanderley
Syriel Figueiras de Moraes Junior
Marcelo Borges Figueiras de Moraes
Silvane Borges Figueiras de Moraes Hall

VIAPAR



QUERROZ GALVÃO CONC. PART. S/A
CCNE CARIOCA CONCESSÕES S/A
CREDECIM - COM. INFO. E SERV. LTDA
CN PART. EM CONC. DE RODOVIAS S/A
PRESERVA PARTICIPAÇÕES S/A
STRATA CONC. INTEGRADAS S/A
CAMARGO CAMPOS S/A - ENG. E COM.
M & G CONSULTORIA E PART. LTDA
ERG PARTICIPAÇÕES LTDA
GILJERME NOGUEIRA DE CASTRO
JOSÉ MARIA BUENO CARVALHO
ANDRÉ DE OLIVEIRA CÂNCIO
FRANCISCO UBRATAN DE SOUZA
LUIZ RODOLPHO DE CAMPOS

Consultoria Cowi SA
Saulo Wanderley
Syriel Figueiras de Moraes Junior
Marcelo Borges Figueiras de Moraes
Silvane Borges Figueiras de Moraes Hall



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



VIAPAR

Quarta Sessão Ordinária  
14/07/13

DEBROS GALVÃO COM. PARTIC. S/A	Agua de Antonina S/A
OCRE CARIOCA COMISSÕES S/A	Companhia Energética Chapacá
ORDECOM - COM. INFO. E SERV. LTDA	Companhia Energética Santa Clara
CONSTRUTORA COWAN S/A	Concessionária Rio Barro S/A
PRESEVAR PARTICIPAÇÕES S/A	Concessionária Rio Jaramal S/A
ATRIATA COM. E COM. INTEGRADAS S/A	Destil e Mar. Saneamento Básico Ltda
CAMARGO CAMPOS Adv. e Part. Ltda	Headlight Vital Energia S/A
M & G CONSULTORIA E PART. LTDA	Mucuri Energética S/A
ERG PARTICIPAÇÕES LTDA	Ondina Gálvez Energia S/A
	SBP Gestão de Energia S/A
	Sedovias Integradas do Paraná S/A
	Saneamento Ambiental Água da Doca S/A
	Participações em empresas de saneamento básico
	Mixação Ana, de Cost
	Viapar S/A
	SAAB
	Comun. Investimentos e Infraestruturas
	Waneng Energética
	Concessionária Rio Barro
	Constr. Particip. e S/A
	Waneng
	Participações em empresas de saneamento básico
	SSMC Holding Ltda
	Presevar Construções Ltda
	Muper S/A
	Agua de Jaramal S/A
	Agua de Jaramal S/A
	Agua de Jaramal S/A
	Agua de Jaramal S/A
	Agua de Jaramal S/A

Lote 3 - Concessionária Ecocataratas:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINALECOCATARATASQuadro Sociário  
03/11/57

BANCO BANDEIRANTES S/A
CIVIL ENGENHARIA LTDA
DM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
MOMENTO ENG. DE CONST. CIVIL LTDA
THOMAS PETER SIMPONS
TIMOTHEO FERREIRA LIMA FILHO
LUZ ADILARDO GRAZIANI
NORBERTO MANOEL JANUZZI RAFFO
ROBERTO SILVA RAMOS
TEODORO OGUSTA
NESTOR OSWALDO GRINGETTI

Laura Lúcia Leone Vianza  
Hugo Garbaccio  
Lúcia Peret Anzures  
Olga Cecília Garbaccio Vianza  
Geórgia de C. Garbaccio  
Christa Maria G. Peret Anzures  
Lúcia Fernanda Leone VianzaECOCATARATASQuadro Sociário  
10/12/57

BANCO BANDEIRANTES S/A
CIVIL ENGENHARIA LTDA
DM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
MOMENTO ENG. DE CONST. CIVIL LTDA
LAURO LUIZ LEONE VIANZA
ANTÔNIO JACINTO CALDEIRO BALSA
LUZ ADILARDO GRAZIANI
NORBERTO MANOEL JANUZZI RAFFO
JUAN DE DIOS SANFUCCI
NORÉCIO ROBERTO DE VISA
NESTOR OSWALDO GRINGETTI
JULIO ROSSO CUPPOLO

Laura Lúcia Leone Vianza  
Hugo Garbaccio  
Lúcia Peret Anzures  
Olga Cecília Garbaccio Vianza  
Geórgia de C. Garbaccio  
Christa Maria G. Peret Anzures  
Lúcia Fernanda Leone Vianza



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
 RELATÓRIO FINAL



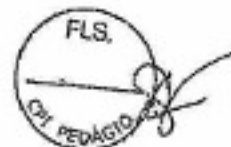
ECOCATARATAS

Quadro Sociário  
 17/12/2017

BANCO BARRIGANTES SPA
JOVIA ENGENHARIA LTDA
DM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
MINIEMTO ENG. DE CONST. CIVIL LTDA
LAURO LUIZ LEONE VIANNA
ANTÔNIO JACINTO CALDEIRO PALMA
LUIZ ABELARDO GRAZIANI
ROBERTO ARMANDO JANUZZI BATTO
JUAN DE DIOS SANTUCCI
HORACIO ROBERTO DE VITA
NESTOR OSWALDO GRANDETTI
JOÃO ROSSI CUPPOLOMI
VAL E DO PARANÁ - INVEST. COM. E PARTIC. LTDA
ROSSI PARTICIPAÇÕES LTDA
TRIDAG ENG. CONST. E MINERAÇÃO LTDA
ESTERFA ENGENHARIA LTDA
CONRADO DE CARVALHO ALVES
ARNALDO CROSATA JUNIOR
RICARDO ANTÔNIO C. D. MACHADO
HUMBERTO DE CAMPOS MACIEL

Lauro Luiz Leone Vianna  
 Hugo Garbaccio  
 Luiz Perai Antunes  
 Gisele Cecília Garbaccio Vianna  
 Gisele G. Garbaccio  
 Cheyete Maria G. Perai Antunes  
 Luiz Fernando Leone Vianna



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## ECOCATARATAS

Quadro Societário  
17/12/97

BANCO BANDEIRANTES SA
CIVILIA ENGENHARIA LTDA
DA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
MOMENTO ENG. DE CONST. CIVIL LTDA
LAURO LUIZ LEONE VIANNA
ANTÔNIO JACINTO CALHEIRO PALMO
LUIZ AGELARDO GRAZIANI
MORRERTO ARMANDO JANNUZZI RAFFO
JUAN DE DIOS SANTUCCI
HORÁCIO ROBERTO DE VITA
NESTOR OSVALDO GRINDETTI
JOÃO ROSSI CUPPOLONI
VALE DO PARANÁ - CIVIL DOCS E ENST LTDA
ROSSI PARTICIPAÇÕES LTDA
TRADI ENG. CONST. E MINERAÇÃO LTDA
ACR. ELEMENTS DE PARA LTDA

Lauro Luiz Leone Vianna  
Hugo Garbaccio  
Luiz Peres Antunes  
Gina Cecília Garbaccio Vianna  
Cecília de G. Garbaccio  
Chryslis Mente G. Peres Antunes  
Luiz Fernando Leone Vianna

## ECOCATARATAS

Quadro Societário  
10/04/03

CIVILIA ENGENHARIA LTDA
MOMENTO ENG. DE CONST. CIVIL LTDA
ROSSI PARTICIPAÇÕES LTDA

Lauro Luiz Leone Vianna  
Hugo Garbaccio  
Luiz Peres Antunes  
Gina Cecília Garbaccio Vianna  
Cecília de G. Garbaccio  
Chryslis Mente G. Peres Antunes  
Luiz Fernando Leone Vianna



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
 RELATÓRIO FINAL



ECOÇATARATAS

Quadro Societário 21/03/05	
CIVILIA SINGERHABA LTDA	Lauro Lício Leão Vazquez Hugo Garbaccio Luis Perini Almeida Gise Cecília Garbaccio Vazquez Benilde de C. Garbaccio Claryssa Maria G. Perini Antunes Luis Fernando Laureiro Silva
MOMENTO ENG. DE CONST. CIVIL LTDA	
ROFLAND S/A	

ECOÇATARATAS

Quadro Societário 25/02/08	
CIVILIA SINGERHABA LTDA	99.99% - Silvio Brasil Lado 00.01% - Marilene Wied
MARCELINO RAFAEL DE SERAS	
FEDERICO BOTTI	
MARCELLO GUIDOTTI	
PAULO AUGUSTO FRANZIS	

ECOÇATARATAS

Quadro Societário 29/12/09	
PRIMAY ECOLOGICAS S/A	
MARCELINO RAFAEL DE SERAS	
FEDERICO BOTTI	
MARCELLO GUIDOTTI	
ROBERTO KOTTI BARAGOME	

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINALECOCATARATASQuadro Societário  
01/03/10

ECORODOVIAS CONC. E SERV. S/A

MARCELINO RAFAEL DE SERAS

FEDERICO BOTTO

MARCELLO GUIDOTTI

ROBERTO NODI NAKAGOME

ECOCATARATAS

Quadro Societário

08/11/10

ECORODOVIAS CONC. E SERV. S/A

MARCELINO RAFAEL DE SERAS

FEDERICO BOTTO

MARCELLO GUIDOTTI

ROBERTO NODI NAKAGOME

DARIO RAIS LOPES

ECOCATARATAS

Quadro Societário Atual

13/03/13

ECORODOVIAS CONC. E SERV. S/A

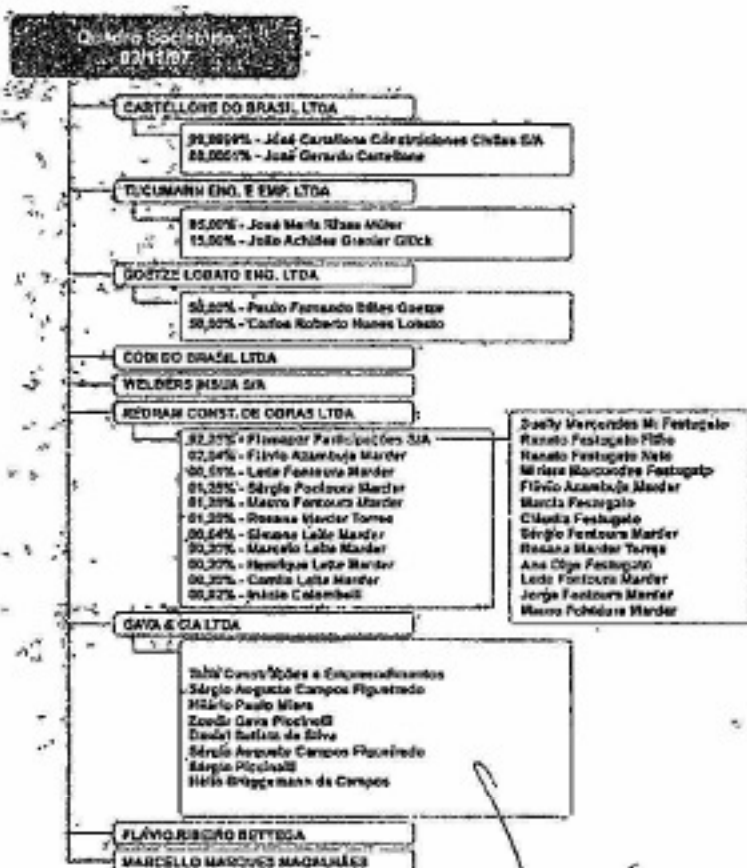
94,00% - C.R. Almeida / Própria Cam L e Cam. S.A.  
12,00% - Fidei Jussu

Lote 4 – Concessionária Caminhos do Paraná:



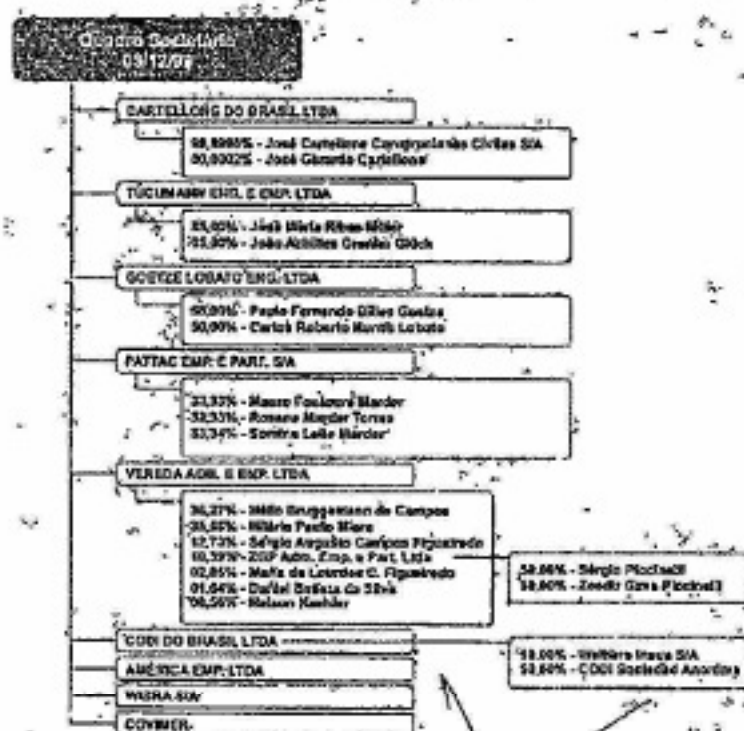
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

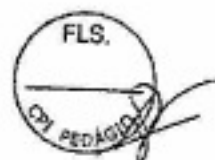
## CAMINHOS DO PARANÁ



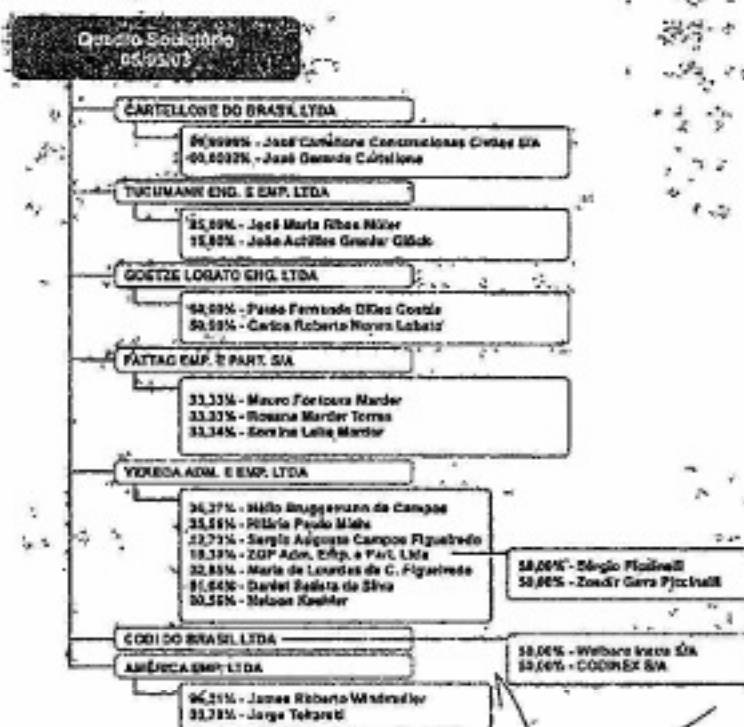


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
 RELATÓRIO FINAL



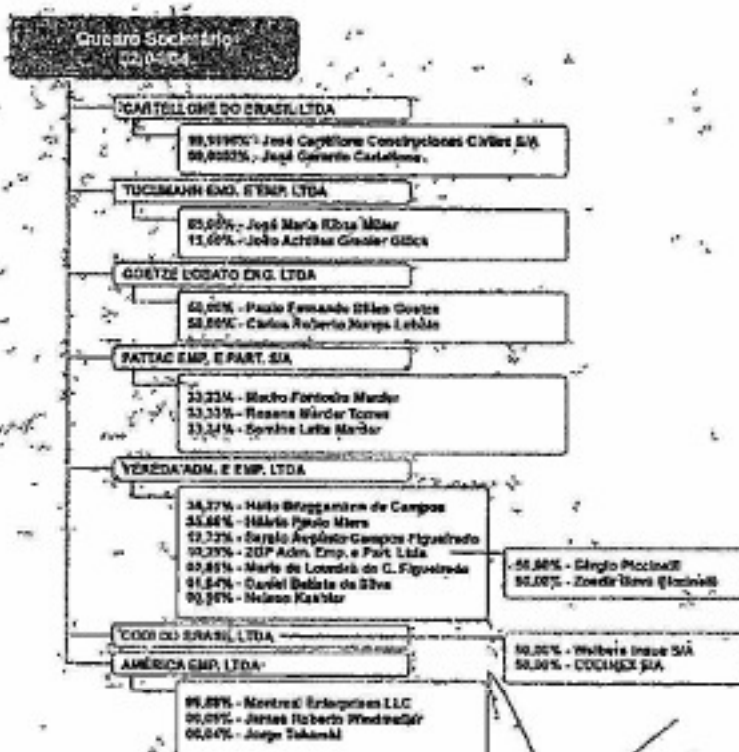
CAMINHOS DO PARANÁ





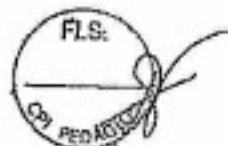
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## CAMINHOS DO PARANÁ

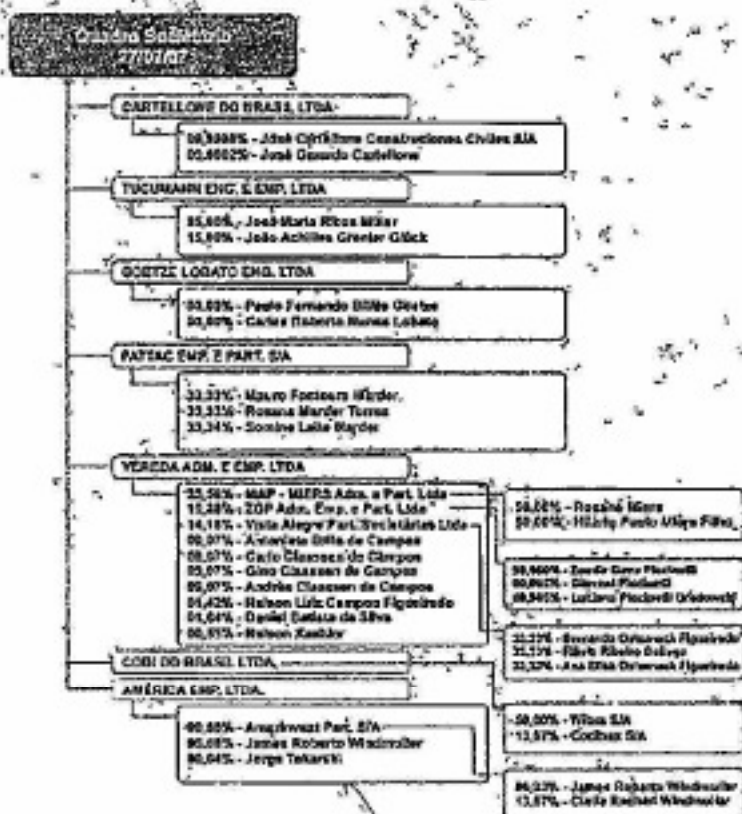




**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



## CAMINHOS DO PARANÁ













ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## RODONORTE

Quarta Sessão
03/11/2013
COM. BRAS. DE PROJ. E OBRAS - CBO
CONSTR. CASTILHO DE PORTO ALEGRE S/A
PEDRO AGUIAR DE FREITAS
MARCOS LOMBELLO RODRIGUES
JOÃO FRANCISCO BITTENCOURT

## RODONORTE

Quarta Sessão
11/04/2014
COMP. DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
ROTAS CENTRAIS PARTIC. S/A
CESBE S/A
PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
RENATO ALVES VALE
MARCELAETON SOARES DOS REIS
RICARDO COUTINHO DE SOUZA
CARLOS DIELOVOLA E SOUZA
PAULO DE TARSO CAMARÃO OPIE
JOÃO CÉSAR DORGES
PAULO ROBERTO R. GONDES
VILSON FLORES BURNELLO
Construtora Castilho S/A
BGPAR Ltda
André Luffmann
Alcides Milioli
Lola Carlos Camelo
Taciana Bernalte S/A
Humberto Cesar Bernalte
Anna Bernalte Bernalte
Vilson Flores Bernalte
Vilson Flores Bernalte
João Maria de Castro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## RODONORTE

Quadro Societário  
16/04/14

COMP. DE CONCESSÃO RODOMÁRIAS	Construtora Castilho SA
ROTAS CENTRAIS E PARTIC. SA	BRPAH Ltda.
CEBRE SA	André Loffman
PORTO DE CIMA CONCESSÕES SA	Adelino Milani
RENATO ALVES VALE	Lelo Carlos Carneiro
MASSAM UYEDA JUNIOR	Monteiro Bérice Participações SA
JOÃO FRANCISCO BITTENCOURT	Roberto Cesar Bussello
ANDRÉ LOFFMAN	Arno Mansueto Bussello
MÁRCIO JOSÉ BATISTA	Wilson Flores Bussello
LEONARDO COUTO MANHA	João Mário de Castilho
RICARDO FREDERICO ALVES FERREIRA	
FRANCISCO MANUEL R. PEREIRA MONDES	

## RODONORTE

Quadro Societário  
28/04/14

COMP. DE CONCESSÃO RODOMÁRIAS	Construtora Castilho SA
ROTAS CENTRAIS E PARTIC. SA	BRPAH Ltda.
CEBRE SA	André Loffman
PORTO DE CIMA CONCESSÕES SA	Adelino Milani
RENATO ALVES VALE	Lelo Carlos Carneiro
MASSAM UYEDA JUNIOR	Monteiro Bérice Participações SA
JOÃO FRANCISCO BITTENCOURT	Roberto Cesar Bussello
CARLOS DE LOYOLA E SILVA	Arno Mansueto Bussello
MÁRCIO JOSÉ BATISTA	Wilson Flores Bussello
LEONARDO COUTO MANHA	João Mário de Castilho
RICARDO FREDERICO ALVES FERREIRA	
FRANCISCO MANUEL R. PEREIRA MONDES	



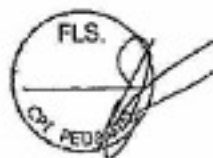
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**RODONORTE**

<b>CONSTRUTORA CARILHO SA</b>	74,38% - J. Manoel Adm. Partes. SA
<b>EGGUS Ltda</b>	68,50% - Dylis Jacomini
<b>André Lefmann</b>	62,50% - Ernesto Siqueira de Brito
<b>Abelio Ribot</b>	62,50% - James José Makarell
<b>Luís Carlos Cardozo</b>	60,96% - Maria Mello Makarell
<b>Mestre Bólido Participações SA</b>	61,85% - Marlene Nelly Makarell
<b>Humberto Cesar Bianchi</b>	61,85% - Ricardo Nelly Makarell
<b>Aure Macenato Bianchi</b>	61,85% - Marco Mello Makarell
<b>Vilson Flores Bianchi</b>	64,30% - José Francisco Bittencourt
<b>Wilson Flores Bianchi</b>	
<b>José Mario de Cássio</b>	
<b>COMP. DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS</b>	
<b>ROTA CENTRAIS E PARTIC. SA</b>	
<b>CESSO SA</b>	
<b>PORTO DE CIMA CONCESSÕES SA</b>	
<b>RENATO ALVES VALE</b>	
<b>MASAMI CYEDA JUNIOR</b>	
<b>JOÃO FRANCISCO BITTENCOURT</b>	
<b>CARLOS DE LOYOLA E FILIA</b>	
<b>MARCIO JOSÉ BATISTA</b>	
<b>LEONARDO COUTO VIANNA</b>	
<b>ITALO BOPPA</b>	
<b>ANTONIO LAMARCA DA COSTA</b>	

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## RODONORTE

Grupo Social  
19/10/06

COMA DE CONCESSÃO RODONORTE
CESER S/A
PORTO DE CIMA CONCESSÃO S/A
RENATO ALVES VALE
MARCELO LUYDA JUNIOR
JOSÉ FRANCISCO BITTENCOURT
CARLOS DE LOYOLA E SILVA
MARCO JOSÉ BATISTA
LEONARDO EDUATO VIANNA
ITALO ROPPA
ANTÔNIO LINHARES DA CUNHA

Participações Ltda  
Adri Laefes de Miranda  
Alceu Scazzaf de Araújo  
Bartolomeu Talamine Vilas Boas  
Breno Moraes  
Cayres de Loyola e Silva  
Douglas Albery Viegas  
Edmundo Talamine Filho  
Glenn de Loyola e Silva Macedo  
Eze de Deus Ferreira Loyola  
Gustavo de Loyola e Silva  
Gilberto Luis Cezar  
Valéria de Loyola e Silva e A. F. F. F. F.  
Isabel de Loyola e Silva  
Luziane Munhoz da Cunha  
Lúcia Maria Talamine Zambelo  
Márcia Antônia de Loyola e Silva  
Márcia Antônia Silva  
Mário Luis Talamine Cezar  
Mário Marcos Myska  
Mário Talamine  
Mário Talamine  
Maurício Maria Talamine Costa  
Márcia de Paiva Godoy  
Odilon de Loyola e Silva  
Odilon de Loyola e Silva Filho  
Olywio Elias Cesar Filho  
Otávio Farias Neto  
Paz de Talamine  
Paulo Talamine Gajardo

78,88% - J. Malucelli Adv. Partic. S/A  
68,00% - Celso Jacomet  
63,86% - Ernesto Sacramento Sobrinho  
45,00% - Juarez José Malucelli  
45,00% - Marcelo Netto Malucelli  
41,83% - Mariana Netto Malucelli  
41,83% - Ricardo Netto Malucelli  
41,83% - Marco Netto Malucelli  
41,83% - João Francisco Bittencourt



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



EDDOMORTE

[illegible]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## RODONORTE

Quadro Sociário  
25/01/08

CONCESSÃO DE CONCESSÕES RODONORTE
CESSA S/A
PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
RENATO ALVES VALE
MASSAM GYEDA JUNIOR
JOÃO FRANCISCO BITTENCOURT
CARLOS DE LOYOLA SILVA
MARCO JOSÉ BATISTA
ANTONIO PIOTTO FILHO
ITALO ROPPA
ANTÔNIO LINHARES DA CUNHA

Partes Participantes Ltda  
 Acir Leantes de Miranda  
 Alvaro Soares de Araújo  
 Barbara Tatiana Vilas Boas  
 Bruno Moraes  
 Carlos de Loyola e Silva  
 Douglas Alex Vongers  
 Edmundo Tassinari Filho  
 Elton de Loyola e Silva Macedo  
 Eva de Deus Ferreira Loyola  
 Gastão de Loyola e Silva  
 Silvana Leticia Caglio  
 Helton de Loyola e Silva A. Fonseca  
 Isabela de Loyola e Silva  
 Luciana Marinho da Cunha  
 Lúcio Maria Tatiana Zanile  
 Marcela Afonso de Loyola e Silva  
 Marco Antônio Soares  
 Maria Lúcia Tatiana Caglio  
 Nilton Mirco Mysak  
 Nilton Tatiana  
 Nilton Tatiana  
 Nancy Maria Tatiana Costa  
 Nêle de Paula Gonçalves  
 Carlos de Loyola e Silva  
 Carlos de Loyola e Silva Filho  
 Cyndia Giles Gashi Filho  
 Otton Ferraiz Neto  
 Pamela Tatiana  
 Paulo Tatiana Expedito

78,99% - J. Mikuceli Adv. Parla. S/A  
 88,00% - Celso Jacomel  
 91,00% - Ernesto Sacramento Sobrinho  
 91,00% - Juarez José Mikuceli  
 91,91% - Maria Motta Mikuceli  
 91,91% - Marlene Motta Mikuceli  
 91,91% - Ricardo Motta Mikuceli  
 91,91% - Miro Motta Mikuceli  
 91,91% - João Francisco Bittencourt



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



RODONORTE

COMISSÃO DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

CELSO SIA
PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
RENATO ALVES VALE
MASSAM UYEDA JUNIOR
JOÃO FRANCISCO BITTENCOURT
CARLOS DE LOYOLA E SILVA
MARCO JOSÉ BATISTA
LEONARDO COUTO VIANNA
ITALDOPPE
ANTÔNIO LINHARES DA CUNHA

Paraná Participações Ltda  
Aldo Leônidas de Miranda  
Alceu Souza de Araújo  
Bartolomeu Talarina Vilas Boas  
Bruno Moraes  
Carlos de Loyola e Silva  
Cezário Almy Wengenst  
Eduardo Talarina Filho  
Eduardo de Loyola e Silva Moraes  
Eduardo de Loyola e Silva  
Gilberto Luis Caligaris  
Helena de Loyola e Silva A. Fonseca  
Isabel de Loyola e Silva  
Luciana Mendes da Cunha  
Lúcia Maria Talarina Zambello  
Manoel Affonso de Loyola e Silva  
Marcelo Antônio Siqueira  
Marta Lúcia Talarina Caligaris  
Mário Wilson Rysch  
Mário Talarina  
Mário Talarina  
Mário Talarina Costa  
Mário de Paulo Gonçalves  
Otilio de Loyola e Silva  
Otilio de Loyola e Silva Filho  
Olyndio Elias Casati Filho  
Otilio Ferraz Neto  
Paula Talarina  
Paula Talarina Espinola

78,89% - J. Malucelli Adm. Paric/SIA  
04,00% - Celso Jacomet  
03,90% - Ernesto Spazzano Sobrinho  
03,90% - Juarez José Malucelli  
03,90% - Maria Mello Malucelli  
01,85% - Marlene Mello Malucelli  
01,85% - Ricardo Mello Malucelli  
01,85% - Marco Mello Malucelli  
04,00% - João Francisco Bittencourt

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## RODONORTE

Quadro Societário  
04/09/2024

COMP. DE CONCESSÕES RODOVARIAS

CERRE S/A

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A

Paraná Participações Ltda  
 Acir Leônidas de Miranda  
 Alvaro Soares de Araújo  
 Barbara Talarina Vilela Boer  
 Bruno Moraes  
 Carlos de Loyola e Silva  
 Douglas Almy Vasquez  
 Edmarcio Talarina Filho  
 Elvira de Loyola e Silva Macedo  
 Eva de Deus Fátima Loyola  
 Gasão de Loyola e Silva  
 Gilberto Luiz Calça  
 Heloisa de Loyola e Silva A. Fossaca  
 Isabela de Loyola e Silva  
 Luciana Bianchi da Cunha  
 Lúcia Maria Talarina Zanetti  
 Manoel Affonso de Loyola e Silva  
 Marco Antônio Stani  
 Maria Lúcia Talarina Calça  
 Miria Miriam Mysair  
 Miria Talarina  
 Nerthe Talarina  
 Nancy Maria Talarina Calça  
 Nilda de Paula Gonçalves  
 Odilon de Loyola e Silva  
 Odilon de Loyola e Silva Filho  
 Olynha Elias Casali Rêgo  
 Otton Farias Neto  
 Pamela Talarina  
 Paulo Talarina Capinola

79,83% - J. Mikucall Adm. Partic. S/A  
 06,80% - Celso Jacomet  
 03,00% - Ernesto Sacramento Sobrinho  
 01,00% - Joazeir José Mikucall  
 00,55% - Maria Nele Mikucall  
 01,25% - Mariana Nele Mikucall  
 01,85% - Ricardo Nele Mikucall  
 01,85% - Marco Nele Mikucall  
 04,90% - João Francisco Stancourt



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



RODONORTE

Coordenador: Roberto  
22/10/14

COMP. DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

CESE S/A

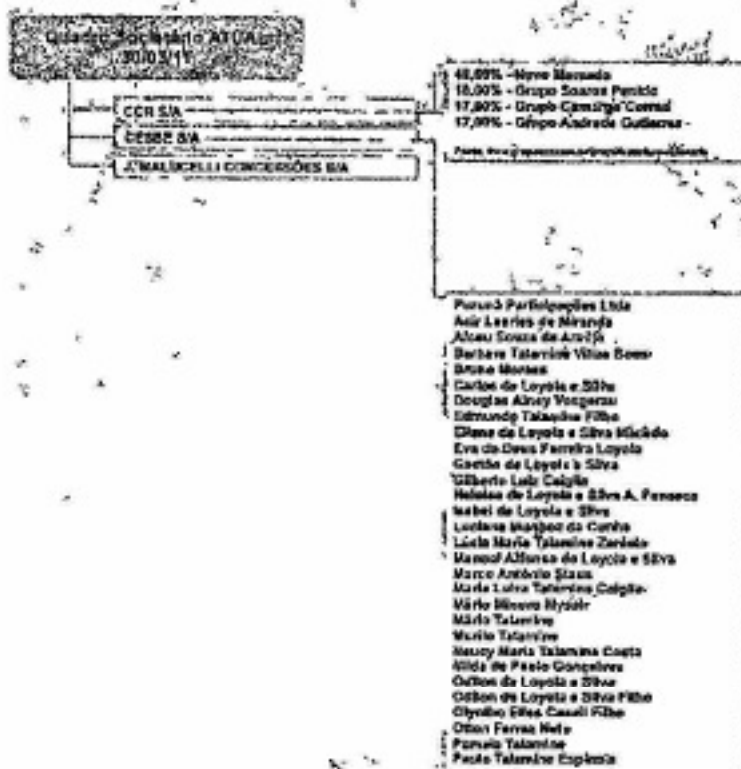
J. MALDCELLI/CONCESSÕES S/A

Participantes: Lídia  
Adriana de Almeida  
Alcides Sousa de Araújo  
Sergio Talamine Vilas Boas  
Bruno Moraes  
Carlos de Loyola e Silva  
Douglas Almy Vesperto  
Edson de Talamine Filho  
Elaine de Loyola e Silva Macedo  
Eva de Deus Fátima Loyola  
Gustavo de Loyola e Silva  
Gilberto Luis Celjão  
Heloisa de Loyola e Silva A. Fonseca  
Isabel de Loyola e Silva  
Lurdes Munhoz da Cunha  
Lúcio Maria Talamine Zanillo  
Marcel Adriano de Loyola e Silva  
Marco Antônio Soares  
Mário Leão Talamine Celjão  
Mário Muniz Mysak  
Mário Talamine  
Murilo Talamine  
Neuza Maria Talamine Costa  
Rafael de Paula Gonçalves  
Robson de Loyola e Silva  
Robson de Loyola e Silva Filho  
Olythio Silva Casati Filho  
Odson Farias Neto  
Pamela Talamine  
Paulo Talamine Capitão

Artista Paulo de Oliveira

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## RODONORTE



Lote 6 - Concessionária Ecovia:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



ECOVIA

Quadro Sociário 21/10/97	
PRIMA CONST. E COM. LTDA	C.R. Almeida S/A - Eng. e Construções
PEDRO BELTRÃO FRALETTI	Participare - Adm. e Partic. Ltda
MARCELINO RAFAEL DE SIRES	Henrique do Rago Almeida e Cia Ltda
MARCO ANTÔNIO CASSOU	Cecília do Rago Almeida
	Henrique do Rago Almeida

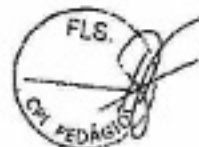
ECOVIA

Quadro Sociário 21/03/98	
IMA ENGENHARIA DE OBRAS S/A	Arthur Sando Makar Filho
CONSTRUTORA TRIUNFO LTDA	Máximo Pinheiro Lima Junior
GRUPD ACCIONA S/A	Sérgio de Oliveira Ribas
NECSO EXTRACANALIS CUBERTAS S/A	Serra Negra Floresta Ltda
POLLEDO S/A	
CONST. SANCHES TRIPLO LTDA	
COMVILLE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES	

ECOVIA

Quadro Sociário 18/10/99	
PRIMA CONST. E COM. LTDA	C.R. Almeida S/A - Eng. e Construções
PEDRO BELTRÃO FRALETTI	Participare - Adm. e Partic. Ltda
MARCELINO RAFAEL DE SIRES	Henrique do Rago Almeida e Cia Ltda
MARCO ANTÔNIO CASSOU	Cecília do Rago Almeida
GILSON HILBERT	Henrique do Rago Almeida



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## ECOVIA

Quinteto Seculário  
17/10/00

PRIMAY CONST. E COM. LTDA	C.R. Almeida S/A - Eng. e Construção
PEDRO DELTRAD FRALETTE	Participar - Adm. e Part. Ltda
MARCELO RAFAEL DE SERAS	Herdade do Rago Alvalde e Cia Ltda
GILSON HILBERT	Cerdeira do Rago Alvalde
	Herdade do Rago Alvalde

## ECOVIA

Quinteto Seculário  
17/12/00

MAE ENGENHARIA DE OBRAS S/A	Autres Saco Motor Hércules
CONSTRUTORA TRIUNFO LTDA	Máximo Pinheiro Lima Júnior
GRUPO ACCION S/A	Sérgio de Oliveira Rios
MÉCIO ENTHS CENILLES CUBERTAS S/A	
POLIEDO S/A - ENTHS CENILLES CUBERTAS S/A	
CONST. SANCHES TRIPOLI S/A	33,33% - Paulo Francisco Tripoli
CONVILLE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES	33,33% - Antônio Sanches
SÉRGIO DE OLIVEIRA RIOS	33,33% - João Sanches Junqueira
ANTÔNIO JOSÉ M. F. DE QUEIROZ	
MARCEL CARLOS DE LIMA ROSSITO	
ARCEU MÁRIO CEDOLA	
KENEDIR CUBITÃO PEDRECI	
JOÃO VILLAR GARCIA	
BENÉDICTO WELSON DO NASCIMENTO JR	
LUZ CLÁUDIO DE ANDRADE BRAGA	
JOSÉ LUIS VINET	
JOSÉ ANTÔNIO ARAÚJO FERNANDES	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



ECOVIA

Quarta Comissão  
26/04/01

WALMS RHAMON DE OBRAS S/A	Artur Costa Maia Filho
TRINCO PART. E INVESTIMENTOS	Márcio Pinheiro Lima Junior
GRUPO ACCIONA S/A	Sergio de Oliveira Ribas
NESSO ENTREGANALLES CUBERTAS S/A	
POLLEDO S/A - indústria de processamento e embalagem de alimentos	
COMST. SANCHES TRIPOLONI LTDA	33,33% - Paulo Francisco Tripoloni
COMVILLE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES	33,33% - Antônio Sanches
ARIGU MAJDO CEBOLA	33,33% - João Gonçalves Junqueira
CARLO ALBERTO BOTTARELLI	
SÉRGIO DE OLIVEIRA RIBAS	
LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO	
MEMORIS GENTÃO FERRICI	
JOÃO VILLAR GARCIA	
BENEDITO WILSON DO NASCIMENTO JR.	
ANTÔNIO JOSÉ M. F. DE QUEIROZ	
JOAQUIM EDUARDO GÓMEZ GULZ	
SANTIAGO CRESPO	
MANOEL CARLOS DE LIMA ROSSETO	
LUIZ CLAUDIO BRANDRADE BRAGA	
JOSÉ LUIS RIVET	
JOSÉ ANTÔNIO ARAÚJO FERNANDES	

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

ECOVIA

Quadro Sociário  
250403

JVM ENGENHARIA DE OBRAS S/A	Arthur Egois-Mateo Estroza
TRINHO PART. E INVESTIMENTOS	Márcia Piquero Lima Junior
AÇÃO DA BRAS. LTDA	Sérgio de Oliveira Riber
POLEDO DO BRASIL SERV. CONST. LTDA	
CONST. RANCHES TRIPOLONI LTDA	33,33% - Paulo Francisco Tripoloni
COMENLE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES	33,33% - Antônio Sanchez
	33,33% - João Genésio Junqueira
SEBASTIÃO DE OLIVEIRA RIBAS	
RYTON RUY GUILIM FILHO	
LUZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO	
ANTÔNIO JOSÉ M. R. DE OLIVEIRA	
MÁXIMO FINKERO LIMA JÚNIOR	
WILSON DE ANDRADE MEISTERS	
JOÃO VILLAR GARCIA	
CARLO ALBERTO BOTTARELLI	
JOAQUIM EDUARDO GÓMEZ DÍAZ	
WENCESLAO MACHIN RODRIGUEZ	
LUZ CLAUDIO DE ANDRADE BRAGA	
JOSÉ FERNANDO REIA MUSHANI	
JOSÉ LUIS RIVET	
MANOEL CARLOS DE LIMA ROSSITO	
ANDRÉ TRIPOLONI	

ECOVIA

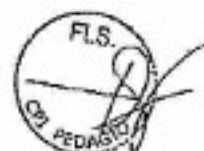
Quadro Sociário  
380403

PRIMA CONST. E COM. LTDA	C.R. Almeida S/A - Eng. e Construções
PEDRO BELTRÃO FRALETTI	Participações - Adm. e Part. Ltda
MÁSSIMO VILLA	Henrique de Rago Almeida Cia Ltda
MARCO ANTÔNIO GASSOU	
DEGO BELTRAN SAVINO	Caullio de Rago Almeida
JOÃO ALBERTO GOMEZ BERNACCHIO	Henrique de Rago Almeida
ACREMAR RODRIGUES ALVES	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
 RELATÓRIO FINAL



ECOVIA

Quadro Sociário  
 28/10/2013

MAJ ENGENHARIA DE OBRAS SA	Arthur Santa Maria Fátima
TRIUNFO PART E INVESTIMENTOS	Márcio Pinheiro Lima Junior
ACCIONA DO BRASIL LTDA	Sergio de Oliveira Nolas
POLEDO DO BRASIL 8674, CONST. LTDA	
CONST. SANCHES TRIPOLINI LTDA	33,33% - Paulo Francisco Tripoloni
CONEXUS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES	33,33% - Antônio Sanches
BÊNIO DE OLIVEIRA REIAS	33,33% - João Sanches Junqueira
AYRTON RUY GUELLI FILHO	
LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO	
ANTÔNIO JOSÉ M. F. DE CUEIROZ	
MAXIMO FERNANDO LIMA JUNIOR	
WILSON DE ANDRADE MEISTER	
JOÃO VELLAR CAROIA	
CARLO ALBERTO BOTTARELLI	
JOAQUIM ESTUARDO GÓMEZ DÍAZ	
WEDICELAO MACHO RODRIGUEZ	
LUIZ CLAUDIO DE ANDRADE BRAGA	
JOSÉ FERNANDO NELA MURARI	
JOSÉ LUIS RUYET	
MANOEL CARLOS DE LIMA ROSSITO	
ANDRÉ TRIPOLINI	
PÁDIO LUIS DOS SANTOS	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



ECOVIA

Quadro Societário  
30/04/04

PRIMA CONST. E CONSULTA

PEDRO BELTRÃO FRALETTI

MÁSSIMO VILLA

MARCO ANTONIO CASBOS

SEBASTIÃO BELTRÃO

JOÃO ALBERTO GOMES DOVACIO

RONALDO CORRÊA BELICH

C.R. Almeida S/A - Eng. e Construções  
Participare - Acas. e Payto. Ltda.  
Henrique de Rago Almeida e Cia Ltda

Cedro de Rago Almeida  
Fiduciar Investment Corp.  
Ricardo Beltrão de Almeida  
Guilherme Beltrão de Almeida  
Roberto Beltrão de Almeida  
César Beltrão de Almeida  
Maurício Beltrão de Almeida

Cedro de Rago Almeida  
Henrique de Rago Almeida



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
 RELATÓRIO FINAL

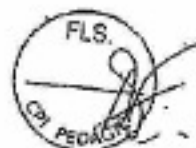


ECOVIA

Quadro Substituído  
 15/06/04

MAE ENGENHARIA DE OBRAS S/A	André Sérgio Maia-Ferreira
TRUNFO PAZ E INVESTIMENTOS	Márcio Pinheiro Lima Junior
ACCIONA DO BRASIL LTDA	Sérgio de Oliveira Silva
POLLEDO DO BRASIL SERV. CONSULTA	
CONST. SANCHES TRIPOLONI LTDA	33,33% - Paulo Francisco Tripoloni
CONEXUS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES	33,33% - Andréa Conchete
SÉRGIO DE OLIVEIRA FILIAS	33,33% - João Renato Junqueira
AYTON RUY GRUBIN FILHO	
WILSON DE ANDRADE MEISTER	
MÁRCIO PINHEIRO LIMA JÚNIOR	
CARLO ALBERTO DOTTARILLI	
JOÃO VILLAR GARCIA	
JOAQUIM EDUARDO GÓMEZ CÁZ	
MANUEL RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ	
PABLO LUIS DOS SANTOS	
VALÉRIA REYES DE ALMEIDA	
JOSÉ FERNANDO DE LA RUIJAN	
MANOEL CARLOS DE LIMA ROSSITO	
ANDRÉ TRIPOLONI	
LUIZ CLÁUDIO DE ANDRADE BRAGA	
JOSÉ LUIS RIVET	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## ECOVIA

Quadro Societário  
01/09/04

TAI ENGENHARIA DE OBRAS CIVIS	Arbiter Sculo Major Filizade
TRUMFO PART. E INVESTIMENTOS	Márcio Pipelino Elói Junior
ACCIONA DO BRASIL LTDA	Sérgio de Oliveira Rôças
POLLEDO DO BRASIL GERM. CONST. LTDA	
CONST. SANCHES TRIPOLONI LTDA	33,33% - Paulo Francisco Tripoloni
ENGEFASA INFRAESTRUTURA LTDA	33,33% - Antônio Sanches
SÉRGIO DE OLIVEIRA RÔÇAS	33,33% - João Sanches Junqueira
AYRION RUY BRUNO FILHO	
WILSON DE ANDRADE MEISTER	
MÁRCIO PINHEIRO LIMA JÚNIOR	
CARLO ALBERTO GOTTARELLI	
JOÃO VILLAR GARCIA	
JOAQUIM EDUARDO GÓMEZ DÍAZ	
RAFAEL HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ	
FÁBIO LUIS DOS SANTOS	
VALÉRIA NEVES DE ALMEIDA	
JOSÉ FERNANDO REIA MISSANI	
MARCEL CARLOS DE LIMA ROSSIO	
ANDRÉ TRIPOLONI	
JOSÉ LUIS RIVET	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

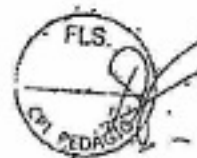
CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



ECOVIA

Quadro Societário  
24/11/04

NAI ENGENHARIA DE OBRAS S/A	Arthur Costa Mota Pittman
TRÊNFO PART. E INVESTIMENTOS	Márcio Pinheiro Lima Junior
ACCIONADO BRASIL LTDA	Sérgio de Oliveira Ribeiro
POLIEDO DO BRASIL SERV. CONSL. LTDA	
CONST. SANCHES TRIPOLONI LTDA	33,33% - Paulo Francisco Tripoloni
ENGEFASA INFRAESTRUTURA LTDA	33,33% - Antônio Sanches
SÉRGIO DE OLIVEIRA BRASIL	33,33% - João Sanches Junior
AYRTON RUT GUELIN FENHO	
WILSON DE ANDRADE MEISTER	
MÁRCIO PINHEIRO LIMA JÚNIOR	
CARLO ALBERTO BOTTARELLI	
JOÃO VELLAR GARCIA	
JOAQUIM EDUARDO GOMES DIAS	
MANUEL HERNANDEZ RODRIGUEZ	
CARLO LUIS DOS SANTOS	
VALERIA MEYER DE ALMEIDA	
JOSÉ FERNANDO BELA MUCIANE	
MARCEL CARLOS DE LIMA ROSSATO	
ANDRÉ TRIPOLONI	
LUIZ CLÁUDIO DE ANDRADE BRAGA	
JOÃO CARLOS MINGONE BRUNO	

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## ECOVIA

Quadro Societário  
30/03/07

PRIMUS CONST. E CON. LTDA	C.R. Almeida & C. - Eng. e Construções
MARCELO INFANT DE SENAS	Participare - Adm. e Partic. Ltda
FEDERICO BOTTO	Henrique do Rego Almeida e Cia Ltda
MARCELO CALDOTT	Cecílio do Rego Almeida
PAULO AUGUSTO FRANCHINI	Fribourg Investimentos Corp.
	Ricardo Bétrão de Almeida
	Guilherme Bétrão de Almeida
	Delaine Bétrão de Almeida Calouro
	Roberto Bétrão de Almeida
	Cecílio Bétrão de Almeida
	Marcelo Bétrão de Almeida
	Cecílio do Rego Almeida
	Henrique do Rego Almeida

## ECOVIA

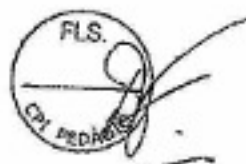
Quadro Societário  
15/04/07

TRIUNFO PART. E INVESTIMENTOS	33,33% - Paulo Francisco Trípodi
ACCIONA DO BRASIL LTDA	33,33% - Antônio Sanches
POLLEDO DO BRASIL SERV. CONST. LTDA	33,33% - João Sanches Junqueira
CONST. SANCHES TRIPOLI LTDA	
ENGEPSA INFRAESTRUTURA LTDA	
LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO	
CARLO ALBERTO ROTTARRELLI	
ANTÔNIO JOSÉ M. F. DE QUEIROZ	
JOÃO VILLAR GARCIA	
JOAQUIM EDUARDO GÓMEZ DÍAZ	
RICARDO RUDEN RIOS	
FÁBIO LUIZ DOS SANTOS	
VALÉRIA NEVES DE ALMEIDA	
JOSÉ FERNANDO DE LA MORAIS	
JOÃO CARLOS MINORINI BRUNO	
MANOEL CARLOS DE LIMA ROSSATO	
ANDRÉ TRIPOLI	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
 RELATÓRIO FINAL



ECOVIA

Quadro Societário  
 21/11/07

TRUFPO PART. E INVESTIMENTOS S/A  
 LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO  
 CARLO ALBERTO BOTTARELLI

ECOVIA

Quadro Societário  
 29/12/08

PRIMA CONST. E COM. LTDA  
 MARCELINO RAFAEL DE SIEMAS  
 FREDERICO BOTTO  
 MARCELO GUIDOTTI  
 ROBERTO KOTI MARAGONE

C.R. Almeida S/A - Eng. e Construções  
 Participações - Adm. e Portos, Ltda  
 Henrique do Rego Almeida e Cia Ltda

Cecílio do Rego Almeida  
 Fibronix Investimentos Corp.  
 Ricardo Beltrão de Almeida  
 Guilherme Delgado de Almeida  
 Denilson Delgado de Almeida Cassou  
 Roberto Beltrão de Almeida  
 Cesar Beltrão de Almeida  
 Marcelo Delgado de Almeida

Cecílio do Rego Almeida  
 Henrique do Rego Almeida

ECOVIA

Quadro Societário  
 15/04/09

TRUFPO PART. E INVESTIMENTOS S/A  
 LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO  
 CARLO ALBERTO BOTTARELLI  
 ANTÔNIO JOSÉ M. F. DE OLIVEIRA  
 SANDRO ANTÔNIO DE LIMA  
 JOÃO VALAR GARCIA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## ECOVIA

Quadro Setorial  
01/03/10

COORDENADOR GERAL: E. SERV. DA
MARCELO RAFAEL DE SERRA
FEDERICO DOTTI
MARCELO GUERATO
ROBERTO RIBEIRO NAKAGOME

## ECOVIA

Quadro Setorial  
25/04/12

COORDENADOR GERAL: E. SERV. DA

## ECOVIA

Quadro Setorial ATUAL  
2013

COORDENADOR GERAL: E. SERV. DA

ALAC - CR Alameda / Primeiro Canal, e Com. S.A.  
ALAC - Fina Fina

Eis aqui, portanto, mais um avanço desta CPI, que pela primeira vez apresenta para toda a sociedade paranaense os verdadeiros donos do pedágio.

É, portanto, no contexto geral das cláusulas contratuais descritas e ainda de suas alterações que se pode avaliar, devidamente, a regularidade da execução



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



dos contratos, o que se passa a fazer, ressaltando, desde já, que este é o modelo inicial com as suas modificações através de aditivos. O modelo é legal, apesar de polêmico. Tentou-se anulá-lo judicialmente. O Poder Judiciário, até agora, jamais declarou a nulidade dos contratos ou dos aditivos, vindo a aplicá-los em todos os processos e discussões. Igualmente as demais CPIs, como se demonstrou anteriormente, reconheceram a legitimidade do modelo e dos contratos (sendo certo que, juridicamente, não ocorreram modificações contratuais desde as duas últimas CPIs). Pode-se achar o modelo de concessão de rodovias implantado no Paraná ruim ou caro, mas não é ilegal ou inconstitucional. Essa ideia de que o modelo é ruim, mas é legítimo, foi repisada várias vezes, por vários depoentes, e será, em seguida, objeto de análise.

**3.4. As principais denúncias e irregularidades que ensejaram a abertura da CPI e as denúncias aparecidas no decorrer da CPI a partir dos depoimentos**

Neste contexto de formação contratual, inclusão de aditivos e desenvolvimento da execução dos contratos, é que se desenvolveram denúncias, dúvidas e uma imensa gama de demandas judiciais.

As denúncias ou irregularidades apontadas, inicialmente, como objeto de investigação da CPI foram as seguintes:

- a) Suspeita de ilegalidade dos contratos e, após, dos aditivos;
- b) Suspeita de ilegalidade ou irregularidade na execução dos contratos
- c) Má qualidade na prestação dos serviços
- d) Más condições de preservação e manutenção das vias
- e) Omissão e/ou atraso na realização de obras
- f) Desproporção entre investimentos realizados e valores arrecadados como receita de pedágio





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



Os itens "c" e "d" foram objeto de investigação específica por esta CPI, inclusive com reclamações nos serviços de ambulância e guinchos.

No decorrer da CPI, a partir dos depoimentos, foram surgindo as seguintes novas denúncias que constituíram fatos conexos e acabaram sendo objeto da presente investigação também:

- G. A questão da legalidade dos contratos e aditivos
- H. A questão da desproporção entre investimentos realizados e valores arrecadados como receita de pedágio
- I. A questão da existência de eventual fraude no sistema de contagem dos eixos, que gera reflexo no equilíbrio econômico-financeiro e na arrecadação de ISS
- J. A questão da existência de eventual fraude/lavagem de dinheiro operacionalizada através de contratação superfaturada de empresas terceirizadas, inclusive consultorias de empresa controladora por controlada.
- K. A questão da existência de eventual fraude contábil
- L. A questão da ilegalidade na troca do contorno de Ponta Grossa e da "ligação" Piraí-Jaguariaíva por apenas 11 quilômetros de ligação do contorno de Campo Largo e a vinculada irregularidade na construção e valor da obra do contorno de Campo Largo.
- M. A questão do relatório do Tribunal de Contas da União, suas conclusões e descumprimento.
- N. A questão do relatório do TCE sobre a Ecocataratas
- O. Análise dos estudos da FIPE e da FIA em relação à eventual existência de desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de pedágio "em favor" do Estado do Paraná
- P. A questão da ilegalidade no sistema de contagem, cobrança e pagamento de impostos do Via Fácil/Sem Parar.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Q. A questão do valor do pedágio, indicado como um dos mais elevados do mundo;

R. A denúncia sobre o elevado número de óbitos nas rodovias

S. A questão do suposto descumprimento de obrigação contratual de duplicação integral do anel de integração

T. Análise do relatório do Engenheiro Larocca Junior

U. A questão do acordo de suspensão da transição das medidas judiciais entre Estado do Paraná e Concessionárias.

V. Os problemas envolvendo o pedágio em Jacarezinho: divisão da cidade, licenciamento ambiental e distribuição de passes

W. O problema da inexistência de fiscalização adequada da Receita Federal nas praças de pedágio e da não emissão de cupom fiscal

X. As questões atinentes com a inexistência ou ineficiência da fiscalização do DER e a eventual transferência das atribuições para o DNIT ou ANTT Y.

Análise da questão da TIR e do vale pedágio.

Z. Outras questões que emergiram no transcorrer da CPI e abaixo enfrentadas.

**4. Análise das denúncias a partir dos depoimentos e documentos obtidos pela CPI**

**4.1. A questão da legalidade dos contratos e  
aditivos**

Um dos aspectos que justificou a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito foi a demanda de perquirição em relação à legalidade dos contratos de concessão do Anel de Integração do Paraná.

Inicialmente, antes do desenvolvimento das atividades de investigação, principalmente por decorrência da política de reserva de informações que era praticada no Estado Paraná, pouco se sabia, claramente, sobre tais contratos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Ademais, as especificidades técnicas e grande complexidade envolvida na questão dificultavam a compreensão de inúmeros aspectos ligados ao Programa de Exploração das Rodovias.

Na medida em que as investigações foram evoluindo, foi possível perceber que o debate em relação à legalidade dos contratos originários ficou em segundo plano. Como ficará mais claro adiante, quase todos reconheceram que os documentos de concessão originários são legítimos, embora politicamente ruins, eis que as tarifas seriam elevadas, o retorno ao Estado do Paraná seria ínfimo e os investimentos desproporcionais em relação à arrecadação. Este quadro, todavia, modifica-se a partir dos diversos aditivos e, em relação a eles os questionamentos são maiores.

Nesta linha, desde a ótica do Sr. Paulinho Dalmaz e do Sr. Maurício Ferrante, bem como do ilustre representante do Ministério Público Federal Dr. Oswaldo Sowek e outros depoentes, começou a se delinear um quadro em que a legalidade dos contratos originários sempre aparecia em segundo plano. Afirmou-se que os contratos originários eram ruins, caros, mas nunca ilegais. Questionou-se, igualmente, a composição societária das empresas/consórcios. Neste sentido, outros depoimentos e documentos apontaram que os contratos, assim como os procedimentos de licitação, desenvolveram-se de acordo com o ordenamento jurídico e marco regulatório aplicáveis.

Note-se que o Sr. Rogério Tizzot, indagado sobre a legalidade dos contratos, também não informou qualquer reserva. Assim foi de depoimento em depoimento. Criticava-se os contratos. Afirmava-se que eram ruins. Defendiam a necessidade de investigação. Contudo, sempre que se perguntava se existia concretamente alguma ilegalidade nos contratos, a resposta era invariavelmente "não". Isso ficou muito claro, também, na manifestação da Procuradora Maria Cecília Delisi Rosa Pereira, que ao ser indagada diretamente sobre ter



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



encontrado alguma ilegalidade ou crime nas investigações que fez no âmbito do Ministério Público respondeu não ter constatado qualquer ilegalidade ou crime.

A questão da legalidade dos contratos e aditivos, no contexto desta CPI, ainda pode ser confirmada na medida em que as ações judiciais em curso até o momento não possuem qualquer decisão declarando nulidade dos termos contratuais. Em todas as demandas o Judiciário vem aplicando o contrato e seus aditivos em toda a sua plenitude.

A análise dos aspectos técnicos de engenharia e de economia que revestiam de certo mistério os contratos de concessão, de idêntica maneira foi levada a efeito e os conceitos foram elucidados.

Nesta linha confirmou-se a existência, nos contratos originais, de cláusula econômico-financeira adequada, o mecanismo de composição das tarifas conforme índices aceitáveis na época, bem como todos os aspectos formais relevantes, como as fórmulas de reajuste, índices aplicados, cumprimento e execução do Programa de Expiação e os riscos assumidos pelas concessionárias.

De idêntica maneira, as duas CPIs precedentes que investigaram os contratos nesta Assembleia Legislativa concluíram, como já se afirmou, pela legalidade dos contratos.

Apesar disso, uma coisa é o contrato ser legal. Outra coisa diversa é ele refletir os atuais interesses do povo do Paraná. Muitos depoentes, nesta linha, chamaram a atenção para o fato de que os contratos originários, legítimos, foram desnaturados e tornaram-se questionáveis a partir da assinatura de uma série de aditivos com as diversas concessionárias, tanto no decorrer do Governo Jaime Lerner quanto do Governo Roberto Requião. Referidos aditivos teriam desnaturado os contratos iniciais, desonerando as concessionárias de obras,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

alterando prazos e quebrando o equilíbrio econômico-financeiro da relação jurídica, sem contudo ensejar redução significativa das tarifas do pedágio.

Então, foram deflagradas inúmeras demandas judiciais, debatendo, especificamente, a aplicação de reajustes, a legitimidade dos aditivos.

Apontou-se, em denúncias formuladas perante esta CPI, que os aditivos suprimiram e/ou adiaram obras, desoneraram as concessionárias de diversas obrigações, quebraram o equilíbrio econômico-financeiro tornando os contratos eventualmente mais benéficos às concessionárias, acrescentaram tributo (CPMF) na composição tarifária e que, mesmo após revogado o tributo, o seu valor continua na fórmula de definição do preço (o que gera um incremento indireto da tarifa). Tudo isso já foi anteriormente apontado neste relatório, no item que trata do histórico contratual com ênfase nos aditivos.

Cabe lembrar que grande parte dessas questões está em discussão judicial, como já foi dito. Existe uma série de medidas, inicialmente, propostas pelas concessionárias em face do Estado do Paraná, e/ou União Federal. O início das demandas se reporta ao Governo Jaime Lerner. Conforme denúncias e informações obtidas por esta CPI, teria o Governador Jaime Lerner determinado uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor das tarifas objetivando buscar a reeleição ao Governo do Estado. Esta redução unilateral de tarifas, evidentemente, forçou as diversas concessionárias a ingressarem com medidas judiciais buscando o reequilíbrio econômico financeiro dos contratos. E foi no contexto desses debates judiciais que emergiram diversos acordos no âmbito processual que deram origem aos aditivos contratuais. Ou seja, todos os aditivos apontados como perniciosos para sociedade paranaense foram frutos de acordos firmados entre o Estado do Paraná, com chancela governamental, e as concessionárias, devidamente homologados pelo Poder Judiciário, em demandas em que o escopo era a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quebrado após a redução das tarifas pelo Governador Jaime Lerner.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Já no Governo Requião, dezenas de ações foram ajuizadas pelas Concessionárias para que fossem implementados os reajustes anuais das tarifas de pedágio, previstas nos contratos.

A seguir temos uma relação das principais ações judiciais que estão em tramitação no Poder Judiciário e que discutem questões dos contratos de concessão de rodovias onde são partes as Concessionárias, e os diversos órgãos do Poder Público, como o próprio Estado do Paraná, o DER-PR, a União Federal, a ANTT entre outros.

**BREVE RESUMO DAS PRINCIPAIS DEMANDAS JUDICIAIS**  
**ENVOLVENDO AS CONCESSIONÁRIAS DE PEDÁGIO**

**1 - Ação de Nulidade dos Aditivos Contratuais**

Processo no. 2005.70.00.007929-7

2ª Vara Federal de Curitiba

Autor: Estado do Paraná e DER/PR Réu:

Econorte e outros

Objeto: A ação tem por objeto anular os termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), cujos aditivos reequilibraram os respectivos contratos

**2 - Ação Popular**

Processo no. 2000.70.00.007377-7

9ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: Ademir Bier e outros

Réu: Viapar e outros

Objeto: Inconstitucionalidade da cobrança de pedágio

**3 - Ação Ordinária**

Processo no. 2003.70.00.010436-2

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

9ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: Rodonorte e outros

Réu: União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR Objeto:

Legalidade da concessão, direito ao reajuste.

4 - Ação Civil Pública

Processo no. 608/2008

15ª. Vara Cível

Autor: PROCON-PR e outros

Réu: Caminhos do Paraná e outros

Objeto: Indisponibilidade de alternativa de meio de pagamento da tarifa de pedágio

5 - Ação Ordinária

Processo no. 2003.70.00.039544-0

3ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: Ecovia e outros

Réu: União e outros

Objeto: Ilegalidade da Comissão de Auditoria Avaliação para fins de Encampação

6 - Ação Ordinária

Processo no. 33470/0000

3ª. Vara Fazenda Pública de Curitiba

Autor: Econorte e outros

Réu: Estado do Paraná, DER/PR e outros

Objeto: Prestação de Contas quanto a multas arrecadadas

7 - Ação Ordinária

Processo no. 2003.70.00.041287-1

3ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: Viapar e outros





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Réu: Estado do Paraná, DER/PR e outros

Objeto: Impedir a Encampação

**8. – Ação Ordinária**

Processo no. 2004.34.00.003978-0

16ª. Vara Federal de Brasília

Autor: Econorte e outros

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Objeto: Desapropriação

**9. – Ação Ordinária**

Processo no. 2004.34.00.005884-8

16ª. Vara Federal de Brasília

Autor: Viapar e Ecovia

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Objeto: Caducidade – Impugnação do rito e membros da comissão

**10 – Ação Civil Pública**

Processo 99.00.27243-9

3ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: Ministério Público Federal

Réu: Rodonorte e outros

Objeto: Inconstitucionalidade da cobrança – Inexistência de via alternativa

**11 - Ação Civil Pública**

Processo no. 1999.70.09.003001-0

1ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: Ministério Público Federal

Réu: Rodonorte e outros

Objeto: Inconstitucionalidade da cobrança – Inexistência de via alternativa

**12 – Ação Ordinária**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Processo no. 2003.34.00.028.316-4

20ª Vara Federal de Brasília

Autor: Rodonorte

Réus: União Federal, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de  
Transportes (DNIT), Estado do Paraná e Departamento de Estradas de  
Rodagem do Estado do Paraná (DER-PR)Objeto: a demanda tem por objetivo condenar o Estado do Paraná e o DER a  
se absterem de efetivar a encampação do contrato de concessão de  
rodovias e trechos rodoviários celebrado com a Rodonorte sem a  
anuência dos demais entes participantes da avença e do convênio  
(União Federal e DNIT).

13 - Decreto expropriatório

Processo, n. 2004.34.00.001399-6

2ª Vara Federal de Brasília

Autores: Rodonorte e outros

Réus: União Federal, Estado do Paraná e outros

Objeto: invalidar o decreto estadual expropriatório n. 2.462/2004.

14 - Ações Ordinárias

Autor: Rodonorte

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Processo n. 2002.7.00.077710-8

5ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2002

Processo n. 2003.70.00.081582-5

9ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2003

Processo n. 2004.70.00.040791-0

5ª. Vara Federal de Curitiba - PR



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Objeto: Reajuste 2004

Processo n. 2005.70.00.034003-0

7ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Objeto: Reajuste 2005

Processo n. 2006.70.00.030718-3

3ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Objeto: Reajuste 2006

Processo n. 2007.70.00.032494-0

4ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Objeto: Reajuste 2007

Processo n. 2008.70.00.0269294

6ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Objeto: Reajuste 2008

Processo n. 2009.70.00.029696-4

2ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Objeto: Reajuste 2009

Processo n. 5022179-88.2010.404.7000

3ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Objeto: Reajuste 2010

15 – Ação Ordinária

Processo n.: 2005.34.00.024361-3

4ª Vara Federal – Justiça Federal – Comarca de Brasília

Autor: Rodonorte

Réu: União, Estado do Paraná e outros

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

**Objeto:** a demanda tem por objetivo declarar a inexistência das infrações lavradas nos invocadas pelos Autos de Infração e de Imposição de Multa nn. 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012 e 013/2004

**16 - Ação Ordinária - relativa à caducidade - formal**

Processo no. 2005.34.00.001966-1

4ª Vara Federal de Brasília

Autora: Rodonorte

Réu: União Federal, Estado do Paraná, ANTT e outros.

**Objeto:** a demanda tem por objetivo declarar a nulidade da portaria n. 732/2004-DER/PR a qual instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do Contrato de Concessão n. 75/97

**17 - Ação Ordinária - relativa à caducidade - mérito**

Processo no. 2005.34.00.004587-6

4ª Vara Federal de Brasília

Autora: Rodonorte

Réus: União, Estado do Paraná, DNIT e outros

**Objeto:** a demanda tem por objetivo declarar a inexistência das infrações invocadas pela portaria 732/2004-DER-PR, a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do Contrato de Concessão n. 75/97, bem como a declaração da vigência do contrato de concessão firmado com os réus.

**18 - Ação Ordinária**

Processo no. 2007.70.00.005416-9

Autor: DER-PR

Réu: Rodonorte e outros

Objeto: Equilíbrio

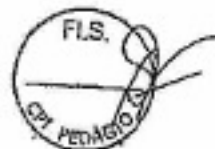
**19- Ações Ordinárias**

Autor: Caminhos do Paraná



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Réu: União, Estado do Paraná e outros

Processo n. 2005.70.00.006678-3

4ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2003

Processo n. 2006.70.00.030226-4

3ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2006

Processo n. 2007.70.00.032025-8

5ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2007

Processo n. 5012056-31.2010.404.7000

Vara Federal Ambiental de Curitiba - PR

Objeto: Reajuste 2008

Processo n. 5018594-28.2010.404.7000

4ª. Turma do TRF da 4ª. Região

Objeto: Reajuste 2009

Processo n. 502203-12.2010.404.7000

4ª. Vara Federal de Curitiba - PR

Objeto: Reajuste 2010

20 - Ação Popular

Processo no 2003.70.00.021.489-1

1ª. Vara Federal de Curitiba

Autor Daniel Montoya

Réu: Caminhos do Paraná e outros

Objeto: Nulidade do aditivo que cria a praça de pedágio da Lapa

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****21 – Ação Ordinária**

Processo no. 2005.70.00.014409-5

4ª. Vara Federal de Curitiba

Autor Caminhos do Paraná

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Objeto: Retomada aditivos contratuais

**22 – Ação Civil Pública**

Processo no. 2004.70.06.002242-1

Vara Federal Guarapuava

Autor: Ministério Público Federal

Réu: Caminhos do Paraná, União e outros

Objeto: Cumprimento obrigação contratual - sinalização

**23 – Ação Civil Pública**

Processo no. 2005.70.00034292-0

1ª. Vara Federal de Curitiba

Autor Ministério Público Federal

Réus: Caminhos do Paraná, Estado do Paraná e outros

Objeto: Anulação do Termo Aditivo 086/02 – alegação de improbidade administrativa

**24 – Medida Cautelar Inominada**

Processo no. 2005.70.00.03363-0

4ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: DER-PR

Réus: Caminhos do Paraná, União e outros

Objeto: Lucros de Balança VS Reajuste Tarifário de 2005

**25 – Ação Civil Pública**

Processo no. 2007.70.00.005417-0



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



4ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: DER/PR e Estado do Paraná

Réus: Caminhos do Paraná, União e outros

Objeto: Compensação de resultados financeiros – Balanços Contábeis

26 – Mandado de Segurança

Processo nº. 008701-49.2010.404.0000

TRF – 4ª. Região

Autor: Caminhos do Paraná e outra

Objeto: Produção de Provas – ação de nulidade de termos aditivos

27 – Prestação de Contas

Processo nº. 33.470/0000

3ª. Vara Fazenda Pública de Curitiba

Autor: Caminhos do Paraná e outros

Réus: DER/PR e Estado do Paraná

Objeto: Multas excesso de peso

28- Ação Civil Pública

Processo nº. 0000833-28.2012.8.16.0179

7ª. Vara da Fazenda Pública

Autor: Procon – PR

Réus: Caminhos do Paraná e outros

Objeto: Formas de Pagamento de tarifa de pedágio

29 - Ações Ordinárias

Autor: Rodovia das Cataratas S.A.

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Processo n. 2004.70.00.04389-4



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

9ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2003

Processo n. 2006.70.00.030119-3

9ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2006

Processo n. 2007.70.00.032035-0

2ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2007

Processo n. 2008.70.00.027117-3

2ª. Vara Federal de Curitiba - PR

Objeto: Reajuste 2008

Processo n. 2009.70.00.027562-6

1ª. Vara Federal de Curitiba - PR

Objeto: Reajuste 2009

Processo n. 5022178-06.2010.4.04.7000

6ª. Vara Federal de Curitiba - PR

Objeto: Reajuste 2010

30 -- Ação Ordinária

Processo n. 2003.70.00.043362-0

4ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: Rodovia das Cataratas

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Objeto: Liberação investimentos referente à duplicação



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**31 – Ação Ordinária**

Processo no. 2004.70.0400002-2

4ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: Estado do Paraná e DER-PR

Réu: Rodovia das Cataratas União e outros

Objeto TIR do projeto VS TIR do Acionista

**32 – Reconvenção**

Processo no. 2005.70.00.004071-0

5ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: Rodovia das Cataratas

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Objeto: Equilíbrio Financeiro do Contrato

**33 – Ação Ordinária**

Processo no. 2004.34.00.005004-2

1ª. Vara Federal de Brasília

Autor: Acionistas Rodovia das Cataratas

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Objeto: Desapropriação de Ações

**34 – Ações Ordinárias**

Autor: Ecovia

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Processo n. 2003.70.00.078395-2

9ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2003

Processo n. 2006.70.00.030113-2

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

5ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2008

Processo n. 2007.70.00.031257-2

6ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2007

Processo n. 2008.70.00.027105-7

6ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Objeto: Reajuste 2008

Processo n. 2009.70.00.027563-8

7ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Objeto: Reajuste 2009

Processo n. 5022175-51-2010.4.04.7000

7ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Objeto: Reajuste 2010

35 – Ação Ordinária

Processo n. 2004.70.00.034274-5

1ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: Ecovia

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Objeto: Revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato

36 – Medida Cautelar

Processo no. 2005.70.00.033289-6

1ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: DER-PR

Réu: Ecovia e União

Objeto: Lucros de Balanço /Reajuste Tarifário de 2005



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



37 – Ação Civil Pública

Processo no. 2006.70.00.028400-6

1ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: DER-PR

Réu: Ecovia e União

Objeto: Lucros de Balanço / Reajuste Tarifário 2005

38 – Mandado de Segurança

Processo no. 0007457-85.2010.404.0000

2ª. SEÇÃO – TRF 4ª. Região

Autor: Ecovia

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Objeto: Quesitos ação de anulação Termos Aditivos

39 – Cautelar e Ação Ordinária

Processo no. 218/2005 e 398/2005

2ª. Vara Fazenda Pública de Curitiba

Autor: Ecovia

Réu: DER-PR

Objeto: Auto de Infração – DER/PR- 001/2002

40 – Cautelar e Ação Ordinária

Processo no. 878/2003 e 130/2004

2ª. Vara Fazenda Pública de Curitiba

Autor: Ecovia

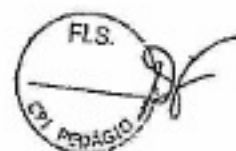
Réu: DER-PR

Objeto: Auto de Infração – DER/PR- 001/2002

41 – Cautelar e Ação Ordinária

Processo no. 276/2005 e 598/2005

2ª. Vara Fazenda Pública de Curitiba

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Autor: Ecovia

Réu: DER-PR

Objeto: Auto de Infração - DER/PR- 001/2003

42 - Ações Ordinárias

Autor: Econorte

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Processo n. 2003.70.00.081581-3

2ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2003

Processo n. 2006.70.00.030107-7

7ª. Vara Federal de Curitiba-PR

Objeto: Reajuste 2006

Processo n. 2007.70.00.032027-1

Vara Federal Ambiental de Curitiba

Objeto: Reajuste 2007

Processo n. 2008.70.00.027236-0

2ª. Vara Federal de Curitiba - PR

Objeto: Reajuste 2008

Processo n. 2009.70.00.029678-2

2ª. Vara Federal de Curitiba - PR

Objeto: Reajuste 2009

Processo n. 5021899-20-2010.4.04.7000

5ª. Vara Federal de Curitiba - PR

Objeto: Reajuste 2010



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**43 – Ação Ordinária**

Processo nº, 2004.70.00.039113-0

5ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: Econorte

Réu: Estado do Paraná, DER/PR e outros.

Objeto: Rêequilíbrio

**44 – Medida Cautelar**

Processo no. 2004.70.13.000849-3

Vara Federal de Jacarezinho

Autor: Município de Ribeirão Claro

Réu: Econorte, União e outros

Objeto: Inconstitucionalidade de Cobrança de Pedágio

**45 – Ação Civil Pública**

Processo no. 2004.70.13.000850-0

Vara Federal de Jacarezinho

Autor: Município de Ribeirão Claro

Réu: Econorte, União e outros

Objeto: Inconstitucionalidade do pedágio

**46 – Ação Ordinária**

Processo no. 2004.70.13.000852-3

Vara Federal de Jacarezinho

Autor: Econorte

Réu: Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná e outros

Objeto: Conserva pelo DER das rodovias estaduais e indenização caso provida as ações do Município de Ribeirão Claro

**47 – Ação Popular**

Processo no. 2006.70.13.003009-4

*[Assinatura manuscrita]*

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**GPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Vara Federal de Jacarezinho

Autor: Daniel Krueger Montoya

Réu: Econorte, União, Estado do Paraná e outros

Objeto: Nulidade do Termo Aditivo de 2002

48 – Ação Ordinária

Processo no. 2004.70.00.014479-0

5ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: Econorte

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Objeto: Aplicação do Degrau Tarifário 2003

49 – Ação Civil Pública

Processo no. 2007.70.00.005415-7

5ª. Vara Federal de Curitiba

Autor: DER/PR e outro

Réu: Econorte e União

Objeto: Lucros de Balanço / Reajuste Tarifário 2005

50 – Ação Civil Pública

Processo no. 2006.70.13.002434-3

Vara Federal de Jacarezinho

Autor: Ministério Público Federal

Réu: Econorte, Estado do Paraná e outros

Objeto: Nulidade da Cobrança do pedágio, Termo Aditivo 34/2002, Contrato de Concessão, Convênio de Delegação

51 – Ação Civil Pública

Processo no. 2007.70.13.001296-5

Vara Federal de Jacarezinho

Autor: Ministério Público Federal

Réu: Econorte, Estado do Paraná e outros





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**Objeto:** Nulidade da cobrança de pedágio inexistência de via alternativa

**52 – Ação Civil Pública**

**Processo no.** 2007.70.13.001297-7

**Vara Federal de** Jacarézinho

**Autor:** Ministério Público Federal

**Réu:** Econorte

**Objeto:** Contrato de Concessão, pedágio em pista simples

**53 – Ação Ordinária**

**Processo no.** 2004.34.00.008230-1

**13ª. Vara Federal de** Brasília

**Autor:** Econorte

**Réu:** União, Estado do Paraná e outros

**Objeto:** Nulidade do processo de caducidade

**54 – Ação Ordinária**

**Processo no.** 2004.34.00.006052-9

**16ª. Vara Federal de** Brasília

**Autor:** Acciona do Brasil Ltda e demais acionistas da Econorte

**Réu:** Estado do Paraná e outros

**Objeto:** Desapropriação das ações

**55 – Mandado de Segurança**

**Processo no.** 46144/0000

**4ª. Vara da Fazenda de** Curitiba

**Autor:** Econorte

**Réu:** Procon, Estado do Paraná

**Objeto:** Nulidade de processo administrativo e multa

**56 – Ações Ordinárias**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

Autor: Viapar

Réu: União, Estado do Paraná e outros

Processo n. 2003.70.00.081583-7

**2º. Vara Federal de Curitiba-PR**

**Objeto: Resposta 2003**

Processo n. 2006.70.00.030227-6

5ª. Vara Federal de Curitiba-PR

**Objeto: Reajuste 2006**

Processo n. 2007.70.00.032026-0

6ª. Vara Federal de Curitiba

**Objeto: Reajuste 2007**

Processo n. 2008.70.00.027110-0

6º. Varna Federal de Curitiba – PR

**Objeto: Reajuste 2008**

Processo n. 2009.70.00.029380-0

2º. Vara Federal de Curitiba – PR

**Objeto: Reajuste 2009**

Processo n. 5022004-94-2010.4.04.7000

5º. Vara Federal de Curitiba – PR

**Objeto: Realusta 2010**

57 – Ação Ordinária

Processo no. 2008.70.00.012940-0

6ª. Vara Federal de Curitiba – PR Autor:Viapar

R  : Estado do Paraná e outros

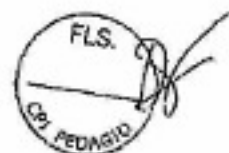
**Objeto:** Evasões nas praças de pedágio

349



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



58 – Ação Ordinária

Processo no. 2007.70.00.024721-0

3ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Autor: Viapar

Réu: DER-PR, Estado do Paraná e outros

Objeto: Contorno de Mandaguari

59 – Ação Ordinária

Processo no. 2008.70.00.012562-4

6ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Autor: Viapar

Réu: DER-PR, Estado do Paraná e outros

Objeto: Desapropriação

60 – Ação Ordinária

Processo no. 2008.70.00.013059-0

6ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Autor: Viapar

Réu: DER-PR, Estado do Paraná e outros

Objeto: Equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão

61 – Ação Declaratória

Processo no. 0238/2007

Vara Cível de Mamboré

Autor: Município de Mamboré

Réu: Viapar

62 – Ação Declaratória

Processo no. 2007.70.00.032964-0

6ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Autor: Viapar

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Réu: DER-PR, Estado do Paraná – ANTT e outros

Objeto: Critérios de fiscalização estabelecidos no convênio de delegação e no Contrato de Concessão

63 – Ação Ordinária

Processo no. 2009.70.00.013719-9

4ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Autor: Viapar

Réu: DER-PR, Estado do Paraná e outros

Objeto: Auto de Infração do DER/PR no. 003/2004

64 – Ação Ordinária

Processo no. 2009.70.00.019807-3

6ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Autor: Viapar

Réu: DER-PR, Estado do Paraná e outros

Objeto: Restaurações

65 – Medida Cautelar

Processo no. 5002172-75;2010.4.04.7000

6ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Autor: Viapar

Réu: DER-PR, Estado do Paraná e outros

Objeto: Garantir o início das obras de restauração

66 – Ação Ordinária

Processo no. 5007835-05.2010.4.04.7000

6ª. Vara Federal de Curitiba – PR

Autor: Viapar

Réu: DER-PR, Estado do Paraná

Objeto: Auto de Infração do DER/PR no. 001/2006



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



67 – Ação Ordinária

Processo no. 2004.70.00.00:039499-0

9ª. Vara Federal de Curitiba - PR

Autor: DER/PR e Estado do Paraná

Réu: Viapar, ANTT e outros

Objeto: Discute a validade dos Termos Aditivos e aplicação da TIR do acionista para cálculo de reequilíbrio

Como se pode notar, até o momento, pelos documentos apresentados a esta CPI, os contratos originários não foram jamais declarados ilegais. Em relação aos controvertidos aditivos, apesar das diversas demandas judiciais, não ocorreu julgamento de mérito, com decisão transitada em julgado, que tenha levado à termo as referidas demandas.

A questão é que nem os contratos e nem os aditivos, reitera-se, foram declarados ilegais, apesar das dúvidas e questionamentos. Não está autorizada, esta CPI, em decorrência de limitação constitucional, a investigar o mérito de decisões judiciais e de questões *sub judice*, formulando crítica ao teor de despachos, decisões interlocutórias, sentenças ou outros andamentos processuais. Não cabe a uma CPI afirmar que esta ou aquela decisão judicial é ilegítima. Apesar disso é possível deixar registrado que os acordos e os aditivos, a partir de um juízo político – e não jurídico – foram, ao que parece, altamente prejudiciais ao Estado do Paraná e à população de nosso Estado. Os atos políticos – por parte do Governador Jaime Lerner –, que ensejaram o início das inúmeras demandas, podem ser apontados como vergonhosos, sendo que o preço de sua reeleição naquela época o povo está pagando até os dias atuais, decorridos muitos e muitos anos. As ações que questionam os termos aditivos contratuais ainda estão pendentes de julgamento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

É certo que cabe ao Judiciário rever os atos administrativos sob a ótica da legalidade e declará-los nulos se expedidos em desconformidade com o sistema jurídico vigente.

Vale lembrar que o princípio da Supremacia do Interesse Público, princípio esse esculpido na Constituição da República, e o mais relevante alicerce do Direito Administrativo, determina que a administração pública deve vincular e direcionar seus atos de modo a garantir que interesses privados não prevaleçam nem sucumbam os interesses e necessidades da sociedade como um todo.

Desta feita, qualquer ato que vá de encontro ao referido princípio deverá ser revisto pela Administração e, se assim não o for, deverá ser questionado no Poder Judiciário, respeitado o ato jurídico perfeito e o estado de direito.

No que concerne às causas que estão em andamento e que aguardam, apenas, a devida decisão judicial, cabe a esta CPI solicitar celeridade ao Poder Judiciário e neste sentido, se juridicamente possível, por fim às interrupções dos processos promovidas pelas Partes, ou seja, concessionárias, Estado do Paraná e DER-PR.

Nota-se, finalmente, que o debate sobre a legalidade dos contratos inevitavelmente sempre vem acompanhado de ingredientes políticos e ideológicos e decorrem, muitas das incompreensões, de uma falta de entendimento em relação a uma equação que, no fundo, é complexa. Se se quer contratos com tarifas reduzidas, é preciso reduzir obras. Se se quer um sistema de concessão com duplicação integral de rodovias, muitas obras, trincheiras, obras de arte, inúmeros serviços, a tarifa haverá de ser elevada ou o prazo estendido. Não existe, infelizmente, mágica na economia que permita equacionar elevado volume de obras e serviços de qualidade com preços reduzidos. O que é possível falar, nesta equação, seria preço justo! A grande



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



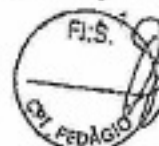
maioria das críticas aos contratos decorreu de situações em que o governo quis influenciar este equilíbrio: para manter tarifas ou reduzir tarifas, retirá-las obras. Então, criticava-se que as rodovias não são duplicadas, que foram feitas poucas obras. Exige-se, por outro lado, obras e antecipações. Então critica-se a aplicação de reajustes previstos no contratos, os degraus tarifários, extensões de prazo etc. O quadro é de difícil equação e demanda escolhas políticas, evidentemente.

**4.2. A questão da desproporção entre investimentos realizados e valores arrecadados como receita de pedágio**

Uma denúncia que foi mencionada em diversos depoimentos perante esta CPI diz respeito à verificação de uma grande desproporção entre os investimentos realizados pelas concessionárias e os valores arrecadados como receita de pedágio. A apresentação do eminente Dep. Cleiton Kielse, neste sentido, centrou-se basicamente sobre este aspecto, apontando dados, números e estatísticas que demonstram que as concessionárias arrecadam muito, investem pouco e obtêm, por decorrência, lucros exorbitantes, inclusive superiores à determinadas operações da Petrobrás. Desta forma, a premissa da denúncia funda-se na ideia de que o pouco investimento em face da elevada arrecadação está gerando lucros bastante elevados em favor das concessionárias.

A partir das denúncias, esta relatoria, juntamente com sua assessoria jurídica e contábil, teve acesso a todos os documentos de contabilidade encaminhados pelas concessionárias, onde foi possível obter uma visão geral sobre toda a arrecadação nos últimos anos, todos os investimentos efetivamente realizados e todos os gastos, inclusive com consultorias e todos os tipos de contratações. Foi possível, deste modo, erlar tabelas e conferir a evolução das diversas concessionárias. Além dos documentos que foram encaminhados pelas próprias concessionárias, utilizou-se, nos cálculos, algumas tabelas que foram disponibilizadas pelos representantes do DER que depuseram nesta CPI.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Em, abaixo, os quadros de receitas e, após, de investimentos, consolidados para as 6 concessionárias desde 1998 até 2012:

RECEITA PEDÁGIO (R\$ mil) - BASE 2012			
Ano	VALORES CORRENTES	CONVERSOR (IPCA)	VALORES BASE DEZ. 2012
1998	91.720	2,4705	226.593
1999	185.214	2,2676	374.664
2000	257.373	2,1399	550.753
2001	356.195	1,9874	707.902
2002	400.388	1,7661	707.126
2003	486.414	1,6162	786.121
2004	545.675	1,5017	819.440
2005	641.738	1,4209	911.823
2006	734.706	1,3776	1.012.122
2007	835.078	1,3188	1.101.301
2008	911.653	1,2453	1.135.275
2009	1.019.298	1,1938	1.216.858
2010	1.185.177	1,1272	1.335.951
2011	1.349.751	1,0584	1.428.558
2012	1.512.865	1,0000	1.512.865
TOTAL	10.493.245		13.827.353



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



INVESTIMENTOS (R\$ mil) - BASE 2012			
Ano	VALORES CORRENTES	CONVERSOR (IPCA)	VALORES BASE DEZ. 2012
1997	10.907	2,61175	28.487
1998	263.333	2,47048	650.561
1999	12.527	2,26775	28.408
2000	68.588	2,13990	146.772
2001	213.423	1,98740	424.157
2002	268.402	1,76610	474.026
2003	161.508	1,61616	261.023
2004	93.145	1,50170	139.877
2005	149.421	1,42086	212.307
2006	108.990	1,37759	150.143
2007	158.840	1,31880	209.478
2008	190.919	1,24529	237.760
2009	235.874	1,19382	281.592
2010	289.450	1,12722	326.273
2011	273.299	1,05839	289.255
2012	334.911	1,00000	334.911
TOTAL	2.833.539		4.195.019

INVESTIMENTOS X RECEITA PEDÁGIO		
Ano	VALORES CORRENTES	VALORES BASE DEZ. 2012
1997	—	—

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

1998	287%	287%
1999	8%	8%
2000	27%	27%
2001	60%	60%
2002	67%	67%
2003	33%	33%
2004	17%	17%
2005	23%	23%
2006	15%	15%
2007	19%	19%
2008	21%	21%
2009	23%	23%
2010	24%	24%
2011	20%	20%
2012	22%	22%
TOTAL	27%	30%

- Nota-se, portanto, a partir de dados oficiais, contábeis, auditados e dotados de "fé pública", que as concessionárias, em conjunto, obtiveram de receita com o pedágio o total de R\$ 13,827 bilhões e investiram R\$ 4,195 bilhões. Esses são os valores oficiais, contábeis, e devidamente auditados e foram convertidos para uma mesma data-base (dezembro de 2012), através da variação do índice IPCA, índice utilizado oficialmente pelo Governo Federal para acompanhamento das metas de inflação.
- É possível notar, de partida, então uma diferença na ordem de 70% (setenta por cento) entre o que foi arrecadado e o que foi investido.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Todavia, não é possível, a partir daí, chegar-se à conclusão de que as concessionárias obtiveram toda a diferença de lucro. O cálculo não é simples. O lucro não se extrai, contabilmente, dessa conta básica.

- É possível notar, de partida, que as concessionárias investiram então 30% (trinta por cento) do valor total arrecadado com o pedágio. Apesar de ser um percentual maior do que aqueles citados durante as sessões realizadas pela CPI, em torno de 15 a 20%, ainda não conseguimos apontar desproporções ou desequilíbrios apenas com tais dados. Assim, a seguir iremos analisar outros encargos previstos nos contratos de concessão, para que se possa obter uma análise mais completa.
- Além dos investimentos, existem outros elementos que devem ser considerados na contabilidade das empresas.
- De acordo com o contrato e as cláusulas em vigor, é preciso atentar para os seguintes encargos ainda previstos nos contratos de concessão e cujos gastos aparecem nos documentos contábeis aos quais esta relatoria teve acesso:
  - gastos com administração
  - gastos com operação
  - gastos com conservação e manutenção
  - gastos com verba de fiscalização
  - gastos com verba de reaparelhamento da polícia rodoviária
  - gastos com encargos de financiamento.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Apenas considerando, por enquanto, os chamados gastos operacionais, é possível perceber, a partir das informações extraídas dos quadros apresentados por Nelson Leal Junior em seu depoimento, que além dos investimentos existe um elevado gasto com o seguinte:

**OPERAÇÃO DAS RODOVIAS PRINCIPAIS**

- Controle Operacional
- Sistema de Arrecadação de Pedágio
- Sistema de Pesagem
- Guarda e Vigilância Patrimonial
- Apoio à Fiscalização de Trânsito
- Serviços de Assistência ao Usuário:
  - Inspeção de Trânsito
  - Atendimento Pré-Hospitalar/Resgate
  - Atendimento Mecânico/Guincho
  - Atendimento de Incidentes
- Serviços de Trânsito:
  - Padrão de Segurança Viária
  - Segurança Temporária
  - Transporte de Cargas Perigosas
  - Transporte de Cargas Excepcionais



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS PRINCIPAIS**

- |   |  |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Conservação Rodoviária de Rotina:</li><li>- Limpeza das Pistas e Acostamentos</li><li>- Pavimento</li><li>- Canteiro Central e Faixa de Domínio</li><li>- Obras de Arte Especiais</li><li>- Dispositivos de Proteção e Segurança</li><li>- Sinalização</li><li>- Terraplenos e Estruturas de Contenção</li><li>- Sistemas de Drenagem e Obras de Arte Correntes</li><li>- Iluminação e Instalação Elétricas</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Conservação Predial e de Equipamentos:</li><li>- Edificações e Instalações Prediais</li><li>- Sistemas de Controle e Comunicação</li></ul> |
|---|--|

**MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS PRINCIPAIS**

- Sinalização
- Pavimento

De posse da informação acima, esta relatoria encomendou estudo de especialistas contábeis a fim de analisar em profundidade os dados oficiais oferecidos pelas concessionárias do Paraná, através das demonstrações financeiras encaminhadas. Com base nesta análise, chegamos aos seguintes valores apurados em conjunto, para as seis concessionárias do Paraná, conforme constam em suas demonstrações financeiras de 1998 a 2012:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- **Receitas Operacionais:** englobam as Receitas de Pedágio e as Receitas Acessórias; Total – R\$ 10.675 milhões;
- **Tributos sobre Receitas:** englobam os tributos PIS, Cofins e ISS; Total – R\$ 928 milhões;
- **Despesas Operacionais Totais:** englobam as despesas com Conservação das Rodovias, Operação, Administração, Verbas de Fiscalização e de Reparelhamento da Polícia Rodoviária; Total – R\$ 4.525 milhões;
- **Depreciação dos Investimentos:** englobam a depreciação contábil dos Ativos Imobilizados, popularmente chamados de Investimentos, que consistem em Obras Rodoviárias, Manutenções Periódicas nas Rodovias, Instalações Prediais, Sistemas e Equipamentos, Instalações Administrativas, entre outros; Total – R\$ 1.599 milhões;
- **Despesas Financeiras:** englobam a soma total entre despesas e receitas financeiras, tais como encargos de empréstimos e financiamentos; Total – R\$ 1.052 milhões;
- **Imposto de Renda e Contribuição Social:** englobam os impostos federais que incidem sobre os lucros contábeis; Total – R\$ 866 milhões;
- **Lucro Líquido:** corresponde ao resultado líquido contábil que remunera os acionistas, proveniente da operação das concessionárias envolvendo o total de receitas arrecadadas descontando-se todas as despesas, tributos e impostos; Total: R\$ 1.704 milhões,

Ao compararmos os encargos totais da concessão, pelo critério contábil para apuração de lucro, ou seja, ao totalizarmos a depreciação dos





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



investimentos realizados e o total das despesas, temos R\$ 6.425 milhões, que correspondem a 57% da receita bruta contábil.

Em relação ao total pago a títulos de tributos municipais e federais, inclusive impostos federais sobre o lucro, totaliza-se R\$ 1.794 milhões, que correspondem a 17% da receita bruta operacional.

O total gasto com encargos financeiros perfaz R\$ 1.052 milhões, ou seja, 10% da receita bruta operacional.

Da mesma forma, apuramos o lucro líquido total: R\$ 1.704 milhões, 16% da receita bruta operacional.

Para melhor comparação dos anteriormente apurados, foi realizada a atualização monetária para a base dezembro de 2012, por meio da variação do índice IPCA, o que aponta os seguintes valores totais e respectivos percentuais comparados à receita operacional:

- Receita Bruta Operacional: R\$ 14.080 milhões (100%);
- Despesas e Depreciação de Investimentos: R\$ 8.386 milhões (60%);
- Tributos e Impostos: R\$ 2.161 milhões (15%); • Encargos Financeiros: R\$ 1.676 milhões (12%);
- Lucro Líquido: R\$ 1.857 milhões (13%).

Referidos gastos operacionais podem ser quantificados não apenas a partir dos dados contábeis mas, igualmente, confirmados a partir das informações encaminhadas pelo próprio DER e por seu Diretor do DER - Nelson Leal Junior, conforme tabelas a seguir:



FLS

1991



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura  
**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

LOTE 01 - ECONORTE

[illegible]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura  
CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

LOTE 01 - ECONOMIA

Nº	Descrição da Ação	Valor	Mês												Total
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	
UNIDADES	Unidade 01	6,4													6,4
	Unidade 02	-													-
	Unidade 03	-													-
	Unidade 04	6,4													6,4
	Unidade 05	6,4													6,4
INTERMEDIÁRIOS	Intermediária 01	6,4													6,4
	Intermediária 02	6,4													6,4
	Intermediária 03	6,4													6,4
	Intermediária 04	6,4													6,4
	Intermediária 05	6,4													6,4
TOTAL	Total 01	41,7													41,7
	Total 02	28,4													28,4
	Total 03	41,7													41,7
	Total 04	41,7													41,7
	Total 05	41,7													41,7

PARANÁ: 1. As ações foram realizadas em conformidade com o plano de trabalho aprovado em 2023, com o objetivo de avaliar o impacto das ações de educação financeira e de saúde pública. 2. As ações foram realizadas em conformidade com o plano de trabalho aprovado em 2023, com o objetivo de avaliar o impacto das ações de educação financeira e de saúde pública. 3. As ações foram realizadas em conformidade com o plano de trabalho aprovado em 2023, com o objetivo de avaliar o impacto das ações de educação financeira e de saúde pública. 4. As ações foram realizadas em conformidade com o plano de trabalho aprovado em 2023, com o objetivo de avaliar o impacto das ações de educação financeira e de saúde pública. 5. As ações foram realizadas em conformidade com o plano de trabalho aprovado em 2023, com o objetivo de avaliar o impacto das ações de educação financeira e de saúde pública.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura  
**CPI DO PEDÁGIO**  
RELATÓRIO FINAL

[illegible]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura  
**CPI DO PEDÁGIO**  
RELATÓRIO FINAL

**LOTE 02 - VIAPAR**

[illegible]

os países da América Latina e do Caribe, com o intuito de criar a primeira revista em português da América Latina e do Caribe, com o objetivo de proporcionar aos pesquisadores da área de desenvolvimento econômico e social, uma oportunidade de publicar seus trabalhos e de discutir os resultados de suas pesquisas. A revista é publicada em português e em inglês, com o intuito de facilitar a circulação dos trabalhos e de proporcionar aos pesquisadores da área de desenvolvimento econômico e social, uma oportunidade de publicar seus trabalhos e de discutir os resultados de suas pesquisas. A revista é publicada em português e em inglês, com o intuito de facilitar a circulação dos trabalhos e de proporcionar aos pesquisadores da área de desenvolvimento econômico e social, uma oportunidade de publicar seus trabalhos e de discutir os resultados de suas pesquisas.

FLS

10



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura  
**CPI DO PEDÁGIO**  
RELATÓRIO FINAL

**LOTE 03 - ECO-CĂTĂRĂȚAS**

Project Name	Location	Area (ha)	Year	Project Type	Project Status	Project Description	Project Objectives	Project Results	Project Impact	Project Cost (USD)	Project Funding Source	Project Beneficiaries	Project Contact Person	Project Phone	Project Email	Project Website	Project Social Media	Project Other Information
Project 1	Location 1	Area 1	Year 1	Project Type 1	Project Status 1	Project Description 1	Project Objectives 1	Project Results 1	Project Impact 1	Project Cost (USD) 1	Project Funding Source 1	Project Beneficiaries 1	Project Contact Person 1	Project Phone 1	Project Email 1	Project Website 1	Project Social Media 1	Project Other Information 1
Project 2	Location 2	Area 2	Year 2	Project Type 2	Project Status 2	Project Description 2	Project Objectives 2	Project Results 2	Project Impact 2	Project Cost (USD) 2	Project Funding Source 2	Project Beneficiaries 2	Project Contact Person 2	Project Phone 2	Project Email 2	Project Website 2	Project Social Media 2	Project Other Information 2
Project 3	Location 3	Area 3	Year 3	Project Type 3	Project Status 3	Project Description 3	Project Objectives 3	Project Results 3	Project Impact 3	Project Cost (USD) 3	Project Funding Source 3	Project Beneficiaries 3	Project Contact Person 3	Project Phone 3	Project Email 3	Project Website 3	Project Social Media 3	Project Other Information 3
Project 4	Location 4	Area 4	Year 4	Project Type 4	Project Status 4	Project Description 4	Project Objectives 4	Project Results 4	Project Impact 4	Project Cost (USD) 4	Project Funding Source 4	Project Beneficiaries 4	Project Contact Person 4	Project Phone 4	Project Email 4	Project Website 4	Project Social Media 4	Project Other Information 4
Project 5	Location 5	Area 5	Year 5	Project Type 5	Project Status 5	Project Description 5	Project Objectives 5	Project Results 5	Project Impact 5	Project Cost (USD) 5	Project Funding Source 5	Project Beneficiaries 5	Project Contact Person 5	Project Phone 5	Project Email 5	Project Website 5	Project Social Media 5	Project Other Information 5
Project 6	Location 6	Area 6	Year 6	Project Type 6	Project Status 6	Project Description 6	Project Objectives 6	Project Results 6	Project Impact 6	Project Cost (USD) 6	Project Funding Source 6	Project Beneficiaries 6	Project Contact Person 6	Project Phone 6	Project Email 6	Project Website 6	Project Social Media 6	Project Other Information 6
Project 7	Location 7	Area 7	Year 7	Project Type 7	Project Status 7	Project Description 7	Project Objectives 7	Project Results 7	Project Impact 7	Project Cost (USD) 7	Project Funding Source 7	Project Beneficiaries 7	Project Contact Person 7	Project Phone 7	Project Email 7	Project Website 7	Project Social Media 7	Project Other Information 7
Project 8	Location 8	Area 8	Year 8	Project Type 8	Project Status 8	Project Description 8	Project Objectives 8	Project Results 8	Project Impact 8	Project Cost (USD) 8	Project Funding Source 8	Project Beneficiaries 8	Project Contact Person 8	Project Phone 8	Project Email 8	Project Website 8	Project Social Media 8	Project Other Information 8
Project 9	Location 9	Area 9	Year 9	Project Type 9	Project Status 9	Project Description 9	Project Objectives 9	Project Results 9	Project Impact 9	Project Cost (USD) 9	Project Funding Source 9	Project Beneficiaries 9	Project Contact Person 9	Project Phone 9	Project Email 9	Project Website 9	Project Social Media 9	Project Other Information 9
Project 10	Location 10	Area 10	Year 10	Project Type 10	Project Status 10	Project Description 10	Project Objectives 10	Project Results 10	Project Impact 10	Project Cost (USD) 10	Project Funding Source 10	Project Beneficiaries 10	Project Contact Person 10	Project Phone 10	Project Email 10	Project Website 10	Project Social Media 10	Project Other Information 10

[illegible]



ACOTE 04 - CAMINHOS DO PARANÁ



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
*17ª Legislatura*  
**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Category	Item	Unit	Quantity	Rate	Amount
BASIC CEMENT CONCRETE	1:2:4	m <sup>3</sup>	100	1200	120000
	1:3:6	m <sup>3</sup>	100	1500	150000
	1:4:8	m <sup>3</sup>	100	1800	180000
	1:5:10	m <sup>3</sup>	100	2000	200000
PAVING CEMENT CONCRETE	1:2:4	m <sup>3</sup>	100	1200	120000
	1:3:6	m <sup>3</sup>	100	1500	150000
	1:4:8	m <sup>3</sup>	100	1800	180000
	1:5:10	m <sup>3</sup>	100	2000	200000
STRUCTURAL STEEL	MS 16	kg	1000	10000	1000000
	MS 18	kg	1000	12000	1200000
	MS 20	kg	1000	14000	1400000
	MS 22	kg	1000	16000	1600000
WOODWORK	Teak	m <sup>3</sup>	100	10000	1000000
	Sal	m <sup>3</sup>	100	8000	800000
	Shisham	m <sup>3</sup>	100	6000	600000
	Deodar	m <sup>3</sup>	100	5000	500000
ELECTRICAL	Wiring	m	1000	10000	1000000
	Switches	nos	100	10000	1000000
	Lighting	nos	100	10000	1000000
	Painting	m <sup>2</sup>	1000	10000	1000000

[illegible]







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura  
CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL.

NOTAS SOBRE O LOTE 5:

- 1-DUPLIÇÃO DO SEGMENTO ENTRE JAGUARIÁVA E PIRAI DO SUL, PREVISTA PARA OS ANOS DE 2011 E DE 2012, PORÉM POSTERGADA PARA OS ANOS DE 2014 E DE 2015, E SUBSTITUÍDA PELA ANTECIPAÇÃO DA OBRA DE DUPLIÇÃO NO PERÍMETRO URBANO DE CAMPO LARGO (CONTOURNO DE CAMPO LARGO) COM EXECUÇÃO INICIADA NO ANO DE 2012.
- 2-EM 2000 FOI EXCLUÍDO DO PROGRAMA O CONTOURNO DE PONTA GROSSA, E REDUZIDA SIGNIFICATIVAMENTE A EXTENSÃO DE VIAS MARGINAIS.
- 3-TODAS AS OBRAS DO PROGRAMA VIGENTE (ADITIVO 2002) ESTÃO SENDO CUMPRIDAS NA ÍNTEGRA, COM EXCEÇÃO DA DUPLIÇÃO DE JAGUARIÁVA-PIRAÍ DO SUL, QUE FOI POSTERGADA EM SUBSTITUIÇÃO PELA ANTECIPAÇÃO DO DUPLIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE CAMPO LARGO.
- 4-NÃO FORAM INCLuíDAS NESTE QUADRO OBRAS PONTUAIS: INTERSEÇÕES, CORREÇÕES GEOMÉTRICAS E PASSARELAS.
- 5-VALORES NA DATA-BASE DO CONTRATO, JANEIRO DE 1997, BASTANDO PARA ATUALIZAÇÃO APROXIMADA DOS VALORES A MULTIPLICAÇÃO POR 3 (índice da parâmetros de dezembro de 2012 = 3,0508).







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

Para uma melhor análise da eventual desproporção entre os encargos da concessão e a receita bruta, foi elaborado um levantamento completo dos principais dados para as seis concessionárias, com base nos documentos contábeis oficiais encaminhados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito:

[illegible]

No que tange com a eventual necessidade de aplicação de correção dos valores arrecadados, é importante perceber que os cálculos foram feitos por esta relatoria mas, contabilmente, não refletem a realidade. Afinal, sabe-se que é possível converter valores contábeis realizados ao longo de vários anos para uma mesma data-base, bastando, para isso, aplicar a correção por índices de inflação escolhidos. Porém, de acordo com as informações da assessoria jurídica e contábil, os valores obtidos por esta metodologia não têm nenhum significado econômico ou financeiro, ou seja, são números estimados.

Para proceder à atualização dos valores para a base de dezembro de 2012 (os documentos obtidos pela CPI chegam a este período), foram empregados dois índices de correção monetária diferentes:

- ITR - Índice calculado pela fórmula paramétrica de reajuste da tarifa de pedágio, conforme estabelecido no contrato de concessão (Cláusula XIX - do Reajuste da Tarifa Básica):

373



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- **ÍPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo):** índice calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e adotado pelo Governo Federal desde 1999 para acompanhamento de metas de inflação.
- Portanto os valores de atualização apresentados nas tabelas anteriores não possuem sustentação científica e técnica. Neste seara, não possui sustentação contábil, econômica, técnica, utilizando-se de metodologias de cálculo aceitáveis pela comunidade científica, que permita afirmar, mesmo com aplicação de índices de correção, que a receita das concessionárias foi "superior a R\$ 20 bilhões".
- Bem por tais razões, os resultados consolidados apresentados situam-se dentro de parâmetros observados em outros mercados.

Com efeito, alguns elementos apontados em depoimentos para caracterizar e demonstrar a desproporção dos lucros não pode ser levada em consideração, pois não foram comprovadas documentalmente.

Nó que concerne ao crescimento do tráfego, é preciso atentar que, de acordo com s informações técnicas encaminhadas pela assessoria da CPI, o negócio de concessão de rodovia no Paraná, assim como no Brasil e no exterior, é resultado de um arranjo financeiro que equilibra expectativas de receita, custos, investimentos, aportes de capital e financiamentos. Adicionalmente, representa uma grande aposta no futuro da economia do Estado e do País, além de preconizar a estabilidade regulatória e cumprimento das regras acordadas, assim como acontece em outros setores e empreendimentos. O crescimento de tráfego não apenas é esperado como também é imprescindível para que qualquer negócio de concessão de rodovia se torne viável. Em todo e qualquer programa de concessão, o crescimento do tráfego é projetado desde o primeiro até o



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



último ano de concessão. Em relação ao fato de existir tráfego acima do previsto ou do razoável, é preciso levar em conta que a soma da projeção de tráfego para as seis concessionárias, constantes nas Propostas Comerciais, previa um crescimento de 87% em eixos-equivalentes para o período de 1999 a 2012. Ao contrário, todavia, do que se denunciou perante a CPI, os dados realizados, comprovados documentalmente, atestam que o tráfego real foi menor que a projeção inicial em

20% no acumulado desde o início da concessão até 2012, conforme dados constantes das Propostas Comerciais das seis concessionárias. Por fim, não se pode olvidar que o risco da variação do tráfego está previsto no contrato de concessão e é um dos riscos assumidos integralmente pelas concessionárias, não cabendo reequilíbrio econômico-financeiro, para mais ou para menos.

#### 4.3. A questão da existência de eventual fraude no sistema de contagem dos eixos, que gera reflexo no equilíbrio econômico-financeiro e na arrecadação de ISS

No decorrer das investigações desta CPI, alguns Deputados e outros depoentes levantaram a hipótese de eventual fraude no sistema de contagem dos eixos, o que geraria reflexo no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e na arrecadação do ISS. A premissa das suspeitas/denúncias partia da ideia de que o sistema de contagem poderia ser desligado e, assim, o volume de tráfego poderia ser mascarado.

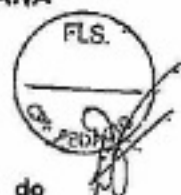
O tema foi objeto de depoimento em sessão específica da CPI, em que se ouviu o Sr. Pedro Ricardo Furlan, responsável pela implantação do sistema de contagem de veículos em uso nas principais rodovias do país.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Convém, nesta sessão, trazer à coleção os principais trechos do depoimento e as respostas dadas diretamente às dúvidas levantadas. Inicialmente o depoente explicou o objeto da empresa e que são responsáveis, no Estado do Paraná, pelo sistema de contagem da Rodonorte, sendo certo que os sistemas das demais concessionárias são muito semelhantes e de igual confiabilidade. Explicou, assim, o depoente, no que consiste o sistema que normalmente funciona no Brasil e qual o seu papel:

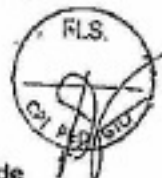
"Ele (o sistema de contagem) garante, ele visa garantir à concessionária a correta contagem e contabilização financeira dos veículos que trafegam pela rodovia. O principal objetivo do sistema de arrecadação hoje é monitorar quantos carros passam pela rodovia e fazer a sua correta classificação. A concessionária tem nesse sistema um dos seus pontos-chaves, porque ele controla realmente o dinheiro que entra. Então, contar adequadamente os veículos, contabilizar adequadamente o que passa por ali é sangue para a concessionária, é core business, ela tem que ter um bom sistema de arrecadação, um sistema forte, porque se ela não contar o veículo ela não recebe. Ou ela abre uma janela para ser fraudada pelo próprio arrecadador ou ainda para ter furô no sistema automático. Sistemas, normalmente, são compostos por hardware e software que detectam, que registram veículos e as suas respectivas classes. No Brasil temos um modelo de detecção particular, nós contamos eixos. O modelo mais normal no mundo é por volume. Você detecta um veículo pelo seu tamanho, pelo volume que ele ocupa e classifica pelo volume. No Brasil somos um pouquinho mais complicado, contamos eixos. Inclusive eixos que não rodam, que é um negócio meio complicado. Mas é possível, hoje tem tecnologia, está implementada, mas contamos eixos. É importante dizer que, realmente, uma concessionária que continua de seus veículos está perdendo receita, está jogando dinheiro pela janela. Os sistemas de arrecadação, basicamente, são compostos, pelo que chamamos de nível 1, que são as pistas manuais e automáticas, nível 2 - administração da praça, onde se encontra controle operacional e tesouraria e o nível 3 que, normalmente, se concentra todas as informações recebidas das diversas praças, se trafegam os dados com as operadoras e-mail de pagamento. Hoje 60% do tráfego no Brasil já é feito por via TAG, por via de AVI. E dali você sai com relatórios, e





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



partir daí, entra o sistema de pedágio. O que o sistema de pedágio faz a partir daí? Ele faz a auditoria daquilo que o arrecadador fez. Ele vai olhar através dos sensores de solo que são esses, em 45 graus e em 90, ele vai olhar, vai contar os eixos, identificar e apontar eventuais irregularidades ou concordar com o arrecadador e fechar a transação. De apoio ainda a isso, se houver dúvida entre o arrecadador e o sistema, todas as pistas, hoje, são monitoradas com câmeras, todas elas têm câmera, são filmadas. Você tem ainda detector de massa metálica para ter certeza que o que está passando ali é um veículo não é alguém pisando nos sensores. Então, é um sistema bastante seguro para detecção do veículo. O veículo sai, ele passa pelo sistema, o sistema faz a sua identificação. Quando terminada a identificação, o sistema comanda o fechamento da cancela e o retorno do semáforo para condição vermelha, preparando o sistema para o próximo veículo. Isso é um algoritmo comum a todos os sistemas de pedágio, o que varia é a forma, os tempos, os filtros que nós usamos nos sensores, mas é um algoritmo comum. Hoje, 95% das pistas do Brasil estão monitoradas por sensores de piso. Existe uma mudança gradativa para sensores de contagem de rodas e de rodados ou de eixos óticos, mas é uma mudança lenta, gradativa, porque os sistemas ainda não são altamente confiáveis e ainda estão em teste, em trabalho, em evolução. Uma particularidade nessas pistas aqui é que o sistema conta também com um pequeno *devis*, que é um detector para eixos suspensos. Esse é um detector ótico. Como o pneu não toca o chão você detecta o pneu que está elevado, o pneu que não está tocando o chão. Essa aqui é a formulação básica numa pista, alguma pista. As pistas de pedágio elas não usam teclado comum normalmente. Aqui tem um teclado aqui que é um teclado de manutenção, que só é usado em caso de manutenção. Teclado arrecadador é esse aqui. É o único teclado que ele tem na cabine. Ela é feita da forma mais segura possível para evitar uma fraude por parte do arrecadador, e os bons sistemas prezam por não serem fraudáveis, por não serem abertos à fraude ou terem um nível muito elevado de dificuldade. Uma pista automática. A pista automática tem uma característica diferente. O veículo é detectado, o seu TAG é lido e associado ao veículo, ela procede à contagem, a liberação do veículo, a passagem do veículo e, depois que isso ocorreu, desde que o TAG seja válido, ela permite a conciliação dos dados, se o TAG, se a categoria que estava no TAG, a classe que estava no TAG é a mesma que foi auditada pelo sistema, se essa classe foi realmente correta e se essa contabilização está fechada, e isso vai parar os bancos de

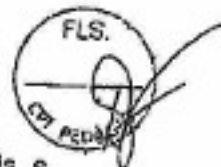


# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



dados. Esse é o nível um; que são as pistas manuais e automáticas. Uma pista automática típica. Pista automática tem alguns *devices* diferenciados, que são as barreiras óticas, dada a velocidade das passagens. Não dá para confiar só no detector de solo, então nós temos também barreiras óticas para ajudar. O equipamento que é responsável pela detecção de eixo suspenso é esse pequeninho aqui do lado, que também é um equipamento ótico. E aqui os senhores vão notar que é uma coisa constante em pistas de pedágio: auditoria o tempo todo. Então, você tem câmera para placa, tem câmera para lateral de veículo, tem câmera para rodagem. Isso é uma constante em todos os sistemas. Bom, nível dois – administração de praça. O nível dois é o sistema, ele recebe os dados das pistas, contabiliza, prepara esses dados, faz a conciliação e encaminha esses dados para o próximo nível, onde eles vão ser contabilizados na sede das concessionárias. Ele faz fechamento contábil e financeiro das pistas. Consolidação de dados. Nível 03: administração da concessão. Administração da concessão, ela recebe e consolida os dados das praças, insere os dados dos seus bancos de dados, envia os dados para as operadoras de meio de pagamento que são o Sem Parar, Via Fácil e outras, recebe a lista de restrição dessas mesmas operadoras de meio de pagamento, que seriam os Tags que estão inabilitados para passagem, ou não estão sendo corretamente pagos, ou apresentar defeitos, ou qualquer coisa do gênero. Ela gera os relatórios gerenciais e contábeis. E a partir do nível 03 normalmente é onde o Poder Público recebe os dados das concessionárias, já todas as praças concentradas. E aqui está terminado. O que eu gostaria só de concluir é que os sistemas de pedágio, normalmente, eles são auditados em dois níveis pelo menos. Você tem o nível 01, o nível 02 que é o auditor nível 01 e o nível 03 que é o responsável pela auditoria das praças. Então, você tem uma linha de auditoria bastante severa de uma ponta a outra.

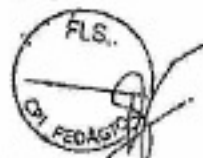
Da exposição, foi possível notar que o sistema de contagem tem a característica de ser bastante confiável. Na sequência, em resposta direta aos questionamentos, ficou mais claro concluir sobre a impossibilidade de fraude na contagem:

SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Luersen): Todas as cancelas da praça de pedágio tem contagem, não existe



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



exceção? Digamos algumas delas não podem deixar de ter essa contagem eletrônica, ou ser desligada?

SR. PEDRO RICARDO FURLAN: O desligamento pode ser feito. É um equipamento elétrico.

SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Luesen): Pode ser feito pela concessionária.

SR. PEDRO RICARDO FURLAN: Pela concessionária, eu jamais vi. Ela é feita em caso de defeito, em caso de manutenção, eventualmente, eventualmente, você desativa uma pista por obra, mas as concessionárias não operam com pista desligada. Seria como "dar um tiro no pé", né Deputado.

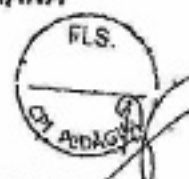
DEPUTADO BERNARDO RIBAS CARLI: É última pergunta Sr.

Presidente. A CPI aqui, nós no decorrer dos trabalhos foi detectado como o, Presidente colocô, que o cupom que nós recebemos ao pagar a tarifa não tem valor fiscal. Não havendo esse valor fiscal, há como garantir que a receita está sendo contabilizada é a mesma que está sendo arrecadada.

SR. PEDRO FURLAN: Veja os cupons hoje, as maiores das rodovias fornecem isso ao site, uma possibilidade de auditagens desses cupons por conta, principalmente, dessas empresas de transporte. Você pode pegar um cupom de pedágio, ele tem um número m único gerado nele, não é? É um registro dele, você vai entrar no site da concessionária digitar esse registro e obter se esse número é válido ou não. A questão de violação de dados em qualquer sistema hoje é possível. Haja visto que os bancos investem em sistema para impedir que seus dados sejam violados. Agora as concessionárias teriam que fazer um trabalho maluco. Maluco, para alterar nível 1, nível 2, nível 3 para produzir dados falsos. Seria alguma coisa bastante complicada. Porque nós fabricantes de sistemas, implantadores de sistemas quando implantamos o sistema, implantamos ele com o máximo de barreira possíveis, inclusive contra o cliente que compra, para impedir que ele seja violável. Porque o que nós vendemos é confiabilidade. O que nós vendemos é o intangível. É a certeza que você dorme tranquilo porque está arrecadando adequadamente.

(...)



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** O senhor conhece algum caso de fraude ou de adulteração em sistema de pedágio?

**SR. PEDRO FURLAN:** Eu já presenciei tentativa de fraudes por parte de arrecadadores e de grupos de arrecadadores e, todavia, foram detectados em poucos meses.

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** E essa detecção aí foi feita por quem?

**SR. PEDRO FURLAN:** Pela própria concessionária e para validação do próprio sistema. O sistema aponta que havia alguma coisa irregular feita no sistema para travamento, para em período do sistema não funcionar adequadamente, isso foi feito, foi rapidamente sanado.

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** Aqui no Paraná?

**SR. PEDRO FURLAN:** Não. No Paraná eu não tive essa experiência. Tive essa experiência em duas rodovias no Estado de São Paulo. Aliás, rodovias não, em duas praças de pedágio do Estado de São Paulo. Experiência desagradável.

(...)

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** As concessionárias, pelo que nós aqui no Paraná, são grandes empresas, são empresas que têm que apresentar e estiveram aqui os seus representantes, diretores e presidentes falando de parcerias, dos sócios. Então a pergunta que eu vou fazer para o senhor aqui, eu quero saber, naturalmente com relação ao Paraná, mas experiência que o senhor tem já nesse Brasil, nesse tema aí: Uma concessionária má intencionada pode adulterar os valores de arrecadação de pedágio, no intuito de recolher menos impostos e, também, até disfarçar o seu faturamento?

**SR. PEDRO FURLAN:** Veja é possível! Porém, vamos lá, é possível, mas você estaria maquiando um dado que é público e notório que é passagem de veículos. Então você tentar maquiagem um dado que ele está lá à disposição e qualquer um que monitore. Porque você hoje para auditar uma praça de pedágio, você não precisa de mais do que duas pessoas na saída fazendo 1, 2, 3, 4, 5. Então São Paulo acabou adotando...

(...)

**DEPUTADO PERICLES DE MELLO:** O Governo teria acesso aos dados da sua empresa?

**SR. PEDRO RICARDO FURLAN:** Eu não tenho acesso aos dados de contagem da praça, eu, a partir do momento que o sistema está implantado, os dados não me pertencem, eu não tenho acesso também aos dados.

**DEPUTADO PERICLES DE MELLO:** Pertencem a quem os dados?



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**SR. PEDRO RICARDO FURLAN:** Pertencem à concessionária e ao Poder Público, por concessão, ao Poder Público, como ele é o conessor, o Poder Público é o dono dos dados.

Logo, de tudo o que foi exposto e das respostas aos questionamentos, pode-se concluir que *o sistema de contagem de eixos é seguro. Contudo, não é imune à fraude. Apesar disso, o depoente deixou bem claro que não existe interesse das concessionárias em possuir um sistema fraco, inseguro, que possa ser desligado, por exemplo, pois isso "constituiria um tiro no pé". Permitiria, como já ocorreu em outras concessões fora do Estado do Paraná, numa possibilidade de fraude e desvios internos. Os próprios funcionários das praças poderiam desligar o sistema para "furtarem" as empresas. Conclui-se que a confiabilidade e segurança do sistema de arrecadação é de interesse das próprias concessionárias.*

De qualquer modo, foram apresentadas alternativas para uma eventual "auditação" por parte do DER mediante contagem manual por amostragem ou mediante a utilização de câmeras, o que não seria custoso. Ou seja, nenhuma evidência de fraude foi constatada no sistema de contagem dos eixos. Apesar disso, seria importante o DER criar mecanismos de auditoria próprio para fiscalização das concessionárias.

**4.4. A questão da existência de eventual fraude/lavagem de dinheiro operacionalizada através de contratação superfaturada de empresas terceirizadas, inclusive consultorias de empresa controladora por controlada**

Em alguns depoimentos e manifestações no decorrer da presente CPI denunciou-se a eventual existência de fraude/lavagem de dinheiro



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

operacionalidade pelas concessionárias através de contratação superfaturada de empresas terceirizadas, inclusive consultorias de empresa controladora por controlada. Referida operação teria por finalidade ocultar lucros, aumentar os gastos e mascarar a contabilidade do sistema. Causou estranheza, efetivamente, aos deputados integrantes desta CPI, alguns valores dispensados com consultorias. Foram solicitados, então, documentos às concessionárias informando todos os gastos/despesas com empresas e serviços terceirizados.

Nesta linha, as empresas concessionárias encaminharam explicação/justificativa no que diz respeito à necessidade de contratação de projetistas, auditoria contábil e outras, além da prestação de serviços administrativos por CSCs - Centro de Serviços Compartilhados.

Pelos documentos apresentados e analisados por esta relatoria, não é possível afirmar que não estão sendo seguidas as regras de direito e de transparência nos serviços executados, ou que não estão sendo respeitados os parâmetros do mercado, que não são os mesmos, necessariamente, praticados no âmbito do setor público.

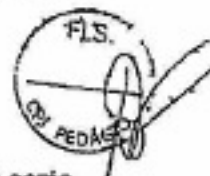
Quanto a contratação de serviços de terceiros por uma concessionária, trata-se, ao que tudo indica, de prática comum e não proibida pela legislação brasileira, ocorrendo com frequência nos mais diversos segmentos da economia, sem que isso acarrete qualquer prejuízo ou desvio de finalidade ao contratante e aqueles que são afetados pelos serviços.

Neste aspecto, é de se registrar que são várias as possibilidades de contratação de serviços de terceiros por uma concessionária de rodovia para que sejam alcançados os níveis de atendimento exigidos e o fiel cumprimento do objeto do contrato de concessão. A imensa maioria dessas contratações é decorrente de exigências impostas pelos próprios contratos de concessão, conforme restou assinalado no tópico de trata e descreve as



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



obrigações contratuais das concessionárias. E neste sentido, não há como afirmar que as contratações terceirizadas são inventadas ou "forçadas" pelas concessionárias. A contratação de serviços é bastante comum em vários setores da economia e é geralmente aplicada em serviços especializados e em situações que as vantagens de se contratar o serviço são maiores do que a realização através de recursos da própria empresa.

Foi possível perceber, da análise dos documentos recebidos por esta CPI, que tais terceirizações normalmente consistiram em contratação de serviços para obras de engenharia, projetos executivos e consultorias especializadas (auditorias externas, consultorias em administração, consultorias jurídicas etc.) e, outras vezes, de contratação de empresas para realização de serviços transacionais através de Centros de Serviços Compartilhados. Referidos Centros de Serviços Compartilhados, de acordo com informações obtidas por esta relatoria, são empresas constituídas geralmente em grandes grupos empresariais que agrupam a realização de serviços transacionais comuns como Recursos Humanos, Contabilidade, Finanças, Suprimentos de Materiais, Jurídico não especializado, Tecnologia da Informação, Engenharia e Apoio Administrativo. Este conceito teria surgido na década de 1990 e é adotado por 80% das quinhentas empresas de maior porte no mundo, estimando-se que no Brasil existam mais de cem Centros de Serviços Compartilhados.

De acordo com as justificativas apresentadas pelas concessionárias, as principais vantagens na contratação de Centros de Serviços Compartilhados são agilidade, qualidade, segurança, constante atualização tecnológica e atendimento à legislação. Outra importante vantagem oferecida é a desoneração de seus executivos que passam a focar nos processos de atendimento aos usuários das rodovias e no cumprimento das obrigações contratuais.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Algumas concessionárias de rodovias do Paraná adotam a prática de contratação de Centros de Serviços Compartilhados. Referidos contratos, contudo, não são contratos de consultoria, mas sim contratos de prestação de serviços administrativos e operacionais, comuns em qualquer empresa, e que são regidos pelo direito privado. Conforme sustentaram as concessionárias, em documento enviado para esta CPI,

"(...) é importante observar que há vários riscos assumidos por uma concessionária de rodovias, conforme previsto no contrato de concessão: riscos do tráfego, riscos com variação dos custos das obras, riscos financeiros e riscos com custos para realização dos serviços de conservação, operação e administração. Portanto, a contratação de serviços de terceiros é prerrogativa e liberalidade das concessionárias. Enfatizamos que as empresas vencedoras da licitação Internacional realizada em 1997 para as concessões de rodovias do Anel de Integração do Paraná foram as que apresentaram as propostas comerciais mais competitivas. As empresas vencedoras da licitação são geralmente aquelas que se mostram mais competitivas, modernas e inovadoras. É bastante louvável o fato de que empresas busquem continuamente aprimorar a gestão do negócio, adotando as melhores práticas de mercado, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região onde atuam e do nosso país. A prática de contratação de Centros de Serviços Compartilhados está perfeitamente alinhada com o negócio de concessão de rodovias, respeitando tanto o contrato de concessão quanto a legislação vigente, além de ser uma prática



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



*[Assinatura]*

moderna e eficiente adota na administração empresarial”.

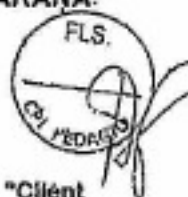
Logo, justificaram as concessionárias que a contratação dessas empresas terceirizadas (i) constitui uma forma de gestão privada dos negócios que não é proibida no Brasil, (ii) os valores dessas contratações obedecem a parâmetros do mercado, (iii) e não se trata, propriamente, de contratação de consultorias.

Pesquisando sobre este tipo de contratação, a assessoria desta CPI encontrou o seguinte texto com algumas explicações sobre essa forma de gestão e sua legitimidade (texto conceitual extraído do livro “Centro de Serviços Compartilhados” – Carlos Magalhães):

“Um pouco de história

Durante os anos 70 (século XX), as grandes corporações utilizavam o modelo centralizado de organização, principalmente para suas funções de suporte (como recursos humanos, finanças, tecnologia da informação e contabilidade). Na década seguinte, as unidades de negócio surgiram privilegiando o modelo descentralizado para as funções de suporte, pois cada unidade tinha liberdade de organizar-se para atingir os objetivos específicos. Em decorrência disto passou a haver redundância de estruturas de suporte nas grandes corporações, elevando seus custos operacionais.

A origem do termo *shared services* - serviços compartilhados - não é algo bem definido na literatura, tanto como o primeiro caso em que o termo foi usado. Apesar da imprecisão, em 1986, a General Electric, nos

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Estados Unidos, criou um grupo conhecido como "Client Business Service". Esse grupo utilizava conceitos e características operacionais do que hoje conhecemos como Serviços Compartilhados. Assim, esse se tornou o primeiro registro e a General Electric foi considerada a pioneira na utilização deste novo modelo de operação de serviços, que tem como uma de suas principais características ser uma unidade semiautônoma de prestação de serviços. Algum tempo depois, durante um estudo realizado pela consultoria A.T. Kearney, em 1990, com as empresas Ford, Johnson & Johnson, IBM, AT&T, Nynex, Digital, Dupont, HP, Alcoa e Shell, observou-se que estas apresentaram um tema comum: a operação dos serviços financeiros era realizada de forma compartilhada. Desse modo, surgiria entre os consultores que participaram do mencionado estudo a descoberta ou, pelo menos, o registro da ideia de serviços compartilhados. A utilização do conceito de serviços compartilhados começou, na maioria dos casos, na área financeira das empresas, devido ao rápido retorno dos investimentos feitos. O melhor gerenciamento do capital de giro e a redução dos custos das operações são os principais resultados dessa decisão. Contudo, o compartilhamento de serviços tem sido utilizado com sucesso em outras áreas de atividades das empresas. Além da área financeira, outras áreas de interesse de compartilhamento de serviços são: tecnologia da informação, recursos humanos, jurídica, suprimentos de materiais e comunicações. O modelo de serviços compartilhados está sendo utilizado em vários ramos da atividade econômica, em empresas tanto de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



pequeno quanto de grande porte; nos setores público e privado. Existe um número crescente de implementações ao longo dos últimos 15 anos e em todos os continentes, com maior ocorrência na Europa e na América do Norte. Registra-se hoje uma aceleração no uso do modelo de serviços compartilhados nos últimos cinco anos, tanto entre grandes quanto em médias organizações.

**Os serviços compartilhados no Brasil**

O modelo de serviços compartilhados começa a ser introduzido no Brasil no final dos anos 90. Em 1999, a ABB - Asea Brown Boveri iniciou a implantação do seu Centro de Serviços Compartilhados internamente. Em fevereiro de 2000, com o processo de privatização e consolidação das Teles numa única empresa - a Telemar - a mesma promoveu a consolidação de processos, com a harmonização dos sistemas e tecnologias, o que viabilizou consideráveis aumentos de eficiência operacional e de qualidade dos serviços oferecidos com a implementação do Centro de Serviços Compartilhados.

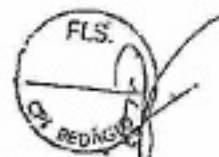
De lá pra cá, outras seguiram o mesmo caminho, muitas dando continuidade às iniciativas iniciadas em suas matrizes internacionais.

Como se vê, a utilização do conceito de serviços compartilhados é recente.

**Filosofia**

A filosofia dos Serviços Compartilhados está calcada no objetivo de acrescentar valor à empresa, buscando



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

crescimento estratégico -pela criação de novas responsabilidades de gerenciamento, foco nos serviços e suporte, liberação das demais unidades de negócio para voltarem-se aos aspectos estratégicos das operações (objetivo fim), transferência de atividades secundárias das unidades de negócio para os processos principais dos Serviços Compartilhados, concentração de recursos que desempenham as mesmas atividades de suporte, sendo tais atividades fornecidas a custos baixos e com altos níveis de serviços, alavancagem dos investimentos tecnológicos e, por fim, busca pela melhoria contínua e evolução dos níveis de serviços prestados.

Ao juntar esses processos e atividades não estratégicos numa organização comum, sob seu próprio gerenciamento, todas as unidades de negócio individuais estarão liberadas para dedicar-se com suas metas de valor. Isso por sua vez, permite que a gerência dessas unidades foque a solução de problemas de negócios através da melhoria dos processos principais das unidades, aumentando assim a cadeia de valor e, como resultado, levando ao seu crescimento.

Paralelamente, esta formação de organização independente permite também que os funcionários e gestores que trabalham neste centro de serviço percebam a responsabilidade de como eles gerenciam efetivamente sua "unidade de negócio de apoio" para que o sentimento de "funcionários que agregam pouco valor" ou "funcionário de segundo nível" seja substituído pelo desejo destes em buscarem em seus processos-fins gerar valor à organização a qual pertencem. Para isso, as atividades de suporte devem ser bem gerenciadas a fim





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

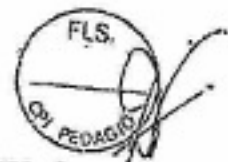
**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



de permitir que as áreas responsáveis pelos processos-fim possam desenvolver e aumentar suas funções para atingir metas estratégicas e o seu valor para os acionistas, empregados e sociedade de uma forma geral.

A questão do clima organizacional e a visão de carreira dentro de uma organização de serviços compartilhados também são importantes. Algumas companhias que mudaram para um ambiente de serviços compartilhados relatam que os empregados desse ambiente têm melhor percepção de seu trabalho do que quando eles eram "suporte" dentro de uma unidade de negócio. Eles acreditam no valor de seu trabalho e fazem parte de uma grande equipe empresarial. Muitos apreciam o treinamento multifuncional que acontece para capacitá-los a lidar com muitas tarefas - uma necessidade numa operação enxuta. E mais, há um maior progresso na carreira; à medida que as pessoas passam a gerenciar dentro de uma operação de serviços compartilhados, adquirem habilidades que podem ser transferidas para o gerenciamento de uma unidade geradora de lucros.

A valorização do profissional evitará o efeito que em algumas organizações de serviços compartilhados têm em que os empregados têm a sensação de estarem num limbo, tendo perdido a conexão próxima com a empresa e o comprometimento e identidade que eles sentiam quando trabalhavam dentro de uma unidade de negócio. Isso enfatiza a necessidade de deixar clara para todos a conexão entre o trabalho da unidade de serviços compartilhados e as unidades de negócio.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Os Serviços Compartilhados visam proporcionar a obtenção de resultados positivos que culminem com a criação de valor para a empresa, sendo esse resultado obtido por três principais frentes, quais sejam:

- Crescimento sustentável da organização;
- Otimização dos recursos empregados na estrutura de apoio e suporte com a consequente redução de custos operacionais e melhoria na qualidade dos serviços disponibilizados;
- A liberação de tempo às demais unidades de negócio para se dedicarem ao plano estratégico, de onde devem surgir ações para a criação de valor.

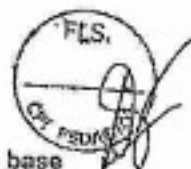
Uma característica desejável dos Serviços Compartilhados é a formação de relação de parceria que seja estabelecida entre essa área e as demais unidades de negócio que transacionam com o CSC. O relacionamento entre os que desempenham uma tarefa e aqueles para quem a tarefa se destina não é simplesmente transacional. Ele ocorre entre membros de um time, que sabem ou deveriam saber que a cadeia de valor da empresa é tão forte quanto cada um de seus elos, requerendo, portanto, o estabelecimento de uma parceria entre eles.

A Organização de Serviços Compartilhados é um ambiente dinâmico e que constantemente envolve um movimento ou condição na qual os recursos serão focados em processos existentes para os quais existe uma pressão constante por melhorias que venham ao



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



encontro das demandas dos clientes internos, com base na cooperação e participação de gestores e empregados. O relacionamento entre as demais unidades de negócio da corporação e a unidade de negócio compartilhada não pode ser estático.

Uma operação de Serviços Compartilhados requer alguns outros atributos complementares, como:

- Operar como uma organização autônoma;
- Estar orientada a processos e buscar sua melhoria contínua;
- Ser dirigida pela competitividade do mercado, sendo seus serviços superiores aos produtos de uma empresa terceira de serviços (BPO - Business Process Outsourcing);
- Alavancar os investimentos tecnológicos e de processos, buscando a automação do fluxo de informação e eliminação de riscos e redundâncias;
- Focalizar o serviço e o suporte aos "parceiros do negócio indo além da noção tradicional de "serviço ou suporte ao cliente"; e focalizar a melhoria contínua.

O Centro de Serviços Compartilhados opera como uma unidade de negócio, influenciada direta ou indiretamente pela competitividade de mercado, implicando que, o conceito de que o Centro de Serviços Compartilhados deve incorporar a visão "de empresa", percorrendo os caminhos necessários a uma organização para o cumprimento de sua missão. Sendo assim deve considerar alguns pontos definidos:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- Plano Estratégico
- Visão/ Plano de evolução - Métricas-chave
- Estratégia de melhoria contínua
- Modelo de Relacionamento com o Cliente - Políticas e garantias de custo e qualidade
- Foco nos Resultados, não nas Atividades.
- Método de alinhamento com as estratégias do Negócio - Modelo de Governança - Linha de Produtos/Serviços desta Empresa (Catálogo de Serviços)
- Foco na Cadeia de Valor da organização = como melhorar.

Soão este aspecto, o gestor de um CSC deve ter um perfil empreendedor com competências que permitam ao mesmo administrar melhorias dos processos escopo do CSC que administra.

É importante salientar ainda que os Serviços Compartilhados não significam ou não devem significar centralização de recursos de uma empresa.

Um ambiente de Serviços Compartilhados, conforme já abordado, concentra os recursos de uma empresa, no qual os fornecedores de serviços devem estar voltados em atender as unidades de negócio para as quais os referidos serviços são prestados. Como em uma relação comercial, os parceiros das unidades de negócio da empresa têm o direito de exigir dos Serviços Compartilhados o nível de serviço apropriado aos seus



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



processos e está a responsabilidade de disponibilizar informações e ações para o cumprimento deste serviço.

Dessa forma, o Corporativo da organização se torna mais enxuto, com possibilidade de focar nas atividades estratégicas da mesma, e as Unidades de Negócio passam a ter maior autonomia e mais tempo para a realização de suas atividades".

Conclui-se, portanto, que referidas terceirizações são comuns e representam uma forma de gestão que a vários anos o mercado vem utilizando sem qualquer restrição ou violação à normas vigentes, sendo certo que no caso em questão não foi possível a constatação de eventual fraude ou lavagem de dinheiro. A despeito disso, esta CPI não possui dados ou parâmetros para concluir se os valores praticados nessas contratações e forma de gestão correspondem ao praticado no mercado, embora, aparentemente, pareçam muito elevadas, demandando a devida atenção das instituições competentes.

**4.5. A questão da existência de eventual fraude contábil**

Alguns Deputados integrantes desta CPI, em mais de uma oportunidade, afirmaram de modo contundente que as concessionárias lançam mão do subterfúgio de fraudar balanços e documentos contábeis com o fim de mascarar lucros, receitas e, enfim, auferir benefícios ilegais.

Apesar das denúncias, nenhum indício de fraude contábil foi possível constatar nas investigações desta CPI, mormente considerando que foram encaminhados pelas concessionárias todos os documentos solicitados e, em seguida, foi constatado que todos os balanços foram auditados por empresas independentes que gozam de forte credibilidade perante a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

sociedade e o mercado. Inclusive as metodologias que foram utilizadas nas auditorias puderam ser esclarecidas e confirmadas perante a CPI por representantes das empresas independentes mediante depoimento e demonstrações.

Sobre esta matéria, muito esclarecedor foi o depoimento do Sr. José Roberto Pinto Carneiro, que após fazer uma apresentação sobre a empresa de auditoria em que trabalha, explicar a prática da auditoria no Brasil e como tais auditorias funcionam, relatou que está na Deloitte desde 1987 que já atendeu empresas dos mais diversos segmentos, inclusive concessões de rodovias, cuja experiência ele iniciou com a NovaDutra (atualmente, possui mais de 3.500 clientes ativos no Brasil).

**DEPUTADO BERNARDO RIBAS CARLI:** Sr. Presidente, Srs. Deputados e todos que nos acompanham nesta reunião da CPI. Cumprimentar o Sr. José Roberto Pinto Carneiro, da Deloitte que, através de requerimento de minha autoria, está prestando hoje esclarecimentos. E o motivo que apresentamos o requerimento, Sr. Presidente, para que a empresa Deloitte estivesse aqui, hoje, prestando esclarecimentos acerca do seu trabalho, é que é uma das maiores empresas de contabilidade do mundo e que presta serviços nas concessionárias de pedágio no Brasil todo. Aqui no Paraná, como já foi colocado, já prestou serviços para algumas concessionárias e hoje presta serviços para a Rodonorte. Em sua explanação, a questão final que o senhor colocou, de que a verificação das obras realizadas, dos valores que são levantados nessa CPI, coloca-se uma questão muito específica do contorno de Campo Largo, que estão sendo realizadas as obras pela Rodonorte, há muitos questionamentos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



levantados dos valores prestados à essa CPI por parte da Rodonorte e dos valores que algumas informações trazem que podem estar superfaturados, por ser uma empresa do próprio grupo com participação acionária na Rodonorte que está prestando o serviço. Gostaria de saber, em sua sua visão, se há como mudar esses números, superfaturar essas obras, como é muitas vezes colocado nesta CPI? SR. JOSÉ ROBERTO PINTO CARNEIRO: O nosso trabalho de auditoria desse ano é um trabalho que está em andamento, ainda não temos uma conclusão. O que poderia dizer dos anos anteriores, é que o trabalho que fizemos, não identificamos nenhuma indicação, emitimos nosso relatório sem nenhuma ressalva. E essa nossa conclusão é baseada nos controles que a organização tem, principalmente naqueles serviços que são realizados por partes realizadas e por teste que fizemos. Então, é uma área de risco que eventualmente endereçamos e não identificamos nenhuma indicação de que pudesse ter ocorrência disso. Embora o meu trabalho - outra coisa que também gostaria de esclarecer - não é endereçado para concluir sobre isto, é um trabalho mais abrangente, sobre demonstração financeira como um todo. Então, o que estou dizendo, tem algumas limitações dentro desse trabalho que faço, de demonstração como um todo. Se tivesse feito especificamente alguma coisa, até poderia ter identificado. DEPUTADO BERNARDO RIBAS CARLI: O senhor também sabe me informar se todas as concessionárias do Paraná têm os seus balanços auditados?



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****SR. JOSÉ ROBERTO PINTO CARNEIRO:** Em

meu conhecimento, toda concessionária e rodovia tem o balanço auditado, se todas aqui no Paraná têm, não sei. Mas todas as concessionárias que conheço, tem balanço auditado e é requerimento, de um modo geral, do órgão regulador que fez a concessão exigir o balanço auditado.

**DEPUTADO BERNARDO RIBAS CARLI:** No Paraná, a Deloitte prestou consultoria somente à Rodonorte e a EcoRodovias? Viapar, Econorte, Caminhos do Paraná? **SR. JOSÉ ROBERTO PINTO**

**CARNEIRO:** OHL não sei, acho que não tem nenhuma aqui, não é? A Triunfo nós auditamos também no passado, mas não me recordo se a do Paraná já estava na época em que tínhamos auditado, se a do Paraná também estava dentro do nosso contrato. Mas a CCR da EcoRodovias com certeza.

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** Bom dia, Dr. José Roberto Pinto Carneiro. Estas auditorias que as empresas fazem - no caso a sua empresa - em outras empresas, são pagas por quem?

**SR. JOSÉ ROBERTO PINTO CARNEIRO:** Pelas concessionárias.

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** Se elas são pagas pelas concessionárias, é possível que uma análise da sua empresa encontre alguma fraude, algum erro no balanço?

**SR. JOSÉ ROBERTO PINTO CARNEIRO:** Sim, é possível, sim.

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** Quais são as irregularidades mais comuns encontradas em balanços no caso da sua empresa? Quando a sua empresa faz uma auditoria em balanço de outras empresas, quais são as irregularidades mais comuns que vocês encontram?

**SR. JOSÉ ROBERTO PINTO CARNEIRO:** Por incrível, grande



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



parté dos erros que identificamos, estão vinculados a operações não usuais, complexas e de grande valor. Exemplo: aquisição de um investimento, contratação de uma operação de heading para garantia de uma dívida... Fiz um comentário, classificação de gastos, efetivamente, como despesas e não como ativos, eventualmente, isso pode ocorrer.

**DEPUTADO DOUGLAS FABRICIO:** Os balanços das concessionárias do Paraná são confiáveis?

**SR. JOSÉ ROBERTO PINTO CARNEIRO:** Emito e assino esse relatório. Então, a minha opinião está lá, está formalizada, está escrita, assinada por mim. O relatório da Rodonorte, tenho segurança de que ele não contém correções significativas, conforme definiram.

**DEPUTADO DOUGLAS FABRICIO:** Então, é confiável?

**SR. JOSÉ ROBERTO PINTO CARNEIRO:** Sim, senhor.

**DEPUTADO CLEITON KIELSE:** No caso, até foi muito boa a sua ponderação, só para fazer um pingue pongue aqui. É exatamente esse ponto que o senhor vai citar. Essa consultoria que foi feita da empresa Ecovia para a própria empresa Primave por R\$ 53 milhões; tecnicamente seria o Kielse contratando o Kielse e eu vou me remunerar com R\$ 53 milhões para uma consultoria que eu mesmo vou fazer para a minha empresa. Na sua visão o senhor acha isso legal?

**SR. JOSÉ ROBERTO PINTO CARNEIRO:** Ora, caro Deputado, o senhor vai me desculpar, mas eu tenho dificuldade de... Eu não conheço detalhes, eu não...

**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO:** Queria fazer uma pergunta ao Dr. José Roberto. Perguntei para a Rodonorte, queria perguntar para o senhor: temos um

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**FLS  
CPI PEDÁGIO

questionamento desde o início da CPI, com relação às propostas comerciais das concessionárias, vou citar o exemplo da Rodonorte. A proposta que ela apresentou na licitação é o dobro dos preços do DER, praticados pelo DER à época, um engenheiro fez uma análise para mim. Eu tenho um exemplo aqui, pedra brita, valor em setembro de 13, preço da concessionária 156 reais o metro cúbico, do DER 66,41, isso é um exemplo apenas. Na proposta comercial a Rodonorte contrata um contorno de Campo Largo por R\$70 milhões. Se fosse aplicado o valor do DER, seria bem menor o custo desse contorno. Ela faz uma consulta com empresas eficientes, que executam o serviço para ela, segundo o depoimento, na contratação tem um desconto de apenas 2% no valor cheio de 70 milhões. Digamos que essa obra não custe 70 milhões efetivamente que ela está pagando, sobra custo de 50, eles estão fazendo um contrato de 70, isso está prejudicando o acionista da empresa.

SR. JOSÉ ROBERTO PINTO CARNEIRO: Olha, a construção de um viaduto eu diria que é uma coisa que o auditor não tem o conhecimento técnico para eventualmente questionar. Eu diria que, eventualmente, trabalhamos conversando com a administração, como ela trabalha, como ela define quais são os controles que ela tem, quais são as pessoas que foram envolvidas nesse processo, de avaliação, de definição de valor. Porque uma das coisas que a minha experiência nesses anos mostra, é que, aparentemente, um mesmo viaduto, para mim, os viadutos são basicamente os mesmos, mas eles são distintos, eles têm características, necessidades, solo, algumas obras têm que ser feitas ao



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



redor. Então, essa avaliação realmente, de valor, não consigo fazer, não faço. Eu diria que esse é um trabalho que o auditor não captura, não é o objetivo nosso capturar. A preocupação que o trabalho que temos, e que costumamos dizer que algumas coisas podemos fazer, o trabalho entrando, fazer um contorno da operação, está certo? Nesse caso trabalhamos o contorno, ao redor. Ou seja, como é que a administração define isso, como é que ela faz as cotações, se tomadas de preço se elas são efetivas, se elas são feitas com empresas que têm capacidade técnica para fazer eventualmente a obra.

Nota-se que o auditor independente deixa bem claro que nos casos das empresas por ele auditadas e pela metodologia e obrigações impostas para as atividades no Brasil, inexistente fraude contábil. Por ocasião do depoimento, aliás, e depois confirmação desta relatoria, percebe-se que dentre as diversas obrigações legais que uma companhia deve observar estão aquelas contidas na Lei das Sociedades Anônimas. E uma dessas obrigações é exatamente a de manutenção das escrituras e livros contábeis em ordem, demandando atuação de contadores e, após, auditoria de empresas independentes. A violação deste dever, além de constituir crime, pode gerar forte impacto na imagem da empresa e no valor de suas ações.

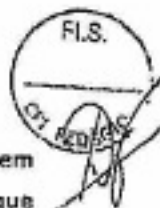
Desta maneira, resta claro que as companhias estão obrigadas a apresentar e submeter a rigorosos critérios de auditoria todos os números envolvendo a companhia, incluído os seus ativos, contratações e passivos.

Nesta linha, em resposta às dúvidas lançadas por esta CPI, a ABCR - enquanto representante das empresas concessionárias investigadas,



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



encaminhou esclarecimento no sentido de que os dados contábeis em questão, sobre os quais lançaram-se dúvidas, são todos auditados, e que existem inúmeras obrigações legais no que diz respeito às atividades de contabilidade e auditoria independente que visam dar transparência às demonstrações financeiras das empresas de capital aberto ou de grande porte:

Conforme se lê daquele documento, as atividades de Contabilidade e de Auditoria Independente foram aumentando de importância à medida que a economia passou a desempenhar um papel de destaque na evolução da sociedade. O crescimento das empresas, a expansão dos mercados, a necessidade de financiamento e a formação do mercado de capitais, intensificaram as exigências quanto à administração dos negócios e à confiabilidade das informações financeiras das empresas. Devido a esses fatores, tornou-se de grande importância a divulgação dessas informações a credores, investidores atuais e potenciais e sociedade em geral.

Conforme pesquisa realizada pela relatoria, a atuação das Auditorias Independentes ganhou relevância após a crise dos EUA de 1929. Nesta época, foram criadas importantes regras para as empresas cotadas em bolsa de valores, tornando obrigatórias a Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras e a Padronização da Linguagem Contábil. Assim surgiram os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos, que visam mostrar a realidade financeira das empresas e tornar mais transparente o relacionamento com o seu público de interesse, como credores, acionistas, financiadores, governo, fornecedores e a sociedade.

No Brasil, a crise da bolsa de 1971 evidenciou a necessidade de modernização do mercado brasileiro de capitais. Consequentemente, duas novas leis foram editadas em 1976: a Lei 6.404, conhecida como a Lei das S.A., e a Lei 6.385, que criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ambas as leis disciplinaram as regras, as estruturas e os procedimentos a





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

das seis Concessionárias do Anel de Integração, quatro fazem parte de grupos econômicos que tem ações listadas na Bolsa de Valores - Bovespa.

Desta modo, e isso pode ser confirmado em depoimentos, eventual fraude contábil para mascarar lucros não traria quaisquer benefícios para as empresas, mas, ao contrário, além da perda de credibilidade, a diminuição de lucros poderia gerar uma deterioração do capital investido pelo empresário ou mesmo a desvalorização das ações, que poderia culminar em eventual quebra.

A necessidade de as empresas manterem a credibilidade de suas contabilidades justifica-se tanto por razões históricas quanto também pelos marcos normativos que se desenvolveram no Brasil. Com efeito, entre os anos de 1968 e 1973, o Brasil vivia a euforia do chamado milagre econômico. Foram cinco anos de crescimento que atingia 11% ao ano. À frente dessa expansão estavam a indústria, o comércio e o mercado financeiro, auxiliados por uma conjuntura internacional favorável e capital multinacional. A expansão econômica associada ao intervencionismo estatal levaram à multiplicação de empresas públicas e de obras como a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói. Essa conjuntura exacerbou a crença na valorização dos papéis em bolsa, mas, no meio de todo esse entusiasmo, em 1971, o mercado de capitais entrava em crise, provocando a derrocada das bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Houve uma convergência enorme, todos queriam entrar no mercado ao mesmo tempo, investir em ações e ganhar muito dinheiro, sem conhecer o risco real que estavam assumindo. E muitos não dispunham de informações atualizadas sobre as companhias abertas. Além disso, a fiscalização por parte dos corretores, bancos de investimentos ou das autoridades era pouco eficiente.

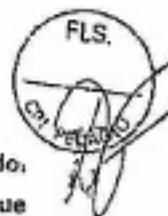
Pouco antes da quebra das bolsas, o entusiasmo podia ser sentido na cobertura jornalística realizada no período de forte crescimento do





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

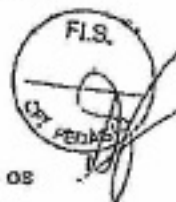


mercado de capitais. No entanto, o equilíbrio não foi alcançado. Rapidamente as perdas foram tomando o espaço dos ganhos, que chegam a 120% no início de janeiro daquele ano. O contexto de crise das bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo motivou a edição da Resolução do Banco Central nº 220, de 10 de maio de 1972, e as duas famosas circulares: a de nº 178 e a de nº 179, ambas de 11 de maio de 1972.

Esse conjunto determinava a obrigatoriedade da Auditoria das demonstrações contábeis das sociedades com ações em bolsa; as regras relativas ao registro dos auditores independentes no Banco Central; e as Normas Gerais de Auditoria e Princípios e Normas de Contabilidade, tudo em prol da transparência.

As medidas tomadas pelo Banco Central para a segurança e a modernização do mercado de capitais brasileiro levaram à criação de um órgão regulador e fiscalizador. Em 1976, atendendo a essas necessidades, foram editadas duas leis: a Lei nº 6.404, conhecida como nova Lei das S.A. – que propôs o novo ordenamento jurídico sobre as regras de funcionamento das sociedades por ações, delimitando os parâmetros de relacionamento entre os acionistas controladores e minoritários da sociedade anônima, normas de funcionamento dos órgãos societários (conselho de administração, assembleias gerais, ordinária e extraordinária, conselho fiscal etc.) e normas contábeis, e a divulgação de informações dessas sociedades – e a Lei nº 6.385, que criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, formada para disciplinar e estabelecer medidas de atuação no mercado de valores mobiliários.

Entre as atribuições do órgão encontra-se a competência para disciplinar e fiscalizar as atividades de Auditoria das companhias abertas, com o objetivo de garantir credibilidade e segurança aos investidores e à sociedade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

O artigo 26 da Lei nº 6.385 foi taxativo ao determinar que somente os auditores independentes registrados na CVM possuísem a prerrogativa de auditar as demonstrações contábeis das companhias abertas e demais integrantes do mercado de valores mobiliários. Também estabeleceu a responsabilidade desses profissionais no exercício de suas funções:

*Art. 26. Somente as empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários, poderão auditar, para os efeitos desta Lei, as demonstrações financeiras de companhias abertas e das instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários.*

*§ 1º A Comissão estabelecerá as condições para o registro e o seu procedimento, e definirá os casos em que poderá ser recusado, suspenso ou cancelado.*

*§ 2º As empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes responderão, civilmente, pelos prejuízos que causarem a terceiros em virtude de culpa ou dolo no exercício das funções previstas neste artigo.*

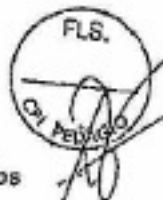
A legislação procurou criar a estrutura jurídica necessária ao fortalecimento do mercado de capitais de risco no país. Foi, portanto, a necessidade de trazer recursos ao mercado acionário que fez com que o governo brasileiro adotasse uma série de medidas institucionais, dentre elas a criação da CVM.

Para que esse aparato legislativo fosse de fato eficiente, os projetos foram objeto de debate em várias entidades; entre elas o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB), criado em 1971, que mais tarde viria a se chamar IBRACON. Desde então, o Instituto passou a ter papel



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



central na formulação de normas e princípios contábeis também abraçados pelo CFC.

A regulação do mercado propiciou o arçabouço para o relacionamento entre seus diversos participantes. Ao longo do tempo, ela tem buscado atingir os objetivos de promover a divulgação de informações de confiança a respeito das empresas e de seus valores mobiliários e impedir a utilização de práticas não equitativas.

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o exercício da atividade de auditoria independente é uma prerrogativa profissional dos contadores legalmente habilitados por registro em Conselho Regional de Contabilidade. Os auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, além de se subordinarem às normas emanadas desta Comissão, estão subordinados à Lei de Regência da profissão contábil - Decreto Lei 9.295/46 e à regulamentação do exercício da atividade profissional emanada do Conselho Federal de Contabilidade e à orientação técnica emanada do Instituto Brasileiro de Contadores.

Para obter registro como auditor independente junto a CVM, o interessado deve satisfazer as Normas de Registro, contidas na Instrução CVM nº 308, de 14/05/99, que requer, além de outras exigências, que seja comprovado o exercício da atividade de auditoria, por cinco anos, contados a partir da data do registro na categoria de contador (art. 3º, item II e art. 4º, item II), sendo que a comprovação do exercício da atividade de auditoria deve ser atendida conforme explicitado no art. 7º.

O pedido de registro deve ser encaminhado, acompanhado da documentação requerida nas Normas de Registro, por via postal, para a sede da CVM, ou entregue pessoalmente no protocolo, no endereço abaixo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

Art. 19. O auditor independente, no exercício de sua atividade no âmbito do mercado de valores mobiliários, deve cumprir e fazer cumprir, por seus empregados e prepostos, às normas específicas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 20. O Auditor Independente - Pessoa Física e o Auditor Independente - Pessoa Jurídica, todos os seus sócios e integrantes do quadro técnico deverão observar, ainda, as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e os pronunciamentos técnicos do Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, no que se refere à conduta profissional, ao exercício da atividade e à emissão de pareceres e relatórios de auditoria.

Art. 21. Os pareceres de auditoria e os documentos destinados a satisfazer as exigências da Comissão de Valores Mobiliários deverão ser emitidos e assinados, com a indicação única da categoria profissional e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, quando Pessoa Física, ou com a indicação da categoria profissional, do número de registro e de cadastro no Conselho Regional de Contabilidade, respectivamente, do responsável técnico e da sociedade, quando Pessoa Jurídica.

Art. 25. No exercício de suas atividades no âmbito do mercado de valores mobiliários, o auditor independente deverá, adicionalmente:

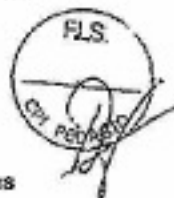
## I - Verificar:

a) Se as demonstrações contábeis e o parecer de auditoria foram divulgados nos jornais em que seja obrigatória a sua publicação e se estes correspondem às demonstrações contábeis auditadas e ao relatório ou parecer originalmente emitido;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



b) Se as informações e análises contábeis e financeiras apresentadas no relatório da administração da entidade estão em consonância com as demonstrações contábeis auditadas;

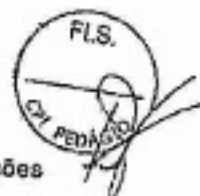
c) Se as destinações do resultado da entidade estão de acordo com as disposições da lei societária, com o seu estatuto social e com as normas emanadas da CVM; e

d) O eventual descumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis às atividades da entidade auditada e/ou relativas à sua condição de entidade integrante do mercado de valores mobiliários, que tenham, ou possam vir a ter reflexos relevantes nas demonstrações contábeis ou nas operações da entidade auditada.

II - Elaborar e encaminhar à administração e, quando solicitado, ao Conselho Fiscal, relatório circunstanciado que contenha suas observações a respeito de deficiências ou ineficácia dos controles internos e dos procedimentos contábeis da entidade auditada;

III - Conservar em boa guarda pelo prazo mínimo de cinco anos, ou por prazo superior por determinação expressa desta Comissão em caso de Inquérito Administrativo, toda a documentação, correspondência, papéis de trabalho, relatórios e pareceres relacionados com o exercício de suas funções;

IV - Indicar com clareza, e em quanto, as contas ou subgrupos de contas do ativo, passivo, resultado e patrimônio líquido que estão afetados pela adoção de procedimentos contábeis conflitantes com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como os efeitos no dividendo obrigatório e no lucro ou prejuízo por ação, conforme o caso,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

sempre que emitir relatório de revisão especial de demonstrações trimestrais ou parecer adverso ou com ressalva;

V - Dar acesso à fiscalização da CVM e fornecer ou permitir a reprodução dos documentos referidos no item III, que tenham servido de base à emissão do relatório de revisão especial de demonstrações trimestrais ou do parecer de auditoria; e

VI - Possibilitar, no caso de substituição por outro auditor, resguardados os aspectos de sigilo e mediante prévia concordância da entidade auditada, o acesso do novo auditor contratado aos documentos e informações que serviram de base para a emissão dos relatórios de revisões especiais de demonstrações trimestrais e pareceres de auditoria dos exercícios anteriores.

Parágrafo único. Constatada qualquer irregularidade relevante em relação ao que estabelece os incisos I e II, o auditor independente deverá comunicar o fato à CVM, por escrito, no prazo máximo de vinte dias, contados da data da sua ocorrência.

## DO REGISTRO, SUAS CATEGORIAS E CONDIÇÕES

Art. 1º - O auditor independente, para exercer atividade no âmbito do mercado de valores mobiliários, está sujeito ao registro na Comissão de Valores Mobiliários, regulado pela presente Instrução.

Art. 2º O registro de auditor independente compreende duas categorias:

I - Auditor Independente - Pessoa Física (AIPF), conferido ao contador que satisfaça os requisitos previstos nos arts. 3º e 5º desta Instrução;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



II - Auditor Independente - Pessoa Jurídica (AIPJ), conferido à sociedade profissional, constituída sob a forma de sociedade civil, que satisfaça os requisitos previstos nos arts. 4º e 6º desta Instrução.

§ 1º A Comissão de Valores Mobiliários manterá, ainda, cadastro dos responsáveis técnicos autorizados a emitir e assinar parecer de auditoria, em nome de cada sociedade, no âmbito do mercado de valores mobiliários.

§ 2º Para efeito desta Instrução, os responsáveis técnicos compreendem os sócios, diretores e demais contadores integrantes do quadro técnico de cada sociedade, que tenham atendido às exigências contidas nesta Instrução.

Art. 3º Para fins de registro na categoria de Auditor Independente - Pessoa Física, deverá o interessado atender às seguintes condições:

I - Estar registrado em Conselho Regional de Contabilidade, na categoria de contador;

II - Haver exercício atividade de auditoria de demonstrações contábeis, dentro do território nacional, por período não inferior a cinco anos, consecutivos ou não, contados a partir da data do registro em Conselho Regional de Contabilidade, na categoria de contador, nos termos do art.

III - Estar exercendo atividade de auditoria independente, mantendo escritório profissional legalizado, em nome próprio, com instalações compatíveis com o exercício da atividade, em condições que garantam a guarda, a segurança e o sigilo dos documentos e informações decorrentes dessa atividade, bem como a privacidade no relacionamento com seus clientes;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

IV - Possuir conhecimento permanentemente atualizado sobre o ramo de atividade, os negócios e as práticas contábeis e operacionais de seus clientes, bem como possuir estrutura operacional adequada ao seu número e porte; e

V - Ter sido aprovado em exame de qualificação técnica previsto no art. 30.

Art. 4º Para fins de registro na categoria de Auditor Independente - Pessoa Jurídica, deverá a interessada atender às seguintes condições:

I - Estar inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob a forma de sociedade civil, constituída exclusivamente para prestação de serviços profissionais de auditoria e demais serviços inerentes à profissão de contador;

II - Que todos os sócios sejam contadores e que, pelo menos a metade desses, sejam cadastrados como responsáveis técnicos, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º.

III - Constar do contrato social, ou ato constitutivo equivalente, cláusula dispondo que a sociedade responsabilizar-se-á pela reparação de dano que causar a terceiros, por culpa ou dolo, no exercício da atividade profissional e que os sócios responderão solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, depois de esgotados os bens da sociedade;

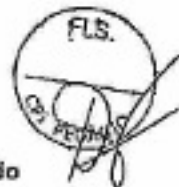
IV - Estar regularmente inscrita, bem como seus sócios e demais responsáveis técnicos regularmente registrados, em Conselho Regional de Contabilidade;

V - Terem todos os responsáveis técnicos autorizados a emitir e assinar parecer de auditoria em nome da sociedade, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º, exercido atividade de auditoria de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



demonstrações contábeis, comprovada nos termos do art. 7º; dentro do território nacional por período não inferior a cinco anos, consecutivos ou não, contados a partir da data do registro em Conselho Regional de Contabilidade, na categoria de contador;

VI - Terem sido todos os responsáveis técnicos aprovados em exame de qualificação técnica previsto no art. 30;

VII - Manter escritório profissional legalizado em nome da sociedade, com instalações compatíveis com o exercício da atividade de auditoria independente, em condições que garantam a guarda, a segurança e o sigilo dos documentos e informações decorrentes dessa atividade, bem como a privacidade no relacionamento com seus clientes; e

VIII - Manter quadro permanente de pessoal técnico adequado ao número e porte de seus clientes, com conhecimento constantemente atualizado sobre o seu ramo de atividade, os negócios, as práticas contábeis e operacionais.

**DA INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE REGISTRO**

Art. 5º O pedido de registro de Auditor Independente - Pessoa Física será instruído com os seguintes documentos:

I - Requerimento;

II - Cópia da carteira de identidade de contabilista, na categoria de contador, ou certidão equivalente, expedida por Conselho Regional de Contabilidade;

III - Informação cadastral;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

IV - Cópia do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento; ou documento hábil equivalente, expedido pela Prefeitura do Município onde o requerente exerça a atividade, que comprove a legalização do escritório-em nome próprio;

V - Comprovação do exercício da atividade de auditoria, conforme o disposto no art. 7º;

VI - Certificado de aprovação em exame de qualificação técnica,  
previsto no art. 30; e

VII - Declaração legal.

Art. 6º O pedido de registro de Auditor Independente - Pessoa Jurídica será instruído com os seguintes documentos:

I - Requerimento;

II - Traslado ou certidão do instrumento de contrato social, ou ato constitutivo equivalente, e alterações posteriores, com prova de inscrição e arquivamento no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e inscrição em Conselho Regional de Contabilidade;

III - Relação dos endereços da sede e dos escritórios, se for o caso;

IV - Relação das entidades nas quais a sociedade, seus sócios e responsáveis técnicos tenham participação no capital social e que atuem ou prestem serviços no âmbito do mercado de valores mobiliários, indicando as respectivas áreas de atuação;

V - Cópia do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento ou documento hábil equivalente, expedido pela Prefeitura, da sede e dos escritórios, se for o caso, que comprove a sua legalização;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



VI – Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da sede e dos escritórios, se for o caso;

VII – Cópia do Alvará de Registro expedido por Conselho Regional de Contabilidade da sede e dos escritórios, se for o caso;

VIII – Declaração legal (Anexo V);

IX – Indicação de até dois sócios como representantes da sociedade perante a CVM, que se encarregarão de diligenciar e encaminhar a prestação de esclarecimentos relacionados com o atendimento desta Instrução e com o exercício da atividade profissional no âmbito do mercado de valores mobiliários;

X – Cópia da carteira de identidade de contabilista, na categoria de contador, ou certidão equivalente expedida por Conselho Regional de Contabilidade, dos sócios e dos demais responsáveis técnicos;

XI – Informação cadastral dos sócios e dos demais responsáveis técnicos (Anexo II);

XII – Comprovação do exercício da atividade de auditoria de cada um dos responsáveis técnicos, nos termos do art. 7º; e

XIII – Certificado de aprovação no exame de qualificação técnica de cada um dos responsáveis técnicos, previsto no art. 30.

**DA COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA**

Art. 7º O exercício da atividade de auditoria poderá ser comprovado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

I- Cópias de pareceres de auditoria acompanhados das demonstrações contábeis auditadas, emitidos e assinados pelo interessado, publicados em jornais ou revistas especializadas, bastando uma publicação para cada ano; ou

II - Cópia do registro individual de empregado ou declaração da sociedade de auditoria registrada na CVM, firmada por seu sócio representante, e cópia da carteira de trabalho do profissional, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 1º À critério da CVM, a comprovação de experiência em trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis poderá ser satisfeita, ainda, mediante a apresentação de:

Cópias de pareceres de auditoria e respectivos relatórios circunstanciados, emitidos e assinados pelo interessado, acompanhados das respectivas demonstrações contábeis, autenticados pela entidade auditada, contendo expressa autorização para que tais documentos sejam apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, com a finalidade de comprovação da atividade de auditoria do interessado, bastando uma comprovação para cada ano; ou

Declaração de entidade governamental, companhia aberta ou empresa reconhecida de grande porte, firmada por seu representante legal, na qual deverão constar todas as informações pertinentes ao vínculo de emprego, atestando haver o mesmo exercido cargo ou função de auditoria de demonstrações contábeis.

§ 2º Nos casos previstos no inciso II e na letra "b" do § 1º deste artigo, deverá ser comprovado o exercício, pelo prazo mínimo de dois anos, em cargo de direção, chefia ou supervisão na área de auditoria de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



demonstrações contábeis, a partir da data do registro na categoria de contador.

§ 3º A comprovação de aprofundimento do disposto neste artigo poderá ser feita por períodos parciais, consecutivos ou não, desde que o somatório do período de exercício de atividade não seja inferior a cinco anos.

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

Art. 30. O exame de qualificação técnica será realizado, no mínimo no primeiro semestre de cada ano, com vistas à habilitação do auditor independente para o exercício da atividade de auditoria de demonstrações contábeis para todas as entidades integrantes do mercado de valores mobiliários.

Parágrafo único. O exame de qualificação técnica será aplicado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em conjunto com o Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON ou por instituição indicada pela CVM, nos moldes a serem definidos em ato próprio.

**HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO E INCOMPATIBILIDADE:**

Art. 22. Não poderão realizar auditoria independente o Auditor Independente - Pessoa Física, os sócios e os demais integrantes do quadro técnico de Auditor Independente - Pessoa Jurídica quando ficar configurada, em sua atuação na entidade auditada, suas controladas, controladoras ou integrantes de um mesmo grupo econômico, a infringência às normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC relativas à independência.

Art. 23. É vedado ao Auditor Independente e às pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas, conforme definido nas normas de independência

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

do CFC, em relação às entidades cujo serviço de auditoria contábil esteja a seu cargo:

I – Adquirir ou manter títulos ou valores mobiliários de emissão da entidade, suas controladas, controladoras ou integrantes de um mesmo grupo econômico; ou

II – Prestar serviços de consultoria que possam caracterizar a perda da sua objetividade e independência.

Parágrafo único. São exemplos de serviços de consultoria previstos no caput deste artigo:

I – Assessoria à reestruturação organizacional;

II – Avaliação de empresas;

III – Reavaliação de ativos;

IV – Determinação de valores para efeito de constituição de provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências;

V – Planejamento tributário;

VI – Remodelamento dos sistemas contábil, de informações e de controle interno; ou

VII – Qualquer outro produto ou serviço que influencie ou que possa vir a influenciar as decisões tomadas pela administração da instituição auditada.

Art. 24. O auditor independente deverá renunciar à função na ocorrência das situações previstas no art. 22.

Parágrafo único. Constatada a não observância do disposto neste artigo, a Comissão de Valores Mobiliários poderá determinar a substituição do auditor independente.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**INFORMAÇÕES PERIÓDICAS E EVENTUAIS:**

Art. 16. O Auditor Independente - Pessoa Física e o Auditor Independente - Pessoa Jurídica deverão remeter anualmente, até o último dia útil do mês de abril, as informações requeridas no anexo VI, relativas ao exercício anterior.

Art. 17. Sem prejuízo de, a qualquer tempo, a Comissão de Valores Mobiliários poder exigir a atualização de quaisquer documentos e informações, os auditores independentes deverão, sempre que houver alteração, encaminhar à CVM:

I - No prazo de dez dias da data da sua ocorrência:

- a) Informação Cadastral (Anexo II); e
- b) Cópia da carteira de identidade do contabilista ou certidão equivalente dos novos sócios ou responsáveis

técnicos. II - No prazo de trinta dias da data da sua ocorrência:

- a) Traslado, certidão ou cópia das alterações do contrato social, com prova de inscrição e arquivamento no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e no Conselho Regional de Contabilidade; e
- b) Declaração legal (Anexos III e V) e demais documentos previstos nos arts. 5º e 6º desta Instrução.

Art. 18. Os auditores independentes que não mantiverem atualizado o seu registro ou não apresentarem os esclarecimentos e informações especificadas nesta Instrução ficam sujeitos à multa cominatória diária, observados os seguintes valores:





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



§ 3º. O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará a entidade e o auditor independente à multa cominatória diária, nos termos do art. 18 desta Instrução.

Art. 29. O conselho fiscal da entidade auditada, quando em funcionamento, deverá verificar o correto cumprimento pelos administradores do disposto nos arts. 27 e 28.

**PENALIDADES:**

Art. 18. Os auditores independentes que não mantiverem atualizado o seu registro ou não apresentarem os esclarecimentos e informações especificadas nesta Instrução ficam sujeitos à multa cominatória diária, observados os seguintes valores:

I - Multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) - pela não apresentação das informações e documentos requeridos no inciso II do art. 17 desta Instrução;

II - Multa de R\$ 100,00 (cem reais) - pela não apresentação das informações e documentos requeridos no art. 16, no inciso I do art. 17 e nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Instrução.

Parágrafo único. Os valores referidos neste artigo serão reduzidos à metade quando o auditor independente não possuir clientes no âmbito do mercado de valores mobiliários.

Art. 35. O Auditor Independente - Pessoa Física, o Auditor Independente - Pessoa Jurídica e os seus responsáveis técnicos poderão ser advertidos, multados, ou ter o seu registro na Comissão de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
 17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Valores Mobiliários suspenso ou cancelado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, quando:

I - Atuarem em desacordo com as normas legais e regulamentares que disciplinam o mercado de valores mobiliários, inclusive o descumprimento das disposições desta Instrução;

II - Realizarem auditoria inepta ou fraudulenta, falsearem dados ou números, ou sonegarem informações que sejam de seu dever revelar; ou

III - Utilizarem, em benefício próprio ou de terceiros, ou permitirem que terceiros se utilizem de informações a que tenham tido acesso em decorrência do exercício da atividade de auditoria.

Art. 36. O descumprimento das disposições contidas nesta Instrução sujeita os seus infratores às penalidades previstas no art. 11 da Lei nº 6.385/76.

Art. 37. Constitui infração grave, para o efeito do disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 6.385/76, o descumprimento do disposto nos arts. 20, 22, 23, 25, 31, 32, 33 e nos incisos II e III do art. 35 desta Instrução.

Art. 38. Constituem hipóteses de infração de natureza objetiva, sujeitas ao rito sumário de processo administrativo, o descumprimento dos arts. 16, 17, 24, parágrafo único do art. 25, § 1º do art. 26, 27 e §§ 1º e 2º do art. 28 desta Instrução.

Parágrafo único. Não será adotado o rito sumário em caso de reincidência específica ou genérica.

**DO EXAME DO PEDIDO E DO PRAZO PARA A CONCESSÃO DO REGISTRO**

*[Assinatura manuscrita]*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Art. 8º O pedido de registro como auditor independente será objeto de exame pela Comissão de Valores Mobiliários, que poderá exigir a complementação dos documentos inicialmente apresentados, a sua atualização, bem como a apresentação de outros documentos, inclusive papéis de trabalho de auditoria, que julgar necessários.

Art. 9º O prazo para concessão do registro é de trinta dias a contar da data do protocolo de entrada do pedido na CVM.

§ 1º Decorrido o prazo previsto sem que haja qualquer manifestação da Comissão, presume-se que o pedido de registro foi aprovado, podendo o interessado requerer a expedição do respectivo Ato Declaratório, salvo os casos em que seja verificado que o mesmo não está devidamente instruído e documentado.

§ 2º O prazo de trinta dias será suspenso uma única vez se a CVM solicitar informação ou documento adicional necessário ao exame do pedido de registro, ou condicionar sua aprovação a modificações na documentação pertinente.

§ 3º É assegurado à CVM, para manifestação final, período correspondente a cinco dias úteis, caso o restante do prazo previsto no § 2º seja a este inferior.

Art. 10. Será indeferido o pedido de registro como Auditor Independente - Pessoa Jurídica quando estiver incluído contador que, nos termos dos arts. 15 e 35 desta Instrução, tenha tido seu registro cancelado ou suspenso pela Comissão de Valores Mobiliários, enquanto não transcorrido o cumprimento da penalidade.

Parágrafo único. O pedido de registro como Auditor Independente - Pessoa Física será também, nas mesmas condições, indeferido.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Art. 11. Não será permitido o registro, na categoria de Auditor Independente - Pessoa Física, de contador que seja sócio, diretor ou responsável técnico ou que tenha vínculo empregatício com Auditor Independente - Pessoa Jurídica.

Art. 12. Deferido o pedido, a Comissão de Valores Mobiliários expedirá o competente Ato Declaratório, que será publicado no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. O Ato Declaratório, publicado no Diário Oficial da União, constitui documento comprobatório do registro na CVM, com validade em todo o território nacional.

Art. 13. Indeferido o pedido, a Comissão de Valores Mobiliários cientificará o interessado mediante correspondência, com esclarecimento das razões que deram causa ao indeferimento.

Art. 14. Da decisão denegatória caberá recurso voluntário ao Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, nos termos das normas em vigor.

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA:**

Art. 34. Os auditores independentes deverão manter uma política de educação continuada de todo o seu quadro funcional e de si próprio, conforme o caso, segundo as diretrizes aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, com vistas a garantir a qualidade e o pleno atendimento das normas que regem o exercício da atividade de auditoria de demonstrações contábeis.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**ROTATIVIDADE DOS AUDITORES:**

Art. 31. O Auditor Independente - Pessoa Física e o Auditor Independente - Pessoa Jurídica não podem prestar serviços para um mesmo cliente, por prazo superior a cinco anos consecutivos, contados a partir da data desta Instrução, exigindo-se um intervalo mínimo de três anos para a sua recontração.

**TAXA DE FISCALIZAÇÃO:**

Os auditores independentes registrados na CVM, estão sujeitos ao pagamento da Taxa de Fiscalização instituída pela Lei 7.940, de 20/12/89 (pessoa física, conforme tabela B, cujo valor, atualmente, é R\$ 414,35, por trimestre e a pessoa jurídica, conforme a tabela C, cujos valores são: R\$ 828,70; R\$ 1.657,40 ou R\$ 2.486,10, conforme o caso).

É importante observar que o auditor independente somente pagará a Taxa de Fiscalização após ter obtido o registro. O pagamento será sempre feito em DARF (o mesmo que é utilizado para o pagamento do Imposto de Renda) cujo recolhimento poderá ser efetuado na agência bancária de sua livre escolha.

A Taxa de Fiscalização relativa ao trimestre em que for concedido o registro será devida no prazo de trinta dias, contados a partir da data da expedição do competente Ato Declaratório de registro. Nos trimestres seguintes, o seu vencimento dar-se-á, no início do trimestre.

De tudo o que se expôs, considerando que os dados contábeis são encaminhados são todos auditados, tal significa que eles gozam de uma forte presunção de legitimidade. Ademais, além dos dados contábeis, as empresas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

encaminharam documentos que permitem confirmar as operações e movimentações realizadas no plano da contabilidade.

É possível, então, contestar e questionar valores de obras, gastos etc.. Todavia, a legitimidade e confiabilidade dos dados contábeis não podem ser questionados, eis que inexisteram, além das denúncias, quaisquer indícios de fraude.

**4.6. A questão da ilegalidade na troca do contorno de Ponta Grossa e da "ligação" Pirai-Jaguariaíva por apenas 11 quilômetros de ligação do contorno de Campo Largo e a vinculada irregularidade na construção e valor da obra do contorno de Campo Largo**

Em diversos momentos desta CPI emergiram denúncias e suspeitas em relação à suposta ilegalidade na troca do contorno de Ponta Grossa e da "ligação" Pirai-Jaguariaíva por 11 (onze) quilômetros de ligação do contorno de Campo Largo. Ao mesmo tempo em recaíram críticas e suspeitas de ilegalidade sobre a própria legitimidade da troca, também se questionava, constantemente, o valor da obra do contorno de Campo Largo.

Conforme foi possível notar, o Contrato de Concessão é um documento jurídico dinâmico e, ao longo do tempo, comporta alteração do cronograma inicialmente estabelecido. Existe expressa previsão contratual neste sentido. Além disso, pela análise dos documentos e através da oitiva de diversos depoentes, é possível notar que foi o próprio Poder Concedente quem emitiu a competente Ordem de Serviço que determinou a realização da obra pela concessionária em questão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Em que pese os contratos de concessão comportarem a alteração do cronograma de obra previamente estabelecido, frise-se que a alteração necessita da anuência da União. A concessão tem por objeto obras e serviços federais. O Estado do Paraná, na condição de delegatário da União, administra as rodovias federais.

Ao postergar obras e alterar o cronograma sem a anuência da União, mostra-se claro que os atos administrativos praticados pelo DER/PR ficam sujeitos a eventuais questionamentos pelos órgãos competentes.

Os atos de alteração dos contratos de concessão sem a anuência da União são passíveis de questionamento da competência do DER/PR para fazê-lo de maneira isolada.

Não se deve perder de vista que os serviços públicos são federais; as rodovias são propriedade da UNIÃO. Assim sendo, somente a UNIÃO, diretamente ou através de sua autarquia, titular última das relações contratuais da concessão, poderia intervir nesses contratos de forma a alterá-los, ressalvado as hipóteses previstas nos contratos e na legislação aplicável.

Dentre as normas previstas nos convênios avençados entre a União e o Estado do Paraná, destaca-se aquela que atribui à União "aprovar ou desaprovar propostas de alteração do programa inicial", como também de "analisar e aprovar minutas de editais e contratos a serem firmados entre o DELEGATÁRIO e o CONCESSIONÁRIO" (Cláusula Quarta, item 3, subitem 1 e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

II).

Desta feita, de modo coeso, é devido ao Estado do Paraná "submeter ao Ministério dos Transportes qualquer alteração do programa inicial" (Cláusula Quarta, item 1, subitem IX).

Os termos do convênio entre UNIÃO e ESTADO deixam claro ser este um mero delegatário para gestão de interesses federais. Nesse sentido, cumpre ressaltar que os atos jurídicos do Estado do Paraná e do DER/PR são imputáveis à União e ao DNER. Todo o programa de concessões depende de autorização federal. Os bens e investimentos realizados reverterão para a União.

Desta feita, qualquer ato que importe em redução do programa inicial, a alteração de obras que serão realizadas, postergando obras mais caras para o final e correndo risco de que não sejam cumpridas, envolvem responsabilidade e patrimônio da União:

Ademais, como se não bastasse a ausência da anuência do ente delegado, que por si só já torna questionáveis os atos administrativos praticados, vislumbra-se que não houve a publicação do ato.

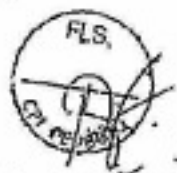
A administração obedece ao princípio da moralidade, conforme dispõe nossa Constituição em seu art. 37, sob pena do agente público que a descumprir sofrer as sanções do art. 11, IV da Lei 8429/92 - Lei contra atos de improbidade administrativa.

Nesta linha pode-se notar, no depoimento do Procurador do Ministério Público Federal, Dr. Osvaldo Soweck Junior (5ª. sessão CPI), no que tange ao tema:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



*"No governo Beta Richa, agora temos um novo - que eles não chamam de aditivo, mas eu considero um, pelo menos, talvez, até se os senhores souberem de outro pode até ajudar - que é a inversão da obra Campo Largo/Jaguariaíva. Essa obra, quando foi invertida, confesso aos senhores que perdi várias noites de sono, por um motivo muito simples: o governo até hoje, não explicou, porque trocou uma obra que vale R\$ 42 milhões, muito embora o preço final foi mais caro, por uma obra de 20 e poucos milhões; que era R\$ 42 milhões Jaguariaíva/Piraí do Sul, por uma obra de 20 e poucos milhões, que não sei porque cargas d'água, absurdamente já estão dizendo que está indo para mais de R\$ 80 milhões.*

*(...)*

*Eu diria que hoje, infelizmente, o contrato - fora essa questão de você dizer que ele não tem - o contrato está vigente, está com os aditivos corretos. Acho que o único descumprimento - não sei se é o único - mas o descumprimento cristão que temos do contrato é a duplicação Jaguariaíva a Piraí. Ainda que você aceite a troca no tempo, essa troca foi feita fora de prazo, repito para os senhores: eram cerca de 40 quilômetros, parece que 42, seria metade até dezembro de 2011 e metade até dezembro de 2012. O que foi entregue até agora, em agosto de 2013? Zero.*

*Aparentemente, pelo que passamos ali, está perto de concluir".*

O depoimento acima transcrito em parte, embora critique a troca da obra e o atraso em sua realização, reconhece a legitimidade e a legalidade do contrato de concessão e de seus termos aditivos.

Em outro depoimento, desta feita do Dr. Julio Cesar Zem Cardozo, Procurador do Estado (8ª sessão CPI) e Ana Elisa Perez de Souza, a questão volta a ser enfrentada:

*DEPUTADO NEREU MOURA: Sr. Presidente, havia sido feito duas perguntas ao Procurador, ao ex-Procurador, em relação a dois aditivos, supostos aditivos. Gostaria que ficasse esclarecido. Existe aditivo para as obras de Campo Largo e*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



*para as obras de Medianeira a Matelândia? Foi feito algum aditivo? Foi feito algum documento em relação a esses dois trechos?*

**SR. JÚLIO CESAR ZEM CARDOZO:** Não foram feitos aditivos. Foram feitas autorizações do diretor geral do DER para realização das obras.

**DEPUTADO NEREU MOURA:** Então, não tem aditivo. **SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Luersen):** Se não tem aditivo, então não é válido.

**SRA. ANA ELISA PEREZ SOUZA:** Perdão ficar interferindo toda hora. Na verdade, como não foi judicializada essa questão e depois não foi encaminhada à Procuradoria, foram decisões tomadas antes da criação do núcleo e não tenho informações sólidas, com certeza, para informar a vocês.

**DEPUTADO NEREU MOURA:** Mas não tem aditivo?

**SRA. ANA ELISA PEREZ SOUZA:** acredito que não tenha. Por exemplo, o contorno de Campo Largo e a troca por Pirai, foi feita uma autorização do diretor geral, verificada que era mais vantajoso.

Posteriormente, em depoimento do Sr. Nelson Leal Junior, diretor geral do DER (12ª. sessão CPI), a questão foi definitivamente esclarecida:

**"SR. NELSON LEAL JUNIOR:**

*"... A duplicação da BR-277 perímetro urbano de Campo Largo, uma obra que está sendo executada agora, R\$18,1 milhões e no aditivo continua R\$18,1 milhões. A duplicação da PR-151, Jaguarielva até Pirai do Sul, R\$47,3 milhões e ela ficou em R\$45 milhões - é uma obra para ser executada em 2014 e 2015; também foi postergada, era para ser em 2010."*

...

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** É possível que uma obra prevista inicialmente seja substituída por outro investimento,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



*15 anos depois? Esse fato é comum em outros programas de concessão ou somente aqui no Paraná?*

**SR. NELSON LEAL JUNIOR:** *O que pode ocorrer é uma troca de obras. Tivemos aqui o exemplo do Contorno de Campo Largo, onde temos um fluxo de veículos em torno de 40 mil. E temos a obra de Piraí a Jaguarialva em torno de 6 mil veículos. Então, dentro dessa necessidade, podemos com isso objetivar essa troca, essa antecipação de uma obra e postergação da outra obra. Isso, tecnicamente, é possível.*

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** *E precisa ter alguma autorização, por exemplo, da União quando se fala de rodovia federal, ou não?*

**SR. NELSON LEAL JUNIOR:** *Não. Está dentro do contrato.*

...

**"DEPUTADO NEREU MOURA:** *Final do ano. Teve um Procurador da República, de Ponta Grossa, parece-me, e ele disse que todas as obras que estão sendo executadas são ilegais, porque não estão dentro dos aditivos. Então, estão descobertas, estas obras. As concessionárias estão fazendo obras que não têm legalidade, não têm fundamento jurídico. Qual é a interpretação do DER para esta afirmação?*

**SR. NELSON LEAL JUNIOR:** *Este mesmo Procurador entrou com uma ação em relação à antecipação da obra de Campo Largo. O que houve em Campo Largo? Tínhamos que fazer o trecho Piraí do Sul-Jaguarialva. Houve uma troca desta obra, em vez de fazer Piraí-Jaguarialva, que tem uma média de tráfego de 6 mil veículos, foi feito o contorno de Campo Largo, que tem uma média de tráfego de 40 mil veículos. Então, aí é que houve esta antecipação de uma obra e postergação da outra.*

**DEPUTADO NEREU MOURA:** *Pois é, mas não esclareceu, Diretor. Ele disse aqui na CPI, está gravado e deve fazer parte do relatório final da CPI, que esta obra e outras obras estão descobertas, porque não estão previstas no aditivo, e que elas só foram executadas por autorização do DER.*

**SR. NELSON LEAL JUNIOR:** *O que há é o seguinte: fazemos um termo de ajuste da concessionária para antecipar as obras. Todas estas obras estão*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

*elencadas dentro do contrato, é o que fazemos é pedir, solicitar a antecipação destas obras. Então, tudo está dentro do contrato."*

Quando da oitiva do Sr. Antônio José Ribas, diretor geral da AGEPAR (13ª sessão CPI), a questão volta aos debates:

*"DEPUTADO ALCEU MARON FILHO: O senhor vê possibilidade de anteciparmos estas obras sem ceder ao que pedem as concessionárias ou aumento do prazo de concessão?"*

*SR. ANTÔNIO JOSÉ CORREIA RIBAS: Existem condições que foram feitas. Vou dar exemplos práticos. Por exemplo, a Concessionária Rodonorte antecipou uma obra de duplicação do contorno de Campo Largo. Mas, como é que ela fez isso? Substituindo outra obrigação dela, que era duplicação Pirai/Jaguariaíva. Não foi nada dado, não foi presente. Em Cascavel, Matelândia, foi feita uma duplicação de 14 quilômetros, entre Medianeira e Matelândia."*

O tema, posteriormente, é esclarecido pelo próprio Presidente da Rodonorte na 18ª sessão CPI:

*"...O porquê da antecipação a obra de Campo Largo. Lá em 2010 onde iniciávamos os estudos da duplicação da PR 151, que era a obra que deveria ser executada a partir de 2011. Nós começamos a identificar que a PR 151 encontrava-se em estado no que diz respeito a engenharia de tráfego. E aqui eu estou falando só em engenharia de tráfego mesmo. Ela se*





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



encontrava em perfeitas condições de atendimento ao usuário na questão da fluidez e na questão do índice de acidentes. Para os senhores terem uma ideia o índice de acidentes no nosso trecho como um todo, ele é de 1,6. Isso é uma fórmula, é uma normativa do DNIT, mas que enfim, o nosso trecho tem índice de 1,6. O trecho de Piraí a Jaguaratuba é um dos menores trechos em termos de acidentes: o índice vai 0,68. É um índice muito baixo realmente de acidentes no caso do trecho da RODONORTE. E, pasmem, os senhores, que o índice lá de Campo Largo só da pista Sul, chega a 3,58. Ou seja, muito, realmente um trecho muito, com muito número de acidente muito forte. Eu acho que todos os senhores ou já passaram ou conhece quem passou por problemas de volta de um feriado parar ali no semáforo de Campo Largo. Enfim, um constrangimento que dá ao nosso usuário. Um ponto operacional realmente muito ruim para nós, para o usuário. Então nós entendíamos naquele momento, lá em 2010, que era uma questão até de interesse público, que se antecipasse a obra da duplicação da 277. Os estudos de engenharia foram feitos, alguns dados foram esses que eu trouxe para os senhores, por exemplo, com relação a questão do VDM - Volume Diário Médio de Veículos e Índices de Acidentes, e se ficou claro então, a necessidade da antecipação da duplicação e Campo Largo. Coisa que então, o Poder Concedente. Eu acho que aqui eu consigo até mostrar, né? Acho que todos conhecem também, ou seja, aqui está difícil talvez de enxergar, mas vemos aqui o traçado original, olha: Passando por dentro dessa região de Campo Largo, realmente dividindo quase a cidade em dois pedaços. Aqui estamos mostrando, eu tenho um filme, nos projetando o que é essa duplicação, o que é esse contorno. Mas o importante é que então o DER e o nosso poder concedente com a concessionária entenderam que essa obra se fazia realmente antecipação necessária, dessa forma o DER nos solicitou apresentação de projeto e de

orçamento. Nós apresentamos o projeto e o orçamento. Esse projeto e orçamento foram aprovados. E com essa aprovação então fizemos um novo documento, em abril de 2012, recebemos uma ordem de serviço do nosso ente, do poder concedente, do DER, uma ordem de serviço dando a ordem de início as obras do contorno de Campo Largo. Mas se essa ordem de serviço só trouxesse a antecipação da obra de Campo Largo, junto com ela viria um desequilíbrio do contrato. Se eu estou antecipando um investimento, eu estou desequilibrado esse contrato. Portanto, nessa mesma ordem o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

*Estado, no intuito de que essa antecipação não trouxesse um desequilíbrio, ele posterga alguns investimentos, alguns não, quase todos os investimentos da duplicação da PR 151. Eu digo quase todos, porque um investimento da PR 151 permanece. Nós imaginamos começá-lo, agora em 1º de março, que é o Trevo do Mirandinha. Não sei se conhece a região, então nós estamos com o projeto já enviando ao DER orçamento e projeto para iniciar em 1º março esse trevo que é uma necessidade. Sabemos também que é um ponto um pouco conturbado da nossa rodovia. Mas enfim, então para se manter o equilíbrio do nosso contrato, essa ordem de serviço, ela antecipa alguns investimentos e posterga alguns outros investimentos. Ela é de abril de 2012."*

O tema ainda reaparece na ótica dos representantes da FIPE, durante um "aparte" do Sr. Romeu, engenheiro aposentado do DER (21ª. sessão CPI):

*"SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Luersen): Mas só uma pergunta. As Atas também foram assinadas pelo Ministro dos Transportes? Essas atas que nós entendemos que são todas ilegais. Não houve publicação, não houve assinatura do Governador."*

*SR. ROMEU: Não, veja bem. Na verdade existe alguma coisa chamada Ata, que alguém aqui já disse que é um termo aditivo. Ata não é um termo aditivo. E existem outras ações que nós fizemos na tentativa de não morrer os trabalhos. Por exemplo, esse contorno de Campo Largo nós fizemos sem aditivo. Nós fomos lá e dissemos assim: Vamos fazer ele agora e deixa para depois o Pirai. Porque nós temos um estudo que o Pirai só precisaria duplicação em 2040. E, aqui precisaria já. Então nós trocamos de... não houve aumento de tarifa, porque a gente troca o nosso fluxo de caixa investimento. Mas era mais necessário aqui. Eu realmente estou convicto que nós fizemos bem em ter feito a duplicação, o contorno, chamado Contorno de Campo Largo e depende do custo que está contratual e olhamos está tudo dentro".*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Note-se, portanto, que a "troca de obras" denunciada não foi feita por escolha da concessionária. Todos os depoimentos disseram tratar-se de uma opção/decisão do Poder Concedente, que justificou a alteração fundamentada em critérios técnicos e no interesse público. Assim, ainda segundo entendimento do Poder Concedente, a referida troca poderia ocorrer em um primeiro momento via determinação administrativa, porém, com lavratura do termo aditivo *a posteriori*.

No que tange ao custo da obra, tem-se que considerar que ela está dentro dos parâmetros de mercado e dos valores definidos pelo próprio DER.

Em relação à metodologia empregada no trabalho comparativo de preços, esclarece-se:

- Foram empregados os elementos encaminhados pela concessionária à CPI do Pedágio: projetos executivos; orçamento completo da obra, com planilha de quantidades e preços unitários, em atendimento ao ofício encaminhado por esta CPI em 15.OUT.2013;
- Empregou-se os preços unitários da última tabela do DER do Paraná disponível, divulgada em setembro de 2013;
- Os preços unitários do orçamento da concessionária, na data-base contratual de janeiro de 1997 foram atualizados para a data-base Setembro de 2013, pelo índice de reajustamento contratual, ou seja, colocados na mesma data-base da última tabela do DER-PR;
- Elaborou-se comparativo de preços unitários englobando todos os itens de serviços da obra; para alguns casos excepcionais, em que não havia correspondência direta com a tabela do DER-PR, adotaram-se as composições de preços apresentadas pela

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

concessionária, as quais foram analisadas e aprovadas pelo DERPR, sendo, portanto consideradas válidas.

O estudo da assessoria técnica constata que o valor total da obra informado pela concessionária foi de R\$ 75.030.625,90, em valores atualizados para a data-base setembro de 2013 e que o orçamento com base nos preços da tabela do DER/PR totalizou R\$ 69.805.596,69; o orçamento apresentado pela concessionária ficou 7,8% maior que o orçamento elaborado com os preços de referência do DER.

A diferença entre os preços apresentados pela concessionária e os preços constantes na tabela do DER/PR é pouco significativa, ou seja, cerca de 8%. Variância esta considerada usual e verificada em obras de engenharia rodoviária.

É importante observar que os preços do DER/PR sofrem revisões anuais, sendo a última revisão de setembro de 2013. Já os preços ofertados pela concessionária na base janeiro de 1997, ou seja, foram elaborados há mais de 16 anos e serão válidos até o final do contrato de concessão. Assim, a diferença apresentada neste estudo é pouco significativa, tendo em vista que são preços válidos para um período de 24 anos.

Ante o exposto, ainda que a obra se mostre mais necessária no presente momento conforme demonstrou o DER/PR com estudos técnicos, não pode esta instituição emanar atos sem a devida anuência da União e respectiva publicidade. As substituições podem ocorrer, para o bem da população, porém, sempre observando os ditames legais. Por fim, tendo em vista a diferença apontada no valor da obra de aproximadamente 8%, imperioso se faz a adoção da tabela do DER para a apuração dos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



orçamentos das novas obras e instrumentos ao contrato e seus aditivos legais.

4.7. A questão do relatório do Tribunal de Contas da União e Acórdãos relacionados ao Programa de Concessões do Paraná

Referente aos pedágios existentes no conhecido "Anel da Integração" do Estado do Paraná, o Tribunal de Contas da União, após requerimento do Senado Federal, realizou auditoria no programa de concessão estadual, o que culminou em Acórdão, registrado sob o nº. 314/2012, onde se fixaram inúmeras determinações ao Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná (DER/PR) para ajustar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Antes da análise do mencionado Acórdão, necessária se faz uma prévia delimitação da natureza, competência e força das decisões dos Tribunais de Contas, seja o Tribunal de Contas da União sejam os Tribunais de Contas Estaduais, enquanto órgãos de controle externo da Administração Pública.

O controle externo da Administração Pública é feito pelo Poder Judiciário – mediante provocação, pelo Poder Legislativo e pelos Tribunais de Contas, sendo que o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União é constitucionalmente descrito em caráter auxiliar do Poder Legislativo, tendo competências fixadas nos artigos 71 da Constituição Federal, sendo que em seu Inciso IV se encontra delimitada a competência para realização de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, da Administração direta e indireta,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

Incluídas suas fundações e sociedades constituídas (por menção expressa ao Inciso II do art. 71 da CF).

Sobre a arquitetura constitucional dos Tribunais de Contas, o Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Célso Borja<sup>1</sup> afirma que,

"A constitucionalização dos Tribunais de Contas decorre da submissão da atividade financeira do Estado ao princípio da legalidade. Mas se o Estado, indo além, fazse também democrático, o controle da receita e da despesa pública pela representação do povo é de rigor. Explico-me: dos três atributos do regime democrático, um concerne diretamente à atividade exercida pelos Tribunais de Contas. Com efeito, por lado consentimento dos governantes exigido para a legitimação do poder político e da oponibilidade dos direitos individuais às pretensões dos governantes, a democracia também reclama que todos os atos do Estado tenham destinação pública. A prestação de contas da Administração é tão fundamental na organização do Estado de Direito - temos, aqui no Brasil, um Estado também Federativo - que é um dos princípios sensíveis cuja violação provoca a intervenção federal nos Estados."

Ainda que a Constituição Federal tenha delimitado expressamente a competência do Tribunal de Contas da União, muito se tem discutido se este órgão e os Tribunais de Contas Estaduais seriam meros órgãos de auxílio do Poder Legislativo na atividade do controle externo ou se estes teriam independência funcional completa.

Para autores como Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, os Tribunais de Contas, ao lado do Ministério Público, são quase que um poder autônomo, independente, pois - em relação aos primeiros - estes tem

<sup>1</sup> BORJA, Célso. Competência constitucional dos Tribunais de Contas. Revista dos Tribunais de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ano 19, nº. 40, pag. 27. 1988.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



competência de atuação sobre unidades administrativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Além disso, devido a competências expressas na Constituição Federal e nas Constituições Estaduais (e Lei Orgânica do Distrito Federal), deve ser reconhecida a jurisdição das Cortes de Contas, vez que em sua atuação as mesmas "dizem o direito no caso concreto".

Segundo Lucas Rocha Furtado<sup>2</sup>,

"o modelo de controle externo adotado no Brasil confere atribuições ao TCU não identificadas em qualquer outro modelo. Além do poder de fiscalizar e de produzir relatórios encaminhados aos órgãos do Ministério Público, do Poder Executivo e ao Legislativo, o Tribunal pode suspender atos ou contratos e punir gestores. De acordo com o modelo constitucional adotado no Brasil, diferentemente dos órgãos congêneres de outros países, que somente dispõem de prerrogativas de fiscalização, são reconhecidas ao TCU, além dessa prerrogativa de fiscalizar, atribuições de natureza corretiva e sancionadora".

No que diz respeito à espécie de processos existentes no Tribunal de Contas da União, a partir da interpretação da Lei nº. 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU) e de seu Regimento Interno são identificáveis três categorias básicas de processos: i) julgamento de contas; ii) fiscalizações, e; iii) registro dos atos de concessão (de aposentadoria, pensões e reformas) e dos atos de admissão de servidores públicos federais.

<sup>2</sup> FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de Direito Administrativo*. Pág. 916. Ed. Fórum. 3ª ed. revista, ampliada e atualizada.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Especificamente ao Acórdão nº. 346/2012, o mesmo se originou através de requerimento de instauração de auditoria solicitado pelo Congresso Nacional, a partir de requerimento de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, aprovado em 18.05.2011 no Senado Federal. Foram realizadas fiscalizações, inspeções e auditorias em todos os lotes do chamado "Anel de Integração", sendo observados os princípios da ampla defesa e do contraditório ao DER/PR, o qual participou do processo plenamente.

De acordo com o já citado Lucas Rocha Furtado<sup>3</sup>, as auditorias são um dos instrumentos: constitucional e regimental para a realização da tarefa de fiscalização a ser exercido pelo TCU, entre outras.

O mesmo autor leciona que

"a Constituição Federal e a Lei Orgânica do TCU utilizam o termo (auditoria) em sentido restrito, indicando o processo específico, e que constitui o mais completo instrumento de fiscalização do Tribunal, em que se buscam as causas da ilegalidade ou da deficiência de desempenho e são apontadas as possíveis soluções para a correção dos problemas identificados. [...] A auditoria é o processo de mais amplo escopo no TCU, daí resulta a importância do tema"<sup>4</sup>.

Delimitado o escopo teórico da Auditoria, passamos ao estudo detido do Acórdão em questão.

4.7.1. Histórico processual do Acórdão nº. 346/2012

<sup>3</sup> Idem. Op. Cit. Pág. 944.

<sup>4</sup> Idem. Op. Cit. Págs. 944/945



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Antes da análise das determinações constantes do Acórdão nº. 346/2012, necessário se faz historiar o trâmite processual do procedimento e suas principais movimentações.

Devidamente iniciado, em sua instrução o processo de auditoria realizou diligências no Ministério do Transporte, no DER/ PR e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná. De acordo com o pronunciamento da 1ª Secretaria de Desestatização e Regulação (Secid- 1), peça 49 do processo e com transcrição integral no Acórdão nº. 346/2012, tais entidades assim se manifestaram:

O TCE/ PR não apresentou nenhuma resposta as diligências do TCU (pág. 09, Acórdão nº. 346/2012);

O Ministério dos Transportes respondeu tempestivamente a diligência, esclarecendo que o seu acompanhamento enfoca o cumprimento dos (a) encargos estabelecidos nos instrumentos de convênio; (b) verificação da consistência dos relatórios encaminhados pelo delegatário com a realização visitas programadas aos trechos federais e encaminha questionamentos, quando necessário. Informou sobre duas inspeções realizadas nos trechos federais delegados, em 2009, nas quais foram verificadas atividades de conservação e manutenção concessionárias<sup>2</sup>. Esclarece também que o objetivo desse acompanhamento é o de atuar preventivamente, e (c) apontou situações que podem ser sanadas por meio de ações do Poder Concedente, no caso, o Governo do Estado do Paraná, efetivamente o responsável pela fiscalização dos contratos (pág. 09, Acórdão nº. 346/2012).

O DER/ PR informou em sua resposta que "são realizadas fiscalizações diárias nos trechos em comento e o estado de conservação das vias está de acordo com os padrões estabelecidos nos respectivos contratos de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

concessão, informação corroborada por documentação encaminhada ao TCU pelo ente estadual" (pág. 09, Acórdão nº. 346/2012).

Diante de inúmeras dúvidas surgidas a partir da documentação encaminhada pelo DER/PR, em especial ao fluxo de caixa e cronograma de investimentos, foi determinada uma inspeção no órgão estadual, pelo Gabinete do Ministro José Múcio Monteiro, que contou com a participação de 02 auditores lotados no Sedid-1.

Dessa inspeção resultou em diversas colocações por parte do DER/PR<sup>6</sup>, que se revelam contraditórias com as constantes dos

<sup>6</sup>Ocasão em que se constatou a ausência de risco à segurança da trafegabilidade dos usuários. Destaca os aspectos mais Heterogeneidade nos serviços prestados pelas concessionárias, com alguns lotes de concessão apresentando melhores desempenhos que outros; Locais com pavimento necessitando de maior frequência de intervenções; Locais com pavimento necessitando de reforço estrutural em face da apresentação de trincas; Atraso na execução de serviços programados; Inobservância de padrões técnicos estabelecidos no Programa de Exploração de Rodovias; Necessidade de um controle de peso mais efetivo.

<sup>6</sup>Ípsis litteris: V.4 Resultado da Inspeção

75. Durante a inspeção, os representantes do DER/PR detalharam as modificações realizadas nos programas de exploração das rodovias (PER) e as respectivas influências no equilíbrio econômico-financeiro.
76. Relataram alguns dos litígios existentes entre o DER/PR e as concessionárias, judiciais ou não, e as pretensões do governo estadual de readequar os contratos de concessão, para torná-los equilibrados.
77. O DER/PR discorda da validade de termos aditivos celebrados em 2000 e 2002, que foram feitos na tentativa de reequilibrar os contratos.
78. A entidade estadual aponta como as principais causas dos desequilíbrios a redução realizada unilateralmente pelo governo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



estadual das tarifas de pedágio, para, aproximadamente, metade do valor contratado, e a posterior desoneração judicial temporária das concessionárias quanto aos investimentos.

79. As discordâncias entre o Estado do Paraná e as empresas concessionárias culminaram no processo judicial 2005.70.00.007929-7, ajuizado em 8/4/2005, movido pelo DER/PR, na 2ª Vara Federal de Curitiba/PR, em face das empresas concessionárias de rodovias Ecônorte; Viapar; Ecocataratas; Caminhos do Paraná; Rodonorte e Ecovia. Constando também no polo passivo da ação, o DNIT, a ANTI e a União Federal (peças 44 a 48). Tal processo atualmente encontra-se suspenso, tendo em vista a tentativa das partes em encontrar uma saída consensual para o caso.

80. A seguir, apresenta-se o resumo dos aspectos relatados pelos integrantes do DER/PR, durante a inspeção:

a) As licitações dos seis lotes de concessões rodoviárias estaduais, apesar de licitadas em mesmo período, 1997, apresentam distinções entre si quanto a direitos e obrigações, e renegociações de tarifas e de investimentos;

b) Foram alterados unilateralmente todos os contratos de concessão pelo governo estadual, com redução em torno de 50% das tarifas básicas, em 1998, um mês após o início da cobrança dos pedágios;

c) As concessionárias, alegando terem sido demasiadamente prejudicadas pela restrição das receitas, conseguiram medida judicial liminar desobrigando-as de investir em serviços de recuperação e em obras de melhoria de ampliação de capacidade (OMAC) (duplicações e terceiras faixas) das rodovias, enquanto perdurasse o rebate. Tais empresas deveriam manter somente a conservação e a manutenção das vias;

d) Dois termos aditivos amigáveis foram celebrados, em 2000 e 2002, retornando os patamares originais das tarifas e estabelecendo novos cronogramas de investimentos;

e) No entendimento do DER/PR, os termos aditivos citados não guardaram proporcionalidade e equilíbrio entre as receitas e despesas, devido às realocações, inclusões e exclusões de investimentos, assim como desproporção em relação aos serviços de manutenção, conservação e de administração em decorrência da diminuição de investimentos em obras de infraestrutura viária;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

f) Nos casos de antecipação de obras, os respectivos custos de manutenção, conservação e administração foram aditivos aos fluxos de caixa, ao passo que, quando excluídas ou postergadas obras, não ocorreram as respectivas previsões de reduções de custos.

g) Ressaltam que não houve efetivamente inclusão de novas obras pelos aditivos, mas somente de reposição dessas ao programa de investimentos. Obras teriam sido inicialmente excluídas por uma negociação e, posteriormente, devolvidas ao PER;

h) Destaque há de ser dado ao fato de, em 2002, ter sido alterada a forma de medição dos serviços de restauração das vias, com efeito retroativo a 22/3/2000 (Deliberação DG/DER 290/2002).

Assim, a medição e o consequente pagamento dos serviços realizados pelas concessionárias em restaurações passaram a ser pelo quantitativo de insumos totais empregados e respectivos preços. O contrato inicial entre as concessionárias e o Poder Público estabeleceu a medição por área (metro quadrado) de intervenção de restauração. O DER/PR alega que essa nova forma de medição dos serviços (por insumos) dificulta a fiscalização e o controle, pois é mais complexa a verificação dos materiais efetivamente incorporados nas restaurações do que somente a da área restaurada. Ainda sobre esse tema, mantidas as mesmas metas financeiras desses serviços nos fluxos de caixa, as execuções físicas alcançadas foram menores, portanto, havendo uma redução de trechos rodoviários restaurados;

i) A deliberação acima foi anulada pelo próprio DER/PR em 2004, que a considerou não admissível legal e contratualmente, com consequente retroação de todos seus efeitos, inclusive quanto ao equilíbrio econômico-financeiro, mantendo-se a medição por metro quadrado, conforme pactuado nos contratos de concessão (Deliberação 13/2004-C.D.). Conforme informado por aquele departamento, até a data da inspeção, não houve consenso entre as partes sobre qual forma devem ser medidos os serviços de restauração. Como consequência, as concessionárias alegam terem cumprido suas obrigações, apesar de não atingidas as metas fiscais de execução;

j) Os cronogramas de investimentos alterados (pelos Aditivos 2000 e 2002) esticaram prazos de execução de serviços de restauração,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



postergaram ou excluíram obras. Há casos de obras (contornos e duplicações, por exemplo) que foram postergadas e/ou excluídas no primeiro aditivo e realocadas no aditivo seguinte, inclusive antecipadas, e outras tiveram a execução parcelada ao longo da concessão;

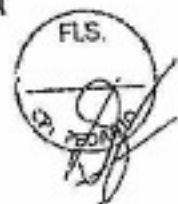
k) Atualmente, o DER/PR argumenta que essas diversas modificações de prazos e de inclusão/exclusão de obras não foram razoáveis, não privilegiaram o interesse público e dos usuários, e foram realizadas para ser alcançado um teórico equilíbrio econômico-financeiro, sem suporte técnico;

l) Foram incluídos Degraus Tarifários em momentos esporádicos dos fluxos de caixa elevando as tarifas básicas, que subiram de patamar de valor a partir daquela data. Aparentemente, esses degraus foram incluídos de forma aleatória para compensar reajustes de tarifas não efetivados na época dos aditivos e 'fechar as contas' do fluxo de caixa. Mais uma demonstração da falta de fundamentos técnicos nas decisões tomadas na celebração dos aditivos de 2000 e 2002;

m) O DER/PR alega que a redução de encargos pela linha foi desproporcional em prol das empresas. Também com relação às OMAC's, cujas execuções foram postergadas para os últimos anos de concessão, considera que, caso fossem realmente úteis e essenciais aos usuários das rodovias estariam à disposição da sociedade em prazo mais curto. Ademais, partindo da premissa de que as concessões são resultados de fluxos de entradas de recursos (pedágios essencialmente) que sustentam os investimentos e custeios das concessionárias, conclui que os usuários pagam por obras não comprovadamente essenciais, que não contribuem para a melhoria da qualidade atual do serviço público concedido e que provavelmente não serão executadas; n) O DER/PR questiona as estimativas dos projetos de obras das concessões, os quais não refletem proximação os custos reais das obras, sendo essas orçadas sobre projetos básicos, e não executivos, portanto, pouco detalhados e apenas aproximados os custos;

o) Inicialmente, o risco de execução era das concessionárias, contudo, com os termos aditivos, foram alterados, além dos prazos, aspectos quantitativos e qualitativos das obras e, lembrando, a forma de medição dos serviços, eliminando esse risco. Assim, as



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

concessionárias somente aceitariam executar obras conforme projetos executivos atualizados e sendo medidos os quantitativos despendidos, então, realizando os respectivos reequilíbrios econômico-financeiros. A título de exemplo aponta a obra do Contorno de Mandaguari (Lote 2 - Viapar), que na proposta comercial tinha valor de R\$ 25 milhões, foi reduzida pelos aditivos para R\$ 11 milhões, e, pelo projeto de 2007, subiu para R\$ 32 milhões;

p) Os técnicos daquele departamento informaram que estão discutindo as taxas internas de retorno (TIR) dos contratos por duas razões: primeira, os aditivos terem elevado a TIR de Projeto alegando que a TIR de Acionista deveria ser reequilibrada pela redução unilateral das tarifas de 1998, visto as concessionárias serem prejudicadas em seus financiamentos. Esta medida transferiu para os usuários o risco de financiamento das concessões. Segunda, o ambiente macroeconômico se alterou drasticamente desde as assinaturas dos contratos. Inflação, taxas de juros e de risco decaíram, a economia tornou-se menos imprevisível, a oferta de crédito expandiu e investimentos no país e no setor de concessões rodoviárias se tornaram mais atrativos. Portanto, a taxa mínima de retorno desses empreendimentos foi reduzida drasticamente. A TIR mantida nos mesmos patamares da época das contratações, associada a investimentos desconformes com os interesses e necessidades dos usuários, remunera soberbamente a concessionária e elimina financeiramente os benefícios do uso das rodovias;

relatórios do TCE/PR e de alguns depoimentos dados a CPI do Pedágio.

Após a realização dessas diligências e da inspeção ao DER/PR, a Sefid-1 concluiu que (i) as alterações promovidas nos contratos de concessão; grande parte sem observância de qualquer critério técnico, causaram desequilíbrios econômico-financeiros nas concessões; (ii) menciona-se que "também indícios de que as significativas alterações nos investimentos e nos cronogramas de sua execução não tenham ocorrido, simplesmente, no sentido de anular as perdas de receitas experimentadas pelas concessionárias nos primeiros anos dos contratos.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

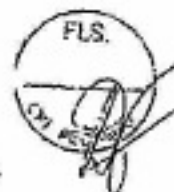


Falteram critérios técnicos de engenharia na definição dos remanejamentos de obras e, ao que parece, foram promovidas meras alterações nos números que compõem o fluxo de caixa, a fim de transparecer um equilíbrio financeiro fictício e desconectado das necessidades dos trechos rodoviários concedidos"; (iii) conclui que a alteração contratual indevida e sem fundamentos é referente ao critério de medição dos investimentos realizados nas rodovias, de área estimada de intervenção para quantitativo de insumos. Informa que isso torna "mais dificultosa a fiscalização qualitativa e quantitativa

q) Outra alegação do DER/PR para rever de forma ampla os contratos é que as concessionárias ganharam em experiência e eficiência operacional, desde os primórdios das concessões, reduzindo seus custos, sem a respectiva transferência de parte desses ganhos aos usuários, conforme princípio da modicidade tarifária;

r) Quanto às alterações determinadas pelo Acórdão 1.502/2002-Plenário (TC 006.319/2000-6), parágrafo 8.2, o DER/PR informou que para itens não orçados nas propostas comerciais é utilizada tabela de custos do órgão; nos reajustes, os resíduos decorrentes do arredondamento das tarifas são considerados conforme orientações do Tribunal; foi revertido ao fluxo de caixa da concessão, em benefício do usuário, o montante cobrado a título de multa pelo atraso da Rodonorte no cumprimento do cronograma de obras; e demais alterações nas previsões de custos e de receitas determinadas não foram incorporadas por não ter havido revisão nem aditivo aos contratos, desde o último aditivo de 2002 citado.

dos itens executados e menor o incentivo ao uso de materiais duráveis nas obras."; As mudanças positivas no cenário econômico, ocorridas ao longo da concessão, nunca foram observadas por ocasiões de ajustes promovidas, e (mais importante); (iv) que "o período de desequilíbrio em desfavor das concessionárias é perfeitamente identificável e o valor das perdas de receitas é passível de ser quantificado. O período de perdas de receitas subsistiu de 15/7/1998 (data do ato unilateral de redução das tarifas) até 21/8/1998 (data da liminar que, atendendo ao pedido das

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

concessionárias, suspendeu os investimentos). Uma avaliação mais conservadora levaria em consideração a data final de 17/12/1999, data da decisão que, mantendo a suspensão dos investimentos, autorizou o retorno das tarifas ao valor original, com reajustes contratuais devidos. Assim, para o período de 15/7/1998 a 17/12/1999, deveria ter sido quantificado o valor das perdas de acordo com o fluxo de caixa original da proposta vencedora comparando-se o valor da tarifa básica de pedágio contratada e o valor da tarifa praticada."

Do julgamento do processo de fiscalização, datado de 15.02.2012, restou delimitado o seguinte Acórdão:

"9. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, aprovada pelo Plenário do Senado Federal, para a realização de auditoria nos contratos do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, a fim de apurar a ocorrência de desequilíbrios econômico-financeiros. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com base nos arts. 1º, §1º, 38, inciso IV; e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, bem como no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU e art. 14, inciso IV, da Resolução TCU 215/ 2008, em:

9.1. determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, relativamente aos contratos de concessão firmados com as empresas concessionárias de rodovias Rodovias do Norte S/A - Econorte, Rodovias Integradas do Paraná S/A - Viapar, Rodovias das Cataratas S/A - Ecocataratas, Caminhos do Paraná S/A, Concessionárias de Rodovias Integradas S/A - Rodonorte e Concessionário Ecovia Caminhos do Mar S/A, que:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



9.1.1 promova, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, ajustando os investimentos, de acordo com as necessidades públicas e taxas de rentabilidades praticadas, a percentuais compatíveis com o contexto econômico vigente e o custo de oportunidade atual do negócio, considerando, entre outros parâmetros, possíveis sobrepreços em obras e serviços oriundos dos termos aditivos ao contrato inicial e submetendo os resultados à avaliação deste Tribunal de Contas, com supedâneo no princípio da economicidade;

9.1.2 adote, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, as medidas necessárias para que se faça constar cláusula de revisão periódica da tarifa, a fim de repassar os ganhos decorrentes da produtividade e da eficiência tecnológica, o aumento ou a redução extraordinária dos custos e/ou das despesas da concessionária, bem como as alterações ocorridas no custo de oportunidade do negócio, preferencialmente por negociações entre as partes, nos contratos de concessão, de acordo com o §2º do art. 9 e o inciso V do art. 29, ambos da Lei 8.987/1995;

9.1.3 encaminhe a este Tribunal de Contas, ao final dos fixados nos itens 9.1.1 e 9.1.2, os resultados obtidos referentes às medidas adotadas para dar-lhes cumprimento;

9.2. determinar à Sefid-1 que atue processo de monitoramento para verificar o cumprimento da presente deliberação;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, do relatório e do voto que o fundamentou, e ainda instrução Sefid-1 (peça 49), aos responsáveis e interessados: Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, Ministério dos Transportes, Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, Procuradoria da República no Estado do Paraná, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, empresas concessionárias Rodovias do Norte S/A - Econorte, Rodovias Integradas do Paraná S/A - Viapar, Rodovias das Cataratas S/A Ecocataratas, Caminhos do Paraná S/A.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Concessionárias de Rodovias Integradas S/A – Rodonorte e

Concessionário Ecovia Caminhos do Mar S/A;

9.4, declarar integralmente atendida a presente solicitação e arquivar estes autos.

10 Ata nº 5/2012 - Plenário

11 Data da Sessão: 15/ 2/ 2012 - Ordinária.

12 Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0346-05/ 12-P.

13 Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamim Zymier (Presidente), Valmir Campeio, Walter Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carneiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Benquerer Costa, André Luis de Carvalho e Weder de Oliveira, Presente Lucas Rocha Furtado - Procurador-Geral"

Necessária é a definição da natureza jurídica e da eficácia das decisões dos Tribunais de Contas.

De acordo com Carlos Eduardo Róllo Gregório a natureza da decisão do TCU é a "decisão administrativa sui generis, pois, em sentido *latu sensu*, são decisões aprovadas sob o manto da jurisdição exercida pelo TCU com amparo na Constituição Federal de 1988"<sup>5</sup>.

Rocha Furtado complementa, afirmando taxativamente que "no caso do TCU, suas decisões muito mais se aproximam de atos judiciais do que dos tradicionais atos administrativos, sendo asseguradas aos seus

<sup>5</sup> GREGÓRIO, Carlos Eduardo Róllo. *A natureza jurídica das decisões do Tribunal de Contas da União*. Pág. 50. Brasília - 2012.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Ministros as garantias e prerrogativas dos magistrados (CF, art. 73, §3º).<sup>6</sup>

Tais decisões podem resultar em sanções de natureza civil e administrativa<sup>7</sup>.

No tocante ao limite da revisão pelo Poder Judiciário das decisões do Tribunal de Contas, grande parte da doutrina afirma que o limite da revisão se opera apenas no campo da legalidade e da formalidade.

Dai decorre a força normativa das decisões dos Tribunais de Contas, cuja revisão judicial apenas poderá questionar a legalidade e eventual abuso de poderes de quem as exarou, não se podendo questionar o mérito da decisão.

Nesse sentido segue a lição de Lucas Rocha Furtado,

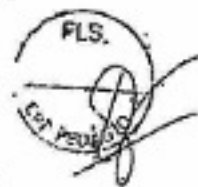
"ainda que sujeitas ao controle judicial, as decisões dos Tribunais de Contas justificam controle judicial menos invasivo, devendo Poder Judiciário promover a sua anulação somente em casos de aplicação absurda do direito ou por falhas formais do processo. [...]"

Admitir que matérias de fato ou de direito examinadas por Tribunais de Contas possam ser completamente reexaminadas, em todos os seus aspectos, pelo Poder Judiciário, além de importar em absoluta quebra de racionalidade do sistema - afinal, qual a utilidade desses tribunais se tudo o que elas decidissem pudesse ser revisto pelo Judiciário... (grifo nosso)"

Cumpra analisar a conduta do DER/PR em relação ao cumprimento das determinações do Acórdão nº. 348/2012.

<sup>6</sup> FURTADO, Lucas Rocha. *Op. Cit.* Pág. 934.

<sup>7</sup> Idem. *Op. Cit.* Pág. 927.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

Primeiramente, importa assinalar que da decisão acima transcrita, não houve interposição de Recurso por parte do DER/PR, configurando, em tese, coisa julgada administrativa do Acórdão. Por outro lado as Concessionárias, tempestivamente, apresentaram os competentes recursos que ainda pendem de decisão.

Da simples leitura do Acórdão nº. 346/2012, se observa que em nenhum momento o Tribunal de Contas da União determinou ao DER/PR que contratasse a entidade FIA para realizar estudos visando encontrar a forma de reequilíbrio dos contratos de concessão.

Logo, não há que se dar veracidade a declaração do Sr. Nelson Leal Jr. o qual afirmou que a empresa FIA foi contratada sob determinação do Tribunal de Contas da União.

O texto é expresse ao determinar que deveria ter sido feito no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias o reequilíbrio "econômico-financeiro dos contratos, ajustando os investimentos, de acordo com as necessidades públicas e taxas de rentabilidades praticadas, a percentuais compatíveis com o contexto econômico vigente e o custo de oportunidade atual do negócio, considerando, entre outros parâmetros, possíveis sobrepreços em obras e serviços oriundos dos termos aditivos ao contrato inicial".

Até o presente momento isso não foi feito pelo DER/PR, sem que sequer apresentasse uma justificativa plausível para tal omissão.

É necessário que o DER/PR envie todos os esforços para que conclua rapidamente as negociações e, observados o princípio da





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



legalidade e o primado do devido processo legal, ponha coerente fim a essa pendência que já se estende por mais de 800 dias.

Adicionalmente à análise apresentada ao Acórdão nº 346/2012, referente à auditoria no programa de concessão estadual paranaense realizada após requerimento do Senado Federal, é importante analisar a peça originária sobre o assunto em questão, surgida em 2007, por ocasião da análise por parte do TCU dos contratos de concessão da denominada Primeira Fase do PROCOFE (Programa de Concessões das Rodovias Federais), e concluída com o Acórdão TCU no. 2927 de 2011, como verá a seguir.

Em outubro de 2007 o Plenário do TCU emitiu Acórdão à ANTT questionando se as Concessões da 1ª etapa do Programa Federal estavam em equilíbrio econômico-financeiro, em razão da rentabilidade contratual – taxa interna de retorno do investimento (TIR), além de solicitar providências para fixar novas rentabilidades caso fosse constatado algum desequilíbrio.

Ao propor a Representação, a unidade técnica destacou:

*"o modelo de concessão da 1.ª Etapa pode ser denominado como 'estático' pois as rubricas que compõem o fluxo de caixa não se alteram ao longo da execução contratual, nela incluída a taxa de desconto – rentabilidade dos concessionários. Ou seja, as concessionárias de rodovias federais da primeira etapa continuam auferindo rentabilidade que varia de 17 a 24% ao ano, no atual cenário de estabilidade econômica do país, em que a taxa de desconto para o setor é de no máximo de 8,95%".*

Diante de tais indícios, o Tribunal, por meio do Acórdão nº 2.154/2007-TCU-Plenário, prolatado em 10/10/2007, determinou à ANTT as seguintes providências:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

*"9.2.1. realize, no prazo de 30 dias, estudos com o objetivo de verificar se as atuais concessões de rodovias federais exploradas pelas concessionárias NovaDutra, Concer, CRT, Ponte Rio-Niterói e Concepa estão em equilíbrio econômico-financeiro em face da rentabilidade contratual – taxa interna de retorno do investimento (TIR);*

*9.2.2. caso se verifique desequilíbrio, adote as providências necessárias a fim de promover o equacionamento dos mencionados contratos de concessão, fixando nova rentabilidade;*

*9.2.3. dê ciência ao TCU do cumprimento dos subitens acima."*

Em deferimento ao pedido da ANTT, o prazo do item 9.2.1 para a realização dos estudos foi estendido até 29/8/2008 (pelo Acórdão nº 250/2008- TCU- Plenário, de 27/2/2008), data em que foi apresentada a esta Casa a Nota Técnica nº 004/2008/SUREF/SUINF (fls. 37/76) descrevendo as ações até então desenvolvidas. No encaminhamento, o Diretor-Geral da Agência de Regulação destacou a necessidade de estudos adicionais para o efetivo cumprimento da determinação deste Tribunal.

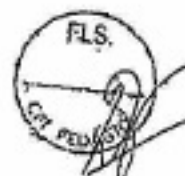
Nesta nota, a ANTT assinala que a revisão e o reajuste seriam os instrumentos previstos para a preservação do valor da Tarifa Básica de Pedágio - TBP. Antes de tal conclusão, contudo, a Agência descreve esses mecanismos:

- O reajuste: obedece à fórmula paramétrica descrita na fl. 42 dos autos, na qual são utilizados índices específicos de obras fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, para os quesitos terraplanagem, pavimentação, obras de arte especiais e consultoria. A ponderação de cada um desses



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



*índices varia de acordo com a concessionária e altera-se durante a vigência do contrato, conforme a conclusão das etapas de implementação dos investimentos. A ANTT informa que foi constatada impropriedade na substituição dos fatores de ponderação da fórmula de reajuste, cujos reflexos estariam sendo analisados em procedimento interno à Agência.*

*- As revisões tarifárias: anualmente, junto com o reajuste tarifário, são realizados procedimentos para revisão, "no qual são apuradas as obras e serviços executados pelas concessionárias nas rodovias, comparando-os com as obrigações estabelecidas nos Programas de Exploração e nos respectivos Cronogramas Físicos e Financeiros" (fls. 43/44).*

A ANTT tece considerações sobre a ressalva legal de revisão tarifária em decorrência de alterações no imposto de renda (art. 9º, §3º, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995), e justifica o fato de não ter produzido efeitos sobre as tarifas a redução da alíquota de 25%, vigente à época das licitações, para 15%. Discorre também a respeito das obras realizadas e adicionadas ao Programa de Exploração da Rodovia (PER), cuja aprovação hoje está a cargo das unidades regionais da Agência, que fazem o acompanhamento das obras e serviços promovidos pelas concessionárias contratadas.

Conclui, por fim, estarem em equilíbrio econômico-financeiro os contratos da 1ª Etapa do Procrofe, por serem objetos de revisão e reajuste tarifário, anualmente.

As considerações dessa Nota Técnica foram analisadas quanto ao mérito no âmbito da Sefid, a qual concluiu pela necessidade de nova determinação à ANTT, nos seguintes termos:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

*"1 - determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com fulcro no art. 43, I, da Lei 8.443/1992, que:*

*- promova, no prazo de 30 dias, o reequilíbrio econômico-financeiro das concessionárias NovaDutra, Concer, Ponte, CRT e Concepa, ajustando-se a Taxa Interna de Retorno (TIR) por ela praticadas a percentual compatível com o atual cenário econômico;*

*- inclua nos correspondentes contratos de concessão cláusula prevendo a revisão periódica da tarifa a fim de repassar os ganhos decorrentes de produtividade e da eficiência tecnológica, o aumento ou a redução extraordinária dos custos e/ou das despesas da concessionária, bem como as alterações ocorridas no custo de oportunidade do negócio, de acordo com o § 2º do art. 9º e o inciso V do art. 29, ambos da Lei nº 8.987/1995."*

*Os fundamentos dessa proposta de encaminhamento serão retomados adiante, sob o título "Diferenças nos Cenários Econômicos".*

A Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), após ter o seu pedido de ingresso aos autos deferido, refutou as conclusões e o respectivo encaminhamento da Sefid.

Na mesma época, a Procuradoria da República no Município de Petrópolis, do Ministério Público Federal, solicitou informações sobre as providências adotadas pela ANTT a respeito das determinações do Acórdão nº 2.154/2007- TCU-Plenário.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Uma nova diligência foi encaminhada pela Sefid à ANTT questionando-a sobre a sua possível pretensão de estender a metodologia prevista no recente contrato de concessão, relativo ao trecho BR: 116/324 – BA, para os contratos em comento. Nessa mesma oportunidade, a Agência também foi indagada a respeito da padronização dessa metodologia na ANTT e sobre o seu cronograma de atividades para atendimento da determinação constante do Acórdão nº 2.154/2009-TCU-Plenário.

A ANTT responde aos questionamentos da diligência por meio de uma nova Nota Técnica nº 155/2009/GEROR/SUINF, de 8/10/2009. Nela, a Agência novamente traz o raciocínio segundo o qual haveria equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão em epígrafe, em vista dos reajustes e revisões levados a efeito nos termos estabelecidos contratualmente.

Em 28/7/2010, foi realizada reunião entre equipe técnica da Sefid e da ANTT sobre o andamento das atividades constantes do cronograma mencionado. Em vista disso, a Agência enviou ao TCU, mediante o Ofício nº 1107/2010/DG, de 24/8/2010, esclarecendo, em síntese, que:

*"1. O presente ofício trata de informar as providências que serão tomadas até 30 de outubro de 2010 com relação ao Acórdão 2154/2007 – TCU – Plenário.*

*2. Será aprovada por meio de Resolução da Diretoria Colegiada, uma metodologia utilizando o Fluxo de Caixa Marginal para reequilíbrio dos novos investimentos e serviços, ou suplementações de serviços previstos no PER (Programa de Exploração da Rodovia), de todos os contratos de concessão rodoviária, incluindo os da 1ª Etapa e Pólo de Pelotas – RS. Tal metodologia se baseia nas seguintes premissas:*





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



*Inserção destes no Programa de Exploração das Rodovias da  
1ª Etapa de Concessões e Pólo Pelotas - RS.*

7. Por fim a ANTT se compromete após a repactuação a realizar revisões quinquenais dos contratos de concessão visando analisar eventuais ajustes necessários à prestação do serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, sempre preservando o equilíbrio econômico-financeiro, conforme previsto na Resolução nº 1.187/2005 em seu artigo 20."

A ANTT concluiu estudos sobre uma metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão em decorrência de novos investimentos e serviços, instrumentalizada na Resolução ANTT 3.651, de 7/4/2011, resultado da determinação constante do Acórdão 2.154/2007-TCU, a fim de verificar se as concessões em tela estariam em situação de equilíbrio econômico-financeiro, em razão da rentabilidade contratual (a TIR), e, em sendo verificado desequilíbrio, adotasse as providências necessárias a fim de promover o equacionamento dos contratos, fixando nova rentabilidade.

Tal metodologia consiste em:

"- Recomposição do equilíbrio contratual na hipótese de inclusão, após a publicação da referida resolução, de investimentos ou serviços não previstos na proposta inicial, por meio da adoção de um Fluxo de Caixa Marginal projetado em razão do evento que ensejar a recomposição, considerando os fluxos dos dispêndios e das receitas marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição. É previsto que esses fluxos serão determinados por critérios de mercado para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas; e pelo tráfego real para o das receitas.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- *Ressalva à referida resolução se faz quanto à data a partir da qual deve ser aplicada essa metodologia para fins de recomposição do equilíbrio contratual em vista das alterações já promovidas nos investimentos das concessionárias. A referida resolução estabelece que somente as modificações promovidas a partir da sua publicação sofrerão ajustes pelo método do fluxo de caixa marginal (art. 2º, caput).*
- *As próprias concessionárias concordaram com a adoção da metodologia do fluxo de caixa marginal para os novos investimentos e os suprimidos ou remanejados. Logo, é plenamente possível a imediata aplicação das revisões propostas aos contratos elencados utilizando-se dessa metodologia. Ressalte-se que, nos presentes autos, Concer e Concepa afirmam ser favoráveis à recomposição do equilíbrio contratual por meio do Fluxo de Caixa Marginal.*
- *Agindo dessa forma, o valor presente líquido dos novos investimentos, aplicado a uma taxa de rentabilidade fidedigna, garantirá o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a modicidade tarifária, não ferindo qualquer regra pré-estabelecida."*

Após análises das peças e das manifestações das partes envolvidas, em sessão ordinária do TCU realizada em 09/11/2011, é aprovado o Acórdão 3.651/2011 em que os Ministros determinam, dentre outras providências:

*"À Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, referente aos contratos de concessão celebrados com a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra (NovaDutra), Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (Concer),*





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



*Concessionária Rio-Terezópolis S.A. (CRT), Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte) e Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre (Concepa), que:*

*“ adote, nas recomposições do equilíbrio econômico-financeiro desses contratos, a metodologia aprovada na Resolução ANTT 3.651/2011, ou outra que entender mais adequada, para os eventos decorrentes de inserções de investimentos não previstos originalmente nos encargos das concessionárias, e do remanejamento ou adequação, com aumento de valor, de investimentos previstos originalmente, assegurando a todos os interessados o direito de manifestação, mediante audiências e/ou consultas públicas.”*

Assim, conclui-se após amplo debate, análises técnicas e manifestações das partes envolvidas, o TCU acordou em se adotar a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal, regulamentada pela ANTT em 2011, válida para investimentos novos, não previstos no contrato original, aplicado a uma taxa de rentabilidade fidedigna, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a modicidade tarifária, sem ferir qualquer regra pré-estabelecida.

O Acórdão 3.651/2011 é fruto de discussões e debates ao longo de cinco anos entre TCU e ANTT, com direito à manifestação dos interessados, e se constitui em jurisprudência e peça fundamental para a questão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias, face às alterações das condições econômicas brasileiras.

*[Assinatura manuscrita]*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## 4.8. A questão do relatório do TCE sobre a Ecocataratas

No decorrer das investigações fez-se referência, por inúmeras vezes, à existência de relatório do Tribunal de Contas do Estado em relação à situação da concessionária Ecocataratas, em que se conclui pela existência de desequilíbrio econômico-financeiro em favor dos usuários.

Esta questão foi muito bem explorada pelo Ilustre Deputado Artagão Junior ao questionar o Presidente de uma das Concessionárias, a saber:

*"DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR: E quando temos esse parecer preliminar do Tribunal de Contas falando sobre esse desequilíbrio a favor das concessionárias, vocês já tiveram conhecimento desse parecer? Pela imprensa, certamente, sim; oficialmente já existe acesso a essa documentação? Qual o ponto de vista da concessionária em relação a esses relatórios?"*

*SR. EVANDRO COUTO VIANA: Oficialmente, a Ecocataratas ainda não teve conhecimento do relatório final. Lembrando que tivemos um relatório preliminar, se não me engano, em março de 2012, onde o Tribunal de Contas comunicou, pelos estudos, que a Ecocataratas teria 175 milhões de investimentos para serem feitos. No mês seguinte, em abril, fizemos a nossa defesa e impugnamos a metodologia, porque o Tribunal de Contas não está considerando os termos aditivos que hoje são completamente legais. Não tem como dizer que os termos aditivos, hoje, são ilegais, até porque eles estão*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



*ai, na Justiça, hoje, e estão correndo dentro de um trâmite judicial. Então, até que se diga o contrário, eles são 100% legais, e temos que realmente cumprir, e o Tribunal de Contas não levou isso em consideração. Outro fator também, sempre, ele não pagou dados de proposta, e sim dados contábeis. Hoje, não tem como esquecer que temos um contrato que tem todos os dados de investimentos, de receita, que têm que ser levados em consideração. Nós não recebemos, então, esse relatório. Assim que chegar, fazer, aí, a nossa defesa. Parece que o novo relatório até diz que os investimentos têm que ser na ordem de 347 milhões; até subiu, não sei como chegaram ainda nessa conta, com uma redução de tarifa em torno de 30%, ou entrega do contrato no ano de 2014, mas não temos conhecimento ainda do inteiro relatório deles."*

É possível perceber, de partida, que referido relatório efetivamente traz conclusão preliminar no sentido de existência de um desequilíbrio. A empresa, no caso, a Ecocataratas, demonstra possuir conhecimento do referido relatório, afirmando, contudo, que ele traz conclusões meramente preliminares, sendo certo que inexistente algo definitivo, no âmbito do TCE, sobre a questão.

Em relação, ainda, a esta matéria, é preciso considerar, efetivamente, que em 14/03/2012 a Ecocataratas recebeu ofício do Tribunal de Contas do Estado do Paraná concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação sobre o Relatório Preliminar nº 03/12, resultado da Portaria nº 775/11, através da qual foi designada comissão de servidores para realização de auditoria nos contratos de concessão rodoviária firmados

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

peio Estado do Paraná, tendo o Lote nº 03 sido escolhido para início dos trabalhos (Processo nº 39.864-3/11).

Referido relatório, conforme se observa dos documentos que foram remetidos a esta CPI, conclui, como se afirmou anteriormente, de forma preliminar, que o Contrato poderia encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário pelo valor de R\$ 175 milhões (a valores dezembro/2010).

A referida concessionária apresentou manifestação a respeito em 17/04/2012. Dentre todas as impugnações apresentadas, a que parece mais relevante foi a de que os cálculos da equipe de auditoria descon sideraram completamente os Termos Aditivos nº 016/2000 e nº 087/2002. E ao descon siderar os efeitos dos referidos Termos Aditivos o Relatório Preliminar do TCE ignorou as causas de desequilíbrio da concessão que foram objeto dos mesmos, o que não pode ser aceito, e foi apontado objetivamente pela concessionária em sua manifestação. Ademais, nesta linha, é preciso atentar, com toda razão, que os estudos apresentados perante esta CPI pela FIA e pela FIPE; bem como pelos depoimentos de seus representantes, qualquer cálculo sério e legítimo, na perspectiva jurídica, sobre os contratos, não pode descon siderar os aditivos, mormente porque jamais foram declarados nulos pelo poder judiciário, encontrando-se na produção de plenos efeitos jurídicos.

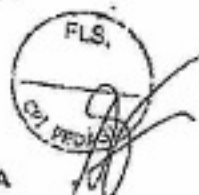
Nesta seara, portanto, o pressuposto inafastável é de que os Termos Aditivos em questão estão vigentes e são válidos. À época, compuseram o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em razão da redução unilateral da tarifa realizada 15 (quinze) dias após o início da cobrança do pedágio – que perdurou por dois anos (tendo sido suprimido por decisão judicial), o que é fato público e notório.

Conforme identificado pelo próprio Relatório Preliminar, o já noticiado anteriormente neste relatório, em julho de 1998, o DER/PR promoveu uma



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



sumária redução unilateral da tarifa para 50% do montante original. A redução originou um litígio que tramitou perante a 1ª Vara Federal de Curitiba (autos nº 98.0017501-8), já encerrado. Houve inicialmente antecipação de tutela em favor das concessionárias para a suspensão de investimentos. A redução unilateral das tarifas de pedágios, alterando e desnatando a essência dos contratos, permitiu ainda alterações significativas posteriormente, como o caso já referido da Ata 17.

Em seguida, o DER nomeou uma Comissão de Peritos para a análise econômica, jurídica e de engenharia acerca do equilíbrio contratual. Com base no resultado dessas análises, que apontavam a existência de grave desequilíbrio e as alternativas de recomposição, as concessionárias pleitearam e obtiveram nova antecipação de tutela, desta feita para restaurar a tarifa original. O Poder Concedente propôs então a celebração dos termos aditivos, com a adaptação do programa de investimentos e a revisão dos valores tarifários.

Pelo que foi possível observar dos estudos feitos por esta relatoria, naquele momento, dois anos após a redução unilateral (judicialmente suspensa), é que foi celebrado o Termo Aditivo nº 016/2000, destinado a reequilibrar a concessão. O Termo Aditivo nº 087/2002 prestou-se a recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em razão da superveniência de outros fatores, dentre eles a criação de novos impostos. Note-se que a possibilidade de que tais fatores gerassem impacto no equilíbrio dos contratos foi expressamente previsto em cláusula do Termo Aditivo de 2000.

Em 2004, diante da intenção do Governador do Estado à época de reduzir a tarifa de pedágio, a Concessionária Rodovia das Cataratas S/A e o Estado do Paraná firmaram um Contrato Preliminar, que foi entregue a esta CPI, com o intuito de então estabelecer os termos daquele que deveria ser o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão, e que visaria restabelecer o

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

equilíbrio econômico-financeiro após a nova redução de tarifas (30%) então acordada. Ou seja, mais uma vez as tarifas de pedágio foram reduzidas.

Após 10 (dez) meses de estudos, através da denominada Comissão Paritária, concluiu-se que o Contrato de Concessão estava desequilibrado em favor da Concessionária. Apresentada a conclusão dos trabalhos, o DER/PR, mais uma vez, quedou-se omissivo em suas tratativas, ou seja, na elaboração de novo termo aditivo, ignorando por completo o trabalho realizado e as conclusões apresentadas.

A Concessionária em questão, de acordo com suas próprias palavras, foi "surpreendida com uma ação judicial proposta pelo DER/PR ainda durante a realização dos estudos da Comissão Paritária, vindo-se então obrigada a formular pedido de reconvenção, e assim, de posse da Ata Conclusiva nº 17 derivada dos trabalhos da citada Comissão Paritária, pleiteou tutela antecipada com base em seus alicerces (ação nº 2005.70.00.004071-0)". A tutela antecipada proferida em Agravo de Instrumento nº 2005.04.01.037574-9, confirmou o pedido da concessionária, fazendo valer os termos da Ata 17.

Vale elucidar, portanto, que para continuidade às premissas elencadas pela Comissão Paritária, no âmbito administrativo (Concessionária/DER), seria necessária a celebração de novo termo aditivo ao Contrato de Concessão. Como isto não ocorreu, o Contrato Preliminar encerrou-se sem ter cumprido com sua obrigação final. Entretanto, todas as premissas consideradas na Ata nº 17 da Comissão Paritária estão expressamente contidas na ação de reconvenção/re-equilíbrio de nº 2005.70.00.004071-0. Sendo assim, são válidas para o período abrangido pela referida medida judicial.

Logo, pelo que se nota, o Contrato de Concessão da Ecocataratas não é atualmente regido 'simplesmente' por uma ata de reunião, mas por decisões judiciais fundamentadas na mesma e derivadas do





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



descumprimento do acordado pelo Estado à época. A ação judicial continua em trâmite – o fato é que as ordens judiciais já se encontram estabilizadas.

Neste aspecto, apesar do que se cogitou nesta CPI, não é possível concluir que a Ata 17 é inexistente, não foi publicada ou é inválida. Ainda que altamente prejudicial ao programa de investimento do Lote 3 e à sociedade paranaense, a Ata 17 está em vigor devido à decisão judicial e somente nova decisão judicial para alterar essa situação. Igualmente, o próprio Poder Judiciário aceitou a legitimidade e regularidade da referida Ata 17, não havendo autorização, portanto, para se concluir, no âmbito desta CPI, pela ilegalidade da referida ata.

Na sequência dos fatos, em abril de 2005 o Estado do Paraná ajuizou ação ordinária (autos nº 2005.70.00.007929-7) contra todas as concessionárias de rodovias, cujo objeto foi a declaração de nulidade dos termos aditivos celebrados em 2000 e em 2002. Referida demanda está descrita no item 4.1, deste relatório.

O pedido de antecipação de tutela feito pelo Estado foi indeferido e o processo encontra-se em fase instrutória, aguardando a realização de laudo pericial pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE), estando atualmente suspenso momentaneamente em razão das negociações entre as partes.

Ou seja, não há até o presente momento qualquer decisão judicial que obste a plena produção de efeitos pelos referidos Termos Aditivos ou da Ata 17.

Destarte, não há como se desconsiderar os Termos Aditivos vigentes, como fez a equipe de auditoria do TCE em seu Relatório Preliminar. O processo de auditoria perante o TCE foi distribuído ao Conselheiro Nestor Baptista, e em 08/10/12 foi publicada decisão determinando a suspensão do relatório da auditoria da Ecocataratas em razão exatamente de ter este o mesmo objeto de ações judiciais já em trâmite.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Em 05/07/2013 foi determinado o cancelamento da suspensão para retorno do feito ao regular trâmite e remessa ao Ministério Público de Contas, para parecer. Após a apresentação de sua manifestação a respeito do Relatório Preliminar nº 03/12, pelos documentos que chegaram a esta CPI, não consta a existência de relatório adicional ou definitivo.

Eventual Relatório Final ainda deverá ser submetido ao próprio plenário do TCE e à concessionária, o que ainda não sucedeu.

O fato é que o relatório da equipe de auditoria do TCE representa apenas uma etapa na fase de instrução do processo. Antes de qualquer decisão do TCE, deverá ser devidamente concluída a fase de instrução, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa assegurados pela Constituição e pela Lei.

Compete, portanto, a esta CPI, cobrar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná celeridade na tramitação desta auditoria para que se possa chegar, finalmente, a um relatório conclusivo e que leve em consideração todos os termos contratuais em vigência para que não seja, posteriormente, impugnado judicialmente.

**4.9. Análise dos estudos da FIPE e da FIA em relação à eventual existência de desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de pedágio do Estado do Paraná**

Em diversos momentos dos trabalhos da CPI ouviu-se referência a estudos da FIA e da FIPE voltados, especificamente, para a análise do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias do Estado do Paraná. Por decorrência disso, as referidas instituições foram



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



convidadas pelos membros da CPI para apresentarem em plenário os elementos que compõem os respectivos relatórios e estudos.

De início cabe destacar os escopos dos trabalhos contratados. Nesta seara, sabe-se que a AGEPAR contratou a FIPE para estruturar a referida Agência, prover ferramentas, melhorar o marco regulatório, definir o cronograma da Agência, inclusive realizar uma breve avaliação dos contratos de concessão. Por outro lado o DER/PR contratou a FIA para apurar a existência de eventual desequilíbrio nos contratos de concessão. Logo, referidos estudos decorrem de contratações realizadas pelo Poder Público para poder subsidiar as suas ações e demandas judiciais e políticas. Não são, logo, contratos dirigidos pelos interesses das concessionárias, o que atribui um valor especial para eles.

Para elucidar os trabalhos realizados por ambas as Instituições transcreve-se, aqui, alguns trechos dos depoimentos prestados, a saber:

Quadros apresentados pela FIPE:



**ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:**

**Termo de Alteração Unilateral (TAU 1998);**  
**Termo Aditivo (TA 2000);**  
**Termo Aditivo (TA 2002).**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL**Contratos Vigentes****ALTERAÇÕES CONTRATUAIS : TAU 1998**

- ✓ redução do valor da tarifa
- ✓ redução dos investimentos.

Em decorrência da medida unilateral foi ajuizada ação pelas concessionárias, que resultou em decisão judicial que:

- ✓ desobriga as concessionárias de realização de parte dos investimentos;
- ✓ autoriza as concessionárias a receber tarifas reduzidas por um período determinado.

Tipe

**Contratos Vigentes****ALTERAÇÕES CONTRATUAIS : TA 2000**

Comissão de Peritos apresentou as seguintes conclusões:

- TAU 1998 gera desequilíbrio econômico-financeiro
- TAU 1998 compromete as condições de financiabilidade
- TIR alavancada como referência para avaliação do equilíbrio dos contratos
- Sugere alternativas para o reequilíbrio dos contratos
- Inexistem obstáculos legais ou contratuais para adoção dos procedimentos sugeridos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Tipe



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**Contratos Vigentes**

**ALTERAÇÕES CONTRATUAIS : TA 2000**

- Altera o cronograma de obras
- Altera a estrutura tarifária - reduz tarifa veículos comerciais
- Altera o valor da Tarifa Básica
- Elimina a responsabilidade da Concessionária pelo pagamento das desapropriações
- Exime a concessionária de atrasos em decorrência da não adoção de providências pelo DER
- Indica a tabela de preços unitários do DER/PR para completar os preços inexistentes da proposta comercial da concessionária

tipo  
m/m

**Contratos Vigentes**

**ALTERAÇÕES CONTRATUAIS : TA 2000**

- Reconhece que o termo aditivo, considerado de modo global e conjunto, restabelece a equação econômico-financeira do Contrato
- Mudança da data de reajuste tarifário
- Estado, DER e Concessionária renunciam a qualquer pleito relacionado com desequilíbrio até 2000
- Remete para a próxima revisão de contrato os desequilíbrios decorrentes das alterações do ISS, COFINS e CSLL, desde a assinatura do contrato
- Anula efeitos jurídicos do TAU 1998 e encerra as ações judiciais

tipo  
m/m

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****Contratos Vigentes****ALTERAÇÕES CONTRATUAIS : TA 2002**

Decorre da necessidade de revisão de contrato frente aos desequilíbrios decorrentes das alterações do ISS, COFINS e CSSL, desde a assinatura do contrato

Base: avaliação técnica e jurídica da demanda da concessionária, e anuência das instâncias decisórias do Governo do Estado, DER e do Ministério dos Transportes

TIR do projeto é a referência para avaliação do equilíbrio do contrato

FPL  
2014**Contratos Vigentes****ALTERAÇÕES CONTRATUAIS : TA 2002**

- Alterações nos tributos: ISS, COFINS, PIS, CPMF e CSSL
- Perda de Receita decorrente da mudança de data para reajuste (junho para dezembro)
- Alteração do critério de medição das obras de restauração
- Reconhecimento das receitas acessórias auferidas e das receitas acessórias projetadas, com indicação da necessidade de revisão contratual na ocorrência de receitas acessórias futuras.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Premissas

4. Orientações do TCU

A proposição da Secretaria de Fiscalização de Desestatização – Sefid (Unidade Técnica - TCU) não visa a hostilizar ato jurídico perfeito: não se propugna a “uma, quebra de contrato”

Não há intenção desta Corte de Contas de alterar os fluxos de caixa das concessionárias em comento originalmente propostos pelas empresas, atetos pelo Poder Público e firmados em contrato. Os parâmetros estabelecidos em contrato não devem ser alterados, pois nortearam a montagem dos fluxos de caixa e as estratégias de financiamento das concessionárias.

ipe  
relato

Premissas

5. Orientações para Novos Investimentos

ANTT concluiu estudos sobre metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão em decorrência de novos investimentos e serviços (Fluxo Caixa Marginal, com base na Res. No 3.651/11, de 7 de Abril de 2011).

Para que aquela agência verificasse se as concessões em tela estariam em situação de equilíbrio econômico-financeiro, em razão da rentabilidade contratual (a TIR), e, em sendo verificado desequilíbrio, adotasse as providências necessárias a fim de promover o equacionamento dos contratos, fixando nova rentabilidade (fls. 344-351 v.1).

Resolução ANTT 3.651, de 7/4/2011

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## Premissas

## 5. Orientações para Níveis Investimentos (cont.)

## CONCLUSÃO DO TCU

Destaca a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da 1ª etapa do PROCRIFE seja realizada pela metodologia aprovada na Resolução ANTT 3.651/2011 - fluxo de caixa marginal - para todos os eventos (inserções de investimentos não previstos originalmente nos encargos das concessionárias, e da supressão ou do remanejamento ou adequação de investimentos previstos originalmente) ocorridos desde a data de publicação do Acórdão 2.154/2007-TCU-Plenário.

## Definição de TIR

- A TIR - Taxa Interna de Retorno de um projeto é a taxa de desconto que iguala os valores de caixa positivos e negativos de um projeto quando trazidos a Valor Presente.

Não é possível comparar TIR com margem de lucro de um dia ou de um período de concessão, posto que:

- a TIR representa a remuneração do projeto durante todo o período de concessão, e não pode ser definido por intervalos de tempo;
- A TIR representa a remuneração esperada. A margem de lucro, a remuneração realizada. Portanto, a comparação dessas duas grandezas só pode ser feita ao final do projeto.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPÍ DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Este quadro é bastante didático na medida que ajuda a explicar que as reduções de tarifa, ao contrário do que se imaginou em determinado momento dos trabalhos da CPI, não foram apenas na ordem de 7%, decorrentes da redução de 50% nas tarifas durante mas 18 meses. Note-se:

**Termo Aditivo de 2000**

• Redução da receita foi de 15,87% na média geral

LOTE	SOMACIÇÃO TARIFÁRIA		REDUÇÃO
	ORIGINAL	TA 2000	
LOTE 1	271.852,74	231.077,07	14,82%
LOTE 2	897.094,14	756.076,15	16,60%
LOTE 3	203.893,73	176.136,53	13,40%
LOTE 4	545.780,18	457.135,57	16,31%
LOTE 5	566.135,41	478.076,01	15,82%
LOTE 6	342.551,19	287.612,34	16,35%
<b>MÉDIA GERAL</b>			<b>15,87%</b>

Tem-se, portanto, que observadas as variações de sensibilidade de cada lote, a retirada ou postergação de investimentos e a retomada parcial da tarifa inicial, minimizaram o prejuízo decorrente do TAU de 1998, sendo que os aditivos de 2000 levaram em conta todos estes fatores que desequilibraram o contrato de concessão.

fig. 2

**Termo Aditivo de 2000**

• Pareceres dos peritos: o TAU de 1998 abateu as condições de risco do projeto, aumentando substancialmente o risco regulatório e político, o que provocou elevação dos custos dos financiamentos, principalmente em função de uma maior necessidade de empréstimos ponte, que naturalmente exibem taxas maiores do que os empréstimos de longo prazo.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****Desequilíbrios contratuais**

Há desequilíbrios nos contratos.

• A Fipe está calculando estes desequilíbrios com base nas informações do DER/PR e das Concessionárias, sendo que o montante desses desequilíbrios só será confirmado após as premissas e os fatores que provocam desequilíbrio serem discutidas e aceitas por todas as partes, e seus reflexos incorporados no modelo financeiro do plano de negócios.

• A avaliação dos contratos e cálculo dos desequilíbrios têm como referência a TIR de Projeto do Aditivo 2002.

• A revisão de contratos deve ser pautada pela justiça das premissas e boa-fé das partes, não favorecendo nenhuma das partes, mas sim, mantendo estritamente o contratado.

**Investimentos**

• As alterações sobre o cronograma de investimentos foram consideradas nos termos aditivos lavrados em 2000 e 2002.

• Todas as modificações estão resumidas nos quadros dos investimentos da Proposta Comercial e dos Aditivos não ensejando nenhum prejuízo ao usuário.

• A realocação das obras no tempo faz parte das premissas para avaliação do equilíbrio dos contratos. As obras retiradas quando da lavratura dos Termos Aditivos compensavam as perdas decorridas, de forma a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro dos contratos.

• A Fipe utiliza as informações do DER/PR para a incorporação de novos investimentos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



**Investimentos**

• Quando da revisão dos contratos, poderiam ser adotadas várias formas para reequilibrar os contratos:

- alteração dos investimentos;
- revisão da tarifa de pedágio;
- indenização do poder concedente

• A forma escolhida foi a supressão de obras que, portanto, foram eliminadas da programação dos investimentos;

• Naturalmente a eventual reincorporação destas obras dará causa ao desequilíbrio do contrato impondo a necessidade de restabelecimento das condições pactuadas;

• Importante ressaltar que, a qualquer momento, pode se optar por uma ou outra forma de reequilíbrio, desde que as partes concordem, e mantendo a TIR que é o parâmetro definido para reequilibrar o contrato.

flp  
476

**MATRIZ DE RISCO**







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



A partir dos referidos quadros, e elucidando/explicando os parâmetros e conclusões, a representante da FIPE, em seu depoimento, trouxe esclarecimentos no seguinte sentido:

"SRª. PAULA PEREDA:

*(sobre a análise financeira para todos os anos do contrato e orientação do TCU de não se alterar parâmetros estabelecidos em contrato)*

... O que é importante sempre em empreendimentos de grande porte, inicialmente, eles sempre têm uma contrapartida financeira muito grande: investimentos muito altos. Então em geral nós só conseguimos fazer essa análise por fluxo de caixa descontado, olhando o período todo do contrato. Não é possível olhar cinco anos, ou dois anos ou um ano em separado. Porque você tem um desembolso muito grande no início do contrato, no geral são contratos de 30 anos, no meio ou em 1/3 do contrato. Então os resultados líquidos do empreendimento devem ser analisados globalmente. Essa é a forma de avaliar economicamente o empreendimento. Como é que isso é avaliado, então os resultados líquidos de todos os anos do empreendimento são trazidos ao mesmo valor, por essa taxa de desconto. E aí a tarifa então ela é calculada de forma que a rentabilidade média do projeto ao longo do seu período de vigência, que é a conhecida TIR, seja igual ao custo do capital investido. Então no caso o concessionário ele tem que ser remunerado exatamente de acordo com o custo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



*do capital dele. Então se ele tivesse investido esse capital em outras formas alternativas, essa é a rentabilidade média que ele obteria. Essa é a ideia da TIR que foi a concepção da nossa avaliação econômica financeira acho. Dado que a TIR é igual ao custo do capital investido, esse é um elemento fundamental da análise, que é o custo da oportunidade em relação as alternativas de investimento. Esse dinheiro poderia ter sido utilizado em outros usos. Então ele deve ser retribuído de acordo com esse uso alternativo dele. Com relação aos investimentos, nossa modelagem qualquer alteração nos investimentos que estavam previstos em contratos, são tratados dentro dessa metodologia. Então os investimentos previstos que foram adiantados ou postergados eles continuam fazendo parte do contrato original e continuam fazendo parte dessa modelagem que estamos utilizando. E aí estamos seguindo as orientações do TCU de que os parâmetros estabelecidos em contrato não podem ser alterados. Então estamos considerando que o contrato não pode haver nenhuma quebra de contrato que é a orientação do TCU com relação a esses contratos.*

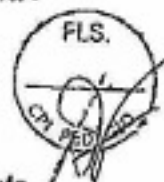
Em seguida, manifestando-se sobre a manutenção do EEF nos aditivos de 2000 e 2002 e, os efeitos do TAU que alteraram as condições de financiabilidade dos projetos, a representante da FIPE afirmou:

*"SRA. PAULA PEREDA: O que podemos dizer com relação aos termos aditivos é que eles mantiveram a remuneração do concessionário constante. Quando eu falo remuneração do concessionário constante, estou*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



*falando da remuneração ao longo do período do contrato. Então, quando houve essas modificações, o termo de alteração de 1998, que gerou alguns desequilíbrios, tanto o termo aditivo de 2000, quanto o termo aditivo de 2002 tecnicamente mantêm a remuneração do acionista, que é o concessionário constante. É isso que a FIPE pode dizer.*

**SR. FERNANDO DE OLIVEIRA:** *Que é aquela que foi determinada por ocasião da licitação.*

**SRA. PAULA PEREDA:** *Em 97. A remuneração do acionista foi mantida constante. Porque a forma como eles utilizaram para reequilibrar o contrato, que é a TIR alavancada, em detrimento da TIR do projeto, porque o que acontece? A TIR do projeto, ela considera tanto a remuneração da concessionária quanto a remuneração dos terceiros, que emprestam o dinheiro para ser investido. Então, a TIR do projeto contabiliza estes dois tipos de remuneração. Quando você tem uma mudança no caixa gerado pelas concessionárias, que foi a mudança, a redução de 50% das tarifas do Termo de 98, você tem um comprometimento de caixa das concessionárias. E sabemos que para obter um empréstimo, qualquer tipo de financiamento, as instituições que o fazem, contabilizam o potencial gerador de caixa. Então, o que acontece é que o custo do financiamento sobe, que é o custo de financiamento de terceiros, e tira parte da remuneração da concessionária. A TIR alavancada no ano de 2000, do Termo Aditivo, o que ela faz? Ela mantém a TIR do acionista, que é o que chamamos de TIR alavancada, constante com relação ao que foi estabelecido em 97. Então, ela mantém isso*





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



constante. Em 2002, quando é feito um novo equilíbrio, esta é a análise técnica da FIPE sobre os Termos Aditivos, em 2002, retorna a TIR do projeto, que é a metodologia de contabilizar remuneração tanto da concessionária, e quando digo remuneração estou dizendo remuneração média, ao longo de todo o contrato. Então, quando volta a TIR do projeto, em 2002, a TIR da concessionária é mantida constante, com relação ao que foi feito em 2000. Então, a única coisa que tecnicamente nós podemos dizer, como economistas, é que a remuneração média das concessionárias foi mantida constante, aumentou o custo médio deste capital por conta do aumento dos custos de financiamento.

**SRA. NATÁLIA POIATTI:** Por conta dos riscos previstos originalmente nos contratos. Um risco regulatório, aí, interferindo nas tarifas. Não se previa em 97."

Percebe-se, portanto, que a partir dos estudos realizados pela FIPE, é que em seu relatório não se pode encontrar qualquer conclusão de desequilíbrio contratual, mormente se se levar em consideração, como deve ser, as mudanças decorrentes dos aditivos contratuais. Ademais, o relatório e a exposição em plenário deixaram claro que não existe possibilidade de quebra contratual pois, na perspectiva técnica, econômica, os aditivos possuem fundamento.

No que tange aos estudos da FIA, é preciso partir dos seguintes quadros:



Quadros da apresentação da FIA:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

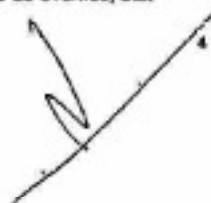
**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

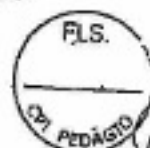


**Escopo do contrato da FIA**

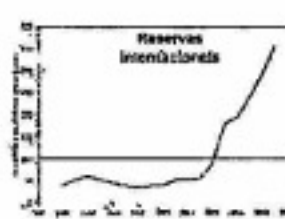
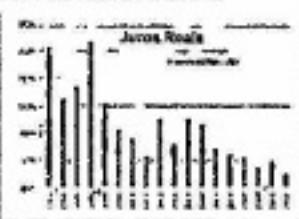
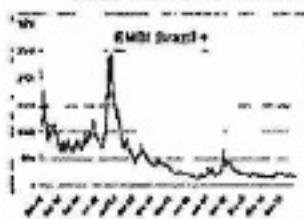


- 16 relatórios entregues, além de 12 modelos de simulação (desequilíbrio e reequilíbrio para cada um dos seis lotes)
- Apoiar o DER no processo de reequilíbrio dos contratos de concessão, na sua negociação e na revisão contratual. Inclui:
  - Análise da matriz de risco do contrato
  - Análise dos eventos de desequilíbrio
  - Análise dos efeitos econômicos da indexação adotada no contrato
  - Estabelecimento de benchmarks relativamente a outros setores de infraestrutura
  - Análise da hipótese de perda de financiabilidade, advinda do TAU98
  - Estabelecimento de metodologia de reequilíbrio
  - Desenvolvimento de modelo de simulação para os 6 lotes.
- Não integra o escopo dos serviços da FIA
  - Análise jurídica
  - Questões de engenharia, como medições, qualificação de eventos, etc.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINALCenário econômico à época da  
celebração dos contratos

- A licitação das concessões rodoviárias do Paraná ocorreu em período de instabilidade econômica, com elevado spread de risco país, elevadas taxas de juros reais e níveis baixos de reservas internacionais.



- Este cenário de instabilidade decorreu dos seguintes eventos:
  - Crise Asiática: setembro / outubro de 1997
  - Crise Russa: agosto / 1998
  - Brasil recorre ao FMI: novembro / 1998
  - Desvalorização do Real: janeiro / 1999

11

Cenário econômico à época da  
celebração dos contratos (cont.)

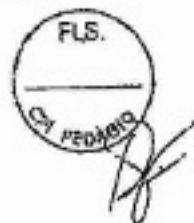
- Dentro deste cenário, as concessões rodoviárias do Paraná foram contratadas com taxas de retorno (TIR) entre 17% e 19% a.a., taxas estas compatíveis com o cenário econômico da época.
- Com a estabilização da economia, a TIR da proposta comercial tornou-se excessiva, proporcionando retornos elevados às concessionárias.
- Atualmente as concessões rodoviárias tem sido contratadas a uma taxa de retorno entre 8,00 e 9,00% a.a.
- Este mesmo tipo de situação ocorreu nas concessões rodoviárias de outros Estados; logo, não sendo exclusiva do Paraná.

483



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**Metodologia de reequilíbrio:**  
**Fluxo de Caixa Total e Fluxo de Caixa Marginal**



- O Fluxo de Caixa Marginal (FCM) tem como objetivo o cálculo do valor presente das receitas e despesas da concessão fazendo a incorporação/retratação de investimentos não previstos, utilizando-se uma nova taxa de desconto, em geral, calculada a partir da WACC para o período subsequente.
- A FIA entende que a remuneração das concessões pelas condições iniciais da (TIR da Proposta Comercial) tem proporcionado retornos elevados, reduzindo a possibilidade de obtenção de modalidade tarifária.
- Portanto, a adoção de uma taxa de retorno inferior para remunerar a concessão a partir de 2014 (isto é, das obras já contidas no PER e novos investimentos) é outra alternativa que foi estudada.
- Logicamente, a mudança da taxa de retorno deve ser negociada com a concessionária, e não pode ser uma medida unilateral, sob pena de esta ação ser questionada na justiça.

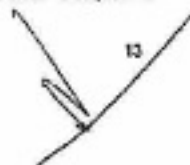
**Matriz de risco**



- A importância da matriz de risco: reduzir possíveis controvérsias e dar maior segurança às partes.
- Os contratos de concessão do Paraná não trazem uma matriz de risco explícita. A princípio, todos os riscos não previstos no contrato são alocados à concessionária.
- A FIA interpretou a matriz de risco sob a ótica econômico-financeira, além da leitura do contrato. A PGE-PR interpretou aqueles os pontos que requereram interpretação jurídica.
- Exemplos de alocação de riscos dos contratos do Paraná:

Tipo de risco	Concessionária	Poder Concedente
Risco de demanda (galpão)		
Risco financeiro	X	
Riscos de concessão	X	
Fato do príncipe ou atos extraordinários		X

- A matriz de risco implícita nos contratos do Paraná era perfeitamente compatível com a matriz de outras concessões rodoviárias federais.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

### Eventos de perda de receita

[illegible]

18

### Futuros aperfeiçoamentos dos contratos: receitas alternativas



- De acordo com o contrato das concessões do Estado do Paraná, toda a receita alternativa deve ser destinada para a obtenção de modicidade tarifária.
- Logo, não exige estímulo para que as concessionárias busquem receitas alternativas.
- A FIA sugere que se estabeleça uma política de repartição dos ganhos com receitas alternativas...o que faria com que as concessionárias fossem à busca de novas receitas.
- Para efeito de reequilíbrio econômico-financeiro, o Modelo de Simulação desenvolvido pela FIA permite que se reequilibre o déficit ou superávit de receitas alternativas.

485



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Respeito aos Contratos

- Embora seja comum as renegociações dos contratos (em torno de 50% na América Latina, segundo José Luis Gusch) é importante a manutenção e respeito ao contrato como forma de atrair investidores.
- Além disso, deve-se:
  - manter o interesse do usuário
  - busca pela modicidade tarifária
  - busca pela eficiência na prestação dos serviços.
- Demanda por novos contratos de infraestrutura poderá atingir cifras superiores R\$ 400 bilhões nos próximos cinco anos, e boa parte dos recursos virão dos investidores privados locais e internacionais, que avaliam com grande interesse a postura dos governos no respeito aos contratos com agentes privados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

## Iniciativas do DER-PR

- Em razão dessas recomendações, o DER-PR tomou diversas medidas. Entre elas, cabe destacar as seguintes, sempre tendo em vista a discussão anterior de respeito às cláusulas contratuais:
  - i. Revisão dos valores de conservação, manutenção e operação das rodovias;
  - ii. Desenvolvimento de modelo de apuração do desequilíbrio contratual, a partir de eventos desencadeadores de desequilíbrio;
  - iii. Desenvolvimento do modelo para reequilíbrio contratual, a partir de mudança tarifária;
  - iv. Adoção do fluxo de caixa marginal, avaliado em termos do custo médio ponderado de capital;
  - v. Proposição de metodologia de cálculo do WACC;
  - vi. Adoção do WACC para novos investimentos;
  - vii. Previsão de compartilhamento de ganhos de eficiência;
  - viii. Revisão periódica;
  - ix. Substituição do Indexador Tarifário.

No decorrer dos depoimentos referidos quadros foram elucidados, esclarecidos, mormente a partir das seguintes afirmações conclusivas do Sr. José Ribeiro Ferreira Savóia:

No que diz respeito ao trabalho da FIA e a complexidade do equilíbrio econômico-financeiro, o nosso trabalho teve uma gama bastante ampla. Ele constou de 16 relatórios que foram entregues ao DER. Além de 12 modelos de simulação. O que são esses modelos? São os modelos que vão calcular o desequilíbrio e o reequilíbrio para cada um dos seis lotes. Então, fizemos um conjunto de estudos técnicos que geraram esses 16 relatórios e mais 12 planilhas que demonstram ou desequilíbrio ou



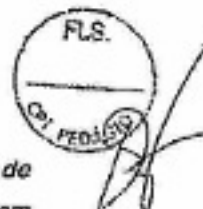


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



reequilíbrio para cada um dos seis lotes. Além disso, assim que encerradas as entregas, nós acompanhamos o DER. Estamos ainda num processo de acompanhar e, a pedido, produzir aprimoramentos naquelas planilhas ou nos relatórios, dar suporte aqui à Procuradoria Geral do Estado que, também, tem feito seus relatórios, seus pareceres aí acerca da privatização. Então, o nosso trabalho é um trabalho bastante amplo, contou com mais de 14 técnicos em período permanente e outros 06 técnicos em caráter provisório. Então, foi uma equipe que se dedicou, ao longo de 2013, a apoiar o DER nessa análise. A FIA já contava com uma experiência anterior, tendo sido contratada em 2008 para realizar um estudo mais localizado sobre os resultados das concessões. E, àquela ocasião, esses estudos serviram de suporte para que fossem produzidas algumas ações do Governo do Estado na defesa dos seus interesses e do bem da população do Paraná. E esses estudos já estão também disponibilizados e fazem parte de um conjunto amplamente divulgado. Em relação a esse trabalho, nós fizemos uma análise da matriz de risco do contrato, que é a alocação dos diversos riscos e como eles estão atribuídos no contrato, a análise dos principais eventos de desequilíbrio. Quando eu falo 'principais' é porque existem eventos de desequilíbrio que, eventualmente, não vão ser aceitos pelo poder concedente. A análise dos efeitos econômicos da indexação adotada no contrato de concessões rodoviárias, e o estabelecimento de algumas análises que nós chamamos de 'paint max' (?) relativamente a outros setores de infraestrutura.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

*Foi analisada, também, a hipótese da perda de financiabilidade, que é decorrente do TAU 98, um item importante dentro da história das concessões do Paraná, e uma metodologia de reequilíbrio foi proposta pela FIA, essa metodologia de reequilíbrio foi amplamente discutida com o DER, e ela de certa forma encontra os interesses do DER em realizar um reequilíbrio. Então, nós suportamos essa metodologia que o DER vinha desenvolvendo, uma vez que eles estudam esse assunto há muitos anos, é um modelo de simulação para todos os lotes. O nosso trabalho não englobou a análise jurídica e, também, não englobou questões de engenharia, ou seja, as questões de engenharia elas eram os dados, eles eram fornecidos pelo DER e a Procuradoria nos deu o referencial jurídico para realização do trabalho.*

*"...Então, eu quis salientar isso, porque na verdade muitas vezes parece que reequilíbrio é uma coisa simples, mas não é, por uma razão histórica, foram incorporados diversos elementos novos nos contratos ao longo dos últimos anos. E todos estes elementos, eles trouxeram uma complexidade ao contrato e a necessidade de se incorporar novas estimativas, ao mesmo tempo houve uma evolução muito grande da prática em infraestrutura rodoviária no Brasil."*

Ou seja, o estudo da FIA deixa claro que qualquer análise sobre reequilíbrio econômico-financeiro é uma tarefa complexa, em especial no caso em tela, em que existem inúmeros fatores econômicos, políticos, jurídicos, tributários etc. que devem ser levados em consideração.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Ademais, fico claro que os aditivos devem ser levados obrigatoriamente em consideração.

Adiante, seguiu o expositor explicando:

*Sobre a importância de se aplicar o reajuste anual das tarifas, ocorrido em DEZ.2013, e sucessivamente ao passado, eu diria para vocês que se esse evento não fosse, se esse acordo tivesse ocorrido até, digamos, setembro ou outubro, com todas as concessionárias, poderia ter sido incorporado já, dentro do possível, novo valor da tarifa, esse reajuste, mas como ainda está em andamento, eu diria que foi melhor ter feito, ter feito a atualização do valor da tarifa, porque senão nós estamos gerando mais um desequilíbrio de algum tempo, até que essas decisões sejam todas aprovadas. E eu diria a vocês, nós teríamos um passivo para calcular e para reequilibrar dentro de mais alguns anos. Então, eu diria, se tivéssemos tido a oportunidade de encerrar a negociação anteriormente, seria melhor não incluir, mas como isso não ocorreu, eu creio que essa é a decisão mais acertada."*

No decorrer do depoimento do representante da FIA, teve oportunidade de se manifestar um colaborador do DER que, então, fez as seguintes e relevantes colocações (Engenheiro Romeu):

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

*"DEPUTADO CLEITON KIELSE: Tecnicamente, o Sr. tem as informações pelo menos superficiais para nos passar.*

*SR. ROMEU: Tecnicamente, nós temos a informação que vier aqui e quem disser assim: "Eu contego o pedágio." Está mentindo. O pedágio é uma questão multidisciplinar e nós todos os dias discutimos em grupo e descobrimos coisas, que às vezes não tinham sido percebidas.*

*DEPUTADO CLEITON KIELSE: Esses dados que foram apresentados, o Sr. comunga com eles?*

*SR. ROMEU: Comungo, claro! Se eu não tivesse comungado, nós teríamos recusado o relatório da FIA.*

*DEPUTADO CLEITON KIELSE: Esses dados seriam da Econorte?*

*SR. ROMEU: Da Econorte.*

*DEPUTADO CLEITON KIELSE: Mediante o período que foi analisado agora pela FIA, mas pertinente ao contrato de 98, 2000, ou 2002?...*

*SR. ROMEU: Veja bem uma coisa, na minha cabeça tem um pouco de confusão, posso eu estar errado. Nunca mais na vida você vai dizer assim "pega o contrato de 97 e manda aplicar" isso não existe. O contrato de 97 quando teve o saldo de 98, ele acabou ele é outro.*

*DEPUTADO CLEITON KIELSE: Por quê?*

*SR. ROMEU: Porque foi assinado e a tarifa não é mais a tarifa que era de 97, ninguém está pagando hoje, nenhum*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Logo está pagando hoje e nem um usuário, não estou dizendo que é caro ou barato.

DEPUTADO CLEITON KIELSE: Perfeito.

SR. ROMEU: Estou dizendo que à luz do contrato tecnicamente nenhum usuário do Paraná está pagando tarifa de pista dupla e andando de pista simples como eu já ouvi aqui. Todas as tarifas que estão pagas hoje, altas ou baixas, elas estão de acordo com o contrato vigente. Quando se fez em 2002 um termo aditivo e você tirou obra, você baixou a tarifa para não pagar aquela obra. Então não tem como dizer volta a 97 e faz a obra, a tarifa vai explodir, nós temos mais dez anos só.

...

"SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Luersen): Então vocês trabalhando em cima dos contratos com aditivos.

SR. ROMEU: Com aditivos."

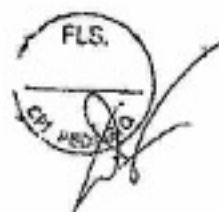
Restou claro, então, que o Poder Público concedente comunga da premissa de legitimidade dos contratos e dos aditivos e que os cálculos sobre equilíbrio econômico-financeiro não podem desconsiderá-los, razão pela qual os estudos da FIA e suas conclusões foram levados em consideração pelo Poder Concedente.

Partindo-se desta premissa, o depoente principal, Sr. Savóia, explanou sobre as conclusões em relação à necessidade de reequilíbrio dos contratos e consequentes ajustes nas tarifas:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



ALTERAÇÃO TARIFAS PARA REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS		
Lote	TIR Original	TIR 2002
1	-11,30%	-2,70%
2	1,70%	1,70%
3	-4,27%	0,00%
4	Não citou	15,00%
5	-15,00%	0,00%
6	-10,00%	6,00%

Essas conclusões são relevantes. Para espanto desta CPI, o relatório da FIA, ainda preliminar, mas que será usado oficialmente pelo Governo do Estado e pelo DER para decidir e analisar a questão da adequação das tarifas e do equilíbrio econômico-financeiro, concluiu que existe desequilíbrio em favor de quase todas as concessionárias. Em outras palavras, considerando-se os aditivos, exceto o caso Lote 1 - que demandaria uma redução de tarifas na ordem de 2,70%, portanto imaterial - , todas as tarifas dos demais lotes precisariam passar por um reajuste ou estariam equilibradas. Note-se que os Lote 4 demandaria reajuste de 15% e o Lote 6, reajuste de 6% (seis por cento).

Algo, então, que tem ficado muito claro no contexto desta CPI, é que nenhuma modificação de tarifa para menos é viável enquanto perdurarem os aditivos. A redução de tarifas, pura e simplesmente, demanda que o Poder Judiciário declare a nulidade dos aditivos, o que jamais ocorreu. Enquanto essas manifestações judiciais não vêm, outra solução não resta a





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



não ser a revisão de obras ou outras questões que demandam prévia negociação.

É preciso atentar, ademais, para o seguinte esclarecimento do Sr. Savóia:  
"SR. JOSÉ RIBEIRO FERREIRA SAVOIA:

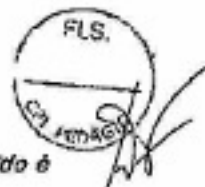
.... Vejam, isso não é uma recomendação da FLA. Vou fazer uma correção. Isso aqui foi um dado preliminar calculado no mês de setembro, incluído num relatório e entregue. À guisa de simulação. Esse dado não continha as discussões, os números referentes à discussão do DER com as concessionárias e desdobramentos desses números, que são importantes. Então, eu diria, são os números que tínhamos e com os quais fizemos uma simulação e apresentamos um relatório para o DER."

À guisa de conclusão, então, o referido depoente tentou apresentar algumas sugestões que poderiam acarretar na redução das tarifas:

"SR. JOSÉ RIBEIRO FERREIRA SAVOIA: 300 milhões por ano e aumentando isso, esse ano deverá ser mais de 350. Nós estamos falando de que 18,5% da receita de pedágio vão para o governo federal. Ou seja, além do governo federal estar economizando aí os investimentos, que estão sendo realizados aqui pelo governo e que desde o início da concessão chegam a mais de 8,5 bilhões de reais, ou seja, isso não está sendo do orçamento da União, mas está saindo do orçamento do governo do Paraná. Então, existe sim do Governo do Paraná, porque o Governo do Paraná tem essa responsabilidade, ele é o

...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

*.DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR: Mas que está pagando é o usuário:*

*SR. JOSÉ RIBEIRO PEREIRA SAVOIA: Sim é o usuário do povo do Paraná. Então nós estamos vendo que existe um grande interesse do Governo Federal em fazer essa concessão e criar todas as condições, porque ele se beneficia amplamente com elas. Então eu diria assim, o trabalho é do Governo ele tem que aparelhar as agências, ele tem que fazer a discussão dos números, o Governo do Estado do Paraná tem que se responsabilizar pelas negociações e a grande parte das economias é do Governo Federal. Então eu diria o seguinte, existe sim e deveria da mesma forma que houve uma desoneração na energia elétrica, nos contratos de energia elétrica, nas operações deveria haver uma desoneração sim dos pedágios. Porque essa parcela de 18,5 % ela pesa e pesa muito no bolso do usuário..."*

Nota-se, pela leitura do depoente, que o Governo Federal, entre receitas de impostos e investimentos que deveriam ser realizados pela União e não os são, economizou mais de 8,5 bilhões de reais provenientes de repasses das concessões privadas do Estado do Paraná..

## 4.10. A questão da ilegalidade no sistema de contagem, cobrança e pagamento de impostos do Via Fácil/Sem Parar.

Durante as sessões ordinárias e, igualmente, em algumas extraordinárias, surgiram denúncias e dúvidas pertinentes com funcionamento do sistema



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Via Fácil/Sem Parar, especialmente no que tange à contagem de eixos, cobrança e recolhimento de impostos municipais (ISS).

Pelo que foi possível notar dos depoimentos e dos documentos encaminhados para esta CPI, o Sem Parar/ Via Fácil é um meio de pagamento eletrônico que permite a prestação do serviço de uma maneira mais eficiente, garantindo segurança, fluidez do tráfego e comodidade aos usuários.

O Sem Parar/Via Fácil é uma marca pertencente à empresa STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., com sede no município de Osasco (SP), que presta serviços às Concessionárias e outras empresas. Pela sistemática contratual, os valores de tarifas de pedágio arrecadados eletronicamente, por meio da prestadora de serviço, são repassados pela STP às concessionárias em quatro dias após a prestação do referido serviço.

De acordo com o regime tributário brasileiro, o Sem Parar/Via Fácil não recolhe o ISS ou qualquer outro tributo incidente sobre as tarifas de pedágio em favor das Concessionárias de rodovias, ficando a cargo de cada Concessionária realizar o recolhimento dos impostos por ela devidos. Não existe autorização, portanto, para a chamada substituição tributária. O sujeito passivo responsável pelo pagamento de ISS, portanto, neste caso, é cada uma das concessionárias.

Neste sentido, percebe-se que as concessionárias cumprem rigorosamente com suas obrigações fiscais, sendo que o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), regulamentado na Lei Complementar, 116/2003, é apurado mensalmente tendo como fato gerador a extensão da rodovia no território do Município – tal como expressamente definido em lei.

Ainda segundo a norma legal, a base de cálculo do ISS é o preço do serviço prestado, ou seja, o faturamento relativo à prestação do serviço de infraestrutura rodoviária ("tarifa de pedágio"). A partir daí, a repartição do

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

valor devido a cada município é realizada proporcionalmente à extensão em que cada um deles é cortado pela rodovia ("testada"). O pagamento a cada município é repassado pela Concessionária no mês subsequente, dentro da data legal prevista para tal.

Em muitos casos, existem convênios onde os municípios reconhecerem a fração do ISS que lhes cabe em função da extensão da rodovia que corta este município. A arrecadação da tarifa do usuário por meio do Sem Parar/Via Fácil não altera em absolutamente nada a apuração e recolhimento do ISS devido pelas Concessionárias de rodovias aos respectivos municípios.

Portanto, não se tem qualquer conhecimento acerca da possibilidade de o município de Taubaté (SP) receber valores ou impostos relativos à prestação de serviços de infraestrutura rodoviária de rodovias que não passem por este Município.

**4.11. A questão do valor do pedágio, indicado como um dos mais elevados do mundo**

Não foram poucos os depoimentos e manifestações no contexto desta Comissão Parlamentar de Inquérito que sustentaram que o valor da tarifa de pedágio, no Estado do Paraná, encontra-se entre as mais elevadas no mundo.

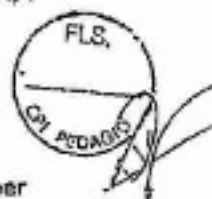
A constância dessas afirmações fez com que esta relatoria, juntamente com sua assessoria técnica, procedesse a levantamento de materiais comparativos, estudos e, igualmente, buscasse subsídios no amplo material encaminhado para esta CPI, para poder chegar a alguma conclusão sobre o tema.

497



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Nos estudos que foram realizados por esta relatoria foi possível perceber que existem vários fatores que devem ser levados em consideração ao se proceder a uma comparação de tarifas. É relevante, portanto, que todo e qualquer julgamento envolvendo tarifas seja sempre estabelecido em bases comparáveis, ou seja, cotejando-se programas com obrigações semelhantes, prazos semelhantes e desenvolvidos dentro de ambiente econômico igualmente semelhante.

Nesta linha, é preciso considerar que existem modelos distintos de concessão de rodovias, sendo que os casos existentes no Brasil apresentaram os seguintes critérios: i) menor tarifa; ii) menor tarifa com maior outorga oferecida; iii) maior extensão de trechos com tarifas pré-fixadas e iv) maior valor de outorga com tarifa dia-sazonal. Mesmo dentro de modelos semelhantes é possível encontrar grande variabilidade tarifária em função do prazo da concessão, do volume dos investimentos previstos, do momento ao longo da concessão que estes investimentos serão realizados, do ambiente econômico e as condições do mercado financeiro à época da licitação, das condições regulatórias e muitas outras variáveis que influenciam a tomada de decisão de um investidor.

Exatamente por envolver uma grande diversidade de fatores é que a comparação direta de valores nem sempre é útil. Apesar disso, a relatoria teve acesso a um estudo realizado em 2012 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fundação pública federal vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República) que chega a algumas conclusões que, no contexto desta CPI são absolutamente surpreendentes: apesar do valor absoluto, podemos afirmar que a tarifa básica de pedágio no Anel de Integração do Paraná é adequada e não está nem entre as mais caras do Brasil e dos programas de concessão internacionais. De acordo com o IPEA, a tarifa do Paraná é:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- i) menor que a tarifa média da 1ª. Etapa das concessões federais (ambos os programas ocorreram no mesmo tempo e contexto econômico);
- ii) menor que a tarifa média dos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro (mais uma vez, todos estes programas ocorreram no mesmo tempo e contexto econômico);
- iii) maior que a média dos Estados da Bahia e de Minas Gerais e que a segunda etapa do Programa de Concessão de Rodovias do Governo Federal;
- iv) menor que a tarifa média dos Programas Estaduais, média do Brasil e menor ainda que a média dos programas internacionais.

Observe-se, neste sentido, a tabela abaixo (a partir dos dados do IPEA):

Tarifas R\$ para cada 100 km	2012	2013
<b>Tarifa Média nos Estados</b>	<b>5,11</b>	<b>5,45</b>
1a. Etapa concessões federais	9,86	10,51
2a. Etapa concessões federais	2,96	3,16
<b>Estaduais</b>		
MG	6,46	6,89
BA	7,24	7,72
PR	8,68	9,25
RS	9,93	10,58
ES	12,44	13,26
SP	12,76	13,60
RJ	12,93	13,78
<b>Tarifa Média nos Estados</b>	<b>10,87</b>	<b>11,59</b>
<b>Tarifa Média no Brasil</b>	<b>9,04</b>	<b>9,64</b>



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Média Internacional

8,80 12,30

A atualização dos valores nas concessionárias brasileiras foi realizada pelo IPCA apenas para manter a base de comparação, em que pese os índices de reajustamento previstos em cada contrato possa ser diferente do IPCA. No caso da média internacional, foi considerada a variação de 1,5% de março de 2012 a março de 2013 do Consumer Price Index (CPI), segundo o relatório do *Bureau of Labour Statistics* do governo americano (fonte: <http://www.bls.gov/cpi/cpid1303.pdf>). O CPI é um índice de inflação semelhante ao IPCA.

Embora o referido estudo do IPEA não tenha destacado dentro da média internacional a tarifa básica praticada na Florida's Turnpike, concessionária de rodovia americana, esta relatoria julgou oportuno indicar que, observando-se o mesmo critério do estudo do IPEA, a tarifa de pedágio na Florida's Turnpike é de R\$ 11,14 para cada 100 quilômetros, sendo, portanto, maior que a tarifa praticada no Estado do Paraná (Fonte: <http://www.floridasturnpike.com/tools/tollrates.cfm>).

No caso do programa de concessão do Paraná, existe ainda uma peculiaridade introduzida pelo Aditivo de 2000, que reduziu a tarifa dos veículos de carga com relação aos veículos de passeio. Assim, o caminhoneiro paga, ainda segundo o estudo do IPEA, R\$ 8,36 a cada 100 quilômetros, portanto menos que o veículo de passeio. Ainda analisando a tabela, é possível concluir que apenas a segunda etapa das concessões federais e os programas estaduais de Minas Gerais e Bahia apresentam tarifa básica menor que o Paraná. Todavia, cabe destacar que a Segunda etapa das concessões federais é um modelo baseado em menor tarifa e com poucos investimentos sendo executados.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

No caso do modelo de Minas Gerais, a opção adotada na MG-050 foi a Parceria Público-Privada (PPP), onde parte dos investimentos é realizada pelo Estado. Finalmente, no caso da Bahia, os programas de concessão são todos da década de 2000, onde a conjuntura econômica apresentava-se mais favorável:

Adicionalmente, na página 6 do referido estudo do IPEA, é possível constatar o grande benefício que o programa de concessões gera para o Brasil e para o Estado do Paraná. A tabela abaixo indica o estado geral das condições de conservação comparando as rodovias públicas com as rodovias concedidas:

Tabela 1- Estado geral das condições de conservação das rodovias sob gestão pública e privada em 2004 e 2011

Estado geral	2004 (%)		2011 (%)		Variação no período (%)	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Ótimo e bom	17,0	78,4	27,3	80,2	(9,8)	(10,8)
Regular	39,3	17,5	34,2	13,0	(-12,9)	(-31,4)
Ruins ou péssimo	43,7	4,1	38,5	6,8	(-26,8)	(-73,2)

Fonte: CNT e 2004 e 2011. Observação: Ipea.

Como foi afirmado anteriormente, existem diversos fatores que devem ser levados em consideração para que um comparativo de tarifas seja útil, apenas para citar um exemplo simples, parece evidente que se um modelo adotar um sistema de tarifas subsidiadas, este modelo proporcionará um valor final menor que um modelo em que as tarifas não são pedagiadas. Apesar daquele primeiro modelo ser mais barato, indiretamente ele possui um custo público elevado. Outro modelo que exija muitos investimentos em obras e serviços igualmente será proporcionar tarifas mais elevadas do que um modelo que só tenha previsão de conservação. Mas a opção pelo modelo é uma decisão política.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Importa, então, fazer uma análise, ainda que resumida, dos diversos fatores que impactaram nas tarifas para que seja possível entender o modelo do Paraná.

No que diz respeito com o ambiente econômico, é preciso considerar que à época da realização da licitação das concessões de Rodovias do Paraná, na década de 1990, o ambiente econômico foi um tanto conturbado, marcado por diversas crises cambiais e financeiras internacionais, como Crise do Sistema Monetário Europeu em 1992, Crise Mexicana em 1994, Crise Asiática em 1997 e Crise Russa de 1998. É notório que tais crises geraram instabilidade e insegurança nos mercados globais e locais. No Brasil, o reflexo desse ambiente instável repercutiu nas taxas básicas de juros da economia, a taxa SELIC e a taxa do CDI. A taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) é a taxa básica de remuneração dos títulos públicos federais fixada periodicamente pelo Banco Central do Brasil. A taxa SELIC afeta toda a economia do país, pois o Governo Federal é o principal tomador de empréstimos no mercado. A taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) é a remuneração média das transações diárias realizadas entre Bancos e refletem também uma taxa de juros média do mercado, sem vínculos com títulos públicos federais. Essas duas taxas representam com precisão as taxas de juros básicas de toda a economia brasileira.

No gráfico abaixo é possível constatar claramente os altos valores dessas taxas básicas de juros na década de 1990, em contraste com as baixas taxas registradas nos últimos anos.



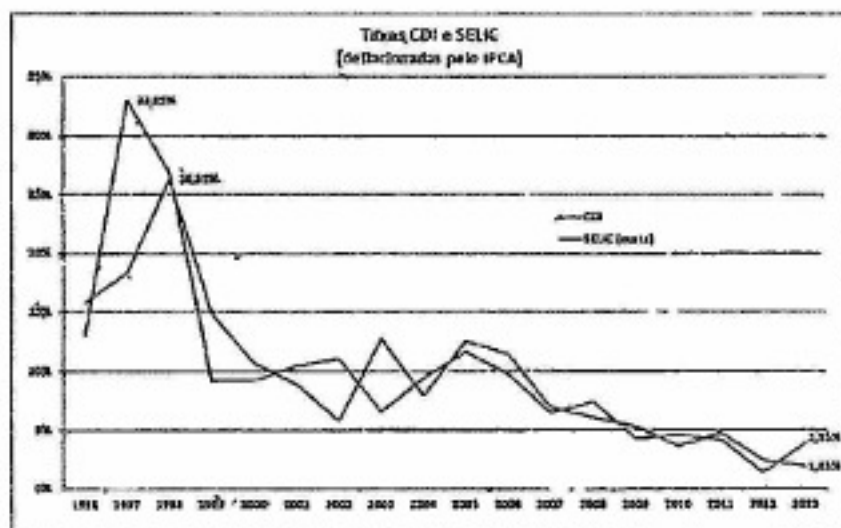


# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



Além disso; deve-se igualmente levar em consideração aquilo que o mercado chama de risco regulatório, que varia em cada momento histórico. Com efeito, o risco regulatório é uma avaliação subjetiva dos investidores em relação à credibilidade que tem no Estado em honrar compromissos assumidos, e garantir estabilidade para negócios, principalmente os de longo prazo. Quanto maior é o risco regulatório percebido, maior é a diferença entre a taxa de retorno requerida pelos investidores e as taxas de remuneração básicas da economia. Na década de 1990, as concessões de rodovias ainda eram incipientes no Brasil: as primeiras cinco concessões foram contratadas pelo governo federal entre 1994 e 1997, em 1996 foram realizadas as concessões dos estados do Paraná (seis contratos) e Rio Grande do Sul e, em 1998, surgiram as primeiras concessões do Estado de São Paulo. Somente na década de 2000 foram criadas as primeiras agências reguladoras: ANTT (2001), ARTESP (2002), AGETRANS (2005). Ou seja, na década de 1990, o programa de concessões de rodovias no Brasil era uma novidade e muito pouco se sabia sobre o ambiente regulatório e os riscos envolvidos. Uma aposta em um projeto de 20 anos ou mais em um ambiente de pioneirismo e de futuro um tanto incerto,



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



representava um risco considerável, refletindo na taxa de atratividade dos projetos e consequentemente, na taxa de remuneração requerida pelos investidores.

Hoje em dia o Programa de Concessão de Rodovias no Brasil já está maduro e bem avançado. Já foram licitadas em torno de 55 contratos, o programa federal de concessões de rodovias já está em sua 3ª. Etapa e há contratos que já encerraram e outros que estão há poucos meses do seu término. Nestes quase 20 anos de concessão, os Poderes Concedentes, as empresas que administram concessionárias, os tribunais de justiça e a sociedade civil em geral acumularam conhecimento e experiência em concessão de rodovias. Portanto, o cenário atual oferece maior segurança quanto ao marco regulatório, o que reflete também na redução de riscos e redução das tarifas ofertadas ao usuários.

Outro fator impactante na definição do valor das tarifas de pedágio está estreitamente vinculado com as diferenças entre os modelos de concessão. Nesta linha, é preciso considerar que há diferenças importantes entre os diversos modelos de concessões de rodovias da década de 1990 e das concessões licitadas nos últimos 7 anos: nas licitações realizadas desde 2007, o modelo de escolha da proposta vencedora da licitação é o de menor oferta de tarifa de pedágio, beneficiando assim o usuário da rodovia.

Porém, na década de 1990, os critérios para definição do vencedor da licitação eram diversos: nas primeiras concessões federais, o critério de escolha foi o de menor tarifa ofertada; nas concessões estaduais de São Paulo, foi a maior oferta de outorga (valor pago pela concessionária ao Poder Concedente pelo direito à exploração das rodovias); nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, a melhor oferta era aquela que oferecia a maior quantidade de trechos rodoviários adicionais à malha principal.

Conclui-se que nas concessões recentes o critério de escolha do vencedor da licitação privilegia a menor tarifa, enquanto na década de 1990, foram



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



adotados outros modelos que não propiciavam a modicidade da tarifa, mas, sim, a maior oferta de serviços.

Ademais, a previsão de obras de duplicação é outro fator de grande relevância para as tarifas, que pode maior ou menor reflexo conforme venham a existir subsídios do Poder Público. Deveras, neste aspecto, reside outra importante diferença a ser destacada entre os modelos de concessões adotados: o subsídio oferecido pelo Governo Federal nas licitações de concessões realizadas recentemente onde parte importante das obras foi absorvida pelo Poder Concedente, diminuindo os encargos da concessão. Como consequência, a receita ofertada é menor, refletindo diretamente na redução tarifa de pedágio final ofertada.

A existência de eventuais financiamentos por parte do BNDES também é fator que causa impacto na determinação do valor final da tarifa. Nas licitações de concessões federais realizadas em 2013, o Governo Federal oferece um importante subsídio em forma de linha de crédito especial oferecida pelo BNDES, com cobertura de até 70% das obras, com período de carência de 5 anos, com prazo de amortização em mais 20 anos, com juros iguais à Taxa de Juros de Longo Prazo.

Assim, percebe-se que outro fator relevante diz respeito ao prazo de concessão maior ou menor. Nas concessões federais da 3ª Etapa, referente às concessões licitadas em 2013, o prazo total é de 30 anos, portanto 20% maior que o prazo das concessões estaduais do Paraná. A extensão maior do prazo proporciona um fluxo de caixa mais longo com um maior período para apuração da receita, sem necessidade de acréscimo dos investimentos em Melhorias e Ampliação de Capacidade. Os 6 anos acrescentados ao final do contrato apresentarão um tráfego bem maior que no início do contrato, sendo significativo o impacto na receita total da concessão.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Por evidente, ainda, que o Volume Tráfego nas diferentes épocas há de ser considerado. É incontestável que de 1998 para 2013, o Brasil cresceu, e isso traz reflexo na composição tarifária.

A análise do valor final das tarifas deve considerar e relativizar as conclusões, posto que existe uma série de fatores que trazem impacto na composição da tarifa de cada concessão, como exemplo, o volume de tráfego da rodovia em questão, o prazo, os investimentos, os serviços oferecidos, o acesso a financiamento etc., o que pode inviabilizar uma comparação pura e simples do valor final.

Cumpra ressaltar que durante o contrato houve postergações de obras, extinção da CPMF, degressos tarifários para execução de investimentos, dentre outros.

Destá feita, diante desses fatos, e sendo as tarifas do pedágio no Estado do Paraná são notadamente altas, recomenda-se ao Governo do Estado que cumpra as determinações do TCU e, desta forma, restabeleça o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e equacione o valor das tarifas."

**4.12. A denúncia sobre o elevado número de óbitos nas rodovias**

Outra denúncia que foi recorrente nas primeiras sessões desta CPI, em manifestações, principalmente, do Eminentíssimo Dep. Cleiton Kiesel, foi a de que as rodovias que compõem o Anel de Integração do Estado do



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL

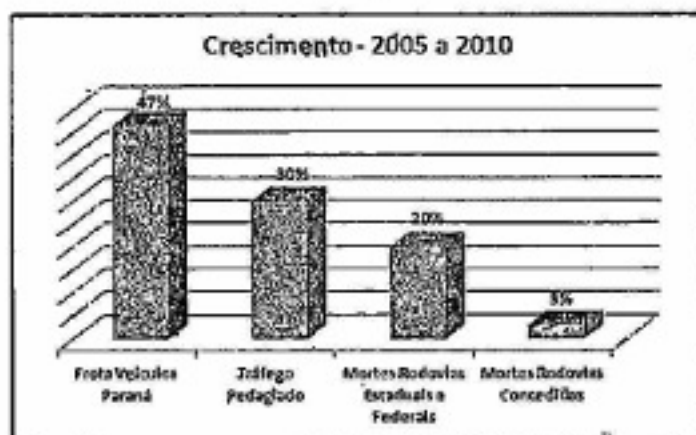


Paraná apresentam um índice elevado de acidentes e, conseqüentemente, de óbitos.

É certo que, em uma situação ideal, nenhum cidadão paranaense gostaria de ver a ocorrência de óbitos em suas rodovias e que, evidentemente, a situação em relação ao número de acidentes é sempre alarmante e preocupante. Ocorre que, para poder compreender a questão no Estado do Paraná, é preciso considerar que acidentes e óbitos em rodovias sempre existiram, existem e vão continuar a ocorrer, tanto em rodovias pedagiadas quanto não pedagiadas. Importa, então, estabelecer um quadro que permita traçar uma linha divisória entre a normalidade/anormalidade e a evolução "aumentou/diminuiu".

Nesta linha, dados sobre acidentes nas rodovias, extraídos dos Anuários Estatísticos do DETRAN-PR, compreendendo o período entre 2005 a 2010, são conta do seguinte:

	2005	2010	Cresc.
Frota Veículos Paraná <sup>(1)</sup>	3.432.367	5.041.848	47%
Táfego Pedagiado <sup>(2)</sup>	64.376.387	83.922.563	30%
Mortes Rodovias Estaduais e Federais <sup>(3)</sup>	1.219	1.487	20%
Mortes Rodovias Concedidas <sup>(4)</sup>	458	483	5%







**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Fontes das informações:

- (1) Anuários Estatísticos Detran-PR:

<http://www.detrar.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticasdetransito/anuario/anuario2010.pdf>

<http://www.detrar.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticasdetransito/anuario2005.pdf>

- (2) ABCR – Tráfego Pedagiado:

<http://www.abcr.org.br/Conteudo/Secao/49/trafego.aspx>

- (3) ABCR – Acidentes de Tráfego:

<http://www.abcr.org.br/Conteudo/Secao/41/acidentes+de+trafego.aspx>

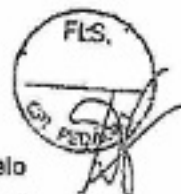
Ao realizar o confronto de tais dados, constata-se que o número de mortes nas rodovias concedidas foi proporcionalmente:

- 30% menor que o crescimento da frota de veículos;
- 21% menor que o crescimento de tráfego nas rodovias concedidas;
- 14% menor que o crescimento de mortes em rodovias federais e estaduais.

Como eventualmente são informados dados conflituosos sobre acidentes, a ABCR, através de documentos que foram encaminhados para esta CPI divulgaram-se números mais exatos sobre as mortes em trânsito no Anel de Integração do Paraná, de 1998 a 2012:

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mortes	222	235	243	204	202	252	235	217	231	335	255	312	290	321	340
Em acidentes com morte	4	5	9	54	16	10	35	34	23	45	55	57	74	75	75
Por atropelamento	15	33	102	108	104	100	125	117	74	85	82	93	160	79	164
Em acidentes diversos	222	235	243	204	202	252	235	217	231	335	255	312	290	321	340



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Os dados, como se nota, não estão distantes daqueles divulgados pelo DER e, comparativamente, considerando o aumento da frota, é possível verificar uma involução.

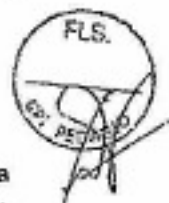
As concessionárias ainda afirmaram, em documento de esclarecimento que foi recebido, que "vários são os serviços previstos nos contratos em benefício dos usuários, a saber: atendimento pré-hospitalar (primeiros socorros e remoção para hospitais), atendimento mecânico (guincho/resgate), inspeção de trânsito (sinalização de emergência), apoio à fiscalização (polícia rodoviária) e atendimento de incidentes (segurança e fluidez nas vias); todos esses serviços são coordenados pelo Centro de Controle Operacional por meio de um moderno sistema de radiocomunicação que confere agilidade e confiabilidade na realização dos serviços, além de registro de todas essas ocorrências, propiciando análises estatísticas e melhorias constantes no atendimento; os serviços de atendimento pré-hospitalar prevêm um tempo médio de chegada de até 15 minutos e, em alguns trechos em até 10 minutos, com ambulâncias equipadas com todo o aparato necessário para o atendimento de primeiros socorros, realizado por equipes altamente treinadas e coordenadas por um supervisor médico disponível 24 horas por dia; todos esses serviços contribuem para a diminuição de acidentes e, no caso de sua ocorrência, um rápido atendimento, salvando vidas".

Segundo, ademais, as informações de pesquisa que foram apresentadas pelas concessionárias sobre os benefícios alcançados com a implementação dos serviços de atendimento ao usuário, manutenção e conservação das rodovias e as obras que já foram realizadas, foram apresentados dados de estudo recentemente elaborado pela consultora Transitus, onde foi elaborada uma estimativa conservadora de que 1300 vidas já foram salvas desde início da implantação do Programa de Concessões de Rodovias no Paraná;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



estimase também que os benefícios econômicos decorrentes da diminuição das taxas de acidentes devido à implantação do Programa, é de R\$ 2,3 bilhões em valores atuais, sem considerar os benefícios sociais e morais.

Abaixo, os quadros de tráfego e acidentes:





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



ORGANIZAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307
-------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
 17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Tráfego informado pelas concessionárias:

CONCESSIONÁRIA: TATSA

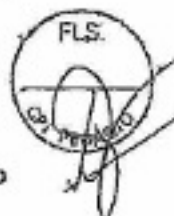
Tráfego	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Tráfego Total	1.000.000	1.050.000	1.100.000	1.150.000	1.200.000	1.250.000	1.300.000	1.350.000	1.400.000	1.450.000	1.500.000	1.550.000	1.600.000	1.650.000	1.700.000	1.750.000	1.800.000	1.850.000
Tráfego Rodovias	800.000	850.000	900.000	950.000	1.000.000	1.050.000	1.100.000	1.150.000	1.200.000	1.250.000	1.300.000	1.350.000	1.400.000	1.450.000	1.500.000	1.550.000	1.600.000	1.650.000
Tráfego Anel de Integração	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000

- Do exposto, é claro que, um único óbito que seja já é algo grave. Porém, não existe nenhuma distorção em relação à evolução dos óbitos nas rodovias paranaenses. Ao contrário, além da estimativa de vidas salvas, os quadros apontam que houve um aumento de tráfego acompanhado de uma diminuição percentual de acidentes. Ou seja, os acidentes não aumentaram na mesma proporção que o fluxo de veículos. O Anel de Integração, portanto, propiciou uma diminuição na estatística de acidentes.

**4.13. A questão do suposto descumprimento de obrigação contratual de duplicação integral do Anel de Integração**

Algumas manifestações perante esta CPI acusaram que as concessionárias de rodovias do Anel de Integração do Paraná estariam descumprindo a obrigação de duplicação das rodovias.

A questão, apesar das constantes reclamações, não ensejaram dificuldades para esta investigação. Isto porque uma simples leitura dos contratos, na parte em que são definidos os direitos e obrigações, denota

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

que em momento algum existiu a obrigação contratual de duplicação integral dos trechos concedidos.

Além disso, mesmo os aditivos posteriores fizeram este tipo de previsão, sendo que certo que qualquer dúvida pode ser definitivamente esclarecida através do depoimento do Governador Jaime Lerner, que, indagado diretamente sobre o tema, foi enfático ao responder que jamais existiu a previsão de tal obrigação nos contratos de concessão.

**4.14. Análise do relatório do Engenheiro Larocca Junior**

Um dos documentos que, no momento inicial das investigações, muito contribuiu para balizar os trabalhos desta CPI, foi um estudo, trazido pelo Dep. Péricles de Mello, feito pelo respeitável engenheiro Larocca Junior.

Referido estudo, realizado em 1999, sob encomenda da Bancada do Partido dos Trabalhadores, concluiu, em estudo preliminar, pela existência de um suposto superfaturamento do preço das obras apresentados pela concessionária responsável pelo Lote 5, no momento inicial das propostas em relação ao preço de obras constantes nas Tabelas de Preços do DER.

Por conta disso, decidiu-se convidar o ilustre Engenheiro para trazer suas contribuições perante a CPI. E sobre o tema, igualmente, ouviu-se a empresa envolvida - Rodonorte.

Primeiro manifestou-se a Rodonorte, através de Ofício encaminhado a esta CPI, com o seguinte teor:

"Em atenção ao ofício que encaminhou em 05 de setembro último, acerca do estudo apresentado pelo Deputado Péricles de Holleben Mello (PT) no dia 03 de setembro de 2013, durante



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



a sétima reunião da CPI do Pedágio, ocorrida na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde foram expostas "algumas considerações sobre irregularidades no programa de concessão de estradas implantado pelo Governo do Estado do Paraná", gostaríamos de clarificar:

1. O Negócio de concessões de rodovias, não se resume à gestão de obras, o que por si só já traz uma grande complexidade, principalmente considerando um prazo tão longo. Temos muitas outras atividades, dentre as quais destaco: i) a melhoria contínua do atendimento (pré-hospitalar, guinchos, socorro mecânico, panes diversas, informes aos usuários, etc.); ii) pagamento de verbas contratuais e aparelhamento de polícias rodoviárias; iii) gestão do risco operacional; iv) gestão do risco de financiamento; v) gestão do risco de tráfego; vi) gestão do risco ambiental, dentre outros. riscos que são responsabilidade exclusiva da concessionária, e que não podem ser repassadas a terceiros;

2. O estudo em questão foi concluído em fevereiro de 2000, utilizando preços de 1997 e 1998, e induz a conclusões, baseado em dados que já não refletem a atual condição do Contrato de Concessão n.º 075/97, firmado entre o Governo do Estado do Paraná e a Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. Tal Contrato de Concessão, foi pactuado em 14 de novembro de 1997, e após essa data, já foi ajustado em 3 (três) ocasiões, através de termos aditivos, de onde decorreram as seguintes alterações:

1.º Termo Aditivo - Termo de Alteração Unilateral, de 1998

Principais Alterações:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- Redução das tarifas básicas de pedágio em 50%;
- Alteração do cronograma de investimentos.

2.º Termo Aditivo – n.º 018/2000, de 22 de março de 2000

Objetivo – Retomar o equilíbrio econômico-financeiro, após o período de tarifas reduzidas (de 15/07/98 a 22/03/00), e adequação do cronograma de investimentos.

**Principais Alterações:**

- Redução e postergação de investimentos;
- Recomposição tarifária com 100% tarifa original para balsas/ônibus;
- Desconto na tarifa básica comercial na ordem de 18%;
- Alteração do 2.º reajuste contratual para 27/03/00, do 3.º reajuste contratual para 01/12/00, e a partir daí sempre no dia 1.º de dezembro;
- Reconhecimento de investimentos realizados, e redução e realocação de investimentos futuros.

3.º Termo Aditivo – n.º 033/2002, de 15 de maio de 2002

Objetivo – Retomar o equilíbrio econômico-financeiro após os seguintes eventos:





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- Inclusão do ISSQN ao fluxo de caixa da concessão incidindo sobre receitas de pedágio;
- Lapso temporal do reajuste da tarifa previsto no último reajuste;
- Alteração do ano contratual para o ano civil;
- Receitas Acessórias auferidas pela Concessionária.

**Principais Alterações:**

- Alteração do fluxo de caixa da proposta comercial para corrigir os eventos citados;
- Mudança do Programa de Investimento com vistas a melhor atender as expectativas do usuário;
- Postergação das duplicações e antecipação da restauração;
- Implementação de 3.ª faixas;
- Implantação de passarelas;
- Incremento nos postos de pesagem.

3. Segundo legislação vigente (Constituição Federal/88, Lei n.º 8.666/93 e Lei n.º 8.987/95) o Contrato de Concessão deve observar o "equilíbrio econômico-financeiro", ou seja, respeitar uma série de direitos e obrigações previstas inicialmente na Proposta Comercial, com premissas, estimativas e distribuição

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

de riscos montados na forma de um fluxo de caixa, equilibrando as

"Entradas" (receita de pedágio, receitas alternativas e financiamento) e as "Saídas" (custo operacional, investimentos, impostos e tributos, pagamento de juros, seguros, e verbas contratuais de fiscalização e aparelhamento das polícias rodoviárias federal e estadual), de forma a apresentar um retorno que seja compatível tanto com os riscos do negócio (tráfego, investimentos, operação e financiamentos) quanto com os riscos de mercado (risco político e regulatório, risco País, risco cambial, entre outros). Desta forma, nenhum Contrato de Concessão pode ser avaliado apenas pela relação entre os "INVESTIMENTOS DAS CONCESSIONÁRIAS" e a "RECEITA BRUTA" prevista;

4. A Concessionária se responsabiliza durante todo o período do Contrato de Concessão pelos riscos assumidos na Proposta Comercial e Edital de Concessão, inclusive apresentando garantias de performance sobre as obrigações neles contidas, razão pela qual a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da equação é condição fundamental para que seja possível o cumprimento de tais obrigações. Apenas para destacar um dos riscos assumidos, o tráfego passante nas praças de pedágio da Rodonorte, no período compreendido entre o ano de 1998 e o ano de 2012, foi 21% (vinte e um por cento) menor do que o previsto pelo Contrato de Concessão. A Concessionária assumiu esta frustração de receita, pois está inserido na relação risco/retorno constante da Proposta Comercial;

5. A Proposta Comercial da Concessionária, reportada no estudo apresentado pelo Deputado Péricles de Hollenbach Mello,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



para a comparação dos preços em janeiro de 1997, apresenta as condições pelas quais esta se responsabilizará pela exploração, operação, recuperação, melhoria e ampliação das rodovias por todo o prazo da concessão;

6. Isto significa que a Proposta Comercial deve se manter consistente e viável por todo o período da concessão, ou seja, por 24 anos, dentro das condições estabelecidas no Edital, e não apenas na data de sua entrega ou de sua elaboração;

7. Decorre então a principal diferença conceitual entre os preços da Rodonorte e os contidos na Tabela Referencial de Preços do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER/PR, qual seja, que como este contrata as obras por períodos de tempo relativamente curtos, seus preços têm um "prazo de validade" muito menor e são expostos a menores incertezas e variações econômicas - grifos ausentes no original;

8. A Concessionária reajusta seus preços de acordo com a fórmula paramétrica apresentada em Edital, e apenas por ela. A variação obtida por esta fórmula é válida para todos os componentes do seu fluxo de caixa, arcando com os riscos de alterações conjunturais que impactam os preços de forma mais significativa do que o detectado pela fórmula;

9. A título de ilustração, está apresentada a seguir a fórmula paramétrica da Rodonorte, demonstrando o reajuste compreendido no período entre Janeiro de 1997 e Setembro de 2012:

*[Assinatura manuscrita]*



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO RELATÓRIO FINAL



Indicador	Índice	Peso	Variação	Variação ponderada
IGV - Coluna 38	Terroplanagem	10%	198,3392%	19,8339%
IGV - Coluna 37	Pavimentação	20%	251,5297%	50,3059%
IGV - Coluna 36	Obras de Arte Especiais (pontes e viadutos)	20%	185,0782%	37,0156%
IGV - Coluna 6	Índice Nacional da Construção Civil	10%	241,8532%	24,1853%
IGV - Coluna 39	Consultoria	30%	145,9750%	43,7925%
IGV - Coluna 7	IGP-M	10%	263,8229%	26,3823%
Índice de custo da taxa - janeiro/1997 a setembro/2012				201,2133%

10. De fato, quando a variação obtida pela fórmula paramétrica é inferior à variação real dos custos, como atualmente ocorre com os serviços realizados, a Concessionária é obrigada a assumir este custo excedente, mantendo inalterado seu cronograma de investimentos;

11. O mesmo não ocorre, por exemplo, com o DER, que pode, a cada nova emissão de sua tabela de preços, corrigir, para mais ou para menos, quaisquer divergências, variações ou alterações verificadas nos insumos ou nos preços em relação à sua última versão, o que o expõe a menores riscos, pois pode alterá-los sempre que necessário ou desejado;

12. Assim, a Concessionária calcula os seus custos, de acordo com as características de execução dos serviços, condições físicas específicas das rodovias e preço dos insumos locais, agregando as premissas de despesas indiretas e lucro do prestador de serviços, e se responsabiliza por estes custos em todo o período da concessão, dentro das condições previstas no Edital;

13. Para demonstrar o que difere os preços unitários contidos na "Proposta Comercial" daqueles da "Tabela de Preços



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
 17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Unitários do DER/PR<sup>1</sup> selecionamos o preço unitário do insumo mais representativo na "planilha de quantidades e preços", da proposta comercial, que sozinho representa 21% (vinte e um por cento) da totalidade das "Obras de Melhoria e Ampliação da Capacidade": o "CBUQ com CAP-50/60". O "CBUQ" trata-se do concreto betuminoso usinado a quente, e é um dos tipos de revestimentos asfálticos mais utilizados nas vias urbanas e rodovias brasileiras:

CBUQ com CAP-50/60		
referencial	data base	preço unitário (R\$/ton)
tabela DER/PR <sup>1</sup>	setembro/2012	184,34
proposta comercial	setembro/2012	182,69

<sup>1</sup> a tabela tabela referencial do preço publicada pelo DER/PR data de setembro/2012  
 preço unitário médio (CBUQ) = R\$ 184,34

14. Verifica-se que atualmente (base setembro/2012) o preço unitário por tonelada do CBUQ indicado pelo DER/PR para contratação é maior que o preço da Proposta Comercial (R\$ 184,34/ton x R\$ 182,69/ton). No entanto, a tabela do DER/PR ainda não corresponde ao custo efetivo de contratação de mercado para este insumo, que tem seu preço atrelado à variação cambial e ao preço do petróleo no mercado internacional;

15. Em licitações de mercado realizadas pela Rodonorte para realização de investimentos apresentou o preço do CBUQ aplicado em R\$ 282,55/tonelada. E de acordo com a matriz de riscos pactuada no modelo de concessão, essa perda tem que ser atribuída exclusivamente pela Concessionária;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

16. A mesma análise aplica-se aos custos de administração e operação, no tocante aos salários/mão de obra. Conforme indicado pelo estudo do Deputado Péricles de Holleben-Mello, o salário mínimo em maio de 1997 era R\$ 120,00 (cento e vinte reais), sendo que o salário mínimo em maio de 2012 foi de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), ou seja, a variação do período foi de 418% (quatrocentos e dezito por cento). Neste mesmo período (maio/1997 a maio/2012) o índice de reajuste que regula o Contrato de Concessão (índice tarifário) variou 65%. Novamente, tem-se que os preços indicados pela Concessionária, quando da elaboração da proposta comercial, ajustados pelo índice de reajuste contratual no período de 1997 a 2012, não acompanharam a variação efetiva do mercado. Mais uma vez, esse risco é do concessionário;

17. Aproveitando a oportunidade para esclarecer igualmente acerca da obra do Contorno de Campo Largo, trata-se de um investimento da ordem de R\$ 70 milhões, compatível com os preços praticados no mercado, onde a Rodonorte conta com a expertise do centro de serviços de engenharia compartilhados do Grupo CCR (intercompany), a Engelog, para realizar os projetos, gerenciamento e acompanhamento dos investimentos, dentro de uma prática normal do mercado de engenharia civil."

Portanto, como se observa, a concessionária, de forma fundamentada, justifica que existe uma diferença de premissa. Neste sentido as tabelas do DER são atualizadas constantemente e definidas para períodos de tempo relativamente curtos. A proposta inicialmente apresenta pela Rodonorte, por sua vez, precisava trabalhar com uma projeção para cobrir um período de 24 anos, tendo que levar em consideração uma previsão de valores de longo prazo, sujeitos a variação.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



A ABCR, através de Documento denominado ABCR Esclarece, também se manifestou sobre o tema:

Em atenção às dúvidas que são levantadas nas sessões da CPI do Pedágio em andamento na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em especial às comparações entre os preços de obras públicas e os preços de obras constantes nos contratos de concessão, gostaríamos de contribuir com alguns esclarecimentos para o pleno entendimento do modelo de concessão:

1. A licitação pública é um procedimento administrativo formal, em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços;
2. A Lei nº 8.666 de 1993, ao regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras e serviços no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
3. De acordo com essa Lei, a celebração de contratos com terceiros na Administração Pública deve ser necessariamente precedida de licitação, ressalvadas as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação;
4. Complementarmente, o Governo Federal instituiu em 4 de agosto de 2011 uma nova modalidade de licitação, o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), sendo aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização dos eventos esportivos que o Brasil sediará (Copa



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

do Mundo, Jogos Olímpicos etc.) e às ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

5. Os preços ofertados para obras contratadas em uma licitação pública geralmente são válidos para contratos que duram de alguns meses a alguns anos, e estão pouco sujeitos a riscos de mercado ou riscos econômico-financeiros, sendo que a própria legislação prevê a possibilidade de aditar o contrato original e incrementar quantitativos e valores unitários (preços) além de admitir, em situações excepcionais, a possibilidade de se ultrapassar o limite legal de 25% nas alterações consensuais e qualitativas;

6. No caso dos preços das obras constantes do contrato de concessão de rodovia, esses devem permanecer fixos por todo o período da concessão (no caso, 24 anos) e estão naturalmente sujeitos a grandes riscos de flutuação de preços dos materiais, equipamentos, commodities e mão de obra;

7. No momento da entrega da proposta comercial, cada concessionária calculou os custos de acordo com as características de execução dos serviços, condições físicas específicas das rodovias e preço dos insumos locais, agregando as premissas de despesas indiretas e lucro do prestador de serviços, e se responsabilizou por estes custos em todo o período da concessão, dentro das condições previstas no Edital;

8. Assim, as flutuações naturais dos preços dos materiais, equipamentos, commodities e mão de obra constituem risco integral das concessionárias, não cabendo nenhum pleito de reequilíbrio econômico-financeiro ao contrato de concessão



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



caso algum destes preços seja, no momento da execução da obra, superior ao preço estipulado na proposta comercial;

9. Fazendo uma comparação, é como se um investidor fosse desafiado a estipular o preço de venda da sua própria residência no ano de 2.037, ou seja, daqui a 24 anos, sendo que se o valor praticado no mercado imobiliário nesse ano for maior, o investidor receberia menos e, se fosse maior, não conseguiria concretizar a venda. Ou seja, quem é capaz de saber como estará o mercado imobiliário em um prazo tão longo?

10. O mesmo não ocorre, por exemplo, com uma obra pública referenciada na tabela do DER, pois o licitante sempre podem ajustar seus preços às novas condições de mercado, corrigindo, para mais ou para menos, quaisquer divergências, variações ou alterações verificadas nos insumos ou nos preços em relação à licitação anterior, o que o expõe a menores riscos, pois pode alterá-los sempre que necessário ou desejado;

11. Existe outra característica singular no contrato de concessão que difere diametralmente de uma obra pública: os Trabalhos Iniciais nas rodovias, que envolveram obras de recuperação de emergência de toda a malha rodoviária nos primeiros 6 (seis) meses do programa. Para cumprir o contrato, foram realizados grandes volumes de investimentos em um curto espaço de tempo, com simultaneidade em todos os lotes, o que gerou escassez de material e aumento de custos devido à forte elevação da demanda por materiais, equipamentos e mão de obra em todo o Estado do Paraná. Houve mesmo a necessidade de importar recursos de outros estados e até do exterior para realização destas obras;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

12. Também nos Trabalhos Iniciais Houve-descontinuidade dos serviços de recuperação de emergência ao longo de toda a malha rodoviária, demandando grande movimentação de equipamentos e equipes, interferindo na produtividade e elevando consideravelmente os custos dos serviços;

13. Finalmente, cabe destacar que o Negócio de concessões de rodovias não se resume à execução de obras, o que por si só já traz uma grande complexidade, principalmente considerando um prazo tão longo como foi exposto. Temos muitas outras atividades, dentre as quais destacamos: i) a melhoria contínua do atendimento (pré-hospitalar, guinchos, socorro mecânico, panes diversas, informes aos usuários etc.); ii) pagamento de verbas contratuais e aparelhamento de polícias rodoviárias; iii) gestão do risco operacional; iv) gestão do risco de financiamento; v) gestão do risco de tráfego; vi) gestão do risco ambiental dentre outros riscos que são responsabilidade exclusiva da concessionária, e que não podem ser repassados ao Estado ou a terceiros".

No que tange ao depoimento e os esclarecimentos do Senhor Joel Larocca, pode-se perceber que, efetivamente, as premissas são diferentes, e, ainda, a análise foi preliminar e superficial:

Vai ser bastante difícil que eu ocupe esses 30 minutos, depois desse verdadeiro show que foi prestado pelos profissionais da Engefoto e que esclareceram inclusive, a mim, que conhecia alguns indícios de algumas coisas, mas eles acabaram nos trazendo a explicação. Em 1999, posteriormente refeito no ano de 2000, realizamos, sob encomenda da bancada do Partido dos Trabalhadores



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



da Assembleia Legislativa, um estudo sobre os lotes, no caso o CBPO Castilho, que mais tarde se transformou na empresa Rodonorte, para fazer apenas e tão somente a comparação de dois itens, a saber. Os serviços iniciais e mais tarde os investimentos a serem realizados ao longo da concessão, ou seja, obras, inicialmente de restauração da capacidade de tráfego das nossas rodovias e em segundo momento, aquelas de ampliação que acabamos de ver que seriam exatamente o grande objetivo do trabalho de concessão, ao estender ao longo dos 24 anos, essa grande melhoria, cerca de 1 mil 800 quilômetros de estradas paranaenses. Nessa ocasião, fomos obrigados a adotar uma metodologia, que de certo modo, significa que o nosso trabalho foi

parcial. Desculpe, não

considero até hoje o trabalho totalmente aprofundado, porque, exatamente como engenheiro civil, não tenho nenhuma capacidade de dizer se custa A, B ou C à equipe médica que foi colocada à disposição (grifo nosso). Por isso mesmo me omiti, em particular nos

elementos que se relacionam com montar a equipe médica, montar o guincho, montar, enfim, as equipes de socorro, software ou a rádio comunicação, assim por diante, concentrando-me em sinalização, pavimentação, obras de arte. Exatamente um trabalho que o engenheiro Djalma acabou de mostrar que foi realizado no caso dos estudos prévios da concessão mediante, inclusive, projetos às vezes bastante aprofundados. De tal modo, que os quantitativos que foram fornecidos nas empresas deixavam relativamente pouca margem para eventuais riscos. Eles tinham realizados e não apenas

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

genericamente como foi mostrado x reais ou x mil reais por quilômetro.

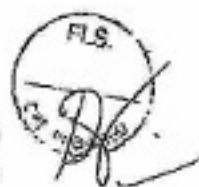
Não, pelo contrário, foi realizado um trabalho relativamente aprofundado e as empresas, portanto, tiveram acesso ao conhecimento das necessidades que delas se esperavam em cada lote. E conforme foi, acho que frisado cinco, dez ou doze vezes aqui no depoimento que passou, o elemento balizador que deu o valor aproximado desses investimentos a serem feitos, sejam os primeiros dos seis meses que deixaram as estradas em condições de uso, pelo menos, provisório. Ou seja, os que mais tarde vão transformar, quem sabe, as nossas estradas numa coisa modelar, foram utilizados com base na tabela de preços padrão oficial do DER Paraná. Tabela esta que é publicada há muitos anos com base em composições de preços que são consagradas e que nós utilizamos diuturnamente. No meu trabalho de projetista, trabalho em loteamentos urbanos com a tabela do DER também. Trabalhamos em alguns momentos em obras de arte feitas por Prefeituras em cima das tabelas do DER. As tabelas SEIL, Secretaria de Infraestrutura e Logística que chamamos ainda, por vício, até hoje as tabelas CEOP do Paraná, são nossas referências há mais ou menos uns 30 anos.

Portanto, o próprio Engenheiro Larocca Junior reconhece que seu estudo foi provisório, parcial e está desatualizado, sendo certo que foi forçado a utilizar uma metodologia possível - que se mostrou pior que a metodologia empregada pelas empresas -, deixando de considerar dados relevantes tais com diversos custos operacionais. Ademais, embora tenha sido, por essas razões, a lançar mão da tabela de referência de preços do DER, o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



engenheiro reconheceu as diferenças de premissa e também que a tabela do DER tem valor para cálculo de obras de curto prazo, e não para as projetadas para o transcurso de muitos anos.

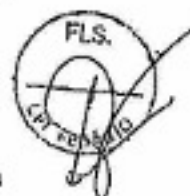
**4.15. Os problemas envolvendo o pedágio em Jacarezinho:**  
**divisão da cidade, licenciamento ambiental e distribuição**  
**de passes**

Crítico-se, em alguns momentos desta CPI, determinadas situações envolvendo a praça de pedágio de Jacarezinho, mormente no sentido de que ela teria operacionalizado uma verdadeira divisão da cidade, bem como existiriam problemas e entraves, ou seja, pendências no que diz respeito com o licenciamento ambiental da obra e uma situação de irregular distribuição de passes.

Estes temas foram devidamente esclarecidos pelo Sr. Hélio Ogama, Presidente da Econorte, quando de seu depoimento na 15ª. sessão da CPI:

**"SR. HÉLIO OGAMA:**

...Adicionalmente a isso, senhores, vou mostrar agora o fato polêmico. Adicionalmente, em função da reivindicação da Amunorpi, a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, por meio de suas Prefeituras, o DER oficiou a Econorte, por intermédio da Correspondência nº 233, de 18 de junho de 2001, requerendo a realização de estudo de viabilidade para acréscimo do trecho de 51,6 quilômetros da rodovia BR-153 e também de 14,3 quilômetros da rodovia PR-090. Esses são os ofícios

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

encaminhados com a assinatura de todos os Prefeitos da região da Amunorpi, pedindo ao Governador que incorporasse no Anel de Integração. Está aí destacando o pedido para que integrasse no Anel de Integração. Destacado aí e depois vou deixar uma cópia para os senhores. Aí o pedido do DER pedindo que fizêssemos um estudo para a incorporação do trecho. O estado que se encontrava o trecho no momento do pedido aí. Esse é o estado que se encontrava a rodovia BR-153. Agora, é fácil falar e reclamar, após que a rodovia está em estado ótimo de conservação. A partir da solicitação foi realizado um estudo de readequação do lote, considerando a ampliação da malha viária da concessão com 51,6 quilômetros da rodovia BR-153 e também 14,3 quilômetros da PR-090, totalizando 340,77 quilômetros e também com a inclusão de novos investimentos, custos e serviços operacionais nos segmentos acrescidos, o que resultou na assinatura do Termo Aditivo nº 34/2002 entre as partes: Concessionária, Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, DER, União, como interveniente, através do Ministério dos Transportes. Em contrapartida à ampliação do objeto da concessão, previu-se a transferência da praça de pedágio do Município de Curitiba para o Município de Jacarezinho. Aqui, senhores, então o Termo Aditivo e as pessoas que assinaram o Termo Aditivo: Governador, Ministro dos Transportes, Secretário dos Transportes, Diretor Geral, Diretor de Conservação do DER, e a parte de baixo é a concessionária. Após o Termo Aditivo consolidado, 034, a rodovia incorporada, é a 090 mais a 153, teve que fazer uma readequação para a operação dessas malhas,





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



acrescidas com serviços de balança, mudança da praça de pedágio, casa do motorista, ambulâncias, guinchos e bases operacionais. Para atender ao tempo de atendimento estabelecido em contrato, a Econorte, a partir de estudos técnicos, como fluxo de veículos, tempo de chegada das viaturas, locais de maiores acidentes, distribuiu sua estrutura operacional ao longo do trecho conforme o mapa acima, em cinco rotas de atendimento."

Em relação a questão do licenciamento ambiental e da eventual concessão irregular de passes, o depoente esclareceu, diretamente, o seguinte:

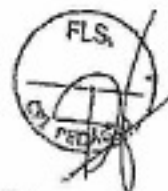
**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** Uma outra reclamação: teve um senhor, até muito alterado, ele falou sobre a questão ambiental, se tinha licença ambiental para fazer esta praça lá e também, depois...Mas, isso vem o negócio de distribuição de passe livre, envolvendo vereador, que quero que o senhor responda. Perguntar: sobre a praça de pedágio de Jacarezinho, é uma área ambiental? Não sei se o senhor responde. É uma área ambiental? Tem licença? Não tem?

**SR. HÉLIO OGAMA:** *Temos licença, temos todas as licenças.*

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** Todos os documentos serão deixados aqui.

**SR. HÉLIO OGAMA:** Podemos deixar, claro. Claro.

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** Ai, teve outra discussão, uma pessoa falou o seguinte: que é distribuído

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

um valepedágio, alguma coisa assim, dá empresa para alguns vereadores, lá, parece que foi isso. Um vereador, é?

SR. HÉLIO OGAMA: Não, não distribuímos para vereadores. Distribuímos para a comunidade lindeira à praça de pedágio, para não alterar a rotina deles, que já vinham, antes do pedágio, distribuímos algumas, uma tarifa diferenciada para este pessoal, lindeiros.

Note-se que o Senhor Hélio Ogama, diretor-presidente da Econorte, disse em depoimento que enviaria as licenças ambientais à esta Comissão.

Desta feita, após a conclusão de seu depoimento, o Senhor Hélio Ogama entregou as referidas licenças à Secretaria desta Comissão.

Com relação a outro ponto, cumpre ressaltar que a Ação Civil Pública que questiona o pedágio de Jacarezinho ainda está tramitando.

Nesta ação, o Ministério Público pediu a declaração de ilegalidade da cobrança de pedágio e a anulação do Termo Aditivo 34/2002. A alegação é que haveria infrações à lei de licitações por desvinculação ao edital e necessidade de prévia licitação. O juízo federal concedeu liminar para suspender a cobrança de pedágio na praça instalada em Jacarezinho (PR), "facultando-lhe cobrar o pedágio na praça desativada, entre os municípios de Cambará e Andaraí".

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) cassou a decisão, destacando que o termo aditivo seria legal. De acordo com a concessionária, após esse julgamento, o juiz de primeiro grau entendeu por bem julgar antecipadamente a causa (julgamento antecipado da lide)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



e declarou a nulidade não só do termo aditivo como também do próprio contrato de concessão, retirando a eficácia do contrato em toda a Subseção Judiciária de Jacarezinho.

Com a sentença, foi determinada, por meio de tutela antecipada, a desativação da praça localizada em Jacarezinho (objeto do termo aditivo) e a proibição de reativação da praça anterior, que ficava entre Cambará e Andaraí (objeto do contrato originário).

A concessionária apelou ao TRF4 e pediu que fosse dado efeito suspensivo à apelação, isto é, que a sentença não surtisse efeito até o julgamento do recurso. O TRF4 atendeu parcialmente o pedido, permitindo somente a cobrança do pedágio na área original da concessão, mas mantendo os demais efeitos, como a nulidade do termo aditivo e a desativação da praça de Jacarezinho, até o julgamento do mérito da apelação.

A concessionária ainda tentou a suspensão da liminar no TRF4, mas decidiu-se que não havia mais a competência da presidência daquele Tribunal para o julgamento do pedido. Desta forma, a Econorte buscou a suspensão no STJ.

No entanto, o presidente à época do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Cesar Asfor Rocha, manteve a proibição de cobrança do pedágio.

De acordo com o ministro, era evidente o interesse público da medida, que beneficia tanto a população residente na região quanto as empresas ali sediadas, que utilizam diretamente as rodovias e estavam obrigadas a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

recolher vários pedágios num único dia. O termo aditivo incluiu na concessão 51,8 quilômetros da BR-153 e 14,3 quilômetros da PR-090.

Porém, com espeque em uma nova decisão, dessa vez do STF, ao julgar a Suspensão de Liminar 274, a cobrança do pedágio em Jacarezinho voltou a ser efetuada.

Desta feita, tendo em vista que a legalidade da praça de Jacarezinho ainda esta sendo discutida, requer esta Comissão celeridade da Justiça para julgar esse processo.

**4.16. O problema da inexistência de fiscalização adequada da Receita Federal nas praças de pedágio e da não emissão de cupom fiscal**

Este tema da suposta inexistência de fiscalização da Receita Federal nas praças de pedágio e da não emissão de cupom fiscal de certa maneira já foi abordado, indiretamente, em momento anterior deste relatório.

Com efeito, já em transcrição da fala do Sr. Pedro Furlan, ficou assentado que os recibos de pedágio são aceitos, pela Receita Federal, como cupom fiscal. E, no mesmo depoimento, ficou salientada a eficiência e confiabilidade do sistema de contagem de eixos utilizados no Estado do Paraná.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



A despeito disso, em documento encaminhado para esta CPI, esclareceram as concessionárias que desde o início do programa de concessão foram desenvolvidos diversos controles e redundâncias, tais como sistemas eletrônicos, sensores, procedimentos de segurança, conferências e câmeras, entre outros para garantir que todos os recursos provenientes da prestação de serviço sejam adequadamente contabilizados. Os sistemas de pedágio atualmente instalados nas rodovias permitem assegurar rastreabilidade, integridade e confiabilidade nas transações de pedágio, conforme procedimentos adotados não apenas no Paraná como também em outros Estados da Federação e em inúmeros países ao redor do mundo.

Em relação à questão fiscal, faz-se necessário notar que a utilização de cupom por empresas operadoras de rodovia está prevista na Lei Federal nº 11.033/04, a qual foi regulamentada pela Instrução Normativa nº 1.099, de 2010, da Receita Federal do Brasil, estando ainda pendente a definição das características técnicas e operacionais dos sistemas que serão utilizados.

Segundo foi informado, existe um Grupo de Trabalho, criado há dois anos, que conta com integrantes da Receita Federal do Brasil, da ABCR e das concessionárias, que após diversas interações reconheceu as dificuldades técnicas e operacionais para a implantação de um sistema de controle fiscal. Com isso, ocorreu a modificação da legislação federal, a qual foi implementada na Lei nº 11.546/11 para permitir a definição, pela Receita Federal do Brasil, de "sistemas equivalentes" ao cupom fiscal, a qual ainda depende de definição final, mas sendo certo que provisoriamente os recibos de pedágio vem sendo aceitos para este fim.

Além disso, em documento encaminhado para esta CPI, a representante das concessionárias informou que o controle e registro das passagens de veículos não são de interesse único ou exclusivo da arrecadação pública,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

mas das próprias Concessionárias, de seus acionistas, financiadores, auditores internos e externos, entre outros, os quais também têm interesse direto na manutenção de sistemas que assegurem rastreabilidade, integridade e confiabilidade nas transações de pedágio.

Finalmente, em relação a este item, no que concerne a eventual exigência de notas ou cupons fiscais pelas autoridades a serem emitidos nas praças de pedágio, foi possível perceber, pelas informações repassadas pela assessoria, que:

- não existe legislação municipal que torne obrigatória a instalação ou utilização de notas ou cupons fiscais nas praças de pedágio;
- mesmo se houvesse a intenção de se exigir tais controles pelos Municípios, seria importante lembrar que a utilização de equipamentos emissores de cupons fiscais depende de um completo sistema de controle compreendendo: (i) a estruturação dos controles fiscais e fiscalização de todo o processo de arrecadação; (ii) a definição do ente que realizará a fiscalização e acompanhamento dos processos; (iii) a homologação de fabricantes dos equipamentos e dos softwares e (iv) a homologação dos fornecedores de suprimentos e prestadores de serviços;
- Devido às características da operação rodoviária bem como em face da complexidade acima referida, fato é que a instituição de tais obrigações de forma unilateral pelos Municípios, ou sem uniformidade, ou, ainda, sem consideração às características dos serviços em questão, pode por em risco a eficiência e segurança na prestação do serviço aos trabalhadores e usuários das rodovias paranaenses;
- Além disso, a massificação do uso dos sistemas de cobrança automática torna sem sentido a implementação de um complexo sistema de cupom fiscal, sobretudo porque nos sistemas automáticos a rastreabilidade da informação oriunda do pedágio pode ser obtida da empresa operadora do sistema eletrônico, e não apenas da concessionária;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



7. Não apenas o setor de concessões está sujeito à emissão de notas ou cupons fiscais: é importante lembrar que as exigências fiscais relativas a diversas outras empresas ou setores foram adequadas às características de diversos outros setores, tais como (i) fornecimento de gás canalizado, (ii) água, (iii) correios, (iv) transporte aéreo de passageiro, (v) locadores de bens e veículos, (vi) provedores de acesso da internet (acesso discado), entre muitos outros.

Portanto, no que tange a este aspecto, não foram constatadas irregularidades ou ilegalidades.

**4.17. As diferenças entre o modelo de concessão adotado no Paraná e o modelo de concessão federal atual**

Um tema bastante debatido nesta CPI foi a diferença de tarifas de pedágio entre as concessões do Estado do Paraná e as mais recentes concessões federais.

A seguir, citamos alguns trechos das notas taquigráficas acerca do assunto:

Trecho extraído das notas taquigráficas da 20ª. Reunião Ordinária:

**SR. PRESIDENTE (DEPUTADO NELSON LUERSEN):** "...Todos que estão presentes sabem que, devido aos fatos que aconteceram semana passada, temos um motivo a mais para ter certeza, realmente, que precisamos fazer algo contra o pedágio no nosso Estado. Vocês viram o que aconteceu na concessão da BR-163, no trecho próximo a Sinop, no Mato Grosso. Onde a Odebrecht ganhou o direito de exploração por 30 anos num trecho de rodovias a serem pedagiadas, a um preço de R\$ 2,63 a cada 100 quilômetros. E aqui no Paraná, o preço médio hoje, se fizermos um levantamento, varia de R\$11



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

a R\$13 à cada 100 quilômetros. Então, realmente, está fora de uma realidade."

Trechos extraídos das notas taquigráficas da 22ª. Reunião Ordinária:

**"DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO:** Mudou? Bom, então, esse meu argumento se vai ser a tarifa, porque vejamos o Governo Federal, em todas as obras licitadas - tenho aqui a BR-163 - a tarifa do edital foi 5,50, a empresa ganhou com dois reais e pouco, 52% de deságio. Nós temos aqui a outra obra que é a BR-060, a 163 e a 262: 2,85 a cada 100 quilômetros e a tarifa que foi oferecida, a tarifa máxima foi 5,94. A licitação derrubou a tarifa para menos da metade do preço do edital. E, veja bem, tem uma coisa importantíssima, porque quando é a tarifa que baixa, o povo que deixa de pagar imposto, o pedágio. Quando é o governo que paga menos para a concessionária é o governo que deixa de investir em estrada. Então, é uma diferença filosófica aqui: ou buscamos uma tarifa módica para população que já está pagando bastante ou não. Então, é muito importante o governo ter mudado essa postura com relação ao preço das tarifas, mas mesmo assim achei o preço da tarifa no Paraná muito caro. Porque enquanto o Governo Federal propôs 5,50 na BR-163, 5,94 na BR... Aqui o Governo do Paraná propôs 8,22. É claro que não podemos fazer uma análise linear nisso, porque são propostas diferentes. Eu reconheço isso.

**SR. NELSON LEAL:** São modelos diferentes.

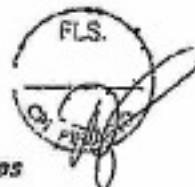
**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO:** Mas acho muito importante que isso seja esclarecido, porque não vamos repetir os erros do passado.

**SR. NELSON LEAL:** Sim. Posso responder essa pergunta? Em relação à PPP do Estado do Paraná e o Governo Federal. Acho que tem grandes diferenças aí. Primeiro, que o Governo Federal na BR-163, 50% das obras, da duplicação é responsabilidade do Governo Federal. Então, metade das obras é responsabilidade dele. Se ele não fizer, a concessionária pode fazer e incrementar no valor do pedágio.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



*Então, o valor do pedágio só vai crescer. Em relação às obras que a concessionária fizer, temos também os juros, que são os juros do BNDES subsidiados, coisa que aqui no Governo do Estado do Paraná não conseguimos fazer. Então, tem grande diferença entre o nosso modelo do Estado do Paraná e o modelo em nível federal. Gostaríamos de ter nas nossas estradas, aqui no Estado do Paraná, esse apoio do Governo Federal. Esses juros subsidiados do Governo Federal, esse dinheiro do Governo Federal, que poderia estar vindo aqui para o Estado, dos impostos que pagamos, daquilo que deixa de ser investido aqui nas nossas estradas, que dois terços são federais e não vêm esses recursos aqui para o Estado. Semana que vem a Presidente Dilma vai ao Rio Grande do Sul inaugurar a Rodovia do Parque, um investimento de mais de R\$1 bilhão e onde é que está o nosso um bilhão em obras, aqui no Estado? Não tem obra federal aqui. E as rodovias, o Governo Federal poderia estar fazendo essas obras. Medianeira a Matelândia poderia ter sido feito com recurso do Governo Federal."*

A fim de melhor compararmos os diferentes modelos de concessão, anexamos tabela constante no estudo do IPEA de no. 144, publicado em 19 de abril de 2012: -

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Tarifa Média (R\$/ 100 Km)	
Tarifa Média Federal	R\$ 5,11
1ª etapa de concessões federais	R\$ 9,86
2ª etapa de concessões federais	R\$ 2,98
MG	R\$ 6,46
BA	R\$ 7,24
PR	R\$ 8,68
RS	R\$ 9,93
ES	R\$ 12,44
SP	R\$ 12,76
RJ	R\$ 12,93
Tarifa Média nos Estados	R\$ 10,87
Tarifa Média Brasil	R\$ 9,04
Tarifa Média Internacional	R\$ 8,80

Pela análise do estudo do IPEA podemos perceber que as tarifas de pedágio das concessões do Paraná são bem maiores do que as tarifas médias da 2ª. etapa das concessões federais, porém, são menores que as tarifas da 1ª. etapa das concessões federais.

Ao compararmos os valores médios de tarifas de pedágio entre 1ª. e 2ª. etapas das concessões federais, notamos que a variação é maior que o triplo, o que denota que pode haver importantes diferenças entre modelos de concessões de épocas tão diferentes: a 1ª. etapa ocorreu na década de 1990 e a 2ª. etapa está ocorrendo na década de 2010.

A seguir, tentaremos analisar as principais diferenças entre o atual modelo de concessões de rodovias do Governo Federal e os modelos de concessões da década de 1990, em especial, o modelo adotado no Estado do Paraná:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**Ambiente Econômico:**

É notória a constatação de que o ambiente econômico na década de 1990, época em que foram realizadas as primeiras licitações de concessões de rodovias, inclusive aquelas referentes ao Estado do Paraná, foi bastante distinto do atual momento em que vivemos.

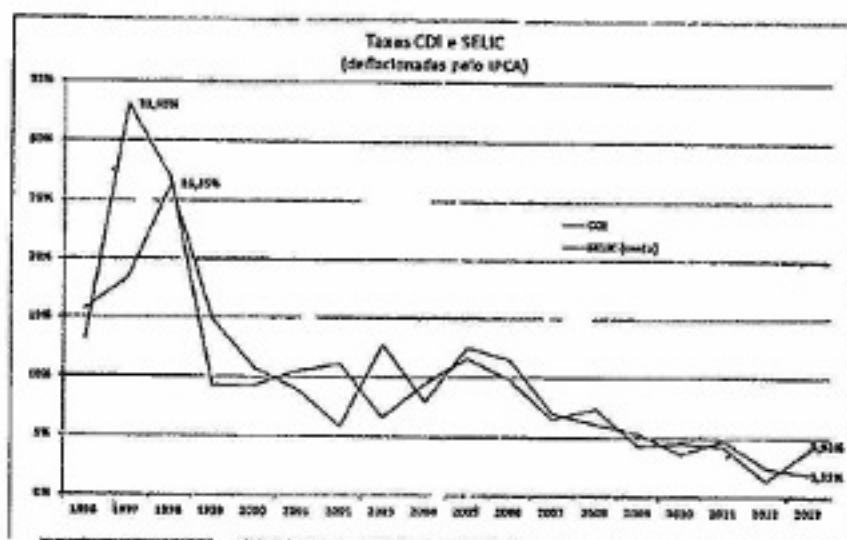
Na década de 1990, o ambiente econômico foi um tanto conturbado, marcado por diversas crises cambiais e financeiras internacionais, como Crise do Sistema Monetário Europeu em 1992, Crise Mexicana em 1994, Crise Asiática em 1997 e Crise Russa de 1998. É notório que tais crises geraram instabilidade e insegurança nos mercados globais e locais. No Brasil, o reflexo desse ambiente instável repercutiu nas taxas básicas de juros da economia, a taxa SELIC e a taxa do CDI.

A taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) é a taxa básica de remuneração dos títulos públicos federais fixada periodicamente pelo Banco Central do Brasil. A taxa SELIC afeta toda a economia do país, pois o Governo Federal é o principal tomador de empréstimos no mercado. A taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) é a remuneração média das transações diárias realizadas entre Bancos e reflete também uma taxa de juros média do mercado, sem vínculos com títulos públicos federais. Essas duas taxas representam com precisão as taxas de juros básicas de toda a economia brasileira.

No gráfico abaixo constata-se os altos valores dessas taxas básicas de juros na década de 1990, em contraste com as baixas taxas registradas nos últimos anos:




**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
 17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

**Risco Regulatório:**

O risco regulatório é uma avaliação subjetiva dos investidores em relação à credibilidade que tem no Estado em honrar compromissos assumidos, e garantir estabilidade para negócios, principalmente os de longo prazo. Quanto maior é o risco regulatório percebido, maior é a diferença entre a taxa de retorno requerida pelos investidores e as taxas de remuneração básicas da economia.

Na década de 1990, as concessões de rodovias ainda eram incipientes no Brasil: as primeiras cinco concessões foram contratadas pelo governo federal entre 1994 e 1997, em 1996 foram realizadas as concessões dos estados do Paraná (seis contratos) e Rio Grande do Sul e, em 1998, surgiram as primeiras concessões do Estado de São Paulo. Somente na década de 2000 foram criadas as primeiras agências reguladoras: ANTT (2001), ARTESP (2002), AGETRANS (2005).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Ou seja, na década de 1990, o programa de concessões de rodovias no Brasil era uma novidade e muito pouco se sabia sobre o ambiente regulatório e os riscos envolvidos. Uma aposta em um projeto de 20 anos ou mais em um ambiente de pioneirismo e de futuro um tanto incerto, representava um risco considerável, refletindo na taxa de atratividade dos projetos e consequentemente, na taxa de remuneração requerida pelos investidores.

Hoje em dia o Programa de Concessão de Rodovias no Brasil já está maduro e bem avançado. Já foram licitados em torno de 60 contratos, o programa federal de concessões de rodovias já está em sua 3ª. Etapa e há contratos que já se encerraram e outros que estão há poucos meses do seu término. Nestes quase 20 anos de concessão, os Poderes Concedentes, as empresas que administram concessionárias, os tribunais de justiça e a sociedade civil em geral acumularam conhecimento e experiência em concessão de rodovias.

Portanto, o cenário atual oferece maior segurança quanto ao marco regulatório, o que reflete também na redução de riscos e redução das tarifas ofertadas aos usuários.

**Diferentes critérios escolha do vencedor das licitações**

Há diferenças importantes entre os diversos modelos de concessões de rodovias da década de 1990 e das concessões licitadas nos últimos 7 anos: nas licitações realizadas desde 2007, o modelo de escolha da proposta vencedora da licitação foi o de menor oferta de tarifa de pedágio, beneficiando assim o usuário da rodovia.

Porém, na década de 1990, os critérios para definição do vencedor da licitação eram diversos: nas primeiras concessões federais, o critério de escolha foi o de menor tarifa ofertada; nas

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

concessões estaduais de São Paulo, foi a maior oferta de outorga (valor pago pela concessionária ao Poder Concedente pelo direito à exploração das rodovias); nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, a melhor oferta era aquela que oferecia a maior quantidade de trechos rodoviários adicionais à malha principal.

Conclui-se que nas concessões recentes o critério de escolha do vencedor da licitação privilegia a menor tarifa, enquanto na década de 1990, foram adotados outros modelos que não propiciavam a modicidade da tarifa, mas sim, a maior oferta de serviços.

**Parcela de Obras assumidas pelo Governo Federal**

Ao investigarmos a citação do Sr. Nelson Leal Junior, atual diretor do DER do Paraná, em que destaca parcela de obras das rodovias concedidas assumidas pelo Governo Federal, constatamos que de fato, há o subsídio oferecido pelo Governo Federal nas licitações de concessões realizadas recentemente em que parte importante das obras foi absorvida pelo Poder Concedente, diminuindo-se assim, os encargos da concessão. Como consequência, a receita ofertada será menor, refletindo diretamente na redução tarifa de pedágio final ofertada.

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), ao analisarmos exemplos de licitações recentes, realizadas em 2013, constata-se que houve sim uma parcela de obras de duplicações absorvidas pelo DNIT, por meio do Programa Federal de Aceleração do Crescimento, conforme quadros abaixo:







**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



OBRAS DE DUPLICAÇÃO - LOTE 7 - RR-163

	Extensão (km)	Duplicações DNIT (%)	Obras Duplicação* (R\$ milhões)
Duplicação a cargo da Concessionária	453,6		R\$ 1.576,35
Duplicação a cargo do DNIT	281,1	38%	R\$ 454,55
Duplicação existente	113,9		
Pista Simplex	2,3		
Extensão total	850,9		

OBRAS DE DUPLICAÇÃO - LOTE 2 - RR-262

	Extensão (km)	Duplicações DNIT (%)	Obras Duplicação* (R\$ milhões)
Duplicação a cargo da Concessionária	188,8		R\$ 706,74
Duplicação a cargo do DNIT	180,5	49%	R\$ 673,67
Duplicação existente	0		
Pista Simplex	6,3		
Extensão total	375,6		

\*Valores corrigidos para 06/2013 pelo IFLA.

Nota-se que parcelas representativas de até 50% das obras de duplicação - de modo geral as obras mais impactantes em um contrato de concessão - estão sendo retiradas do projeto e supridas pelo Governo Federal. Os valores envolvidos são também bastante representativos, aproximando-se de R\$ 1 bilhão de reais em apenas um dos lotes licitados.

O subsídio oferecido através da absorção de importantes obras realizadas logo no início da concessão diminui de modo impactante a necessidade de financiamento, otimiza o fluxo de caixa do projeto e contribui de maneira significativa para diminuição da tarifa final ofertada ao usuário da rodovia.

**Subsídio por meio da linha de Financiamento com o BNDES:**

Nas licitações de concessões federais realizadas em 2013, o Governo Federal oferece um importante subsídio em forma de linha de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

crédito especial oferecida pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com as seguintes características:

- cobertura de até 70% do valor das obras;
- período de carência de 5 anos;
- prazo de amortização até o final da concessão (25 anos);
- Juros iguais à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) + 2% ao ano.

Para fins elucidativos, apresentamos uma simples simulação de financiamento considerando-se apenas os investimentos a serem realizados nos primeiros 5 anos da concessão do Lote 7 da BR-163, licitação realizada em NOV.2013. Para tal estudo foram utilizados os valores da taxa SELIC e TJLP divulgadas para DEZ.2013, pelo Banco Central do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), deflacionadas pela variação do IPCA nos últimos 12 meses:

SIMULAÇÃO DE FINANCIAMENTO - LOTE 7 - BR-163																
INVESTIMENTOS - R\$	ANOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Investimentos Lote 7	2.875	450	324	324	324	324	324	324	324	324	324	324	324	324	324	324
Juros sobre Investimentos Lote 7	3.894	348	348	348	348	348	348	348	348	348	348	348	348	348	348	348
Saldo Inicial		140	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Juros (TJLP + 2% - IPCA)	3.328	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Pagamentos Anuais (TAC)		-1.267														
Saldo Final																
INVESTIMENTOS - R\$	ANOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Investimentos Lote 7	2.875	450	324	324	324	324	324	324	324	324	324	324	324	324	324	324
Juros sobre Investimentos Lote 7	3.894	348	348	348	348	348	348	348	348	348	348	348	348	348	348	348
Saldo Inicial		140	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Juros (TJLP + 2% - IPCA)	3.328	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Pagamentos Anuais (TAC)		-1.267														
Saldo Final																
Saldo Inicial		140														
Saldo Final																

Com base nessas informações, constata-se que:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- Os juros ofertados pelo BNDES são irrisórios, muito abaixo dos juros praticados pelo mercado e até mesmo dos juros pagos pelo Governo Federal nos títulos de longo prazo: o Governo toma recursos com juros da Taxa SELIC, maiores que TJLP + 2% e emprega parte deste montante em financiamentos subsidiados pelo BNDES;
- Na simulação efetuada, apenas para uma parte dos investimentos da concessão citada, o subsídio oferecido pelo governo é de R\$ 750 milhões, representando uma diminuição de pelo menos 73% nos encargos de financiamento;
- Como o montante de investimentos totais previstos para o lote 7 é de R\$ 4,6 bilhões (mais de 50% acima dos valores do estudo acima apresentado), conclui-se que o subsídio oferecido pelo Governo Federal é seguramente acima de R\$ 1 bilhão.

**Prazo da concessão:**

Constata-se que há diferença entre os prazos de concessão dos diferentes modelos comparados: nas concessões federais da 3ª Etapa, referente às concessões licitadas em 2013, o prazo total é de 30 anos, portanto 20% maior que o prazo das concessões estaduais do Paraná.

A extensão maior do prazo proporciona um fluxo de caixa mais longo com um maior período para apuração da receita, sem necessidade de acréscimo dos investimentos em Melhorias e Ampliação de Capacidade. Os 6 anos acrescentados ao final do contrato apresentarão um tráfego bem maior que no início do contrato, sendo significativo o impacto na receita total da concessão.

*[Assinatura]*

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

No caso da lote 7 da 3ª. Etapa de Concessão Federal, referente à BR163 no estado de Mato Grosso, o tráfego dos últimos 6 anos representa um acréscimo de 26% no tráfego de arrecadação total da concessão, correspondendo a um acréscimo de receita total na mesma proporção.

No caso específico do lote 7, podemos simular o impacto dos últimos 6 anos de concessão em relação aos demais 24 anos: adotando-se a tarifa vencedora da licitação, R\$ 2,638 por 100 km de rodovias (deságio de 52%), e multiplicarmos pelo tráfego previsto no Edital de licitação (Volume 2, Tomo I, Anexo 2B), obtemos uma receita adicional de R\$ 4,8 bilhões em valores na base Maio de 2012, o equivale a 26,3% de acréscimo.

Portanto, conclui-se que com o acréscimo de 6 anos no prazo de concessão, a receita será incrementada em torno de 26%, o que propiciará o equivalente à redução da tarifária de mais de 20%, em benefício ao usuário final.

**Volume de Tráfego:**

Outra questão de relevância a ser analisada em diferentes modelos de concessão, especialmente em épocas tão distintas, é o volume de tráfego que passa pelas rodovias concedidas.

É evidente que o Brasil cresceu nas últimas décadas: a população aumentou, o número de veículos aumentou, bem como houve o crescimento de toda a economia. Todos esses fatores afetam diretamente o tráfego de nossas rodovias. Para citar apenas um exemplo destes crescimentos, constata-se que a nossa frota de veículos cresceu, entre 1998 e 2013, de 24,3 milhões para 80,2 milhões de unidades, ou seja, um incremento de 330% (conforme dados disponíveis no sítio eletrônico do DENATRAN).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
 17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



De posse dos dados constantes no edital de uma das mais recentes licitações de concessões de rodovias, referente ao Lote 7 de Concessões Federais da 3ª. Etapa, podemos compará-los com dados constantes no estudo de viabilidade realizado pelo consórcio Cógito-Engefoto, para as concessões do Paraná. Assim, chegamos ao seguinte quadro comparativo:

**Tráfego Pedagiado em Eixos Equivalentes (VDMAeq)**

	Lote 6 - E2B-165 (A)	Anel Integração	Anel Integração Proporcional (B)	Diferença (A) / (B)
Extensão Total (km)	650,9	2.495,0		
Tráfego Primeiro Ano	202.588	327.920	111.834	181%
Tráfego Último Ano	277.304	625.581	211.642	178%

VDMAeq: Volume Médio Diário Equivalente em eixos-equivalentes

Ao compararmos o tráfego inicial previsto nos editais das licitações do Paraná com o tráfego inicial do Lote 7 de Concessões Federais da 3ª. Etapa, dividindo os valores pela extensão dos trechos, a fim de se manter uma proporção, chegamos a um tráfego em torno de 80% maior para o Lote 7 do que aquele previsto para o Anel de Integração do Paraná, apenas analisando o primeiro ano de concessão. Ao compararmos o último ano de concessão entre as 2 concessões, obtemos um tráfego em torno de 78% maior para o Lote 7.

Se adotarmos uma taxa média de 80% de acréscimo de tráfego entre os dois modelos de concessão, através de proporção matemática, podemos constatar que a receita tarifária poderá representar uma redução de 45% a favor do modelo de concessão federal.

**Conclusão**

Por meio das análises anteriormente apresentadas, constatamos que são várias as diferenças entre os modelos de concessão de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

rodovias do Anel de Integração do Paraná e as recentes concessões federais, destacando-se: Ambiente Econômico, Risco Regulatório, critérios de escolha do vencedor das licitações, obras assumidas pelo Governo Federal, subsídio do BNDES, prazo da concessão e volume de tráfego. Tais diferenças propiciaram tarifas de pedágio expressivamente menores nas recentes concessões federais do que aquelas referentes ao Programa de Concessão do Paraná. As tarifas das concessões federais recentes são também menores que as tarifas da 1ª. Etapa de Concessões Federais, representando uma redução da ordem de 70%, comprovando as enormes diferenças entre os diferentes Programas de Concessões.

Em que pese as tarifas de pedágio do Estado do Paraná serem superiores às concessões federais, constata-se não ser possível uma comparação direta entre as tarifas por Km praticadas no Anel de Integração do Paraná e as tarifas oferecidas nas licitações federais recentes.

**4.18. A questão da Taxa Interna de Retorno dos contratos**

A Taxa Interna de Retorno (TIR) é o parâmetro básico utilizado para o cálculo do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Porém, por se tratar de tema controverso e complexo, será tratado a seguir.

Abaixo, extraímos alguns trechos colhidos das notas taquigráficas das sessões ordinárias desta CPI que tentam explicar o que é a TIR.

Trechos da 6ª. Reunião Ordinária:

*SR. JULIO CESAR ZEM CARDOZO: Vou tentar explicar de maneira bastante objetiva a questão da TIR do acionista e da*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



*TIR do projeto. Quando foram baixados os atos unilaterais em 1998, com a redução da tarifa, criou-se uma discussão muito grande com relação a quebra da financiabilidade dos contratos. Havia nos contratos a previsão de uma série de obras, cujos recursos deveriam advir de financiamentos, financiamentos de longo prazo, cuja garantia, era, em sua grande parte, a própria arrecadação das concessionárias. Quando houve a redução da tarifa, as concessionárias tiveram, segundo alegação delas, dificuldade em alavancar esses recursos a longo prazo, tiveram que optar por empréstimos de curto prazo, com taxas maiores, o que geraria a quebra da financiabilidade dos contratos. Por isso, alegam as concessionárias que deveria ser considerada, nos contratos, a TIR do acionista, que prevê, dentro do seu fluxo de caixa, a incorporação dos ônus e dos encargos financeiros desses financiamentos. Nós, Estado, defendemos que, pela matriz de risco, esse risco dos encargos dos financiamentos, é das concessionárias. Aí criou-se essa grande discussão, que é uma das coisas que está sendo analisada por esse estudo da FIA. Vai determinar se houve, realmente, essa quebra de financiabilidade, em que proporção isso foi feito e se a incorporação dessa TIR do acionista nos aditivos de 2002 e 2000 foi adequada."*

*"DR. JULIO CÉSAR ZEM CARDOZO: Bom, Deputado, me parece que para se ter uma conclusão adequada, como já me referi, é preciso que se tenham cumpridos esses estudos técnicos. Com relação a uma série de questionamentos que o senhor fez, essa questão da TIR com alavancagem, sem alavancagem, é o objeto exatamente dessa Ação 7.929, na qual não houve nenhuma alteração na sua linha de condução ou na argumentação inicial da ação, ela continua intacta como foi proposta e discutindo exatamente essas questões levantadas pelo relatório Tribunal de Contas mencionadas pelo senhor. Apenas não há uma conclusão se o Estado tem razão na sua perspectiva ou não."*

Trecho extraído da 10ª Reunião Ordinária:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

"SRA. VERA BEZNOS: Só para concluir essa questão da taxa interna. E isso é o custo de oportunidade. Então, quando falamos desse estudo que foi feito pela Secretaria para a definição da TIR, ela vê efetivamente qual a taxa que atrela o empreendedor para esse negócio. E isso significa, como na nossa vida: pegamos dinheiro emprestado ou você vai aplicar o dinheiro, melhor dizendo, que aqui no caso é um caso mais de aplicação, posso aplicar na poupança que tenho um rendimento certo e seguro e isento de qualquer tipo de risco, mas me dá uma remuneração mais baixa; posso aplicar em vários outros tipos de investimentos ou inversões que vão me dar remunerações maiores, mas riscos maiores. Então, se for para um título, se for para Bolsa, posso ter uma remuneração maior, mas posso ter menor também, não é? O nível de risco é maior. Então, a Taxa Interna de Retorno, na verdade, resume isso. É o custo de oportunidade daquele negócio comparado a outros tipos de investimento no mercado, no momento. A Folha de São Paulo da semana passada, mostrou uma reportagem onde o empresário brasileiro está com aversão ao Risco-Brasil, novamente, em função justamente de que o risco está cada vez mais aumentando ao invés de diminuir. Significa dizer que prefiro investir em outro país - e isso no Brasil também acontece de um Estado para outro. Tivemos, semana passada, também, a exemplo da concessão no Espírito Santo que deu vazia por motivos, vamos dizer assim, de instabilidade regulatória no Estado do Espírito Santo - uma das razões. Então, essa TIR reflete isso: uma remuneração vinculada a um patamar de risco."

Trecho extraído da 13ª Reunião Ordinária:

"SR. ANTÔNIO JOSÉ CORREIA RIBAS: ... Os investimentos foram postergados em grande parte, por conta dessa questão da TIR. Quando mais longo, do valor presente, você leva um investimento, ao trazê-lo ao valor presente, você diminui valor. Então, foi uma maneira encontrada de não retirar investimentos, mas postergar em muitos investimentos e retirar muitos investimentos. Pedi para fazer umas projeções que acho interessantes. Imaginem que TIR não é lucro da

551



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL**



*concessionária; TIR é um custo de financiamento que a área privada está cobrando do usuário para fazer determinado investimento. Essa é a definição mais próxima da TIR, tendo a concessionária mais - um exemplo meio forçado - como um banco e menos como executora de obras. Tem cinco lotes aí para dar uma olhada. O que era a famosa TIR alavancada para cada uma delas. E o azul é a Selic momentânea de 1999, de 1997 para cá. No momento que foram feitos os contratos, as Selics estavam mais elevadas que a TIR, houve uma queda em 2002. Em 2003, pelo recrudescimento da inflação, houve um aumento, depois uma queda contínua da Selic. E o valor compactuado lá no contrato é aquela linha vermelha. O que mostra apenas o seguinte, quem investiu na concessão, quem se dispôs a ser um concessionário fez uma aposta. Uma aposta na economia. Pegou o momento ruim para pegar o momento bom."*

Também transcrevemos os esclarecimentos encaminhados pela ABCR sobre o assunto:

*"Excelentíssimo Sr. Presidente,*

*Em atenção às constantes dúvidas suscitadas acerca do parâmetro de rentabilidade das concessões de rodovia, dúvidas estas que ocorrem nas sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito em andamento na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, gostaríamos de contribuir com alguns esclarecimentos para o pleno entendimento do tema por todos aqueles que desejam compreender o modelo de concessão de infraestrutura:*

- 1. A Taxa Interna de Retorno (TIR) é um dos parâmetros utilizados pelos investidores no processo de tomada de decisão quando se analisa um projeto de infraestrutura. Esse fato se verifica tanto no Brasil quanto no resto do mundo;*
- 2. Além da TIR, é comum que o investidor também considere o VPL (Valor Presente Líquido) e o Payback, ou seja, o tempo decorrido entre o investimento inicial e o momento no qual todo o capital investido é recuperado;*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

3. *A TIR é a expectativa de ganho que o investidor projeta no futuro, considerando todas as incertezas e variáveis de um negócio (risco de tráfego, risco de operação, risco de preços dos insumos, risco regulatório, cenários econômicos etc.);*
4. *Os investidores calculam a TIR do projeto considerando uma série de projeções futuras (ex: receita esperada, custos estimados, investimentos previstos etc.), baseando-se em premissas que não são líquidas e certas. E essas projeções podem se frustrar em função de incertezas e crises econômicas;*
5. *Por exemplo, desde o início do programa de concessões no Brasil, já passamos pela crise cambial do México em 1994-1995, crise do Leste Asiático em 1997-1998, crise da Rússia em 1998, crise cambial do Brasil em 1999, crise Argentina em 2001-2002, e a crise financeira de 2008-2013;*
6. *Certamente nenhuma dessas crises foi imaginada pelos investidores do programa de concessão de rodovias do Paraná em meados da década de 1990, quando se iniciaram os estudos técnicos e de viabilidade econômica;*
7. *Apesar da naturalidade no fato de um investidor estimar a TIR a cada momento econômico e a cada novo projeto analisado, a TIR pode ser entendida como o somatório dos riscos incorridos em um projeto, começando com os riscos soberano (Brasil), passando pelo risco operacional, risco de demanda (tráfego), risco dos preços unitários dos insumos e até riscos de projetos no caso de contratação grenfield, conforme evidenciado abaixo:*
8. *Para se calcular a TIR, é preciso projetar um fluxo de caixa do projeto com todos os seus elementos, ou seja, receita, custos, investimentos, depreciação, impostos etc. Somente dessa maneira, o investidor pode projetar quanto faltará ou restará após todos os pagamentos dos compromissos assumidos terem sido feitos:*
9. *No exemplo hipotético abaixo, temos um projeto com as seguintes características:*





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



1. Fluxo Original Desalavancado	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Receita	4.000	4.000	4.000	4.100	4.200	4.300	4.400	4.500	4.600	4.700
(-) Custo	-1.500	-1.500	-1.500	-1.500	-1.500	-1.500	-1.500	-1.500	-1.500	-1.500
(-) Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Taxa de juros	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500
(-) IM	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300
(-) Taxa de liquidez	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800
(-) Depreciação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Investimentos	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
(-) Fluxo de Caixa Projeto	-1.800	-1.800	-1.800	-1.800	-1.800	-1.800	-1.800	-1.800	-1.800	-1.800

10. A TIR é simplesmente a taxa que iguala, no presente (ano 1), às saídas e entradas no Fluxo de Caixa durante todo o projeto. Assim, no caso acima, a TIR esperada para o projeto é de 17,25% aa e desalavancada, ou seja, não considera financiamento com terceiros;

11. No exemplo acima, os investidores assumem toda a necessidade de aportar dinheiro para os investimentos. No entanto, é comum recorrer aos bancos, pois o custo do capital próprio (investidor) é mais caro que o do capital de terceiros (bancos), pois o risco maior é sempre do investidor;

12. O exemplo 2 abaixo reproduz o mesmo projeto hipotético, porém, considera que 40% das necessidades de investimento serão obtidas junto aos bancos (custo mais barato);

2. Fluxo Original Alavancado	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Receita	4.000	4.000	4.000	4.100	4.200	4.300	4.400	4.500	4.600	4.700
(-) Custo	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200
(-) Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Taxa de juros	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500
(-) Juros Financiamento	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400
(-) Taxa de liquidez	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800
(-) IM	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300
(-) Taxa de liquidez	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800
(-) Depreciação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Investimentos	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
(-) Fluxo de Caixa Projeto	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200	-1.200

13. A TIR esperada para o projeto é de 22,01% aa com alavancagem. A TIR alavancada é sempre maior que a TIR desalavancada. Quanto maior for a participação do capital de terceiros e quanto menor for o custo desse financiamento, maior será a TIR alavancada em relação à TIR desalavancada, pelo simples fato que os riscos incorridos pelo investidor são maiores que o risco tomado pelo financiador;

14. O investidor calcula tanto a TIR desalavancada quanto a alavancada. No entanto, o risco de financiamento é sempre do investidor, ou seja, caso não consiga o dinheiro, terá que colocar capital próprio;



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



15. A TIR de um projeto, *alavancada ou desalavancada*, só será efetivamente conhecida no último dia do projeto, quando o investidor poderá avaliar qual foi o real fluxo de caixa do projeto;

16. Assim, a TIR não é uma "taxa de lucro prefixada", como pode ser erroneamente entendida, simplesmente pelo fato que nenhum projeto pode contar com a cobertura dos riscos de tráfego, risco de operação, risco de preços dos insumos, financeiro etc. Esses riscos são naturalmente incorridos pelos investidores.

Demais disso, a ora signatária coloca-se à inteira disposição dessa CPI, a fim de colaborar ativamente em seus trabalhos, sempre com a necessária transparência e agilidade."

Desta forma, visto o atual momento da economia e tendo em vista que diversas obras não foram iniciadas e, pelo contrário, foram postergadas para o final do contrato, recomenda-se que o Governo do Estado adote as medidas necessárias para a retomada das obras.

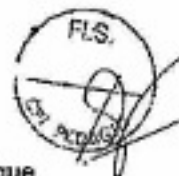
Qualquer novo empréstimo que as concessionárias contraiam para iniciar novas obras - de acordo com o termo aditivo de 2002, ainda restam muitas obras a serem feitas - será regulado pelo atual momento da economia. Além disso, para os novos investimentos deverá ser observado a adoção do fluxo de caixa marginal, nos termos adotados pelo TCU em processo referente aos primeiros lotes de concessão federal e cuja metodologia já foi incorporada pelo ente responsável pela regulação das rodovias federais, qual seja, ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres.

#### 4.19. A questão da CPMF



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



As alterações feitas através dos termos aditivos de 2.002 que modificaram o PER, o PROJETO BÁSICO, a ESTRUTURA TARIFÁRIA e a PROPOSTA COMERCIAL, previstas nos Contratos Originais, alterados pelos termos aditivos de 2.000, consistiam basicamente na reestruturação dos investimentos previstos no contrato originário e nos termos aditivos de 2.000, bem como na alteração do cronograma de obras e investimentos, com o remanejamento dos prazos para início e término de obras.

Para tanto, as concessionárias dos 6 lotes justificaram que as ações acima elencadas foram motivadas pelo restabelecimento do equilíbrio-econômico financeiro do contrato de concessão, tendo como um dos motivos a *"a incidência dos tributos que passaram a repercutir sobre a concessão, os*

*quais oneraram a Concessionária, especialmente as variações ocorridas no ISS, COFINS, PIS, CPMF e Contribuição Social Sobre o Lucro, havidas desde a assinatura original do CONTRATO DE CONCESSÃO até o presente momento".* (grifo nosso) Clausula V.1.a do aditivo 34/02 de 2002 - LOTE 1 - Clausula V.1.a do aditivo 87/02 de 2002 - LOTE 3 - Clausula VI.1.a do aditivo 86/02 de 2002 - LOTE 4 - Clausula V.1.a do aditivo 33/02 de 2002 - LOTE 5 - Clausula VI.1.a do aditivo 104/02 de 2002 - LOTE 6.

Assim, como demonstrado nas cláusulas supra citadas, as Concessionárias e o Governo do Estado utilizaram-se da incidência e do aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF - para restaurar o equilíbrio-econômico financeiro do contrato de concessão.

A CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) foi uma cobrança que incidiu sobre todas as movimentações



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

bancárias, exceto nas negociações de ações na Bolsa, saques de aposentadorias, seguro-desemprego, salários e transferências entre contas-correntes de mesma titularidade.

Inicialmente, foi aprovada em 1993 e passou a vigorar no ano seguinte com o nome de IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira). Nessa época, a alíquota era de 0,25% e sua cobrança durou até dezembro de 1994 quando, como já estava previsto, o imposto foi extinto.

Dois anos depois, em 1996, foi aprovada a Emenda Constitucional nº. 12, em 16 de agosto de 1996, que incluiu o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que outorgava competência à União para instituir a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF).

Diante da referida emenda, o governo voltou a discutir o assunto, com objetivo de direcionar a arrecadação desse tributo para a área da saúde. Assim, em 24 de outubro de 1996 foi sancionada a Lei nº. 9.311, que instituiu a CPMF e passou a vigorar em 1997 com alíquota de 0,2%. A referida Lei considerava como movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira qualquer operação líquida ou lançamento realizado pelas entidades referidas no seu art. 2º, que representem circulação escritural ou física de moeda e de que resulte ou não transferência de titularidade dos mesmos valores, créditos e direitos.

A CPMF deveria incidir sobre os fatos geradores





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



deixou de ser feita a partir do dia 1º de janeiro de 2008. Durante esse período, as concessionárias trabalharam com um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de 0,38% em seu favor. Foram mais de 6 (seis) anos trabalhando com uma realidade que deixou de existir no ano de 2.007.

Diante do exposto, recomenda-se que o Governo do Estado e as Concessionárias procedam ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em favor dos usuários, em virtude da não incidência da CPMF desde 2.007.

Observe-se, ainda, que outros desequilíbrios que possam existir a favor das Concessionárias devem ser considerados no restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

**4.20. A questão do acordo de suspensão da tramitação das medidas judiciais entre o Estado do Paraná e as Concessionárias**

Desde o ano de 2011, o governo estadual e as concessionárias decidiram suspender as ações que tramitam na Justiça, com o argumento de que seria necessário um clima amistoso para negociar acordos sobre o pedágio no Paraná.

Dentre o objeto das ações existem vários pedidos de indenização por reajustes que não foram autorizados de maneira tempestiva, por prejuízos com invasões nas praças de pedágio ou isenções não previstas em contrato. No entanto, existem processos que tratam da caducidade dos contratos, da tentativa de encampação das empresas e da anulação de aditivos contratuais.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

verificados no período de tempo correspondente a treze meses, contados após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que a instituiu (art. 20 da Lei nº 9.311, de 1996). Contudo, este dispositivo legal foi alterado pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997, art. 1º, que dispôs sobre a incidência relativamente aos fatos geradores ocorridos no prazo de 24 meses, contados a partir de 23 de janeiro de 1997.

No entanto, em junho de 1999, através da Emenda Constitucional nº 21, de 18 de março de 1999, a CPMF foi prorrogada para o período de 17 de junho de 1999 a 17 de junho de 2002, sendo que a alíquota passou a ser de 0,38%. Em 2001, a alíquota caiu para 0,3%, mas, em março do mesmo ano, voltou a ser fixada em 0,38%. Em 2002, através da Emenda Constitucional nº 37, de 28 de maio de 2002, foi determinado que a CPMF fosse cobrada até 31 de dezembro de 2004, o que ocorreu novamente em 2004, por meio da Emenda Constitucional nº 42, que prorrogou o prazo de incidência da CPMF até 31 de dezembro de 2007.

Porém, em 31 de dezembro de 2007, a CPMF deixou de existir, visto que a matéria não foi aprovada pelo Congresso nacional. Deste modo, a cobrança de 0,38% relativa à contribuição deixou de ser feita a partir do dia 1º de janeiro de 2008.

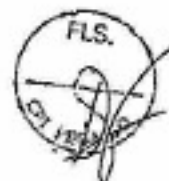
Sendo assim, uma vez que uma das causas que oneraram as concessionárias deixou de existir, qual seja, a incidência de tributos que passaram a repercutir sobre a concessão, especialmente a CPMF, com alíquota de 0,38%, nada mais justo que o contrato seja reequilibrado em favor do usuário.

Ainda, não se pode olvidar que a cobrança da CPMF



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Inicialmente, a suspensão valeria por 180 dias e, no fim do prazo, findada as negociações, as partes deveriam decidir se transigiam ou se retomavam os processos.

Desde o acordo de suspensão dos processos, passaram-se quase 3 anos e, até o presente momento, nem as partes entraram num acordo e nem os processos foram retomados.

Durante as reuniões ordinárias da Comissão Parlamentar de Inquérito, por diversas vezes foi suscitado por representantes do Governo e das Concessionárias que até o final de 2013 os acordos poderiam ser finalizados, sem, no entanto, isso realmente se concretizar.

Desta feita, não havendo um entendimento entre as partes, visto que se passaram quase 3 anos - tempo suficiente para um entendimento entre as partes - desde a suspensão dos processos e ainda não foi firmado nenhum acordo, nada mais resta que a retomada das ações judiciais do Governo do Estado em face das Concessionárias.

Insta salientar que ainda estão pendentes de julgamento as ações que tratam sobre a nulidade dos termos aditivos de 2000 e de 2002. Frise-se que os termos aditivos firmados entre Poder Concedente e concessionárias foram altamente prejudiciais ao estado do Paraná, motivo pelo qual se deve retomar as ações pendentes.

Assim sendo, em não sendo possível acordo entre as Concessionárias e Poder Concedente recomenda-se ao Governo do Estado do Paraná que retome todas as ações judiciais que foram

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

inicialmente movidas em face das Concessionárias de Rodovia do Estado.

**4.21. Alterações do Programa de Exploração de Rodovias (PER) através de atos administrativos**

As alterações feitas através dos termos aditivos de 2.000 e 2.002, que modificaram o PER, o PROJETO BÁSICO, a ESTRUTURA TARIFÁRIA e a PROPOSTA COMERCIAL previstas nos Contratos originais, não foram as únicas mudanças ocorridas. Além da famigerada Ata 17 que, através de decisão judicial, modificou substancialmente o Lote 03 - Rodovia das Cataratas S/ A - Ecócataratas, diversos outros atos administrativos editaram o Programa de Estradas e Rodagem - PER.

Ao arrepio do que dispõe a legislação aplicável, nenhum desses atos foi publicado, vindo de encontro ao que dispõe a Constituição da República, em seu art. 37, que consagrou o princípio da publicidade na administração pública.

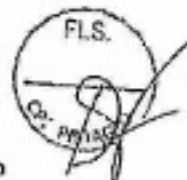
Ainda, as alterações realizadas são quase sempre em benefício das concessionárias, vez que indicam trocas de obras, postergando as mais caras e antecipando obras mais baratas; e, ainda, suprimem investimentos. Quando se tratam de modificações que acrescentaram investimentos, todas são seguidas de degressos tarifários. Em outras palavras, as obras acrescentadas estão sendo pagas pela população através de aumento na tarifa de pedágio.

Cumpre ressaltar que a UNIÃO celebrou os



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Instrumentos de convênio 2, 3, 4, 5, 6 e 7, em 1996, com o Estado do Paraná, a quem delegou a administração e a exploração de trechos de rodovias federais é, desta forma, qualquer mudança que modifique substancialmente o PER necessita OBRIGATORIAMENTE a anuência da UNIÃO, conforme dispõe os termos de convênio suso citados e a legislação aplicável.

Desta forma, tendo em vista as modificações nos cronogramas de obra sem a devida publicação, conforme dispõe a Constituição da República e legislação infraconstitucional, recomenda-se a apuração pelas instituições competentes, para que estas identifiquem os atos emanados pelo DER e responsabilizem o agente público competente, conforme dispõe o art. 11 e seguintes da Lei 8429/92.

Recomenda-se que o DER/PR elenque todas as modificações efetuadas no Programa de Exploração de Rodovias, publique-as em Diário Oficial em no máximo 45 dias e comunique a Assembleia Legislativa. Finalmente, que o DER/PR dê celeridade na lavratura e devida formalização de todos os atos administrativos que estão pendentes de consolidação aos contratos de concessão, se abstendo de promover novas alterações por meio de atos administrativos sem a devida publicidade que exige a Administração Pública direta e indireta.

**4.22. Projeto de Lei a ser proposto**

Desde o início das reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito, muito foi falado acerca dos termos aditivos firmados aos contratos de concessão, bem como sua eventual prorrogação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

O histórico dos contratos de concessão de rodovias do Estado do Paraná e as manifestações de populares mostraram que os termos aditivos firmados entre o Poder Concedente e a Concessionária nem sempre vieram de encontro ao que a população almejava.

Frise-se que os termos aditivos firmados nos anos de 2000 e 2002 foram assinados pelo poder concedente, ou seja, entre representantes do Poder Executivo e às Concessionárias de rodovias. Em nenhum momento a discussão foi trazida ao plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, legítima representante da população do Estado.

Ainda, outra matéria exaustivamente tratada nesta comissão foi no que tange à prorrogação dos contratos de concessão.

Cumprе ressaltar que alguns membros da comissão posicionaram-se contrários a prorrogação dos contratos ulteriormente firmados, pois uma nova licitação para a concessão dos trechos de rodovias seria benéfica.

Sendo assim, para que novos processos de concessões e prorrogações de contratos, bem como a modificação destes, tenham uma discussão mais aprofundada, esta Comissão Parlamentar de Inquérito propõe o presente projeto de Lei que objetiva alterar a Lei Complementar 76/95, que versa sobre as concessões permissões de serviços públicos no Estado do Paraná.

Primeiramente, no art. 1º da LC 76/95, faz-se apenas a inclusão do inciso VIII, adequando a Lei Complementar e acrescentando as rodovias delegadas pela União aos municípios ou ao Estado do Paraná.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



No parágrafo único do art. 15 da Lei Complementar, o termo "concessão de serviço público precedida da execução de obra pública" é acrescentado, vez que a Lei era silente neste sentido. Importante frisar que o modelo de concessão de rodovia pedagiada no Estado do Paraná é sob a forma de "concessão de serviço público precedida da execução de obra pública" e, uma vez que o art. 15 não mencionava esse tipo de concessão, não seria necessária a autorização legislativa para estes casos. Desta forma, agora toda e qualquer concessão será precedida de autorização do Poder Legislativo.

Quanto a inclusão do parágrafo 4º ao art. 24 da LC 76/95, que prevê que "a formalização de termos aditivos aos contratos de concessão já firmados entre o Poder concedente e o concessionário, bem como a prorrogação destes contratos de concessão, dependerão de prévia autorização do Poder Legislativo", a justificativa se dá pelo simples fato de que sendo necessária a autorização legislativa para a concessão, igualmente necessária é a autorização para a prorrogação ou modificação destes contratos, vez que com a prorrogação destes, eles podem suprimir uma nova licitação que seria feita para nova concessão de serviço público.

Desta forma, toda e qualquer prorrogação de contrato de concessão, bem como seus respectivos aditivos contratuais, dependerão de autorização desta Casa legislativa, que irá debater e analisar a real necessidade da prorrogação e da continuidade do serviço prestado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

/ 2014



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

**Sumula:** Altera a Lei  
Complementar nº. 76, de 21 de  
novembro de 1995 e adota outras  
providências.

**Art. 1º** Acrescenta o inciso VIII ao art. 1º da Lei Complementar nº. 76, de 21 de novembro de 1995, com a seguinte redação:

"Art. 1º As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão por esta Lei.  
Parágrafo único. Sujeitam-se ao regime de concessão ou permissão, ou, quando for o caso, de autorização, os seguintes serviços e obras públicas:

(...)

VIII - a administração de rodovias e exploração de trechos de rodovias, ou obras rodoviárias federais delegadas pela União aos municípios ou ao Estado do Paraná."

**Art. 2º** O parágrafo único do art. 15 da Lei Complementar nº. 76, de 21 de novembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. (...)

Parágrafo único. As licitações para concessão de serviços públicos, de obras públicas mediante leilão ou de serviço público precedida da execução de obra pública deverão ser precedidas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



de autorização do Poder Legislativo, exceto: àquelas promovidas pela Estrada de Ferro Paraná Oeste Ltda."

Art. 3º Acrescenta o §4º ao art. 24 da Lei Complementar nº. 76, de 21 de novembro de 1995, com a seguinte redação:

"Art. 24. (...)

§ 4º. A formalização de termos aditivos aos contratos de concessão já firmados entre o Poder concedente e o concessionário, bem como a prorrogação destes contratos de concessão, dependerão de prévia autorização do Poder Legislativo."

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

**4.23. A questão da efetividade da aplicação do Vale Pedágio**



A questão da Lei do Vale Pedágio surgiu durante a oitiva realizada com o presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Sr. Diumar Cunha Bueno, que para que os deputados desta CPI trabalhem no sentido de sugerir ao governo do Estado um acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para que o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) assuma a fiscalização do chamado Vale Pedágio. Bueno afirmou que "A lei existe, mas não temos fiscalização. Resultado é que continuamos a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

pagar o pedágio integral e isso dificulta o transporte da categoria", disse Bueno.

Segundo o Sr. Diomar Cunha Bueno:

"(...) O pedágio é um custo adicional no transporte e não pode ser arcado por aquele que executa esse serviço, arcado simplesmente pelo caminhoneiro, o que se torna realmente muito alto - e começamos então a... Discutimos muito isso, foi discutido com várias entidades e caminhoneiros em nível nacional, e chegamos à conclusão de solicitar uma lei que isentasse o caminhoneiro desse custo do pedágio, como eu disse, para nós o entendimento do custo adicional no transporte.

Então, com isso, foi instituída a Lei 10.209, dia 23 de março de 2001, o vale-pedágio. O vale-pedágio, que constitui o contratante do serviço de transporte fornecer ao caminhoneiro, na hora que fornece a sua nota fiscal, os ticket-pedágio para ele, referente à rodovia que ele passar e ele pagar, conseguir passar na rodovia sem custo algum porque, como eu disse antes, esse é um custo adicional, e para uma pessoa só ou uma empresa só pagar esse custo, realmente é inviável. Então, foi chegado ao entendimento que o custo do pedágio precisava ser diluído por toda sociedade ou por aqueles que consomem o produto que está sendo transportado. Então, caminhão que carrega 30 mil litros, 30 mil litros de lata de azeite ou de óleo, esse custo do pedágio no transporte dele deve ser dividido por todos eles e não apenas por aquela que está transportando.

(...)

O vale-pedágio é uma obrigatoriedade do contratante do serviço de transporte, fornecer ao transportador - quer seja autônomo, quer seja empresa - na execução de um serviço de transporte, junto com a nota fiscal, esse vale-pedágio se, no percurso que ele for percorrer, realmente existir pedágio, para que o transportador não tenha realmente custo nenhum sobre a questão do pedágio.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

FLS.  
CPI #EOK

(4.3)

Essa lei está em vigor. A grande luta nossa e que eu, na verdade, ao final, se for permitido, gostaria de apresentar três sugestões para esta Comissão, para a CPI, e uma delas é exatamente essa. Para resolvermos definitivamente e especificamente a questão dos transportadores autônomos, é o cumprimento da Lei do Vale-Pedágio que, infelizmente, no Paraná, esteve muito ausente do cumprimento e da obrigatoriedade dela. A Secretaria de Estado dos Transportes, através do DER, que foi inclusive oficiada por nós e solicitada pela ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres, que tem a obrigatoriedade de fiscalização do cumprimento dessa lei, e eu registro aqui inclusive que imputamos à Agência um Mandado de Segurança para que houvesse o cumprimento da lei, mas, infelizmente, não encontrou eco aqui no Estado por parte das autoridades para termos, pelo menos para essa categoria, esse problema do custo do pedágio solucionado.

Então, é aquilo que falamos: acho que assim, particularmente, a discussão da tarifa do pedágio, as obras e o conceito é uma obrigação de toda sociedade. A rodovia não é usada e esse custo não é refletido apenas na nossa categoria. Ela, realmente, tem a responsabilidade e lamentamos até, outros movimentos que participamos, muitas vezes você tem que obrigar ou conchamar outros setores, outras categorias a participarem, que quando estão passando ali, nem os protestos ajudaram nossa categoria. Então, ficamos basicamente com esta bandeira da discussão do pedágio e das soluções, tanto de tarifa como da melhoria das rodovias, basicamente quase que sozinhos. Felizmente, isso foi repercutindo e como disse, espero que agora, através desta CPI, sem as paixões políticas e de palanques eleitorais, realmente consigam trazer uma discussão mais eficiente, que realmente tragam benefícios para o Estado e para toda assistência social.

Para a categoria, especificamente, já é um entendimento nacional, a solução é exatamente o cumprimento do vale-pedágio. E que espero, Sr. Presidente e demais Deputados, que contemplem neste estudo, no apontamento que vocês farão depois, que realmente, para esta categoria, seja, no Estado, efetivamente, atendida esta questão. Então, só registrando, a Lei 10.209 de 23 de março de 2001 é uma Lei

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Federal, de obrigação para todo o embarque de transporte. Gostaria, Sr. Deputados, de ressaltar, em entendimento que temos, na avaliação que os senhores estão fazendo de todo o contrato e a execução, como disse, estamos há mais de dez anos de concessão e, infelizmente, lamento que isso já não tenha ocorrido por parte de outros legisladores, que durante este tempo passaram por aí e não tiveram oportunidade de promover esta discussão (...)"

De posse desta notícia, esta relatoria foi fazer um levantamento sobre o tema e, para fins de esclarecimento ao público, mostra-se importante fazer um breve histórico e apresentar esclarecimentos acerca da Lei do Vale Pedágio, conforme consulta ao sítio eletrônico da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

O Vale-Pedágio obrigatório foi instituído pela Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, e foi criado com objetivo de atender a uma das principais reivindicações dos caminhoneiros autônomos: a desoneração do transportador do pagamento do pedágio.

Por este dispositivo legal, os embarcadores ou equiparados, passaram a ser responsáveis pelo pagamento antecipado do pedágio e fornecimento do respectivo comprovante, ao transportador rodoviário.

Abaixo a transcrição do diploma legal, a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001.

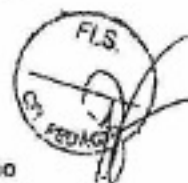
Institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências.

Faço saber que o PRESIDENTE DA REPÚBLICA adotou a Medida Provisória nº 2.107-12, de 2001, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Art. 1º Fica instituído o Vale-Pedágio obrigatório, para utilização efetiva em despesas de deslocamento de carga por meio de transporte rodoviário, nas rodovias brasileiras.

§ 1º O pagamento de pedágio, por veículos de carga, passa a ser de responsabilidade do embarcador.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º, considera-se embarcador o proprietário originário da carga, contratante do serviço de transporte rodoviário de carga.

§ 3º Equivale-se, ainda, ao embarcador:

I - o contratante do serviço de transporte rodoviário de carga que não seja o proprietário originário da carga;

II - a empresa transportadora que subcontratar serviço de transporte de carga prestado por transportador autônomo.

Art. 2º O valor do Vale-Pedágio não integra o valor do frete, não será considerado receita operacional ou rendimento tributável, nem constituirá base de incidência de contribuições sociais ou previdenciárias.

Parágrafo único. O valor do Vale-Pedágio obrigatório e os dados do modelo próprio, necessários à sua identificação, deverão ser destacados em campo específico no documento comprobatório de embarque. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

Art. 3º A partir de 25 de outubro de 2002, o embarcador passará a antecipar o Vale-Pedágio obrigatório ao transportador, em modelo próprio, independentemente do valor do frete, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

§ 1º Quando o Vale-Pedágio obrigatório for expedido em modelo próprio, a aquisição, pelo embarcador, para fins de repasse ao transportador de carga, dar-se-á junto às concessionárias das rodovias, podendo a comercialização ser delegada a centrais de vendas ou a outras instituições, a critério da concessionária.

§ 2º O Vale-Pedágio obrigatório deverá ser entregue ao transportador rodoviário autônomo no ato do embarque decorrente da contratação do serviço de transporte no valor necessário à livre circulação entre a sua origem e o destino.

§ 3º Sendo o transporte efetuado por empresa comercial para um só embarcador, aplica-se o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º O rateio do valor do Vale-Pedágio obrigatório, no caso do transporte fracionado, será definido em regulamento.

§ 5º No caso de transporte fracionado, efetuado por empresa comercial de transporte rodoviário, o rateio do Vale-Pedágio obrigatório será feito por despacho, destacando-se seu valor no conhecimento para quitação, pelo embarcador, juntamente com o valor do frete a ser faturado.

§ 6º Até o dia 15 de outubro de 2002, as concessionárias de rodovias que pratiquem a cobrança de pedágio informarão à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT o modelo próprio de Vale-Pedágio obrigatório, utilizável em todas as rodovias nacionais, que estejam disponibilizando aos interessados e os locais em que poderão ser adquiridos. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

§ 7º O descumprimento do que estabelece o parágrafo anterior implicará a aplicação de multa diária de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Parágrafo único. A dedução de que trata o caput deste artigo fica limitada ao valor do Vale-Pedágio obrigatório.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator à aplicação de multa administrativa de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) a R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), a ser aplicada pelo órgão competente, na forma do regulamento.

Art. 6º Compete à ANTT a adoção das medidas indispensáveis à implantação do Vale-Pedágio obrigatório, a regulamentação, a coordenação, a delegação e a fiscalização, o processamento e a aplicação das penalidades por infrações a esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

Art. 7º Compete à ANTT a adoção das medidas indispensáveis à implantação do Vale-Pedágio obrigatório, a regulamentação, a coordenação, a delegação e a fiscalização, o processamento e a aplicação das penalidades por infrações a esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

§ 1º A fiscalização, o processamento e a aplicação das penalidades previstas neste artigo poderão ser descentralizados mediante convênio a ser celebrado com o Ministério do Trabalho e Emprego e com outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

§ 2º A ANTT obriga-se a prover os órgãos ou as entidades de que trata o § 1º, fornecendo-lhes elementos necessários e atualizados. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

Art. 7º Caso o Ministério do Trabalho e Emprego venha a exercer, por delegação e descentralização, as atividades inerentes à ANTT, os valores arrecadados, decorrentes das multas por ele aplicadas,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

constituirão receita adicional do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, de que trata a Lei no

7.998, de 11 de janeiro de 1990. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

Art. 8º Sem prejuízo do que estabelece o art. 5º, nas hipóteses de infração ao disposto nesta Lei, o embarcador será obrigado a indenizar o transportador em quantia equivalente a duas vezes o valor do frete.

Art. 9º Os órgãos competentes do Poder Executivo, no âmbito de suas atribuições, tomarão as providências necessárias, em trinta dias, para o cumprimento do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. A partir das nove horas do dia 4 até às vinte e quatro horas do dia 11 de maio de 2000, os veículos de transporte rodoviário de carga terão livre circulação, sem pagamento da tarifa de pedágio, nas rodovias sob concessão federal.

Art. 9º-A. A ANTT articular-se-á com os Estados e Municípios que operem diretamente rodovias com pedágio, ou por meio de concessões, com vistas à implementação das disposições desta Lei nas suas esferas de atuação. (Incluído pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

Art. 10. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 2.107-11, de 26 de janeiro de 2001.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Congresso Nacional, em 23 de março de 2001; 180º da Independência e 113º da República.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17.ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**Breve Histórico da Lei do Vale-Pedágio**

A seguir, apresentamos um breve histórico da Lei do Vale-Pedágio no Brasil.

Dando cumprimento à sua atribuição de regulamentar a Lei, a ANTT publicou no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2002, a Resolução nº 106 que trata da regulamentação do Vale-Pedágio obrigatório, em nível nacional, no transporte rodoviário de cargas.

Ainda em 23 de outubro de 2002, a ANTT publicou a Resolução nº 107 (ver Legislação), que trata da habilitação de duas empresas, a DBTRANS e a VISA, em nível nacional, para o fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório. Em 16 de julho de 2003, uma terceira empresa, a REPOM, foi também habilitada pela ANTT, através da Resolução nº 251 a fornecer o Vale-Pedágio obrigatório.

Em 15 de janeiro de 2003, a ANTT fez publicar, no Diário Oficial da União, as Resoluções nº 149 e 150, datadas de 07 de janeiro de 2003, que, respectivamente, tratam da alteração da Resolução 106/02 e instituição de Regime Especial.

Dentre as alterações estabelecidas pela Resolução nº 149, destacam-se a possibilidade da entrega e registro do Vale-Pedágio obrigatório no documento comprobatório de embarque em local diverso daquele em que ocorra o embarque, desde que seja em ponto anterior ao ingresso do veículo em rodovia pedagiada, bem como a equiparação ao embarcador da empresa transportadora contratada por mais de um remetente ou destinatário em operações feitas com um único veículo, e, ainda, a não incidência da Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, sobre o Transporte Internacional Rodoviário de Cargas, deixando que a questão seja regida pelos acordos firmados entre os governos signatários do ATIT (Acordo do Transporte Internacional Terrestre).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
 17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Pela Resolução nº 241 (ver Legislação), de 3 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 23 de julho de 2003, a ANTT alterou a Resolução nº 106 de 2002.

Após a realização da Audiência Pública nº 011/2004, o Vale-Pedágio obrigatório passou a ser regulamentado pela Resolução nº 673, republicada com redação alterada pela Resolução nº 715.

Finalmente, após a realização da Audiência Pública nº 083/2008, a Resolução nº 2885, de 09 de setembro de 2008 passou a regulamentar o Vale-Pedágio obrigatório.

Abaixo segue a regulamentação completa realizada pela ANTT com relação à Resolução nº 2885, de 09 de setembro de 2008.

Estabelece as normas para o Vale-Pedágio obrigatório e institui os procedimentos de habilitação de empresas fornecedoras em âmbito nacional, aprovação de modelos e sistemas operacionais, as infrações e suas respectivas penalidades.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR 021/08, de 4 de setembro de 2008, no que consta do Processo nº 50500.055635/2007-66;

CONSIDERANDO a instituição do Vale-Pedágio obrigatório pela Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, alterada pela Lei nº 10.561, de 13 de novembro de 2002;

CONSIDERANDO a competência da ANTT para a adoção das medidas indispensáveis à implantação do Vale-Pedágio obrigatório, sua regulamentação, fiscalização, processamento e aplicação de penalidades;

575



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



CONSIDERANDO a necessidade de atualizar e adequar as normas e os procedimentos de habilitação das empresas fornecedoras do Vale-Pedágio obrigatório e de aprovação dos modelos e sistemas operacionais; e

CONSIDERANDO as contribuições apresentadas nas Audiências Públicas nº 063/2007 e nº 083/2008, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer as normas para a utilização do Vale-Pedágio obrigatório, a habilitação de empresas fornecedoras em âmbito nacional, a aprovação de modelos e sistemas operacionais e a fiscalização, bem como tipificar as infrações e suas respectivas penalidades.

**TÍTULO I**

**DOS PRINCÍPIOS GERAIS**

Art. 2º Para os fins previstos nesta Resolução, entende-se por documento comprobatório de embarque o Documento de Transporte ou Documento Fiscal que contenha informações de transporte.

Art. 3º O Vale-Pedágio obrigatório de que trata esta Resolução somente poderá ser comercializado para utilização no exercício de atividade de transporte rodoviário de cargas, por conta de terceiros e mediante remuneração, por transportador inscrito no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga RNTRC.

Parágrafo único. O transportador rodoviário que transitar sem carga por disposição contratual terá direito à antecipação do Vale-Pedágio obrigatório em todo o percurso contratado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Art. 4º Na realização de transporte com mais de um embarcador, não há obrigatoriedade de antecipação do Vale-Pedágio, devendo o valor ser calculado mediante rateio por despacho, destacando-se o valor do Vale-Pedágio obrigatório e o do frete no documento comprobatório de embarque para quitação juntamente com o valor do frete.

Art. 5º Não se aplicam as disposições do Vale-Pedágio obrigatório ao transporte rodoviário internacional de cargas realizado por empresas habilitadas ao transporte internacional e cuja viagem seja feita em veículo de sua frota autorizada.

**TÍTULO II****DO EMBARCADOR**

Art. 6º Considera-se embarcador o proprietário originário da carga contratante do serviço de transporte rodoviário de cargas.

§ 1º Equipara-se, ainda, ao embarcador o contratante do serviço de transporte rodoviário de cargas, que não seja o proprietário originário da carga ou a empresa transportadora que subcontratar serviço de transporte rodoviário de carga.

§ 2º Considera-se contratante do transporte rodoviário de cargas, nos termos deste artigo, o responsável pelo pagamento do frete, seja na origem ou no destino do percurso contratado.

Art. 7º Compete ao embarcador:

I - adquirir e repassar ao transportador rodoviário de carga, no ato do embarque, o Vale-Pedágio obrigatório, independentemente do frete, correspondente ao tipo de veículo, no valor necessário à livre circulação entre a sua origem e o destino, observando o disposto no parágrafo único do art. 3º desta Resolução; e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



II - registrar, no documento comprobatório de embarque, o valor do Vale-Pedágio obrigatório e o número de ordem do seu comprovante de compra ou anexar o comprovante da compra disponibilizado pela operadora da rodovia sob pedágio ou pela empresa fornecedora do Vale-Pedágio.

§ 1º O Vale-Pedágio obrigatório antecipado pelo embarcador ao transportador rodoviário de carga deve corresponder ao valor cobrado em todas as praças de pedágio existentes na rota de viagem contratada, por veículo.

§ 2º A suspensão dos eixos não influirá no cálculo do valor do pedágio.

**TÍTULO III**

**DAS OPERADORAS DE RODOVIAS SOB PEDÁGIO**

Art. 8º As operadoras de rodovias sob pedágio deverão aceitar todos os modelos e sistemas operacionais aprovados pela ANTT, das empresas fornecedoras do Vale-Pedágio obrigatório habilitadas em âmbito nacional.

§ 1º As operadoras de rodovias sob pedágio poderão utilizar modelos operacionais de Vale-Pedágio obrigatório de âmbito estadual, registrados na ANTT.

§ 2º Considera-se, para fins desta Resolução, como fornecedora de Vale-Pedágio obrigatório em âmbito estadual, a empresa que fornece modelos operacionais de Vale-Pedágio obrigatório aceitos apenas em um Estado da Federação.

Art. 9º Compete às operadoras de rodovias sob pedágio:





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

I - disponibilizar estatística dos Vales-Pedágio obrigatórios recebidos, na forma e prazo a ser definido pela ANTT;

II - informar aos usuários os modelos de Vale-Pedágio obrigatório aceitos;

III - comunicar à ANTT qualquer irregularidade que venha a ocorrer quando do uso do Vale-Pedágio obrigatório; e

IV - registrar, informando à ANTT, os modelos operacionais de fornecimento de Vale-Pedágio obrigatório que estejam à disposição dos usuários e eventuais restrições de uso.

**TÍTULO IV****DAS EMPRESAS HABILITADAS AO FORNECIMENTO DO VALE-  
PEDÁGIO OBRIGATÓRIO EM ÂMBITO NACIONAL**

Art. 10. Sem prejuízo do disposto no art. 19 desta Resolução, para a empresa habilitar-se ou manter-se habilitada ao fornecimento de ValePedágio obrigatório em âmbito nacional deverá:

I - disponibilizar, divulgar e comercializar, em âmbito nacional, o Vale-Pedágio obrigatório;

II - fornecer o número de ordem do comprovante de aquisição do ValePedágio obrigatório, a ser registrado no documento comprobatório de embarque;

III - manter, por cinco anos, o registro do número de ordem e data da operação de venda do Vale-Pedágio obrigatório;

IV - manter registro das praças de pedágio e respectivos valores de tarifas de pedágio, ao longo do itinerário percorrido pelo transportador;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



V - emitir relatório das operações de fornecimento dos Vales-Pedágio obrigatórios, na forma a ser definida pela ANTT; e

VI - disponibilizar aos embarcadores o comprovante de compra do Vale-Pedágio obrigatório, na forma estabelecida no art. 11 desta Resolução.

Art. 11. O comprovante de compra mencionado no inciso II, do art. 7º e no inciso VI, do art. 10, conterá, no mínimo, as seguintes indicações para cada veículo, por viagem:

I número de ordem do comprovante de aquisição do Vale-Pedágio obrigatório;

II - identificação do documento comprobatório de embarque utilizado na viagem;

III - data de aquisição do Vale-Pedágio obrigatório;

IV - indicação dos valores das tarifas relacionadas a cada praça de pedágio na rota da viagem e o valor total de pedágio; e

V - identificação da categoria quantidade de eixos do veículo que realizará a viagem.

Art. 12. Na implantação do sistema de arrecadação do Vale-Pedágio obrigatório nas praças de pedágio, deverá ser observado o seguinte:

I - será de exclusiva responsabilidade da empresa fornecedora do Vale-Pedágio obrigatório disponibilizar e instalar os softwares e equipamentos necessários à implantação do sistema, não implicando custos adicionais para a operadora de rodovia sob pedágio, salvo acordo em contrário, não podendo acarretar reflexo na tarifa de pedágio;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

II - será da responsabilidade da empresa fornecedora do Vale-Pedágio obrigatório em âmbito nacional o intercâmbio de informações entre os sistemas, devendo ser garantida a sua confidencialidade e segurança, utilizando protocolos de troca de informações que atendam as normas aplicáveis, cessando esta responsabilidade no momento em que se complete a recepção dos dados pela operadora de rodovia, a qual passa a se responsabilizar pela confidencialidade e segurança das informações durante o processamento em seus próprios sistemas; e

III - as garantias de continuidade de funcionamento adequado dos softwares, equipamentos e serviços acessórios ao sistema de informática, bem como a especificação da política de segurança a ser adotada serão definidas em entendimento direto entre as partes.

**TÍTULO V****DA HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS FORNECEDORAS DE VALEPEDÁGIO OBRIGATÓRIO EM ÂMBITO NACIONAL E APROVAÇÃO DOS MODELOS E SISTEMAS OPERACIONAIS**

Art. 13. Caberá à ANTT habilitar as empresas fornecedoras de ValePedágio obrigatório em âmbito nacional e aprovar os respectivos modelos e sistemas operacionais.

Parágrafo Único. Considera-se como modelo operacional a forma como se materializa o meio de pagamento antecipado do valor correspondente ao pedágio.

Art. 14. Para capacitar-se ao fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório em âmbito nacional, a empresa deverá apresentar à ANTT Pedido de Habilitação, na forma do Anexo I, acompanhado dos seguintes documentos:





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



I - cópia autenticada do contrato ou estatuto social da empresa, com as eventuais alterações, no caso de sociedade comercial e, no caso de sociedade anônima, da ata de eleição da administração em exercício;

II - procuração outorgada ao requerente, caso não seja este representante legal da empresa;

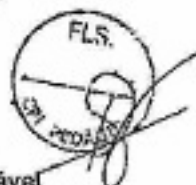
III - certidões de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, relativas à sede da empresa;

IV - demonstrativo ou relatório descritivo próprio onde seja detalhada a infraestrutura física e de logística da empresa requerente e respectivo modelo operacional de fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório, em âmbito nacional, comprovando capacidade de atendimento a quaisquer embarcadores e operadoras de rodovias sob pedágio; e

V - cronograma de implantação em todas as praças de pedágio existentes no território nacional.

§ 1º Apresentados os documentos referidos no caput deste artigo, a análise do pedido de habilitação fica condicionada à verificação e comprovação, por parte da ANTT, mediante juntada ao processo dos comprovantes de pesquisas, com identificação e assinatura do funcionário responsável da Agência, da regularidade cadastral no CNPJ, da regularidade fiscal da interessada junto à Receita Federal do Brasil, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PGFN, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, e à Seguridade Social INSS, bem como da inexistência de inscrição na Dívida Ativa da ANTT.

§ 2º O demonstrativo referente à capacidade de atendimento às operadoras de rodovias sob pedágio, de que trata o inciso IV deste artigo, deverá comprovar, também, as alternativas operacionais para atendimento às praças de pedágio em que, por força de comprovada baixa circulação de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

veículos ou de carência de infraestrutura física ou operacional, seja inviável a implantação do modelo em seu formato principal.

Art. 15 Para fins de aprovação do modelo operacional de fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório em âmbito nacional, a empresa deverá apresentar Certificação de Conformidade, expedida por entidade acreditada pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, por meio do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO. (Alterado pela Resolução nº 3.850, de 20.6.12)

Parágrafo único. A certificação das ferramentas tecnológicas deve estar em consonância com as normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT que tratam: (Alterado pela Resolução nº 3.850, de 20.6.12)

a) dos procedimentos mínimos de teste e requisitos de qualidade para pacote de software; e (Acrescido pela Resolução nº 3.850, de 20.6.12)

b) dos procedimentos que visam estabelecer, implementar, operar, monitorar, analisar criticamente, manter e melhorar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação associado às tecnologias utilizadas nas ferramentas tecnológicas que suportam o modelo apresentado. (Acrescido pela Resolução nº 3.850, de 20.6.12)

Art. 16. A documentação apresentada juntamente com o pedido de habilitação e aprovação será devolvida caso não atenda ao disposto nesta Resolução.

Art. 17. A habilitação e aprovação de que trata este Título não poderão ser objeto de qualquer tipo de transferência ou cessão.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Art. 18. Qualquer alteração nas condições de habilitação, a aprovação de que trata este Título deverá ser comunicada pela empresa fornecedora à ANTT, no prazo de trinta dias de sua ocorrência.

**TÍTULO VI**

**DA SISTEMÁTICA DE COMERCIALIZAÇÃO**

Art. 19. O fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório se dará sob as seguintes condições:

I - os custos incidentes no fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório serão fixados de comum acordo entre o embarcador e a empresa fornecedora; e

II - as condições de repasse do valor das tarifas de pedágio serão estabelecidas de comum acordo entre as operadoras das rodovias pedagiadas e as empresas fornecedoras.

**TÍTULO VII**

**DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES**

Art. 20. São considerados infratores sujeitos a multa, de acordo com o disposto no art. 5º da Lei nº 10.209, de 2001:

I - o embarcador que não observar as determinações contidas no art. 7º desta Resolução, ao qual será aplicada multa de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), por veículo, a cada viagem;

II - a operadora de rodovia sob pedágio, que não observar as determinações contidas nos arts. 8º e 9º, desta Resolução, à qual será

584

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**GPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

aplicada multa diária de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), a cada infração cometida, cumulativamente; e

III quem comercializar e/ou utilizar o Vale-Pedágio obrigatório em inobservância às disposições do art. 3º desta Resolução, ao qual será aplicada multa de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), por ocorrência.

Art. 21. O descumprimento aos arts. 17 e 18 implica o cancelamento da habilitação da empresa fornecedora e da aprovação do modelo operacional do Vale-Pedágio obrigatório.

**TÍTULO VIII****DA FISCALIZAÇÃO E DO PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES**

Art. 22. A fiscalização poderá ocorrer nas dependências do embarcador ou nas rodovias sob pedágio.

§ 1º Nos casos de fiscalização nas dependências do embarcador, serão verificados os documentos de embarque emitidos, os registros de transação de aquisição do Vale-Pedágio obrigatório ou comprovante de aquisição do Vale-Pedágio obrigatório de que tratam os arts. 7º, 10 e 11 desta Resolução, e outros que se façam necessários para a efetiva averiguação do fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório.

§ 2º Na eventualidade de denúncia, serão assegurados ao denunciante e ao denunciado o efetivo sigilo, nos termos da lei.

Art. 23. Eventuais divergências entre empresas fornecedoras do Vale-Pedágio obrigatório em âmbito nacional e operadoras de rodovias sob pedágio serão arbitradas pela ANTT, na forma da lei.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Art. 24. Caso a empresa fornecedora do Vale-Pedágio obrigatório ou o modelo operacional deixe de atender às respectivas condições de habilitação ou de aprovação será instada a pronunciar-se por escrito, no prazo máximo de trinta dias, contados da ciência da respectiva intimação, sob pena de, não o fazendo, ter cancelada sua habilitação.

Art. 25. O processo administrativo objeto de apuração para aplicação das penalidades, de que trata este Título, reger-se-á pelas disposições contidas na Resolução ANTT nº 442, de 17 de fevereiro de 2004.

**TÍTULO IX**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 26. Ficam vedadas novas concessões e renovações de Regime Especial para o Vale-Pedágio obrigatório.

Parágrafo único. Os Certificados de Regime Especial em vigência na data da publicação desta Resolução serão aceitos até a data de sua validade.

Art. 27. Poderá a ANTT, sempre que julgar oportuno, solicitar esclarecimentos complementares acerca do Vale-Pedágio obrigatório, inclusive para fins de habilitação, fiscalização e controle.

Art. 28. As empresas já habilitadas pela ANTT ao fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório deverão adequar-se, no prazo de cento e vinte dias, às disposições desta Resolução, sob pena de cancelamento da sua habilitação.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30. Ficam revogadas as Resoluções nº 673, de 4 de agosto de 2004, e nº 715, de 31 de agosto de 2004.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****Benefícios do Vale-Pedágio:**

A seguir, apresentamos os principais benefícios conquistados com a implantação do Vale-Pedágio, conforme informações extraídas do site eletrônico da ANTT (fonte: <http://appweb2.antt.gov.br/carga/pedagio/valepedagiobrigatorio.asp>).

Com a implantação do Vale-Pedágio obrigatório, todos são beneficiados: caminhoneiros, embarcadores e operadores de rodovias, conforme segue:

- Transportadores Rodoviários de Carga: deixam, efetivamente, de pagar a tarifa de pedágio. Apesar de estarem amparados na legislação federal, é fato que alguns embarcadores acabavam embutindo o valor da tarifa na contratação do frete, obrigando o caminhoneiro a pagar o pedágio indevidamente.
- Embarcadores ou equiparados: passam a cumprir uma obrigação determinada por lei. Fornecendo o Vale-Pedágio obrigatório ao transportador rodoviário, o embarcador ou equiparado determina o roteiro a ser seguido, pois o vale obedece ao preço do pedágio de cada praça. Assim, a carga deverá passar pelas rodovias determinadas; escolhendo o roteiro, o embarcador corre menor risco com relação ao roubo de cargas.
- Operadores de Rodovias sob pedágio: com o roteiro préestabelecido pelo embarcador, as operadoras de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



rodovias sob pedágio garantem a passagem do veículo pela praça de pedágio, minimizando o uso das rotas de fuga para evitar o pagamento da tarifa.

**Sobre a Fiscalização**

A fiscalização da Lei do Vale-Pedágio pode ser feita de duas formas: direta ou provocada.

A direta é feita por iniciativa do fiscal junto ao embarcador ou equiparado, ou ainda junto ao transportador, nas rodovias. Também será realizada a fiscalização direta junto às operadoras de rodovias, para verificação da aceitação obrigatória do Vale-Pedágio e demais obrigações previstas na legislação.

A fiscalização provocada é feita a partir de denúncias sobre a existência de possíveis infratores (embarcadores ou equiparados ou, ainda, operadoras de rodovia).

A fiscalização da ANTT será feita diretamente nas rodovias federais concedidas em operação no país.

As demais rodovias serão fiscalizadas pelos órgãos competentes nas instâncias estaduais e municipais, através das secretarias de governo e/ou agências reguladoras estaduais.

**Infrações e Penalidades**

São as seguintes infrações previstas na Lei do Vale-Pedágio e suas respectivas penalidades, para cada infração cometida:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

INFRAÇÃO	PENALIDADE
Ao embarcador ou dispartado no qual não fique comprovada a antecipação do Vale-Pedágio obrigatório.	R\$ 550,00
A operadora de rodovia, sob pedágio que não acatou o Vale-Pedágio obrigatório ou prescumpriu as demais determinações legais sobre a matéria.	R\$ 550,00
Quem comercializar e/ou utilizar o Vale-Pedágio obrigatório em inconsistência ao previsto nesta Resolução.	R\$ 550,00

## Dúvidas Frequentes

Conforme informado no site eletrônico da ANTT (fonte: <http://appweb2.antt.gov.br/carga/pedagio/valepedagioobrigatorio.asp>), seguem abaixo alguns esclarecimentos sobre o Vale-Pedágio em forma de perguntas e respostas:

**Pergunta 01:** Caso o embarcador contrate uma empresa transportadora, quem é o responsável pela compra do Vale-Pedágio?

**Resposta:** Se a transportadora operar com frota própria, a responsabilidade é do embarcador. Caso a transportadora subcontrate terceiros, a responsabilidade passa a ser sua.

**Pergunta 02:** O que deve ser feito se o embarcador ou equivalente recusar-se a antecipar o Vale-Pedágio?

**Resposta:** O embarcador ou equivalente estará sujeito à autuação pela fiscalização da ANTT ou órgão conveniado.

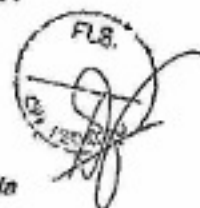
**Pergunta 03:** O pagamento do Vale-Pedágio pelo embarcador poderá ser feito diretamente ao transportador em dinheiro, ou juntamente com o frete?

**Resposta:** Não. A legislação veda essas possibilidades, só permitindo a antecipação do Vale-Pedágio por meio dos modelos habilitados pela ANTT. As empresas transportadoras que operem com



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



*frota própria e possuam o Regime Especial vigente, concedido pela ANTT, podem também pagar o pedágio em dinheiro e serem ressarcidas pelo embarcador conforme contrato previamente estabelecido entre eles:*

*Porém, a Resolução ANTT nº 2685, de 09 de setembro de 2008, determina que novas concessões e renovações de Regime Especial para o Vale-Pedágio obrigatório ficam vedadas e que os Certificados de Regime Especial em vigência na data da publicação da Resolução supracitada (23/09/2008) serão aceitos até a data de sua validade.*

*Pergunta 04: Quais informações devem ser registradas no documento de embarque?*

*Resposta: Devem ser registrados no Documento Comprobatório de Embarque, o Valor do Vale-Pedágio entregue ao Transportador e o número de ordem do seu comprovante de compra ou ser anexado o comprovante de compra disponibilizado pela operadora de rodovia sob pedágio ou pela empresa fornecedora do Vale-Pedágio, com os respectivos valores.*

*Pergunta 05: O que é Documento Comprobatório de Embarque - D.C.E.?*

*Resposta: Entende-se por Documento Comprobatório de Embarque, o Documento de Transporte ou Documento Fiscal que contenha informações de transporte, dentre eles exemplificam-se, a Nota Fiscal, inclusive a Nota do Produtor Rural, o Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga, a Ordem de Embarque ou o Manifesto de Carga, ou seja, o documento que acompanhe a carga durante o trajeto.*

*Pergunta 06: Todas as Concessionárias têm que aceitar o Vale-Pedágio?*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

*Resposta: Todas as Operadoras de rodovias sob pedágio do Brasil (Concessionárias) estão obrigadas a aceitar todos os modelos e sistemas operacionais aprovados pela ANTT, das empresas fornecedoras do Vale-Pedágio obrigatório habilitados em âmbito nacional. As Operadoras de rodovias sob pedágio poderão utilizar modelos operacionais de Vale-Pedágio obrigatório de âmbito estadual, registrados na ANTT. Considera-se como fornecedora de Vale-Pedágio obrigatório em âmbito estadual, a empresa que forneça modelos operacionais de Vale-Pedágio aceitos apenas em um Estado da Federação.*

*Pergunta 07: Existe alguma situação na qual o Vale-Pedágio não é obrigatório?*

*Resposta: Existe sim. Não é obrigatória a utilização do Vale-Pedágio nas seguintes situações:*

*- Veículo rodoviário de carga, vazio (desde que não possua contrato que o obrigue a circular vazio no retorno ou ida ao ponto de embarque).*

*- Na realização de transporte com mais de um contratante. No transporte rodoviário internacional de cargas realizado por empresas habilitadas ao transporte internacional e cuja viagem seja feita em veículo de sua frota autorizada, ou seja, para veículo habilitado a cruzar ponto de fronteira.*

*- No transporte de carga própria, realizado por veículo ou frota própria. O vínculo entre o proprietário do veículo ou da frota com a carga deve estar claramente demonstrado.*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



*Os certificados de empresas cadastradas no Regime Especial, que estavam vigentes em 23/09/2008, data de publicação da Resolução ANTT nº 2885/2008 e serão aceitos até a data de sua validade.*

*Pergunta 08: É permitido ao embarcador contratar uma empresa transportadora e dividir a responsabilidade pela aquisição do Vale-Pedágio com o remetente ou o destinatário?*

*Resposta: A antecipação do Vale-Pedágio é de competência do embarcador contratante do serviço de transporte. Se o contratante for o remetente, este será o responsável pela antecipação. Caso o contratante seja o destinatário, a responsabilidade pela antecipação será sua. Ou ainda, caso a transportadora contratada subcontratar outro transportador, esta será a responsável por antecipar o Vale-Pedágio.*

*Pergunta 09: O valor do frete poderá ser reduzido, deduzindo-se do mesmo o valor do Vale-Pedágio?*

*Resposta: Não. Conforme o art. 2º da Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, o valor do Vale-Pedágio não integra o valor do frete, deve ser antecipado ao Transportador e registrado no documento comprobatório de embarque, independente do valor do frete, que é determinado por acordo firmado entre as partes, informalmente ou por contrato de prestação de serviços.*

*Pergunta 10: O Transportador que transita sem carga deve adquirir o Vale-Pedágio?*

*Resposta: Não. O Vale-Pedágio é obrigatório apenas quando é contratado o serviço de transporte de carga. Assim, se não há carga, não há contratação do serviço de transporte, não sendo obrigatória a antecipação do Vale-Pedágio. Exceto para o transportador rodoviário*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

*que transitar sem carga por disposição contratual, este terá direito à antecipação do Vale-Pedágio obrigatório e o contratante do transporte fica obrigado a antecipar o Vale-Pedágio em todo o percurso contratado.*

*Pergunta 11: O Vale-Pedágio comercializado pelas empresas VISA, DBTRANS, REPOM e CGMP será aceito nas rodovias estaduais?*

*Resposta: Sim. Neste momento, as empresas VISA, DBTRANS, REPOM e CGMP estão habilitadas pela ANTT, e o Vale-Pedágio das mesmas deverá ser aceito em todas as rodovias nacionais, sejam elas federais, estaduais, municipais ou distritais.*

*Pergunta 12: Como o Embarcador poderá antecipar o Vale-Pedágio se este não souber, com a devida antecedência, o volume e destino das cargas que irá despachar?*

*Resposta: A antecipação do Vale-Pedágio representa apenas mais uma variável com a qual o Embarcador deve lidar, pois no dia-a-dia este já deve prever e antecipar outras variáveis essenciais para a realização de suas atividades, entre elas as provisões de carga e de capacidade de transporte, por exemplo.*

*Pergunta 13: Como o Embarcador deve proceder quando é o destinatário quem paga o frete?*

*Resposta: Existe uma relação comercial entre o embarcador e o destinatário da carga, firmada de comum acordo entre as partes, podendo ser alterada para prever o ressarcimento do Vale-Pedágio antecipado ao Transportador. Caso o Vale-pedágio não seja antecipado, considera-se como infrator o destinatário.*

*Pergunta 14: Empresa distribuidora de produtos faz o transporte utilizando veículos próprios e, em todas viagens, é fornecido ao*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



*motorista o numerário necessário para o pagamento dos pedágios. A empresa se enquadra na legislação do Vale-Pedágio?*

*Resposta: No transporte de carga própria em veículos de frota própria, não havendo a contratação do serviço de transporte, não é obrigatória a antecipação do Vale-Pedágio, desde que o vínculo entre a frota própria e a carga seja claramente demonstrado. Neste caso, o pedágio pode ser pago em dinheiro.*

*Pergunta 15: O que se entende por carga fracionada e como fica o procedimento para o fornecimento do Vale-Pedágio nessa situação?*

*Resposta: Carga fracionada é quando o mesmo veículo está carregado com cargas diversas, pertencentes a mais de um embarcador contratante do serviço de transporte. Neste caso, não existe a obrigatoriedade de antecipação do Vale-Pedágio.*

*No entanto, caso o contratante do serviço de transporte seja único, independente da quantidade de documentos de embarque, ele terá obrigação de fornecer antecipadamente o Vale-Pedágio.*

*Pergunta 16: Uma indústria tem suas entregas efetuadas por uma transportadora "cativa", agindo como se fosse a própria frota de caminhões da indústria. Para tanto existe um contrato entre ambas. A quem compete o fornecimento do Vale-Pedágio?*

*Resposta: Por transportadora "cativa" entende-se que exista um contrato comercial firmado entre as partes, cabe ao embarcador a antecipação e o registro no documento de embarque do Vale-Pedágio. Neste caso havia também a possibilidade do Regime Especial, onde não existia a obrigatoriedade de antecipação do Vale-Pedágio. Porém, com a publicação da Resolução ANTT nº 2885/2008, em 23/09/2008, somente os certificados de empresas cadastradas no Regime Especial que estavam*

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

*vigentes até a data de publicação serão aceitos até a data de sua validade, casos em que a empresa transportadora fica obrigada a fazer constar o número do processo de concessão no Documento Comprobatório de Embarque. É importante destacar que nos casos onde a transportadora subcontrate o serviço de transporte, ela será obrigada a fornecer o Vale-Pedágio.*

Síntese sobre o Vale Pedágio Diante das informações anteriormente expostas, podemos concluir que a Lei do Vale-Pedágio é um importante benefício conquistado pela classe dos caminhoneiros no nosso país.

É de suma importância que esta lei seja cumprida assegurando que o caminhoneiro não seja afetado pelas tarifas de pedágio de diferentes programas ao redor do país. Assim, todo caminhoneiro será remunerado de maneira justa pelo frete que se propõe a realizar.

A sugestão deixada pelo presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Sr. Diumar Cunha Bueno, para que o DER do Paraná assuma a fiscalização da Lei do Vale-Pedágio é uma importante recomendação que poderá ser levada por esta CPI.

**5. Conclusões da CPI**

Conforme definido no ato de criação desta CPI, o seu escopo de trabalho foi o de proceder a investigações, apurações e diligências sobre possíveis irregularidades na concessão e execução dos Contratos de Pedágios do Programa de Concessão de Rodovias do Estado, alcançando inclusive as alterações e aditamentos, avaliando o cumprimento de suas cláusulas, a qualidade da prestação dos serviços, as condições das



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



rodovias, a ocorrência de omissão ou atraso na execução de obras, focando também as investigações na constatação ou não de desproporcionalidade entre investimentos realizados pelas concessionárias diretamente nos trechos rodoviários pedagiados, e os valores arrecadados como receita oriunda da cobrança de tarifas de pedágio, procedendo avaliação sob o ponto de vista do interesse público e do Estado, aferindo o benefício e a economicidade das concessões, identificando o impacto produzido pela cobrança de pedágios na ordem econômica dos Municípios, do Estado, das Cooperativas, da Indústria e Comércio do âmbito do Paraná.

Dentro deste perímetro de trabalho definido por esta Comissão de Inquérito, passaremos a sintetizar as principais conclusões após exaustiva análise dos trabalhos de investigação. Primeiramente, para que o objetivo definido no escopo da CPI seja atendido, mostra-se importante a realização de um pequeno resumo histórico do programa de concessão do Paraná, que em si próprio, torna-se a primeira conclusão observada nos trabalhos, qual seja, que as várias perturbações ocorridas nos contratos originários tornaram difícil o acompanhamento dos resultados do programa de concessão, diminuindo a transparência e nível de informação acerca das metas a serem alcançadas.

**5.A. SOBRE A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA ACERCA DO**  
**MODELO DE CONCESSÃO, CONTRATO**  
**E PAPÉIS**

Como é do conhecimento público somente na década de 90 é que o Governo brasileiro percebeu a necessidade de investir na conservação e

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

ampliação das rodovias do país para atender às perspectivas de crescimento. Porém, o Poder Público não tinha condições econômicas e financeiras para atender o aumento de demanda nas rodovias no curto prazo de tempo. Isso, porque, já se desenhava à época o crescimento do parque industrial, do agronegócio e outros segmentos da economia no Brasil, e para escoar toda esta produção seria fundamental que as rodovias estivessem em boas condições.

A partir deste cenário identificou-se que as rodovias localizadas no Estado do Paraná também deveriam passar por esta mudança de patamar, ou seja, melhores condições de segurança, conservação, e ampliação. Assim para atingir este objetivo de melhoria das rodovias brasileiras, mais especificamente, no Estado do Paraná, o Governo Federal transferiu a gestão das rodovias federais localizadas no Estado, através de convênios de delegação.

Após este ato de delegação, o Estado do Paraná passou a elaborar e implementar o projeto de reestruturação do sistema rodoviário, denominado "Anel de Integração". A finalidade do projeto "Anel de Integração" era possibilitar a aplicação de recursos do setor privado na modernização dos trechos de rodovias que integram denominados lotes que seriam concessionados à iniciativa privada.

Já em março de 1995, a Secretaria de Transportes do Paraná criou o Grupo de Assessoramento para o Planejamento de Investimentos em Infraestrutura de Transportes (GAPIT), com o intuito de conduzir os estudos necessários à realização de licitação para a concessão das rodovias. O GAPIT indicou a necessidade de apoio de consultoria especializada para concepção e estudos de viabilidade: o consórcio Cogito-Engefoto foi vencedor da licitação, tendo realizado os trabalhos entre



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



dezembro de 1995 e dezembro de 1996. O resumo destes trabalhos resultou em:

- Levantamentos Iniciais: Pesquisa de Opinião do Usuário (receptividade do programa, Situação da malha viária e Contagens de Tráfego);
- Definição dos Lotes: Critérios operacionais e econômicos; ampliação de oportunidades ao mercado investidor e possibilidades de competição; garantia de realização de investimentos necessários e rentabilidade de cada lote;
- Estimativa de Investimentos: Investimentos Iniciais e os Investimentos ao Longo da Concessão;
- Estimativa de Custos de Operação e Conservação: Gerenciamento e Administração; Planejamento e Controle; Serviços de Operação; Conservação Rodoviária; Seguros e Garantias, etc.
- Estudos de Receita: Evolução do Tráfego: Tráfego Inicial (1995), Tráfego Projetado; Cálculo da Receita: Localização das Praças de Pedágio, Tarifas consideradas e Cálculo da Receita Bruta;
- Definição da Tarifa de pedágio: determinada a partir de simulações e em função do volume de tráfego projetado e dos investimentos e custos previstos, parâmetros tributários; definição de Taxa Interna de Retorno (TIR) com base em outras tarifas vigentes em âmbito nacional e internacional.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

• Riscos da Concessão: Trânsito ou Tráfego;  
Financiamento; Variação  
de custos dos serviços e das obras e Operação do Sistema Viário.

• Principais Riscos não assumidos pela Concessionária:  
Tributos  
criados, alterados ou extintos após a data de apresentação da Proposta  
Comercial; Acréscimo ou supressão de encargos previstos no Programa de  
Exploração; Ocorrências supervenientes decorrentes de força maior, caso  
fortuito, fato do príncipe, fato da administração.

Em Outubro de 1996 a União e Estado do Paraná assinaram Convênio  
de Delegação no qual o Estado assumiu a exploração de rodovias federais  
correspondentes a aproximadamente dois terços da extensão das rodovias  
principais do programa de concessão.

No Programa de Concessão de Rodovias do Paraná, conforme  
demonstram a documentação encaminhada pelo consórcio das empresas  
CogitoEngefoto e os dados contratuais encaminhados pelo DER, previu-se  
um sistema de pedagiamento do tipo aberto, com praças de cobrança em  
forma de barreira, e tarifas definidas por posto de cobrança, em função da  
base tarifária quilométrica e do trecho de cobertura (geográfica) de cada  
praça de pedágio.

Foram definidas tarifas básicas quilométricas diferenciadas para os  
segmentos rodoviários em pista simples ou em pista dupla em decorrência  
dos diferentes custos de operação, conservação e manutenção desses dois  
tipos de infraestrutura viária. O tipo de cobrança previsto foi o bidirecional,  
ou seja, o sistema em que os usuários pagam nos dois sentidos.

Dado as obrigações assumidas em obras e serviços a serem  
prestados,

  
599





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPi DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



dado o prazo de concessão de 24 anos e o critério para escolha do vencedor por maior oferta de trechos rodoviários de acesso, foram definidos os trechos de cobertura de cada praça e a tarifa quilométrica homogênea por quilômetro, sendo R\$ 0,033 para pista simples e R\$ 0,044 para pista dupla, para veículos leves.

Para a composição da tarifa básica os estudos do consórcio das empresas Cogito-Engefoto levaram em consideração: (a) a classificação de veículos, (b) a localização das praças de pedágio, (c) projeção de tráfego, (c) simulação da projeção de tráfego sobre o período previsto para a concessão, (d) identificação de investimentos e sua cronologia, (e) identificação dos custos, (f) identificação de parâmetros econômico-financeiros, (g) definição da relação entre tarifas para pista simples e pista dupla (considerando a diferença de custo de manutenção de cada tipo de pista), (h) cálculo do trecho de cobertura por praça - TCP, ponderado para pista simples e pista dupla e (i) definição da Taxa Interna de Retorno (TIR).

Após o devido processo licitatório para outorga de concessões, o denominado Anel de Integração foi dividido em 06 lotes. A partir do resultado dos vencedores da licitação e respectivas homologações, foram firmados os contratos de concessão cujo objeto é a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração das rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção dos trechos rodoviários de acesso dos lotes.

Firmados os contratos em novembro de 1997, as Concessionárias deram início aos investimentos necessários para a execução do que foi denominado de serviços iniciais. Saliente-se que estes serviços foram realizados antes do início da cobrança de tarifa, para que as rodovias fossem colocadas em situação mínima de tráfego.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Transcorridos alguns meses com a execução de serviços e obras pelas Concessionárias, foram iniciadas as cobranças do pedágio. Porém, alguns meses após assinatura dos contratos, o Poder Público deu início a uma série de interferências políticas, que afetaram o programa de concessão provocando uma série de alterações e desnaturalizações nos contratos. A principal delas foi a redução das tarifas no percentual de 50%, através de ato unilateral do Governo Estadual Jaime Lerner em 1998. Com isso, as concessionárias foram buscar junto ao Poder Judiciário o amparo legal para que as tarifas retornassem aos valores originalmente contratados.

Os atos praticados pelo Poder Público, provocaram o desequilíbrio dos contratos e foi necessário reestabelecer o seu equilíbrio econômico financeiro, pois a situação à época poderia colocar em risco todo o programa de concessão. Desta maneira, as Concessionárias e o Poder Concedente, após muitas tratativas ao cabo de 20 meses, firmaram o primeiro termo aditivo em março de 2000 aos contratos de concessão, que além de reestabelecer o equilíbrio objetivou por fim a questão judicial. O Estado propôs as concessionárias a revogação do ato unilateral de 1998 e adaptação do programa de investimentos, celebrado em aditivos com as 6 concessionárias, reequilibrando os contratos. O aditivo de 2000 foi homologado em sentença, que extinguiu a demanda promovida pelas Concessionárias.

Posteriormente, em outubro de 2002, outro termo aditivo foi firmado para recompor desequilíbrio econômico-financeiro ainda existente nos contratos de concessão, que incluía alguns itens como o início da cobrança de Imposto sobre Serviços (ISS) e a perda de receita decorrente da alteração da data de reajuste de março para dezembro de cada ano. Além



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



dição, foram feitas alterações no Plano de Exploração da Rodovia (PER), com a eliminação ou postergação de investimentos de menor prioridade.

Somadas ao ato unilateral de 1998, outras foram as interferências praticadas pelo então Governo Requião que sucedeu ao Governo Lerner, tais como: o Estado pretendeu encampar as concessões sem pagar a prévia indenização; o Estado pretendeu desapropriar as ações das concessionárias com direito a voto; o Poder Concedente pretendeu declarar a caducidade dos contratos; o Estado não autorizava a aplicação de reajustes. O Governo que foi eleito defendendo a bandeira política "o pedágio baixa ou acaba" não foi efetivo em nenhuma dessas promessas.

Esse período de profundo embate jurídico entre as concessionárias e o Estado do Paraná trouxe ainda mais sequelas para o programa de concessões, sendo que o Poder Judiciário deu ganho de causa às concessionárias, preservando as bases contratuais em todas as decisões.

O resultado da sucessão de interferências no contrato originário foi a ausência da necessária transparência e previsibilidade para a sociedade acerca das obrigações das Concessionárias, do papel do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR) e mesmo da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR), que apesar de ter prevista a sua criação em projeto de lei em 2002, não havia sido implementada.

Com isso já é possível dizer que uma grande conquista dos trabalhos desta CPI do Pedágio é o fato de ter sido colocado luz no histórico dos contratos de concessão, de ter sido aberta a denominada "caixa preta" do pedágio no Paraná, detalhando as obras que foram retiradas e postergadas e outras alterações nos contratos originais.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****5.B. A QUESTÃO DA INTRINCADA LEGALIDADE  
DOS CONTRATOS**

Com relação à existência de possíveis irregularidades nos contratos de

concessão dos seis lotes que compõem o Anel de Integração do Estado do Paraná, esta CPI expediu dezenas de ofícios a diversas instituições públicas e privadas, solicitando farta documentação e explicações, incluindo o Convênio de Delegação celebrado com a União em 1996, os estudos e documentos técnicos constituintes dos editais, os contratos de concessão firmados, o Termo Alteração Unilateral do Contrato, os termos aditivos firmados em 2000 e 2002, a Ata 17 de 2005, os relatórios e obrigações de informações das concessionárias, os Relatórios da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR), do Departamento de Estradas de Rodagens do Estado do Paraná (DER-PR) e da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná.

Importante destacar também que várias instituições de caráter público

e privado contribuíram com análise e documentação acerca das concessões de pedágio do Paraná. Podemos citar o Tribunal de Contas da União (TCU), o Tribunal de Contas do Estado (TCE), a Procuradoria do Estado, a Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), o Departamento de Estradas de Rodagens (DER/PR), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



(AGEPAR), as Procuradorias Estadual e Federal, a Federação do Comércio (Fecomércio), a Ordem dos Advogados do Brasil seção Paraná (OAB-PR), o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN-PR), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Instituto de Engenharia do Paraná (IEP) entre outras instituições.

Com isso, esta CPI recebeu mais de 60 mil páginas de documentos, arquivos e planilhas eletrônicas, informações e demonstrativos financeiros, informações societárias, composição acionária das concessionárias, dados técnicos relativos ao tráfego de veículos, relatórios de TCE e TCU, número de acidentes, fornecedores, nível dos serviços prestados, atendimento médico, obras e investimentos e mão de obra ETC.

De posse de todas as informações, esta CPI procedeu à análise destes Contratos, com especial atenção à clareza e precisão as condições para sua execução, cláusulas com direitos, obrigações e responsabilidades das partes, conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam e observância aos aditivos firmados. Lembrando que o Contrato de Concessão é todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, constituindo acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.

Ensinam os doutrinadores que um contrato dessa natureza deve ser formal, oneroso e comutativo. É formal porque deve ser formulado por escrito e nos termos previstos em lei. Oneroso porque há remuneração relativa contraprestação do objeto do contrato. Comutativo porque as partes do contrato devem ser compensadas reciprocamente.

Tudo isto posto e analisado, é possível concluir que os contratos de concessão de rodovias do Estado do Paraná estão em conformidade com a legislação e o marco regulatório das Concessões de Rodovias, sendo certo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

que não foi detectada qualquer irregularidade quanto aos aspectos de formalidade, onerosidade e comutatividade.

Corroborando com este entendimento, todos os depoentes que foram ouvidos em sessão ordinária nesta CPI sobre esse tema não manifestaram ou apresentaram qualquer evidência de irregularidade nos contratos de concessão. Apenas para recordarmos acerca da oitiva da Promotora de Justiça do Estado do Paraná Maria Cecília Dolisi Pereira, quando questionada pelo Deputado Nereu Moura acerca de possíveis crimes relacionados à execução dos contratos administrativos, transcreveremos abaixo um excerto das notas taquigráficas da 6ª sessão ordinária de 27 de agosto de 2013.

A Promotora Maria Cecília Pereira havia sido designada em 2009, pelo Procurador Geral, para atuar em um inquérito civil público para apurar possíveis irregularidades na execução dos contratos de pedágio das concessionárias do Anel de Integração, dada sua experiência na área do patrimônio público, pois já havia trabalhado em um projeto piloto do Ministério Público no norte do Estado do Paraná.

Abaixo a transcrição *ipsis verbis*:

"DEPUTADO NEREU MOURA: Quais os crimes que a senhora anotou nessa relação?

SRA. MARIA CECÍLIA PEREIRA: Olha, Deputado, eu não verifiquei a existência de nenhum crime, certo? A conclusão que eu cheguei que se fazem necessárias algumas correções, o que resultou, inclusive, numa recomendação administrativa expedida pelo Ministério Público do Estado do Paraná e direcionada ao Exmo. Governador do Estado do Paraná (...)"





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Com relação à formalidade dos documentos assinados, ou seja, todos aqueles que firmaram e assinaram os termos aditivos obedeceram e respeitaram as suas competências, os requisitos procedimentais e formais ordinariamente previstos em lei. Com respeito à questão judicial, verifica-se que a decisão homologatória, foi objeto de recurso por parte do Ministério Público, tendo sido reformada, ou seja, a posição judicial que prevaleceu ao término da fase recursal limitou-se a extinguir a ação.

Cabe destacar, porém que paralelamente à discussão judicial sobre a sentença que homologara o acordo e encerrara a ação promovida pelas concessionárias, o Estado do Paraná e o DER/PR propuseram, juntos, outra ação judicial, cujo objetivo era a decretação de nulidade dos aditivos celebrados em 2000 e 2002. O ponto central da discussão apresentada na referida ação de nulidade traz que as condições pactuadas no ano 2000 seriam prejudiciais aos direitos dos usuários e ao poder concedente, o que teria supostamente beneficiado as Concessionárias. Como reflexo os aditivos de 2002 também seriam nulos, pois tomaram como base os aditivos assinados no ano 2000.

Atualmente, a referida ação de nulidade está suspensa a pedido das partes (Poder Concedente, o Estado do Paraná e as Concessionárias), pois estão em processo de negociação. A ação foi suspensa antes do início da fase probatória. Terminado o prazo e não ocorrendo novos pedidos de suspensão, será dado início a fase probatória com a realização de perícia.

Desta maneira, à luz da fase processual da ação de nulidade dos termos aditivos, não existem, até o momento qualquer decisão da autoridade competente que impeça ou interrompa a vigência, validade ou até mesmo a eficácia dos termos aditivos. Ou seja, até que seja proferida decisão definitiva com trânsito em julgado, não está autorizada esta CPI a sugerir a desconsideração dos termos aditivos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Outro ponto que foi exaustivamente analisado e debatido por esta CPI diz respeito ao entendimento da Ata 17. Transcorridos aproximadamente dois anos da assinatura do termo aditivo de 2002, o Poder Concedente e a Concessionária resolveram celebrar o que se denominou de contrato preliminar onde foi negociado redução de tarifa, redução de encargos e supressão das obras de ampliação da capacidade e foi instituída a Comissão Paritária através da Portaria 451/2004 do DER 02/08/04.

Em maio de 2005, a Comissão Paritária elaborou a Ata da 17ª reunião, encerrando seus trabalhos e enumerando as alterações contratuais para reequilíbrio do contrato, dentre elas redução de 30% das tarifas (válida a partir de agosto de 2004), eliminação das obras de melhoria e ampliação de capacidade e previsão de degrau tarifário de 17,4% previsto para junho de 2005. Porém, o Governo do Estado não firmou ato jurídico adequado e iniciou-se novamente o embate jurídico entre as partes. O Poder Judiciário, porém, concedeu tutela antecipada à Concessionária do Lote 3, reconhecendo as bases negociadas na Ata 17, fazendo valer a negociação ocorrida.

Cabe destacar que a denominada Ata 17 ainda está sendo discutida judicialmente, pois a Concessionária, em reação à ação judicial proposta pelo Poder Concedente, durante a realização dos estudos da comissão paritária, se viu obrigada a reconvir, e assim, de posse da ata conclusiva nº 17, pleiteou tutela antecipada com base em seus alicerces (ação nº 2005.70.00.004071-0).

A tutela antecipada proferida em Agravo de Instrumento nº 2005.04.01.037574-9, confirmou o pedido da concessionária. Assim é bom frisar que o contrato de concessão desta Concessionária não está sendo

  
607



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

executado por uma ata de reunião, mas pelo próprio contrato e por decisões judiciais, conforme exposto anteriormente neste Relatório.

Assim, após profundo trabalho investigativo e após ter minuciosamente levado a cabo todas as denúncias surgidas, esta CPI não pode afirmar com segurança que os contratos que regem o Programa de Concessão de rodovia dos seis lotes do Anel de Integração encontram-se isentos de falhas ou que, por outro lado, estão plenamente consoantes com o ordenamento jurídico em sua forma, conteúdo e execução, dado os fatos expostos durante os trabalhos desta Comissão. No entanto, foram identificados descumprimentos e falhas na publicidade das alterações contratuais realizadas por meio de atos administrativos emanados pelo DER-PR, conforme já exposto anteriormente.

**5.G. SOBRE O MODELO DE CONCESSÃO QUE É DE GRANDE COMPLEXIDADE, OCASIONANDO BAIXO ENTENDIMENTO EM RELAÇÃO AOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

É possível perceber que as principais dúvidas no que tange à legalidade dos contratos decorreram, em verdade, na falta de adequada prestação de informações à sociedade paranaense por parte das Concessionárias de rodovias, do Departamento de Estradas de Rodagens (DER-PR) e mesmo da recém-criada Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR), demonstrando claramente a inabilidade e a inexperiência em relação a este tipo de modelo no país.

Os contratos de concessão de rodovias são muito complexos.

608

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

detalhados e apresentam, tanto para as Concessionárias quanto para o DER/PR e Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR), uma série de Direitos e Obrigações. Os riscos alocados ao contrato de concessão podem ser classificados em *alea ordinária* e *alea extraordinária*, ou seja, os riscos que são assumidos pela concessionária (*alea ordinária*) e aqueles assumidos pelos Poder Concedente (*alea extraordinária*). Os principais riscos assumidos pela Concessionária são o risco de tráfego, o risco de aporte de capital, o risco de operação e prestação de serviço em um determinado nível, o risco de não conclusão das obras, o risco regulatório e o risco de estruturação do projeto e do financiamento. Assim, apenas para citar como exemplo, tendo em vista que a diferença entre o tráfego previsto inicialmente nas propostas dos diversos lotes e o tráfego efetivamente realizado encontra-se em torno de 20% menor, esse fato não pode ser demandado pelas Concessionárias como fator de desequilíbrio. O DER-PR, por seu turno, na qualidade de Poder Concedente, tem a obrigação de fiscalização acerca do correto cumprimento do contrato.

Com base nos documentos entregues e informações prestadas a esta CPI, não é possível afirmar categoricamente que as Concessionárias estão descumprindo com as obrigações pactuadas nos respectivos Contratos e Termos Aditivos Contratuais, posto que não foram apresentadas evidências de descumprimento de obrigações por parte das Concessionárias.

Dé maneira análoga, o DER/PR tem respeitado as obrigações contratuais no tocante ao acompanhamento físico da execução dos contratos, com aprovação prévia dos projetos de executivos de engenharia, do orçamento detalhado e do termo de recebimento dos ativos físicos etc. No entanto, foram verificadas falhas de atuação do DER/PR no tocante aos aspectos de falta de fiscalização ao cumprimento da legislação



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



do vale-pedágio, falta de repasse das multas por excesso de peso e falta de fiscalização de campo suficiente nos trechos dos diversos lotes.

**5.D. SOBRE OS VALORES DAS TARIFAS DE PEDÁGIO**

O Governo do Estado do Paraná, no momento da definição das condições do edital, optou pela adoção de uma tarifa básica por quilômetro fixa e reajustável anualmente por fórmula paramétrica definida em contrato, apesar de à época já existem outros modelos de concessão de rodovias baseados na menor tarifa, modelos baseados na menor tarifa com maior outorga oferecida e, finalmente, modelos baseados no maior valor de outorga pecuniária com tarifa dia-sazonal. Assim, as tarifas praticadas são resultantes dos valores fixados inicialmente pelo Governo do Estado, não se encontrando dentro do perímetro de influência das Concessionárias.

Levando-se em conta a forma de arrecadação definida (por barreiras), o preço do pedágio de cada praça derivou de cálculo que considera a extensão de cobertura da referida praça. Assim, as tarifas de pedágio merecem uma análise à parte, desde o seu valor original e os valores atuais, passando pelos reajustes ocorridos, forma de cálculo e impactos.

À época dos estudos de viabilidade econômico e financeira do Anel de Integração, a forma de definição do valor baseou-se nos dados existentes, levantamentos de tráfego do DER e DNER complementados com pesquisas de tráfego efetuadas pelo Governo e pelo Consórcio Cogito-Engefoto, vencedor da licitação para o estudo técnico. A partir desse dado e dos volumes de investimentos e custos operacionais, atrelados a uma TIR



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

(Taxa interna de Retorno) pré-definida, apurou-se o VPL (Valor Presente Líquido) e a tarifa inicial resultante.

Considerando-se tais variáveis, a tarifa praticada espelha o resultado e define a equação econômico-financeira que foi apresentada aos licitantes e que é o substrato dos contratos de concessão e seus aditivos. Uma vez definida a tarifa inicial, o critério de reajustamento torna-se simples, bastando apenas a aplicação de fórmula paramétrica constante do contrato de concessão e que visa apurar a influência de diversos índices de preços, coletados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), instituição idônea e tradicional e que realiza esses levantamentos desde a década de 1940 no Brasil. Este reajustamento anual das tarifas de pedágio visa apenas manter em bases reais o valor praticado, para que não ocorram frustrações no cronograma de investimento e na prestação de serviços aos usuários, dado que a receita de pedágio é a principal fonte de entrada de recurso das Concessionárias.

Estudo recente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), fundação pública federal vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, posiciona o valor da tarifa básica de pedágio no Anel de Integração do Paraná em relação a vários outros programas de concessão de rodovias. Cabe frisar que esse comparativo de tarifas não levou em conta as particularidades de cada modelo de concessão, pois parte da diferença tarifária ocorre em função do prazo da concessão, do volume dos investimentos previstos, do momento ao longo da concessão que estes investimentos serão realizados, do ambiente econômico e as condições do mercado financeiro à época da licitação e das condições regulatórias.

O quadro comparativo do IPEA, atualizado para 2013 pela variação oficial do IPCA, e referido em outro momento deste relatório, permite



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



afirmar que a tarifa atualmente praticada no Paraná, ainda que considerada alta pela população paranaense e pelos Deputados desta Comissão Parlamentar, é menor que a tarifa média da 1ª. Etapa das concessões federais (ambos os programas ocorreram no mesmo tempo e contexto econômico), também é menor que a tarifa média dos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro dentre outros (programas que ocorreram no mesmo tempo e contexto econômico) e também menor que a tarifa média dos programas estaduais, média do Brasil e menor ainda que a média dos programas internacionais.

Mais uma vez, as tarifas praticadas são o resultado direto de uma definição inicial, que resultou em valor compatível com os demais programas de concessão rodoviária em curso, e da aplicação de uma fórmula paramétrica clara e meridiana. Foi considerado também o custo necessário para a realização dos investimentos, que foram bastante afetados pela decisão do Governo do Estadual por um cronograma de investimentos muito concentrado no início do programa. Assim, os contratos espelham a equação tarifária, possuindo disposição expressa quanto à sua manutenção, conforme a legislação pertinente, em especial a Lei Federal n.º 8987/95.

Com isso, segundo apurado nos trabalhos desta Comissão, as concessionárias têm cumprido o pactuado nos contratos e seus correspondentes termos aditivos, no tocante aos níveis de obras e serviços. Importante ressaltar que os termos aditivos assinados em 2000 e 2002 postergaram várias obras para o próximo quinquênio, a contar a partir do ano 2014, estando, portanto, compatível com o nível tarifário vigente.

**5.E. SOBRE A QUESTÃO DOS LUCROS DAS**  
**CONCESSIONÁRIAS**





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Nessa primeira análise profunda dos contratos de concessão de rodovias, que supre falhas históricas do processo de concessões do Estado do Paraná, esta CPI verificou detalhadamente a composição das tarifas de pedágio, bem como a sua fixação, forma de reajuste e valores atuais.

No entanto, para entender plenamente a questão do lucro das concessionárias, é preciso debrugar sobre um tema de finanças bastante complexo, que é a Taxa Interna de Retorno (TIR). Matematicamente, a TIR é a taxa necessária para igualar o valor de um investimento (valor presente) com os seus respectivos retornos futuros ou saldos de caixa. De maneira pragmática, a TIR é a expectativa de retorno financeiro que a concessionária espera auferir durante todo o contrato de concessão, considerando todas as incertezas e variáveis de um negócio, como o risco de tráfego, risco de construção, risco de operação, risco de preços dos insumos e risco regulatório.

Para se calcular a TIR, é preciso projetar um fluxo de caixa do projeto com todos os seus elementos, ou seja, receita, custos, investimentos, depreciação, impostos etc. Somente dessa maneira, o investidor pode projetar quanto faltará ou restará após todos os pagamentos dos compromissos assumidos terem sido feitos.

Assim, a TIR não se configura em uma garantia de rentabilidade ou renda fixa, mas apenas uma ideia da rentabilidade que a concessionária espera ter durante todo o contrato de concessão, dado que as premissas que não são líquidas e certas ao longo de 24 anos. Apenas para elencar as principais crises econômicas que o Brasil já atravessou desde o início do programa de concessões no Brasil, houve a crise cambial do México em 1994-1995, a crise do Leste Asiático em 1997-1998, a crise da Rússia em 1998, a crise cambial do Brasil em 1998, a crise Argentina em 2001-2002 e a

613





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



crise financeira global de 2008-2012, que afetou substantivamente o nível de risco na economia. Certamente nenhuma dessas crises foi imaginada pelos concessionários do Paraná no início de 1997, quando se iniciaram os estudos técnicos e de viabilidade econômica.

Portanto, a TIR não é uma "taxa de lucro prefixada", como pode ser erroneamente entendida, simplesmente pelo fato que nenhum projeto pode contar com a cobertura dos riscos de tráfego, risco de operação, risco de preços dos insumos, financeiro etc. Esses riscos devem ser obrigatoriamente assumidos pelos Concessionários.

A análise dos documentos e demonstrações financeiras auditadas por empresas independentes, que foram entregues por solicitação desta Comissão resultando em mais de 60 mil páginas de informações e dados desde o início do programa de Concessão do Estado, demonstram conforme explicado no item 4.2 acima que as concessionárias, no seu conjunto de 1997 até 2012, auferiram receita com o pedágio no total de R\$ 13,827 bilhões, e tendo investimento de R\$ 4,195 bilhões. Esses números já consideram a correção pelo IPCA do período, conforme demonstrado na memória de cálculo, embora a prática de correção monetária de valores históricos não ser obrigatória pelas normativas contábeis brasileiras.

A primeira constatação é que as concessionárias investiram em obras 30% (trinta por cento) do valor total arrecadado com o pedágio. No entanto, constatamos que os 70% (setenta por cento) restantes não se configuraram em lucro para as concessionárias, uma vez que existem outros encargos e despesas previstos nos contratos de concessão, como os gastos com administração, gastos com pagamento de impostos e tributos, gastos com operação das rodovias, gastos com conservação e manutenção, gastos com verba de fiscalização, gastos com verba de reaparelhamento da polícia rodoviária e os encargos dos financiamentos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Com base na análise detalhada dos demonstrativos financeiros, chegamos aos seguintes valores apurados em conjunto, para as seis concessionárias do Paraná, conforme constam em suas demonstrações financeiras de 1998 a 2012, sem considerar a correção pelo IPCA, uma vez que os balanços e demonstrações financeiras não devem ser corrigidos monetariamente:

- **Receitas Operacionais:** englobam as Receitas de Pedágio e as Receitas Acessórias: Total – R\$ 10.675 milhões;
- **Despesas Operacionais Totais:** englobam as despesas com Conservação das Rodovias, Operação, Administração, Verbas de Fiscalização e de Reparelhamento da Polícia Rodoviária: Total – R\$ 4.525 milhões, ou seja, 42,3% da receita bruta operacional;
- **Depreciação dos Investimentos:** englobam a depreciação contábil dos Ativos Imobilizados, popularmente chamados de Investimentos, que consistem em Obras Rodoviárias, Manutenções Periódicas nas Rodovias, Instalações Prediais, Sistemas e Equipamentos, Instalações Administrativas, entre outros: Total – R\$ 1.599 milhões, ou 15% da receita bruta operacional;
- **Despesas Financeiras:** englobam a soma total entre despesas e receitas financeiras, tais como encargos de empréstimos e financiamentos: Total – R\$ 1.052 milhões, ou seja, 10% da receita bruta operacional;
- **Tributos sobre Receitas:** englobam os tributos PIS, Cofins e ISS: Total – R\$ 928 milhões, ou seja, 9% da receita bruta operacional;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPÍ DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- Imposto de Renda e Contribuição Social: englobam os impostos federais que incidem sobre os lucros contábeis; Total – R\$ 866 milhões, ou seja, 8% da receita bruta operacional;
- Lucro Líquido: corresponde ao resultado líquido contábil que remunera os acionistas, proveniente da operação das concessionárias envolvendo o total de receitas arrecadadas descontando-se todas as despesas, tributos e impostos; Total: R\$ 1.704 milhões, ou seja, 16% da receita bruta operacional.

Dessa forma, pode-se constatar que o valor da tarifa dos veículos leves e dos veículos pesados se, por um lado, é elevado para os padrões da economia paranaense, por outro lado o estudo do IPEA mostrou que pode ser situado na mediana dos valores quando comparado a outros de programas de concessão de rodovias. No entanto, deve ser ressaltado e enfatizado que diferentes programas de concessão foram licitados em diferentes momentos econômicos, com diferentes obrigações contratuais e diferentes programa de investimento e prazo. Portanto, não é perfeitamente comparável do ponto de vista tarifário. Quanto ao valor total consolidado apurado enquanto lucro líquido das concessionárias do Anel de Integração desde 1998 até 2012 é de aproximadamente 16% da receita bruta operacional. Não é possível aferir apenas por este parâmetro que o lucro líquido das concessionárias é exorbitante ou incompatível com sua atividade, ou mesmo com o nível de rentabilidade verificado em outros negócios da economia.

Os balanços patrimoniais e demonstrativos financeiros são periodicamente submetidos ao juízo de firmas de auditoria independente, com contadores possuidores de competência profissional com base nas técnicas contábeis brasileiras, especialmente na área de auditoria, da

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

legislação inerente à profissão, dos conceitos e técnicas administrativas e da legislação específica aplicável às Concessionárias de rodovia. Os auditores devem conhecer de forma ampla e suficiente todo o escopo relativo às demonstrações financeiras e de arrecadação, para que lhe seja possível identificar e compreender as transações realizadas e as práticas contábeis aplicadas, que podem ter efeitos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira dos balanços das Concessionárias.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**5.F. SOBRE O FATO DE A UNIÃO, O ESTADO E OS  
MUNICÍPIOS SEREM GRANDES BENEFICIADOS DO  
PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS**

Conforme foi inicialmente levantado na oitiva do Diretor Geral do DER/PR Dr. Nelson Leal Júnior, foi constatado que os valores arrecadados pela União e municípios com os pedágios do Estado do Paraná tornaram o Poder Público um dos grandes beneficiados do modelo. Ademais, cita-se o fato que cerca de quatro quintos da malha rodoviária concedida no Anel de Integração ser um ativo de natureza federal, ou seja, aproximadamente 2.000 quilômetros são rodovias federais transferidas ao Estado dentro do escopo do Convênio de Delegação firmado em 1996.

O Diretor Geral do DER/PR afirmou que os investimentos necessários para conservação, manutenção e ampliação de uma malha de 2.000 quilômetros montam a aproximadamente R\$ 850 milhões por ano. Com isso, existe efetivamente uma desoneração dessa monta da União em relação a esses ativos. Abaixo a transcrição das notas taquigráficas onde este tema foi inicialmente levantado, após questionamento do Deputado Artagão Júnior:

**\*DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR:** Quer dizer a receita federal só é má com a gente. Só com o cidadão com a pessoa física ela exige e cobra tudo. Ai eles estão fazendo um acordó é isso?

**SR. NELSON LEAL JR.:** Depende da receita federal em relação a cobrança, como seria cobrado, como seria efetivado o cupom fiscal, porque ela tem que ter em relação ao cupom toda a tratativa dela para ela fazer a fiscalização em relação aos impostos. Também eu queria colocar aqui, que em relação a tarifa não tem nenhum imposto estadual, nós temos ali 5% de imposto do ISS que vai para as prefeituras em relação a testado

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

das rodovias. E nós temos 18,5% de imposto federal. No meu modo de entender para o Governo Federal fazer a manutenção das rodovias, que 2/3 é do governo federal, ele gastaria anualmente em torno de 850 milhões. Hoje ele não gasta os 850 milhões e de imposto ele arrecada mais de 300 milhões. E não é efetivado nenhuma obra com dinheiro federal, pelo menos eu não vi. Nós temos várias obras que poderia o governo federal estar executando, nessas rodovias federais que foram concedidas para o Estado. Isso tem acontecido em outros Estados e aqui no Paraná não tem acontecido. Zero de investimento do Governo Federal. E, além disso, ele arrecada mais de 300 milhões de impostos."

Logo em seguida na oitiva, o Diretor Geral do DER/PR afirmou que o valor dos impostos e tributos arrecadados montam a aproximadamente R\$ 303 milhões por ano, o que confere com os cálculos apurados no trabalho desta

Comissão. Abaixo a transcrição das notas taquigráficas onde este tema foi inicialmente levantado, após questionamento do relator Deputado Douglas Fabrício:

"DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO: Então, o Estado do Paraná não arrecada impostos com o pedágio. Já o Governo federal que passou as rodovias para o Paraná, foi o grande beneficiado até igual as concessionárias ou mais, porque ele arrecada imposto 300 milhões por ano. ?

SR. NELSON LEAL JR.: Ano passado foi 303 milhões."

Como foi exaustivamente analisado por esta CPI, o valor arrecadado de PIS, COFINS e Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) em 2012, que é o último ano fiscal com dados públicos disponível, nas seis concessionárias

619



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



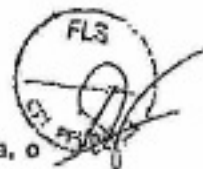
do Anel de Integração do Estado do Paraná foi de R\$ 302,8 milhões, conferindo com os dados apresentados pelo Diretor Geral do DER/PR. Esses valores são históricos e constam nos demonstrativos financeiros auditados e entregues a esta Comissão. Apenas o valor do IRPJ montou a R\$ 217 milhões, sendo que o valor consolidado de PIS/COFINS foi de aproximadamente R\$ 86 milhões.

Os municípios, por seu turno, também são parte interessada no modelo de concessão de rodovias, uma vez que 5% do valor bruto da arrecadação das receitas de pedágio é repassado aos municípios na forma de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), regulamentado na Lei Complementar 116/2003. Segundo o diploma legal, a base de cálculo do ISS é o preço do serviço prestado, ou seja, o faturamento relativo à prestação do serviço de infraestrutura rodoviária. A repartição do valor devido a cada município é realizada proporcionalmente à extensão em que cada município é cortado pela rodovia, extensão esta conhecida como "testada".

No ano de 2012, o valor arrecadado nas seis concessionárias do Anel de Integração do Estado do Paraná na forma de ISSQN (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza) foi de aproximadamente R\$ 77 milhões. Uma vez mais, esses valores são históricos e constam nos demonstrativos financeiros auditados e entregues a esta Comissão.

No entanto, engana-se quem pensa que apenas a União e os municípios são beneficiados diretos do programa de concessão de rodovias. O Estado do Paraná, apesar de não possuir nenhum imposto diretamente incidente no modelo de concessão, é beneficiado através do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que é um dos sistemas de transferência de recursos do governo federal para os estados, criado em 1967, com o objetivo de redistribuir a renda e promover o equilíbrio



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

socioeconômico entre os estados. Embora, como veremos em seguida, o percentual repassado ao Estado é de apenas 3,23% (15% de 21,5%), pois o FPE não é distribuído igual e proporcionalmente entre os entes federativos:

O FPE é formado por 21,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), conforme estabelecido na Constituição de 1988. Em 2011, os repasses do FPE foram da ordem de R\$ 48 bilhões e a projeção para 2012 é que cheguem a R\$ 55 bilhões. A divisão dos recursos do FPE entre as regiões não é feita de forma igualitária. Atualmente, adota-se o critério distributivo, direcionando maior fatia de recursos a estados com renda per capita mais baixa. Os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficam com 85% dos recursos e os estados das regiões Sul e Sudeste com 15%, com percentuais fixos para cada estado.

Portanto, tomando o ano de 2012, que é o último dado público disponível, é fácil constatar que a arrecadação com receita de pedágio no ano de 2012 foi de R\$ 1.512 mil, e o valor do total dos tributos e impostos federais (PIS/COFINS e IRPJ) foi de R\$ 303 milhões. Apenas os tributos e impostos federais respondem por 20% do total arrecadado com o pedágio no Estado do Paraná.

Adicionalmente, R\$ 77 milhões ou 5% da receita bruta de pedágio são destinados ao recolhimento do ISSQN, imposto municipal. Assim, temos que aproximadamente R\$ 1,00 em cada R\$ 4,00 arrecadado pelas concessionárias paranaenses é destinado ao Poder Público, sendo distribuído à União, Estados e Municípios, em diferentes proporções. A cunha fiscal de 25% é muito alta e certamente poderia ser reduzida em favor dos usuários.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**5.G. SOBRE A AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA  
LEGISLAÇÃO DO VALE-PEDÁGIO**

Outra importante conclusão a que esta Comissão chega diz respeito à falta de adequada fiscalização no cumprimento da legislação do Vale-Pedágio. Esse ponto foi levantado na oitiva do Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Sr. Diumax Cunha Bueno, no dia 04 de fevereiro de 2014.

Em seu depoimento, o Sr. Bueno explicou que o Vale-Pedágio é um dispositivo legal obrigatório e veio atender às reivindicações dos caminhoneiros autônomos com vistas a incluir o custo do pedágio no total recebido pelo transporte da carga. O Vale-Pedágio foi instituído pela Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001. Com isso, os embarcadores ou equiparados são responsáveis por pagar antecipadamente o pedágio e por fornecer o respectivo comprovante ao transportador rodoviário para os caminhoneiros autônomos. Essa legislação serviu dar transparência e eliminar a prática que embutia o custo do pedágio no valor do frete contratado.

O funcionamento é relativamente simples: ao fornecer o Vale-Pedágio obrigatório para o caminhoneiro autônomo, o embarcador determina o rotômetro a ser seguido e o valor do vale obedecerá ao preço do pedágio de cada praça. Com isso, o caminhoneiro autônomo tem mais segurança ao trafegar pela rodovia principal, além de poder contar com a possibilidade de pagamento por meio eletrônico.

O Vale-Pedágio obrigatório é regulamentado pela Resolução nº 2885, publicada no Diário Oficial da União em 23 de setembro de 2008. As principais alterações dizem respeito à definição mais precisa das





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Foi explicado que a legislação do Vale-Pedágio ainda não "pegou" por falta de fiscalização. E devido à falta de fiscalização não é possível saber qual o percentual das empresas embarcadoras está efetivamente pagando o Vale-Pedágio, deixando os caminhoneiros autônomos desprotegidos, uma vez que muitos acabam aceitando o frete sem o Vale-Pedágio com medo de perder a carga. As concessionárias de rodovias do Paraná, por sua vez, poderiam ajudar nessa fiscalização, informando ao DER/PR, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná e mesmo à Secretaria de Infraestrutura e Logística o valor percentual que é arrecadado mensalmente apenas como Vale-Pedágio.

Assim, para fiscalizar efetivamente, a ANTT precisa fazer parcerias com o Estado do Paraná, através da Secretaria de Infraestrutura e Logística ou suas instituições que dizem respeito direta ou indiretamente com o negócio da concessão de rodovias. Por exemplo, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR) ou mesmo a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR).

**6. Recomendações e encaminhamentos**

Ao Sr. Presidente e aos nobres deputados que compõe esta CPI, submetemos a seguir, como resultado de todos os fatos e análises apresentados no presente documento, nossas recomendações finais.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****8.1 MELHOR DEFINIÇÃO ACERCA DO PAPEL, ESCOPO E ATUAÇÃO DO  
DER/PR E AGEPAR**

Foi observado durante os trabalhos desta Comissão que deve haver uma melhor definição do papel, escopo e atuação do DER/PR e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR), como forma de melhorar a gestão dos serviços públicos rodoviários. Apesar de a Agência ter sido criada pela Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, a sua regulamentação ocorreu somente em 21 de novembro de 2012, mais de dez anos após sua criação.

Segundo explicado pelo então Diretor Presidente da AGEPAR Dr. Antônio José Correia Ribas, o objetivo da Agência é atender o interesse público, por meio da regulação, normatização, controle, mediação e fiscalização dos serviços de infraestrutura concedidos no Paraná, ações que promovam e zelem pela qualidade, segurança, eficiência econômica e técnica desses serviços. Além da regulação das rodovias, a Agência exerce regulação sobre as ferrovias concedidas; terminais de transportes rodoviários, ferroviários, aeroviários, marítimos e fluviais; do transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros; da exploração da faixa de domínio da malha viária; inspeção de segurança veicular e de outros serviços de infraestrutura de transportes delegados. Sua competência poderá ser estendida ainda a serviços de infraestrutura que vierem a ser definidos por lei específica.

Como autarquia a Agência é dotada de autonomia financeira, funcional, técnica e administrativa, possuindo independência decisória e poder de polícia, com as prerrogativas da Fazenda Pública. A decisão da Agência é soberana e definitiva em âmbito administrativo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Conceitualmente, o papel de toda Agência deve estar focado no exercício da fiscalização e gestão de contratos de concessão, na capacidade de edição de atos normativos ou regulatórios que regem a forma de exercício de atividades sob sua fiscalização e na escolha dos dirigentes que possam gozar de estabilidade no mandato sem possibilidade de demissão *'ad nutum'*.

Dentro deste conceito, as principais atribuições da AGEPAR consistem na prestação de serviços adequados ao pleno atendimento dos usuários, satisfazendo condições de qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e modicidade nas suas tarifas; aferir a qualidade da prestação dos serviços regulados e realizar estudos para propor maior eficiência nas atividades públicas reguladas; aplicar penalidades decorrentes do descumprimento da legislação vigente ou dos contratos; garantir ampla proteção aos usuários e soluções rápidas e consensuais de conflitos; decidir e homologar sobre os pedidos de revisão e reajuste de tarifas, buscando modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços públicos de infraestrutura delegados; assegurar aos usuários amplo acesso às informações sobre a prestação dos serviços públicos regulados e prévia divulgação de reajustes e revisões das tarifas.

O modelo de Agência pode ser considerado uma a escolha certa, pois descentraliza os deveres do Executivo Estadual e Administração Pública direta e indireta, possibilitando que os mesmos se concentrem em outras atividades e diminuam os custos e a ineficiência nesta área.

O DER/PR, em seu lugar, possui as atribuições de executar o programa rodoviário da malha estadual de acordo com diretrizes gerais e específicas que regem a ação governamental e programar, executar e controlar todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, obras,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

conservação, operação e administração das estradas e obras de artes rodoviárias compreendidos no Plano Rodoviário Estadual, nos planos complementares e nos programas anuais especiais definidos pela Secretaria de Infraestrutura e Logística.

Portanto, deve haver melhor concatenação entre a atuação, papel e escopo do DER/PR e da AGEPAR, com vistas a fortalecer o papel da Agência e beneficiar a sociedade paranaense. Esta CPI verificou que deve haver especial atenção à estrutura e funcionamento da Agência, uma vez que funciona de maneira precária, sem estrutura adequada e sem quadro técnico competente para acompanhamento das questões técnicas de grande complexidade. Não existem processos bem definidos e estruturados, sendo que o trabalho de consultoria em fase de conclusão deve ser implantado de forma contínua. Esse fato é importante para que não ocorra subordinação da Agência aos interesses do Executivo:

Com relação à atuação do DER/PR, esta Comissão recomenda que se aproveite a larga experiência deste Órgão e de seus técnicos, com a instituição de um novo plano de carreira para seus funcionários, de maior dedicação orçamentária do Estado e a definição das atribuições que se espera deste Órgão. Recomenda-se que o quadro de técnicos seja urgentemente renovado, uma vez que existem vários engenheiros entrando com pedidos de aposentadoria.

**6.2 MAIOR FISCALIZAÇÃO POR PARTE DO DER/PR EM RELAÇÃO ÀS**  
**OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DAS CONCESSIONÁRIAS**

Foi observado ao longo dos trabalhos desta Comissão que o DER/PR pode eventualmente estar sendo leniente na fiscalização e controle dos





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



trabalhos executados pelas Concessionárias no Anel de Integração. Além da preocupação que este tema suscita, esta CPI recomenda que o DER/PR estabeleça no curto prazo as bases de um amplo plano de ação para melhor aparelhar as equipes responsáveis pela fiscalização dos trabalhos de campo, evitando a contratação de empresas terceiras para melhor atender ao interesse público.

**6.3 ADOÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MARGINAL PARA AS NOVAS OBRAS  
E INVESTIMENTOS, CONSIDERANDO A TAXA INTERNA DE  
RETORNO (TIR) VIGENTE NO ATUAL AMBIENTE ECONÔMICO**

O Fluxo de Caixa Marginal foi a solução encontrada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para incorporar obras e investimentos adicionais em infraestrutura rodoviária aos contratos da 1ª fase do Programa Federal de Concessões (PROCROFE), buscando capturar na taxa de remuneração do capital dos investidores a melhora do cenário econômico do país e, ao mesmo tempo, respeitando as condições acordadas inicialmente entre as partes.

Deste modo, o escopo original dos investimentos do contrato e aditivos celebrados permanece inalterado, por força de exigência legal, enquanto a sociedade pode se beneficiar de novos investimentos, adequando a rodovia às necessidades atuais, não previstas originalmente no Programa de Exploração da Rodovia.

A necessidade surge, pois o prazo da concessão é muito longo (24 anos, no caso paranaense), sendo muito difícil prever no Edital inicial todos os investimentos que serão necessários, dado o crescimento econômico e necessidades das comunidades ao longo das rodovias. Desta forma, é

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

natural que surjam demandas por novos investimentos decorridos alguns anos da assinatura do contrato de concessão.

Dado que os investimentos adicionais previstos montam a valores bilionários, principalmente com relação a possível duplicação da totalidade do Anel de Integração do Paraná, a participação da iniciativa privada desonera o Governo do Estado do Paraná na realização direta desses novos investimentos, contribuindo para a meta de *superávit* primário. A execução e entrega das obras no prazo acordado também ficam a cargo do privado, que assume alguns riscos inerentes nesse tipo de contratação.

Adicionalmente, os benefícios positivos para a sociedade são muitos com os novos investimentos, desde a geração de empregos até o aumento do conforto, segurança e fluidez dos serviços rodoviários. É inegável que a qualidade das rodovias aumentou substancialmente após a participação do privado nesse setor, fato este que se comprova com as 20 melhores rodovias do país operando sob regime de concessão, conforme apontado em pesquisa de 2013 da Confederação Nacional do Transporte (CNT), encontrada no sítio eletrônico <http://pesquisarodovias.cnt.org.br/>.

A pesquisa CNT abrange toda a extensão pavimentada das rodovias federais e as principais rodovias estaduais do país, alcançando 96,7 mil km de rodovias. A metodologia empregada avalia as três principais características da malha rodoviária: pavimento, sinalização e geometria, que são analisadas conforme os níveis de conservação, segurança e conforto perceptíveis pelos usuários. O resultado da avaliação é divulgado de forma qualitativa, classificando o estado das rodovias como: Ótimo, Bom, Regular, Ruim ou Péssimo. Os resultados apontam que 36,2% dos trechos pesquisados (35.002 km) apresentam condições satisfatórias (Ótimo ou Bom). Porém, ao compararmos as condições das rodovias por



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



tipo de gestão, observamos que as condições são satisfatórias em 84% das rodovias concedidas e em 27% das rodovias sob gestão pública.

No caso das concessionárias do Estado do Paraná foram pesquisados 5.652 km de rodovias, dos quais 2.654 estão sob regime de concessão. As condições satisfatórias (Ótimo ou bom) entre as rodovias concedidas (87%) é bastante superior aquelas sob gestão pública (42%).

O Fluxo de Caixa Marginal já é uma realidade no âmbito dos contratos com a União. Vários juristas e economistas já pacificaram o entendimento com relação a este instrumento e enfatizaram a necessidade de realizar investimentos de acordo com as novas condições econômicas, apesar das dificuldades encontradas nos ativos de infraestrutura, notadamente ativos com baixa liquidez, incerteza na realização do lucro e prazos muito longos.

Assim, os novos investimentos marginais aos contratos celebrados originalmente certamente incorporarão as condições do cenário econômico atual, seja este cenário mais favorável ou não àquele originalmente contratado. Isso faz parte da lógica econômica e do processo racional realizado pelos investidores. Levando-se a cabo esse processo, a cada novo investimento extraordinário ao contrato original será feito um acordo entre as partes, observando-se as novas condições econômicas vigentes, buscando a modicidade tarifária e benefícios para sociedade paranaense, sem que, com isso, sejam alteradas as condições originais do contrato de concessão. Com isso, novas oportunidades de investimentos são descortinadas em condições mais atrativas para o Paraná sem alterar as bases contratuais.

Foi salientado pelo presidente desta Comissão que o BNDES hoje está apoiando as novas licitações com a concessão de empréstimos em condições vantajosas, de taxa de juros e prazo, sendo que o mesmo





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- Duplicação da PR-445, entre Contorno de Londrina e Warta:
  - o Extensão aproximada: 8,5 km; o Lote: 1;
  - o Interesse público: Melhoria no fluxo de veículos em trecho com elevado tráfego, atendendo solicitações populares e da sociedade organizada, oferecendo maior segurança e conforto ao usuário; o Municípios abrangidos: Londrina e Cambê.
- Duplicação da BR-153, nos segmentos entre km 18,0 e 20,5 (Jacarezinho) e km 39 e 43 (Santo Antonio da Platina):
  - o Extensão aproximada: 6,5 km; o Lote: 1;
  - o Interesse público: Melhoria no fluxo de veículos em trecho com elevado tráfego, atendendo solicitações populares e da sociedade organizada, oferecendo maior segurança e conforto ao usuário;
  - o Municípios abrangidos: Jacarezinho e Santo Antonio da Platina.
- Duplicação da BR-376, entre Paranavai e Nova Esperança:
  - o Extensão aproximada: 30 km; o Lote: 2;
  - o Interesse público: trata-se de segmento com elevado tráfego de veículos pesados e importante corredor de interligação do Oeste do Paraná com o Mato Grosso do Sul; o Municípios abrangidos: Paranavai, Alto Paraná e Nova Esperança.
- Duplicação da BR-277 entre Matelândia e Cascavel:
  - o Extensão aproximada: 60 km; o Lote: 3;
  - o Interesse público: trata-se de segmento com elevados índices de tráfego e de acidentes e importante interligação do Oeste do Paraná;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- o Municípios abrangidos: Matelândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste e Cascavel.
- Duplicação da BR-277 no perímetro urbano de Guarapuava:
  - o Extensão aproximada: 5 km; o Lote: 3;
  - o Interesse público: segmento que apresenta elevada interferência com tráfego local;
  - Município abrangido: Guarapuava.
- Duplicação da PR-317 entre Campo Mourão e Peabiru:
  - o Extensão aproximada: 11 km; o Lote: 2;
  - o Interesse público: segmento que apresenta elevada interferência com tráfego local;
  - o Municípios abrangidos: Campo Mourão e Peabiru.
- Duplicação da BR-376 entre Mandaguaçu e Nova Esperança:
  - o Extensão aproximada: 21 km; o Trecho próximo à abrangência do Lote 2;
  - o Interesse público: segmento que apresenta elevada interferência com tráfego local;
  - o Municípios abrangidos: Mandaguaçu, Presidente Castelo Branco e Nova Esperança.
- Duplicação da PR-317 entre Floresta e Campo Mourão:
  - o Extensão aproximada: 60 km; o Lote: 2;
  - o Interesse público: segmento que apresenta elevada interferência com tráfego local e importante rota de ligação;
  - o Municípios abrangidos: Floresta, Engenheiro Beltrão, Peabiru e Campo Mourão.
- Duplicação da BR-277 entre trevo do Relógio e Guarapuava:
  - o Extensão aproximada: 50 km; o Lote: 4;
  - o Interesse público: segmento que representa importante rota de ligação na região abrangida;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- o Municípios abrangidos: Prudentópolis e Guarapuava.
- Duplicação da BR-277 entre Guarapuava e Candói, Trevo dos Três Pinheiros:
  - o Extensão aproximada: 50 km; o Lote: 3;
  - Interesse público: segmento que representa importante rota de ligação na região abrangida;
  - o Municípios abrangidos: Guarapuava e Candói.
- Conclusão da Duplicação da BR-277 entre Candói e Cascavel:
  - o Extensão aproximada: 190 km; o Lote: 3;
  - o Interesse público: segmento que representa importante rota de ligação na região abrangida;
  - o Municípios abrangidos: Candói, Cantagalo, Virmond, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Campo Bonito, Ibema, Cascavel.
- Duplicação da PR-407 entre Pontal do Paraná e BR-277:
  - o Extensão aproximada: 18 km; o Lote: 6;
  - o Interesse público: segmento que representa importante rota de ligação com litoral do Paraná;
  - o Municípios abrangidos: Paranaguá e Pontal do Paraná.

**CONTORNOS**

A implantação de contornos urbanos é indicada em segmentos com elevada interferência do tráfego rodoviário com o tráfego urbano de cidades que se desenvolveram no entorno das rodovias. A separação do tráfego rodoviário de longa distância do tráfego local proporciona a diminuição do tempo de viagem e ocorrências de acidentes, além de elevar o conforto dos usuários das rodovias.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Atualmente há situações importantes que demandam a implantação de contornos urbanos:

- Contorno Norte de Londrina e Cambé, em Pista Dupla:
  - Extensão aproximada: 29 km; o Lote: 1;  
Interesse público: melhoria no fluxo de veículos em trecho de tráfego muito elevado, atendendo a solicitações populares e da sociedade organizada, oferecendo maior segurança e conforto ao usuário;
  - Municípios abrangidos: Londrina e Cambé.
- Contorno Norte de Ponta Grossa, na rodovia BR-376, com construção de terceiras faixas, vias marginais e interseções em desnível:
  - Extensão aproximada: 45 km; o Lote: 5;
  - Interesse público: grande interferência do tráfego de longa distância de veículos pesados com o perímetro urbano de Ponta Grossa; tal obra diminuirá índice de acidentes e o tempo de viagem dos veículos provenientes de várias regiões do Paraná e que atravessam este importante entroncamento rodoviário de Ponta Grossa;
  - Município abrangido: Ponta Grossa.
- Contorno de Califórnia, na rodovia BR-376:
  - Extensão aproximada: 9 km; o Lote: 5;
  - Interesse público: não há previsão para duplicação da BR-376 neste trecho e o tráfego de longa distância passa por trecho urbano, com obstáculos e calçadas; tal contorno eliminará a interferência com o tráfego urbano, diminuindo o tempo de viagem e aumentando a fluidez e o conforto dos usuários que trafegam na rodovia BR-376 e acessam o norte do Paraná;
  - Município abrangido: Califórnia.

  
635



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- Contorno Sul de Maringá, na rodovia PR-179: o Extensão aproximada: 11 km; o Trecho próximo à abrangência do Lote 2; Interesse público: trecho com elevada interferência com o tráfego local urbano;
  - o Município abrangido: Maringá.
- Contorno de Arapongas, na rodovia PR-444: o Extensão aproximada: 7 km; o Trecho próximo à abrangência do Lote 1;
  - o Interesse público: trecho com elevada interferência com o tráfego local urbano;
  - o Município abrangido: Arapongas.

**TERCEIRAS FAIXAS**

A implantação de faixas adicionais, ou terceiras faixas, é indicada principalmente em situações em que segmentos de rodovias em aclive, geralmente em trechos sinuosos, diminuem consideravelmente a velocidade de veículos pesados, e estes, interferem na velocidade de veículos leves, causando acréscimo no tempo de viagem e elevação no índice de acidentes. A implantação de terceiras faixas apresenta-se como uma solução economicamente interessante quando comparada ao custo de uma obra de duplicação completa da rodovia. Seguem algumas importantes sugestões para implantação de terceiras faixas:

- Implantação de Terceiras Faixas na BR-277, em diversos segmentos entre Cascavel e Guarapuava:
  - o Extensão aproximada: 21 km; o Lote: 3;
  - o Interesse público: trecho em pista simples e sinuoso dificultando a possibilidade de ultrapassagens, diminuindo a fluidez do tráfego;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- o Municípios abrangidos: Cascavel, Catanduvas, Ibema, Guaraniaçu, Nova Laranjeiras, Laranjeiras do Sul, Virmond, Cantagalo, Cândói e Guarapuava.
- Implantação de Terceiras Faixas na BR-277 em segmentos ao longo do trecho entre o Trevo do Sprea e Relógio:
  - o Extensão aproximada: 15 km; o Lote: 4;
  - o Interesse público: trecho com tráfego elevado de veículos pesados e com vários segmentos em aclave;
  - o Municípios abrangidos: Palmeira, Irati e Guarapuava.
- Implantação de Terceiras Faixas na BR-373 em segmentos ao longo do trecho entre Trevo do Caetano e Relógio:
  - o Extensão aproximada: 15 km; o Lote: 4;
  - o Interesse público: trecho com tráfego elevado de veículos pesados e com vários segmentos em aclave;
  - o Municípios abrangidos: Ponta Grossa, Imbituva, Guamiranga, Prudentópolis.
- Implantação de Terceira Faixa na BR-277, entre km 77,6 e km 83,0, incluindo iluminação e ciclovia, no sentido Curitiba:
  - o Extensão aproximada: 5,4 km; o Lote: 6;
  - o Interesse público: segmento com tráfego elevado de veículos pesados e em aclave;
  - o Município abrangido: São José dos Pinhais.
- Implantação de Terceira Faixa na BR-277, entre km 83,0 e km 86,8, no sentido Curitiba:
  - o Extensão aproximada: 3,8 km; o Lote: 6;
  - o Interesse público: segmento com tráfego elevado de veículos pesados e em aclave; o Município abrangido: São José dos Pinhais.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**VIAS MARGINAIS**

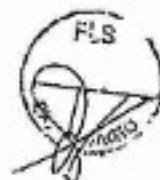
A construção de vias marginais é especialmente indicada em trechos de rodovia próximos a perímetros urbanos, onde ocorre conflito entre tráfego rodoviário e urbano, ocasionando elevação nos índices de acidentes e grandes transtornos aos usuários. Seguem algumas importantes sugestões para implantação de Vias Marginais:

- Implantação trechos de Vias Marginais nas Rodovias BR-376, PR444, PR-817: o Extensão aproximada: 28 km; o Lote: 2;
  - o Interesse público: ao longo das rodovias administradas pelo Lote 2, há trechos com elevada interferência com o tráfego urbano, e a implantação de marginais propiciará maior fluidez, conforto aos usuários, além da redução de acidentes;
  - o Municípios abrangidos: Alto Paraná, Arapongas, Maringá, Engenheiro Beltrão.
- Implantação Vias Marginais na BR-277, entre km 73,0 e km 84,0:
  - o Extensão aproximada: 11 km; o Lote: 6;
  - o Interesse público: trecho com grande interferência com tráfego urbano e necessidade de aumento de capacidade, aumentando a fluidez do tráfego e o conforto dos usuários;
  - o Município abrangido: São José dos Pinhais.

**PASSARELAS DE PEDESTRES**

A implantação de passarelas para transposição de pedestres é especialmente indicada em pontos com elevados índices de atropelamento, decorrentes da interferência do tráfego rodoviário com a movimentação de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

pedestres. Seguem algumas importantes sugestões para implantação de Passarelas de Pedestres:

- 6 Passarelas em diversos pontos localizados ao longo da rodovia BR-369:
  - o Lote: 1;
  - o Municípios abrangidos: Londrina, Jataizinho, Camborá, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina.
- 25 Passarelas em diversos pontos localizados ao longo das rodovias BR-376, BR-369, PR-444, PR-317 e BR-369: o Lote: 2;
  - o Municípios abrangidos: Paranavai, Alto Paraná, Nova Esperança, Pres. Castelo Branco, Cambira, Apucarana, Arapongas, Mandaguari, Maringá, Floresta, Ivaíandia e Engenheiro Beltrão, Corbélia, Cascavel.
- 15 Passarelas em diversos pontos localizados ao longo das rodovias BR-277, BR-376 e PR-151:
  - o Lote: 5;
  - o Municípios abrangidos: Mauá da Serra, Califórnia, Imbaú, Ponta Grossa, Carambei, Castro, Jaguariáiva e Pirai do Sul.
- 5 Passarelas em diversos pontos localizados ao longo das rodovias BR-277:
  - o Lote: 5; o Municípios abrangidos: São José dos Pinhais e Piraquara.
- 10 Passarelas em diversos pontos localizados ao longo das rodovias BR-277, no trecho entre Guarapuava e Cascavel: o Lote: 3;
  - o Municípios abrangidos: Cândói, Cantagalo, Virmond, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Campo Bonito, Ibema, Cascavel.
- 10 Passarelas em diversos pontos localizados ao longo das rodovias BR-277, no trecho entre Guarapuava e Cascavel:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- o Lote: 3;  
Municípios abrangidos: Candói, Cantagalo, Virmond,  
Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Diamante do Sul,  
Guaraniaçu, Campo Bonito, Ibema, Cascavel.
- 10 Passarelas em diversos pontos localizados ao longo das rodovias  
BR-277, nos trechos entre Palmeira e Guarapuava e entre Imbituva  
e Prudentópolis: o Lote: 3;  
o Municípios abrangidos: Palmeira, Teixeira Soares, Fernandes  
Pinheiro, Irati, Prudentópolis, Guarapuava, Imbituva e  
Guamiranga.
- 3 Passarelas localizadas ao longo da rodovia PR-407, nos seguintes  
pontos: Rua João Poli Filho, Avenida Léonel Brizola, acesso ao IFPR:  
o Lote: 6; o Município abrangido:  
Paranaguá.

**CORREÇÕES GEOMÉTRICAS**

As correções geométricas são obras de melhorias indicadas onde há  
ocorrência de curvas muito acentuadas, com consequente diminuição de  
velocidade e aumento no índice de acidentes. A correção geométrica permite  
aumentar o raio de curvas além de corrigir a inclinação da pista, aumentando a  
segurança da rodovia. Seguem sugestões para implantação de Correções  
Geométricas:

- Correções Geométricas na BR-369, nas curvas localizadas em: km  
114,0 e km 115,0:  
o Lote: 1; o Municípios abrangidos: Uraí e Cornélio  
Procopio.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

- Correções Geométricas na BR-277, nas curvas entre o km 481,0 e o km 488,0:  
Lote: 3; o Município abrangido: Nova Laranjeiras.
- Correção Geométrica na BR-277, entre km 426,0 e km 427,0:  
o Lote: 3; o Município abrangido: Cantagalo.
- Correção Geométrica na BR-277, no km 394,9:  
o Lote: 3; o Município abrangido: Cândido





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



183,9; o PR-444: 8 interseções ao longo da rodovia; o PR-986: 2 interseções localizadas no km 0,0 e km 4,0; PR-317: 4 interseções ao longo da rodovia, inclusive entrada de Sussuí (Engenheiro Beltrão);

- o BR-369/S: 9 interseções ao longo da rodovia;
- o Municípios abrangidos: Maringá, Sarandi, Arapongas, Mandaguari, Rolândia, Cambé, Maringá, Floresta, Campo Mourão, Juranda, Rio Verde, Ubatuba.

• Interseções em desnível para o Lote 3:

o BR-277: 8 interseções localizadas nos: km 421,0, km 454,3, km 518,0, km 584,4, km 687,0, km 709,5, km 723,0 e km

725,0; o Municípios abrangidos: Cantagalo, Laranjeiras do Sul, Guaraniáçu, Cascavel, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipú, Foz do Iguaçu.

**OUTRAS MELHORIAS**

Além das novas obras supracitadas, há outras oportunidades de melhorias de grande interesse da população do Estado do Paraná, dentre as quais sugerimos incluir:

- Nova Ponte sobre o Rio Cavernoso, na Rodovia BR-277, km 412,9: o Lote 3;
  - o Interesse público: a atual ponte é muito estreita, sem acostamentos; a construção de nova ponte trará maior segurança e conforto para os usuários da rodovia;
  - o Município abrangido: Cantagalo.
- Alargamento da Ponte Rio Xagú na Rodovia BR-277, km 467,7: o Lote 3;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

o Interesse público: a atual ponte é muito estreita, sem acostamentos e local; tal obra trará maior segurança para os usuários da rodovia; o Município abrangido: Nova Laranjeiras.

- Novo Viaduto no Acesso ao Porto de Paranaguá, localizado na rodovia BR-277, no km 5,0, na interseção com a Av. Ayrton Senna: o Lote 6;

o Interesse público: melhorar a fluidez e o acesso ao Porto de Paranaguá; o Município abrangido: Paranaguá.

- Novo Viaduto no Distrito de Iguaçu, em Maringá:

- o Trecho próximo à abrangência do Lote 2;

o Interesse público: melhorar a fluidez e o acesso ao Distrito de Iguaçu; o Município abrangido: Maringá.

- Novo Viaduto na entrada de Sarandi:

- o Trecho próximo à abrangência do Lote 2;

o Interesse público: melhorar a fluidez e o acesso a Sarandi; o Município abrangido: Sarandi.

- Novo Viaduto na PR-407, no entroncamento com a Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, em Paranaguá: o Lote 6;

o Interesse público: melhorar a fluidez e o acesso a Paranaguá; o Município abrangido: Paranaguá.

- Novo Viaduto na BR-277, na entrada do município de Paranaguá: o Lote 6;

o Interesse público: melhorar a fluidez e o acesso a Paranaguá; o Município abrangido: Paranaguá.

- Novo Viaduto na PR-407 no entroncamento com a PR-412, no município: o Lote 6;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



- o Interesse público: melhorar a fluidez e o acesso aos balneários de Pontal do Paraná; o Município abrangido: Pontal do Paraná.
- Extensão do trecho de abrangência do Lote 6 até o portão de acesso ao Porto de Paranaguá:
  - o Trecho próximo ao Lote 6;
  - o Interesse público: incorporar os benefícios da concessão às vias ao porto de Paranaguá;
  - o Município abrangido: Paranaguá.
- Implantação de Posto de Atendimento ao Usuário entre Peabiru e Campo Mourão, com heliponto; o Lote 2;
  - o Interesse público: ampliar pontos de atendimento ao usuário na região abrangida;
  - o Municípios abrangidos: Peabiru e Campo Mourão.
- Acréscimo de Médico Plantonista em regime de 24 horas no trecho9 entre Campo Mourão e Cascavel:
  - o Lote 2;
  - o Interesse público: ampliar os serviços aos usuários neste trecho, devido à ocorrência de acidentes e deficiência da estrutura adequada na região;
  - o Municípios abrangidos: Cascavel, Corbélia, Anahy, Nova Aurora, Ubatã, Juranda, Mamborê e Campo Mourão.
- Construção de área de escape de veículos pesados na rodovia BR277, na descida da serra, próximo a Morretes; o Lote 6;
  - o Interesse público: a área de escape de escape para veículos pesados é uma importante melhoria na segurança da descida da serra, diminuindo acidentes causados pela dificuldade de frenagem durante a descida da serra;
  - o Município abrangido: Paranaguá.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Cumpra salientar que a incorporação de novas obras, não previstas no contrato original, demanda negociação do DER/Pre da AGEPAR com as concessionárias.

A recomendação desta Comissão é de que o DER/Pre e AGEPAR enviem todos os esforços em tais negociações, a fim de que incorporem as obras sugeridas, por meio de celebração dos devidos instrumentos legais, e desde que não acarretem majoração das tarifas praticadas, e assim possam acrescentar esses grandes benefícios à população do Estado do Paraná.

**6.4 AUMENTO DAS OBRAS E DIMINUIÇÃO DAS TARIFAS COM A CONCLUSÃO DAS NEGOCIAÇÕES EM ANDAMENTO ENTRE CONCESSIONÁRIAS E DER/PR**

Tornou-se urgente a conclusão das negociações em andamento entre Concessionárias e Poder Concedente, com o efetivo aumento das obras de duplicação, a observância da qualidade dos serviços prestados, a atenção ao nível de atendimento aos usuários e a promoção da modicidade tarifária e a correta remuneração às Concessionárias tendo como base o contrato e seus aditivos.

Certamente essa é uma das grandes conquistas desta Comissão, que veio imprimir agilidade no andamento das negociações entre Poder Concedente e Concessionárias, que se iniciaram no longínquo ano de 2011, em que pese a complexidade do tema e a quantidade de empresas envolvidas.

Para tanto, como foi salientado em várias oitivas ao longo desta CPI, é imperativo que as soluções sejam encontradas no diálogo e consenso de parte a parte, pois o grande interesse da sociedade paranaense é a retomada das obras que foram suprimidas ou postergadas nos contratos originais, atadas à



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



modicidade tarifária com respeito aos contratos e aditivos assinados. Diversos depoentes enfatizaram este ponto, notadamente o DER/PR, a AGEPAR, as Concessionárias, a ABCR-PR e representantes da sociedade civil. Todos foram uníssonos em afirmar que esta é a única maneira de não repetir os erros do passado, que criaram um passivo pernicioso que ainda pesa sobre a sociedade paranaense.

A apuração de eventuais desequilíbrios que ficaram repressados durante vários anos de falta de diálogo entre o Poder Concedente e as Concessionárias, notadamente no governo anterior, é de suma importância para a correta avaliação dos direitos e obrigações *vis-à-vis* o equilíbrio contratual em vigor.

O respeito às normas estabelecidas e a livre negociação das partes é a alternativa mais eficaz para aumentar as chances de realizarmos os investimentos necessários no longo prazo. É necessário que todos os atores envolvidos possam encontrar o equilíbrio de interesses, manifestando as condições de atratividade dos investimentos, preservando a modicidade tarifária e gerando benefícios para os usuários. O desafio é manter o padrão de qualidade crescente dos serviços rodoviários a preços cada vez mais módicos.

A conclusão das negociações em andamento também será providencial no sentido de possibilitar a formalização de atos do DER/PR que ainda estão pendentes da devida formalização, inclusive com devida participação do Ministério dos Transportes do Governo Federal. Esse é o rito que deve observar qualquer administrador público, sempre no melhor interesse público e zelando pelo erário.

Finalmente, a conclusão das negociações em andamento colocará um ponto final às dezenas de ações judiciais, de parte a parte, que hoje se encontram suspensas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL6.5 TÉRMINO DAS NEGOCIAÇÕES OU RETOMADA DAS AÇÕES JUDICIAIS  
ENTRE O ESTADO DO PARANÁ E AS CONCESSIONÁRIAS

Desde o ano de 2011, o governo estadual e as concessionárias decidiram suspender as ações que tramitam na Justiça, com o argumento de que seria necessário um clima amistoso para negociar acordos sobre o pedágio no Paraná. Inicialmente, a suspensão valeria por 180 dias e, no fim do prazo, concluída as negociações, em sendo firmado um acordo os processos terminariam ou em não havendo acordo os processos retornariam o seu curso normal.

Desde o pedido de suspensão dos processos, passaram-se quase 3 anos e, até o presente momento, nem as partes entraram num acordo e nem os processos foram retomados.

É importante lembrar que é uma oportunidade vantajosa celebrar acordos, conforme apontou a ex-Procuradora Geral do Estado do Paraná, Sra. Jozélia Nogueira, durante oitiva realizada na 8ª reunião ordinária da CPI:

*"DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO: Esta é mais para eu ter de registro aqui. Em um processo judicial é possível as partes requererem a suspensão da ação?"*

*SRA. JOZÉLIA NOGUEIRA: Sim. É possível, sempre que as partes estão tentando um acordo. Porque para o Juiz da causa é muito interessante que haja o acordo. O CNJ, hoje, recomenda isso aos juizes, que busquem o acordo entre as partes para que a ação tenha uma solução que agrade a todos. Então, é por isso que se suspende a ação. Mas, nunca iríamos e não iremos desistir de ação nenhuma, porque sabemos que se o acordo não for possível, ante a complexidade dessa situação, a retomada é pelo pedido do julgamento da ação."*

O Conselho Nacional de Justiça tem orientado sobre as vantagens da conciliação e celebração de acordos, conforme citações abaixo, colhidas no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



sítio eletrônico do CNJ (<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/acesso-ajustica/conciliacao>):

*"A Conciliação é um meio de resolver uma demanda jurídica, pois representa a resolução de um conflito judicial de forma simplificada para ambas as partes. Por isso, a Conciliação está se consolidando como alternativa eficaz, rápida e satisfatória para solucionar diversas causas."*

*"A Conciliação jamais gera qualquer tipo de imposição: os conciliadores podem fazer sugestões ou até mesmo propor soluções para o conflito, mas as partes são livres para aceitar ou não as propostas, uma vez que cabe somente a elas a solução do referido conflito. Para isso, vários conciliadores estão sendo devidamente capacitados pelos tribunais, visando à perfeita realização dessa atividade."*

Conforme prega o CNJ, a conciliação, ou celebração de um acordo, é uma solução eficaz, rápida, pacífica, menos dispendiosa e necessária, uma vez que os tribunais brasileiros estão com excesso de demandas e as decisões judiciais têm sido cada vez mais lentas.

Durante as reuniões ordinárias da Comissão Parlamentar de Inquérito, por diversas vezes foi suscitado por representantes do Governo e das Concessionárias que até o final de 2013 os acordos poderiam ser finalizados, o que, até o momento, não se concretizou.

Dentre as ações que foram sobrestadas encontra-se aquela que discute a Ata 17. O que ocorreu neste caso foi que transcorridos aproximadamente dois anos da assinatura do termo aditivo de 2002, o Poder Concedente e a Concessionária Ecocataratas (Lote 3) resolveram celebrar o que se denominou de contrato preliminar onde foi negociado redução de tarifa, redução de encargos e supressão das obras de ampliação da capacidade e foi instituída a Comissão Paritária através da Portaria 451/2004 do DER 02/08/04.

Em maio de 2005, a Comissão Paritária elaborou a Ata da 17ª reunião,  
648





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 17ª Legislatura

## CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



encerrando seus trabalhos e enumerando as alterações contratuais para reequilíbrio do contrato, dentre elas redução de 30% das tarifas (válida a partir de agosto de 2004), eliminação das obras de melhoria e ampliação de capacidade e previsão de degrau tarifário de 17,4% previsto para junho de 2005. Porém, o Governo do Estado se negou a negociar o terceiro aditivo e iniciou-se novamente o embate jurídico entre as partes. O Poder Judiciário, contudo, concedeu tutela antecipada à Concessionária do Lote 3, reconhecendo as bases negociadas na Ata 17, fazendo valer a negociação ocorrida.

A denominada Ata 17 ainda está sendo discutida judicialmente, pois a Concessionária, demandada em uma ação judicial proposta pelo Poder Concedente, durante a realização dos estudos da comissão paritária, acabou reconvinando, e assim, de posse da ata conclusiva nº 17, pleiteou tutela antecipada, deferida, com base em seus alicerces (ação nº 2005.70.00.004071-0).

A tutela antecipada proferida em Agravo de Instrumento nº 2005.04.01.037574-9 confirmou o pedido da concessionária. Assim, percebe-se que o contrato de concessão daquele Lote não está sendo executado com base exclusivamente em ata de reunião ou aditivo firmado pelo Governo do Estado, mas também com base em decisões judiciais fundamentadas na mesma e derivadas do descumprimento do acordado pelo Estado à época. Evidentemente, somente uma nova decisão judicial poderia desconstituir obrigações, pois a manutenção do Programa de Exploração de Rodovia do Lote 3, com base na referida Ata 17, necessita ser adequado pelo Poder Concedente observando o interesse público e o Estado constituído de Direito.

Desta feita, esta Comissão recomenda que se concluam as negociações com a maior brevidade possível. Caso não ocorra um entendimento entre as partes, recomenda-se ao Governo do Estado do Paraná que retome todas as



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



ações judiciais que versem acerca dos contratos de concessão, inclusive aquela que trata da questão da Ata 17 já anteriormente detalhada neste Relatório.

**6.6 EFETIVO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO RELATIVA AO VALEPEDÁGIO  
E À NOVA LEGISLAÇÃO QUE REGULA A JORNADA DE TRABALHO DOS  
CAMINHONEIROS**

É recomendável que seja urgentemente colocado em vigor o efetivo cumprimento da legislação relativa ao Vale-Pedágio, pois devido à falta de fiscalização não é possível saber qual o percentual das empresas embarcadoras está efetivamente pagando o Vale-Pedágio. As concessionárias de rodovias do Paraná, por sua vez, poderiam ajudar nessa fiscalização, informando ao DER/PR, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná e mesmo à Secretaria de Infraestrutura e Logística o valor percentual que é arrecadado mensalmente apenas como Vale-Pedágio.

Adicionalmente, de acordo com a Lei 12.619 ("Lei do Descanso dos Caminhoneiros"), os motoristas deverão ter repouso de no mínimo 11 horas por dia, além do descanso de 30 minutos a cada 4 horas ininterruptas de direção. A regra vale para motorista que transporta carga maior que 4.536 quilos, profissional de transporte escolar e de passageiros em veículos com mais de dez lugares. A punição prevista é apreensão do veículo, multa de R\$ 127,69 e perda de cinco pontos na carteira de habilitação.

**6.7 DESONERAÇÃO DOS TRIBUTOS E IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE O  
PEDÁGIO**

Conforme foi exaustivamente analisado nas sessões desta CPI, existe uma forte carga de impostos e tributos no pedágio, tornando desta maneira a União

650

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Estado e Municípios os grandes interessados e beneficiados neste negócio. Conforme foi analisado no ano de 2012, o valor arrecadado nas seis concessionárias do Anel de Integração do Estado do Paraná na forma de tributos municipais (ISSQN) foi de aproximadamente R\$ 77 milhões, e o valor do total dos tributos federais (PIS/COFINS e IRPJ) foi de R\$ 303 milhões. Portanto, existe um total de 25% de carga tributária no negócio do pedágio, tomando-se como base o ano de 2012.

Neste sentido, em oitava da 21ª Reunião Ordinária da CPI do Pedágio, o Sr. José Ribeiro Pereira Savoia, professor doutor da Fundação Instituto de Administração (FIA), ao ser indagado por este relator, vaticinou:

**“SR. JOSÉ RIBEIRO FERREIRA SAVOIA:** Deputado, eu acho que a sua colocação é muito importante e oportuna nesse momento, em que nós estamos vendo aí uma discussão ampla sobre os pedágios. O governo arrecada no caso aqui do Paraná, 2/3 das rodovias são concessões federais.

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO:** Federais, 300 milhões por ano.

**SR. JOSÉ RIBEIRO FERREIRA SAVOIA:** 300 milhões por ano e aumentando isso, esse ano deverá ser mais de 350. Nós estamos falando de que 18,5% da receita de pedágio vão para o governo federal (grifo nosso). Ou seja, além do governo federal estar economizando aí os investimentos, que estão sendo realizados aqui pelo governo e que desde o início da concessão chegam a mais de 8,5 bilhões de reais, ou seja, isso não está saindo do orçamento da União, mas está saindo no orçamento do governo do Paraná. (...)”

Se pensarmos que ainda existem verbas regulatórias e repasses que são realizados periodicamente pelas Concessionárias (ex: Verba para manutenção da AGEPAR e Verba de aparelhamento da Polícia Rodoviária), existe



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL**



claramente uma oportunidade adicional de desconexão visando à modicidade tarifária.

O valor correspondente à eventual diminuição tributária poderá ser diretamente aplicado na malha viária, com ampliação do programa de obras e investimentos ou também poderia resultar em redução da tarifa de pedágio, na mesma proporção da diminuição tributária, convertendo-se em grande benefício ao povo paranaense.

Na hipótese de redução de toda a cunha fiscal e tributária incidente sobre as atividades objeto dos contratos de concessão, em torno de um quarto do valor das receitas auferidas, e compensação direta na redução da tarifa, seriam possíveis enormes benefícios, conforme demonstrados nos exemplos hipotéticos abaixo:

- Tarifa de pedágio para automóvel: de R\$ 15,40 poderia ser reduzida para R\$ 11,65;
- Tarifa de pedágio de um caminhão de 5 eixos: de R\$ 37,00 poderia ser reduzida para R\$ 27,75.

Pode-se imaginar a economia total e os benefícios para a sociedade paranaense principalmente no caso dos transportes de longa distância, como por exemplo, os caminhoneiros, pois muitos têm que percorrer enormes distâncias e atravessar muitas praças de pedágio. No caso de um caminhão de 9 eixos que sai de Foz do Iguaçu até o porto de Paranaguá, a economia em cada viagem com redução de 25% seria de aproximadamente de R\$ 200,00.

Portanto, esta Comissão recomenda que a cunha fiscal e tributária incidente sobre os contratos de concessão seja urgentemente revista e totalmente aplicada em benefício da população paranaense, seja pela inclusão de obras ou redução da tarifa de pedágio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL6.8 OPORTUNIDADE PARA REDUÇÃO DA TARIFA DE PEDÁGIO PELO  
AUMENTO DA BASE PEDAGIADA E COBRANÇA QUILOMÉTRICA

A atual estrutura de cobrança de pedágio se baseia em modelo estacionário de praças de cobrança, que estão localizadas em intervalos variáveis de 40 a 100 km de distância. No Brasil existem concessões em que apenas 10% das viagens passam por praças de pedágio. No estado do Paraná, levantamentos e contagens do fluxo de veículos em diversos trechos indicam que a cobrança de pedágio situa-se entre 10% e 40% das viagens realizadas ao longo das rodovias do Anel de Integração.

Atualmente uma parcela expressiva dos veículos que trafegam pelas rodovias concedidas no Paraná não paga pedágio. No entanto, aqueles que pagam pedágio, acabam pagando um valor maior, pois pagam por todos os que trafegam e usufruem da prestação de serviços.

Também é comum casos de veículos que trafegam por um trecho pequeno pagando o mesmo valor que outros veículos que trafegam por uma extensão substancialmente maior. É importante explorar alternativas para uma cobrança mais justa, que seja proporcional à distância efetivamente percorrida e que atinja uma maior parcela de veículos que hoje não pagam pedágio, propiciando significativa redução da tarifa de pedágio via equidade tarifária, afinal o conceito de efetivo pagamento pelos serviços prestados deve ser válido para qualquer concessionária de serviço público.

Existem modernas soluções que permitem a cobrança de pedágio proporcional à distância percorrida por cada veículo, implantadas com sucesso em vários países ao redor do mundo. Uma solução largamente adotada é o *free-flow* ou Pedágio Eletrônico, que utiliza equipamentos sofisticados instalados em pórticos ao longo das rodovias, permitindo a identificação correta dos veículos e a cobrança automática pelo trecho percorrido. Este sistema não possui barreiras e não causa interferência com o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



tráfego. Apesar de este sistema ser bastante empregado ao redor do mundo, no Brasil, ainda se discute o arcabouço legal necessário que viabilize sua implantação, limitando os riscos de evasão de pedágio.

O Chile apresenta um exemplo de implantação muito bem-sucedida do sistema *free-flow*, abrangendo 36 projetos de concessões de rodovias e 11 projetos em aeroportos. O sucesso do sistema *free-flow* implantado no Chile é possível graças ao arcabouço legal, pois existe legislação que estipula infração grave para a falta do chip eletrônico.

Existe também a possibilidade de solução mista, que combina a solução de *free-flow* com cobrança manual, com vários casos de implantação bem sucedida ao redor do mundo. Esta solução permite criar condições para que veículos aderidos ao sistema automático não sofram nenhuma interferência, enquanto veículos não aderidos necessitam parar para a realização de cobrança manual. Mais uma vez, esta solução depende de fiscalização das autoridades, garantindo o cumprimento à lei, e evitando a evasão de pedágio que prejudicaria todo o modelo de concessão.

A temática de aumento da base pedagiada com maior justiça tarifária surgiu em várias oitivas, sendo que vale a pena destacar o trecho das notas taquigráficas da 11ª. Reunião Ordinária, onde o Coronel Sérgio Malucelli, presidente da FETRANSPAR abordou esse tema:

*"SR. SÉRGIO MALUCELLI: ... Temos uma injustiça quanto aos usuários. Os senhores sabem que apenas 49% dos usuários é que pagam, aquele que realmente usa a estrada, não posso responder pelo morador da cidade, aquele que usa a estrada, apenas 49% pagam. Vamos dar um exemplo aqui da nossa região de Paranaguá a Morretes: se os senhores forem de Curitiba até a Renault, vocês vão fazer, ida e volta, 38 quilômetros, veja o volume de tráfego que tem naquela região e que ninguém está pagando. Se o Deputado Maron for fazer uma visita a Antonina, ele sai de Paranaguá, vai a Antonina, não paga pedágio; mas se qualquer eventualidade ocorrer com o carro dele, um incidente qualquer, a concessionária é obrigada a*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

*atender. Então, tem pouca gente pagando e muita gente usando. Isso é uma constatação. E quem mais está pagando o preço de pedágio é o transportador de carga e é o embarcador. Portanto, se faz necessário que o pedágio seja mais justo nessa renegociação que os senhores, com certeza, têm que participar, observem esse indicativo, não é justo. Quem sabe as praças de pedágio foram colocadas, o formato como foram colocadas, nós não participamos desse plano, nós pagamos o resultado de tudo isso, mas não é justo! Hoje, 180 caminhões fazem o trajeto de Paranaguá-porto de Antonina, diariamente, ninguém paga pedágio. Mas o cidadão que sai daqui até Paranaguá paga uma tarifa cheia. O ideal seria que nós tivéssemos uma forma de realinhar essas praças, e vou falar algo que não é popular para os senhores, gostaria que tivesse o dobro de praças de pedágio, com certeza teríamos reduzido a tarifa, porque há mais gente pagando. Não é justo eu ir daqui a Campo Largo todo dia e não pagar nada, e usa de todos os serviços. Isso é uma realidade."*

Em outra ocasião, o Diretor Presidente da AGEPAR Dr. Antônio José Correia Ribas referiu-se a esse tema. A seguir trecho extraído das notas taquigráficas da 13ª. Reunião Ordinária:

*"DEPUTADO ALCEU MARON FILHO: Outra pergunta Dr. Ribas. Represento a população do litoral e é uma população extremamente prejudicada numa questão do pedágio. Aquelas pessoas que trafegam pela BR-277, com destino a São José dos Pinhais e ao Município de Piraquara - dou estes dois exemplos, mas há outros - elas não pagam pedágio e trafegam 20 quilômetros, 25 quilômetros, de um pedágio pago por quem? Pela população que vai às sete cidades do litoral. Como a Agência pode intervir no sentido de diminuir este prejuízo da população do litoral?"*

*SR. ANTÔNIO JOSÉ CORREIA RIBAS: Mais uma vez, Deputado, há que haver um equilíbrio entre receitas e despesas quando você vai fazer uma redução de um valor. Neste caso, de Paranaguá, talvez seja o mais emblemático porque uma única praça de pedágio cobre todos os usuários, de 175 quilômetros. Então, é aquilo que falei, o custo quilométrico, tem até naquela tabelinha que eu trouxe, que*





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



*também para mim foi surpresa, o custo quilômetro mais baixo das empresas do Paraná é o da Ecovia, por quilômetro. Mas, quem usa Curitiba/Paranaguá, paga por quem usa Antonina/Paranaguá, Paranaguá/Morretes, Paranaguá/Matinhos. O*

*mesmo caso é Curitiba/Campo Largo. A situação ideal, e isso acontece em países mais desenvolvidos do mundo, é quando tem pedágio fechado, que paga o pedágio quilométrico, nas saídas do pedágio. No Brasil, há uma possibilidade futura, que acho é o caminho que vai acontecer. Vai demorar algum tempo, mas vai acontecer. A partir do ano que vem, muito provavelmente, os veículos já sejam obrigados ao uso daquele TAG, um chip de identificação. Com este chip de identificação, algumas empresas que cobram pedágio eletrônico, por exemplo, estão querendo fazer uma interligação deste chip com o pedágio. Você pode fazer, aí sim, um pedágio quilométrico, de tal maneira que você tenha pontos de leitura deste TAG. Quem anda dez quilômetros, paga o equivalente a dez quilômetros, quem anda 20, paga 20 quilômetros, quem anda 100, paga 100 quilômetros. Esta é uma tendência, vamos dizer, de tecnologia futura. Nós, no sentido de fazer a coisa ter um pouquinho mais de agilidade, entendo que a vida, estou tentando sempre justificar, mas o tempo de existência da Agepar é muito pequeno e em uma situação ainda muito difícil, de início de processo e tal. Mas, temos trabalhado em algumas questões. Uma delas, por exemplo, é uma abertura do mercado às empresas de cobrança eletrônica. São Paulo já tem quatro operando, já serão cinco operando. Isso vai dar condições de ter mais tecnologia embarcada. Ou seja, a partir do momento em que você tenha mais empresas interessadas, mais tecnologia vem. E acho que o caminho vai ser esse, mas quando tivermos a tecnologia."*

Em ótima realizada durante a 25ª. Reunião Ordinária da CPI, o exSecretário de Transportes Heinz George Herwig igualmente lembrou que a forma mais justa de cobrança de pedágio é aquela em que se paga exatamente pela distância percorrida.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

A recomendação desta Comissão é que se estudem alternativas que tornem a cobrança de pedágio mais justa, por meio de criação de novas praças de pedágio em trechos com alta incidência de tráfego não pagante o que propiciará redução expressiva nas tarifas de pedágio no lote em questão. Este tipo de solução já foi implantado com sucesso no Estado de São Paulo, com reduções de tarifa em torno de 50%, distribuindo de uma forma mais justa a cobrança de pedágio entre o público que trafega pela rodovia e envolveu esforço tanto do Poder Concedente como da Concessionária, no caso aquela que administra o Sistema Castello Branco - Raposo Tavares.

Outra recomendação é que busque alterar a localização de praças de pedágio que prejudiquem a população de algumas cidades como o caso de Mamborê, em que a população se vê obrigada a passar pelo pedágio sempre que se locomova para cidades próximas, com melhores ofertas de emprego. No caso específico do município de Mamborê, recomenda-se que o DER/PR elabore estudos de viabilidade e os impactos econômicos e financeiros sobre o respectivo contrato de concessão, para que a praça de pedágio localizada atualmente no município de Campo Mourão seja transferida para localização mais ao sul, no trecho da BR-369 entre os municípios de Mamborê e Juranda.

Embora o município de Mamborê tenha ligação rodoviária com os outros municípios através das rodovias BR-369, BR-158, PR-553 e PR-471, além da praça de pedágio distar aproximadamente 15 km do centro deste município, é possível que a única rodovia de acesso a um determinado município seja uma rodovia concedida e que exista uma praça de pedágio, sendo importante que sejam investigados outros casos semelhantes, observando sempre o equilíbrio econômico e financeiro do contrato e o estado de direito constituído.

657



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**6.9 MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA CONHECER E SE ENVOLVER  
NA QUESTÃO DO PEDÁGIO**

Ao longo dos trabalhos desta comissão ficou notória a falta de conhecimento sobre o tema por parte da população do Paraná e muitas entidades civis. Como já dito anteriormente, o tema é demasiadamente complexo e envolve conhecimentos técnicos na área jurídica, econômica, financeira, de engenharia entre outros. No entanto, é de suma importância que todas as informações a respeito dos contratos de concessão sejam amplamente divulgadas e que a sociedade civil se aprofunde no conhecimento do tema e participe do debate e da defesa dos interesses públicos.

Somente assim, poderemos assegurar a devida transparência na divulgação de dados e fatos relacionados ao tema Pedágio e fomentar o debate entre população, entidades de classe, autoridades, os Poderes Públicos e as concessionárias, buscando o caminho adequado para solução de problemas e a construção de um modelo ideal do programa de concessão.

**6.10 NOVO MODELO DE CONCESSÃO DE RODOVIAS**

Transcorridas quase duas décadas desde o início do programa de concessão de rodovias no Brasil, já é possível observar vários erros, e o mais importante, são várias as lições aprendidas para o aperfeiçoamento do modelo.

A condição econômica do país melhorou nessas últimas décadas, o custo do financiamento é bem menor do que aquele que ocorria na década de 1990, a sociedade já compreende melhor o que é o programa de concessão e as entidades e os órgãos públicos já acumularam vasta experiência. O mercado atual também é mais competitivo: há vários grupos concorrentes,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

nacionais e internacionais, com vasta experiência acumulada ao longo dos anos, e em condições de apresentar propostas bastante agressivas.

Atualmente há mais de 50 contratos de concessões de rodovias em execução no nosso país, em vários estados da federação, envolvendo tanto programas federais como programas estaduais, vertidos em modelos diversos. Há diversos modelos implantados, alguns que priorizaram a menor tarifa de pedágio possível e outros que priorizaram uma maior oferta de serviços aos usuários.

No Paraná, depois de transcorridos mais de dois terços do prazo dos contratos de concessão, torna-se necessário o debate e a preparação antes de renová-los, de forma a oferecer condições muito vantajosas para a população paranaense.

Assim, o momento é oportuno para iniciar a discussão sobre o modelo ideal de concessão de rodovias.

Na opinião desta comissão, o melhor modelo é aquele que propicia a menor tarifa de pedágio possível, ao mesmo tempo em que oferece a realização dos serviços e investimentos necessários, provendo a infraestrutura adequada para as rodovias paranaenses.

Com a realização de vários leilões federais de concessões de rodovias ao longo destes últimos anos, constata-se que as tarifas básicas de pedágio ofertadas chegaram a valores menores que R\$ 4,00 a cada 100 km. Tem-se conhecimento das diferenças importantes entre o momento e o formato sobre os quais foram realizados esses diferentes programas, baseados que foram em modelos distintos. É necessário que se busque o modelo ideal, ao mesmo tempo técnica e legalmente adaptável ao que se tem hoje no Estado do Paraná.

A seguir, são apresentadas algumas boas ideias implantadas nos últimos leilões federais de concessão de rodovias:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

das concessões no Paraná sem dúvida embutiram parte desse risco em seus preços.

O atual cenário político e econômico é muito mais favorável, o que também contribuirá para a diminuição de riscos e sua consequente precificação nas propostas apresentadas, o que pôde ser percebido nas últimas ofertas em leilões federais, com deságios significativos em relação à tarifas-teto.

Concluimos que com a implantação de várias boas ideias apresentadas nesta recomendação, colhidas de programas de concessão implantados com muito sucesso nos últimos anos, espera-se que a renovação dos contratos de concessão do Paraná propicie significativa redução das tarifas e a preservação dos serviços e investimentos adequados à necessidade da população do Estado do Paraná. Os presentes convênios de concessão não podem ser prorrogados dentro do atual modelo, posto que existem melhorias e evolução nas formas de concessão de rodovias e uma ampla revisão do atual modelo seria benéfica para todos, conforme exposto anteriormente e em conformidade com o estado de direito constituído.

6.11 AMPLA DIVULGAÇÃO DOS NÚMEROS DO PROGRAMA DE CONCESSÃO  
E DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DAS CONCESSIONÁRIAS

No entendimento desta Comissão, a divulgação dos dados do Programa de Concessões precisa ser mais ampla, clara e transparente. São muitas as vezes em que ocorrem dúvidas sobre os verdadeiros números do programa informados pelas concessionárias de rodovias.

É fundamental que todos os dados e números sejam divulgados e esclarecidos. É necessário conhecer e analisar os dados com mais detalhes, pois há muitas dúvidas quanto aos valores, às informações sobre a





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



arrecadação e as despesas, à qualidade dos serviços e ao programa de obras.

Por estes motivos, recomenda-se que todos os dados enviados pelas Concessionárias ao DER sejam colocados em um sítio eletrônico, para amplo acesso a toda a população do Paraná.

Recomenda-se também que as concessionárias fiquem obrigadas a publicar e divulgar amplamente seus balanços, informando receitas, despesas, investimentos, além de completa apuração dos lucros e a distribuição de resultados aos seus acionistas, trazendo a verdade a toda população paranaense.

**6.12 ALTERNATIVAS AOS PREÇOS UNITÁRIOS DA**  
**PROPOSTA COMERCIAL**

Durante os trabalhos desta Comissão, constatou-se oportunidade de melhoria nos contratos: a possibilidade de que os preços unitários de obras ainda não executadas nos contratos de concessão sejam substituídos pelos preços unitários de referência da tabela do DER-PR.

A recomendação desta Comissão é no sentido de que Estado, Poder Concedente e Concessionárias busquem alternativas à adoção dos preços unitários das obras definidos na Proposta Comercial das Concessionárias para as obras a serem realizadas. Citamos, como por exemplo, os preços unitários constantes da tabela do DER-PR.

Os preços do DER/PR são revisados anualmente e qualquer redução de insumos, mediante melhora da economia ou das condições de mercado, ensejará em imediata redução dos preços das obras, oferecendo assim, vantagem importante ao Estado do Paraná.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

Ademais, muitas obras novas poderão ser adicionadas ao contrato, com consequente benefício e ajuste nas condições de equilíbrio, e sempre que possível, sem incremento nas tarifas de pedágio.

Esta recomendação deverá observar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e deverá ser implementada com a anuência das partes envolvidas, inclusive com a devida formalização de termo aditivo modificativo e participação de todos os entes federativos.

**6.13 REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS FACE À EXTINÇÃO DA CPMF**

As alterações feitas através dos termos aditivos de 2002 que modificaram as condições previstas nos Contratos Originais e pelos termos aditivos de 2000, foram motivadas em parte pela "a incidência dos tributos que passaram a repercutir sobre a concessão, os quais oneraram a Concessionária, especialmente as variações ocorridas no ISS, COFINS, PIS, CPMF e Contribuição Social Sobre o Lucro, havidas desde a assinatura original do CONTRATO DE CONCESSÃO até o presente momento".

Assim, as Concessionárias e o Governo do Estado utilizaram-se da incidência e do aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF - para restaurar o equilíbrio-econômico financeiro do contrato de concessão.

A CPMF foi uma cobrança que incidiu sobre todas as movimentações bancárias, inicialmente aprovada em 1993 e que passou a vigorar no ano seguinte com o nome de IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira), sob a alíquota era de 0,25% e sua cobrança durou até dezembro de 1994 quando, como já estava previsto, o imposto foi extinto. Dois anos depois, em 1996, foi aprovada a Emenda Constitucional nº. 12, em 16 de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**17ª Legislatura**

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



agosto de 1996 e em 24 de outubro de 1996 foi sancionada a Lei nº. 9.311, que instituiu a CPMF e passou a vigorar em 1997 com alíquota de 0,2%.

Em junho de 1999, através da Emenda Constitucional no. 21, de 18 de março de 1999, a CPMF foi prorrogada para o período de 17 de junho de 1999 a 17 de junho de 2002, sendo que a alíquota passou a ser de 0,38%. Em 2001, a alíquota caiu para 0,3%, mas, em março do mesmo ano, voltou a ser fixada em 0,38%. Em 2002, através da Emenda Constitucional nº. 37, de 28 de maio de 2002, foi determinado que a CPMF fosse cobrada até 31 de dezembro de 2004, o que ocorreu novamente em 2004, por meio da Emenda Constitucional nº 42, que prorrogou o prazo de incidência da CPMF até 31 de dezembro de 2007.

Porém, em 31 de dezembro de 2007, a CPMF deixou de existir, visto que a matéria não foi aprovada pelo Congresso nacional. Desta modo, a cobrança de 0,38% relativa à contribuição deixou de ser feita a partir do dia 1º de janeiro de 2008.

Sendo assim, uma vez que uma das causas que oneraram as concessionárias deixou de existir, qual seja, a incidência de tributos que passaram a repercutir sobre a concessão, especialmente a CPMF, com alíquota de 0,38%, nada mais justo que o contrato seja reequilibrado em favor do usuário.

Ainda, não se pode olvidar que a cobrança da CPMF deixou de ser feita a partir do dia 1º de janeiro de 2008. Durante esse período, ou seja, mais de 6 (seis) anos, as concessionárias trabalharam com um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de 0,38% em seu favor.

Por outro lado, é importante sublinhar que foi alegado pelas Concessionárias que existem outros desequilíbrios acumulados desde o último aditivo formalizado, como por exemplo, falta de reajustamento das tarifas de maneira tempestiva, invasões de praça de pedágio com suspensão

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**

da cobrança etc., o que naturalmente deve ser objeto de rigorosa análise por parte do Poder Concedente, observado os preceitos do equilíbrio contratual para que não ocorra maior descaracterização dos contratos vigentes.

Também é importante que o Poder Concedente investigue se existem outros desequilíbrios em favor das Concessionárias, assim como foi identificado a questão da CPMF, para que seja priorizado o interesse público nessa questão, observando o estado de direito constituído.

Diante do exposto, recomenda-se que o Poder Concedente, Governo do Estado e as Concessionárias procedam ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão observando-se todos os desequilíbrios pendentes de parte a parte, inclusive em virtude da não incidência da CPMF desde 2007.

**6.14 ALTERAÇÕES NO PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DE RODOVIAS (PER)**  
**SOMENTE MEDIANTE ATOS ADMINISTRATIVOS DEVIDAMENTE**  
**FORMALIZADOS**

As alterações feitas através dos termos aditivos de 2000 e 2002, que modificaram o PER, o PROJETO BÁSICO, a ESTRUTURA TARIFÁRIA e a PROPOSTA COMERCIAL previstas nos Contratos originais, não foram as únicas mudanças ocorridas. Além da Ata 17 que, através de decisão judicial, modificou substancialmente o Lote 03 - Rodovia das Cataratas S/A - Ecocataratas, diversos outros atos administrativos editaram o Programa de Exploração de Rodovias - PER.

Conforme dispõe a legislação aplicável, nenhum desses atos foi publicado, vindo de encontro ao que dispõe a Constituição da República, em seu art. 37, que consagrou o princípio da publicidade na administração pública.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



Cumpro ressaltar que a UNIÃO celebrou os instrumentos de convênio 2, 3, 4, 5, 6 e 7, em 1996, com o Estado do Paraná, a quem delegou a administração e a exploração de trechos de rodovias federais e, desta forma, qualquer mudança que modifique substancialmente o PER necessita OBRIGATORIAMENTE da anuência da UNIÃO, conforme dispõe os termos de convênio citados e a legislação aplicável.

Desta forma, tendo em vista as modificações nos cronogramas de obra sem a devida publicação, conforme dispõe a Constituição da República e legislação infraconstitucional, esta Comissão recomenda que a devida apuração pelas instituições competentes, para que identifiquem os atos emanados pelo DER e responsabilizem o agente público competente, conforme dispõe o art. 11 e seguintes da Lei 8429/92.

Caso haja necessidade de que se emanem novos atos administrativos, esta Comissão recomenda que o DER/PR proceda com a devida observância aos preceitos formais, inclusive com a anuência da União e de todas as demais instituições responsáveis e, ainda, que pratique tais atos na forma prevista na Constituição da República e legislação infraconstitucional aplicável, como por exemplo, a Lei 8429/92.

Recomenda-se ainda que o DER/PR elenque todas as modificações efetuadas no Programa de Exploração de Rodovias, publique-as em Diário Oficial em no máximo 45 dias e comunique a Assembleia Legislativa. É mister também que o DER/PR dê celeridade na lavratura e devida formalização de todos os atos administrativos que estão pendentes de consolidação aos contratos de concessão, se abstendo de promover novas alterações por meio de atos administrativos sem a devida publicidade que exige a Administração Pública direta e indireta.

*[Assinatura]*

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL****6.15 PROJETO DE LEI A SER PROPOSTO**

Desde o início das reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito, muito foi falado acerca dos termos aditivos firmados aos contratos de concessão, bem como sua eventual prorrogação.

O histórico dos contratos de concessão de rodovias do Estado do Paraná e as manifestações de populares mostraram que os termos aditivos firmados entre o Poder Concedente e a Concessionária nem sempre vieram de encontro ao desejo da população.

Em nenhum momento a discussão foi trazida ao plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, legítima representante da população do Estado.

Ainda, outra matéria exaustivamente tratada nesta comissão foi no que tange à prorrogação dos contratos de concessão. Cumpre ressaltar que alguns membros da comissão posicionaram-se contrários a prorrogação dos contratos ulteriormente firmados, pois uma nova licitação para a concessão dos trechos de rodovias não poderia ocorrer no melhor benefício e interesse da população do Estado do Paraná.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito recomenda o projeto de Lei que altera a Lei Complementar 76/95, sobre as concessões e permissões de serviços públicos no Estado do Paraná, para que toda e qualquer prorrogação de contrato de concessão, bem como seus respectivos aditivos contratuais, passem a depender de autorização desta Casa legislativa, a qual pretende debater e analisar a real necessidade da prorrogação e da continuidade do serviço prestado.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura

**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**



**6.16 INVESTIGAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE EVENTUAL  
FRAUDE/LAVAGEM DE DINHEIRO OPERACIONALIZADA ATRAVÉS DE  
CONTRATAÇÃO SUPÉRFATURADA DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS**

Em alguns depoimentos e manifestações no decorrer da presente CPI denunciaram-se a eventual existência de fraude/lavagem de dinheiro operacionalizada pelas concessionárias através de contratação superfaturada de empresas terceirizadas, inclusive consultorias de empresa controladora por controlada. Referida operação teria por finalidade ocultar lucros, aumentar os gastos e mascarar a contabilidade do sistema. Causou estranheza, efetivamente, aos deputados integrantes desta CPI, alguns valores dispensados com consultorias. Foram solicitados, então, documentos às concessionárias informando todos os gastos/despesas com empresas e serviços terceirizados.

Nesta linha, as empresas concessionárias encaminharam explicação/justificativa no que diz respeito à necessidade de contratação de projetistas, auditoria contábil e outras, além da prestação de serviços administrativos por CSCs - Centro de Serviços Compartilhados.

Pelos documentos apresentados e analisados por esta relatoria, não é possível afirmar não estão sendo seguidas as regras de direito e de transparência nos serviços executados, ou que não estão sendo respeitados os parâmetros do mercado.

Quanto à contratação de serviços de terceiros por uma concessionária, trata-se, ao que tudo indica, de prática comum e não proibida pela legislação brasileira, ocorrendo com frequência nos mais diversos segmentos da economia, sem que isso acarrete qualquer prejuízo ou desvio de finalidade ao contratante e aqueles que são afetados pelos serviços.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
17ª Legislatura**CPI DO PEDÁGIO**  
**RELATÓRIO FINAL**Fl. 1  
CPI

Neste aspecto, é de se registrar que são várias as possibilidades de contratação de serviços de terceiros por uma concessionária de rodovia para que sejam alcançados os níveis de atendimento exigidos e o fiel cumprimento do objeto do contrato de concessão. A imensa maioria dessas contratações é decorrente de exigências impostas pelos próprios contratos de concessão, e neste sentido, não há como afirmar que as contratações terceirizadas são inventadas ou "forçadas" pelas concessionárias,

Da análise preliminar dos documentos recebidos por esta CPI, foi possível averiguar que tais terceirizações normalmente consistiram em contratação de serviços para obras de engenharia, projetos executivos e consultorias especializadas (auditorias externas, consultorias em administração, consultorias jurídicas etc.) e, outras vezes, de contratação de empresas para realização de serviços administrativos através de Centros de Serviços Compartilhados.

Referidos Centros de Serviços Compartilhados, de acordo com informações obtidas por esta relatoria, são empresas constituídas geralmente em grandes grupos empresariais que agrupam a realização de serviços transacionais comuns como Recursos Humanos, Contabilidade, Finanças, Suprimentos de Materiais, Jurídico não especializado, Tecnologia da Informação, Engenharia e Apoio Administrativo. De acordo com as justificativas apresentadas pelas concessionárias, as principais vantagens na contratação de Centros de Serviços Compartilhados são agilidade, qualidade, segurança, constante atualização tecnológica e atendimento à legislação, além da desoneração de seus executivos que passam a focar nos processos de atendimento aos usuários das rodovias e no cumprimento das obrigações contratuais.

Ademais, durante o processo de análise das informações encaminhadas para esta CPI, não foi possível a análise de toda a vasta documentação encaminhada pelas Concessionárias, correspondente a mais de 60 mil





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



páginas e milhares de documentos, encaminhados em resposta ao mais de 500 ofícios emitidos a diversas instituições. O prazo restrito e a insuficiente equipe não permitiram a conclusão desta hercúlea e importante tarefa.

Esta Comissão recomenda que se dê prosseguimento ao trabalho analítico e se conclua a análise de toda a documentação recebida referente às consultorias e empresas terceirizadas, por se tratar de importante fonte de dados e informações acerca do negócio dos pedágios no Estado do Paraná, inclusive com a ajuda de instituições competentes.

6.17 CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA  
UNIÃO E ACÓRDÃO RELACIONADOS AO PROGRAMA DE  
CONCESSÕES DO PARANÁ

O Tribunal de Contas da União, após requerimento do Senado Federal, realizou auditoria referente aos pedágios existentes no conhecido "Anel da Integração" do Estado do Paraná, o que culminou em Acórdão, registrado sob o nº. 314/2012, onde se fixaram inúmeras determinações ao Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná (DER/PR) para ajustar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Devidamente iniciado, em sua instrução o processo de auditoria realizou diligências no Ministério do Transporte, no DER/PR e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Tais entidades assim se manifestaram:

- O TCE/PR não apresentou nenhuma resposta às diligências do TCU (pág. 09, Acórdão nº. 348/2012),

- O Ministério dos Transportes respondeu tempestivamente a diligência, esclarecendo que o seu acompanhamento enfoca o cumprimento dos (a) encargos estabelecidos nos instrumentos de convênio; (b) verificação da consistência dos relatórios encaminhados pelo delegatário com a



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## 17ª Legislatura

### CPI DO PEDÁGIO

### RELATÓRIO FINAL



realização visitas programadas aos trechos federais e encaminha questionamentos, quando necessário. Informou sobre duas inspeções realizadas nos trechos federais delegados, em 2009, nas quais foram verificadas atividades de conservação e manutenção concessionárias. Esclarece também que o objetivo desse acompanhamento é o de atuar preventivamente, e (c) apontou situações que podem ser sanadas por meio de ações do Poder Concedente, no caso, o Governo do Estado do Paraná, efetivamente o responsável pela fiscalização dos contratos (pág. 09, Acórdão nº. 346/2012).

- O DER/ PR informou em sua resposta que "são realizadas fiscalizações diárias nos trechos em comento e o estado de conservação das vias está de acordo com os padrões estabelecidos nos respectivos contratos de concessão, informação corroborada por documentação encaminhada ao TCU pelo ente estadual" (pág. 09, Acórdão nº. 346/2012).

Diante de inúmeras dúvidas surgidas a partir da documentação encaminhada pelo DER/ PR, em especial ao fluxo de caixa e cronograma de investimentos, foi determinada uma inspeção no órgão estadual, pelo Gabinete do Ministro José Múcio Monteiro, que contou com a participação de 02 auditores lotados no Sefid.

Dessa inspeção resultou em diversas colocações por parte do DER/PR, que se revelam contraditórias com as constantes dos relatórios do TCE/PR e de alguns depoimentos dados a CPI do Pedágio.

Após a realização dessas diligências e da inspeção ao DER/ PR, a Sefid concluiu que (i) as alterações promovidas nos contratos de concessão, grande parte sem observância de qualquer critério técnico, causaram desequilíbrios econômico-financeiros nas concessões; (ii) menciona-se que "também indícios de que as significativas alterações nos investimentos e nos cronogramas de sua execução não tenham ocorrido, simplesmente, no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



sentido de "anular as perdas" de receitas experimentadas pelas concessionárias nos primeiros anos dos contratos. Faltaram critérios técnicos de engenharia na definição dos remanejamentos de obras e, ao que parece, foram promovidas méras alterações nos números que compõem o fluxo de caixa, a fim de transparecer um equilíbrio financeiro fictício e desconectado das necessidades dos trechos rodoviários concedidos"; (iii) conclui que a alteração contratual indevida e sem fundamentos é referente ao critério de medição dos investimentos realizados nas rodovias; de área estimada de intervenção para quantitativo de insumos. Informa que isso torna "mais dificultosa a fiscalização qualitativa e quantitativa dos itens executados e menor o incentivo ao uso de materiais duráveis nas obras."; As mudanças positivas no cenário econômico, ocorridas ao longo da concessão, nunca foram observadas por ocasiões de ajustes promovidas, e (mais importante); (iv) que "o período de desequilíbrio em desfavor das concessionárias é perfeitamente identificável e o valor das perdas de receitas é passível de ser quantificado. O período de perdas de receitas subsistiu de 15/7/1998 (data do ato unilateral de redução das tarifas) até 21/8/1998 (data da liminar que, atendendo ao pedido das concessionárias, suspendeu os investimentos). Uma avaliação mais conservadora levaria em consideração a data final de 17/12/1999, data da decisão que, mantendo a suspensão dos investimentos, autorizou o retorno das tarifas ao valor original, com reajustes contratuais devidos. Assim, para o período de 15/7/1998 a 17/12/1999, deveria ter sido quantificado o valor das perdas de acordo com o fluxo de caixa original da proposta vencedora comparando-se o valor da tarifa básica de pedágio contratada e o valor da tarifa praticada."

Do julgamento do processo de fiscalização, datado de 15.02.2012, restou delimitado o seguinte Acórdão:

"9. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, aprovada pelo Plenário do Senado Federal, para a realização de auditoria nos contratos do Programa de Concessão de Rodovias

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

o Estado do Paraná, a fim de apurar a ocorrência de desequilíbrios econômico-financeiros,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com base nos arts. 1º, §1º, 38, inciso IV; e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, bem como no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU e art. 14, inciso IV, da Resolução TCU 215/ 2008, em:

9.1. determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, relativamente aos contratos de concessão firmados com as empresas concessionárias Rodovias do Norte S/A - Ecoporte, Rodovias Integradas do Paraná S/A - Vjapar, Rodovias das Cataratas S/A - Ecoataratas, Caminhos do Paraná S/A, Concessionárias de Rodovias Integradas S/A - Rodonorte e Concessionário Ecovia Caminhos do Mar S/A, que:

9.1.1 promova, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, ajustando os investimentos, de acordo com as necessidades públicas e taxas de rentabilidades praticadas, a percentuais compatíveis com o contexto econômico vigente e o custo de oportunidade atual do negócio, considerando, entre outros parâmetros, possíveis sobrepreços em obras e serviços oriundos dos termos aditivos ao contrato inicial e submetendo os resultados à avaliação desta Tribunal de Contas, com supadâneo no princípio da economicidade;

9.1.2 adote, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, as medidas necessárias para que se faça constar cláusula de revisão periódica da tarifa, a fim de repassar os ganhos decorrentes de produtividade e da eficiência tecnológica, o aumento ou a redução extraordinária dos custos e/ou das despesas da concessionária, bem como as alterações ocorridas no custo de oportunidade do negócio, preferencialmente por negociações entre as partes,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



nos contratos de concessão, de acordo com o §2º do art. 9 e o inciso V do art. 29, ambos da Lei 8.987/1995;

9.1.3 encaminhar a este Tribunal de Contas, ao final dos fixados nos itens 9.1.1 e 9.1.2, os resultados obtidos referentes às medidas adotadas para dar-lhes cumprimento;

9.2. determinar à Sefid que autue processo de monitoramento para verificar o cumprimento da presente deliberação;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, do relatório e do voto que o fundamentou, e ainda instrução Sefid (peça 49), aos responsáveis e interessados: Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, Ministério dos Transportes, Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, Procuradoria da República no Estado do Paraná, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, empresas concessionárias Rodovias do Norte S/A - Econorte, Rodovias Integradas do Paraná S/A - Viapár, Rodovias das Cataratas S/A - Ecocataratas, Caminhos do Paraná S/A, Concessionárias de Rodovias Integradas S/A - Rodonorte e Concessionário Ecovia Caminhos do Mar S/A;

9.4. declarar integralmente atendida a presente solicitação e arquivar estes autos;

Primeiramente, importa assinalar que da decisão acima transcrita, não houve interposição de Recurso por parte do DER/PR, configurando, em tese, coisa julgada administrativa do Acórdão. Por outro lado as Concessionárias, tempestivamente, apresentaram os competentes recursos que ainda pendem de decisão.

O texto é expresso ao determinar que deveria ter sido feito no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, ajustando os investimentos, de acordo com as necessidades públicas e taxas de rentabilidades praticadas, a percentuais compatíveis com







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPi DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

originalmente nos encargos das concessionárias, e do remanejamento ou adequação, com aumento de valor, de investimentos previstos originalmente, assegurando a todos os interessados o direito de manifestação, mediante audiências e/ou consultas públicas."

Assim, concluem-se após amplo debate, análises técnicas e manifestações das partes envolvidas, o TCU acordou em se adotar a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal, regulamentada pela ANTT em 2011, válida para investimentos novos, não previstos no contrato original, aplicado a uma taxa de rentabilidade fiduciária, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a modicidade tarifária, sem ferir qualquer regra pré-estabelecida.

O Acórdão 3.651/2011 é fruto de discussões e debates ao longo de cinco anos, entre TCU e ANTT, com direito à manifestação dos interessados, e se constitui em jurisprudência e peça fundamental para a questão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias, face às alterações das condições econômicas brasileiras.

Esta Comissão Parlamentar recomenda ao DER/PR e ao Governo do Estado do Paraná que tomem as providências necessárias para reequilibrar os contratos de concessão de rodovias, seguindo as recomendações emanadas no Acórdão TCU 2.651/2011, fruto de discussões e debates ao longo de cinco anos entre TCU e ANTT, e Acórdão TCU 346/2012, com direito à manifestação dos todos os interessados, observando-se a jurisprudência firmada nos Tribunais.

#### 6.18 AUMENTO DOS PROGRAMAS CULTURAIS E SOCIAIS DESENVOLVIDOS PELAS CONCESSIONÁRIAS

Foi percebido ao longo das óticas e dos trabalhos desta Comissão que várias Concessionárias desenvolvem projetos sociais, culturais, esportivos,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

ambientais e educativos destinados à formação das comunidades indígenas nas rodovias sob concessão.

Essas iniciativas contribuem para a cidadania e abarcam desde temas ligados à saúde dos caminhoneiros até a educação para o trânsito. Recomenda-se que as Concessionárias de rodovias do Paraná intensifiquem e aumentem o desenvolvimento de programas dessa natureza, retribuindo e compartilhando com a sociedade paranaense os benefícios do programa de concessão.

Como sugestão, poderiam ser endereçados vários problemas crônicos existentes ao longo das rodovias, como a questão da jornada de trabalho e área de descanso para os caminhoneiros, a questão do alcoolismo e das drogas no trânsito, a questão da exploração sexual ao longo das rodovias, a questão relativa à melhor destinação de resíduos sólidos e seu despejo no meio ambiente, a questão da sustentabilidade etc.

#### 6.19 IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS PARA CONTAGEM DO FLUXO DE VEÍCULOS EFETIVAMENTE PASSANTE NAS RODOVIAS, PARA GARANTIR O CONTROLE POR PARTE DO PODER CONCEDENTE.

Esta solução é perfeitamente possível do ponto de vista tecnológico e consiste em um sistema supervisorio paralelo ao das concessionárias, que permita realizar uma contagem à parte dos veículos que passam pelas praças e posteriormente confrontá-la com a contagem da concessionária. Esse modelo já está implantado em todas as Concessionárias do Estado de São Paulo.

A solução supervisorial se conecta diretamente às pistas de pedágio por um sistema de dados e comunicação totalmente segregado e que conta ainda com câmeras para supervisão on-line. Por meio desta solução, que deve ser



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



Implantada no Estado do Paraná, é possível checar a totalidade do tráfego pedagógico em todas as praças, para todas as concessionárias, garantindo a efetiva arrecadação da receita de pedágio e dos impostos e tributos relacionados.

Esse tema apareceu em várias oitavas durante os trabalhos desta CPI, notadamente a 21ª Reunião Ordinária, onde o Sr. Pedro Ricardo Furlan, especialista em sistema de pedágio, assegurou a implantação desse sistema.

*"SR. PEDRO RICARDO FURLAN: ... Em São Paulo, o que se fez em São Paulo, talvez uma iniciativa que vá para o restante do Brasil: São Paulo contratou uma empresa a parte - não é a minha, então já estou dizendo que não é a minha - que implantou um sistema de auditoria em todas as praças. Então, todas as praças do Estado de São Paulo recebem os dados do sistema do pedágio, esse sistema recebe os dados de contagem dos sistemas de pedágio. Tem uma câmara que filma 7 por 24 as praças. Não é só uma. E mantém esses dados arquivados, como auditoria do Estado. Mas é uma solução simples, um monitoramento, uma solução simples, hoje com a Internet isso é bastante tranquilo. Você hoje, você tem dados distribuídos em quase todo o Brasil. Não é uma estrutura cara e é algo que talvez tirasse essa indagação da pauta.*

*"DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO: Então, me deixe só compreender o que o senhor está falando, que acho que pode ser uma sugestão para essa CPI pode apresentar. Aqui no Paraná não tem esse sistema da forma que o senhor está apresentando?*

*SR. PEDRO RICARDO FURLAN Não ainda.*

*DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO: É uma empresa que consegue diagnosticar, apresentar um balanço lá no final?*

*SR. PEDRO RICARDO FURLAN Ela consegue se dar um contra balanço. Então, você recebeu um dado de tráfego numa determinada concessionária, você tem o contra balanço que aquele sistema apresentou. Ela trabalha em real time junto às pistas recebendo os*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LegislaturaCPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL

*dados. E você tem como comparar. Provar a Artesp deve ter um desvio padrão nisso, estabelecido lá. Olha existe um pequeno desvio no real time. Mas funciona bem.*

*SR. PEDRO RICARDO FURLAN: É. Na realidade, ele é um sistema que permite a você monitorar o que a pista está contando naquele momento. Ao mesmo tempo em que a concessionária recebe o dado, você recebe o dado também. Então, você contabiliza junto. E tem a câmera ainda monitorando para ver se, no mínimo você fazer uma contagem global de veículos que passou lá atrás."*

Portanto, deixamos estas últimas recomendações, que se crie uma equipe de técnicos do DER/PR, que possa se familiarizar e conhecer todos os detalhes deste sistema, e que produza um relatório técnico detalhado da viabilidade da implantação desta solução das concessionárias do Paraná, e ainda na manutenção da estrutura de assessoria desta Casa até ao final da presente legislatura, para o devido acompanhamento das recomendações emanadas neste Relatório.

Para concluir, nos termos do Regimento Interno da Assembleia e da desta CPI, destarte, submete-se este relatório à aprovação interna da Comissão Parlamentar de Inquérito para, posteriormente, encaminhá-lo ao conhecimento do Presidente da Casa e do Plenário.

Sugere-se, assim, o encaminhamento de cópia deste Relatório para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público do Estado do Paraná (MPE), o Ministério Público Federal (MPF), o Exmo. Sr. Governador do Estado, o Exmo. Sr. Ministro de Estado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura

CPI DO PEDÁGIO  
RELATÓRIO FINAL



dos Transportes, o Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, o Sr. Presidente da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o Sr. Presidente do DER-PR, o Sr. Presidente da AGEPAR-PR, os Presidentes das Concessionárias das Rodovias que compõem o "Anel de Integração" e os órgãos de imprensa e da sociedade civil.

Guritiba, julho de 2014.

Nelson Luersen  
Presidente

Adelino Ribeiro  
Vice-presidente

Artágão de Mattos Leão Júnior  
Membro Efetivo

Bernardo Ribas Carli  
Membro Efetivo

Francisco Bührer  
Membro Efetivo

Douglas Fabrício  
Relator

Wilson Quintero  
Relator Adjunto

Nereu Moura  
Membro Efetivo

Péricles de Mello  
Membro Efetivo



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/14

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 15 DEZ. 2014

1º Secretário

Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar possíveis irregularidades na rede pública, de saúde mental, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar na rede pública de saúde mental, no âmbito do Estado do Paraná, os fatos: falta de leitos e o fechamento de ambulatorios para tratamento da saúde mental; as parcerias realizadas para tratamento da saúde mental; as atividades dos profissionais especializados em psiquiatria no atendimento aos leitos da saúde mental; o fim da residência médica de psiquiatria no Hospital Nossa Senhora da Luz; a falta de assistência à saúde mental dos dependentes de crack; a falta de medicamentos para tratamento psiquiátrico; e, o estado de abandono dos pacientes com transtornos mentais graves, que coloca em risco a segurança da comunidade", constituída pelo Ato do Presidente nº 4/2014, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 652, de 21 de maio de 2014, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2014.

Deputado NEY LEPREVOST  
Presidente da CPI

Deputado GILSON DE SOUZA  
Membro titular

Deputado STEPHANES JUNIOR  
Membro titular

Deputado TADEU VENERI  
Membro titular

Deputado FELIPE LUCAS  
Relator

Deputado LOIZ CLAUDIO ROMANELLI  
Membro titular

Deputado OSMAR BERTOLDI  
Membro titular



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

*Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões*

## **JUSTIFICATIVA**



A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar na rede pública de saúde mental, no âmbito do Estado do Paraná, os fatos: falta de leitos e o fechamento de ambulatórios para tratamento da saúde mental; as parcerias realizadas para tratamento da saúde mental; as atividades dos profissionais especializados em psiquiatria no atendimento aos leitos da saúde mental; o fim da residência médica de psiquiatria no Hospital Nossa Senhora da Luz; a falta de assistência à saúde mental dos dependentes de crack; a falta de medicamentos para tratamento psiquiátrico; e, o estado de abandono dos pacientes com transtornos mentais graves, que coloca em risco a segurança da comunidade", constituída pelo Ato do Presidente nº 4/2014, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 652, de 21 de maio de 2014, suas conclusões e encaminhamentos.

A referida CPI foi proposta por Requerimento do Deputado Ney Leprevost, e constituída pelo Ato do Presidente nº 4/2014, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 652, de 21 de maio de 2014.





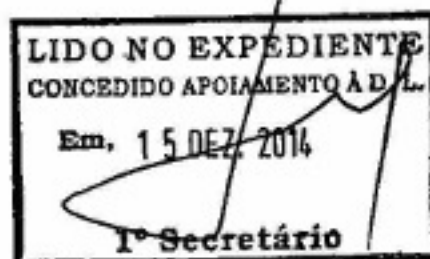
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



# CPI DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

## Relatório Final



2014

12-10-2014 15:23 086373 1/1

IMP. LEGISLATIVA LEGISLAÇÃO DO PARANÁ





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



1. INDICE
2. DO CONHECIMENTO DO FATO
3. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO
4. DO CRONOGRAMA DAS AÇÕES
5. DA CONCLUSÃO
6. RECOMENDAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS
7. DOS AGRADECIMENTOS
8. DOS ANEXOS



## **2. DO CONHECIMENTO DO FATO**

Desde que entrou em vigor a Lei da Reforma Psiquiátrica - em 2001 - a capital paranaense perdeu mais de 56% dos leitos destinados a internar pessoas com transtornos psíquicos ou dependência química. O quadro torna-se ainda mais alarmante quando leva-se em consideração que mais de 5 mil pessoas esperam na fila só em Curitiba para receber tratamento psiquiátrico.

O presente relatório tem por finalidade cumprir a missão assumida pelos Deputados Estaduais integrantes desta CPI, consubstanciada no esclarecimento de supostas irregularidades no atendimento a Saúde Psiquiátrica no Estado do Paraná com denúncias de falta de leitos, fechamento de ambulatorios de saúde mental, rompimento das parcerias com clínicas privadas, desassistência aos dependentes de crack, falta de medicamentos para o tratamento, o fim da residência médica no Hospital Nossa Senhora da Luz e o abandono aos doentes mentais graves. Por isso, após a oitiva de depoimentos e de provas documentais, chegou-se às conclusões ora apresentadas

## **3. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO**

Por iniciativa do Deputado Ney Leprevost e com o apoio de vinte e um Parlamentares<sup>1</sup> (§ 3º do art. 62 da Constituição Estadual) foi apresentado requerimento objetivando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, protocolado sob o Requerimento nº 2154/14-DAP, de 19 de maio de 2014, e aprovado pelo Ato do Presidente nº 4/2014, de 20 de maio de 2014, publicado no DiOA nº 652 com prazo inicial de 120 (cento e vinte) dias prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, conforme Requerimento protocolado no dia 12 de agosto de 2014, na forma do art. 36, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa

A CPI da Saúde Psiquiátrica foi formada por 7 membros com a composição indicada pelos Partidos e Blocos Parlamentares. No decorrer dos trabalhos houve substituição do Deputado Toninho Wandscheer pelo Deputado Tadeu Veneri. Abaixo segue atual composição:

Presidente: Deputado Ney Leprevost

Suplente: Deputado Duílio Genari



Relator: Deputado Felipe Lucas

Suplente: Deputado Tercilio Turini

**Membros Efetivos**

Deputado Gilson de Souza

Suplente: Pastor Edson Praczyk

Deputado Luiz Claudio Romanelli

Suplente: Waldyr Pugliesi

Deputado Osmar Bertoldi

Suplente: Pedro Lupion

Deputado Stephanes Junior

Suplente: Marla Tureck

Deputado Tadeu Veneri

Suplente: Luciana Rafagnin

**4. CRONOGRAMA DAS AÇÕES E ATAS**

Devidamente instalada e estabelecidas as normas gerais de seu funcionamento a Comissão realizou 8 (oito) Reuniões Ordinárias e 1 (uma) Diligência, conforme cronograma que segue:

Dia 04 de junho de 2014 - 1ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. André Rotta Burkiewicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria.

Publicado no DiOA nº 687 de 14/7/2014

Na primeira reunião, cujo depoente foi o Dr. André Rotta, presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, tratou-se sobre numerosa fila de espera para internamento na Região Metropolitana de Curitiba e a consequente falta de leitos. Constatou-se, ainda, que mais de 5.000 pacientes aguardam por uma vaga.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Dia 18 de junho de 2014 - 2ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Marcelo Heyde, responsável pela ala de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz.

Publicado no DiOA nº 687 de 14/7/2014

Na segunda reunião, falou o Dr. Marcelo Heyde, responsável pela área de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz. O médico contou que o fechamento do Hospital em 2013 gerou um aumento na fila de espera e levou à extinção de 440 leitos psiquiátricos só na cidade de Curitiba. Desde então, o Governo Federal prometeu abrir novos leitos no Hospital Cajuru, mas até o presente momento isso não ocorreu. Heyde declarou, ainda, que estão disponíveis na rede pública somente dois medicamentos antidepressivos, impossibilitando um melhor resultado no tratamento de pacientes em surto.

Dia 01 de julho de 2014 - 3ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara.

Publicado no DiOA nº 687 de 14/7/2014

A terceira reunião abordou a situação do Hospital San Julian e o depoente foi o Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara. Ele falou sobre a situação do hospital, porque não é mais utilizado pela prefeitura, também fez denúncia sobre a não utilização de leitos, mesmo existindo vagas e sua experiência junto ao CAPS de Piraquara.

Dia 15 de julho de 2014 - 4ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara.

Publicado no DiOA nº 719 de 27/8/2014

Na quarta reunião, o depoente foi o Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara iniciou seu depoimento falando sobre a caótica situação da área de psiquiatria no Estado afirmou que a falta de investimentos no setor é um dos maiores entraves para resolver a situação atual e que essa falta de investimentos é uma política nacional.



Dia 12 de agosto de 2014 - 5ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Guilherme Gois, diretor da Clínica Ômega.

Publicado no DiOA nº 721 de 29/8/2014

Na quinta reunião, o Dr. Guilherme Gois, diretor da Clínica Ômega, demonstrou preocupação sobre uma informação do Ministério da Saúde que revela que foram feitos mais de cinco milhões de atendimentos em serviços ambulatoriais em todo Brasil. Isto abrange cerca de 9% da população, e portanto um serviço que tem uma importância muito grande, sendo que busca tratamento, reabilitação, reinserção social além da promoção da saúde mental para esta população em geral. Nesses ambulatorios são feitos atendimentos individuais, atendimentos em grupo, orientações aos familiares e todo tipo de situação que trate este tipo de paciente.

Dia 21 de outubro de 2014 - 6ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. André Rotta Burkiewicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria.

Publicado no DiOA nº 757 de 30/10/2014

A sexta reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente o Presidente da Associação de Psiquiatria do Paraná, Dr. André Rotta Burkiewicz, que apresentou mais denúncias sobre a desassistência aos pacientes, entre elas a falta de infraestrutura dos CAPs (Centros de Atenção Psicossociais), onde médicos que não são especialistas estariam passando receitas sem ver os pacientes, casos de pacientes que são medicados sem a realização de exames, péssimas condições sanitárias, falta de profissionais treinados (psicólogos, terapeutas ocupacionais) para atender surtos psicóticos; entre outras irregularidades.

Dia 28 de outubro de 2014 - 7ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Marcelo Kimati Dias, Coordenador da Área de Saúde Mental da Prefeitura de Curitiba.

Publicado no DiOA nº 764 de 11/11/2014

A sétima reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente o Diretor do Departamento de Saúde Mental de Curitiba, Dr. Marcelo Kimati Dias, que se comprometeu a estreitar o diálogo com a classe médica e a sociedade e reconheceu que existem problemas na área, principalmente quanto ao aumento dos usuários de crack na cidade. Afirmou, ainda, que o número desses dependentes é maior do que 15 mil e que a Prefeitura prevê ações para minimizar os danos causados pelo problema.





Dia 18 de novembro de 2014 - 8ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dra. Márcia Huçulak, Superintendente de Atenção a Saúde da Secretária de Estado da Saúde do Paraná.

Publicado no DiOA nº 778 de 02/12/2014

A oitava reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente a Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde, Márcia Huçulak, que rebateu as informações sobre a falta de repasses para a cidade dadas pelo diretor de Saúde Mental da Prefeitura de Curitiba Dr. Marcelo Kimati e falou sobre as diversas ações desenvolvidas pelo órgão estadual para o setor. A superintendente lembrou, ainda, que a cidade de Curitiba deixou de receber este ano R\$2,8 milhões de recursos do Estado mediante convênio específico para a área, mas a transferência não pode ser realizada porque o município não apresentou as devidas certidões negativas exigidas pela lei.

Dia 18 de novembro de 2014 a partir das 19h30 - Diligência da CPI da Saúde Psiquiátrica

Visita surpresa dos Deputados Ney Leprevost, Felipe Lucas e Gilson de Souza e pelo Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, Dr. André Rotta, nas ruas próximas da Catedral Metropolitana de Curitiba e conversa com moradores e com a população de rua.

## **5. DA CONCLUSÃO**

Da leitura dos elementos documentais que compõem o banco de dados gerado como resultado dos trabalhos da Comissão Parlamentar da Saúde Psiquiátrica, coletados durante a fase de inquérito, seguem as conclusões abaixo expostas objetivamente.

- a) exame de denúncias recebidas;
- b) análise dos depoimentos.

Na saúde psiquiátrica existe uma ideologia que prega que os tratamentos dos doentes, mesmo os mais graves, devem ser feitos sem a necessidade de internamento. Tal procedimento é condenado pela maior parte da classe médica, principalmente pelos especialistas da área de psiquiatria. A única forma de se conseguir um tratamento humanizado e específico para cada uma das fases da doença é articulando tratamento em rede com profissionais qualificados com supervisão e visitas periódicas aos psiquiatras. Hoje os pacientes, pela Lei, devem contar com equipes multidisciplinares. Esta postura ideológica acaba sendo radicalizada e faz com que ocorram diversos erros como por exemplo permitir que pacientes em crise, surto ou dependentes de crack fiquem perambulando desassistidos pelas ruas. A falta de investimentos



no setor de psiquiatria é muito grave e vem de uma política nacional agravada nos últimos anos. O custo médio de um internamento é de R\$ 110,00 a diária, o Governo Federal repassa aos municípios o valor de apenas R\$ 33,95 para custear corpo clínico, médico, psiquiátrica, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, além dos cargos administrativos e a medicação. Outro dado importante do próprio Ministério da Saúde revela que foram feitos mais de cinco milhões de atendimentos em serviços ambulatoriais em todo Brasil. Isto abrange cerca de 9% da população, e portanto um serviço que tem uma importância muito grande, sendo que busca tratamento, reabilitação, reinserção social além da promoção da saúde mental para esta população em geral. Nesses ambulatorios são feitos atendimentos individuais, atendimentos em grupo, orientações aos familiares e todo tipo de situação que trate este tipo de paciente.

No Paraná existem 54 ambulatorios, contemplando 17 cidades ou consórcios de municípios. Em Curitiba, capital do Estado e onde vivem cerca de dois milhões de pessoas, existem apenas três ambulatorios. Até certo tempo atrás havia seis, ou seja, metade dos ambulatorios da Capital fechou e isto causa grande preocupação. Segundo o próprio site do Ministério da Saúde, o ambulatorio não consta mais na nova RAPS - Rede de Atenção Psicossocial, que é a nova portaria, publicada em 2011. Porém, os profissionais que atuam na área, principalmente os profissionais da psiquiatria, percebem a importância que este serviço tem, até pela grande abrangência de atendimentos que realizam para esta população. A conclusão é que o fechamento de ambulatorios é preocupante.

CURITIBA - A CPI também constatou que não existe diálogo entre a Sociedade Paranaense de Psiquiatria e a maior rede psiquiátrica do Estado que é a da Capital Paranaense coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. A Comissão recebeu informação que nos últimos anos foram fechados mais de 300 leitos psiquiátricos na Capital conforme depoimento do doutor André Rotta Burkiewicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria. Além disso faltam CAPS em Curitiba e ambulatorios, o que dificulta o tratamento de pacientes. Outra constatação importante da CPI é de que Curitiba deveria ter 1.700 leitos psiquiátricos, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde, o que não ocorre. Muitas clínicas estão fechando como Reintegrar e Elo que eram pertencentes ao Hospital Elio Rotemberg, além disso constata-se que a fila de pessoas para consultar psiquiatras pela Rede Pública de Saúde está bastante longa com mais de 4.319 pessoas na espera. Outro grave problema constatado é sobre a falta de isolamento adequado para atender pacientes em surtos nas unidades da Capital do Estado. Causa também preocupação o fato de crianças e adolescentes com transtorno psiquiátricos serem atendidos na Capital do Estado junto com dependentes químicos. Foi relatado ainda sobre a desassistência aos pacientes em Curitiba, entre elas estão a falta de infraestrutura dos CAPs (Centros de Atenção Psicossociais), onde médicos que não





são especialistas estariam passando receitas sem ver os pacientes, casos de pacientes que são medicados sem a realização de exames, condições sanitárias inadequadas, falta de profissionais treinados (psicólogos, terapeutas ocupacionais) para atender surtos psicóticos. Também foi denunciado que faltam nos CAPs de Curitiba a presença de terapeutas, o que é obrigatório por lei. A CPI também tomou conhecimento que existem problemas principalmente quanto ao aumento dos usuários de crack em Curitiba e que o número desses dependentes é maior do que 15 mil, sendo que a Prefeitura prevê ações para minimizar os danos causados pelo problema.

De acordo com um dos relatos, foi informado para a CPI, que Curitiba deixou de receber este ano R\$ 2,8 milhões de recursos do Estado mediante convênio específico para a área, porque o município não apresentou as devidas certidões negativas exigidas pela lei. Como Curitiba tem gestão plena na área, a Prefeitura é responsável pelo setor e por suas ações.

**INTERIOR E REGIÃO METROPOLITANA** - A CPI constatou ainda que em diversos municípios do interior do Estado não há sequer uma Coordenação de Saúde Mental nas Secretarias de Saúde Municipais vide o fato de diversos ofícios que foram expedidos para municípios do interior não terem sequer sido respondidos sendo que em muitos casos as Prefeituras não tinham nem mesmo um email ou fax do Departamento de Saúde Psiquiátrica para que a Secretaria da CPI pudesse entrar em contato. Pior do que isso, a maioria das Prefeituras do Paraná sequer tem um Departamento de Saúde Psiquiátrica. Um outro lugar do Paraná onde o problema é grande é o município de Piraquara já que o Hospital San Julian não está mais sendo utilizado pela Prefeitura e isso provocou uma queda de vagas na Região Metropolitana. Segundo relatou a CPI o Dr. Ricardo Sbalqueiro, o Hospital San Julian é o único que atende pacientes jovens e segundo o doutor é o único com especialidade em tratamento na dependência química a adolescentes na Região Metropolitana de Curitiba. A Comissão fez um levantamento no interior do Estado e verificou que alguns municípios tem problemas para atender os pacientes. Em Centenário do Sul, por exemplo, um CAPS está em fase de implantação e atenderá também as cidades de Cafeara, Lupionópolis e Guaraci. No momento os atendimentos no município acontecem em um imóvel alugado e os médicos psiquiatras e psicólogos atendem também na Unidade de Saúde. Esse é um dos vários exemplos de como está a saúde psiquiátrica nos diversos pontos do Estado do Paraná.

Sequer as Unidades de Saúde Básica, conhecidas como UPAs, conseguem dar conta do grave problema que afeta os principais centros urbanos do País. A própria Central de Leitos orienta as pessoas a esperar pelo atendimento mesmo em casos graves, onde a atenção deveria ser imediata. Cabe relatar que existe uma central de leitos para atender a Capital e outra para atender o Estado. É necessário que a central de leitos reconheça a necessidade de internamento dos pacientes e encaminhe os pedidos para que sejam feitas as internações.

**POPULAÇÃO CARCERÁRIA** - A CPI descobriu que 47% da população carcerária do País tem dependência química, 26% tem algum tipo de psicose, 16% tem depressão, 10% tem risco de cometer suicídio, ou seja, muitos criminosos são pessoas que tem problemas mentais



e que se fossem tratados poderiam não reincidir em atos violentos contra a sociedade. A única forma de garantir uma prevenção eficaz do problema, segundo pesquisa feita com população carcerária no Brasil, é realmente através de tratamento humanitário e muitas vezes com necessidade de internamento.

As ações da CPI da Saúde Psiquiátrica se pautaram em denúncias, na convocação de depoentes e na diligência ao Centro Histórico da capital paranaense para conversa com moradores da região, população de rua e viciados em crack, com o diagnóstico da situação atual da Saúde Psiquiátrica no Estado quanto as irregularidades, causas e demais fatores determinantes.

### **6. RECOMENDAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS**

A partir da aprovação deste relatório é que efetivamente iniciará a real e constante fiscalização da gestão pública.

- Encaminhamento do relatório ao Ministério da Saúde para que façam uma análise sobre a conveniência de manter da forma como está o valor dos repasses do SUS aos Municípios para a área de Psiquiatria, sendo que ficou constatado que os valores estão defasados diante do que se faz necessário, ou seja, recomenda-se aumento no valor dos repasses feitos e esta recomendação deve ser explicitada a Sra. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Saúde;
- Encaminhamento do relatório a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná;
- Encaminhamento do relatório a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba;
- Encaminhamento do relatório completo a Sociedade Paranaense de Psiquiatria, a Associação Médica do Paraná e ao Conselho Regional de Medicina para que tomem as providências que considerarem cabíveis;
- Recomendar a Defensoria Pública do Estado que nos casos em que exista omissão do Poder Governamental ou Estatal em relação a atendimentos, possa ingressar com ações na justiça para garantir tratamento digno e humanitário aos pacientes;
- Encaminhamento do relatório a Coordenação do Sistema Penitenciário do Estado para que tome conhecimento e possa adotar medidas com o intuito de tratar os presos que tem transtornos mentais;
- Recomendar a todas as autoridades do área de saúde, sejam do âmbito Federal, Estadual ou Municipal que façam o diálogo e procurem elaborar imediatamente uma



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



comissão multidisciplinar com o objetivo de melhorar o atendimento da saúde psiquiátrica em Curitiba;

- Recomendar a Câmara Federal e ao Senado da República alterações na Legislação em vigor no País para que garantam nos casos em que houver vontade da família e do paciente o internamento na Rede Pública de Saúde, mesmo indo contra a política adotada atualmente pelo Governo Federal, ou seja, fazendo correções na Legislação vigente no País;
- Recomendar a Secretaria de Segurança Pública a formação de um grupo especial, dentro do Denarc, de combate ao crack inclusive com serviço de inteligência e infiltração para estabelecer o estancamento do tráfico desta substância altamente danosa a saúde física e mental de seus usuários em todo o Estado do Paraná;
- Encaminhar a Polícia Federal um pedido de combate ao tráfico de crack nas fronteiras dos países que fazem divisa com o Estado do Paraná;
- Recomendar ao governador do Estado a criação de um grupo multidisciplinar de prevenção, combate e tratamento dos dependentes do crack, que tenha foco no combate ao tráfico e tratamento dos dependentes, sendo formado pela elite da polícia civil e militar e com médicos, psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, além de educadores;
- Recomendar a Prefeitura de Curitiba a reativação dos ambulatórios que trabalhavam em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde
- Recomendar a Secretaria Estadual de Saúde que intensifique as ações de prevenção ao crack;
- Recomendar a Secretaria Estadual de Educação a inclusão de aulas sobre a prevenção as drogas nas escolas públicas do Paraná;
- Recomendar a Prefeitura Municipal de Curitiba a reativação da Secretaria Antidrogas do Município, desde que o perfil da mesma seja altamente técnico;
- Recomendar que a Assembleia Legislativa do Paraná realize fiscalização permanente e semestral em relação a saúde mental no Estado e que seja aberta uma CPI da Saúde para investigar o problema de forma mais ampla e abrangente.

## **7. DOS AGRADECIMENTOS**

Manifestamos nossos mais profundos agradecimentos a todos os membros da CPI que participaram com dedicação de todos os trabalhos, debates, audiências e diligência,



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



contribuindo imensamente, com suas vivências e opiniões, para a confecção mais real do quadro das possíveis irregularidades na saúde psiquiátrica no âmbito do Estado do Paraná.

A todos os nossos convidados e às pessoas, organizações e instituições que colaboraram, encaminhando documentos, dados, informações, depoimentos, no intuito de enriquecer o perfil que traçamos, possibilitando que ele se aproximasse mais da realidade, nosso reconhecimento.

Agradecemos, ainda, aos funcionários da Casa que prestaram apoio ao nosso trabalho.

É o relatório.

Sala de Comissões, 10 de dezembro de 2014

Relator: Deputado Felipe Lucas

Suplente: Deputado Cécilio Turini

Presidente: Deputado Ney Leprevost

Suplente: Deputado Duílio Genari

Titular: Deputado Gilson de Souza

Suplente: Pastor Edson Praczyk

Titular: Deputado Luiz Claudio Romanelli

Suplente: Waldyr Pugliesi

Titular: Deputado Osmar Bertoldi

Suplente: Pedro Lupion



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Titular: Deputado Stephanes Junior

Suplente: Marla Tureck

Titular: Deputado Tadeu Veneri

Suplente: Luciana Rafagnin



Pedimos que venha à frente, neste momento, o Prefeito de São Jorge do Ivaí, André Luiz Bozo, pelo projeto Centro de Atendimento e Proteção ao Idoso. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente o Prefeito de Sarandi, Carlos Alberto de Paula Junior, que recebeu o prêmio pelo Projeto Su Cuida. (Aplausos) É um projeto que trata de reduzir os índices de consumo de drogas através do esporte no Município.

De Santa Terezinha do Itaipu, convidamos o Prefeito Cláudio Eberhard, que recebeu o prêmio pelo projeto A Implantação da Tecnologia das Tablets no Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde nos Conselhos de Santa Terezinha do Itaipu. (Aplausos)

Convidamos agora para receber certificado de reconhecimento, o Prefeito de Santo Antônio da Platina, Pedro Claro de Oliveira Neto, pelo projeto Infância, que visa à inserção cultural dentro da sociedade através de expressões artísticas. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente o Prefeito de Telmaco Borba, Luiz Carlos Gibson, pelo projeto Programa de Atenção aos Estomatizados. (Aplausos)

Já pedimos que venha à frente receber o seu certificado de reconhecimento e Presidente da Câmara do Wenceslau Braz, Vereador Voltemar Aparecido Gardoni, pelo projeto Construindo e Reconstruindo. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente receber uma menção honrosa o Prefeito de Cianorte, Claudenir Romero Bongiorno, pelo projeto Agradecimentos Familiares. (Aplausos)

Convidamos o coordenador do Prêmio Gestor Público Paraná, Sr. Laércio Chiesari, para fazer a entrega de uma menção honrosa ao Município de Curitiba, aqui representado pela Sra. Katia Cristina Costa, pelo projeto Incentivo ao Produtor Rural, este ano incluído como O Produtor Rural e Todos Colhem. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente o Sr. Francisco Favela, que representa o Prefeito de Maringá, Sr. Carlos Roberto Pupin, para receber o troféu Prêmio Gestor Público pelo projeto Implantação do Portal Sade: Acesso da Cidade ao Cuidado Seguro. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente receber o troféu Prêmio Gestor Público pelo projeto A Inclusão da Cooperativa de Coletores do Município de Caramel na Educação Ambiental, Gestão e Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos, uma alternativa de economia solidária e mobilização social. Convidamos o Prefeito de Caramel, Osmar José Elton Chirato. (Aplausos)

Convidamos agora o Prefeito Joel Ricardo Martins Ferreira, da cidade de General Carneiro, para receber o troféu Prêmio Gestor Público pela execução do projeto Conjunto Habitacional Bem Viver São João. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente também o Prefeito de Jurema, Roger Eduardo Angelotti Selski, para receber o troféu Prêmio Gestor Público alcançado pelo projeto ambiental Jurema Sustentável. (Aplausos)

Convidamos o Prefeito de Mandaguari, Romualdo Badua, para receber o troféu Prêmio Gestor Público pela execução do projeto Incluir Social, Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável em Mandaguari - projeto Calamar. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente para receber o troféu Prêmio Gestor Público o Prefeito de Marilândia, Edgar Silvestri, pelo projeto O Desenvolvimento Artístico e a Promoção Cultural (Cidade). (Aplausos)

Convidamos novamente para vir à frente o Prefeito de Ponta Grossa, Marcelo Rangel, para receber o troféu Prêmio Gestor Público pelo projeto Segurança e Prevenção nas Unidades Escolares Municipais de Ponta Grossa - Brigada de Inocuidade. (Aplausos)

Convidamos para receber o troféu Prêmio Gestor Público o Prefeito de Santa Mariana, Jorge Rodrigues Nunes, pelo projeto Reestruturação do Sistema Municipal de Saúde: Atendimento Médico Hospitalar e Atenção Básica. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente receber o troféu Prêmio Gestor Público - Tecnologia da Informação, o Prefeito de Nova Aurora, José Aparecido de Paula e Souza, pelo projeto Ónibus Digital. (Aplausos)

Convidamos, neste momento, para receber o troféu Prêmio Gestor Público - Administração Tributária, o Prefeito de Nova Aurora, José Aparecido de Paula e Souza, pelo projeto Unidade de Conservação - Cuidar da Biodiversidade é Assurar a Vida e os Direitos das Futuras Gerações. (Aplausos) Ah, um equívoco, desculpem-me, este prêmio não é para Nova Aurora, é para São Pedro do Paraná. Venho lá, convido: convidamos o Sr. Luiz Fernandes de Moraes Júnior, Coordenador da Receita do Estado.

Agora sim, da cidade de Curitiba, convidamos para vir receber o troféu Prêmio Gestor Público - Destaque Saúde, o Diretor-Geral da Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde, Sr. Gustavo Justus Schulz, pelo projeto Serviço de Atenção Domiciliar de Curitiba. (Aplausos)

E, para receber o troféu Prêmio Gestor Público Especial, convidamos para vir à frente o Prefeito de Ivaiporã, Luiz Carlos Gil, pelo projeto Programa Adversarial de Enfrentamento das Situações de Violência de Ivaiporã. (Aplausos)

Poderes entregar o prêmio novamente a São Pedro do Paraná? Então, convidamos para que venha à frente o representante de São Pedro do Paraná, para receber o troféu Prêmio Gestor Público - Administração Tributária. (Aplausos)

Beim, senhoras e senhores, convidamos a todos para uma grandiosa salva de palmas a todos os participantes e aos vencedores do Prêmio Gestor Público Paraná 2014. (Aplausos) Convidamos as autoridades a retornarem aos seus lugares, por favor, é Mesa. Pedimos a colaboração dos senhores para mais alguns momentos antes de encermos esta solenidade.

Passamos a condução dos trabalhos novamente ao 2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Douglas Fabricio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabricio): Para se prostrar como representante de todos os Prefeitos premiados, convidamos o Sr. Luiz Carlos Gil, Prefeito da cidade de Ivaiporã. V. Exa. tem este título na agenda pública. Fica a sua disposição.

PREFEITO LUIZ CARLOS GIL: Boa tarde a todos. Deputado Douglas Fabricio, Presidente desta Sessão, todos os membros da Mesa, todos os Prefeitos, todas as autoridades presentes, realmente me pegou de surpresa, não esperava discursar hoje, neste momento.

Dizer que o trabalho que foi feito, na realidade é um trabalho até, se for considerado, simples, foi unir todos os segmentos da sociedade, não só deixar por conta do Conselho Tutelar o enfrentamento destas situações, mas realmente envolver toda a comunidade, saúde, assistência social, pessoal dos bairros, pessoal que trabalha de forma voluntária, a igreja, todas elas, e dessa forma ir buscar, não esperar o problema acontecer e o problema estourar. Na realidade, o programa foi abrir canais de acesso para que realmente enfrentássemos a violência doméstica, a violência infantil em todos os sentidos. Em isto, muito obrigado. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabricio): Obrigado às palavras do Sr. Luiz Carlos Gil, Prefeito da cidade de Ivaiporã. E mais uma vez parabéns ao senhor e a todos os Municípios, os Prefeitos aqui premiados.

Neste momento, com a entrega deste prêmio, encerra-se a 2ª Edição do Prêmio Gestor Público do Paraná. Parabéns todos os premiados e principalmente as suas comunidades, que podem contar com gestores preparados e preocupados com a melhoria das condições de vida de seus cidadãos. Parabéns para todos os agraciados. (Aplausos)

Na sequência e aproveitando esta solenidade, foi-me dado pelo Sindipe o privilégio de anunciar o tema e o lema do 3º Prêmio Gestor Público, a ser desenvolvido no ano de 2015. Um levantamento do Instituto CP2, em cooperação com o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, constatou que a degradação ambiental era o sexto maior problema do país, tema que sequer fora mencionado na primeira pesquisa de 1992. Na edição do PGP de 2013 o tema foi Educação, na desta vez Saúde e para 2015 Meio Ambiente, todos inseridos com o objetivo do milênio pela ONU, sob o lema Meio Ambiente: Não Temos Tempo, o Futuro é Agora, e Sindipe lança o Prêmio Gestor Público 2015.

Esta Presidência agradece a presença de todas as autoridades, civis e militares, dos auditores fiscais da Receita Estadual, dos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores e seus assessores, dos apoiadores do Programa Prêmio Gestor Público, da Casa Paraná, sob a regência do maestro Paulo Kühn e do maestro Elisandro Kühn, da Banda de Música da Polícia Militar, sob a regência do maestro 1º Sargento Reinaldo, dos profissionais da imprensa e dos telespectadores da TV SINAI, bem como dos demais convidados que aqui compareceram, prestigiando os nossos homenageados e o Poder Legislativo Paranaense.

Informamos que após esta solenidade estão todos convidados para o coquetel que será servido no Espaço Cultural desta Casa de Leis. Convidamos os presentes a ouvir o Hino do Paraná, após o que estará encerrada a presente solenidade. Muito obrigado. (Aplausos)

(Execução do Hino do Paraná.)

"LEVANTA-SE A SESSÃO".

(Sessão Solene realizada no Plenário do Centro Legislativo Presidente Antônio Kury, iniciado às 18h.)

12/331/2014

## Processo Legislativo

### Comissões Permanentes

#### ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

As onze horas, de 12 de dezembro de 2014, mil e quatorze, com início às dez horas, reuniu-se na Sala de Reuniões da Assembleia Legislativa do Paraná para a nona reunião, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. O Presidente da CPI, Deputado Ruy Laprevost, fez constar a substituição de membro titular, Deputado Toninho Weindachner pelo Deputado Tadeu Venet. Verificada a presença de quórum necessário, o Presidente, Deputado Ruy Laprevost, declarou aberta a reunião, tendo inicialmente informado aos presentes que o pauta de reunião seria a discussão e votação do Relatório Final da Comissão. Em seguida, o Deputado Felipe Lucas, Relator da Comissão, apresentou o relatório final à Comissão e sugeriu emendas e alterações ao texto do relatório. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Relatório Final e suas alterações, tendo sido aprovado por unanimidade. Por fim, os Deputados manifestaram-se para expressar a satisfação pelas investigações realizadas, pelos resultados obtidos, pelas sugestões e encaminhamentos aprovados no Relatório. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou definitivamente a reunião, sendo levada a presente ata, que segue assinada por mim, Rose Mary Baffaro da Camargo Viana, Assessora da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica, e pelos Deputados.

Presidente - Dep. Ruy Laprevost

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas

Dep. Gilson de Souza

Dep. Luiz Cláudio Romanelli

Dep. Osmar Bertoldi

Dep. Stephano Junior

Dep. Tadeu Veneri

Rose Mary Baffara de Camargo Viana - Assessora de CPI

1233322914

## CPI DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

### Relatório Final



2014

#### 1. ÍNDICE

#### 2. DO CONHECIMENTO DO FATO

#### 3. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

#### 4. DO CRONOGRAMA DAS AÇÕES

#### 5. DA CONCLUSÃO

#### 6. RECOMENDAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS

#### 7. DOS ADJUDICAMENTOS

#### 2. DO CONHECIMENTO DO FATO

Desde que entrou em vigor a Lei da Reforma Psiquiátrica - em 2001 - a capital paranaense perdeu mais de 50% dos leitos destinados a internar pessoas com transtornos psíquicos em dependência química. O quadro tornou-se ainda mais alarmante quando levou-se em consideração que mais de 5 mil pessoas esperam na fila só em Curitiba para receber tratamento psiquiátrico.

O presente relatório tem por finalidade cumprir a tarefa apontada pelos Deputados titulares integrantes desta CPI, contextualizada no esclarecimento de algumas irregularidades no atendimento à Saúde Psiquiátrica no Estado do Paraná com denúncias de falta de leitos, fechamento de ambulatórios de saúde mental, rompimento das pessoas com doenças privadas, desassistência aos dependentes de crack, falta de medicamentos para o tratamento, a fim da realidade médica no Hospital Nossa Senhora da Luz e o abandono aos doentes mentais graves. Por isso, após a oitiva de depoimentos e de provas documentais, chegou-se às conclusões ora apresentadas.

#### 3. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

Por iniciativa do Deputado Ney Leproski e com o apoio de 16 votos em Plenário (art. 43 da Constituição Estadual) foi aprovada recentemente a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, protocolada sob o Requerimento nº 215/14-DAP, de 19 de maio de 2014, e aprovada pelo Ato do Presidente nº 42/2014, de 20 de maio de 2014, publicado no DOTA nº 652 com prazo inicial de 120 dias e vinte dias prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, conforme Requerimento protocolado no dia 12 de agosto de 2014, na forma do art. 39, § 1º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

A CPI da Saúde Psiquiátrica foi formada por 7 membros com a composição indicada pelos Partidos e Blocos Parlamentares. Na decorrer dos trabalhos houve substituição do Deputado Toninho Wandersheer pelo Deputado Tadeu Veneri. Abaixo segue atual composição:

Presidente: Deputado Ney Leproski

Suplente: Deputado Osvaldo Gonalves

Relator: Deputado Felipe Lucas

Suplente: Deputado Tirolino Turial

#### Membros Efêmeros

Deputado Gilson de Souza

Suplente: Pastor Edson Pracyk

Deputado Luiz Cláudio Romanelli

Suplente: Waldir Pugliesi

Deputado Osmar Bertoldi

Suplente: Pedro Lupion

Deputado Stephano Junior

Suplente: Maria Terezi

Deputado Tadeu Veneri

Suplente: Luciana Rufaglin

#### 4. CRONOGRAMA DAS AÇÕES E ATAS

Derivadamente instituída e estabelecidas as normas gerais de seu funcionamento a Comissão realizou 8 (oito) Reuniões Ordinárias e 1 (uma) Extraordinária, cujas atas constam das atas que seguem:

Dia 04 de junho de 2014 - 1ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. André Rotta Bastienovic, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria.

Publicado no DOTA nº 687 de 14/07/2014

Na primeira reunião, cujo depoente foi o Dr. André Rotta, presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, tratou-se sobre diversos fatos de omissão para internamento no Hospital Metropolitano de Curitiba e a consequente falta de leitos. Constatou-se, ainda, que mais de 5.000 pessoas aguardam por um vaga.

Dia 18 de junho de 2014 - 2ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Marcelo Heyde, responsável pela ala de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz.

Publicado no DOTA nº 687 de 14/07/2014



Na segunda reunião, falou o Dr. Marcelo Ruyda, responsável pela área de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz. O médico contou que o fechamento do Hospital em 2013 gerou um aumento na fila de espera e levou à criação de 440 leitos psiquiátricos na cidade de Curitiba. Desde então, o Governo Federal prometeu abrir novas leitos no Hospital Cajuru, mas até o presente momento isso não ocorreu. Ruyda declarou, ainda, que estão disponíveis as rede pública mesmo das medicamentos antidepressivos, impossibilitando um melhor resultado no tratamento de pacientes em cura.

**Dia 01 de julho de 2014 - 3ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica**

**Deputado Dr. Ricardo Stalqueira, diretor clínico do Hospital São Juliano e médico psiquiatra da CAPS de Piraquara**

**Publicado no DDOA nº 887 de 1/07/2014**

A terceira reunião abordou a situação do Hospital São Juliano e o deputado foi o Dr. Ricardo Stalqueira, diretor clínico do Hospital e médico psiquiatra da CAPS de Piraquara. Ele falou sobre a situação do hospital, porque não é mais utilizado por a prefeitura, também foi desativada a rede pública mesmo das medicamentos antidepressivos, impossibilitando um melhor resultado no tratamento de pacientes em cura.

**Dia 15 de julho de 2014 - 4ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica**

**Deputado Dr. Ricardo Stalqueira, diretor clínico do Hospital São Juliano e médico psiquiatra da CAPS de Piraquara**

**Publicado no DDOA nº 719 de 27/07/2014**

Na quarta reunião, o deputado foi o Dr. Ricardo Stalqueira, diretor clínico do Hospital e médico psiquiatra da CAPS de Piraquara. Ele falou sobre a situação do hospital, porque não é mais utilizado por a prefeitura, também foi desativada a rede pública mesmo das medicamentos antidepressivos, impossibilitando um melhor resultado no tratamento de pacientes em cura.

**Dia 12 de agosto de 2014 - 5ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica**

**Deputado Dr. Guilherme Góes, diretor da Clínica Ômega**

**Publicado no DDOA nº 721 de 29/08/2014**

Na quinta reunião, o Dr. Guilherme Góes, diretor da Clínica Ômega, demonstrou preocupação sobre uma informação da Ministério da Saúde que revela que foram feitos mais de cinco mil testes de medicamentos em serviços ambulatoriais em todo Brasil. Isso abrange cerca de 9%

da população, e portanto um serviço que tem uma importância muito grande, sendo que houve tratamento, reabilitação, reinserção social além da prevenção de saúde mental para esta população em geral. Nesses ambulatoriais são feitos atendimentos individuais, atendimentos em grupo, orientações aos familiares e todo tipo de situação que tem esse tipo de paciente.

**Dia 28 de outubro de 2014 - 6ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica**

**Deputado Dr. André Rotta Burkinowicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria**

**Publicado no DDOA nº 757 de 16/10/2014**

A sexta reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente a Presidente da Associação de Psiquiatria do Paraná, Dr. André Rotta Burkinowicz, que apresentou mais detalhes sobre a desatualização dos pacientes, sobre a falta de infraestrutura dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), onde médicos que não são especialistas estão passando receitas sem ver os pacientes, casos de pacientes que são medicados sem a realização de exames, péssimas condições sanitárias, falta de profissionais treinados (psicólogos, terapeutas ocupacionais) para atender essas pessoas, entre outras irregularidades.

**Dia 28 de outubro de 2014 - 7ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica**

**Deputado Dr. Marcelo Kinnari Dias, Coordenador da Área de Saúde Mental da Prefeitura de Curitiba**

**Publicado no DDOA nº 764 de 14/11/2014**

A sétima reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente o Diretor do Departamento de Saúde Mental de Curitiba, Dr. Marcelo Kinnari Dias, que ao comprometer a seguir a diligência com a classe médica e a rede de atendimento que existem problemas na área, principalmente quanto ao aumento dos usuários de crack na cidade. Além disso, que o número de usuários é maior do que 15 mil e que a Prefeitura prevê ações para minimizar os danos causados pelo problema.

**Dia 18 de novembro de 2014 - 8ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica**

**Deputado Dra. Mônica Hupjak, Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde da Saúde do Paraná**

**Publicado no DDOA nº 778 de 02/12/2014**

A oitava reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente a Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde, Mônica Hupjak, que relatou as informações sobre a falta de resposta para a cidade de Curitiba pelo diretor de Saúde Mental da

Prefeitura de Curitiba Dr. Marcelo Kinnari e falou sobre as diversas ações desenvolvidas pelo órgão estadual para o ano. A superintendente lembrou, ainda, que a cidade de Curitiba deixou de receber este ano R\$2,1 milhões de recursos do Estado credenciado convênio específico para a área, mas a transferência não pode ser realizada porque o município não apresentou as devidas condições exigidas pelo lei.

**Dia 18 de novembro de 2014 a partir das 15h30 - Deliberação da CPI da Saúde Psiquiátrica**

Vieta surpresa dos Deputados Ney Lpez, Felipe Lucas e Gilson de Souza e pelo Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, Dr. André Rotta, nas suas primeiras da Comissão Metropolitana de Curitiba e conversa com moradores e com a população de rua.

## 5. DA CONCLUSÃO

Da leitura dos elementos documentais que compõem o banco de dados gerado como resultado dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Saúde Psiquiátrica, coletados durante a fase de pesquisa, seguem as conclusões abaixo expostas objetivamente.

a) exame de atividades realizadas;

b) análise dos depoimentos.

Na saúde psiquiátrica existe uma ideologia que prega que os tratamentos dos doentes, mesmo os mais graves, devem ser feitos sem a necessidade de internações. Tal procedimento é condenado pela maior parte da classe médica, principalmente pelos especialistas da área de psiquiatria. A ideia básica de se conseguir um tratamento humanizado e específico para cada uma das fases da doença é articulando tratamento em rede com profissionais qualificados com supervisão e visitas periódicas aos pacientes. Hoje os pacientes, pela Lei, devem contar com equipes multidisciplinares. Esta postura ideológica acaba sendo radicalizada e faz com que ocorram diversos erros como por exemplo permitir que pacientes em crise, sem os depoimentos de crack e quem apresentando desestabilização pela rua. A falta de investimentos

no setor de psiquiatria é muito grave e vem de uma política nacional agravada nos últimos anos. O custo médio de um internamento é de R\$ 110,00 a diária, o Governo Federal repassa aos municípios o valor de apenas R\$ 37,95 para custear equipe clínica, médica, psiquiátrica, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, além dos custos administrativos e a medicação. Outro dado importante do próprio Ministério da Saúde revela que foram feitos mais de cinco milhões de atendimentos nos serviços ambulatoriais em todo Brasil. Isso abrange cerca de 9% da população, e portanto um serviço que tem uma importância muito grande, sendo que houve tratamento, reabilitação, reinserção social além da prevenção de saúde mental para esta população em geral. Nesses

ambulatoriais são feitos atendimentos individuais, atendimentos em grupo, orientações aos familiares e todo tipo de situação que tem esse tipo de paciente.

No Paraná existem 34 ambulatoriais, abrangendo 17 cidades em comarcas de municípios. Em Curitiba, capital do Estado e onde vivem cerca de dois milhões de pessoas, existem apenas três ambulatoriais. Até certo tempo atrás havia seis, os quais, devido aos problemas da Capital de Curitiba e sua zona grande população. Segundo o próprio site do Ministério da Saúde, o ambulatorial não conta mais com a RAPS - Rede de Atenção Psicossocial, que é a nova política, publicada em 2011. Porém, os profissionais que atuam na área, principalmente os profissionais da psiquiatria, percebem a importância que este serviço tem, até pela grande abrangência de atendimentos que realizam para esta população. A conclusão é que o fechamento de ambulatoriais é preocupante.

**CURITIBA** - A CPI também constatou que não existe diálogo entre a Sociedade Paranaense de Psiquiatria e a maior rede psiquiátrica do Estado que é a da Capital Paranaense coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. A Comissão recebeu informação que nos últimos anos foram fechados mais de 200 leitos psiquiátricos na Capital causando depoimento do doutor André Rotta Burkinowicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, além disso ficam CAPS em Curitiba e ambulatoriais, o que dificulta o tratamento de pacientes. Outra constatação importante da CPI é de que Curitiba deveria ter 1.300 leitos psiquiátricos, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde, o que não ocorre. Muitos citaram este fechamento como homicídio e é o que mais preocupa no Hospital Elso Ramberg, além disso constatou-se que a fila de espera para consultar psiquiatras pela Rede Pública de Saúde está bastante longa com mais de 4.119 pessoas na espera. Outro grave problema constatado é sobre a falta de tratamento adequado para atender pacientes em surtos nas unidades da Capital do Estado. Causa também preocupação o fato de crianças e adolescentes com transtorno psiquiátrico serem atendidos na Capital do Estado junto com dependentes químicos. Foi relatado ainda sobre a desatualização dos pacientes em Curitiba, entre eles caso é falta de infraestrutura dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), onde médicos que não

são especialistas estão passando receitas sem ver os pacientes, casos de pacientes que não são atendidos sem a realização de exames, condições sanitárias inadequadas, falta de profissionais treinados (psicólogos, terapeutas ocupacionais) para atender essas pessoas. Também foi denunciado que ficam nos CAPS de Curitiba a presença de terapeutas, o que é obrigatório por lei. A CPI também recebeu informações que existem problemas principalmente quanto ao aumento dos usuários de crack em Curitiba e que o número de usuários é maior do que 15 mil, sendo que a Prefeitura prevê ações para minimizar os danos causados pelo problema.

De acordo com um dos relatos, foi informado para a CPI, que Curitiba deixou de receber este ano R\$ 2,1 milhões de recursos do Estado mediante convênio específico para a área, porque o





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23/14**

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 16 DEZ. 2014

*[Assinatura]*  
1º Secretário

Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar possíveis irregularidades cometidas por administradoras de condomínios, garantidoras e síndicos, no Estado do Paraná.

Art. 1º Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar possíveis irregularidades cometidas por administradoras de condomínios, garantidoras e síndicos, no Estado do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 2/2014, publicado no Diário Oficial nº 618, de 26 de março de 2014, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, \_\_\_\_ de dezembro de 2014.

*[Assinatura]*  
Deputado PARANHOS  
Presidente da CPI

*[Assinatura]*  
Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro titular

*[Assinatura]*  
Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro titular

*[Assinatura]*  
Deputado LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
Membro titular

*[Assinatura]*  
Deputado ROBERTO ACIOLLI  
Relator

*[Assinatura]*  
Deputado TADEU VENERI  
Membro titular

*[Assinatura]*  
Deputado RASCA RODRIGUES  
Membro titular

14-12-2014 14:41 006396 1/1

14/12/2014 11:55:10 00139711 01 14/12/2014 15:01



## **JUSTIFICATIVA**

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar possíveis irregularidades cometidas por administradoras de condomínios, garantidoras e síndicos, no Estado do Paraná.

A referida CPI foi proposta por requerimento do Deputado Roberto Aciolli, e constituída pelo Ato do Presidente nº 2/2014, publicado no Diário Oficial nº 618, de 26 de março de 2014.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acloli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romaneli e Deputado Rasca Rodrigues.



# RELATÓRIO FINAL







**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romaneli e Deputado Rasca Rodrigues.



**1 – ÍNDICE**

**2 – INTRODUÇÃO**

**3 – DAS REUNIÕES E DILIGÊNCIAS DA CPI**

**3.1 – DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA CPI**

**3.2 – DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS**

**3.3 – DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS**

**3.4 – DAS REUNIÕES ESPECIAIS**

**4 – DO BANCO DE DADOS DA CPI**

**5 – DAS CONCLUSÕES DA CPI**

**5.1 – CONCLUSÕES**

**5.2 - TCP**

**6 – DOS ENCAMINHAMENTOS DAS CONCLUSÕES DA CPI**

**7 – DOS AGRADECIMENTOS**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Aello III  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Contora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

## 2 - INTRODUÇÃO





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Venen, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.



**2 – INTRODUÇÃO.**

Nós Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tivemos a honra de recepcionar a obrigação advinda do soberano Plenário desta Casa de Leis, de cumprirmos a missão de investigar na forma de inquérito, os serviços de administração e garantia de condomínios no âmbito territorial Paranaense, respeitado o fato determinado a apurar constante do Ato do Presidente nº 02/2014.

O presente relatório objetiva expor de forma clara, precisa e sucinta as conclusões retiradas pelos parlamentares das investigações realizadas. Antes porém, é importante salientar que ao iniciarmos os trabalhos de inquérito nos deparamos com período de Copa do Mundo, com diversos feriados e pontos facultativos, estado de emergência em virtude de enchentes em diversos municípios do Estado que ocasionaram a suspensão dos trabalhos parlamentares da Assembleia Legislativa, e também do período de eleições, fatos que prejudicaram em muito o plano de trabalho e regime de metas inicial.

Pois bem, mesmo com as dificuldades acima relatadas, os membros da CPI acompanhados por excelente equipe técnica, conseguiram em curto espaço de tempo, realizar um bom trabalho de CPI, com resultados efetivos diretamente aplicados à população do Paraná, em especial aos consumidores de condomínios residenciais.



Criamos e executamos um Plano Estratégico de Trabalho coletando opiniões, sugestões, reclamações e denúncias concernentes a condomínios, especialmente por meio do site eletrônico de domínio da CPI, acessível no [www.cpidoscondominios.com.br](http://www.cpidoscondominios.com.br).

Temos convicção de que alcançamos os objetivos, conseguindo realizar um "Raio X" dos problemas enfrentados pelos usuários e aferir o grau de satisfação da população e dos consumidores.

Produzimos um Relatório Final, embasado em um Banco de Dados com muitos documentos, que foram todos periciados por profissional habilitado no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, cujo parecer constatou diversas irregularidades na forma indicada pelos reclamantes consumidores, como comprovará o presente Relatório.

Antecipadamente, agradecemos à Comissão Executiva na pessoa de sua excelência o Deputado Presidente, Valdir Luiz Rossoni, que atendeu aos preceitos regimentais, em especial os contidos no § 6º, do artigo 36, dando atendimento preferencial às demandas da CPI.

Agradecemos também, a todos os Deputados integrantes da CPI; ao Deputado Presidente da CPI, Leonaldo Paranhos, pela organização e controle da Secretaria Geral da CPI; ao Deputado Relator, Roberto Aciolli que sempre presente contribuiu com boas idéias, fazendo um maravilhoso trabalho; e aos demais Membros Efetivos, Deputado Tadeu Veneri, Nelson Luersen, Rasca Rodrigues, Cantora Mara Lima e Luiz Claudio Romanelli, pelo brilhantismo, apoio e coragem, que muito colaboraram para o bom desempenho do inquérito e principalmente, pelas conclusões integralmente expressas neste documento.

A CPI, após a constatação de irregularidades, impôs às empresas Administradoras e Garantidoras um Termo de Compromisso Público, onde algumas das empresas envolvidas em irregularidades se comprometeram a rever suas condutas, participando também de um grande mutirão, que será



realizado pela Defensoria Pública do Paraná, para solucionar problemas dos consumidores.

Assim sendo, convidamos os consulentes a terem acesso às conclusões da CPI, adiante expostas, após relato pormenorizado neste documento, das ações implementadas e, também, por meio do sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde transparentemente, na integralidade, constará o presente Relatório para acesso de todos e registro futuro.

*Roberto Acioli*  
**DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI**  
**RELATOR DA CPI**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.



## 3 – DAS REUNIÕES E DILIGÊNCIAS DA CPI





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Resca Rodrigues.



## 3.1 – DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA CPI





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Venari, Deputado Andre Bueno,  
Deputada Cantora Mora Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

### **3. Das Reuniões e Diligências da CPI.**

#### **3.1. Do Histórico da Constituição da CPI.**

Na data de 04 de Fevereiro de 2014, vinte e sete senhores Deputados subscreveram e protocolaram documento de Plenário endereçado ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do §3º, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, *in verbis*:

**Art. 62.** A Assembleia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Constituição, no Regimento Interno, ou no ato de que resultar a sua criação.

**§ 3º.** As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, serão criadas mediante requerimento de um terço dos Deputados, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilização civil e criminal dos infratores.

O Requerimento nº 000179/2014, sofreu deliberação (discussão e votação) na data de 10 de Fevereiro de 2014, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes em Plenário. Adiante, apresentamos cópia integral do citado documento:





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 13ª Legislatura  
REQUERIMENTO Nº 142/2014  
DATA: 14 DE DEZEMBRO DE 2014  
PARTICIPANTE: [Assinatura]

**REQUERIMENTO**

Requerimento nº 142/2014, apresentado ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para que seja criada uma Comissão Especial para investigar a atuação dos membros do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Saneamento (CASA) em relação ao processo de licitação para a contratação de serviços de engenharia e construção civil, visando a melhoria da gestão e a transparência dos recursos públicos.

Conforme o disposto no art. 2º, inciso I, da Constituição do Estado do Paraná, a Assembleia Legislativa tem o dever de fiscalizar a administração pública estadual, bem como de promover a melhoria da gestão e a transparência dos recursos públicos.

Diante disso, requer-se a criação da Comissão Especial para investigar a atuação dos membros do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Saneamento (CASA) em relação ao processo de licitação para a contratação de serviços de engenharia e construção civil, visando a melhoria da gestão e a transparência dos recursos públicos.

Atenciosamente,  
[Assinatura]  
ROBERTO AUGUSTO  
DEPUTADO ESTADUAL

Actum Continuum o Presidente da Assembleia Legislativa, Excelentíssimo Senhor Valdir Luiz Rossoni, determinou aos líderes partidários que procedessem à indicação de seus representantes para compor a CPI, refugiando-se no Princípio da Proporcionalidade Partidária, respeitando os seguintes coeficientes calculados pelo respectivo órgão competente:



**COEFICIENTES DE COMISSÕES - Composição 7 Membros**  
**RELAÇÃO DOS INDICADOS**

Partido/Bloco	Deputados	Coeficiente	Membros
PMDB	13	1,685	1
PSDB	09	1,166	1
DEM	06	0,777	1
PT	08	0,777	1
PDT	04	0,518	1
Bloco PSC/PRB/PMN	07	0,907	1
Bloco PP/PV/PSL	05	0,648	1
Vagas Preenchidas			7

Em respeito à determinação do Presidente, os partidos políticos procederam às indicações dos Membros Efetivos e respectivos Suplentes, da seguinte forma:

PMDB	<i>Tenório Kato</i> Titular	<i>Stephanes Jr.</i> Suplente
PSDB	<i>Antonio Manoel</i> Titular	<i>Rose "Lito"</i> Suplente
DEM		
	Titular	Suplente
PT	<i>Tadeu Jemari</i> Titular	<i>Tomás Wudshere</i> Suplente
PDT	<i>Audré Basso</i> Titular	<i>Nelson Luizon</i> Suplente
Bloco PSC/PRB/PMN	<i>Pereira dos</i> Titular	<i>Pastor Edson</i> Suplente
Bloco PP/PV/PSL	<i>Barca Rodrigues</i> Titular	Suplente

Em virtude da falta de indicação de membros para compor a CPI, das lideranças do partido Democratas e do Bloco Parlamentar integrado pelos Partidos PP, PV e PSL, o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, no



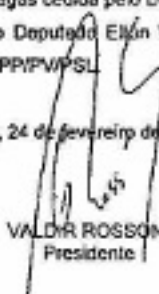
exercício de competência advinda do Regimento Interno, supriu a omissão, procedendo a indicação na forma da informação abaixo:

Informação

Conforme informações da Coordenadoria de Apoio às Comissões, indico os Deputados Roberto Acioli (PV) para membro titular e Nereu Moura (PMDB), para suplente, nas vagas cedida pelo DEM.

Indico também, o Deputado Elton Welter (PT) para ocupar a vaga de suplente, cedida pelo Bloco PP/PV/PSL.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2014.

  
VALDIR ROSSI  
Presidente

Estando completa a composição de membros da CPI, o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, ato contínuo, emitiu o Ato da Presidência n.º 02/2014 constituindo oficialmente a Comissão Parlamentar.



## ATO DO PRESIDENTE Nº 2/2014

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inc. XXXII, e tendo em vista o disposto no art. 36, do Regimento Interno,

## DECLARA

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme Proposição do Deputado ROBERTO ACIOLLI, apresentada na Sessão Ordinária do dia 4 de fevereiro de 2014, com retificação lida na Sessão Plenária do dia 10 de fevereiro de 2014, contendo vinte e sete assinaturas e autuada nesta Diretoria Legislativa, com a finalidade de *investigar possíveis irregularidades cometidas por administradoras de condomínios, garantidoras e síndicos, no âmbito do Estado do Paraná*. A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta pelos Deputados Teruo Kato (PMDB), titular e Stephanes Junior (PMDB), suplente; Cantora Mara Lima (PSDB), titular e Rose "Litro" (PSDB), suplente; Roberto Acioli (PV), titular e Nereu Moura (PMDB), suplente, vagas cedidas pelo DEM; Tadeu Veneri (PT), titular e Toninho Wandscheer (PT), suplente; André Bueno (PDT), titular e Nelson Luersen (PDT), suplente; Paranhos (PSC), titular e Pastor Edson Praczyk (PRB), suplente; Rasca Rodrigues (PV), titular e Elton Welter (PT), suplente pela vaga cedida pelo Bloco PP/PV/PSL. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e vinte dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 28 de março de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

Na continuidade foi procedida a convocação dos membros da CPI para a reunião de instalação da Comissão e eleição do Presidente e Relator do inquérito, sendo eleitos o Deputado Roberto Acioli para a relatoria e o Deputado Paranhos para presidir a Comissão, observe-se:



ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE  
INQUÉRITO DAS ADMINISTRADORAS DE CONDOMÍNIOS  
(Ato do Presidente nº 2/2014)

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na Sala da Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças, para eleição e instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito das Administradoras de Condomínios, constituída pelo Ato do Presidente nº 2/2014, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 818, de 26 de março de 2014, com a finalidade de, nos termos da proposição apresentada, no prazo de cento e vinte dias, "investigar possíveis irregularidades cometidas por administradoras de condomínios, gerentorias e síndicos, no âmbito do Estado do Paraná". Presentes os Deputados Tenue Kato (PMDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Roberto Acioli (PV), Tadeu Veneri (PT), André Bueno (PDT), Paranhos (PSC) e Rasca Rodrigues (PV). Ato contínuo, verificado o número legal, passou-se à eleição do Presidente e do Relator. Passando-se para a votação, foram eleitos por unanimidade, para Presidente, o Deputado Paranhos e para Relator, o Deputado Roberto Acioli. Na sequência, assumindo a função de Presidente, o Deputado Paranhos agradeceu a presença de todos e declarou instalada a Comissão. Nada mais havendo a tratar encerrou os trabalhos, e para que produza seus efeitos legais, determinou a lavratura da presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por todos os membros da comissão.

Deputado Tenue Kato  
Deputado Roberto Acioli  
Deputado André Bueno  
Deputado Rasca Rodrigues  
Deputada Cantora Mara Lima  
Deputado Tadeu Veneri  
Deputado Paranhos

Na data de trinta e um de março de dois mil e quatorze a CPI recebeu poderes judiciais para atuação, após a publicação em diário oficial de sua instalação.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rascia Rodrigues.



## 3.2 – DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS







**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Aelotti  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Centora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Raula Rodrigues.



**3.2.1 – DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA.**



Na data de 07 de abril de 2014, na sala de reuniões da Presidência, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária da CPI, cujo teor consta da respectiva Ata, *in verbis*:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
2014



Recebi Original  
EM 03/06/14  
João

Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri; Deputado Andre Bueno;  
Deputada Cantora Mara Lima; Deputado Teruo Kato; Deputado Rasca Rodrigues.

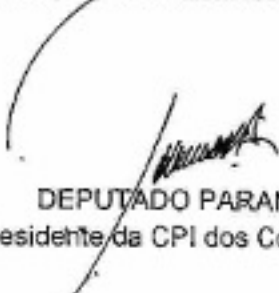
Ata da 1ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito das Administradoras  
de Condomínios  
(Ato do Presidente nº 2/2014)

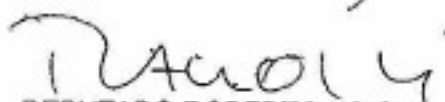
Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às 17h45min, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os Senhores Deputados Paranhos, Roberto Acioli, Cantora Mara Lima, Rasca Rodrigues, Tadeu Veneri, Teruo Kato, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito das Administradoras de Condomínios, com a finalidade de deliberar sobre a proposta de trabalho e início dos trabalhos da Comissão. Ausente o Deputado Andre Bueno, que protocolou justificativa de ausência. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Relator, Deputado Roberto Acioli, explanou aos demais membros os motivos que levaram à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, e apresentou, no telão três vídeos com denúncias colhidas no Programa 190, exibido na emissora de televisão CNT. Na sequência foi apresentado aos membros, via telão, o site criado para a Comissão Parlamentar de Inquérito, no intuito de receber denúncias, cujo endereço é [www.cpidoscondominios.com.br](http://www.cpidoscondominios.com.br). Ato contínuo, O Deputado Paranhos abriu a palavra aos demais membros para sugestões sobre a forma de trabalho. O Deputado Tadeu Veneri questionou sobre o objetivo final da investigação, tendo o Deputado Roberto Acioli esclarecido que a investigação visa determinar se as práticas cometidas são legais e buscar meios de minimizar os efeitos danosos. Na sequência, o Deputado Tadeu Veneri sugeriu que a equipe técnica elabore estudos sobre os aspectos legais do tema, o colocado em votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Rasca Rodrigues sugeriu a expedição de ofícios para busca de informações sobre os temas investigados pela Comissão junto ao Tribunal de Justiça do Paraná, Delegacia do Consumidor, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Paraná, PROCON/PR e SECOVI, o que colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento, o Presidente Deputado Paranhos apresentou aos Deputados o plano de trabalho, que após discussão foi aprovado por unanimidade. O Presidente determinou ainda votação para que a Comissão passe a ser denominada Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios – CPI DOS CONDOMÍNIOS, visto a abrangência das denúncias, o que foi aprovado por unanimidade. Na sequência, fez a leitura de


CONFERE COM O ORIGINAL  
ATA 40.423

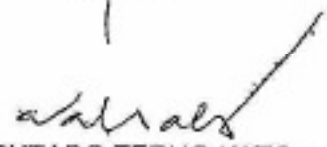



requerimento, gravado com sigilo, de autoria do Deputado Roberto Acioli, para expedição de Ofício nº 0003/2014, constante do Arquivo de Documentos Expedidos do Banco de Dados da CPI, proposição que, após discutida, foi aprovada por todos os Deputados presentes. O Senhor Presidente determinou a expedição dos ofícios deliberados na reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 15 de abril de 2014, às 17 horas (após Sessão Ordinária da ALEP), determinando que fosse lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

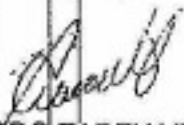
  
DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios


  
DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condomínios

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

  
DEPUTADO TERUO KATO  
Membro

  
DEPUTADA CANTORA MARA LIMA  
Membro

  
DEPUTADO TADEU VENERI  
Membro

  
Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA  
DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

CONFERE COM O ORIGINAL  
M.T. 40.423





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Risco Rodrigues.

**3.2.2- DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA.**



Na data de 15 de abril de 2014, na sala de reuniões da Presidência, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária da CPI, cujo teor consta da respectiva Ata, *in verbis*:







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Aciolli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Andre Bueno,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Teruo Kato e Deputado Rasca Rodrigues.

*Ata da 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios*  
(Ato do Presidente nº 2/2014)

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às 17h, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Aciolli, Rasca Rodrigues e Teruo Kato, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Ausentes os Deputados: Andre Bueno, Cantora Mara Lima e Tadeu Veneri. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Relator, Deputado Roberto Aciolli, fez a leitura da Ata da reunião anterior, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Atq. contínuo, o Deputado Paranhos informou aos membros presentes que o site da CPI já recepcionou diversas denúncias a serem averiguadas e investigadas pela comissão, motivo pelo qual marcou duas reuniões ordinárias, uma para o dia 29 de abril de 2014, quando serão ouvidas 5 (cinco) vítimas em reunião aberta; e outra para o dia 6 de maio de 2014, para ouvir 3 (três) vítimas em reunião fechada, o que, após discussão, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Presidente, considerando o prazo reduzido de vigência da Comissão para encerrar a investigação, e ainda a quantidade de denunciadores, sugeriu aos membros que as demais vítimas sejam ouvidas pela equipe técnica, mediante depoimento filmado, o que, colocado em discussão, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente determinou que a equipe técnica iniciasse as oitivas o mais breve possível, e determinou a intimação dos depoentes das próximas reuniões ordinárias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 29 de abril de 2014, às 9h30min, determinando que fosse lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

CONFERE COM O ORIGINAL  
MAI 40.423

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO TERUO KATO  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA  
DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI



as discussões, os debates, as negociações, as grandes negociações feitas para que seja colocado mesmo o valor do trabalhador, muitas vezes não aparece. E isto eu aprendi desde muito cedo, a respeito e entendendo.

Braço, em nome de todos os homenageados, em nome de todas as pessoas aqui que são mercedários realmente, serem trabalhadores; eu que sou filho de um médico e de uma dona de casa, eu sei muito bem a importância do que é ser trabalhador. Muito cedo eu entendi, muito jovem, criança. Hoje sei, se eu voltasse ao tempo, não meia vida agora, quando eu tive o meu primeiro filho - é insustentável, não é um senhor que está ainda vivo, Sr. Nilson Tostão - eu poderia muito bem dizer: lá na pequena Cda Azul, onde do Estado do Paraná, o valor e a honra que isso representa tem.

Os tempos mudaram, são outras situações, mas respeito realmente quem defende as causas do trabalhador, e para momento como era, Deputado Rose "Lirio", homenagear realmente as pessoas que por direito têm a honra de receber isso, é muito gratificante.

Em nome de todos os homenageados, dizer a vocês que é um orgulho muito grande. Que Deus abençoe a todos vocês e a todos os trabalhadores do Estado do Paraná e do Brasil.

Um abraço a todos.

(Aplausos)

(Apresentação do Censil)

SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Deputada Rose "Lirio", gostaria de fazer alguns agradecimentos, em especial ao Sr. João Cesar Basso Rêus, que esteve aqui representando o Vice-Governador Flávio Azeiteiro, também ao Sr. Cássio Coimbra, que vem representando o nosso Deputado Estadual Ilvandro Jódice; e ao Sr. Nair Abidul Chari, que tem aqui representando a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa. Muito obrigada pela presença de todos.

Senhores e senhoras, o município honra que os nossos homenageados receberam também os seguintes discursos: "Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Fórum Personalidades Empreendedoras do Paraná. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Fundação Força Trabalhadora do Paraná, Forçapar, e a União das Associações de Empregados das Cidades Industriais do Estado do Paraná, Unacir, prestam aos homenageados em comemoração ao Dia Internacional do Trabalho ao Sr(a). (...), outorgando-lhe a honraria de mérito denominada Fórum Personalidades Empreendedoras do Paraná, pelos relevantes trabalhos prestados em prol da sociedade em sua 29ª edição. Curitiba, 8 de maio de 2014." Assim o referido diploma o Deputado Valdir Rossetti, Presidente desta Casa de Leis, os apresentamos, Deputada Rose "Lirio" e Deputado Nery Luperon; e o professor Walter César, Presidente da Forçapar e da Unacir.

Gostamos, antes de fazer as entregas, de convidar os homenageados a virar a frente, de receber que a lista e as indicações são de total responsabilidade da Forçapar e da Unacir. Então, caso haja alguma dúvida, solicitamos que sejam tiradas junto ao Sr. Presidente, professor Walter César.

Neste momento, convidamos a Deputada Rose "Lirio", o Deputado Kierke, inicialmente desta noite, para virar a frente, também o professor Walter César, para proceder à entrega dos diplomas. Convidamos as demais autoridades que quiserem participar, por favor, também para acompanhá-los.

Vamos chamar alguns homenageados à frente para representarem todos os trabalhadores, todos os homenageados que viram nesta noite.

Inicialmente convidamos o funcionário público municipal da cidade de Dois Vizinhos, Sr. Edmarcos Delagostini, para vir à frente receber o seu diploma. Ali está o Sr. Edmarcos, que recebe a sua honra e a salva de palmas também. Saudação carinhosa de todos os colegas homenageados. Convidamos o Sr. Alton Franco Sarney, Diretor Geral da Fecobrás. Convidamos para receber o seu diploma o Desembargador do Trabalho, Presidente do TRT, Desembargador Alvaro Pedrosa dos Santos. Convidamos a Sra. Claudete Rodrigues da Silva, Presidente do Sindigipiros; e também Desilton Pereira da Costa, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. Agora convidamos para que virar a frente o ex-Secretário de Esportes e ex-árbitro de futebol, Evandro Régis Ramon, recebendo a sua honraria. Convidamos agora a queridíssima personalidade Dona Flora Modesto Benatti, empresária, Pedreira que virar a frente Sr. Gilson de Paula da Luz, escritor e jornalista; Sr. Gláucia Aurélio Basso, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e do Sindicato dos Bancários de Caspary; e também a vereadora egressa Inês Faria Sarney; convidamos o Sr. João Apoloni, agricultor da região de Goioerê. Solicitamos agora a nossa Deputada Rose "Lirio" para que entregue a honraria a Sra. Joazele Fries, Chefe da Defensoria Pública; Leonardo Bueno Carneiro, Delegado - COPE; Luiz Fernando Favaro Dussard, Chefe da Seção de Multas e Recursos; Manoel Augusto Cavalcanti, médico; Miriam Ribeiro da Fonseca - Deputado Clelio Kierke - Diretor Executivo da Med Prev; Paulo Roberto dos Santos (Paykian), assessor do Governador Beto Richa; Paulo Rossi, Presidente da Central UGT-PR; Teófilo Nery Yousef, empresário de comunidade árabe; e Valdir Navesqui, Presidente da Associação de Monitores do Tríplice.

Convidamos as autoridades a retornarem os seus lugares à Mesa, enquanto, entre um vir, pedimos uma salva de palmas a todos os trabalhadores do Paraná, todos os homenageados desta noite.

Para as considerações finais e últimas palavras, passamos a palavra a Deputada Rose "Lirio".

SRA. DEPUTADA ROSE "LIRIO": Sr. Presidente, esta Presidência agradece a presença das autoridades civis, militares, do corpo cívico, dos amigos familiares do Reinoldo, nossos homenageados, do Estado de Minas da Polícia Militar, sob a regência do coronel Reinaldo; Censil Paraná, sob a regência do coronel Paulo Kuhn e a mestra Eliana Kuhn, da imprensa, dos telespectadores da TV Sinal em todo o Paraná, bem como das demais convidadas que compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo Paranaense.

Informamos aos homenageados que ainda não receberam o seu certificado que o mesmo será entregue ao término deste evento, no Espaço Cultural desta Casa de Leis.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que declaramos encerrada a presente Sessão Solene.

"LEVANTA-SE A SESSÃO".

(Sessão Solene realizada no Plenário do Centro Legislativo Presidente Antônio Kluge, iniciado às 18h30min.)

519602014

## Processo Legislativo

### Comissões Permanentes

#### Ata de 1ª Sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito das Administradoras de Condomínios (Ata do Presidente nº 2003/14)

Ante este dia do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às 17h45min, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os Senhores Deputados Paranaenses, Roberto Acioli, Cássio Coimbra, Raulo Rodrigues, Tadeu Venet, Tereza Kato, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito das Administradoras de Condomínios, com a finalidade de deliberar sobre a proposta de trabalho e início dos trabalhos da Comissão. Assente o Deputado André Basso, que protocolou justificativa de ausência. Havendo número legal, sob a prescrição de Deus, o Deputado Presidente declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Relator, Deputado Roberto Acioli, explicou aos demais membros os motivos que levaram à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, e apresentou ao texto três vídeos com denúncias colhidas no Programa 190, exibido na emissora de televisão CNT. No sequência foi apresentado aos membros, via tela, o site criado para a Comissão Parlamentar de Inquérito, no intuito de receber denúncias, cujo endereço é [www.cpiadcondominio.com.br](http://www.cpiadcondominio.com.br). Ao concluir, o Deputado Paranaense abriu a palavra aos demais membros para sugestões sobre a forma de trabalho. O Deputado Tadeu Venet questionou sobre o objetivo final da investigação, tendo o Deputado Roberto Acioli respondido que a investigação visa determinar se as práticas mencionadas são legais e buscar meios de solucionar os conflitos decorrentes. Na sequência, o Deputado Tadeu Venet sugeriu que a equipe técnica elaborasse estudos sobre os aspectos legais do tema, o chamado em votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Raulo Rodrigues sugeriu a expedição de ofícios para busca de informações sobre os temas investigados pela Comissão junto ao Tribunal de Justiça do Paraná, Delegado do Consumidor, Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, PROCONPR e SECOP, o que também em votação foi aprovado por unanimidade. Sendo encaminhado, o Presidente Deputado Paranaense apresentou aos Deputados o plano de trabalho, que após discussão foi aprovado por unanimidade. O Presidente determinou ainda votação para que a Comissão passe a ser denominada Comissão Parlamentar de Inquérito das Condomínios - CPI DCS CONDOMÍNIOS, visto a abrangência das denúncias, o que foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foram lidas as seguintes matérias, governando o seu sigilo, de autoria do Deputado Roberto Acioli, sob expedição de Ofício nº 004/2014, referente ao Arquivo de Documentos Espelidos do Banco de Dados da CPI, proposta que, após discussão, foi aprovada por todos os Deputados presentes. O Senhor Presidente determinou a expedição dos ofícios de sigilo no sigilo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspendeu a sessão por todos os Deputados e encerramos a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 15 de abril de 2014, às 17 horas (após Sessão Ordinária da ALPR), determinando que fosse lida a presente ata, que segue assinada por nós, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANAENSE  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADA CANTORA MAIRA  
LIMA  
Membro

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO TADEU VENET  
Membro

DEPUTADO TEREZA KATO  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA  
PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

#### Ata de 2ª Sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito das Condomínios (Ata do Presidente nº 2004/14)

Ante este dia do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às 17h, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os Senhores Deputados Paranaenses, Roberto Acioli, Raulo Rodrigues e Tereza Kato, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito das Condomínios. Assente o Deputado André Basso, que protocolou justificativa de ausência. Havendo número legal, sob a prescrição de Deus, o Deputado Presidente declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Relator, Deputado Roberto Acioli, fez a leitura da Ata da reunião anterior, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Ao concluir, o Deputado Paranaense informou aos membros presentes que o site da CPI já recepcionou diversas denúncias a serem investigadas e investigadas pela comissão, motivo pelo qual iniciou duas reuniões ordinárias, uma para o dia 29 de abril de 2014, quando será o primeiro 3 (três) vídeos em reunião fechada, o que, após discussão, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Presidente, considerando o prazo reduzido de vigência da Comissão para ocorrer a investigação, e ainda a quantidade de documentos, sugeriu aos membros que as demais vítimas sejam ouvidas pela equipe técnica, ocorrendo depoimento ilhado, o que, colocado em discussão, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente determinou que a equipe técnica iniciasse as oitivas e não breve possível, e determinou a intimação dos deputados das próximas reuniões ordinárias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerramos a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 29 de abril de 2014, às 18h30min, determinando que fosse lida a presente ata, que segue assinada por nós, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANAENSE  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO TEREZA KATO  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA  
PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

519602014





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acloli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Contora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romaneli e Deputado Rasca Rodrigues.

**3.2.3- DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA.**



Na data de 29 de abril de 2014, na sala de reuniões das Comissões, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária da CPI, cujo teor consta da respectiva Ata, *in verbis*:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Andre Bueno,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Terezo Kato e Deputado Rasca Rodrigues.

*Ata da 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios*  
(Ato do Presidente nº 2/2014)

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às 09h30min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Cantora Mara Lima, Rasca Rodrigues e Tadeu Veneri, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Ausentes os Deputados: Andre Bueno e Terezo Kato. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ato contínuo, o Deputado Paranhos informou aos membros presentes que conforme deliberação anterior daria início aos depoimentos de pessoas que têm denúncias sobre a questão dos condomínios, e que nesta data serão ouvidos os primeiros depoimentos, estando presentes para tanto a Sra. Lourdes Alves Pereira, Marilene Novaes, Graciele Besson e Fábio Adriano Wzorec, solicitando que a leitura da Ata da reunião anterior seja feita ao final dos depoimentos. Na sequência, abriu a palavras aos Deputados antes de começar a ouvir os colaboradores. O Deputado Tadeu Veneri e a Deputada Cantora Mara Lima abriram mão, sendo dada a palavra ao Deputado Roberto Acioli, que cumprimentou os presentes e também abriu mão, para dar início aos depoimentos. Em seguida, o Presidente, convidou a Sra. Lourdes Alves Pereira para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Lourdes Alves Pereira. O Presidente agradeceu a presença da depoente e esclareceu que a comissão tem o intuito de ouvir e tomar providências quanto ao que estiver errado e abriu a palavra para a depoente. A Sra. Lourdes Alves Pereira prestou depoimento e esclareceu que tinha um apartamento e, quando o esposo faleceu, passou por dificuldades financeiras, atrasando o pagamento dos condomínios; que sua dívida de seis mil reais teria subido para duzentos mil; que fez acordo com o síndico e pagava a ele para que ele repassasse para a empresa administradora, a Duplique; que não recebeu mais cobrança e, há aproximadamente dois anos, foram policiais em sua casa às seis horas da manhã e a mandaram sair; que não conseguiu levar quase nada e hoje mora de favor. Questionada pelo Presidente Deputado Paranhos, a Sra. Lourdes esclareceu que o apartamento era no edifício Arco-íris e que, inicialmente, pagava o condomínio para uma empresa e só começou a pagar para o síndico quando fez um acordo com ele. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli, a Sra. Lourdes informou que o síndico deveria repassar o valor pago por ela para a empresa Duplique, que quando a tiraram do apartamento, ela estava pagando os condomínios ao síndico, mas este não lhe dava recibo; que não sabe se o despejo foi por ação judicial; que havia contratado um advogado mas ele não fez nada; que os policiais estavam fardados. Questionada pelo Deputado Tadeu Veneri, a Sra. Lourdes informou que um dos homens que a retirou do apartamento se chamava Amauri, e que o síndico falou que ela tinha que sair, que outras pessoas já foram despejadas do mesmo condomínio; que quando foram no apartamento não lhe deram nenhum papel, simplesmente a



mandaram sair. O Deputado Tadeu Veneri sugeriu ao Presidente e ao Relator que fosse convocado o síndico do condomínio para ser ouvido pela CPI para prestar esclarecimentos, o que foi acatado pelos membros presentes. Dando continuidade ao depoimento, questionada pelo Presidente, a Sra. Lourdes informou que atrasou mais ou menos um ano o pagamento do condomínio após o falecimento do marido, e que quando atrasou não recebia mais os boletos do condomínio e que não recebeu qualquer carta de cobrança. Questionada pela Deputada Cantora Mara Lima, a Sra. Lourdes esclareceu que pagava o síndico em dinheiro e não em cheque e que tem setenta anos de idade, e que o apartamento estava em inventário do seu esposo. A Deputada Cantora Mara Lima manifestou sua indignação ao caso e ressaltou o direito dos idosos e o dever do Estado de cuidar de seus idosos. Dando continuidade ao depoimento, respondendo a um questionamento do Deputado Tadeu Veneri, a Sra. Lourdes informou que o inventário ainda não terminou e que tem advogado no inventário e que não é o mesmo que havia contratado para ver a questão do condomínio. O Deputado Tadeu Veneri sugeriu que a assessoria jurídica da CPI verifique o caso, pois acredita que se estava em inventário o apartamento não poderia ser transferido para terceiros, o que foi acatado pelos membros presentes. O Presidente perguntou se a depoente tinha algo mais a dizer e esta manifestou sua inconformidade com o ocorrido. Desta forma, o Presidente encerrou o depoimento da Sra. Lourdes e agradeceu a presença. Na sequência, o Presidente convidou a Sra. Marilene Novaes para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Marilene Novaes. O Presidente agradeceu a presença da depoente e esclareceu aos membros da CPI que a Sra. Marilene já havia comparecido na Comissão de Defesa do Consumidor e que ela é ex-funcionária de uma empresa que cuida de condomínios e abriu a palavra para a depoente. A Sra. Marilene Novaes prestou depoimento e esclareceu que trabalhou como funcionária de uma empresa de cobrança de condomínio e que hoje é vítima de uma dessas empresas. A empresa para a qual trabalhou cobrava juros legais só nos primeiros 20 dias, após este período cobrava mais 20% a título de honorários, mesmo sem estar em juízo ou com qualquer departamento jurídico, pois quem fazia as cobranças eram os funcionários das empresas, inclusive ela. Após 30 dias de atraso já não era mandado o código de barras nos novos boletos, pois o devedor só podia pagar se não tivesse nenhuma parcela anterior em atraso; eles informavam ao síndico que, apesar de não poder mais cobrar multa superior a 2%, eles cobriam 20% como honorários. Em 2009 a depoente comprou um imóvel com dívida de condomínio no valor aproximado de R\$ 8.000,00 e acreditou que conseguiria fazer um acordo para pagamento, mas não conseguiu. A dívida estava com a empresa Pró-Condômino e ela propôs o pagamento de uma parcela em atraso e uma atual - o que não foi aceito - e mais prestações foram vencendo; depois propôs uma entrada de R\$ 4.000,00 o que também não foi aceito; tentou também outros acordos, e a dívida só aumentando, pois não aceitavam receber nem as parcelas que iam vencendo. Desde então teve restrições no condomínio e achou isso errado, pois a dívida não era mais do condomínio, pois a empresa comprava essa dívida. Questionada pelo Presidente Deputado Paranhos, a Sra. Marilene informou que trabalhou aproximadamente dois anos na empresa Duplique Crédito e Cobrança, que é do Dr. Luiz Fernando de Queiroz, que também é o dono da Garante; que era orientada a fazer cobranças nos condomínios até tarde da noite e finais de semana, e quando saiu da empresa foi proibida de contar isso; que essa cobrança indiscriminada era determinação da empresa; que ela não sabe se era ordem do Queiroz ou dos gerentes, pois o Queiroz abre várias empresas com nomes diferentes e coloca gerentes para serem seus sócios; que após às 18h ia para os condomínios bater de porta em porta para cobrar dívidas e fazer ameaças; que as dívidas que cobrava eram as que tinham de seis meses a dois anos de





atraso. Questionada pelo Deputado Roberto Aciolli, a Sra. Marilene informou que, como funcionária da empresa, tinha que cobrar o que estava no sistema implantado e não podia fazer nenhum tipo de negociação, apenas o pagamento a vista com o valor da planilha que o sistema emitia; que achava os juros abusivos, mas não podia questionar com a gerência senão era mandada embora, que além da Duplique trabalhou na Solução Condomínios, onde tinha mais liberdade de negociar as dívidas. Disse que o dono da Duplique tem por hábito abrir empresas para os gerentes, dando escritório e capital inicial médio de R\$ 50.000,00 para abertura dessas empresas, que são diversas espalhadas no Estado e no País; que tinha acesso ao Dr. Queiroz e que quando entrou na empresa fez treinamento de como cobrar, em uma empresa dele chamada Associação de Condomínios Garantidos do Brasil; que todas as normas das diversas empresas eram ditadas pelo Dr. Queiroz que é o verdadeiro dono delas; que nunca ganhou comissão e trabalhava por salário fixo; que o sonho dos funcionários era se tornar Gerente para poder ganhar um escritório próprio; que o síndico administrava o condomínio e contratava estas empresas para que elas repassassem 100% da receita ao síndico e ficassem com o direito de cobrar da forma que quisessem, e o síndico assinava todos os documentos que a empresa pedia, para poder receber todo mês o valor integral das receitas do condomínio. Que trabalhou na época com o Sr. Eli Antunes, que tornou-se sócio da empresa Boanergis Créditos e Cobranças, e quando foi mandada embora, a gerente se chamava Márcia; que após sair da empresa não falou com mais ninguém, e que não tem informações sobre as ações judiciais movidas pela empresa. Questionada novamente pelo Presidente, a Sra. Marilene informou que trabalhou na Duplique e hoje é vítima da Pró-Condômino, que p seu trabalho na Duplique era de cobrar de porta em porta, que não tinha qualquer acesso a ações judiciais, pois estas eram feitas no escritório do Queiroz; que julga que as cobranças eram ilegais por que a lei não permitia mais cobrar multa superior a 2% e eles só mudaram o nome para honorários e continuaram cobrando 20%, porém tal valor não era informado no boleto, mas sempre era cobrado se tivesse atraso; que não possui documentos que comprove, pois a empresa não deixava nenhum funcionário ficar com qualquer documento, e que quando recebia valores, assinava o recebimento no boleto da pessoa. O Deputado Tadeu Veneri pediu a palavra e sugeriu que os donos das empresas fossem chamados para prestar esclarecimentos à CPI do por quê as cobranças eram feitas desta forma. O Deputado Roberto Aciolli fez um aparte e disse que parece haver um monopólio no ramo, e questionou a Sra. Marilene de quantas empresas o Dr. Queiroz tem em Curitiba, ao que a depoente informou que deve ser umas trinta, ao que o Deputado Roberto Aciolli ressaltou causar estranheza o fato de o cidadão ter tantas empresas em nome de gerentes. Dando continuidade ao depoimento, a Sra. Marilene informou que após procurar programa de TV para reclamar da sua situação, a Dra. Mariza, da empresa Pró-Condômino, mandou-lhe um e-mail dizendo que não forneceriam mais nenhuma informação por ter difamado a empresa, ao que ela respondeu: "Dra., difamar a empresa em que sentido? Desde que eu estou no imóvel, eu me apresentei, procurei a empresa, me propus a pagar a dívida, que eu comprei já com essa dívida, vocês me negaram. Eu disse no programa que vocês estão me mandando os boletos sem código de barra. Eu tenho todos os boletos de todos esses anos, sem código de barra e eu sei que é ilegal. Onde está a minha postura de difamar a empresa? Eu fui tentar fazer em quatro, cinco anos dentro do imóvel, o único evento que eu quis fazer foi uma festa de 15 anos para a minha filha, que é o que uma mãe dá para um filho. Eu fui proibida de fazer isso, não fiz porque eu não poderia pagar um local mais caro, sendo que eu tinha um salão de festa enorme e eu pago por ele. Vocês também me negaram, então eu quero que vocês me respondam aonde eu difamei a empresa de vocês? Porque além de eu ser uma Senhora honesta, eu também faço curso de Direito, sei que eu não posso mentir, sei que eu não posso difamar empresa



nenhuma, porque eu vou pagar por isso.” E que até hoje ninguém respondeu nada. Questionada pelo Presidente Deputado Páranhos, a Sra. Marilene informou que trabalhou na empresa Solução do Dr. Flávio Bernardi e que lá tinha liberdade para fazer acordos dentro das possibilidades das pessoas, e que a única coisa que eles faziam que ela achava errado era também cobrar 20% no atraso; que se apresentou na CPI de livre e espontânea vontade, mas acreditava que suas alegações poderiam colocá-la em perigo, temendo por sua vida e de sua família, por ser o Dr. Queiroz uma pessoa poderosa. Quanto à sua dívida, informou que a empresa estava cobrando R\$ 59.000,00 e que, segundo seu advogado, a dívida real era de apenas R\$ 16.000,00, que quando comprou o apartamento a dívida era apenas R\$ 8.000,00, e que comprou por que o preço estava bem abaixo do mercado, e acreditou que seria fácil negociar a dívida, pagando uma entrada de R\$ 4.000,00 mais parcelas, mas não conseguiu. Questionada novamente pelo Deputado Roberto Acioli, a Sra. Marilene esclareceu que seu imóvel foi penhorado para a empresa Pró-Condomínio, e que acreditava que estas empresas faziam trabalho de agiotagem, pois compravam dívidas e incorporavam os juros que queriam. Questionada, por fim, pelo Presidente, a Sra. Marilene esclareceu que não possuía documentos da época que trabalhou nas empresas e que era sua palavra contra a do Queiroz, mas que tinha todas as planilhas do seu caso específico. Desta forma, o Presidente encerrou o depoimento da Sra. Marilene e agradeceu a presença. Na sequência, o Presidente convidou a Sra. Gracielle Besson para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão, realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Gracielle Besson. O Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra para a depoente. A Sra. Gracielle Besson prestou depoimento e esclareceu que mora em um apartamento financiado pela COHAB no Conjunto Santa Efigênia III e que o valor do condomínio era baixo e podia pagar, porém o valor aumentou muito e que, por problemas familiares não conseguiu pagar, atrasou e quando foram tentar um acordo na empresa Assiscon, na Avenida Cândido de Abreu, eles só aceitavam se pagasse o total por eles apresentados; que por diversas vezes apresentou proposta de parcelamento da dívida mas não aceitaram, até que foi chamada no fórum pela Baiak e Assiscon, que atuavam juntas na Avenida Cândido de Abreu; que contratou uma advogada para ir na audiência mas queriam que ela pagasse o valor de R\$ 71.000,00 em 10 vezes, o que era impossível, pois era quase o valor do seu apartamento, e que a advogada falou que não podia fazer nada, constando no processo como acordo recusado. Depois disso, há uns dois anos, pediu um relatório da dívida e foi dado um documento onde constava dívida de R\$ 14.000,00 e valor total a pagar R\$ 71.000,00, e que desde então não pode fazer nada no condomínio. Neste momento, o Deputado Tadeu Veneri solicitou a palavra e esclareceu que é totalmente legal a limitação dos atos no condomínio para quem está em atraso, e que a CPI não pode defender que pessoas com o condomínio em atraso tenham os mesmos direitos de quem está em dia, mas, sim, de investigar a legalidade do aumento das dívidas nos valores denunciados, fazendo as pessoas perderem seus apartamentos. Feito o aparte, a Sra. Gracielle continuou seu depoimento informando que no seu condomínio outras pessoas já perderam seus apartamentos para a Baiak e Assiscon e que o seu apartamento foi penhorado, e atualmente não está trabalhando pois está se tratando de depressão e que tem também uma dívida com a COHAB e não consegue pagar por que a COHAB exige a quitação do condomínio. Questionada pelo Deputado Tadeu Veneri, a Sra. Gracielle informou que não sabe se há cláusula no contrato da COHAB que vincule ao pagamento do condomínio, e que esta informação foi dada de forma verbal na agência da COHAB, e que o único documento que recebeu recentemente da COHAB foi solicitando a retomada do imóvel. O Deputado Tadeu Veneri fez um aparte para informar que o condomínio não pode estar vinculado ao contrato de financiamento da



COHAB e que quem deu tal informação equivocou-se, solicitando que fosse juntado aos documentos da CPI cópia do contrato padrão da COHAB e até mesmo o da Sra. Gracielle. A Sra. Gracielle continuou seu depoimento informando que pode fornecer cópia do contrato e que não sabe se tem qualquer previsão nele quanto ao pagamento do condomínio, mas que ao tentar negociar a dívida com a COHAB lhe disseram que não podiam fazer nada enquanto não houvesse a quitação do condomínio, senão eles perderiam o apartamento para o condomínio, e daí ela não conseguiu mais pagar a COHAB. Questionada pelo Presidente, a Sra. Gracielle informou que comprou o apartamento direto da COHAB há uns sete anos e que por alguns períodos atrasou o pagamento da COHAB, mas sempre conseguia renegociar e que até maio estava pagando os parcelamentos quando então atrasou novamente e a COHAB não aceitou mais receber sem a quitação do condomínio, através de informação verbal e que desde maio não consegue mais acessar seus boletos no site da COHAB. Informou ainda que a empresa que cobrava o condomínio quando comprou o apartamento era a Garante, depois mudou para a Assiscon e Baiak, que é a mesma coisa, e que há três meses mudou novamente para outra empresa que acredita ser do mesmo grupo, e que seu apartamento hoje vale no máximo R\$ 100.000,00. Questionada pelo Deputado Roberto Aciolli, a Sra. Gracielle informou que a empresa que não aceitou suas propostas de parcelamento da dívida de condomínio foi a Assiscon e Baiak e que a dívida existia há muitos anos não sabendo lembrar quando começou, pois eles dificultavam muito e virou uma bola de neve, que não recebia código de barras nos boletos de condomínio depois do atraso e que a planilha de valor devido, R\$ 14.000,00, e valor a ser pago, R\$ 71.000,00, era do ano de 2012, não sabendo o valor da dívida hoje; informou ainda que antes de atrasar recebia os boletos para pagamento corretamente. O Deputado Roberto Aciolli questionou os membros se tais dívidas gerariam protesto, ao que o Deputado Tadeu Veneri informou que não, mas que o imóvel é penhorado e vai a leilão, mas que se o valor da venda for inferior ao valor da dívida o restante da dívida permanece. O Deputado Roberto Aciolli ressaltou a intenção da CPI em descobrir por que a dívida cresce de forma tão absurda, com qual intenção, se fosse para o credor perder o imóvel, quem estaria ganhando, pois segundo o Deputado, se um contador analisar os valores dentro dos juros legais, acredita-se que as dívidas seriam bem menores. Posta tal situação, o Deputado Tadeu Veneri sugeriu trazer para a CPI peritos em contabilidade e ainda que seja analisado pela equipe jurídica se há falhas no lançamento originário, o que anularia o processo inteiro e solicitou também que seja ouvido o Ministério Público. O Presidente Deputado Paranhos agradeceu os indicativos dos Deputados e solicitou à Sra. Gracielle que fornecesse cópia dos documentos que tivesse para a CPI, e também o nome do atendente da COHAB ou qualquer outra informação que venha a saber e considere importante, encerrando o depoimento da Sra. Gracielle e agradecendo a presença. Na sequência, o Presidente convidou o Sr. Fábio Adriano Wzorec para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão, realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade devidamente assinado por ele; o Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra para o depoente. O Sr. Fábio Adriano Wzorec prestou depoimento e esclareceu que residia no Condomínio Verde Espaço no Campo Comprido e que a administradora é a Pró-Condômino; que em outubro de 2011 atrasou o pagamento do condomínio por problemas financeiros, após seis meses de atraso procurou a administradora para fazer acordo e eles cobraram o equivalente a um ano de condomínio, ao que ele não concordou com o valor e fez proposta de pagar uma parcela atual e uma em atraso para quitar a dívida e não acumular nova dívida, o que foi negado pela administradora que queria o valor integral apresentado por eles; passados mais seis meses tentou novamente uma composição amigável, propondo um valor de entrada e o parcelamento do restante o que novamente foi negado, o valor



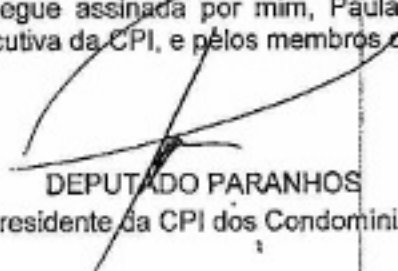



que eles apresentaram era com multa, correção, juros e honorários advocatícios. Em 27 de dezembro de 2013 eles pediram R\$ 13.168,00 e que à vista ficava em R\$ 12.790,00, valores estes com honorários inclusos, fez então uma proposta de pagar uma entrada de R\$ 2.500,00 e parcelar o restante; eles disseram que parcelariam em mais 16 vezes de R\$ 1.000,00 ao que o depoente não aceitou, pois seria uma entrada de R\$ 2.500,00 mais R\$ 16.000,00. Novamente, em 24 abril deste ano, procurou a administradora para tentar quitar o débito pois estava vendendo o apartamento para se livrar da dívida e foi informado que agora o débito era R\$ 16.559,00; depois disso foi informado que eles entraram com processo. Na última tentativa de acordo, o advogado da empresa foi bem glosseiro e disse que não faria nenhum acordo pelo motivo do depoente ter procurado um programa de televisão para reclamar. Questionado pelo Deputado Roberto Aciolli, o Sr. Fábio informou que o valor atual do condomínio, mensal, era de R\$ 350,00, que estava em atraso desde outubro de 2011, e que o valor real da dívida era R\$ 9.751,54. Questionado pelo Presidente Deputado Paranhos, o Sr. Fábio informou que na planilha apresentada a ele tem correção de R\$ 829,00, juros de R\$ 1.500,00, totalizando R\$ 12.335,00 e cobraram honorários e custas, dando um total de R\$ 16.560,00. O Deputado Roberto Aciolli pediu a palavra para manifestar sua preocupação quanto à informação do depoente de que não fariam acordo por ele ter procurado um programa de televisão para reclamar, pois o Deputado via nesta postura uma forma de ameaça ao cidadão, que buscou a TV como recurso. Após este aparte, o Deputado Roberto Aciolli questionou o Sr. Fábio, que informou que residia no imóvel desde junho de 2011, e que da última vez que procurou a empresa já estava negociando o apartamento, mas não conseguiu concluir a venda por não conseguir acordo quanto ao condomínio, pois eles sabiam que ele estava tentando vender o apartamento. O Presidente Deputado Paranhos observou que a empresa pode ter proposto a ação judicial para inibir a venda, e questionou o depoente se havia mais alguém com problemas no condomínio dele. O Sr. Fábio informou que não tem conhecimento de outros inadimplentes, mas que no boleto de condomínio vem discriminado um valor de R\$2,00 por condômino, com a descrição *Taxa de Inadimplência* e que, totalizando os 384 apartamentos do condomínio, ele acreditava que a empresa receberia duas vezes. Dito isto, o Presidente questionou se esta taxa seria legal, ao que o Deputado Roberto Aciolli ressaltou que seria um ponto a ser investigado pela CPI. O assessor Jorge Grillo pediu a palavra e explicou que a cobrança é legal no condomínio, mas que no caso de garantidoras, elas ganhavam em dobro com esta taxa, pois quando recebiam o atrasado não repassavam para o condomínio. O Presidente Deputado Paranhos, propôs aos membros da CPI que a equipe jurídica da CPI acompanhasse do Sr. Fábio em uma visita à empresa Pró-Condômino para propor um acordo o que foi aceito por unanimidade pelos membros. Dando sequência, o Presidente questionou o Sr. Fábio se havia algo a acrescentar e este relatou que além de pagar os honorários advocatícios da empresa como condômino e devedor, ainda terá que arcar com honorários de advogado para defendê-lo em juízo. O Presidente encerrou o depoimento do Sr. Fábio e agradeceu a presença, determinando que a equipe jurídica marque data para acompanhá-lo à empresa. Na sequência, o Presidente pediu ao Relator que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Aciolli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. O Presidente solicitou aos presentes a aprovação do envio de ofícios aos síndicos dos condomínios citados em depoimentos realizados para a CPI, e também das denúncias do site, para que enviem a esta CPI, cópia de documentos e contratos para prestação de contas e análise; solicitou ainda o envio de ofícios à Junta Comercial, solicitando informações sobre as empresas relacionadas a condomínio registradas no Paraná, o que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a




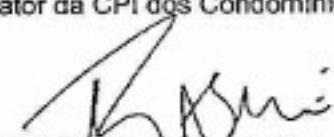
presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 06 de maio de 2014, às 9h30min, a ser realizada a portas fechadas para garantir o sigilo dos depoentes, determinando que fosse lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.





  
DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

  
DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condomínios

  
DEPUTADA CANTORA MARA LIMA  
Membro

  
DEPUTADO RASOA RODRIGUES  
Membro

  
DEPUTADO TADEU VENERI  
Membro

  
Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA  
DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às 09h30min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Cantora Maria Lúcia, Raulo Rodrigues e Tadeu Venezi, membros do Conselho Parlamentar da Inquérito dos Condonatários, Ausentes os Deputados: André Bueno e Tetso Kato. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Aos vinte e nove, o Deputado Paranhos informou aos membros presentes que conforme diligência anterior dada pelo seu departamento de pessoas que têm denúncias sobre a questão dos condonatórios, e que seria dada sobre ovidos os primeiros depoimentos, estando presentes para tanto a Srs. Lourdes Alves Pereira, Marlene Novais, Gracielle Bessou e Fábulo Adriano Wazore, solicitando que a leitura da Ata da reunião anterior seja feita ao final dos depoimentos. Na sequência, abriu a palavra aos Deputados estas de convocar a ouvir os envolvidos. O Deputado Tadeu Venezi e a Deputada Cantora Maria Lúcia abriram mão, sendo dada a palavra ao Deputado Roberto Acioli, que cumprimentou os presentes e membros abriu mão, para dar início aos depoimentos. Em seguida, o Presidente, convidou a Srs. Lourdes Alves Pereira para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento tendo a ocorrência da comissão realizado a leitura dos atos previstos de dar a verdade, devidamente assinado pela Srs. Lourdes Alves Pereira, O Presidente agradeceu a presença da depoente e exclamou que a comissão tem o intuito de ouvir e tomar providências quanto ao que estiver errado e abriu a palavra para a depoente. A Srs. Lourdes Alves Pereira prestou depoimento e esclareceu que tinha um apartamento e, quando o mesmo falhou, passou por dificuldades financeiras, tentando o pagamento das condonadoras; que sua dívida de seis mil reais tinha subido para duzentos mil, que fez acordo com o síndico e pagava a ele por que ele precisasse para a empresa administração, a Duplique, que não recebeu mais cobrança e, há aproximadamente dois anos, foram políticos em sua casa de três horas da manhã e a mandaram sair, que não conseguiu levar quase nada e hoje mora de favela. Questionada pelo Presidente Deputado Paranhos, a Srs. Lourdes esclareceu que o apartamento era no edifício Arcos-III e que, inicialmente, pagava o condomínio para uma empresa e só começou a pagar para o síndico quando fez um acordo com ele. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli, a Srs. Lourdes informou que o síndico deveria reajustar o valor pago por ela para a empresa Duplique, que quando a situação do apartamento, ela estava pagando as condonadoras ao síndico, mas não tinha mais dinheiro, que não sabe se o síndico foi por apelo judicial; que havia contratado um advogado mas ele não fez nada; que os políticos estavam ficando. Questionada pelo Deputado Tadeu Venezi, a Srs. Lourdes informou que um dos homens que a retirou do apartamento se chamava Amari, e que o síndico falou que ela é filha que não, que outras pessoas lá foram despejadas do mesmo nomeando início; que quando foram no apartamento não há demoraram pagar, simplesmente a mandaram sair. O Deputado Tadeu Venezi sugeriu ao Presidente e ao Relator que fosse encaminhado a viúvas de condonadoras para ser ouvido pela CPI para prestar esclarecimentos, o que foi aceitado pelas membros presentes, dando continuidade ao depoimento, questionado pelo Presidente, a Srs. Lourdes informou que arrazo mais ou menos em ano o pagamento do condomínio após o falecimento do marido, e que quando arrazo não recebia mais os boletins de condomínio e que não recebeu quando carta de cobrança. Questionada pela Deputada Cantora Maria Lúcia, a Srs. Lourdes explicou que pagava o síndico em dinheiro e não lá cheque e que tem sete anos de idade, e que o apartamento estava em inventário do seu esposo. A Deputada Cantora Maria Lúcia manifestou sua indignação ao caso e ressaltou o direito das idosas e o dever do Estado de cuidar de suas idosas. Dando continuidade ao depoimento, impostando a um questionamento do Deputado Tadeu Venezi, a Srs. Lourdes informou que o inventário ainda não terminou e que tem advogado no inventário e que não é o mesmo que havia contratado para ver a questão do condomínio. O Deputado Tadeu Venezi sugeriu que a assessoria jurídica da CPI verificasse o caso, pois acredita que se estava em inventário e aparentemente não poderia ser transferido para terceiros, e que foi aceitado pelas membros presentes. O Presidente perguntou se a depoente tinha algo mais a dizer e esta manifestou sua incomodidade com o ocorrido. Desta forma, o Presidente encerrou o depoimento da Srs. Lourdes e agradeceu a presença. Na sequência, o Presidente convidou a Srs. Marlene Novais para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dar a verdade, devidamente assinado pela Srs. Marlene Novais. O Presidente agradeceu a presença da depoente e exclamou aos membros da CPI que a Srs. Marlene já havia comparecido na Comissão de Defesa do Consumidor o que ela é ex-funcionária de uma empresa que cuida do condomínio e abriu a palavra para a depoente. A Srs. Marlene Novais prestou depoimento e esclareceu que trabalhou como funcionária de uma empresa de cobrança de condomínio e que hoje é vítima de uma dessas empresas. A empresa para a qual trabalhava cobrava juros legais só nos primeiros 30 dias, após este período cobrava mais 20% a título de honorários, mesmo estar em juízo ou caso qualquer departamento jurídico, pois quem fazia as cobranças era o funcionário das empresas, inclusive ela. Após 30 dias de atraso já não era mais o código de barras nos novos boletins, pois o devedor só podia pagar se não tivesse nenhuma parcela exterior em atraso; clico informava ao síndico que, apesar de não poder mais cobrir mais superior a 2%, eles cobravam 20% como honorários. Era 2009 a depoente comprou um imóvel com dívida de condomínio no valor aproximado de R\$ 8.000,00 e acredita que conseguiria fazer um acordo para pagamento, mas não conseguiu. A dívida estava com a empresa Pro-Condomínio e ela propôs o pagamento de uma parcela em atraso e uma anual - o que não foi aceito - e mais parcelas foram vencendo; depois propôs uma entrada de R\$ 4.666,00 o que também não foi aceito; tentou também outros acordos, e a dívida só aumentava, pois não aceitavam receber mais as parcelas que iam vencendo. Desde então teve restrições no condomínio e chegou lá em estado, pois a dívida não era mais do condomínio, pois a empresa comprava esta dívida. Questionada pelo Presidente Deputado Paranhos, a Srs. Marlene informou que trabalhou aproximadamente dois anos na empresa Duplique Crédito e Cobrança, que é da Dr. Luíza Fernando de Queiroz, que também é o dono da Gamaaz, que tem interesse a fazer cobranças nos condomínios até tarde da noite e finais de semana, e quando não dá tempo foi proibida de continuar; que esta cobrança está terminada em determinação da empresa, que ela não sabe se em ordem do Queiroz ou dos gerentes, pois o Queiroz abre várias empresas com nomes diferentes e coloca gerentes para serem seus sócios; que após a 18h lá em casa os condonatórios batem de porta em porta para



**Ata da 106ª Sessão Ordinária (15/05/2014)**  
Aconteceu no dia 15 de maio de 2014, às 14h30min, no Plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a 106ª Sessão Ordinária, sob a presidência de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, Sr. Roberto Acioli.

colocar dívidas e fazer ameaças; que as dívidas que cobrava eram as que tinham de seis meses a dois anos de atraso. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli, a Sra. Marilene informou que, como funcionária da empresa, tinha que cobrar o que estava no sistema implantado e não podia fazer nenhum tipo de negociação, apenas o pagamento a vista com o valor da planilha que o sistema emitia; que achava os juros abusivos, mas não podia questionar com a gerência sendo era mandada embora, que além da Dupliger trabalhava na Solução Condomínios, onde tinha total liberdade de negociar as dívidas. Disse que o dono da Dupliger tem por hábito abrir empresas para os gerentes, dando escritório e capital inicial médio de R\$ 50.000,00 para abertura dessas empresas, que são diversas espalhadas no Estado e no País; que tinha acesso ao Dr. Queiroz e que quando estava na empresa fez treinamento de como cobrar, em uma empresa dele chamada Associação de Condomínios Gerenciados do Brasil; que todas as normas das diversas empresas eram ditadas pelo Dr. Queiroz que é o verdadeiro dono delas; que nunca ganhou comissão e trabalhava por salário fixo, que o dono das funcionárias era o senhor Gerente para poder gerir um escritório próprio; que o síndico administrava o condomínio e continuava estas empresas para que elas repassassem 100% da receita ao síndico e fizessem com o débito de cobrar da forma que queriam, e o síndico assinava todos os documentos que a empresa pedia, para poder receber todo mês o valor integral das receitas do condomínio. Que trabalhou na época com o Sr. Eli Antunes, que tornou-se sócio da empresa Banerjéis Crédito e Cobranças, e quando foi mandado embora, a gerente se chamava Márcia, que após sair da empresa não foi mais ouvida, e que não tem informações sobre as ações judiciais movidas pela empresa. Questionada novamente pelo Presidente, a Sra. Marilene informou que trabalhou na Dupliger e hoje é vítima da Pró-Condomínios, que o seu trabalho na Dupliger era de cobrar da porta em porta, que não tinha qualquer acesso a ações judiciais, pois estas eram feitas no escritório do Queiroz, que julgava que as cobranças eram legais por que a lei não permitia mais cobrar mais superior a 2% e elas só mudaram o nome para concórdias e continuavam cobrando 20%, porém tal valor não era informado no boleto, mas sempre era cobrado se tivesse atraso, que não possuía documentos que comprovasse, pois a empresa não deixava nenhum funcionário ficar com qualquer documento, e que quando recebia valores, assinava o recebimento no boleto da pessoa. O Deputado Tadeu Venezi pediu a palavra e sugeriu que as duas das empresas fossem chamadas para prestar esclarecimentos à CPI de por que as cobranças eram feitas desta forma. O Deputado Roberto Acioli fez um aparte e disse que parece haver um monopólio no ramo, e questionou a Sra. Marilene de quantas empresas o Dr. Queiroz tem em Curitiba, se a ele e depositei informou que deve ser umas vinte, as que o Deputado Roberto Acioli ressaltou causar estranheza o fato de a cidadã ter tantas empresas em nome de gerentes. Dando continuidade ao depoimento, a Sra. Marilene informou que após procurar programa de TV para reclamar da sua situação, o Dr. Marília, da empresa Pró-Condomínios, mandou-lhe um e-mail dizendo que não funcionam mais nenhuma informação por ter sido enviada a empresa, ao que ela respondeu: "Uma, difamar a empresa não que nada? Desde que eu não no imóvel, eu me apresentei, procurei a empresa, me propus a pagar a dívida, que eu compreji já com essa dívida, vouca me negaram. Eu disse ao programa que vouca então me mandaram os boletins sem código de barras. Eu tenho todos os boletins de todos esses anos, sem código de barras e eu sei que é ilegal. Onde está o senhor para difamar a empresa? Eu fui tentar fazer em Curitiba, chamei meu advogado do imóvel, o advogado então que eu quis fazer foi não fazer de 15 anos para o imóvel. Já que eu não me dei do para não fazer. Eu fui obrigado a fazer isso, não foi porque eu não poderia pagar um local mais caro, sendo que eu tinha um saldo de quatro meses e eu pago por ele. Não também me negaram, então eu quero que você me responda quando eu difamou a empresa de vocês? Porque além de eu ser uma senhora honesta, eu também faço curso de Direito, sei que eu não posso mentir, sei que eu não posso difamar empresa nenhuma, porque eu vou pagar por isso." E que não hoje ninguém respondeu nada. Questionada pelo Presidente Deputado Paranhos, a Sra. Marilene informou que trabalhou na empresa Solução do Dr. Fábio Bernardi e que lá tinha liberdade para fazer acordos dentro das possibilidades das pessoas, e que a única coisa que eles faziam que ela achava errado era também cobrar 20% os atrasos, que se apresentava na CPI de livre e espontânea vontade, mas acreditava que suas alegações poderiam colocá-la em perigo, levando por sua vida e de sua família, por ser o Dr. Queiroz uma pessoa poderosa. Quanto à sua dívida, informou que a empresa estava cobrando R\$ 19.000,00 e que, segundo seu advogado, a dívida real era de apenas R\$ 15.000,00, que quando comprou o apartamento a dívida era apenas R\$ 8.000,00, e que comprou por que o preço estava bem abaixo do mercado, e acreditava que seria fácil negociar a dívida, pagando uma entrada de R\$ 4.000,00 mais parcelas, mas não conseguiu. Questionada novamente pelo Deputado Roberto Acioli, a Sra. Marilene declarou que seu imóvel foi possuído para a empresa Pró-Condomínios, e que acreditava que estas empresas faziam trabalho de agitação, pois compravam dívidas e incorporavam os juros que queriam. Questionada, por fim, pelo Presidente, a Sra. Marilene esclareceu que não possuía documentos da época que trabalhou nas empresas e que era sua palavra contra a do Queiroz, mas que tinha todas as planilhas do seu caso específico. Desta forma, o Presidente encerrou o depoimento da Sra. Marilene e agradeceu a presença. Na sequência, o Presidente convidou a Sra. Gracielle Bazon para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, sendo a secretária da comissão, realizada a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Gracielle Bazon. O Presidente agradeceu e propôs a leitura a palavra para a deponente. A Sra. Gracielle Bazon prestou depoimento e declarou que mora em um apartamento financiado pela COHAB no Conjunto Santa Efigênia III e que o valor do condomínio era baixo e podia pagar, porém o valor aumentou muito e que, por problemas familiares não conseguiu pagar, atrasou e quando foram sentar um acordo na empresa Andson, na Avenida Cláudio de Abreu, eles só aceitaram se pagasse o total por eles apresentados, que por diversas vezes apresentou proposta de parcelamento da dívida mas não aceitaram, até que foi chamado ao fimem pela Balak e Andson, que se aviziam juntas na Avenida Cláudio de Abreu; que contraiu uma advogada para ir na audiência mas queriam que ela pagasse o valor de R\$ 71.000,00 em 10 vezes, o que era impossível, pois era quase o valor do seu apartamento, e que a advogada ficou que não podia fazer nada, contando no processo todo acordo recebido. Depois disso, há uma data sem, pôde em relatório de dívida e foi dado um documento onde estava dívida de R\$ 14.000,00 a valor total a pagar R\$ 71.000,00, e que desde então não pode fazer nada no condomínio. Nesse momento, o Deputado Tadeu Venezi re-

litou a palavra e declarou que é totalmente legal a situação das atas no condomínio para quem está em atraso, e que a CPI não pode defender que pessoas com o condomínio em atraso tenham os mesmos direitos de quem está em dia, mas, sim, de investigar a legalidade do aumento das dívidas nos valores denunciados, fazendo as pessoas perderem seus apartamentos. Feito o aparte, a Sra. Gracielle continuou seu depoimento informando que no seu condomínio outras pessoas já perderam seus apartamentos para a Balak e Andson e que o seu apartamento foi penhorado, e estava em não está trabalhando pois está no estado de depreciação e que tem também uma dívida com a COHAB e não consegue pagar por que a COHAB exige a quitação do condomínio. Questionada pelo Deputado Tadeu Venezi, a Sra. Gracielle informou que não sabe se há cláusula no contrato da COHAB que vincule ao pagamento do condomínio, e que esta informação foi dada de forma verbal na agência da COHAB, e que o único documento que recebeu recentemente da COHAB foi solicitando a quitação do imóvel. O Deputado Tadeu Venezi fez um aparte para informar que o condomínio não pode estar vinculado ao contrato de financiamento da COHAB e que quem deu tal informação equivocou-se, solicitando que fosse juntado aos documentos da CPI cópia do contrato padrão da COHAB e até mesmo a da Sra. Gracielle. A Sra. Gracielle continuou seu depoimento informando que pode fornecer cópia do contrato e que não sabe se tem qual quer previsão nele quanto ao pagamento do condomínio, mas que ao tentar negociar a dívida com a COHAB lhe disseram que não podiam fazer nada enquanto não houvesse a quitação do condomínio, sendo eles perdiam o apartamento para o condomínio, e daí ela não conseguiu mais pagar a COHAB. Questionada pelo Presidente, a Sra. Gracielle informou que comprou o apartamento direto da COHAB há uns seis anos e que por alguns períodos atrasou o pagamento da COHAB, mas sempre conseguiu reagendar e que até então estava pagando as parcelamentos quando não atrasou pagamentos e a COHAB não deixou mais receber sem a quitação do condomínio, através de informação verbal e que desde então não consegue mais acessar seus boletins no site da COHAB. Informou ainda que a empresa que cobrava o condomínio quando comprou o apartamento era a Gerente, depois mudou para a Andson e Balak, que é a mesma coisa, e que há sete meses mudou novamente para outra empresa, que acredita ser do mesmo grupo, e que um apartamento hoje vale no mínimo R\$ 100.000,00. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli, a Sra. Gracielle informou que a empresa que não recebeu mais propostas de parcelamento da dívida do condomínio foi a Andson e Balak e que a dívida está lá há mais de seis anos não sabendo lembrar quando começou, pois ela dificultava muito e virou uma bola de neve, que não recebeu cópia do boleto das cobranças de condomínio depois de atraso e que a planilha de valor devido, R\$ 14.000,00, e valor a ser pago, R\$ 71.000,00, era de maio de 2012, não sabendo o valor da dívida hoje, informou ainda que antes de atrasar recebeu os boletins para pagamento constantemente. O Deputado Roberto Acioli questionou se membros se tais dívidas gerariam prisão, ao que o Deputado Tadeu Venezi informou que não, mas que o imóvel é penhorado e vai a leilão, mas que se o valor da venda for inferior ao valor da dívida e restante da dívida permanecer. O Deputado Roberto Acioli ressaltou a intenção da CPI em descobrir por que a dívida cresce de forma tão absurda, com qual intenção, se ficou para acreditar perder o imóvel, quem estaria ganhando, por segundo o Deputado, se em qualquer análise os valores dentro das regras legais, acredita-se que as dívidas seriam bem menores. Diante tal situação, o Deputado Tadeu Venezi sugeriu trazer para a CPI peritos em contabilidade e ainda que seja analisado pela equipe jurídica se há falhas no lançamento original, e que analisaria e procuraria ler e solicitar também que seja ouvido o Ministério Público. O Presidente Deputado Paranhos agradeceu os informes dos Deputados e solicitou à Sra. Gracielle que fornecesse cópia dos documentos que tivesse para a CPI, e também o nome do endereço da COHAB ou qualquer outra informação que possa ajudar a saber e considerar importante, encerrando o depoimento da Sra. Gracielle e agradecendo a presença. Na sequência, o Presidente convidou o Sr. Fábio Adriano Wazore para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, sendo a secretária da comissão, realizada a leitura do compromisso de dizer a verdade devidamente assinado por ele; o Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra para o deponente. O Sr. Fábio Adriano Wazore prestou depoimento e declarou que reside no Condomínio Verde Espaço no Campo Capão e que a administração é a Pró-Condomínios; que em outubro de 2011 atrasou o pagamento do condomínio por problemas financeiros, após seis meses de atraso procurou a administradora para fazer acordo e elas cobravam o equivalente a um ano de condomínio, ao que ele não concordou com o valor e fez proposta de pagar uma parcela anual e uma em atraso para quitar a dívida e não assumir nova dívida, o que foi negado pela administradora que queria o valor integral apresentado por eles; passaram mais seis meses tentou novamente uma composição amigável, propondo um valor de entrada e o parcelamento do restante o que novamente foi negado, o valor que eles apresentaram era com multa, correção, juros e honorários advocatícios. Em 27 de dezembro de 2013 eles pediram R\$ 13.168,00 e que a vista ficava em R\$ 12.720,00, valores estes com honorários incluídos, fez então uma proposta de pagar uma entrada de R\$ 2.500,00 e parcelar o restante; eles disseram que parcelariam em mais 16 vezes de R\$ 1.000,00 ao que o deponente não aceitou, pois seria uma entrada de R\$ 2.500,00 mais R\$ 16.000,00. No entanto, em 24 abril deste ano, procurou a administradora para tentar quitar o débito pois estava vendendo o apartamento para se livrar da dívida e foi informado que agora o débito era R\$ 16.550,00, depois disso foi informado que eles entraram com processo. Na última tentativa de acordo, o advogado da empresa foi bem grosseiro e disse que não fazia nenhum acordo pelo motivo do deponente ter apresentado um programa de televisão para reclamar. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli, o Sr. Fábio informou que o valor atual do condomínio, mensal, era de R\$ 350,00, que estava em atraso desde outubro de 2011, e que o valor real da dívida era R\$ 9.751,54. Questionado pelo Presidente Deputado Paranhos, o Sr. Fábio informou que na planilha apresentada a ele tem correção de R\$ 820,00, juros de R\$ 1.500,00, totalizando R\$ 12.375,00 e cobravam honorários e custos, dando um total de R\$ 15.550,00. O Deputado Roberto Acioli pediu a palavra para manifestar sua preocupação quanto à informação do deponente de que não faziam acordo por ele ter procurado um programa de televisão para reclamar, pois o Deputado viu nesta postura uma forma de ameaça ao cidadão, que baseia a TV como recurso. Depois disso, o Deputado Roberto Acioli questionou o Sr. Fábio, que informou que residia no imóvel desde junho de 2011, e que da última vez que procurou a empresa já estava negociando o apartamento, mas não conseguiu concluir a venda por não conseguir acordo quanto ao condomínio, pois eles sabiam que ele estava tentando vender o





apartamento. O Presidente Depetito Paranhos observou que a empresa pode ter proposto a ação judicial para iniciar a venda, e questionou se o deponente se havia dado alguma vez problemas na condôminio dele. O Sr. Fábio informou que não tem conhecimento de outros inadimplentes, mas que no boleto de condomínio veio discriminado um valor de R\$2,00 por condomínio, com a descrição Taxa de Inadimplência e que, somando-se 384 apartamentos do condomínio, ele acreditava que a empresa cobraria duas vezes. Dito isto, o Presidente questionou se esta taxa seria legal, ao que o Deputado Roberto Aciolli respondeu que seria com o preste a ser levantada pela CPI. O assessor Jorge Orílio pediu a palavra e explicou que a cobrança é legal no condomínio, mas que no caso de garantidores, eles pagariam em dobro com esta taxa, pois quando recebiam o atrasado não repassavam para o condomínio. O Presidente Depetito Paranhos, propôs aos membros da CPI que a equipe jurídica da CPI acompanhasse o Sr. Fábio em uma visita à empresa Pró-Condomínio para propor um acordo a que foi aceito por unanimidade pelos membros. Dando sequência, o Presidente questionou o Sr. Fábio se havia algo a acrescentar e que relatou que além de pagar os honorários advocatícios da empresa como condômino e devedor, ainda tem que arcar com honorários de advogado para defendê-lo em juízo. O Presidente encorajou o deponente do Sr. Fábio e agradeceu a presença, determinando que a equipe jurídica marque data para acompanhá-lo à empresa. Na sequência, o Presidente pediu ao Relator que fosse a leitura da Ata do reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Aciolli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. O Presidente solicitou aos presentes a aprovação do envio de ofícios aos síndicos dos condomínios citados em depoimento, solicitando prazo a CPI, e também das demandas do alto, para que enviasse a esta CPI, cópia de documentos e contratos para prestação de contas e taxas, solicitou ainda o envio de ofícios à Junta Comercial, solicitando informações sobre as empresas relacionadas a condomínios registrados no Paraná, o que foi aprovado pela unanimidade da presente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 06 de maio de 2014, às 9h30min, a ser realizada a portas fechadas para garantir o sigilo dos depoimentos, determinando que fosse lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Paranhos de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADA CAMTORA MARRA LIMA  
Membro

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO TADEU VENERI  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PARANHOS DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

1128802214

Ata da 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios  
(Ata da Presidente nº 2/2014)

Após seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às 9h30min, na Sala de Reuniões dos Comités, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Aciolli, Rascas Rodrigues, Torco Kato e Nelson Lacerda - substituído o Deputado André Borno - membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Assentados os Deputados: Tadeu Veneri e Camtara Maira Lima. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ato contínuo, o Deputado Paranhos informou aos membros presentes que o Deputado Nelson Lacerda substituiu, a partir desta data, o Deputado André Borno que solicitou sua substituição, justificando sua impossibilidade de dar sequência aos trabalhos por motivo de agenda externa. O Presidente deu as boas-vindas ao Deputado Nelson Lacerda, e solicitou à secretária da comissão que realizasse a leitura de protocolos recebidos pela comissão na última semana. A secretária da comissão informou que a comissão recebeu, via protocolo geral da Assembleia Legislativa do Paraná, duas demandas: uma, feita por um advogado que alegou que a administradora estava cobrando uma multa ideal maior do que a multa ideal do apartamento dele, quando faziam o rateio das contas; e outra demanda é um abate-estrato de quarenta moradores do Condomínio Residencial Brasília, administrado pela Administradora Paula Inês. O condomínio faz parte do programa PAR, e a restituição é de que a taxa de condomínio é calculada por previsão no início de cada ano, e não sobre o valor real dos gastos, que não há prestação de contas aos moradores. Informou ainda que a comissão recebeu resposta do órgão encarregado ao Procon, o qual informou que tem um arquivo de adiantamentos e não ocorreram reclamações à comissão. Na sequência, informou que o Deputado Roberto Aciolli também recebeu informações do Procon sobre a palavra do Deputado. O Deputado Roberto Aciolli informou que há dois meses solicitou informações ao Procon e que recebeu a resposta na última semana com parecer sobre a legalidade na cobrança de honorários advocatícios extrajudiciais na cobrança de condomínios, e solicitou ao Sr. Presidente para incluir este documento nos documentos da CPI. A pedido do Presidente, a secretária fez a leitura de confissão final existente no documento. O Presidente ressaltou aos Deputados presentes a importância desta CPI, sugerindo uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça, no intuito de tentar regular todos os processos que estão tramitando, tendo em vista as várias demandas que esta CPI já cobrou e que ainda estão chegando. Na sequência, o Presidente pediu ao Relator que fosse a leitura da Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Aciolli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente solicitou que aqueles que não fossem da assessoria da CPI deixassem o recinto, pois os depoimentos seriam sigilosos, solicitou ainda que todos os presentes se comprometessem com este sigilo,

e que seriam chamados por número para que seus nomes não fossem expostos. Na sequência, abriu a palavra aos Deputados. O Deputado Roberto Aciolli fez uso da palavra informando que foi procurado por uma senhora que lhe entregou um comprovante de condomínio onde constava uma taxa de R\$ 28,00 referente à lavagem de telhado, o que causou estranhamento, pois o condomínio possui 480 apartamentos e ao multiplicar o valor da taxa pelos números de apartamentos atingia-se um valor muito elevado, ressaltando que estas questões deverão ser analisadas pela CPI. Em seguida, usando da palavra o Deputado Nelson Lacerda cumprimentou os membros, manifestando sua satisfação em colaborar com os trabalhos da CPI. Resaltou a necessidade de dar atenção às pessoas que vivem em condomínio, pois muitas vezes não possuem a quem recorrer. Informou que, apesar de sua agenda apertada, por ainda estar concluído a CPI do Procon, pretende colaborar para que seja feito um grande trabalho e contribuir de forma consistente, para aqueles que vivem em condomínio terem a proteção do Estado nos seus direitos, com pagamento de condomínios justos aos alunos, agradeceu, assim, a oportunidade de fazer parte da CPI. O Deputado Torco Kato e o Deputado Rascas Rodrigues abriram mão da palavra. O Presidente, Deputado Paranhos, ressaltou que a CPI, temporariamente, é o único canal que muitas dessas pessoas com problemas de condomínio estão buscando para tentar solucionar os conflitos existentes, por isso acredita que a CPI possivelmente deverá criar uma legislação específica para o que estão das demandas. Em seguida, o Presidente convidou o Deponente nº 1 para compor a mesa, e questionou se a senhora no termo de compromisso de dar a verdade dele e, com a confirmação, abriu a palavra ao deponente. O Deponente nº 1 informou que é advogado profissional de vinte e um condomínios e solicitou sigilo, pois as pessoas que estão sendo denunciadas possuem em torno de 90% do renda do Curitiba, e expõe-se contra eles seria estar prejudicando suas vidas. Questionado pelo Deputado Paranhos, esclareceu que procura voluntariamente a CPI para prestar depoimento a pedido dos condomínios de diversos condomínios. O Presidente o deixou livre para dizer o que sabia. O Deponente nº 1 disse que dividia em seis tipos e que primeiro faz uma diferenciação do que são síndicos, administradores e garantidores. Disse que síndico, conforme o Código Civil de 2002, artigo 1750, seria qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou não, o que atua o mercado para os síndicos profissionais. A administradora faz a parte de contabilidade, folha de pagamento dos funcionários, emissão de taxas e a prestação de contas do condomínio. As arrecadações e garantidores seriam juristicamente um único no mercado condominial após 2002, pois antes os condomínios podiam cobrar taxas de até 10%, e depois de 2002 isso foi proibido, exigindo as arrecadações e garantidores para, juristicamente, salvar o condomínio. O deponente informou que essas arrecadações e garantidores cobram juros de 0,33 ao dia e não 0,33 que é o legal, somando ainda 10% ao mês de juros, enquanto a lei diz que o máximo é 1%. Outro erro que o deponente apontou, foi que o condomínio quando constata a antecipação, é feito um desconto com um custo de 5% de taxa de administração mensal, mas segundo o deponente nesse 5% haveria uma tributação. Segundo ele, uma taxa condominial de R\$ 100,00 a antecipação ou garantidores cobraria 5% de R\$ 100,00 e não do principal e já emitiria um boleto do condomínio com o valor de R\$ 105,25 incluindo o percentual também sobre a taxa, e se o final ficasse com R\$ 5,25 do total. Segundo o deponente, como essas diferenças incluídas seriam pequenas, motivo pelo qual ninguém reclamava, no final essas empresas lucravam muito com estes descontos. Outro grande ponto que essas empresas lucravam para com os condomínios é que após o término dia de atraso existe uma cobrança de honorários de 20% sobre o valor da dívida: se o débito era de R\$ 200,00, após 10 dias essas empresas cobrariam R\$ 240,00. Se o condomínio não pagava o que cobravam, no mês seguinte o boleto já vinha com código de barras, fazendo a dívida virar uma bola de neve. O deponente informou que na semana anterior teve uma reunião, onde a dívida do morador era R\$ 4.000,00, se fosse quitada imediatamente daria R\$ 28.000,00, o antecipador estava cobrando R\$ 114.000,00. Como o morador pretendia vender o apartamento, fez um acordo por R\$ 60.000,00, pois enquanto a pessoa não paga, não são liberadas as chaves necessárias para a transação. Segundo o deponente, outro problema dessas empresas é que, apesar de nos contratos elas cobrarem 5% de taxa de serviço, quando emitiam nota fiscal só declaravam R\$ 2% como serviço, o restante ficavam como perdas e danos e custos, alegando o ISS que é pago apenas sobre 2%. Questionado pelo Deputado Roberto Aciolli, o deponente informou que é contador, administrador e especialista em Direito do Trabalho, que algumas das empresas problemáticas são redes sociais de divulgação e não antecipam, outras tem um capital social de R\$ 5.000,00, mas arrecadam milhões, e já teve atores com pessoas de área, mas nunca foi ameaçado. Resaltou também que os síndicos são assediados por estas empresas, com oferta de jantares, reformas, troca de telhado. Questionado pelo Deputado Nelson Lacerda o deponente esclareceu que 90% do mercado é de um grupo que abre várias empresas, colocando gente como sócio com 20% e o restante para o proprietário, havendo 18 unidades de um mesmo proprietário em Curitiba entre 12%, e que na média, como síndico, seria de 3%. Esclareceu que alguns condomínios fazem fundo de inadimplência. Questionado pelo Deputado Rascas Rodrigues, o deponente afirmou que a maioria destas empresas seria uma agiotagem legalizada. O Deputado Nelson Lacerda esclareceu que não seria uma agiotagem legalizada, pois os pedintes expostos no depoimento alto condizem com os pedintes estabelecidos pelo Banco Central, e aproveitou para questionar mais uma vez o deponente sobre a existência de empresas que vivem dentro da legalidade. O deponente informou que há 10% no mercado atuando constantemente e tentando combater as práticas ilegais. Questionado novamente pelo Deputado Rascas Rodrigues, o deponente informou que seria o código de barras não há como pagar o boleto. O deponente defendeu a liberdade de o condomínio pagar o condomínio atual no vencimento, mesmo estando com parcela anterior em atraso, evitando uma bola de neve. Esclareceu que o código de barras é uma facilidade para o condomínio, que pode efetuar o pagamento em qualquer instituição bancária autorizada. Questionado pelo Deputado Torco Kato, o deponente esclareceu que em alguns casos o condomínio passa por assembleia específica para contratação dessas empresas, em outros o próprio síndico contrata, dependendo da convenção interna do condomínio, mas se não houver assistência dos moradores, pode se questionar judicialmente. Questionado pelo Presidente, o deponente esclareceu que tem um escritório de advogado profissional e que já resolveu a inadimplência em condomínios, de 25% para 8%. Cobrou pessoas que tiveram que vender o apartamento para pagar a dívida de condomínio. Informou que tenta fazer acordo durante seis meses, após este período



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Maria Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

**3.2.4- DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA.**



Na data de 06 de maio de 2014, na sala de reuniões das Comissões, realizou-se a 4ª Reunião Ordinária da CPI, cujo teor consta da respectiva Ata, *in verbis*:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Aciolli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Andre Bueno,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Terezo Kato e Deputado Rasca Rodrigues.

*Ata da 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios*  
(Ato do Presidente nº 2/2014)

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às 09h30min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Aciolli, Rasca Rodrigues, Terezo Kato e Nelson Luersen - substituindo o Deputado Andre Bueno - membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Ausentes os Deputados: Tadeu Veneri e Cantora Mara Lima. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ato contínuo, o Deputado Paranhos informou aos membros presentes que o Deputado Nelson Luersen substituirá, a partir desta data, o Deputado Andre Bueno que solicitou sua substituição, justificando sua impossibilidade de dar sequência aos trabalhos por motivo de agendas externas. O Presidente deu as boas vindas ao Deputado Nelson Luersen, e solicitou à secretária da comissão que realizasse a leitura de protocolos recebidos pela comissão na última semana. A secretária da comissão informou que a comissão recebeu, via protocolo geral da Assembleia Legislativa do Paraná, duas denúncias: uma, feita por um advogado que alegou que a administradora estava cobrando uma fração ideal maior do que a fração ideal do apartamento dele, quando faziam o rateio das contas; a outra denúncia é um abaixo-assinado de quarenta moradores do Condomínio Residencial Brasília, administrado pela Administradora Padra Imóveis. O condomínio faz parte do programa PAR, e a reclamação é de que a taxa de condomínio é calculada por previsão no início de cada ano, e não sobre o valor real dos gastos, que não há prestação de contas aos moradores. Informou ainda que a comissão recebeu resposta do ofício encaminhado ao Procon, o qual informou que tem um registro de seiscentas e seis ocorrências relacionadas à condomínio. Na sequência, informou que o Deputado Roberto Aciolli também recebeu informações do Procon abrindo a palavra ao Deputado. O Deputado Roberto Aciolli informou que há dois meses solicitou informações ao Procon e que recebeu a resposta na última semana com parecer sobre a ilegalidade na cobrança de honorários advocatícios extrajudiciais na cobrança de condomínios, e solicitou ao Sr. Presidente para incluir esse documento nos documentos da CPI. A pedido do Presidente, a secretária fez a leitura da conclusão final existente no documento. O Presidente ressaltou aos Deputados presentes a importância desta CPI, sugerindo uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça, no intuito de tentar segurar todos os processos que estão tramitando, tendo em vista as provas contundentes que esta CPI já colheu e que ainda estão chegando. Na sequência, o Presidente pediu ao Relator que fizesse a leitura da



Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Acioli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente solicitou que aqueles que não fossem da assessoria da CPI deixassem o recinto, pois os depoentes solicitaram sigilo, solicitou ainda que todos os presentes se comprometessem com este sigilo, e que seriam chamados por número para que seus nomes não fossem expostos. Na sequência, abriu a palavra aos Deputados. O Deputado Roberto Acioli fez uso da palavra informando que foi procurado por uma senhora que lhe entregou um comprovante de condomínio onde constava uma taxa de R\$ 28,00 referente à lavagem de telhado, o que causou estranheza, pois o condomínio possui 480 apartamento e ao multiplicar o valor da taxa pelos números de apartamentos atinge-se um valor muito elevado, ressaltando que estas questões deverão ser analisadas pela CPI. Em seguida, usando da palavra o Deputado Nelson Luersen cumprimentou os membros, manifestando sua satisfação em colaborar com os trabalhos da CPI. Ressaltou a necessidade de dar atenção às pessoas que moram em condomínio, pois muitas vezes não possuem a quem recorrer. Informou que, apesar de sua agenda apertada, por ainda estar concluindo a CPI do Pedágio, pretende colaborar para que seja feito um grande trabalho e contribuir de forma consistente, para aqueles que vivem em condomínio terem a proteção do Estado nos seus direitos, com pagamento de condomínios justos sem abusos, agradecendo, assim, a oportunidade de fazer parte da CPI. O Deputado Teruo Kato e o Deputado Rasca Rodrigues abriram mão da palavra. O Presidente, Deputado Paranhos, ressaltou que a CPI, temporariamente, é o único canal que muitas dessas pessoas com problemas de condomínio estão encontrando para tentar solucionar os conflitos existentes, por isso acredita que a CPI possivelmente deverá criar uma legislação específica para a questão dos condomínios. Em seguida, o Presidente convidou o Depoente nº 1 para compor a mesa, e questionou se a assinatura no termo de compromisso de dizer a verdade era dele e, com a confirmação, abriu a palavra ao depoente. O Depoente nº 1 informou que é síndico profissional de vinte e um condomínios e solicitou sigilo, pois as pessoas que estão sendo denunciadas possuem em torno de 90% do mercado de Curitiba, e expor-se contra eles seria estar praticamente fora do mercado. Questionado pelo Deputado Paranhos, esclareceu que procurou voluntariamente a CPI para prestar depoimento a pedido dos condôminos de diversos condomínios. O Presidente o deixou livre para dizer o que sabia. O Depoente nº 1 disse que dividiria em seis tópicos e que primeiro faria uma diferenciação do que são síndicos, administradoras e garantidoras. Disse que síndico, conforme o Código Civil de 2002, artigo 1350, seria *qualquer pessoa física ou jurídica, condômino ou não*, o que abriu o mercado para os síndicos profissionais. A administradora faz a parte de contabilidade, folha de pagamento dos funcionários, emissão de taxas e a prestação de contas do condomínio. As antecipadoras e garantidoras seriam praticamente um câncer no mercado condominial após 2002, pois antes os condomínios podiam cobrar multas de até 20%, e depois de 2002 isso foi proibido, surgindo as antecipadoras e garantidoras para, teoricamente, salvar o condomínio. O depoente informou que essas antecipadoras e garantidoras cobram juros de 0,33 ao dia e não 0,033 que é o legal, somando assim 10% ao mês só de juros, enquanto a lei diz que o máximo é 1%. Outro erro que o depoente apontou, foi que o condomínio quando contrata a antecipação, é feito um contrato com um custo de 5% da taxa de administração mensal, mas segundo o depoente nesses 5% haveria uma bi-tributação. Segundo ele numa taxa condominial de





R\$ 100,00 a antecipadora ou garantidora cobraria 5% de R\$ 105,00 e não do principal e já emitiria um boleto do condomínio com o valor de R\$ 105,25 incluindo o percentual também sobre a sua taxa, e ao final ficaria com R\$ 5,25 do total. Segundo o depoente, como essas diferenças isoladas seriam pequenas, motivo pelo qual ninguém reclamava, no final essas empresas lucravam muito com estes desvios. Outro grande prejuízo que estas empresas trouxeram para os condôminos é que após o décimo dia de atraso existia uma cobrança de honorários de 20% sobre o valor da dívida: se o débito era de R\$ 200,00, após 10 dias estas empresas cobravam R\$ 240,00. Se o condômino não pagava o que cobravam, no mês seguinte o boleto já vinha sem código de barras, fazendo a dívida virar uma bola de neve. O depoente informou que na semana anterior teve uma reunião, onde a dívida do morador era R\$14.000,00, se fosse atualizar corretamente daria R\$ 28.000,00, a antecipadora estava cobrando R\$ 114.000,00. Como o morador precisaria vender o apartamento, fez um acordo por R\$ 60.000,00, pois enquanto a pessoa não paga, não são liberadas as certidões necessárias para a transferência. Segundo o depoente, outro problema dessas empresas é que, apesar de nos contratos elas cobrarem 5% de taxa de serviço, quando emitem nota fiscal só declaram R\$ 2% como serviço, o restante declaram como perdas e danos e custas, sonegando o ISS que é pago apenas sobre 2%. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli, o depoente informou que é contador, administrador e especialista em Direito do Trabalho, que algumas das empresas problemáticas têm razões sociais de digitadora e não antecipadora, outras tem um capital social de R\$ 5.000,00, mas antecipariam milhões, e já teve atritos com pessoas da área, mas nunca foi ameaçado. Esclareceu também que os síndicos são assediados por estas empresas, com oferta de pinturas, reformas, troca de telhado. Questionado pelo Deputado Nelson Luersen o depoente esclareceu que 90% do mercado é de um grupo que abre várias empresas, colocando gerentes como sócios com 20% e o restante para o proprietário, havendo 18 unidades de um mesmo proprietário só em Curitiba. Segundo o depoente, a média de inadimplência de condomínios em Curitiba seria de 12%, e que sua média, como síndico, seria de 5%. Esclareceu que alguns condomínios fazem fundo de inadimplência. Questionado pelo Deputado Rasca Rodrigues, o depoente afirmou que a vantagem destas empresas seria uma agiotagem legalizada. O Deputado Nelson Luersen esclareceu que não seria uma agiotagem legalizada, pois os padrões expostos no depoimento não condizem com os padrões estabelecidos pelo Banco Central, e aproveitou para questionar mais uma vez o depoente sobre a existência de empresas que atuem dentro da legalidade. O depoente informou que há 10% no mercado atuando corretamente e tentando combater as práticas irregulares. Questionado novamente pelo Deputado Rasca Rodrigues, o depoente informou que sem o código de barras não há como pagar o boleto. O depoente defendeu a liberdade de o condômino pagar o condomínio atual no vencimento, mesmo estando com parcela anterior em atraso, evitando uma bola de neve. Esclareceu que o código de barras é uma facilidade para o condômino, que pode efetuar o pagamento em qualquer instituição bancária autorizada. Questionado pelo Deputado Teruo Kato, o depoente esclareceu que em alguns casos o condomínio passa por assembleia específica para contratação destas empresas, em outros o próprio síndico contrata, dependendo da convenção interna do condomínio, mas se não houver anuência dos moradores, pode se questionar judicialmente. Questionado pelo Presidente, o depoente esclareceu que tem um escritório de síndico profissional e que já reduziu a inadimplência



em condomínios, de 25% para 8%. Conheceu pessoas que tiveram que vender o apartamento para pagar a dívida de condomínio. Informou que tenta fazer acordo durante seis meses, após este período entra com ação judicial e não cobra honorários se fizer acordo antes da ação, apenas juros de 1% ao mês e multa de 2%. O depoente acredita que a maioria das empresas dificulta o pagamento, no intuito de levar o bem a leilão, pois os arrematantes são do próprio grupo. Informou também que as garantidoras não estão credenciadas no Secovi - Sindicato de Habitação e Condomínios e que se for preciso volta à CPI para uma acareação. O Deputado Teruo Kato expôs que parece evidente a existência de uma ação ilegal e de má-fé e que a CPI deverá buscar caminhos através de uma legislação específica e questionou o depoente sobre a existência de sugestões para tanto. O depoente disse que há necessidade de diminuir a inadimplência e que uma das formas seria a autorização do protesto das taxas de condomínio e que em São Paulo já existe lei neste sentido, afirmou também que há necessidade de legalizar a profissão de síndico, trazendo mais segurança aos profissionais. Esclareceu ainda que há uma grande dificuldade em rescindir os contratos destas antecipadoras, em razão das taxas que elas impõem. O Deputado Roberto Acioli pediu a palavra para manifestar sua preocupação com as informações trazidas pelo depoente, pois estaria caracterizado o crime de agiotagem e formação de quadrilha. O Deputado Rasca Rodrigues ressaltou que não é a intenção da CPI beneficiar maus pagadores, mas sim encontrar formas justas para a quitação dos débitos. O depoente esclareceu que o protesto ajudará a diminuir a inadimplência sem precisar tomar o imóvel, e acrescentou que o Juizado Especial deveria aceitar ação de cobrança de condomínio, o que também reduziria o custo da cobrança. Por fim, o depoente esclareceu ao Sr. Presidente que, para uma acareação, teria que ter sua condição física assegurada. O Presidente garantiu segurança ao depoente, e em seguida ressaltou aos presentes a existência de possíveis crimes contra o consumidor, contra a economia, contra a ordem tributária, e formação de quadrilha, dando por encerrado o depoimento e agradecendo a presença do depoente. Na sequência, o Presidente convidou a Depoente nº 2 para compor a Mesa e após confirmação da assinatura do termo de compromisso de dizer a verdade, abriu a palavra à depoente. A Depoente nº 2 informou que reside em um condomínio administrado pela empresa Padra, que cobra valores muito altos, que antes o condomínio tinha vigia o dia inteiro e que a administradora o tirou, afirmando que reduziria o condomínio, mas não reduziu. A depoente afirmou que a empresa cobra várias vezes o mesmo serviço e não presta contas aos moradores. Questionada pelo Presidente, a depoente informou que não existe síndico no condomínio, só a empresa administradora, e que a empresa não acata a decisão dos moradores. A depoente esclareceu que não está em débito com o condomínio e que não tem conhecimento de pessoas que estejam. Questionada pelo Deputado Nelson Luersen, a depoente informou que a administradora foi imposta pela Caixa Econômica Federal, mas que a Caixa diz que os problemas devem ser resolvidos direto com a Administradora. A depoente informou que chegou a levar na Caixa Econômica Federal um abaixo-assinado com 48 assinaturas solicitando a troca da empresa e nada foi feito. O Presidente esclareceu aos membros que o caso da depoente está relacionado ao programa PAR da Caixa Econômica Federal, onde a Caixa fica responsável pela indicação do síndico por alguns anos. Dando sequência ao depoimento, a depoente informou que mora no condomínio há seis anos. O assessor do Deputado Rasca Rodrigues, Jorge Luiz Simões Grillo pediu a palavra para esclarecer que a legislação do



PAR determina que o poder da Caixa sobre a administração do condomínio só termina quando 70% dos condôminos quitarem suas unidades. O Deputado Nelson Luersen sugeriu ao Presidente que convidem o responsável da Caixa Econômica Federal por esse setor para vir à CPI explicar esse processo e qual o critério utilizado para a escolha das administradoras. Sugeriu que a CPI levante o nome dos proprietários e sócios das empresas que atuam com condomínios. O Presidente acatou as sugestões do Deputado Nelson Luersen e deu continuidade ao depoimento, questionando a depoente sobre o seu financiamento. A depoente informou que financiou seu apartamento em 15 anos direto com a Caixa e que já esteve em negociação para quitação, mas nada aconteceu. A depoente afirmou que às vezes recebe o boleto do condomínio com atraso e acaba tendo que pagar com multa. A depoente afirmou que não tem nada no condomínio para justificar o alto valor cobrado. O Presidente deu por encerrado o depoimento e agradeceu a presença da depoente. Na sequência, o Presidente convidou a Depoente nº 3 para compor a Mesa e após confirmação da assinatura do termo de compromisso de dizer a verdade, abriu a palavra à depoente. A Depoente nº 3 informou que ficou inadimplente com seu condomínio e procurou o advogado Dr. Antonio Emerson Martins, da empresa Pró-Condômino para fazer acordo e não conseguiu. Esteve novamente na empresa e uma estagiária fez um acordo da dívida em 51 parcelas de R\$ 230,00, e que pagou o acordo com dificuldades. Quando faltavam quatro prestações para quitar, foi até a empresa com R\$ 1.000,00 e o Dr. Emerson negou-se a receber alegando que ela devia mais e iria encaminhá-la ao juiz. Não foi possível mais nenhuma negociação com a empresa e teve que contratar um advogado para se defender em um processo que ainda está na 13ª Vara Cível, e que seu advogado já recorreu várias vezes mas a empresa quer receber R\$ 25.000,00. A depoente afirmou que o advogado da empresa era de difícil trato o que a deixava muito nervosa. Seu condomínio atualmente está com a empresa Duplique e que tem muitas dificuldades, pois os juros são muito altos, mas que vem pagando mesmo assim, mas o maior problema é a dívida antiga que está na 13ª Vara Cível. Questionada pelo Deputado Rasca Rodrigues, a depoente informou que não lembra se assinou algum papel quando fez o acordo, mas que recebia o boleto em um envelope dizendo ser 230 em 51 vezes. Todos os documentos estão com o juiz, mas tem um boleto do acordo que não foi para o processo, e quem recebia os valores era o Dr. Emerson, tendo pagado quase todas as parcelas, faltando apenas quatro que somavam mil reais. Esclareceu ainda que durante o acordo não conseguia pagar as parcelas que venciam normalmente, mas depois que trocou de empresa para a Duplique, deu um jeito de pagar, mas por vezes ficavam algumas parcelas do ano em atraso, e atualmente paga o condomínio e mais algumas prestações destas que ficaram atrasadas. O Presidente, Deputado Paranhos interrompeu o depoimento para informar aos presentes que a Depoente nº 3 forneceu à CPI um boleto onde consta Parcela 26/51, pago em 3 de novembro de 2004, e questionou a depoente sobre o nome de seu condomínio. A depoente informou que mora no Condomínio Sete, Conjunto Atenas II. Na sequência, a depoente informou que a empresa Pró-Condômino e a empresa Duplique devem ser do mesmo grupo, pois a Dra. Aquirila, disse que eles são sócios. A depoente não soube informar se a mudança de empresa foi solicitada pelos moradores. A depoente informou ainda que é viúva e mora com um filho. Questionada pelo Deputado Rasca Rodrigues, a depoente informou que são 25 moradores em seu condomínio, onde reside há 28 anos, tendo adquirido o apartamento da Cohab, e já quitou o





financiamento. Questionada pelo Presidente, a depoente disse que atrasou mais de um ano o condomínio por dificuldades financeiras e por não conseguir acordo com a empresa, até que a estagiária fez o parcelamento. Informou que seu condomínio atualmente é de R\$ 98,00 ou R\$ 100,00, mas às vezes aumenta. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli, a depoente informou que o advogado não explicava por que não fazia acordo, apenas exigia valores muito altos que a depoente não teria condições de pagar. O advogado disse que iria provar que a dívida era bem maior que R\$ 1.000,00, mas na época a depoente foi informada por uma advogada que o valor era muito alto, mas o advogado da empresa falou que se ela não pagasse ficariam com o apartamento. O Presidente informou que R\$ 200,00 em 52 vezes totaliza em torno de R\$ 12.000,00 e questionou a depoente se ela lembrava quanto era a dívida original. A depoente informou que era em torno de R\$ 6.000,00 ou até menos, pois na época o advogado da empresa lhe disse que ela estava pagando um carro zero para ele. A depoente informou que além da dívida teve que pagar também os advogados que a defenderam no caso. **O Presidente solicitou à depoente que forneça cópia do processo, para a CPI anexar ao acervo de informações.** A depoente concordou e disse que está tentando colocar sua vida financeira em dia, mas está muito difícil com todas essas cobranças, que já chegou a pagar débitos para a Duplique em duas vezes de R\$ 700,00. O Deputado Nelson Luersen pediu a palavra e informou que ao fazer uma rápida conta, seriam 336 meses que a depoente mora no condomínio e que, multiplicando estes meses por R\$ 100,00 totalizaria R\$ 33.600,00, questionando a depoente sobre qual a média de parcelas que ela atrasou durante estes anos. A depoente informou que não sabe exatamente, que o valor do condomínio não é alto, pois o síndico é bem tranquilo. O Presidente deu por encerrado o depoimento e agradeceu a presença da depoente. Na sequência, o Presidente convidou o Depoente nº 4 para compor a Mesa e após confirmação da assinatura do termo de compromisso de dizer a verdade, abriu a palavra ao depoente. O Depoente nº 4 informou que é morador e proprietário de um apartamento no edifício Marbélia desde 1984 e não teve problemas até 2007, quando o síndico contratou uma empresa garantidora para fazer a cobrança e, com o atraso de algumas parcelas não conseguiu acertos com a empresa e acabou virando uma bola de neve. Informou ainda que procurou a empresa Assiscon para que fornecessem o cálculo da dívida, mas o valor nunca era passado na hora. Começou a depositar o valor principal na conta do condomínio e ligar para a empresa pedindo o cálculo dos juros, mas não lhe passavam. O condomínio tem apenas 24 apartamentos e antes da empresa os valores eram depositados diretamente na conta do condomínio. A empresa informou que iriam rever o caso. O depoente acredita que toda a demora da empresa era para gerar mais lucro, pois quanto mais o tempo passava mais juros tinha. O depoente afirmou que sua dívida atual é de R\$ 26.000,00, e que durante um ano e meio recebeu os boletos sem código de barras, apenas com o descritivo das taxas. O depoente não depositou os valores na época na conta do condomínio por que isto estava gerando conflitos, a empresa dizia que ele não podia depositar, tinha que pagar para eles, mas não apresentavam o cálculo da dívida. O depoente informou que foi processado mas que do valor de sua dívida já depositou na conta do condomínio R\$ 9.000,00. Tentou acordo com o escritório Baiak Advogados Associados, que representava a Assiscon e não conseguiu, depois mudou de escritório para Nunes Pereira e demorou mais tempo para tentar um acordo, pois disseram que iriam analisar, depois este escritório lhe passou um valor



atualizado de R\$ 63.000,00. O depoente não concordou e recebeu outra planilha com o valor de R\$ 54.000,00, novamente não concordou e recebeu outra planilha de R\$ 51.000,00. O depoente acabou contratando um contador para fazer o cálculo e somando o devido com juros de 1% e multa de 2%, descontando os R\$ 9.000,00 depositados, o valor apresentado pelo seu contador como sendo o devido, era aproximadamente R\$ 30.000,00. Como não conseguiu o acordo, o depoente colocou o apartamento a venda e terá que pagar o valor que a empresa está pedindo para poder concluir a venda e depois discutir em juízo. O depoente afirma que a forma como a empresa administra a situação dificulta a vida do inadimplente; ao invés de facilitar o pagamento e resolver o problema, a empresa complica de tal forma que a dívida virá uma bola de neve. Questionado pelo Deputado Nelson Luersen, o depoente informou que o valor do condomínio atualmente é de R\$ 360,00 a R\$ 380,00, que pagou parcelas de 2007, 2008 e quando saiu de uma empresa em que trabalhava quis pagar o total dos atrasados e não conseguiu, por isso acabou depositando na conta do condomínio. O valor principal das prestações que não pagou é de R\$ 26.000,00 e a empresa está cobrando R\$ 63.000,00. O depoente afirma que o atraso gera lucro para a empresa, pois ela cobra, além de juros e multas, mais 10 a 12% de honorários, e enquanto não há acordo o condomínio não consegue pagar as prestações que vão vencer, gerando um efeito cascata. Questionado pelo Deputado Rasca Rodrigues, o depoente informou que pode disponibilizar as planilhas para a CPI. Questionado pelo Presidente, o depoente informou que não foi sua advogada que fez o cálculo, ele contratou um contador para fazê-lo e que os valores corretos foram calculados pelos parâmetros legais. O depoente afirmou que não houve consenso na reunião que decidiu contratar a empresa, mas que ninguém reclamou depois. No caso do processo, o depoente afirma que o juiz determinou o pagamento em 15 dias sob pena de aumentar 10% o valor da dívida e penhorar o imóvel, e que fornecerá o número do processo à CPI. O depoente afirmou acreditar que há interesse das empresas no leilão, pois são bons investimentos para quem compra e que acompanhou um leilão em Matinhos onde uma investidora arrematou 35 imóveis sem qualquer tipo de financiamento, e que esta investidora faz parte de um escritório de cobrança. Questionado pelo Presidente, o depoente informou que o nome da investidora é Márcia, e que não sabe dizer se é de alguma garantidora, ela apenas informou que tinha um escritório de advocacia. O depoente informou que trabalhou 20 anos com comércio de veículos, e que atualmente trabalha com eventos e passeios de barco na Ilha do Mel. O coordenador geral da CPI, Jefferson Abade pediu a palavra para observar que talvez hajam falhas na forma de cálculos utilizadas nas ações perante o judiciário, ao que o Deputado Roberto Aciolli alertou que dois depoimentos atestavam para a existência de um possível interesse das empresas em deixar que os imóveis sejam leiloados, o que dever ser investigado pela CPI. O Presidente solicitou então que a assessoria formule um laudo para que os Deputados possam realizar uma visita ao Tribunal de Justiça e sugerir uma suspensão temporária dos processos que estão tramitando, inclusive o caso do Depoente nº 4. O depoente finalizou informando que no seu caso não há interesse na suspensão do processo, pois já vendeu o apartamento e precisa encerrar o processo para dar a carta de anuência ao novo proprietário, e possibilitar a transferência do imóvel, mas que posteriormente pretende reclamar do valor pago a maior. O Presidente deu por encerrado o depoimento e agradeceu a presença do depoente. Na sequência, o Presidente abriu a palavra para a Dra. Soraia



relatar a diligência realizada pela assessoria jurídica da CPI, por determinação dos Deputados, na empresa Pró-Condômino, acompanhando o Sr. Fábio. A Dra. Soraia relatou que a equipe esteve no dia anterior na empresa Pró-Condômino e primeiro o Sr. Fábio entrou sozinho para falar com o advogado da empresa e saiu com uma planilha de R\$ 16.000,00. Neste momento a equipe pediu para conversar com o advogado e tentaram uma negociação, bem como questionaram vários valores apresentados na planilha, mas não houve qualquer tipo de redução. A equipe sugeriu conversar diretamente com o síndico e o advogado da empresa disse que o síndico não tinha autonomia. A equipe sugeriu um parcelamento e o advogado também negou. Em resumo, a equipe da CPI teve o mesmo tratamento dado aos condôminos. Encerrando, a Dra. Soraia questionou os Deputados sobre os limites de atuação da equipe jurídica. O Presidente informou que não há como respaldar os denunciante com advogados, e que os casos judiciais deverão ser encaminhados à Defensoria Pública para acompanhamento. O Deputado Nelson Luersen pediu a palavra para ressaltar que a CPI não tem condições de atender caso a caso de condôminos, mas deverá buscar alterações nas leis que beneficiem os condôminos e acabem com o cartel aqui demonstrado. O Deputado Roberto Aciolli fez uso da palavra para solicitar que o Presidente convide o Procon, o Delcon e outras autoridades para acompanharem os trabalhos da CPI e parabenizou a atuação do Presidente. Na sequência, o Presidente solicitou à equipe técnica a indicação de um perito contábil para compor a assessoria da CPI e auxiliar na análise de todas as planilhas que forem colhidas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando que a próxima reunião será no dia 20 de maio de 2014, às 10h, determinando que seja lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADO NELSON LUERSEN  
Membro

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO TERUO KATO  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA  
DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI





apartamento. O Presidente Deputado Paranhos observou que a empresa pode ter proposto a ação judicial para incluir a venda, e questionou o deponente se havia mais alguma com problemas no condomínio dele. O Sr. Fábio informou que não tem conhecimento de outros inquilínios, mas que no boleto de condomínio vem discriminado uma valor de R\$2,00 por condomínio, com a descrição *taxa de inspeção* e que, totalizando os 184 apartamentos do condomínio, ele acreditava que a empresa receberia duas vezes. Dito isto, o Presidente questionou se esta taxa seria legal, ao que o Deputado Roberto Acioli respondeu que seria um ponto a ser investigado pela CPI. O senhor Jorge Grillo pediu a palavra e explicou que a cobrança é legal no condomínio, mas que no caso de garantidores, eles poderiam ter algum problema com esta taxa, pois quando recebem o boleto não repassavam para o condomínio. O Presidente Deputado Paranhos, propôs aos membros da CPI que a equipe jurídica da CPI acompanhasse o Sr. Fábio em uma visita à empresa Pré-Condimento para fazer um acordo o que foi aceita por unanimidade pelos membros. Dando sequência, o Presidente questionou o Sr. Fábio se havia algo a acrescentar e este relatou que além de pagar os honorários advocatícios de empresa como condomínio e devedor, ainda tem que arcar com honorários de advogado para defendê-lo em juízo. O Presidente encerrou o depoimento de Sr. Fábio e agradeceu a presença, determinando que a equipe jurídica marque data para acompanhá-lo à empresa. Na sequência, o Presidente pediu ao Relator que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Acioli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. O Presidente solicitou aos presentes a aprovação do envio da cópia do relatório dos depoimentos citados em depoimentos solicitados para a CPI, e também dos depoimentos de Sr. Fábio para que enviem a esta CPI, cópia de documentos e cópias para prestação de contas e análise: solicitação enviada ao meio de comunicação da Junta Comercial, solicitando as informações sobre as empresas relacionadas a condomínio registradas no Paraná, o que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerramos a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 06 de maio de 2014, às 10h30min, a ser realizada a portas fechadas para garantir o sigilo dos depoimentos, determinando que fosse lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelas membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI das Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI das Condomínios

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA  
Membro

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO TADEU VERREI  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

1520672014

Ata da 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito das Condomínios  
(Ata de Presidente nº 2/2014)

Às seis horas da tarde de maio do ano de dois mil e quatorze, às 09h30min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Rasca Rodrigues, Tenuo Kato e Nelson Lurten - substituído o Deputado André Bueno - membros da Comissão Parlamentar de Inquérito das Condomínios, Assessoros os Deputados: Tadeu Verrei e Cantora Mara Lima. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ato contínuo, o Deputado Paranhos informou aos membros presentes que o Deputado Nelson Lurten substituiu, a partir desta data, o Deputado André Bueno que solicitou sua substituição, justificando sua impossibilidade de dar sequência aos trabalhos por motivo de agendas externas. O Presidente deu as boas-vindas ao Deputado Nelson Lurten, e solicitou à secretária da comissão que realizasse a leitura de protocolos recebidos pela comissão na última semana. A secretária da comissão informou que a comissão recebeu, via protocolo geral da Assembleia Legislativa do Paraná, duas decisões: uma, feita por um advogado que alega que a administradora estava cobrando uma fração ideal maior do que a fração ideal do apartamento dele, quando foram o resto das contas; e outra decidida é um alvará-escritura de quarenta moradores do Condomínio Residencial Brasília, administrado pela Administradora Fátima Inês. O condomínio faz parte do programa PAR, e a reclamação é de que a taxa de condomínio é calculada por período no início de cada ano, e não sobre o valor real das gentes, que não há prestação de contas aos moradores. Informou ainda que a comissão recebeu resposta do órgão encarregado ao Procon, o qual informou que tem um registro de seiscentos e seis ocorrências relacionadas à condomínio. Na sequência, informou que o Deputado Roberto Acioli também recebeu informações do Procon através da palavra ao Deputado. O Deputado Roberto Acioli informou que há dois meses solicitou informações ao Procon e que recebeu a resposta na última semana com parecer sobre a legalidade na cobrança de honorários advocatícios extrajudiciais na cobrança de condomínio, e solicitou ao Sr. Presidente para incluir esse documento nos documentos da CPI. A pedido do Presidente, a secretária fez a leitura da certidão final existente no documento. O Presidente relatou aos Deputados presentes a impossibilidade desta CPI, seguindo uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça, no intuito de tentar segurar todos os processos que estão tramitando, tendo em vista as provas contundentes que esta CPI já colheu e que ainda estão chegando. Na sequência, o Presidente pediu ao Relator que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Acioli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente solicitou que aqueles que não faziam de interesse da CPI deixassem o recinto, pois os depoimentos solicitados sigilo, solicitou ainda que todos os presentes se comprometessem com este sigilo,

e que seriam chamados por número para que seus nomes não fossem expostos. Na sequência, abriu a palavra aos Deputados. O Deputado Roberto Acioli fez uso da palavra informando que foi procurado por uma senhora que lhe entregou um comprovante de condomínio onde constava uma taxa de R\$ 38,00 referente à lavagem de telhado, o que causou estranheza, pois o condomínio possui 480 apartamentos e ao multiplicar o valor da taxa pelos números de apartamentos atingia-se um valor muito elevado, resultando que estas questões deverão ser analisadas pela CPI. Em seguida, usando da palavra o Deputado Nelson Lurten cumprimentou os membros, manifestando sua satisfação em colaborar com os trabalhos da CPI. Retornou a normalidade de dar atenção às pessoas que moram no condomínio, pois muitas vezes não possuem a quem recorrer. Informou que, apesar de sua agenda apertada, por ainda estar concluído a CPI do Padigão, pretende colaborar para que seja feito um grande trabalho e contribuir de forma consistente, para aqueles que vivem no condomínio terem a proteção do Estado nos seus direitos, com pagamento de condomínios justos aos abusos, agradecendo, assim, a oportunidade de fazer parte da CPI. O Deputado Tenuo Kato e o Deputado Rasca Rodrigues abriram mão da palavra. O Presidente, Deputado Paranhos, relatou que a CPI, temporariamente, é o único canal que muitas dessas pessoas com problemas de condomínio estão encontrando para tentar solucionar os conflitos existentes, por isso acredita que a CPI positivamente deverá criar uma legislação específica para o que são os condomínios. Em seguida, o Presidente convidou o Deputado nº 1 para compor a mesa, e quando ele se a sentou no termo de compromisso de dizer a verdade em dele e, com a confirmação, abriu a palavra ao deponente. O Deputado nº 1 informou que é advogado profissional de vinte e um condomínios e solicitou sigilo, pois as pessoas que estão sendo denunciadas possuem em torno de 90% do mercado de Curitiba, e esperam contra eles seria estar praticamente fora do mercado. Questionado pelo Deputado Paranhos, esclareceu que procurou voluntariamente a CPI para prestar depoimento a pedido dos condomínios de diversos condomínios. O Presidente deixou livre para dizer o que sabia. O Deponente nº 1 disse que dividia em seis níveis e que primeiro seria uma diferenciação do que são síndicos, administradores e garantidores. Disse que síndico, conforme o Código Civil de 2002, artigo 1.510, seria qualquer pessoa física ou jurídica, residente no prédio, o que seria o vínculo para os síndicos profissionais. A administração faz a parte de contabilidade, folha de pagamento dos funcionários, emissão de notas e a prestação de contas do condomínio. As assembleias e garantidores seriam praticamente um cluster no mercado condominial após 2002, pois antes os condomínios podiam cobrar multas de até 20%, a depois de 2002 isso foi proibido, surgindo os assessores e garantidores para, inicialmente, salvar o condomínio. O deponente informou que essas assembleias e garantidores cobram juros de 0,33 ao dia e não 0,033 que é o legal, somando assim 10% ao mês só de juros, enquanto a lei diz que o máximo é 1%. Outro erro que o deponente apontou, foi que o condomínio quando contrata a administração, é feito um contrato com uma taxa de 3% de taxa de administração mensal, mas segundo o deponente essas 3% haveria uma tributação. Segundo ele a taxa taxa condominial de R\$ 100,00 a assembleia ou o garantidor cobraria 3% de R\$ 100,00 e não do principal e já entraria um boleto do condomínio com o valor de R\$ 102,33 incluindo o percentual também sobre a sua taxa, e ao final ficaria com R\$ 5,25 do total. Segundo o deponente, como essas diferenças incluem assim pagamos, motivo pelo qual ninguém reclama, no final essas empresas lucravam muito com essas coisas. Outro grande prejuízo que estas empresas trouxeram para os condomínios é que após o décimo dia de atraso entra uma cobrança de honorários de 20% sobre o valor da dívida: se o débito era de R\$ 200,00, após 10 dias estas empresas cobravam R\$ 240,00. Se o condomínio não pagava o que deveria, no mês seguinte o boleto já vinha com o dobro de juros, ficando a dívida vinte e uma vezes maior. O deponente informou que na semana anterior teve um reunião, onde a dívida do morador era R\$14.000,00, se fosse analisada com base em R\$ 18.000,00, a assembleia estava cobrando R\$ 114.000,00. Como o morador precisaria vender o apartamento, fez um acordo por R\$ 60.000,00, pois o que não pagou, não são liberdades as condições necessárias para a transferência. Segundo o deponente, outro problema dessas empresas é que, apesar de nos contratos elas cobrem 3% de taxa de serviço, quando entram nota fiscal só declaravam R\$ 2% como serviço, o restante declaravam como perdas e danos e custos, somando o ISS que é pago apenas sobre 2%. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli, o deponente informou que é contador, administrador e especialista em Direito do Trabalho, que algumas das empresas problemáticas não tinham sociais de digitais e não apresentavam, outras tem uma capital social de R\$ 5.000,00, mas apresentavam milhões, e já teve vários com pessoas da área, mas nunca foi ameaçada. Esclareceu também que os síndicos são assediados por essas empresas, com oferta de pirataria, reformas, troca de telhado. Questionado pelo Deputado Nelson Lurten o deponente esclareceu que 90% do mercado é de um grupo que abre várias empresas, colocando pessoas como alíquotas com 20% e o restante para o proprietário, levando 13 unidades de um mesmo proprietário só em Curitiba. Segundo o deponente, a média de inadimplência de condomínios em Curitiba seria de 12%, e que sua média, como síndico, seria de 3%. Esclareceu que alguns condomínios fazem festa de inauguração. Questionado pelo Deputado Rasca Rodrigues, o deponente afirmou que a vantagem dessas empresas seria uma agitação legalizada. O Deputado Nelson Lurten esclareceu que não seria uma agitação legalizada, pois os padrões impostos no depoimento não condizem com os padrões estabelecidos pelo Banco Central, e aproveitou para questionar mais uma vez o deponente sobre a existência de empresas que atuam dentro da legalidade. O deponente informou que há 10% no mercado atuando constantemente e tentando combater as práticas irregulares. Questionado novamente pelo Deputado Rasca Rodrigues, o deponente informou que se o código de barras não há como pagar o boleto. O deponente defendeu a liberdade de o condomínio pagar o condomínio atual no vencimento, mesmo estando com parcela anterior em atraso, evitando uma bola de neve. Esclareceu que o código de barras é uma facilidade para o condomínio, que pode efetuar o pagamento em qualquer instituição bancária autorizada. Questionado pelo Deputado Tenuo Kato, o deponente esclareceu que em alguns casos o condomínio passa por assembleia específica para contratação dessas empresas, em outros o próprio síndico contrata, dependendo da convenção interna do condomínio, mas se não houver assessoria dos moradores, pode se questionar judicialmente. Questionado pelo Presidente, o deponente esclareceu que tem um escritório de advogado profissional e que já reduziu a inadimplência em condomínios, de 25% para 8%. Concluiu pessoas que tiveram que vender o apartamento para pagar a dívida de condomínio. Informou que essa fase acordo durante seis meses, após este período





Diário Oficial Assembleia  
Poder Legislativo Estadual  
2ª feir | 15/05/2014 - Edição nº 786  
1ª Legislatura, 4º Sessão Legislativa | Publicação nº 428

Diário Oficial Assembleia  
Poder Legislativo Estadual

2ª feir | 15/05/2014 - Edição nº 786  
1ª Legislatura, 4º Sessão Legislativa | Publicação nº 428

7

uma com ação judicial e não cobra honorários se ficar acima e antes da ação, apenas juros de 1% ao mês e multa de 2%. O deponente acredita que a maioria das empresas de difícil o pagamento, em razão de levar o bom e feição, pois os empreendedores do próprio grupo. Informou também que as garantidas não estão creditadas no Secovi - Sindicato de Habitação e Condomínios e que se for preciso volta à CPI para uma atuação. O Deputado Renato Kato explicou que parece evidente a existência de uma ação legal e de má-fé e que a CPI deverá buscar caminhos através de uma legislação específica e questionar o deponente sobre a existência de garantias para isso. O deponente disse que há necessidade de direcionar a legislação e que uma das formas seria a autorização do preste do condomínio e que em São Paulo já existe lei neste sentido, afirmou também que há necessidade de legalizar a profissão de síndico, transferir mais segurança aos profissionais. Esclareceu ainda que há uma grande dificuldade em receber as contas das antepagas, em razão das coisas que elas impõem. O Deputado Roberto Adelfi pediu a palavra para manifestar sua preocupação com as informações trazidas pelo deponente, pois acredita ser necessário o crime de apropriação ou formação de quadrilha. O Deputado Raulo Rodrigues ressaltou que não é a intenção da CPI beneficiar mais pagadores, mas sim encontrar formas justas para a gestão dos edifícios. O deponente explicou que o protesto ajudará a diminuir a inadimplência sem precisar tomar o imóvel, a ameaça ou que o Juizado Especial deixe a ação de cobrança do condomínio, o que também reduziria o custo da cobrança. Por fim, o deponente explicou ao Sr. Presidente que, para uma atuação, seria que ter sua condição física assegurada. O Presidente garantiu segurança ao deponente, e em seguida realizou sua primeira exposição de possíveis crises contra o consumidor, contra a economia, contra a ordem pública, a formação de quadrilha, dando por encerrado o depoimento e agradecendo a presença do deponente. Na sequência, o Presidente convidou a Deputada nº 2 para compor a Mesa e após confirmação da autonomia do termo de compromisso de dizer a verdade, abriu a palavra à deponente. A Deputada nº 2 informou que reside em um condomínio administrado pela empresa Pado, que cobra valores muito altos, que antes o condomínio tinha vigia o dia inteiro e que a administradora o criou, afirmando que reduziria o condomínio, não não reduziu. A deponente afirmou que a empresa cobra várias vezes o mesmo valor e não presta contas aos moradores. Questionada pelo Presidente, a deponente informou que não existe staff no condomínio, só a empresa administradora, e que a empresa não aceita a decisão dos moradores. A deponente esclareceu que não está em débito com o condomínio e que não tem conhecimento de pessoas que estejam. Questionada pelo Deputado Nelson Luersen, a deponente informou que a administradora foi imposta pela Caixa Econômica Federal, mas que a Caixa diz que os problemas devem ser resolvidos diretamente com a Administradora. A deponente informou que chegou a levar na Caixa Econômica Federal um atestado emitido em 48 assinaturas solicitando a troca da empresa e nada foi feito. O deponente esclareceu aos membros que o caso da deponente está relacionado ao programa PAF da Caixa Econômica Federal, onde a Caixa foi responsável pela indicação do síndico por alguns anos. Dando sequência ao depoimento, a deponente informou que mora no condomínio há seis anos. O assessor do Deputado Raulo Rodrigues, Jorge Luiz Simões Gillo pediu a palavra para esclarecer que a legislação do PAF determina que o poder da Caixa sobre a administração do condomínio só termina quando 10% dos condôminos quiserem suas unidades. O Deputado Nelson Luersen sugeriu ao Presidente que considerasse o representante da Caixa Econômica Federal por não estar para vir à CPI explicar esse processo e qual o critério utilizado para a escolha das administradoras. Sugere que a CPI levante o nome das proprietárias e reles das empresas que atuam com condomínios. O Presidente aceitou as sugestões do Deputado Nelson Luersen e deu continuidade ao depoimento, questionando o deponente sobre o seu financiamento. A deponente informou que financiou seu apartamento em 15 anos direto com a Caixa e que já vendeu em regime de quitação, mas não aconteceu. A deponente afirmou que às vezes recebe o boleto do condomínio com atraso e acaba tendo que pagar com multa. A deponente afirmou que não tem nada no condomínio para justificar o alto valor cobrado. O Presidente deu por encerrado o depoimento e agradeceu a presença da deponente. Na sequência, o Presidente convidou a Deputada nº 3 para compor a Mesa e após confirmação da autonomia do termo de compromisso de dizer a verdade, abriu a palavra à deponente. A Deputada nº 3 informou que ficou inadimplente com seu condomínio e procurou o advogado Dr. Antonio Linhares Martins, da empresa Pró-Condomínio para fazer acordo e não conseguiu. Entrevistado na imprensa e uma escrivã fez um acordo da dívida em 31 parcelas de R\$ 230,00, e que pagou o acordo com dificuldades. Quando faltavam quatro prestações para quitar, foi até a empresa com R\$ 1.000,00 e o Dr. Emerson seguiu-se a receber alegando que a dívida não iria extingui-la assim. Não foi possível mais nenhuma negociação com a empresa e teve que contratar um advogado para se defender em um processo que ainda está na 1ª Vara Cível, e que seu advogado já recebeu várias vezes mas a empresa quer receber R\$ 25.000,00. A deponente afirmou que o advogado da empresa era de difícil trato e que a dívida estava muito nervosa. Seu condomínio atualmente está com a empresa Duplique e que tem muitas dificuldades, pois os juros são muito altos, mas que vem pagando mesmo assim, mas o maior problema é a dívida antiga que está na 1ª Vara Cível. Questionada pelo Deputado Raulo Rodrigues, a deponente informou que não lembra se assinou algum papel quando fez o acordo, mas que recebeu o boleto em um envelope dizendo ser 230 em 31 vezes. Todos os documentos estão com o juiz, mas tem um boleto do acordo que não foi para o processo, e quem recebeu os valores era o Dr. Emerson, tendo pagado quase todas as parcelas, faltando apenas quatro que somavam mil reais. Esclareceu ainda que durante o acordo não conseguiu pagar as parcelas que vendiam normalmente, mas depois que trocou de empresa para Duplique, deu um jeito de pagar, mas por vezes ficava algumas parcelas do ano em atraso, e atualmente paga o condomínio e não algumas prestações de juros que ficaram atrasadas. O Presidente, Deputado Parahyba interrompeu o depoimento para informar aos presentes que a Deputada nº 3 faleceu à CPI em razão de uma doença. Por volta de 2011, pagou em 3 de novembro de 2009, e questionou o deponente sobre o nome de seu condomínio. A deponente informou que mora no Condomínio São. Condições Amas II. Na sequência, a deponente informou que a empresa Pró-Condomínio e a empresa Duplique devem ser do mesmo grupo, pois a Dra. Aquilina, disse que ela não sabia. A deponente não soube informar se a mudança de empresa foi solicitada pelos moradores. A deponente informou ainda que é viúva e mora com um filho. Questionada pelo Deputado Raulo Rodrigues, a deponente informou que não mora mais em seu condomínio, onde reside há 28 anos, tendo adquirido o apartamento

da Cohab, e já quitou o financiamento. Questionada pelo Presidente, a deponente disse que sempre mais de um ano e considerando por dificuldades financeiras e por não conseguir acordo com a empresa, até que a escrivã fez o parcelamento. Informou que seu condomínio atualmente é de R\$ 98,00 ou R\$ 100,00, mas às vezes aumenta. Questionada pelo Deputado Roberto Adelfi, a deponente informou que o advogado não explicava por que não fazia acordo, apenas exigia valores muito altos e o deponente não tinha condições de pagar. O advogado disse que ia provar que a dívida era bem maior que R\$ 1.000,00, mas não pôde a deponente foi informada por uma advogada que o valor era muito alto, mas o advogado da empresa falou que se ela não pagasse ficaria com o apartamento. O Presidente informou que R\$ 200,00 em 32 vezes totaliza em torno de R\$ 12.000,00 e questionou a deponente se ela lembrava quanto era a dívida original. A deponente informou que era em torno de R\$ 6.000,00 ou um pouco mais, pois na época o advogado da empresa disse que ela estava pagando um carro zero para ela. A deponente informou que além da dívida teve que pagar também os advogados que a defendiam no caso. O Presidente solicitou à deponente que fornecesse cópia da prestação, para a CPI entrar ao arcar de informações. A deponente concordou e disse que está tentando colocar sua vida financeira em dia, mas está muito difícil com todas essas cobranças, que já chegou a pagar dívidas para a Duplique em duas vezes de R\$ 700,00. O Deputado Nelson Luersen pediu a palavra e informou que ao fazer uma dívida com a Caixa, seriam 336 meses que a deponente mora no condomínio e que, multiplicando estes meses por R\$ 100,00 totalizaria R\$ 33.600,00, questionando a deponente sobre qual a média de parcela que ela atrasou durante estes anos. A deponente informou que não sabe exatamente, que o valor do condomínio não é alto, pois o síndico é bem tranquilo. O Presidente deu por encerrado o depoimento e agradeceu a presença da deponente. Na sequência, o Presidente convidou a Deputada nº 4 para compor a Mesa e após confirmação da autonomia do termo de compromisso de dizer a verdade, abriu a palavra ao deponente. O Deponente nº 4 informou que é morador e proprietário de um apartamento no edifício Madalena desde 1994 e não teve problemas até 2007, quando o síndico contratou uma empresa para fazer a cobrança e, com o atraso de algumas parcelas não conseguiu acordo com a empresa e acabou virando uma bola de neve. Informou ainda que procurou a empresa Amizade para que fizessem o cálculo da dívida, mas o valor estava muito alto, pois quando mais o tempo passava mais juros tinha. O deponente afirmou que sua dívida atual é de R\$ 26.000,00, e que durante um ano e meio recebeu o boleto com código de barras, apenas com o descrito das taxas. O deponente não explicou os valores na época na conta do condomínio por que isso estava gerando conflitos, a empresa dizia que ele não podia depositar, tinha que pagar para ela, mas não apresentavam o cálculo da dívida. O deponente informou que foi processado mas que o valor de sua dívida já depositou na conta do condomínio R\$ 9.000,00. Tentou acordo com o escritório Bial Advogados Associados, que representava a Amizade e não conseguiu, depois mudou de escritório para Nunes Pereira e depois muito tempo para tentar um acordo, pois disseram que iam analisar, depois este escritório lhe passou um valor atualizado de R\$ 63.000,00. O deponente não concordou e recebeu outra planilha com o valor de R\$ 34.000,00, porém não concordou e recebeu outra planilha de R\$ 51.000,00. O deponente acabou contratando um contador para fazer o cálculo e somando o devido com juros de 1% e multa de 2%, descontando os R\$ 9.000,00 depositados, o valor apresentado pelo contador correu sendo o devido, era aproximadamente R\$ 30.000,00. Como não conseguiu o acordo, o deponente colocou o apartamento à venda e tentou pagar o valor que a empresa está pedindo para poder concluir a venda e depois discutir em juízo. O deponente afirma que o forma como a empresa administra a situação dificulta a vida do inquilino, ao invés de facilitar o pagamento e resolver o problema, a empresa complica de tal forma que a dívida vira uma bola de neve. Questionado pelo Deputado Nelson Luersen, o deponente informou que o valor do condomínio atualmente é de R\$ 160,00 a R\$ 180,00, que pagou parcelas de 2007, 2008 e quando saiu de uma empresa em que trabalhava quis pagar o total das atrasadas e não conseguiu, por isso acabou depositando na conta do condomínio. O valor principal das prestações que não pagou é de R\$ 26.000,00 e a empresa está cobrando R\$ 63.000,00. O deponente afirmou que o atraso veio para a empresa, pois ela cobra, além da multa e juros, mais 10 a 12% de honorários, e enquanto não há acordo o condomínio não consegue pagar as prestações que não vem, gerando um efeito cascata. Questionado pelo Deputado Raulo Rodrigues, o deponente informou que pode disponibilizar as planilhas para a CPI. Questionado pelo Presidente, o deponente informou que não foi sua advogada que fez o cálculo, ele contratou um contador para fazê-lo e que os valores corretos foram calculados pelos parâmetros legais. O deponente afirmou que não houve consenso na reunião que decidiu contratar a empresa, mas que ninguém recusou depois. No caso do processo, o deponente afirma que o juiz determinou o pagamento em 15 dias sob pena de aumentar 10% o valor da dívida e penhora o imóvel, e que focou em o número de processo à CPI. O deponente afirmou acreditar que há interesse das empresas no imóvel, pois são bons investimentos para quem compra e que conseguiu um boleto em Madalena onde uma investidora arrendou 35 imóveis sem qualquer tipo de financiamento, e que esta investidora faz parte de um escritório de cobrança. Questionado pelo Presidente, o deponente informou que o nome da investidora é Márcia, e que não sabe dizer se é de alguma garantia, ela apenas informou que tinha um escritório de advocacia. O deponente informou que trabalhou 20 anos com condomínio de veículos, e que atualmente trabalha com eventos e passagens de barco na Ilha do Mel. O coordenador geral da CPI, Jefferson Abade pediu a palavra para observar que talvez hajam falhas na forma de cálculo utilizada nas ações perante o Judiciário, ao que o Deputado Roberto Adelfi afirmou que dada a importância atestavam para a existência do seu poder de interesse das empresas em deixar que os imóveis sejam leiloados, o que deve ser investigado pela CPI. O Presidente solicitou então que a autuação formal em laudo para que os Deputados possam realizar uma visita ao Tribunal de Justiça e sugerir uma suspensão temporária dos processos que estão tramitando, inclusive o caso do Deputado nº 4. O deponente finalizou informando que no seu caso não há interesse no pagamento do processo, pois já vendeu o apartamento e precisa encerrar o processo para dar a carta de anulação ao novo proprietário, e possibilitar a transferência



da da imóvel, mas que posteriormente pretende reclamar o valor pago a maior. O Presidente deu por encerrada o depoimento e agradeceu a presença do depoente. Na sequência, o Presidente abriu a palavra para o Dr. Soraila relatar a diligência realizada pela assessoria jurídica da CPI, por determinação dos Deputados, na empresa Pré-Condimento, acompanhando o Sr. Fábio, a Dra. Soraila relata que a equipe esteve na dia anterior na empresa Pré-Condimento e primeiro o Sr. Fábio trouxe o relatório para falar com o advogado da empresa e saiu com uma planilha de R\$ 14.000,00. Neste momento a equipe pediu para conversar com o advogado e se iniciou uma negociação, bem como questionaram vários valores apresentados na planilha, mas não houve qualquer tipo de redução. A equipe sugeriu conversar diretamente com o síndico e o advogado da empresa disse que o síndico não tinha autonomia. A equipe sugeriu um parcelamento e o advogado também seguiu. Em resumo, a equipe da CPI teve o mesmo resultado dado aos condôminos. Encerrando, a Dra. Soraila questionou os Deputados sobre os limites de atuação da equipe jurídica. O Presidente informou que não há como negar dar os desdobramentos com advogados, e que se caso judicial devendo ser encaminhados à Defensoria Pública para acompanhamento. O Deputado Nelson Luersen pediu a palavra para ressaltar que a CPI não tem condições de atender caso a caso de condôminos, mas deverá buscar alternativas mas não que beneficiem os condôminos e saibam com o cartão aqui desmontado. O Deputado Roberto Acioli fez uso da palavra para solicitar que o Presidente convide o Procon, o Delcon e outras autoridades para acompanharem os trabalhos da CPI e parabenizem a atuação do Presidente. Na sequência, o Presidente solicitou à equipe técnica a indicação de um perito contábil para compor o assessoria da CPI e auxiliar na análise de todas as planilhas que foram colhidas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerre o reunião, lembrando que a próxima reunião será no dia 20 de maio de 2014, às 10h, determinando que seja levada a presente ata, que segue anexada por meio, Paula Cristina Paeslova de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelas membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condôminos

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condôminos

DEPUTADO NELSON LUERSEN  
Membro

DEPUTADO RAISCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO TERUO KATO  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAESLOVA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

3120052014

#### Ata da 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condôminos (Ata do Presidente nº 2/2014)

Ante a data da reunião de maio do ano de 2014 e, portanto, às 10h00min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Raísa Rodrigues Tadeu Vieira e Luiz Claudio Romanelli, reunindo o Deputado Teruo Kato, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condôminos. Ausentes os Deputados: Nelson Luersen e Centeno Maria Lima. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ata continua, o Deputado Paranhos informou aos membros presentes que o Deputado Luiz Claudio Romanelli substituiu, a partir desta data, o Deputado Teruo Kato, que solicitou sua substituição, justificando sua impossibilidade de dar sequência aos trabalhos por motivo de agendamentos externos. O Presidente deu as boas vindas ao Deputado Luiz Claudio Romanelli e informou que a Deputada Centeno Maria Lima apresentou justificativa de ausência por motivo médico. Na sequência, o Presidente agradeceu a presença e convidou para compor a Mesa a Dra. Vilela, escritora, representante da Delegação de Crises Contra a Economia e Proteção ao Consumidor - Delcon, pois o delegado, Dr. Rensky, que não pode estar presente, agradeceu também ao Dr. Galvão, do Tribunal de Justiça do Paraná, por ter solicitado ao Dr. Fábio Menz e ao Dr. Rodrigo o acompanhamento desta CPI. Agradecendo a presença dos nobres magistrados, agradeceu a presença do Dr. Luiz Gustavo e do Dr. Bruno, representantes da Defensoria Pública do Paraná, convidando-os a compor a Mesa, e agradeceu ainda a presença do Sr. Carlos Eduardo, representante do Sicoel, convidando-o para compor a Mesa. O Presidente informou aos presentes que seriam ouvidas três pessoas que procuraram a CPI para denunciar, mas antes de iniciar os depoimentos seria feita a apresentação de um vídeo, com trechos importantes de depoimentos já realizados e que motivaram a CPI. Ao final da apresentação do vídeo, o Presidente retomou a palavra, informando que o vídeo é uma síntese de todos os depoimentos já colhidos e que o serviço da CPI tem denúncias graves de crimes contra a economia, crimes contra o consumidor, formação de quadrilha, apropriação indébita, cobrança indevida, motivo pelo qual a CPI fez questão de pesquisar dos laudos para dimensionar o que está acontecendo, inclusive em alguns processos que estão em fase final no Tribunal de Justiça. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente pediu ao Relator que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Acioli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Ata continua, o Presidente convidou a Doutora Cherysa Gabriela Strassel, advogada, para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão realizado a leitura do compromisso de a depoente dizer a verdade, devidamente assinado pela Doutora Cherysa Gabriela Strassel. O Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra para a depoente. A Doutora Cherysa Gabriela Strassel prestou depoimento e esclareceu que em 2009 ela procurou em seu escritório a Sra. Lucia Prosser, que havia sido demandada em juízo pelo Conjunto Condominial Residencial Renair, que mantinha contrato com a empresa Asiticon. A referida sen-

hora não sabia que tinha que pagar condomínio, pois seu sobrinho não havia na parte isenta do condomínio, mas sim do lado da torre, com acesso para a rua e sem acesso às áreas comuns internas do referido condomínio. A depoente assinou a defesa do Processo de número 617/2008, que correu na 2ª Vara Civil da Curitiba, e a primeira audiência a proposta apresentada pela Asiticon foi de aproximadamente R\$ 10.000,00, para apresentar qualquer cláusula e sem qualquer possibilidade de parcelamento. Assim, a depoente buscou todos os documentos do condomínio, inclusive atas de assembleia e consenso com a Asiticon e levou a um contador para analisar e calcular o valor realmente devido do mês de dezembro de 2008 a maio de 2009, e verificou que o valor realmente devido era de R\$ 3.484,00. A depoente tentou negociar o pagamento diretamente na empresa Asiticon, que se negou a receber, obrigando a partir a fazer o pagamento em juízo. O valor foi conseguido por um cliente através de ajuda de família, e o depósito judicial foi realizado, porém, as novas taxas de condomínio eram excessivamente sem código de barras e a Asiticon não queria receber os valores que iam vencendo, por não concordar com o depósito judicial, dificultando o sobreaviso e pagamento das parcelas. A depoente ligou para a empresa solicitando que eles encaminhassem os boletins com códigos de barras, pois o valor atrasado já estava depositado em juízo, e a empresa continuava se negando. No curso do processo, a depoente não citou justiça gratuita para a sua cliente, que era pessoa humilde, mas ao entrar em contato com o Dr. Marcelo Bialski, este simplesmente respondeu de maneira grosseira e até mal educada, que a depoente estava fazendo um desfavor para a advocacia, porque os honorários dele eram devidos, ao que a depoente contrariou argumentando falando que o direito de a sua cliente se beneficiar ou não da justiça gratuita era decisão da Justiça. Sem qualquer possibilidade de composição a respeito e sem conseguir pagar as taxas de condomínio que iam vencendo, a cliente da depoente continuava realizando os depósitos no processo. O processo teve sentença, que declarou a quitação do débito com os depósitos, e concedeu a justiça gratuita para a Sra. Lucia, mas a Asiticon recorreu ao Tribunal de Justiça. O Tribunal de Justiça manteve uma decisão e a advogada da empresa apresentou uma dívida de R\$ 10.000,00, ao que a depoente informou que não existe dívida, porque todos os valores de condomínio foram depositados no processo. A advogada da empresa apresentou uma proposta de R\$ 700,00, que a depoente não aceitou, porque sua cliente não precisava pagar nem custos, nem honorários. O processo continuou com vários recursos da empresa, mas a asiticon, apesar da vontade da cliente da depoente, no final, quando o processo voltou para a 2ª Vara Civil, os advogados da empresa apresentaram uma planilha de R\$ 9.000,00, solicitando cumprimento de sentença. Mais uma vez a depoente teve que demonstrar ao Juízo que a empresa estava ludibriando o andamento processual de plena má-fé e que sua cliente já havia ganhado o processo e não conseguir a quitação, que só aconteceu em 2013, demonstrando que essas empresas ganhamos se aproveitam, muitas vezes, do não conhecimento das pessoas e do volume de demandas do Judiciário para renovar causas e mobilizar valores indevidos. O Deputado Luiz Claudio Romanelli fez uso da palavra para afirmar que o relato da depoente é coerente, de violação de direitos, e infelizmente a Justiça, às vezes, serve como um instrumento de pessoas leigas que não sabem as pessoas hipossuficientes, e nesse caso específico, se não fosse um advogado atuando, a Sra. Lucia teria perdido um imóvel. A depoente informou que vítimas da Sra. Lucia não tiveram nenhuma ação e perdidos seus imóveis em situações semelhantes. O Deputado Roberto Acioli fez uso da palavra para agradecer o depoimento e ressaltar que foi esclarecedor o relato da depoente, demonstrando que tais empresas utilizam inclusive de brigada de má-fé para subverter as pessoas. Em seguida, o Deputado Raísa Rodrigues fez uso da palavra para agradecer à depoente, pois a CPI ainda não havia recebido o relato de alguém que defendesse o direito das vítimas, e concluiu que a maioria das vítimas não tem acesso de suas denúncias, e que a intenção do código de barras é utilizada por esta empresa como mecanismo para fazer as pessoas ir à empresa, onde elas não humilhadas, corroborando a existência de uma má-fé por parte do nome "garantidor", que procura pessoas insubmissíveis para tomar seus apartamentos. O relato de uma ação vitoriosa comprova que não há justiça e que tais empresas não encontram obstáculos com ações cíveis e não feitas pela depoente. O Presidente solicitou à assessoria da CPI que providenciasse cópia dos atos citados pela depoente, para que compensem o serviço de informações da Comissão, e deu por encerrada o depoimento de Doutora Cherysa, agradecendo a sua presença. Na sequência, o Presidente convidou o Sr. Alex Saatchi para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Alex Saatchi. O Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra para o depoente. O Sr. Alex Saatchi prestou depoimento e esclareceu que tem um problema com o grupo jurídico Quintana e a empresa Duplique, que o apartamento é de sua esposa e foi financiado pela Cobah, sendo que sua esposa foi informada em 2001, em um processo da Duplique, e por falta de conhecimento jurídico não foi em uma audiência, deixando o processo correr à revelia, sem advogado para defendê-la, sendo condenado a pagar um valor de R\$ 55.000,00, ao que recebeu a informação de que o apartamento estaria indo a leilão. Tentou por diversas vezes negociar a dívida com a Duplique e não conseguiu, que já haviam dois processos, um na 11ª Vara Civil e outro na 15ª Vara Civil, e tinham apenas treze dias para pagar antes de o imóvel ir a leilão. Procuraram um advogado na época, que lhes informou que não havia mais o que fazer. Para não perder o imóvel fizeram um negócio com banco e com família, pagando a quantia de R\$ 25.000,00, só que a empresa, ao invés de encerrar o processo que estava indo para leilão, entrou outro processo. Agora, para não perder o imóvel, estão pagando R\$ 1.000,00 por mês, e o imóvel de R\$ 3.600,00 e cada seis meses para tentar quitar esse processo. Algumas pessoas que vivem os efeitos do processo dizem que estão errados e que o valor cobrado é muito superior ao devido, mas como não há recursos postulados na Justiça, não podem fazer nada. Além do acordo, está pagando o condomínio mensal, que é de R\$ 120,00. O valor do imóvel é muito alto e não sabem se conseguirão pagar, mas toda vez que tomam conversa na empresa a resposta é que se não pagarem, o apartamento volta para leilão. O Presidente esclareceu ao depoente que a CPI não pretende fazer apologia ao não pagamento de dívidas, mas sim investigar irregularidades cometidas pelas empresas durante a cobrança, e questionar o depoente sobre quais dificuldades encontrou para o pagamento da dívida. O Sr. Alex afirmou que o problema começou quando ele pagou a dívida em adiantado e passou por dificuldades financeiras, não conseguiu pagar as taxas de condomínio, depois não recebeu mais os boletins. A empresa ficou e ele não conseguiu saber com quem estava a dívida, ao que em 2001 foi chamado em juízo. Depois tentaram



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Maria Lima, Deputado Luiz Cláudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

3.2.5- DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA.



Na data de 20 de maio de 2014, na sala de reuniões das Comissões, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária da CPI, cujo teor consta da respectiva Ata, *in verbis*:







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

*Ata da 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios*  
(Ato do Presidente nº 2/2014)

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às 10h00min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Rasca Rodrigues Tadeu Veneri e Luiz Claudio Romanelli, substituindo o Deputado Tetuo Kato, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Ausentes os Deputados: Nelson Luersen e Cantora Mara Lima. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ato contínuo, o Deputado Paranhos informou aos membros presentes que o Deputado Luiz Claudio Romanelli substituirá, a partir desta data, o Deputado Tetuo Kato, que solicitou sua substituição, justificando sua impossibilidade de dar sequência aos trabalhos por motivo de agendas externas. O Presidente deu as boas vindas ao Deputado Luiz Claudio Romanelli e informou que a Deputada Cantora Mara Lima apresentou justificativa de ausência por motivos médicos. Na sequência, o Presidente agradeceu a presença e convidou para compor a Mesa a Dra. Valquíria, escritora, representando a Delegacia de Crimes Contra a Economia e Proteção ao Consumidor - Delcon, pois o delegado, Dr. Renato, que não pode estar presente, agradeceu também ao Dr. Guilherme, do Tribunal de Justiça do Paraná, por ter solicitado ao Dr. Fábio Muniz e ao Dr. Rodrigo o acompanhamento desta CPI. Agradecendo a presença dos nobres magistrados, agradeceu a presença do Dr. Luiz Gustavo e do Dr. Bruno, representantes da Defensoria Pública do Paraná, convidando-os a compor a Mesa, e agradeceu ainda a presença do Sr. Carlos Eduardo, representante do Secovi, convidando-o para compor a Mesa. O Presidente informou aos presentes que seriam ouvidas três pessoas que procuraram a CPI para denunciar, mas antes de iniciar os depoimentos seria feita a apresentação de um vídeo, com trechos importantes de depoimentos já realizados e que motivaram a CPI. Ao final da apresentação do vídeo, o Presidente retomou a palavra, informando que o vídeo é uma síntese de todos os depoimentos já colhidos e que o acervo da CPI traz denúncias graves de crimes contra a economia, crimes contra o consumidor, formação de quadrilha, apropriação indevida, cobranças indevidas, motivos pelo qual a CPI fez questão da presença dos Juizes para dimensionar o que está acontecendo, inclusive em alguns processos que estão em fase final no Tribunal de Justiça. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente pediu ao Relator que fizesse a leitura





da Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Aciolli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente convidou a Doutora Cheywa Gabriella Stremel, advogada, para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão realizado a leitura do compromisso de a depoente dizer a verdade, devidamente assinado pela Doutora Cheywa Gabriella Stremel. O Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra para a depoente. A Doutora Cheywa Gabriella Stremel prestou depoimento e esclareceu que em 2009 lhe procurou em seu escritório a Sra. Lucia Pruckner, que havia sido demandada em juízo pelo Conjunto Condomínio Residencial Renoir, que mantinha contrato com a empresa Assiscon. A referida senhora não sabia que tinha que pagar condomínio, pois seu sobrado não ficava na parte interna do condomínio, mas sim do lado de fora, com frente para a rua e sem acesso às áreas comuns internas do referido condomínio. A depoente assumiu a defesa do Processo de número 637/2008, que correu na 2ª Vara Cível de Curitiba, e na primeira audiência a proposta apresentada pela Assiscon foi de aproximadamente R\$ 10.000,00, sem apresentar qualquer cálculo e sem qualquer possibilidade de parcelamento. Assim, a depoente buscou todos os documentos do condomínio, inclusive atas de assembleia e contrato com a Assiscon e levou a um contador para analisar e calcular o valor realmente devido de dezembro de 2001 a maio de 2009, e verificou que o valor realmente devido era de R\$ 3.484,00. A depoente tentou realizar o pagamento diretamente na empresa Assiscon, que se negou a receber, obrigando a parte a fazer o pagamento em juízo. O valor foi conseguido por sua cliente através de ajuda de familiares, e o depósito judicial foi realizado, porém, as novas taxas de condomínio eram encaminhadas sem código de barras e a Assiscon não queria receber os meses que iam vencendo, por não concordar com o depósito judicial, dificultando sobremaneira o pagamento das parcelas. A depoente ligou para a empresa solicitando que eles encaminhassem os boletos com códigos de barras, pois o valor atrasado já estava depositado em juízo, e a empresa continuava se negando. No curso do processo, a depoente solicitou justiça gratuita para a sua cliente, que era pessoa humilde, mas ao entrar em contato com o Dr. Marcelo Baiaki, este simplesmente respondeu de maneira grosseira e até mal educada, que a depoente estava fazendo um desfavor para a advocacia, porque os honorários dele eram devidos, ao que a depoente contrargumentou falando que o direito de a sua cliente se beneficiar ou não da justiça gratuita era decisão da Justiça. Sem qualquer possibilidade de composição amigável e sem conseguir pagar as taxas de condomínio que iam vencendo, a cliente da depoente continuou realizando os depósitos no processo. O processo teve sentença, que declarou a quitação do débito com os depósitos, e concedeu a justiça gratuita para a Sra. Lucia, mas a Assiscon recorreu ao Tribunal de Justiça. O Tribunal de Justiça marcou uma conciliação e a advogada da empresa apresentou uma dívida de R\$ 10.000,00, ao que a depoente informou que não existia dívida, porque todos os valores de condomínio foram depositados no processo. A advogada da empresa apresentou uma proposta de R\$ 700,00, que a depoente não aceitou, porque sua cliente não precisava pagar nem custas, nem honorários. O processo continuou com vários recursos da empresa, mas a sentença, sempre favorável à cliente da depoente, no final, quando o processo voltou para a 2ª Vara Cível, os advogados da empresa apresentaram uma planilha de R\$ 9.000,00, solicitando cumprimento de sentença. Mais uma vez a depoente teve que demonstrar ao Judiciário que a empresa estava ludibriando o andamento



processual de plena má-fé e que sua cliente já havia ganhado o processo até conseguir o arquivamento, que só aconteceu em 2013, demonstrando que essas empresas garantidoras se aproveitam, muitas vezes, do não conhecimento das pessoas e do volume de demandas do Judiciário para tumultuar causas e receberem valores indevidos. O Deputado Luiz Claudio Romanelli fez uso da palavra para afirmar que o relato da depoente é comum, de violações de direitos, e infelizmente a Justiça, às vezes, serve como um instrumento de pessoas inescrupulosas frente às pessoas hipossuficientes, e nesse caso específico, se não fosse ter uma advogada atuante, a Sra. Lúcia teria perdido seu imóvel. A depoente informou que vizinhos da Sra. Lúcia não tiveram a mesma sorte e perderam seus imóveis em situações semelhantes. O Deputado Roberto Acioli fez uso da palavra para agradecer o depoimento e ressaltar que foi esclarecedor o relato da depoente, demonstrando que tais empresas utilizam inclusive de litigância de má-fé para sobrepujar as pessoas. Em seguida, o Deputado Rasca Rodrigues fez uso da palavra para agradecer à depoente, pois a CPI ainda não havia recebido o relato de alguém que defendesse o direito das vítimas, e concluiu que a maioria das vítimas não tem noção de seus direitos, e que a retenção do código de barras é utilizada por tais empresas como mecanismo para trazer as pessoas até a empresa, onde essas são humilhadas, corroborando a existência de uma máfia por trás do nome "garantidor", que procura pessoas inadimplentes para tomar seus apartamentos. O relato de uma ação vitoriosa comprova que ainda há justiça e que tais empresas têm encontrado obstáculos com ações como foi feita pela depoente. O Presidente solicitou à assessoria da CPI que providenciasse cópia dos autos citados pela depoente, para que compoñham o acervo de informações da Comissão, e deu por encerrado o depoimento da Doutora Cheywa, agradecendo a sua presença. Na sequência, o Presidente convidou o Sr. Alex Sanches para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Alex Sanches. O Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra para o depoente. O Sr. Alex Sanches prestou depoimento e esclareceu que tem um problema com o grupo jurídico Queiroz e a empresa Duplique; que o apartamento é de sua esposa e foi financiado pela Cohab, sendo que sua esposa foi intimada em 2001, em um processo da Duplique, e por falta de conhecimento jurídico só foi em uma audiência, deixando o processo correr à revelia, sem advogado para defendê-la, sendo condenada a pagar um valor de R\$ 55.000,00, até que recebeu a informação de que o apartamento estaria indo a leilão. Tentou por diversas vezes negociar a dívida com a Duplique e não conseguiu, que já haviam dois processos, um na 11ª Vara Cível e outro na 15ª Vara Cível, e tinham apenas trinta dias para pagar antes de o imóvel ir a leilão. Procuraram um advogado na época, que lhes informou que não havia mais o que fazer. Para não perder o imóvel fizeram empréstimos em banco e com familiares, pagando a quantia de R\$ 25.000,00, só que a empresa, ao invés de encerrar o processo que estava indo para leilão, encerrou outro processo. Agora, para não perder o imóvel, estão pagando R\$ 1.000,00 por mês, e um bolão de R\$ 3.600,00 a cada seis meses para tentar quitar esse processo. Algumas pessoas que viram os cálculos do processo disseram que estão errados e que o valor cobrado é muito superior ao devido, mas como não há recursos possíveis na Justiça, não podem fazer nada. Além do acordo, está pagando o condomínio mensal, que é de R\$ 130,00. O valor do bolão é muito alto e não sabem se conseguirão pagar, mas toda vez que tentam conversar na empresa a resposta é que se





não pagarem, o apartamento volta para leilão. O Presidente esclareceu ao depoente que a CPI não pretende fazer apologia ao não pagamento de dívidas, mas sim investigar irregularidades cometidas pelas empresas durante a cobrança, e questionou o depoente sobre quais dificuldades encontrou para o pagamento da dívida. O Sr. Alex esclareceu que o problema começou quando sua esposa ainda era solteira e passou por dificuldades financeiras, não conseguindo pagar as taxas de condomínio; depois não recebia mais os boletos. A empresa fechou e ela não conseguiu saber com quem estava a dívida, até que em 2001 foi chamada em juízo. Depois tentaram negociar várias vezes e não conseguiram; fizeram uma declaração de próprio punho informando o juiz que não tinham condições de pagar advogado e informando o valor que podiam pagar, e o advogado da Duplique disse que a carta era ofensiva e não aceitou o pedido, e o processo foi para sentença. Não possui cópia da carta, pois ficou no processo, mas acredita que o valor que estão cobrando é muito abusivo. O Deputado Roberto Acioli pediu a palavra para ressaltar a paridade entre as denúncias, que são uníssonas no sentido das dificuldades que as empresas criam para dificultar o pagamento do débito, lembrando que a CPI não está instaurada para apoiar a inadimplência, pois a dívida existe e deve ser paga, porém, de forma justa e equilibrada. Acrescentou que evidenciaram vários indícios de crimes de agiotagem, crimes financeiros, solicitando ao depoente que forneça à Comissão todos os documentos relacionados ao seu caso, e questionou os depoentes sobre a existência de monopólio das empresas. O Sr. Alex informou que acredita na existência de um monopólio, mas preferiu não dizer nomes, por receio, porém, informou que na Duplique, quando foi tentar negociar, tentaram lhe convencer a fazer empréstimos, inclusive com panfletos de financeiras, ou então vender o apartamento para pessoas indicadas por eles. Questionado pelo Deputado Tadeu Veneri, o Sr. Alex informou que a Duplique fica na Westphalen. O Deputado Tadeu Veneri então sugeriu ao Presidente que sejam designadas pessoas da assessoria da CPI para irem até a Duplique pegar esses panfletos e saber por que eles estão orientando as pessoas a buscar empréstimos, e também chamar as empresas para serem ouvidas. Passou a questionar o depoente sobre a existência de dois processos distintos, e o Sr. Alex informou que o condomínio é o mesmo a empresa é a mesma, mas desmembrou a cobrança em dois processos distintos: um com parcelas mais antigas e outro com parcelas mais atuais. Os anos e valores das cobranças dos dois processos são diferentes, o imóvel não pode ir a leilão, por causa do acordo que vem pagando de mil reais por mês até 2015, fora os bolões de R\$ 3.600,00 a cada seis meses e correção monetária por ano, não sabendo qual o índice da correção. O depoente possui o contrato, mas não teve qualquer assessoria antes de assinar o documento. Questionado pelo Presidente, Deputado Paranhos, o Sr. Alex informou que os dois processos são de dívidas diferentes, um referente aos anos de 93 a 98 e outro referente aos anos de 2000 a 2002, e as dívidas realmente existem; mas o depoente discorda dos valores cobrados, muito acima dos originais. O Deputado Rasca Rodrigues pediu a palavra para informar que realizou um cálculo rápido e que numa taxa mensal de R\$ 130,00 a dívida de 94 a 98, cinco anos, seria de aproximadamente R\$ 7.800,00, e de 2000 a 2002, ficaram 21 meses sem pagar, seria aproximadamente R\$ 11.000,00, ao que o Deputado questionou o depoente se um processo era de R\$ 55.000,00 e o outro de R\$ 11.000,00. O Sr. Alex informou que pagou R\$ 11.000,00 para a Duplique referente ao processo de 2000 a 2002, mas que não sabiam da existência do outro processo e acabaram fazendo um acordo por R\$



55.000,00, e é este acordo que estão pagando atualmente. O Deputado Rasca Rodrigues então solicitou que o depoente forneça cópia dos cálculos, pois acredita que o depoente esteja pagando um valor muito alto. O Deputado Roberto Aciolli pediu a palavra para dizer que, ao contrário do sugerido pelo Deputado Tadeu Veneri, acredita que a CPI deve continuar ouvindo mais vítimas antes de chamar os empresários para serem ouvidos, e sugeriu ao Sr. Presidente a contratação de um perito em cálculos para acompanhar e assessorar a CPI. O Presidente acatou a sugestão do Deputado Roberto Aciolli e determinou à secretária da CPI a elaboração de ofício solicitando a contratação de um técnico em cálculos. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Alex Sanches e agradeceu a presença. Na sequência, o Presidente convidou a Sra. Iara do Rocio Vaz, moradora da Rua João Alercar Guimarães, 1740, para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão lido o compromisso de, a depoente dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Iara do Rocio Vaz. O Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra para a depoente. A Sra. Iara do Rocio Vaz prestou depoimento e esclareceu que existe uma ação ainda em andamento na 2ª Vara Cível, de número 103/2006, referente a condomínio, pois teve problemas financeiros, incluindo término de faculdade, e deixou de pagar o condomínio a partir de 2007; informou que quem está cobrando a dívida é a Duplique, mas eles não apareceram na primeira audiência. Alega que tentou por diversas vezes um acordo e não conseguiu, por exigirem parcelas muito altas e folhas de cheque, o que a depoente não possui, e assim vão rolando a dívida. A empresa cobra taxa bancária de 2% mesmo quando o pagamento não é feito no banco, e ainda existe taxa de inadimplência rateada entre os moradores, o que a depoente acredita ser indevido. Em uma das tentativas de acordo o valor apresentado de onze mil, com os juros e todas as custas ia para R\$ 27.542,00, e a proposta da Duplique era uma entrada de R\$ 8.500,00 mais 10 vezes de R\$ 1.905,00 no cheque. Como a depoente não tinha cheque, eles mudaram a proposta para R\$ 10.000,00 de entrada e 20 vezes de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 30.000,00. A depoente fez um empréstimo e pagou R\$ 10.000,00 diretamente para a empresa, mas o valor não foi descontado no processo. Quando a depoente descobriu, teve que procurar um advogado para fazer constar no processo os R\$ 10.000,00, pois a empresa estava omitindo esta informação na ação. A depoente pagou um contador para fazer o cálculo; descontando os R\$ 10.000,00 restariam apenas R\$ 8.000,00 para pagar, mas a empresa está exigindo R\$ 40.000,00 e se negaram a qualquer acordo, impossibilitando o pagamento. Questionada pelo Presidente, a depoente informou que está pagando as parcelas normais em dia, mas que seu apartamento continua penhorado e corre o risco de ir para leilão. Questionada pelo Deputado Roberto Aciolli, a depoente esclareceu que a empresa já dilui a inadimplência entre os moradores, mas quando recebe algum pagamento em atraso este valor não é repassado ao condomínio. Questionada pelo Deputado Rasca Rodrigues, a depoente esclareceu que reconhece a dívida de R\$ 8.000,00, mas a empresa quer receber R\$ 40.000,00, que o cálculo realizado pelo seu contador está no processo e que a CPI pode solicitar cópia do processo; esclareceu ainda que são 168 apartamentos em seu condomínio e que a empresa cobra 8% para garantir as taxas a título de perdas e danos, mas que a depoente acredita que a empresa não perde nada, pois cobra de todos os moradores uma taxa de inadimplência. O Defensor Público Dr. Luiz Gustavo pediu a palavra, para esclarecer que em sua atuação pode identificar muitas demandas que estão sendo investigadas nesta CPI, por garantidoras que



antecipam as cotas condominiais; cobram dos condôminos e depois ingressam em juízo, cobrando encargos de forma excessiva, juros, e aplicando índices que não estão previstos no contrato, que geralmente é o IGPM, além de multas fora do limite legal, e questionou a depoente sobre a taxa de 2%, que ela alegou pagar para o banco. A depoente explicou que são 2% de taxa de boleto bancário e que ela acredita ser indevida. O Dr. Luiz Gustavo esclareceu que o STJ já pacificou o entendimento de que essa taxa não pode ser cobrada e argumentou que a Defensoria Pública evidenciou que tais empresas demoram para entrar com as ações de cobrança, já objetivando a penhora e o leilão do imóvel, que por se tratar de dívida de condomínio não é abrangido pelo benefício do bem de família, e a maioria das pessoas, por serem carentes, não têm a devida assistência, e os processos correm à revelia. O Deputado Rasca Rodrigues pediu a palavra para enfatizar que o natural, após três meses de atraso, seria a empresa tomar atitudes de cobrança desses débitos, mas as empresas não têm essa postura e ingressam com as ações quando as dívidas já estão muito altas propositadamente, sobre o que a CPI deverá se debruçar em encontrar soluções para barrar tais práticas e possibilitar que os inadimplentes interessados quitem seus débitos. O Defensor Público Dr. Bruno pediu a palavra para ressaltar a frequência dessa prática de dificultar o pagamento, gerando dívidas astronômicas, mas também a existência de crime de supressão de documentos, previsto no Código Penal, e um possível cartel, pois nos processos da Defensoria Pública há a frequência de três empresas: a Garante, a Pró-Condômino e a Assiscon, e talvez a prática de estelionato, ao cobrar duplamente o mesmo valor, primeiro diluindo entre os condôminos e depois cobrando do devedor, além de crimes contra o consumidor, como cobranças abusivas e vexatórias, pelo que parabenizou essa Assembleia Legislativa pela iniciativa de investigar tais questões que oprimem principalmente a população mais carente do Estado. Na sequência, a escrivã Walquíria, representante do Dr. Renato, da Delegacia do Consumidor, pediu a palavra para expor sua indignação com as práticas relatadas pelas vítimas e parabenizar os Deputados pela atitude da CPI e salientar que a Delegacia do Consumidor acompanhará a CPI e atuará em qualquer prática criminosa que esteja sendo cometida. O Deputado Roberto Adioili pediu a palavra para ressaltar mais uma vez que a CPI não foi instaurada no intuito de beneficiar os chamados "caloteiros", mas para tentar garantir o direito àqueles que passaram por dificuldades como doença, falecimento na família ou desemprego, de que possam pagar suas dívidas de forma justa e sem abusos, e espera alcançar este objetivo mudando a forma de atuação dessas empresas. O Sr. Carlos, representante do Secovi, pediu a palavra esclarecer que as Garantidoras não são abrangidas pela categoria do Secovi, pois essas empresas não são Administradoras de Condomínios, sendo importante a diferenciação, para deixar isto claro à população. O Presidente, Deputado Paranhos, agradeceu o esclarecimento do Sr. Carlos e ressaltou a importância do Secovi acompanhar as investigações, visto que pode haver síndicos ou administradoras envolvidas nas questões denunciadas. O Presidente encerrou o depoimento da Sra. Iara Vaz do Rocio e solicitou à assessoria jurídica que providenciasse cópia do processo da depoente para o acervo da CPI, para instruir um possível pedido de suspensão de alguns casos ao Tribunal de Justiça, informando aos presentes que a próxima reunião será para debater sobre os próximos atos da CPI em conjunto com a Defensoria Pública, o Secovi, a Delcon e o Ministério Público. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima



reunião será no dia 27 de maio de 2014, às 10h00min, a ser realizada na Sala de Reuniões da Presidência, para tratar dos assuntos já expostos, determinando que fosse lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
Membro

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO TADEU VENERI  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI





do imóvel, mas que posteriormente pretende reaver o valor pago a maior. O Presidente deu por encerrado o depoimento e agradeceu a presença do depoente. Na sequência, o Fiscal deu a palavra para o Sr. Sérgio, para relatar a diligência realizada pela assessoria jurídica da CPI, por determinação dos Deputados, na empresa Pró-Condômino, acompanhando o Sr. Fábio. A Dra. Sorais relatou que a equipe esteve no dia anterior na empresa Pró-Condômino e primeiro o Sr. Fábio entrou sozinho para falar com o advogado da empresa e sair com uma planilha de R\$ 16.000,00. Neste momento a equipe pediu para conversar com o advogado e tentaram uma negociação, mas como questionaram vários valores apresentados na planilha, mas não houve qualquer tipo de redução. A equipe seguiu conversar diretamente com o síndico e o advogado da empresa disse que o síndico não tinha autonomia. A equipe sugeriu um parcelamento e o advogado também negou. Em resumo, a equipe da CPI teve o mesmo tratamento dado aos condôminos. Encerrando, a Dra. Sorais questionou os Deputados sobre os limites de atuação da equipe jurídica. O Presidente informou que não há como repulgar os denunciados com advogados, e que os casos judiciais deverão ser encaminhados à Defensoria Pública para acompanhamento. O Deputado Nelson Luerßen pediu a palavra para ressaltar que a CPI não tem condições de atender caso a caso de condôminos, mas deverá buscar alterações nas leis que beneficiam os condôminos e acabar com o custo aqui demonstrado. O Deputado Roberto Azeiteiro fez uso da palavra para solicitar que o Presidente convide o Proca, o Delcon e outras autoridades para acompanhar os trabalhos da CPI e proporcionar a atuação do Presidente. Na sequência, o Presidente solicitou à equipe técnica a indicação de um perito contábil para compor a assessoria da CPI e auxiliar na análise de todas as planilhas que forem colhidas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrando a reunião, lembrando que a próxima reunião será no dia 20 de maio de 2014, às 10h, determinada que seja lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condôminos

DEPUTADO ROBERTO AZEITEIRO  
Relator da CPI dos Condôminos

DEPUTADO NELSON LUERSEN  
Membro

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO TERUO KATO  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

11200502014

#### Ata de 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condôminos (Ata do Presidente nº 22/2014)

Após vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às 10h00min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Azeiteiro, Rasca Rodrigues, Tadeu Vazari e Luiz Claudio Romanelli, sob a presidência do Deputado Teruo Kato, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condôminos. Assessoria da Deputada Nelson Luerßen e Cantares Maria Lima. Havendo ordem legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ato contínuo, o Deputado Paranhos informou aos membros presentes que o Deputado Luiz Claudio Romanelli substituirá, a partir desta data, o Deputado Teruo Kato, que solicitou sua substituição, justificando sua impossibilidade de dar sequência nos trabalhos por motivo de agendas externas. O Presidente deu as boas vindas ao Deputado Luiz Claudio Romanelli e informou que a Deputada Cantares Maria Lima apresentou justificativa de ausência por motivos médicos. Na sequência, o Presidente agradeceu a presença e convidou para compor a Mesa o Sr. Valquíria, secretária, representante da Delegação de Crimes Contra a Economia e Proteção ao Consumidor - Delcon, pelo o delegado, Dr. Renato, que não pôde estar presente, agradeceu também ao Dr. Guilherme, do Tribunal de Justiça de Petrópolis, por ter solicitado ao Dr. Fábio Mota e ao Dr. Rodrigo o acompanhamento desta CPI. Agradecendo a presença dos nobres magistrados, agradeceu a presença do Dr. Luiz Gustavo e do Dr. Bruno, representantes da Defensoria Pública do Paraná, convidando-os a compor a Mesa, e agradeceu ainda a presença do Sr. Carlos Eduardo, representante do Secovi, convidando-o para compor a Mesa. O Presidente informou aos presentes que seriam ouvidas três pessoas que procuraram a CPI para denunciar, mas antes de iniciar os depoimentos seria feita a apresentação de um vídeo, com trechos importantes de depoimentos já realizados e que motivaram a CPI. Ao final da apresentação do vídeo, o Presidente retomou a palavra, informando que o vídeo é uma síntese de todos os depoimentos já colhidos e que o acervo da CPI traz denúncias graves de crimes contra a economia, crimes contra o consumidor, formação de quadrilha, apropriação indevida, cobrança indevida, motivos pelo qual a CPI fez questão de presença dos juizes para demonstrar o que está acontecendo, inclusive em alguns processos que estão em fase final no Tribunal de Justiça. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente pediu ao Relator que leiasse a lista da Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Azeiteiro, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente convidou a Doutora Chaywa Gabriela Stronel, advogada, para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão realizado a leitura do compromisso de depoente dizer a verdade, devotando-se ao bem da sociedade. A Doutora Chaywa Gabriela Stronel agradeceu a presença e abriu a palavra para o depoente. A Doutora Chaywa Gabriela Stronel prestou depoimento e declarou que em 2009 fez processo em um escritório a Sra. Lucia Pruckner, que havia sido demandada em julho pelo Conjunto Condômino Residencial Remise, que mantinha contrato com a empresa Asfalcon. A referência em-

hora não sabia que tinha que pagar condomínio, pois em setembro não havia na parte interna do condomínio, mas sim do lado de fora, com frente para a rua e sem acesso às áreas comuns internas do referido condomínio. A depoente assinou a defesa do Processo de número 63722004, que ocorreu na 2ª Vara Cível de Curitiba, e na primeira audiência a proposta apresentada pela Asfalcon foi de apuração de R\$ 10.000,00, sem apresentar qualquer ciência e sem qualquer possibilidade de parcelamento. Assim, a depoente buscou todos os documentos do condomínio, inclusive atas de assembleia e contrato com a Asfalcon e levou a um contador para avaliar e calcular o valor realmente devido de dezembro de 2001 a maio de 2009, e verificou que o valor realmente devido era de R\$ 3.484,90. A depoente tentou realizar o pagamento diretamente na empresa Asfalcon, que se negou a receber, obrigando a parte a fazer o pagamento em julho. O valor foi consignado por sua cliente através de ajuda de família, e o depósito judicial foi realizado, porém, as novas taxas de condomínio eram encobertas com código de barras e a Asfalcon não queria receber os juros que iam vencendo, por não concordar com o depósito judicial, dificultando sobremaneira o pagamento das parcelas. A depoente ligou para a empresa asfalcon que ela encobriam com os boletins com códigos de barras, pois o valor assinado já estava depositado em julho, e a empresa continuava se negando. No curso do processo, a depoente solicitou justiça gratuita para a sua cliente, que era pessoa humilde, mas ao entrar em contato com o Dr. Marcelo Bialski, este simplesmente respondeu de maneira grosseira e até mal educada, que a depoente estava fazendo um desfavor para a advocacia, porque os honorários dele eram devidos, ao que a depoente contra-argumentou falando que o direito de a sua cliente se beneficiar ou não da justiça gratuita era decisão da Justiça. Sem qualquer possibilidade de composição amigável e sem conseguir pagar as taxas de condômino que iam vencendo, a cliente da depoente continuou realizando os depósitos no processo. O processo teve sentença, que declarou a quitação do débito com os depósitos, e concedeu a justiça gratuita para a Sra. Lucia, mas a Asfalcon recorreu ao Tribunal de Justiça. O Tribunal de Justiça marcou uma conciliação e a advogada da empresa apresentou uma dívida de R\$ 10.000,00, ao que a depoente informou que não tinha dívida, porque todas as parcelas de condomínio foram depositadas no processo. A advogada da empresa apresentou uma proposta de R\$ 700,00, que a depoente não aceitou, porque sua cliente não precisava pagar mais custos, nem honorários. O processo continuou com vários recursos da empresa, mas a sentença, sempre favorável à cliente da depoente, no final, quando o processo voltou para a 2ª Vara Cível, os advogados da empresa apresentaram uma planilha de R\$ 9.000,00, solidificando o cumprimento de sentença. Mais uma vez a depoente teve que demonstrar ao Judiciário que a empresa estava ludibriando o andamento processual do pleito não-fé e que sua cliente já havia ganhado o processo sem conseguir o arquivamento, que só aconteceu em 2013, demonstrando que essas empresas ganadoras se aproveitam, muitas vezes, do não conhecimento das pessoas e do volume das demandas do Judiciário para tumultuar causas e receberem valores indevidos. O Deputado Luiz Claudio Romanelli fez uso da palavra para afirmar que o relato da depoente é coerente, de violações de direitos, e indelévelmente a Justiça, às vezes, serve como um instrumento de punição inescusável frente às pessoas hipossuficientes, e nesse caso específico, se não fosse ter uma advogada atuando, a Sra. Lucia teria perdido seu imóvel. A depoente informou que vizinhos da Sra. Lucia não tiveram a mesma sorte e perderam seus imóveis em situações semelhantes. O Deputado Roberto Azeiteiro fez uso da palavra para agradecer o depoimento e ressaltar que foi esclarecedor o relato da depoente, bem como que as empresas utilizam inclusive da litigância de má-fé para sobrepujar as pessoas. Em seguida, o Deputado Rasca Rodrigues fez uso da palavra para agradecer à depoente, pois a CPI ainda não havia recebido o relato de alguma que denunciara e direito das vítimas, e concluiu que a análise das vítimas não tem nada de suas denúncias, e que a retenção do código de barras é utilizada por essas empresas como mecanismo para tirar as pessoas e as empresas, onde essas são humilhadas, corroborando a existência de uma má-fé por trás do nome "garantido", que procura pessoas insubmissas para tomar seus apartamentos. O relato de uma ação violadora corroborou que a má-fé jurídica e que as empresas têm encontrado obstáculos com ações como foi feita pela depoente. O Presidente solicitou à assessoria da CPI que providenciasse a cópia dos autos citados pela depoente, para que comporarem o acervo de informações da Comissão, e deu por encerrado o depoimento de Doutora Chaywa, agradecendo a sua presença. Na sequência, o Presidente convidou o Sr. Alex Sanchez para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devotando-se ao bem da sociedade. O Sr. Alex Sanchez prestou depoimento e declarou que tem um problema com o grupo jurídico Quadrix e a empresa Duplique, que o apartamento é de sua esposa e foi financiado pela Cobab, sendo que sua esposa foi intimada em 2001, em um processo da Duplique, e por falta de conhecimento jurídico não foi em uma audiência, deixando o processo correr à revelia, seu advogado para defendê-la, sendo condenada a pagar um valor de R\$ 55.000,00, ao que recebeu a informação de que o apartamento estava indo a leilão. Tentou por diversas vezes negociar a dívida com a Duplique e não conseguiu, que já haviam dois processos, um na 1ª Vara Cível e outro na 12ª Vara Cível, e tinham apenas vinte dias para pagar antes de o imóvel ir a leilão. Procuraram um advogado na época, que lhes informou que não havia mais o que fazer. Para não perder o imóvel foram empréstimos em banco e com familiares, pagando a quantia de R\$ 25.000,00, ao que a empresa, ao invés de encerrar o processo que estava indo para leilão, entrou outro processo. Agora, para não perder o imóvel, estão pagando R\$ 1.000,00 por mês, e um bolão de R\$ 3.600,00 e cada seis meses para tentar quitar esse processo. Algumas pessoas que vivem os efeitos do processo de mentes que estão erradas e que o valor cobrado é muito superior ao devido, mas como não há recursos por vir na Justiça, não podem fazer nada. Além do acordo, está pagando o condomínio mensal, que é de R\$ 120,00. O valor do bolão é muito alto e não sabem se conseguirão pagar, mas toda vez que tentam conversar com a empresa a resposta é que se não pagarem, o apartamento volta para leilão. O Presidente esclareceu ao depoente que a CPI não pretende fazer apelo ao não pagamento de dívidas, mas sim investigar irregularidades cometidas pelas empresas durante a cobrança, e questionar o depoente sobre quais dificuldades encontram para o pagamento da dívida. O Sr. Alex esclareceu que o problema começou quando sua esposa ainda era solteira e passou por dificuldades financeiras, não conseguindo pagar as taxas de condomínio, depois não recebeu mais os boletins. A empresa fechou e ela não conseguiu saber com quem estava a dívida, até que em 2001 foi chamada em julho. Depois tentaram



negociar várias vezes e não conseguiu; fizeram uma declaração de prisão por não informando o juiz que não tinham condições de pagar advogado e informando o valor que podiam pagar, e o advogado da Duplique disse que a carta era ofensiva e não aceitou a oferta, e o processo foi para sentença. Não possui cópia da carta, pois ficou no processo, mas acredita que o valor que estão cobrando é muito abusivo. O Deputado Roberto Acioli pediu a palavra para ressaltar a diferença entre as denúncias, que são unânimes no sentido das denúncias das empresas criadas para dificultar o pagamento do débito, lembrando que a CPI não está instalada para apurar a inadimplência, pois a dívida existe e deve ser paga, porém, de forma justa e equilibrada. Acrescentou que evidenciaram vários indícios de crimes de apuração, crimes financeiros, foi citado o depoimento que fornece a Comissão todos os documentos relacionados ao caso, e questionou os depoimentos sobre a existência de empréstimos das empresas. O Sr. Alex informou que acredita na existência de um monopólio, mas preferia não fazer nome, por isso, porém, informou que na Duplique, quando foi testar segredos, tentaram lhe convencer a fazer empréstimos, inclusive com panfletos de financeiros, ou então vender o apartamento para pessoas indicadas por eles. Questionado pelo Deputado Tadeu Veneri, o Sr. Alex informou que a Duplique fica na Westphalia. O Deputado Tadeu Veneri então sugeriu ao Presidente que apelas designadas pessoas da assessoria da CPI para ir com a Duplique pegar esses panfletos e saber por que eles estão orientando as pessoas a buscar empréstimos, e também chamar as empresas para serem ouvidas. Passou a questionar o depoente sobre a existência de dois processos distintos, e o Sr. Alex informou que o condomínio é o mesmo e empresa é a mesma, mas descobriu a cobrança em dois processos distintos: um com parcelas mais altas e outro com parcelas mais baixas. Os anos e valores das cobranças das duas empresas são diferentes, o imóvel não pode ir a leilão, por causa do acordo que vem pagando de R\$ 1.000,00 por mês até 2015, fora os bolões de R\$ 3.600,00 e cada mês menos e correção monetária por ano, não sabendo qual o índice da correção. O depoente possui o contrato, mas não tem qualquer assessoria antes de assinar o documento. Questionado pelo Presidente, Deputado Paranhos, o Sr. Alex informou que os dois processos são de dívidas diferentes, um referente aos anos de 91 a 98 e outro referente aos anos de 2000 a 2002, e as dívidas realmente existem; mas o depoente discorda dos valores cobrados, muito acima dos originais. O Deputado Raulo Rodrigues pediu a palavra para informar que realizou um cálculo rápido e que soma taxa mensal de R\$ 120,00 a dívida de 94 a 98, cinco anos, seria de aproximadamente R\$ 7.800,00, e de 2000 a 2002, ficaram 21 meses sem pagar, seria aproximadamente R\$ 11.000,00, ao que o Deputado questionou o depoente se em processo de R\$ 55.000,00 e o outro de R\$ 11.000,00. O Sr. Alex informou que pagou R\$ 11.000,00 para a Duplique referente ao processo de 2000 a 2002, mas que não sabia da existência do outro processo e só depois fazendo um acordo por R\$ 55.000,00, e é este acordo que estão pagando atualmente. O Deputado Raulo Rodrigues então solicitou que o depoente forneça cópia dos cálculos, pois acredita que o depoente esteja pagando um valor muito alto. O Deputado Roberto Acioli pediu a palavra para dizer que, ao contrário do sugerido pelo Deputado Tadeu Veneri, acredita que a CPI deve continuar ouvindo mais vítimas antes de chamar os emprestadores para serem ouvidos, e sugeriu ao Sr. Presidente a contratação de um perito em cálculos para acompanhar o assessor da CPI. O Presidente aceitou a sugestão do Deputado Roberto Acioli e determinou a contratação da CPI a elaboração de ofício solicitando a contratação de um técnico em cálculos. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Alex Sanchez e agradeceu a presença. Na sequência, o Presidente convidou a Sra. Izete de Rocio Vaz, moradora da Rua João Alencar Guimarães, 1743, para comparecer a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, sendo a secretária de Conselho lida o compromisso de a depoente dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Izete de Rocio Vaz. O Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra para o depoente. A Sra. Izete de Rocio Vaz prestou depoimento e esclareceu que existe uma ação ainda em andamento na 2ª Vara Cível, de número 003/2006, referente a condomínio, pois teve problemas financeiros, incluindo título de facilidade, e deixou de pagar o condomínio a partir de 2007; informou que quem está cobrando a dívida é a Duplique, mas ela não apareceu na primeira audiência. Alega que tentou por diversas vezes um acordo e não conseguiu, por exigirem parcelas muito altas e folhas de cheque, o que a depoente não possui, e assim não podendo a dívida. A empresa cobra taxa bancária de 2% mesmo quando o pagamento não é feito no banco, e ainda existe taxa de inadimplência cobrada entre os moradores, o que a depoente acredita ser indevido. Em uma das reuniões de acordo o valor apresentado de cerca de R\$ 10, com juros e todas as taxas a taxa de R\$ 27.342,00, e a proposta da Duplique era uma entrada de R\$ 8.300,00 mais 10 vezes de R\$ 1.905,00 no cheque. Como a depoente não tinha cheque, eles mudaram a proposta para R\$ 10.000,00 de entrada e 20 vezes de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 30.000,00. A depoente fez um empréstimo e pagou R\$ 10.000,00 diretamente para a empresa, mas o valor não foi devolvido no processo. Quando a depoente descobriu, teve que procurar um advogado para fazer cessar no processo os R\$ 10.000,00, pois a empresa estava omitindo esta informação ao juízo. A depoente pagou um contador para fazer o cálculo, descontando os R\$ 10.000,00 restaram apenas R\$ 8.000,00 para pagar, mas a empresa está exigindo R\$ 40.000,00 e se recusar a qualquer acordo, impossibilitando o pagamento. Questionado pelo Presidente, a depoente informou que está pagando as parcelas normais por dia, mas que seu apartamento continua perdendo e corre o risco de ir para leilão. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli, a depoente esclareceu que a empresa já dilui a inadimplência entre os moradores, mas quando recebe alguns pagamentos em atraso este valor não é repassado ao condomínio. Questionado pelo Deputado Raulo Rodrigues, a depoente esclareceu que recebeu a dívida de R\$ 8.000,00, mas a empresa quer receber R\$ 40.000,00, que o cálculo realizado pelo seu contador está no processo e que a CPI pode solicitar cópia do processo, esclareceu ainda que não há apartamentos em seu condomínio e que a empresa cobra 8% para garantir as taxas a título de perdas e danos, mas que a depoente acredita que a empresa não perde nada, pois cobra de todos os moradores uma taxa de inadimplência. O Deputado Público Dr. Luiz Gustavo pediu a palavra, para esclarecer que em sua atuação pode identificar muitas demandas que estão sendo investigadas nesta CPI, por garantido que estejam em todos os condomínios, cobram dos condomínios e depois ingressam em juízo, cobrando encargos de forma abusiva, e aplicam os índices que não estão previstos no contrato, que geralmente é o IGP-M, além de muitas vezes fora da lei legal, e questionou a depoente sobre a taxa de 2%, que ela alega pagar para o banco. A depoente explicou que não 2% de taxa de juros bancário e que ela acredita ser indevida. O Dr. Luiz

Gustavo esclareceu que o STJ já pacificou o entendimento de que esse taxa não pode ser cobrada e argumentou que a Defensoria Pública evidenciou que tais empresas fazem um para criar com as ações de cobrança, já objetivando a perseguição e o leilão do imóvel, que por se tratar de dívida de condomínio não é abrangida pelo benefício do bem de família, e a maioria das pessoas, por serem carentes, não têm a dívida assistida, e os processos correm à revelia. O Deputado Raulo Rodrigues pediu a palavra para enfatizar que o natural, após três meses de acordo, seria a empresa tentar atitudes de cobrança desses débitos, mas as empresas não têm essa postura e ingressam com as ações quando as dívidas já estão muito altas proporcionalmente, sobre o que a CPI deverá se debruçar em encontrar soluções para barrar tais práticas e possibilitar que os inadimplentes interessados possam pagar seus débitos. O Deputado Público Dr. Bruno pediu a palavra para ressaltar a frequência dessa prática de dificultar o pagamento, gerando dívidas astronômicas, mas também a existência de crime de supressão de documentos, previsto no Código Penal, e um possível crime, pois as empresas da Defensoria Pública há a frequência de três empresas: a Garani, a Pré-Condimento e a Assiscon, e talvez a prática de estelionato, ao cobrar duplamente o mesmo valor, primeiro diluindo entre os condomínios e depois cobrando do devedor, além de crimes contra o consumidor, como cobranças abusivas e viciadas, pelo que parabenizou esta Assembleia Legislativa pela iniciativa de investigar tais questões que opõem principalmente a população mais carente do Estado. Na sequência, a secretária Walquíria, representante do Dr. Renato, da Delegação do Consumidor, pediu a palavra para expor sua indignação com as práticas relatadas pelas vítimas e parabenizar os Deputados pela atitude da CPI e salientar que a Delegação do Consumidor acompanhará a CPI e atuará em qualquer prática criminosa que seja sendo cometida. O Deputado Roberto Acioli pediu a palavra para ressaltar mais uma vez que a CPI não foi instalada no intuito de beneficiar os chamados "caloteiros", mas para tentar garantir o direito àqueles que possuem por dificuldades como doença, falecimento na família ou desemprego, de que possam pagar suas dívidas de forma justa e sem abusos, e expor algumas questões objetivas relatando a forma de atuação dessas empresas. O Sr. Carlos, representante do Secovi, pediu a palavra esclarecendo que as Gerências não são abrangidas pela categoria do Secovi, pois essas empresas não são Administradoras de Condomínios, sendo importante a diferenciação, para deixar esta clara a população. O Presidente, Deputado Paranhos, agradeceu o esclarecimento do Sr. Carlos e ressaltou a importância do Secovi acompanhar as investigações, visto que pode haver atitudes de administradoras envolvidas nas questões denunciadas. O Presidente encorajou o depoimento da Sra. Izete de Rocio Vaz e solicitou a assessoria jurídica que providencie cópia do processo da depoente para o acervo do CPI, para iniciar um possível pedido de suspensão de alguns casos ao Tribunal de Justiça, informando aos presentes que a próxima reunião será para debater sobre os próximos atos da CPI em conjunto com a Defensoria Pública, o Secovi, a Delcon e o Ministério Público. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 27 de maio de 2014, às 10h00min, a ser realizada na Sala de Reuniões da Presidência, para tratar dos assuntos já expostos, determinando que fosse lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros do Conselho.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
Membro

DEPUTADO RAULO RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO TADEU VENERI  
Membro

Dr. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

0129122914

Ata da 4ª Reunião do Conselho Parlamentar de Inquérito dos Condomínios  
(Ata da Presidente nº 2/2014)

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às 10h00min, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Gustavo Maria Lima, Raulo Rodrigues e Nelson Lourenço, membros do Conselho Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Assentes os Deputados: Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Veneri. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Presidente, Deputado Paranhos, declarou aberta a reunião do Conselho Parlamentar de Inquérito, agradecendo a presença do Dr. Luiz Gustavo Fagundes Purgato e do Dr. Bruno de Almeida Passafiume, representantes da Defensoria Pública do Paraná, convidando-os a comparecer a Mesa. Na sequência, pediu ao Relator que lesse a minuta da Ata de reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Acioli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos o Presidente esclareceu aos presentes que esta reunião tem como objetivo debater e definir sobre a importância dos trabalhos da Comissão, pedindo ao Coordenador Geral da CPI que resumisse aos presentes os atos já praticados e as denúncias já recebidas pela CPI. O Dr. Jefferson Alkade informou aos Deputados que a CPI já realizou a oitiva de várias vítimas e profissionais que voluntariamente prestaram a Comissão para contribuir com os trabalhos, sendo importante elaborar os primeiros atos e serem praticados frente à gravidade dos relatos ouvidos de seus depoentes; esclareceu também que a CPI tem recebido denúncias por meio de seu site eletrônico, e-mail, correspondências e protocolos, e que existem denúncias de várias cidades do Paraná, bem como um questionamento destes denunciantes sobre a atuação da CPI do Interior do Estado, sendo este um dos pontos a serem discutidos; informou que as denúncias recebidas envolvem diversos fatos, desde cobrança indevida por parte de administradoras e parafiscais, superfaturamento de obras e serviços, até práticas





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantera Mara Lima, Deputado Luiz Cláudio Romanelli e Deputado Rasco Rodrigues.



3.2 .6- DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA.



Na data de 27 de maio de 2014, na sala de reuniões da Presidência, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária da CPI, cujo teor consta da respectiva Ata, *in verbis*:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Ácioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Cláudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

*Ata da 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios*  
(Ato do Presidente nº 2/2014)

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às 10h00min, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Ácioli, Cantora Mara Lima, Rasca Rodrigues e Nelson Luersen, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Ausentes os Deputados: Luiz Cláudio Romanelli e Tadeu Veneri. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Presidente, Deputado Paranhos, declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, agradecendo a presença do Dr. Luiz Gustavo Fagundes Purgato e do Dr. Bruno de Almeida Passadore, representantes da Defensoria Pública do Paraná, convidando-os a compor a Mesa. Na sequência, pediu ao Relator que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Ácioli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos o Presidente esclareceu aos membros presentes que esta reunião tem como objetivo debater e definir sobre a expansão dos trabalhos da Comissão, pedindo ao Coordenador Geral da CPI que resumisse aos presentes os atos já praticados e das denúncias já recebidas pela CPI. O Dr. Jefferson Abade informou aos Deputados que a CPI já realizou a oitiva de várias vítimas e profissionais que voluntariamente procuram a Comissão para contribuir com os trabalhos, sendo importante elaborar os próximos atos a serem praticados frente à gravidade dos relatos ouvidos destes depoentes; esclareceu também que a CPI tem recebido denúncias por meio de seu sítio eletrônico, emails, correspondências e protocolos, e que existem denúncias de várias cidades do Estado, bem como um questionamento destes denunciadores sobre a atuação da CPI do interior do Estado, sendo este um dos pontos a serem discutidos; informou que as denúncias recebidas envolvem diversos fatos, desde cobrança indevida por parte de administradoras e garantidoras, superfaturamento de obras e serviços, até prática de estelionato; a maior parte das denúncias, porém refere-se a cobranças indevidas e abusivas, o que motivou os Deputados a solicitarem um perito em cálculos na última reunião desta Comissão, o que já está sendo providenciado, ressaltando que enquanto não forem realizados os cálculos não é possível delimitar a extensão dos danos sofridos pelos denunciadores, pelo que sugeriu aos Deputados que os empresários só sejam ouvidos após tal etapa; informou ainda que há um grande número de reclamações de pessoas



que residem em condomínios do Programa de Arrendamento Residencial da Caixa Econômica Federal, PAR, e segundo os denunciante é a Caixa Econômica Federal quem contrata as empresas que administram os condomínios, sem que os moradores possam opinar sobre a contratação, e há muita insatisfação com as empresas, havendo denúncias de omissão de documentos, falta de prestação de contas e superfaturamento de obras e serviços nestes casos, sendo um ponto a ser analisado por esta Comissão; relatou que a assessoria já está arquivando documentos, cópias de processos e contratos, e que já foram enviados ofícios à síndicos de condomínios citados em denúncias solicitando documentos e contratos para serem analisados pelo perito a ser contratado; por fim ressaltou a importância desta CPI buscar respostas aos mais diversos casos recebidos sem fugir do foco inicial. O Presidente agradeceu ao Coordenador Geral e abriu a palavra aos Deputados para observações e sugestões. O Deputado Rasca Rodrigues fez uso da palavra e agradeceu ao Dr. Jefferson pelos esclarecimentos, pois acreditava que a CPI já deveria ouvir os empresários para confrontar os depoimentos, mas depois da explicação ficou claro que ainda não é o momento, e que primeiro a Comissão precisa amearhar o maior número de documentos e provas para então confrontar tais empresas, e sugeriu ao Presidente que seja marcada uma reunião para que os Deputados ouçam o que os síndicos destes condomínios citados têm a falar sobre as denúncias aqui recebidas. O Presidente acatou a sugestão do Deputado Rasca Rodrigues e disse que incluirá a oitiva de síndicos no calendário dos trabalhos. A Deputada Cantora Mara Lima fez uso da palavra para informar que em suas visitas ao interior do Estado tem sido constantemente questionada sobre a atuação da Comissão nestas cidades e se haverá reunião da CPI nestes locais para ouvir as reclamações e denúncias, motivo pelo qual considera de extrema importância, apesar do calendário complexo, que os Deputados membros da Comissão desloquem-se para cidades como Londrina e Guarapuava para atender os anseios da população. O Presidente esclareceu à Deputada Cantora Mara Lima que esta reunião serve principalmente para definir tal assunto e pediu ao Relator, Deputado Roberto Aciolli, que apresentasse aos membros sua proposta de trabalho para a CPI. O Deputado Roberto Aciolli cumprimentou os presentes e esclareceu que propôs ao Presidente deliberação sobre inclusão nos trabalhos de Audiências Públicas a serem realizadas nas cidades de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Guarapuava, e que tais reuniões sejam realizadas quinzenalmente às quintas-feiras para que não haja prejuízo à agenda dos Deputados e nem às Sessões Ordinárias desta Casa de Leis. O Presidente colocou a proposta em discussão a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, pelo que o Presidente determinou à assessoria da Comissão que providenciasse os contatos nos Municípios citados, para verificar a disponibilidade de locais e data para a realização das Audiências Públicas, possibilitando o agendamento que deverá ser repassado a todos os Deputados Membros da Comissão. O Deputado Roberto Aciolli pediu novamente a palavra para questionar o Presidente sobre a possibilidade de solicitar ao Tribunal de Justiça a realização de um mutirão de conciliação para solução dos casos com ações tramitando no judiciário, bem como a suspensão destes processos. O Presidente esclareceu ao Deputado Roberto Aciolli que ainda faltam elementos suficientes para o pedido de suspensão dos processos, mas que a Defensoria Pública já se prontificou a atuar conjuntamente com esta CPI para tal solicitação; no que se refere ao mutirão de conciliação, este já está incluso no



plano de trabalho da CPI, mas aguarda autorização da Mesa Executiva desta Casa de Leis referente à viabilização de um plano de mídia, onde seria realizado o chamamento para tal mutirão. O Deputado Nelson Luersen pediu a palavra para questionar o Presidente sobre a inclusão dos casos relacionados ao PAR na agenda de oitivas da CPI, e sugeriu a oitiva de um representante da Caixa Econômica Federal sobre o assunto. O Presidente acatou a sugestão do Deputado Nelson Luersen e determinou à assessoria o agendamento de oitivas de vítimas relacionadas ao PAR, administradoras do PAR e um representante da Caixa Econômica Federal para falar sobre o assunto nas próximas reuniões ordinárias desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 10 de junho de 2014, às 9h30min, determinando que fosse lavrada a presente Ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO NELSON LUERSEN  
Membro

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI





negociar várias vezes e não conseguiu; fizeram uma declaração de própria punho informando a juíza que não tinham condições de pagar advogado e informando a juíza que podiam pagar, e o advogado da Duplique disse que a carta era ofensiva e não aceitou o pedido, e o processo foi para sentença. Não possui cópia da carta, pois ficou no processo, mas acredita que o valor que está cobrando é muito abusivo. O Deputado Roberto Acioli pediu a palavra para ressaltar a periculosidade das decisões, que são uníssonas no sentido das dificuldades que as empresas enfrentam para dificultar o pagamento da dívida, lembrando que a CPI não está instaurada para apoiar a inadimplência, pois a dívida existe e deve ser paga, porém, de forma justa e equitativa. Acrescentou que evidenciaram vários indícios de crimes de estelionato, crimes financeiros, sofisticando ao deposite que forneca à Comissão todos os documentos relacionados ao seu caso, e questionou os depoentes sobre a existência de monopólio das empresas. O Sr. Alex informou que acredita na existência de um monopólio, mas preferiu não dizer nomes, por receio, porém, informou que na Duplique, quando foi tentar negociar, tentaram lhe convencer a fazer empréstimos, inclusive com penhores de financiamentos, ou então vender o apartamento para pessoas indicadas por eles. Questionado pelo Deputado Tadeu Venêr, o Sr. Alex informou que a Duplique fica na Wrophausen. O Deputado Tadeu Venêr ainda sugeriu ao Presidente que sejam designadas pessoas da assessoria da CPI para ir com a Duplique pagar essas penhores e saber por que eles estão ocultando as pessoas a fazer empréstimos, e também chamar as empresas para serem ouvidas. Pensou a questionar o deposite sobre a existência de dois processos distintos, e o Sr. Alex informou que o condomínio é o mesmo a empresa é a mesma, mas desmembrou a cobrança em dois processos distintos: um com parcelas mais antigas e outro com parcelas mais novas. Os anos e valores das cobranças dos dois processos são diferentes, o imóvel não pode ir a leilão, por causa do acordo que vem pagando da seguinte forma: por mês até 2015, fica no boche de R\$ 3.500,00 a cada seis meses e correção monetária por ano, não sabendo qual o índice da correção. O deposite possui o contrato, mas não teve qual quer assessoria antes de assinar o documento. Questionado pelo Presidente, Deputado Paranhos, o Sr. Alex informou que os dois processos são de dívidas diferentes, um referente aos anos de 93 a 98 e outro referente aos anos de 2000 a 2002, e as dívidas realmente existem; mas o deposite discorda dos valores cobrados, muito acima dos originais. O Deputado Rascia Rodrigues pediu a palavra para informar que realizou um cálculo rápido e que essa taxa anual de R\$ 130,00 a dívida de 94 a 98, cinco anos, seria de aproximadamente R\$ 7.800,00, e de 2000 a 2002, ficaram 21 meses sem pagar, seria aproximadamente R\$ 11.000,00, ao que o Deputado questionou o deposite se seu processo era de R\$ 55.000,00 e o outro de R\$ 11.000,00. O Sr. Alex informou que pagou R\$ 11.000,00 para a Duplique referente ao processo de 2000 a 2002, mas que não sabia da existência do outro processo e acabaram fazendo um acordo por R\$ 55.000,00, e é esse acordo que estão pagando atualmente. O Deputado Rascia Rodrigues ainda explicou que o deposite fornecia cópia dos cálculos, pois acredita que o deposite esteja pagando um valor muito alto. O Deputado Roberto Acioli pediu a palavra para dizer que, ao contrário do sugerido pelo Deputado Tadeu Venêr, acredita que a CPI deve continuar ouvindo mais vítimas antes de chamar os empreendedores para serem ouvidos, e sugeriu ao Sr. Presidente a constituição de um perito em cálculos para acompanhar e assessorar a CPI. O Presidente passou a seguinte ao Deputado Roberto Acioli e determinou à secretária da CPI a elaboração de ofício solicitando a constatação de um técnico em cálculos. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Alex e agradeceu a presença. Na sequência, o Presidente convidou a Sra. Iara do Rocio Vaz, moradora da Rua João Alencar Guimarães, 1740, para comparecer a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão lido o compromisso de a deposite dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Iara do Rocio Vaz. O Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra para a deposite. A Sra. Iara do Rocio Vaz prestou depoimento e esclareceu que possui uma apto ainda em andamento na 2ª Vela Civil, de número 101/2008, referente a condomínio, pois teve problemas bancários, incluindo salário de faculdade, e deixou de pagar o condomínio a partir de 2003; informou que quem está cobrando a dívida é a Duplique, mas eles não apareceram na primeira audiência. Alega que tentou por diversas vezes um acordo e não conseguiu, por exigirem parcelas muito altas e folhas de cheque, o que a deposite não possui, e assim vão rolando a dívida. A empresa cobra taxa bancária de 2% mesmo quando o pagamento não é feito no banco, e ainda existe taxa de inadimplência rateada entre os moradores, o que a deposite acredita ser indevido. Em soma das tentativas de acordo o valor apresentado de onze mil, com juros e todas as taxas lá para R\$ 27.342,92, e a proposta da Duplique era uma soma de R\$ 1.500,00 mais 10 vezes de R\$ 1.905,00 no cheque. Como a deposite não tinha cheque, eles mudaram a proposta para R\$ 10.000,00 de entrada e 20 vezes de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 30.000,00. A deposite fez um empréstimo e pagou R\$ 10.000,00 diretamente para a empresa, mas o valor não foi descontado no processo. Quando a deposite assinou o boche, teve que procurar um advogado para fazer constar no processo em R\$ 10.000,00, pois a empresa estava ocultando essa informação a apto. A deposite pagou um contador para fazer o cálculo, descontando os R\$ 10.000,00 resultaram apenas R\$ 8.000,00 para pagar, mas a empresa está exigindo R\$ 40.000,00 e se segurar a qualquer acordo, impossibilitando o pagamento. Questionado pelo Presidente, a deposite informou que está pagando as parcelas mensais em dia, mas que seu apartamento continua penhorado e corre o risco de ir para leilão. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli, a deposite esclareceu que a empresa já deu a inadimplência entre os moradores, mas quando recebe algum pagamento em atraso esse valor não é repassado ao condomínio. Questionado pelo Deputado Rascia Rodrigues, a deposite esclareceu que reconhece a dívida de R\$ 8.000,00, mas a empresa quer receber R\$ 40.000,00, que o cálculo realizado pelo seu contador está no processo e que a CPI pode solicitar cópia do processo; esclareceu ainda que não há apartamentos em seu condomínio e que a empresa cobra 8% para garantir as taxas a título de perdas e danos, mas que a deposite acredita que a empresa não perde nada, pois cobra de todos os moradores uma taxa de inadimplência. O Defensor Público Dr. Luiz Gustavo pediu a palavra, para esclarecer que em sua análise pode identificar muitas demandas que estão sendo investigadas nessa CPI, por garantidoras que sequestram as casas condominiais, cobram dos condôminos e depois ingressam em juízo, cobrando encargos de forma excessiva, juros, e aplicando índices que não estão previstos no contrato, que geralmente é o IPCA, além de muitas fora do limite legal, e questionou a deposite sobre a taxa de 2%, que ela alega pagar ao banco. A deposite explicou que ela 2% de taxa de banco bancário e que ela acredita ser indevido. O Dr. Luiz

Gustavo esclareceu que a STJ já pacificou o entendimento de que essa taxa não pode ser cobrada e argumentou que a Defensoria Pública evidenciou que essa empresa demonstra para entrar com as ações de cobrança, já obtendo a permissão e o leilão do imóvel, que por se tratar de dívida de condomínio não é abrangido pelo benefício do bem de família, e a maioria das pessoas, por serem carentes, não têm a dívida assistida, e os processos correm à revelia. O Deputado Rascia Rodrigues pediu a palavra para enfatizar que o natural, após três meses de atraso, seria a empresa tomar atitudes de cobrança desses débitos, mas as empresas não têm essa postura e ingressam com as ações quando as dívidas já estão muito altas proporcionalmente, sobre o que a CPI deverá se debater em encontrar soluções para barrar tais práticas e possibilitar que os inadimplentes interessados quitem suas dívidas. O Defensor Público Dr. Bruno pediu a palavra para ressaltar a frequência dessas práticas de dificultar o pagamento, gerando dívidas astronômicas, mas também a existência de crime de supressão de documentos, previsto no Código Penal, e um possível crime, pois nos processos da Defensoria Pública há a frequência de falsas empresas, a Garante, a Pró-Condômino e a Assessoria, o salve a prática de estelionato, ao cobrar duplamente o mesmo valor, primeiro diluindo entre os condôminos e depois cobrando do deposite, além de crimes contra o consumidor, como cobranças abusivas e vexatórias, pelo que parabenizou essa Assembleia Legislativa pela iniciativa de investigar tais questões que opõem principalmente a população mais carente do Estado. Na sequência, a escrivã Walquíria, representante do Dr. Renato, da Delegacia do Consumidor, pediu a palavra para expor sua indignação com as práticas relatadas pelas vítimas e parabenizar os Deputados pela atitude da CPI e salientar que a Delegacia do Consumidor acompanharia a CPI e atuará em qualquer prática criminosa que esteja sendo cometida. O Deputado Roberto Acioli pediu a palavra para ressaltar mais uma vez que a CPI não foi instaurada no intuito de beneficiar os chamados "caloteiros", mas para fazer garantir o direito legítimo que possuem por dificuldades como doença, falecimento na família ou desemprego, de que possuem pagar suas dívidas de forma justa e sem abusos, e espera alcançar esse objetivo mudando a forma de atuação dessas empresas. O Sr. Carlos, representante do Secovi, pediu a palavra para esclarecer que as Garantidoras não são abrangidas pela categoria do Secovi, pois essas empresas não são Administradoras de Condomínios, sendo importante a diferenciação, para deixar isso claro à população. O Presidente, Deputado Paranhos, agradeceu o esclarecimento do Sr. Carlos e ressaltou a importância do Secovi acompanhar as investigações, visto que pode haver ilícitos ou administradoras envolvidas nas questões denunciadas. O Presidente encerrou o depoimento da Sra. Iara Vaz do Rocio e solidou à assessoria jurídica que providenciasse cópia do processo da deposite para o arquivamento da CPI, para instruir um possível pedido de suspensão de alguns casos no Tribunal de Justiça, informando aos presentes que a próxima reunião será para debater sobre os próximos atos da CPI em conjunto com a Defensoria Pública, o Secovi, a Dalcon e o Ministério Público. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 27 de maio de 2014, às 10h00min, a ser realizada na Sala de Reuniões da Presidência, para tratar dos assuntos já expostos, determinando que fosse levado a presença a, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI das Condôminos

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI das Condôminos

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
Membro

DEPUTADO RASCIA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO TADEU VENÊR  
Membro

DR. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

1126232514

Ata da 02ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito das Condôminos  
(Ata de Reunião nº 2/2014)

Amã vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às 10h00min, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Carlos Mare Lima, Rascia Rodrigues e Nelson Louren, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito das Condôminos, Assessoria dos Deputados: Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Venêr. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Presidente, Deputado Paranhos, declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, agradecendo a presença do Dr. Luiz Gustavo Fagundes Purgato e do Dr. Bruno de Almeida Passadoro, representantes da Defensoria Pública do Paraná, convidando-os a comparecer a Mesa. Na sequência, pediu ao Relator que fizesse o leitura da Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Acioli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos o Presidente encaminhou aos membros presentes que esta reunião tem como objetivo debater e definir sobre o exposto das atividades da Comissão, pedindo ao Coordenador Geral da CPI que resumisse aos presentes os atos já praticados e das denúncias já recebidas pela CPI. O Dr. Jefferson Abade informou aos Deputados que a CPI já realizou a oitiva de várias vítimas e profissionais que voluntariamente procuraram a Comissão para colaborar com os trabalhos, sendo importante elaborar os próximos atos a serem praticados frente à gravidade dos relatos ouvidos destes depoentes; esclareceu também que a CPI tem recebido denúncias por meio de seu site eletrônico, e-mails, correspondências e protocolos, e que embora tenhamos de várias cidades do Estado, bem como um questionamento destes denunciadores sobre a atuação da CPI do interior do Estado, sendo este um dos pontos a serem discutidos, informou que as denúncias recebidas envolvem diversas formas, desde cobrança indevida por parte de administradoras e garantidoras, superfaturamento de obras e serviços, até prática







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Peranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli III  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

3.2.7- DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA.



Na data de 25 de junho de 2014, na sala de reuniões da Presidência, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária da CPI, cujo teor consta da respectiva Ata, *in verbis*:





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

*Ata da 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios  
(Ato do Presidente nº 2/2014)*

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às 10h00min, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos e Roberto Acioli, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Ausentes os Deputados: Cantora Mara Lima, Rasca Rodrigues e Nelson Luersen, Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Veneri. Na presença dos Defensores Públicos Dr. Luiz Gustavo Fagundes Purgato e Dr. Bruno de Almeida Passadore, e do representante do Secovi-PR, Sr. Carlos Eduardo Manzochi. O Presidente, Deputado Paranhos, declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito e agradeceu a presença de todos, esclarecendo que a presente reunião deveria ter ocorrido em dez de junho, mas foi cancelada em função das enchentes e calamidades ocorridas em várias cidades do interior do Estado, motivo pelo qual foi transferida para a presente data; informou ainda que os demais Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios não poderão comparecer a esta reunião por estarem, neste mesmo horário, participando de uma Audiência Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, no Plenário desta Casa de Leis, para tratar do problema das enchentes e da questão dos atingidos pelas barragens no Estado, o que impede qualquer votação e aprovação nesta reunião, por ausência de quórum mínimo. Na sequência, o Presidente informou que hoje seriam tomados quatro depoimentos de vítimas relacionadas ao PAR, pessoas estas que estão presentes aguardando para serem ouvidas, ressaltando que não haverá outra data para a CPI tomar tais depoimentos dado ao exíguo prazo de encerramento, e considerando injusto dispensar essas pessoas por força de problemas internos de agenda parlamentar, o Presidente determinou que tais pessoas sejam ouvidas neste momento e prestem seu depoimento de forma voluntária, sem interpelação, devendo a assessoria filmar os depoimentos para anexá-los aos arquivos da CPI. O Presidente informou ainda, que em vista da urgência das deliberações que deveriam ser realizadas nesta reunião, convocará uma Reunião Extraordinária ainda para esta data, a ser realizada logo após a Sessão Ordinária desta Casa, na sala de reuniões anexa ao Plenário. Antes do encerramento os presentes receberam a visita do Senador Álvaro Dias que foi cumprimentado pelo Presidente e pelo Deputado Roberto Acioli. O Senador Álvaro Dias pediu a palavra para manifestar seu



total apoio às investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito e ressaltar a importância desta atitude em defesa dos cidadãos do Estado, que vem sofrendo com estas empresas. O Presidente agradeceu o Senador Álvaro Dias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando que fosse lavrada a presente Ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI  
Relator da CPI dos Condomínios

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI



de estímulos, a maior parte das denúncias, porém, refere-se a cobranças indevidas e abusivas, o que motivou os Deputados a solicitarem uma perita em cálculos na última reunião desta Comissão, o que já está sendo providenciado, resultando que enquanto não forem realizados os cálculos não é possível definir o estímulos dos danos sofridos pelos denunciantes, pelo que sugeriu aos Deputados que os empreiteiros só sejam ouvidos após tal etapa; informou ainda que há um grande número de reclamações de pessoas que residem em condomínios do Programa de Arrendamento Residencial do Centro Econômico Federal, PAR, e segundo as denúncias é a Caixa Econômica Federal quem contrata as empresas que administram os condomínios, sem que os moradores possam opinar sobre a contratação, e há muita insatisfação com as empresas, havendo denúncias de cobrança de documentos, falta de prestação de contas e superfaturamento de obras e serviços nestes casos, sendo um ponto a ser analisado por esta Comissão; relatou que a assessoria já está arquivando documentos, cópias de processos e contratos, e que já foram enviados ofícios à síndicos de condomínios citados em denúncias solicitando documentos e contratos para serem analisados pelo perito a ser contratado, por fim resultou a importância desta CPI há de se registrar aos mais diversos casos recebidos sem fugir do foco inicial. O Presidente agradeceu ao Coordenador Geral e abriu a palavra aos Deputados para observações e sugestões. O Deputado Raulo Rodrigues fez uso da palavra e agradeceu ao Dr. Jefferson pelo esclarecimento, pela assecuração que a CPI já deverá ouvir os empreiteiros para confrontar os depoimentos, mas depois da explicação ficou claro que ainda não é o momento, e que primeiro a Comissão precisa analisar e maior número de documentos e provas para então confrontar tais empresas, e sugeriu ao Presidente que seja marcada uma reunião para que os Deputados ouçam o que os síndicos desses condomínios citados têm a falar sobre as denúncias aqui recebidas. O Presidente aceitou a sugestão do Deputado Raulo Rodrigues e disse que irá chamar a atenção da síndica no calendário dos trabalhos. A Deputada Cantora Maria Lima fez uso da palavra para informar que em sua visita ao interior do Estado tem sido constantemente questionada sobre atuação da Comissão nestas cidades e se haverá reunião da CPI nesse local para ouvir as reclamações e denúncias, motivo pelo qual considera de extrema importância, apesar de estender o calendário, que os Deputados membros da Comissão deslocem-se para cidades como Londrina e Guarapuava para atender as anseios da população. O Presidente esclareceu à Deputada Cantora Maria Lima que esta reunião serve principalmente para definir tal assunto e pediu ao Relator, Deputado Roberto Acioli, que apresentasse aos membros sua proposta de trabalho para a CPI. O Deputado Roberto Acioli explicou aos presentes e esclareceu que propôs ao Presidente a divulgação sobre inclusão nos trabalhos de Audiências Públicas a serem realizadas nas cidades de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava, e que tais reuniões sejam realizadas quinzenalmente às quintas-feiras para que não haja prejuízo à agenda dos Deputados e não às Sessões Ordinárias desta Casa de Leis. O Presidente colocou a proposta em discussão e qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, pelo que o Presidente determinou à assessoria da Comissão que providencie as reuniões nos Municípios citados, para verificar a disponibilidade de locais e data para a realização das Audiências Públicas, possibilitando o agendamento que deverá ser repassado a todas as Deputadas Membros da Comissão. O Deputado Roberto Acioli pediu novamente a palavra para questionar o Presidente sobre a possibilidade de solicitar ao Tribunal de Justiça a realização de um mutirão de coordenação para solução dos casos com ações em andamento no Judiciário, bem como a suspensão destes processos. O Presidente esclareceu ao Deputado Roberto Acioli que ainda faltam elementos suficientes para o pedido de suspensão dos processos, mas que a Defesa Pública já se prontificou a atuar conjuntamente com esta CPI para tal solicitação; no que se refere ao mutirão de coordenação, esta já está incluso no plano de trabalho da CPI, mas aguarda autorização da Mesa Diretora desta Casa de Leis referente à viabilização de um plano de mídia, onde seria realizado o chamamento para tal mutirão. O Deputado Nelson Luersen pediu a palavra para questionar o Presidente sobre a inclusão dos casos relacionados ao PAR na agenda de atividades da CPI, e sugeriu a criação de um representante da Caixa Econômica Federal sobre o assunto. O Presidente atendeu a sugestão do Deputado Nelson Luersen e determinou à assessoria o agendamento de atividades de visitas relacionadas ao PAR, administradoras do PAR e um representante da Caixa Econômica Federal para falar sobre o assunto nas próximas reuniões ordinárias desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encorreu a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 10 de junho de 2014, às 10h00min, determinando que fosse lavrada a presente Ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO NELSON LUERSEN  
Membro

DEPUTADA CANTORA MARIA LIMA  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

1129102114

# Ata da 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios (Ata da 7ª Sessão nº 2/2014)

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às 10h00min, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos e Roberto Acioli, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios, Assessoria dos Deputados: Cantora Maria Lima, Rasca Rodrigues e Nelson Luersen, Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Veneri, Na presença dos Defensores Públicos Dr. Luiz Gustavo Fagundes Purgato e Dr. Sílvio de Almeida Paschoare, e do representante do Sesi-PR, Sr. Carlos Eduardo Mesquita. O Presidente, Deputado Paranhos, declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito e agradeceu a presença de todos, mencionando que a presente reunião deveria ter ocorrido em dias de junho, mas foi cancelada em função das condições e calamidades ocorridas em várias cidades do interior do Estado, motivo pelo qual foi transferida para a presente data; informou ainda que os demais Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios não poderão comparecer a esta reunião por estarem, neste mesmo horário, participando de uma Audiência Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, no Plenário desta Casa de Leis, para tratar do problema das enchentes e da questão dos atingidos pelas barragens no Estado, o que impede qualquer votação e aprovação nesta reunião, por ausência de quórum mínimo. Na sequência, o Presidente informou que hoje serão tomadas quatro decisões de vitórias relacionadas ao PAR, pessoas estas que estão presentes aguardando para serem ouvidas, resultando que não haverá outra data para a CPI tomar tais depoimentos dado ao curto prazo de encerramento, e considerando injusto dispensar essas pessoas por força de problemas internos de agenda parlamentar, o Presidente determinou que tais pessoas sejam ouvidas neste momento e prestem seu depoimento de forma voluntária, sem interrupção, devendo a assessoria listar as depoimentos para anexá-los aos arquivos da CPI. O Presidente informou ainda, que em vista da urgência das obras de obras que deverão ser realizadas nesta reunião, convocou uma Reunião Extraordinária ainda para esta data, e ser realizada logo após a Sessão Ordinária desta Casa, na sala de reuniões anexa ao Plenário. Antes do encerramento os presentes receberam a visita do Senador Álvaro Dias que foi cumprimentado pelo Presidente e pelo Deputado Roberto Acioli. O Senador Álvaro Dias pediu a palavra para enfatizar seu total apoio às investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito e ressaltar a importância desta atitude em defesa dos cidadãos do Estado, que vem sofrendo com estas empresas. O Presidente agradeceu ao Senador Álvaro Dias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encorreu a reunião, determinando que fosse lavrada a presente Ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condomínios

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

1129102114

# Ata da 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios (Ata da 8ª Sessão nº 2/2014)

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às 10h00min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Tadeu Veneri, e Nelson Luersen, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios, Assessoria dos Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Rasca Rodrigues e Cantora Maria Lima. Havendo o número legal, sob a prescrição de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, informando aos membros presentes que nesta data serão ouvidos três pessoas, dois representantes de administradoras vinculadas ao PAR e um representante da Caixa Econômica Federal. Antes de iniciar os depoimentos, o Presidente pediu ao Relator que lesse a leitura das Atas das duas Reuniões Ordinárias anteriores e da 1ª Reunião Extraordinária para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Acioli, fez a leitura das Atas, as quais, colocadas em discussão, foram aprovadas por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou o Sr. Otávio Lima Iglesias, representante legal da empresa Neves & Filhos Administração e Intermediação de Imóveis Ltda., conhecida como Casarão, para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Otávio Lima Iglesias. O Presidente agradeceu a presença e questionou o depoimento se este tinha conhecimento dos trabalhos que esta CPI vem desenvolvendo e qual o tipo de relação da empresa se dispõem com os condomínios. O Sr. Otávio Lima Iglesias informou que a empresa Casarão administra condomínios particulares e condomínios da Caixa Econômica Federal; no caso da Caixa os contratos são feitos por licitação através de licitação pública. Questionado pelo Deputado Paranhos o Sr. Otávio esclareceu que os contratos com a Caixa Econômica Federal são assinados pelo período de um ano; durante esse ano existem índices a serem atingidos, avaliados, e o contrato é renovado a cada ano por no máximo cinco anos; existem índices de inadimplência e serem baixos, que são avaliados mês a mês e se a empresa estiver dentro desses índices é renovado o contrato; a empresa é avaliada tanto pelo índice de inadimplência, ouvidorias, reclamação de moradores, como por todo o complexo de atos que envolvem a manutenção do condomínio; a avaliação é constante; a empresa possui relações com a Caixa mensalmente ou sempre que é solicitado, basicamente enviado dentro dos índices e concluído o condomínio de uma maneira correta o contrato é renovado; o processo de licitação depende de cada Estado, a empresa Casarão atua em outros Estados também, e cada Estado tem o seu tipo de licitação, às vezes aberto, outras pregão, sempre conforme edital publicado; no Estado do Paraná a licitação é feita através de portais onde é avaliado os preços para chegar à classificação final das empresas candidatas, para depois distribuir os condomínios de acordo com o primeiro colocado, segundo colocado, terceiro colocado, e assim por diante; a licitação não é restrita para administração de um condomínio específico é geral e depois de classificação a Caixa Econômica distribui os contratos

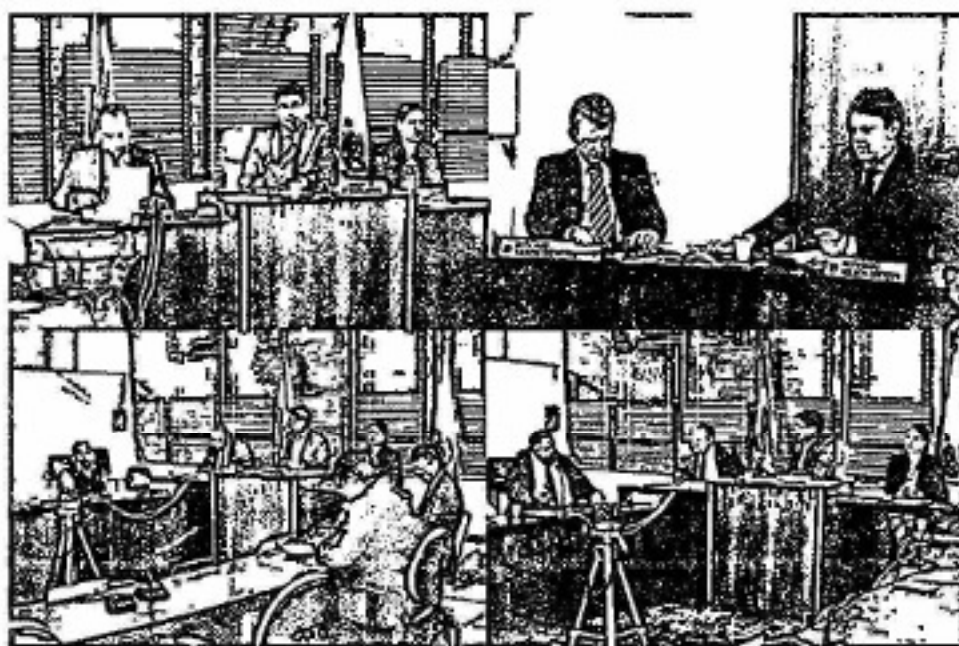


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Poranhões  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

3.2.8- DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA.



Na data de 05 de agosto de 2014, na sala de reuniões das Comissões, realizou-se a 8ª Reunião Ordinária da CPI, cujo teor consta da respectiva Ata, *in verbis*:





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Aciolli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

*Ata da 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios*  
(Ato do Presidente nº 2/2014)

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às 10h00min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Aciolli, Tadeu Veneri, e Nelson Luersen, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Ausentes os Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Rasca Rodrigues e Cantora Mara Lima. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, informando aos membros presentes que nesta data serão ouvidas três pessoas, dois representantes de administradoras vinculadas ao PAR e um representante da Caixa Econômica Federal. Antes de iniciar os depoimentos, o Presidente pediu ao Relator que fizesse a leitura das Atas das duas Reuniões Ordinárias anteriores e da 1ª Reunião Extraordinária para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Aciolli, fez a leitura das Atas, as quais, colocadas em discussão, foram aprovadas por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou o Sr. Otávio Lima Iglesias, representante legal da empresa Neves & Filhos Administração e Intermediação de Imóveis Ltda., conhecida como Casarão, para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Otávio Lima Iglesias. O Presidente agradeceu a presença e questionou o depoente se este tinha conhecimentos dos trabalhos que esta CPI vem desenvolvendo e qual o tipo de relação da empresa do depoente com os condomínios. O Sr. Otávio Lima Iglesias informou que a empresa Casarão administra condomínios particulares e condomínios da Caixa Econômica Federal; no caso da Caixa os contratos são feitos por habilitação através de licitação pública. Questionado pelo Deputado Paranhos o Sr. Otávio esclareceu que os contratos com a Caixa Econômica Federal são assinados pelo período de um ano; durante esse ano existem índices a serem atingidos, avaliados, e o contrato é renovável a cada ano por no máximo cinco anos; existem índices de inadimplência a serem batidos, que são avaliados mês a mês e se a empresa estiver dentro desses índices é renovado o contrato; a empresa é avaliada tanto pelo índice de inadimplência, ouvidorias, reclamação de moradores, como por todo o complexo de atos que envolvem a manutenção do condomínio; a avaliação é constante; a empresa passa relatórios para a Caixa mensalmente ou sempre que é solicitado; basicamente estando dentro dos índices e conduzindo o condomínio de uma maneira correta o contrato é renovado; o processo de licitação depende de cada Estado, a empresa Casarão atua em outros Estados também, e cada Estado tem o seu tipo de licitação, às vezes





sorteio, outras pregação, sempre conforme edital publicação; no Estado do Paraná a licitação é feita através de pontuação onde é avaliado os quesitos para chegar à classificação final das empresas candidatas, para depois distribuir os condomínios de acordo com o primeiro colocado, segundo colocado, terceiro colocado, e assim por diante; a licitação não é realizada para administração de um condomínio específico, ela é geral e depois da classificação a Caixa Econômica distribui os contratos de cada condomínio para cada empresa; nos condomínios da Caixa Econômica, o síndico é pessoa jurídica, a empresa contratada pela Caixa para administrar o condomínio, não há um síndico dentro do condomínio; a empresa tem fiscais de condomínios próprios que vão atender os moradores, e fornecedores que vão fazer algum tipo de concerto, mas o síndico é a pessoa jurídica; no que se refere a decisões para realização de obras ou reformas a empresa tem autonomia de até um salário mínimo para fazer qualquer reparo, caso ultrapasse a empresa tem que submeter à assembleia de moradores, apresentando três orçamentos, e os moradores escolhem o mais barato, ou o que porventura eles acharem melhor, tudo conforme contrato realizado com a Caixa Econômica Federal. Satisfeito com as explicações, O Presidente abriu a palavra para questionamento dos Deputados. O Deputado Tadeu Veneri fez uso da palavra para esclarecer que tem conhecimento que em empreendimentos do PAR é contratada uma empresa até que se tenha mais de um terço dos imóveis vendidos, podendo constituir a assembleia dos proprietários, e só após a venda superior a um terço é que seria permitido aos moradores elegerem um síndico, e questionou o Sr. Otávio sobre a participação de sua empresa em outros empreendimentos. O Sr. Otávio esclareceu que sua empresa atua em empreendimentos privados também. Questionado novamente pelo Deputado Paranhos o Sr. Otávio esclareceu que enquanto está vigente o contrato da empresa com a Caixa Econômica Federal os moradores não podem eleger síndico, pois este é o papel da empresa; é eleito um conselho fiscal ou comissão fiscal do condomínio apenas para dar pareceres nas prestações de contas que a empresa é obrigada a apresentar para a Caixa Econômica; apenas quando 50% mais um dos imóveis são quitados é que os moradores conseguem eleger um síndico escolhido por eles, e a administradora fica responsável pelos apartamentos ainda em nome da Caixa, ou seja, os não quitados. O Deputado Tadeu Veneri pediu a palavra para esclarecer que no PAR o imóvel continua pertencendo à Caixa Econômica Federal até a sua quitação, pois no processo de arrendamento não existe a compra do imóvel, mas sim a locação, assim a Caixa Econômica estará alugando esse imóvel para terceiros por um determinado período, e após esse período a pessoa pode fazer, se quiser, a opção de compra do imóvel, por isso o morador não tem como votar em uma assembleia de condomínios porque ele não é proprietário. O Deputado Nelson Luersen pediu a palavra para questionar o Sr. Otávio se as empresas são contratadas por licitação e/ou tomada de preço, se é a Caixa Econômica quem paga os contratos e qual o valor que a Caixa paga por estes contratos. O Sr. Otávio esclareceu que é a Caixa quem paga as empresas e que são duas remunerações diferentes: uma baseada no valor dos condomínios recebidos e outra baseada no valor das prestações que os moradores pagam para a Caixa pelo arrendamento; a empresa recebe o equivalente a 10% da receita das taxas condominiais pagas, se não houver pagamento não recebe nada, e mais 9,5% sobre os contratos de arrendamento, ou seja, pelos valores pagos mensalmente de arrendamento. Questionado pelo Deputado Paranhos o Sr. Otávio informou que sua empresa não pratica abusos em sua cobrança, nem



na taxa de juros, que a Caixa avalia a empresa por índices, e para a renovação do contrato a empresa tem que ter no máximo 5% de pessoas com mais de três taxas de arrendamento, e 15% referente a taxas de condomínio, mas a cobrança é feita da maneira legal com juros legais de 1% e multa de 2%, nada mais que isso, não tem nem correção monetária; esclareceu ainda que a sua empresa não tem ações contra condôminos, pois não possui corpo jurídico para isso; a empresa apenas prepara documentação e notifica os moradores em mora, e envia os documentos para a Caixa Econômica tomar providências. O Presidente questionou o Sr. Otávio sobre os departamentos existentes na empresa e suas funções. O Sr. Otávio informou que existem quatro setores diferentes: a gerência, os fiscais de condomínio que vão até o condomínio, para ver a questão de manutenção, a questão de descumprimento de regimento interno do próprio condomínio e tem o setor da prestação de contas que é feito para a Caixa; a política da empresa e que reclamações de moradores sejam realizadas por email ou por escrito, sendo que a empresa deixa fichas nos condomínios para tal fim. Questionado pelo Deputado Paranhos sobre quantos contratos a empresa Casarão possui com a Caixa, o Sr. Otávio informou que a empresa possui sete contratos com a Caixa que envolvem a cidade de Curitiba, São José dos Pinhais e Maringá e que somam 3.100 apartamentos. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli o Sr. Otávio informou que é advogado e também sócio da empresa Casarão, e que nos condomínios particulares a empresa atua de duas formas diferentes, em alguns atua como síndico igual aos contratos da Caixa, e em outros como auxiliar do síndico na contabilidade, folha de funcionários, indicação de fornecedores para pequenos reparos entre outros; os boletos emitidos pela empresa sempre são enviados com código de barras e a empresa só cobra os juros legais de 1% ao mês, não existindo aumentos destes juros; informou ainda que a empresa independente de condomínios particulares ou da Caixa; tem por hábito consultar os moradores sobre empresas para a realização de pequenos reparos. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli sobre a constituição da empresa se esta era somente administradora, antecipava ou emprestava dinheiro para condomínios o Sr. Otávio informou que a sua empresa só administra, não faz qualquer tipo de antecipação ou empréstimos; informou ainda que no caso de condomínios particulares o fundo de reserva é depositado na conta do condomínio, mas no caso de condomínios da Caixa não é permitido a cobrança ou existência de fundo de reserva; informou ainda que a matriz da empresa é no Rio Grande do Sul, e que naquele Estado a empresa também atua como intermediadora de imóveis, porém no Estado do Paraná a empresa só atua na administração de condomínios; afirmou que a empresa não participa de leilões da Caixa, e que em casos de acordos com inadimplentes da Caixa os valores recebidos são todos revertidos para os condomínios; no caso de condomínios particulares quando o atraso ultrapassa um ano a empresa encaminha para o jurídico que cobra de 10% a 20% de honorários. Questionado pelo Deputado Acioli sobre a atuação de garantidoras no Estado o Sr. Otávio informou que tem pouco conhecimento, pois sua empresa não mantém relação com tais empresas. Questionado pelo Deputado Paranhos o Sr. Otávio informou que não sabe informar quantas pessoas chegaram a perder seus imóveis com ações na justiça, mas que obteve a informação do setor de cobrança, que nos últimos 90 dias a empresa mandou doze pessoas para o departamento jurídico, mas a política de empresa é sempre tentar acordos de parcelamentos extrajudiciais, e apenas quando não há mais possibilidade encaminhar para o jurídico. O Presidente determinou à



equipe da CPI que solicite junto à empresa cópia dos últimos acordos feitos com proprietários, para anexar ao arquivo da Comissão. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Otávio Lima Iglesias e agradeceu a presença. Na sequência, o Presidente convidou o Sr. Érgio Antonio Curtarelli, representante legal da empresa Padra Imóveis Ltda. para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Érgio Antonio Curtarelli. O Presidente agradeceu a presença e questionou o depoente se este tinha conhecimentos dos trabalhos que esta CPI vem desenvolvendo e se poderia contribuir de alguma forma com as investigações. O Sr. Érgio Antonio Curtarelli informou que tomou conhecimento vagamente da CPI, pois reside em Joinville e tem pouco contato com as notícias do Paraná. Questionado pelo Deputado Paranhos o Sr. Érgio esclareceu que não é advogado, mas apenas representante da empresa Padra; que trabalha na empresa desde 2007 com o Paulo que é proprietário da empresa; a empresa possui contratos de administração de condomínios com a Caixa Econômica Federal desde 2005 em Santa Catarina e desde 2010 no Paraná, mas não soube precisar a quantidade de contratos existentes; informou que não tem conhecimento de denúncias ou reclamações sobre os valores cobrados pela empresa, mas empresa mantém um departamento para atender os moradores; informou que não ouviu o depoimento anterior e que o tempo de administração dos contratos da Caixa é de dois anos, e são feitas licitações a cada cinco anos; o pagamento destes contratos é de 9,5% para gerenciar os contratos de arrendamento e 10% para gerenciar os condomínios; quando há atraso nas parcelas da Caixa ou do condomínio é cobrado apenas o juro legal de 1% e 2% de multa, quem faz a cobrança é a empresa em nome do condomínio. Questionado pelo Deputado Roberto Aciolli o Sr. Érgio esclareceu que a empresa cobra as taxas de condomínio em nome do condomínio não a de arrendamento, a empresa não recebe nenhum valor a mais para fazer a cobrança, o rendimento é apenas o do contrato e todo o valor recebido vai para a conta do condomínio; informou que mora em Joinville e cuida da empresa lá, vindo para Curitiba a cada 15 dias para verificar a empresa; informou que os condomínios da Caixa não podem compor fundo de reserva por previsão da própria convenção; respondendo ao questionamento o Sr. Érgio informou que a empresa Padra não faz a cobrança jurídica, apenas a administrativa, que possui advogado na empresa, mas este não atua em cobranças. O Deputado Roberto Aciolli esclareceu que a CPI tem recebido diversas denúncias de pessoas que perderam seus imóveis para garantidoras de condomínios, e questionou o depoente sobre o assunto. O Sr. Érgio informou que nos condomínios do PAR não é permitido a contratação de garantidoras, tal contratação só poderá existir quando o condomínio se tornar particular, e não tem conhecimento de pessoas que tenham perdido seus imóveis nessa situação nos condomínios que a Padra administra; informou ainda que a Padra não participa de leilões de imóveis. Questionado pelo Deputado Paranhos o Sr. Érgio esclareceu que em condomínios particulares há duas formas de determinar o valor da taxa de condomínio, uma por previsão orçamentária quando se determina uma taxa fixa para aquele ano até a próxima assembleia ordinária, e outra por rateio dos gastos do mês anterior; os condomínios do PAR são todos por previsão orçamentária feita pela empresa administradora em conjunto com uma comissão fiscal de moradores e entregue para aprovação da Caixa, que depois convoca assembleia de moradores para discussão e aprovação final; a aprovação da previsão orçamentária é sempre





difícil de tratar com os moradores, e às vezes ela volta para a Caixa e passa por nova assembleia várias vezes até aprovação; esclareceu que há pouco tempo a Caixa começou a promover quitações antecipadas e alguns condomínios administrados pela empresa Padra já possuem síndico dentro do condomínio, dois em Curitiba e um em Joinville, e que a empresa não tem síndico próprio remunerado por ela. Questionado pelo Deputado Nelson Luersen o Sr. Érgio esclareceu que em Curitiba a Padra apresenta uma fatura de prestação de serviços à Caixa no valor médio de R\$ 40.000,00 a R\$ 50.000,00 mensais referentes só a taxas de condomínio, e que o valor dos serviços pelos contratos de arrendamento não passa pela filial de Curitiba, indo direto para a matriz em Joinville. O Deputado Nelson Luersen sugeriu ao Presidente a solicitação por escrito para que a empresa Padra e demais empresas que prestam este serviço no Paraná, forneçam os dados sobre o faturamento dos contratos da Caixa. O Presidente acatou a sugestão do Deputado Nelson Luersen e determinou que a secretária da CPI providenciasse a solicitação. O Deputado Paranhos questionou o depoente sobre a fiscalização e manutenção dos condomínios e apartamentos. O Sr. Érgio esclareceu que a empresa só cuida da área comum, que são feitas visitas duas vezes por semana no condomínio para vistoriar a funcionalidade de lâmpadas, portão e extintores. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Érgio Antonio Curtarelli e agradeceu a presença. Na sequência, o Presidente convidou o Sr. Rodney Luiz Trevisan, representante da Caixa Econômica Federal, para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Rodney Luiz Trevisan. O Presidente agradeceu a presença e questionou o depoente se tinha conhecimentos dos trabalhos que esta CPI vem desenvolvendo e se poderia contribuir de alguma forma com as investigações. O Sr. Rodney Luiz Trevisan informou que tomou conhecimento da CPI através da imprensa e ressaltou que o programa PAR é do Ministério das Cidades representado pela Caixa, ou seja, é um programa federal; informou que a esclarecerá todas as dúvidas da Comissão, mas fez questão de deixar claro que a Caixa atua como representante do Ministério das Cidades, fazendo a gestão do programa federal PAR. Questionado pelo Presidente o Sr. Rodney informou que é gerente da filial da Caixa na gestão do programa PAR no Paraná e em Santa Catarina; informou que atualmente a Caixa mantém contratos com seis empresas de administração de condomínios no Paraná; esclareceu que as empresas participam de um processo de chamamento público, é de um credenciamento, onde existem itens que elas têm que atender, baseados na Lei 866 e dentro desses itens são classificadas e ranqueadas para poder participar do programa. O Deputado Paranhos informou que surgiram reclamações na CPI relacionadas ao PAR, de pessoas que compraram o apartamento e a Caixa indicou uma empresa para administrar e tais compradores só poderiam escolher um síndico após um período de cinco anos, questionando o depoente sobre o funcionamento deste sistema. O Sr. Rodney esclareceu que não há compra de imóveis no PAR, mas sim arrendamento, é semelhante a um leasing: as pessoas entram no programa, através de regras de adesão do Município, que indica essas pessoas; são algumas regras de renda, e a Caixa também faz uma pesquisa cadastral para incluir as pessoas no programa como arrendatários, a participação no programa é por 15 anos, no final desse período é que as pessoas se tornarão proprietários; desta forma a Caixa como gestora contrata uma empresa, para fazer o acompanhamento do



empreendimento; as empresas são contratadas para acompanhar o empreendimento, se tornando responsável pela manutenção, cobrança e administração do condomínio; existe um processo, um chamamento público e dentro de cada chamamento tem a quantidade de unidades limite que as empresas vão atender, não é uma única empresa que vai atender todos os empreendimentos do Paraná; desde 2010 não se entrega mais nenhum empreendimento através deste programa, pois ele foi substituído pelo *Minha Casa, Minha Vida*; o valor da taxa de condomínio não está prevista nos critérios, é uma questão de mercado, é definido em função dos serviços que têm no condomínio, através de análise feita pela Caixa dentro dos custos que são decididos em assembleia com os moradores; nenhum custo, nenhum tipo de serviço, a não ser os emergenciais, são executados sem decisão em assembleia; apesar de serem arrendatários e não proprietários, toda a discussão do que vai ser feito no condomínio é feita em assembleia de moradores, como qualquer condomínio, não é a empresa que decide nenhum tipo de custo, são os arrendatários. O Presidente informou ao depoente que existem depoimentos gravados na CPI que afirmam o contrário, no sentido de que não possuem qualquer oportunidade, por exemplo, de decidir sobre qual empresa realizará um conserto e que a administradora dificilmente corresponde aos anseios dos moradores. O Sr. Rodney solicitou que a Assembleia passasse para a Caixa os casos concretos para serem devidamente verificados e as providências necessárias possam ser tomadas; informou que a obrigação das empresas anualmente é fazer o levantamento de todos os custos; projetar aumento de inflação, apresentar para o condomínio em uma assembleia e após aprovação enviar para a Caixa verificar e fazer o exame final; as atas dessas assembleias compõem todo o processo de prestação de contas que as empresas devem encaminhar mensalmente, incluindo as ações da empresa, seja de manutenção, seja de despesas com luz, água e outros que devem ser acompanhados de notas e extratos bancários; a Caixa faz mensalmente análise e aprovação das prestações de contas; esclareceu que a Caixa não participa das assembleias, pois é gestora de 177 empreendimentos no Paraná, em torno de 14 mil unidades, não tendo condição de estar presente nos condomínios, motivo pelo qual são contratadas as administradoras. O Presidente determinou à secretária a elaboração de ofício, solicitando à Caixa Econômica Federal cópia das atas das assembleias que aprovam os valores das taxas de condomínio. O Deputado Tadeu Veneri fez uso da palavra para manifestar seu entendimento de que conforme os depoimentos ouvidos até então as empresas não são escolhidas aleatoriamente, mas escolhidas através de um processo de licitação, através da Lei 8.666, que é a Lei das Licitações, são empresas habilitadas para administrar condomínios; na prática gerenciam aquele condomínio substituindo o síndico; talvez o sonho das pessoas seja ter um síndico gratuito que não seja remunerado pelo serviço, mas na prática não existe esta figura, atualmente cada vez mais os condomínios estão escolhendo síndicos profissionalizados; concluindo o pronunciamento, solicitou ao Sr. Rodney que explicasse o que é PAR? Como surgiu o PAR? Quem contrata? Quais são os limites de contratação? Que renda? Que norma essas pessoas têm? Que padrão de condomínio são esses? Se são feitos em regiões com alto poder aquisitivo? O Sr. Rodney passou a esclarecer que o PAR foi criado pela Lei 10.188, de 12 de fevereiro de 2001; o objetivo do programa é propiciar habitação para pessoas de baixa renda; foi criado em 2001, para propiciar habitação para pessoas com renda familiar na faixa de 3 a 6 salários mínimos; a primeira prestação é ponto sete



do valor da construção; no início, em 2001, 2002, esses imóveis custavam em torno de R\$ 25.000,00 a R\$ 26.000,00, no final, em 2010 quando foram entregues os últimos, custavam na faixa de R\$ 36.000,00 a R\$ 40.000,00; o valor da prestação é 0.7 do valor total do imóvel ao mês, com correção anual; 80% do imóvel é subsidiado do Fundo de Garantia; as prestações sobem muito pouco, o Fundo de Garantia rende 6% ao ano, a correção das prestações é em torno de 4% a 5%; são residências simples, não tem piscina, não tem sauna, são só moradias; a definição do projeto é feita basicamente pelas Prefeituras, pois o cadastro e a indicação dessas pessoas é feita pelas Prefeituras; quando as pessoas são aprovadas e indicadas, a Caixa faz a pesquisa cadastral para ver se não tem nenhum impedimento com os órgãos Cadin, Serasa, SPC, e se não tem nenhum impedimento legal para contratar; o foco é a habitação; o prazo dos contratos de arrendamento são de 15 anos; a partir de 2007, a Lei 11.474, de 15 de maio de 2007, possibilitou que os arrendatários que tivessem com, no mínimo, 5 anos de contrato e 60 parcelas pagas, poderiam fazer o que se chamou de aquisição antecipada, reduzindo de 15 para 5 anos, a possibilidade de quitação, pagando o que pagaria no final dos quinze anos; durante o arrendamento o imóvel não pode ser comercializado com terceiros, nem ser proprietário de outros imóveis ou participar de outros programas habitacionais nem Cöhab; a aquisição antecipada é simplesmente pagar as custas de cartório e ITBI, para ter o imóvel registrado em seu nome; fazendo a aquisição antecipada, a própria lei instituiu um período de 2 anos que o imóvel não poderá ser vendido, pois o objetivo não é propiciar comércio; em 23 de junho de 2014 foi promulgada uma nova lei, que retirou o prazo de quitação antecipada, a partir de agora quem está com contrato, independente do tempo, já pode fazer a aquisição antecipada. Questionado pelo Deputado Tadeu Veneri o Sr. Rodney esclareceu que não tem como afirmar qual a média dos valores cobrados de taxas condominiais destes imóveis, pois depende dos serviços existentes, acredita que deve ser em torno de R\$ 150,00 a R\$ 200,00, se tem uma portaria 24 horas eleva muito o custo, se tem uma vigilância, também eleva esclareceu que o valor desses imóveis atualmente é de R\$ 80.000,00 a R\$ 140.000,00; são imóveis de 35 a 40 metros quadrados; informou ainda que o tempo de contrato de cada empresa segue o padrão da Lei 8.666, cinco anos; informou ainda que a previsão de indicação de síndico pelos moradores segue a convenção de cada condomínio, e que normalmente está previsto que, quando 1/3 dos moradores fizer a aquisição, seja antecipada ou não, terão direito a eleger síndicos e administradores. O Deputado Nelson Luersen fez uso da palavra para parabenizar o Governo Federal, o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal pelo bom trabalho desempenhado com programas habitacionais. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen sugeriu ao Presidente que a CPI solicitasse à Caixa Econômica Federal uma relação de quais empresas prestam serviços para a Caixa Econômica Federal, na administração de condomínios, quanto elas recebêram mensalmente durante o ano de 2013, tanto no repasse dos 10% do condomínio como os 9,5% sobre o contrato de arrendamento e os contratos sociais destas empresas. O Presidente acatou a sugestão do Deputado Nelson Luersen, determinando que a secretária providencie a solicitação. Ato contínuo, o Presidente informou ao Sr. Rodney que muitas pessoas que depuseram na CPI, afirmaram que quando da compra do imóvel, foram informados que o valor do condomínio não ultrapassaria o valor da parcela. Questionou o Sr. Rodney sobre a veracidade de tais afirmações e o Sr. Rodney esclareceu que não há qualquer previsão neste sentido, e como já havia dito, o condomínio segue a





questão do mercado, sendo impossível atrelar a correção do condomínio com a correção do imóvel, que é 80% subsidiado pela Caixa através do Fundo de Garantia. O Deputado Tadeu Veneri pediu a palavra para argumentar que este seria o maior problema, pois os compradores não entendem que o não é o condomínio que é caro, é a prestação que é baixa pelo fato de a Caixa Econômica subsidiar 80% da prestação, através do programa PAR. O Sr. Rodney esclareceu que são feitas assembleias com os moradores para explicar essas questões, mas apenas 20% comparecem. O Deputado Roberto Aciolli questionou o Sr. Rodney sobre as empresas contratadas, quais são os tipos, e se existem garantidoras. O Sr. Rodney esclareceu que no último credenciamento foram contratadas seis empresas no Paraná; para se credenciar na licitação as empresas precisam ser administradoras de imóveis, não sendo admitidas garantidoras. O Deputado Roberto Aciolli questionou o Sr. Rodney sobre qual a diferença de administradora e garantidora. O Sr. Rodney informou que não conhece garantidora de condomínio, o que sabe basicamente é através de notícias, que elas garantem o valor do condomínio; a administradora faz a gestão do condomínio, faz o papel do síndico; no caso dos contratos da Caixa, a administradora ainda faz a cobrança do arrendamento; as normais também fazem a cobrança do condomínio; contratam empresa para fazer manutenção, sendo esse o papel da administradora, cuidar do condomínio e fazer a cobrança da taxa de condomínio. O Deputado Roberto Aciolli esclareceu que a CPI tem recebido denúncias de que garantidoras compram a cota dos condomínios, adiantando o dinheiro das receitas e depois cobram os condôminos com juros abusivos. O Sr. Rodney informou que no PAR isso não acontece, pois a administradora faz o papel de cobrança das quotas, é uma empresa contratada para trabalhar para a Caixa; inexistindo no PAR relação com garantidoras nem contratação com estas empresas. O Deputado Roberto Aciolli questionou o Sr. Rodney se em sua atuação já teve contato ou tem conhecimento da prática das empresas garantidoras. O Sr. Rodney informou que por vezes, em casos de imóveis particulares adjudicados pela Caixa por falta de pagamento do financiamento, a Caixa acaba confrontando com essas empresas garantidoras, mas que são casos totalmente alheios ao PAR; nestes casos de adjudicação de imóveis particulares por vezes a Caixa tem que negociar com empresas garantidoras para realizar a quitação de condomínios em atraso. O Deputado Tadeu Veneri pediu a palavra para ressaltar que este fato é recorrente com imóveis da Cohab. Questionado pelo Deputado Roberto Aciolli o Sr. Rodney esclareceu que empresas, pessoas jurídicas, não podem comprar imóveis adjudicados da Caixa Econômica Federal. O Deputado Tadeu Veneri esclareceu que esses imóveis estão na faixa de baixa renda, e têm uma legislação específica, senão essas garantidoras que são objeto desta CPI, comprariam todos os imóveis que são financiados com um valor baixo porque têm um subsídio. O Sr. Rodney esclareceu ainda que nos casos em que a Caixa tem que negociar débitos de condomínio com uma garantidora, ela está na mesma situação de um proprietário, essas empresas cobram juros, correções, multas, e custas judiciais da Caixa da mesma forma e são totalmente irredutíveis, não há qualquer flexibilização por parte destas empresas para com a Caixa. O Presidente, Deputado Paranhos, questionou o Sr. Rodney sobre a forma como a Caixa mede o grau de satisfação dos moradores com as empresas contratadas para administrar os condomínios. O Sr. Rodney esclareceu que a Caixa mede tanto o grau de satisfação quanto o desempenho, o contrato tem validade de um ano, assim, dependendo do grau de satisfação dos



condôminos, ou do desempenho da empresa, aquele contrato é renovado a cada ano, ou pode ser repassado para outra empresa; a Caixa tem um 0800, onde os arrendatários podem registrar suas reclamações, e dependendo da situação a empresa pode ter o seu contrato cancelado e rescindido; hoje dos 177 empreendimentos, em 32 já foram feitas transições, ou seja, já passaram de 1/3, podendo eleger síndico; desses 32, 80% continuaram com a mesma administradora, o que parece ser prova de que as empresas estão desempenhando corretamente suas atividades. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Rodney Luiz Trevisan e agradeceu a presença. Ato contínuo, o Presidente propôs aos Deputados que seja solicitada a prorrogação do prazo de conclusão desta Comissão, conforme já debatido e aprovado anteriormente. O Presidente colocou o pedido de prorrogação em discussão, sendo aprovado por unanimidade. A secretária da Comissão pediu a palavra para apresentar aos Deputados o perito contábil, Sr. Edval, que já está trabalhando e analisando os cálculos e documentos arquivados na Comissão. O Presidente deu as boas vindas em nome de todos os Deputados ao Sr. Edval. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 19 de agosto de 2014, às 10h00min, determinando que fosse lavrada a presente Ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIÓLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADO TADEU VENERI  
Membro

DEPUTADO NELSON LUERSEN  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE  
ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI



de emendas; a maior parte das denúncias, porém, refere-se a cobranças indevidas e abusivas, o que motivou os Deputados a solicitar um pedido em caráter de urgência para a CPI. O Presidente agradeceu ao Coordenador Geral e afirmou a palavra aos Deputados para observações e sugestões. O Deputado Rascia Rodrigues fez uso da palavra e agradeceu ao Dr. Jefferson pelas esclarecimentos, pois acreditava que a CPI já deveria ouvir os empresários para confirmar os depoimentos, mas depois da explicação ficou claro que ainda não é o momento, e que primeiro a Comissão precisa analisar o maior número de documentos e provas para então confrontar tais empresas, e sugeriu ao Presidente que seja mantida uma reunião para que os Deputados possam o que os atendidos desta comissão possam falar sobre as denúncias aqui recebidas. O Presidente agradeceu a sugestão do Deputado Rascia Rodrigues e disse que incluída a pauta de trabalho no calendário dos trabalhos. A Deputada Cantora Maria Lima fez uso da palavra para informar que em suas visitas ao interior do Estado tem sido constantemente questionada sobre o trabalho da Comissão, motivo pelo qual considera de extrema importância, apesar da rotineira complexidade, que os Deputados membros da Comissão desloquem-se para cidades como o Londrina e Guarapuava para atender as demandas da população. O Presidente esclareceu à Deputada Cantora Maria Lima que esta reunião serve principalmente para definir tal assunto e pediu ao Relator, Deputado Roberto Acioli, que apresentasse aos membros sua proposta de trabalho para a CPI. O Deputado Roberto Acioli, em primeiro os presentes e esclareceu que após a Presidente deliberou sobre incluindo nos trabalhos de Audiências Públicas a serem realizadas nas cidades de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz de Iguaçu e Guarapuava, que tais reuniões sejam realizadas quinzenalmente a partir de agora para que não haja prejuízo à agenda dos Deputados e nem da Sessão Ordinária desta Casa de Leis. O Presidente colocou a proposta em discussão e qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, pelo que o Presidente determinou à assessoria da Comissão que providencie os contatos com as Municípios citadas, para verificar a disponibilidade de locais e data para a realização das Audiências Públicas, possibilitando a agenda que deverá ser repassada a todos os Deputados Membros da Comissão. O Deputado Roberto Acioli pediu novamente a palavra para questionar o Presidente sobre a possibilidade de solicitar ao Tribunal de Justiça a realização de um monitorio de condicional para apuração dos casos com apelo em andamento no judiciário, bem como a suspensão destes processos. O Presidente esclareceu ao Deputado Roberto Acioli que ainda faltam elementos suficientes para o pedido de suspensão dos processos, mas que a Defensoria Pública já se prontificou a atuar conjuntamente com esta CPI para tal solicitação, o que se refere ao monitorio de condicional, este já está incluído no plano de trabalho da CPI, mas agenda posteriorização de Mesa Executiva desta Casa de Leis referente à viabilização de um plano de mídia, onde seria realizado o lançamento para tal monitorio. O Deputado Nelson Luersen pediu a palavra para questionar o Presidente sobre a inclusão das empresas relacionadas ao PAR na agenda de atividades da CPI, e sugeriu aitiva de um representante da Caixa Econômica Federal sobre o assunto. O Presidente agradeceu a sugestão do Deputado Nelson Luersen e determinou à assessoria o agendamento deitiva de vítimas relacionadas ao PAR, administradoras do PAR e um representante da Caixa Econômica Federal para falar sobre o assunto nas próximas reuniões ordinárias desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será no dia 10 de junho de 2014, às 10h00min, determinando que fosse lavrada a presente Ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condenados

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condenados

DEPUTADO RASCIA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO NELSON LUERSEN  
Membro

DEPUTADA CANTORA MARIA LIMA  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

11205402014

Ata da 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condenados  
(Ata de Presidência nº 2/2014)

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às 10h00min, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos e Roberto Acioli, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condenados. Ausentes os Deputados: Cantora Maria Lima, Rascia Rodrigues e Nelson Luersen. Luiz Claudio Romancini e Tadeu Venei. Na presença dos Defensores Públicos Dr. Luiz Gustavo Fagundes Purgato e Dr. Bruno de Almeida Passalunghi, e do representante do Setor-PR, Sr. Carlos Eduardo Massacchi. O Presidente, Deputado Paranhos, declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito e agradeceu a presença de todos, esclarecendo que a presente reunião deveria ter ocorrido no dia 10 de junho, mas foi cancelada em função das ausências e calamidades ocorridas em várias cidades do interior do Estado, motivo pelo qual foi transferida para a presente data; informou ainda que os demais Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condenados não poderão comparecer a esta reunião por estarem, neste mesmo horário, participando de uma Audiência Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, no Plenário desta Casa de Leis, para tratar do problema das estírias e da questão dos atingidos pelas barragens no Estado, o que impede qualquer votação e aprovação nesta reunião, por ausência de quórum mínimo. Na sequência, o Presidente informou que hoje serão tomadas quatro decisões de vítimas relacionadas ao PAR, pessoas essas que estão presentes aguardando para serem ouvidas, ressaltando que não haverá outra data para a CPI tomar tais decisões antes do prazo de encerramento, e considerando injusto suspender essas pessoas por força de problemas internos da agenda parlamentar, o Presidente determinou a que tais pessoas sejam ouvidas neste momento e presentes seu depoimento de forma voluntária, sem interpretação, devendo a assessoria elaborar os depoimentos para anexá-los aos arquivos da CPI. O Presidente informou ainda que em vista da urgência das deliberações que deverão ser realizadas nesta reunião, convocará uma Reunião Extraordinária ainda para esta data, e ser realizada logo após a Sessão Ordinária desta Casa, na sala de reuniões anexa ao Plenário. Antes do encerramento os presentes receberam a visita do Senador Álvaro Dias que foi cumprimentado pelo Presidente e pelo Deputado Roberto Acioli. O Senador Álvaro Dias pediu a palavra para manifestar seu total apoio às investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito e ressaltar a importância desta atitude em defesa dos cidadãos do Estado, que vem sofrendo com estas empresas. O Presidente agradeceu o Senador Álvaro Dias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando que fosse lavrada a presente Ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condenados

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condenados

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

11205402014

Ata da 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condenados  
(Ata de Presidência nº 2/2014)

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às 10h00min, na Sala de Reuniões da Comissão, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Tadeu Venei, e Nelson Luersen, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condenados. Ausentes os Deputados: Luiz Claudio Romancini, Rascia Rodrigues e Cantora Maria Lima. Havendo número legal, sob a prescrição de Doux, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, informando aos membros presentes que nesta data serão ouvidas três pessoas, dois representantes de administradoras vinculadas ao PAR e um representante da Caixa Econômica Federal. Antes de iniciar os depoimentos, o Presidente pediu ao Relator que fosse a leitura das Atas das duas Reuniões Ordinárias anteriores e da 1ª Reunião Extraordinária para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Acioli, fez a leitura das Atas, as quais, colocadas em discussão, foram aprovadas por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou o Sr. Otávio Lima Iglesias, representante legal da empresa Nervo & Filhos Administração e Intermediação de Imóveis Ltda., conhecida como Cascado, para comparecer a Mesa, e fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Otávio Lima Iglesias. O Presidente agradeceu a presença e questionou o depoente se este tinha conhecimento dos trabalhos que esta CPI vem desenvolvendo e qual o tipo de relação da empresa de depósito com os condenados. O Sr. Otávio Lima Iglesias informou que a empresa Cascado administra condomínios para outros e condomínios da Caixa Econômica Federal; ao caso da Caixa os contratos são feitos por habilitação através de licitação pública. Questionado pelo Deputado Paranhos o Sr. Otávio esclareceu que os contratos com a Caixa Econômica Federal são assinados pelo período de um ano; durante esse ano existem índices a serem atingidos, avaliados, e o contrato é renovável a cada ano por um máximo cinco anos; existem índices de inadimplência a serem batidos, que são avaliados mês a mês e se a empresa estiver dentro desses índices é renovado o contrato; a empresa é avaliada tanto pelo índice de inadimplência, ouvidorias, reclamação de moradores, como por toda a complexidade de atos que envolve a manutenção do condomínio; a avaliação é constante; a empresa possui relação com a Caixa Econômica Federal de sempre que é solicitada; basicamente estando dentro das índices e cumprindo o cumprimento de uma maneira correta o contrato é renovado; o processo de licitação depende de cada Estado, a empresa Cascado atua em outros Estados também, e cada Estado tem o seu tipo de licitação, às vezes sortido, outras pregão, sempre conforme edital publicado; no Estado do Paraná a licitação é feita através de portaria onde é avaliado os qualificações para chegar à classificação final das empresas candidatas, para depois distribuir os condomínios de acordo com o primeiro colocado, segundo colocado, terceiro colocado, e assim por diante; a licitação não é realizada para administração de um condomínio específico, é geral e depois da classificação a Caixa Econômica distribui os contratos





de cada condômino e para cada empresa; nos condomínios da Caixa Econômica, o síndico é pessoa jurídica, a empresa contratada pela Caixa para administrar o condomínio, não há um síndico dentro do condomínio; a empresa tem faculdade de contratar os próprios que vão atender os moradores, e fornecedores que vão fazer algum tipo de concreto, mas o síndico é a pessoa jurídica; no que se refere a decisões para realização de obras ou reformas a empresa tem autonomia de até um salário mínimo para fazer qualquer reparo, caso ultrapasse a empresa tem que submeter à assembleia dos moradores, apresentando três orçamentos, e os moradores escolhem o mais barato, ou o que parecer mais adequado, tudo conforme contrato realizado com a Caixa Econômica Federal. Satisfeito com as explicações, o Presidente abriu a palavra para questionamento dos Deputados. O Deputado Tadeu Veneri fez uso da palavra para esclarecer que tem conhecimento que em empreendimentos da PAR é contratada uma empresa até que se tenha mais de um mês dos imóveis vendidos, podendo constituir a assembleia dos proprietários, e só após a venda superior a um mês é que seria permitido aos moradores elegerem um síndico, e questionou o Sr. Otávio sobre a participação da sua empresa em outros empreendimentos. O Sr. Otávio esclareceu que sua empresa atua em empreendimentos privados também. Questionado novamente pelo Deputado Paranhos o Sr. Otávio esclareceu que enquanto está vigente o contrato da empresa com a Caixa Econômica Federal os moradores não podem eleger síndico, pois este é o papel da empresa; é só em um conselho fiscal ou conselho fiscal do condomínio que se pode dar pareceres nas prestações de contas que a empresa é obrigada a apresentar para a Caixa Econômica; apenas quando 10% mais um dos imóveis são quitados é que os moradores conseguem eleger um síndico substituído por ela, e a administração fica responsável pelos apontamentos ainda em nome da Caixa, ou seja, se não quitados. O Deputado Tadeu Veneri pediu a palavra para esclarecer que se PAR o imóvel continua pertencendo à Caixa Econômica Federal até a sua quitação, pois no processo de arrendamento não existe a compra do imóvel, mas sim a locação, assim a Caixa Econômica estará alugando esse imóvel para terceiros por um determinado período, e após esse período a pessoa pode fazer, se quiser, a opção de compra do imóvel, por isso o morador não tem como votar em uma assembleia de condomínios porque ele não é proprietário. O Deputado Nelson Luersen pediu a palavra para questionar o Sr. Otávio se as empresas são contratadas por licitação ou por meio de preço, se é a Caixa Econômica quem paga os contratos e qual o valor que a Caixa paga por estes contratos. O Sr. Otávio esclareceu que é a Caixa quem paga as empresas e que são duas remunerações diferentes: uma baseada no valor das contribuições recebidas e outra baseada no valor das prestações que os moradores pagam para a Caixa pelo arrendamento; a empresa recebe o equivalente a 10% da receita das taxas condominiais pagas, se não houver pagamento não recebe nada, e mais 5,5% sobre os contratos de arrendamento, ou seja, pelo valor pago mensalmente de arrendamento. Questionado pelo Deputado Paranhos o Sr. Otávio informou que sua empresa não pratica abusos em sua cobrança, mas na taxa de juros, que a Caixa avança a empresa por índices, e paga a renovação do contrato a empresa tem que ter no máximo 5% de pessoas com mais de três taxas de arrendamento, e 15% referente a taxas de condomínio, mas a cobrança é feita da seguinte forma: os juros legais de 1% e multa de 2%, nada mais que isso, não tem mais cobrança mensal; esclareceu ainda que a sua empresa não tem ações contra condôminos, pois não possui corpo jurídico para isso; a empresa apenas prepara documentação e notifica os moradores em nome, e envia os documentos para a Caixa Econômica tomar providências. O Presidente questionou o Sr. Otávio sobre os departamentos existentes na empresa e suas funções. O Sr. Otávio informou que existem quatro setores diferentes: a gerência, os setores de condomínio que vão até o condômino, para ver a questão de manutenção, a questão de acompanhamento de pagamento interno do próprio condomínio e tem o setor de prestação de contas que é feito para a Caixa; a política da empresa e que remuneração de moradores sejam realizados por meio ou por escrito, sendo que a empresa deve ficar nas condições para tal fim. Questionado pelo Deputado Paranhos sobre quantos contratos a empresa Casarito possui com a Caixa, o Sr. Otávio informou que a empresa possui sete contratos com a Caixa que envolvem a cidade de Curitiba, São José do Pinhal e Maringá e que somam 3.100 empreendimentos. Questionado pelo Deputado Roberto Adicelli e Sr. Otávio informou que é advogado e também sócio da empresa Casarito, e que nos condomínios particulares a empresa atua de duas formas diferentes, em alguns atua como síndico (igual aos contratos da Caixa, e em outros como auxiliar do síndico na contabilidade, falta de funcionários, indicação de fornecedores para pequenos reparos entre outros; os hotéis e entidades pela empresa sempre são avaliados com código de barras e a empresa só cobra os juros legais de 1% ao mês, não existindo amortas dentro dos juros; informou ainda que a empresa independe de um condomínio particular ou da Caixa, tem por hábito consultar os moradores sobre empresas para realização de pequenos reparos. Questionado pelo Deputado Roberto Adicelli sobre a constituição da empresa se esta era somente administradora, responsável por emprestar dinheiro para condomínios e Sr. Otávio informou que a sua empresa só administra, não faz qualquer tipo de antecipação de empréstimos; informou ainda que no caso de condomínios particulares o fundo de reserva é depositado na conta do condomínio, mas no caso de condomínios da Caixa não é possível a compra ou existência de fundo de reserva; informou ainda que a matriz da empresa é no Rio Grande do Sul, e que naquele Estado a empresa também atua como intermediadora de imóveis, porém no Estado do Paraná a empresa não atua na administração de condomínios; afirmou que a empresa não participa de feições da Caixa, e que em casos de acordos com inadimplências da Caixa os valores recebidos são todos revertidos para os condôminos; no caso de condomínios particulares quando o prazo ultrapassa um ano a empresa recolhe para o jurídico que cobra de 10% a 30% de honorários. Questionado pelo Deputado Adicelli sobre a atuação de gerência no Estado o Sr. Otávio informou que tem pouco conhecimento, pois sua empresa não mantém relação com tais empresas. Questionado pelo Deputado Paranhos o Sr. Otávio informou que não sabe informar quantas pessoas chegaram a pedir seus imóveis com ações na justiça, mas que ocorre a intermediação do setor de cobrança, mas a política da empresa é sempre tentar acordos de parcelamentos com os devedores, e apenas quando não há mais possibilidade de acordar para o jurídico. O Presidente determinou à equipe da CPI que solicite junto à empresa cópia dos últimos acordos feitos com proprietários, para anexar ao arquivo da Casarito. O Presidente deu por encerrado o depoimento

do Sr. Otávio Livia Iglesias e agradeceu a presença. Na sequência, o Presidente convidou o Sr. Engenheiro Antonio Curtarelli, representante legal da empresa Padra Imóveis Ltda. para comparecer a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária de controle realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devendo estar assinado pelo Sr. Engenheiro Antonio Curtarelli. O Presidente agradeceu a presença e questionou o depoente se este tinha conhecimentos dos trabalhos que esta CPI vem desenvolvendo e se poderia contribuir de alguma forma com as investigações. O Sr. Engenheiro Antonio Curtarelli informou que tem conhecimento vagamente da CPI, pois reside em Joinville e tem pouco contato com as atividades da Paraná. Questionado pelo Deputado Paranhos o Sr. Engenheiro informou que não é advogado, mas tem representante da empresa Padra, que trabalha na empresa desde 2007 com o Paulo que é proprietário da empresa; a empresa possui contratos de administração de condomínios com a Caixa Econômica Federal desde 2005 em Santa Catarina e desde 2010 no Paraná, mas não possui nenhuma quantidade de contratos existentes; informou que não tem conhecimento de denúncias ou reclamações sobre os valores cobrados pela empresa, mas empresa mantém um departamento para atender os moradores; informou que não ouvia o depoimento anterior e que o tempo de administração dos contratos da Caixa é de dois anos, e são feitas licitações a cada cinco anos; o pagamento dos contratos é de 8,5% para gerenciar os contratos de arrendamento e 10% para gerenciar os condomínios; quando há atraso nos pagamentos da Caixa os condôminos é cobrado apenas o juro legal de 1% e 2% de multa, quem faz a cobrança é a empresa em nome do condômino. Questionado pelo Deputado Roberto Adicelli o Sr. Engenheiro informou que a empresa cobra as taxas de condomínio em nome do condômino até a arrendamento, e a empresa não recebe nenhum valor a mais para fazer a cobrança, o rendimento é apenas o do contrato e todo o valor recebido vai para a conta do condômino; informou que mora em Joinville e está na empresa há, vindo para Curitiba a cada 15 dias para verificar a empresa; informou que os condomínios da Caixa não podem compor fundo de reserva por previsão da própria concepção; respondendo ao questionamento o Sr. Engenheiro informou que a empresa Padra não faz a cobrança jurídica, apenas a administrativa, que possui advogado na empresa, mas este não atua em cobranças. O Deputado Roberto Adicelli esclareceu que a CPI tem recebido diversas denúncias de pessoas que pediram seus imóveis para gerências de condomínios, a questionou o depoente sobre o assunto. O Sr. Engenheiro informou que nos condomínios da PAR não possui a contratação de gerências, tal contratação só poderá existir quando o condômino se tornar proprietário; não tem conhecimento de pessoas que tenham perdido seus imóveis nestas situações nos condomínios que a Padra administra; informou ainda que a Padra não participa de feições de imóveis. Questionado pelo Deputado Paranhos o Sr. Engenheiro informou que em condomínios particulares há duas formas de determinar o valor da taxa de condomínio, uma por previsão orçamentária quando se determinam uma taxa fixa para aquele ano até a próxima assembleia ordinária, e outra por caso de guerra do mês anterior; os condomínios da PAR são todos por previsão orçamentária feita pela própria administração em conjunto com uma comissão fiscal de moradores e entregue para aprovação da Caixa, que depois convoca assembleia de moradores para discussão e aprovação final; a aprovação da previsão orçamentária é sempre difícil de usar com os moradores, e às vezes ele volta para a Caixa e passa por uma assembleia várias vezes até a aprovação; esclareceu que há pouco tempo a Caixa começou a promover quitadas antecipadas e alguns condomínios administrados pela empresa Padra já possuem síndico dentro do condomínio, dois em Curitiba e um em Joinville, e que a empresa não tem síndico próprio contratado por ela. Questionado pelo Deputado Nelson Luersen o Sr. Engenheiro informou que em Curitiba a Padra apresenta uma lista de prestação de serviços à Caixa no valor médio de R\$ 40.000,00 a R\$ 50.000,00 mensais referentes ao valor de condomínio, e que o valor dos serviços pelos contratos de arrendamento não passa pela filial de Curitiba, indo direto para a matriz em Joinville. O Deputado Nelson Luersen sugeriu ao Presidente a solicitação por escrito para que a empresa Padra e demais empresas que prestam este serviço no Paraná, fossem as dadas sobre e faturamento dos contratos da Caixa. O Presidente aceitou a sugestão do Deputado Nelson Luersen e determinou que a secretária da CPI providenciara a solicitação. O Deputado Paranhos questionou o depoente sobre a fiscalização e execução dos condomínios e apartamentos. O Sr. Engenheiro informou que a empresa só cuida da área comum, que são feitas visitas duas vezes por semana no condomínio para verificar a funcionalidade de lâmpadas, portas e entornos. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Engenheiro Antonio Curtarelli e agradeceu a presença. Na sequência, o Presidente convidou o Sr. Rodney Luiz Trevisan, representante da Caixa Econômica Federal, para comparecer a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária de controle realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devendo estar assinado pelo Sr. Rodney Luiz Trevisan. O Presidente agradeceu a presença e questionou o depoente se tinha conhecimentos dos trabalhos que esta CPI vem desenvolvendo e se poderia contribuir de alguma forma com as investigações. O Sr. Rodney Luiz Trevisan informou que tem conhecimento da CPI através da imprensa e relatou que o programa PAR é do Ministério das Cidades representado pela Caixa, ou seja, é um programa federal; informou que a empresa atua como representante do Ministério das Cidades, fazendo a gestão do programa federal PAR. Questionado pelo Presidente o Sr. Rodney informou que é gerente da filial da Caixa e gestão do programa PAR no Paraná e em Santa Catarina; informou que atualmente a Caixa mantém contratos com seis empresas de administração de condomínios no Paraná; esclareceu que as empresas participam de um processo de chamamento público, e de um credenciamento, onde existem listas que elas vão que atender, baseadas na Lei 866 e dentro desses listas são classificadas e nomeadas para poder participar do programa. O Deputado Paranhos informou que surgiu reclamação na CPI relacionada ao PAR, de pessoas que compraram o apartamento e a Caixa indicou uma empresa para administrar e tais compradores só poderiam escolher um síndico após um período de cinco anos, questionando o depoente sobre o funcionamento desse sistema. O Sr. Rodney esclareceu que não há compra de imóveis no PAR, mas sim arrendamento, é semelhante a um leasing; as pessoas entram no programa, através de regras de adesão do Ministério, que indica essas pessoas; não algumas regras de venda, e a Caixa também faz uma pesquisa cadastral para incluir as pessoas no programa como arrendatárias, a participação no programa é por 15 anos, no final





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

**3.2 .9- DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA.**



Na data de 19 de agosto de 2014, na sala de reuniões das  
Comissões, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária da CPI, cujo teor consta da  
respectiva Ata, *in verbis*:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**

Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

**Ata da 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios**  
**(Ato do Presidente nº 2/2014)**

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às 10h00min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Rasca Rodrigues, e Cantora Mara Lima, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Ausentes os Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri e Nelson Luersen. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito e agradeceu a presença e convidou para compor a Mesa o Dr. Bruno de Almeida Passadore, membro da Defensoria Pública do Paraná. O Presidente informou que daria início aos depoimentos, solicitando que a leitura da Ata da reunião anterior fosse feita ao final da reunião, solicitando que a assessoria conduzisse os demais depoentes para outra sala até que fossem chamados para depor. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou o Sr. Arildo Joel Nogoceke para compor a Mesa a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Arildo Joel Nogoceke. O Presidente agradeceu a presença e questionou o depoente se este tinha conhecimentos dos trabalhos que esta CPI vem desenvolvendo. O Sr. Arildo Joel Nogoceke informou que está acompanhando os trabalhos e considera muito importante, e que está a disposição para ajudar no que for preciso. O Presidente passou a palavra ao Relator, Deputado Roberto Acioli, para que fizesse os questionamentos ao depoente. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli o Sr. Arildo esclareceu que é síndico do Condomínio Arco-Íris desde 2012, e que se tornou síndico apenas três semanas após ter ido morar no condomínio, estando no início do terceiro mandato; quando assumiu o condomínio a Duplique já era garantidora havia mais de dez anos. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli, o Sr. Arildo informou que a Duplique é garantidora e não administradora, que a administração do condomínio quem faz é o síndico; a Duplique antecipa os valores de todos os rateios de condomínio cobrando 5% de participação do total do valor bruto; a empresa paga a quota condominial dos 162 apartamentos e descontam 5% para tal serviço; se em um mês for passado o valor de R\$ 100.000,00 de boletos totais a Duplique deposita para o condomínio R\$ 95.000,00, 5% é custo da empresa; a empresa repassa ao condomínio o valor bruto como se não houvesse atrasos, o valor que eles cobram de encargos por atraso fica para a empresa, não é repassado ao





condomínio; como síndico tem recebido algumas reclamações de moradores que dizem existir muita dificuldade de renegociações com a Duplique, é um fato comum, dizem que os custos são altos quando há atraso; a informação que apurou com alguns moradores é que cobram em torno de 20% de custas, mesmo quando não há cobrança judicial; muitos moradores pedem para trocar de empresa; como síndico o depoente informa que trocaria de empresa pois eles não cumprem o contrato de repassar todo o dinheiro dois dias úteis depois, eles atrasam e deixam o custo bem complexo. Questionado pelo Deputado Roberto Aciolli o Sr. Arildo informou que tem conhecimento de morador que perdeu o apartamento, e há poucos dias teve mais um leilão que foi arrematado por pessoa sem qualquer relação com a garantidora, mas o que se percebe que pode estar acontecendo são arremates por pessoas ligadas às garantidoras. O Presidente questionou o Sr. Arildo se este recebia algum valor pago pela Duplique como síndico. O Sr. Arildo informou que não recebe nenhuma remuneração da empresa Duplique; informou que a empresa nunca lhe ofereceu nada, apenas pediu para assinar procurações para ações judiciais; informou também que dos 162 apartamentos, existem 12 moradores inadimplentes, sendo três com casos de leilão, mas ele, como síndico, não participa da negociação, todos os síndicos quando assumem já dão uma procuração para a empresa, o síndico não consegue acompanhar, não tem influência nenhuma na Duplique para negociação dessas dívidas, porém os moradores sempre comentam em assembleia as dificuldades de negociação de atrasados; esclareceu que em seu condomínio atualmente todos os moradores recebem os boletos em dia, mesmo os que têm pendências em negociação com a empresa, existem alguns moradores que estão pagando atualmente as taxas de condomínio mesmo tendo dívidas passadas, conforme os relatórios que a empresa passa das inadimplências; informou que consta no boleto como encargos, é o padrão legal, de 2% mais 1%, mas no contrato informa que serão cobrados honorários de cobrança sem especificar o percentual; esclareceu que no caso Mozart, ele não morava no prédio, mas eram colegas de empresa, depois estudou o caso através dos balancetes; informou que nesse caso, o morador faleceu em 92 e ficou com uma inadimplência de 17 anos, e o síndico anterior decidiu adjudicar o imóvel pagando 10 parcelas de R\$ 1.000,00, como síndico atual o depoente teve que assinar a transferência do imóvel para o novo comprador, foi um mau negócio para o condomínio pois não é sua função adquirir imóveis; pelo que conseguiu apurar essa negociação não foi aprovada em assembleia por falta de quórum, o síndico fez por conta própria; o Sr. Arildo esclareceu que não sabe informar sobre a relação da antiga administração do condomínio com a garantidora, pois fazia parte de um grupo de moradores insatisfeitos com aquela gestão. Questionado pelo Deputado Roberto Aciolli o Sr. Arildo esclareceu que o condomínio só recebe valores de ações judiciais, quando tem alguma quota que não foi garantida pela empresa, mas sempre quem calcula o valor do condomínio é a garantidora, discriminando apenas a quantidade de parcelas do ano que não foram garantidas; esclareceu ainda que a garantidora é um bom negócio para o síndico, que recebe integralmente as quotas condominiais sem se preocupar, mas quem teve inadimplência sempre reclama. O Deputado Roberto Aciolli questionou o Sr. Arildo se no caso do apartamento que foi vendido, a garantidora repassou algum valor ao condomínio. O Sr. Arildo informou que quando a venda foi efetuada, o condomínio teve que fazer uma TED de R\$ 69.000,00, referente à venda do imóvel, para a garantidora, que era o valor, segundo acordo da época da compra, que o condomínio devia para a garantidora. Questionado pelo



Deputado Roberto Aciolli o Sr. Arildo informou que a empresa repassa 95% do total das quotas condominiais, os outros 5% o condomínio lança no balancete como custo da garantidora; informou que o regimento do condomínio permite a cobrança de multa de 2% e juros de 1% no caso de atraso, mas tem conhecimento que a garantidora cobra 20% de honorários advocatícios mesmo sem ações judiciais, e considera a cobrança abusiva, pois como bancário acredita que 2% é uma taxa muito boa. Questionado pelo Presidente o Sr. Arildo informou que a taxa de condomínio está em R\$ 290,00, sendo de 12 a 13 apartamentos que não pagam pontualmente, mas alguns acertam no mesmo mês, dívidas grandes são apenas de quatro ou cinco apartamentos que a Duplique garante sem ter recebido nada; ressaltou ainda que os juros e taxas por atraso não vertem para o condomínio, não constam sequer do balanço do condomínio, fica direto para a garantidora. O Dr. Bruno de Almeida Passadore pediu a palavra para questionar o depoente, o que foi autorizado pelo Presidente. Questionado pelo Dr. Bruno o Sr. Arildo informou que a Duplique garante até 12 meses de atraso; em casos de ações judiciais com parcelas superiores que porventura não tenham sido garantidas, a garantidora recebendo terá que reverter o equivalente ao condomínio; esclareceu que a Duplique não possui influência sobre o valor do rateio, pois essa parte é feita pelo síndico do condomínio; informou que a inadimplência dos condôminos na prática acaba beneficiando a garantidora que lucra mais com essa inadimplência. A Deputada Cantora Mara Lima pediu a palavra e informou que nas andanças pelo Paraná tem ouvido pessoas que se sentem lesadas também; e acabou recebendo em União da Vitória um dossiê de várias famílias que se sentiram lesadas por estas empresas e entregou ao Presidente da Comissão, para a análise do caso. Na sequência, a Deputada Cantora Mara Lima observou que para os síndicos é muito cômodo ter as garantidoras suprimindo um possível déficit das contas, mas por outro lado, a forma como essas empresas se comportam é abusivo e ilegal, e questionou o Sr. Arildo se na verdade quando o valor da inadimplência é rateado entre os outros moradores, não há inadimplência por que alguém já pagou por aquela conta, por que então mandar o apartamento para leilão. O Sr. Arildo esclareceu que o rateio mensal do seu condomínio é de R\$ 46.000,00, então a Duplique recebe do condomínio R\$ 2.300,00; pelos valores da inadimplência existente no condomínio esse valor seria suficiente para cobrir o déficit, porém a empresa quita o boleto ao condomínio e depois vai cobrar do inadimplente tentando penhorar o seu bem; nos leilões verifica-se que dificilmente o imóvel é arrematado por mais que 60% do valor real, é um fato a ser questionado por esta CPI. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Arildo Joel Nogueira e agradeceu a presença. Ato contínuo, o Presidente determinou à Secretária que anexasse nos arquivos a denúncia trazida pela Deputada Cantora Mara Lima. O Deputado Roberto Aciolli pediu a palavra para informar que está presente o Dr. Salim Yared, que tem relação com o dossiê entregue pela Deputada Cantora Mara Lima e solicitou ao Presidente que ouvisse o relato do Dr. Salim. O Presidente acatou a sugestão e convidou o Sr. Salim Yared Filho para sentar-se à mesa e dar o seu relato. O Sr. Salim Yared Filho relatou que houve uma cobrança judicial do seu imóvel; que essa cobrança judicial não seguiu o procedimento legal; que após determinado tempo, a Polícia Militar chegou armada, para o tirar da casa; afirmou que não houve intimações do advogado, não houve citação pessoal, e que teria sido à revelia; afirmou que perdeu o imóvel, o que lhe causou um prejuízo de mais de R\$ 2.000.000,00, porque todos os bens estavam dentro do imóvel; afirmou que o



imóvel foi transferido à revelia, a toque de caixa; informou que é advogado e moveu inúmeras ações para anular a venda, mas que Tribunal de Justiça negou todos os recursos. Colocou-se à disposição da CPI afirmando ter muito mais a falar, desde que em depoimento reservado, e que sua dívida era de R\$ 5.000,00, passando para o valor do apartamento. O Presidente agradeceu pelas informações prestadas pelo Sr. Salim, e esclareceu que a CPI verificará a possibilidade de ouvi-lo em outro momento. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou a Sra. Joana Rita da Silveira Dourado para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Joana Rita da Silveira Dourado. O Presidente agradeceu a presença e questionou a depoente se era síndica e de qual condôrnio. A Sra. Joana Rita da Silveira Dourado informou que é síndica do Condomínio Nicole II. O Presidente abriu a palavra ao Deputado Roberto Aciolli para questionar a depoente. Questionada, a Sra. Joana informou que é síndica há um ano e dois meses, estando no primeiro mandato; quando assumiu, a empresa Pró-Condôrnio já tinha contrato com o condomínio, o qual é mantido até o momento; é uma empresa garantidora e que faz a cobrança dos condomínios; o Condomínio Nicole II tem 78 apartamentos e no quinto dia útil de cada mês a empresa deposita o valor total para o condomínio. Questionada pelo Deputado Roberto Aciolli a Sra. Joana afirmou que não sabe informar se a empresa antecipa 100% das taxas de condomínio. Questionada pelo Deputado Paranhos a Sra. Joana afirmou que nunca soube de qualquer problema com a garantidora; quanto ao caso da Dona Marilene Novaes afirmou saber apenas que ela comprou o apartamento já com dívida. Questionada pelo Deputado Roberto Aciolli a Sra. Joana informou que a empresa assume todas as unidades, independente do pagamento ou não, assim quando há acordo de parcelamento entre morador e a empresa o síndico não fica sabendo; afirmou que a função do síndico é administrar e preservar o bem de todos, e que no seu caso a seguradora repassa o dinheiro para o pagamento de todas as contas existentes do condomínio, existe Fundo de Reserva, Fundo de Pessoal, funcionários que são pagos corretamente todo o mês e todas as reforma que precisam ser feitas no prédio, são realizadas com o valor do Fundo de Reserva; afirmou não saber quanto a empresa cobra para fazer este trabalho de repassar o dinheiro ao condomínio, nem quanto cobram de juros, e que talvez o ex-síndico saiba. Questionada pelo Deputado Roberto Aciolli se faria o tipo de serviço da empresa sem cobrar nada, mais uma vez a Sra. Joana afirmou não saber. O Presidente questionou a Sra. Joana o motivo pelo qual não entregou à CPI os documentos que foram solicitados por ofício, ao que a depoente novamente afirmou não saber, mas alegou ter os livros de contabilidade e administração, bem como extratos de movimentação bancária e que tais documentos estão à disposição. O Dr. Bruno de Almeida Passadore solicitou a palavra para questionar a depoente, o que foi permitido pelo Presidente. Questionada pelo Dr. Bruno, a Sra. Joana informou que a Pró-Condôrnio não presta qualquer outro tipo de serviço ao condomínio além do repasse dos valores; informou que não tem conhecimento de como funciona o contrato com a empresa; que os valores são depositados automaticamente todo mês, sem qualquer tipo de solicitação; informou que acredita terem três ou quatro apartamentos que estão inadimplentes, mas nenhum morador a procurou para fazer acordos, não sabendo informar se a empresa autoriza que o síndico faça acordos; afirmou não ter conhecimento da existência de ações judiciais de cobrança do condomínio, e não firmou qualquer procuração para





advogados; esclareceu que está renunciando ao mandato de síndica, pois só assumiu o cargo por problemas de estudos do ex-síndico que renunciou e a depoente acabou sendo eleita síndica; afirmou que durante o um ano e meio de mandato não manteve qualquer contato com a empresa Pró-Condômino. O Presidente deu por encerrado o depoimento da Sra. Joana Rita da Silveira Dourado e agradeceu a presença. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou a Sra. Rúbia Valéria Ferreira Mariane para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Rúbia Valéria Ferreira Mariane. O Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra ao Deputado Roberto Acioli para questionar a depoente. Questionada, a Sra. Rúbia Valéria Ferreira Mariane informou que é síndica do Conjunto Marbélia desde 2008 e quando assumiu, a empresa Assiscon já tinha contrato com o condomínio desde 2007; informou que o contrato é de antecipação dos valores, e o condomínio paga 4,38% pelo contrato e a empresa cobra as taxas condominiais. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli se a Assiscon é administradora ou garantidora, a Sra. Rúbia esclareceu que a empresa é garantidora; a síndica repassa o valor das taxas para a empresa todo dia 30 de cada mês, a empresa manda os boletos, e a síndica distribui; o vencimento dos boletos é todo dia 10, e a empresa Assiscon repassa para o condomínio os valores todo dia 12, já retirando a porcentagem do contrato; informou que o trabalho da Assiscon é basicamente a cobrança e quando a empresa envia os boletos para distribuição encaminha também um folheto com os valores que vão descontar do contrato e taxas bancárias; informou que são 24 apartamentos e que a empresa repassa o valor total, se há atrasos é a empresa quem cobra e a síndica não fica sabendo; afirmou que os boletos vem com todas as despesas de condomínio especificadas e que por um período recebeu boletos sem código de barras, mas atualmente todos são encaminhados com o código de barras; informou ter conhecimento de que quando há atrasos é bem complicado negociar com a empresa, mas não tem conhecimento de casos que tenham ido a leilão. Questionada pelo Presidente, a Sra. Rúbia informou que dos 24 apartamentos existentes no condomínio, poucos possuem dívidas, mas a empresa não repassa essas informações para a síndica; soube por uma vizinha que a empresa estava lhe cobrando valores muito absurdos, que sua dívida estaria em R\$45.000,00 e ela teria oferecido R\$ 40.000,00 e a empresa não aceitou; afirmou que, ao ser oficiada pela CPI para entregar documentos, solicitou à empresa que lhe fornecesse um relatório de inadimplências e a empresa não forneceu; afirmou que a moradora que citou os problemas com a empresa passou por várias dificuldades e agora está tentando colocar as contas em dia; a taxa de condomínio atualmente é de R\$ 180,00; a informação que tem da moradora é que sua dívida deveria ser de no máximo R\$ 23.000,00. O Presidente ressaltou a importância destas informações, uma dívida de 20 e poucos mil, a empresa cobra 45 e não aceita negociações. O Deputado Roberto Acioli pediu um aparte para pontuar que quase todas as reclamações ouvidas nesta CPI, são muito claras em dizer exatamente isso, dívidas que aumentam desproporcionalmente, parecendo estar muito claro o crime de agiotagem, e pior, de extorsão, que deverá ser muito bem analisado por esta Comissão. O Dr. Bruno de Almeida Passadore também pediu um aparte para confirmar que esta CPI é muito produtiva para os serviços da Defensoria Pública, há uma constante quantidade de ações condominiais de pessoas hipossuficientes que tiveram dificuldades em pagamentos e obstruções criadas por estas empresas administradoras de



condomínio. Terminado o aparte, o Dr. Bruno de Almeida Passadore pediu ao Presidente para questionar a depoente o que foi aceito. Questionada, a Sra. Rúbia esclareceu que não precisa pedir o adiantamento para a empresa, automaticamente é depositado o correspondente aos 24 apartamentos na conta do condomínio todo dia 12, independente de atraso dos moradores, e qualquer valor cobrado no atraso não é repassado ao condomínio, fica para a empresa; informou que a empresa, além dos 4,38% do contrato cobra do condomínio mais R\$ 76,80 de taxa bancária e moto-boy; afirmou que enquanto síndica não pode negociar nenhuma taxa em atraso, os moradores são obrigados a acertar com a empresa; informou que desde que é síndica, o condomínio sempre recebeu a integralidade das taxas, nunca foi descontado qualquer apartamento; afirmou ainda que acredita existirem duas ações na justiça por atrasos de condomínio; mas não sabe em nome de quem estão as procurações do condomínio, pois nunca foi chamada para nenhum processo, apenas assinou os documentos solicitados pela Assiscon. Questionada pelo Presidente a Sra. Rúbia informou que nunca tentou intermediar negociações, nem no caso da moradora que citou, mas que se dependesse de sua vontade faria um acordo em valor menor com a moradora. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli a Sra. Rúbia esclareceu que não participou de nenhuma reunião com a empresa Assiscon; que a empresa primeiro arrecada e depois repassa, pois o vencimento é no dia 10 e o repasse no dia 12; afirmou ter conhecimento que com um dia de atraso a empresa já aplica multa. Questionada pelo Presidente a Sra. Rúbia informou que acredita que até o dia 30 do mesmo mês ainda seja possível pagar no banco, após tal data só na empresa. Questionada pelo Deputado Rasca Rodrigues a Sra. Rúbia informou que teve um período que a empresa não mandava boleto com código de barras para os inadimplentes, mas agora manda todos os boletos com código de barras, mas não lembra qual foi exatamente o período que mandavam sem o código. O Presidente deu por encerrado o depoimento da Sra. Rúbia Valéria Ferreira Mariane e agradeceu a presença. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou a Sra. Marlete Zuffo Tonel para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da Comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Marlete Zuffo Tonel. O Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra ao Deputado Roberto Acioli para questionar a depoente. Questionada, a Sra. Marlete Zuffo Tonel informou que é síndica do Condomínio Edifício Guilherme Ferraz há aproximadamente 12 anos, e quando assumiu o condomínio não tinha contrato com a empresa Duplique; informou que a empresa procurou o condomínio levando um panfleto de propaganda e como o condomínio estava passando por um momento difícil a depoente procurou a empresa; informou que recebeu propaganda de outras empresas, mas nunca sofreu nenhum tipo de assédio ou oferta de vantagens, como viagens. O Presidente explicou para a depoente quais os objetivos desta GPI e questionou se algum morador teve dificuldade, ou o apartamento tenha ido a leilão, e se a empresa cobra taxas acima do que está no boleto. A Sra. Marlete informou que nunca teve problemas com a Duplique, mas já teve problemas com empresas anteriores, a JS que chegou a perder uma ação e nunca a chamava para reuniões; afirmou que com a empresa Duplique sempre teve que acompanhar as audiências; apesar de afirmar que compareça em todas as audiências a depoente informou que não tem conhecimento da negociação, nem dos valores cobrados, nunca tendo visto os cálculos; afirmou que seu único papel na audiência é esperar a proposta do devedor; informou ainda que desde que acompanha as audiências

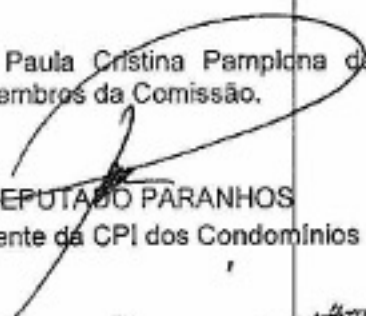


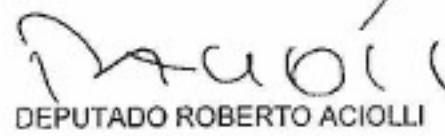



nenhum caso foi resolvido por que a pessoa não tem condições financeiras de pagar; que a última audiência que teve o valor era de R\$ 13.000,00 e que terá outra audiência que o valor é R\$ 24.000,00; que a pessoa fez proposta de pagar R\$ 100,00 ou R\$ 200,00 por mês e a advogada da empresa não aceitou; afirmou que dos 24 apartamentos do condomínio existe apenas uma moradora com problemas e que esta moradora não quer pagar a dívida; afirmou que a referida moradora reside no condomínio há aproximadamente oito anos, e que ela já teria feito acordos não cumpridos, depois essa moradora teria entregue um carro para a empresa vender para pagar a dívida, depois não conseguiu mais pagar o condomínio; informou que a taxa de condomínio é de R\$ 350,00 e não sabe informar o que a empresa está cobrando no processo. Questionada pelo Deputado Roberto Aciolli a Sra. Marlete informou que acredita que foi alguém da empresa que intermediou a venda do carro para a moradora pagar a dívida; afirmou que quando assumiu o condomínio passou alguns anos fazendo a cobrança depois passou a ter problemas com moradores e contratou a Duplique; informou que o contrato da Duplique renova automaticamente. Questionada pelo Presidente a Sra. Marlete informou que no caso da ação judicial o advogado é da Duplique; afirmou ainda que a referida moradora vem pagando as taxas atuais de condomínio com atraso, mas estaria pagando. Questionada pelo Deputado Roberto Aciolli a Sra. Marlete afirmou que vai nas audiências representando o condomínio, e que a dívida é do condomínio; informou também que a empresa repassa os valores ao condomínio três dias depois do vencimento do boleto, primeiro recebem depois repassam. Questionada pelo Presidente a Sra. Marlete informou que não tinha conhecimento da cobrança de 20% em caso de atrasos. O Dr. Bruno de Almeida Passadore pediu a palavra para questionar a depoente, o que foi concedido pelo Presidente. Questionada pelo Dr. Bruno a Sra. Marlete informou que a Duplique cobra 5% pelo contrato, e que às vezes a empresa deposita parte do valor antes mesmo do vencimento; afirmou que a Duplique sempre informa dos atrasos de pagamento e que fica com todas as taxas cobradas por esses atrasos; informou que não há limites para o adiantamento, pois a empresa nunca deixou de passar os valores integrais, se a pessoa atrasar 10 anos eles arcam com todo o período; afirmou que durante todo o período como síndica a Duplique só ajuizou uma ação; afirmou que tem poderes para negociar diretamente a dívida, mas logo em seguida afirmou que poderia negociar se a Duplique aceitasse; afirmou também que se a moradora pagar a dívida em atraso o valor ficará com a Duplique que é a dona da dívida, pois a Duplique já antecipou o valor para o condomínio; afirmou que outros moradores já tiveram atrasos e informaram que os juros são altos; afirmou também que os boletos são encaminhados a todos os condôminos, mesmo os que estejam em atraso; questionada pelo Presidente a Sra. Marlete informou que além de síndica administra uma lanchonete e recebe salário como síndica do condomínio. Questionada pelo Deputado Roberto Aciolli a Sra. Marlete informou que a função da Duplique é só cobrar os valores. O Presidente deu por encerrado o depoimento da Sra. Marlete Zuffo Tonel. Na sequência, o Presidente pediu ao Relator que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Aciolli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando que a próxima reunião será no dia 19 de agosto de 2014, às 10h00min, determinando que fosse lavrada a presente Ata, que

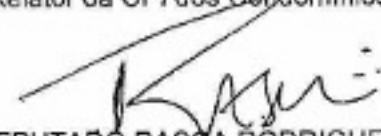



segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

  
DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

  
DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condomínios

  
DEPUTADA CANTORA MARA LIMA  
Membro

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

  
Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE  
ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI





Bruna, a Sra. Joana informou que a Pré-Condômino não presta qualquer outro tipo de serviço ao condomínio além do repasse dos valores; informou que não tem conhecimento de como funciona o contrato com a empresa; que os valores são depositados automaticamente todo mês, sem qualquer tipo de adição; informou que acredita terem tido ou tido algum problema que está insatisfeita, mas também não quer e propõe para fazer acordos, não sabendo informar se a empresa aceita ou se o síndico faz acordos; afirmou não ter conhecimento da existência de ações judiciais da cobrança do condomínio, e não firmou qualquer promessa para advogados; esclareceu que está renunciando ao mandato de síndica, pois está assando o cargo por problemas de conflitos do ex-síndico que renunciou e a deponente acabou sendo eleito síndica; afirmou que durante o ano e meio de mandato não manteve qualquer contato com a empresa Pré-Condômino. O Presidente deu por encerrado o depoimento da Sra. Joana Rita de Almeida Damasceno e agradeceu a presença. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou a Sra. Rêbia Valéria Ferreira Mariane para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, sendo a secretária da Comissão realizando a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Rêbia Valéria Ferreira Mariane. O Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra ao Deputado Roberto Acioli para questionar a deponente. Questionada, a Sra. Rêbia Valéria Ferreira Mariane informou que é síndica do Conjunto Marbélia desde 2008 e quando assumiu, a empresa Assiscon já tinha contrato com o condomínio desde 2007; informou que o contrato é de antecipação das verbas, e o condomínio paga 4,38% pelo contrato e a empresa cobra as taxas condominiais. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli se a Assiscon é administradora ou gerenciadora, a Sra. Rêbia esclareceu que a empresa é gerenciadora; a síndica repassa o valor das taxas para a empresa todo dia 30 de cada mês, a empresa manda os boletins, e a síndica distribui; o vencimento dos boletins é todo dia 10, e a empresa Assiscon repassa para o condomínio os valores todo dia 12, já incluindo a porcentagem do contrato; informou que o trabalho da Assiscon é basicamente a cobrança e quando a empresa envia os boletins para distribuição encaminha também um folheto com os valores que vão descontar do contrato e taxas bancárias; informou que são 24 apartamentos e que a empresa repassa o valor total, se há atraso é a empresa quem cobra e a síndica não fica sabendo; afirmou que os boletins vem com todas as despesas de condomínio especificadas e que por um período os boletins sem código de barras, mas atualmente todos são encaminhados com o código de barras; informou ter conhecimento de que quando há atrasos é bem complicado negociar com a empresa, mas não tem conhecimento de causas que tenham sido a origem. Questionada pelo Presidente, a Sra. Rêbia informou que dos 24 apartamentos existentes no condomínio, poucos possuem dívidas, mas a empresa não repassa essas informações para a síndica; soube por uma vizinha que a empresa estava lhe cobrando valores muito absurdos, que sua dívida estava em R\$45.000,00 e ela teria oferecido R\$ 40.000,00 e a empresa não aceita; afirmou que, ao ser oficiada pela CPI para entregar documentos, solicitou à empresa que lhe fornecesse um relatório de inadimplências e a empresa não forneceu; afirmou que a moradora que citou os problemas com a empresa passou por várias dificuldades e agora está tentando cobrar os custos em dia, a taxa de condomínio atualmente é de R\$ 180,00; a informação que tem da moradora é que sua dívida deveria ser de no máximo R\$ 23.000,00. O Presidente realizou o levantamento das informações, sua dívida de 10 e poucos mil, a empresa cobra 43 e não aceita negociações. O Deputado Roberto Acioli pediu um aparte para ponderar que quem todos os reclamantes ouvidos nesta CPI, são muito claros em dizer que a empresa não repassa as informações de inadimplências, parecendo estar muito claro o crime de captação, e, por, de extrair, que deveria ser muito bem analisado por esta Comissão. O Dr. Bruno de Almeida Passadore também pediu um aparte para confirmar que esta CPI é muito produtiva para os serviços da Diretoria Pública, há uma constante quantidade de ações condominiais de pessoas insatisfeitas com diversas dificuldades em pagamentos e cobranças criadas por estas empresas administradoras de condomínios. Terminando o aparte, o Dr. Bruno de Almeida Passadore pediu ao Presidente para questionar a deponente a que foi aceita. Questionada, a Sra. Rêbia esclareceu que não precisa pedir o adiamento para a empresa, automaticamente é depositado o correspondente aos 24 apartamentos na conta do condomínio todo dia 12, independente de atraso dos moradores, e qualquer valor cobrado no atraso não é repassado ao condomínio, fica para a empresa; informou que a empresa, além dos 4,38% do contrato cobra do condomínio mais R\$ 76,53 de taxa bancária e mais-bás; afirmou que enquanto síndica não pode negociar nenhuma taxa em atraso, os moradores são obrigados a entrar com a empresa; informou que desde que é síndica, o condomínio sempre recebe a integralidade das taxas, nunca foi descontado qualquer apartamento; afirmou ainda que acordos existem duas ações na justiça por atrasos de condomínio, mas não sabe os nomes de quem estão as promessas de condomínio, pois nunca foi chamada para nenhum processo, apenas assinou os documentos solicitados pela Assiscon. Questionada pelo Presidente a Sra. Rêbia informou que nunca tentou intermediar negociações, nem no caso de moradores que citou, mas que se dependesse da sua vontade faria um acordo em valor menor com a moradora. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli e Sra. Rêbia esclareceu que não participou de nenhuma reunião com a empresa Assiscon; que a empresa primeiro ameaça e depois repassa, pois o vencimento é no dia 10 e o repasse no dia 12; afirmou ter conhecimento que com um dia de atraso a empresa já aplica multa. Questionada pelo Presidente a Sra. Rêbia informou que acredita que até o dia 30 do mesmo mês ainda seja possível pagar no banco, após tal data só na empresa. Questionada pelo Deputado Raulo Rodrigues e Sra. Rêbia informou que teve um período que a empresa não mandava boletins com código de barras para os inadimplentes, mas agora manda todos os boletins com código de barras, mas não lembra qual foi exatamente o período que mandavam sem o código. O Presidente deu por encerrado o depoimento da Sra. Rêbia Valéria Ferreira Mariane e agradeceu a presença. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou a Sra. Marlene Zuffo Tezê para compor a Mesa, a fim de prestar seu

depoimento, sendo a secretária da Comissão realizando a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Marlene Zuffo Tezê. O Presidente agradeceu a presença e abriu a palavra ao Deputado Roberto Acioli para questionar a deponente. Questionada, a Sra. Marlene Zuffo Tezê informou que é síndica do Condomínio Edifício Guilherme Farias há aproximadamente 12 anos, e quando assumiu o condomínio não tinha contrato com a empresa Duplique; informou que a empresa procriou o condomínio levando um perfil de propaganda e com o condomínio estava passando por um momento difícil a deponente procurou a empresa; informou que recebeu propaganda de outras empresas, mas nunca sofreu nenhum tipo de assédio ou efeito de vantagens, como viagens. O Presidente explicou para a deponente quais os objetivos desta CPI e questionou se alguma moradora teve dificuldade, se a apartamentação tinha sido a origem, e se a empresa cobra taxas extras do que está no boletim. A Sra. Marlene informou que nunca teve problemas com a Duplique, mas já teve problemas com empresas anteriores, a JS que chegou a pedir uma ação e nunca a chamou para mediar; afirmou que com a empresa Duplique sempre teve que acompanhar as audiências; apesar de admitir que comparece em todas as audiências é deponente informou que não tem conhecimento da legislação, nem dos valores cobrados, nunca teve visto os cálculos; afirmou que seu único papel na audiência é captar a proposta de devedor; informou ainda que desde que acompanha as audiências nenhum caso foi resolvido por que a pessoa não tem condições financeiras de pagar; que a última audiência que teve o valor era de R\$ 10.000,00 e que teve outra audiência que o valor é R\$ 24.000,00; que a pessoa fez proposta de pagar R\$ 100,00 ou R\$ 200,00 por mês e a advogada da empresa não aceita; afirmou que dos 24 apartamentos do condomínio existe apenas uma moradora com problemas e que esta moradora não quer pagar a dívida; afirmou que a referência moradora reside no condomínio há aproximadamente oito anos, e que ela já teria feito acordos não cumpridos, depois esta moradora teria entregue um carro para a empresa vender para pagar a dívida, depois não conseguiu mais pagar o condomínio; informou que a taxa do condomínio é de R\$ 350,00 e não sabe informar o que a empresa está cobrando no processo. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli a Sra. Marlene informou que acredita que há alguma da empresa que intermediou a venda do carro para a moradora pagar a dívida; afirmou que quando assumiu o condomínio passou alguns anos fazendo a cobrança depois passou a ter problemas com moradores e contratou a Duplique; informou que o contrato da Duplique renova automaticamente. Questionada pelo Presidente a Sra. Marlene informou que no caso da ação judicial a advogada é da Duplique; afirmou ainda que a referência moradora vem pagando as taxas extras de condomínio com atraso, mas estaria pagando. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli a Sra. Marlene afirmou que vai nas audiências representando o condomínio, e que a dívida é do condomínio; informou também que a empresa repassa os valores ao condomínio três dias depois de vencimento do boleto, primeiro recebem depois repassam. Questionada pelo Presidente a Sra. Marlene informou que não tinha conhecimento da cobrança de 30% em caso de atraso. O Dr. Bruno de Almeida Passadore pediu a palavra para questionar a deponente, o que foi concedido pelo Presidente. Questionada pelo Dr. Bruno a Sra. Marlene informou que a Duplique cobra 5% pelo contrato, e que se vezes a empresa deposita parte do valor antes mesmo do vencimento; afirmou que a Duplique sempre informa dos atrasos de pagamento e que fica com todas as taxas cobradas por esses atrasos; informou que não há limites para o adiantamento, pois a empresa nunca deixou de passar os valores integrais, se a pessoa atrasa 10 anos eles atrasam com todo o período; afirmou que durante todo o período como síndica a Duplique não abriu uma ação; afirmou que tem poderes para negociar diretamente a dívida, mas logo em seguida afirmou que poderia negociar com a Duplique também; afirmou também que os moradores pagam a dívida em atraso o valor fiscal com a Duplique que é a dona da dívida, pois a Duplique já antecipou o valor para o condomínio; afirmou que outros moradores já tiveram atrasos e informaram que os juros são altos; afirmou também que os boletins são encaminhados a todos os condôminos, entretanto os que estejam em atraso; questionada pelo Presidente a Sra. Marlene informou que além da síndica administram uma lanchonete e recebem salário como síndica do condomínio. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli e Sra. Marlene informou que a função da Duplique é adiantar os valores. O Presidente deu por encerrado o depoimento da Sra. Marlene Zuffo Tezê. No momento, o Presidente pediu ao Relator que fizesse a leitura da Ata de reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Acioli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encorreu a reunião, lembrando que a próxima reunião será no dia 19 de agosto de 2014, às 10h00min, determinando que fosse levada a presente Ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva de CPI, e pelas secretárias de Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADA CANTORA MARIA LINA  
Membro

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva de CPI





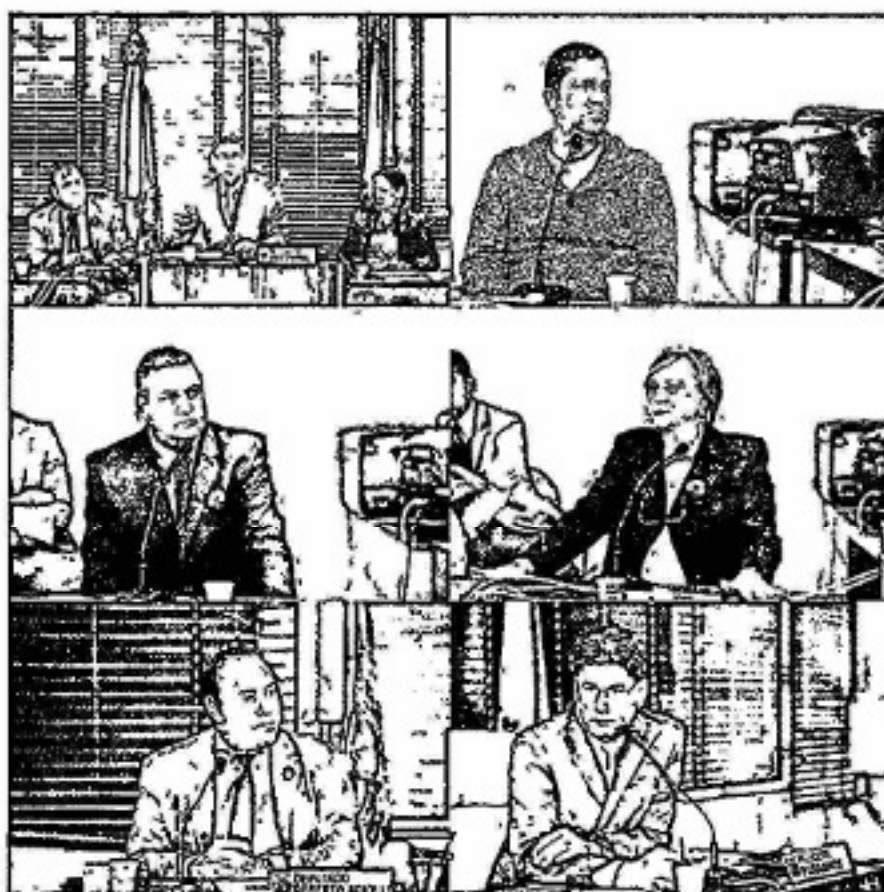
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Eletivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Cláudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.



3.2.10- DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA.



Na data de 02 de setembro de 2014, na sala de reuniões das Comissões, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária da CPI, cujo teor consta da respectiva Ata, *in verbis*:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

*Ata da 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios*  
(Ato do Presidente nº 2/2014)

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, às 09h20min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Rasca Rodrigues, Tadeu Veneri e Nelson Luersen, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Ausentes os Deputados: Luiz Claudio Romanelli e Cantora Mara Lima. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Na sequência, o Presidente agradeceu a presença e convidou para compor a Mesa o Dr. Bruno de Almeida Passadore e o Dr. Luiz Gustavo Fagundes Purgato, membros da Defensoria Pública do Paraná. O Presidente informou que daria início aos depoimentos, solicitando que a leitura da Ata da reunião anterior seja feita ao final da reunião e solicitou ainda que a assessoria conduzisse os demais depoentes para outra sala até que fossem chamados para depor. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou a Sra. Maria Helena Justen, sócia administradora da empresa **Pró-Condômino**, para compor a Mesa a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Maria Helena Justen. O Presidente agradeceu a presença, expôs os motivos da instalação da CPI e passou a questionar a depoente. A Sra. **Maria Helena Justen** esclareceu que é sócia da empresa **Pró-Condômino** juntamente com a Sra. Elin Tallarek de Queiroz; esclareceu que a empresa é uma garantidora de condomínios que promove contratos com condomínios após aprovação em assembléia e no dia do vencimento a empresa repassa os valores integrais das quotas condominiais, retendo um percentual de remuneração contratual; informou que a empresa mantém aproximadamente 140 contratos no Paraná, em Curitiba e Maringá; informou que não há um relacionamento com os síndicos, estes apenas assinam o contrato, o contador repassa o rateio para a empresa e esta confecciona os boletos que são enviados às unidades de cada condomínio; afirmou que existe muita inadimplência e que, em alguns condomínios chega a 50% de impontualidade; a empresa garante o pagamento no dia do vencimento, na parte da manhã, na hora que abre o banco já são enviados todos os TEDs para os condomínios, integralmente, independente das unidades terem sido quitadas ou não; informou que a taxa contratual pela prestação do serviço varia de 4 a 6%; afirmou que a cobrança das taxas em atraso é feita de acordo com a Lei Federal, sendo 2% de multa, 1% de juros, correção monetária de acordo com o índice do INPC, IGP-M, INPC, e após 30 dias tem 10% de honorários do advogado que é contratado para trabalhar para





a empresa e atua nos parcelamentos; a empresa não pode dividir uma taxa de condomínio para a pessoa pagar parcelado, pois não há como dividir a taxa de condomínio; afirmou ainda que existem casos em que a unidade de condomínio está atrasada há 20 anos, e que nos 30 anos de sua empresa apenas uns cinco ou seis imóveis foram a leilão, e que a empresa não arrematou nenhum destes imóveis. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli, a Sra. Maria Helena informou que a administradora é a empresa que administra o condomínio, a garantidora, não, ela só emite os boletos e faz a cobrança do condomínio, da taxa de condomínio. Após novo questionamento do Deputado Roberto Acioli a Sra. Maria Helena afirmou que a garantidora antecipa as taxas de condomínio e faz a cobrança; informou ainda que não procede a informação de que a empresa primeiro cobra e depois faz o repasse, pois às 10h do dia do vencimento de cada condomínio, o dinheiro já está disponível na conta do condomínio; afirmou que a empresa não realiza protestos das taxas, apenas a cobrança judicial; informou que quem realiza a cobrança extra-judicial é o advogado da empresa, e que ele cobra honorários advocatícios para tanto; afirmou ainda que antes mesmo de uma ação judicial cobra-se honorários porque estão previstos na convenção dos condomínios e que o valor dos honorários é de 10%; afirmou que não há como comparar a garantidora com um banco que empreste dinheiro para os condomínios, porque os juros praticados pelo banco são muito além dos limites praticados pela garantidora; afirmou que no caso de rescisão do contrato pelo condomínio a empresa fica com a cobrança dos condomínios antecipados até então; esclareceu também que não são encaminhados boletos com código de barras para os inadimplentes, não há como pagar o condomínio atual enquanto não quitar o débito anterior, seria igual a um empréstimo bancário ou mesmo um imóvel financiado: se atrasou uma parcela, não vai poder pagar a atual; informou que o tempo de atraso para interpor ação judicial depende dos valores, porque não compensa, pois as custas processuais são muito altas, assim a empresa tem que esperar mais ou menos seis meses, durante esse período é comunicado através de telefone e carta mensalmente, por último uma carta dando um prazo de 48 horas ou que seja uma semana para quitar o débito, que será distribuído um processo pela via judicial; informou que como empresa prestadora de serviços paga um valor bem alto de ISS, em torno de R\$ 20.000,00 a R\$ 30.000,00 mensais. Questionada pelo Deputado Paranhos a Sra. Maria Helena informou que o capital social de sua empresa no contrato social é R\$ 600.000,00; afirmou que não é necessário registro no Banco Central para fazer este adiantamento de dinheiro aos condomínios, e que trabalha desde 1978 nessa área. O Dr. Bruno de Almeida Passadorê pediu a palavra para questionar a depoente e teve a aprovação do Presidente. Questionada, a Sra. Maria Helena informou que a taxa da empresa varia de 4 a 6% de acordo com o índice de inadimplência do condomínio, em contrapartida a empresa adianta as taxas ao condomínio e depois cobra. Questionada pelo Dr. Bruno se seria um processo semelhante a um seguro, a Sra. Maria Helena informou que seria mais ou menos assim, por isso o contrato é de antecipação de taxas; afirmou ainda que sua empresa não oferece qualquer tipo de brindes, viagens ou festas a síndicos; afirmou que em 28 anos fez apenas um jantar para todos os síndicos com quem mantinha contrato, que foi no aniversário de 25 anos da empresa. O Dr. Luiz Gustavo Fagundes Purgato pediu a palavra para questionar a depoente e teve a aprovação do Presidente. Questionada, a Sra. Maria Helena informou que além de sócia é gerente de sua empresa; afirmou que sua empresa mantém contratos com condomínios de todas as classes



sociais. Questionada pelo Deputado Paranhos a Sra. Maria Helena informou que não tem conhecimento de empresas que dificultem o pagamento para tomar o imóvel. O Presidente deu por encerrado o depoimento da Sra. Maria Helena Justen e agradeceu a presença. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou o Sr. Cláudio Marcelo Baiak, sócio e representante das empresas CM Baiak e CM Prêmio, para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Cláudio Marcelo Baiak. O Presidente agradeceu a presença, esclareceu os motivos de instalação da CPI e passou a questionar o depoente. Questionado, o Sr. Cláudio Marcelo Baiak informou que é sócio da CM Baiak Advogados e CM Prêmio que é administradora de condomínios; esclareceu que sua administradora de condomínios é relativamente nova, tendo apenas três anos, e administra aproximadamente 50 condomínios; a empresa só faz administração; afirmou surpresa com a intimação para depor, pois pelas informações que teve o foco da CPI seria os contratos de garantia e sua administradora só faz administração; informou que já teve dois ou três contratos de antecipação de valores para condomínio, mas esses contratos estão encerrados; esclareceu que o foco da empresa é só administrar condomínios, fazendo todo o serviço de RH, prestação de contas, balancete e emissão de boletos quando tem a parte de cobrança, informou que existem alguns condomínios que não têm o serviço de cobrança com a empresa, por terem empresa de cobrança independente; esclareceu ainda que sua empresa, enquanto administradora, faz participação em assembleia, emissão de balancetes, rateio das despesas do mês; afirmou ainda possuir um contrato de antecipação em andamento que está sendo encerrado agora; esclareceu ainda que atua com administração de condomínios há três anos, mas possui escritório de advocacia e já advoga há 15 anos; afirmou que sua empresa não favorece nem força o acúmulo de prestações em atrasos ou cobra valores indevidos, e que promove várias campanhas para promoção de acordo para pagamento dos débitos em atraso; afirma que só cobra multa de 2%, juros de 1% e correção monetária e não cobra honorários de cobrança na administração, honorários só se for remetido para o departamento jurídico; esclareceu que o tempo de espera antes de remeter ao jurídico depende de cada síndico, afirma que uns querem que mande em 90 dias, outros com 30 dias; informa que normalmente a pessoa recebe o boleto e tem 30 dias para pagar no banco, se não conseguir efetuar o pagamento, a pessoa teria mais 30, 60, ou até 90 dias, dependendo do condomínio, para pagar antes de ser remetido ao jurídico; afirma que sua empresa tenta facilitar o máximo possível o pagamento, inclusive fornecendo login e senha para retirarem o boleto via internet em qualquer momento até 30 dias; esclarece que se a pessoa não conseguir pagar no banco em 30 dias e não for para o jurídico é só ligar na administradora e pedir uma 2ª via atualizada e a empresa emite, encaminhando por email; esclareceu que mesmo que a pessoa esteja inadimplente com meses anteriores receberá o boleto do condomínio atual e poderá pagar normalmente no banco. O Deputado Roberto Acioli solicitou que a advogada que estava acompanhando o depoente dissesse seu nome e número da OAB. A advogada fez uso da palavra e informou que seu nome é Debora Nunes Kamaroski e sua OAB é nº 45056. O Deputado Roberto Acioli agradeceu e passou a questionar o depoente. Questionado, o Sr. Cláudio Marcelo informou que não tem conhecimento de empresas que atuam de forma irregular ou ilegal, mas afirmou que diversos condomínios passam por



dificuldades por falta de profissionais capacitados para administrá-los. Questionado pelo Deputado Roberto Aciolli sobre a existência de relação do depoente com as empresas Garante, Duplique ou Assiscon, o Sr. Cláudio Marcelo informou que seu escritório de advocacia já atuou para a Assiscon, não atuando mais. Questionado ainda sobre o motivo de haver cobranças diversas de assessoria de cobrança, assessoria jurídica e assessoria administrativa na prestação de contas de um mesmo condomínio realizada por sua empresa de forma cumulada, o Sr. Cláudio Marcelo informou que são contratos diferentes, um para administrar, fazer o serviço de administração, RH, folha de pagamento, balancete, livro contábil, assessoria em assembleia; outro contrato para realizar cobranças que é o de assessoria de cobrança, e outro contrato para assessoria jurídica em casos do condomínio com ações trabalhistas, entre outras, cada contrato gera uma despesa, gera honorários, tudo mediante nota fiscal. Na continuidade do questionamento, o Sr. Cláudio Marcelo esclareceu que está se instalando em Curitiba a figura do síndico profissional, o que já existe em outros lugares como São Paulo, são pessoas que estão usando isso como profissão; afirmou que não gosta muito do termo "síndico profissional", pois a lei só prevê que o síndico tem que ser eleito pela assembleia do condomínio, com mandato de um a dois anos, conforme determina a convenção; não é um contrato, é uma eleição por uma assembleia, a lei admite que qualquer um pode ser síndico, pessoa física ou jurídica, motivo pelo qual pode contratar uma administradora para ser síndico. O Deputado Roberto Aciolli questionou o depoente sobre o motivo de haver reclamações nesta CPI de que sua empresa não teria fornecido documentos solicitados. O Sr. Cláudio Marcelo afirmou que tais denúncias não procedem, que sua empresa é transparente e sempre fornece todos os documentos solicitados por qualquer condomínio. O Deputado Roberto Aciolli informa que está com a denúncia em mãos e solicita ao Presidente que mostre o documento ao depoente. O Presidente determina à secretária que dê vistas do documento ao depoente. O Sr. Cláudio Marcelo afirma que enviou os documentos solicitados na carta e que a informação não procede. O Deputado Roberto Aciolli solicitou ao Presidente o encaminhamento de expediente para que a empresa do depoente forneça à CPI os documentos relacionados na denúncia. O Presidente acatou a solicitação do Deputado Roberto Aciolli e determinou que a secretaria encaminhe a solicitação. O Sr. Cláudio Marcelo ressaltou que não estava dizendo que foi respondido, porque não se lembra da situação, mas não há nada que a pessoa peça e a empresa não forneça. Questionado pelo Presidente o Sr. Cláudio Marcelo informou que não reside no endereço da Rua Amarilis, mas é síndico do condomínio existente lá. O Presidente pede para registrar que anteriormente o depoente havia dito que não concorda que a pessoa não more no prédio onde é síndico, mas o depoente é síndico de um prédio onde não mora. O Sr. Cláudio Marcelo ressaltou que não foi isso que ele havia dito, mas sim que não concordava com a forma de contrato de síndicos profissionais; afirmou que do condomínio que é síndico foi reeleito em maio através de assembleia, que é o formato correto; afirmou que o síndico tem que ser eleito em assembleia, independente se mora no local ou não, qualquer pessoa pode se candidatar a síndico, física ou jurídica; afirmou novamente que o que não concorda é contrato, firmar um contrato de prestação de síndico, afirmando que isto não existe, porque não tem previsão legal, o síndico tem que ser eleito. Questionado pelo Presidente, o Sr. Cláudio Marcelo informou que nem sempre sua empresa faz as ações judiciais e cobrança, depende do contrato de cada condomínio; esclareceu que no Condomínio Amarilis já tinha





um contrato de administração com sua empresa antes de ser eleito como síndico e o contrato permaneceu; esclareceu que não firmou o contato com a própria empresa, pois o contrato já existia antes de assumir o mando de síndico; esclareceu que nunca trabalhou em outras empresas administradoras ou garantidoras, mas que prestou serviços como advogado às empresas Assiscon e Pró-Condômino e acredita que tais empresas sejam administradoras de condomínio, não sabendo afirmar com certeza por nunca ter trabalhado dentro das empresas; afirmou ainda ter conhecimento que algumas empresas antecipam as taxas condominiais, mas não soube dizer como funciona por nunca ter participado de tais contratos; esclareceu ainda que quando atuou como advogado das empresas, sempre trabalhou conforme a determinação da Lei Condominial, o artigo 12 da Lei nº 4.591 de 1964, a qual determina que cabe ao síndico efetuar a cobrança das taxas condominiais pelos meios judiciais cabíveis - judiciais ou extrajudiciais; afirmou que todas as cobranças que vieram para o seu escritório de advocacia, independente de quem mandou se a administradora ou a antecipadora, eram do condomínio com procuração do condomínio, para cobrar taxas condominiais; afirmou que suas empresas têm como característica, trabalhar muito para evitar cobrança judicial, visitando constantemente os condomínios, analisando as dificuldades das pessoas; afirmou que possui como regra a facilitação do pagamento para pessoas com problemas de saúde, desemprego, enfim, qualquer situação grave que tenha causado a inadimplência; informou que fez uma campanha há dez dias no Condomínio Amarilis chamando todos os inadimplentes a comparecerem em seu escritório para efetuarem o pagamento nas formas possíveis, mas não há como dar desconto, pois não existe um desconto em condomínio; afirmou que como síndico não é fácil agradar a todos e que seria mais fácil ser Presidente da República do que ser síndico; afirmou que efetua cobranças através de seu escritório de advocacia e também através da administradora, dependendo do contrato que possui com cada condomínio, o síndico é quem decide o tipo de contrato que quer efetuar; afirmou que os síndicos têm total autonomia para decidir sobre formas de pagamento e tudo depende do fluxo de caixa do condomínio. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli o Sr. Cláudio Marcelo informou que possui as empresas C. M. Baiak Serviços Administrativos, que é administradora de condomínios, e a C. M. Baiak Advogados e Associados, e que presta assessoria jurídica ao Condomínio Residencial Buriti, o qual também mantém contrato com a empresa Assiscon, porém suas empresas não possuem qualquer relação negocial com a Assiscon atualmente; esclareceu que no Condomínio Residencial Buriti presta assessoria jurídica geral e não de cobrança, e caso haja ações de cobrança são de períodos em que a Assiscon não atuava no condomínio; afirmou que não sofreu qualquer tipo de perseguição por ter montado sua própria empresa e que nunca participou de reuniões ou eventos de empresas com síndicos. Questionado novamente pelo Presidente o Sr. Cláudio Marcelo informou que como assessoria de cobrança possui mais de 100 processos de cobrança de condomínio, mas como administrador não teve casos que necessitassem de execução; esclareceu que infelizmente o leilão é consequência da execução e que se a pessoa não pagar não há outra alternativa; afirmou que há cerca de três anos teve um processo que estava indo a leilão e chamou o proprietário para acordo, no intuito de evitar a praça, fez o acordo e o proprietário não cumpriu; afirmou que quando atuou para as garantidoras, defendia o interesse das garantidoras, mas que quando recebe procuração do condomínio não procura saber se este condomínio tem



garantidora ou não; afirmou que em suas ações são feitas somente as cobranças permitidas em lei, nada mais; não soube informar quantos imóveis já foram leiloados através de suas ações, mas afirmou terem sido muitos, os últimos que se lembra foram na Brigadeiro Franco, e não faz idéia de quantas ações existem atualmente no judiciário paranaense, de cobranças de condomínio. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Cláudio Marcelo Baiak e agradeceu a presença. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente informou que estava na pauta a oitiva do representante legal da Assiscon, mas que o sócio não estava presente, apenas o administrador com procuração, acompanhado de um advogado. O Presidente determinou que fosse lido o juramento do representante da empresa, ao que o advogado se manifestou contrariamente à assinatura. O Presidente esclareceu que o teor do juramento é dizer a verdade somente daquilo que sabe, e que não ouviria o depoente sem a assinatura do juramento, questionando o motivo do sócio não estar presente. O Advogado informou que o sócio é um senhor idoso e teve câncer. O Presidente determinou a adequação do termo para ouvir o depoente. O advogado questionou se o depoente seria ouvido na qualidade de investigado. O Presidente informou que o representante da empresa foi convocado na qualidade de investigado. A secretaria adequou o termo de juramento do Sr. Fabiano, representante legal da empresa **Assiscon Serviços de Digitação S/A Ltda - ME**, e realizou a leitura do termo de dizer a verdade, o qual foi devidamente assinado pelo Sr. Fábio. O Presidente passou a questionar o depoente. O Sr. Fabiano informou que é administrador da empresa há 10 anos, não tendo qualquer participação social na empresa; informou que a empresa é uma antecipadora de condomínios, e que possui aproximadamente 30 contratos em Curitiba, região metropolitana e Paranaguá; informou que é feito um contrato com o condomínio, que mensalmente passa para a empresa os valores do rateio, a empresa processa a emissão dos boletos bancários, entrega e distribui aos moradores, o pagamento é feito pelos moradores e posteriormente a empresa repassa os valores pagos e o saldo não pago ao condomínio, descontando o percentual de administração; afirmou que os inadimplentes recebem os boletos futuros com código de barras; e que após um determinado tempo a dívida é encaminhada a um escritório jurídico que não faz parte da empresa Assiscon; informou que não há regra de tempo para encaminhar ao jurídico, que depende da tolerância que o condomínio tenha com tais inadimplentes; afirmou que tudo é negociado na contratação, existindo condomínios que não podem aceitar a inadimplência, e que as decisões não podem partir da empresa, por ser uma reunião de pessoas com legislação específica; afirmou que os ajustes são realizados de forma viável para a empresa e interessante ao cliente; afirmou que o cliente da empresa é a pessoa jurídica do condomínio e não seus moradores individualmente, e que as formas de atuação dependem da necessidade e vontade de cada condomínio, existindo condomínios com 20% de inadimplência e outros com apenas 5%; afirmou que a empresa primeiro recebe os valores dos condôminos e dias depois repassa ao condomínio. O Presidente questionou se a empresa não antecipa os valores. O Sr. Fabiano afirmou que não, informou que o valor antecipado ao condomínio é apenas o correspondente a boletos não pagos, o restante já foi recebido pela empresa; afirmou que a diferença a ser paga ao condomínio às vezes é irrisória; informou ainda que o capital social da empresa registrado é em torno de R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00, pois o contrato social é muito antigo, e que a empresa movimenta em torno de R\$ 1.000.000,00 ao mês aproximadamente, porém o valor da movimentação não é patrimônio da



empresa, nem fluxo de caixa próprio, mas, sim, valores de terceiros; informou que não sabe precisar quais impostos a empresa paga, pois tudo é feito pelo contador, incluindo a emissão das notas fiscais, mas acredita que a empresa esteja enquadrada no Simples, pois a movimentação não é própria da empresa. O Presidente passou a palavra ao Deputado Roberto Aciolli que questionou o nome e o número da OAB do advogado que estava acompanhando o representante da empresa. O advogado informou que se chama Paulo e sua OAB é 56840. O Deputado Roberto Aciolli informou o depoente que a CPI recebeu inúmeras denúncias de que empresas garantidoras e administradoras de condomínios estariam realizando cobranças indevidas e juros abusivos, esclareceu ainda que a CPI não pretende beneficiar "caloteiros", mas, sim, esclarecer os fatos, e caso haja realmente essas cobranças, tomar as providências legais. O Deputado Roberto Aciolli questionou o depoente sobre a existência de boletos da empresa Assiscon sem qualquer discriminação dos encargos cobrados pelo atraso. O Sr. Fabiano informou que sempre que é solicitado, o detalhamento é feito, e que às vezes o boleto não contém as informações, isto ocorre por questões técnicas bancárias, que não permitem o detalhamento em boletos, porém às vezes a pessoa não tem disponibilidade de ir até o escritório; afirmou que a empresa também está sujeita à legislação, que determina o que é obrigatório colocar em um recibo; afirmou que é impossível atender todas as exigências das pessoas, e acredita que muitos que procuraram a CPI são oportunistas. O Deputado Roberto Aciolli informou que os que forem considerados oportunistas serão desconsiderados nesta CPI. O Sr. Fabiano informou que a empresa compareceu amistosamente para esclarecer os fatos. Questionado pelo Deputado Roberto Aciolli o Sr. Fabiano informou que a discriminação detalhada no boleto é realizada de acordo com o detalhamento enviado pelo condomínio; afirmou que quando o morador solicita, é fornecido documento com o detalhamento; afirmou ainda que a empresa não emite boletos sem código de barras; informou que a empresa às vezes emite alguns avisos nos quais existem valores, porém, não existe o código de barras, por não se tratar de boletos bancários, mas, sim, um informativo de cobrança; afirmou que mensalmente, mesmo pessoas que estejam com ações judiciais, recebem o boleto bancário e têm a oportunidade de pagar, não aumentando, assim, sua inadimplência. Questionado pelo Presidente o Sr. Fabiano afirmou que a empresa só cobra multa de 2% e juros de 1% quando faz a cobrança dos boletos em atraso, mas após determinado período encaminha ao jurídico e a empresa deixa de ter o controle da negociação, mas a cobrança continua sendo realizada no que determina a lei e honorários do advogado que está negociando; afirmou que a arrecadação da empresa está atrelada somente aos juros, atualização monetária e à multa, sendo a remuneração da empresa contratualmente definida; informou que no período em que trabalha na empresa teve conhecimento apenas de três casos de imóveis que foram a leilão; o depoente informou ainda que a empresa cobra de 1 a 7% pelo contrato de antecipação, de acordo com o perfil de cada um e do risco que o condomínio apresenta para a empresa; afirmou que a empresa corrige o fluxo de caixa do condomínio; o depoente informou que é formado em Administração e que se os síndicos tivessem o seu conhecimento, não precisariam da empresa onde trabalha; esclareceu que em um condomínio com vencimento dia 10, os moradores já receberam o boleto dia 25 e os pagamentos passam a entrar no caixa da empresa até o dia 10, a empresa repassa o valor para o condomínio por volta do dia 12 ou 15, complementando apenas o que ainda





não foi pago pelos moradores; informou que a taxa cobrada depende do contrato firmado, sendo uma livre negociação de mercado; o depoente reforçou que a antecipação só ocorre sobre o saldo, supondo que o rateio de um condomínio seja R\$ 10.000,00, a taxa administrativa contratual da empresa seria R\$ 1.000,00, assim a empresa só precisa repassar ao condomínio R\$ 9.000,00, no dia do vencimento se a empresa já tiver arrecado R\$ 8.000,00 terá que dispor apenas de R\$ 1.000,00 próprios para integralizar e repassar os R\$ 9.000,00 ao condomínio; afirmou que não se trata de empréstimo, mas, sim, antecipação de valores; informou ainda que o escritório de advocacia que representa a empresa atualmente, é o Nunes Pereira Advogados Associados. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli o Sr. Fabiano informou que o Sr. Cláudio Marcelo Baiak prestou serviços advocatícios para a empresa há alguns anos, não possuindo mais relação com a empresa; informou que existem condomínios onde a Assiscon atua e talvez a Baiak preste assessoria, mas são contratos independentes, como exemplo informou que no Condomínio Santa Efigênia da Graciele Besson isto ocorreu por um período, mas atualmente a Assiscon não atua mais em tal condomínio; afirmou que nos casos citados a empresa não tem qualquer relação ou conhecimento do teor e funcionamento do contrato dos condomínios com a Baiak; afirmou que a área de atuação da empresa dentro do condomínio, é muito específica, atuando somente na parte do fluxo de caixa, as questões jurídicas paralelas, o convívio das pessoas no dia a dia não dizem respeito à empresa. O Dr. Bruno de Almeida Passadore pediu a palavra para questionar o depoente com permissão do Presidente. Questionado, o Sr. Fabiano esclareceu que existem diversos fatores que determinam a análise de qual será a taxa de remuneração de cada contrato, alguns dos fatores seriam a origem do condomínio, sua classe social, sua forma de instalação; afirmou que condomínios de Cohab são de alto risco, por serem condomínios com muitos problemas; afirmou novamente que a empresa faz correção do fluxo de caixa, antecipando os valores necessários, dando a esta população a condição de gestão e vida digna, tendo água e luz, pois sem a empresa o condomínio não teria condições para tanto; esclareceu que os boletos de condomínios são emitidos em favor da Assiscon e o valor entra na conta da empresa que depois repassa o valor ao condomínio; afirmou que em casos de negociação de débito não há como reduzir o valor para quitação, o que causaria uma incerteza nos condôminos, que deixariam de pagar a taxa condominial para pagar com atraso em valores menores; afirmou que muitas vezes a empresa é procurada com propostas de parcelamentos absurdas e estas não são aceitas; afirmou que nas ações judiciais de cobrança os valores são recebidos pelo advogado, que retira os honorários advocatícios e repassa os valores para a empresa, pois como a empresa já antecipou ao condomínio o valor, tem que retornar para o caixa da empresa; informou que na existência de valores não antecipados e antecipados na mesma ação judicial, o advogado irá calcular quanto é devido ao condomínio e quanto é devido à empresa; afirmou que embora haja a previsão contratual de suspensão de antecipação após tal período de inadimplência, a empresa dificilmente suspende a antecipação, sendo uma questão administrativa entre a empresa e o condomínio, que se lembra apenas de dois ou três condomínios onde a antecipação foi interrompida pela empresa. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Fabiano e agradeceu a presença. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou o Sr. Luiz Fernando de Queiroz, sócio e representante das empresas Garante e Duplique, para compor a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do



compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Luiz Fernando de Queiroz. O Presidente agradeceu a presença, esclareceu ao Sr. Luiz Fernando que o intuito desta CPI é debater os problemas da sociedade e, neste caso especificamente, a questão que envolve garantidoras de condomínio, informou que a CPI recebeu muitas denúncias, muitas reclamações, e ressaltou que o Deputado Roberto Acioli tem sido muito enfático em afirmar que a CPI não quer e não pode viabilizar o calote, beneficiando quem não paga suas contas, mas precisa analisar a situação e dar uma resposta à sociedade nesse segmento. O Presidente solicitou ao Sr. Luiz Fernando que fizesse um relato de sua empresa, garantidora e como é o funcionamento deste segmento. O Sr. **Luiz Fernando de Queiroz** passou a informar que a ideia de fazer a cobrança garantida de condomínio foi sua, há mais de 30 anos, embora tenha sofrido algumas desvirtuações; informou que foi uma ideia no sentido de facilitar a vida do condomínio, porque o condomínio é diferente de uma empresa, no condomínio não existe a venda de um produto, ou a venda de um serviço, o condomínio não faz o seu preço, é uma mera divisão de despesas entre todos os moradores, condôminos; afirmou que como o condomínio não tem crédito normalmente em bancos, por não ter lucro, é muito penoso ser síndico, ser um administrador de condomínio quando a receita não vem integralmente no final do mês; afirmou que não adianta aprovar uma taxa no valor de X, Y, ou fazer um rateio de despesa, como são feitos nos condomínios em Curitiba, e ao final do mês o síndico receber 80% da previsão de arrecadação; afirmou que por outro lado o condomínio tem os seus direitos, seus poderes, podendo recorrer à Justiça para a cobrança, mas que todos sabem que é um processo mais demorado, e ao final do mês o condomínio tem que pagar o salário dos funcionários, tem que pagar a Copel, tem que pagar a Sanepar, tem que pagar a empresa conservadora dos elevadores, entre outros, e o síndico não tem de onde tirar o dinheiro; informou que como advogado, na época, achou que a melhor maneira de resolver o problema do condomínio seria adiantar o valor devido ao condomínio, ao invés de esperar o transcurso da ação, fazendo uma prestação antecipada de contas para o condomínio, o síndico já receberia por conta do que o advogado viria a receber posteriormente; afirmou que desde então suas empresas atuam desta forma, e que surgiram vários concorrentes no Paraná e em outros Estados. O Presidente questionou o depoente sobre qual o procedimento de suas empresas para realizar a cobrança dessas taxas que foram garantidas para o condomínio, quando os moradores estão em atraso. O Sr. Luiz Fernando informou que responde apenas pela Garante e Duplica, que são as empresas que foi intimado para representar, não podendo responder por outras empresas, nem direta, nem indiretamente; afirmou que a prestação antecipada de contas é feita no dia do vencimento da conta, ou pouco dias depois; afirmou que na Garante e na Duplica, por praxe, embora varie de um escritório para outro, é feito depois a cobrança normal, a cobrança como o condomínio faria; inclusive realizada em nome do condomínio; afirmou que as empresas não se sub-rogam no crédito, por ser meramente um pagamento antecipado, prestação de contas antecipada; afirmou que não se espera o pagamento pelo condômino para prestar contas ao síndico; afirmou que a cobrança é amigável durante três, quatro, cinco, seis meses ou excepcionalmente mais; afirmou que é preciso esperar um pouco para entrar na justiça, em vista das custas e dos valores baixos das parcelas de condomínio, porém não espera muito para não acumular demais e o devedor não conseguir pagar. O Presidente questionou o depoente sobre a forma dos cálculos, tendo em vista reclamações de dívidas



que de R\$ 4.000,00 foram para R\$ 12.000,00, de R\$ 12.000,00 para R\$ 17.000,00 e assim por diante. O Sr. Luiz Fernando informou que a taxa de condomínio vence todo mês, é uma taxa que vai se acumulando; se alguém deve uma taxa básica de R\$ 300,00 de condomínio, após seis meses, ao entrar com a ação, são R\$ 1.800,00 mais juros de mora legal de 1% ao mês e a correção pelos índices oficiais, assim se essa ação durar cinco anos, são 60 meses, já soma R\$ 18.000,00; afirmou que desta forma a ação iniciou com uma taxa de R\$ 1.800,00 e depois de cinco anos está em R\$ 18.000,00 só de valor principal. O Presidente questionou se a empresa não recebe a taxa atual na pendência de taxas atrasadas. O Sr. Luiz Fernando informou que a política da Garante e da Duplique é receber uma atual e outra atrasada, no caso de formalização de acordos, mas que em princípio preferem não receber a atual quando tem taxas atrasadas, por existir um artigo do Código Civil que diz que o recebimento da taxa atual presume a quitação das anteriores; afirmou que por esse motivo só mediante acordo é que as empresas aceitam o pagamento atual juntamente com parcelas em atraso. O Deputado Paranhos informou que, enquanto Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Presidente desta CPI, recebeu reclamações no sentido de que a não emissão dos boletos de taxas atuais com código de barras se torna uma barreira ao pagamento, forçando a inadimplência. O Sr. Luiz Fernando informou que a empresa já vem mudando sua política de cobrança, afirmando que até uns 10 anos atrás havia uma rigidez maior com relação a isso, se estava atrasado não recebia sem pagamento das anteriores; afirmou que embora correndo o risco de ter que provar em juízo qual parcela não foi paga, atualmente as empresas estão mais flexíveis nesse ponto; informou que é editor da *Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo*, uma revista trimestral editada em Curitiba, que circula no Brasil e em Portugal, voltada aos direitos do consumidor em um nível mais intelectual; afirmou que por influência da revista houve uma mudança de mentalidade e comportamento da empresa, preferindo correr o risco para atender, principalmente, o cliente; deixou claro que não estava falando de consumidores, mas, sim, clientes; afirmou que a Garante e a Duplique têm clientes, não têm consumidores. Questionado pelo Presidente o Sr. Luiz Fernando informou que a empresa não faz cobrança judicial, mas, sim, advogados de fora da empresa, que a empresa só faz a antecipação; informou que é o próprio grupo jurídico, do qual faz parte, ou outros escritórios de advocacia que são contratados, terceirizados, conforme o escritório que fazem a cobrança judicial; informou ainda que os escritórios têm liberdade para escolher seus próprios advogados. Questionado pelo Presidente o Sr. Luiz Fernando informou que suas garantidoras são empresas normais que pagam ISS e IR, e que, salvo engano, o recolhimento é realizado por lucro presumido; afirmou que o capital social registrado da empresa Garante deve ser em torno de R\$ 500.000,00, por ter mais de 30 anos e só ter sido alterado umas duas vezes; afirmou que a movimentação é dinheiro rotativo, o vencimento do condomínio é dia 7 e o repasse é feito dia 11, a empresa fica com 5% ou 6% dependendo do contrato; informou que em caso de êxito de cobranças judiciais o escritório de advocacia retira um percentual pelo serviço e repassa o valor para a empresa. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli o Sr. Luiz Fernando informou que foi idealizador das garantidoras e que a concorrência não prejudicou suas empresas, mas sim, ajudou a expandir a ideia e o mercado, sendo partidário de quanto mais concorrência melhor; afirmou que não há um monopólio desse mercado atualmente; informou que quando fundou a empresa Garante esta detinha 100% do mercado, embora atuasse em





apenas 1% dos condomínios existentes, mas pouco tempo depois surgiram os primeiros concorrentes e a participação de suas empresas diminuiu; afirmou que suas empresas não perderam mercado, ao contrário, aumentou o número de condomínios que contratam garantidoras, que em Curitiba antes, apenas 10% dos condomínios contratavam garantidoras e atualmente 20 a 30% dos condomínios realiza essa contratação e suas empresas detêm 50% desse mercado; informou que a Garante e a Duplique não são administradoras de condomínios, apenas garantidoras, e nunca realizaram administração de qualquer condomínio. O Presidente questionou se o segmento da administração é ruim, ao que o Sr. Luiz Fernando afirmou que não, mas não quer que suas empresas misturem as atividades, pois tem que haver foco no que fazem; afirmou ainda que suas empresas estão atuando no Rio de Janeiro há quatro anos, possuindo nove escritórios pequenos, e naquele Estado ainda não há concorrentes, pois os concorrentes sabem que o mercado lá é difícil. O Deputado Roberto Aciolli ressaltou que a CPI tem o intuito de esclarecer o máximo de informações. O Sr. Luiz Fernando afirmou que é a favor da CPI; informou que desde o início da CPI seus funcionários ficaram apavorados, mas o depoente afirmou que não há nada a esconder e que se a CPI realmente cumprir seu papel e ajudar a moralizar o mercado imobiliário de Curitiba, é excelente, motivo pelo qual está a favor da CPI. O Deputado Roberto Aciolli questionou se a empresa antecipa recursos ao condomínio e depois cobra juros sobre isso ao que o Sr. Luiz Fernando confirmou. O Deputado Roberto Aciolli questionou o depoente sobre como é considerado quem empresta dinheiro e cobra juros sobre o empréstimo. O Sr. Luiz Fernando afirmou que suas empresas não emprestam dinheiro, mas realizam prestação antecipada de contas, antecipando recursos ao condomínio, e depois cobra acréscido dos juros legais. O Deputado Roberto Aciolli questionou se a prática de empréstimo e cobrança de juros sem ser instituição bancária não seria agiotagem. O Sr. Luiz Fernando informou que não, pois os juros são os legais, não sendo usura de forma alguma, mas apenas a correção monetária mais os juros de 1% ao mês; não antecipação antes do vencimento do condomínio, pois se houvesse seria uma espécie de desconto de título, e daí poderiam considerar operação financeira, o que não é o caso. Questionado pelo Deputado Roberto Aciolli o Sr. Luiz Fernando informou que os 11 escritórios da Garante e da Duplique possuem milhares de ações de cobrança no Judiciário, mas que o número de processos que chega em uma arrematação em leilão não chega a 1% dos casos, pois na maioria há o pagamento ou a realização de acordos; informou que as empresas não arrematam imóveis, e o depoente também não possui qualquer imóvel arrematado em leilões de suas ações de cobrança. O Deputado Roberto Aciolli informou o depoente sobre a existência de um boleto com vencimento em 08/05/2014, onde consta que após o dia 13 de maio a empresa só recebe acréscido de multa, juros e encargos, questionando o depoente sobre o que seriam esses encargos descritos no boleto. O Sr. Luiz Fernando afirmou que encargos são o ressarcimento das despesas que o credor teve em função da inadimplência, estando previsto no Código Civil, cujo artigo diz que quando se dá causa ao prejuízo de alguém, tem-se que ressarcir aquele prejuízo ocasionado em função disso. Questionado pelo Deputado Roberto Aciolli o Sr. Luiz Fernando afirmou que as denúncias tem que ser investigadas, tem que ser analisados os processos e verificar se houve excessos, responsabilizando quem cobrou a mais; questionado sobre o que seria "taxa de contingência", o Sr. Luiz Fernando informou que é uma taxa instituída pelo condomínio para garantir uma reserva financeira para emergências e situações



de risco, e que se o condomínio tiver uma boa reserva de contingência não precisará da garantidora, assim como não precisará se não houver inadimplência. Questionado pelo Presidente o Sr. Luiz Fernando afirmou que o mercado de administração de condomínios necessita de moralização, pois muitas empresas praticam o superfaturamento e o sobrepreço, e o problema no Brasil é que todo mundo quer ganhar comissão por fora, existem síndicos e empresa usando a verba do condomínio para receber comissões por serviços prestados por terceiros, afirmando que suas empresas não recebem nem pagam comissão a ninguém. Questionado pelo Presidente o Sr. Luiz Fernando informou que suas empresas não dificultam o pagamento, porém se a pessoa estiver devendo R\$ 50.000,00 e quiser pagar R\$ 100,00 por mês, não há como aceitar, pois não cobre nem o juro de 1%, porém já fizeram acordos em até 60 parcelas, havendo um fora dos padrões que foi realizado em 100 meses. O Deputado Roberto Acioli questionou o depoente se ele tinha conhecimento da denúncia de uma senhora cuja dívida iniciou em R\$ 2.000,00 e chegou a R\$ 200.000,00, vindo a perder seu imóvel, na Avenida Vicente Machado. O Sr. Luiz Fernando informou que nesse caso, após 17 anos, a dívida somou cento e poucos mil reais; afirmou que a pessoa passou 17 anos sem pagar o condomínio e sem pagar a prestação da Cohab, levando a dívida a ser executada e o imóvel leilado; com o despejo por oficial de justiça dentro do processo legal; afirmou que o aumento da dívida ocorreu pela cumulação das parcelas de todos os anos; afirmou que se houver nos processos da Garante ou da Duplique pessoas que tenham pago qualquer valor acima da correção monetária de 1% ao mês e honorários, é só falar que as empresas resolverão o caso; **solicitou que se houver qualquer cliente que tenha pago algo ilegal que seja comunicado, que será devolvido na hora, sem a necessidade de entrar em juízo.** O Dr. Bruno de Almeida Rassadore pediu a palavra para questionar o depoente o que foi permitido pelo Presidente. Questionado, o Sr. Luiz Fernando informou que a Garante e a Duplique devem ter em torno de 1 mil contratos com condomínios, e acredita que juntando os seis escritórios da Garante e os cinco da Duplique em Curitiba, as empresas possuem a maior parte do mercado da região, existindo no mercado a Pró-Condômino e a Assiscon; informou que sua esposa Ellen Talarek de Melo é sócia da empresa Garante, da Duplique e também da empresa Pró-Condômino, não possuindo outro parente que atue na área; afirmou que não existe união entre as empresas, mas, sim, concorrência, porém o depoente, por ser o fundador, acredita que exerce influência como mentor da ideia, mas não tem poder de impor nenhum tipo de padrão ao mercado; informou que existe mais de 10 mil condomínios em Curitiba, e que as empresas Garante e Duplique juntas possuem 10% do mercado; afirmou que os funcionários são orientados a informar o cliente da situação da cobrança, mesmo que esteja em juízo, informando as fases processuais. O Dr. Bruno questionou se é procedente a denúncia de que suas empresas induzem o devedor a vender o imóvel e teriam compradores aptos para tanto. O Sr. Luiz Fernando informou que não procede a informação, mas que em situações onde a dívida seja maior que o valor do imóvel ou próximo ao valor, as empresas procuram auxiliar o cliente, pois se o imóvel for a leilão o preço arrecadado será menor, em torno de 60% e a pessoa não vai receber nada, mas se vender pelo valor real, pode não ter um prejuízo tão grande; afirmou que procuram auxiliar os devedores em casos extremos, para que vendam o imóvel, paguem a dívida e ainda receberem alguma coisa, fato melhor que deixar o imóvel ir para leilão, que é o pior cenário; afirmou que não há intermediação, mas, sim, indicação ou solicitação, conforme o



escritório, e que possíveis compradores são encontrados através de corretores de imóveis que procuram as empresas; informou que o mercado de arrematação de imóveis varia conforme o mercado imobiliário, mas não conhece nenhuma empresa especializada no ramo; informou que conhece a empresa Jacomel Imobiliária apenas de nome, não sabendo informar quem são; questionado pelo Dr. Bruno sobre a forma de remuneração de suas empresas, o Sr. Luiz Fernando informou que as taxas variam de 5% a 7% em Curitiba e no Rio de Janeiro de 6% a 9%, em função dos custos serem mais altos; informou que a remuneração do contrato varia de acordo com o mercado e de acordo com o percentual de inadimplência do condomínio, e não há diferenças por classe social, sendo que suas empresas cobram no mínimo 5%; afirmou que o serviço prestado pela empresa não é seguro nem *factoring*, mas apenas antecipação de contas, e que os boletos pagos são contabilizados na conta da empresa, pois já foram antecipados ao condomínio; informou que na cobrança de taxas em atraso é cobrado reembolso das despesas extra-judiciais e quando há processo é cobrado honorários do advogado; informou que atuou muito tempo como advogado e atualmente está semi-aposentado, não sendo patrono de nenhuma demanda atualmente, ainda que seu nome conste de procurações, pois não atua diretamente; afirmou que não é dupla cobrança receber a taxa do condomínio e depois os encargos dos condôminos, pois o condomínio paga pelo serviço de emissão da taxas e recebimento dos valores, além disso, tem que ser feita a cobrança no banco ou no escritório, pois o pagamento pode ser realizado inclusive aos sábados nos escritórios da Garante e da Duplique; informou que a partir do momento que o síndico subestabeleceu para a empresa fazer a cobrança, não poderá mais fazer qualquer acordo ou recebimento, pois a empresa já adiantou o valor ao condomínio; afirmou não haver sub-rogação nem cessão de crédito por não constar do contrato, representando vontade das partes; afirmou que há prestação de contas antecipada e com o fato da antecipação dos valores, a empresa passa a ser dona dos valores que serão pagos pelos condôminos e o síndico não pode fazer acordos por ter contratado a empresa para fazer a cobrança e já recebeu o dinheiro adiantado; informou que caso o síndico realize cobrança, terá que prestar contas para a empresa, sob pena do condomínio receber duas vezes, uma da empresa e outra do condômino; informou que quem escolhe os advogados ou escritórios de advocacia para mover ações judiciais de cobrança são os escritórios das empresas e não os condôminos; informou que normalmente são antecipadas até 12 taxas inadimplidas, mas por vezes há acordos com os síndicos e ultrapassam esse limite; esclareceu que os valores recebidos em ações judiciais são do condomínio que repassa para a empresa. Questionado pelo Dr. Bruno o Sr. Luiz Fernando esclareceu que na verdade os advogados contratados pela empresa levantam o alvará judicial e prestam contas para a empresa e não ao condomínio, pois este já recebeu na antecipação. Questionado pelo Presidente o Sr. Luiz Fernando informou que já ouviu falar de empresas que chegam a oferecer laptop para síndicos, e vantagens de taxas para conquistar clientes, mas que suas empresas não praticam este ato, suas empresas não recebem qualquer benefício para aumentar a clientela, e também não oferecem nenhum benefício a síndicos; afirmou que se isto estiver acontecendo, a CPI deve tomar providências para moralizar o mercado. O Presidente questionou o depoente se suas empresas concordariam em assinar um TAC e participar de um mutirão para resolver os problemas em andamento. O Sr. Luiz Fernando afirmou que não haveria problemas, teria que analisar os termos, mas a





princípio suas empresas participariam, e que pessoas que tenham pagado a mais, poderiam procurar sua empresa para solicitar o ressarcimento sem problemas. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Luiz Fernando de Queiroz. Na sequência, o Presidente esclareceu que a CPI concluiu sua fase de inquérito e iniciaria a elaboração do relatório, propondo aos membros a elaboração de um Termo de Ajuste de Conduta, incluindo um mutirão de conciliação em parceria com a Defensoria Pública. Ato contínuo, o Presidente colocou a proposta em discussão a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, o Presidente pediu ao Relator que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Aciolli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando que fosse lavrada a presente Ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADO TADEU VENERI  
Membro

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO NELSON LUERSEN  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

Após dois dias de mais de sessenta do uso de dois mil e quinhentos, os 098202ais, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Raulo Rodrigues, Tadeu Ventr e Nelson Luermes, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condôminos. Assentaram os Deputados: Luiz Claudio Rameirolli e Cantora Maria Ueta, havendo primeiro legal, sob o pretexto de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Na sequência, o Presidente agradeceu a presença e convidou para comparecer a Mesa o Dr. Bruno de Almeida Figueiredo e o Dr. Luiz Gustavo Fagundes Purgato, membros da Defensoria Pública do Paraná. O Presidente informou que havia lido aos depoimentos, solicitando que a leitura da Ata do reunião anterior seja feita ao final da reunião e solicitou ainda que a sanção condutiva no decorrer de depoimentos para outros se não que fossem chamados para depor. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou a Sra. Maria Helena Junim, sócia administradora da empresa Pró-Condênio, para comparecer a Mesa e dar de prestar seu depoimento, sendo a secretária da comissão realizou a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pela Sra. Maria Helena Junim. O Presidente agradeceu a presença, expôs os pontos da investigação da CPI e permitiu a questionar a depoente. A Sra. Maria Helena Junim esclareceu que é sócia da empresa Pró-Condênio juntamente com a Sra. Elis Tullmar de Queiroz, esclareceu que a empresa é uma sociedade de condomínio que promoveu contratos com condôminos após aprovação em assembleia e no dia do vencimento e empresa repassa os valores integralizados das quotas condominiais, restando uma porcentagem de remuneração contratual; informou que a empresa mantém aproximadamente 100 condôminos no Paraná, em Curitiba e Maringá; informou que não há um relacionamento com os síndicos, estes apenas assinam o contrato, o condômino repassa o valor para a empresa e esta confereção em boletins que não envia às unidades de cada condomínio; afirmou que existe muita informalidade e que, em alguns condomínios chega a 50% de informalidade; a empresa garante o pagamento no dia do vencimento, e para da manhã, há hora que abre o banco já em virtude dos juros e TEDs para os condôminos, integralmente, independentemente das unidades terem sido quitadas ou não; informou que a taxa contratual pela prestação do serviço varia de 4 a 6% afirmou que a cobrança das taxas em atraso é feita de acordo com a Lei Federal, sendo 2% de multa, 1% de juros, corréio monetário de acordo com o índice do INPC, IGP-M, INPC, e após 30 dias tem 10% de honorários do advogado que é contratado para trabalhar para a empresa e não nos particularmente; a empresa não pode dividir uma taxa de condomínio para a pessoa pagar parcelado, pois não há como dividir a taxa de condomínio, afirmou ainda que existem casos em que a unidade de condomínio não arrepara há 20 anos, e que nos 30 anos de sua existência apenas uns cinco ou seis indivíduos foram a Justiça e que a empresa não arrepara nenhuma destas unidades. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli, a Sra. Maria Helena informou que a administração é a empresa que administra o condomínio, a administração, não, ela só emite o boletim e faz a cobrança do condomínio, das taxas de condomínio. Após novo questionamento do Deputado Roberto Acioli a Sra. Maria Helena afirmou que a administração emite as taxas de condomínio e faz a cobrança; informou ainda que não procede a informação de que a empresa primeiro cobra a família do o repassa, pois há 108 do dia do vencimento de cada



condomínio, o direito já está disponível na conta do condomínio; afirmou que a empresa não realiza protestos das taxas, apenas a cobrança judicial; informou que quem realiza a cobrança extra-judicial é o advogado da empresa, e que as cobranças honorárias advêm do fato de que, antes mesmo de uma ação judicial sobre as honorárias, porque estão previstas na convenção do condomínio e que o valor das honorárias é de 10%; afirmou que não há como comparar a ganhos com um banco que custeie diário para os condôminos, porque os juros praticados pelo banco são muito além dos limites praticados pela administração; afirmou que no caso de rescisão do contrato pelo condomínio a empresa fica com a cobrança dos condôminos antecipados até então; esclareceu também que não são escrituras de boletim com código de barras para os inadimplentes, não há como pagar o condomínio atual enquanto não quitar o débito anterior, seria igual a um empréstimo bancário em que não se pode quitar o empréstimo se não se pagar a parcela, não vai poder pagar a taxa; informou que o tempo de atraso para interpor ação judicial depende dos valores, porque não compensa, pois as custas processuais são muito altas, assim a empresa tem que esperar mais ou menos seis meses, durante esse período é comunicado através de telefone e carta recomendo, por último uma carta dando um prazo de 48 horas ou que seja uma semana para quitar o débito, que será discutido num processo pela via judicial; informou que foram expostas prestações de serviços para um valor bem alto de R\$ 20.000,00 a R\$ 30.000,00 mensais. Questionada pelo Deputado Paranhos a Sra. Maria Helena informou que o capital social de sua empresa no contrato social é R\$ 500.000,00; afirmou que não é necessário registro no Banco Central para fazer este adiantamento de dinheiro aos condôminos, e que trabalha desde 1978 nesta área. O Dr. Bruno de Almeida Pastorelli pediu a palavra para questionar a deponente e teve a aprovação do Presidente. Questionada, a Sra. Maria Helena informou que a taxa de empresa varia de 4 a 6% de acordo com o índice de inadimplência do condomínio, em contrapartida a empresa adianta as taxas ao condomínio e depois cobra. Questionada pelo Dr. Bruno de Almeida Pastorelli, afirmou que não se trata de um seguro, a Sra. Maria Helena informou que seria mais ou menos assim, porque o contrato é de antecipação de taxas; afirmou ainda que sua empresa não oferece qualquer tipo de bônus, viagens ou festas a síndicos; afirmou que em 28 anos fez apenas um jantar para todos os síndicos com quem mantém contato, que foi no aniversário de 25 anos da empresa. O Dr. Luiz Gustavo Figueiredo Puggio pediu a palavra para questionar a deponente e teve a aprovação do Presidente. Questionada, a Sra. Maria Helena informou que além de sócia é gerente de sua empresa; afirmou que sua empresa assina contratos com condôminos de todas as classes sociais. Questionada pelo Deputado Paranhos a Sra. Maria Helena informou que não tem coadjuvantes de empresas que fiscalizam o pagamento para tomar o imóvel. O Presidente deu por encerrado o depoimento da Sra. Maria Helena. Juntos e agradeceram a presença. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou o Sr. Cláudio Marcelo Balak, sócio e representante das empresas CM Balak e CM Prémio, para comparecer a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Cláudio Marcelo Balak. O Presidente agradeceu a presença, esclareceu os motivos de instauração da CPI e passou o questionário ao deponente. Questionado, o Sr. Cláudio Marcelo Balak informou que é sócio da CM Balak Advogados e CM Prémio que é administradora de condomínios; esclareceu que sua administradora de condomínios é relativamente nova, tendo apenas três anos, e administra aproximadamente 50 condomínios, a empresa só faz administração; afirmou que sua empresa tem a intenção para depor, pois pelas informações que teve o foco da CPI seria os contratos de gestão e sua administradora só faz administração; informou que já teve dois ou três contratos de administração de valores para condomínio, mas esses contratos estão encerrados; esclareceu que o foco da empresa é administrar condomínios, fazendo todo o serviço de RH, prestação de contas, balanceamento de boletim quando tem a parte da cobrança, informou que existem alguns condomínios que não têm o serviço de cobrança com a empresa, por terem expressa de cobrança independente, esclareceu ainda que sua empresa, enquanto administradora, faz participação em assembleia, emissão de boletins, ratificação das despesas de água; afirmou ainda possuir um contrato de arrendamento com a administração de água, afirmou ainda que sua empresa não administra condomínios há três anos, mas possui escritório de advocacia e já advoga há 15 anos; afirmou que sua empresa não favorece nem força o recebimento de prestações em atraso ou cobra valores indevidos, a empresa promove várias campanhas para proteção de acordo para pagamento das dívidas com atraso; afirmou que só cobra multa de 2%, juros de 1% e correção monetária e não cobra honorários de cobrança na administração, honorários só se for necessário para o departamento jurídico; esclareceu que o tempo de espera antes de remeter o boleto depende de cada síndico, afirma que uma vez que manda em 30 dias, outros em 30 dias; afirmou que normalmente a pessoa recebe o boleto e tem 30 dias para pagar no banco, se não conseguir efetuar o pagamento, o boleto tem mais 30, 60, ou até 90 dias, dependendo do condomínio, para pagar antes de ser remetido ao jurídico; afirmou que sua empresa tenta facilitar o máximo possível o pagamento, inclusive fornecendo logotipo e selo para retirar o boleto via Internet ou qualquer valor até 20 dias; esclareceu que se a pessoa não consegue pagar no banco em 30 dias e não for para o jurídico é só ligar na administração e pedir uma 2ª via atualizada e a empresa oxita, encaminhando por e-mail; esclareceu que mesmo que o prazo esteja inadimplente com meses anteriores receber o boleto do condomínio atual e poder pagar a normalmente no banco. O Deputado Roberto Acioli solicitou que o advogado que estava acompanhando o deponente dissesse seu nome e número da OAB. O advogado fez uso da palavra e informou que seu nome é Debora Nunes Kamurud e sua OAB é nº 45056. O Deputado Roberto Acioli agradeceu e passou a questionar o deponente. Questionado, o Sr. Cláudio Marcelo informou que não tem conhecimento de empresas que estejam de forma irregular ou legal, mas afirmou que diversos condomínios passam por dificuldades por falta de perfil ou capacidade para administrar. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli sobre a existência de relação do deponente com a empresa Garagem, Delyque ou Amarelo, o Sr. Cláudio Marcelo informou que sua escritório de advocacia já atua para a Amarelo, não atuando mais. Questionado ainda sobre o motivo de haver cobranças diversas de assessoria de cobrança, assessoria jurídica e assessoria administrativa na prestação de contas de um mesmo condomínio realizada por sua empresa de forma conjunta, o Sr. Cláudio Marcelo informou que não conhece diferença, sua função é fazer o serviço de administração, RH, folha de pagamento, balancetes, livro contábil, assessoria em assembleia; outro contrato para realizar co-

branças que é o de assessoria de cobrança, e outro contrato para assessoria jurídica em casos de condomínio com ações trabalhistas, entre outras, cada contrato gera uma despesa, gera honorários, tudo mediante contrato. Na continuidade do questionamento, o Sr. Cláudio Marcelo esclareceu que está se instalando em Curitiba a figura do síndico profissional, o que já existe em outros lugares como São Paulo, são pessoas que estão usando isto como profissão; afirmou que não gosta muito do termo "síndico profissional", pois a lei só prevê que o síndico tem que ser eleito pela assembleia do condomínio, com mandato de um a dois anos, conforme determina a convenção; não é um contrato, é uma eleição por uma assembleia, e tal adição que qualquer um pode ser síndico, mesmo físico ou jurídico, mas pelo qual pode constituir uma administração para ser síndico. O Deputado Roberto Acioli questionou e depois sobre o motivo de haver reclamações nesta CPI de que sua empresa não seria fornecida documentos solicitados. O Sr. Cláudio Marcelo afirmou que tais denúncias não procedem, que sua empresa é assessoria e sempre fornece todos os documentos solicitados por qualquer condomínio. O Deputado Roberto Acioli informou que está com a denúncia em mãos e solicita ao Presidente que mostre o documento ao deponente. O Presidente determinou a secretária que dê vista do documento ao deponente. O Sr. Cláudio Marcelo afirmou que enviou os documentos solicitados na carta e que a informação não procede. O Deputado Roberto Acioli solicitou ao Presidente o encaminhamento de expediente para que a empresa de despesas fornecesse a CPI os documentos relacionados à denúncia. O Presidente aceitou a solicitação do Deputado Roberto Acioli e determinou que a secretária encaminhasse a solicitação. O Sr. Cláudio Marcelo ressaltou que não estava de acordo que foi respondido, porque não se lembra da situação, mas não há nada que a pessoa peça a empresa não forneça. Questionado pelo Presidente o Sr. Cláudio Marcelo informou que não reside no endereço da Rua Amarela, mas é síndico do condomínio existente lá. O Presidente pediu para registrar que assinatura o deponente havia dito que não concordava com a pessoa não mora no prédio onde é síndico, mas o deponente é síndico de um prédio onde não mora. O Sr. Cláudio Marcelo ressaltou que não foi isso que ele havia dito, mas sim que não concordava com a forma de contrato do síndico profissional; afirmou que do condomínio que é síndico foi realizado em maio através de assembleia, que é o formato correto; afirmou que o síndico tem que ser eleito em assembleia, independentemente se mora no local ou não, qualquer pessoa pode se candidatar a síndico, físico ou jurídico; afirmou novamente que o que não concordava é com a forma de contrato de prestação de serviços, afirmando que isso não existe, porque não tem previsão legal, o síndico tem que ser eleito. Questionado pelo Presidente, o Sr. Cláudio Marcelo informou que nem sempre sua empresa faz as ações jurídicas e cobrança, depende do contrato de cada condomínio; esclareceu que no Condomínio Amarela já tinha um contrato de administração com sua empresa antes de ser eleito como síndico e o contrato permaneceu, esclareceu que não firmou o contrato com a própria empresa, pois o contrato já existia antes de assumir o mandato de síndico; esclareceu que nunca trabalhou em outras empresas administradoras ou gerenciadoras, mas que presta serviços como advogado às empresas Amarelo e Pró-Condômino e afirmou que tais empresas sejam administradoras de condomínio, não podendo afirmar com certeza por nunca ter trabalhado dentro das empresas; afirmou ainda não conhecimento que algumas empresas antecipam as taxas condominiais, mas não sabe dizer como funciona por nunca ter participado de tais contratos; esclareceu ainda que quando atua como advogado das empresas, sempre trabalhou conforme a determinação da Lei Condominial, o artigo 12 da Lei nº 4.591 de 1964, a qual determina que cabe ao síndico efetuar a cobrança das taxas condominiais pelas vias judiciais cabíveis - judiciais ou extrajudiciais; afirmou que todas as cobranças que vierem para o seu escritório de advocacia, independentemente de quem mandou se a administradora ou a assembleia, mas do condomínio com procuração do condomínio, para cobrar taxas condominiais; afirmou que suas empresas têm como características, trabalhar muito para evitar cobranças judiciais, visando os interesses dos condôminos, analisando as dificuldades dos mesmos; afirmou que possui como regra a facilitação de pagamento para pessoas com problemas de saúde, desemprego, entre, qualquer situação grave que tenha causado a inadimplência; informou que fez uma campanha há dois dias no Condomínio Amarelo chamando todos os inadimplentes a comparecerem em seu escritório para efetuar o pagamento nas formas possíveis, mas não há como dar desconto, pois não existe um desconto em condomínio; afirmou que como síndico não é fácil agradar a todos e que seria mais fácil ao Presidente da República do que ao síndico; afirmou que efetua cobranças através do seu escritório de advocacia e também através da administração, dependendo do contrato que possui com cada condomínio, o síndico é quem decide o tipo de contrato que quer efetuar; afirmou que os síndicos têm total autonomia para decidir sobre formas de pagamento e tudo depende do tipo de contrato do condomínio. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli o Sr. Cláudio Marcelo informou que possui as empresas C. M. Balak Serviços Administrativos, que é administradora de condomínios, e a C. M. Balak Advogados e Associados, e que presta assessoria jurídica ao Condomínio Residencial Buri, o qual também mantém contato com a empresa Amarelo, porém suas empresas não possuem qualquer relação especial com a Amarelo atualmente; esclareceu que no Condomínio Residencial Buri presta assessoria jurídica geral e não de cobrança, e caso haja ações de cobrança não de períodos em que a Amarelo não atua no condomínio; afirmou que não sabe qualquer tipo de possibilidade por ter mantido sua própria empresa e que nunca participou de reuniões ou eventos de empresas com síndicos. Questionado novamente pelo Presidente o Sr. Cláudio Marcelo informou que como assessoria de cobrança possui mais de 100 processos de cobrança de condomínio, mas como administrador não teve casos que necessitaram de execução; esclareceu que inicialmente o boleto é encaminhado ao deponente e que se a pessoa não pagar não há outra alternativa; afirmou que há cerca de três anos teve um processo que estava indo a juízo e chamou o proprietário para acordo, no intuito de evitar a praça, fez o acordo e o proprietário não compareceu; afirmou que quando atua para as gerenciadoras, defende o interesse das gerenciadoras, mas que quando recebe procuração do condomínio não procura atender este condomínio sem gerenciadora ou não, afirmou que em suas ações não faz somente as cobranças geradas no boleto, mas também; não sabe informar quantos imóveis já foram envolvidos através de suas ações, mas afirmou serem não muitos, os últimos que se lembra foram no Brigueiro Franco, e não faz ideia de quantos e para quem assessoria no judiciário paranaense, de cobranças de condomínio. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Cláudio Marcelo Balak e agradeceu a presença. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente informou que estava se





para a defesa do representante legal da Asilcon, mas que o sócio não estava presente, apenas o administrador com procuração, acompanhado de um advogado. O Presidente determinou que fosse lido o juramento do representante da empresa, no qual o advogado se comprometia a defender o representante da empresa, e que não havia o depoente sem a assinatura do juramento, questionando o motivo do sócio não estar presente. O Advogado informou que o sócio é um senhor idoso e tem câncer. O Presidente determinou a adequação do termo para ouvir o depoente. O advogado questionou se o depoente seria ouvido na qualidade de investigador. O Presidente informou que o representante da empresa foi convocado na qualidade de investigador. A sociedade adotou o termo do juramento do Sr. Fabiano, representante legal da empresa Asilcon Serviços de Digitação S/A Ltda - ME, e realizou a leitura do termo de dizer a verdade, o qual foi devidamente assinado pelo Sr. Fabiano. O Presidente passou a questionar o depoente. O Sr. Fabiano informou que é administrador da empresa há 10 anos, não tendo qualquer participação social na empresa; informou que a empresa é uma associação de condomínios, e que possui aproximadamente 30 condomínios em Curitiba, região metropolitana e Foz de Iguaçu; informou que é feito um contrato com o condomínio, que normalmente passa para a empresa os valores do mês, a empresa presta o serviço de coleta de lixo, entrega e distribui aos moradores, o pagamento é feito pelos moradores e posteriormente a empresa repassa os valores pagos e o alô não pago ao condomínio, descontando o percentual de administração; afirmou que os moradores recebem os boletins fixados com código de barras; e que após um determinado tempo a dívida é encaminhada a um escritório jurídico que não faz parte da empresa Asilcon; informou que não há regra de tempo para encaminhar ao jurídico, que depende da necessidade que o condomínio tenha com tais inadimplências; afirmou que tudo é negociado na contabilidade, existindo condomínios que não podem aceitar a inadimplência, e que as decisões são tomadas pela empresa, por ser uma reunião de pessoas com legislação específica; afirmou que os ajustes são realizados de forma verbal para a empresa e interessado ao cliente; afirmou que o cliente da empresa é a pessoa jurídica do condomínio e não seus moradores individualmente, e que as formas de anulação dependem da necessidade e vontade de cada condomínio, existindo condomínios com 20% de inadimplência e outros com apenas 5%; afirmou que a empresa também recebe os valores dos condomínios e das dívidas repassadas ao condomínio. O Presidente questionou se a empresa não antecipava os valores. O Sr. Fabiano afirmou que não, informou que o valor antecipado ao condomínio é apenas o correspondente a boletins não pagos, o restante já foi recebido pela empresa; afirmou que a diferença a ser paga ao condomínio às vezes é inferior, a empresa ainda que o capital social da empresa registrada é em torno de R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00, pois o contrato social é muito antigo, e que a empresa movimentou em torno de R\$ 1.000.000,00 ao mês aproximadamente, porém o valor da movimentação não é patrimônio da empresa, nem fluxo de caixa próprio, mas, sim, valores de terceiros; informou que não sabe precificar quais impostos a empresa paga, pois tudo é feito pelo contador, incluindo a emissão das notas fiscais, mas acredita que a empresa esteja enquadrada no Simples, pois a movimentação não é própria da empresa. O Presidente passou a palavra ao Deputado Roberto Acioli, que questionou o sócio e a relação da OAB do advogado que estava acompanhando o representante da empresa. O advogado informou que se chama Paulo e na OAB é 56846. O Deputado Roberto Acioli informou o depoente que a CPI recebeu informações de que empresas geradoras e administradoras de condomínios estavam realizando cobranças indevidas e juros abusivos, esclareceu ainda que a CPI não pretende beneficiar "valentões", mas, sim, esclarecer os fatos, e caso haja realmente essas cobranças, tomar as providências legais. O Deputado Roberto Acioli questionou o depoente sobre a existência de boletins da empresa Asilcon para qual quer discriminação dos encargos cobrados pelo mesmo. O Sr. Fabiano informou que sempre que é solicitado, o detalhamento é feito, e que se há alguma dúvida no conteúdo da informação, isso ocorre por questões técnicas bancárias, que não permitem o detalhamento em boletins, porém da vez a pessoa não tem disponibilidade de ir até o escritório; afirmou que a empresa também está sujeita à legislação, que determina o que é obrigatório colocar em um recibo; afirmou que é impossível atender todas as exigências das pessoas, e acredita que muitos que procuraram a CPI não oportunistas. O Deputado Roberto Acioli informou que os que foram condôminos das oportunidades serão desconsiderados nessa CPI. O Sr. Fabiano informou que a empresa comprou anteriormente para esclarecer os fatos. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli se o Sr. Fabiano informou que a discriminação cobrada no boletim é realizada de acordo com o detalhamento enviado pelo condomínio; afirmou que quando o morador solicita, é fornecido desde então com o detalhamento; afirmou ainda que a empresa não envia boletins sem código de barras, informou que a empresa às vezes envia alguns boletins sem código de barras, porém, não existe o código de barras, por não se tratar de boletins bancários, mas, sim, um informativo de cobrança; afirmou que normalmente, mesmo pessoas que estejam com ações judiciais, recebem o boleto bancário e têm a oportunidade de pagar, não somente assim, mas, também a possibilidade. Questionado pelo Presidente se o Sr. Fabiano afirmou que a empresa só cobra multa de 3% a juros de 1% quando faz a cobrança dos boletins em atraso, mas após determinado período encaminha ao jurídico e a empresa deixa de ser o controle da negociação, mas a cobrança continua sendo realizada no que determina a lei e honorários do advogado que está negociando; afirmou que a arrecadação da empresa está sendo feita somente aos juros, atualização monetária e a multa, sendo a remuneração da empresa continuamente deficiente; informou que no período em que trabalhou na empresa teve conhecimento apenas de três casos de imóveis que foram à leilão; o depoente informou ainda que a empresa cobra de 1 a 7% pelo contrato de antecipação, de acordo com o perfil de cada um e da taxa que o condomínio apresenta para a empresa; afirmou que a empresa cobra o fluxo de caixa do condomínio; o depoente informou que é favorável em Administração e que se os síndicos tivessem o seu conhecimento, não permitiriam da empresa cada trabalho; esclareceu que em um condomínio com vencimento dia 10, os moradores já recebem o boleto dia 25 e os pagamentos passam a entrar no caixa da empresa até o dia 10, a empresa repassa o valor para o condomínio por volta do dia 12 ou 13, complementando apenas o que ainda não foi pago pelos moradores; informou que a taxa cobrada depende do contrato firmado, sendo uma livre negociação do morador; o depoente reforçou que a antecipação só ocorre sobre o saldo, supondo que o mês de um condomínio seja R\$ 10.000,00, a taxa administrativa contratual da empresa seria R\$ 1.000,00, assim a empresa só precisa repassar ao condomínio R\$ 9.000,00, no

dia do vencimento se o empresa já tiver recebido R\$ 9.000,00 terá que dispor apenas de R\$ 1.000,00 próprios para integralizar e repassar os R\$ 9.000,00 ao condomínio; afirmou que não se trata de empréstimo, mas, sim, antecipação de valores; informou ainda que o escritório de advocacia que representa a empresa atualmente, é o Naves Pereira Advogados Associados, Questionado pelo Deputado Roberto Acioli se o Sr. Fabiano informou que o Sr. Cláudio Marcelo Bialik prestou serviços advocatícios para a empresa há alguns anos, não possuindo mais relação com a empresa; informou que existem condomínios onde a Asilcon não é sócia e há vezes a Bialik presta assessoria, mas não contratos independentes, como exemplo informou que no Condomínio Santa Efigênia da Guacolda Bialik não ocorreu por um período, mas atualmente a Asilcon não atua mais em tal condomínio; afirmou que nos casos citados a empresa não tem qualquer relação com o conhecimento do teor e funcionamento do contrato dos condomínios com a Bialik; afirmou que a área de atuação da empresa dentro do condomínio, é muito específica, atuando somente na parte do fluxo de caixa, as questões jurídicas paralelas, o convívio das pessoas no dia a dia não é da empresa; a empresa. O Dr. Bruno de Almeida Passarelli pediu a palavra para questionar o depoente com permissão do Presidente. Questionado, o Sr. Fabiano esclareceu que existem diversos fatores que determinam a análise de qual será a taxa de remuneração de cada contrato, alguns dos fatores seriam a origem do condomínio, sua classe social, sua forma de instalação; afirmou que condomínios de Cobas não são de alto risco, por serem condomínios com muitos problemas; afirmou novamente que a empresa faz controle do fluxo de caixa, antecipando os valores necessários, dando a essa população a condição de gestão a vida digna, tendo isso em vista, pois sem a empresa o condomínio não teria condições para tanto; esclareceu que os boletins de condomínios são enviados em favor da Asilcon e o valor entra no caixa da empresa que depois repassa o valor ao condomínio; afirmou que em casos de negociação de débito não há como reduzir o valor para quitação, o que ocorreria uma incerteza nos condomínios, que deixariam de pagar e taxa condominial para pagar com atraso em valores menores; afirmou que muitas vezes a empresa é procurada com propostas de parcelamentos abusivos e estas não são aceitas; afirmou que nas ações judiciais de cobrança no valores são recebidos pelo advogado, que entra no honorário advocatício e repassa os valores para a empresa, pois como a empresa já antecipou ao condomínio o valor, tem que retribuir para o caixa da empresa; informou que na realidade de valores não antecipados e antecipados na mesma ação judicial, o advogado irá cobrar quanto é devido ao condomínio e quanto é devido à empresa; afirmou que embora haja a previsão contratual de suspensão de antecipação após tal período de inadimplência, a empresa dificilmente suspende a antecipação, sendo uma questão administrativa entre a empresa e o condomínio, que se lembra apenas de dois ou três condomínios onde a antecipação foi interrompida pela empresa. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Fabiano e agradeceu a presença. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou o Sr. Luiz Fernando de Queiroz, sócio e representante das empresas Garante e Duplique, para comparecer a Mesa a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Luiz Fernando de Queiroz. O Presidente agradeceu a presença, esclareceu ao Sr. Luiz Fernando que o início desta CPI é debater os problemas da sociedade e, neste caso especificamente, a questão que envolve garantidores da administração, informou que a CPI recebeu muitas denúncias, muitas reclamações, e ressaltou que o Deputado Roberto Acioli tem sido muito eficiente em afirmar que a CPI não quer e não pode visibilizar o calote, esclarecendo quem não paga suas contas, mas precisa analisar a situação e dar uma resposta à sociedade neste segmento. O Presidente pediu ao Sr. Luiz Fernando que fizesse um resumo de sua empresa, garantidora e como é o funcionamento deste segmento. O Sr. Luiz Fernando de Queiroz passou a informar que a ideia de fazer a cobrança garantida de condomínio foi sua, há mais de 10 anos, embora tenha sofrido algumas desvirtuações; informou que foi uma ideia no sentido de facilitar a vida do condomínio, porque o condomínio é diferente de uma empresa, no condomínio não existe a venda de um produto, ou a venda de um serviço, o condomínio não faz o seu preço, é uma taxa dividida de despesas entre todos os moradores; afirmou que como o condomínio não tem crédito normalmente em bancos, por não ter lucro, é muito difícil ser aliado, ser um administrador de condomínio quando o crédito não vem integralmente ao final do mês; afirmou que não oferece aprovações taxa no valor de X, Y, ou fazer um plano de despesa, como são feitos nos condomínios em Curitiba, e ao final do mês o síndico receber 80% da previsão de arrecadação; afirmou que por outro lado o condomínio tem os seus direitos, seus poderes, podendo recorrer à Justiça para a cobrança, mas que todos sabem que é um processo mais demorado, e ao final do mês o condomínio tem que pagar o salário dos funcionários, tem que pagar a Copel, tem que pagar a Sanebr, tem que pagar a empresa conservadora dos elevadores, entre outras, e o síndico não tem de onde tirar o dinheiro; informou que como advogado, na época, achou que a melhor maneira de resolver o problema do condomínio seria avançar o valor devido ao condomínio, ao invés de esperar o transcurso da ação, fazendo uma prestação antecipada de contas para o condomínio, o síndico já receberia por conta do que o advogado iria a receber posteriormente; afirmou que desde então suas empresas atuam desta forma, e que surgiram vários colaboradores no Paraná e em outros Estados. O Presidente questionou o depoente sobre qual o procedimento de suas empresas para realizar a cobrança dessas taxas que foram garantidas para o condomínio, quando os moradores estão em atraso. O Sr. Luiz Fernando informou que responde apenas pela Garante e Duplique, que são as empresas que foi indicada para representar, não podendo responder por outras empresas, nem direta, nem indiretamente; afirmou que a prestação antecipada de contas é feita no dia do vencimento da conta, ou pouco dias depois; afirmou que as Garante e a Duplique, por parte, embora tenha de um escritório por outro, é feita depois a cobrança normal, a cobrança como o condomínio faria; inclusive realizada em nome do condomínio; afirmou que as empresas não se subjugam ao crédito, por ser extremamente um pagamento antecipado, prestação de conta antecipada; afirmou que não se espera o pagamento pelo condomínio para prestar contas ao síndico; afirmou que a cobrança é realizada durante 14h, quatro, cinco, seis meses ou excepcionalmente mais; afirmou que é preciso esperar um pouco para entrar na Justiça, em vista das taxas e dos valores baixos das parcelas de condomínio, porém não espera muito para não acumular débitos e o dever não conseguir pagar. O Presidente questionou o depoente sobre a forma das cobranças, tendo em vista cobranças de dívidas que de R\$ 4.000,00 fatura para R\$ 12.000,00, de R\$ 12.000,00 para R\$ 17.000,00 e assim por diante. O Sr. Luiz Fernando informou



que a taxa de condomínio vence todo mês, é uma taxa que vai se acumulando, se alguém deve uma taxa básica de R\$ 300,00 de condomínio, após seis meses, ao entrar com a ação, são R\$ 1.800,00 mais juros de mora legal de 1% ao mês e a correção pelos índices oficiais, assim se essa ação durar cinco anos, são 60 meses, já soma R\$ 18.000,00, afirmou que é esta forma a ação inicial com uma taxa de R\$ 1.800,00 e depois de cinco anos está em R\$ 18.000,00 só de valor principal. O Presidente questionou se a empresa não recebe a taxa atual na prestação de taxa mensal. O Sr. Luiz Fernando informou que a política da Garantia e da Duplique é receber uma taxa e outra mensalidade, no caso de formalização de acordos, mas que em princípio preferem não receber a taxa quando tem taxas atrasadas, por existir um artigo do Código Civil que diz que o recebimento da taxa atual prevalece a quitação das anteriores, afirmou que por esse motivo só mediante acordo é que as empresas aceitam o pagamento a atual juntamente com parcelas em atraso. O Deputado Paschoal informou que, enquanto Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Presidente desta CPI, recebeu reclamações no sentido de que a cobrança das boletins de taxa atual com o código de barras se torna uma barreira ao pagamento, forçando a litigância. O Sr. Luiz Fernando informou que a empresa já vem mudando sua política de cobrança, afirmando que há uns 10 anos atrás havia uma rigidez maior com relação a isso, se estava atrasado não recebía sem pagamento das anteriores; afirmou que embora correndo o risco de se que provar em juízo qual parcela não foi paga, atualmente as empresas estão mais flexíveis nesse ponto; informou que o editor da *Revista Loco-Drácula de Direito do Consumidor*, uma revista trimestral editada em Curitiba, que circula no Brasil e em Portugal, violou os direitos do consumidor em um nível mais ínfimo; afirmou que por influência da revista houve uma mudança da moralidade e comportamento da empresa, preferindo correr o risco para atender, principalmente, o cliente; deixou claro que não estava falando de consumidores, mas, sim, clientes; afirmou que a Garantia e a Duplique têm clientes, não são consumidoras. Questionado pelo Presidente o Sr. Luiz Fernando informou que suas garantidoras são empresas normais que pagam ISS e IR, e que, talvez engano, o recolhimento é realizado por outro profissional; afirmou que o capital social registrado da empresa Garantia deve ser um tanto de R\$ 500.000,00, por ter mais de 30 anos e só ter sido alterado umas duas vezes; afirmou que a movimentação é diuturna rotativa, o crescimento do condomínio é de 7 e o repasse é feito dia 11, a empresa fica com 5% ou 6% dependendo do contrato; informou que em caso de dolo da cobrança judicial o escritório de advocacia recebe uma percentual pelo serviço e repassa o valor para a empresa. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli o Sr. Luiz Fernando informou que foi idealizador das garantidoras e que a concorrência não prejudica suas empresas, mas, sim, ajudou a expandir a ideia e o mercado, sendo parâmetro de quanto mais concorrência melhor; afirmou que não há um monopólio desse mercado atualmente; informou que quando fundou a empresa Garantia era detida 100% do mercado, embora atuasse em apenas 1% dos condomínios existentes, mas pouco tempo depois surgiram os primeiros concorrentes e a participação de suas empresas diminuiu; afirmou que suas empresas não perdiam mercado, ao contrário, aumentou o número de condomínios que estavam garantidas, que em Curitiba são, apenas 10% dos condomínios construídos garantidos e atualmente 18 a 20% dos condomínios realiza essa contratação e suas empresas detêm 50% desse mercado; informou que a Garantia e a Duplique não são administradoras de condomínios, apenas garantidoras, e nunca realizaram administração de qualquer condomínio. O Presidente questionou se o segmento da administração é ruim, ao que o Sr. Luiz Fernando afirmou que não, mas não quer que suas empresas misturem as atividades, pois tem que haver foco no que fazem; afirmou ainda que suas empresas estão atuando no Rio de Janeiro há quatro anos, possuindo nove escritórios pequenos, e naquele Estado ainda não há concorrentes, pois os concorrentes sabem que o mercado lá é difícil. O Deputado Roberto Acioli ressaltou que a CPI tem o intuito de esclarecer o máximo de informações. O Sr. Luiz Fernando afirmou que é a favor da CPI; informou que desde o início da CPI seus funcionários ficaram apovoados, mas o depoente afirmou que não há nada a esconder e que se a CPI realmente cumprir seu papel e ajudar a normalizar o mercado imobiliário de Curitiba, é excelente, motivo pelo qual está a favor da CPI. O Deputado Roberto Acioli questionou se a empresa anterior recorreu ao condomínio e depois cobra juros sobre isso ao que o Sr. Luiz Fernando confirmou. O Deputado Roberto Acioli questionou o depoente sobre como é considerado que a empresa dinheiro e cobra juros sobre o emprestado. O Sr. Luiz Fernando afirmou que suas empresas não emprestam dinheiro, mas realizam prestação antecipada de contas, antecipando recursos ao condomínio, e depois cobra atrasado dos juros legais. O Deputado Roberto Acioli questionou se a prática de supressão e cobrança de juros sem ser instituída bancária não seria agiotagem. O Sr. Luiz Fernando informou que não, pois os juros são os legais, não sendo uma forma alguma, mas apenas a correção monetária mais os juros de 1% ao mês; não antecipação antes do vencimento do condomínio, pois a boa vontade seria uma espécie de desconto de dolo, e daí poderiam considerar operação financeira, o que não é o caso. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli o Sr. Luiz Fernando informou que os 11 escritórios da Garantia e da Duplique possuem milhares de ações de cobrança no Judiciário, mas que o número de processos que chega em uma apresentação em Juízo não chega a 1% das ações, pois na maioria há o pagamento ou a realização de acordos; informou que as empresas não armamadas indevidas, e o depoente também não possui qualquer imóvel armazendo em Juízo de seis ações de cobrança. O Deputado Roberto Acioli informou o depoente sobre a existência de um boleto com vencimento em 09/05/2014, onde consta que após o dia 12 de maio a empresa só recebe atrasado de multa, juros e encargos, questionando o depoente sobre o que acontecia com encargos descritos no boleto. O Sr. Luiz Fernando afirmou que encargos não é ressarcimento das despesas que o credor teve em função da inadimplência, estando previsto no Código Civil, cujo artigo diz que quando se dá causa ao prejuízo de alguém, tem-se que ressarcir aquele prejuízo ocasionado em função disso. Questionado pelo Deputado Roberto Acioli o Sr. Luiz Fernando afirmou que as denúncias tem que ser investigadas, tem que ser as situações os processos e verificar se houve excessos, responsabilizado quem cobrou a multa; questionado sobre o que seria "taxa de contingência", o Sr. Luiz Fernando

informou que é uma taxa levada pelo condomínio para garantir uma reserva financeira para emergências e situações de risco, e que se o condomínio tiver uma reserva de contingência não precisará de garantia, assim como não precisará se não houver inadimplência. Questionado pelo Presidente o Sr. Luiz Fernando afirmou que o mercado de administração de condomínios necessita de moralização, pois muitas empresas praticam o superfaturamento e o sobrecarga, e o problema no Brasil é que todo mundo quer ganhar dinheiro por fora, existem sindicatos e empresa usando a verba do condomínio para receber comissões por serviços prestados por terceiros, afirmando que suas empresas não recebem nada, pagam comissão a ninguém. Questionado pelo Presidente o Sr. Luiz Fernando informou que suas empresas não dificultam o pagamento, porém se a pessoa estiver devendo R\$ 50.000,00 e quiser pagar R\$ 100,00 por mês, não há como aceitar, pois não cobra mais os juros de 1%, porém já faziam acordos em até 60 parcelas, havendo em fora dos padrões que foi realizado em 100 meses. O Deputado Roberto Acioli questionou o depoente se ele tinha conhecimento da denúncia de uma denúncia que foi feita inicialmente em R\$ 2.000,00 e chegou a R\$ 200.000,00, vindo a perder uma imóvel, na Avenida Vicente Machado. O Sr. Luiz Fernando informou que nesse caso, após 17 anos, a dívida acabou com o pouco mil reais; afirmou que a pessoa passou 17 anos sem pagar o condomínio e sem pagar o precatório do Cobr, levando a dívida a ser executada e o imóvel leilado, com o dano por oficial de justiça dentro do processo legal; afirmou que o aumento da dívida ocorreu pela atualização das parcelas de todos os meses; afirmou que se houver nos processos da Garantia e da Duplique pessoas que tenham pago qual quer valor além da correção monetária de 1% ao mês e honorários, é só falar que as empresas realizaram o caso; afirmou que se houver qualquer dolo que tenha pago algo ilegal que seja comprovado, que será devolvido na hora, sem a necessidade de entrar em Juízo. O Dr. Bruno de Almeida Paschoal pediu a palavra para questionar o depoente o que foi permitido pelo Presidente. Questionado, o Sr. Luiz Fernando informou que a Garantia e a Duplique devem ter um tanto de 1 mil contratos com concorrentes, e acredita que juntando os seis escritórios da Garantia e os cinco da Duplique em Curitiba, as empresas possuem a maior parte do mercado da região, existindo no mercado a Pró-Condômino e a Assiscon; informou que sua esposa Dili Talarco do Meio é sócia da empresa Garantia, da Duplique e também da empresa Pró-Condômino, não possuindo outro percento que atua na área; afirmou que não existe conflito entre as empresas, mas, sim, concorrência, porém o depoente, por ser o fundador, acredita que exerce influência como mentor da ideia, mas não tem poder de impor nenhum tipo de padrão no mercado; informou que existe mais de 10 mil condomínios em Curitiba, e que as empresas Garantia e Duplique juntas possuem 10% do mercado; afirmou que os funcionários não permitem a informar o cliente da situação da cobrança, mesmo que esteja em Juízo, informado de suas processuais. O Dr. Bruno questionou se é procedente a denúncia de que suas empresas induzem o devedor a vender o imóvel e seriam compradores após para tanto. O Sr. Luiz Fernando informou que não procede a informação, mas que em situações onde a dívida seja maior que o valor do imóvel ou próximo ao valor, as empresas procuram auxiliar o cliente, pois se o imóvel for a título de prelo acertado será menor, em torno de 60% e a pessoa não vai receber nada, mas se vender pelo valor real, pode não ter um prejuízo tão grande; afirmou que procuram auxiliar os devedores em casos extremos, para que vendam o imóvel, paguem a dívida e ainda recebam alguma coisa, não rejeita que deixar o imóvel à venda, que é o pior cenário; afirmou que não há intermediação, mas, sim, indicação ou indicação, conforme o escrito, e que possíveis compradores são encontrados através de corretores de imóveis que procuram as empresas; informou que o mercado de administração de imóveis varia conforme o mercado imobiliário, mas não conhece nenhuma empresa especializada no ramo; informou que conhece a empresa Jaconet Imobiliária apenas de nome, não sabendo informar quem são; questionado pelo Dr. Bruno sobre a forma de remuneração de suas empresas, o Sr. Luiz Fernando informou que as taxas variam de 5% a 7% em Curitiba e no Rio de Janeiro de 6% a 9%, em função das custos serem mais altos; informou que a remuneração do contrato varia de acordo com o mercado e de acordo com o percentual de inadimplência do condomínio, e não há diferenças por cidade, sendo que as suas empresas cobram no máximo 3%; afirmou que o serviço prestado pela empresa não é seguro nem *financing*, mas apenas antecipação de contas, e que os boletins pagos são contabilizados na conta da empresa, pois já foram antecipados ao condomínio; informou que as cobranças de taxas em atraso é cobrado reembolso das despesas extra-judiciais e quando há processo é cobrado honorários do advogado; afirmou que anos muito tempo como advogado e atualmente está semi-apovado, não sendo patrono de nenhuma demanda atualmente, ainda que seu nome consta de procurações, pois não atua diretamente; afirmou que não é dupla cobrança receber a taxa do condomínio e depois os encargos dos condomínios, pois o condomínio paga pelo serviço de emissão de taxas e recebimento dos valores, além disso, tem que ser feita a cobrança: se banco ou no escritório, pois o pagamento pode ser realizado inclusive nos alfândegas nos escritórios da Garantia e da Duplique; informou que a partir do momento que o síndico subarbitrou para a empresa fazer a cobrança, não poderá mais fazer qualquer acordo ou recebimento; pois a empresa já adiantou o valor ao condomínio; afirmou não haver sub-rogação sem consentimento do credor por não causar o prejuízo, representando vontade das partes; afirmou que há prestação de contas antecipada e com o fim da prestação de valores, a empresa passa a ser dona dos valores que estão pagos pelos condomínios e o síndico não pode fazer acordos por ter contratado a empresa para fazer a cobrança e já recebeu o dinheiro adiantado; informou que caso o síndico realize cobrança, terá que prestar contas para a empresa, sob pena do condomínio receber duas vezes, uma da empresa e outra do condomínio; informou que quem recebe os advogados ou os escritórios de advocacia para mover ações judiciais de cobrança são os escritórios das empresas e não os condomínios; informou que normalmente são antecipadas até 12 vezes inadimplidas, mas por vezes há acordos com os síndicos e ultrapassam esse limite; esclareceu que os valores recebidos em ações judiciais são do condomínio que repassa para a empresa. Questionado pelo Dr. Bruno o Sr. Luiz Fernando afirmou que as vendas de advogados contratados pelo empresário levam o alvará judicial e prestam contas para a empresa e não ao condomínio, pois este já recebeu em antecipação. Questionado pelo Presidente o Sr. Luiz Fernando informou que já ouviu falar de empresas que chegaram a oferecer laptop para síndicos, e vantagens de taxas para conquistar clientes, mas que suas empresas não praticam esse tipo, suas empresas não recebem qualquer benefício para aumentar a clientela, e também não oferecem nenhum benefício a síndicos; afirmou que se isto não ver



aconteceram, a CPI deve tomar providências para monitorar o mercado. O Presidente questionou o depoimento se suas empresas concordariam em assinar um TAC e participar de um relatório para resolver os problemas em andamento. O Sr. Luis Fernando afirmou que não haveria problema, seria que analisar os termos, mas o princípio suas empresas participariam, e que pessoas que tinham pagado a multa, poderiam procurar sua empresa para solicitar o cancelamento dos problemas. O Presidente deu por encerrado o depoimento do Sr. Luis Fernando de Queiroz. No sequência, o Presidente esclareceu que a CPI concluiu sua fase de inquérito e iniciará a elaboração do relatório, propondo aos membros o elaboração de um Termo de Ajuste de Conduta, incluindo um relatório de conciliação em parceria com a Defensoria Pública. Ao concluir, o Presidente colocou a proposta em discussão a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, o Presidente pediu ao Relator que fosse a leitura da Ata da reunião anterior para aprovação. O Relator, Deputado Roberto Acioli, fez a leitura da Ata, a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando que fosse lavrada a presente Ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADO TADEU VENERI  
Membro

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

DEPUTADO NELSON LUERSEN  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

1144602/2014

## Publicações Administrativas

### Atos de Pessoal

2.

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1590/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8353 em 15 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que ELI HANNEMANN, Matrícula nº 41.002, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado na PROCURADORIA GERAL, estará em gozo de férias conforme a Portaria nº 453/2014, a partir de 17/11/2014 até 23/11/2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 17 de novembro de 2014.  
BRUNO PEROZIN GAROFANI  
Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1574/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8911 em 3 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que TEREZINHA BECKER LOPES, Matrícula nº 40.509, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na DIRETORIA ADMINISTRATIVA, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 20/11/2014 até 19/12/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em novembro de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 17 de novembro de 2014.  
BRUNO PEROZIN GAROFANI  
Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1575/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8905 em 12 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que SOLANGE MARIA MARJOTTI, Matrícula nº 40.183, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada no Gabinete do Deputado LINDSEY SILVA RASCA RODRIGUES, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 05/01/2015 até 03/02/2015, com

pagamento da gratificação referente ao terço de férias em dezembro de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 17 de novembro de 2014.  
BRUNO PEROZIN GAROFANI  
Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1576/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9109 em 5 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que EDSON CARLOS BERNARDELLI, Matrícula nº 41.054, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado na 2ª SECRETARIA, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 05/01/2015 até 03/02/2015, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em dezembro de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 17 de novembro de 2014.  
BRUNO PEROZIN GAROFANI  
Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1577/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8204 em 9 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que PAULO AFONSO LOYOLA, Matrícula nº 40.883, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado na PROCURADORIA GERAL, estará em gozo de férias conforme a Portaria nº 1341/2014, a partir de 10/11/2014 até 23/11/2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 17 de novembro de 2014.  
BRUNO PEROZIN GAROFANI  
Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1620/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, com base no que dispõe o art. 252, da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9215, em 11 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Conceder licença médica para tratamento de saúde, à servidora ANGELINA KIERDEL, Matrícula nº 40.928, de 8 (oito) dias, no período de 08/11/2014 a 15/11/2014, bem como conceder 3 (três) horas por dia durante 20 (vinte) dias, no período de 17/11/2014 a 16/12/2014, Conforme comprovante de licença nº 79014 - SEAP/DIAS.

Palácio XIX de Dezembro, em 17 de novembro de 2014.  
BRUNO PEROZIN GAROFANI  
Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1633/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8894 em 03 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que CRISTIANE JUK, Matrícula nº 5592, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na ADMINISTRAÇÃO, estará em gozo de férias referente ao exercício 2013, a partir de 12/11/2014 até 11/12/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em novembro de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 12 de novembro de 2014.  
BRUNO PEROZIN GAROFANI  
Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1642/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8895 em 03 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que CRISTIANE JUK, Matrícula nº 5592, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na ADMINISTRAÇÃO, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 12/12/2014 até 10/01/2015, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em dezembro de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 12 de novembro de 2014.  
BRUNO PEROZIN GAROFANI  
Diretor de Pessoal

1144601/2014





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romaneli e Deputado Resca Rodrigues.



## 3.3 – DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Aclotti  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Raseco Rodrigues.

3.3.1- DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.



Na data de 25 de junho de 2014, na sala de reuniões do Plenário, realizou-se a 1ª Reunião Extraordinária da CPI, cujo teor consta da respectiva Ata, *in verbis*:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Aciolli

Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

*Ata da 1ª Reunião Extraordinária  
da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios  
(Ato do Presidente nº 2/2014)*

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às 16h30min, na Sala de Reuniões anexa ao Plenário, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Aciolli, Tadeu Veneri, Nelson Luersen e Luiz Claudio Romanelli, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Ausentes os Deputados: Cantora Mara Lima e Rasca Rodrigues. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ato contínuo, o Presidente esclareceu sobre a necessidade de deliberação, com urgência, sobre o calendário dos atos da CPI, tendo em vista os últimos acontecimentos gerados pelas enchentes no Estado, bem como o início da Copa do Mundo de Futebol, que alterou o horário de funcionamento desta Casa de Leis em alguns dias, fatos que forçaram o cancelamento de reuniões desta CPI, que precisarão ser redefinidas; informou ainda que a secretaria da CPI constatou que, com as datas e horários previstos para a realização dos próximos jogos da Copa do Mundo, agenda de reuniões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e interdição do Plenarinho para reforma, não há disponibilidade de datas, horários e locais para realização de reunião com oitiva de depoentes no mês de julho, o que levará as próximas reuniões para o mês de agosto, após o recesso parlamentar; esclareceu ainda que até o momento não houve aprovação da Mesa Executiva desta Casa de Leis para a promoção do plano de mídia de chamamento ao mutirão de conciliação pretendido por esta Comissão, o que inviabiliza sua realização neste interím. Após as explicações, o Presidente propôs a suspensão dos trabalhos desta CPI a partir do dia primeiro de julho até o dia quatro de agosto deste ano, quando se retomam os trabalhos parlamentares após o recesso regimental, com o intuito de que esta Comissão não venha a ser prejudicada por questões que fogem do controle destes Parlamentares. O Presidente colocou a proposta em discussão, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. Dando continuidade à reunião, o Presidente informou que já foi elaborado um novo cronograma de trabalho, considerando a suspensão hora aprovada, e solicitou a secretária da Comissão que distribuisse cópia aos



Deputados para que estes tomem ciência do calendário proposto, e havendo a concordância assinem o Ofício nº 00047/2014 desta CPI, para que seja anexado aos arquivos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando que fosse lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADO TADÉU VENERI  
Membro

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
Membro

DEPUTADO NELSON LUERSEN  
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI



**PROJETO DE LEI 294/2013.** Autor: Paranhos, Jordini e demais do comitê de elaboração e revisão da proposta. **RELATOR:** DEP. PÉRICLES DE MELO. **PARECER:** FAVORÁVEL. Aprovado. 19- **PROJETO DE LEI 340/2014.** Autor: Luis Eduardo Chelita. **DELO:** de honrarias. **RELATOR:** DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. **PARECER:** CONTRÁRIO. Aprovado. 10- **PROJETO DE LEI 366/2014.** Autor: Ney Laprovost. **Fica** a lei, no âmbito do Estado do Paraná, a obrigatoriedade de afixar nos elevadores de edifícios comerciais placas orientando sobre as consequências da discriminação e preconceito. **RELATOR:** DEP. TADEU VENERI. **PARECER:** CONTRÁRIO. Aprovado. 21- **PROJETO DE LEI 743/2013.** Autor: Tarcísio Winkler. **RELATOR:** DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. **PARECER:** FAVORÁVEL. Visto no Dep. Ademir Traiano. 22- **PROJETO DE LEI 343/2014.** Autor: Tadeu Veneri. **Relatório** e do 19 de agosto como data estatística de base da população em situação de rua no território oficial do Estado do Paraná. **RELATOR:** DEP. ALEXANDRE CURI. **PARECER:** ADIADO pela ausência do Relator. 23- **PROJETO DE LEI 383/2014.** Autor: André Bessa. **Relatório** e do 19 de agosto como data estatística de base da população em situação de rua no território oficial do Estado do Paraná e estabelecer outras providências. **RELATOR:** DEP. TERCILIO TURINI. **PARECER:** ADIADO pelo Relator. 24- **PROJETO DE LEI 422/2014.** Autor: Dep. Váldir Ranzani. **Declaração** de Utilidade Pública O Instituto Paulo Freixo Nacional Ignorante, com sede e foro no município de Foz de Iguaçu. **RELATOR:** DEP. FERNANDO SCANAVACA. **PARECER:** FAVORÁVEL. Aprovado. 25- **PROJETO DE LEI 276/2014.** Autor: Dep. Celso Quintana, Dep. Tadeu Veneri, Dep. Aníbal Neto, Dep. André Bessa, Dep. Pedro Laplan e Dep. Cassiana Maria Lima. **Alteração** a Lei nº 1.711, de 14 de janeiro de 1914, de concessão de título de utilidade pública. **RELATOR:** DEP. FERNANDO SCANAVACA. **PARECER:** FAVORÁVEL. **Relatório** e do 19 de agosto como data estatística de base da população em situação de rua no território oficial do Estado do Paraná e estabelecer outras providências. **RELATOR:** DEP. TERCILIO TURINI. **PARECER:** ADIADO pelo Relator. 26- **PROJETO DE LEI 393/2014.** Autor: Dep. Tadeu Veneri, Dep. André Bessa, Dep. Cassiana Maria Lima, Dep. Pedro Laplan e Dep. Tercílio Turini. **Alteração** da Lei nº 9.187, de 30 de outubro de 1982, que concede título de utilidade pública e isenção de imposto de renda. **RELATOR:** DEP. FERNANDO SCANAVACA. **PARECER:** FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Celso Favreto Gondes, Coordenador desta Comissão.

Dep. Nelson Juntas  
Presidente

Celso Favreto Gondes  
Coordenador Mat. 6246  
1306040214

## Comissões Especiais

### Ata do 1º Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condenados (Ata do Presidente nº 2/2014)

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às 10h30min, na Sala de Reuniões desta Assembleia Legislativa, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Tadeu Veneri, Nelson Juntas e Luis Claudio Romanelli, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condenados. Assentados os Deputados: Cassiana Maria Lima e Tadeu Veneri. Haveria número legal, sob o pretexto de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito. Aos dezesseis, o Presidente declarou aberta a sessão de trabalho, com agenda, sobre o calendário dos atos da CPI, tendo em vista as várias ocorrências que estão sendo analisadas no Estado, bem como o início da Copa do Mundo de Futebol, que atrairá o horário de funcionamento desta Casa de Leis em alguns dias, fatos que farão com o encaminhamento de reuniões desta CPI, que poderão ser realizadas, conforme agenda que a secretária da CPI construiu que, com as datas e horários previstos para a realização das reuniões, jogos da Copa do Mundo, agenda de reuniões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e horário do Plenário para reforma, não há disponibilidade de datas, horários e locais para realização de reuniões com oitiva de depoimentos no mês de julho, o que levou os membros desta comissão a decidir, após o consenso por unanimidade, que até o momento não houve aprovação da Mesa Diretora desta Casa de Leis para a prorrogação do prazo de realização do trabalho no mês de agosto, sendo assim, a Comissão, o que lhe incumbia sua realização neste interior, após as explicações, o Presidente propôs a suspensão das reuniões desta CPI a partir do dia primeiro de julho até o dia quatro de agosto deste ano, quando se retomam as atividades parlamentares após o recesso regimental, com o resumo de que esta Comissão não tem a ser prejudicada por questões que fogem do controle desta Assembleia. O Presidente colocou a proposta em discussão, e qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. Dado continuidade à reunião, o Presidente informou que já foi elaborado o novo cronograma de trabalho, considerando a prorrogação bem aprovada, e solicitou a secretária da Comissão que distribua cópia aos Deputados para que estes tomem ciência do calendário proposto, e havendo a concordância assentados os Deputados, o Presidente declarou aberta a sessão de trabalho e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Paulo Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI.

DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condenados

DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
Relator da CPI dos Condenados

DEPUTADO TADEU VENERI  
Membro

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
Membro

DEPUTADO NELSON JUNTAS  
Membro

DR. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI

1306040214

### Ata do 3º Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condenados (Ata do Presidente nº 2/2014)

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às 09h30min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Cassiana Maria Lima, Tadeu Veneri e Tadeu Veneri, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condenados. Assentados os Deputados: André Bessa e Tadeu Veneri. Haveria número legal, sob o pretexto de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Aos dezesseis, o Deputado Paranhos informou aos membros presentes que conforme deliberação anterior daria início aos depoimentos de pessoas que têm denúncias sobre o que se passou nos condenados, e que nesta data serão ouvidos os primeiros depoimentos, sendo presentes para tanto a Sra. Lourdes Alves Pereira, Marlene Novais, Graciela Bessa e Fábio Adriano Wozner, solicitando que a leitura da Ata de reunião anterior seja feita ao final dos depoimentos. Na sequência, abriu a palavra aos Deputados antes de começar a ouvir os colaboradores. O Deputado Tadeu Veneri e o Deputado Cassiana Maria Lima abriram mão, sendo dada a palavra ao Deputado Roberto Acioli, que cumprimentou os presentes e também abriu mão, para dar início aos depoimentos. Em seguida, o Presidente, convenceu a Sra. Lourdes Alves Pereira para começar a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Lourdes Alves Pereira. O Presidente agradeceu a presença da depoente e esclareceu que a comissão tem o intuito de ouvir e tomar providências quanto ao que estiver errado e abriu a palavra para a depoente. A Sra. Lourdes Alves Pereira prestou depoimento e esclareceu que tinha uma aparência e, quando o esposo faleceu, passou por dificuldades financeiras, arrastando o pagamento dos condenados; que sua dívida de dois mil reais teria sido paga para dez mil; que fez acordo com o síndico e pagava a ele para que ele repassasse para a empresa administradora, a Duplique; que não recebeu mais cobrança e, há aproximadamente dois anos, foram policiais em sua casa à noite, foram da entrada e a mandaram sair; que não conseguiu levar quase nada e hoje mora de favor. Questionado pelo Presidente Deputado Paranhos, a Sra. Lourdes esclareceu que o apartamento era no edifício Anacóris e que, inicialmente, pagava o condomínio para uma empresa e só começou a pagar para o síndico quando ela fez um acordo com ele. Questionada pelo Deputado Roberto Acioli, a Sra. Lourdes informou que o síndico deveria repassar o valor pago por ela para a empresa Duplique, que quando a tiraram do apartamento, ele estava pagando os condomínios ao síndico, mas este não lhe dava recibo; que ela sabe se o despejo foi por ação judicial; que havia contratado um advogado mas ele não fez nada; que os policiais estavam furtivos. Questionada pelo Deputado Tadeu Veneri, a Sra. Lourdes informou que um dos homens que a tiraram do apartamento se chamava Anacóris, e que o síndico falou que ela tinha que sair, que os outros homens já foram despejados do mesmo condomínio; que quando foram ao apartamento não lhe deram nenhuma papel, simplesmente o mandaram sair. O Deputado Tadeu Veneri sugeriu ao Presidente e ao Relator que fosse convocado o síndico do condomínio para ser ouvido pela CPI para prestar esclarecimentos, o que foi acolhido pelos membros presentes. Dado continuidade ao depoimento, questionado pelo Presidente, a Sra. Lourdes informou que estava com o marido um ano e o pagamento do condomínio após o falecimento do marido, e que quando estavam não recebiam mais os boletins do condomínio e que não recebeu qualquer carta de cobrança. Questionada pela Deputada Cassiana Maria Lima, a Sra. Lourdes esclareceu que pagava o síndico em dinheiro e não em cheque e que tem setenta anos de idade, e que o apartamento estava em inventário do seu esposo. A Deputada Cassiana Maria Lima manifestou sua indignação com o caso e ressaltou o caráter das vítimas e o dever do Estado de cuidar de seus idosos. Dado continuidade ao depoimento, respondendo a um questionamento do Deputado Tadeu Veneri, a Sra. Lourdes informou que o inventário ainda não terminou e que tem advogado no inventário e que não é o mesmo que havia contratado para ver a questão do condomínio. O Deputado Tadeu Veneri sugeriu que a secretária jurídica da CPI verificasse o caso, pois acredita que se estava em inventário e o apartamento não poderia ser transferido para terceiros, e que foi acolhido pelos membros presentes. O Presidente perguntou se a depoente tinha algo mais a dizer e esta manifestou sua insatisfação com o ocorrido. Desta forma, o Presidente encerrou o depoimento da Sra. Lourdes e agradeceu a presença. Na sequência, o Presidente convenceu a Sra. Marlene Novais para começar a Mesa, a fim de prestar seu depoimento, tendo a secretária da comissão realizado a leitura do compromisso de dizer a verdade, devidamente assinado pelo Sr. Marlene Novais. O Presidente agradeceu a presença da depoente e esclareceu aos membros da CPI que a Sra. Marlene já havia comparecido na Comissão de Defesa do Consumidor e que ela é ex-funcionária de uma empresa que cuida de condenados e abriu a palavra para a depoente. A Sra. Marlene Novais prestou depoimento e esclareceu que trabalhou como funcionária de uma empresa de cobrança de condomínio e que hoje é vítima de uma dessas empresas. A empresa para a qual trabalhava cobrava juros legais só aos primeiros 30 dias, após esse período cobrava mais 20% a título de honorários, mesmo sem estar em juízo ou com qualquer departamento judicial, pois quem fazia as cobranças eram os funcionários das empresas, inclusive ela. Após 30 dias de atraso já não era mandado o código de barras nos novos boletins, pois o devedor só podia pagar se não tivesse nenhuma parcela anterior em atraso; eles informavam ao síndico que, apesar de não poder mais cobrar mais superior a 25%, eles cobravam 20% como honorários. Em 2009 a depoente comprou um imóvel com dívida de condomínio no valor aproximado de R\$ 8.000,00 e acreditou que conseguiria fazer um acordo para pagamento, mas não conseguiu. A dívida estava com a empresa Pró-Condomínio e ela propôs o pagamento de uma parcela com atraso a uma taxa - o que não foi aceito - e estas prestações foram vencendo; depois propôs uma entrada de R\$ 4.000,00 o que também não foi aceito; tentou também outros acordos, e a dívida só aumentando, pois não aceitavam receber nem as parcelas que iam vencendo. Desde então teve reuniões no condomínio e estava indo errado, pois a dívida não era mais do condomínio, pois a empresa cobrava essa dívida. Questionada pelo Presidente Deputado Paranhos, a Sra. Marlene informou que trabalhava aproximadamente dois anos na empresa Duplique Crédito e Cobrança, que é do Dr. Luiz Fernando de Queiroz, que também é o dono da Garagem; que era obrigada a fazer cobranças nos condomínios ao lado da sede e finais de semana, e quando saiu da empresa foi proibido de contar isso; que essa cobrança indiscriminada era determinação da empresa; que ela não sabe se era ordem do Queiroz ou dos gerentes, pois o Queiroz abre várias empresas com nomes diferentes e coloca gerentes para serem seus sócios; que após da 18h lá para os condomínios bater de porta em porta para





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cezarina Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.



3.3 .2- DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.







Na data de 03 de novembro de 2014, na sala de reuniões das Comissões, realizou-se a 2ª Reunião Extraordinária da CPI, com a aprovação deste relatório e assinatura do TCP, cujo teor consta da respectiva Ata, *in verbis*:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014




Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.


Ata da 2ª Reunião Extraordinária  
da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios  
(Ato do Presidente nº 2/2014)

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, às 17h00min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados: Paranhos, Roberto Acioli, Rasca Rodrigues, Nelson Luersen e Luiz Claudio Romanelli, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios. Ausentes os Deputados: Cantora Mara Lima e Tadeu Veneri. Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Deputado Paranhos declarou aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, agradeceu a presença e convidou para comporem a Mesa: o Sr. Carlos Eduardo Manzochi, representante do Secovi; o Sr. Luiz Ribeiro, representante do Creci; e o Dr. Bruno de Almeida Passadore, representante da Defensoria Pública do Paraná. Ato contínuo, o Presidente esclareceu que o Relator concluiu o relatório, o qual será posto em discussão, e abriu a palavra aos Deputados. O Deputado Luiz Claudio Romanelli parabenizou o Presidente pela brilhante condução da CPI, ressaltando a importância dos trabalhos realizados; o Deputado Nelson Luersen destacou o dever dos Parlamentares de buscar soluções aos conflitos encontrados pela população, inclusive a população carente, e parabenizou o Presidente e o Relator pela condução dos trabalhos; o Deputado Rasca Rodrigues parabenizou o Presidente e o Relator pelos trabalhos realizados; e o Deputado Roberto Acioli agradeceu o Presidente e os demais Deputados pela condução dos trabalhos. O Presidente solicitou ao Relator que realizasse a leitura da Ata da última reunião ordinária da CPI, para aprovação. O Relator fez a leitura da Ata, que, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente solicitou ao Relator que procedesse à leitura do Relatório Final da CPI. Este procedeu à leitura do relatório, suas conclusões e encaminhamentos, o qual, colocado em discussão, foi aprovado por unanimidade. Aprovado o relatório, o Presidente informou que foi encaminhado convite para os representantes das empresas Assiscon, Pró-Condômino, C. M. Baiak, Garante e Duplique, para comparecerem à essa reunião, onde, sendo aprovado o relatório, seria realizada a assinatura do Termo de Compromisso Público proposto no relatório, porém, só estavam presentes os representantes legais das empresas Garante, Duplique e C. M.

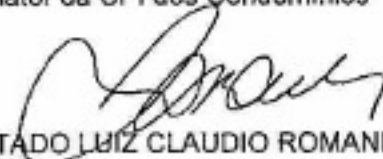


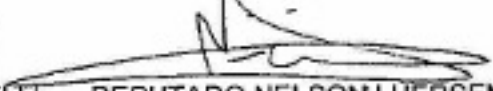
Baiak, que concordaram em assinar o termo, sendo que os representantes das empresa Pró-Condômino e Assiscon enviaram expediente recusando o convite. Ato contínuo, o Presidente convidou os representantes das empresas Garante, Duplique e C. M. Baiak, Sr. Luiz Fernando de Queiroz e Sra. Débora Nunes Camaroski para comporem a Mesa e assinarem o Termo de Compromisso Público, o qual foi assinado por todos os presentes e será anexado ao Relatório Final da CPI. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando que fosse lavrada a presente Ata, que foi lida e aprovada por unanimidade, e segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

  
DEPUTADO PARANHOS  
Presidente da CPI dos Condomínios

  
DEPUTADO ROBERTO ACIOELI  
Relator da CPI dos Condomínios

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
Membro

  
DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
Membro

  
DEPUTADO NELSON LUERSEN  
Membro

  
Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO  
Secretária Executiva da CPI









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.



## 3.4 – DAS REUNIÕES ESPECIAIS







**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.



**3.4.1- DA REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ.**



Na data de 13 de maio de 2014, os Deputados membros da Comissão se reunirão com o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná para tratar de assuntos da CPI e solicitar a colaboração do Tribunal nos trabalhos de investigação da Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

## 4 – DO BANCO DE DADOS DA CPI





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Azeiteiro  
Membros Eletivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.



#### 4. BANCO DE DADOS

A CPI gerou um banco de dados de 87.6 gigabytes de memória, que serão entregues ao Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná em arquivo digital gravado com senha.

As informações constantes do Banco de Dados da CPI estão gravadas com sigilo pelos Deputados membros, em virtude da garantia de segurança, e sigilo fornecida a todos os denunciante que colaboraram com as investigações.

O Banco de Dados da CPI só poderá ser entregue aos órgãos determinados nos encaminhamentos deste Relatório Final, não podendo ser fornecido a pessoas físicas ou jurídicas diversas.

O Banco de Dados da CPI que segue em mídia digital contém as seguintes pastas de arquivos:

##### 4.1 – DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS (49,2 MB)

- 4.1.1 - DO REQUERIMENTO DE CONSTITUIÇÃO
- 4.1.2 - DO ATO DA PRESIDÊNCIA DA ALEP
- 4.1.3 - DO PLANO DE TRABALHO DA CPI
- 4.1.4 - CAPA
- 4.1.5 - TODOS OS ATOS
- 4.1.6 - REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO
- 4.1.7 - PUBLICAÇÃO PRORROGAÇÃO



#### 4.2 – DOS DOCUMENTOS RECEBIDOS (10,8 GB)

- 4.2.1 - REQUERIMENTOS
- 4.2.2 - RESPOSTAS DE OFÍCIOS
- 4.2.3 - DOCUMENTOS ENTREGUES POR VÍTIMAS
- 4.2.4 - CÓPIA DE AÇÕES JUDICIAIS
- 4.2.5 - ARQUIVOS DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
- 4.2.6 - DENÚNCIAS RECEBIDAS POR SÍTIO ELETRÔNICO
- 4.2.7 - DENÚNCIAS POR EMAIL
- 4.2.8 - DENÚNCIAS POR WHATSAPP
- 4.2.9 - RESPOSTAS AO TAC
- 4.2.10 - DENÚNCIAS RELACIONADAS AO PAR
- 4.2.11 - CERTIDÕES DA JUNTA COMERCIAL
- 4.2.0 - CAPA
- 4.2.12 - PEDIDO DE INFORMAÇÕES-DR. ARIOVALDO LOPES

#### 4.3 – DOS DOCUMENTOS EXPEDIDOS (61,8 MB)



- 4.3.1 - OFÍCIOS
- 4.3.0 - CAPA
- 4.3.2 - DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO A CPI- JOANA R. S. DOURADO
- 4.3.3 - ASSISCON - CONVITE PARA REUNIÃO DA CPI
- 4.3.4 - PEDIDO DE AGENDA COM PRESIDENTE TJ
- 4.3.5 - CONVITE OAB PARTICIPAR REUNIÃO PARA ASSINATURA DO TCP
- 4.3.6 - CONVITES

#### 4.4 – DAS CONVOCAÇÕES E NOTAS TAQUIGRÁFICAS (31,9MB)

- 4.4.1 - CONVOCAÇÕES
- 4.4.2 - JURAMENTOS
- 4.4.3 - NOTAS TAQUIGRÁFICAS
- 4.4.0 - CAPA

#### 4.5 – DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS E DE VÍDEOS (76,5 GB)

- 4.5.1 - VÍDEOS DE DEPOIMENTOS
- 4.5.2 - FOTOS
- 4.5.3 - VÍDEOS DE DENÚNCIAS

**4.6 – DAS MATÉRIAS DE IMPRENSA (39,2MB)****4.7 – DAS PESQUISAS ELABORADAS (26,3MB)** **4.7.1 - EQUIPE JURÍDICA** **4.7.2 - PERITOS JUDICIAIS** **4.7.3 - CAPA**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rascia Rodrigues.



# 5 – DAS CONCLUSÕES DA CPI







**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.

## 5.1 – CONCLUSÕES





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Andre Bueno,  
Deputada Carliora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.



**5.1 – CONCLUSÕES.**

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios entende que cumpriu sua missão, procurando ultimar suas conclusões não somente em um documento relatorial, mas também procurando resultados diretos para a resolução dos problemas dos consumidores, promovendo ações resolutivas, em benefício da população do Estado do Paraná, dos consumidores e também em benefício da atividade das administradoras e garantidoras.

No transcurso das investigações, deparamo-nos com reclamações e denúncias, oriundas de condôminos que se manifestaram por intermédio do site da CPI, [www.cpidoscondominios.com.br](http://www.cpidoscondominios.com.br), e também, diretamente junto à Secretaria Geral da Comissão.

Recepcionadas tais denúncias e reclamações, na fase de instrução do inquérito, a CPI preocupou-se em verificar a verossimilhança das informações, procedendo à coleta de depoimentos e solicitando documentos às Garantidoras, Administradoras e Condomínios, tudo para após ampla perícia técnica, consubstanciar as conclusões deste Relatório.

O perito Edval Albert Netto, CRC-PR 067457/P, após análise do Banco de Dados da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios, expediu o seguinte laudo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri; Deputado André Bueno;  
Deputada Cíntia Mara Lima; Deputado Luiz Cláudio Romanelli; Deputado Rasca Rodrigues.

**Laudo Pericial - CPI dos Condomínios**

**Item 1 - Os condomínios se obrigam, por imposição legal, a fazerem e manterem a escrituração contábil (receitas e despesas) pelo Regime de Caixa ou Pelo Regime de Competência**

Segundo José Martins Castelo Neto, instrutor do Curso de Gestão Contábil de Condomínios do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, os condomínios também têm a obrigatoriedade da escrituração contábil, vejamos:

**"8. Contabilidade**

*A Contabilidade tem papel crucial em uma entidade. Nela estão contidos todos os registros financeiros e patrimoniais, fonte de controle e avaliação de receitas e despesas. Capaz de gerar informações úteis para tomada de decisão. Facilitando a transparência da gestão e a consequente fiscalização pelas partes interessadas.*

*A contabilidade está diretamente ligada ao controle de atos e fatos que dizem respeito à gestão do condomínio.*

*Como dito acima, é necessário a presença de um Contador ou Técnico em Contabilidade, devidamente registrado no CRC para que o mesmo faça os registros contábeis necessários ao Condomínio.*

*As principais obrigações do Contador para o Condomínio são as seguintes:*

- Escrituração dos livros contábeis;*
- Escrituração do livro caixa;*
- Prestação de Contas (mensal);*
- Prestação de Contas Anual (Demonstrações Contábeis);*
- Elaboração de Orçamentos;*
- Apurar e emitir Guias de Recolhimento de INSS, FGTS,*



ISS, DARF do IRRF, DARF do PIS s/ Folha de Pagamento;  
\_ Boleto Bancário das Taxas Condominiais Normais e Extras;  
\_ Registro de Empregado em Livro Próprio (Admissão e Demissão),  
bem como atualizações;  
\_ Rescisão de Contrato de Trabalho;  
\_ Atualização da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;  
\_ CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Rais,  
Gfip, etc." (Apostila do Curso de Gestão Contábil de Condomínios,  
página 21 – fonte: <http://www.crc-ce.org.br>)

Dentro da prática contábil, no caso dos condomínios, os registros contábeis poderão seguir tanto o Regime de Caixa como o Regime de Competência. No Regime de Caixa a escrituração é feita somente quando ocorrer ingresso de receita ou saída de despesas e, no regime da Competência, a escrituração é feita por fato gerador, sem a preocupação do ingresso da receita ou de pagamento das despesas.

#### **"8.1. Demonstrações Contábeis**

*Condomínios são dispensados da escrituração contábil completa, conforme dita a legislação do Imposto de Renda.*

*O regime contábil a ser adotado pode ser o de caixa, onde somente se reconhece o fato no momento em que ocorre o efetivo pagamento ou recebimento, ou o regime de competência, que reconhece o fato no momento em que ele ocorre, independente de ter sido pago ou recebido." (Apostila do Curso de Gestão Contábil de Condomínios, página 22 – fonte: <http://www.crc-ce.org.br>)*

Adotando-se o sistema do Regime Contábil de Caixa, o registro se dará por ordem cronológica de data, com entrada individualizada dos pagamentos recebidos das unidades habitacionais e registrará os pagamentos realizados aos fornecedores, também na ordem cronológica de data.

Atualmente os Condomínios têm adotado os sistemas de boleto bancário identificando o sacado, isto é, o nome da fonte pagadora da unidade habitacional e o número identificador da unidade habitacional. Ao realizar o registro da entrada de receita no Livro Contábil, deverá ser escriturado o número da unidade habitacional que adimpliu com a taxa condominial, não sendo importante destacar a fonte pagadora, pois a taxa poderá ser paga pelo proprietário ou um terceiro. O fato relevante é que a inadimplência recai sobre a unidade habitacional e não sobre o seu proprietário devido ao "propter rem".



Item 1.1 – Devido às dificuldades encontradas pelo síndico para equalizarem as despesas com a receita, fato este ocorrido pela inadimplência de alguns condôminos, as Administradoras/Garantidoras, vislumbraram um nicho de mercado para prestação de serviços.

A carta de intenção de prestação de serviço, enviada pelas garantidoras aos condomínios, tem o objetivo de oferecer assessoria, visando somente à correção do fluxo de caixa e a viabilidade financeira, sem interferir na gestão do condomínio (Doc. Banco de Dados da CPI nº 4.2.2.4.2.7).



Prezado Síndico,

Com princípios profissionais bem definidos e com tradição de 17 anos na área de assessoria e administração de imóveis condominiais em todo o estado do Paraná, e também com escritório em Ribeirão Preto, apresentamos a V. Ss., nossa disponibilidade e préstimo no sentido de minimizar as dificuldades naturais na condução dos trabalhos de administração de condomínios.

Nosso sistema de assessoria visa somente a correção do fluxo de caixa e a viabilidade financeira, não interferindo na gestão do condomínio. Essa forma de atuar nos faz parceiros de síndicos, administradores locais e contadores, possibilitando que o prédio venha a cumprir com suas obrigações em dia, não mais se preocupando com a inadimplência e assim, viabilizando investimentos em manutenções e melhorias e até redução das taxas de condomínio cobradas.

Doc. 4.2.2.4.2.7

É apresentado ao síndico os serviços que poderão ser prestados pelas Administradoras/Garantidoras, que proporcionarão uma diminuição do trabalho do síndico, capacitando uma melhor gestão, vide lista abaixo (Doc. Banco de Dados da CPI nº 4.2.2.4.2.7):



Nossos serviços são:

- ⑤ Adiantamento de receita mensal.
- ⑤ Emissão de boletos bancários.
- ⑤ Redução de serviços administrativos.
- ⑤ Cobranças judiciais sem ônus ao condomínio com custos suportados pela empresa.
- ⑤ Eliminação de problemas de ordem pessoal ocasionado por cobranças.
- ⑤ Consultoria jurídica e administrativa.
- ⑤ Inadimplências já consolidadas – procedemos as cobranças com possibilidade de antecipação das mesmas imediatamente - pagamento a vista.

Doc. 4.2.2.4.2.7

Com o intuito de angariar clientela, as Administradoras /Garantidoras, informam que assumem o risco do negócio, dando a garantia e a tranquilidade ao síndico na gestão do condomínio. Veja frase retirada da propaganda da ASSISCON (Doc. Banco de Dados da CPI nº 4.2.2.8 item 7):

**IDONEIDADE COMPROVADA**  
**A ASSISCON ASSUME O RISCO E GARANTE A TRANQUILIDADE DA GESTÃO**

Doc. 4.2.2.8 Item 7

Conforme carta de intenção de prestação de serviço, a tranquilidade da gestão do condomínio vem através da correção do fluxo de caixa, que se caracteriza pela entrada de receita que, dando sustentabilidade as despesas originárias do condomínio, pela possibilidade de prever as despesas futuras determinadas em assembléia condominial. Para essa tranquilidade as Administradoras repassam as taxas condominiais quitadas e garante o valor das taxas que não foram pagas dentro da data de vencimento.

**Item 2- Tal informação é de extrema importância para consubstanciar o raciocínio lógico deste laudo, pois entendemos que as garantidoras funcionam como Instituições Financeiras para os condomínios, em virtude da garantia do pagamento das taxas, mesmo quando estas não são adimplidas pelo condômino, ocorrendo então, a sub-rogação do crédito.**

Na oitiva dos proprietários das Garantidoras e Administradoras de Condomínio realizado pela CPI dos Condomínios, vide item 3.2.10 deste Relatório, foi alegado por parte dos representantes dessas





organizações empresariais, que as garantidoras não realizam empréstimos e sim compõem o fluxo de caixa do condomínio, alocando os recursos recebidos dos condôminos e suprimindo o numerário faltante para a composição total das receitas auferidas pelas taxas condominiais. Dentro do conceito contábil administrativo, "fluxo de caixa" são entradas e saídas de recursos durante determinado período, sendo que essas entradas de recursos podem ser de capitais oriundos da produção, considerados como capital próprio, ou de empréstimo de terceiros.

Para demonstrar que as Garantidoras são financiadoras das taxas condominiais, que têm como objetivo garantir os pagamentos das despesas condominiais, comparemos com uma sociedade empresarial que busca capital de giro de terceiros para o financiamento de sua produção.

Considerando uma empresa, que em determinado momento necessita de capital de giro, por insuficiência de recursos próprios, para continuidade de sua produção e para não interromper os trabalhos, busca recurso na venda de títulos de créditos (duplicatas ou cheques pré-datados) para instituições financeiras, no intuito de suprir suas necessidades de caixa.

Da mesma forma, o condomínio lança mão de capital de terceiros, para compor seu caixa, mas ao invés de serem as instituições financeiras, são as garantidoras, que através dos contratos de cobrança e garantia se obrigam a garantir por determinado período, as taxas que por ventura fiquem inadimplidas, quitando a taxa condominial do imóvel, colocando então a contabilidade do Condomínio em dia.

**Item 3 - Explicado o raciocínio, passamos a análise documental para comprovarmos que as Garantidoras, não atuam como assessoria de cobrança, e sim como agentes de cessão de crédito; alegando indevidamente que fazem antecipação da prestação de contas, que nada mais é, que adiantamento de receita e crédito.**

Abaixo demonstramos um trecho do Contrato de Cobrança Garantida de Taxas de Condomínio firmado entre as Garantidoras e os Condomínios (Doc. Constante do item 4.2.2.4.2.6 do Banco de Dados da CPI):

*\*Contrato de Cobrança Garantida de Taxas de Condomínio que entre si fazem de um lado CONDOMÍNIO XXXXXX, adiante denominado simplesmente CONDOMÍNIO, e de outro lado a empresa XXXXX, doravante designada GARANTIDORA que fazem de acordo com as seguintes cláusulas e condições:*

**1ª - O presente contrato tem por objeto a cobrança de taxas de condomínio, as quais são compostas de taxas ordinárias, extraordinárias, fundo de reserva e outras, mediante o sistema de**



*antecipação de contas pela GARANTIDORA, independente do pagamento do débito pelos condôminos, na forma abaixo indicada.*

*2ª - A GARANTIDORA obriga-se a garantir ao condomínio, até o limite de 24 taxas atrasadas por condômino, a cobrança integral das taxas de condomínio efetuando o adiantamento total dos valores a serem recebidos, independente do pagamento pelos condôminos."*

Da análise dos termos acima relatados depreende-se que Garantidoras são na verdade Empresas de Assessoria de Cobrança e não empresas especializadas em crédito. Ainda assim, na prática repassam ao condomínio o valor total das quotas condominiais mesmo que estas ainda não tenham sido adimplidas pelo condômino.

Ou bem a empresa atua como assessoria de cobrança, recebendo os valores e repassando ao condomínio, ou então atuam como agentes de crédito adiantando ao condomínio os valores devidos e ficando com o direito de receber posteriormente diretamente dos inadimplentes, estas são formas diversas de objeto contratual, inexistindo no mundo contábil a figura da prestação de contas antecipada como colocado nos contratos das Garantidoras.

Perceba-se que a Garantidora atua na prática como *factoring* do condomínio, comprando os créditos inadimplidos para receber posteriormente com os encargos que não estão previstos na convenção condominial (relação entre condômino e condomínio) que são especificamente e tão somente os encargos compostos por juros, multa e correção monetária. No ato desta "compra de crédito" a Garantidora já cobra do condomínio um percentual pela sua prestação de serviço que varia de 4% a 22% segundo constatado por documentos do banco de dados da CPI, taxas estas, bem acima das praticadas pelas *factoring's*.

Neste tocante, concluímos que as garantidoras se utilizam de subterfúgios de interpretação dos objetos de seus contratos sociais que constam como assessoria de cobrança, conflitando com a verdadeira prática dos contratos de prestação de serviços, pois ao comprarem dívidas dos condôminos, atuam como empresas de fomento que adquirem carteira de crédito de devedores, não atuando como antecipadoras de contas como consta dos contratos de prestação de serviço, mas sim como Garantidoras dos valores eventualmente inadimplidos.

**Item 4 - Outra prova de que as Garantidoras comprem os créditos das taxas condominiais, é o fato de conter no contrato cláusulas que proíbem os síndicos de fazerem qualquer acordo com os inadimplentes.**

As Garantidoras ao celebrarem seus contratos com o Condomínio, alegam que não há sub-rogação dos créditos (compra de créditos), a não ser quando houver uma ruptura do contrato por parte do



Condomínio ou término do prazo contratual. Observe-se a seguinte cláusula constante dos contratos de "cobrança garantida":

*"CLAUSULA IV: A sub-rogação de todos os direitos, ações, privilégios e garantias do CONDOMÍNIO em favor da GARANTIDORA não se operará de imediato, mas ocorrerão automaticamente, nas seguintes hipóteses:*

- *Pagamento das taxas de condomínio pelos condôminos;*
- *Rescisão do presente contrato, por qualquer causa..."*

Porém a tese defendida pelas Garantidoras, de que não há sub-rogação, não coaduna com os acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cujo entendimento é que em vista das taxas condominiais terem sido pagas pela Garantidora, esta é a detentora atual do direito de cobrar o inadimplente e não o condomínio, portanto há sub-rogação da dívida, senão vejamos:

"II - VOTO E SUA FUNDAMENTAÇÃO  
Presentes os pressupostos recursais intrínsecos, referentes ao cabimento, à legitimação e ao interesse para recorrer e os extrínsecos de tempestividade, de regularidade formal e de preparo regular, vieram os autos a esta corte para julgamento. Trata-se de recurso de Apelação Cível manejado contra sentença proferida nos autos de Ação Cobrança que julgou procedente o pedido proposto por MORADIAS CAIUA I CONDOMÍNIO XI, em face de COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB, em que pleiteia o recebimento de taxas condominiais em atraso.  
Com efeito, o apelo deve ser provido para o fim de ser reconhecida a ilegitimidade ativa do apelado, por conta da sub-rogação do crédito em favor da empresa Garante, o que se conclui da análise do contrato de prestação de serviços firmado com o autor (fls. 127/128). Ademais, as cláusulas 1ª e 2ª desse ajuste estabelecem o adiantamento, pela Garante, das taxas condominiais ao apelado, independente do pagamento efetivo pelo condômino. Além disso, o mesmo contrato estabelece respectivamente, a transferência para a Garante dos encargos das cotas em atraso e a proibição do condomínio de efetuar cobrança e de dar quitação, mesmo se já tiver recebido o adiantamento." (Apelação Cível TJ-PR 8769917 PR 876991-7)

Apesar disso, ao analisarmos os documentos trazidos à CPI, é comum vermos os Condomínios figurando com sujeito ativo ao invés das Garantidoras, mesmo em se tratando de débitos já quitados pelas Garantidoras, por força do contrato.

A título de exemplo temos o caso do Condomínio Arco Iris, onde a garantidora Duplique apresentou carta ao Condomínio informando que



a partir de novembro de 1.999, não desembolsaria mais as taxas das unidades habitacionais inadimplentes, relacionando-as no documento datado de 09 de fevereiro de 2000, constante do Banco de Dados da CPI.

*"Segue relação dos apartamentos que constam taxas superiores à 12(doze) meses vencidos.*

Bloco A apto.016	Em atraso desde 1995.
Bloco A apto.111	Em atraso desde 1996.
Bloco A apto.135	Em atraso desde 1997.
Bloco B apto.107	Em atraso desde 1996.
Bloco B apto.127	Em atraso desde 1997.
Bloco D apto.117	Em atraso desde 1996.
Bloco D apto.107	Em atraso desde 1996.
Bloco A apto.122	Em atraso desde 1997.

*Os apartamentos mencionados não estão sendo mais antecipados desde novembro/1999 conforme o contrato no parágrafo 4º o qual vencimento tem o prazo de 12(doze) meses, mencionado no "caput" se a Duplique por mera liberalidade, continuar adiantar ao Condomínio podendo ser suspenso a qualquer momento, sem qualquer aviso prévio" (Doc. Item 4.2.2.10.1.1)*

Mas ao propor Ação Sumária de Cobrança em face da unidade 122 do bloco A, o Condomínio Arco-Iris incluiu as taxas de condomínio de março de 1997 a novembro de 1999, sendo que estas já haviam sido quitadas pela garantidora, que só deixou de adiantar tal unidade a partir de novembro de 1999, conforme carta fornecida ao condomínio em fevereiro de 2000.

Em virtude de haver a sub-rogação da dívida, conforme já demonstrado anteriormente, o condomínio não poderia entrar na justiça pleiteando valores já pagos pela garantidora, tais ações deveriam ser movidas diretamente pelas Garantidoras.

**Item 5 - Na ação judicial o condomínio inclui no valor da dívida tarifa de boleto bancário.**

O Supremo Tribunal de Justiça já julgou que as cobranças das tarifas de boletos bancários são indevidas, pois constituem uma despesa da instituição financeira, não podendo ser repassado para o cliente.

**STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 794752 MA 2005/0182889-0 (STJ)**

**Data de publicação: 12/04/2010**

**"Ementa: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. LEGITIMIDADE. ILEGALIDADE. DACOBRANÇA DE TARIFA SOB EMISSÃO DE BOLETO BANCÁRIO.**

**O. 1. O Tribunal a quo manifestou-se acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, tal como lhe fora posta e submetida. Não cabe alegação de violação do artigo 535 do CPC.**



quando a Corte de origem aprecia a questão, de maneira fundamentada, apenas não adotando a tese da recorrente. Precedentes. 2. A falta de prequestionamento em relação aos arts. 4º, 9º, 10 e 11, da Lei n. 4.595 /64, impede o conhecimento do recurso especial. Incidência da súmula 211/STJ. 3. Portarias, circulares e resoluções não se encontram inseridas no conceito de lei federal para o efeito de interposição deste apelo nobre. Precedentes. 4. Não se verifica a alegada vulneração dos artigos 458 do Código de Processo Civil, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas. 5. A presente ação civil pública foi proposta com base nos "interesses individuais homogêneos" dos consumidores/usuários do serviço bancário, tutelados pela Lei nº 8.078, em seu art. 81, parágrafo único, inciso III, ou seja, aqueles entendidos como decorrentes de origem comum, consoante demonstrado pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual não há falar em falta de legitimação do Ministério Público para propor a ação. 6. A relação jurídica existente entre o contratante/usuário de serviços bancários e a instituição financeira é disciplinada pelo Código de Defesa do Consumidor, conforme decidiu a Suprema Corte na ADI 2591. Precedentes. 7. Sendo os serviços prestados pelo Banco remunerados pela tarifa interbancária, conforme referido pelo Tribunal de origem, a cobrança de tarifa dos consumidores pelo pagamento mediante boleto/ficha de compensação constitui enriquecimento sem causa por parte das instituições financeira, pois há "dupla remuneração" pelo mesmo serviço, importando em vantagem exagerada dos Bancos em detrimento dos consumidores, razão pela qual abusiva a cobrança da tarifa, nos termos do art. 39, V, do CDC c/c art. 51, § 1º, I e III, do CDC. 8. O pedido de indenização pelos valores pagos em razão da cobrança de emissão de boleto bancário, seja de forma simples, seja em dobro, não é cabível, tendo em vista que a presente ação civil pública busca a proteção dos interesses individuais homogêneos de caráter indivisível. 9. A multa cominatória, em caso de descumprimento da obrigação de não fazer, deverá ser destinada ao Fundo Indicado pelo Ministério Público, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347 /85, uma vez que não é possível determinar a quantidade de consumidores lesados pela cobrança indevida da tarifa sob a emissão de boleto bancário. 10. Recursos especiais conhecidos em parte e, nesta parte, providos...".

Porém constata-se na cobrança da taxa condominial por parte das garantidoras, a inclusão da tarifa de boleto bancário na fatura, e mesmo não havendo compensação bancária, tal tarifa foi cobrada em juízo, considerado como uma cobrança abusiva por um serviço não prestado, observe-se como prova o documento abaixo (Doc. item. 4.2.3.25 constante do Banco de Dados da CPI).









LAYOUT DE VOUCHER		RECIBO DO PAGAMENTO															
<p>Nome: <b>CONDOMÍNIO</b></p> <p>Endereço: <b>AV. CARLOS DE ARAÚJO DA SILVA, 100 - CENTRO CORTESIA - PE</b></p> <p>Telefone: <b>41 3107000 / 41 3107001</b></p> <p>E-mail: <b>administracao@condominio.com.br</b></p>		<p>Valor do Voucher: <b>00000000000000000000</b></p> <p>Data de emissão: <b>23 / 11 / 13</b></p>															
<p>Nome do Cliente: <b>CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SALL TOPAZ - PAVILHÃO 02 - LOTE 01 - CAMPO GRANDE</b></p> <p>Valor do Boleto: <b>R\$ 21,00</b></p> <p>Data de Vencimento: <b>21/11/2013</b></p>																	
<p><b>COMPOSIÇÃO DE DESPESAS</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ÁGUA, LUZ, TELEFONE</td> <td>R\$ 10,00</td> </tr> <tr> <td>SALÁRIOS</td> <td>R\$ 10,00</td> </tr> <tr> <td>ENCARGOS SOCIAIS</td> <td>R\$ 1,00</td> </tr> <tr> <td>FUNDO DE RESERVA</td> <td>R\$ 0,00</td> </tr> <tr> <td>ADMINISTRATIVAS</td> <td>R\$ 0,00</td> </tr> <tr> <td>TAXAS BANCÁRIAS</td> <td>R\$ 0,00</td> </tr> </tbody> </table>				Item	Valor	ÁGUA, LUZ, TELEFONE	R\$ 10,00	SALÁRIOS	R\$ 10,00	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1,00	FUNDO DE RESERVA	R\$ 0,00	ADMINISTRATIVAS	R\$ 0,00	TAXAS BANCÁRIAS	R\$ 0,00
Item	Valor																
ÁGUA, LUZ, TELEFONE	R\$ 10,00																
SALÁRIOS	R\$ 10,00																
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1,00																
FUNDO DE RESERVA	R\$ 0,00																
ADMINISTRATIVAS	R\$ 0,00																
TAXAS BANCÁRIAS	R\$ 0,00																
<p>Assinatura: <b>[Assinatura]</b></p> <p>Data: <b>23/11/2013</b></p> <p>Assinatura: <b>[Assinatura]</b></p> <p>Data: <b>23/11/2013</b></p>																	

Após verificação feita de 25% (vinte e cinco por cento) do valor, sob o nº 00000000000000000000.

A partir do 1º de agosto de 2013, o valor do boleto, deverá ser pago em 10 dias, sob o nº 00000000000000000000.

PENA DE INCLUIÇÃO AO BANCO CENTRAL.

Em virtude do fato de que a tarifa bancária não está destacada nas instruções do boleto e sim compondo o total da quota condominial, conclui-se que a cobrança de juros moratórios sobre a totalidade da taxa condominial são indevidos, pois incidem em itens que não compõem as despesas condominiais.

**Item 6 – A rubrica “ENCARGOS” apresentada nas planilhas de débitos constantes de ações de cobrança judicial ou extrajudicial, são fundamentadas pelas Garantidoras como ressarcimento de perdas e danos, mas o que se verifica é que: ou são multas indevidas ou honorários advocatícios cobrados camufladamente.**

Constatou-se que as garantidoras ao realizarem a cobrança de taxas condominiais inadimplidas, acrescentam à dívida a rubrica “ENCARGO”, além dos encargos moratórios, como juros e multa e correção monetária.

Foi relatado à CPI dos Condomínios, na oitiva das Garantidoras e Administradoras, que esses encargos referem-se à perdas e danos e remuneração das despesas realizadas na cobrança de taxas inadimplidas.

Mister salientar que as Garantidoras já são remuneradas mensalmente, conforme contrato de prestação de serviços, para realizar justamente cobranças de quotas condominiais inadimplidas, sendo então injustificado tal lançamento de encargo.

A justificativa de que o ENCARGO cobrado a título de compensação de gasto de cobrança não deve prosperar, é devido ao fato de que os boletos enviados aos condôminos, vêm com instrução de que o pagamento fora do prazo estipulado, como limite de pagamento nas redes bancárias, só poderá ser realizado ou quitado no serviço jurídico da administradora/garantidora, pressupondo que é o devedor quem deve procurar a garantidora para quitação e não ao contrário, evidenciando que a garantidora não tem gasto algum para promover a cobrança, vide: (Doc. item 4.2.2.11.1 constante do Banco de Dados da CPI).



BANCO DO BRASIL S/A		001-9	00190.00009	01003.643002	00379.810187	3	30150000012500
Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento							Parcela Vencimento 05/01/2014
Código CONDÔMÍNIO							Agência/Código rede 0118 / 100040
Conta corrente 20132015	Número do boleto 606000002198121	Emissão do RC	Assin SI	Data do processamento 29/12/2013	Número do 100364019012500		
Valor do boleto	Carência 18	Moeda REAL	Quantidade	Valor	(*) Valor do documento 125,00		
Exemplos  Após vencimento multa de 2% + juros diário de 0,33%. O banco receberá 26 o dia A partir de 27 de após isso NÃO RECEBER EM BANCO, somente com serviço JURÍDICO. FAVOR SEGUIR AS INSTRUÇÕES SOB PENA DE RECLAMAÇÃO AO BANCO CENTRAL							(-) Encargos/Abatimento
							(-) Outras Deduções
							(*) Juros e Multa
							(*) Outras Adições
							(*) Valor Cobrado

Ref. Doc. 4.2.2.11.1

Com a taxa condominial inadimplida, observe-se que as taxa vincendas são emitidas sem código de barras, fazendo com que mesmo dentro do vencimento, o condômino não consiga pagar na rede bancária, vendo-se obrigado ao pagamento no departamento jurídico da administradora/garantidora, situação que segundo as garantidoras permite a cobrança de honorários advocatícios e encargos diversos sem qualquer tratativa judicial.

Este fato fica amplamente evidenciado abaixo, quando ocorre o pagamento da taxa condominial dentro do mesmo mês de vencimento, mas fora da data limite de pagamento na rede bancária. Neste caso, passados 23 dias do vencimento, a garantidora cobrou, de um valor inicial de R\$ 364,71, o montante de R\$ 429,25. Esta diferença representa um acréscimo na dívida principal de 18%, para um período de apenas 23 dias. Se fossem aplicados os encargos legais moratórios, a dívida seria quitada com o valor de R\$ 374,80, portanto foi cobrado indevidamente o valor de R\$ 55,00, ou seja, 14,71% a mais, vide: ( Doc. item 4.2.2.12.1 constante do Banco de Dados da CPI).

Data Venc.	Data Pagamento	Dias Mora	Principal	Tx Jrs dia	Tx acumulada	Juros Mora	Multa 2%	Sub total	Tx Encargos	Encargo	Total
05/07/2014	28/07/2014	23	364,71	0,0333%	0,76667%	2,80	7,29	374,80	14,71%	55,15	429,95

BANCO DO BRASIL S/A		341-7	34191.76033 80203.014016 31691.410000 1 61150000036471				
Local de pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO							
Código CONDÔMÍNIO ESTÁDIO GUILLERMO FERREIRA							
Data documento 25/06/2014	Número do Boleto 2014	Emissão do RC	Assin SI	Data do processamento 30/06/2014	Número do 175/02000030-1		
Valor do boleto 374,71	Carência 18	Moeda REAL	Quantidade	Valor 384,71	(*) Valor do documento 384,71		
VERIFIQUE: (TAXA DE ENCARGO/ABATIMENTO) ESTE BOLETO NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES APÓS VENCIMENTO PAGAR SOMENTE NO ITAÚ.							
APÓS 05/07/2014 MULTA DE R\$ 7,29 (2%) ATÉ O DIA 10/07/2014. APÓS 10/07/2014 ENTRAR EM CONTATO COM A DUPLIQUE PARA ATUALIZAÇÃO DO BOLETO SUJEITO A TAXA DIÁRIA + ENCARGOS							
Exemplos: (-) Encargos/Abatimento (-) Outras Deduções (*) Juros e Multa (*) Outras Adições (*) Valor Cobrado							

Ref. Doc. 4.2.2.12.1

[illegible]

Ref. Doc. 4.2.2.12.1

Fato que vem corroborar para o entendimento de que a rubrica Encargo não se refere a ressarcimento por perda e danos causados pela inadimplência, presumindo que são honorários advocatícios.

Tal prática ocorre indevidamente também em ações judiciais, onde os encargos (possíveis honorários advocatícios) já estão embutidos no relatório inicial como se fizessem parte do valor principal, situação que levado à incidência de juros moratórios sobre os encargos, provoca anatocismo (cobrança de juros sobre juros). Em comprovação, vejamos a cobrança judicial das taxas condominiais da unidade habitacional nº 11, do Condomínio Guilherme Ferraz, que no período de março de 2011 a setembro de 2011, que em processo do 4º Juizado Especial Cível de Curitiba, constou da peça inicial, planilha de cálculo apresentando as taxas condominiais inadimplidas de março de 2011 a setembro de 2011, com um valor devido de R\$ 2.875,55 ( Doc. Item 4.2.2.12.2 constante do Banco de Dados da CPI).

Ref.	Vencimiento	Valor
2011/02	05/02/2011	436,90
2011/03	05/04/2011	472,01
2011/04	05/05/2011	514,42
2011/05	05/06/2011	510,05
2011/07	05/08/2011	458,29
2011/08	05/09/2011	401,68
Subtotal :		2.875,55
Cuentas :		0,00
Total paxel :		2.875,55

Ref. Doc. 4.2.212.2

Na peça judicial não foram apresentados pelo condomínio os boletos originais das taxas condominiais junto à planilha de cálculo, pois se estes tivessem sido apresentados constatar-se-ia o aumento abusivo das taxas condominiais inadimplidas. Tal fato é facilmente comprovado verificando-se a taxa de março de 2011, cujo valor original era de R\$ 263,49, e na ação foi descrita com o valor de R\$ 436,90. (Doc. Item 4.2.2.12.1 constante do Banco de Dados da CPI).



<b>ITAU</b>		<b>341-7</b>	34191.75033 80081.214019 32975.380000 7 48570C00026345	
TODAS AS DUPLICAÇÕES SÃO PAGÁVEIS EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO.				
Cedente			Vencimento: 05/03/2011	
DUPLIQUE CREDITOS E CARRANÇAS			Aprovado pelo Cedente: 4013/29753-8	
Boleto nº: 29/02/2011	Número do documento: 018/0002322-0	Endereço: Rua	Nº: 28/02/2011	Valor: 175/93880812-1
Use o Boleto	Cedente: 175	Capacidade: R\$	Quantidade: 263,45	Valor: 263,45
Indicação para depósito em nome de:			<input type="checkbox"/> Valor do documento: 263,45 <input type="checkbox"/> Encargos e Juros: 0,00 <input type="checkbox"/> Total a pagar: 263,45 <input type="checkbox"/> Outras deduções: 0,00 <input type="checkbox"/> Total a receber: 263,45 <input type="checkbox"/> Valor líquido: 263,45	
APOS 05/03/2011 MULTA DE R\$ 5,27 (2%) ATÉ O DIA 10/03/2011. APOS 10/03/2011 SOMENTE NA DUPLIQUE + JUROS DIÁRIOS, CORREÇÃO E ENCARGOS R. DES. WESTPHALEN N° 295/ 9º ANDAR SALA 95 - FONE: 3027-0519				

Ref. Doc. 4.2.2.12.1

Esta diferença vem representar um aumento de 62,586%, se for considerado sobre o valor devido a multa de 2% que elevaria o valor inadimplido para R\$ 268,72, observe-se a seguinte planilha pericial:

Cobrança em Sede Administrativa pelo Valor Original do Título					
Data Vencimento	Valor Título	Multa Moratória 2%	Valor Título mais multa	Valor Cobrado	Percentual cobrado
05/03/2011	263,45	5,27	268,72	436,90	62,586%
05/04/2011	288,34	5,77	294,11	472,01	60,489%
05/05/2011	319,74	6,39	326,13	516,62	58,407%
05/06/2011	319,82	6,40	326,22	510,05	56,353%
05/08/2011	295,02	5,90	300,92	458,29	52,296%
05/09/2011	314,21	6,28	320,49	481,68	50,293%
Soma	1.800,58	36,01	1.836,59	2.875,55	

Importante salientar que se considerarmos somente o percentual cobrado a título de "ENCARGO", o percentual indevidamente cobrado em juízo é de 48,31%, vide planilha pericial a seguir.

Cobrança em Sede Administrativa pelo Valor Original do Título												
Data Atualização	Data Vencimento	Valor Título	IPC	Valor Tit. Atualiz.	Multa Moratória 2%	Juros Mora	Tx Moratória Tit	Juros Moratório	Valor Devido	Tx Encargo	Encargo	Valor Cobrado
30/09/2011	05/03/2011	263,45	1,026161	270,34	5,41	209	0,003333%	18,83	294,58	48,310%	142,31	436,90
30/09/2011	05/04/2011	288,34	1,019433	293,34	5,88	178	0,003333%	17,44	317,26	48,710%	154,35	472,01
30/09/2011	05/05/2011	319,74	1,012145	323,62	6,47	148	0,003333%	15,97	346,06	49,285%	179,56	526,62
30/09/2011	05/06/2011	319,82	1,006439	321,87	6,44	117	0,003333%	12,55	340,86	49,639%	169,19	510,05
30/09/2011	05/08/2011	295,02	1,0042	296,26	5,90	56	0,003333%	5,33	307,71	48,534%	150,58	458,29
30/09/2011	05/09/2011	314,21	1	314,21	6,28	25	0,003333%	2,62	346,95	58,834%	134,73	481,68
Soma		1.800,58		1.820,25	30,12			72,94	1.953,43		922,12	2.875,55

No caso em apreço o valor devido já com encargos moratórios seria então de R\$ 1.953,43, sendo que foi cobrado irregularmente a quantia de R\$ 2.875,55, ou seja, um acréscimo indevido de R\$ 922,12.



**Item 7 - Nas cobranças extrajudiciais as garantidoras aplicam índices de correção monetária inadequados, onerando ainda mais o valor devido pelos condôminos.**

As planilhas de cálculo de taxas condominiais inadimplidas deveriam ser apresentadas com índice de correção monetária legal, conforme média aritmética do INPC/IGP-DI, na forma do Decreto 1.544/95, adotando a instrução utilizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

**"TJ-PR - Apelação Cível AC 3640144 PR 0364014-4 (TJ-PR)**

**Data de publicação: 17/09/2008**

**Ementa:** APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO ORDINÁRIA REVISIONAL DE CONTRATOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPATÓRIA - APELAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS - AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO EXPRESSA NO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE - SUPER CHEQUE - LIMITAÇÃO PELA TAXA MÉDIA DE MERCADO - PRECEDENTES DO COLENO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - DEMAIS CONTRATOS - MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL CONTRATADO - AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADES - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - FORMA SIMPLES - CORREÇÃO MONETÁRIA MÉDIA INPC E IGP-DI - APELAÇÃO 2 - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - AFASTADA - POSSIBILIDADE DE REVISÃO DE CONTRATOS EXTINTOS - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - APLICABILIDADE - TABELA PRICE - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - EXCLUSÃO - VERBAS SUCUMBÊNCIA - MANTIDA - RECURSOS DE APELAÇÃO 1 PARCIALMENTE PROVIDO - RECURSO DE APELAÇÃO 2 DESPROVIDO.

**TJ-PR - 854065801 PR 854065-8/01 (Acórdão) (TJ-PR)**

**Data de publicação: 09/08/2012**


**Ementa:** Embargos de Declaração. Contradição e Obscuridade. Valor da indenização. Não configuração. Omissão. Correção monetária. Índice aplicável. Média entre o INPC e o IGP-DI. Declaratórios parcialmente acolhidos, com efeito modificativo. 1- Não há que se falar em contradição ou obscuridade, uma vez que a ciência da ora embargante acerca do limite de crédito concedido pela embargada foi demonstrado pelos documentos de fls. 38/39, não impugnado pela ora recorrente. 2- Com efeito, o v. Acórdão incorreu em omissão ao deixar de apontar o índice de correção monetária a ser utilizado no cálculo da indenização. Assim, deverá ser aplicada a média entre o INPC e o IGP-DI no cálculo em questão, por





ser esta a forma de cálculo que melhor reflete a variação da moeda, conforme o Decreto 1544/91.\*

No cálculo de algumas ações de cobrança periciadas, movidas por Garantidoras, verifica-se que na planilha de cálculo consta como indexador utilizado a média do INPC/IGP-DI (Doc.4.2.2.12 fl. 104 PDF). Importante salientar que as garantidoras não figuram no pólo ativo da demanda, mas sim como procuradoras dos condomínios. Segue um exemplo de tal fato:

		Debit Atualiza - Correção Monetária	
Valores atualizados até 01/11/2012		Indexador utilizado: média INPC / IGP-DI	
Juros Moratórios			
De 06/03/2011 a 01/11/2012 1,00% /três simples			
06/03/2011	[IGP-DI (FGV)]	R\$ 439,90 x 1,103543092	R\$ 482,14
		Juros moratórios (10,90000000%)	R\$ 95,96
		Subtotal	R\$ 578,09

Ref. Doc. 4.2.2.12

Atente-se para o fator de correção monetária fixado com o valor de 1,103543092, que não se refere à média aritmética do INPC/IGP-DI, e sim ao índice acumulado (cheio e integral) do IGP-DI de março de 2011 a novembro de 2012, em flagrante irregularidade, pois se a média fosse empregada, o fator de atualização seria de 1,099785, em virtude da média do IGP-DI de 1,103543092 e INPC de 1,095987.

Valor Nominal	R\$ 1,00	
Indexador	INPC-IBGE	
Metodologia	Critério mês cheio.	
Período da correção	Março/2011 a Novembro/2012	
Valores Calculados		
Fator de correção	611 dias	1,09599
Percentual correspondente	611 dias	9,60%
Valor em 01/11/2012 =		R\$ 1,10

Fonte DrCalc.net

Portanto é incontestável que se fosse aplicado o fator da média aritmética entre o INPC/IGP-DI, o principal corrigido de R\$ 439,90 teria o valor de face de R\$ 480,49 e o total devido de R\$ 576,10 contra os R\$ 578,09 cobrados indevidamente na planilha do Condomínio. Observe-se que inicialmente parece uma diferença irrisória, mas ao aplicarmos os juros e as verbas de sucumbência, geram uma alteração irregular expressiva na dívida final.



Histórico	Principal	Fator	total
Correção Monetária	436,90	1,0998	480,49
Juros	480,49	1,199	576,10

Outro exemplo desta irregularidade ocorre em processo que tramita na 5ª Vara Cível do Foro de Curitiba, a planilha apresentada pelo Requerente informa na memória de cálculo que a partir de julho de 1995, o índice de correção monetária é pela média do IGP/INPC, referindo-se ao período que começou a vigorar o Decreto 1.544/95 (Doc. Item 4.2.4.1.1 constante do Banco de Dados da CPI).

**Índices:**

De FEV/1989 a FEV/1991 = BTN

De MAR/1991 a JUN/1994 = TR

De JUL/1994 a JUN/1995 = IPCr

De JUL/1995 em diante = média do IGP + INPC (Dec. 1.544/95)



Ref. Doc. 4.2.4.1.1

Porém quando realizado o cálculo de certificação da correção empregado, verifica-se que este é superior à média do INPC/IGP-DI para o mesmo período.

Título.....:SUMARIA DE COBRANCA A/122					
Competência	Principal	C. Monetária	Índice	%	Juros
30/03/1997	183,24	146,10	1,2972	37,00	121,86

Ref. Doc. 4.2.4.1.1

Podemos concluir nesses dois casos que a Garantidora ao cobrar as taxas condominiais extrajudicialmente, às onera com os índices de correção monetários indevidos e que sobre estes valores incidiram os juros moratórios, que sobre uma base viciada também apresentará um resultado por conseguinte vicioso.

Valores Informados Para o Cálculo		
Valor Nominal		R\$ 1,00
Indexador	INPC-IBGE	
Metodologia	Critério mês cheio.	
Período da correção	Março/1997 a Abril/2000	
Valores Calculados		
Fator de correção	1127 dias	1,154093
Percentual correspondente	1127 dias	15,41%
Valor em 01/04/2000	=	R\$ 1,15
Fonte DrCalc.net		



Valores Informados Para o Cálculo		
Valor Nominal		R\$ 1,00
Indexador	IGP-DI (PQV)	
Metodologia	Crédito mês cheio	
Período da correção	Março/1997 a Abril/2000	
Valores Calculados		
Fator de correção	1127 dias	1,30391
Percentual correspondente	1127 dias	30,39%
Valor em 01/04/2000	=	R\$ 1,30

Fonte DrCalc.net

Computando a média aritmética entre os dois índices estes serão na ordem de 1,2290015, representado no percentual de 22,9%, contra os 1,2972 aplicado sobre o valor da dívida, que corresponde ao percentual de 29,72%.

Aplicando o percentual da variação da correção monetária para o período de março de 1997 a abril de 2000, a correção monetária a ser acrescida sobre o principal devido é de R\$ 41,96 e os juros devido sobre o principal atualizado é de R\$ 83,32.

Histórico	Principal	Fator	total
Correção Monetária	183,24	22,9%	41,96
Juros	225,20	37,0%	83,32

Evidencia-se na planilha do Condomínio que o montante tido como correção monetária é o valor de R\$ 146,10 e os juros devidos de R\$ 121,86 (Doc. Item 4.2.4.1.1 constantes do Banco de Dados da CPI).

Título.....:SUMARIA DE COBRANCA A/122					
Competência	Principal	C. Monetária	Índice	%	Juros
30/03/1997	183,24	146,10	1,2972	37,00	121,86

Ref. Doc. 4.2.4.1.1

**Item 8 - As Garantidoras/Administradoras cobram taxas de juros superiores aos juros legais, e previstos nas convenções dos condomínios.**

Depois da entrada em vigor do novo Código Civil, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), confirmou o entendimento de que na execução de decisões proferidas na vigência do antigo Código Civil, nas quais tenham sido fixados juros moratórios de 0,5% ao mês, é possível alterar a taxa durante a fase de execução, para adequá-las às determinações



da nova legislação. O entendimento está baseado em alguns precedentes do próprio STJ no sentido de que:

"Diante do fato de os juros renovarem-se mês a mês, já que se trata de prestação de trato sucessivo, no caso concreto devem ser regulados, até 11 de janeiro de 2003, data da entrada em vigor da Lei 10.406/02, pelo artigo 1062 do Código de 1916 e, a partir de então, pelo artigo 406 do atual Código Civil. Qualquer outra solução que se pretendesse dar ao caso acarretaria a aplicação ultra ativa do Código Civil revogado, ou então a retroatividade dos Comandos do novo Código, o que seria inadmissível". (Recurso Especial nº 594.486)

É cediço que a convenção do condomínio é norteadora da multa moratória e da taxa de juros moratórios incidentes nas taxas condominiais inadimplidas, estabelecendo o critério de incidência da taxa de juros moratórios, isto é, se a incidência é de forma diária na razão de 0,0333% ao dia ou 1% ao mês. Na maioria das convenções a taxa de juros moratórios são fixados a partir de janeiro de 2003, na razão de 1% ao mês (Doc. Item 4.2.4.2.1 PDF. 23).

#### CAPÍTULO VII - DAS PENALIDADES

ARTIGO 34º - Os condôminos em atraso com o pagamento das respectivas contribuições pagarão os juros de 1% ao mês, contados a partir da data do vencimento do respectivo prazo, independentemente de interpelação, até uma mora de 30 dias. Findo este prazo, poderá o síndico cobrar-lhes o débito judicialmente, hipótese em que, além dos juros moratórios, ficarão sujeitos à multa de 2% a benefício do condomínio, sujeitando-se ainda ao pagamento das custas e dos honorários de advogado e à correção monetária de seu débito.

Ref. Doc. 4.2.4.2.1

Porém, nos Boletos de cobrança das taxas condominiais periciadas, constatou-se que todos dão a instrução da cobrança dos juros na razão de 0,033% ao dia e não na razão de 1% ao mês, ocasionando desta forma um aumento no valor a ser pago a título de juros moratórios, observe-se: (Doc.4.2.4.2.1- fl.134 pdf).



Local de pagamento			
Pagável em qualquer Banco até o vencimento.			
Cedente			
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VERDESPAÇO			
Data emissão	Numero documento	Espécie doc.	Acerto
10/07/2007	0000000018288701	RC	M
Use de banco	Carteira	Emissão	Quantidade
	18	REAL	
Observações			
Após voto multa de 2% + Juros Diários de 0,02% . O banco receberá até o dia 30/07/2007. A partir de data acima NÃO RECEBER EM BANCO, somente com cartão JURÍDICO esse data cair em favor de sacado ou fornecedor, antecipar o pagamento. (esta regra data do vencimento e somente no período pós vencimento).			

Ref. Doc. 4.2.4.2.1

Tomando como referência a planilha de cálculo do Condomínio Residencial Verdespaço, onde os juros cobrados, pelo período de 5 de outubro de 2011 a 7 de outubro de 2013, correspondente a 733 dias, no valor R\$ 66,95, para um principal atualizado de R\$ 274,16, representa um percentual de 24,42% ( Doc. item 3.3 fl 4 pdf).

Principal	C. M.	Principal Atualizado	Juros	Taxa
240,69	33,47	274,16	66,95	24,42096

PLANILHA DE CÁLCULO					
CONDOMÍNIO: PARQUE RESIDENCIAL VERDESPAÇO					
BLOCO: [REDACTED]					
UNIDADE: [REDACTED]					
FACENDÁRIO: [REDACTED]					
VENCIMENTO	PRINCIPAL	MULTA	CORREÇÃO	JUROS	TOTAL
05/10/2011	240,69	4,81	23,47	66,95	345,92
05/11/2011	250,50	5,02	23,25	66,49	395,26
05/12/2011	248,00	4,96	21,74	62,63	347,33
05/01/2012	254,62	5,09	21,14	61,08	352,93
05/02/2012	262,44	5,25	20,54	59,53	367,26

Ref. Doc. 3.3

Calculando a taxa de juros devida para o período de vencimento de 05/10/2011 a 07/10/2013, "pro rata temporis", conforme demonstrado na planilha abaixo, temos a taxa de 24,067% e considerando uma taxa "pro rata die", temos a taxa de 24,433%.



Nº Meses	Nº de Dias	Data Venc.	Tx Jrs
1	31	05/10/2011	0%
2	30	05/11/2011	1%
3	31	05/12/2011	2%
4	31	05/01/2012	3%
5	31	05/02/2012	4%
6	29	05/03/2012	5%
7	31	05/04/2012	6%
8	30	05/05/2012	7%
9	31	05/06/2012	8%
10	30	05/07/2012	9%
11	31	05/08/2012	10%
12	31	05/09/2012	11%
13	30	05/10/2012	12%
14	31	05/11/2012	13%
15	30	05/12/2012	14%
16	31	05/01/2013	15%
17	31	05/02/2013	16%
18	28	05/03/2013	17%
19	31	05/04/2013	18%
20	30	05/05/2013	19%
21	31	05/06/2013	20%
22	30	05/07/2013	21%
23	31	05/08/2013	22%
24	31	05/09/2013	23%
25	30	05/10/2013	24%
26	3	07/10/2013	25%
Total dias			755
Tx dia			0,0333%
Tx Acumulada			24,423%

Sendo a taxa fixada em 1% ao mês, de acordo com a convenção condominial, pode-se dizer que aplicando a taxa diária de 0,0333%, está sendo cobrada uma taxa de juro superior a 1% ao mês, conforme demonstração abaixo, onde os juros moratórios devido na razão de 1% ao mês, e proporcional aos dias corridos antes de completarem 30 dias, para o período de 5/10/2011 a 7/10/2013, de um capital atualizado de R\$ 274,16, os juros são de R\$ 65,98, controverso com o valor cobrado de R\$ 66,95, que por consequência, leva a uma cobrança indevida de R\$ 0,97, que terá repercussão em consecutivos arbitrados em sentença.

Principal	C. M.	Principal Atualizado	Taxa	Juros
240,69	33,47	274,16	24,067%	65,98

#### Conclusão do Laudo Pericial

- Procedida a análise do Banco de Dados, constata-se que as garantidoras DUPLIQUE, GARANTE, ASSISCON e PRO-CONDOMINO, apesar do contrato de prestação de serviço realizado com condomínio, cujo objeto do contrato é a cobrança de taxas condominiais e adiantamento de receitas, para correção do fluxo de caixa, demonstram que de fato atuam como empresas de cessão de crédito, pois compram as quotas de condomínios inadimplidas e impossibilitam os síndicos a realizar as cobrança das taxas condominiais inadimplidas ou promover acordo de parcelamento para sua quitação, portanto desta forma, estabelecem a sub-rogação da dívida.

- Na análise documental trazida a CPI dos Condomínios, ficou constatado que as empresas garantidora DUPLIQUE, GARANTE, ASSISCON e PRO-CONDOMINO reiteradamente acrescentam a tarifa bancária no montante da taxa condominial e no caso de inadimplência, quando a cobrança é realizada nos escritórios das garantidoras, essa tarifa bancária não é excluída da cobrança, consequentemente, os encargos





moratórios incidem sobre a tarifa bancária, tornando-a uma cobrança indevida, pois esse crédito não é destinado ao condomínio e sim ao agente bancário que pela inadimplência, não teve seus serviços prestados.

• Verificou-se que as garantidoras DUPLIQUE, GARANTE e ASSISCON, além dos consecutivos moratórios, incluem nas quotas condominiais inadimplidas a rubrica Encargo, que não ficou configurado como perdas e danos, pois esta rubrica não contemplou todas as cobranças inadimplidas por mais de 90 dias e contemplou em cobrança com 23 dias de inadimplência. Este fato leva a indícios de se tratar de cobrança de honorários advocatícios, devido ao fato de ser cobrado dentro dos escritórios das administradoras e quando a planilha de cobrança é feita com o objetivo de ação judicial, não é incluída a rubrica ENCARGO.

• Constatou-se que os indexadores de correção monetária aplicada as cotas condominiais inadimplidas não seguem a memória de cálculo disponibilizada pelas garantidoras, umas informam que o indexador é a média do IGP-DV/INPC, determinada pelo Decreto 1.544/95, porém só aplicam o IGP-DI.

Já outras informam que o indexador a ser aplicado é o legal, começando pelo BTN aplicado no período de fevereiro de 1989 a fevereiro de 1991, terminando com indexador aplicado a partir de julho de 1995, ou seja, o Decreto 1.544/95, que determina a média do INPC/IGP-DI.

Porém, as garantidoras aplicam a média do IGP-M/INPC e em outros casos não é divulgado o indexador empregado, impossibilitando o devedor de conhecer e conferir se é o índice oficial empregado ou não.

Estes fatos vem onerando o valor da dívida que receberá os consecutivos moratórios e sucumbenciais.

• Constatou-se que os contratos e convenções limitam a cobrança de juros moratórios na razão de 1% ao mês, mas o que se verificou é que todos os boletos estão fixados em taxas diárias de 0,0333% ao mês, que sendo aplicado em períodos superior a 30 dias, dão distorção na taxa de juros e como resultado um aumento no valor dos juros moratórios para o mesmo período.

É o parecer deste perito, diante dos documentos que me foram fornecidos e demais elementos constantes do Banco de Dados da CPI.

Curitiba 30 de Setembro de 2014

  
Edval Albert Netto  
CRC-PR 067457/P



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado André Bueno,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Cláudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.



Diante da análise dos dados capturados por esta CPI por intermédio das denúncias e reclamações formuladas, dos depoimentos oficialmente coletados e dos documentos anexados, todos integrantes do Banco de Dados desta Comissão Parlamentar, fundamentado nas considerações acima expressas pelo perito, entendemos que foram constatadas as seguintes irregularidades:

- **Má administração e superfaturamento em condomínios do PAR**

A CPI identificou, através das denúncias e documentos anexados por moradores de condomínios do PAR – Programa de Arrendamento Residencial, indícios de má-administração e superfaturamento de obras.

Tais indícios recaem sobre empresas contratadas e gerenciadas através de chamamento público da Caixa Econômica Federal, responsáveis pela administração de condomínios do PAR – Programa de Arrendamento Residencial.



- Exercício ilegal de atividade financeira.

Conforme resposta recebida do ofício do Banco Central, comparado à prática de atividade financeira evidenciada pelas Garantidoras, observa-se que tais empresas acabam por invadir a competência das Instituições Financeiras.

Tal fato se consubstancia no evidente caráter de empréstimo e cessão de crédito existente nos contratos de garantia, vez que seu objeto principal não é a assessoria de cobrança, mas sim a composição integral do fluxo de caixa ao condomínio.

Restou evidenciado pelas provas colhidas, que as Garantidoras depositam nas contas bancárias dos condomínios o valor integral das quotas condominiais, independente de terem sido pagas ou não, para posteriormente cobrarem ou receberem os valores dos condôminos.

Observa-se ainda, que as Garantidoras cobram diversos encargos moratórios dos condôminos em atraso e não repassam tais valores aos condomínios, o que demonstra que após a antecipação tais créditos são de fato da Garantidora.

Desta forma conota-se que para realizar tal prática, as Garantidoras deveriam buscar autorização de funcionamento junto ao Banco Central, transgredindo também o Código de Defesa do Consumidor em seu artigo 39, inciso VIII.

Importante observar a Manifestação do Banco Central a seguir:



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Ofício 72/2014-BCB/Aspar  
P. 1431794088

Brasília, 21 de maio de 2014.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Paranaense  
Presidente da CPI dos Condomínios  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Praça Nossa Senhora de Saete, s/nº  
80530-1911 – Curitiba/PR


Assessor: Ofício 003/2014

Senhor Deputado,

Em aditamento ao nosso Ofício 63/2014-BCB/Aspar, de 9.5.14, esclarecemos que, nos termos do art. 17 da Lei 4.595, de 31.12.64, consideram-se instituições financeiras "as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia do valor de propriedade de terceiros", bem como aquelas a elas equiparadas, nos termos da lei.

2. Adicionalmente, esclarecemos que tais instituições somente podem funcionar mediante prévia autorização deste Banco Central na forma prevista no art. 18 da referida Lei 4.595/64 e que os crimes praticados contra o Sistema Financeiro Nacional estão tipificados na Lei 7.492, de 16.6.86, tanto material quanto processualmente.

Respeitosamente,

  
David Falcão  
Chefe da Assessoria Parlamentar

- **ilegitimidade dos condomínios para figurarem no pólo ativo de ações judiciais de cobrança.**

Considerando a prática financeira acima relatada, bem como demonstrada no laudo pericial supracitado, verifica-se que nos contratos de garantia condominial, a Garantidora praticamente compra o crédito do condomínio, sub-rogando-se na posição de credora dos títulos.



Contudo as Garantidoras movem ações de cobrança em nome dos condomínios, enquanto deveriam interpor tais ações em nome próprio.

Através dos contratos anexados ao Banco de Dados e dos depoimentos colhidos, vemos que o condomínio, na pessoa do síndico, não possui qualquer tipo de autonomia ou disponibilidade para transacionar nas demandas judiciais de cobrança movidas pelas Garantidoras de Condomínios, nem tampouco recebem os valores nelas amealhados.

Assim, resta evidente que há total ilegitimidade passiva dos condomínios para figurarem no pólo ativo das ações de cobrança, quando relacionadas às taxas condominiais já antecipadas ou garantidas, devendo figurar obrigatoriamente no pólo ativo as empresas Garantidoras.

#### • Subordinação ao Código de Defesa de Consumidor

Outro ponto muito debatido é se as Administradoras e Garantidoras de condomínio são abrangidas pela Lei Federal nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor.

As Garantidoras defendem que a cobrança das taxas condominiais por elas realizadas não se enquadra no Código de Defesa do Consumidor, por se tratarem de débitos condominiais com legislação própria.

Tal tema já foi superado pela jurisprudência nacional, a qual corrobora o entendimento pacífico de que qualquer empresa que preste serviços a condomínios é abrangida pelo §2º, do artigo 3º, da Lei Federal nº 8.078/90.

Assim, uma vez que as Garantidoras compram o crédito do condomínio, sua cobrança deverá ser realizada dentro dos parâmetros previstos pelo Código de Defesa do Consumidor.

Conclui-se, portanto, que não assiste razão às Garantidoras, atuarem em desconformidade com a Legislação Federal vigente, inclusive no que se refere a relações de consumo.



### • Propaganda Enganosa

Conforme o item 1.1 e item 3 do Laudo Pericial, constata-se indícios de que as empresas cometeriam o crime de propaganda enganosa ao induzir os síndicos de que são gestoras de crédito, quando na verdade seus contratos figuram como assessoria de cobrança. Observe-se:

Nossos serviços são:

- ② Adiantamento da receita mensal.
- ② Emissão de boletos bancários.
- ② Redução de serviços administrativos.
- ② Cobranças judiciais sem ônus ao condomínio com custas suportadas pela empresa.
- ② Eliminação de problemas de ordem pessoal ocasionado por cobranças.
- ② Consultoria jurídica e administrativa.
- ② Inadimplências já consolidadas – procedemos as cobranças com possibilidade de antecipação das mesmas imediatamente - pagamento a vista.

### • Litigância de má-fé

Conforme documentação constante do Banco de Dados da CPI, bem como laudo pericial, verifica-se indícios da prática de litigância de má-fé pelas empresas Garantidoras que em alguns momentos prestariam informações falsas em juízo, no intuito de se beneficiarem indevidamente.

### • Falta de discriminação de valores cobrados

Foram constatados diversos indícios de irregularidades em boletos de pagamento apresentados a esta CPI pelos denunciante, não apresentando de forma clara e precisa os valores incidentes em caso de mora, nem discriminando-os quando da emissão dos boletos para pagamento em atraso, contrariando o artigo 6º, inciso III do Código de Defesa do Consumidor.





- **Cobrança Indevida**

Há indícios também, através das denúncias, da prática de cobranças coercitivas e vexatórias, o que é totalmente vedado pelo nosso ordenamento jurídico, conforme artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor.

- **Cobrança Abusiva**

Através do laudo pericial, foram constatados ainda indícios de diversas práticas de cobranças com valores abusivos, seja por incidência de correção monetária indevido, juros acima dos legais, ou encargos inconsistente, ferindo diretamente o disposto no artigo 39, inciso XIII do Código de Defesa do Consumidor.

- **Cobrança indevida de Honorários Advocatícios**

No curso das investigações, observou-se que as administradoras e garantidoras de condomínio, estariam cobrando honorários advocatícios extra-judiciais, quando da cobrança dos boletos em atraso, o que contraria as normas legais vigentes.

Sobre este ponto importante observar o parecer do PROCON/PR a seguir:



Coordenadoria Estadual de Proteção e  
Defesa do Consumidor



Secretaria de Estado da Justiça e da  
Cidadania

Parcer Técnico nº 18/2014

ASSUNTO: Análise do protocolo sob nº 11810/2013

#### 1) Análise

##### 1.1) Relatório

Refere-se o presente, ao pedido de manifestação deste PROCON/PR, realizado pelo Deputado Estadual Roberto Adôis, conforme ofício nº 061/2013 encaminhado a este Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.

O presente ofício visa que o PROCON/PR esclareça a respeito da legalidade da cobrança de honorários extrajudiciais por administradoras de condomínios e empresas de cobrança bancária.

##### 1.2) Fundamentação

É importante salientar inicialmente que o questionamento apresentado pelo legislador no que tange à legalidade da cobrança de honorários extrajudiciais é louvável.

Ademais, segundo o artigo 22 da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil).

Art. 22 – A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

Os honorários advocatícios são devidos em três hipóteses, quais sejam: quando arbitrado pelo juiz, decorrente da sucumbência no processo judicial e o convencionado. No que tange ao convencionado, este é devido quando a parte contrata diretamente o profissional para defender seus interesses. Assim sendo, em torno disto é que gravita a controvérsia, pois como pode o consumidor ser obrigado a pagar os honorários extrajudiciais, se não contratou o profissional, e ainda, como pode o mandante atuar contra o próprio mandante? Subverte a lógica do mandato o fato do consumidor ser obrigado a pagar um profissional que em seu nome, pratica atos de cobrança a fim de ver satisfeito o



PROCON - PR

Coordenadoria Estadual de Proteção e  
Defesa do ConsumidorSecretaria de Estado da Justiça e da  
Cidadania

comissão de permanência, afastando a incidência de outros encargos moratórios, sob pena de caracterizar *in idem*. O cálculo da comissão de permanência tem como limite a somatória dos juros remuneratórios, dos juros moratórios e da multa. 2. "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (STJ, REsp 973.827-RS, julgado pelo rito do art. 643-c, do CPC). 3. As tarifas administrativas, por não estarem encartadas nas vedações previstas na legislação (Resolução 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneração pelo serviço prestado pela instituição financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranças legítimas, sendo certo que somente com a demonstração cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro é que podem ser declaradas ilegais e abusivas (REsp nº 1.246.622-RS, Quarta Turma, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, DJe de 16/11/2011). 4. É abusiva a cobrança de encargo a título de serviços de terceiro sem discriminar qual o serviço efetivamente prestado e o proveito do contratante. 5. O imposto sobre operações financeiras (Lei nº 8.894/94) tem como fato gerador a operação de crédito e é responsável pelo pagamento - contribuinte - o tomador do crédito, assumindo a instituição financeira a obrigação de promover o seu recolhimento na forma do Decreto 4494/2005. Quando o tomador do crédito é contribuinte não promove o recolhimento direto, pode a instituição financeira incluir o respectivo valor na operação de crédito, bem como obter o ressarcimento de forma diluída nas prestações. 6. É nula a cláusula contratual que imputa ao contratante o dever de pagar honorários advocatícios decorrentes de cobranças extrajudiciais, sem que igual direito seja conferido ao contratado. 7. Somente o reconhecimento de abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual, seja de juros remuneratórios e capitalização, afasta a mora (REsp 1.061.530-RS - orientação nº 2 do STJ).

Rua Presidente Faria, 431 - Centro - 00020-290 - Curitiba - PR  
Fone: 41 3219 7400 Fax: 41 3219 7425 - www.procon.pr.gov.br - E-mail: proconpr@pr.gov.br



Coordenadoria Estadual de Proteção e  
Defesa do Consumidor



Secretaria de Estado da Justiça e da  
Cidadania

parte do ônus da atividade desempenhada pela instituição e não pode, sem prévio e adequado ajuste, ser repassada ao consumidor.5. IOF. O mutuante é o responsável tributário que, atado ao princípio da legalidade, faz incidir a alíquota sobre a base de cálculo e a cobra do mutuante, que é quem deve pagá-la.6. Honorários advocatícios. Proporcionalização mediante incidência do percentual de 10% sobre a expressão financeira da vitória e da derrota de cada uma das partes. Custas e despesas processuais na mesma proporção, compensando-se nos termos Súmula 306 do STJ.


(TJPR - 17ª Cível - AC - 1056606-2 - Cianorte - Rel.: Renato Lopes de Paiva - Unânime - - J. 11.12.2013).

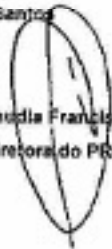
## 2) Conclusão

Face ao exposto, o entendimento deste Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor é que a cobrança de honorários extrajudiciais por administradoras de condomínios e empresas de cobrança, segundo a Lei 8.078/90 é legal, nos termos do artigo 51, XII do referido diploma legal.

Curitiba, 31 de março de 2014.

  
Cida de Fátima Mendes dos Santos  
Divisão Jurídica

  
Gustavo José  
Divisão Jurídica

  
Claudia Franciele Silvano  
Diretora do PROCON/PR



#### • Sonegação Fiscal

Existiram denúncias e indícios de possível sonegação fiscal, evidenciado quando da emissão de notas fiscais dispondo como valor da prestação de serviço, percentuais inferiores aos previstos nos contratos, em possível desacordo com o artigo 2º, inciso I da Lei 8137/90.

Diante de tais constatações o Relator da CPI entende necessária a imposição por parte desta Comissão, como medida resolutiva com efeitos diretos aos consumidores, de Termo que promova a reformulação das condutas irregulares de tais agentes, por meio da formalização de acordo entre esta CPI, a Defensoria Pública do Estado, a Comissão Permanente de Defesa do Consumidor e as empresas Garantidoras e Administradoras de Condomínios citadas nas reclamações e denúncias, sendo ajustados Termos de Compromisso Público, com os seguintes objetivos:

#### Termo de Compromisso 01:

As GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS comprometem-se a participar ativamente de um grande **MUTIRÃO** a ser realizado em datas e cidades pólos indicadas pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, promovido por esta instituição acompanhada da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, objetivando a composição amigável para casos judiciais e extrajudiciais de condôminos em situação de inadimplência.

Para tanto, será realizado um chamamento público, através da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por meio da Comissão



de Defesa do Consumidor e pela Defensoria Pública do Paraná, convocando os condôminos interessados a comparecer ao mutirão, sendo compromisso das Garantidoras de Condomínios informarem do mutirão nos seus sítios eletrônicos em local de fácil e rápida visualização com as datas e locais.

#### **Termo de Compromisso 02:**

As GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS comprometem-se, quando da realização do MUTIRÃO, a utilizar como base, para a celebração dos acordos, no máximo os parâmetros legais, quais sejam: DÍVIDA ORIGINAL + CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC + MULTA DE 2% + JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS, bem como a limitar o valor das parcelas acordadas ao máximo de 30% (trinta por cento) da renda familiar do titular da dívida, devidamente comprovada.

#### **Termo de Compromisso 03**

As GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS comprometem-se a possibilitar que o condômino que se encontre em situação de inadimplência, pague por mês, no mínimo, uma parcela atual do condomínio e uma parcela mensal de condomínio atrasada ou parcela de acordo promovido no mutirão, por meio de títulos de pagamento individuais, ficando a critério do condômino devedor a opção de poder antecipar o pagamento de outras parcelas.

#### **Termo de Compromisso 04**

As GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS comprometem-se a partir da assinatura do presente TCP a não cobrar taxas ou encargos, sem a devida discriminação e especificação do objeto no título de cobrança ("boleto"), assim como também, discriminar o valor e o percentual de qualquer encargo moratório incidente, mesmo na hipótese de emissão de novo boleto para pagamento após o vencimento.





#### Termo de Compromisso 05

A partir do presente TCP – Termo de Compromisso Público, as GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS se comprometem a não realizar diretamente a intermediação em vendas de imóveis para quitação de dívidas de condôminos, cujos condomínios são por elas garantidos, sem a autorização expressa do proprietário do imóvel e de preferência por meio de corretor de imóveis, devidamente inscrito no Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI.

#### Termo de Compromisso 06

As GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS comprometem-se a propor, no mínimo, três tentativas de acordos com seus clientes/condôminos antes do ajuizamento da respectiva ação de cobrança.

#### Termo de Compromisso 07

As GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS comprometem-se, a contar da assinatura deste TCP, a fornecer todos os boletos de condomínios vencidos e vincendos com código de barras, inclusive disponibilizando-os para impressão, por meio do site eletrônico de cada empresa, ou enviando-os por meio de endereço eletrônico do cliente antes do vencimento.

Entende-se também, que o acompanhamento e fiscalização do Termo de Compromisso Público acima proposto, fiquem a cargo da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e da Defensoria Pública do Estado do Paraná, para que produza seus devidos efeitos legais, sendo assinado pelo Presidente da CPI dos Condomínios Deputado Paranhos, pelo Relator da CPI Deputado Roberto Acioli e demais membros integrantes da Comissão, pelos representantes legais das Garantidoras de Condomínios mencionadas no Preâmbulo, na



condição de compromissárias, assinando também os representantes da Defensoria Pública do Estado do Paraná, do CRECI/PR – Conselho Regional, de Corretores de Imóveis, e do SECOVI - Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná, na condição de testemunhas dos fatos, atestando o conhecimento dos termos propostos, sabedores que, na hipótese de descumprimento do compromisso, a Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná tomará as providências legais nos termos do §3º, do art. 62, da Constituição do Estado do Paraná.

Por fim entendemos, também, que na hipótese de recusa de qualquer das empresas objeto das reclamações em participar do acordo promovido pelo TCP – Termo de Compromisso Público, esta Comissão Parlamentar de Inquérito deve solicitar o encaminhamento de expediente ao Ministério Público do Paraná, nos termos do §3º, do art. 62, da Constituição do Estado do Paraná, solicitando aprofundamento das investigações e abertura de inquérito contra tão somente as empresas que não aderirem ao TCP, para comprovação dos indícios de irregularidades constatadas por esta CPI. É o relatório salvo melhor juízo.

  
DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI  
RELATOR DA CPI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Peranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.



## 5.2 – TCP





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Venari; Deputado Andre Bueno;  
Deputada Cantora Mara Lima; Deputado Luiz Cláudio Romanelli; Deputado Rascia Rodrigues.

TCP

TERMO DE COMPROMISSO PÚBLICO

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2014 (dois mil e quatorze), reuniram-se os Deputados Estaduais membros efetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios - CPI DOS CONDOMÍNIOS -, constituída pelo Ato da Presidência da ALEP de nº 02/14, e os representantes legais das Garantidoras de Condomínios, citadas em reclamações e denúncias de condôminos, constantes do banco de dados da CPI, especificamente os representantes da GARANTE SERVIÇOS DE APOIO LTDA. CNPJ n.º 76.086.123/0001-59, com sede na Rua Marechal Deodoro, 314, 3º andar, Curitiba/PR, e todas as suas filiais e, DUPLIQUE CRÉDITOS E COBRANÇAS LTDA. CNPJ n.º 40.211.856/0001-20, com sede na Rua Marechal Deodoro, 630, 14º andar, conjunto 1402, Curitiba/PR, e todas suas filiais, empresas prestadoras de serviços de Garantia de Condomínios em regime privado, doravante denominadas GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS, com acompanhamento e concordância da Defensoria Pública do Estado do Paraná, todos abaixo assinados e perfeitamente identificados, para o fim precípuo de formalização do presente TERMO DE COMPROMISSO PÚBLICO, instrumento por meio do qual se estabelece acordo para cumprimento de proposições da CPI dos Condomínios às empresas Garantidoras de Condomínios.

CONSIDERAÇÕES DA CPI

Considerando que dentre outros, o objetivo da CPI dos Condomínios de investigar possíveis irregularidades no "Modus Operandi" das cobranças de taxas sobre títulos inadimplidos de moradores de condomínios, no âmbito do Estado do Paraná, utilizou-se de vários recursos para concretizar essa aferição, tais como: implantação de site para receber reclamações e sugestões, bem como intimação para proceder à oitiva de denunciante, pesquisa e intensa investigação dos procedimentos utilizados por parte das prestadoras de serviços e de administradoras e garantidoras com atuação no Estado do Paraná, elaboração de laudos realizados



por perito em cálculos judiciais nomeado por esta CPI, intimação e oitiva de síndicos dos Condomínios citados e a intimação e oitiva de proprietários de empresas Administradoras e Garantidoras de Condomínios, ações estas que permitiram à CPI atingir seus objetivos;

Considerando que a CPI evidenciou a necessidade de medidas que retomem a harmonia nas relações de consumo entre Garantidoras de Condomínios e consumidores, como dispõe o art. 4º, da Lei 8.078 de 11 de Setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

Considerando que a CPI constatou falhas nas bases de cálculos utilizadas por algumas empresas Administradoras e Garantidoras de Condomínios em desrespeito ao Código Civil e ao Código de Defesa e Proteção do Consumidor, por meio de laudos realizados por perito devidamente inscrito no CRC – Conselho Regional de Contabilidade;

Considerando as reclamações e denúncias gravadas com cláusula de sigilo, recebidas pela CPI por meio de seu sítio eletrônico e por depoimentos;

Considerando as denúncias em texto e vídeo reportagens recebidas pela CPI, por intermédio da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da ALEP, através de protocolo;

Considerando que o compromisso ora celebrado, proposto pela CPI, reflete a maturidade dos agentes signatários, em particular a disponibilidade das empresas em aprimorar a gestão da Garantia de Condomínios no Estado do Paraná;

Considerando que a coleta de informações realizada pela CPI dos Condomínios, objetivou cumprir a missão determinada pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de investigação no âmbito territorial do estado, com a garantia de sigilo do banco de dados, sendo, portanto, direcionada especificamente para posicionamento dos membros da CPI e do Parlamento em geral;

Considerando que a CPI constatou que boa parte das reclamações recebidas dos consumidores, decorre de problemas de cobranças desajustadas de encargos moratórios, por parte de algumas empresas administradoras e garantidoras e condomínios, tidos muitas vezes como excessivos, e que tais problemas, dentre outras origens, advêm da cobrança indevida e de percentuais não previstos em Lei;

Considerando que o Parlamento, no exercício de suas funções por intermédio das Comissões Parlamentares, não pode se omitir, sob pena de crime de responsabilidade, quando diante de indícios ou de fato/atos que indiquem a existência de irregularidades, em especial nas relações objeto da presente investigação, não tomando as devidas atitudes saneadoras que promovam a estabilidade nas relações negociais e de consumo, intenção principal que persegue a proposição do presente Termo de Compromisso Público.

*7 de 01/4* *A* *Bmo* *2* *R*



#### RESOLVE A CPI:

Com base nas considerações acima, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios no exercício de seus poderes, visto as reclamações recebidas pela CPI, propõe como mecanismo conciliador, o presente TCP – Termo de Compromisso Público, com o qual as Garantidoras de Condomínios signatárias concordam e assumem os compromissos públicos seguintes.

#### Termo de Compromisso 01:

As GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS comprometem-se a participar ativamente de um grande MUTIRÃO a ser realizado em datas e cidades pólos indicadas pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, promovido por esta instituição acompanhada da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, objetivando a composição amigável para casos judiciais e extrajudiciais de condôminos em situação de inadimplência.

Para tanto, será realizado um chamamento público, através da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por meio da Comissão de Defesa do Consumidor e pela Defensoria Pública do Paraná, convocando os condôminos interessados a comparecer ao mutirão, sendo compromisso das Garantidoras de Condomínios informarem do mutirão nos seus sites eletrônicos em local de fácil e rápida visualização com as datas e locais.

#### Termo de Compromisso 02:

As GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS comprometem-se, quando da realização do MUTIRÃO, a utilizar como base, para a celebração dos acordos, no máximo os parâmetros legais, quais sejam: DÍVIDA ORIGINAL + CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC + MULTA DE 2% + JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS, bem como a limitar o valor das parcelas acordadas ao máximo de 30% (trinta por cento) da renda familiar do titular da dívida, devidamente comprovada.

#### Termo de Compromisso 03

As GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS comprometem-se a possibilitar que o condômino que se encontre em situação de inadimplência, pague por mês, no mínimo, uma parcela atual do condomínio e uma parcela mensal de condomínio atrasada ou parcela de acordo promovido no mutirão, por meio de títulos de pagamento individuais, ficando a critério do condômino devedor a opção de poder antecipar o pagamento de outras parcelas.

#### Termo de Compromisso 04

As GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS comprometem-se a partir da assinatura do presente TCP a não cobrar taxas ou encargos, sem a devida discriminação e especificação do objeto no título de cobrança ("boleto"), assim como também, discriminar o valor e o percentual de qualquer encargo moratório incidente, mesmo na hipótese de emissão de novo boleto para pagamento após o vencimento.

*[Handwritten signatures and initials, including "Bmo" and "2"]*





#### Termo de Compromisso 05

A partir do presente TCP – Termo de Compromisso Público, as GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS se comprometem a não realizar diretamente a intermediação em vendas de imóveis para quitação de dívidas de condôminos, cujos condomínios são por elas garantidos, sem a autorização expressa do proprietário do imóvel e de preferência por meio de corretor de imóveis, devidamente inscrito no Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI.

#### Termo de Compromisso 06

As GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS comprometem-se a propor, no mínimo, três tentativas de acordos com seus clientes/condôminos antes do ajuizamento da respectiva ação de cobrança.

#### Termo de Compromisso 07

As GARANTIDORAS DE CONDOMÍNIOS comprometem-se, a contar da assinatura deste TCP, a fornecer todos os boletos de condomínios vencidos e vincendos com código de barras, inclusive disponibilizando-os para impressão, por meio do site eletrônico de cada empresa, ou enviando-os por meio de endereço eletrônico do cliente antes do vencimento.

#### Disposições Finais

O acompanhamento e fiscalização deste Termo de Compromisso Público ficam a cargo da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

O presente Termo de Compromisso Público, para que produza seus devidos efeitos legais, é assinado pelo Presidente da CPI dos Condomínios Deputado Paranhos, pelo Relator da CPI Deputado Roberto Acioli e demais membros integrantes da Comissão, pelos representantes legais das Garantidoras de Condomínios mencionadas no Preâmbulo, na condição de compromissárias, assinando também os representantes da Defensoria Pública do Estado do Paraná, do CRECI/PR – Conselho Regional, de Corretores de Imóveis, e do SECOVI - Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná, na condição de testemunhas dos fatos, atestando o conhecimento dos termos aqui acordados, sabedores que, na hipótese de descumprimento do compromisso, a Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tomará as providências legais.

Curitiba, 03 de novembro de 2014.

DEPUTADO PARANHOS  
PRESIDENTE DA CPI DOS CONDOMÍNIOS



*Roberto Acioffi*  
DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI  
RELATOR

*Rasga Rodrigues*  
DEPUTADO RASGA RODRIGUES  
MEMBRO

*Nelson Luersen*  
DEPUTADO NELSON LUERSEN  
MEMBRO

*Tadeu Veneri*  
DEPUTADO TADEU VENERI  
MEMBRO

*Mara Lima*  
DEPUTADA CANTORA MARA LIMA  
MEMBRO

*Luis Claudio Romanelli*  
DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
MEMBRO

*Garante Serviços de Apoio Ltda*  
GARANTE SERVIÇOS DE APOIO LTDA  
CNPJ nº 76.086/123/0001-59

*Duplicar Créditos e Cobranças Ltda*  
DUPLIQUE CRÉDITOS E COBRANÇAS LTDA  
CNPJ nº 40.211.556/0001-20

Testemunhas

*Bruno Henrique Cardoso*  
REPRESENTANTES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
Anuente da formalização do TCP.

REPRESENTANTE DO CRECI/PR  
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS  
Ciente da formalização do TCP.

*Camila Mangabeira*  
REPRESENTANTE DO SECOM  
SÍNDICATO DA HABITAÇÃO E CONDOMÍNIOS DO PARANÁ  
Ciente da formalização do TCP.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli III  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri; Deputado Andre Bueno;  
Deputada Ceniara Mara Lima; Deputado Luiz Cláudio Romanelli; Deputado Rasca Rodrigues.

## TCP

### TERMO DE COMPROMISSO PÚBLICO

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2014 (dois mil e quatorze), reuniram-se os Deputados Estaduais membros efetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios - CPI DOS CONDOMÍNIOS -, constituída pelo Ato da Presidência da ALEP de nº 02/14, e os representantes legais das Administradoras de Condomínios, citadas em reclamações e denúncias de condôminos, constantes do banco de dados da CPI, especificamente o representante da C. M. BAIK SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ nº 13.073.149/0001-42, com sede na Avenida Cândido de Abreu, 526, conjunto 606, Curitiba/PR e todas as empresas do mesmo ramo pertencentes ao mesmo Grupo Econômico, empresa prestadora de serviços de administração de Condomínios em regime privado, doravante denominada ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS, com acompanhamento e concordância da Defensoria Pública do Estado do Paraná, todos abaixo assinados e perfeitamente identificados, para o fim precípuo de formalização do presente **TERMO DE COMPROMISSO PÚBLICO**, instrumento por meio do qual se estabelece acordo para cumprimento de proposições da CPI dos Condomínios às empresas Administradoras de Condomínios.

#### CONSIDERAÇÕES DA CPI

Considerando que dentre outros, o objetivo da CPI dos Condomínios de investigar possíveis irregularidades no "Modus Operandi" das cobranças de taxas sobre títulos inadimplidos de moradores de condomínios, no âmbito do Estado do Paraná, utilizou-se de vários recursos para concretizar essa aferição, tais como: implantação de site para receber reclamações e sugestões, bem como intimação para proceder a oitiva de denunciante, pesquisa e intensa investigação dos procedimentos utilizados por parte das prestadoras de serviços e de administradoras e garantidoras com atuação no Estado do Paraná, elaboração de laudos realizados

*fev 14* *12* *13* *14* *15* *16* *17* *18* *19* *20* *21* *22* *23* *24* *25* *26* *27* *28* *29* *30* *31*



por perito em cálculos judiciais nomeado por esta CPI, intimação e oitiva de síndicos dos Condomínios citados e a intimação e oitiva de proprietários de empresas Administradoras e Garantidoras de Condomínios, ações estas que permitiram à CPI atingir seus objetivos;

Considerando que a CPI evidenciou a necessidade de medidas que retomem a harmonia nas relações de consumo entre Administradoras de Condomínios e consumidores, como dispõe o art. 4º da Lei 8.078 de 11 de Setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

Considerando que a CPI constatou falhas nas bases de cálculos utilizadas por algumas empresas Administradoras e Garantidoras de Condomínios em desrespeito ao Código Civil e ao Código de Defesa e Proteção do Consumidor, por meio de laudos realizados por perito devidamente inscrito no CRC – Conselho Regional de Contabilidade;

Considerando as reclamações e denúncias gravadas com cláusula de sigilo, recebidas pela CPI por meio de seu sítio eletrônico e por depoimentos;

Considerando as denúncias em texto e vídeo reportagens recebidas pela CPI, por intermédio da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da ALEP, através de protocolo;

Considerando que o compromisso ora celebrado, proposto pela CPI, reflete a maturidade dos agentes signatários, em particular a disponibilidade das empresas em aprimorar a gestão da Administração de Condomínios no Estado do Paraná;

Considerando que a coleta de informações realizada pela CPI dos Condomínios, objetivou cumprir a missão determinada pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de investigação no âmbito territorial do estado, com a garantia de sigilo do banco de dados, sendo, portanto, direcionada especificamente para posicionamento dos membros da CPI e do Parlamento em geral;

Considerando que a CPI constatou que boa parte das reclamações recebidas dos consumidores, decorre de problemas de cobranças desajustadas de encargos moratórios, por parte de algumas empresas administradoras e garantidoras de condomínios, tidos muitas vezes como excessivos, e que tais problemas, dentre outras origens, advém da cobrança indevida e de percentuais não previstos em Lei;

Considerando que o Parlamento, no exercício de suas funções por intermédio das Comissões Parlamentares, não pode se omitir, sob pena de crime de responsabilidade, quando diante de indícios ou de fatos atos que indiquem a existência de irregularidades, em especial nas relações objeto da presente investigação, não tomando as devidas atitudes saneadoras que promovam a estabilidade nas relações negociais e de consumo, intenção principal que persegue a proposição do presente Termo de Compromisso Público.

74014

2

**RESOLVE A CPI:**

Com base nas considerações acima, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Condomínios no exercício de seus poderes, visto as reclamações recebidas pela CPI, propõe como mecanismo conciliador, o presente TCP – Termo de Compromisso Público, com o qual a Administradora de Condomínio signatária concorda e assume os compromissos públicos seguintes.

**Termo de Compromisso 01:**

A ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS compromete-se a promover esforços no sentido de obter dos síndicos dos condomínios que administra e ou efetua a cobrança, a respectiva procuração com poderes para promoção de acordos nos termos deste TCP, e participação ativa em um grande MUTIRÃO a ser realizado em datas e cidades pólos indicadas pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, promovido por esta instituição acompanhada da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, objetivando a composição amigável para casos judiciais e extrajudiciais de condôminos em situação de inadimplência. Para tanto, compromete-se também a proceder ao devido chamamento, na forma do comunicado abaixo especificado:

Para tanto, será realizado um chamamento público, através da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por meio da Comissão de Defesa do Consumidor e pela Defensoria Pública do Paraná, convocando os condôminos interessados a comparecer ao mutirão, sendo compromisso da Administradora de Condomínios informar do mutirão através carta registrada endereçada aos condôminos inadimplentes com antecedência mínima de 15 dias para comparecimento no Mutirão, indicando a possibilidade de composição bem como as datas e os locais.

**Termo de Compromisso 02:**

A ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS compromete-se a deixar claro aos síndicos, que quando da realização do MUTIRÃO, utilizará como base para a celebração dos acordos, no máximo os parâmetros legais, quais sejam: DÍVIDA ORIGINAL + CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC + MULTA DE 2% + JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS, bem como a limitar o valor das parcelas acordadas ao máximo de 30% (trinta por cento) da renda familiar do titular da dívida, devidamente comprovada.

**Termo de Compromisso 03:**

A ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS compromete-se a possibilitar que o condômino que se encontre em situação de inadimplência, pague por mês, no mínimo, uma parcela atual do condomínio e uma parcela mensal de condomínio atrasada ou parcela de acordo promovido no mutirão, por meio de títulos de pagamento individuais, ficando a critério do condômino devedor a opção de poder antecipar o pagamento de outras parcelas.

ferido 4 R 3





#### Termo de Compromisso 04

A ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS compromete-se a partir da assinatura do presente TCP a não cobrar taxas ou encargos, sem a devida discriminação e especificação do objeto no título de cobrança "boleto", assim como também, discriminar o valor e o percentual de qualquer encargo moratório incidente, mesmo na hipótese de emissão de novo boleto para pagamento após o vencimento.

#### Termo de Compromisso 05

A partir do presente TCP - Termo de Compromisso Público, a ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS se compromete a não realizar intermediação em vendas de imóveis para quitação de dívidas de condôminos, cujos condomínios são por ela administrados ou garantidos, sem a autorização expressa do proprietário do imóvel e de preferência por meio de corretor de imóveis.

#### Termo de Compromisso 06

A ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS compromete-se a propor, no mínimo, três tentativas de acordos presenciais com seus clientes/condôminos antes do ajuizamento da respectiva ação de cobrança.

#### Termo de Compromisso 07

A ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS compromete-se, a contar da assinatura deste TCP, a fornecer os boletos de condomínios vencidos e vincendos todos com código de barras, inclusive disponibilizando-os para impressão, por meio do site eletrônico da empresa ou enviando-os por meio de endereço eletrônico do cliente antes do vencimento.

#### Disposições Finais

O acompanhamento e fiscalização deste Termo de Compromisso Público fica a cargo da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e da Defensoria Pública do Estado do Paraná.


O presente Termo de Compromisso Público, para que produza seus devidos efeitos legais, é assinado pelo Presidente da CPI dos Condomínios Deputado Paranhos, pelo Relator da CPI Deputado Roberto Acioli e demais membros integrantes da Comissão, pelo representante legal da ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS mencionada no Preâmbulo, na condição de compromissária, assinando também os representantes da Defensoria Pública do Estado do Paraná, do CRECI/PR - Conselho Regional, de Corretores de Imóveis, e do SECOVI - Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná, na condição de testemunhas dos fatos, atestando o conhecimento dos termos aqui impostos, sabedores que, na hipótese de descumprimento do compromissado, a Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tomará as providências legais.


Curitiba, 03 de novembro de 2014.


72014 12 2 12




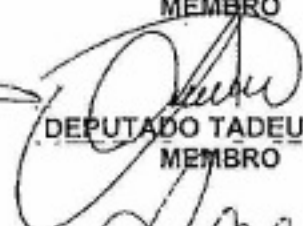


  
DEPUTADO PARANHOS  
PRESIDENTE DA CPI DOS CONDOMÍNIOS

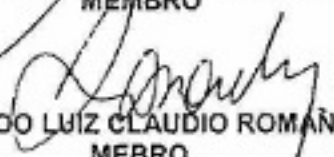
  
DEPUTADO ROBERTO ACIOLI  
RELATOR

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO

  
DEPUTADO NELSON LUERSEN  
MEMBRO

  
DEPUTADO TADEU VENERI  
MEMBRO

  
DEPUTADA CANTORA MARA LIMA  
MEMBRO

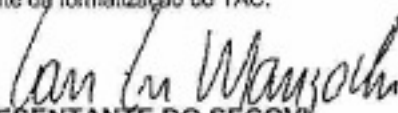
  
DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
MEMBRO

  
C. M. BAJAK SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA  
ADMINISTRADORA

#### Testemunhas

  
REPRESENTANTES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
Anuente da formalização do TAC.

REPRESENTANTE DO CRECI/PR  
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS  
Ciente da formalização do TAC.

  
REPRESENTANTE DO SECOVI  
SINDICATO DA HABITAÇÃO E CONDOMÍNIOS DO PARANÁ  
Ciente da formalização do TAC.



Livro Nº 00243-P  
Fls. Nº 038

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CURITIBA - CARTÓRIO DISTRITAL DAS MERCÊS

Andrea Bordin Jacob

TABELLÃ - CPF 609 874 729-40

Av. Manoel Ribim, 1305 - Fone 3335-9119

Curitiba

Paraná



## PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: C.M.BAIK SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME, A FAVOR DE: DEBORA NUNES CAMAROSKI, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:-

S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, (31/10/2014), neste Distrito Judiciário de Mercês, Município e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, em Cartório, perante mim Tabelião que a esta subscreve, compareceu, como Outorgante:- **C.M.BAIK SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.073.149/0001-42, com sede na Avenida Cândido de Abreu, 526, 6º Andar, Conjunto 606, Centro Cívico, nesta Capital; neste ato representada por seu Administrador: **CLAUDIO MARCELO BAIK**, brasileiro, solteiro, maior e capaz, advogado, portador da Cédula de Identidade Profissional nº 29241/OAB/PR, onde está consignado o RG nº 6.300.389-1/SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 978.797.119-53, residente e domiciliado na Rua Leon Tolstoi, 787, Lindóia, nesta Capital; conforme cópia de contrato social, declaração de enquadramento de ME, certidão simplificada atualizada da Junta Comercial do Estado do Paraná, e CNPJ, arquivados nestas Notas sob nº 264/2014; o presente reconhecido como o próprio por mim, Tabelião, a vista de documentos apresentados no original, do que dou fé. E, pela Outorgante, na forma representada, me foi dito que por este público instrumento de procuração e na melhor forma de direito nomeia e constitui sua bastante procuradora:- **DEBORA NUNES CAMAROSKI**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade Profissional nº 45.056/OAB/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 006.943.339-99, com escritório profissional na Rua Desembargador Motta, 3548, Mercês, nesta Capital; à qual confere amplos, gerais e irrestritos para o foro em geral, os da cláusula "*ad judicium e et extra*", para representação em juízo ou fora dele, como autora, ré, assistente, ou oponente, podendo receber citação e intimações, propor ou contestar ações, participar de processos incidentes, preliminares cautelares ou acessórios e em especial para toda e qualquer defesa de direito e interesse, podendo requerer o que convier, praticar todos os atos inerentes ao presente mandato, especialmente transigir, intentar de novo, receber e dar quitações, levantar quantias depositadas, firmar compromissos, fazer acordos, apresentar memoriais, desistir do direito que se funda a ação, executar sentenças e títulos judiciais e extrajudiciais, apelar para qualquer instância, juízo ou tribunal, apresentar queixa crime, até a decisão final, podendo inclusive em qualquer caso, substabelecer esta com ou sem reserva de iguais poderes; sendo a presente com o fim específico para assinar Termo de Compromisso Público (TCP) ou Termo de Ajuste de Conduta (TAC), junto a CPI dos Condomínios da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, presidida pelo Deputado Paranhos, Relator Deputado Roberto Acioli. - A PRESENTE PROCURAÇÃO TEM SUA VALIDADE ASSEGURADA PELO PRAZO DE 01 (UM) ANO A CONTAR DESTA DATA.- **PROCURAÇÃO LAVRADA SOB MINUTA APRESENTADA.**- E, de como assim o disse e outorgou, na forma representada, dou fé, lhe lavrei o presente instrumento que, depois de lido e achado conforme, aceita e assina, dispensando as testemunhas na conformidade com o item 11.2.18 do Provimento nº 60/2005- Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. Ato devidamente Protocolado



sob nº 3700/2014, nesta data, no livro de Protocolo Geral desta Serventia. Eu, (a) Andréa Bordin Jacob, Tabeliã, que a escrevi, conferi, subscrevo, dou fé e assino. Emolumento: R\$60,38, Selo Funarpen: R\$0,52 (Lei13.228/2001); ISS QN - 4%: R\$2,42. Yh9hr.DLk8u.LAa0E, Controle: 3Jpf6.CHBf. Curitiba-PR, 31 de outubro de 2014. (aa.) C.M.BAIAK SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME, CLAUDIO MARCELO BAIK, Representante da Outorgante. Andréa Bordin Jacob, Tabeliã. Nada mais. Traslada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, Carla Bordin Jacob Martins, Escrevente que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

O referido é verdade e dou fé

Em Teste da da Verdade

Curitiba - PR, 31 de outubro de 2014

Carla Bordin Jacob Martins  
Escrevente



FUNARPEN  
SELO DIGITAL Nº  
Yh9hr.DLk8u.LAa0E  
Controle:  
3Jpf6.CHBf  
Consulte este selo em  
<http://funarpen.com.br>



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasso Rodrigues.

# **6 – DOS ENCAMINHAMENTOS DAS CONCLUSÕES DA CPI**





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Venari, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasca Rodrigues.



**6. Dos Encaminhamentos das Conclusões da CPI.**

6.1. A CPI deliberou pelo encaminhamento da versão original deste Relatório Final, ao Presidente da Assembleia Legislativa, para fins dos preceitos contidos no artigo 38 do Regimento Interno, solicitando também a disponibilização integral da versão digital junto ao sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

6.2. A CPI deliberou pelo encaminhamento de expediente ao Ministério Público Federal, encaminhando cópia das denúncias relacionadas ao PAR – Programa de Arrendamento Residencial, constantes do item 4.2.10 do Banco de Dados, em especial por motivo de as empresas administradoras do programa serem contratadas e fiscalizadas pela CEF, e também para tomarem conhecimento integral do Relatório Final da CPI dos Condomínios.

6.3. A CPI deliberou pelo encaminhamento de expediente da Assembleia Legislativa, endereçado ao Ministério Público Estadual, para fins dos preceitos contidos no § 3º, do artigo 62 do Regimento Interno, encaminhando cópia integral do relatório final da CPI dos Condomínios para conhecimento daquele órgão, solicitando aprofundamento das investigações e abertura de inquérito contra as empresas Serviços Pró Condômino Ltda., Assiscon Serviços de Digitação Ltda e Assiscon Administradora de Condomínios, para comprovação dos indícios de irregularidades constatadas por esta CPI

6.4. A CPI deliberou pelo encaminhamento de expediente da Assembleia Legislativa, endereçado ao DELCON – Delegacia de Defesa do Consumidor, solicitando que aquele órgão acesse o sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para tomar conhecimento integral do Relatório Final da CPI dos Condomínios.

6.5. A CPI deliberou pelo encaminhamento de expediente da Assembleia Legislativa, endereçado à Secretaria de Justiça, solicitando que aquele órgão acesse o sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para tomar conhecimento integral do Relatório Final da CPI dos Condomínios.



6.6. A CPI deliberou pelo encaminhamento de expediente da Assembleia Legislativa, endereçado à Defensoria Pública do Estado do Paraná, encaminhando cópia dos Termos de Compromisso Público integrantes deste relatório.

6.7. A CPI deliberou pelo encaminhamento de expediente da Assembleia Legislativa, endereçado ao SECOVI/PR – Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná, encaminhando cópia dos Termos de Compromisso Público integrantes deste relatório.

6.8. A CPI deliberou pelo encaminhamento de expediente da Assembleia Legislativa, endereçado ao CRECI/PR – Conselho Regional de corretores de Imóveis do Paraná, encaminhando cópia dos Termos de Compromisso Público integrantes deste relatório.

6.9. A CPI deliberou pelo encaminhamento de expediente da Assembleia Legislativa, endereçado ao Banco Central, solicitando que aquele órgão acesse o sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para tomar conhecimento integral do Relatório Final da CPI dos Condomínios.

6.10. A CPI deliberou pelo registro em ficha funcional, pelos brilhantes trabalhos realizados junto à Secretaria Geral da CPI, de votos de congratulações e menção honrosa aos seguintes servidores da ALEP:

- Jefferson Abade – Matrícula: 40.079
- Paula Cristina Pamplona de Araújo – Matrícula: 11.733
- Tales Riedi Guilherme – Matrícula: 11.084
- Ceni do Rocio Fitz – Matrícula: 40.990
- Vivian Leila Bosquilha - Matrícula: 1.369
- Ivan Luis Zucchi – Matrícula: 10.738
- Gabriel Bueno – Matrícula: 11.083
- David José Camilo – Matrícula: 11.530
- Diogo José Bortoloto – Matrícula: 10.360
- Odemyr Soraia Dill Pozo – Matrícula: 11.124
- Franciani Quintino de Abreu – Matrícula: 11.127
- Edval Albert Netto – Matrícula: 11.784





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2014



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli III  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Venard, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Ceniore Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rases Rodrigues.



## 7 – DOS AGRADECIMENTOS





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2014**



Presidente: Deputado Paranhos  
Relator: Deputado Roberto Acioli  
Membros Efetivos: Deputado Tadeu Veneri, Deputado Nelson Luersen,  
Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Rasea Rodrigues.



**7. Dos Agradecimentos.**

Por deliberação unânime dos membros da CPI dos Condomínios, entende-se fundamental externar os agradecimentos, pelas contribuições que possibilitaram a realização dos trabalhos desta Comissão Temporária, aos seguintes órgãos e pessoas:

- A Deus Pai, que nos concedeu sabedoria por meio de Seu Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, para entender e praticar o Provérbio 31:8.

**"Abre a tua boca a favor do mudo, a favor  
do direito de todos os desamparados"**  
(Provérbios 31:8).

- Ao Povo do Paraná, em especial aos moradores de condomínios que trouxeram seus relatos para conduzir as investigações;
- Aos órgãos de imprensa do Paraná;
- Aos Membros da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, representados pela Comissão Executiva: Presidente, Deputado Estadual Valdir Luiz Rossoni; 1º Secretário, Deputado Estadual Plauto Miró Guimarães; 2º Secretário, Deputado Estadual Ademir Bier;
- Ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, na pessoa do Desembargador Doutor Guilherme Luiz Gomes;
- À Defensoria Pública do Paraná, nas pessoas do Dr. Bruno de Almeida Passadore e Dr. Luiz Fagundes Purgato;
- À Delegacia de Crimes Contra a Economia e Proteção ao Consumidor – Delcon;
- Ao SECOVI/PR – Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná;



- Ao CRECI/PR – Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Paraná;
- Ao Diretor Geral da ALEP, Roberto Costa Curta;
- Ao Diretor de Recursos Humanos, Bruno Perozin Garofani;

**Equipe Técnica da Secretaria da CPI:**

- Ao Coordenador Geral da CPI, Bel. Jefferson Abade;
- À Secretária Executiva da CPI, Bel. Paula Cristina Pamplona de Araújo;
- Às Assessoras Gerais, Bel. Vivian Leila Bosquilha, Bel. Ceni do Rocio Fitz, Bel. Franciani Quintino de Abreu;
- Aos Assessores Jurídicos da CPI, Bel. David José Camilo, Dra. Odemyr Soraia Dill Pozo;
- Ao Coordenador Geral de Imprensa, Bel. Ivan Zuchi;
- Ao Coordenador Geral de Comunicação Visual, Bel. Gabriel Bueno;
- Ao Coordenador Geral do Sítio Eletrônico da CPI, Bel. Tales Riedi Guilherme;
- Ao Coordenador Geral do Banco de Dados da CPI, Bel. Diogo José Bortoloto;
- **E de forma especialíssima aos consumidores que representaram as aspirações do Povo do Paraná, que compareceram perante a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, os nossos mais sinceros agradecimentos.**

123329/2014

versão 2.2.27

ImprensaNet

**Sistema de Publicações Oficiais.**  
**Mais segurança ao cidadão paranaense.**

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO